

JOSÉ SERGIO LEITE LOPES



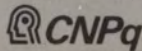
# A TECELAGEM DOS CONFLITOS DE CLASSE NA CIDADE DAS CHAMINÉS

EDITORA  
  
UnB



MCT

Ministério da Ciência e Tecnologia



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Este livro tem por objetivo examinar as características de uma forma de dominação específica, a existente nas situações de fábrica com vila operária, a partir da análise detalhada da formação de um grupo operário determinado, os operários têxteis da cidade de Paulista, em Pernambuco.

O objetivo empírico estudado, além de seu interesse intrínseco próprio, é tratado como um "caso particular do possível" para a investigação do processo de constituição da identidade social de um grupo operário, a partir do qual pode-se levar adiante comparações com a experiência de outros grupos operários brasileiros ou de diferentes países. E é essa mesma iluminação recíproca entre o geral e o particular que sugere a expressão "cidade das chaminés", incluída no título do livro, referida simultaneamente a uma cidade industrial única, mas ao mesmo tempo designando um padrão mais geral de cidade, em que as chaminés subordinam a vida urbana.

Mas se a expressão "cidade das chaminés" foi incluída no título deste livro para indicar como ele é marcado pela análise de uma forma determinada de dominação, também a "tecelagem dos conflitos de classe" aponta para a ênfase no estudo das contradições engendradas por aquela forma de dominação. A "tecelagem" indica não somente a produção têxtil que é a finalidade explícita da fábrica e



A TECELAGEM DOS CONFLITOS DE CLASSE  
NA  
"CIDADE DAS CHAMINÉS"

Coleção Pensamento Antropológico

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque

Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Conselho Editorial*

José Caruso Moresco Danni – presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Laboriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

*Editores:* Maria José Silveira, Felipe José Lindoso, Márcio Souza

*Capa:* A/3 – Ana Luisa Escorel

Copyright© by José Sérgio Leite Lopes

Direitos para publicação adquiridos pela Editora Marco Zero, R. Inácio Pereira da Rocha, 273, CEP 05432, Telefone: (011) 815-0093 – São Paulo, S.P.

A primeira edição deste livro foi publicada em outubro de 1988

José Sérgio Leite Lopes

A TECELAGEM DOS CONFLITOS DE CLASSE  
NA  
"CIDADE DAS CHAMINÉS"

Editora Marco Zero

e

Editora Universidade de Brasília

em co-edição com o

MCT/CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

## O Autor

José Sergio Leite Lopes é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ. É autor do livro “O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar” (Paz e Terra, 1976 – 2ª edição, 1978). Participou da organização da coletânea “Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação” (Paz e Terra, 1979) e organizou o livro “Cultura e Identidade Operária” (Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987). É também autor de vários artigos em coletâneas e revistas científicas, de divulgação científica e de entidades ligadas a movimentos sociais.



## SUMÁRIO

Agradecimentos 7

Prefácio de Francisco de Oliveira 11

Introdução 15

Livro I

O “SISTEMA PAULISTA”: A ESPECIFICIDADE DE UMA  
FORMA DE DOMINAÇÃO DO PADRÃO “FÁBRICA COM  
VILA OPERÁRIA” 31

Introdução 32

Parte I – A Garantia das Condições Materiais de Existência  
por Parte da *companhia* 37

Capítulo 1 – O aliciamento direto de trabalhadores pela *companhia*: a  
incorporação “modelar da força de trabalho na vila operária” 39

Capítulo 2 – O “tempo do trabalho para todos do Coronel Frederico” e a  
constituição de uma “cultura fabril” pelos operários 59

Capítulo 3 – Os roçados-operários e a feira 93

Capítulo 4 – A “acumulação primitiva” da vila operária: a imobilização da  
força de trabalho através da moradia por sobre os escombros dos  
mocambos 119

Parte II – A *Companhia*: O Governo Local de Fato 167

Capítulo 5 – A “civilização” da fábrica Paulista 169

Capítulo 6 – A questão do “corpo armado de vigias” da CTP e a “autonomia  
municipal” das propriedades contíguas à fábrica Paulista 191

Capítulo 7 – A batalha do Coronel Frederico com Roberto do Diabo: a  
incompatibilidade entre o “sistema Paulista” e a associatividade sindical de  
seus operários 205

Caderno de fotos 263

**Livro II**  
**AS CONTRADIÇÕES DO “SISTEMA PAULISTA” 271**

**Introdução 272**

**Parte III – A Produção Têxtil e a Tecelagem dos Conflitos de Classe 275**

Capítulo 8 – Introdução: Um confronto entre diferentes concepções de trabalho 277

Capítulo 9 – Uma volta ao passado: o conflito entre a “cultura fabril” dos operários e a eficiência almejada pela fábrica no auge do “sistema Paulista” 289

Capítulo 10 – A construção de uma consciência de classe: o movimento reivindicativo dos anos 50 e 60 327

1. A resistência ao desmantelamento da “cultura fabril” no interior do “laboratório secreto” no período de 1949 e 1950 e o início da luta judiciária dos *operários de questão*. 328

2. A retomada renovadora da luta sindical e as greves de 1951 e 1952 374

3. Auge e declínio dos operários *banqueiros*: o prolongamento da mobilização de 1952 nas greves de 1954 e 1956 e a crise do movimento operário de Paulista após a greve de 1957. 408

4. A greve de 1963 e a teatralização final do enfraquecimento da dominação 439

**Parte IV – A “Libertação da Cidade” e as Lutas pela Apropriação da Vila Operária pelos Trabalhadores 459**

Capítulo 11 – O movimento pela “libertação da cidade” 465

Capítulo 12 – A resistência à “guerra contra os estabilizados” depois de 1964 e a apropriação parcial da vila operária pelos trabalhadores. 541

**Conclusão 585**

**Bibliografia 593**

**Anexos 613**

## AGRADECIMENTOS

O presente livro foi originalmente apresentado como tese de doutoramento ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – UFRJ. Reproduzo aqui agradecimentos que constavam da tese.

A pesquisa subjacente à elaboração deste livro iniciou-se durante o trabalho de equipe reunido sob o “Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste” (convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE), coordenado por Moacir Palmeira, entre 1975 e 1977 no Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ). Neste período, realizei duas viagens “ao campo” em 1976 e 1977. Os debates travados no interior desta equipe foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, e tenho o prazer aqui de enumerar, em reconhecimento, estes colegas e amigos: Moacir Palmeira, Afranio Raul Garcia Jr., Luis Antonio Machado da Silva, Rosilene Alvim, Alfredo Wagner B. de Almeida, Neide Esterci, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia, Regina Novaes, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Eliane Cantarino, Leilah Assumpção, Doris Rinaldi Meyer, Maria Cristina Marin, Amélia Rosa Teixeira, Antonio Paulo Ferraz, Francisco Quental. De Luis Antonio Machado da Silva tive a oportunidade de beneficiar-me com suas observações sobre o meu trabalho de pesquisa quando, ao final do “Projeto”, redigimos conjuntamente a introdução ao relatório final da parte urbana (cf. Leite Lopes & Machado da Silva, 1979).

Em 1977 ingressei no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e, através de concurso público para professor da UFRJ, vinculado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional, entrei para o quadro de professores daquele Programa ao nível do curso de mestrado. Desta condição ambígua de professor e aluno na mesma instituição – ambigüidade tão ao gosto dos antropólogos e situação tão interessante para o estudo do “campo acadêmico”, que é parte desta “autocrítica”, por vezes dolorosa, da própria ciência como instrumento indispensável de seu método mesmo – procuro finalmente livrar-me. Do ponto de vista daquela dupla condição tive, como alguns outros companheiros, a vantagem de conviver enquanto colega tanto com alunos quanto com professores, aos quais agradeço aqui genericamente. Por outro lado, agradeço também duplamente aos funcionários e técnicos do Programa e do Departamento

cujos serviços indispensáveis foram competentemente fornecidos de forma dobrada. Ao agradecer o apoio dos sucessivos coordenadores do Programa e/ou Chefes do Departamento de Antropologia, registro com prazer meu reconhecimento a estes colegas e amigos: Roberto da Matta, Luís de Castro Faria, Otávio Velho, Francisca Vieira Keller, Anthony Seeger, Gilberto Velho, Giralda Seyferth e Lygia Sigaud. E durante o decorrer deste período de doutorado gostaria de destacar a importância para o meu trabalho de pesquisa dos cursos e das discussões de que pude beneficiar-me, do Prof. Castro Faria.

Agradeço também a ajuda material fornecida em diferentes momentos de realização desta pesquisa por diversas instituições tais como a FINEP, a Fundação Ford e o CNPq. Por ocasião do "Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste" encontrava-me vinculado como economista à FINEP e fui colocado à disposição do trabalho naquele Projeto durante o seu período de vigência, e subsequente, como funcionário daquela instituição autorizado a cursar o doutorado, dela obtive uma bolsa no período 1978-1979, graças ao interesse nas ciências sociais e na pós-graduação e pesquisa em geral inaugurado pelo presidente de então da FINEP, Dr. José Pelúcio Ferreira. Da Fundação Ford obtive financiamento de pesquisa entre 1978 e 1980 proveniente do seu concurso anual de dotações, para o projeto "Fábrica e Vila Operária: Família e Trabalho" desenvolvido juntamente com Rosilene Alvim. Do CNPq sou pesquisador-bolsista desde 1981 e obtive um auxílio de pesquisa entre 1984 e 1985.

Com Lygia Sigaud, orientadora desta tese, discuti a totalidade da pesquisa e da tese como desdobramento de um longo trabalho comum desde 1972, trabalho este que é acompanhado de uma longa amizade. Seus conhecimentos na área da ideologia e da cultura, sua experiência de pesquisa e seus estudos com as problemáticas do campesinato, da proletarização e dos movimentos sociais, tiveram importância no acompanhamento do meu estudo. Deste longo trabalho comum destaco também Moacir Palmeira, o iniciador de uma linha de pesquisa a que me dediquei desde o meu período de mestrado, e de cuja amizade e generosidade intelectual e pessoal continuei beneficiando. O meu velho amigo e companheiro Afranio Garcia Jr. — com o qual desde o ginásio juntos enfrentamos tantos "exames", como o também implícito nos aspectos ritualísticos e hierarquizantes das teses, e tantas outras provações — acompanhou de perto o meu trabalho.

Com Rosilene Alvim estou envolvido na totalidade deste trabalho e em cada fio desta tecelagem que pelo título designa esta tese: juntos fizemos a pesquisa de campo em Paulista, assim como enfrentamos "a poeira das bibliotecas", juntos organizamos e dividimos enfoques de análise e o material empírico para nossos respectivos trabalhos, juntos tivemos a temeridade de enfrentar a simultaneidade da redação de nossas teses, e juntos discutimos os argumentos contidos neste trabalho. Sua presença intelectual e afetiva pouco se contém nestes agradecimentos.



Agradeço enormemente a Maria José Silveira Lindoso, Maria Cecília de Souza Minayo, Eduardo Stotz, Wilma Mangabeira, Maria Carmen Bello, Lígia Cabral e Miriam Mousinho Furtado Gomes, assistentes de pesquisa em diferentes momentos do seu desenrolar, que deram uma grande contribuição pela sua competência e seriedade tanto na preparação e classificação do material coletado em campo (principalmente as entrevistas) quanto na pesquisa em bibliotecas e arquivos (principalmente no arquivo do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional). Aurélio Vianna da Cunha Lima Jr. ajudou-me também na coleta de dados nos arquivos do CPDOC.

As discussões com Maria Célia Paoli sobre os nossos respectivos trabalhos de pesquisa e as suas análises e referências empíricas a respeito das conseqüências para os trabalhadores dos conflitos entre os industriais têxteis nos anos 30 e 40, inclusive com informações sobre a fábrica por mim estudada em Pernambuco, incentivaram-me a levar adiante o levantamento historiográfico em arquivos e bibliotecas. Também discuti o meu trabalho com Dulce Pandolfi que forneceu-me preciosas indicações para a consulta ao Arquivo Público de Pernambuco assim como ao arquivo de Agamenon Magalhães no CPDOC. Além disso, teve a gentileza de apresentar-me e participar comigo de entrevista com o escritor e ex-parlamentar Paulo Cavalcanti, contribuindo também para que subseqüentemente eu pudesse entrevistar a ex-militante sindical têxtil e ex-vereadora do Recife, Júlia Santiago.

Agradeço ao meu amigo Joaquim Arnaldo de Albuquerque, militante sindical dos metalúrgicos cariocas de longos anos e colega em trabalhos de assessoria a movimentos populares de que participei, que me forneceu indicações e apresentações importantes a militantes sindicais na área do Recife. Foi inestimável a ajuda dada em Recife (a mim e a Rosilene Alvim) pela amiga Marina Junqueira Schmidt, a Irmã Albertina, que nos deixou recentemente com saudades. Também foi grande a ajuda e a dedicação do amigo Luís Barros da Silva, ex-morador de Paulista, que nos introduziu em campo, apresentando-nos a vários trabalhadores daquela localidade. Eunice Pereira é outra pessoa que contribuiu muito para o nosso trabalho em Recife. E ajudou-nos também o ex-portuário José Rodrigues.

João Francisco da Silva, Rosália Ferreira Santana Bezerra, Honorina Antonia da Conceição, Isabel dos Santos, Severino Jerônimo dos Santos, Severino e Severina Gonçalves, Militão e Maria, Nininha, Adauto Machado, moradores de Paulista, ajudaram-nos decisivamente – abrindo redes de entrevistados, proporcionando-nos visitas a lugares significativos, discutindo conosco a pesquisa e dela em certa medida se reapropriando – e tomaram-se grandes amigos.

Ainda em Recife, agradeço a Angélica Collier que com gentileza e hospitalidade permitiu-nos consultar o rico arquivo de família de Carlos Alberto Menezes e Pierre Collier, empresários da Fábrica de Camaragibe,

material pouco utilizado nesta tese mas de importância comparativa subsidiária. Meus parentes Maria de Jesus Moreira e Silvio Romero Moreira ajudaram-nos muito na nossa permanência em Recife, e Afranio Lopes ajudou-me em contactos empresariais locais. Edson Nery da Fonseca também auxiliou-me em Recife e forneceu indicações bibliográficas e de documentação. Lúcia Nery foi de uma ajuda incansável no Arquivo Público Estadual em Recife e de uma enorme hospitalidade. (Na seção de jornais daquele Arquivo, Lindinalva Santos, originária de uma família de tecelãs do Recife, guiou-me entre fichas, estantes e grandes livros. E como diretor de então do Arquivo lá estava Mauro Mota, o autor, entre tantos outros, do poema "A Tecelã", de 1957.) Os economistas Reginaldo Muniz Barreto, Paulo Guilherme e Albino Rufino forneceram-me indicações sobre as fábricas têxteis de Pernambuco. Roberto Arraes dispôs-se a fotografar a cidade de Paulista sob nossa supervisão e forneceu-nos cópias de fotos do arquivo do Jornal do Comércio do Recife.

Discuti ainda partes do meu trabalho de pesquisa com os meus amigos José Ricardo Ramalho, Yvonne Maggie, Neide Esterci, Regina Novaes, José Roberto Novaes e Sonia Gonzaga. Com a amiga Vera Huszar participei de atividades sindicais de base da universidade que, se por um lado tiraram-me tempo de trabalho da pesquisa, por outro lado contribuíram, por vivência direta, para o entendimento indireto de questões colocadas para o grupo social aqui estudado relacionadas à associação, à representação e à delegação. Com Luís Fernando Dias Duarte compartilhei durante certo tempo, de salas vizinhas, as vicissitudes de redação da tese simultaneamente à nossa participação nas atividades associativas na universidade.

Agradeço as sugestões e críticas apresentadas pela banca constituída para defesa de tese, dos professores Francisco de Oliveira (Cebrap), Michael Hall (Unicamp), L. Castro Faria, Moacir Palmeira e Lygia Sigaud (PPGAS – MN).

Agradeço ainda a Marisa Colnago e a Yedda Guimarães Ennes, pela competência e paciência com que datilografaram esta longa tese.

O longo período de redação desta pesquisa foi envolvendo totalmente não só a mim e à minha mulher Rosilene Alvim – que comigo a compartilhou desde o campo até a redação simultânea de duas teses em um só espaço doméstico – mas também aos nossos filhos Pedro, Francisco e Manuel, cada um introduzido na área de pesquisa em diferentes períodos de campo e todos três disputando os pais nas horas extras das teses. Quando os exportamos nas férias para a "virada" da redação, o meu equilíbrio ecológico da bagunça doméstica foi rompido e peguei uma hepatite. Um deles perguntou receioso se toda profissão implicava numa tese. Concluindo o trabalho com as lembranças aqui explicitadas e outras não ditas que, no entanto, povoam o desenrolar das pesquisas, dedico esta tese a Rosilene, e a Pedro, Francisco e Manuel.

## PREFÁCIO

Francisco de Oliveira

Não se pode resumir, em breve apresentação, a riqueza lograda por José Sérgio Leite Lopes neste rigoroso trabalho de re-constituição da luta operária em Paulista, antigamente uma remota “fábrica-vila”, hoje um subúrbio do Recife.

De modo que só resta tocar a outra corda dessa magnífica “ópera”. Em clave soberba – clave de Sol? – José Sérgio nos guia e nos encanta – por que recusar a um trabalho científico a magia da sedução? – pelos meandros de uma luta memorável. Tão importante para a formação de uma parte das classes dominadas do Nordeste quanto os arqui-explorados conflitos do sertão, os cangaceiros e fanáticos, Virgulino Lampeão, Padre Cícero ou Antonio Conselheiro. Talvez porque o longo processo que ele agora reconstrói não deixasse margens à ambigüidade, quase sempre apropriada pelo discurso da direita como “atributos” do próprio atraso dos espoliados e explorados, a luta dos operários-moradores de Paulista não recebeu, antes de José Sérgio, a atenção da ciência social.

O leitor, leigo ou especializado, deve estar completamente consciente do que vem pela frente. Pois o que vem recusa qualquer cientificismo, aquele olhar enviezado com que o cientista não se compromete com seu “objeto”. Aqui, não: a rigorosa trama não deixa nunca a brecha para o folclore, não rebaixa nunca a supostos “atrasos” as formas das lutas encontradas e contruídas pela e na experiência de opressão; e toma partido: um livro como este não se faz sem a paixão pela causa dos oprimidos.

Como uma imensa “ópera” bartokiana ou stravinskiana, os sons e acordes dissonantes, o martelamento dos detalhes, a mudança de registros, preparam uma obra absolutamente coesa e indissolúvel. E a “ópera” é simultaneamente dos próprios operários de Paulista e de José Sérgio Leite Lopes.

O “finale”, que se contrói na intimidade de cada som, de cada forma de luta, de cada “recurso de método”, de cada truque e trapaça dos dominantes, de cada repressão grande ou pequena, de cada greve, de cada fracasso, nos deixa completamente estremecidos. Aqui, a antecipação do fim, como nos melhores filmes, não rouba nada à dramaticidade, e aparece discretamente, sem alardes: não é uma apoteose como as das grandes sinfonias, e sugere outra vez Stravinski e Bartok. Mas tem o selo ineludível da ruptura: ao fim de um longo processo, os operários-moradores de Paulista recebem, como indenização, as casas onde habitaram juntas a necessidade e a opressão. Ao o fazerem, destroem a vila-fábrica e libertam a vila, agora cidade. Nada mais dramático nem mais simbólico. Resta a fábrica, mas a cidade não será mais a suma do despotismo fabril; resta a exploração da força de trabalho, mas emerge a cidadania.

Por sobre os escombros do mito do “tempo bom de trabalho para todos” e do real aparentemente tão arcaico, emerge nossa própria modernidade, feita da suma das obscuras lutas de anônimas frações da classe operária. A medida da grandeza do trabalho de José Sérgio Leite Lopes é esta: com um rigoroso sentido da paixão, que não se ilude nem ilude, a tragédia fáustica – no sentido de Marshall Berman – abre as portas para um amplo horizonte; mas essa modernidade não devolverá nada aos que foram não apenas matéria-prima da tragédia, mas sobretudo sujeitos do doloroso processo. Pode apenas, se levada às últimas conseqüências, resgatar-lhe o sentido de suas vidas em nosso próprio benefício.

Depois da leitura deste livro, ninguém mais poderá dizer que não conheceu a classe operária de Paulista. Esse retrato que dói, e desafia e instiga e provoca nosso acomodamento. Não conheço melhor resultado para a ciência social que esta “ópera”.

05/07/88



*"Quando eu me casei com minha esposa, ela trabalhava dentro da fábrica. Quase dez anos ela trabalhou ainda depois de casada. Depois ela começou a adoecer, ficou numa condição que não podia nem olhar pra fábrica. Ouvia a sirene, ela chorava, tão nervosa que ficou. Adoeceu que não podia nem ouvir esses apitos. Mas eu achava esses apitos bonitos. Era apito a vapor. Quando apitava às três horas da madrugada, apitavam todas as três fábricas e era um apito global. Era bonito, apito a vapor, não era como agora não. Isso aqui era outra coisa. Era bom demais. Era a cidade das chaminés, né? Chegava em Paulista, o pessoal dizia: agora não morro de fome nem de sede. Tinha água limpinha, doce. Agora acabou-se tudo isso."*

*(ex-tecelão, ex-sindicalista)*

*"Aqui era a sede do sofrimento, da fome e da escravidão. A sede do perseguidor de operário era aqui. E a sede do isolamento dos direitos da nação era aqui. Foi aqui que eu vim encontrar uma administração que a lei era o que a companhia tinha vontade. Aqui era assim. Não tinha negócio de lei não. Então só existia um cumprimentozinho de lei quando o operário se unia. Al sim, quando o operário se unia, al então a lei era cumprida mesmo porque era cumprida na marra. Aqui só cumpria os direitos da lei quando o operário se movimentava, se unisse e movimentasse. E aqui já teve um movimento bonito."*

*(ex-operário da seção de estamparia)*



## INTRODUÇÃO

Se a “cidade das chaminés” incluída no título deste trabalho indica que se trata do estudo de uma cidade industrial única, a de Paulista, em Pernambuco, no entanto aquela expressão traz a necessária ambigüidade apontando para uma designação genérica, de um padrão de cidade industrial em que “as chaminés” subordinam a “cidade”. É de disto que se trata neste trabalho: estudar, através da análise detalhada de um grupo operário determinado, submetido a relações de dominação peculiares, um padrão mais geral, uma forma de dominação específica, a das fábricas com vila operária. Mais ainda, pretende-se empreender o estudo detalhado da constituição, diante dessa forma de dominação, da identidade própria de um grupo operário determinado, a partir do qual pode-se levar adiante comparações, através de regularidades e de discrepâncias especificadoras, com a experiência de outros grupos operários brasileiros ou de diferentes países.

A cidade de Paulista, construída ao longo do século pela companhia de Tecidos Paulista ao redor de suas duas plantas fabris de fiação, tecelagem, estamparia e trabalhos conexos, tem chamado a atenção de escritores e ensaístas a respeito das peculiaridades das relações sociais de dominação que ali se estabeleceram<sup>1</sup>. Com estas peculiaridades defrontaram-se diretamente, e deste fato deixaram registros, autoridades governamentais como Agamenon Magalhães, dirigentes comunistas como Gregório Bezerra e industriais têxteis concorrentes localmente e no Rio e São Paulo, como veremos no

---

<sup>1</sup>Em *Moleque Ricardo*, José Lins do Rego apresenta o operário Francisco, leitor de jornais e sonhador da sociedade do futuro, colega de trabalho de Ricardo na padaria do Recife, atormentado com o seu passado na fábrica de Paulista “que lhe comera a meninice” e enraivecido com os chefes “alemães” e os vigias (Lins do Rego, 1973, pgs. 60,61 e 69). Joaquim Pimenta, que inspira o personagem “Dr. Pestana” de *Moleque Ricardo*, descreve sumariamente em suas memórias o caráter “feudal” de Paulista (Pimenta, 1949, pgs. 412-413), descrição da qual discorda Souza Barros (1972, pgs. 105-106) que enfatiza ao contrário o “feudalismo” que caracterizaria as relações sociais no campo, e não na indústria.

decorrer deste trabalho. Por outro lado, como uma das principais fábricas têxteis brasileiras nos anos 30, 40 e 50, e a maior delas no imediato pós-guerra (CETEX, 1946, pg. 53), com seus 10 a 15 mil operários registrados e seus 5 a 8 mil trabalhadores em frentes de trabalho extra-fábris e não registrados para efeitos da legislação social, a CTP acrescenta características de escala de grandeza à sua experiência de administração de uma fábrica com vila operária. Tendo sido fundada nos primeiros anos da década de 90 do século passado por sobre a área de um antigo engenho e tendo sido adquirido desde 1904 o seu controle acionário pela família Lundgren – de origem sueca e de atividades comerciais de importação-exportação e fábris no ramo da pólvora – que a expandiu nos anos 10 e 20 com novas máquinas e através da ligação direta da fábrica a uma rede varejista de lojas, que se espalham pelo Nordeste e depois pelo país (as “Lojas Paulistas” e depois as “Casas Pernambucanas”), a CTP possui nos anos 50 uma vila operária de aproximadamente 6.000 casas que coincide com a cidade-sede do município de Paulista, cuja área, de resto, esta companhia controla territorialmente na sua quase totalidade. A fábrica e a vila operária de Paulista, distante apenas 20 km do Recife, mas conseguindo manter seu isolamento até os anos 50 e 60 através do seu monopólio territorial, distingue-se assim por esta superposição entre uma unidade econômica de atividades fábricas e agrícolas centralizadas e uma unidade político-administrativa que vem assim notabilizar a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos.

A sistematização das peculiaridades desta fábrica têxtil pode assim fazer desta situação um “caso-limite” servindo para iluminar aspectos importantes deste padrão específico de relações de dominação das fábricas com vila operária, ou das fábricas que subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção.

Mas o que caracteriza essa forma de dominação da fábrica com vila operária? Em que distingue-se ela da forma de dominação mais geral implicada na relação que se estabelece no interior do modo de produção capitalista entre a força de trabalho industrial e o patronato?

Quando se pensa na grande indústria, geralmente faz-se abstração da residência da força de trabalho relativamente à fábrica, supondo-se que ela se dê ao acaso, o modo de produção capitalista caracterizando-se, por oposição a outros como o feudal ou o escravista, pela não interferência direta do não-trabalhador na vida privada (isto é, fora do trabalho) do produtor direto. A consideração do *ponto de vista do processo de produção capitalista* faz ver o produtor direto desse modo de produção como livre de um duplo ponto de vista: livre enquanto “uma pessoa livre, dispondo de sua força de trabalho como de uma mercadoria sua”, e “livre” enquanto despossuído das condições necessárias à realização de sua capacidade de trabalho (cf. Marx, 1969, cap.



VI). Baseando-se nesta consideração genérica outros autores especificam o primeiro sentido dessa "liberdade" acentuando sua caracterização como mobilidade, como liberdade de ir e vir, como desenraizamento de um local de trabalho e moradia: "(o trabalhador) é como que duplamente livre: livre de se mover, de ir onde bem entender, ao contrário de seus ancestrais – servos ligados seja à gleba, seja à manufatura real, sob Colbert, na França de Luís XIV – e livre também com relação a seus instrumentos de trabalho, sendo isto que o distingue do capitalista a quem pertencem os meios de trabalho os quais são seu capital" (Kuczynski, 1967, pg. 10)<sup>2</sup>.

A este otimismo evolucionista contrapõe-se a observação historiográfica ou etnográfica da persistência de setores determinados de trabalhadores industriais imersos em uma situação onde a própria fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários e é promotora da vida social extra-fábrica da localidade. Tal situação traz novas determinações à relação entre patrões e operários – à diferença das fábricas que não controlam nem a moradia, nem a vida social extra-fábrica de seus operários – que extrapolam da esfera da produção em direção ao controle material da própria esfera da reprodução da força de trabalho. Pois que o fato de certas indústrias fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja das obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores.

Mas, mesmo no nível genérico em que trabalha Marx em *O Capital*, a forma de dominação implicada no padrão fábrica-vila operária pode ser implicitamente prevista – como "caso particular do possível" (Bachelard), ou como "uma configuração dentre outras, de uma estrutura de relações" (Bourdieu, 1982, pg. 25) – quando de sua análise inicial do processo de reprodução do capital. Pois que *do ponto de vista do processo de reprodução do capital* estabelece-se ao nível da *relação entre classes sociais* – e não da relação entre o operário individual e o patrão individual sejam eles genéricos

---

<sup>2</sup>Enquanto Kuczynski compara o trabalhador moderno ao servo da gleba ou da manufatura, Kautsky o compara ao antigo assalariado, seja "jornaleiro" do artesanato ou de pequena manufatura, seja empregado doméstico: "(...) Finalmente devemos considerar uma quarta característica do moderno assalariado(...): sua separação do núcleo familiar do empregador. O assalariado antigamente constituía, em regra geral, um apêndice do núcleo familiar do empresário; pertencia a sua família, não somente como operário, senão como homem; dependia dele em toda sua atividade, mesmo fora do trabalho. O assalariado moderno, fora do seu trabalho, se pertence a si mesmo. Chega a ser um homem livre tanto mais pelo fato de que, fora do trabalho, enfrenta-se com seu empregador como igual, na medida em que o modo de produção capitalista, ao desenvolver-se eliminou as sobrevivências feudais." (Kautsky, 1974, pg. 370).

– a relativização daquela liberdade de proprietário da mercadoria força de trabalho (estabelecida no capítulo da “compra e venda da força de trabalho”), agora sobredeterminada (no capítulo da “Reprodução Simples”) pela “reprodução e eternização da relação social entre capitalista e assalariado” e pela revelação da “*servidão econômica*” de fato do operário, “dissimulada pela renovação periódica deste ato de venda (da força de trabalho ao capitalista), pela ficção do contrato livre, pela troca de padrões individuais e pelas oscilações dos preços do mercado de trabalho” (Marx, 1969, cap. XXIII da ed. francesa). E sintomaticamente quando Marx fala da *servidão econômica* dissimulada do *trabalhador livre* do modo de produção capitalista ao finalizar o capítulo da “Reprodução Simples”, ele acrescenta a título de ilustração de um caso-extremo daquela “servidão”, em nota de pé de página, um caso caricatural de dominação patronal de um arrendatário capitalista inglês sobre seus trabalhadores rurais, que extravasa a esfera da produção e penetra na esfera doméstica (Marx, 1969, Livro I, tomo 3, pg. 20, ed. franc.).

E é assim, como uma configuração de uma estrutura de relações sociais de dominação, dentre outras configurações possíveis no interior do modo de produção capitalista e no interior do conjunto de relações entre a classe operária e o patronato, do ponto de vista da reprodução do capital, que se trata de estudar o padrão “fábrica com vila operária”.

Ao procurar desenvolver aqui este estudo, faço-o através da análise de uma fábrica determinada como um “caso particular do possível” no universo das fábricas com vila operária, mais do que através da análise de múltiplas manifestações em diferentes unidades produtivas daquela forma de dominação específica.

Esta última opção de análise, ao contrário, procurei anteriormente desenvolvê-la pela sistematização de referências esparsas e marginais – em torno da situação fábrica-vila operária – na literatura sobre a fábrica, sobre a formação da classe operária e sobre a “questão de habitação” na formação das cidades industriais nos “casos clássicos”, principalmente europeus (cf. Leite Lopes, 1979). Embora insuficiente para examinar mais detidamente a lógica interna das fábricas com vila operária, assim como as suas contradições internas, daquela sistematização pude estabelecer o delineamento de um padrão geral de dominação, que eu denominei da expressão paradoxal de uma “servidão burguesa”, a partir de uma série de problemáticas que poderiam ser agrupadas como referidas a: (1) a proletarianização do campesinato e a formação de um operariado de origem rural (cf. Tougan Baranowski, 1970, pgs. 359-360; Kowalevski, 1898, pgs. 202-203; Kautsky, 1974, pgs. 219-226; Hareven, 1982); (2) a concentração de poderes inerentes à situação fábrica - vila operária, reunindo nas mesmas mãos o poder do capitalista industrial e do proprietário territorial em oposição aos operários (cf. Marx, 1960, III, 3, cap. 46, pg. 157; ed. francesa; Engels, 1960, pgs. 311-318 e 390); (3) o

"governo local de fato" da fábrica com vila operária sobrepondo-se à autoridade pública da unidade administrativa da localidade (Trempe, 1971, t. II, parte IV, cap. 2; Buder, 1967); (4) a trajetória da fábrica-vila operária, resultando no seu "transbordamento" em um bairro ou cidade industrial maior, ou inversamente na sua "desindustrialização" (cf. Engels, 1969, pgs. 67, 70-71; Leite Lopes, 1984<sup>3</sup>, pgs. 30-32 e Noiriell, 1984)<sup>3</sup>.

Também a obra de Murard & Zylberman (1976), sobre as cidades mineiras e siderúrgicas como "campos de experimentação" na formação e inculcação de uma nova disciplina da classe trabalhadora na França da 2ª metade do século XIX, sistematiza diferentes referências empíricas a partir de fontes diversas como a literatura médica e sanitária, de inquéritos sociais e de fontes patronais. Ela traz importante contribuição, seguindo Foucault, 1975, parte III, para a análise do poder inerente àquelas cidades industriais geralmente vivendo em função de uma grande indústria, poder este que incorpora saberes e práticas provenientes de origens militares, sanitárias, penitenciárias e pedagógicas. No entanto, a análise das contradições internas a este poder e principalmente a ação dos dominados, de aceitação ou de resistência diante da dominação, não é desenvolvida.

---

<sup>3</sup> A propósito do tratamento em torno do tema na literatura sobre a classe operária brasileira, destaco algumas referências "clássicas" e alguns trabalhos mais recentes. O clássico estudo sobre as relações sociais em torno das fábricas têxteis em "pequenas" cidades, *Crise do Brasil Arcaico*, de Juarez Brandão Lopes, apresenta de forma pioneira importantes análises relativas à situação "fábrica com vila operária" no Brasil (cf. Lopes, 1964, e os estudos críticos a respeito desta obra de Alvim, 1981 e Leite Lopes, 1983). A também clássica monografia histórica sobre a formação da indústria têxtil brasileira de Stanley Stein traz relevantes informações sobre o assunto no capítulo sobre a "força de trabalho", embora infelizmente limitadas ao período 1840-1890, como se o "paternalismo industrial" ali descrito tivesse implicitamente tido um arrefecimento depois daquele período (Stein, 1979, cap. 5). Esse livro, no entanto, traz indiretamente contribuições ao contexto das relações entre patrões e operários que podem ser filtradas de sua análise dos conflitos entre grupos de indústrias têxteis. O estudo da CEPAL sobre a produtividade da mão-de-obra têxtil em cinco países da América Latina (entre os quais o Brasil), refere-se às "comunidades industriais" na região do Rio de Janeiro-Distrito Federal dos anos 40 como "exemplo da perpetuação de organizações tradicionais do trabalho" e "obstáculo ao progresso", mas o faz com algum detalhamento (cf. CEPAL, 1951, pg. 50). Dentre as obras mais recentes destaco as de Pinheiro & Hall (1981), Foot & Leonardi (1982), Oliveira (1972, pg. 37, onde é feita menção ao caso de Paulista, e 1977<sup>8</sup>, pg. 26), Pereira (1979, especialmente 1ª parte, cap. 2), Grossi (1982), Blay (1980 e 1982), Gomes (1979, sobre a relação entre burguesia e legislação social), Paoli (1984 e 1984<sup>8</sup>), Sorj (1985), Eckert (1985), Minayo (1985), Hutzler (1983), Giroletti (1983), Ribeiro (1985) e Alvim (1979, 1984 e 1985). Para a literatura brasileira sobre a classe operária, cf. as bibliografias comentadas de Brandt, 1967; L. M. Rodrigues, 1971; A. Simão, 1971; L. M. Rodrigues & Munhoz, 1974; Erickson, Pepe & Spalding, 1972; P.S. Pinheiro, 1975, L. Werneck Vianna, 1978 e 1984; M. C. Paoli & Sader, 1984 e 1986.

Como estou preocupado tanto com a análise da lógica interna desta forma de dominação quanto com as suas contradições, e em particular com a legitimidade ou não da dominação avaliada pelos dominados, optei por uma estratégia de pesquisa privilegiando o estudo de uma fábrica com vila operária determinada e de sua trajetória histórica, feito a partir, mas não exclusivamente, das informações e representações do grupo operário formado por aquela fábrica. Esta opção de pesquisa havia sido por mim seguida anteriormente para a análise desta variante do padrão fábrica-vila operária que são as usinas açucareiras, quando defrontei-me com uma situação de “imobilização da força de trabalho através da moradia” (Leite Lopes, 1976). Com aquela experiência adquirida, e com o trabalho de sistematização da literatura acima referido – que foi por outro lado claramente influenciado por minha experiência anterior de pesquisa tanto das usinas quanto dos períodos iniciais do trabalho de campo em Paulista – abrindo um quadro de referências mais geral, resolvi concentrar a análise sobre uma fábrica com vila operária específica, onde pudesse desenvolver tanto o trabalho etnográfico quanto historiográfico, cercado a trajetória desta fábrica e deste grupo operário através da documentação histórica e da “memória social” do grupo. Preocupado também com uma “antropologia social da classe operária” (Leite Lopes, 1976 e 1984<sup>a</sup>), a minha *démarche* inicial de pesquisa foi a observação direta deste grupo operário contemporâneo e o tratamento das informações históricas provenientes de sua avaliação do passado e das histórias de vida de seus membros.

O trabalho de campo com um grupo social contemporâneo, por outro lado, tem um peso decisivo na própria maneira como acabei organizando o tema desta tese, uma forma de dominação específica seguindo o padrão fábrica-vila operária, menos através de suas manifestações “objetivas” tal como está delineado nos resultados da leitura acima e, primordialmente ao contrário, seguindo o fio condutor da mediação subjetiva dos próprios dominados na sua apresentação das características daquela forma de dominação. Assim, se a expressão “cidade das chaminés” evocada no título deste trabalho carrega tanto a referência a uma cidade única, quanto a alusão a um tipo de cidade e da forma de dominação nela existente, ela também traz embutida essa maneira subjetiva e interiorizada do próprio dominado apresentar a dominação que faz corpo com sua história de vida, como é o caso da apreciação estética e sensorial dos apitos, da água e das chaminés da cidade, que, no entanto, atormentavam sua esposa, feita pelo ex-tecelão e ativista sindical que se encontra em epígrafe a esta tese.

A mediação subjetiva acima referida também poderia ser estudada através de um material historiográfico documental, mas o acesso direto a uma rede de trabalhadores pertencentes ao grupo operário estudado, a observação direta de sua vida cotidiana, assim como o acesso a seus relatos e depoimentos sobre o passado reforçaram esta ênfase na apreensão desta forma de domi-

nação através da maneira em que ela é interiorizada por aqueles que a vivem ou a viveram. Esta predisposição de pesquisa é sustentada, por outro lado, pelas abordagens sobre a teoria e a análise empírica das formas e modos de dominação política e de classe efetuadas por historiadores sociais como Thompson (1968, 1976 e 1979) ou por sociólogos trabalhando com materiais "antropológicos" como Bourdieu (1963, 1980), enfatizando tanto esta interiorização da dominação, e também da resistência à dominação, quanto os aspectos propriamente simbólicos por ela assumida.

A apresentação das características do "sistema Paulista", esta variante do padrão de dominação "fábrica-vila operária", e em particular as características ligadas à garantia das condições materiais de existência dos trabalhadores na Parte 1, é feita explicitamente seguindo o fio condutor desta interiorização da dominação pelos próprios dominados. Isto não significa que não sejam utilizados de forma complementar materiais documentais da própria fábrica, de associações patronais têxteis, ou de notícias de jornais. E também as Partes 2, 3 e 4, apesar de sustentarem-se mais empiricamente de fontes documentais e notícias de jornais, seguem a pista tanto das indicações "objetivas" de antigos operários, quanto de apreciações "subjetivas" e de relatos míticos deste grupo social, como é o caso da "batalha grevista de Roberto do Diabo contra o coronel Frederico" em 1931 e 1932 (cap. 7), ou da interdição pelo piquete grevista de 1963 da entrada cotidiana na fábrica do Coronel Arthur para o seu habitual banho matinal que faz parte de suas idiosincrasias patronais (cap. 10, no Livro 2).

A denominação de "*sistema Paulista*", através da qual acabei designando estenograficamente a variante da forma de dominação fábrica-vila operária aqui estudada, segue por um lado a tradição das denominações usuais na literatura a respeito desta conjugação da fábrica com a moradia anexa de sua propriedade, de "cottage-system" e "sistema de caserna" (cf. Engels, 1969, pgs. 63-64 e Leite Lopes, 1979, pgs. 43-44); e, por outro lado, aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o "governo local de fato" da *companhia* sobre estas múltiplas atividades.

Mas se a expressão "cidade das chaminés" foi incluída no título deste trabalho para indicar como ele é marcado pela análise de uma forma determinada de dominação, também a "tecelagem dos conflitos de classe" aponta para a ênfase no estudo das contradições e conflitos engendrados por aquela dominação. A "tecelagem" indica não somente a produção têxtil que é

a finalidade explícita da fábrica e da cidade que ela construiu em torno de si, mas também procura metaforicamente passar a idéia de processo ativo e de "construção" histórica e cultural, da parte dos grupos sociais em presença, a respeito dos conflitos de classe que têm aquela cidade por cenário. Ela evoca assim a idéia de "auto-construção" de um grupo social, de formação de uma identidade social e de uma "consciência de classe" por parte deste grupo operário, tal como sugere a obra de Thompson (cf. em particular Thompson, 1968, prefácio e cap. 6; cf. também Trempé, 1971, introdução e conclusão). Mais ainda, ao sugerir a imagem de "teia", "trama", ou "imbricação", ela pretende apontar para a análise de múltiplas determinações que atingem os conflitos de classe no interior dos quais o grupo operário de Paulista é protagonista, desde as peculiaridades dos grupos sociais de origem das famílias de trabalhadores recrutadas para Paulista, desde o modo de vida dos trabalhadores naquela vila operária, submetidos a uma forma de dominação específica a que não são irrelevantes as próprias idiosincrasias patronais, até determinações econômicas e políticas da indústria têxtil a nível nacional, onde se destaca a concorrência intraburguesa entre "sul" e "norte" e internamente ao "norte", e até as determinações políticas nacionais e estaduais que se sobrepõem ao "governo local de fato" da CTP da cidade. E levando adiante as preocupações de "construção" histórica e cultural, como o faz Thompson, de uma "consciência de classe" em um grupo operário determinado, dentre as determinações políticas que fazem mediação entre por um lado a "experiência" e a "consciência" de classe dos operários de Paulista, e a sua presença e ação políticas por outro lado, inclui-se a importância das "linguagens de classe" (Stedman Jones, 1984, introdução) elaboradas no interior do grupo, ou de visões prescritivas sobre o grupo atingindo-o do exterior e sua subsequente interiorização e "reinvenção criativa" (Bourdieu, 1963) ou não pelo próprio grupo, que não deixa também de "construí-lo" e "inventá-lo" politicamente (cf. Bourdieu, 1981 e 1984). Assim, são avaliadas as repercussões sobre este grupo operário tanto das propostas e práticas de dominação por parte da *companhia*, como também procura-se fazer o mesmo com as propostas e práticas de resistência àquela dominação originária de grupos e facções políticas com vínculos supralocais tanto na Parte 2, como principalmente nas partes 3 e 4.

Se no livro 1 estou preocupado em apresentar as peculiaridades da dominação a que está submetido o grupo operário de Paulista como uma variante do padrão mais geral de dominação "fábrica-vila operária", enquanto no livro 2 a preocupação principal é a demonstração das contradições e dos conflitos sociais engendrados por aquela dominação; no entanto, procuro implicitamente, quebrando esta oposição simples presente na bi-partição do plano aparente do livro, mostrar no livro 1 que as contradições e os conflitos são inseparáveis da própria apresentação analítica da dominação, enquanto inversamente no livro 2 a presença da dominação e de sua interiorização



permanecem através de um período histórico em que prevalece a explicitação dos conflitos de classe. Assim, aparece no capítulo 2 a análise da formação de uma “cultura fabril” dos operários em pleno apogeu da legitimidade do “sistema Paulista” e de sua política de “trabalho para todos”, enquanto no capítulo 7 é descrita a “grande greve” de 1932 tão presente na memória social deste grupo mas tão ausente dos registros escritos subsequentes ao período de sua eclosão. Por outro lado, a resistência às novas práticas de dominação efetivadas pela fábrica a partir dos anos 50 encontram um veio de legitimidade na veiculação entre os trabalhadores de uma construção idealizada das modalidades de dominação do passado que são antepostas à situação contemporânea, presente em todo o livro 2 e em particular na análise da “guerra aos estabilizados” e da “reapropriação” da vila operária pelos trabalhadores no capítulo 12. Além disso, elementos tão importantes para a análise do exercício da dominação como o são a divisão do trabalho no interior da fábrica e a diferenciação interna dos operários na produção – e inclusive este “investimento” peculiar que faz o trabalhador para adequar-se à sua profissão e reinventá-la, tornando suportável o trabalho fabril que é assim dotado de uma “honra” profissional (cf. Bourdieu, 1980, pgs. 11 e 12; Leite Lopes, 1976, cap. 1; Linhart, 1978 e Pialoux & Corouges, 1984) – são apresentados, mais que no capítulo 2, nos capítulos 9 e 10, no contexto da “tecelagem da luta de classes”. O leitor não encontrará assim a descrição e a análise do processo produtivo, da diferenciação interna dos operários e de suas representações e práticas relativamente à produção em um capítulo ou uma parte do livro (como por exemplo em Leite Lopes, 1976, cap. 1), mas as achará em diversos capítulos, subordinadas ao tema geral da interiorização da dominação e da resistência à dominação.

Também está subordinada a este tema e ao seu processo de exposição a narração do período histórico estudado: a própria ênfase na interiorização subjetiva da dominação e do conflito contribui para romper com a linearidade cronológica suposta na análise da gênese e da implantação do “sistema Paulista” (que corresponde, a grosso modo, aos anos 30 e 40 deste século) e na análise subsequente de suas contradições e dos conflitos de classe que ali se desenvolveram predominantemente em período posterior àquela implantação (isto é, basicamente nos anos 50 e 60). Pois que baseada nas informações mas também nas representações dos antigos operários de hoje, que avaliam o passado comparativamente à situação contemporânea, a reconstrução do passado supõe aqui o desfecho da trajetória deste “sistema fábrica com vila operária” específico, e o capítulo 12 pode “finalizar-se” de certa forma remetendo circularmente ao capítulo 1. Além disso, também quebram esta aparência de linearidade certas remissões, no decorrer do processo de exposição do livro, a períodos históricos posteriores (como é o caso do capítulo 5), ou anteriores (como é o caso dos capítulos 6, 7 e 9) ao período que está servindo de referência àquela parte do livro.

Mas, se a própria descrição histórica aqui empreendida utiliza-se de fontes e de materiais expressamente referidos ao presente, como é o caso dos depoimentos e relatos de ex-operários ou de operários em final de “carreira”, mais ainda necessário faz-se explicitar algo das condições em que se desenvolveu o trabalho de campo, que propiciou grande parte da base empírica deste livro.

Conforme já destaquei na seção de “Agradecimentos”, o conteúdo deste estudo é complementar ao trabalho de Rosilene Alvim sobre o processo de constituição da família dos trabalhadores de Paulista e sobre a análise daquela família na situação presente deste grupo operário (cf. Alvim, 1985). O trabalho de campo foi, portanto, também partilhado com a referida pesquisadora.

A experiência aguda da “angústia da entrada em campo” em nossas pesquisas anteriores – e em particular a minha experiência de campo nessa peculiar situação de fábrica com vila operária em que se constituem as usinas de açúcar, quando tentei penetrar no “vapor do diabo” (cf. Leite Lopes, 1976, introdução) – nos levou a tentar criar condições para o acesso ao campo desde o Rio de Janeiro, às vésperas da primeira viagem a Recife. Parece ser um corolário da “angústia da entrada em campo” o fato da substantivação da área de pesquisa, levando o pesquisador a somente sentir-se “em campo” no próprio local físico onde reside o grupo estudado e a menosprezar os passos anteriores que ele é levado a dar até chegar lá. Com esta preocupação em mente conseguimos entrar em contacto com uma freira participante do trabalho desenvolvido pelas equipes em torno de D. Helder Câmara em bairros populares do Recife, que estava de passagem pelo Rio. Deste contacto obtivemos informações sobre a viabilidade do acesso ao grupo operário de Paulista, a maior vila operária da região, através de ex-moradores e de operários da localidade, vinculados à Ação Católica Operária (ACO) do Recife. Também obtivemos indicações de acesso e apresentações através de um militante sindical há longos anos dos metalúrgicos do Rio e ex-dirigente nacional da ACO. As indicações – que tinham sua importância redobrada na medida do ambiente repressivo proporcionado pelo regime militar de então, multiplicando as cautelas defensivas – coincidiam e se reforçavam. Pela via destes operários “ativistas” da ACO vinculados a Paulista, tivemos acesso a uma rede de operários e de ex-operários da CTP, residentes em Paulista, que se constituíram em nossos principais informantes e abriram outras redes e ramificações, constituídas de parentes, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, ou colegas de participação em diversas associações locais (recreativas, religiosas ou o próprio sindicato de trabalhadores têxteis).

Tiveram assim grande importância, na nossa rede de entrevistados, ex-operários ou operários em “final de carreira” na CTP, das gerações de trabalhadores recrutados pela fábrica nos anos 30 e 40, que assistiram e



participaram das lutas coletivas desenvolvidas pelos operários contra a fábrica nos anos 50 e 60, e que dela saíram no final dos anos 60 ou nos anos 70, como conseqüência do desfecho da “guerra contra os operários estabilizados” desencadeada pela *companhia* (assim é designada localmente a CTP). A maioria destes operários conseguiu então a propriedade da casa da vila operária como parte de indenização trabalhista devida através de acordo com a CTP, apropriando-se de direito da vila operária pela qual vinham lutando desde o final dos anos 40 contra o monopólio territorial de fato da *companhia* não somente da cidade como de praticamente todo o município. Os operários desta geração têm uma ascendência e uma hegemonia sobre as gerações mais novas, que se expressa não somente através desta apropriação da vila operária, mas também por sua importância na constituição da própria identidade social deste grupo operário, voltado para a sua história. Esta “hegemonia” é demonstrada no último capítulo da tese de Rosilene Alvim, examinando a “relação de forças” entre velhos e jovens operários e a organização social do bairro (Alvim, 1985, cap. 6); e também o último capítulo do presente trabalho pretende fazê-lo através da descrição da luta de resistência à “guerra contra os estabilizados” no período pós-64. A importância destes “velhos” operários se comprova também na medida da comparação com as entrevistas dos “jovens” operários, a quem também tivemos acesso, e cujos problemas específicos relativos à nova situação de escassez de emprego dos anos 70 e 80 poderiam ser desenvolvidos em trabalho à parte.

Como “resultados” deste trabalho de campo, efetuado em 1976 (3 meses), 1977 (3 meses), 1978 (1 mês), 1980 (1 mês) e 1983 (1 mês), obtivemos cerca de 80 entrevistas gravadas, a maioria das quais contando histórias de vida, e cerca de 30 não gravadas, anotadas em caderno<sup>4</sup>. Nossos informantes principais acompanharam-nos em diversas entrevistas, e levaram-nos a diversas localidades do município, como as áreas rurais de antigos *sítios da companhia* e “roçados operários”, e como certas “ruínas” e “monumentos” do apogeu da *companhia*, que não deixam de servir de “brasões de identidade” (Duarte, 1984) deste grupo social, como, por

---

<sup>4</sup>A descrição e análise de nossa “entrada em campo” em 1976, a desconfiança inicial de alguns informantes apesar das nossas “credenciais” de apresentação junto ao grupo, a sua recusa inicial de concederem entrevistas gravadas, posteriormente superada, as impressões iniciais que pudemos captar do grupo em relação a nós dois pesquisadores, estão registradas em Alvim & Leite Lopes – Relatório de Pesquisa de Campo-1976, incluída no Vol. III do Relatório Final do Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, depositado na biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ. Esta desconfiança inicial de parte de nossa “rede” de entrevistados, transformou-se, no entanto, subseqüentemente, em um processo ativo de ajuda à pesquisa e de sua reinterpretação e reapropriação para efeito de um debate interno ao grupo sobre sua própria história.

exemplo, nossa visita ao extinto "Porto Arthur", ponto importante do funcionamento "quase-autárquico" do "sistema Paulista". Um dentre estes informantes, *ex-operário de questão* contra a *companhia*, conseguiu proporcionar-nos uma visita, em 1977, ao interior da fábrica, pela obtenção da qual ele empenhou-se como um ponto de honra; e este foi o meio paradoxal pelo qual observamos o processo produtivo atual da fábrica, acompanhados deste *ex-sindicalista* e *ex-operário* castigado pelo *museu* na "guerra contra os estabilizados" dos anos 60 (ver cap. 12) e acompanhados de um jovem gerente de produção de má-vontade e destituído do significado da própria história daquela fábrica (cf. Alvim, 1985, conclusão).

Deve-se assinalar que o rígido controle político exercido pela *companhia* sobre o município – que se aplicaria a eventuais pesquisadores que se aventurassem a entrevistar os seus operários –, caracterizando-o até os anos 50 e 60, não mais se exerce, com o "transbordamento" e a transformação desta antiga vila operária de fábrica em um "bairro" de uma área metropolitana maior. Depois da desapropriação de uma área contígua à sede municipal e a constituição de um bairro "livre" nos anos 50 e depois da venda de terrenos pela CTP para a instalação de um distrito industrial no município e para a construção de conjuntos habitacionais do Sistema BNH, nos anos 60 e 70, na "era pós-SUDENE" da CTP, arrefece-se o poder e as pretensões da *companhia* como "governo local de fato", a controlar inclusive a entrada de estranhos. Assim, a nossa pesquisa de campo desde 1976 não correu os perigos decorrentes do "poder imenso do capitalista industrial e do proprietário territorial" – que sob este aspecto caracteriza mais o trabalho de campo em uma usina açucareira, por exemplo – que pairava sobre aquela cidade até os anos 50 e 60; apenas os perigos comuns inerentes a uma pesquisa de campo sobre "classe operária", feita com os próprios, sob os acasos possíveis que pairam sobre os cidadãos em um regime militar como o de então.

Também "em campo" e através dos operários conseguimos os primeiros materiais documentais sobre a fábrica e a vila operária. Além do acesso aos livros de atas do sindicato dos trabalhadores têxteis locais (o primeiro volume abrange as atas das assembléias gerais de associados de 1941 a 1955; o segundo volume, de 1955 a 1963, desapareceu, havendo dúvidas sobre a causa deste desaparecimento, se por ocasião do inquérito militar pós-64, ou por obra de ex-presidente do sindicato; o terceiro volume vai de 1963 aos dias atuais) e às petições referentes às questões trabalhistas dos anos 60 e 70 iniciadas através do sindicato; tivemos também acesso a um livro do ex-presidente do sindicato e ex-deputado estadual pelo PSD, Torres Galvão, reunindo artigos sobre o "movimento pela libertação da cidade" em 1949 (cf. cap. 11). Obtivemos também um livro, em edição local, de um cronista contemporâneo da cidade (Santos Filho, 1978) e ainda os manuscritos de um romance autobiográfico feito por um *ex-operário* da CTP, então operário do

novo distrito industrial de Paulista, produzido entre os nossos dois primeiros períodos de campo e influenciado pelo contexto da pesquisa (entrevistas, histórias de vida, etc.). (Este manuscrito (Machado, 1977) foi utilizado como material de pesquisa na tese de Rosilene Alvim (Alvim, 1985, caps. 3 e 4)).

Em 1980, tivemos acesso a um arquivo privado, de família, de Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, referente à fábrica têxtil de Camaragibe (Companhia Industrial Pernambucana) fundada, como a de Paulista, na última década do século passado. O material deste arquivo, que concentra-se principalmente no período até os anos 20 deste século, de grande riqueza para o desvendamento, do ponto de vista empresarial, da formação das fábricas com vila operária, e para o estudo dos “católicos sociais” no Brasil do início do século, foi apenas utilizado de passagem, como ilustração comparativa, neste livro.

Tanto as entrevistas “históricas” de antigos operários da CTP, ou acontecimentos que marcaram sua história de vida, quanto esta documentação escrita já obtida, chamaram-nos atenção para a viabilidade de completar lacunas dos dados obtidos “em campo” com um trabalho historiográfico em arquivos públicos, coleções de jornais e arquivos da própria CTP.

Em 1983, consegui autorização – mediada por parentes ligados ao meio empresarial de Recife – para entrar nos escritórios da CTP na esperança de consultar os arquivos da fábrica. Consegui apenas entrevistas com antigos escriturários da fábrica e com um antigo gerente industrial, de resto importantes, obtive cópias xérox de uma limitada amostra de fichas do arquivo-morto de “Registro de Empregados”, de 1935 a 1980.

Paralelamente, procurei referências nas coleções de jornais do Arquivo Público Estadual de Recife a acontecimentos, susceptíveis de transformarem-se em notícias jornalísticas, que marcaram os operários de Paulista e que tinham sido referidos nas entrevistas e histórias de vida, tais como sinais da apologia à grandeza patronal e da fábrica dos anos 30 e 40, ou indicações sobre as greves que se seguiram à “Revolução de Outubro de 1930”, ou ainda as greves dos anos 50 e 60, todas elas na fábrica de Paulista. Consultei os efêmeros jornais da porém florescente imprensa operária local do período 1930-1935, seguindo indicações de Dulce Pandolfi, que me serviram na composição do capítulo 7. E detive-me na coleção do jornal “Folha do Povo”, cotidiano local do Partido Comunista Brasileiro, que abrange o período de novembro de 1945 a março de 1964 (em 1948, o jornal muda de denominação, por razões de repressão, sucessivamente para “A Luta” e “O Popular”; entre 1961 e 1964 transforma-se no semanário “A Hora”). Dada a importância que este jornal atribui aos operários de Paulista como materialização mesma do modelo de proletariado suposto na teoria da revolução proletária marxista vulgarizada e disseminada pelos partidos comunistas ou pelo “inconsciente cultural” da esquerda mundial, há uma insistente cobertura dos acontecimentos daquela cidade – principalmente até

meados dos anos 50 – que foi de particular utilidade para a minha pesquisa. Aqui o “efeito-teoria” (Bourdieu, 1982, pg. 11), que consiste na influência que têm teorias sociológicas disseminadas e sua incorporação a determinados grupos sociais e suas instituições – por exemplo a “classe operária” e a luta que se trava no interior de instituições que pretendem representá-la, como sindicatos e partidos, envolvendo a própria classificação, definição e prescrição do que deva ser a classe – que nestas teorias reconhecem a sua própria imagem, e por ali também se autoclassificam, se “constróem” e se “fazem”, pôde trazer-me benefícios. Pude através desta coleção estabelecer tanto uma seqüência continuada de acontecimentos entre 1945 e 1964, quanto construir alguns de seu nexos; embora descontando o sistemático viés proclamadamente ideológico e por vezes “baluartista” do jornal – o que de resto é uma precaução que é parte integrante da análise de qualquer outra linha editorial jornalística ou outro tipo de documentação, que segue analogamente os mesmos princípios gerais de contextualização e relativização do material de entrevistas e observação direta obtido “em campo”. Por outro lado, “estalinista” embora, este jornal traz notícias que registram as iniciativas dos “movimentos populares” de então (cf. Thompson, 1979, pg. 302, assinalando a importância das iniciativas populares ligadas às atividades comunistas na Europa do imediato pós-guerra, que não se anulam automaticamente pela posterior “descoberta” e “reconhecimento” do caráter negativo do período envolvido pelo estalinismo). As indicações obtidas nesta coleção foram assim importantes para a composição dos capítulos 10 e 11. Por outro lado, procurei sempre que possível confrontar os acontecimentos noticiados naquele jornal com os jornais da “grande imprensa” local, como foi possível por ocasião de algumas das greves. Esta complementação foi feita na Biblioteca Nacional, no Rio, onde porém algumas lacunas nas coleções de jornais da “grande imprensa” de Recife se fizeram sentir.

Também na Biblioteca Nacional pudemos estabelecer uma série quase completa dos relatórios anuais da diretoria da CTP aos seus acionistas, encontráveis seja no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (que inicia-se em 1916), seja em jornais da grande imprensa local (para o período anterior a 1916), série esta estabelecida a partir da data do relatório de 1944 que, talvez por seu caráter polêmico (cf. cap. 9), foi depositado no acervo da Biblioteca Nacional.

Aquilo que procurei na imprensa operária de Recife dos anos 1930-1935, a saber, indicações sobre a grande greve ocorrida em uma data imprecisa daquele período e que tanto marcou os relatos de antigos operários, acabei encontrando na correspondência entre a CTP e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro (CIFTA-Rio), nos arquivos deste último centro (atualmente Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio, SIFT-RJ). Neste arquivo, de enorme riqueza para o estudo da formação da indústria têxtil brasileira e inclusive para a relação destes industriais com

a sua força de trabalho, anteriormente trabalhado na clássica monografia histórica sobre a indústria têxtil de Stanley Stein, encontramos (eu, Rosilene Alvim e assistentes de pesquisa) preciosas informações nas pastas de correspondência com a CTP, e informações decorrentes da polêmica, opondo industriais têxteis do “sul” (Rio e São Paulo) aos do “norte” (particularmente Pernambuco) nos anos 30 e 40.

É nos arquivos do CPDOC-FGV, Arquivo “Agamenon Magalhães”, obtive importantes informações provenientes da correspondência do então “Interventor Federal” do Estado Novo em Pernambuco com o Ministro do Trabalho a respeito da indústria têxtil pernambucana e da CTP, assim como provenientes dos artigos diários escritos por Agamenon Magalhães no jornal “*Folha da Manhã*” entre o final dos anos 30 e os anos 40.

Feitas estas considerações preliminares de contextualização, resta-nos enfrentar este misterioso “laboratório secreto” da Fábrica Paulista, que se estende não somente dos muros da fábrica a uma cidade envolvida pelas “chaminés”, mas também a um território do tamanho de um município.



**LIVRO I**

**O “SISTEMA PAULISTA”:  
A ESPECIFICIDADE DE UMA FORMA DE  
DOMINAÇÃO DO PADRÃO “FABRICA COM VILA  
OPERÁRIA”**

## INTRODUÇÃO

O vigor de uma forma de dominação pode ser avaliado por sua interiorização pelo próprio grupo dominado. Para além dos símbolos objetivados que o patronato local imprimiu às fábricas e à cidade – como por exemplo a Fábrica Arthur, nome de um dos patrões; a Igreja Santa Elizabeth, toda construída pela *companhia* em homenagem à matriarca da família patronal; o busto ao coronel Frederico (irmão de Arthur e filho de Elizabeth) no pátio da monumental *Casa Grande* – estão os símbolos escolhidos pelos trabalhadores locais quando compõem uma história incorporada ao seu grupo social, e que dão sentido e vida à forma específica de dominação a que estiveram submetidos a maior parte de suas vidas. Para a caracterização dessa situação-limite que é o “sistema Paulista” dentre as variações possíveis contidas na forma de dominação “fábrica-vila operária” parece-nos de particular importância – mais do que as intenções patronais na maneira de gerir a sua força de trabalho, mais do que a sua estratégia pré-concebida ou suas práticas de dominação – a maneira como os trabalhadores interiorizaram e incorporaram essa dominação<sup>5</sup>.

Desde o primeiro contato com um grupo de informantes em nossa primeira ida a Paulista, fomos surpreendidos pela ênfase e pela riqueza das descrições “históricas”, pela insistência no relato das características das relações sociais subjacentes à fábrica no passado, confrontadas com a situação presente. Não era essa nossa expectativa prévia de pesquisa: nosso projeto inicial estava voltado para o estudo de um grupo social

---

<sup>5</sup> “Ao imputar-se, como o funcionalismo do pior (*fonctionnalisme du pire*), os efeitos de dominação a uma vontade única e central, impede-se a percepção da contribuição própria que os agentes (inclusive os dominados) trazem, que eles o queiram ou não, que eles o saibam ou não, ao exercício da dominação através da relação que se estabelece entre suas disposições, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inseridos nas suas posições no seio desses campos de lutas designados estenograficamente por palavras como Estado, Igreja ou Partido.” (Bourdieu, 1980, pg. 7).



contemporâneo e de relações sociais diretamente observáveis por pesquisadores envolvidos por um ambiente cotidiano de trabalho do grupo social de operários têxteis, produzindo tanto significativos “imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1976, pg. 33) a serem anotados nos diários de campo, quanto entrevistas referidas aos acontecimentos cotidianos na fábrica e na vila operária. Fatos como a importância dos operários mais antigos e particularmente dos aposentados na vida do grupo social, a incorporação, pelos ainda ativos e pelos mais jovens, da história do grupo, apresentaram-se para nós, eles próprios, como parte desses “imponderáveis da vida real”. Dessa forma, as redes de trabalhadores que entrevistamos durante nossas idas a campo em 1976 e 1977 nos mostraram a importância, como expressão da identidade social do grupo, das gerações que povoaram a vila operária nas décadas de 20, 30 e 40 deste século, quando a fábrica estava em plena expansão e tinha “fome de braços”, e que viveram também os anos de crescimento do movimento social dos trabalhadores locais e de persistentes conflitos com a fábrica nos anos 50 e 60.

Por outro lado, não somente os trabalhadores se consideram detentores da história local diante de antropólogos que os incitam a falar e que valorizam cada detalhe de suas entrevistas, como também outros grupos e agentes sociais locais, representantes do poder do Estado e representantes do poder patronal, paradoxalmente indicam os trabalhadores como fonte principal da história da cidade e da história da fábrica. Assim, quando fomos à Prefeitura em 1977 e 1980 para obter dados sobre o número de casas da cidade, tanto o número de casas da *companhia* quanto o número de casas particulares, informações sobre a feira e o pequeno comércio, o prefeito nos indicou antigos funcionários da Prefeitura, eles próprios ex-trabalhadores da fábrica, os quais, ao invés de nos fornecerem os dados quantitativos que pedíamos, nos concederam longas e interessantes entrevistas sobre a história da cidade.

Também quando em 1983 estivemos nos escritórios da fábrica, em busca de informações estatísticas, da série histórica do número de trabalhadores na fábrica, da discriminação dos trabalhadores por seção, das fichas de registro de empregados e de outras informações documentais, deparamo-nos novamente com a indicação dos poucos funcionários antigos sobreviventes para darem informações sobre a história da fábrica.

Essa aparente negação da competência de instâncias de poder para prestar informações e a conseqüente valorização das informações prestadas por trabalhadores ou funcionários antigos, fruto de experiência vivida, de história de vida, ou de observação direta, deve ser aqui relativizada. Com efeito, no caso da prefeitura, não é peculiar a este município a desorganização burocrática e a incapacidade imediata de fornecer informações básicas. Além disso, por se tratar de um município dominado historicamente por uma fábrica têxtil, originário que é de sua vila operária, algumas informações

mais desagregadas, como, por exemplo, o número de casas atualmente da *companhia*, são detidas por esta última, interessando à prefeitura apenas o montante global do imposto predial que ela lhe paga. Mais ainda, o fato do prefeito indicar os antigos ex-operários para contarem a história da cidade é um procedimento semelhante ao que encontramos entre os operários. Com efeito, o então prefeito (em 1977, da ARENA), sendo filho de um ex-operário, ex-dirigente sindical e ex-prefeito da cidade, partilhava, portanto, da reverência às gerações anteriores de ex-operários como detentores da história local. Além disso, a prefeitura ela própria com seus funcionários é um local privilegiado onde se concentra uma elite de ex-operários que passaram pela política municipal e muitas vezes pela militância sindical. Por outro lado, o que acontece nos escritórios da *companhia* é uma grande rotatividade de seus quadros administrativos, inclusive a recente dispensa de funcionários antigos ainda aptos ao trabalho, o que tem acarretado uma “desmemorização” da administração da fábrica<sup>6</sup>. Essa desagregação dos escritórios da *companhia* desloca hierarquia abaixo a posse do seu conhecimento histórico mesmo da história mais recente (ou de um conhecimento que transcenda às necessidades cotidianas tecnocrático-empresariais do escritório da fábrica) em direção aos antigos empregados de escritório (isso não quer dizer que não haja concentração de informações na alta direção e na família patronal).

Essa relativização, no entanto, não impede que vejamos nesses episódios de pesquisa de campo indicações e pistas de como a própria história da forma de dominação fabril sobre a população operária local atualmente é guardada – como reconhecem os dominantes, em diversas instâncias do poder político e econômico do município – pelos próprios dominados.

A interiorização por parte do grupo de trabalhadores têxteis de Paulista da forma de dominação característica a que foram submetidos, perceptíveis e apropriáveis para o registro histórico e para a pesquisa através das maneiras de sua exteriorização, seja pela observação do seu comportamento, seja pelos seus depoimentos, parece ser hoje a expressão mais sistemática dessa forma de dominação ela mesma. Por um lado, os depoimentos dos trabalhadores nos nortearam na utilização (tanto na busca quanto na análise) complementar

---

<sup>6</sup>Poucos dias antes de minha entrada nos escritórios da fábrica, foi demitida, em janeiro de 1983, cerca de 52 anos após ser admitida para aqueles escritórios, proveniente da fábrica de Camaragibe onde estudou e começou a trabalhar, “Dona Zezinha”, funcionária do “Departamento Operário” ou “Registro Operário”. Entrevistei-a em casa, onde em plena saúde física e mental, despossuída de “seus” arquivos, desejava continuar trabalhando e considerava-se injustiçada. Além de ser um “arquivo vivo” da história da fábrica, D. Zezinha conhecia “de memória” a organização do fichário do Registro de Empregados que ela preservou nos últimos anos, para a verificação do tempo de serviço de ex-operários da fábrica em outros estados, diante das investidas para destruição do arquivo de parte de membros da direção da empresa.

de fontes documentais as mais diversas, patronais (material propagandístico, memoriais e petições endereçados ao governo, correspondência com sindicatos patronais, relatórios anuais à assembléia geral dos acionistas, atas destas assembléias), de notícias de jornais, de questões trabalhistas. Somente a existência de fontes documentais como os arquivos da alta direção da *companhia* ou da própria família Lundgren, a que não tivemos acesso, poderiam acrescentar fatos novos quanto ao detalhamento da estratégia e das práticas patronais de dominação<sup>7</sup>. O acesso que tivemos a documentos da *companhia* realizou-se através dos arquivos do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro e, no caso dos relatórios anuais da CTP aos acionistas, através da exaustiva busca, na Biblioteca Nacional, à sua publicação no Diário Oficial do Estado (a partir de 1916) ou em jornais locais. Por outro lado, produtos que são de uma forma de dominação que visava domesticá-los e formá-los como trabalhadores, não somente na produção imediata mas também na esfera de sua reprodução social, resultantes que são da ação de diversas instâncias administrativas da fábrica e de chefias administrativas com uma certa rotatividade, os operários de Paulista que permaneceram na cidade mesmo após o declínio da fábrica, têm muito a dizer dos diversos aspectos dessa forma de dominação através de múltiplos episódios de sua própria história de vida.

O modo também como isto é dito é interessante para a caracterização dessa forma de dominação. Pois como ponderar a priori os seus diferentes aspectos? Os aspectos retidos e enfatizados pelos trabalhadores dão uma medida do jeito como a dominação foi interiorizada. À maneira de um "modelo consciente", as entrevistas apresentam uma repetitividade de variações dentro de um mesmo padrão de elementos exagerados e caricaturados semelhantemente aos mitos, apontando para os aspectos dessa forma de dominação que mais afetaram as suas vidas (cf. Lévi-Strauss, 1958, Sigaud, 1971 e Esterci, 1972).

Por isso, apresentaremos a seguir as principais características do "sistema Paulista", guiando-nos através da sistematização dos depoimentos prestados pelos trabalhadores. Com efeito, tais depoimentos mostram como

---

<sup>7</sup> Temos em mente aqui o estudo já clássico de Rolande Treppe sobre um grupo de mineiros carboníferos franceses (Treppe, 1971, 2 tomos), pesquisadora que teve acesso aos arquivos privados da família patronal assim como ao arquivo da direção e dos escritórios da companhia, através dos quais pôde retratar a nível de detalhe, através de memorandos internos, ordens administrativas e do próprio fichário de pessoal completo, a dinâmica cotidiana da luta de classes no interior desta mina. O acesso fortuito à documentação da administração da mina, empacotada e em vias de ser transportada para sua venda como sucata, que ela pôde sustar e adquirir, deu-lhe a tranqüilidade de uma consulta sem os imprevistos das suspeitas e bloqueios de uma administração atual. Sua experiência no uso analítico dos fichários de pessoal é por ela transmitida em Treppe, 1976, pg. 249-263.

esta forma de dominação – ao manifestar-se não somente através de formas políticas, seja as persuasivas da formação e controle da força de trabalho, seja as diretamente coercitivas, mas também através das próprias garantias materiais de existência – é incrustada, embutida nas diversas esferas da vida dos trabalhadores. Em uma primeira parte apresentamos a maneira como essa forma de dominação se ocupa das condições materiais de existência dos trabalhadores e suas famílias, desde o aliciamento direto da força de trabalho, a alocação no trabalho, a casa, a circulação mercantil dos bens de consumo fundamentais dos trabalhadores. Em uma segunda parte, apresentaremos a promoção pela *companhia* da vida associativa, do lazer, e de atividades religiosas; a polícia particular da *companhia*; e a incompatibilidade entre o “sistema Paulista” e o sindicato operário.

**PARTE I**

**A GARANTIA DAS CONDIÇÕES MATERIAIS DE  
EXISTÊNCIA POR PARTÊ DA *COMPANHIA***

Se a forma de dominação fábrica-vila operária tem por característica geral o controle direto da força de trabalho não somente na produção, mas também em outras esferas da vida dos trabalhadores fora da fábrica, através principalmente do recurso estratégico da moradia, o “sistema Paulista” é uma variante de tal forma de dominação que se singulariza pela abrangência de sua ação sobre as condições materiais de existência de seus trabalhadores. Essa abrangência se manifesta não somente pelo fato da *companhia* dar acesso ao trabalho e à casa simultaneamente, assim como o acesso a um trabalho complementar que se incorpora nas condições subsidiárias à própria moradia (o roçado, a lenha) e mais ainda por administrar a circulação de bens de primeira necessidade dos trabalhadores através da organização da feira, mas também por controlar a própria constituição do grupo operário, arrematando, de áreas distantes, famílias de trabalhadores a serem formadas para o trabalho e para as regras de convivência da vila operária. Os diferentes aspectos dessa abrangência são enfatizados pelos trabalhadores na sua caracterização da antiga ordem social sob a qual viveram, desde o recrutamento “modelar” do operário da CTP através do seu aliciamento direto pelos *agentes* da *companhia*, passando pela nostalgia do tempo do “trabalho para todos”, dos roçados-operários e da feira, até a constituição da vila operária atual, com o oferecimento de suas concessões anexas à moradia, e com as relações sociais subjacentes à sua construção de “pedra e cal” por sobre os escombros dos *mocambos*.

## Capítulo 1

### O Aliciamento Direto De Trabalhadores Pela *Companhia*: a Incorporação “Modelar da Força de Trabalho na Vila Operária”

O aliciamento direto por um corpo de *agentes* da *companhia*, numa ampla área geográfica do interior de Pernambuco e estados vizinhos, de famílias aptas a atenderem a certas instruções de recrutamento recebidas pelos *agentes*, esta a forma socialmente vista como constitutiva da força de trabalho em Paulista segundo os depoimentos dos operários. Mesmo para aqueles trabalhadores que não entraram na fábrica desta maneira, e que têm, portanto, suas próprias histórias de vida a negarem a exclusividade do aliciamento como forma de entrada de trabalhadores para a fábrica e de povoamento da vila operária, o aliciamento é, também para eles, a forma por excelência de constituição da força de trabalho da Fábrica Paulista. À maneira de um mito de origem, o aliciamento marcaria simbolicamente o começo do “sistema Paulista” em sua plenitude, com seus operários tutelados desde o interior pela *companhia*, antes mesmo de penetrarem no seu território.

De fato, o aliciamento é uma dentre várias formas efetivas de entrar na Fábrica Paulista (estas diferentes formas estão detalhadas em Alvim, 1985, cap. 3), e uma forma que tem um período de duração delimitado, se considerarmos o período global de existência da fábrica (1892/1983). Embora já existisse na década de 20 e particularmente nos seus últimos anos, ele torna-se a forma predominante de expressão da demanda de mão-de-obra da fábrica dos anos 30 até o início dos anos 50<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Pudemos captar indícios escritos do processo de aliciamento na parte de “observações” no reverso da ficha padrão de “Registro de Empregados” mantida pela fábrica a partir de 1935 (ano da exigência legal dessa ficha padrão) numa amostra de tais fichas, obtida nos escritórios da fábrica: em algumas dessas

Nos seus anos iniciais, a fábrica, carente de profissionais especializados para certos postos de trabalho, recorria ao mercado de trabalho qualificado do Recife, através de anúncios de jornais, como os que publicou em 1907<sup>9</sup>. Tal recurso público, através de anúncio em jornal, a uma categoria de profissionais, a um mercado de trabalho restrito, porém aberto, pré-existente numa capital regional, é de ordem bastante diversa do que o recurso ao aliciamento de trabalhadores ocorrido massivamente a partir da década de 30. À maneira dos procedimentos variados – e que têm por resultado a separação do campesinato de suas condições usuais de trabalho – que caracterizam os processos sociais subjacentes à assim chamada “acumulação primitiva”, o *aliciamento cria* seu próprio mercado de trabalho, e um mercado de trabalho peculiar de uma “fluidez” obstaculizada pela imobilização da força de trabalho através da moradia (cf. Leite Lopes, 1976, pgs.184-191). Conforme veremos mais adiante, a ação aliciadora da Fábrica Paulista constitui-se num dos principais pontos de entrada de novos operários, recém-proletarizados, nesse campo de forças sociais regulando a entrada e a saída de trabalhadores das fábricas têxteis a que se denomina correntemente com uma imprecisão eivada do etnocentrismo mercantil da teoria econômica tão combatido por Polanyi, de “mercado de trabalho”, embora restrito, das fábricas têxteis. O recurso ao recrutamento de trabalhadores qualificados – que difere da política de recrutamento massiva que foi o aliciamento – é uma prática permanente das fábricas a que se dedicam conforme suas necessidades conjunturais, e, portanto, pode ter coexistido episodicamente mesmo com a política de aliciamento. No entanto, há uma tendência a que a fábrica cada vez mais se volte para a formação interna de trabalhadores qualificados através do aprendizado dentro dos diversos setores da fábrica, ou para o recrutamento de trabalhadores qualificados do interior do estado, como é o caso de alguns operários de usinas de açúcar. A tendência à ruptura com o mercado de

---

fichas estão grifadas a lápis vermelho “Família nº X do ano Y”. Nesta amostra, aparecem fichas com tal inscrição, do ano de 1937 até o ano de 1948. No entanto, várias histórias de vida registram o aliciamento nos dois últimos anos da década de 20 e no início dos anos 30. Por outro lado, os relatórios anuais da CTP aos seus acionistas, de 1949 e 1950, acusam a construção de novas casas nesses dois anos, podendo ter havido aliciamento ainda nestes anos, ou apenas o atendimento à “demanda reprimida” por casas, resultante do aliciamento de anos anteriores.

<sup>9</sup> Cf. os anúncios publicados no *Diário de Pernambuco* nos dias 11, 12, 13, 17, 18 e 20 de janeiro de 1907:

“Urdidor – Na Fábrica Paulista precisa-se de um urdidor perito em seu officio. A tratar no escriptório da companhia de Tecidos Paulista, Rua do Comércio, 22.”

E os anúncios publicados no mesmo jornal, nos dias 15, 16, 17 e 18 de janeiro de 1907:

“Fundidor – Na Fábrica Paulista precisa-se de um perito em sua arte. Tratar na Lingueta, 22.”



trabalho pré-existente, constituído pelos operários do Recife, parece manifestar-se desde os primeiros anos da administração dos Lundgrens à Fábrica de Paulista. Embora a fábrica possa vir a recrutar ou a admitir trabalhadores do Recife, dificilmente se repetiriam os anúncios de oferta de emprego dirigidos ao público trabalhador de Recife, que denotam uma aceitação de um mercado de trabalho pré-existente do qual a administração Lundgren passa a desconfiar e a procurar ao contrário o controle de um "mercado de trabalho" próprio<sup>10</sup>.

Por outro lado, além da oferta de emprego através de anúncios em jornal feitos em 1907, e que, portanto, fazem entrar na fábrica operários *chamados* por ela, outra forma de entrada na fábrica era também a *procura* de emprego por parte do trabalhador (para a distinção entre operários *chamados* e operários que *procuram* trabalho, cf. Leite Lopes, 1976, pg. 184). Em 1911, o pequeno jornal local publica um diálogo entre um operário e um chefe, na

---

<sup>10</sup> Os conflitos ocorridos nos últimos anos da 1ª década do século (após a morte do "patriarca" Herman Lundgren em fevereiro de 1907), entre a nova direção da fábrica assumida por Frederico Lundgren e empregados de escritório no Recife e operários da fábrica, indicariam o início de uma prevenção ao mercado de trabalho e ao ambiente social do Recife, com a transferência dos escritórios para Paulista:

"Havendo falecido o velho Herman Theodor Lundgren em fevereiro de 1907 (...), seus familiares (...) ratificaram todos os poderes de Frederico João na companhia de Tecidos Paulista (...). Era um pulso vigoroso o de Frederico. De uma energia indomável. Desses que gostam de enfrentar obstáculos para poder derrubá-los e transpô-los. Ao iniciar a sua direção geral no nascente empório têxtil da família, a velha e pequena fábrica, que foi adquirida deficitária e despreparada para as suas tarefas específicas assim como os seus escritórios instalados no Recife, tomaram novos rumos e um auspicioso ritmo de progresso. Mas como todas as revoluções, sejam políticas ou industriais, as medidas adotadas por Frederico encontraram obstinada reação dos descontentes. Os antigos servidores logo pretenderam opor uma resistência passiva, enquanto se entregavam a uma surda guerra de nervos contra o novo empresário investido da direção geral. Frederico, que nasceu para mandar e ser obedecido, era uma espécie de rolo compressor sobre aquelas resistências silenciosas mas tenazes. Os que se julgavam insubstituíveis foram de pronto substituídos. A mudança dos escritórios do Recife, da Rua Bom Jesus para a Praça da Lingueta nº 22, perto do escritório da fábrica de pólvora, desencadeou nova onda de descontentamento e repulsa dos seus empregados, já agora insuflados à rebeldia pelo guardalivros Benjamim Torreão. Mas o rolo compressor ia aplainando os obstáculos. Outras substituições foram determinadas. Como a onda de rebeldia se estendesse aos operários da Fábrica de Tecidos Paulista, lá também foram tomadas providências drásticas, substituindo-se os recalcitrantes por novas turmas que assegurassem a normalização do trabalho. Para evitar uma prejudicial descentralização administrativa, resolveu, ainda, Frederico transferir para Paulista os escritórios que a empresa mantinha no Recife." (Raul de Góes, 1964, pg. 104-105).

seção de "humorismo", que parece aludir a uma situação, não incomum, de trabalhadores de fora, do interior ou de outros estados, que nessa época, ao contrário de serem aliciados, como o que ocorrerá massivamente dali a vinte e cinco anos, vêm procurar trabalho na fábrica<sup>11</sup>. A procura de emprego por parte dos trabalhadores é um procedimento permanente de entrada nas fábricas. Ela está mesmo na base da ficção do contrato livre entre o proprietário da força de trabalho e o proprietário do capital. Tanto é assim que essa política de aliciamento, ao povoar ou aumentar a povoação de uma determinada área, tem por objetivo criar uma população trabalhadora local cujo crescimento vegetativo atenda às suas necessidades de trabalho. Bastará então que a fábrica espere que as gerações seguintes aos trabalhadores aliciados venham procurar trabalho na fábrica no início de sua vida ativa.

Se o aliciamento é uma forma de recrutamento relativamente delimitada no tempo, por que nele insistiriam os trabalhadores como a forma por excelência de constituição da força de trabalho de Paulista? Apesar de sua delimitação no tempo, e de sua não exclusividade como forma de recrutamento mesmo durante o tempo de sua vigência, o aliciamento, ao ser desencadeado, criou um clima de trabalho e de procura de trabalho que provocava a atração espontânea de mão-de-obra para a vila operária, não somente do chamado *interior*, mas das áreas mais próximas, rurais ou praieiras (cf. para mais detalhes, Alvim, 1985, cap. 3). Este o clima que conheceram por ocasião de sua entrada para a fábrica a geração dos *estabilizados*, que nos anos 60 se defrontaram com a *companhia* na justiça ou que com ela fizeram acordo e ganharam a propriedade de uma casa da vila operária, geração que detém em grande parte a própria identidade de seu grupo social. Além disso, a ênfase no aliciamento como forma característica de entrada dos trabalhadores para a fábrica parece ligar-se ao fato de que o próprio processo de aliciamento é exemplar para a explicação da forma de dominação peculiar a Paulista.

---

11 "Humorismo  
Trovas Populares

Na fábrica:

- operário: Chefe me dê um emprego que estou fora do meu paiz.
  - chefe: Onde mora? Tem mulher e filhos?
  - operário: Tenho sim senhor.
  - chefe: De onde é? Quantos filhos tem?
  - operário: Tenho 5 meninos e mulher, e assim paralytico fora do meu paiz.
  - chefe: De onde você é?
  - operário: Sou de Alagoas!
  - chefe: Bem. Vá mais tarde falar-me.
  - operário: Sim senhor...
- São."

(*Gazeta de Paulista*, ano I, nº 7, 9/7/1911, pg. 3).

Ver os comentários feitos por Rosilene Alvim sobre as implicações relativas à família contidas neste diálogo (Alvim, 1985, cap. 2).

Com efeito, trataremos aqui do processo de aliciamento menos nas suas repercussões nas famílias camponesas ou de pequenos produtores a partir de suas áreas de origem, com suas repercussões em termos de autoridade doméstica na vinda para a fábrica – temas que são desenvolvidos em Alvim, 1985 – e mais quanto às suas conseqüências na caracterização de uma modalidade da forma de dominação “fábrica-vila operária”. Buscando inspiração na análise das características das “instituições totais”, o processo de aliciamento efetuado pela Fábrica Paulista contribui para apresentar sinteticamente, aos novos trabalhadores e suas famílias, algo da natureza da dominação que encontrarão nesse mundo da fábrica, e isto através de um “processo de admissão” incluindo inicialmente um “desnudamento” (Goffman, 1974, pg. 27), posteriormente uma “cerimônia institucional” peculiar de apresentação ao patrão em carne e osso e, finalmente, um “re-vestir-se” que implica num “endividamento” em relação à administração da fábrica<sup>12</sup>.

Ao contrário do “desnudamento” descrito na literatura sobre as “instituições totais”, que é criado por elas para efeitos da “domesticação” do internado novato, o processo de aliciamento através dos *agentes*,

---

<sup>12</sup> Busquei inspiração, quanto a certos efeitos analógicos e de ordenação expositiva, na análise de Goffman do processo de admissão de um internado em uma instituição total. Devo assinalar, no entanto, as diferenças implícitas entre a abordagem “interacionista” de Goffman e a análise do processo social de recrutamento industrial de força de trabalho inserido em um processo mais amplo de proletarização aqui descrito. As abordagens interacionistas tacitamente reduzem a estrutura objetiva da relação entre os indivíduos reunidos à estrutura conjuntural de sua interação numa situação particular e/ou em um grupo particular, explicando tudo que se passa numa interação experimental ou observada pelas características experimentalmente controladas da situação. Elas eludem assim o fato que as relações “interpessoais” – sendo apenas em aparência relações de indivíduo a indivíduo, a verdade da interação não residindo jamais toda inteira na interação – são marcadas pelas posições presentes e passadas destes indivíduos na estrutura social. A “interação” desses indivíduos numa dada situação (no caso presente da análise de Goffman das “instituições totais”, no interior destas “instituições”) deve sua forma às estruturas objetivas, presentes na estrutura social mais ampla, que produziram as disposições culturais dos agentes em interação, condicionando-os às suas posições relativas tanto na “interação” quanto fora da “interação” (cf. Bourdieu, 1972, pgs. 163, 183 e 184). A origem social, a diferenciação interna e a trajetória social dos grupos de trabalhadores recrutados pela CTP, analisados mais detidamente em Alvim, 1985, cap. 3, têm a maior importância para o entendimento deste processo simultâneo de “descampesinamento” e “obreirização” (cf. Leite Lopes & Maehado da Silva, 1979, pg. 21 e seg.), para além do quadro restrito do interior das fronteiras da “instituição total”, fábrica e vila operária.

representantes da companhia para o recrutamento de mão-de-obra, defrontam-se com parcelas de grupos sociais, famílias, ou grupos sociais inteiros, em um processo de "desnudamento" prévio, anterior ao contato com a *companhia*. Tal processo de "desnudamento" prévio significa a perda das condições de produção e de existência habituais de parcelas de grupos sociais, fazendo-os cair na classificação genérica da "superpopulação relativa" própria àqueles grupos sociais, seja de um campesinato mais ou menos livre localizado no agreste de Pernambuco ou áreas da Paraíba, seja das categorias sociais submetidas à *plantation* açucareira. A diversidade de procedências e de pertencimentos a relações sociais e formas de dominação anteriores pode ser vista nas diferentes histórias de vida – desde a família de um purgador de engenho pertencente à Usina Pedrosa que vem fugida em 1936 para Paulista, até a família de um sapateiro, ou a viúva e filhos de um pequeno proprietário rural, ambos de Brejo de Areias, passando pela família de um administrador de uma fazenda de gado em Caruarú brigado com o seu patrão. Tal diversidade também pode ser ilustrada pelo item "lugar de nascimento" em uma amostra de fichas de "registro de empregados", seja durante o período de vigência do aliciamento, seja na década subsequente em que as crianças nascidas ainda nas áreas de origem das famílias aliciadas passam a trabalhar na fábrica (cf. quadro 1, em anexo). Os agentes da *companhia*, esses entes que parecem possuir a premonição do próprio "modelo de Lewis"<sup>13</sup>, esquadrinham assim uma área geográfica vasta – a zona da mata norte e sul, o agreste norte e sul de Pernambuco, a área litorânea e o Brejo da Paraíba pelo que se pode depreender do quadro 1, mas também áreas do sertão segundo relatos e histórias de vida dos informantes – à procura da superpopulação relativa que se "desprende" de forma dispersa de suas relações sociais ou de pequenas crises locais que expulsam trabalhadores em

---

<sup>13</sup> Os *agentes*, nesta metáfora, são como que os canais materiais pelos quais se realiza a não tão automática "oferta ilimitada de mão-de-obra" do "setor agrícola não capitalista" ao "setor capitalista" pressuposta no "modelo de Lewis" de desenvolvimento econômico, em que os salários oferecidos pelo setor capitalista, um pouco superiores aos "salários de subsistência" do setor não capitalista, seriam suficientes para desencadear essa transferência de mão-de-obra, operando-se em seguida um aumento do excedente no conjunto da economia. Por detrás desses "fluxos de mão-de-obra" está em jogo um processo de proletarianização específico onde atuam as condições particulares de crise das relações sociais as mais variadas de diferentes áreas rurais, o qual se conjuga com um "processo de obreirização" (cf. Leite Lopes e Machado da Silva, 1979), onde tem um papel o *savoir-faire* de aliciamento dos agentes, canalizando esse potencial de proletarianização para o mundo da fábrica têxtil. Para o conteúdo do modelo de Lewis, cf. Lewis, 1960, pgs. 629 a 675, e para a crítica desse modelo, cf. Leite Lopes, 1978, pp. 141 em diante.

potencial. Tal dispersão<sup>14</sup> se justificaria também por não haver, durante esses anos, áreas fornecendo, de forma concentrada, contingentes maiores de trabalhadores, alcançados por um movimento de expropriação abarcando o conjunto de um grupo social, como é o caso de vários grupos sociais ligados à *plantation* canaveira, a partir da segunda metade dos anos 50 (cf. Sigaud, 1979, pg. 33)<sup>15</sup>.

Se esse processo de “desnudamento”, no sentido da separação dos grupos de trabalhadores aliciados vis à vis de seus bens, de suas coisas, de sua concepção de tempo, de suas condições usuais de produção e de reprodução social, é um processo prévio à ação da *companhia*, no entanto, o aliciamento só faz aumentar de imediato tal processo.

*“Chamava de ‘sopa’ o transporte que se deslocava desta cidade para o interior de vários Estados nordestinos, inclusive de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, em busca de pessoas ou famílias inteiras para trabalharem na Cia. de Tecidos Paulista. Era previamente estabelecido um lugar certo, em algum ponto do Interior, para se reunir e fornecer alimentação a pessoas já arregimentadas. (...) Quando conseguiam juntar um grupo de três ou quatro famílias, por alguma parte, providenciavam sua imediata remoção para Paulista e sua hospedagem provisória à rua da Mangueira, anexo ao armazém de*

---

<sup>14</sup> Para cobrir uma área tão extensa talvez a *companhia* se utilizasse de informações através de sua rede de lojas instaladas nas cidades do interior ou de seus representantes locais. No contexto das cidades do interior, as “Lojas Paulista” representavam relativamente um “bom emprego”, além de venderem mais barato conquistando logo uma freguesia. Através das Lojas Paulista os agentes podiam ter um ponto de apoio para informações sobre a mão-de-obra potencialmente aliciável na cidade, e inversamente a fama das Lojas fazia chegar a esses trabalhadores a fama de fome de mão-de-obra de suas fábricas. Cf. a matéria “Plantas de várias espécies podem ser cultivadas nas terras fecundas de Garanhuns” em seu sub-tópico “O comércio local e os Lundgrens”, para uma idéia das repercussões das Lojas Paulista nas cidades do interior, segundo a versão “baluartista” peculiar do correspondente local do jornal *Folha do Povo* de 3/11/46, pgs. 1 e 3:

“Aproveitando a situação de desequilíbrio gerada pela inflação, pelos monopólios de tecidos em grosso e pela ganância de alguns retalhistas, os Lundgrens instalaram em Garanhuns a sua “Loja Paulista” resultando disso uma queda geral de todas as lojas de retalho da cidade que não podem competir com tão grande industrial. Daí o recurso ingênuo de alguns comerciantes que inconscientemente alardearam pela cidade que os Lundgrens eram ‘comunistas’, que ninguém entrasse em sua casa. O resultado é lógico. Os Lundgrens ficaram prestigiados em Garanhuns e para comprar em sua loja tem que se formar fila de centenas de pessoas.”

<sup>15</sup> No entanto, à primeira vista algumas áreas parecem destacar-se como fontes recorrentes de mão-de-obra, através do nível de informação que temos da amostra de fichas de “registro de empregados” e das histórias de vida, como a zona da mata norte centrada em Nazaré da Mata, o agreste norte centrado em Bom Jardim, Surubim, Vertentes, e no Brejo da Paraíba, na área em torno de Campina Grande.

estoque de tecidos(...) Era assim, pois, que famílias inteiras deixavam as suas roças ou plantações e vinham de longe, trazidas pela velha 'sopa', para começarem nova vida em terras da Cia. de Tecidos Paulista."

(Santos Filho, 1978, pgs. 23 e 24).

"A companhia mandava os agentes deles pelo interior saber aquelas famílias pobres, que precisavam de ganhar dinheiro, tendo família numerosa. Ai juntava uma, duas, três e tal, quatro famílias, sentava ali e eles queria vir, botava tudo num ônibus, cheinho que era uma beleza, traziam praqui."

(Motorista aposentado).

"Meu pai veio aqui à procura sabe, aí tinha um agente, que chamava os agentes, não era, que andavam com aqueles ônibus, naquele tempo o pessoal do interior chamava até de 'sopa' não é (ri), a gente chamava 'sopa' aqueles ônibus, não é. Ai meu pai falou e eles disseram 'deixe que nós vamos, tem o agente aí, o Mané José, aí nós vamos apanhar vocês!'"

(Ex-tecelã).

Se vários relatos mencionam em tom de ironia o transporte na "sopa", talvez seja porque esse velho tipo de ônibus, aberto dos dois lados como o bonde, e com um bagageiro em cima, corporifique retrospectivamente a precariedade com que vieram as famílias de trabalhadores em potencial aliciadas pela *companhia*<sup>16</sup>. À situação anterior de carência e pobreza das famílias aliciadas, somam-se as circunstâncias da partida e a urgência e desconforto de uma mudança (no sentido do transporte de pessoas e suas coisas) coletiva. Nos casos de partida de áreas de imobilização de força de trabalho, como engenhos e usinas ou mesmo em outros tipos de latifúndios, o aliciamento defronta-se com as barreiras de tal imobilização, o que torna mais dramática a separação destes trabalhadores de suas condições de existência anteriores. A saída de uma *família numerosa*, bem ao gosto das recomendações da *companhia* aos seus *agentes*, com o pai, a mãe e sete filhos (um homem e seis mulheres), da Usina Pedrosa, ilustra os percalços que os trabalhadores das áreas de imobilização da força de trabalho enfrentavam para chegarem a Paulista.

"Meu pai que foi purgador de engenho e morava em engenho da Usina Pedrosa tinha uns amigos que eram operários da usina, dois eletricitas e um torneiro. Eles eram bons operários e foram chamados para Paulista. Aquilo tinha feito a fama de Paulista entre os

<sup>16</sup> Segundo alguns operários, o "sopa" ou "prato de sopa" assim chamado pela sua forma, era um ônibus velho, que só "entrava em Recife de noite para evitar a mangação do povo". Ele seria um tipo arcaico de ônibus, nessa época fora de moda no Recife, de onde proviria essa denominação (cf. Dicionário Aurélio, pg. 1334, verbete *sopa*:

"(...) 5. Bras. NE, V. *ônibus*: 'A "sopa" de Recife saía à uma hora e todos os passageiros já estavam a postos.'; José Lins do Rêgo, *Bota de Sete Léguas*, pg. 138."



trabalhadores da Usina. Meu pai tinha notícias de que aqueles operários estavam bem em Paulista. Foi quando vieram uns pintores do Recife fazer serviço no engenho. Um deles começou a namorar uma de minhas irmãs. Ele prometeu a meu pai que conseguiria levá-lo de ônibus até Olinda, para dali ele alcançar, por sua conta, Paulista, pois meu pai não tinha dinheiro nem para comprar uma passagem do trem que passava na usina e ia até Recife. Além disso, ele tinha que viajar escondido, porque com a vinda dos três operários para Paulista, o usineiro tinha proibido que qualquer trabalhador seu fosse para lá e os vigias estavam alertas para ver quem viajava. O pintor, apesar de ter desmanchado o namoro cumpriu a promessa e levou meu pai de ônibus até Olinda. Meu pai foi até Paulista e viu que tinha trabalho para ele e para todos nós. Lá ele tratou de arranjar um ônibus para nos buscar. Esse ônibus ficou em Ribeirão, perto da Usina Caxangá, e nós fomos de pés da Usina Pedrosa até lá mode o usineiro não ver a nossa saída. Viemos duas famílias, a nossa e a de Fulana, mãe de Sebastião”.

(ex-banqueiro, entrevista reconstituída em caderno de campo)

“A gente para sair de lá da Usina Pedrosa foi aquele sacrifício, sabe, sair escondido, porque se eles notassem que a gente tinha saído, botava vigia atrás e a gente tinha medo, e tudo, deixamos as coisas pra trás. A gente só trouxe nossa roupa. Com a trouxa. Pode-se dizer que sala com a trouxa. O ônibus que apanhava a gente ficava em outro lugar, não entrava lá. Porque usina você sabe como é, né? Os capangas são uns desgraçados mesmo. Então ficou o ônibus em Caxangá.”

(ex-fianadeira, irmã do ex-banqueiro acima, entrevista gravada)

Esses relatos nos mostram como o processo de aliciamento<sup>17</sup>, que de fato tem aspectos de propaganda, sedução e logro por parte do discurso aliciador dos *agentes* diante de uma força de trabalho potencialmente recrutável, não pode ser visto como um processo ativo por parte exclusivamente da *companhia*, sofrido passivamente pelos trabalhadores em suas áreas de origem. Estes últimos, através de suas redes de parentesco e amizade podem construir meios – mesmo enfrentando as barreiras próprias a formas de dominação que implicam na imobilização da força de trabalho e, portanto, o impedimento ao acesso do trabalhador ao mundo exterior – de verificar, *in loco* ou através de informações secundárias, transmitidas por parentes ou colegas de trabalho previamente à transferência de sua família, as informações propagandeadas e aumentadas pelos *agentes*. Além disso, podemos observar que o recrutamento de trabalhadores individuais, *chamados* pela *companhia* devido às suas qualificações profissionais, como no caso desses três *artistas* das oficinas da usina, se efetua paralelamente ao aliciamento mais massivo de famílias inteiras, arrematadas independentemente de suas qualificações anteriores. Subsidiariamente, o relato do ex-banqueiro ilustra a situação mais favorável dos *artistas* das oficinas das usinas em relação ao

---

<sup>17</sup> “Aliciamento: Ação ou efeito de aliciar”. “Aliciar: atrair a si, seduzir, atrair, angariar”. Novo Dicionário Aurélio, 1975, pg. 69.

mercado de trabalho e o assédio que sobre eles se exerceu pelas fábricas têxteis durante períodos de expansão de sua produção, para que trabalhassem em suas oficinas<sup>18</sup>. Essa situação particular dos *artistas* facultava-lhes um certo poder de cooptação (assim como, a esse respeito, outras categorias de operários de usina) em relação aos trabalhadores rurais face ao trabalho industrial na usina ou em outras fábricas. E finalmente, se a descrição da ex-façandeira acentuando o despojamento material com que sua família veio rumo a Paulista deve-se às peculiaridades de sua saída da Usina Pedrosa, configurando um caso-extremo de dificuldades na saída da área de origem ligado à situação de imobilização da força de trabalho; no entanto, essa precariedade material na chegada a Paulista parece ser um atributo normal ao conjunto das famílias aliciadas. Um caso extremo oposto, o da trajetória da família do administrador de uma fazenda em Caruarú, que desentende-se com o patrão e vem para Paulista no esquema do aliciamento, mas numa situação material melhor, pode nos revelar por contraste a normalidade material das famílias que chegam à vila operária.

*"Viemos de uma fazenda acima dois quilômetros de Caruarú, meu pai era empregado do Dr. Diniz Carrilho. Meu pai trabalhava no campo em agricultura, agricultura de cana, não é, era administrador de engenho. Depois ele (Dr. Diniz) resolveu transferir meu pai para esta fazenda que comprou lá no Caruarú, aí nós ficamos lá administrando, mas era muito diferente do tipo de serviço que nós fazíamos, extração de cana assim de engenho. (Pelo contraste que ela fez entre agricultura e fazenda, esta última provavelmente era uma fazenda de gado.) Depois meu pai não deu certo lá e foi quando resolveu pedir as contas e vir praqui. Éramos cinco irmãs e dois irmãos. (Sua família deslocou-se através dos ônibus dos agentes, e, como a maioria das famílias aliciadas, foi alojada inicialmente no depósito.) (...) Aí nós chegamos aqui, ficamos nesta casa de saúde aí (o chalé onde se localizava o depósito era, na ocasião da entrevista, uma casa de saúde), era um depósito que trazia as famílias e reunia ali. Quando nós chegamos ali, era gente à beça, e meu pai disse: 'Não sei por que essas famílias assim separadas, coisa e tal!'*

---

<sup>18</sup>Essa forma particular de aliciamento de *artistas*, de operários qualificados, pode inclusive ter ultrapassado o período de aliciamento de *famílias numerosas* de trabalhadores (até 1950) como sugere a história de vida de um serralheiro da Usina Frei Caneca, por nós entrevistado, que aceitou, em 1955, oferta de um *agente* da Fábrica de Camaragibe para trabalhar nas suas oficinas. Como assinala Alvim, 1985, cap. 3, *apud* Sigaud, 1979, cap. 2, as circunstâncias da partida assumem feições "extra-econômicas" e "morais": o motivo alegado para a sua saída da usina predispondo-o a aceitar a oferta do *agente* é sua "briga com o mestre e com os vigias da Usina que estavam matando cachorro de operários." A entrevista desse experiente operário qualificado da Fábrica Camaragibe aponta tanto para a prática do aliciamento por *agentes* por parte de outras fábricas têxteis – embora não sob a forma peculiar do aliciamento de *famílias inteiras* para o trabalho característica da CTP – quanto para a possibilidade deste tipo de aliciamento limitado ocorrer também em Paulista após o encerramento do período do aliciamento de famílias.



*Aí falou logo com D. Ruth, a gerente de lá grande do escritório, e disse: 'Eu não posso ficar com a família aqui não, e a senhora tem que me arranjar logo uma casa'. Mas nós tínhamos deixado os móveis todinhos lá, e a casa não tinha nada, aí nós fomos morar, ela deu uma casa no Nobre (bairro de Paulista) no dia seguinte. Aí nos entregou a casa, na casa não tinha morado ninguém ainda! 'Vocês vão pra lá, toma as chaves, e tem umas camas aqui'. Tinha umas camas de lona, eles juntavam, botavam aquelas camas pra lá, enquanto iam buscar os móveis. Aí nós fomos pra lá, depois na outra semana, eu sei que eles mandaram o caminhão buscar os móveis. Eu sei que quando nós chegamos aqui o pessoal admirou e tal: 'Virgem Maria, como é que essa família veio praqui trabalhar?' Olhava assim, porque achava que a gente tinha possibilidade de viver em outro meio, essas coisas. E porque chegava aquelas famílias tudo pobrezinha, que não tinha móveis, não tinha nada, não é, aí admiraram muito: 'Aonde que esse pessoal vai trabalhar?'"*

*(ex-tecelã).*

O efeito contrastante produzido pela "mudança" da família do ex-administrador, que a *companhia* se compromete a buscar de caminhão no interior e despeja na vila operária sob os olhares perscrutadores e admirados da vizinhança, ressalta a normalidade das "famílias pobrezinhas, que não tinham móveis, não tinham nada". A própria institucionalização das camas de lona por parte da *companhia*, adiantadas às famílias materialmente despojadas quando encaminhadas às casas da vila operária, e posteriormente descontando o seu valor, parceladamente, do salário dos operários, é um traço da cultura material desse "desnudamento" prévio que faz parte do processo de admissão ao mundo da fábrica.

A mesma singularidade desta família do ex-administrador, envolvida num processo de proletarização ao qual estaria longe de ser predestinada, nos revela – no seu estranhamento diante das condições do ponto de chegada do aliciamento – os efeitos de ruptura com as suas condições anteriores de vida propiciadas por uma outra "instituição" do processo de aliciamento: o *depósito*. Submetidas a um processo de recrutamento coletivo e mesmo massivo, as famílias aliciadas são colocadas provisoriamente em um alojamento coletivo, à espera de sua alocação no trabalho e nas casas da vila operária. Apesar de provisório, tal alojamento coletivo mostra aos trabalhadores recém-chegados a sua total dependência ao poder da administração da fábrica, desde a alimentação até a separação dos membros da família no alojamento, implicando, portanto, numa relativização inicial da autoridade do chefe de família (cf. Alvim, 1985, cap. 3). Este é aliás o único ponto no processo de aliciamento em que aparece uma imposição direta, pela fábrica, de uma separação física dos membros da família. E enquanto um trabalhador aliciado com uma trajetória anterior singular, tendo ocupado postos de mando na administração de engenhos e fazendas, o ex-administrador da

fazenda de Caruarú pode expressar oralmente o que muitos pensam mas não têm condições de externar:

*"Aí nós chegamos aqui, ficamos nesta casa de saúde aí, era um depósito que trazia as famílias e reunia ali. Quando nós chegamos ali era genie à beça e meu pai disse: 'Não sei por que essas famílias assim separadas (...)' (...) 'Eu não posso ficar com a família aqui não, e a sra. (sra. empregada de escritório com cargo de chefia encarregada da distribuição de casa) tem que me arranjar logo uma casa."*

Se por um lado o *depósito* ou *Chalé 2* poderia representar uma restauração em termos nutricionais para os trabalhadores que se encontravam numa situação de enorme carência material e de fome, já que a *companhia* cuidava da alimentação dos aliciados recém-chegados, por outro lado, as condições de internação próprias a este alojamento coletivo não deixam de transparecer, para os trabalhadores, à semelhança de tantos outros "desnudamentos" nos "processos de admissão" às "instituições totais", sua face humilhante.

*"Quando ela (a companhia) trazia (trabalhadores pelo processo de aliciamento), dois ou três dias que passasse sem entrar no trabalho (o trabalhador), tava por conta da companhia, né. Enquanto não entrasse no trabalho. Depois que entrasse, que botava lá na casa dele, e no outro dia começava a trabalhar, pronto! Saiu do Chalé 2, não tinha mais direito a nada. Trazia, botava lá no Chalé 2 que nem bicho mesmo. Uma comparação: que o camarada traz o bicho de fora, bota no curral ali, tem a ração. Depois que ele saiu do curral, aquela ração acabou-se. Mesmo assim era a companhia. Trazia o operário e botava lá no Chalé 2, que era o depósito de botar gente do interior. Então, dois ou três dias que passava ali não faltava nada: carne de charque, feijão, era até de comer a carne pura. (...)*

- Tinha refeitório?

- Não tinha refeitório não. A gente comia até na mão mesmo, sentado por riba das camas. A comida era próprio nas mãos, era assim mesmo.

- Era assim como um hospital?

- Era assim como hospital mesmo. É.

- Uma sala grande cheia de cama?

- Sim. E hoje é hospital lá. Hoje é hospital mesmo. Casa de Saúde. Pois bem. Aqueles dois ou três dias que a gente passava lá no Chalé 2 era por conta da companhia. Agora, depois que a gente saía dali, que entregavam a chave da casa e mandava pra lá, saiu ali do Chalé 2, não tinha mais direito a nada."

*(ex-operário da seção de tinturaria, fábrica Aurora)*

A imagem do *depósito* como "hospital" sugerida pelo pesquisador imbuído de Goffman e Foucault e encampada por esse operário, ilustra o ponto de passagem, neste percurso sofrido pelos trabalhadores aliciados do *interior* até a fábrica, que mais se assemelha às características das "instituições totais" no sentido estrito. Alimentando-se de uma comida preparada coletivamente, alojando-se em dormitórios coletivos separados por sexo, os

trabalhadores recém-chegados, homens, mulheres e crianças, aos cuidados da *companhia*, estão à sua disposição para serem alocados ao trabalho e receberem uma casa da vila operária. O depósito é assim um tempo de liminaridade em que o processo de "desnudamento" – visto como desligamento das condições anteriores de existência – se completa.

Submetidos a um processo de "desnudamento" anterior à ação aliciadora da *companhia* – no sentido de destituição das suas condições de existência habituais, e que os fazem predispostos a emigrar – e, além disso, a um aguçamento desse processo realizado tanto pelas circunstâncias da partida e pela viagem, onde são tutelados pelos *agentes*, quanto pelo impacto da chegada no alojamento do *depósito*; os trabalhadores estão preparados então a serem simultaneamente atores e público de um espetáculo teatral em que o papel principal está reservado ao patrão em carne e osso.

*"Quem escolhia (o lugar onde a pessoa ia trabalhar, ao sair do depósito) era o Coronel Frederico. Quando chegava as famílias do interior, no dia de sair do depósito, ele botava um sofá assim em frente da casa grande e sentava. Aí, aqueles agentes, aqueles empregados mandavam a gente ficar assim de fora numa fila, e ele ia chamando família por família. 'Família Fulano de Tal!' Aí se apresentava. Ficava tudo ao redor dele. Cada um apresentava a mão a ele. O exame que ele fazia era: 'Cada um apresente a mão!' Cada um apresentava a mão a ele. Ele passava a mão assim, olhava: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço!' Olhava outro: 'Esse aqui tá bom pra tal serviço!' Aí olhava a minha mão grosseira que eu trabalhava no cabo da marreta, batendo, de cavoqueiro, né, aí era tudo cheio de calo. Ele disse: 'Esse aqui tá bom pra manjar'. Pra manjar era o vigia, né!<sup>19</sup>. Pra pegar na ficha pra fazer desordem. Graças a Deus, dessa vez eles não me botaram não. Eu acho que não botaram porque cismaram, porque eu era da terra de Agamenon (Serra Talhada) e Agamenon era espinha de garganta (risos), não era espinha de garganta não, era uma barra de ferro na garganta dele (risos). Aí ele disse: 'Esse aqui tá bom pra manjar'. Mas eles disseram: 'Não, nós vamos botar ele noutra serviço'. Aí ele disse: 'Então bota pras caldeiras'. Aí me botaram pras caldeiras. (...) Cada um que ele olhasse a mão. Era assim. Agora, perguntava a religião e perguntava em que o camarada trabalhava, fazia diversas perguntas. A mim mesmo me perguntaram em que eu trabalhava antes. Eu disse: 'Em todo serviço'. Quando me disseram que meu serviço era pra manjar, eu acho que eles pensaram que eu ia dizer que era (silêncio: gesto de apertar gatilho). (...) 'Não, todo serviço eu faço, todo serviço pesado é comigo'. – 'Então vai pra caldeira'. Quem tinha a mão fina demais ele não gostava não porque dizia: 'Ih! Esse aí vive da malandragem!' (risos). Ele quezia de mão grossa.( risos)."*

*(ex-operário da seção de tinturaria, fábrica Aurora)*

<sup>19</sup> "Manjar: (...) 2. Bras. gir. Observar, espionar; informar-se". Novo Dicionário Aurélio, pg. 886.

Os risos que aparecem na entrevista, provocados pelo entrevistado, denotam como mesmo os operários mais críticos à *companhia*, como é o caso deste mesmo que comparou o depósito a um curral, aparentam uma certa simpatia com as idiossincrasias dos antigos patrões – o que aponta para a eficácia das maneiras pelas quais se manifesta a dominação. Esse ritual de alocação dos trabalhadores aliciados aos postos de trabalho, e mais que isto, ao mundo da fábrica e da vila operária, é descrito recorrentemente pelos operários, particularmente pelos que entraram na fábrica até o final dos anos 40, e mesmo pelos que, não tendo sido aliciados, não passaram pessoalmente por tal cerimônia. Impossibilitado de recriar o “processo de admissão” próprio à forma de dominação tradicional na região implicando em um trabalho submetido a um patrão e que é conhecida, interiorizada e vivida direta ou indiretamente pelos trabalhadores recrutados nas mais diversas áreas do *interior*, isto é, a relação pessoal, face a face, individualizada, entre um chefe de família e seu patrão que inaugura a relação de *morada* (cf. Palmeira, 1976); o patronato local procura reinventar algo que produza certos efeitos de tal relação, nas condições do recrutamento massivo necessário à expansão industrial. Essa reinvenção da *morada* no contexto da grande indústria parece mostrar a importância dada pelo patronato local às condições pedagógicas e de inculcação necessárias à interiorização pelos novos trabalhadores da nova forma de dominação. E tais condições pedagógicas aparentam procurar pontos de apoio nas formas de dominação tradicionais e amplamente conhecidas pelos trabalhadores como a *morada*. Assim, esse ritual de saída do depósito e entrada no mundo da fábrica utiliza-se de uma *teatralização da dominação*, cujo enredo é a própria presença do patrão, dando ordens, alocando ao trabalho segundo um exame das mãos, dos olhos e através de algumas perguntas a cada família, encenando uma moral do trabalho e o seu próprio poder<sup>20</sup>. A cena se repete entre o patrão face a face a uma família determinada diante do público de trabalhadores que esperam a vez para contracenar ou que já o fizeram, combinando aqui a força da rápida audiência direta e personalizada com o *Coronel*, com a repetitividade e a fatalidade de um destino coletivo. O cenário é, não por acaso, a própria *casa grande* e não o escritório da fábrica: os trabalhadores são admitidos de maneira carismática pelo patrão em pessoa no lugar o mais ostensivamente simbólico de sua presença e sua dominação, e não no domínio administrativo, burocrático e rotinizado do “setor de pessoal” da fábrica, o “Departamento Operário”, onde

---

<sup>20</sup> “Estamos diante de um estilo de hegemonia estudado e elaborado que os grandes aprendiam desde novos e que o guardavam até sua morte. E se o qualificamos de teatro, não é para diminuir sua importância: uma grande parte da política e da justiça é sempre uma encenação. Uma vez que um sistema social é estabelecido, não há necessidade de ser apoiado por demonstrações cotidianas de poder (embora, de tempos em tempos, a força seja afirmada para definir os limites de tolerância do sistema): o que é mais importante é que um estilo teatral seja mantido continuamente.” (Thompson, 1976, pg. 148).

são posteriormente “fichados”. Apesar da arbitrariedade de uma alocação ao trabalho a partir de um rápido exame das mãos, olhos e algumas perguntas – e a encenação da arbitrariedade ela própria é um dos elementos da encenação da dominação – no entanto, essa alocação procura produzir alguma continuidade com o trabalho e as condições de existência anteriores daqueles trabalhadores. As perguntas sobre o trabalho anterior exercido pelos operários recrutados, o olhar sobre as suas “provas” e marcas corporificadas, a homologia de tais trabalhos anteriores com os principais trabalhos exercidos na fábrica têxtil – as mãos finas na tecelagem, as menos finas na fiação, o trabalho pesado nas caldeiras, nas seções de estamparia e acabamento, e inclusive a canalização da capangagem e dos “antecedentes criminais” para a manutenção da ordem e para a força policial própria da *companhia* – operam uma certa valorização das atividades anteriores dos trabalhadores e procuram atenuar a ruptura e a descontinuidade nessa entrada para a fábrica, sem, no entanto, reconhecer isso em termos de qualificação e salários menos baixos<sup>21</sup>.

O ritual de apresentação ao patrão e alocação ao trabalho, tendo como elemento central a presença do *Coronel* em carne e osso, não deixa de ter como atores coadjuvantes os *agentes, empregados e sub-chefes*, uma burocracia efetiva que colabora e influi nas decisões de alocação da força de trabalho. É o que suspeita em 1944 o ex-operário da seção de tinturaria, proveniente de Serra Talhada, terra do interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, tentando explicar a retificação à primeira ordem dada pelo patrão para alocá-lo como vigia. Por vezes, quando da ausência do patrão em carne e osso, ele é substituído pelo *empregador*, chefe de escritório que cuida da admissão ao trabalho, mas procura-se manter o ritual, encenado na *casa grande*<sup>22</sup>. Embora o *Coronel* em carne e osso não estivesse presente na

---

<sup>21</sup> Linhart, 1980, pgs. 8-9, tem importantes observações a esse respeito:

“(…) A qualificação é o reconhecimento mercantil de um *savoir-faire*. Cada vez que a correlação de forças o permite, esse *savoir-faire* é utilizado pelos capitalistas sem ser reconhecido sob a forma de qualificação: caso freqüente para as frações mais vulneráveis da força de trabalho – mulheres, imigrantes rurais, etc. (utilizar-se-á assim, sem reconhecê-la, a habilidade manual de um artesão de aldeia imigrante para a seção de pintura na indústria automobilística, a precisão de uma costureira para a montagem na indústria eletrônica, as qualidades de um agricultor para a vigilância de um processo na indústria do cimento, etc.). Existe portanto, entre os operários, um conhecimento da produção mais importante que aquele oficialmente reconhecido e pago pelo patronato.”

<sup>22</sup> “Então meu pai falou: ‘Nós temos que se apresentar para um tal de seu Galvão, empregador e administrador das casas. Ele ficava nesse prédio da casa grande, tinha que se apresentar a ele, e eles faziam um exame assim ligeiramente nas mãos da gente, não sei o que, e olhava os olhos e coisa e tal e: ‘Pra tecelagem, todas cinco! As cinco irmãs pra tecelagem!’ Aí os dois irmãos botou pra outro serviço ali na Aurora, em negócio de navalha e meu pai e outro irmão ficaram em

alocação ao trabalho de algumas levadas de novos trabalhadores, "o que é importante é que um estilo teatral seja mantido continuamente" (Thompson), e dessa forma o ritual ele próprio, na maioria de suas descrições retrospectivas, é diretamente identificado com o patrão. À repetitividade dos elementos constitutivos desse ritual, que se apresentam nas suas descrições, acrescenta-se por vezes a fixação, por parte dos trabalhadores, na entonação, no sotaque e nos cacóetes verbais do patrão.

*"(...) O Coronel Frederico olhava mais a mão. Porque quem tivesse a mão fina... Ele queria ver era a mão grossa que nem pé de cajá, tudo encarado, com aqueles calos. Ai era trabalhador: 'Sim, sim, viu? Você é trabalhador', ele falava nesses termos. 'Sim, sim, homem trabalhador. A família é trabalhadora, viu? Ô Almeida, ô Galvão das casas, vem pegar essa família, viu?' Se ele via um trabalhador, o cabra todo aleijado, que parecia um pé de cajá. Agora, se visse uma mão fina: 'Sim, sim, viu, uma família preguiçosa, viu? A companhia não emprega gente assim não, viu? Homem trabalhador é esse, viu? Olha a mão, ô, olha aqui'. Cada um calo que (risos). Era assim. E às vezes olhava pro olho, se era vermelho, não sei o quê. Quando era vermelho parece que não era trabalhador também. Era assim, era todo cheio de novelas. Comigo nunca aconteceu isso graças a Deus. Porque eu nasci e me criei aqui e ainda estou aqui. Mas com essas famílias que vinham de fora, o teste era a mão. Se a mão fosse que nem uma mão de moça, Virgem Maria! Não ficava não, mandava logo se retirar. 'Sim, sim essa família volta, viu? É uma família preguiçosa'. Falava tudo assim: 'Sim, sim!' Tinha um negócio de 'sim, sim'. (risos)."*

*(ex-banqueiro)*

Atendo-se aos detalhes do espetáculo teatral oferecido pela companhia aos novos trabalhadores no ritual de sua alocação ao trabalho, muitos relatos passam sentimentos de simpatia e comicidade e um sabor de mito, transmitido e retransmitido oralmente, e que compõem a própria identidade social deste grupo de operários. No entanto, transparece também, quando o trabalhador descola por vezes da serenidade do relato retrospectivo, e se contagia com a rememoração da vivência daquela situação, um sentimento de humilhação. Tal sentimento não se manifesta unanimemente, pelo menos quanto à situação deste ritual, por todos os operários com quem tivemos contacto, dependendo da diferenciação interna a esse grupo social no que diz respeito às circunstâncias de sua vinda a Paulista e da forma como entraram na fábrica. Por vezes, a carência material anterior ao aliciamento para Paulista é tão grande que todo o "processo de admissão" no mundo da fábrica é visto, pelo menos retrospectivamente, de uma maneira positiva. No relato acima de um ex-banqueiro aparece, no entanto, uma indicação de como o ritual de alocação ao trabalho poderia ser visto como uma violência: "comigo nunca aconteceu isso graças a Deus. Porque eu nasci e me criei aqui

---

negócio de acabamento." (ex-tecelã)



e ainda estou aqui". Ele introduz assim a diferenciação entre os trabalhadores do lugar, que nasceram ou se criaram em Paulista, ou provenientes geralmente de áreas próximas e que, à procura de trabalho, foram admitidos na fábrica e as levas de trabalhadores aliciados no *interior* e submetidos ao ritual acima descrito<sup>23</sup>.

Submetidos a um processo de "desnudamento", que pode ser visto, pelo desligamento das condições de existência anterior, como a primeira parte da seqüência que caracteriza os rituais de passagem, isto é, a separação; submetidos em seguida a um processo de marginalização, segregação e liminaridade nas condições de alojamento no *depósito*; e finalmente submetidos a esse ritual de apresentação ao patrão e alocação ao trabalho, a esse ritual de agregação (cf. Van Gennep, 1969), os trabalhadores aliciados defrontam-se com as suas condições iniciais de vida na vila operária. As dificuldades de tais condições referem-se, além do estranhamento ao ambiente hostil, físico e disciplinar, no interior da fábrica, à persistência do efeito de "desnudamento": a deficiência alimentar, a precariedade dos utensílios domésticos e o endividamento no comércio e nas vendas até que os pagamentos de salários dêem algum equilíbrio ao orçamento familiar<sup>24</sup>. Além disso, as dificuldades

---

<sup>23</sup> Assim, mais que a diferenciação entre os "aprovados" e os "reprovados" pelo *exame* a que são submetidos os trabalhadores aliciados na varanda da *casa grande*, o ritual de entrada no mundo da fábrica e da vila operária - para além de um "ritual de passagem", um "ritual de instituição", como observa Bourdieu (1982, pgs. 59-63) - "consagra" a diferença entre o conjunto dos trabalhadores aliciados e um conjunto oculto em relação ao qual define-se o grupo "instituído": o conjunto dos trabalhadores não-aliciados, já instalados em Paulista. Agindo sobre o real ao agir sobre a representação do real, a eficácia simbólica do "rito da instituição" faz agregar ao mundo da fábrica um novo grupo de trabalhadores tutelados desde as suas áreas de origem pela fábrica e procura ser o preâmbulo de uma forte adesão daquele grupo ao novo mundo da fábrica, adesão ocasionada pelo contraste entre o período de "desnudamento" e a posterior garantia das condições materiais de existência pela fábrica e sua vila operária. Mas ao mesmo tempo esse ritual "institui", "consagra" a diferença entre os trabalhadores aliciados e os não-aliciados. A existência destes coloca os aliciados na condição de "novatos" humildes, susceptíveis de serem formados mais intensamente nas regras da fábrica e da vila operária. Mas, inversamente, a existência daqueles, dos trabalhadores aliciados, desse grupo de trabalhadores potencialmente "modelares", porque tutelados desde suas áreas de origem pela fábrica, impõe aos não-aliciados um padrão de comportamento renovado de obediência, submissão e adesão.

<sup>24</sup> "E então, no dia 13 de janeiro de 1944 comecei a trabalhar (nas caldeiras). Durante esse tempo que eu comecei a trabalhar, tinha dia de eu pegar de 6 horas da manhã, sem tomar café porque a situação não permitia, dava 10 horas, os colegas às vezes ofereciam mas eu sempre não gostei de avançar o sinal, né. Retirava, esperava pelo almoço de 11 horas. Dava meio dia e nada. Dava meio dia e meio, nada. Dava uma hora, nada, e eu em jejum (risos). Quando dava duas horas, eu largava, ia pra casa, quando chegava em casa, lá pelas duas e meia é que eu ia almoçar, em jejum, sem tomar nem café. Muitos dias mesmo. Eu me arrependi até de ter nascido. Parar eu não podia parar que era pior. Parado, aí é

provêm também de uma certa continuidade do efeito de “marginalização” e “segregação” que cessa no *depósito* mas reaparece sob outras roupagens, menos dramáticas e mais cômicas, na vila operária. Trata-se da diferenciação interna dos trabalhadores, mencionada na citação da entrevista do ex-banqueiro, entre operários há mais tempo no lugar e os trabalhadores recém-aliciados no *interior*. Tal diferenciação pode fazer-se sentir, como efeito da distinção e “segregação”, de forma assemelhada ao rito do “trote ao calouro” ou às cerimônias de “boas vindas” (cf. Goffman, 1974, pg. 27), sua ação cômica geralmente incidindo sobre a ingenuidade dos novos trabalhadores, em suas áreas de origem, diante das promessas ilusórias dos *agentes*, e suas conseqüências em Paulista.

*“Quando os agentes iam assim pelo interior, eles enganavam o pessoal. Porque era tanta coisa assim que eles ofereciam, que a empresa oferecia, e quando o pessoal chegava aqui, e nada! Muita gente então ia embora na madrugada, deixava, esse pessoal que não tinha certa educação rasgava as camas, deixavam uma esculhambação na casa e iam embora, não queriam mais, a companhia não oferecia nada.*

*Outros, passava um leiteiro, aí o pessoal mais antigo fazia essa brincadeira com os que chegavam, diziam que era a companhia que pagava o leite (confirmando assim o logro dos agentes que diziam que em Paulista havia chafarizes de leite, que o leite era por conta da companhia). Quando os rapazes (os leiteiros) iam procurar cobrar a conta, ham!, eles diziam: ‘Não, é a companhia que dá esse leite’. – ‘Ah! isso não!’ (leiteiro) (risos). Ah, mas a gente ria à beça. Pessoal mais ignorante, né, e os leiteiros iam na conversa deles. Meu pai não, que a gente já entendia mais um pouco as coisas.” (ex-tecelã, vinda de Caruarú, pai ex-administrador da fazenda)*

Além do logro dos *agentes* e do “trote” dos trabalhadores mais antigos nos novatos que vinham do *interior*, o relato da ex-tecelã menciona também a revolta decorrente da decepção na chegada a Paulista, caracterizada pela dureza das condições iniciais de vida. Não parece ser por acaso que a revolta, segundo essa descrição, atinja as camas de lona, esse substituto material degradado dos *chafarizes de leite* e das *montanhas de cuscuz* constitutivos da prometida generosidade da *companhia*. Essa evasão da vila operária logo após a chegada parece ser recorrente e numericamente significativa, como indica a elevada rotatividade constatada numa amostra de fichas do “Registro de Empregados” mantida pelos escritórios da fábrica. A própria busca de trabalhadores de áreas longínquas, as dificuldades de transporte coletivo e

---

que eu ia morrer de fome, se trabalhando tava desse jeito! Mandavam o cabra trabalhar em serviço pesado, seção de caldeira, transportando, tirando aquelas brasas das caldeiras, de 6 horas até as duas horas da tarde, sem tomar nem café, o cabra tá danado! Eu já passei assim um ano ou mais, depois de ano foi melhorando até que a fome foi passando, né. Diminuiu a fome. Mas sempre a necessidade nunca deixou de faltar, né.” (ex-operário da tinturaria, Fábrica Aurora)



locomoção em Paulista, a carência de material e o endividamento, são fatores parcialmente intencionais de imobilizar a força de trabalho. No entanto, uma parte da mão-de-obra aliciada procura voltar para suas áreas de origem. Essa evasão parece estar ligada à possibilidade da prática de suas atividades anteriores: seja devido à manutenção de relações de parentesco com acesso à terra e ao trabalho na agricultura, seja devido à reconstituição de condições de trabalho anteriores à crise que contribuiu para a sua vinda (o fim de períodos de seca, por exemplo). Essa evasão é mais provável, portanto, para aqueles que, não tendo se separado por completo de suas condições anteriores de produção, possam, de alguma forma, reconstituí-las. Embora provenientes de áreas mais longínquas, os trabalhadores das áreas de pequena produção camponesa do agreste ou do sertão podem ser mais receptivos ao impulso da volta.

*"Muitos se deram bem, outros queriam ir se embora, arribava, ia, não se acostumava. Chovia, eles iam se embora tudinho. Era agricultura. (...) E esse pessoal lá em cima acostumado com leite, cuscuz, com toda comida sertaneja, você sabe como é. Bate aqui, começa tudo a comer caranguejo (ri), aí eles se acabam (ri)."*

(ex-motorista)

A indicação da possibilidade de acesso à *terra de trabalho* (cf. Garcia Jr., 1983) é dada pela chuva, e a saudade e a não-adaptação em Paulista são sintetizadas pela comida. Não era por acaso que os *agentes* propagandeavam as *montanhas de cuscuz* e os *chafarizes de leite* de Paulista pelo *interior*. A decepção com o *caranguejo*, por outro lado, aponta não apenas para as diferenças no regime alimentar da vida camponesa diante da vida proletária da fábrica, mas também para a distinta relação com os "recursos naturais" num caso e no outro: ao trabalho na agricultura se opõe a atividade de coleta, após a jornada de trabalho fabril, de um complemento alimentar que materializa a precariedade das condições de subsistência dos operários.

Para aqueles que permaneciam em Paulista, refeitos de eventuais "trotos" de vizinhança, ocorria, paralelamente ao sofrimento das difíceis condições iniciais de vida na vila operária – como persistência do efeito de "desnudamento" e separação sentido desde a área de origem e anteriormente à ação da *companhia*, e reforçado pelo processo de admissão ao mundo da fábrica –, um processo de "re-vestir" as famílias aliciadas, proporcionado pela *companhia* mas às custas de um endividamento mais que monetário (não o papel-moeda mas a moeda escriturária, dedutível dos salários), simbólico e de dominação cultural.

*"Se chegasse uma pessoa do interior, por exemplo, mesmo a gente, que a gente viemos do interior praqui e só trouxemos mesmo a roupinha do corpo. Os trocinhos ficou tudo lá e tá lá. Não, não tá mais lá não porque botaram fogo, né. Nós saímos fugidos de lá, da Usina do*

*governador (Usina Pedrosa, usina da família do governador de Pernambuco de então, Lima Cavalcanti). Só trouxemos a roupinha do corpo. Chegemos aqui, ele deu ordem pra comprar roupa lá na loja, teve cama de lona, tamborete, essas coisas todas. Tinha tudo. Isso aí a gente foi comprando a prestação, uma coisa e outra. Tudo isso ele fornecia. Ele era bom. Ele não era ruim não. Agora o camarada que não fizesse por ele.."*

*(ex-banqueiro)*

Após aguçar um processo anterior de "desnudamento" dos trabalhadores aliciados, a *companhia* em seguida os "re-veste", adianta-lhes utensílios mínimos da existência cotidiana – pano para roupa, camas de lona e móveis simples, remédios (geralmente purgantes para verminose) –, construindo assim uma relação de endividamento simbólico original, interiorizada pelos trabalhadores como constitutiva do próprio grupo social dos operários de Paulista. Essa relação de endividamento simbólico, que engaja assim todo um grupo social, tem, no entanto, seu lado material que a burocracia da fábrica registra e cobra, descontando parceladamente dos salários iniciais. Quando o operário sucumbe diante das condições iniciais de trabalho na fábrica, a dívida monetária contabilizada permanece para os seus "beneficiários". Tal é o caso do ajudante de pedreiro João Chaves da Silva, de 51 anos de idade, fichado sob o número 3.767-A no "Registro de Empregados" em 17/09/1941, aliciado no município agrestino de Correntes com esposa e quatro filhos como a "família 240 de 1941", que "faleceu às 20 horas do dia 13/03/1942". A ficha fria e implacavelmente "observa" que o sr. João Chaves da Silva "ficou devendo Cr\$ 80,00" à *companhia*. Passado, no entanto, o pagamento material da dívida nos sucessivos desembolsos iniciais de salário, permanece interiorizado nos operários esse endividamento simbólico original. Em contraste imediato com a sua situação de "desnudamento", esse processo inverso de "revestir-se" proporcionado pela *companhia*, completa, ao lado do ritual de alocação ao trabalho e a uma nova casa e de apresentação ao patrão, os ritos de agregação ao mundo da fábrica.

## Capítulo 2

### O “Tempo do Trabalho Para Todos do Coronel Frederico” e a Constituição de Uma “Cultura Fabril” Pelos Operários

Esses ritos de agregação ao mundo da fábrica, elementos iniciais da interiorização pelos operários da forma de dominação fábrica-vila operária peculiar a Paulista, têm seus efeitos de legitimação prolongados por sua inclusão em um período da história desse grupo social retrospectivamente idealizado em confronto com as condições do período presente. Tal idealização parece sustentar-se principalmente no pleno-emprego da força de trabalho que caracteriza *o tempo do Coronel Frederico*, tempo modelar neste passado que, no entanto, se estende – embora com ondas de demissões episódicas – após a morte daquele patrão (em 1946) e alcança os anos 60, quando tem seus pontos de ruptura nos anos imediatamente pós-1964, marcados pelo ataque aos operários estabilizados. O tempo presente caracteriza-se pela vivência e probabilidade do desemprego, pela procura exaustiva de trabalho por parte dos operários, e pelas exigências das empresas para a admissão dos novos operários em testes e documentos que os exasperam. A existência no presente de várias fábricas no município além da CTP totalizam uma oferta de empregos muito inferior (menos da metade) a que aquela *companhia* oferecia sozinha no passado, quando monopolizava o trabalho industrial de Paulista (tomamos aqui como referente do “presente” os anos de 1976 e 1977, anos em que transcorreu a maior parte do trabalho de campo).

A abundância de empregos é o contexto, já, do processo de aliciamento de trabalhadores no *interior* e a propaganda feita em torno disso atingindo a força de trabalho potencialmente aliciável, assim como da procura de trabalho por parte de trabalhadores e de famílias de trabalhadores de áreas

mais próximas a Paulista, seja de áreas camponesas ou de engenhos, seja de áreas praias, de pescadores ou de sítios de coqueiros. O ritual de agregação ao mundo da fábrica, de apresentação ao patrão e alocação ao trabalho, que enfatiza a “teatralização da dominação” como inculcação inicial de sua legitimidade, é destacado positivamente pelos trabalhadores por sua liberalidade quanto aos exames de admissão e quanto à exigência de documentos comparativamente aos pré-requisitos de entrada nas fábricas de hoje. O exame das mãos e dos olhos feitos pelo patrão em carne e osso são vistos com nostalgia quando comparados aos exames psicotécnicos e aos exames de saúde das fábricas “modernas”, geralmente filiais de empresas do sul do país (multinacionais ou não). Os documentos exigidos por essas empresas, utilizados tanto como barreiras à entrada quanto como elementos do seu “esquadrinhamento” (cf. Foucault, 1975, pg. 144) interno próprio, também contrastam com os procedimentos utilizados pelo *Registro Operário* da CTP no período da “fatura do trabalho” (e mesmo no presente). A *companhia* como que produzia o seu próprio “campo documental” (cf. Foucault, 1975, pg. 191). Era diante do *Registro Operário* que muitos trabalhadores inauguravam sua individualidade documental<sup>25</sup>, individualidade esquadrinhada nas fichas mantidas pela fábrica antes da obrigatoriedade por lei das fichas padronizadas de “Registro de Empregados” (essas fichas anteriores às de 1935 não existem mais nos escritórios da fábrica). No decorrer dos anos 30, com a pressão exercida pela fiscalização trabalhista sancionando as já promulgadas leis e regulamentações, nos cinco primeiros anos dessa década, a dos “dois terços”, a do trabalho do menor e da mulher, a da jornada de trabalho de 8 horas, a da carteira profissional, a de férias, a do registro de empregados; o “campo documental” da fábrica tem que adequar-se ao campo nacional de

---

<sup>25</sup> O padrão de individualidade documental inaugurado pela fábrica angustia retrospectivamente aqueles trabalhadores antigos que entraram na fábrica sem ficha nem documento: a ausência de dados sobre essa individualidade passa a ser – como tantos outros mistérios da vida do operário têxtil, tal a incógnita do preço da *letra*, da unidade do salário por produção (cf. 3ª parte deste livro) – um mistério primeiro dessa vida proletária, que teve transformada sua concepção de tempo.

“Eu entrei criança para a fábrica, mas não estou bem lembrada da idade que eu entrei, sabe. Que a minha mãe nunca disse a mim a idade que eu tinha, o ano que eu nasci. Ela nunca me explicou isso, minha idade. Eu queria tanto saber... Ela nunca me disse como era, como não era, qual era o ano que eu nasci, qual foi a data. Não dizia nadinha! Nesses tempos o povo era grosso, né. Também, não sabia ler. Eu nunca aprendi a ler. Mas ela nunca me disse nada. Depois, graças a Deus, tive que registrar, e aí avalei assim a idade. Mas dizer que eu sei a minha idade direitinho, não. Agora, existe uma pessoa que sabe da minha idade, mas não mora aqui.”

(ex-fieandreira proveniente de Brejo de Arcaia. Paraíba, tendo entrado para a fábrica em 1915)

identificação individual<sup>26</sup>. A *companhia* faz isso como que incorporando as exigências legais nacionais ao seu próprio campo: com o controle político exercido por ela sobre a localidade e inclusive o cartório local, a CTP tem um funcionário seu especializado em mediar o acesso dos seus novos trabalhadores ao cartório para tirar certidões de nascimento. Ela é testemunha dos "falsos" aumentos de idade das crianças (que precisavam ter 14 anos para trabalhar, por exigência legal), que a ela interessava incorporar ao trabalho, assim como das "falsas" relações de parentesco que inventavam os trabalhadores aliciados para comporem as *famílias numerosas* exigidas pelos *agentes* para trazê-las a Paulista (ver Alvim, 1984, cap. 4 e 5, assim como Alvim, 1981). Se a tutela pela *companhia* dos seus operários perante o sistema nacional de identificação individual é um dos elementos do antagonismo entre o "sistema fábrica e vila operária" e os direitos de cidadania dos trabalhadores que é característico desta forma de dominação, no entanto, comparada aos tormentos da luta contra o desemprego na procura por trabalho nas filas e nos testes das fábricas do presente, ela é vista retrospectivamente sob o prisma positivo do dom constituído pelo acesso ao trabalho<sup>27</sup>.

A abundância de trabalho característico do "sistema Paulista" em sua plenitude é expressa pelos trabalhadores através da menção aos pontos extremos do ciclo de vida da força de trabalho, o trabalho dos velhos e o trabalho das crianças, e também os casos-limite de trabalhadores que são os deficientes físicos. Esses últimos propiciam o efeito-demonstração próprio à teatralização das relações sociais, utilizada pelos patrões e interiorizada e reinterpretada pelos operários.

*"Nesse ano tinha muita gente parada em Paulista (contexto desse trecho de entrevista: a greve dos tecelões de Pernambuco em 1958,*

---

<sup>26</sup> "Os diversos decretos visando a estatística oficial eficiente na República produziram efeitos um tanto embaraçosos para nós, uma vez que, para satisfazer a todas e tantas exigências, se fez preciso organizar um departamento especial para este fim, presidido por um dos nossos Directores que assim perdeu bastante tempo, geralmente dedicado a direcção da nossa empresa." (42º Relatório da companhia de Tecidos Paulista, a ser apresentado à Assembléa Geral dos Senhores Accionistas em 30 de junho de 1932; *Diário do Estado*, 28/09/1932, pg. 1804).

<sup>27</sup> Uma ilustração dessa tutela perante o sistema nacional de identificação individual, refletindo neste caso o antagonismo entre o "sistema fábrica e vila operária" e os direitos de cidadania dos trabalhadores, é o fato da CTP ter queimado, nas caldeiras da fábrica, as carteiras de trabalho dos seus operários, quando a instituição daquelas carteiras começou a ser implementada junto aos trabalhadores. Esse fato é relatado pelos trabalhadores mais antigos, como um dentre vários episódios míticos de Paulista, e é referido por Torres Galvão, em artigo intitulado "As Conquistas dos Trabalhadores" publicado na *Folha da Manhã* de 24/04/1949, pg. 2 (Torres Galvão foi presidente do sindicato dos operários têxteis de Paulista entre 1943 e 1946).

quando havia desemprego em Paulista e os operários desempregados foram usados para furar a greve na Fábrica da Macaxeira). *Sempre em Paulista teve muita gente parada. No tempo do Coronel Frederico, ele dava trabalho até a aleijado, teve muito aleijado que trabalhava. Tinha um aleijado aqui que andava engatinhando. Esse assumia lá a seção de gravação. Era gravador. Tinha outro também que andava com uma muletinha desse tamanhinho assim. Tudo trabalhava na fábrica. Agora o serviço da maioria deles não era serviço pesado, era serviço de catar algodão. Quando o algodão está sujo, muito desperdício de algodão, então ele botava pra tirar aquele lixo. E ganhava o salário da época, né.*

(ex-banqueiro)

A descrição da abundância de trabalho através de casos-limite de trabalhadores se complementa com a descrição da institucionalização de tarefas marginais à produção fabril que empregam tais trabalhadores. Muitos "velhos" (com idade próxima a 50 anos) trabalhavam nos serviços de varrer e juntar algodão no *armazém do rasga*, seção que tem uma turma de homens para romper os fardos de algodão e que precede a seção da máquina do *batedor*<sup>28</sup>. Outros trabalhavam nas plantações e no transporte de capim para cobrir as casas, ou em diversos serviços de conservação da vila operária. Além da vasta utilização do trabalho infantil na produção fabril (cf. Alvim, 1981 e 1985, cap. 5), as crianças eram utilizadas para pequenos serviços nos escritórios – recados, mensagens, serviços que podiam entrelaçar necessidades do trabalho com necessidades particulares de chefes e escriturários – até o transporte de gelo para a casa dos chefes ou carretos de feira para *empregados* e operários<sup>29</sup>. Essa descrição pela periferia do trabalho fabril bem indica a onipresença do trabalho por todas as classes de idade, inchando a população ocupada da vila operária. Tal onipresença do trabalho é estimulada pelos baixos salários pagos pela companhia, forçando o assalariamento de um grande número de membros da família (cf. Alvim, 1985, cap. 1). Numa povoação inteiramente voltada para a *cooperação* capitalista (no sentido do capítulo XIII (ed. franc.) do *Capital* de Marx), sob todas as suas formas, e com todas as suas exigências, uma das manifestações da *disciplina* que é correlata a essas formas é a *composição de forças* através da "combinação de diversas séries cronológicas", através da combinação das forças dos pontos

28 "Quando chegava o caminhão com algodão, o vento jogava muito algodão pra fora e meu pai saía com um saco, ajuntando. E ele era esperto e não deixava o vento levar muito longe. Aí ficava pegando algodão e ajuntando pra levar pra lá para o armazém do rasga." (ex-banqueiro).

29 "Os meninos eram admitidos como 'contínuos' e percebiam semanalmente os seus salários através de recibos. Aqueles menores que não trabalhavam na Cia., dedicavam-se, comumente, ao transporte particular de gelo da Fábrica Aurora para a residência de chefes de seções e ainda faziam outros fretes da feira livre, com os seus próprios carrinhos de mão, cujo trabalho sempre lhes assegurava o ganho de 200 ou 400 réis por cada transporte feito." (Santos Filho, 1978, pg. 24).

extremos de um ciclo de vida da força de trabalho prolongado ao máximo dos dois lados, através do trabalho das crianças e dos velhos (cf. Foucault, 1975, parte III e particularmente pgs. 166 e 167). No entanto, mais que esse efeito imediatamente produtivo da disciplina através da composição de forças do trabalho fabril dos velhos e das crianças, a descrição do pleno-emprego característico do "sistema Paulista" e sua simbolização nos pontos extremos do ciclo de vida da força de trabalho transmite a eficácia de uma pedagogia e moral do trabalho inculcada e interiorizada.

Se uma parte do trabalho das crianças e dos velhos é alocada em serviços auxiliares fora da produção fabril – uma outra parte, especialmente o trabalho infantil, estando integrada nas seções mais estratégicas para a produção da fábrica, como a fiação e a tecelagem (cf. Alvim, 1981 e 1985, cap. 5) –, no entanto, os trabalhos extra-fabris da *companhia* arregimentam muitos outros trabalhadores que não esses contingentes minoritários, altamente rotativos, porém importantes para a expressão da forma de dominação do "sistema Paulista", que constituem os pontos extremos do ciclo de vida da força de trabalho. Esses trabalhos extra-fabris compunham o panorama da abundância de trabalho evocado pelos trabalhadores antigos nos dias presentes. Além dos empregos concedidos às crianças e aos velhos, diretamente pela administração da *companhia* – seja perseguindo os efeitos da "composição de forças" produzindo resultados ligados à "docilidade-utilidade" (cf. Foucault, 1975, parte III), seja perseguindo os efeitos pedagógicos de uma moral do trabalho onipresente –, havia os trabalhos pagos por produção através de empreiteiros que necessitavam de trabalhadores no auge de sua força física para tarefas de corte e transporte de lenha para as caldeiras da fábrica, corte de capim para o telhado das casas, etc. Tais trabalhos por empreitada são surpreendentemente admitidos por escrito pela própria *companhia*, talvez porque ainda ingênua na sua convivência com uma legislação e fiscalização trabalhista incipientes ou talvez por tática de boa vontade, em carta dirigida ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, pedindo esclarecimentos quanto a dúvidas para o correto cumprimento da chamada "lei dos 2/3", no caso o decreto 20.291 de 12/08/1931:

*"Essa companhia tem alguns empreiteiros empregados em diversos serviços. Acontece, porém, que as pessoas que trabalham com tais empreiteiros não são empregados desta companhia; e como são pagas pelos respectivos empreiteiros – por conta de quem trabalham – deixam, por isto, de figurar nas folhas de pagamento desta companhia. Os empreiteiros, porém, são contemplados nas folhas de pagamento, recebendo de acordo com a produção ou empreitada.*

*Tais trabalhadores não podem figurar na relação de que trata o precitado artigo 32 ( do decreto 20.291 de 12/08/1931), como empregados desta Companhia, porque, como acima ficou dito, não são contemplados nas folhas de pagamento. Mesmo assim a relação,*



segundo o modelo anexo à cópia do decreto a que nos referimos, deve ser organizada de acordo com as folhas de pagamento do pessoal. Resta-nos saber como proceder relativamente a esses trabalhadores, a fim de que possamos cumprir exatamente com as exigências do decreto em apreço<sup>30</sup>."

(carta da CTP à CIFTA-Rio, de 12/10/1931, em arquivo CIFTA-Rio).

Essa organização do trabalho através de empreitadas, utilizada em Paulista antes da legislação trabalhista, referindo-se a tarefas distintas das que se passam no interior da fábrica, deveria trazer vantagens para a administração fabril quanto à sua funcionalidade para tarefas sazonais ou eventuais (como por exemplo o corte de capim para cobrir as casas) ou para efeitos de produtividade (como no caso do corte de lenha para as caldeiras da fábrica). Com a implantação da legislação trabalhista tal organização do trabalho passa a ter a vantagem adicional, para a administração da fábrica, de eludir aos encargos sociais e trabalhistas relativos a essa parcela da força de trabalho. A *folha amarela*, categoria corrente utilizada pelos trabalhadores, era assim um operador importante na diferenciação interna dos operários de Paulista, persistindo até os anos 60. A própria *companhia*, nos seus relatórios anuais aos acionistas, indica a importância destes trabalhos extra-fabris em que vigorava a organização do trabalho mediada por empreiteiros – embora ela não mais mencione por escrito, como na carta pré-citada ao CIFTA, e ainda mais publicamente –, que utiliza o trabalho pelo expediente da *folha amarela*. São muito mencionados os trabalhos de corte de lenha para as caldeiras, nas plantações de eucaliptos, nas obras de dragagem e saneamento de terrenos alagadiços (cf. os relatórios de 1939, 1944-1950, 1961-1962). No entanto, a magnitude e as características da força de trabalho utilizadas nunca

<sup>30</sup> O artigo 32 do "decreto em apreço", o 20.291 de 12/08/1931 estipula que:

"Todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias e firmas comerciais ou industriais, que explorem qualquer ramo de comércio ou indústria, inclusive concessões dos Governos Federal, estadual ou municipal, do Distrito Federal e Território do Acre, serão obrigados a enviar ao Departamento Nacional do Trabalho, no período de 1º de Setembro até 31 de Outubro de cada ano, uma relação nominal de todos os seus empregados conforme o modelo que acompanha este regulamento, donde constam o nome, sexo, idade, estado civil, nacionalidade – ou si brasileiro, o Estado onde nasceu – categoria ou profissão, ordenado, salário, ou diária, grau de instrução e data da admissão ao serviço. Essas relações deverão ser assignadas pelo chefe da firma, director ou presidente da empresa ou estabelecimentos, com a declaração expressa de que conferem com a folha de pagamento do respectivo pessoal.

Parágrafo único. As relações mencionadas neste artigo, depois de catalogadas, ficarão fazendo parte do archivo do Departamento Nacional do Trabalho para os fins de direito."

(cf. Pereira dos Santos, 1937, pg. 38).



são mencionadas nestes relatórios, aparecendo ao contrário algumas indicações na imprensa que fazia oposição sistemática à *companhia*<sup>31</sup>.

Se a *folha amarela* como categoria já é própria de um contexto de denúncia e de contraste com a folha de pagamento "oficial", sujeita à inspeção trabalhista, no entanto, no contexto da comparação com a situação de desemprego do presente, ela compõe o universo da abundância de trabalho do "sistema Paulista" em sua plenitude. No discurso dos trabalhadores sobre esse passado em que não faltava trabalho para todos, além da ênfase no trabalho das crianças e dos velhos, e no trabalho dos deficientes físicos, aparece também a ênfase na pluralidade de fontes de trabalho proporcionados pela *companhia*. Essa imagem nostálgica e idealizada do pleno-emprego do passado é transmitida tanto através da sua corporificação nos menos aptos ao trabalho, as crianças, os velhos, os deficientes físicos, quanto através de sua objetivação em determinados monumentos e ruínas, antigas fontes de trabalho. E dentre essas antigas fontes de trabalho destacam-se as extra-fabris, as que desaparecem no presente de uma administração fabril voltada para a intensificação do trabalho e para o aumento da produtividade no interior da fábrica, e na extinção dos "custos" não diretamente "produtivos". Certas ruínas ou locais que eram antigas fontes de trabalho, extintas pela *companhia*, passam a ser escolhidos como monumentos: o "Porto Arthur", porto particular em braço de mar em terras da CTP, que recebia as compras de maquinário e matéria-prima, fazia a ligação com a fábrica de *Rio Tinto* na Paraíba e por onde passavam grande parte das vendas de tecidos da *companhia*; a Usina Timbó, usina desativada na década de 20 e que permanecia moendo caldo para os cavalos da condelaria, além de manter oficinas produzindo peças para a fábrica e fazendo manutenção das locomotivas da *companhia*; a estrada de ferro própria da CTP (que, segundo notícia da *Folha do Povo* de 3/11/1949 teria 100 km de extensão) e suas diversas locomotivas (segundo os operários, seriam 16 nos anos 40); as localidades caracterizadas pela extração de lenha (por exemplo "Seringal Velho") ou por roçados cujos produtos abasteciam a feira da cidade (por exemplo "Trepá e Desce"); a cerâmica "do Jorge" que fabricava tijolos e

---

<sup>31</sup> Uma notícia do dia 12/4/49, na *Folha do Povo*, menciona que as extensas plantações de eucaliptos, que se estenderiam "desde as proximidades das fábricas de Paulista até mais ou menos a Usina Santa Rita no município de Pau D'Alho", estariam empregando cerca de 1.600 pessoas (homens, mulheres e menores), trabalhando na diária, com salários diferenciados (homens a Cr\$ 10,00, mulheres a Cr\$ 7,00 e Cr\$ 8,00 e menores a Cr\$ 6,50).

Notícias dos dias 25/1/1964, 1/2/1964 e 29/2/64 do jornal *A Hora* falam na vitoriosa greve de 42 dias dos cerca de 150 machadeiros, cortadores de lenha para as fábricas de Paulista, trabalhando através de empreiteiros, que conseguem aumento salarial por metro de lenha cortada, férias, repouso semanal remunerado e 13º salário. No contexto dos primeiros meses de 1964, os trabalhadores da *folha amarela* deixam de fornecer somente matéria para denúncias e passam a reivindicar de forma organizada.

telhas para as casas da vila operária. Mostrando-nos implicitamente o valor que atribuem a esses "monumentos", alguns operários aposentados não descansaram enquanto não nos levaram para visitar as ruínas do Porto Arthur, num dia escolhido como mais apropriado para burlar a vigilância da *companhia* naquelas terras<sup>32</sup>. Tal valorização dessas ruínas e monumentos, que podem ser vistos como "brasões de identidade" desse grupo social (inspiro-me em Duarte, 1983, pgs. 9 e 10, em sua análise de grupos de trabalhadores com aspectos semelhantes ao aqui estudado), reforça-se diante das novas ameaças às suas condições de existência. A transformação da própria forma como se exerce a dominação destruindo fontes de trabalho e garantias tradicionais de existência, leva à construção, a partir de uma escolha dos elementos interiorizados da forma de dominação anterior, de uma contra-argumentação dos trabalhadores calcada na legitimidade do "sistema Paulista" que se volta contra seus novos gerentes e patrões. É o que ilustra a argumentação de um *banqueiro* contra um novo gerente a propósito da modificação do prazo de pagamento dos salários, que passa de semanal a mensal (com um vale quinzenal) logo após abril de 1964:

(Após dirigir-se ao sindicato dos têxteis local, sob intervenção, para reclamar da implementação pela fábrica do pagamento mensal do salário, e não encontrando receptividade no interventor, esse operário volta à fábrica e dirige-se ao gerente)... *Então eu voltei pra fábrica, aí eu briguei com o Maciel (o gerente), de boca, né, batimento de boca. Ele dizia que a companhia não tinha condição mais de pagar por semana, que a fábrica estava entrando em prejuízo, aí eu entrei pra ele também: 'Se a fábrica tá entrando em prejuízo, o prejuízo então tá partindo aqui de dentro, do escritório. É é depois que o sr. chegou. Porque antes...' Aí apresentei tudo quanto havia. 'Naquela época,*

---

<sup>32</sup> O raio de influência da CTP como empregadora indireta de mão-de-obra projetava-se tanto pelo interior (onde a família Lundgren tinha muitas propriedades rurais, muitas lojas nas cidades do interior e *agentes* circulando em busca de aliciamento direto de trabalhadores para a fábrica) quanto pelo litoral. No litoral, o transporte de insumos e do produto fabril feito pela companhia (através do Porto Arthur, próximo às suas fábricas) parece ter-se estendido para o transporte comercial para terceiros conforme precárias indicações arroladas em notícia do jornal *Folha do Povo* de 7/1/1949 (pg.4, "Milhares de barceiros miseravelmente explorados"):

"Nossa reportagem esteve ouvindo os barceiros que põem em movimento centenas de barcaças que fazem o tráfego entre o Recife e outras cidades do Brasil. (...) Ainda ouvimos os barceiros do 'Correio de Goiana', pertencentes à 'companhia de Tecidos Paulista' que nos informaram das péssimas condições a que vivem submetidos, salientando que já faz mais de um mês que não ganham um centavo pois estão empacados numa viagem para Penedo e que ali (naquelas barcaças) ainda mais se agrava a exploração, desde que trabalham para os Lundgren, conhecidos exploradores do povo, que possuem cerca de 300 barcaças! Os salários são tirados da média do ganho da viagem, sendo metade do lucro para a companhia, um quarto para o mestre e outro quarto para os marinheiros. Portanto salário de fome."

*funcionava Porto Arthur (dirige-se a mim, entrevistador). O sr. já foi lá, não foi? (esse informante já estava informado que eu tinha sido levado a este "monumento" dos operários por outro ex-banqueiro). 'Funcionava Porto Arthur. Funcionava Timbó. Funcionava a gerência externa toda, que era o campo. Funcionava o Jorge, que era pra fazer tijolo. E a companhia fazia pagamento por semana. Começava na 5ª e terminava na 6ª. Depois, achou que o pagamento tava muito grande, começava na 4ª e vinha terminar na 6ª. Em Timbó. Agora naquele tempo...' Al eu apresentei tudo. 'Tinha Seringal, Trepá e Desce, tudo isso era construção da companhia. E nunca a companhia mostrou-se em falência. Naquela época trabalhava uma fiandeira pra uma máquina só, uma ajudante e um aprendiz. Um banqueiro, um ajudante e um aprendiz. Um metro de pano, naquela época, de chita – eu disse tudo, desembucheí – era tanto e a companhia nunca mostrou fracasso de falência. Depois que o sr. chegou praqui, tá dizendo que a companhia tá em falência. O senhor vai me desculpar, mas se tá em falência, tá partindo do senhor. Pelos anos que eu tenho na companhia eu nunca vi isso aqui! Está acontecendo é depois que o senhor chegou!*  
(ex-banqueiro)

Uma história incorporada nos calos das mãos dos trabalhadores – os calos formados ou desenvolvidos em Paulista, que se superpõem aos calos trazidos já do interior tão teatralizados no ritual de agregação ao mundo da fábrica –, incorporada no trabalho morto dos operários, dá sentido à história objetivada nas ruínas e monumentos que simbolizam a moral do trabalho, e que traz como corolário a abundância do trabalho e das fontes de trabalho característica do "sistema Paulista" em sua plenitude (para a distinção entre "história incorporada" e "história objetivada", cf. Bourdieu, 1980). Diante dessa evocação do "sistema Paulista", a argumentação puramente contábil do gerente novato e ignorante do "patrimônio histórico" da fábrica, esbarra na coerência e na legitimidade de uma forma de dominação anterior tal como interiorizada e reinterpretada pelos operários, e tal como apresentada como argumentação sistemática contra novas investidas às suas condições de produção habituais. Os operários passam paradoxalmente à posição de herdeiros simbólicos e culturais de um patrimônio da fábrica – pelo menos o relacionado a fontes de trabalho e garantias de existência tradicionais – diante de uma administração fabril voltada exclusivamente para a "modernização" e a re-organização do trabalho no interior da fábrica, aliando a super exploração a uma intensificação da utilização dos métodos de extração da mais-valia relativa.

Além da ênfase na evocação das fontes de trabalho extra-fabris – que ocupam localidades singulares de onde emanava a vibração da atividade produtiva voltada para as necessidades da fábrica e da vila operária que hoje contrasta com as suas ruínas ou seu desaparecimento – aparece também a menção a uma composição técnica do capital no interior da fábrica favorável aos trabalhadores, e que é também um dos principais suportes objetivos da abundância de trabalho característica do "sistema Paulista". Tal composição técnica do capital era, no entanto, comum a outras fábricas de Pernambuco e grande parte do sul do país. O que particularizava Paulista sob este aspecto

era uma radicalização do peso da força de trabalho nesta composição técnica do trabalho a ela favorável, e isso através da utilização sistemática do trabalho infantil na produção fabril (remeto a Alvim, 1985, cap. 5, para a análise desenvolvida desta característica adicional do "sistema Paulista"). Essa utilização sistemática e massiva de um aprendizado que se transforma rapidamente em um trabalho diretamente "produtivo" para a fábrica particularizava Paulista como uma *escola* do trabalho industrial. Nos relatos dos operários aparece frequentemente essa categorização da Fábrica de Paulista em relação às fábricas do Recife, referindo-se a uma ocupação precoce das crianças no trabalho fabril, uma "escolarização" prática no trabalho adulto dentro da fábrica, por oposição à escola formal. Aqui também a *companhia* cria sua própria concepção de escola e seu próprio "sistema escolar": a colocação imediata das crianças, mesmo as abaixo de 14 anos que eram levadas a aumentar a idade, no trabalho fabril, nos serviços auxiliares do escritório como *contínuos*, ou em serviços subsidiários como o transporte de gelo ou os carretos na feira. A categorização da *companhia* como *escola* refere-se também à introdução dos trabalhadores do *interior*, aliciados ou não pelos *agentes*, no mundo da fábrica (uma parte dos quais são crianças).

Se uma composição técnica do capital favorável à força de trabalho é um suporte objetivo à abundância de trabalho da *companhia*, por outro lado uma contrapartida a tal abundância, como que para garantir uma oferta correspondente de braços, é o baixo salário pago ao maior número possível de trabalhadores por grupo doméstico, única maneira deste grupo assegurar-se um montante de salários compatível com a sua sobrevivência. (Para uma análise deste "salário-família" peculiar, cf. Alvim, 1985, cap. 1). Segundo a sua concepção de trabalho, toda voltada para o trabalho produtor de mais-valia, ela não pode permitir que um salário um pouco mais elevado propicie a permanência de membros da família seja ocupados nos afazeres domésticos além do mínimo necessário, seja desenvolvendo atividades "autônomas" ligadas a um *roçado* ou a um *negócio*, como alternativas ao trabalho fabril (cf. o capítulo seguinte). Os operários que assinalam a existência de tal "salário família", compelindo ao máximo os membros familiares ao trabalho, já o fazem de forma crítica, relativizando a imagem da *fatura* do emprego propiciada pela *companhia*. De fato, a imagem da abundância do trabalho, ou da *fatura* de emprego, pressupõe uma visão do dom patronal do oferecimento de trabalho, num contexto de comparação com o desemprego e a escassez de trabalho do tempo presente. Tal imagem tende a interpretar a "fome de braços" da *companhia* predominantemente como um dom, e não é à toa que a imagem dos deficientes físicos e dos velhos no trabalho é posta em relevo neste contexto. A necessidade de braços por parte da fábrica passa a ser vista por esses trabalhadores segundo a ótica unicamente de uma moral do trabalho, de uma pedagogia, quando ela também tem a ver com a fome de

mais-valia. Assim, a ânsia da administração da fábrica em buscar em casa trabalhadores afastados do trabalho é vista como mais uma dimensão dessa *fartura* de emprego vinculada a uma moral do trabalho<sup>33</sup>.

A “fome de braços” e a proximidade entre a fábrica e a casa do trabalhador na vila operária propicia a instituição de algo parecido com o *chamador* das usinas de açúcar (cf. Leite Lopes, 1976, pgs. 79/81 e 83/84). Mas enquanto nas usinas o *chamador*, geralmente um trabalhador do turno anterior, vem apenas reforçar em carne e osso o apito da usina, anunciando a troca de turno dos *profissionais* da fabricação à meia-noite, ou vem convocar os *artistas* em casa para reparos de emergência, ilustrando o *cativeiro* a que estão submetidos os operários do açúcar, no “sistema Paulista”, o *chamador*, um *vigia*, vem convocar o trabalhador desgostoso com suas condições de trabalho a negociar, no escritório, sua volta ao trabalho em outra seção da fábrica. Enquanto o *chamador* da usina é como que o agente especializado no auxílio à transformação do tempo livre do operário do açúcar em tempo de trabalho, o *chamador* da CTP procura converter a rejeição ao trabalho da fábrica de um “desempregado voluntário” em uma reincorporação no emprego. O lado positivo da ambigüidade dessa prática da CTP pode ser ressaltado pelos operários no contexto da comparação com o presente, enquanto na usina o *chamador* é apenas um detalhe que ilustra a dilapidação da força do trabalho em suas enormes jornadas de trabalho ou a sua prontidão permanente para o trabalho que para os operários do açúcar caracteriza o *cativeiro*. A comparação com o desemprego do presente parece atenuar no relato dos trabalhadores de Paulista os elementos impositivos subjacentes a essa convocação ao trabalho: a interpenetração da esfera do trabalho com a esfera doméstica, a presença do *vigia* que pode ser um agente temido pelos trabalhadores, a ameaça subjacente no escritório de expulsão da vila operária no caso da persistência do operário em preferir não trabalhar.

Essa fome de braços da *companhia* que, trazendo algumas vantagens para os operários, fá-los vê-la como o tempo da abundância de trabalho – além de exercer-se no aliciamento direto e na atração de novos trabalhadores no interior ou na área circunvizinha – exerce-se também na convocação de ex-operários já treinados, já experientes, que se retiraram do trabalho. É o

---

33 “Antigamente todo mundo trabalhava. Hoje em dia é difícil. Porque tem casa aqui que tem 4 ou 5 pessoas e um só pra dar de comer pra esse pessoal todinho, né. Porque antigamente não existia isso aqui em Paulista. Antigamente todo mundo trabalhava! Antigamente o camarada se acomodava, saía da fábrica, quando era com 3, 4 dias o *vigia* vinha saber por que é que o camarada não ia trabalhar. ‘Ah, pois não quero trabalhar não!’ Não quer trabalhar... mas a companhia mandava chamar. O camarada ia: ‘Por que você não quer trabalhar?’ – ‘Porque eu não estou gostando daquela seção!’ Aí eles pegavam e botavam o camarada pra trabalhar em outra seção. Eles queriam que todo mundo trabalhasse. Hoje em dia é diferente.”

(ex-tecelão, demitido na década de 50, desde então funcionário do sindicato)

caso particularmente das donas-de-casa ou mães de família que se retiraram do trabalho fabril com o casamento e/ou com o nascimento dos primeiros filhos. A administração da fábrica procura chamá-las de volta ao trabalho, seja através do marido trabalhador, seja através de algum parente na fábrica, seja diretamente a elas quando viúvas ou separadas. Há indicações de que ao fazer esse chamamento, a administração da fábrica procura respeitar a autoridade doméstica consagrada<sup>34</sup>. No entanto, a aceitação ou não desse chamamento não depende exclusivamente da vontade do *chefe de família* ou da *dona-de-casa*, mas de sua localização na trajetória de seu ciclo de vida familiar, de sua situação material e da relação dos membros familiares empregados, particularmente do chefe de família, com a administração da fábrica. (cf. Alvim, 1985, cap. 4). Por outro lado, esse aliciamento de trabalhadores especializados, que penetra nos grupos domésticos para extrair dali uma força de trabalho fabril potencial inexplorada, denota um certo controle e esquadrinhamento da população da vila operária, seja através das informações das fichas do *Registro Operário*, seja através de dados que são sub-produto da atividade dos *informantes* – funcionários do escritório que percorriam as casas para levantar o número de trabalhadores por casa (cf. capítulo 4) –, seja através do conhecimento e das relações informais que se estabelecem entre a administração e os operários, pelo viés das redes de convivência no trabalho e na vizinhança, e de parentesco.

Este esforço de aliciamento adicional da administração da *companhia* sobre uma população que já trabalhou na fábrica e se retirou, mas que permanece na vila operária, mostra-nos como o aliciamento de trabalhadores no *interior* tem que completar-se com uma política de retenção e assimilação da força de trabalho, a qual contribuía para evitar e diminuir uma evasão constante de trabalhadores<sup>35</sup>. Já vimos como no processo de aliciamento de

---

<sup>34</sup> "Houve um tempo aqui que ela (a *companhia*) precisava de operário, chegava nas casas, pois a minha esposa é tecelã, a minha esposa. Se ele (pessoa da administração fabril que faz o chamamento) chegasse assim, só vinha a mim: 'Seu A., precisamos que sua esposa vá trabalhar de tecelã!' Aí eu combinava com a minha velha, se ela quisesse ir ela ia, se não quisesse trabalhar eu não ia dizer 'tem que ir' não. Ela já não estava trabalhando mais não. Eles pediam pra gente mandar, assim dentro de casa, aconteceu isso muito. Estavam precisando. (...) Antigamente era quando eles precisavam de tecelã, se a dona-de-casa tinha aquela especialidade, eles chamavam o dono da casa e combinavam com ele se levavam a esposa. Se ela aceitasse iria trabalhar, senão não era obrigado."

(ex-motorista)

<sup>35</sup> Murard & Zylberman (1976, pg. 124/126) salientam essa evasão constante de uma parcela "nômade" da mão-de-obra das cidades mineiras da França do século XIX e início do século XX – que coexiste com uma parcela estável e "prolífica" da força de trabalho – renovando incessantemente a necessidade de recrutamento de trabalhadores por parte das minas e a sua política de "atrair, selecionar e reter", isto é "alojar, reter e assimilar" a força de trabalho. Hareven (1982, cap. 9) analisa as causas da elevada rotatividade da mão-de-obra na fábrica têxtil de Amoskeag que monopoliza o emprego industrial na cidade de



trabalhadores no *interior*, uma parcela deles não permanece em Paulista, voltando para suas áreas de origem ou deslocando-se para outras áreas. Dá-se neste caso, a saída de toda a família, que abandona a fábrica e a vila operária. Tal parece ser o caso da "família nº 206 de 1937" aliciada pela *companhia* no município de Vicência na zona da mata norte de Pernambuco, e que começou a trabalhar no dia 2/9/1937, a julgar pelo "abandono de serviço" simultâneo das duas irmãs Severina e Maria Carneiro de Moraes dois meses depois (fichas 13.060 e 13.061). Há casos em que o chefe de família, tendo "abandonado" o trabalho e saído da vila operária, a administração da fábrica presume a saída de seus filhos e a antecipa despedindo-os, o que pode ser visto também como uma represália<sup>36</sup>. No entanto, não há só saídas simultâneas do trabalho de toda a família. Trabalhadores individuais saem da fábrica como ilustram os trechos de entrevistas transcritos nas notas (33) e (34), e continuam morando na vila operária, porque outros membros de seu grupo doméstico trabalham na fábrica.

Essas indicações contidas nas entrevistas, relativas tanto à evasão de famílias inteiras, quanto às saídas individuais de operários e o aparentemente pequeno tempo de serviço de muitos trabalhadores incluído em várias fichas individuais de "Registro de Empregados" na amostra que tivemos acesso nos levam à indagação a respeito deste paradoxo constituído por indícios de elevada rotatividade da mão-de-obra no contexto de uma forma de dominação que implica na imobilização da força de trabalho. Esse paradoxo merece um exame mais detalhado. Analisando-se uma parte destas indicações, as relativas às amostras de fichas de trabalhadores, vemos que embora muitos trabalhadores tenham um tempo de serviço muito pequeno, de poucos meses, isto é contrabalançado por outros trabalhadores com um tempo de serviço elevado. O cálculo do tempo de serviço médio dos trabalhadores incluídos nesta amostra, mesmo com a precariedade da própria amostra, evidencia tal balanceamento<sup>37</sup>. Além das limitações da amostra, temos também as

---

Manchester, EUA. Também Buder (1975, pp. 81-82) mostra a instabilidade da força de trabalho na 'cidade industrial modelo' de Pullman, fabricante de vagões e carros de luxo de trens no sul de Chicago, EUA.

<sup>36</sup> "Meu pai recebeu um chamado para trabalhar fora, no Rio Grande do Norte, e então foi embora, pediu as contas, e também a de duas filhas menores que iam com ele. Então seu Galvão (chefe de pessoal) disse que já que saíam duas junto com meu pai, saía a família toda, e despediu nós todos. Eu e outra irmã estávamos noivas, e então ficamos por aqui mesmo, como também outros irmãos mais velhos." (ex-tecelã)

<sup>37</sup> Podemos, através da amostra das fichas do "Registro de Empregados", tentar alguma aproximação com o tempo de serviço médio e com a rotatividade dos trabalhadores da Fábrica Paulista. As limitações de tal amostra são evidentes, já que pudemos obter apenas 4 fichas de empregados por cada ano (de 1934 a 1980; no entanto, só temos informações sobre data de saída até 1964). De 1934 a 1964 temos 118 fichas. O tempo de serviço médio dos trabalhadores da amostra (isto é, o somatório do tempo que vai da data de admissão à data de

limitações do registro feito nas fichas. Com efeito, segundo as indicações de antigos funcionários do escritório, algumas fichas registram todas as readmissões eventuais do trabalhador, enquanto outras readmissões davam lugar à abertura de uma nova ficha, o que pode levar a subestimações do tempo de serviço total real, de alguns trabalhadores incluídos na nossa amostra. Mais que as indicações sobre o tempo de serviço médio, interessam-nos aqui as indicações sobre a trajetória dos trabalhadores dentro da fábrica, suas entradas e saídas e suas mudanças de seção. Com efeito, nas fichas de "Registro de Empregados" de nossa amostra, encontramos vários trabalhadores que seguidamente saíam do trabalho e eram readmitidos, e isto até o início da década de 50 (na última ficha que tem essas características, a tecelã foi admitida em 1949, entrando e saindo da fábrica até 1954). As fichas mais próximas ao período inicial da sua vigência (essas fichas são introduzidas em 1935), cujas "datas de admissão" situam-se na década de 30, registram mais "abandonos" de emprego e saídas "por livre vontade", enquanto os trabalhadores admitidos na década de 40 "afastaram-se do serviço" e "requereram auxílio ao IAPI". A partir da década de 50, não encontramos mais nas saídas finais dos trabalhadores da fábrica que não as saídas temporárias respaldadas em auxílio do IAPI, os "abandonos" ou saídas "por livre vontade", mas sim "demissões" eventualmente seguidas de questões na justiça trabalhista acionadas pelo trabalhador por "dispensa injustificada", ou mais geralmente "acordos".

A recorrência das entradas e saídas da fábrica nas fichas dos anos 30 e 40 confirmam os relatos dos trabalhadores mais antigos nas entrevistas, quando falam da facilidade de voltarem ao trabalho, após terem saído por vontade própria, como uma característica do "tempo de abundância de trabalho"<sup>38</sup>. Este tempo tem sua vigência plena antes mesmo da introdução das fichas padronizadas de "Registro de Empregados", a qual já denota a ofensiva e

---

saída de cada trabalhador, dividido pelo número de parcelas de somatório, ou seja o número de trabalhadores arrolados) entre 1934 e 1964 é de aproximadamente 3 anos. Entre 1934 e 1946, período em que o Coronel Frederico administra diretamente a *companhia*, período de "paz social" posterior à greve de 32 conjugado com o Estado Novo, o tempo de serviço médio é de 3 anos e 3 meses. Entre 1947 e 1951, período em que se mantêm as características da administração fabril no período anterior simultaneamente ao crescimento do poder reivindicatório dos trabalhadores, esse valor é de 5 anos. Entre 1952 e 1964, período de reorganização da produção e da modernização do maquinário no sentido poupador de mão-de-obra mas também período de crescimento da luta sindical, esse valor é de 2 anos e 4 meses (infelizmente as cópias xerox que nos foram fornecidas pelo chefe de pessoal das fichas do período de 1964/1980 não tinham indicação da data de saída do empregado, e não nos foi possível consegui-la depois).

<sup>38</sup> "Naquele tempo era muito bom pra trabalhar. Pra sair também era bom. Se quisesse, saía, porque depois também era fácil voltar. Pra entrar não tinha teste nem nada".  
(ex-fianadeira)



implantação da legislação trabalhista nos anos 30<sup>39</sup>. No entanto, como o “tempo da abundância de trabalho” perdura até o início dos anos 50, essas fichas captam algo dos seus indícios. Com efeito, nas fichas dos anos 30 a frequência elevada de entradas e saídas da fábrica parece abranger a força de trabalho independentemente da idade ou do lugar de procedência do trabalhador. Assim, tanto João Soares dos Santos, solteiro, que entrou na fábrica com 22 anos, procedente de Campina Grande, quanto Hercílio Feijó da Silveira, casado, 35 anos, ao entrar na fábrica, natural de Paulista, e quanto José Pio Fonseca, solteiro, 17 anos, procedente do Recife, parecem comungar dessa fluidez da força de trabalho para entrar e sair da fábrica. João Soares, admitido em 17/9/1935 para trabalhar na seção de gravação na Fábrica Aurora, ganhando 3 mil réis na diária, “abandona” o trabalho 8 meses depois em 7/5/1936. Um ano e meio depois, em 15/1/1938, é readmitido na Fábrica Velha em “serviços diversos” para passar depois à ocupação de “enrolador”. Dez meses após, ele sai do trabalho “por livre vontade”, sendo readmitido quatro anos depois, em 15/12/43 novamente no “enrolador”. José Pio, admitido em 6/2/36 na gravação da Fábrica Aurora, é “dispensado por livre vontade” em 24/4/36. Em 5/5/36 é readmitido na seção de bancos da Fábrica Velha. Em 6/6/36, “saiu por abandono de serviço”. Em 21/1/37 é readmitido no acabamento da Fábrica Aurora. “Saiu em 30/8/38 por livre vontade”. É readmitido em 24/2/39 nos bancos. E finalmente em 29/11/39 é “demitido”. Já o caso de Hercílio Feijó ilustra simultaneamente a “fluidez” do “mercado de trabalho” interno às atividades diversas que gravitam em torno da Fábrica Paulista (que são duas plantas fabris: a “Velha” e a “Aurora”) nos anos 30 e a transformação posterior deste “mercado de trabalho” que se enrijece com a resposta da *companhia* à atividade sindical e sua utilização da legislação trabalhista. Hercílio é admitido na seção de tinturaria da Fábrica Aurora em 17/9/1935, e “abandona” o trabalho em 12/1/1936. Dois meses depois, em 24/3/1936, é readmitido na Fábrica Velha, na atividade limpeza de tear na seção de tecelagem. A partir daí Hercílio estabiliza-se na fábrica, com 10 anos de trabalho. É demitido em 11/5/1946, mas reclama na justiça “despedida injusta” e em 29/7/1946 é readmitido. Finalmente “fez acordo” com a fábrica em 7/7/1952.

Nesses três casos de trajetórias de trabalhadores na fábrica registrados nas fichas, é interessante notar-se a recorrência do jogo, como que de um “mercado de trabalho” simulado, que se estabelece entre as duas plantas fabris que constituem a “Fábrica Paulista”, a “Fábrica Velha” e a “Fábrica Aurora”: o operário que sai de uma das fábricas geralmente é readmitido na outra. Esse jogo abrange também as seções extra-fabris da *companhia* como a “gerência

---

<sup>39</sup> “Naquele tempo, não se marcava ano pra entrar. Não sei nem que ano eu entrei (na fábrica).”

(outra ex-fianadeira)

externa"<sup>40</sup>. Por outro lado, o caso do operário Hercílio Feijó ilustra a transformação das livres entradas e saídas dos trabalhadores da fábrica, em saídas respaldadas no IAPI e em saídas definitivas feitas freqüentemente através de *acordo*, denotando o confronto entre a ameaça de demissão por parte da *companhia* e o recurso à justiça trabalhista por parte do trabalhador<sup>41</sup>.

Os trabalhadores mais antigos nos seus relatos do "tempo da abundância de trabalho" têm por modelo as facilidades de entrada, saída e readmissão na fábrica que ilustram os registros nas fichas de empregados iniciais, mais próximas aos anos 30. Tais relatos dão vida e sentido às simples anotações patronais nas fichas de registros de empregados, como é o caso das aventuras do operário Severino que transcrevemos abaixo, de anotações do diário de campo e também de entrevista gravada.

*"Quando cheguei aqui fui logo pros bancos, na Fábrica Velha, me botaram pra ser banqueiro. Ali fiquei um ano e dez meses. Foi quando eu arranjei uma namorada, que era amiga de minhas irmãs, e que trabalhava na tecelagem. Eu trabalhava na 1ª turma, de meia-noite ao meio-dia. E ela trabalhava na 2ª turma, de duas da tarde a meia-noite. Mas teve uma semana que igualou o meu horário com o horário da namorada, né. Chegava de 6 horas (da manhã) ia tomar café. A namorada também. Ai um dia nós estávamos conversando, ela foi pra*

---

<sup>40</sup> É o caso de José Correia de Queiróz, procedente do município agrestino de Vertentes, admitido aos 22 anos de idade em 25/4/1938 como banqueiro na Fábrica Velha e que saiu por "abandono" cinco dias depois, em 30/4/38 talvez aturdido pelo barulho da fábrica. Em 12/9/1938 foi readmitido "no externo". (O que pode significar desde atividades de construção ou conservação das casas da vila operária, até serviços como o corte ou transporte de lenha para as caldeiras da fábrica).

<sup>41</sup> Veja-se por exemplo o caso da operária Minervina Augusta Pereira, aliada pela *companhia* juntamente com a sua família, a "Família 2 de 1947", em Campina Grande, Paraíba, e admitida aos 20 anos, em 8/1/47 na seção do enrolador na Fábrica Velha. "Abandonou o serviço em 19/10/47." Readmitida em 22/11/47. Em 29/9/48 "afastou-se do serviço" e "requer auxílio do IAPI em 18/10/48." Volta ao serviço em 30/5/49. Afasta-se do serviço em 15/7/50. Requer auxílio ao IAPI em 14/8/50. "Saiu em 13/12/50 no acordo de 1950". Os casos de requerimentos de auxílio ao IAPI parecem dever-se a um estado de saúde precário associado ao excesso de trabalho e à fraca alimentação, independentemente da freqüência de acidentes do trabalho que nesta época têm a ver com o seguro de acidentes de trabalho e não com o IAPI (cf. Carvalho, M.A., 1984, ms.). Assim acontece, por exemplo, com a operária Amara Bezerra da Silva, procedente do município agrestino de Taquaratinga, admitida aos 23 anos, na tecelagem no dia 1/2/49, em cuja ficha, onde consta grande freqüência do requerimento do auxílio ao IAPI, agrega-se um histórico pleno de acidentes de trabalho: "Em 17/5/50 contusão no 1º quinodáctilo esquerdo com perda do omx. Restaurada em 1/6/50. Em 27/11/53 ferida contusa na região supraciliar esquerda, restaurada em 5/12/53. Em 6/1/54 contusão na região umbilical, restaurada em 14/1/54". Amara, que saiu no *acordo* 10/11/54, teve que enfrentar, enquanto tecelã, a terrível lançadeira, que freqüentemente desprende-se do tear a toda velocidade, atingindo os trabalhadores em diversas partes do corpo.

tecelagem e eu fui junto com ela. Cheguei na tecelagem, fiquei conversando com ela lá na máquina dela. O fiscal aí chegou: 'Onde você trabalha?' - 'Nos bancos' - 'O que tá fazendo aqui?' - 'Nada'. Então deu parte ao contra mestre e quando foi no outro dia, me botaram pra fora. Mas naquele tempo, a gente recebia as contas num dia, e no outro ia trabalhar. Recebi as contas, passei o dia todinho em casa e no dia seguinte fui trabalhar. Procurei serviço na (fábrica) Aurora. Aí me botaram pra trabalhar no branqueamento, na Aurora. Eu aqui nos bancos, eu ganhava como banqueiro 20 mil réis, 22, 23, conforme a produção. E fui ganhar na Aurora 9 mil réis. Quando cheguei lá, o contra mestre do branqueamento pegou a me chatear. 'Mas você, um banqueiro, vir trabalhar aqui pra ganhar 9 mil réis. Só sendo safado!' Aquilo foi me enchendo, né. Tem um tanque de ferro, muito grosso, mais fundo do que essa casa, que o pano vem, por cima, pra encher. O camarada desce segurando o pano, e vem descendo. Ali não cai, pegado no pano. O pano não se quebra não, né. Aí quando o camarada tá lá embaixo, a máquina roda, aquele pano vem passando e o camarada vai arrumando o pano, vai arrumando, vai enchendo, e a gente subindo, né. Depois que o pano tá ali é que bota água quente pra esquentar. O pano vem com soda, né. E a gente vem até com um pedaço de pau que é prá não cortar a mão, arrumando o pano. A máquina rodando e a gente arrumando. (Aí o contramestre mandou eu fazer aquele serviço. Eu disse que não ia. Ele mandou ir outro camarada pegando pela camisa dele e forçando ele a fazer o serviço. Era um contramestre bem ruim mesmo, tinha até uma voz rouca de tanta ruindade. Eu assisti isso e no dia seguinte pedi as contas que eu não ia trabalhar num lugar daqueles.)<sup>42</sup>. Passei uns nove meses parado. Estava fazendo falta em casa. Foi quando eu resolvi falar com os homens. Fui procurar o Coronel Arthur. Conte pra ele o meu caso. Naturalmente não disse o que aconteceu na Fábrica Aurora, no branqueamento. Disse apenas o que aconteceu na Fábrica Velha. Que fui dar um recado pra minha irmã que estava na tecelagem - não ia dizer que tinha namoradinha nem nada - e fui demitido por seu Têila (seu Taylor). Seu Taylor era o chefe da seção de bancos, era um inglês. O Coronel Arthur me passou uma descompostura que eu saí de lá até com vontade de chorar, bem humilhado mesmo. Disse que se seu Taylor tinha me demitido é porque tinha razão, que operário não pode sair mesmo de sua seção. Saí dali tremendo, muito humilhado. Mas aí me disseram que era melhor falar com o Coronel Frederico: 'Vá falar com Coronel Frederico que é melhor pra isso, e leve sua mãe, que ele gosta de falar com mãe'. O Coronel Frederico todo sábado já vinha passear para ouvir as queixas dos operários. Quem quisesse pedir ou fazer queixa já sabia que ele tinha aquele horário para ouvir os operários. Vinha com um guarda-costas, um preto bem forte, seu Armindo, e passeava assim ó (imita o

<sup>42</sup> Numa outra entrevista, Severino deu outra versão para os acontecimentos narrados acima no trecho entre parênteses: "Aí ele disse: 'Olha safado, onde você vai trabalhar'. Eu disse: 'O quê?' Acocorado assim na beira do tanque, ele pegou na beira do pano e falou assim: 'Só sendo filho de uma puta pra trabalhar ali dentro, né?' Aí eu digo: 'É mesmo, Aí eu meti-lhe a mão aqui (na nuca dele) e foi 'poul' que ele desceu foi bater lá embaixo! (risos). E era o contramestre! Mas isso foi porque ele me encheu. Aí eu peguei e fui embora pra casa. Não vim trabalhar mais com medo, né".

andar prepotente do coronel, com os dedos polegares das duas mãos enfiados nos sovacos e os outros dedos pegando nos suspensórios). Então eu fui até ele com minha mãe. Contamos a mesma história da minha ida à tecelagem para dar um recado à minha irmã. O Coronel Frederico de vez em quando olhava pra mim bem fundo e dizia: 'É verdade isso que você está me dizendo, rapaz?' E eu repetia sempre a mesma coisa, ali firme. Tinham me instruído para manter sempre a mesma história e ser bem firme. Estava com um medo danado. Então o Coronel chamou o seu chofer e disse: 'Fulano, sabe onde é a casa do seu Taylor? Pois traga ele aqui'. Ai é que eu comecei a tremer mesmo, a querer sair dali. Quando seu Taylor chegou e estava saindo do carro, o Coronel virou-se para ele e disse:

- 'Seu Taylor, quem é que manda nessa fábrica!'

Seu Taylor foi dizendo logo:

- 'O senhor, Coronel!'

- 'Então por que manda meus operários embora?'

- 'Mas, seu Coronel...'

- 'E trate de falar um português mais claro, viu!'

Mas o Coronel era um alemão, entendia muito bem o português de seu Taylor. E completou:

- 'Diga a Dona Ruth (a empregadora encarregada de fazer a ficha dos operários que entram na fábrica) que empregue esse rapaz amanhã. Qual é a hora que ela chega no escritório?'

- 'Sete horas, Coronel!'

- (dirigindo-se a mim, Severino) 'Então rapaz, você pode estar lá às sete horas? Tem algum compromisso?'

- 'Não senhor. Estarei lá!'

(Imagine, eu parado, com vontade de trabalhar, se eu não ia estar lá às 7 horas). Eu, se fosse o seu Taylor, tinha ido embora da companhia. Ele foi completamente humilhado. Mas esse Coronel era assim. Então, no dia seguinte eu fui ao escritório cedinho, antes das sete e já estava lá. Quando a Dona Ruth chegou eu fui logo dizendo o meu caso. Ela já sabia e já fez a minha ficha de novo. Perguntou aonde eu trabalhava e me mandou para a minha seção. Quando eu chego nos bancos o seu Taylor me diz que não tinha vaga, mas que eu podia ir para a seção de conserto de máquina parada, na montagem de tecelagem. Mas devia ter lugar na seção de bancos. Eu fiquei aborrecido, e nessa ocasião nem sabia que o conserto de máquina parada era uma seção muito importante. Cheguei lá, muita ferragem, muito óleo, eu me melando todo, aí o contramestre me pediu um 'coração'. O 'coração' é uma peça que quem tá trabalhando na tecelagem sabe. Não é Maria? (dirige-se a sua irmã, ex-tecelã, que estava presente à entrevista). O coração é uma peça da máquina de tecelagem que tem que botar na lançadeira. Ele pedia o coração. Mas eu estou lá sabendo o que é o coração?

- 'Rapaz, aí, o coração!'

- 'Não tô sabendo o que é o coração não!'

Aí ele chegou, me maltratou. Me chamou de tudo quanto foi nome.

- 'É isso aí!'

- 'É isso aqui? Então lá vai!'

Aí, peguei e mandei nele.

- 'Não é isso que você quer?'

Mandei nele, sacudi a peça pra cima dele e pegou bem na perna dele assim. Aí pedi as contas. Pedi as contas novamente. Quando fui no

escritório falar com Dona Ruth pra fazer as minhas contas, ela disse para o chefe da seção:

– 'Ah, esse rapaz não está aqui empregado por nenhum chefe de seção, nem por mim. Esse rapaz está aqui empregado pelo Coronel Frederico, ele não pode ser mandado embora não (dirigindo-se para mim, Severino). Então, rapaz, você quer ir pro serviço externo?'

– 'Quero'.

Estavam montando a usina elétrica. A usina elétrica foi construída num lugar onde tinha um açude e tinha muito barro e tinha que escorar com pedras. Aí eu fui trabalhar nas pedras. Aí foi quando eu ganhei muito dinheiro. Eu trabalhava de 7 da manhã às 5 da tarde ganhando 3 tostões por hora. Mas vinha aqueles trens carregados de terra pra aterrizar o açude. O cabo da turma dizia:

– 'Bem, nós vamos fazer esse serviço aqui e de noite a gente vai jogar essa terra toda pra dentro d'água.'

– 'Tá certo'.

Quando era de noite, ele disse:

– 'Vou dar essa terra pra daqui até meia-noite ela ser jogada dentro d'água'.

Aí quando era sete horas, oito horas, a gente terminava, mas ganhava até meia noite, né. Que eram as horas que ele dava. E assim foi indo, foi indo. Foi o tempo também que pegou a chegar gente pra pegar lenha, e me botaram pra lá, pra descarregar as lenhas dos carros (do trem). Foi quando eu comecei a criar essa hérnia que eu tive. Depois eu fui parar na boca das caldeiras, como foguista. Mas eu não tinha profissão, a gente não tinha carteira profissional ainda não, né. Mas eu era conhecido como banqueiro. Que eu saí como banqueiro. Quando eu vim trabalhar aqui foi como banqueiro. Então, foi quando o mestre passando lá pelas caldeiras, eu tava na esplanada, assim, aí ele me viu:

– 'Parece que eu já vi você, que diabo!'

– 'É, eu já trabalhei nos bancos com o senhor!'

– 'Quer trabalhar nos bancos de novo?'

– 'Quero'.

– 'Vamos pra lá. Vou fazer a transferência'.

Aí ele fez a transferência e eu fui trabalhar nos bancos."

As aventuras de Severino, esse seguidor de Pedro Malasartes que no entanto não se dá tão bem quanto seu paradigma, esse operário chapliniano que apesar de se meter em enrascadas, consegue se safar, são como um cinema diante das fotos 3x4 das fichas de registro pessoal. Além de dar vida e sentido às secas informações de entrada e saída da fábrica contidas naquelas fichas, essas aventuras, que bem poderiam ser o enredo de um cordel, nos fornecem pistas para o desvendamento do paradoxo de uma alta rotatividade de operários que estão no entanto submetidos a uma forma de dominação que se caracteriza pela imobilização da força de trabalho. A abundância de trabalho perpassa todos os episódios das aventuras de Severino, já que a própria repetitividade desses episódios torna-se possível pelo que expressa a máxima contida logo no início do relato de Severino: "naquele tempo, a gente recebia as contas um dia, e no outro ia trabalhar". Por outro lado, as

aventuras de Severino são esclarecedoras quanto ao enfrentamento dos trabalhadores com a disciplina fabril.

Com efeito, desse ponto de vista as aventuras de Severino podem ser observadas como uma *via-crucis* enfrentando contramestres e chefes de seção. Novato na fábrica, com um ano e poucos meses, procedente da área canavieira da zona da mata sul pernambucana, de engenho de usina, Severino, impulsionado pela vida e pelo namoro é capturado nas malhas do fiscal, em pleno 1º turno, de manhã, conversando em seção alheia. Não é sempre que o operário é punido nessas condições: outros relatos mencionam a permissividade de locomoção na fábrica e são recorrentes em afirmar o relaxamento da disciplina no turno da noite, quando há poucos chefes. Talvez no contexto da "abundância do trabalho" a administração da fábrica pudesse propiciar as práticas de chefes intermediários que partissem direto para a demissão em casos "pouco graves" como o da conversa em outra seção, ao invés de advertir, suspender, etc., procedimentos a serem usados quando da existência de vigilância e pressão sindicais, respaldadas por uma legislação trabalhista. De fato, Severino foi logo re-empregado, embora a salário inferior, na *outra* fábrica, como é de praxe.

Vindo de uma primeira transgressão "leve", que no entanto não passa em branco pelo contra mestre do branqueamento, Severino enfrenta uma prova de fogo na Fábrica Aurora onde às duras condições ambientais de trabalho – o trabalho insalubre, arriscado na máquina de branqueamento, lidando com soda cáustica, complementado por lances de trapezista – se agrega a rispidez provocante do contramestre. A sua resposta a esse desafio salvaguarda a sua honra mas implica, ao ser refratário à obediência e passividade implicitamente necessárias a esse estilo de disciplina fabril, na sua demissão. Tenha Severino apenas recusado de trabalhar em tais condições, ou tenha ele agredido fisicamente o contra mestre, o fato é que em consequência de sua segunda transgressão à disciplina fabril passou um longo período sem ter acesso ao trabalho, só conseguindo fazê-lo em recurso inteiramente afortunado à última instância de poder em Paulista. Esse estilo de disciplina fabril ríspido, implementado por vários contramestres e chefes, confirma-se na volta de Severino à Fábrica Velha, mesmo após estar escorado por uma readmissão ordenada pelo patrão máximo em carne e osso. Severino é mandado de volta à seção dos bancos, onde, no entanto, Mr. Taylor já tem uma vaga esperando por ele em outra seção que não a que chefia. No "conserto de máquina parada", seção de manutenção importante na qual poderia abrir-se o caminho para o aprendizado de uma *arte*, Severino novamente defronta-se com a hostilidade do contra mestre e com a necessidade da defesa de um tratamento menos desrespeitoso, da defesa de sua honra de trabalhador<sup>43</sup>, e pela segunda vez conduz tal hostilidade a um

<sup>43</sup> A reivindicação por um "tratamento humano decente" dirigido pelos trabalhadores aos seus chefes imediatos e patrões é recorrente, expresso em toda



desfecho semelhante ao ocorrido, segundo uma de suas versões, na seção de branqueamento; a agressão física ao contramestre seguida de demissão. No entanto, sua demissão pura e simples atenua-se em um rebaixamento para o *serviço externo*: não cabe a nenhum chefe de seção ou ao escritório de pessoal demitir um operário colocado pelo Coronel Frederico, qualquer que seja o seu delito à disciplina fabril. No *serviço externo* Severino parece adequar-se às empreitadas e incentivos da construção da usina elétrica e ter resistido no seu purgatório constituído pelas duras condições de trabalho nas caldeiras. Apesar de sua constituição física franzina, ele chegou a *foguista* (havia um *foguista* para cada uma das seis bocas de caldeira, em uma das fábricas, o que em três turnos dava 18 foguistas), ocupação dentre as das caldeiras menos numerosa que as outras e de mais prestígio, 40 tostões (na época em que Severino foi *foguista*) acima dos *lenheiros* (que descarregavam os vagões de lenha – cortada nas matas pelos *machadeiros*, os quais eram da *folha amarela* – dos trens e arrumando-a na esplanada da fábrica) e 20 tostões acima dos *passadores de lenha* (que transportam a lenha de sua arrumação na esplanada até os *foguistas* no boca da caldeira). Passado por este purgatório, Severino foi resgatado por um mestre da seção de bancos e voltou à sua seção original. Talvez os mestres de seção, em caso de necessidade de mão de obra, fossem recrutar trabalhadores nas caldeiras, disciplinados na dureza do trabalho físico e supostamente propensos a considerar sua transferência para a fábrica como uma promoção.

As aventuras de Severino, respaldadas no contexto da “abundância de trabalho” do “tempo do Coronel Frederico”, desafiam, relativizam e enriquecem a imagem de uma elevada estabilidade e de uma baixa mobilidade da mão-de-obra supostas no “sistema fábrica e vila operária”. Elas ilustram como no “sistema Paulista” em sua plenitude, com suas múltiplas atividades, frentes e fontes de trabalho, há margem para que a parcela jovem, solteira e masculina da força de trabalho possa exercer dentro da mesma empresa a sua predisposição à mobilidade de empregos como que colocando-se num período liminar de socialização às regras do processo de produção fabril assim como da cooperação e da disciplina exigidas pela hierarquia da fábrica<sup>44</sup>. A concentração de atividades que giram em torno das fábricas Paulista, ao contrário do caso dos trabalhadores ligados à *plantation* açu-

---

sorte de variações possíveis segundo diferentes grupos de operários, entre os trabalhadores alemães do final do séc. XIX e início do séc. XX, conforme relatos autobiográficos de operários e inquéritos contemporâneos analisados por Barrington Moore (1979, pgs. 207 e 208).

<sup>44</sup> Para uma análise da parcela jovem masculina solteira da força de trabalho cf. Sigaud, 1979, pg. 42, nota 2 e pp. 55 e 56, e Leite Lopes, 1976, pg. 172 a 175. Esses dois trabalhos tratando respectivamente dos trabalhadores da parte agrícola e dos da parte industrial da *plantation* açucareira, mostram como no caso daqueles trabalhadores, sua mobilidade implica em ultrapassar o âmbito não só de “estabelecimentos” mas de “empresas” diversas.

careira, observando enorme quantidade de mão-de-obra em um espaço relativamente menor e regidas pela pluralidade de práticas administrativas e disciplinares acima descritas, propicia uma elevada mobilidade da força de trabalho entre suas diversas fontes de trabalho, mantendo simultaneamente – apesar de uma constante evasão de famílias e trabalhadores individuais – uma certa estabilidade interna considerando-se a *companhia* no seu conjunto.

Mas se por um lado as aventuras de Severino, ao iluminarem o paradoxo da mobilidade dos trabalhadores no contexto de uma forma de dominação supondo a imobilização da força de trabalho, enfatizam as escaramuças dos trabalhadores com seus chefes imediatos, elas por outro lado mostram como o “sistema Paulista” se recompõe na alta hierarquia, legitimando-se na teatralização da dominação feita pelo Coronel Frederico em carne e osso. Desesperado por estar desempregado há meses numa terra de “abundância de trabalho”, talvez marcado por sua audácia relativamente ao contra mestre do branqueamento, Severino é aconselhado a recorrer em última instância ao patrão, segundo uma prática social já desenvolvida na vila operária. No entanto, é preciso saber a que patrão dirigir-se pois a diferença de atitude entre os dois irmãos patrões pode ser enorme: enquanto o Comendador Arthur reforça a hierarquia, o Coronel Frederico, atendidas suas idiossincrasias, favorece a um Severino acompanhado da mãe. O desconcertante e surpreendente não é a esperteza de Severino, comum em histórias de valentia narradas por trabalhadores relativas à sua mobilidade e procura de emprego (cf. as aventuras do turbineiro da usina de açúcar em Leite Lopes, 1976, pg. 32 e 33), mas as espertas atitudes do Coronel Frederico, não perdendo tempo em humilhar a hierarquia intermediária, a gerência dos bancos, o inglês Mr. Taylor, para melhor afirmar seu poder direto diante dos operários. Como nos tribunais de honra dos cablões (cf. Bourdieu, 1972, pg. 26), a fraqueza do operário diante do gerente dos bancos é de um desequilíbrio tal que é propício à reversão da balança da justiça a seu favor, segundo o julgamento e o senso de oportunidade do magistrado supremo daquela localidade. Essa atitude do Coronel Frederico passa a compor mais um de seus mitos, que correm de boca em boca, aumentados e reinterpretados em suas diversas versões. De forma que factualmente exato ou não, esse episódio (assim como os outros também) das aventuras de Severino é verossímil ou socialmente verdadeiro. Assinale-se aqui que a teatralização da dominação da qual é mestre o Coronel Frederico – já o vimos no centro da cena no ritual de agregação ao mundo da fábrica dos trabalhadores aliciados – tem para dar-lhe força redobrada um poder de decisão efetivo sobre as condições materiais de existência as mais essenciais dos trabalhadores, ao contrário do patriciado inglês do século XVIII que servia de modelo para a análise de Thompson (1976, pg. 148 e 149) sobre esse gênero de teatralização.

As aventuras de Severino ajudam-nos a desvendar também outro paradoxo, além do constituído pela mobilidade dos trabalhadores no seio de



um sistema de imobilização da força de trabalho: a conjugação de uma "microfísica da resistência" com a interiorização da dominação<sup>45</sup>. Com efeito, o tempo de abundância de trabalho, além de contrastar com o presente de desemprego, além de ser o tempo da incorporação ao trabalho de nossos informantes aposentados, durante a sua juventude, significava também, de uma certa forma, uma maior liberdade dentro da fábrica através de melhores condições objetivas de resistir ao despotismo patronal dos chefes imediatos e uma maior possibilidade de mobilidade e re-emprego nas diversas ocupações e postos de trabalho. A convivência da fábrica com a rebeldia à fábrica, com a não adequação e a não interiorização imediata das regras do jogo fabril pelos trabalhadores em sucessivas demissões e readmissões, criavam condições para uma "microfísica da resistência" que se exerce desde a reação e a resposta ao despotismo da hierarquia da administração fabril, até a reinterpretação e reambientação criativas das duras condições de trabalho na fábrica<sup>46</sup>. Se o "tempo da abundância de trabalho" propicia a possibilidade constante da readmissão, e com isso a reação individual às arbitrariedades dos chefes imediatos, ele também propicia um clima de trabalho que os operários conseguem recriar, atenuando a hostilidade de suas condições de trabalho. São conhecidas as formas dissimuladas de burla à fiscalização fabril do "reman-

---

45 Essa ambigüidade entre resistência e aceitação legítima leva-nos a observar que a referência inicial, feita mais acima de passagem, comparando Severino ao padrão Pedro Malasartes, é mais que uma figura de retórica. Como analisa Da Matta em seu texto sobre "Pedro Malasartes e os paradoxos da malandragem" (Da Matta, 1979, pp. 194-235 e particularmente pp. 219 e 232) "(...) o mito de Malasartes também pode ser tomado como o mito do trabalhador brasileiro, como a saga daquele que tem que estar sempre buscando algo que não possui; sempre - como eles mesmos dizem - em busca do trabalho e do patrão, sobretudo do 'bom patrão' que os ancora definitivamente na estrutura social". Pedro Malasartes pode destruir o patrão (ou no caso de Severino os chefes intermediários, seus "patrões imediatos") moralmente, sem no entanto, como em outras histórias de valentia, tomar o seu lugar, movendo-se intersticialmente por sua habilidade pessoal entre posições sociais que não mudam, permanecendo vinculadas aos mesmos atores. No seu "modo pessoal e típico de rebeldia, de ação contra as pessoas, e não contra a estrutura do sistema", (...) "Malasartes continua o trabalho dos valentes; apenas destrói em um nível mais sofisticado, mas sem colocar em risco o sistema".

Desta forma, comparativamente, o comportamento de Severino pode ainda permanecer no mesmo padrão do "poder dos fracos", ao incorporar e utilizar o recurso bem sucedido, socialmente aconselhado na vizinhança, da interferência do patrão supremo diante da oportunidade de exercer sua "teatralização da dominação" para consolidação de seu poder junto aos operários, interferência incorporada por Severino para melhor afrontar os chefes intermediários e "patrões imediatos".

46 A expressão "microfísica da resistência" é utilizada aqui como uma inversão da expressão criada por Foucault da "microfísica do poder", referida às mesmas pequenas ações e detalhes cotidianos, do ponto de vista inverso da ação dos dominados. Cf. Foucault, 1975.

char" e da dormida no turno da noite, geralmente praticados por operários ganhando o salário por tempo e não por produção<sup>47</sup>. Se a dormida no trabalho, essa forma "passiva" e individual de burla à fiscalização da fábrica, já significava como que uma "domesticação" do trabalho ao inverter momentaneamente a penetração da esfera doméstica pela esfera do trabalho característica do "sistema fábrica-vila operária", que dizer das "festas" promovidas pelos operários em pleno funcionamento da produção fabril? Pois para retratar de maneira exagerada e absolutizada esse clima de "reinvenção criativa" da fábrica, os operários referem-se a brincadeiras que reconstituíam, dentro do ambiente de trabalho, festas como o carnaval e o pastoril<sup>48</sup>. Estas

---

<sup>47</sup> Cf. a "arte do remanchar" dos operários de usina de açúcar em Leite Lopes, 1976, pgs. 92 a 95. O ex-banqueiro Severino menciona essa prática da dormida no turno da noite:

"Quando a gente pegava de meia-noite - quem era interessado e trabalhava por produção não, mas quem não era ... - muita gente ia dormir. Isso era contra a lei mas a gente não estava olhando isso. Tinha menos fiscalização, era mais liberdade, era melhor trabalhar. Hoje em dia não."

A permissividade da dormida de trabalhadores-crianças também retrata algo da dureza das condições de trabalho eventualmente atenuadas pela sabedoria ocasional de contramestres, como é o caso do episódio vivido por uma ex-fiandeira, que começou a trabalhar aos 12 anos, citado e analisado por Alvim, 1984, pg. 77:

"(...) aí quando eu estava com muito sono, começa assim do chão aquelas caixinhas, feito assim aquelas latas, às vezes eu estava com muito sono, até ele (o contra-mestre) era bom que não era muito exigente. Aí eu ficava lá dentro dormindo, aí ele passava assim, olhava, ficava com pena, aí chegava e batia assim: '- cadê a mamadeira, hein?'"

<sup>48</sup> A respeito da menção ao pastoril, cf. trecho de entrevista de uma ex-fiandeira também citado e analisado em Alvim (1981, pg. 14):

"(...) A gente tinha uma folga medonha com os cabos de camada (as operárias chamadas "cabo de camada" dirigiam as aprendizes e ajudantes trabalhando em determinadas atividades na seção de fiação). Às vezes, as máquinas tudo rodando, a gente brincava de pastoril. Brincava tudo na fábrica, era, naquela zoada mesmo. Tinha um canto assim que chamava, a gente sabia, ia tudo nas carreiras pra brincar. Aí aquelas meninas, tem umas mais ativas, outras mais assim (mais acanhadas) sabe como é? Brincava de pastoril, cantava e fazia tanta coisa. Mas isso escondido do contra mestre. A gente escondia assim. Porque assim, de noite, os contramestres também às vezes dormiam, né."

A menção ao carnaval é o próprio ex-banqueiro Severino quem faz, complementado por sua irmã, outra ex-fiandeira:

"Hoje em dia operário não conversa com outro dentro da fábrica. Mas naquele tempo não. Naquele tempo a gente conversava. Até o carnaval, até o carnaval a gente fazia dentro da fábrica. A gente fazia tudo. Trabalhando mas brincando. (Sua irmã, explica, referindo-se ao "melame" do carnaval pernambuco:) A gente pintava, levava goma, na engomadeira tinha muita goma, não era? Então passava goma nos outros, era aquela brincadeira, era aquela coisa...."

inusitadas festas fabris, acontecidas em pleno "laboratório secreto da produção", deviam acompanhar o calendário anual das festas correspondentes no mundo exterior. Confinadas a poucos dias por ano, essas festas têm, no entanto, a ver com um clima cotidiano dentro da fábrica. Esse clima cotidiano está intrinsecamente ligado a uma concepção de trabalho, que inclui tanto a construção da suportabilidade das condições de trabalho fabris, quanto padrões de sociabilidade entre companheiros de trabalho submetidos ao poder da administração da fábrica. Essa incorporação antitética da festa no cotidiano revela-nos uma face oculta do próprio trabalho fabril tal como ele se passa concretamente para os operários de carne e osso: a busca da transformação da monotonia do trabalho, mesmo quando há orgulho no trabalho bem feito e na profissão, em acontecimentos inesperados, em motivo para brincadeira, em conversa. Não é à toa que o ex-banqueiro Severino, ao explicar o trabalho nos bancos e os atributos profissionais do bom banqueiro, mostra simultaneamente como a brincadeira se incorpora neste trabalho:

*"(...) Tinha vezes que o algodão ia branco pra (fábrica) Aurora e lá botava a cor que queria de acordo com o pedido, de acordo com aquela cor. Tinha algodão preto, azul, vermelho, de todas as cores tinha algodão. E o algodão preto era o pior que tinha da gente trabalhar com ele. O azul também era muito ruim. Porque era muito escuro e de noite assim pra gente trabalhar... Eu era um dos tais banqueiros bons. Eles escolhiam aquele banqueiro bom pra trabalhar com o algodão colorido, porque era de cor. Banqueiro bom trabalhava com algodão colorido e banqueiro mais fraco, não. Era que nem jogador, né? Tem jogador (de futebol) melhor do que o outro e assim era a gente. O banqueiro que dava mais produção, dava produção boa e não fazia muito desperdício, esse era o banqueiro bom. Então eles botavam pra trabalhar com esse algodão colorido. Eu tinha o apelido de banqueiro bom e trabalhava com algodão colorido. Porque o meu negócio é pra trabalhar e brincar. Eu brincava, mas só brincava com a máquina rodando. Não se parava a máquina pra brincar. Eu não fazia isso. Eu rodava: vamos brincar e vamos trabalhar. Comigo era assim. E com isso eu tinha o apelido de banqueiro bom. O algodão colorido tinha uma porcentagem a mais do que o branco. O branco era mais barato. As letras eram mais baratas. O colorido tinha 25% a mais."*

A essa maneira específica como os operários de Paulista expressam e combinam características comuns a uma "cultura fabril", sub parte de uma "cultura operária" perpassando grupos operários os mais diversos, não falta nem o orgulho profissional do trabalho bem feito, nem a busca constante de brincadeira e da gozação com os companheiros de trabalho, fazendo parte de um jogo humano de trabalho vivo no contexto do trabalho morto<sup>49</sup>. A essa

<sup>49</sup> A referência a esta "cultura fabril" segue o que Willis analisa com a "shop-floor culture" (ou "culture de l'atelier") própria à "cultura operária" ("working class culture" ou "culture ouvrière") na versão original inglesa e em artigo em

"cultura fabril" não faltam nem meios próprios, construídos, de comunicação entre companheiros de trabalho, como o *dicionário* que atravessa o ruído da fábrica; nem o tratamento por vezes amistoso, por vezes conflitivo dos trabalhadores entre si, procurando dar sentido a uma convivência por força da cooperação capitalista imposta pela administração fabril, e que se expressa pela brincadeira, pela gozação e pelos pressupostos tensos implícitos nas "relações jocosas". É interessante como na menção que uma ex-fiandeira faz do *dicionário* (já citada e analisada anteriormente em Alvim, 1981), ela rememora a sua situação de novata na fábrica, aos 14 anos, atropalhada com gestos e tarefas que surgem em sua vida, estonteada tanto com o barulho e o movimento das máquinas, quanto também como o estranho código de comunicação entre os operários, de tal forma como se a "cultura fabril" dos operários fosse uma "segunda natureza" da própria fábrica:

*"(...) A gente ia buscar lá no caixão, vinha, ela (o 'cabo de camadas') ensinava, e as canelas era caindo, aquele aperreio medonho. E usava muito dicionário, não sabe? O pessoal nesse tempo só falava por dicionário. Mímica, né. Por causa do barulho das máquinas. A gente ficava assim. A gente chegava não sabia de nada. Aí ficava acanhado porque pegava um a fazer pro outro (faz gestos de mímica) não sabe? Por exemplo, 'que menina feia danada' (os outros operários referindo-se a ela). E depois com uns tempos é que ia aprendendo, né. Começava a ensinar, explicava o que era e a gente ia aprendendo."*

Também ao ilustrar o fato de que todos os operários tinham apelido e se apelidavam uns aos outros, o ex-banqueiro Severino escolhe um episódio, envolvendo um trabalhador novato e um "velho", de relação jocosa entre operários de "gerações alternadas" – o que sugere a hipótese explicativa de que a "cultura fabril" da brincadeira tem algo a ver, nessa fábrica onde trabalham lado a lado crianças, mulheres, homens e velhos, com a organização da combinação entre conjugação e disjunção sociais proporcionada pelas "relações jocosas"<sup>50</sup> presentes no "parentesco por brincadeira" desse operariado de parentes e de estranhos de Paulista:

*"Cada pessoa tinha um apelido. Quem se zangasse com o apelido, pronto, o apelido pegava mesmo. Pegava mesmo. O nome meu na fábrica era Mochila. Meu apelido era Mochila na fábrica. Mas eu não me importava com isso, né. Tinha um velho que a gente chamava ele de Garapa. O velho não gostava quando chamava ele de Garapa. Aí quando*

---

francês de suas pesquisas na Inglaterra com jovens de origem operária relacionando a escola secundária à fábrica (cf. Willis, 1981 e 1978).

<sup>50</sup> Cf. Radcliffe Brown, 1973, pgs. 115 a 132 e particularmente pg. 123. Para uma análise de uma situação envolvendo a agressividade e hostilidade entre trabalhadores num contexto de cooperação e "igualdade" nas relações de trabalho específicas dos pescadores de trainceiras, análise em que também me inspirei na tentativa de dar conta do material acima exposto, cf. Duarte, 1981.

*foi um dia gritaram: 'Garapa! Garapa!'. Nesse dia eu aperreei tanto o velho que ele foi dar parte ao mestre. O mestre mandou me chamar: 'Olha, você não se meta com esse velho. Você não abusa do velho não. Você respeita o velho'. Deu conselho, né. 'Vá se embora'. Aí eu saí na frente, né. Saí na frente e o velho saiu atrás. Cheguei ali, adiante, quando o velho ia passando, eu disse: 'Açúcar com água!' Aí o velho disse: 'Se misturar eu vou dar parte ao mestre novamente!' (risos)."*

A fixação dos "velhos" como objeto de brincadeiras, de episódios de comédia-pastelão-de-fábrica, é recorrente em vários relatos<sup>51</sup>. Este episódio dos apelidos é interessante pois ilustra uma certa "institucionalização" da brincadeira própria à "cultura fabril": a sua interligação com o ambiente de trabalho, a sua aceitação tácita pela hierarquia da fábrica e a sua reiteração e continuidade. Com efeito, a turma de rapazes nada mais faz que exercer de maneira enfática a prática corrente de formular um apelido e chamar a pessoa designada por ele. O exagero talvez esteja, não na insistência e gritaria, nem no fato do apelidado ser um "velho", mas na associação do conteúdo do apelido a uma situação de carência alimentar e material do "velho" designada por sua fixação nesse alimento *sui-generis* inventado pelo trabalho assalariado e pela fábrica, o café (ou, em outros países, o chá) com muito açúcar, a *garapa* (cf. para uma análise do conteúdo social do consumo de açúcar do proletariado, Mintz, 1979/80). O "velho" quebra o código da "cultura da fábrica" ao denunciar a brincadeira ao mestre e coloca-se numa situação de fraqueza não só por isso como pelo fato da "apelidação" ser generalizada e "legitimada". No entanto, o mestre apenas adverte verbalmente a Severino, dando-lhe o "conselho" de não mexer com o "velho", aceitando tacitamente a brincadeira. E ao sair da presença do mestre, Severino reitera a brincadeira, substituindo o apelido pelo seu significado material, o que dá margem a que o "velho" responda no espírito da brincadeira, recompondo a reciprocidade da relação jocosa. O episódio retrata assim um clima generalizado de brincadeira, o qual, embora levado ao exagero e dali conduzido à esfera de poder da administração fabril, consegue a neutralidade desta e assim volta triunfalmente à sua continuidade renovada com a aceitação tácita da hierarquia e a adesão relutante da própria parte ofendida.

Nem sempre a reação da administração fabril será a mesma deste caso envolvendo um aspecto tão legitimado da "cultura fabril" quanto as brincadeiras de apelidação<sup>52</sup>. Não foi tão liberal essa administração com a

---

<sup>51</sup> "Tinha um velho que varria a sala, um velho, coitado, que fazia o serviço dele e ficava limpinho. Aí ele ia cochilar, né. Aí a gente se juntava, eu e mais outros camaradas, pegava um bocado de goma com tudo o que não prestava e... pã! O velho se melava todinho. Às vezes o velho estava cochilando assim, pegava um saco largo assim, tocava na cabeça do velho assim, amarrava e deixava ele embolando por lá (risos)."

(ex-banqueiro)

<sup>52</sup> A apelidação no meio fabril aparece em outros contextos como no caso das

transgressão "leve" de Severino ao ir conversar com a namorada, após o café, na seção de tecelagem<sup>53</sup>. Nem com o "aprendiz de fiação" José Augusto Jerônimo, que aos 15 anos de idade teve a sua ficha de registro de empregado de nº 27.291-A condecorada com as anotações: "Suspensão 4 dias e 5 horas por deixar de fazer o serviço para brincar com o interruptor (sic) da luz, em 16/5/59. Em 29/8/59 foi suspensão 12 dias e 3 horas por brincadeira fora do serviço, atirando sacos de canelas em outro operário" (José Augusto, admitido em 6/11/58, não durou muito na fábrica: "saiu em 2/12/59". A menos de uma volta eventual, registrada em outra ficha). E nem o "aprendiz de preparação de algodão" Moacir Vitorino de Aguiar que aos 19 anos foi "suspensão 1 dia e 4 horas e 40 minutos" pois "foi encontrado sentado e conhecido, pelo gerente (em 6/1/1960)"<sup>54</sup>. É verdade que em 1959 e 1960 o "tempo de abundância de trabalho" em sua plenitude já tinha passado. É de se supor, portanto, que houvesse uma flutuação de atitudes da administração da fábrica quanto a "transgressões disciplinares" que podem explicar-se pela razão das circunstâncias em que foram produzidas – o grau de ruído da brincadeira como o atirar sacos de canelas<sup>55</sup> em outro operário, a visibilidade

---

usinas de açúcar, onde ela atinge inclusive as chefias (cf. Leite Lopes, 1976, pg. 78, nota 17), e como no caso dos metalúrgicos da cidade industrial de Belo Horizonte (cf. o depoimento romanceado *Memória Operária*, Hernandez, 1979, particularmente pg. 16).

<sup>53</sup> O motivo alegado nesta "transgressão" é um operário dos bancos estar na seção de tecelagem, quando no máximo poderia ser tolerada pela administração sua locomoção pela seção de fiação (mais próxima aos bancos), e não o fato de estar com a namorada, com a qual vinha conversando desde o local onde tomaram café. Quanto à visita de rapazes às namoradas, há referências no livro de Hareven (1982, cap. 4, pg. 76 e 77) de que na então maior fábrica têxtil do mundo, a Amoskeag Corporation, em Manchester, New England, USA, até antes da Primeira Guerra Mundial era permitido que os rapazes em horas de folga visitassem suas namoradas trabalhando na fiação ou tecelagem e as ajudassem, desde que não se interrompesse o trabalho.

<sup>54</sup> O rosto angelical de Moacir Vitorino na sua foto 3x4 da entrada para a fábrica aos 14 anos contrasta com a suspensão que recebe do gerente anos depois no reverso da ficha. O mesmo contraste entre brincadeira e punição aparece na notícia da *Folha do Povo* de 27/5/1949, a respeito de outra fábrica (notícia: "Exploração brutal de crianças na Fábrica de Macaxeira"). Após constatar a admissão recente pela fábrica de grande número de menores de 14 a 16 anos, "de preferência filhos de operários" e realizando "o mesmo trabalho dos adultos e recebendo salários inferiores", a notícia acrescenta que "há poucos dias o policial Alcino (vigia da fábrica) agrediu covardemente dois meninos e os suspendeu do serviço, acusando-os de 'vir empurrando o pessoal' no rojão da saída da fábrica", arrematando que "por motivos tolos como este os policiais a serviço da companhia aproveitam a ocasião para demonstrar a sua 'coragem' agredindo crianças". De qualquer forma, a notícia sobre a brincadeira dos rapazes da Macaxeira se junta à ebulição juvenil confinada na fábrica indicada na ficha de José Augusto Jerônimo.

<sup>55</sup> "Canela": "pequeno canudo ou bobina em que se enrola o fio para a tecelagem". (Novo Dicionário Aurélio, pg. 269).



pelo próprio gerente do singelo ato de sentar do aprendiz de preparação de algodão – ou pela razão da arbitrariedade inerente ao despotismo fabril (no qual a arbitrariedade tem a sua racionalidade).

Apesar disto, o episódio do “apelido no velho”, ao apresentar o mestre numa atitude liberal diante da brincadeira na fábrica, assim como tantas outras menções à convivência de contramestres e “cabos de camada” com a brincadeira e com o cochilo (assim como o seu próprio cochilo na turma da noite), sugere-nos a consideração de que não é despropositada uma certa tolerância da administração fabril com a “cultura de fábrica” apresentada pelos operários, e isto particularmente no “tempo de abundância de trabalho”. Faz parte da experiência adquirida de contramestres e alguns outros chefes superiores, que as brincadeiras, conversas e gestos que abastecem a “cultura de fábrica” dos operários, mesmo quando implicam em hostilidade à hierarquia, são formas de defesa e de suportabilidade dos operários às condições de trabalho da fábrica (que incluem além dos aspectos materiais, os aspectos referentes à concepção social da honra do trabalhador) que estão embutidos no operário tanto quanto a habilidade de suas mãos e a força dos seus braços. Neste sentido, a tolerância aos aspectos dessa “cultura de fábrica” dos operários não prejudica e até favorece a produção: por que não deixar brincar se o lema do “bom trabalhador” é “trabalhar e brincar”?<sup>56</sup> Por que coibir uma “reinvenção criativa” da fábrica por parte dos operários, com seus grupos informais de companheiros de trabalho e de brincadeira, com seu senso apurado de uma “microfísica da resistência” ao ambiente hostil da fábrica, se tal “reinvenção” contribui na formação de um clima de trabalho que propicia também a descoberta da maneira mais econômica e criativa de trabalhar, nas franjas infinitesimais de percepção visual, tátil e persistência ao cansaço e à monotonia, que escapam à programação determinada pelo ritmo da máquina e ao aprendizado padrão transmitido dentro da fábrica?

Essas colocações, feitas a partir do destaque e da análise de relatos sobre o ambiente do trabalho fabril proferidos por aqueles que o praticam, levam-nos a relativizar as conclusões sobre o caráter implacável do “controle direto” da gestão fabril sobre a força de trabalho, menos evitáveis numa visão panorâmica da fábrica<sup>57</sup>. Se a expressão desta “cultura fabril” dos operários

---

<sup>56</sup> Hareven (1982, pg. 77) relata a existência de jogos infantis, danças e brincadeiras de rapazes, moças, trabalhadores adultos na fábrica Amoskeag antes da Primeira Guerra Mundial.

<sup>57</sup> Cf. as críticas de A. Friedman à superestimação do alcance empírico e teórico do taylorismo e outras formas de “controle direto” da força de trabalho, feita por Braverman, e a ênfase daquele autor na existência simultânea ao “controle direto” de outra forma de gestão capitalista que ele designa como a da “autonomia responsável”. Esta última, mais que uma resposta da gestão fabril dos últimos anos à reação operária (a qual, sempre houve, mas aguçou-se) a técnicas tayloristas, teria existido desde o início do capitalismo, embora incidindo majoritariamente nos postos de trabalho fabris qualificados ou



se dá tanto nos setores metalúrgicos menos mecanizados ou "taylorizados" (ou nas seções de manutenção de diversos setores industriais), onde os operários desenvolvem a *arte* industrial, quanto nos setores metalúrgicos "taylorizados" e fordizados (cf. Linhart, 1978), ela também se dá nessa indústria "taylorizada" antes de Taylor que é a indústria têxtil. Tal cultura desenvolve-se nas franjas, nas margens, nos poros da disciplina fabril formal das fábricas de Paulista, erigindo-se numa "microfísica da resistência" diante das condições de trabalho na fábrica orquestradas por uma "microfísica do poder". No entanto, como essa "cultura fabril", mesmo nas suas práticas mais claramente assemelhadas ao padrão "nós e eles", analisado por Hoggart e seguido dentro da fábrica mais recentemente por Willis entre os operários ingleses, não questiona a legitimidade do poder dentro da fábrica, a administração fabril pode permitir tacitamente a sua existência ambigualmente funcional à própria disciplina, sendo construída assim uma "microfísica da produção" mais relacionada a um campo de jogos e de lutas cotidianas que a uma orquestração pré-determinada. Embora seja tal "cultura fabril" tão indesejável quanto fatalmente necessária à manutenção de uma disciplina continuada, legitimada e não imediatista ao nível da gestão da produção dentro da fábrica, tanto quanto uma dosagem certa de lubrificantes nas máquinas, várias vezes no entanto a direção da *companhia* utilizou-se de uma visão distorcida de aspectos desta "cultura fabril" para sua argumentação pública dirigida seja contra seus concorrentes no setor têxtil, seja contra o Estado, seja contra o sindicato operário. Mas dessas controvérsias públicas a respeito de aspectos selecionados dessa "cultura fabril" desconhecida, exercida no "laboratório secreto da produção", trataremos mais adiante. Pois então a liberdade e impunidade que tinha a fábrica na gestão da força de trabalho, propiciando em contrapartida a generosidade a que se referem os trabalhadores

---

envolvendo tarefas de chefia ou ainda nos escritórios da fábrica, enquanto o "controle direto" aplicar-se-ia à massa dos operários diretamente na produção. (Friedman, A., 1977, caps. 6, 7 e 8). A força da gestão capitalista em controlar a resistência operária residiria justamente na diferenciação interna dos trabalhadores conforme sua submissão a essas diferentes formas de gestão. Essa análise assim como os trabalhos de Linhart sobre a especificidade do saber operário polivalente nas indústrias de processo contínuo (Linhart, 1980) vêm contrariar a visão de uma inevitabilidade, assim como do desenvolvimento contínuo de uma linha "evolutiva", da parcelização crescente das tarefas desde a divisão manufatureira do trabalho e cristalizada na grande indústria. Por outro lado, mesmo nas situações de "controle direto" da força de trabalho, a produção e a disciplina não se mantêm de forma continuada se for sistematicamente reprimida essa "cultura fabril", envolvendo truques com os meios de produção, brincadeiras e a expressão de conflitos com as chefias imediatas, com a qual se auto-constrói o interesse do produtor direto na produção (cf. Linhart, 1978 (L'Établi), Willis, 1978 e Bourdieu, 1980, pg. 11 e 12). Cf., também Corouges & Pialoux, 1984, pg. 58.

em seu modelo de “tempo da abundância de trabalho do Coronel Frederico”, passa a encontrar obstáculos não previstos neste modelo (cf. parte 3).

As características específicas desta “cultura fabril” dos operários de Paulista estão relacionadas, ao menos como período inicial de formação, ao modelo do “tempo da abundância de trabalho”. É no contexto deste modelo que se manifesta a generosidade do “bom patrão”, socialmente encarnado no Coronel Frederico, quanto a uma condição material de existência tão essencial ao trabalhador quanto o acesso ao trabalho – principalmente visto retrospectivamente numa situação de escassez de trabalho. Essa “generosidade” liga-se a uma concepção de disciplinarização da força de trabalho a longo prazo, de formação de um grupo social operário através da povoação de uma vila operária assumindo as dimensões de uma cidade. Tal disciplinarização a longo prazo, de criação das condições da inculcação de uma moral do trabalho que ligue os trabalhadores à assiduidade e às condições de trabalho exigidas pela fábrica, a partir de uma força de trabalho atraída das regiões praias ou de *engenhos* nas circunvizinhanças ou aliciada do interior de Pernambuco e da Paraíba (principalmente) manifesta-se na maximização da incorporação dos habitantes da vila operária ao trabalho, teatralizada pela presença das crianças, dos velhos e dos deficientes físicos no trabalho fabril. Essa moral do trabalho é também uma maneira de produzir, e particularmente nos períodos de expansão dos negócios têxteis, ocasionando uma fome de braços suplementar, a administração da fábrica vai buscar em casa os trabalhadores demitidos ou que se demitiram, assim como as esposas de trabalhadores ou mães ex-operárias, absorvendo todos os recursos disponíveis da força de trabalho internos à vila operária. A internalização dessa disciplina e dessa moral do trabalho pela universalização do trabalho fabril atravessa os diferentes corpos nas várias fases do ciclo de vida humano, de ambos os sexos, com ou sem defeitos físicos, saudáveis ou não. A imponência dessa moral do trabalho atinge não somente os corpos, mas as coisas, plantas fabris, edifícios, portos, terras, construção e manutenção das casas, transformadas em tantas frentes e fontes de trabalho, a ressaltar a grandeza daquele pequeno mundo, o mundo da *companhia*. Ora, essa inculcação da disciplina através da universalização do trabalho incorporando crianças e velhos, defeituosos físicos e doentes, faz essa disciplina em extensão perder em poder intensivo, em capacidade de extração intensiva do sobre-trabalho. Por outro lado a variedade de fontes de trabalho submetidas a diferentes formas de cooperação capitalista, assim como a pluralidade e variabilidade de atitudes de chefia e disciplina imediata, propiciam uma mobilidade da força de trabalho à primeira vista surpreendente numa forma de dominação sustentada pela imobilização da força de trabalho. E de forma subjacente a essa mobilidade da força de trabalho estão muitas vezes reunidas as condições para uma resistência não concertada, não intencionalmente organizada, dos trabalhadores às suas chefias imediatas e à disciplina formal exigida pela fábrica.

É interessante observar-se que tal “microfísica da resistência” nas condições do “tempo da abundância de trabalho” se exerce ao mesmo tempo em que a dominação patronal sobre a fábrica, a vila operária e a vida social em seu conjunto que ali se desenrola, é exercida em toda sua plenitude. Assim, às lembranças do “tempo da abundância de trabalho” em que se expressa uma interiorização da dominação ressaltando as virtudes de uma moral do trabalho que a todos engaja na fábrica – se soma em aparência contraditoriamente a nostalgia idealizada de um período de maior liberdade dentro da fábrica, de altivez diante dos chefes imediatos e de recriação das condições de trabalho através da brincadeira. A aparente contradição entre essa “microfísica da resistência” ao nível da planta fabril e a interiorização da dominação proposta pelo patronato em sua moral do trabalho está relacionada com a superposição, no “sistema Paulista”, de uma forma de tipo “tradicional” de dominação – que já vimos em ação na sua maneira direta, personalizada e teatral por ocasião do ritual de agregação, família por família, dos trabalhadores aliciados, assim como no episódio das “aventuras de Severino”, de afirmação direta do poder patronal diante dos operários, podendo até favorecê-los contra a hierarquia fabril intermediária – às formas disciplinárias características da grande indústria, com seu poder de esquadramento dos trabalhadores, submetendo-os a um campo documental próprio e a uma vigilância múltipla de cabos, fiscais, contramestres e gerentes. Essa forma tradicional de dominação, com a sua visibilidade e ostentação do poder e com o seu investimento renovado numa construção personalizada da dominação que caracteriza as “formas elementares da dominação” (cf. Bourdieu, 1976, pg. 126), mesmo sendo teatral, faz uma ponte com as formas de dominação tradicionais a que os trabalhadores recém “descampesinados” estão habituados, reforçando a sua legitimidade. Ela atenua o modo institucionalizado, invisível, progressivamente panóptico e “benthamizado” de dominação que a grande indústria constrói na luta surda travada com os produtores diretos, e que desenvolve-se nas Fábricas de Paulista, ressaltando-se posteriormente tanto mais quanto desaparece a forma tradicional característica do “sistema Paulista”. Os trabalhadores de Paulista, submetidos a um processo de proletarização específico consistindo num “descampesinamento” que os incorpora de imediato à indústria, submetem-se, portanto, simultaneamente a um processo de “obreirização”<sup>58</sup> ao qual

<sup>58</sup> Em trabalho anterior (Leite Lopes e Machado da Silva, 1979, pgs. 20 a 28) utilizamos a expressão “processo de obreirização” para salientar que ao contrário do caso clássico inglês (e por extensão de outros países da Europa Ocidental), em que a expropriação do campesinato e sua proletarização antecedem de um largo período sua posterior incorporação à indústria (cf. Marx, O capital, cap 27 e 28 ed. franc.) trata-se aqui de imediato da entrada de um campesinato recém-despossuído de suas condições habituais de produção e de reprodução social no mundo da fábrica – no caso, uma fábrica que controla não só a esfera da produção do trabalhador como diretamente a esfera de sua

está presente essa combinação de modos de dominação que constitui o "sistema Paulista".

A "abundância de trabalho no tempo do Coronel Frederico" é um dos aspectos mais ressaltados positivamente pelos trabalhadores dentre os constitutivos do "sistema Paulista". E tal aspecto é relacionado não à forma disciplinária de dominação dentro da fábrica mas à forma tradicional de dominação personalizada do "bom patrão", como um aspecto fundamental, o acesso ao trabalho, dentre outros aspectos relacionados às garantias materiais de existência deste grupo social de trabalhadores. Com efeito, poder-se-ia detectar também como a superposição de formas de dominação ocorre também fora da esfera fabril ou do "mercado de trabalho" próprio à fábrica, e estende-se à esfera da materialização da reprodução social dos trabalhadores. No entanto, mais ainda neste terreno, em que além da concessão da casa para morar, ocorre também a concessão de lotes de terra para roçados conjugados à organização do abastecimento alimentar à população da vila operária, a modalidade da dominação "tradicional" motiva uma rememoração nostálgica do "sistema Paulista" por parte dos trabalhadores como parte importante da interiorização de sua própria dominação.

---

reprodução social, através da vila operária. Utilizamos também inversamente a expressão "processo de desobreirização" para designar um processo social historicamente posterior em que fica mais claro que tais processos não têm somente a ver com a incorporação ou a expulsão de todo um grupo social relativamente à fábrica e ao trabalho industrial, mas também com a forma de dominação específica e condições sociais de produção a que estão submetidos, inclusive a adequação subjetiva desse grupo social a tais condições. Desconhecíamos na época a utilização da mesma expressão por Bourdieu em comunicação apresentada em 1975 mas publicada em 1980 (Bourdieu, 1980b. pgs. 252/254), como um "conceito um tanto bárbaro, forjado sobre o modelo da noção de *asilização* elaborada por Goffman para designar o processo pelo qual as pessoas, nas prisões, nas casernas, em todas as 'instituições totais' se adaptam pouco a pouco à instituição e, de certa forma, acomodam-se nela; isto é, (o processo de obreirização seria) o processo pelo qual os trabalhadores se apropriam de sua empresa e são apropriados por ela, se apropriam de seu instrumento de trabalho e são apropriados por ele, se apropriam de suas tradições operárias e são apropriados por elas, se apropriam de seu sindicato e são apropriados por ele, etc."



## Capítulo 3

### Os Roçados-Operários e a Feira

A moral do trabalho implícita no processo de “obreirização” característico do “sistema Paulista” – esse processo de imposição e inculcação do mundo da fábrica a trabalhadores recém-egressos de uma situação camponesa de forma a que viessem a assumir sua nova condição de operários industriais – tem a peculiaridade de extravasar o trabalho fabril e encontrar-se numa forma de exercício por conta própria do trabalho por excelência para esses trabalhadores há pouco “descampesinados” que é o trabalho agrícola. Com efeito, a *companhia* construiu ao longo do tempo a prática de conceder roçados às famílias operárias para que pudessem exercer uma atividade resultando em complemento à sua subsistência. O “tempo da abundância de trabalho”, visto retrospectivamente pelos trabalhadores em contraste com a probabilidade do desemprego do presente, refere-se principalmente ao trabalho fabril, mas tal tempo rememorado de forma idealizada reforça-se diante da antiga possibilidade, paralelamente ao trabalho na fábrica, do exercício de um trabalho agrícola em pedaço de terra concedido pela *companhia*. Ao nível do modelo dessa “moral do trabalho” encompassadora, incorporando, no limite, todas as classes de idade, a concessão de pedaços de terra para o exercício do trabalho agrícola por conta própria, vem estender as fronteiras reais que se colocam ao trabalho fabril dos “velhos” na faixa dos 50 anos, dando-lhes uma atividade “produtiva” senão diretamente de mais-valia, pelo menos “produtiva” no sentido de contribuir para o rebaixamento do custo da força de trabalho<sup>59</sup>. Justificada em nome principalmente dos

---

<sup>59</sup> A concessão de roçados para os “velhos” chefes de família, de famílias recém-recrutadas ou atraídas pela fábrica, parece ser a forma, pelo menos a retida na memória dos trabalhadores, pela qual a *companhia* procura resolver o problema da “velhice precoce” colocada pelo trabalho fabril, tentando aliviar a sobrecarga da unidade familiar com os velhos e ao mesmo tempo reforçando sua moral do trabalho. Mesmo que outros membros da família trabalhem nesses roçados

"velhos", os mais enraizados ao trabalho camponês recém-perdido, a atividade no roçado concedido incorpora a essa pequena produção agrícola outros membros da família retirados do trabalho diretamente fabril como a *mãe de família* ou as crianças não susceptíveis de se fazerem passar por menores com quatorze anos de idade (particularmente através da *criação* de aves ou animais).

Para além de seus efeitos pedagógicos e legitimadores, aos quais voltaremos mais adiante, o que caracteriza de imediato a concessão de roçados no "sistema Paulista" é o seu aproveitamento econômico em larga escala, é a ligação do roçado concedido com a feira. As referências à concessão de roçados em outras fábricas com vila operária enfatizam o caráter pedagógico de uma atividade extra-fabril que mantenha o operário ocupado nas suas horas de lazer, ligado à família tanto através do trabalho familiar na horta, no roçado ou na criação, quanto através do motivo da melhoria do consumo alimentar doméstico, criando hábitos de trabalho mesmo no seu tempo livre e evitando o consumo produlário no bar<sup>60</sup>. Tal é a concepção que preside a

---

concedidos, esses roçados associam-se aos "velhos" e à sua "velhice precoce" de maneira analógica à associação da especificidade da "velhice" no modo de produção capitalista com a aparição dos sistemas de aposentadoria correlatos à extensão do proletariado e da forma salário. Em outras fábricas (cf. por exemplo a de Camaragibe) as "caixas de socorro" têm um peso maior nessa "assistência à velhice", comparativamente a essa peculiaridade da Fábrica Paulista de generalizar a concessão de terras para roçado. Para uma análise da constituição da velhice e da autonomização de sua gestão, cf. Lenoir, 1979.

<sup>60</sup> Esta preocupação anti-alcóolica está presente na literatura sobre a habitação operária que floresce a partir da 2ª metade do século XIX por todo o mundo capitalista (cf. Murard & Zylberman, 1976; Engels, 1969, Leite Lopes, 1984). O debate público sobre a "questão social" no Brasil no início do século não desconhece esta literatura. Assim, por exemplo, falando das vantagens das práticas educativas propiciadas pelas "villas operárias" no seu relatório sobre "Casas para proletários" apresentado no 2º Congresso Católico Brasileiro em julho/agosto de 1908, o sr. José Agostinho dos Reis, "lente catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro" refere-se à literatura internacional sobre o assunto. É curioso como este autor, ao enfatizar mais esse componente "anti-botequim" que sua utilidade de uma complementação alimentar aliviando o orçamento doméstico, parece dar o sentido exclusivo da floricultura a jardins (e especialmente a conotação homônima francesa da literatura de referência de duplo sentido) que geralmente referem-se ao cultivo de bens alimentares:

"Quantos sucessos na hygiene domiciliar, quantos triumphos nos concursos de asseio e conservação dos prédios, quantas maravilhas nos concursos de jardinagem, com seus prêmios de instrumentos de cultura, de sementes, de mudas de plantas, etc. Ainda não nos esquecemos da bella passagem descripta em um relatório a respeito dos jardins. Homens de alta posição social e competentes especialistas haviam visitado, de casa em casa, as familias operárias, inquirindo do resultado colhido com a cultura e preparo dos jardins. A descripção é encantadora, mas chega ao ponto de máximo interesse quando o relatório conta que numa casinha a esposa corre a chamar de novo os homens, que já se retiravam, para dizer-



organização de atividades agrícolas e de rituais como os concursos do melhor agricultor, produzindo a melhor batata, existente na fábrica têxtil francesa do pensador católico Léon Harmel, fábrica esta que inspirou diretamente a concepção da fábrica de Camaragibe, contemporânea e vizinha à fábrica Paulista<sup>61</sup>. Tal é também o caso das atividades agrícolas complementares organizadas pelas empresas em algumas cidades mineiras da França (cf. Murard & Zylberman, pgs. 169-174).

Nas usinas de açúcar, a concessão de pequenos pedaços de terra para roçados aos operários industriais da usina parece ligada menos a uma concepção pedagógica do trabalho que a uma suplementação indireta ao consumo alimentar doméstico do trabalhador via abastecimento direto da casa, via o mini-comércio vicinal ou via as redes de reciprocidade locais (cf. Leite Lopes, 1976, pgs. 116 a 122). Por outro lado, a tradição do *morador* da parte agrícola da *plantation*, o qual considera, em seu tipo-ideal cada vez

---

lhes, em transportes de alegria: 'Oh! eu ia esquecendo-me de lhes dizer que o nosso jardim fez-me a maior das felicidades. Meu marido nos domingos não vai mais para o botequim, não se embriaga mais, fica comigo e com os filhos tratando do nosso jardim'. Que melhor triunfo?! Vencer o álcool com as flores! E quantas bellezas moraes decorrentes desta solução verdadeiramente maravilhosa!"

(2º Congr. Católico Brasileiro, Actas, 1910)

<sup>61</sup>Trata-se da fábrica de Val-des-Bois (filatório), da firma Harmel Frères, próxima à cidade de Reims, no Marne, França. Destruída durante a 1ª guerra mundial e reconstruída a partir de 1922, essa fábrica no pré-guerra caracterizava-se por sua organização social peculiar, segundo a concepção de seu principal organizador, o católico social Léon Harmel. Dentre a sua intrincada rede de associações, instituições e comitês, havia o "comité des jardins", que tem suas funções explicadas em publicação apócrifa sobre a organização da fábrica (Visiteur, 1922):

"Além do jardim anexo a cada casa, os operários podem alugar, a preços módicos, tantos terrenos quanto possam cultivar. Nas famílias numerosas, chega-se assim ao abastecimento de legumes por todo o ano. Um comitê estuda as compras em comum de grãos, fertilizantes, etc., faz conhecer os melhores métodos de cultivo e organiza um concurso para estimular a aplicação dos procedimentos mais favoráveis".

Tal comitê tem uma seção, a de "jardinage", na revista mensal dessa "comunidade industrial", a "Echos du Val des Bois", onde dá conselhos sobre o cultivo de legumes e as tarefas agrícolas conforme a época do ano, por exemplo o artigo "Quelques mots sur la culture de la pomme de terre" que ocupa a seção de uma página dos números de junho, julho e agosto de 1908, ou transmite diretrizes tais como estas, no número de maio de 1908 (ano III, nº 31):

"(...) Le Bon Père (isto é Léon Harmel) donnera une prime à celui qui obtiendra les meilleurs résultats à la fin de l'année, soit au point de vue de la culture potagère, soit au point de vue de l'élevage du porc."

O nº de agosto de 1908 da revista, por sinal, publica como matéria principal uma troca de cartas, que se mostra freqüente, com a companhia Industrial Pernambucana (a Fábrica de Camaragibe) comentando a lei sindical brasileira de 1907 (inspirada pelos católicos sociais brasileiros) e outros assuntos.

mais despossuído de suas condições habituais de produção, a principalidade do seu trabalho agrícola por conta própria em terra concedida relativamente ao trabalho "produtivo" para o *engenho* (cf. Sigaud, 1971 e 1979 e Palmeira, 1977), tem seu peso na procura por concessão de terra para roçado por parte do grupo social vizinho dos operários industriais do açúcar. No caso de Paulista a exploração econômica sistemática e em larga escala da concessão de terras para plantar, canalizando o produto assim obtido para uma feira grandemente controlada pela própria *companhia*, é a característica distintiva que sobressai diante tanto das formas de distribuição subordinadas das redes de reciprocidade e do mini-comércio vicinal, quanto dos efeitos pedagógicos da "moral do trabalho" que extravasam a fábrica até o roçado operário.

A concessão de terras para roçado, no entanto, não se dirige exclusivamente às famílias de operários. Ela também existe para um grupo de camponeses submetidos, antes ao trabalho no engenho, envolvendo o trabalho na cana, depois à demanda imperativa da feira da *companhia*. E, além do campesinato dos antigos engenhos que já povoava a área, a *companhia* exerce, também para a sua área rural, uma ação de atração, aumentando o contingente camponês em suas terras para abastecer a feira. Assim, além dos roçados operários mais concentrados nas imediações das fábricas, que suprem principalmente as redes de reciprocidade e o mini-comércio vicinal, mas que chegam também a vender na feira, há os roçados de agricultores em terras da *companhia* mais afastados, geralmente antigos engenhos da Usina Timbó pertencente à CTP, ou ainda terras posteriormente adquiridas por ela, e que fornecem o volume principal dos produtos canalizados para a feira de Paulista.

A concessão das terras agricultáveis da companhia em ampla escala tanto para agricultores como para famílias operárias, e a canalização de sua produção para a feira "administrada" pela própria *companhia*, essa uma das características do "sistema Paulista" de dominação. Tal conjugação entre a prática da concessão de terras para roçados e o seu aproveitamento econômico imediato no abastecimento da feira de Paulista, imprimindo feições autárquicas à localidade, reforça a caracterização "sistêmica" desse caso-limite do padrão de dominação fábrica com vila operária anexa.

Como as demais características do "sistema Paulista" tratadas nesta Parte 1, a concessão de terras para roçado e a feira são aqui analisadas a partir da maneira como as interiorizaram nas suas vidas as gerações de operários que trabalham na fábrica desde os anos 20, viveram o auge desta forma de dominação nos anos 30 e 40 e assistiram suas contradições nos anos 50 e 60. A expressão de tal interiorização pode colocar à disposição do pesquisador fenômenos diferentes dos registrados nas fontes documentais oficiais (seja os documentos da companhia, como seus relatórios anuais aos acionistas, seja sua correspondência com associações patronais ou instituições governamentais, seja notícias na imprensa), ou nelas inexistentes

(como é o caso por exemplo do aliciamento de trabalhadores) ou ainda imprimir a tais registros, matizes e enfoques diferentes. De qualquer forma, o relato dos trabalhadores dá sentido, fornece um fio condutor à leitura de tais fontes.

No caso dos roçados operários e da feira, a reconstituição e análise do relato dos trabalhadores, revelando-nos a importância dessa atividade produtiva agrícola e sua circulação para a garantia de suas condições de existência no auge do "sistema Paulista", previne-nos quanto a interpretações teleológicas passadas pelas sínteses históricas oficiais da história da *companhia*. Embora tais sínteses constituam-se em fontes de informação relevantes, a própria forma como interpretam essas informações são elas próprias trabalhadas por uma análise relativizadora, tão reveladora, à sua revelia, quanto as informações intencionais que procuram transmitir.

Assim, o livro *"Um Sueco Emigra para o Nordeste"* de Raul de Góes, ex-diretor da CTP (nos anos 56 a 65), surgido a partir de "palestra com elementos das classes produtoras do Recife", procurando fazer uma síntese biográfica ou mais modestamente "apontamentos necessários à futura biografia de Herman Lundgren", de forma a construir um herói da indústria brasileira à semelhança de Mauá, Teófilo Otoni e Delmiro Gouveia (cf. o prefácio do autor à 2ª edição, de 1964), opera uma antecipação sistemática para o tempo de Herman Lundgren, ou para o período inicial do seu sucessor, o Coronel Frederico, de traços embrionários pré-determinados de toda a história posterior da fábrica. Tal operação de antecipação sistemática inerente à construção do livro atinge também a explicação genética dos roçados operários e da feira: a construção do seu mito de origem, do ponto de vista de uma história centrada no patriarca da família Lundgren, nos fornece informações a serem relativizadas por esse contexto de uma historiografia teleológica.

*"Imensas áreas das propriedades da fábrica, terras que se podiam prestar muito bem à lavoura, viviam ainda abandonadas, sem a menor utilidade. Numa certa manhã, Herman Lundgren, montado num cavalo, percorreu sozinho, tendo nessa excursão um objetivo: mandar cultivá-las imediatamente, por conta da companhia, e em proveito do seu operariado.*

*Feitas as necessárias observações, dirigiu ele mesmo os trabalhos iniciais do plantio de cereais. Estes eram depois levados aos barracões e à feira dominical e cedidos aos trabalhadores sem qualquer lucro para a empresa."*

(Góes, 1964, pg. 95)

Há assim uma antecipação para "uma certa manhã" entre 1904 (data do controle da CTP pelos Lundgren) e 1907 (data da morte de Herman Lundgren), assim como uma condensação em torno de uma cavalgada solitária, de toda uma prática agrícola estimulada e canalizada para uma feira

de consumidores operários pela *companhia* até pelo menos os anos 50 deste século. Essa citação de Góes também pode levar o leitor a achar que esses produtores diretos agrícolas seriam tão assalariados quanto os operários, já que cultivam "por conta da companhia". Além disso, há menção a "barracões" e à "feira dominical", formas de distribuição estas que não proporcionam "qualquer lucro para a empresa". A existência de barracões é também mencionada nas notícias de jornais e na correspondência da empresa ao CIFTA-Rio relativas aos acontecimentos de outubro de 1932 em Paulista. Esses acontecimentos serão tratados mais adiante, quando do exame da incompatibilidade entre o "sistema Paulista" e a associatividade sindical dos trabalhadores (cap. 7). Por outro, lado a qualificação "não lucrativa" dos barracões mencionados liga-se, por princípio de coerência, a outros fatos relatados por Góes e que dizem respeito à abolição da forma *barracão* internamente à CTP por decisão do Coronel Frederico em torno do final de 1911 e 1912, quando da compra pelos Lundgrens dos bens do seu inimigo político, no âmbito de Olinda e no âmbito de Paulista, do Senador e ex-diretor da CTP, Coronel Padilha. A briga com o Cel. Padilha e a abolição do seu barracão funcionam como o "mito de origem da feira", do ponto de vista dessa onisciência e onipotência patronal que a tudo prevê e provê.

*"Se, porém, conseguira pôr termo às perturbações internas da sua companhia de Tecidos (cf. a resistência de funcionários do escritório da companhia à transferência de seu local de trabalho mencionados por Góes, citado no capítulo 1, nota 10), uma situação mais séria e bem mais grave ia desafiar a serena mas invencível energia do diretor-geral (Frederico Lundgren). Tal situação era criada pela baixa política dominante em Pernambuco no primeiro decênio deste século. O descontentamento dos empregados substituídos por Frederico, todos ou na maioria, eleitores, não deixou de influir no espírito do então chefe político de Olinda, Senador Estadual Cornélio Padilha, que era um dos diretores da companhia de Tecidos Paulista e proprietário de plantações de cana para fornecimento à Usina Timbó. Além disto era proprietário de casas alugadas a operários de Paulista e de um barracão que lhes fornecia gêneros alimentícios pelo regime de descontos de vales semanais. Manifestando-se o senador Padilha contrário às medidas administrativas de Frederico ao ouvir as queixas dos descontentes, começaram as hostilidades de delegados e subdelegados de polícia contra a família Lundgren.*

*Os jovens de hoje talvez ignorem o que era o mandonismo policial no interior do Brasil durante a Velha República. Polícia e Política eram palavras, por assim dizer, sinônimas. Duas formas indissolúveis de opressão. Nenhum homem de empresa podia fazer-se obedecer em sua fábrica, por exemplo, se o delegado ou o subdelegado locais, cumprindo ordens dos chefes políticos, o perseguiram ou induziam os seus trabalhadores à rebeldia. Em face disso, uma idéia ocorreu a Frederico, de comum acordo com o seu irmão Arthur: comprar os canaviais, os casebres e o barracão do Senador Padilha. O velho político aceitou a proposta, mas pediu, em cima da bucha, como diz o*

vulgo, a elevada quantia, para a época, de duzentos e cinquenta contos de réis(...) Frederico não conversou, não regateou, fechou logo o negócio. Para ele não era alto o preço para poder libertar-se das pressões de ordem política policial. Sua primeira providência foi livrar os operários dos descontos semanais de vales no barracão, substituindo esse monopólio odioso e desumano de fornecimento de gêneros e outras utilidades por um sistema de concorrência comercial com melhor oferta e com procura livre, a preços mais acessíveis.”  
(Góes, 1964, pgs. 107 e 108)°

O caráter “libertador” da instituição da forma de distribuição *feira* em detrimento dessa forma de distribuição consagrada nos *engenhos* e *usinas* da região, o *barracão* (cf. Palmeira, 1971<sup>a</sup>) – tanto quanto é consagrado o “truck-system” em sua associação com a fábrica com vila operária em diversas partes do mundo (cf. Hilton, 1960) – condensado nessa briga política e econômica em que o controle da CTP está em jogo e que serve de mito de origem patronal para a originalidade da *feira*; esse caráter “libertador” terá mais conseqüências a longo prazo para a trajetória do “sistema Paulista” – e à revelia de suas intenções iniciais – que o implicado no evento escolhido para servir de marco originário a essa característica distintiva da administração da *companhia*. Essa “libertação” lenta e à revelia do pretenso “libertador” a que estamos nos referindo, crescendo como contradição ao “sistema Paulista”, será por nós examinada na análise de sua desagregação na 4ª parte deste trabalho.

Assim também, em um texto de propaganda da CTP incluído ao final de um livro sobre a história econômica de Pernambuco até o séc. XVIII, com sua edição patrocinada por várias firmas (cf. “Companhia de Tecidos Paulista, Fator Destacado no Progresso Industrial de Pernambuco”, in Veiga, 1956, pgs. 260 e 261), texto que sintetiza, do ponto de vista da *companhia*, a sua própria história, o marco inicial das atividades agrícolas para o consumo alimentar da população operária é deslocado do período de Herman Lundgren (1904/1907) para adiante, para 1912 – período que coincide aliás com o fim do barracão do Cel. Padilha e a organização da *feira*, de acordo com as informações de Raul de Góes:

“Determinaram os Lundgrens, desde 1912, o intenso cultivo das terras pertencentes à empresa, para que a família operária local tivesse fácil e barata, a aquisição de legumes, Milho, Macacheira, Inhamé, Batatas, Frutas e outros produtos alimentares necessários à vida saudável do trabalhador.” (Veiga, 1956)

Há aqui uma preocupação com os marcos iniciais de práticas duradouras, marcos iniciais estes perfeitamente discerníveis, datáveis e associados à decisão patronal soberana. Mesmo que a última informação deste texto, documentando essa característica da Fábrica Paulista, fosse verossímil quanto a essa data, não seria tão inovadora e singular por essa época tal decisão dos

Lundgrens. Com efeito, a existência da Usina Timbó e dos seus engenhos, os quais, como todos os engenhos, propiciam uma pequena agricultura aos seus *moradores*, já garantem a existência prévia dessa produção agrícola. Nem mesmo o redirecionamento dessa produção agrícola para atender numa feira aos operários da fábrica têxtil mereceria um destaque como iniciativa inovadora: há casos em que os operários industriais das usinas de açúcar, assim como os *moradores* e outros trabalhadores rurais (*corumbas*, etc.), mesmo no início do século, abastecem-se usualmente também dessa produção agrícola dos engenhos eventualmente canalizada para feiras nas áreas urbanas da área canavieira ou para feira de usina (para a análise de uma feira de usina contemporânea, cf. Garcia, 1977)<sup>62</sup>. É verdade que a própria pressão quantitativa da demanda alimentar por parte do relativamente grande contingente operário desse período (década de 10), inferior, no entanto, aos mil operários, difere bastante da pressão dos 5 mil operários do início dos anos 30, ou dos 15 a 20 mil operários dos anos 40 (pressão acrescida pelos familiares desses operários que não trabalham na fábrica).

---

<sup>62</sup> Há registro de casos em que a existência de feiras em cidades da zona da mata canavieira ou em áreas próximas às usinas, mesmo nos anos iniciais deste século, faz uma certa concorrência aos barracões dos engenhos e usinas, ou impede – ao propiciar o extravasamento de “hábitos inveterados da população rural” – o desenvolvimento de um projeto singular mais sofisticado, de “cooperativa” da usina, inserido numa proposta institucional de promoção corporativa da conciliação entre capital e trabalho inspirada na encíclica “*Rerum Novarum*” de Leão XIII e implementada pelo grupo da “Federação Operária Cristã” de Carlos Alberto de Menezes.

“Fundada com o fim principal de provar ao operário do campo as vantagens do espírito de associação, a *Cooperativa de Goyanna* ainda não pode vencer os hábitos inveterados da população rural. Apesar de constituída com pequeno capital, a escassez de recursos e a ausência completa do espírito de economia não permitiram ao pessoal adquirir a totalidade das acções.

O que porém, mais tem amortecido a vida da nossa Cooperativa tem sido a concorrência das feiras, onde o trabalhador prefere comprar, por preço mais elevado, gênero de qualidade inferior, porque para este ir à feira é um hábito inveterado, é uma distração, é quasi uma necessidade.

Apezar das vantagens proporcionadas pelos armazens cooperativos, apesar da economia forçada que o bônus realiza, este prefere passar o dia na feira, na vida viciosa da taverna, gozando a liberdade de entregar-se ao jogo, à embriaguez, a todas as solicitações do vício.

No campo elles constituem a massa dos compradores, que dariam grande incremento às vendas dos armazens cooperativos, cuja clientela, sem este forte contingente, fica reduzida ao pessoal da fábrica, que é pouco numeroso, principalmente nos intervallos das safras.”

(in “A Organização Operária Cristã na Agricultura ou entre Operários do Campo” por Luiz Correia de Brito, Engenheiro, Gerente do Engenho Central de Goyanna, Annaes da Obra dos Congressos Catholicos em Pernambuco, 1º Congresso, junho de 1902).



A mesma tendência à associação dessa produção agrícola a um trabalho assalariado pago pela *companhia*, acentuando assim a responsabilidade e a organização da CTP sobre tal produção, que encontramos no primeiro texto citado de Góes sobre as cavalgadas matutinas de Herman Lundgren, está presente também nesse texto da CTP:

*"Feita a reforma da base da indústria, com a vitória comercial de seus tecidos, teve a Paulista melhorada e aumentada, completamente, a sua Vila Operária, com a construção de milhares de novas e higiênicas habitações, chegando a possuir um total de quinze mil operários, muitos dos quais empregados no trato da lavoura" (grifo nosso). (Veiga, 1956, anexos)*

Como o parágrafo seguinte é o "Determinaram os Lundgrens desde 1912...", anteriormente citado, fica a impressão de que a produção agrícola dirigida ao consumo dos operários tem por produtores diretos uma parte dos quinze mil operários, "empregados no trato da lavoura". A condensação antecipatória dos eventos e das práticas (além da redução de práticas e processos a eventos, geralmente um evento inaugural) para destacar a precocidade e a onisciência dos patrões leva o leitor a uma confusão entre os serviços "agrícolas" da *gerência externa* – o trabalho no corte e transporte da lenha, o trabalho no plantio dos eucaliptos, efetivamente um "trabalho assalariado" – e a concessão de terras para plantar, seja por famílias operárias, seja por famílias de camponeses. A ânsia laudatória das sínteses históricas oficiais ou para-oficiais da *companhia* acaba diminuindo e simplificando a grandeza e complexidade do "sistema Paulista", do qual uma das particularidades é essa combinação do trabalho assalariado com outras formas de produção, de maior "autonomia" do produtor direto na produção imediata, no contexto geral de uma forma de dominação que extravasa a esfera fabril para encompassar a materialização da reprodução do trabalhador. No entanto, para apreciar tal complexidade é necessário ver o "sistema Paulista", o qual inclui a constituição da conjugação dos roçados concedidos com a feira como elemento da compressão dos custos com a força de trabalho, como um processo em construção e não como o simples desenrolar de um plano previsto em todos os detalhes.

A reconstituição das múltiplas determinações contidas nos diversos relatos dos trabalhadores guiando-nos na leitura dos relatórios anuais da CTP aos acionistas usados aqui como fonte subsidiária, nos transmitem uma visão geral dos roçados operários e da feira como um processo mais complexo de construção excluindo sua redução a um ato originário, produto da vontade, da criatividade e da onisciência patronal. A produção agrícola das terras da *companhia* parece ser inicialmente nada mais que um sub produto da atividade principal por ela visada nas terras que ela adquire crescentemente a partir da década de 10: a derrubada das matas transformadas em lenha e transportadas para a demanda insaciável das numerosas caldeiras de suas



fábricas, e posteriormente, a partir da década de 40, o replantio de árvores como reserva para as suas caldeiras. Com a diminuição e posterior desativação no final da década de 20 da produção de açúcar da Usina Timbó, de propriedade da CTP, a derrubada das matas permanece como motivação econômica imediata única nas terras da *companhia*. A produção açucareira é secundarizada pelo sucesso comercial da produção têxtil, permanecendo a planta fabril e as oficinas da Usina Timbó para reparos das locomotivas e outras atividades de manutenção das fábricas, assim como para uma produção menor de calda como alimento para os cavalos de criação do haras da *companhia*, cuja existência faz parte da idiosincrasia patronal. Com a retração da atividade agrícola de exploração comercial da Usina e de seus engenhos, expandem-se as qualidades autárquicas e de “subsistência” tão ressaltadas por Celso Furtado (1964, pg. 67) como inerentes aos engenhos – mas agora utilizados em proveito das necessidades das fábricas têxteis. A *companhia* passa a armar-se de uma retaguarda às suas atividades fabris, como que de um anexo secreto silencioso extra-fabril ao seu “laboratório secreto” fabril, porém, do qual se ouvem ecos e ruídos; embora haja algumas menções aos roçados e à feira em um ou outro texto de propaganda da CTP ou alguns de seus relatórios anuais aos acionistas, eles passam despercebidos aos observadores externos e não são levados em consideração, por exemplo, na polêmica e na argumentação de alguns industriais do sul e seus órgãos de representação sindical contra os irmãos Lundgren no final da década de 30. E por outro lado, a *companhia* também não utiliza na sua argumentação, com o devido peso, a alegação dos custos e das tarefas de organização extra-fabris, “improdutivas”, relativas às garantias de subsistência alimentar à sua população operária, e ao suprimento próprio das fontes energéticas às suas fábricas. Embora haja essa alegação em alguns dos relatórios anuais aos acionistas – havendo, no entanto, uma insistência maior, nesses relatórios, nas despesas relativas à assistência médica e aos subsídios a escolas e clubes – essa argumentação não é ressaltada na polêmica com os industriais do sul na década de 30 (cf. o Memorial da CTP ao Ministério do Trabalho de outubro de 1938).

Essa retaguarda “autárquica” compõe-se como que de um enorme “Setor I” (ou “Departamento I”) próprio, de produção não de todos os meios de produção mas da matéria-prima essencial para o funcionamento do conjunto dos meios de produção: a lenha para as caldeiras. Quanto a um “Setor II” próprio, setor de produção dos bens de consumo do trabalhador nos modelos de reprodução do Livro II do Capital de Marx aos quais estamos aqui nos referindo por comparação, sua necessidade será ressentida em um primeiro momento, quando há uma certa elevação de salários decorrentes de um escasseamento temporário de fontes de mão-de-obra do *interior*, e em um segundo momento, com toda sua força, quando, em decorrência das vitórias comerciais da companhia e da expansão de sua produção fabril, se processa a

incorporação à fábrica de uma força de trabalho cada vez mais numerosa. O relatório anual da CTP aos acionistas de 1925 indica a sua preocupação com o “custo do trabalho braçal” e, portanto, com o custo de vida para a sua população operária, e embora não mencione aqui os roçados da *companhia* nem a sua feira, é possível que a administração se volte para a intensificação da produção alimentar corrente nos seus engenhos, ou para a produção alimentar expressamente dirigida aos seus operários, conforme as menções no livro de Góes e na propaganda da CTP de 1956, ambos já citados<sup>63</sup>. A preocupação aqui é com as tendências momentâneas à “alta” de salários devido à escassez da força de trabalho para o nível de atividades da fábrica. Na medida em que o “escasseamento” no suprimento de mão-de-obra dos “sertões do interior” referido no relatório da CTP de 1925 tenha a ver com os efeitos da seca de 1919 (e anteriormente com os da seca de 1911), outras secas, ou as circunstâncias envolvidas e elipticamente designadas pela “seca”, como as de 1932 e de 1942, virão modificar a fluidez desse suprimento do interior. Mas então se as pressões sobre o custo da mão-de-obra aliviam-se de forma relativa por esse lado, no entanto, a escala de grandeza muito superior do contingente operário, particularmente com o fim da proibição à importação de máquinas no final dos anos 30 e com os efeitos da 2ª guerra mundial na década de 40 – quando, segundo as palavras do relatório da CTP aos acionistas de 1939, “mais diversos milhares de operários acharam um meio de vida em nossos estabelecimentos fabris” – cria problemas de abastecimento à crescente população da cidade.

No entanto, quando se processa a mudança da escala de grandeza da população operária da cidade, e que logo coincide com um período de escassez na circulação de mercadorias e particularmente de gêneros alimentícios, com a situação da guerra, a *companhia* parece estar já equipada “autarquicamente” para fazer face a essa situação, intensificando apenas uma série de práticas já iniciadas. É o que parece indicar o relatório de 1943, quando o recrutamento máximo de trabalhadores somados às dificuldades de abastecimento à população, provenientes da situação de guerra, permite que o assunto “roçado” venha a ser alçado à posição de tema relevante para figurar num relatório da *companhia* aos seus acionistas:

---

<sup>63</sup> O relatório de 1925 comenta as conseqüências para o ‘mercado de trabalho’ próprio à fábrica, possivelmente relacionadas ao fim dos efeitos, por volta dos anos 24/25, da grande seca de 1919 que atingiu extensas áreas do Nordeste:

“Outrossim a mão-de-obra que antigamente era supprida em grande escala pelos sertões do interior escasseou de maneira notável, resultando d’ahi o aumento extraordinário hoje verificado no custo do trabalho braçal. Convém notar que espontaneamente aumentamos em média 25% na mão-de-obra comparada com o anno anterior; e que a tendência é accentuadamente de alta, e isto para o futuro não deixará de collocar as fábricas de Pernambuco em situação desvantajosa comparada com as de outros Estados de vida mais barata.”

"Temos empregado os maiores esforços para que os nossos operários atravessassem o momento atual com meios de subsistência equilibrados, e para isto continuamos fomentando com a maior dedicação a agricultura não só nas circunvizinhanças das fábricas como em todas as demais propriedades da companhia onde é possível cultivar cereais e outros gêneros de primeira necessidade."

(Relatório anual da CTP de 1943)

A situação de expansão da produção fabril mas simultaneamente de "acionamento", provocada pelos efeitos da 2ª Guerra Mundial encontram a fábrica de Paulista apta a atenuar seus problemas de abastecimento à população operária, aumentando apenas a escala de grandeza daquilo que aparentemente já funcionava: a concessão em grande escala de roçados em suas terras e a canalização da produção daí resultante para sua feira "administrada"<sup>64</sup>. Já teria se processado então a transição entre o trabalho do *morador* nos ex-engenhos da Usina Timbó, regido pela *condição*, e o trabalho por conta própria em roçado ampliado nas terras da *companhia*, regido, no entanto, pela *sujeição* representada pelo monopólio da comercialização dessa produção agrícola. Tal produção agrícola só pode ser comercializada na feira de Paulista, e para canalizar de forma eficiente e "industrializada" esse monopólio garantido nos bastidores pela presença física e pela atuação do seu corpo próprio e numeroso de *vigias*, a CTP oferece o transporte ferroviário gratuito, com ponto final obrigatório na feira

<sup>64</sup> O artigo "O Departamento Estadual do Trabalho e a assistência aos operários", publicado no *Jornal Pequeno* do Recife no dia 4/12/1930, que procura destacar as iniciativas dos industriais anteriores às preocupações sociais de grupos egressos da Revolução de 30, como os que movimentam o Departamento do Trabalho, ao enumerar iniciativas em Paulista, no Cabo (Fábrica José Bezerra) e em Camaragibe, destaca o caráter inusitado da feira de Paulista:

"O Departamento Estadual do Trabalho pediu ao Governo do Estado desse cunho oficial ao apelo feito aos industriais, no sentido da construção de villas operárias, escolas, hospitais, etc., nas respectivas fábricas.

A medida é salutar. Enquadra-se precisamente dentro das aspirações da honrada classe operária e demonstra que aquele Departamento quer fugir a uma ação platônica, sempre lamentável nos grandes empreendimentos. É de justiça salientar, porém, que muitos dos nossos grandes industriais já haviam cogitado e resolvido, em parte, o palpitante assunto. Em Paulista por exemplo, há villas operárias bem construídas, higienicas, com água, luz, fossa, etc.

A assistência ao operariado, ali, vae a um outro problema para a classe: o alimentício. É assim que, nas grandes feiras realizadas, semanalmente naquela villa, não é permitido o açambarcamento de mercadorias.

Cada pessoa compra tão só aquilo que é necessário ao seu consumo e o da família. Evita-se desse modo que sejam comprados gêneros essenciais à pobreza a preços ínfimos, para serem revendidos com lucros exorbitantes (...)."

de Paulista, para os produtos agrícolas e para os produtores-feirantes<sup>65</sup>. Para isso, ela aproveita a rede ferroviária pré-existente da Usina Timbó (cf. Hutzler, 1984, nota 5, pg. 17), ampliando-a para suas finalidades de transporte da lenha cortada, escoamento da produção agrícola para a feira e ligação com o litoral (ligação com o "Porto Arthur"). E finalmente, na feira de Paulista, em nome da compensação ao transporte ferroviário gratuito, é exercido um rigoroso controle de preços por parte da *companhia* junto aos agricultores-feirantes (que são os únicos mencionados nos relatos dos operários) e junto a eventuais intermediários (não mencionados naqueles relatos mas não sendo impossível a sua existência limitada permitida e controlada pela *companhia*). Esses baixos preços "administrados" pela *companhia* sustentam-se também, pelo menos em alguns períodos, por uma política de "superprodução" desses gêneros agrícolas produzidos em terras da *companhia*, conforme indicam alguns relatos de trabalhadores mencionando as constantes sobras de produtos ao final da feira. Esses mesmos relatos mencionam o desejo dos agricultores-feirantes de ter a liberdade de vender a sua produção em outras praças de mercado. Pois se o custo para esses agricultores, ao não pagarem pela terra em que plantam nem pelo transporte, é somente em sobre-trabalho, em auto-exploração familiar em vistas de um *mais que o gasto* (cf. Garcia Jr., 1984) canalizado para a feira e mal remunerado, no entanto, a não permissão da venda da produção sobrando à feira em outras localidades faz com que haja a queixa da impossibilidade da valorização sobrando do seu esforço e a reivindicação difusa da comercialização livre de pelo menos parte da produção dos seus roçados. A existência dessa sobra de mercadorias e o rebaixamento de preços, que interessa aos operários-consumidores, possivelmente explica a existência dos "barracões" de estocagem, referidos nas notícias dos acontecimentos de setembro e outubro de 1932 (cf. cap. 7).

Essa política da *companhia* é descrita de forma mais explícita no que concerne a Fábrica Rio Tinto, na Paraíba, também de propriedade da CTP. Como esta fábrica e sua vila operária não foi adquirida de uma administração anterior diversa, como o foi a Fábrica Paulista, mas foi totalmente construída, assim como sua vila operária, pela CTP, frequentemente a política patronal se expressa publicamente com mais informações sobre Rio Tinto do que no caso de Paulista.

"(...) A cidade é arborizada, iluminada à luz elétrica e dispõe de uma

---

65 "Naquele tempo tinha Trepa Desce, tinha Regalado, tinha Seringal, aqueles lugares assim, sítios da companhia. Ai aqueles operários plantavam ai gerimum, batata, cana, inhame, farinha, tudo. Todo sábado ele mandava a máquina buscar, ó xente, tanta coisa! Tinha uma máquina, uma locomotiva, a Catita, tinha 3 ou 4 carros, a pessoa botava tudo ali em cima. Era cana, era verdura, era jaca, manga, farinha. Pra vender aqui."

(ex-operário das caldeiras)

*rede de ricos exemplares da flora brasileira para construções e consumo. Situadas em terreno da fábrica, fornecem lenha para as caldeiras, que absorvem cerca de 300 metros cúbicos diários.*

*Nas fazendas vizinhas a empresa desenvolve a agricultura de cereais, para abastecimento de Rio Tinto. O trabalhador recebe da empresa os instrumentos agrários, cultiva o campo com direito à casa e sem obrigação de aluguel; assume apenas o encargo de no fim da safra vender os produtos ao mercado da villa, pois a finalidade da polycultura mantida pela empresa em seus campos de lavoura é tornar barata a vida dos seus operários, o que não se conseguiria se os gêneros de primeira utilidade fossem adquiridos noutros centros abastecedores."*

(Diário de Pernambuco, 6/11/1932, pg. 39, "A Expansão Econômica da Parahyba")

Fica claro aqui, em troca de uma *morada*, a *sujeição* através do produto a um proprietário territorial monopsônico. Além do acesso à casa de *morada*, sem aluguel, e conseqüentemente o acesso a terreiro anexo para criação e pedaços de terra para roçados próprios, com produtos a serem *gastos* no consumo doméstico ou circulados no "mercado" vicinal, frisa-se aqui a cessão de "instrumentos agrários" no lugar do que é enfatizado, em Paulista, o transporte gratuito das mercadorias e dos feirantes pela estrada de ferro própria da empresa. Tal política agrícola iniciada em Paulista, provavelmente pôde ser aplicada com menores resistências em Rio Tinto, hipoteticamente tendo ali sido sistematizada e devolvida com ensinamentos práticos e aperfeiçoamentos à administração de Paulista.

Num contexto mais apologético de outra grande reportagem sobre a CTP, desta vez no final da 2ª Guerra Mundial quando esta companhia notabiliza-se por seus donativos ao exército, é frisada a importância em Paulista do transporte ferroviário dos "feireiros-agricultores" e seus produtos para o abastecimento da feira, que passa a ser procurada por consumidores também de municípios próximos (Olinda e Recife):

*"A 'companhia de Tecidos Paulista', fomenta incessantemente o cultivo das terras em todas as modalidades e para variados objetivos, permitindo-se, desse modo, um alto rendimento jamais verificado em outras regiões.*

*Numerosos e pequenos lavradores cuidam das terras, não cobrando àquela organização nenhuma quantia a título de aforamento.*

*(...)*

*Dai o baixo custo da vida ali existente, resultante, sem dúvida, das feiras livres realizadas com sensível vantagem para a economia da família operária radicada no grande centro fabril.*

*E tão baixos são os preços dos gêneros de primeira necessidade expostos à venda nas feiras livres de Paulista, consequência natural de sua imensa produção agrícola, que não servem somente para abastecer a população dali, mas, também dos municípios vizinhos e de muitas famílias da capital pernambucana.*

*Para essa situação que visa cada vez mais o custo de vida, influe poderosamente a ação desenvolvida nesse sentido pelos srs. Frederico e Arthur Lundgren, que fazem diariamente trafegar dois trens da companhia, conduzindo, gratuitamente, feireiros com os seus produtos agrícolas, que são vendidos nas feiras livres daquela cidade com uma*

diferença de preços realmente notável.

*Esses feireiros são os lavradores das terras pertencentes à referida organização agro-industrial."*

*(Folha Carioca, 24/5/1944, "Paulista, a florescente cidade pernambucana, um expressivo centro de trabalho e civilização")*

Completa-se assim a construção de uma "retaguarda de recursos autárquicos", elo importante de um processo de causação cumulativa, em que se articulam as vantagens decorrentes do isolamento relativo da fábrica e sua vila operária vis à vis da grande cidade: através do recrutamento ou atração da mão de obra em larga escala do *interior*, que constitui-se numa importante demanda para uma produção agrícola alimentar; através da complementariedade entre o abate e o transporte de lenha para as caldeiras da fábrica e a utilização das terras restantes para uma produção agrícola canalizada para o atendimento daquela demanda; através do controle de preços que se exerce sobre a produção agrícola obrigatoriamente comercializada na feira de Paulista e em grande parte transportada gratuitamente por trem; através da concessão de roçados em grande escala às famílias de operários como atividade vinculada aos "velhos", reforçadora da "moral do trabalho" inculcada pela companhia, e a incorporação *do mais que o gasto* (cf. Garcia Jr., 1983, pg. 141-147) desses roçados-operários à feira.

O sentido do termo "construção" empregado no parágrafo acima não se refere a um ato intencional e planejado de uma administração ou de um chefe empresarial – como por exemplo tendem a crer e a fazer crer aos seus leitores as sínteses oficiais ou para-oficiais da CTP –, mas a um processo não intencional, não isento de contradições e oposições. Assim, a própria existência de diferentes formas de produção agrícola nas terras da Fábrica Paulista, os roçados operários nas circunvizinhanças das fábricas e os roçados em terras de antigos engenhos, mais distantes, pode ilustrar a complexidade das relações entre a *companhia* e seus operários quanto à questão dos roçados. A diferenciação que se pode depreender dos relatos dos operários entre a pequena agricultura de quintal anexa às casas de taipa da *companhia*, os roçados "das vargens" ou de áreas pantanosas conquistadas à agricultura por um trabalho de saneamento promovido pela CTP e os roçados dos "sítios da companhia", nas áreas mais distantes à vila operária, parece ser, mais que ocasionada por diferenças de localização geográfica, objeto de tensões entre os operários e a *companhia*.

Com efeito, o povoamento original da vila operária dava margem à existência, de forma majoritária, de casas de taipa às vezes construídas pelos próprios operários, às vezes pela "gerência externa" em terrenos da *companhia*. Os arruados de casas construídos pela CTP, dos quais há referência em Raul de Góes desde o tempo de Herman Lundgren – a ser relativizada pela tendência à "condensação antecipatória" já referida – assim como nos relatórios anuais aos acionistas desde 1919, concentram-se nas ruas principais, próximas às fábricas, mas coexistem com um grande



números de casas de taipa nos bairros mais afastados do centro. Essa oposição entre as casas de taipa e os arruados de "pedra e cal" construídos pela *companhia*, que se intensifica, seguindo-se os indícios deixados nos relatórios anuais aos acionistas, a partir de 1927 até o final dos anos 40, e será objeto do próximo capítulo, interessa-nos aqui pelo fato de que ela inclui como ponto de discordância a relação que esses dois tipos de casa têm com o roçado. A antiga casa de taipa, "palhoça" ou "mocambo", necessariamente uma casa isolada, implica na concessão de um terreno que além da casa sustentava também roçado e criação, permitindo assim a conjugação casa-roçado que o arruado típico da vila operária vem interromper<sup>66</sup>. Essa ruptura, a ser desenvolvida no próximo capítulo, tem a ver não somente com a existência do roçado, mas com um contexto, propiciado pela "casa de taipa" isolada, que favorece uma relação do trabalhador com o trabalho fabril que a *companhia* quer transformar: o contexto de uma povoação "camponesa" da localidade circunvizinha à fábrica, onde o trabalho na fábrica de um ou alguns membros da família serviria apenas como renda complementar às demais atividades obtidas do roçado, da pesca ou do negócio. A ação de destruição da "casa de taipa" – onde, mais que a casa, a *companhia* derrubava, em benefício da disciplina fabril desejada, essa ligação casa-roçado-negócio-pesca – é ressentida pelos operários que a sofreram. No entanto, a CTP tem a oferecer, de imediato ou em um segundo momento, compensações como a concessão de roçados em áreas não contíguas à casa e a organização da feira abastecida pelos agricultores das

66 "(...) Tinha muito roçado por aqui mesmo, né. (No Bairro do Nobre, hoje um bairro constituído de arruados típicos de vila operária). Porque os operários faziam as casas, sabe. Eu não me lembro por quê. Eu penso que antes das casas, das ruas, por isso que tinha roçado. Porque o pessoal aqui plantava" (ex-tecelã)

"Mamãe veio trabalhar (...) Aí mamãe pediu uma casa para a *companhia*. Todo operário tinha direito a uma casa, mamãe pediu e deram essa de Catolé. Lá a gente acabou de se criar e fomos trabalhar. Mas o terreno era da *companhia* ( a casa era de taipa, já existente, talvez construída pela própria *companhia* ou por operário que ali morou anteriormente). Agora, quem pagava o aluguel de uma casa, tinha o direito à casa e tinha aquele terrenozinho. Roçava, plantava, tudo. Agora, era pequeno, sabe? Era pequeno o terreno, mas mesmo assim era muito bom para se criar. Criação de bichos, criava porco, essas coisas. Mas era muito difícil. Papai não queria que a gente criasse não, porque a prefeitura proibia por causa de verme, essas coisas. Papai dizia: 'É melhor não criar'! Ele não queria porco. Porco não, só criava galinha. Ele tinha um cavalo, e esse cavalo ele vendeu".(ex-tecelã).

Esta última citação situa-se provavelmente entre os cinco últimos anos da década de 30 e os primeiros da década de 40 (a prefeitura existe a partir de 1935). Nela é sugerido, sob o pretexto da ofensiva higienista da prefeitura, o conflito intra-familiar entre *roçado e roçadinho* ou entre *roçado e criação* comuns aos autênticos roçados camponeses examinados por Garcia Jr & Heredia, 1971.



áreas dos *sítios da companhia* vindo por outro lado aliviar a falta do *gasto* proveniente diretamente do roçado e consumido na casa. As famílias de operários continuam com a possibilidade de acesso à transformação da terra em roçado, e podem colocar seu *mais que o gasto* (cf. Garcia Jr., 1983) na feira organizada, principalmente em vista da produção dos agricultores totalmente voltados para o roçado nas áreas de *sítios da companhia*.

Para isso, a companhia se dedica a obras de recuperação de terras impréstáveis à agricultura abrindo novas áreas susceptíveis de serem concedidas para a localização de roçados operários<sup>67</sup>. Além disso, interessadas como famílias operárias consumidoras no abastecimento proveniente da feira, estas não se aliam de imediato aos agricultores dos *sítios da companhia* voltados para a liberdade da venda de parte do produto agrícola dos seus roçados.

Descrito e denunciado principalmente pelos operários mais antigos que o sofreram, o processo de destruição das casas de taipa e da ligação casa-roçado por elas propiciado tende a apagar-se diante da ação subsequente do saneamento das terras das *vargens*, criando novas áreas de roçado, da proteção pela *companhia* aos quintais no fundo das casas dos arruados, visando a proliferação da criação de galinhas, e do controle de preços na feira protegendo o consumo operário. As "alternativas" oferecidas pela *companhia* ao processo de destruição da ligação casa-roçado implícita nas "casas de taipa" características do modo de povoamento operário anterior ao grande fluxo de mão-de-obra proveniente da ação de aliciamento direto da CTP no

---

<sup>67</sup> O relatório da CTP aos acionistas de 1939 menciona a sua "obra colonizadora" que inclui, confrontando-se essas informações com as das entrevistas com os operários, a abertura de novas áreas para os roçados:

"Achamos oportuno e necessário lembrar aos srs. acionistas a gigantesca obra colonizadora que realizamos na zona da nossa fábrica Paulista, conseguindo o saneamento completo do vale do Parafba. Quando a presente administração tomou conta da Fábrica Paulista ( a referência mais provável aqui é a administração vinculada aos Lundgrens, consolidada na década de 10 deste século, e não a administração em sentido estrito da diretoria que assina o relatório, cujo "diretor-presidente interino" assumiu no ano 1933/1934), o vale do Paratibe em que ela está situada era conhecido como uma das zonas mais insalubres e febris de todo o Estado, assolada pelo impaludismo. Durante anos e anos de trabalho e esforços incansáveis gastamos vultosas somas em serviços de drenagem e profilaxia. Sem transferir para fora os nossos capitais, mas sim empregando-os para o desenvolvimento da nossa zona e ao bem de todo o Estado, foi-nos afinal possível transformá-la n'uma área de indústria e atividade inesperada. Orgulhamo-nos desta obra de conquista pacífica (será que esse orgulho trai inconscientemente o fato do know-how da companhia em conquistas violentas?) e temos a feliz satisfação de que o valor da mesma para o Estado também foi reconhecido pelas autoridades, e especialmente pelo esclarecido sr. Interventor do mesmo (Agamenon Magalhães)."

*interior* ou de atração às fontes de trabalho abertas na Fábrica Paulista, são ressaltados pelos descendentes dos velhos operários como aspectos positivos do "tempo do Coronel Frederico". Há uma hegemonia, mesmo nas famílias mais antigas, anteriores ao auge do aliciamento, e atingidas pela destruição das "casas de taipa", da versão dos trabalhadores que chegaram a Paulista do *interior* encontrando já prontas, já dadas, as casas dos arruados de "pedra e cal" e toda sua relação com os *roçados das vargens* e com a feira.

A ação da *companhia*, no auge da vigência do "sistema Paulista", ao dar um lugar para uma prática tradicional dos operários que é a possibilidade de acesso a terras para roçado, vem legitimar-se aos olhos dos trabalhadores, pelo menos em sua visão retrospectiva. Apesar do "sistema Paulista" constituir-se necessariamente destruindo as antigas casas de taipa e sua relação com o roçado e outras atividades "autônomas" dos trabalhadores, o que ele põe no lugar é rememorado com nostalgia pelos operários, o roçado das *vargens* e a feira. Ao ter uma política de concessão de roçados – subordinada embora a uma disciplinarização da vila operária cuja materialização passa pela destruição das casas de taipa – seja para completar sua "moral do trabalho" assegurando uma ocupação aos velhos, seja principalmente para criar uma superprodução de gêneros alimentícios produzidos em suas terras que favoreça sua ação de preços administrados na feira, a companhia atende a uma prática costumeira que é prezada pelos trabalhadores.

Essa legitimação da ação da *companhia* no que diz respeito à concessão de pedaços de terra para roçado aparece não somente na nostalgia da "fatura" e da compra direta de gêneros alimentícios nos produtores do bom roçado nas redes do comércio vicinal, como também na imputação personalizada de tal ação ao patrão em carne e osso. Embora neste caso ele não apareça diretamente em cena, a teatralização interiorizada da dominação abrange também a ação patronal nos bastidores, como responsável último por uma ação de saneamento que abre espaço para a concessão de terras para roçado.

*"Tinha muito roçado na vargem. A vargem era limpa. (...) Eu me lembro de um senhor que mora ali em Paulista, eu me lembro que quando eu me casei, ele plantava ali na vargem. Plantava feijão verde. Eu comprei muito feijão verde a ele. Macaxeira, comprava era muito a ele. Seu Manuel. A vargem era limpinha, tudo enxuto, né, planozinho. Não era como é agora, com muita lama, muita água e não dá pra ninguém trabalhar mais. Não dá mais." (ex-tecelã)*

*"Esse Coronel Frederico todo ano ele mandava limpar lá a levada, até embaixo. Todo ano ele fazia isso. Agora, depois que o Coronel Frederico morreu, ninguém fez mais isso. A água pegou a ajuntar, alagou." ex-operário das caldeiras, marido da ex-tecelã)*

*"Essa vargem era quase toda plantada de verdura. Agora não encontra verdura barato." (mãe de criação do ex-operário das caldeiras)*

O reforço à legitimação da administração da *companhia* perante os seus operários proporcionado pela prática de concessões de pedaços de terra para roçados está relacionado a essa surpreendente aparição, no seio mesmo de uma forma de dominação que extravasa o trabalho fabril para controlar diretamente a esfera da reprodução do trabalhador, de uma forma de trabalho “independente” e “autônoma” quanto à organização da produção imediata, como é o caso do trabalho no *roçado operário*. Pode-se demonstrar como esse trabalho “camponês” subordinado a um contexto geral de trabalho fabril seria, por detrás de suas aparências, um acréscimo de sobretrabalho, fora das paredes fabris, apropriado indiretamente pelo industrial, o qual, através desse expediente, tem o custo de sua força de trabalho reduzido. É como se, para além do sobretrabalho a que estão sujeitos em sua jornada de trabalho fabril, os operários tivessem ainda que sujeitarem-se a um acréscimo de esforço “por conta própria” para produzirem bens alimentares de subsistência cuja possibilidade de aquisição já deveria estar incluída em um salário superior a ser pago pela *companhia* como equivalente a um nível de reprodução normal da força de trabalho. A essa forma de superexploração – vista como uma complementação de esforço gratuito ao *trabalho necessário* produzido na fábrica, cuja reversão ao trabalhador sob forma de salário é insuficiente para sua reprodução normal – demos a denominação, em trabalho anterior, de uma “estranha corvéia invertida” (cf. Leite Lopes, 1976, pgs. 116 a 122). Essa visão é parcialmente corroborada pela apreciação dos próprios operários do açúcar, que de um certo ângulo vêem os *roçados operários* como uma demonstração material da insuficiência de salário. Tal “corvéia invertida”, fruto dessa convivência entre o trabalho assalariado fabril e o “trabalho independente” sob os domínios do capital, relativizaria assim a “autonomia” em que a produção imediata, e parcialmente a realização do produto, é exercida pelo trabalhador. Essa peculiar forma de submissão ao capital, que abre um certo espaço para o exercício de atividades “independentes” ou “por conta própria” com recursos e autorizações concedidos pela administração da fábrica, não deixaria, assim, de ser uma forma indireta de extração da mais-valia, se olharmos esse trabalho “por conta própria” como uma extensão disfarçada da jornada de trabalho onde o trabalhador vai completar o necessário à sua subsistência que já deveria estar assegurada pelo seu salário. No entanto, o fato dessa suposta extensão da “jornada de trabalho” atualizar-se fora da cooperação capitalista da fábrica, “por conta própria”, faz dela um tempo de trabalho a ser considerado analiticamente em sua especificidade, e não reduzido a uma “jornada de trabalho” capitalista à qual falta justamente a relação de apropriação real (cf. Leite Lopes, 1979, pgs. 16 a 20).

Com efeito, se a ótica da teoria do valor-trabalho criativamente aplicada a essa caracterização – inusitada do ponto de vista do “proletário clássico” – das atividades camponesas deste operariado industrial, ao agregar tais atividades camponesas à parte das atividades fabris sob a rubrica do

equivalente - valor do *trabalho necessário*, pode desvendar a super exploração nelas embutidas; no entanto, à ótica da legitimidade da dominação exercida sobre esse operariado não é indiferente que parte deste *trabalho necessário* se dê concretamente sob a forma de atividades agrícolas exercidas com uma certa autonomia no seu processo de trabalho.

Quando um grupo, ou parte dele, de operários industriais, que exerce paralelamente essas atividades agrícolas, tem a propriedade familiar da terra em que também trabalha, como é o caso dos *colonos-operários* do Vale do Itajaí analisados por Seyferth (1974, 1983 e 1984), ele constitui-se numa situação-limite que ilumina outras situações em que o operariado fabril utiliza-se de atividades extra-fabris para reproduzir-se, particularmente as atividades agrícolas ou de apropriação de "recursos naturais" (além do roçado, do pequeno lote de terra ou do quintal, a coleta, a caça, a pesca). Por serem proprietários das terras em que trabalham nas suas atividades extra-fabris, os colonos-operários podem, no limite, transformar as jornadas de trabalho fabris (as quais se estendem quando incluído o tempo de transporte casa-fábrica) em auto-exploração camponesa, que propicia renda monetária complementar à manutenção do seu grupo doméstico enquanto grupo camponês ligado ao trabalho da terra. Os colonos-operários invertem assim o caráter acessório das atividades extra-fabris, que existem em outros grupos operários, em atividade essencial e global, passando o trabalho fabril a trabalho acessório no quadro de um ciclo de vida camponês que administra o trabalho fabril dos diferentes membros da família e absorve a aposentadoria como um adubo adicional ao trabalho na terra. Eles conseguem realizar plenamente, assim, aquilo que outros operários fabris, localizados em áreas rurais ou suburbanas onde existem terras ou "recursos naturais" apropriáveis disponíveis, mas sem a propriedade da terra, realizam de forma teimosa e fragmentar no quadro de uma dependência imediata e global à dominação fabril (cf. Leite Lopes, 1984<sup>a</sup> apud Seyferth, 1984).

Se o caso dos colonos-operários reforça ilustrativamente a importância da consideração da articulação entre formas não capitalistas de produção com as formas capitalistas, atentando-se para a não absorção analítica daquelas formas nas formas capitalistas dominantes, tal consideração não é menos pertinente no caso de trabalhadores subordinados ao sistema fábrica com vila operária. A especificidade daquela articulação, neste sistema, é que as formas não capitalistas que se combinam com a forma capitalista dominante, controlando aquelas formas permitidas por ela em seu território, são não somente formas "camponesas" ou "mercantis simples" (no caso do *negócio na feira* ou em *barraca* ou *venda*), mas também formas "servis": tanto o roçado quanto o pequeno comércio dependem, para serem exercidos, de concessões e autorizações do proprietário territorial, que no caso coincide com o capitalista na mesma pessoa. Essa coexistência do "trabalho independente", isto é, tendo um certo controle dos meios de produção, com

uma dominação política do proprietário territorial a condicionar a própria atividade agrícola ou mercantil de seus súditos não é estranha, por sinal, às formas de produção feudais<sup>68</sup>.

E o que interessa é que essa forma específica de subordinação do trabalhador ao capital tem uma influência importante sobre a legitimidade da dominação aí exercida do capitalista sobre o trabalhador, assim como sobre a própria trajetória dessas fábricas com vila operária, sobre o desenvolvimento, decadência e desagregação de sua forma de dominação característica.

Do ponto de vista dos efeitos sobre a legitimidade da dominação, a concessão explícita de "recursos naturais" a serem apropriados pelos trabalhadores para uma atividade produtiva extra-fábrica cujo produto lhes reverte diretamente, seja a concessão de terra para roçado, seja a simples permissão tácita para tal apropriação como a coleta, a caça e a pesca, todas atividades exercidas em território da fábrica, são meios pelos quais podem desenvolver-se atividades "independentes", cuja organização é do domínio do trabalhador e de sua família. Esse reduzido espaço para o desenvolvimento de

---

68 O modelo mesmo dessa simbiose entre "trabalho sob domínio do capital" e "trabalho independente" pode ser encontrado na *plantation* tradicional, na relação entre *proprietário* e *morador*, contrariando as aparências de um domínio completo da vida cotidiana do *morador* pelo *proprietário*. Estabelece-se ali um "contrato" informal em que como contrapartida do usufruto de uma casa — e uma casa que inclui parte das condições para a satisfação das necessidades de consumo da casa: *terreiro* para criação de animais, *roçado* anexo à casa ou distanciado dela, e por vezes um *sítio* com árvores frutíferas para moradores privilegiados — o *morador* tem que trabalhar alguns dias nas tarefas exigidas nas áreas "produtivas" da fazenda. O *morador* tradicional exerce assim uma série de atividades em que detém o controle do processo produtivo e se apropria do produto. E a possibilidade de acesso a este limitado trabalho para si no *roçado* e na *casa* é de importância central, do ponto de vista do *morador*, para que este trabalhe e more subordinado ao proprietário da terra nas condições constitutivas da *morada*. (cf. Palmeira, 1977; Sigaud, 1978 e 1979). Se do ponto de vista do *morador* tradicional o trabalho para si no seu *roçado* é como que sua "ocupação principal", os roçados eventualmente concedidos a operários trabalhando nas usinas açucareiras ou nas fábricas têxteis com disponibilidade de terra (cf. só em Pernambuco, Paulista, Moreno, Camaragibe), não passariam de "ocupações acessórias" diante das grandes jornadas de trabalho exigidas nas fábricas. No entanto, existe a estratégia por parte de alguns operários — tanto entre os operários do açúcar quanto entre os operários mais antigos das fábricas têxteis — de procurarem lugares menos estratégicos no processo produtivo da fábrica, sujeitos a remunerações inferiores, mas de condições ambientais mais favoráveis e exigindo menor intensidade do trabalho, para poderem dedicar-se mais às suas "ocupações acessórias" tais como o roçado ou atividade "de fundo de quintal" (cf. Leite Lopes, 1976, pg. 95, e 1979, pgs. 16 e 17).

Por outro lado, não é por acaso que a literatura histórica e sociológica brasileira sobre o caráter das relações de produção na agricultura brasileira, em grande parte associando-se a uma visão evolucionista da história, gire em torno da oposição entre o caráter feudal ou capitalista de tais relações de produção. (Para uma análise crítica desta literatura, cf. Palmeira, 1971).

atividades “autônomas” dos trabalhadores em seu “tempo livre”, que passa a dar um sentido suportável, para o trabalhador, às suas jornadas de trabalho fabris – assemelhando-se assim de forma pioneira ao que é preconizado por autores contemporâneos para a sociedade pós-industrial (cf. Gorz, 1980, e particularmente o cap. 3, onde o autor se refere especificamente às “hortas operárias” inglesas e alemãs nas págs. 54 e 55) – ao liberar para uma parcela dos trabalhadores uma área para o desenvolvimento limitado de uma certa autonomia circunscrita, engaja os operários na própria construção da legitimidade dessa forma de dominação. Além disso, a margem da liberalidade e autonomia concedida pela administração da fábrica para o exercício dessas atividades extra-fabris é ambígua, devido às suas contradições com as pressões e diretrizes disciplinares estritas dessa mesma administração – o trabalho no roçado “prejudicando” o rendimento e a disciplina do trabalho fabril (cf. Trempé, 1971, parte II, cap. 2) – o que reforça ainda mais, para os operários, o caráter “autônomo” dessas atividades. Existe aí um campo de ambigüidade entre a administração da fábrica por um lado e os operários por outro: ambigüidades e contradições inerentes a essa co-participação dos próprios dominados na construção da dominação. Por um lado, parcelas dos operários, procurando “otimizar” sua utilização do “tempo livre” podem com isso contrariar a disciplina e a produtividade exigidas pela fábrica; por outro lado, parte da administração fabril sabe como essas concessões extramonetárias constituem-se em importante elemento de legitimação da dominação fabril e extra-fabril sobre os trabalhadores. Mais ainda, dirigida preferencialmente aos “velhos” trabalhadores recém-chegados do campo, a concessão de roçados tem seus efeitos legitimadores reforçados ao assemelhar-se com a reconstituição parcial de uma forma de dominação tradicional e legítima na área rural, atenuando o caráter disruptivo da entrada de camponeses desenraizados no mundo da fábrica. Em Paulista, além da concessão de pedaços de terra para plantar, há a legitimação complementar dada pela ligação dos roçados com a feira.

A legitimação da dominação produzida pela concessão de terras para plantar roçado, cujos efeitos de personalização patronal já mostramos a respeito da ação saneadora da CTP e do Coronel Frederico nos roçados das *varegens*, reforça-se complementarmente, neste grupo operário, com a prática do controle de preços por parte da *companhia* na feira. Se para os agricultores das áreas mais distantes das fábricas, que vivem somente da prática agrícola, produzindo para a feira de Paulista, o controle de preços pode ser decepcionante comparado com o seu esforço no roçado, para o grupo social dos operários têxteis como um todo, e inclusive os “operários camponeses” dos “roçados operários”, a concessão de roçados e o controle de preços na feira completam-se positivamente. E mesmo aqueles agricultores não-operários, na medida em que enviam membros de suas famílias para trabalhar na fábrica, também participam desta visão positiva. Assim, a respeito do



controle de preços na feira aparece novamente a eficácia da teatralização da dominação, a qual já vimos em ação no ritual de agregação dos novos trabalhadores ao mundo da fábrica, assim como também na intervenção patronal favorecendo o trabalhador por ocasião das “aventuras de Severino” diante dos seus contramestres.

*“Quando (os agricultores-feirantes) estavam vendendo assim no meio da feira, ele aí saía, e perguntava:*

*– Quanto custa isso?*

*– Isso é tanto.*

*– Venda por tanto, viu?*

*Ele dizia que devia vender por tanto. De fato, eles (os agricultores-feirantes) não tinham, só tinham o trabalho de plantar, né? Mas transporte, tudo, ele trazia mais o dono. E vendia aquilo a preço barato. Ele dizia que pros operários dele tinha que vender barato.” (ex-tecelã)*

O sujeito oculto *ele*, que aparece no trecho da entrevista da ex-tecelã sublinha a eficácia da teatralização da dominação interiorizada: *ele* é o patrão em carne e osso, o Coronel Frederico. E aqui a teatralização é tanto mais marcante para os operários quanto ela simboliza uma prática efetiva da administração da vila operária pela *companhia*, a organização da própria feira e o controle de preços nela exercido, que correspondem a uma “economia moral” tradicional consistindo na fatura de gêneros alimentícios e na subordinação dos preços de mercado à garantia de uma dieta alimentar básica do trabalhador. A conjugação da feira com seus preços controlados, e os roçados, por parte da ação da *companhia*, como que atualiza, em um grupo operário industrial, uma reconstituição renovada da *fatura* do engenho ou da fazenda tradicional, perdidos mas idealizados. Essa “economia moral” (cf. Thompson, 1979) aceita e legítima um padrão de dominação centralizado que não somente limita-se a exercer-se dentro da fábrica em favor da disciplina e da exploração, mas também se impõe fora da produção imediata exercendo-se na instância da distribuição, favorecendo o consumo dos operários<sup>69</sup> (cf. não

---

<sup>69</sup> “A companhia botava uma locomotiva com um bocado de vagões para trazer feijão, farinha, cana, macaxeira, milho, tudo de lá vinha lotado, botava ali embaixo, onde as kombis ficam paradas hoje. (Trata-se de um enorme pátio, que fica ao lado da *casa-grande*). Ali parava o trem naquele oitão, a feira tomava aquele bairro todinho, ficava cheinho, tudinho. Vinha o povo que plantava em terra da companhia. Não pagavam nada, mas também traziam praqui. Aqui vendiam. E os preços eram controlados. Era muito bom pra nós. Eu vou dizer uma coisa ao senhor. Quando mãe, a minha mãe, ia pra feira, ela levava um carrinho de mão. Ela levava 20 mil réis pra feira, apois ela comprava, a feira era pra oito pessoas, ou era nove, e ainda comprava uma galinha pra gente almoçar no domingo, e ainda sobrava um trocadinho que ela me dava que era para eu ir pro cinema (ri). Me dava um tostão, dois tostões (ri). E lá ela comprava de tudo. Comprava carne de porco, carne de boi, feijão farinha, tanta coisa!”

(ex-motorista)



somente o “padrão de redistribuição”, genérico, de Polanyi, mas particularmente a “função de redistribuição” dos proprietários das *plantations* em Palmeira, 1971, cap. 4, pg. 135). Por outro lado, essa “economia moral”, pressupondo a fartura de gêneros alimentícios, envolve também a concessão de roçados, da horta, da criação. Tal “economia moral” baseia-se também na moral do “trabalho para todos”, da “fartura do trabalho”, e do trabalho que extravasa a esfera do trabalho diretamente produtor de mais-valia, o trabalho fabril, para exercer-se fora da fábrica visando o auto-abastecimento roçadocasa, ou via mini-comércio vicinal direto ou ainda visando o abastecimento via feira organizada pela *companhia*.

A concessão de roçados e a sua ligação com uma feira a preços administrados, essa característica do “sistema Paulista” que contribui, do ponto de vista dos trabalhadores, para legitimar a dominação a que estão subordinados, é um subproduto de uma orientação sistemática da *companhia* na direção da utilização autárquica de seus recursos. Tal é o caso da lenha para as caldeiras, da fabricação própria de materiais para a construção das casas e outras obras urbanas, da fabricação nas oficinas da *companhia* de teares durante o período de proibição à sua importação nos anos 30 e durante a 2ª Guerra Mundial. Essa orientação autárquica, descrita pelos trabalhadores<sup>70</sup>, é por eles vista como positiva, na medida em que está associada ao “tempo da abundância de trabalho e emprego”. A enumeração e descrição orgulhosa de suas inúmeras frentes de trabalho feita por um ex-banqueiro, que citamos no capítulo anterior, no contexto de uma discussão com um novo gerente implantando o pagamento por períodos mensais do salário (ao invés do tradicional pagamento semanal) nos anos pós-64, é uma ilustração significativa das repercussões sobre a oferta de trabalho para os operários propiciada por tal orientação autárquica. No que diz respeito ao aproveitamento econômico das concessões de roçados-operários e sua conjugação com a feira, o “sistema Paulista” teria partido das “forças marginais” da família ou do trabalho familiar (cf. Tepicht, 1973, pg 37 e 38): os roçados-operários, as hortas, a criação, são assegurados pelas margens de tempo disponível dos membros familiares que trabalham na fábrica (incluindo aí ou não o *chefe de família*), pelo trabalho a tempo parcial dos “velhos” (o *chefe da família* podendo estar aí incluído), das *donas-de-casa* e das crianças (cf. Alvim, 1985, cap. 4). Não somente a *companhia* concede terras para roçado e criação permitindo assim uma prática tradicional de sobrevivência – incorporada a um modo de vida de

---

<sup>70</sup> Assim descreve essa orientação autárquica da *companhia* um ex-motorista, que transportou muito material de caminhão tanto de Rio Tinto, na Paraíba, quanto de Porto Arthur, para as fábricas de Paulista:

“Essa companhia, de tudo ela tem para o uso dela. Ela só comprava fora: gasolina, óleo e poucas coisas, e o que não podia fabricar aqui. De resto ela fazia tudo. Isso depois foi se acabando devagarinho, devagarinho, até um dia que estava comprando tudo. Até tecido ela compra pra encher, pras lojas dela.”

toda uma gama de produtores diretos – como, aprendendo a tirar proveito econômico dessa concessão legitimadora para a sua dominação, ela a engancha à feira, generalizando para o conjunto de sua população operária o rebaixamento do custo da força de trabalho através de um abastecimento abundante e a baixos preços de gêneros alimentícios<sup>71</sup>. Ela potencializa, através dessa ligação com uma feira a preços administrados, essas “forças marginais” da família dos operários, reconstituindo ao mesmo tempo em grande escala um padrão de distribuição com pontos de contato na *fatura* dos *engenhos* e *fazendas* tradicionais com seus circuitos de um mini-comércio vicinal direto, e dando-se ao luxo, ao controlar a enorme feira da cidade, de dispensar a forma tradicional, porém ilegítima, do *barracão* (cf. Palmeira, 1971<sup>8</sup>).

Se o abate das matas para a lenha das caldeiras é uma utilização das propriedades de terra da *companhia* complementar à concessão de terras para plantar nessas mesmas propriedades e sua ligação com a feira, reduzindo simultaneamente o custo da energia fabril assim como o custo da energia humana, isto é o custo da força de trabalho; no entanto, a partir de um determinado momento a lenha e os roçados passam a ser contraditórios. A *companhia* aproveita-se da exigência que lhe é dirigida pelo Ministério da Agricultura, ainda no Estado Novo, de remediar ao desmatamento completo

---

<sup>71</sup> Além dos gêneros alimentícios, havia também a oferta de produtos artesanais na feira de Paulista, indicando assim a existência de atividades artesanais nas áreas rurais da *companhia*.

“(…) lembramos que às sextas-feiras algumas locomotivas da Cia., cada qual com vários vagões, procedentes de ‘Chã de Estevam’, ‘Regalado’, ‘Timbó’, ‘Engenho Novo’ e outras origens, traziam grande carregamento de alimentos para a feira livre do sábado, nesta cidade.

Vinha farta quantidade de feijão, farinha de mandioca, côco seco, laranja, cana, banana, carne de vários tipos, macaxeira, inhame, rapadura, ovos, milho, aves, abacaxi, batata doce, queijo, linguiça, verduras, frutas diversas e tantos outros alimentos, inclusive alguns objetos de uso doméstico como sejam: peneira, esteira, rede, jarra, fogão e panelas de barro, quartinha, etc.”

(Santos Filho, 1974, pg. 83)

Essa *fatura* autárquica, materializada na feira, é uma *fatura* adequada ao consumo essencial desse grupo social de operários, consumo limitado pelos baixos salários recebidos. A relativização desta *fatura* da feira pode ser ilustrada pelo consumo planejado de bens e serviços pessoais imprescindíveis à aparência pessoal socialmente aceita da época como o são o corte regular dos cabelos, e o calçado, tão socialmente estigmatizado do cotidiano de trabalho dos operários, o tamanco, como o fazia este ex-operário:

“Comecei na fábrica Aurora, empurrando carro na seção de acabamento, ganhando 33 mil réis por semana. Quando cortava o cabelo não comprava o tamanco, quando comprava o tamanco, não cortava o cabelo. Não tinha um trabalhador com um sapato. Era 22 bancos para vender tamanco na feira”.

(um dos ex-presidentes do Sindicato de Trabalhadores Têxteis)

de suas terras, para plantar em larga escala, e por cima das terras de roçado, matas de eucalipto. O relatório anual da CTP aos acionistas de 1944 menciona o início desse plantio, que nos anos 50 e 60 será utilizado para bloquear aos trabalhadores o acesso à terra para roçados. A orientação autárquica deixa de manter seu raio de abrangência e sua preocupação com a redução do custo da reprodução da força de trabalho e com a promoção das "forças marginais" do trabalho familiar, para fixar-se predominantemente no combustível para as caldeiras, perdendo seu caráter "sistêmico". Mas aí nós já estaríamos no início da desagregação do "sistema Paulista": a perda das condições de total *controle* da feira, do poder local, e da associatividade dos seus operários, fazem a *companhia* desinteressar-se na ligação roçados-feira, que ela promovia. A ocupação de suas terras com roçados-operários passa a ser vista com desconfiança e hostilidade. Em 1965, a CTP manifesta interesse na cessão de terras para roçado, mas sob novas bases, próprias ao processo de desagregação de sua forma de dominação, de suas características autárquicas<sup>72</sup>. E em algumas áreas, ainda, certos velhos operários continuam teimosamente mantendo seus pequenos roçados, próximos a suas casas. No entanto, o tempo da *fartura* e dos *roçados* terminou:

*"O pessoal plantava ali, não pagava nada. Agora, tem de ir lá, a pessoa planta, vem o homem e mede aquele terreno pra pessoa plantar. E a pessoa paga. De primeiro não, não tinha isso, não. Por isso que o Coronel Frederico era muito bom."*

(*ex-tecelã*)

---

<sup>72</sup> No relatório da CTP aos acionistas de 1965, não fica claro e explícito através de que forma se dá a cessão de terras para o plantio de bens alimentares pela CTP – se através da venda, se através de arrendamento como afirmam vários relatos de trabalhadores, se através de indenização ou acordo trabalhista, ou se através dessas modalidades simultaneamente:

"Dispensamos, como de costume, aos nossos operários toda assistência indispensável ao seu bem estar, sem olvidar medidas outras de caráter social, consubstanciadas na oferta de lotes de terrenos urbanos a preços módicos para construção de casa própria e glebas diversas para o cultivo de gêneros de subsistência na zona rural e também áreas adequadas para implantação de novas indústrias, que formarão em futuro próximo um núcleo industrial nesse município"

## Capítulo 4

### A “Acumulação Primitiva” da Vila Operária: a Imobilização da Força de Trabalho Através da Moradia Por Sobre os Escombros dos Mocambos

O trabalhador aliciado no *interior* pelos *agentes* da *companhia* que veio incorporado à sua *família numerosa*, que fez a viagem na *sopa*, que passou pelo *depósito* e depois pelo ritual de introdução ao mundo da fábrica através da presença do patrão em carne e osso, é finalmente alocado a um trabalho útil específico na fábrica ou na *gerência externa*, assim como se vê designado, junto com sua família, a ocupar uma casa da vila operária. O trabalhador modelar do “sistema Paulista” encontra assim, já pronta e em crescimento, uma vila operária à espera de sua família e de seus semelhantes, procedentes de diversas partes do Nordeste.

O acesso a uma casa da *companhia*, onde o trabalhador recém-recrutado pela fábrica pode morar com sua família, é um dos fatores determinantes na decisão do *chefe de família* de mudar-se para Paulista, seja aceitando as ofertas dos *agentes* aliciadores, seja vindo por conta própria, seja fazendo preceder a vinda da família de uma viagem individual exploratória onde acerta com os *agentes* a mudança de sua família. A casa é assim, conjugada à oferta de trabalho para os membros da família de ambos os sexos e para um amplo espectro de classes de idade, o suporte da aceitação de um processo de proletarianização que tem a seu favor a possibilidade de preservação da unidade familiar (cf. Alvim, 1985, cap. 1).

O que significa a casa da vila operária como elemento de interiorização pelo próprio grupo dominado da dominação a que está submetido? Ao contrário do discurso dos trabalhadores sobre os roçados-operários e a feira ou sobre o “trabalho para todos do tempo dos coronéis”, que ressalta essas características do “sistema Paulista” como legitimadoras do exercício da forma de dominação, e que surgem de maneira espontânea e enfática, não aparece um discurso sobre a concessão da casa como um aspecto importante

dessa legitimação, a não ser sobre as concessões anexas à casa e sobre o aspecto exterior dos arruados da vila operária. Com efeito, como a obtenção da propriedade da casa advinda da inclusão do seu valor no montante da indenização devida pela *companhia* ao operário estabilizado colocou-se como possibilidade concreta para esse grupo operário após 1965, fazendo com que em 1976 e 1977 (período do nosso trabalho de campo) a metade da vila operária fosse de propriedade dos próprios moradores operários, falta em relação à casa os elementos de "idealização do passado" presentes, ao contrário, no que diz respeito à oferta de emprego, à concessão de roçados e à "economia moral" dos preços controlados na feira. O discurso sobre a vila operária refere-se, portanto, não ao acesso à casa, que hoje é um fato real ou uma possibilidade para esse grupo social, mas às concessões anexas à casa, garantias materiais necessárias ao ato de morar, assim como à conservação e manutenção da vila operária pela fábrica. Nestes aspectos há um contraste significativo a operar com o presente: a ausência de conservação da *companhia* nas casas que ainda são de sua propriedade, habitadas por seus próprios operários, assim como a passagem para a administração pública de serviços antes assegurados pela fábrica como a água e a luz. Se a ausência de conservação pela *companhia* da parte da vila operária de sua propriedade é lamentada pelo operários, tal não é o caso no que diz respeito à passagem para a administração pública de certos serviços urbanos. O que parece haver neste caso é a evocação de um passado que trazia interligadas a oferta de trabalho para todos e uma disciplina na vila operária que se manifesta visualmente na conservação uniforme das casas, na preocupação em assegurar a higienização dos quintais onde se dá a criação de galinhas, no fornecimento de água às ruas através de chafarizes, em suma um controle bastante abrangente da vida social que tinha como contrapartida o fornecimento e a garantia de certas condições materiais de existência por parte da *companhia*.

*"As casas, ele mandava limpar, de 6 em 6 meses mandava cair. De branco, mas mandava. Era tudo limpinho. Tudo era barro, não tinha cimento não (refere-se ao chão das casas). Mas ele mandava. Fazer tudo. Os quintais era tudo limpo, ele mandava botar cal nos quintais." (ex-banqueiro).*

*"Não dava doença em galinha, nem porco, esses negócios de febre. Eles botavam um troço nos quintais molhados, aí eles botavam cal misturado com umas coisas e não dava doença em galinha. Nem no verão, nem no inverno, terminava verde e não dava doença." (ex-fianadeira)*

*"A C-30 é uma espécie de oficina, pra ajustagem de motor. Ajustagem de motor porque tinha muito motor a vapor, né. As caldeiras. Que a gente aqui, não tinha água nas casas, mas nas ruas não faltava. E essa água da rua era empurrada a vapor, né. Aí cada uma dessas tinha um e dois chafariz. Essa aqui tinha um ali; tinha outro ali, toda rua tinha chafariz pra gente tirar água à vontade. Água boa, gostosa! Não era*

*tratada, não, mas era gostosa! Era água da levada. Essa água ia lá pr'um tanque na fábrica e de lá o motor puxava, empurrava. Então a C-30 era pra consertar esse motor, né. Era ajustagem." (ex-banqueiro, chegou em 1936 a Paulista)*

O aspecto uniforme, marcialmente branco das casas dos arruados que já aparece em foto de vista parcial da vila operária de Paulista, publicada no censo de 1920 (Recenseamento do Brazil, realizado em 1º de setembro de 1920, vol. V, parte I, "Indústria", Rio, 1927, foto entre as páginas 186 e 187), contrasta com a policromia das casas enfileiradas dos dias de hoje. Essa alva onipresença da *companhia* no aspecto exterior mais visível das casas da vila operária como que ilustra, pela disposição espacial e pela uniformização, a inspiração militar e penitenciária das *disciplinas* sugeridas por Foucault (1975, parte III) e coroporificada nas vilas operárias de fábricas e das cidades mineiras. Essa ilustração da "microfísica do poder" em seus aspectos mais visíveis associa-se, no entanto, no contexto do discurso dos trabalhadores, a outra inspiração das *disciplinas*, a dimensão sanitária, mas os aspectos dessa dimensão são aqui escolhidos e reinterpretados pelos trabalhadores, salientando os detalhes da preocupação sanitária que reconhecem um certo modo de vida dos operários, como o detalhe da higienização dos quintais para maior proliferação da criação de galinhas. Assim também, por detrás da uniformização das casas está o fato de sua caiação semestral, que contrasta com períodos posteriores e com a atualidade das casas da *companhia*, deixadas sem conservação e manutenção. Essa marca semestral de uma conservação das casas associa-se a essa responsabilidade urbanística que tem a *companhia* sobre a sua cidade, materializando-se, por exemplo, na distribuição da água da *levada* para os chafarizes das diversas ruas da vila operária.

Por outro lado, se a *companhia* assegurava o suprimento de água às ruas e a conservação das casas da vila operária, sinais de uma forma de dominação que controla diretamente as condições materiais de reprodução de sua força de trabalho, determinadas situações peculiares, como durante o período da 2ª Guerra Mundial, levam tal controle sobre a esfera da reprodução do trabalho a suas características mais exageradas, a penetrar sobre a distribuição alimentar direta aos trabalhadores. Mais que a própria caiação semestral das casas uniformemente brancas, a distribuição de *carne de sol* em pleno racionamento de guerra, simboliza a garantia de um padrão de condições materiais de existência por parte da *companhia*, sustentando uma base material para a interiorização pelos trabalhadores dessa forma de dominação que centra-se sobre o controle da vila operária, e em torno dela, através de concessões acessórias à moradia, aperfeiçoa a legitimação de sua dominação<sup>73</sup>. Neste caso, a garantia do abastecimento da carne de sol e do quero-

<sup>73</sup> "Muito tempo que vai fazer, no tempo da guerra, muito tempo atrás, ele não deixava muito o pessoal sofrer. Por uma parte ele era bom. Ele mandava buscar carne de sol, carne do sertão. E conforme o número de operários que tinha a casa,



sene, durante o racionamento, confirma a organização e o controle dos preços na feira por parte da *companhia*, indo de encontro à “economia moral” dos trabalhadores, legitimando uma forma de dominação que assegura um padrão de vida estável e na qual bens alimentares e essenciais permanecem acessíveis independentemente dos preços de mercado ou de racionamentos gerais.

Neste padrão de vida, pobre, porém estável, do trabalhador, ocupa um lugar importante, um determinado padrão de morte, a possibilidade de um enterro socialmente digno. À função tradicional do senhor de engenho, ou do dono de fazenda, de prover ao enterro dos seus moradores, são imprimidos matizes peculiares, menos generosos, ao enterro em contexto industrial: a fábrica adianta as despesas e providências concretas do enterro mas desconta depois no salário. No entanto, apesar desta operação administrativa que vai terminar nos descontos do contra cheque, os trabalhadores – assim como no caso da operação administrativa da busca da carne de sol e querosene e sua posterior distribuição conforme o número de operários por casa – personalizam essas iniciativas da *companhia* na figura patronal, somando mais outros tantos episódios ao contexto da “teatralização da dominação” talentosamente exercida pelo Coronel Frederico e tão bem recebida pelos operários.

*“Porque ele era bom. Ele não era mau não. Ele ajudava porque era, enterro, a gente pagava mas ele fazia o enterro. Morreu meu pai, minha mãe, uma irmã e um irmão, antes de completar 6 meses. Meu pai morreu a 14 de novembro, minha mãe no dia 25 de janeiro, uma irmã em fevereiro, Joana, e José em maio. (...) E eu tive esse enterro todo por conta da companhia. Morreu meu pai: o enterro tá pronto! Morreu minha mãe: o enterro tá pronto! Agora, aquilo eu ia pagando aos poucos.” (ex-banqueiro)*

O atendimento localizado à aflição imediata da família enlutada, causada pela morte ou por mortes sucessivas e pela responsabilidade com as providências associadas às condições da morte – enterro, luto, etc. – atenua a percepção generalizada das condições de vida que propicia essa freqüência na incidência da morte: a tuberculose e outras epidemias encontram campo propício ao seu desenvolvimento diante da insuficiência alimentar e do esforço continuado das longas jornadas de trabalho dos operários de Paulista.

A essa versão industrial modificada da função tradicional do *senhor de engenho* de prover ao enterro do *morador*, acrescentam-se vantagens associadas à indústria específica, como o tingimento das roupas para o luto, gratuito.

---

recebia sempre 1 quilo, 2, 3, conforme o operário (o número de operários). O operário tinha direito a um quilo (semanal). (...) Cheguei aqui em 36, a guerra começou em 39. Faltava querosene, naquele tempo era gás, na lâmpada. Faltava querosene, ele mandava buscar, trazer óleo, tudo isso ele fazia jeito do operário não sofrer. A carestia não era tanto, havia mas não era tanto... tão caro. A gente ganhava pouco mas as coisas não eram tão caras.” (ex-banqueiro)



*"Porque quando morria uma pessoa da família, o pessoal tingia a roupa todinha pra essa família botar luto. A pessoa dava a roupa pra Aurora (a fábrica Aurora) e tingia lá, porque lá tinha a tinturaria. Tingia a roupa preta. As roupas que a pessoa quisesse. E não pagava nada. Morreu minha mãe, meu pai, eu quero botar luto, aí botava a roupa todinha, leva pra lá pra botar a tinta. Aí ficava o pessoal todo de preto. E era uma tinta tão segura que não largava mais. Não desbotava não. Tinha uma catinga quando passava a ferro." (ex-façandeira)*

Essa utilização autárquica de seções determinadas das fábricas para usufruto dos operários, que acontecia não somente para o tingimento das roupas para o luto, mas também para a feitura de fantasias de clubes carnavalescos ou uniformes esportivos dos times de futebol, apoiados pela *companhia*, produz efeitos atenuadores sobre a visão dos operários sobre a exploração da força de trabalho cristalizada numa produção de tecidos que se afasta dos seus produtores diretos, vestidos com as dificuldades advindas de seus baixos salários. A força simbólica do auxílio ao luto familiar atenua os outros momentos de uma vida de trabalhador de poucas roupas.

Se os trabalhadores escolhem e reinterpretam os aspectos mais legitimados do controle direto da *companhia* sobre o conjunto das condições materiais de sua vida social extra-fábrica – como é o caso da caiação semestral das casas, da distribuição de água aos chafarizes, do abastecimento de carne de sol e querosene em pleno racionamento de guerra, do auxílio funeral e do tingimento gratuito das roupas para o luto –, eles também enfatizam aspectos do controle indireto da CTP sobre tais condições materiais, naquela área ambígua e por vezes contraditória entre o trabalhador e a administração fabril onde uma certa autonomia ou uma certa iniciativa é exercida pelo trabalhador. Já nos deparamos antes com a existência dessa área ambígua, tanto no interior da produção fabril, no que diz respeito ao que denominamos, no capítulo 2, de "cultura fabril" dos operários, quanto fora da fábrica, nos *roçados-operários* concedidos pela fábrica e conservados pelos trabalhadores com tanta resistência diante do assédio subsequente da *companhia* para retomar aqueles pequenos pedaços de terra (cf. o capítulo 3 acima; e a parte 4 mais adiante). Com efeito, os roçados operários fazem parte deste contexto de um controle indireto sobre as condições materiais da vida social dos operários pela *companhia*, como uma concessão acessória à moradia na vila operária. O discurso sobre os *roçados das vargens* e a contribuição indireta à sua existência feita pela CTP ao sanear terras alagadiças assemelha-se, por exemplo, à preocupação patronal com os quintais e os terreiros das casas dos operários para o maior florescimento da criação de galinhas.

Já vimos como o trabalho do operário no seu roçado concedido é um elemento de legitimação da dominação a que está submetido, mas ao mesmo tempo a dedicação ao roçado em detrimento da intensidade do trabalho

exigido dentro da fábrica, faz com que o roçado-operário possa ser um elemento de conflito e contradição com a administração da fábrica. (Para uma análise do conflito entre as atividades camponesas e as atividades industriais de "operários-camponeses", cf. Seyferth, 1984, assim como cf. Treppe, 1971, tomo 1, cap. "Du paysan-mineur à l'ouvrier mineur", ambos casos na situação, diversa de Paulista, em que os operários são proprietários das terras agrícolas em que trabalham.) De qualquer forma, essa área ambígua permitindo a iniciativa e a autonomia circunscrita, simultaneamente legitimadora da dominação e fonte de conflitos com a administração da fábrica, tem por campos de aplicação privilegiados dentre as concessões acessórias à moradia não somente o roçado operário e o usufruto produtivo de recursos disponíveis nas terras da *companhia*, tais como a coleta de frutos, a caça e a pesca, mas também a coleta de lenha para o abastecimento dos fogões domésticos. Com efeito, a obtenção de lenha, essa modalidade de uma atividade universal designativa da unidade doméstica – que a língua francesa consagra, no seu corrente, através do duplo sentido da palavra *foyer* (lar e lareira ou fogo), e a portuguesa admite, ao atribuir também o significado de lar à palavra *fogo*, assim como ambas as línguas utilizam-se da categoria censitária *feux* ou *fogos* (cf. verbetes *foyer* e *feu* do Petit Larousse e *fogo* do Dicionário Aurélio) – era obtida de duas formas principais no período do "sistema Paulista". Por um lado, através do fornecimento direto pela *companhia* do estoque de lenha para as caldeiras, mediante a contribuição a um montepio da CTP. Tal fornecimento só é mencionado por um operário, o que nos parece indicar uma prática pouco utilizada pelos trabalhadores, ou com um período de vigência limitado<sup>74</sup>. Por outro lado, através da coleta pelos operários, seja nas terras da *companhia*, seja dentro da fábrica, aproveitando-se de sobras de lenha das caldeiras ou de sobras da serraria<sup>75</sup>. Essa coleta de lenha no território da fábrica defronta-se, portanto, com o

---

<sup>74</sup> "A gente aqui levava lenha das caldeiras. Mas pagava o tal de montepio para levar a lenha. Pro montepio a gente pagava 3 tostões por semana. A gente levava lenha, tinha remédio, tudo pelo montepio" (ex-banqueiro Severino)

<sup>75</sup> "Aqui tinha um cara que era vigia da lenha. Chamava Manuel Gasolina. Era metido a enxeridão. Então qualquer pessoa que ele visse tirando lenha dali, batia mesmo. Pintava o sete. Mas ele, com a gente, ele nunca fez isso. Ele tinha uma irmã mais nova que ele gostava muito dela, e ela era colega nossa. Ele mandava a gente tirar não lenha mesmo, mas capacho. Mandava. Dizia: 'Pode tirar capacho'. Quando a máquina, que levava a lenha, deixava muito capacho em cima, então o povo levava. Quando acontecia também de algum trabalhador dali da máquina (locomotiva) paquerava alguma mocinha, então ele facilitava muita coisa, né. Tinha também um pó de serra que vinha da serraria, né. A serraria da (fábrica) Aurora. Que juntava aquele pó de serra e então o povo queimava. Faz assim: uma lata, dessas latas de manteiga, faz um buraco embaixo, bota um pau naquele buraco e bota outro assim. Ali bota o pó de serra e soca. Soca bem socado. Dá pra cozinhar o feijão todinho. O povo tudo inventava pra melhorar, né. Pra gastar menos. Era com a lenha, com o pó de serra." (ex-fiandeira)

campo ambíguo das proibições administrativas e das permissões marginais da hierarquia inferior de vigias ou operários segundo relações sociais construídas de reciprocidade e troca de favores. Tal campo ambíguo exercita a criatividade dos trabalhadores na apropriação de recursos marginais imprescindíveis à manutenção da unidade doméstica. Por detrás desta apropriação criativa está a permissividade da *companhia* ou a capacidade dos operários de burlar a rigidez de suas normas, ambas contribuindo para uma idealização dessa forma de dominação do passado, que tinha lugar para práticas de sobrevivência que iam de encontro à tradição daquele grupo social e de seus grupos sociais de origem. Tanto os relatos sobre o acesso aos resíduos de lenha ou ao pó de serra no interior da fábrica, quanto os relatos de coleta de lenha nas matas ressaltam o papel ativo das mulheres nesta prática apropriativa<sup>76</sup>.

Ao contrário da concessão de terras para plantar, que pressupõe o trabalho agrícola, isto é, o esforço adicional ao trabalho fabril das famílias nesses roçados-operários, a lenha é como que uma dádiva da *companhia* aos operários. Esta versão da prática da coleta de lenha compõe os relatos de idealização de um passado das relações sociais entre os operários e a administração da fábrica, em que os "recursos naturais" autárquicos da *companhia* podiam ser marginalmente apropriados pelos trabalhadores, passando a compor parte de suas garantias de existência<sup>77</sup>. Duarte (1984), chama a atenção para a importância dessa apropriação de "recursos naturais" associados a fábricas têxteis na constituição da própria identidade social desses

---

<sup>76</sup> "(...) Eu largava de meio dia, chegava em casa, almoçava, com um sono medonho que caía. E depois ia buscar lenha. A gente ainda cozinhava com lenha. Nesses tempos não havia muito essa história de gás, de bujão. Então eu ia buscar lenha, chamávamos cavaco, sabe, uma matas aí debaixo dos eucaliptos. Eu com sono, chegava lá, e era toco, né, tirava toco de machado, às vezes ainda cavava. Lá por aqueles matos de Maranguape. Ia um bocado de mulher. Todo mundo, olhe, aquelas mulheres em casa, as filhas trabalhavam e as mulheres, as mães das moças, tudinho, que muita moça não botava lenha, né. Agora eu mesmo botava mais madrinha Luzia. Eu ia pra lenha mais ela. Quando chegava lá, eu tirava, a gente trazia na bacia, não sabe, o toco. Levava a bacia, enchia a bacia, depois a gente tudinho deitava lá dentro do mato mesmo. Dormia um sono de morrer mesmo. Depois, quando o pessoal, que a gente ia tudo junto né, terminava, aí vinha. Quando eu chegava em casa, botava aquela bacia, tomava banho, e ia pra escola, não sabe." (ex-fiandeira)

<sup>77</sup> A lenha faz parte das condições materiais de existência das unidades domésticas desse período, e a luta por sua obtenção, cujas descrições detalhadas (como nas duas notas de rodapé anteriores) contradizem essa versão da lenha como simples dádiva da *companhia* aos operários, é uma atividade cotidiana das famílias dos operários. Só para aqueles que a *companhia* em determinadas circunstâncias quer agradar, como seus próprios escalões hierárquicos de chefia, ou como funcionários ou autoridades do governo, é que a lenha entra dada, coletada, cortada e preparada. Tal é o caso do interventor do sindicato dos trabalhadores têxteis de Paulista, sr. Haroldo Furtado, que recebe da CTP casa com água, luz, lenha fornecida, e "serviçais para caçar", na Praia da Conceição, no município de Paulista, segundo notícia da *Folha do Povo* de 11/6/1949.

grupos de trabalhadores. Essa prática apropriativa, seu efeito de legitimação das relações sociais de dominação entre os operários, e a sua utilização consciente pela administração da fábrica desde os anos 20 são ilustrados pelo relato desse velho ex-operário da seção de preparação do algodão, o sr. João Lins:

*"Eu entrei (em 1923) como aprendiz na seção de banco, ganhando mil réis por dia, seis mil réis por semana. O pagamento era por semana. Naquela época, as coisas eram baratas e aqui tinha muita liberdade, tanto na fábrica, como facilidade de alguma coisa, né? De fruta, pescaria, no rio, na maré, quando a maré estava baixa. E a pessoa procurava completar, se defendendo por fora com alguma coisa. E a companhia também tratava de apresentar essas coisas, quando vinha alguma coisa para aumentar o salário, ela apresentava que o operário ali tinha muitos benefícios, tinha lenha no mato, uma coisa e outra, buscava fruta no mato".*

É interessante notar a partir desse relato do velho operário João Lins, a diferença que podemos observar entre as justificativas da *companhia* de suas boas ações diante de seus operários, e as justificativas que ela faz de suas obras de "beneficência" junto a seus acionistas. Enquanto nos relatórios anuais da CTP aos acionistas são recorrentemente enfatizadas a construção das casas da vila operária, a assistência médica, as escolas, a construção da igreja e o amparo a clubes esportivos, no confronto não escrito nem publicado da *companhia* com seus operários os destaques do que está em jogo entre as duas partes recaem sobre essas concessões autárquicas aos trabalhadores, esse espaço ambíguo de permissão da apropriação autorizada de "recursos naturais" de propriedade da fábrica. Se para os acionistas e para a direção da CTP as obras sociais importantes são as "casas de pedra e cal", "confortáveis e higiênicas", as escolas, as obras religiosas, para os operários o importante é a permissão para a apropriação de "recursos autárquicos", "marginais" diante da magnitude dos recursos da *companhia*, mas essenciais para a operação de sua vida cotidiana. Tão essenciais que constituem uma noção de *liberdade*, nas palavras do ex-operário de 1923 (cf. citação de entrevista anterior), que se estende da "cultura fabril" dos trabalhadores dentro da fábrica, sustentada pela abundância de trabalho e de emprego<sup>78</sup>, até as

---

<sup>78</sup> Veja-se o que este mesmo ex-operário diz do tempo da abundância de emprego: "Quando eu entrei aqui não havia dificuldade nenhuma em se arrumar emprego. A dificuldade era se a pessoa quisesse ir pra um lugar e se não tivesse vaga naquele lugar, a pessoa ficava esperando a vaga. Mas quando era lugar que tinha vaga, não havia dificuldade nenhuma. Não tinha negócio de documento nem nada. Era assim. Era decidir aonde a gente ia trabalhar: 'Vá dar o nome ao apontador'. Aí o apontador tomava o nome e pronto, e dava uma chapa pra apontar o dia, não tinha documento, não tinha nada. Também para sair era a mesma coisa (risos). Era com a mesma facilidade. Agora tinha uma facilidade naquele tempo. Que quando o camarada saía, sem ser por encrenca, se a

atividades extra-fabris da coleta de lenha, de frutos e da pesca. Esse é aliás um ponto em que esta citação difere das demais citações de entrevista utilizadas neste capítulo.

Com efeito, o relato do ex-operário da seção de preparação tem pontos comuns com as citações de entrevistas de outros ex-operários, particularmente a valorização dessa apropriação de "recursos naturais" de propriedade da *companhia*. No entanto, como trecho recortado para citação de uma entrevista mais ampla, podemos perceber que o sentido dado pelo ex-operário João Lins à frase: "(...) aqui tinha muita liberdade, tanto na fábrica como facilidade de alguma coisa", possui um significado e um contexto que as outras citações de entrevistas não têm. A diferença é que todas as outras citações de entrevistas aqui utilizadas são de operários que, chegando em Paulista ou entrando na vida ativa a partir de meados da década de 30, encontram, como salientamos no primeiro parágrafo desse capítulo, "já pronta e em crescimento, uma vila operária à espera de sua família e de seus semelhantes". Esses operários não puderam viver e, portanto, incorporar, o período anterior de constituição da vila operária de "pedra e cal", dos arruados de casas, construídos sobre os escombros dos mocambos, das casas de palha não conjugadas entre si. Eles podem ouvir as versões dos mais antigos, compreender as razões de suas relutâncias e de sua resistência, incorporando tais versões aos mitos de Paulista. No entanto, não as incorporam como parte de sua trajetória de vida específica e portanto a relativização da própria incorporação da forma de dominação legítima do "sistema Paulista" carece, nesses operários, de força e de ênfase. Os ex-operários que viveram o período anterior, de um processo que poderíamos denominar de uma "acumulação primitiva da vila operária", nos fornecem pistas para o entendimento deste processo, que culmina com o sucesso e o auge da vila operária de "pedra e cal" e com um subproduto não material e tangível, mas não menos fundamental para o "sistema Paulista", a saber, a própria incorporação da legitimidade da dominação e do funcionamento da vila operária por parte dos novos operários recrutados pela fábrica durante a sua expansão a partir de

---

*companhia* não tivesse maldade nenhuma contra ele, ele podia sair de um serviço e se colocava em outro. Mas quando saía porque a *companhia* não queria ele, que tava raspado mesmo, não achava outro lugar em canto nenhum. Pra onde fosse, era: 'na *companhia* não trabalha mais!'. De forma que havia muita facilidade pra gente trabalhar aqui. Saía da Fábrica Velha, entrava na Aurora. Saía de uma seção de preparação ia pra carpintaria. Em qualquer lugar a gente trabalhava. Eu trabalhei na seção de preparação. Não saí de lá. (Esse operário é uma exceção à regra que está descrevendo: por ser arrimo de família nunca pode arriscar-se a mudar de seção e passar eventualmente algum período desempregado). Trabalhei nos bancos e depois no trabalho de correieria, sempre na mesma seção (de preparação do algodão ou pré-fiação). Mas tem operários aqui que bateram as seções todinhas, Fábrica Velha, Fábrica Nova, Fábrica Aurora, rodaram tudo e têm conhecimento de todo o movimento de Paulista."

meados dos anos 30. É esse auge, esse resultado, que transparece dos vários relatos dos trabalhadores modelares do "sistema Paulista".

No entanto, algumas pistas sobre esse processo de "acumulação primitiva da vila operária" são indicadas mesmo nos relatos de "trabalhadores modelares", que incorporaram a forma de dominação característica do "sistema Paulista", particularmente aqueles trabalhadores que, embora participem da visão hegemônica representada pela vivência particular da fábrica e da vila operária dos trabalhadores aliciados pela *companhia*, são naturais da localidade ou aí passaram sua infância. Com base nestes relatos podemos estabelecer, no capítulo anterior, a diferença entre a possibilidade do acesso a um roçado ou a um terreiro para criação, anexos à própria casa, que pressupõem a casa de palha não conjugada, e a recriação, pela *companhia*, do acesso ao roçado separado da casa, os "roçados das vargens", ou em áreas mais distantes, como compensação pela destruição dos *mocambos* e pela imposição da vila operária de "pedra e cal". Tal recriação procura atenuar a diferença de concepções de casa que têm, por um lado os trabalhadores, por outro lado os patrões, legitimando a concepção patronal, mas, por outro lado, reconhecendo o roçado como uma necessidade de subsistência culturalmente incorporada ao modo de vida dos trabalhadores. Não é à toa que os "trabalhadores modelares" do "sistema Paulista" ressaltam como aspectos da legitimação da dominação, não o fato da concessão de casas para morar, ou o fato da vila operária, mas apenas os aspectos mais exteriores dos arruados da vila operária como a caiação semestral das casas, ou as concessões acessórias à moradia. A própria concepção de casa de vila operária não merece um destaque no discurso dos trabalhadores: esse vazio corresponde inversamente a um discurso positivo nos trabalhadores mais antigos sobre as vantagens dos *mocambos*, seja os *livres* seja os alugados à *companhia*, ambos posteriormente destruídos.

*"Meu pai veio pra uma casa comprada. Quando ele veio morar aqui ele comprou uma casinha no Nobre. Quer dizer, era mocambo, casa coberta de capim. Lá na Rua da Linha. Comprou por 250 mil réis. 250 mil réis na época era um bom dinheiro. Ele morou pouco tempo na casa. A companhia mandou construir casas perto. Quer dizer, derrubar os mocambos para, no mesmo lugar, construir. Então deu 50 mil réis pela casa que a gente tinha comprado por 250! Então ele ficou com 50, e tinha dado 250. Tinha que vender, tinha que desocupar. E eu emperrei um pouquinho, mas ela foi construindo, construindo, e quando chegou perto, avançando o alicerce, quando tinha a casa já pertinho: 'Você tem que sair, coisa e tal'. Aí eu pensei. Eu posso é fazer isso, construir uma casa nesse canto. Mas não sei onde é que a companhia vai construir as casas todas. Eu peço um lugarzinho aqui, ela dá, e quando é depois, vai pedir e botar pra fora, pra construir nesse lugar. Que ela construía por qualquer lugar, né. Eu vou é morar logo numa casa da companhia. Porque fico livre disso. Então saímos do mocambo livre, e fomos morar numa casa da companhia, de mocambo também, né. Mas quando veio gente do interior, sai da casa pra morar aqui (no*



bairro em que atualmente mora, o bairro do Catolé) pra vir gente que se chamou do interior. Pra morar na casa. Enquanto acaba de construir outra casa. Que ela construiu pra botar gente de fora, né. Aí ela me deu outra casa aqui no Catolé, de 25 (1925) em diante. Passei dois anos por lá assim e desde 25 que eu moro no Catolé. Mocambo também, era ali em cima, não tem mais nada também. Aí quando construíram essa casa aqui, passei ainda muito tempo lá no mocambo. Mas depois que construíram essas casas de telha, então acharam de condenar os mocambos. Não consertar mais mocambo nem cobrir, nem nada, né. Ia pedir pra cobrir: 'Não, não se cobre, está condenado'. Bom, e eu pagando aluguel. Nesse caso, ora, também passei né, passei a morar na Rua São Bento, passei um mês lá, depois voltei pra cá. Estou aqui desde então. (...) Quando eu cheguei aqui, tinha mais era mocambo. Tinha casa de telha, mas lá no centro. Aquelas casas ali da rua Nova, rua do Sol, Comércio (ruas de Paulista com nomes idênticos a ruas do Recife). Aquelas ruas de lá. Mas essas ruas aqui de fora, aquelas ruas lá no Nobre (bairro) não tinha nada disso. Só era mocambo. Nas casas de telha moravam os empregados, os chefes, e tinha alguns operários, mas as casas eram poucas, né. E havia também, a princípio, muita facilidade de mocambo particular, depois foi que a companhia entendeu de querer todas as casas alugadas, né. Quem morasse aqui, tinha que pagar aluguel pra companhia. Agora, tem aí, por aí, gente que ainda tem mocambo próprio. (Risos). Que inteirou, ainda está num mocambozinho. Muitas pessoas por aí que ainda estão dentro de um mocambozinho, consertando, ajeitando, seguravam. E alguns também que ficaram, mesmo depois que a companhia comprou e não quis mais consertar, mas as pessoas vão sempre consertando, sabe, morando e ajeitando, e ajeitando, e sem sair. Sendo da companhia, pagando aluguel, mas seguram. Quer dizer que tem algum benefíciozinho, lugarzinho mais fácil pra plantar, pra criar um bicho, uma coisa pra criar, pra buscar um pau de lenha, uma coisa, e por isso não querem sair do lugar que estão e ter mais despesas, né."

Esse depoimento do velho operário João Lins, que inicia sua vida fabril em 1923, confirma a diferença de concepção de casa entre os operários e a administração tendo como ponto importante a ligação casa-roçados-criação viabilizada pelo *mocambo*, e que a vila operária de "pedra e cal" e "telha" vem bruscamente interromper, como vimos no capítulo anterior. Além disto, o depoimento do sr. João Lins nos traz uma visão geral, sustentada em sua história de vida, do processo de imposição e construção da vila operária, com suas características de "acumulação primitiva" e com a dimensão da relutância e da resistência dos trabalhadores, que contrasta com as visões parciais tanto dos "trabalhadores modelares" do "sistema Paulista" já acabado, quanto das fontes patronais. As informações e representações embutidas em tais visões parciais podem ganhar sentido diante do esboço geral do processo sofrido e exposto pelo sr. João Lins, ilustrando e enriquecendo a sua reconstituição. Foi aliás a partir destes contrastes e contradições entre os relatos dos trabalhadores aliciados, "modelares" do "sistema Paulista", já acabado, assim como de informações das sínteses



históricas oficiais patronais, por um lado, e por outro lado, os relatos de trabalhadores mais antigos, como o sr. João Lins, ou originários da própria localidade, que procuramos o acesso a outras fontes historiográficas, como informações em jornais, e particularmente os relatórios anuais da CTP aos seus acionistas, em busca de novos indícios para o entendimento dessas versões contraditórias.

Com efeito, o relato do sr. João Lins surpreende ao pesquisador com sua bagagem de leituras prévias ao campo: o *mocambo* como a casa operária modal em plena década dos 20 choca-se com a impressão passada, pelo livro de Raul de Góes, do seu extermínio desde a década de 10, no tempo do patriarca Herman Lundgren<sup>79</sup>. Embora já tenhamos observado que esse texto traz a característica constante da operação de uma antecipação sistemática da história da CTP para uma origem onde todo o seu futuro estaria determinado pelo planejamento de seus fundadores, ele não deixa, no entanto, de corresponder a fatos reais<sup>80</sup>. O depoimento de João Lins “surpreende”,

---

<sup>79</sup>“Distando do Recife umas três léguas, Paulista a esse tempo (nos primeiros anos do século) se apresentava ao observador como um lugar renegado do progresso, com a pequena fábrica de tecidos nos últimos arrancos da vida e uma miserável população, subnutrida e doente, alojada em palhoças. (...) Herman Lundgren, ao ficar de posse de Paulista, com a quase desmantelada fábrica de tecidos, em 1904, tratou logo de melhorar as condições de vida daquela gente e determinou que seus filhos se pusessem à frente do empreendimento, com a sua supervisão. (A frase seguinte está em nota de rodapé) *A primeira medida foi a construção de uma vila de casas de tijolo e telha, em substituição às infectas e miseráveis palhoças que alojavam o operariado e suas famílias.* (...) A pequena e atrasada fábrica de tecidos de antigamente, se transfigurara sob sua direção (de Herman Lundgren) e possuía, agora, um aspecto bem diferente. *Os incríveis casebres e mocambos, testemunhas vivas da miséria e do desamparo do pequeno conglomerado obreiro que Lundgren ali encontrara, tinham cedido lugar a uma simpática vila de tijolo e de telha; as máquinas obsoletas e seu rendimento foram logo substituídas por maquinismos modernos, diretamente importados da Inglaterra.* (...) A atividade de Lundgren nessa marcha compassada e incessante, servia também para estimular os outros industriais de tecidos que, seguindo-lhe os exemplos, procuravam melhorar as suas instalações e dotar os seus operários de condições de vida mais favoráveis.” (Góes, 1964, pg. 73 e 76). (os grifos são meus).

<sup>80</sup> De fato, a CTP vinha construindo, na administração Lundgren, sua vila operária de “tijolo e telha” desde a primeira década do século, antes dos anos 20 a que se refere o velho operário João Lins. Essa prática de construção de casas da *companhia* vem ser favorecida e estimulada pelas leis municipais de Olinda de nºs 313 e 518 (a primeira sendo de 4/8/1913), que concediam isenção de impostos às casas da CTP no povoado de Paulista e povoados adjacentes. O relatório anual da CTP aos acionistas de 1919 menciona essa construção de casas: “Casas para operários: De conformidade com a lei municipal de Olinda, nº 313 de 4/8/1913, construiu esta companhia 200 casas confortáveis para o operariado, estando ainda em construção mais 100.” O relatório de 1920 confirma: “Casa para operários: Foi concluída a construção de 100 casas confortáveis para o operariado.”

relativamente ao livro de Raul de Góes ou mesmo às informações contidas nos relatórios anuais da CTP: (a) pela revelação da existência de "casas de palha", da própria CTP, nos anos 20 e 30, as quais, apesar de todo o discurso contra o *mocambo*, parecem ter uma certa funcionalidade para a administração fabril; (b) pela revelação da existência de *mocambos livres*, de áreas de chão de casa concedidas ou autorizadas pela administração da *companhia* para que ali os operários erguessem seus *mocambos*; e mais ainda, ao conseqüente "mercado imobiliário" desses *mocambos livres*, sem a propriedade do terreno, entre os operários; (c) pela revelação das conseqüências sobre os operários, dessa destruição dos *mocambos*, seja quanto à espoliação de indenizações irrisórias (cf. o prejuízo do pai de João Lins), seja quanto ao deslocamento forçado de famílias de trabalhadores entre as casas da *companhia* para dar lugar aos trabalhadores aliciados, seja quanto à destruição de uma concepção de casa e modo de vida com roçado e criação anexos; e finalmente (d) pela revelação da persistência tanto de alguns *mocambos* quanto dessa concepção de casa, apesar de toda a força desse processo de destruição e de imposição da vila operária. (Cf. a própria concessão, pela *companhia*, dos "roçados das vargens", mais distantes da casa.)

Esse processo de construção e imposição da vila operária, que era também um processo de disciplinarização da força de trabalho, exposto em seus traços gerais a partir de sua própria história de vida por um velho operário, pode inversamente ser estudado também a partir das manifestações do discurso patronal, particularmente nos relatórios oficiais anuais da diretoria da CTP aos seus acionistas. Embora desde o início de sua existência a *companhia* tenha se preocupado em construir uma vila operária para os seus trabalhadores, como asseguram de imediato, em lugar de destaque, os Estatutos da CTP<sup>81</sup>, assim como mencionam os relatórios de 1919 e 1920, anteriormente citados; é somente no relatório de 1927 que aparece explicitamente uma preocupação acentuada e uma orientação envolvidas na ideologia higienista e sanitaria, presente, por sinal, às várias manifestações dessa utopia burguesa que são as vilas operárias ou cidades construídas por fábricas desde a industrialização européia do século XIX (cf. Leite Lopes, 1979 e 1984<sup>8</sup>, pgs. 28, 29, 31; e cf. Murard & Zylberman, 1976). A própria rubrica do relatório, anteriormente intitulada, como nos relatórios de 1919 e

---

<sup>81</sup> No seu artigo 2º, os Estatutos da CTP enfatizam a imbricação constitutiva da fábrica com sua vila operária: "Art. 2) - Os fins da companhia consistem em explorar a indústria textil e a fabricação de assucar, mantendo para isso as fábricas e aparelhos necessários ao desenvolvimento dessas indústrias, podendo também edificar em terrenos próprios e nas proximidades das fábricas, habitações para serem alugadas a operários e empregados da companhia." (Estatutos da CTP, "segundo a reforma aprovada pela assembléa geral da mesma companhia em data de 11/12/1911", publicados no jornal *A Província* de 13/12/1911).

1920, de "Casas para os operários", passa a chamar-se "Habitações operárias higiênicas":

*"Habitações operárias higiênicas - A preocupação que sempre tivemos de melhorar as condições de vida dos operários continua a merecer-nos o mesmo carinho de sempre: casas grandes e higiênicas de acordo com as noções modernas da vida são de uma necessidade imprescindível para o bem estar e conforto dos operários, quartos e salas amplos e bem ventilados com ar puro, são o que constitui a verdadeira necessidade para pessoas com uma vida tão laboriosa, mas nunca a choupana ou mucambo de palha com o ar abafado e insuportável pela decomposição dos materiais aplicados na sua construção são alguns dos defeitos que lhes são peculiares.*

*A construção de mucambos, palhoças e choupanas é cousa do passado, é absolutamente intolerável sob o ponto de vista humanitário ou sob qualquer outro ponto de vista pelo qual tenha de ser encarado.*

*Neste sentido podemos dizer que a nossa orientação é modelar."*

*(Relatório da CTP aos acionistas de 1927)*

À parte a autonomia causal que possa ter a força da crença na ideologia higienista e sanitaria da época, que tinha o seu peso<sup>82</sup>, cabe, no entanto, perguntar por que nesse momento adota a *companhia* essa orientação e essa ofensiva contra os *mucambos* e se dedica a efetivar um plano, um "programa" de construção de uma extensa vila operária. Uma hipótese seria a da premência da disciplinarização dos trabalhadores locais, alterando suas condições habituais de vida, sua concepção de casa, suas atividades acessórias ao trabalho fabril e anexas à casa, as quais se constituíam, como já vimos, em fontes alternativas de atividades relativamente à fábrica para os membros da família, em fator eventualmente conflitante com a produtividade e disciplina do trabalho fabril. A maior *liberdade* do passado a que se refere João Lins em seu depoimento sobre os anos 20, liga-se à concepção da casa

---

<sup>82</sup> A ênfase nessa ideologia higienista, a insistência no pioneirismo e na modernidade da vila operária de Paulista, justificável pela sua grande extensão (pois havia outras experiências de vilas operárias e "modelares", como a de Camaragibe, por exemplo, na mesma época em Pernambuco), reaparece no relatório de 1928:

*"Habitações operárias higiênicas. - O industrial moderno já não pode fugir à obrigação de fornecer aos seu operários habitações confortáveis e higiênicas, e neste ponto incontestavelmente aparece a companhia na vanguarda. As casas onde residem os operários da companhia são construídas nos lugares mais apropriados do povoado de Paulista e constantemente estamos empenhados em aumentar os números dessas casas. São todas de alvenaria, ladrilhadas e cobertas com telhas de barro."*

O peso desta ideologia higienista nas "utopias burguesas" do que deva ser a "classe operária civilizada" pode ser visto tanto na concepção das vilas operárias (cf. Murard & Zylberman, 1976) quanto na inculcação dos hábitos domésticos (cf. Boltanski, 1969). Esta ideologia higienista tem seu peso também na literatura européia sobre a classe operária, particularmente a literatura do século XIX (cf. Leite Lopes, 1984/a).

de taipa isolada, com roçado e criação anexos, com a possibilidade facilitada da coleta e da pesca, e liga-se também a uma menor dependência absoluta aos baixos salários e ao conseqüente engajamento do maior número possível de membros da família, das várias classes de idade, ao trabalho fabril. Por sua vez, a premência da *companhia* na destruição dessa *liberdade*, na necessidade de uma disciplinarização resultante de uma reorganização das condições materiais de reprodução do trabalhador fora da fábrica, para repercutir favoravelmente do ponto de vista da extração da mais-valia dentro da fábrica, pode ligar-se à conjuntura do mercado de trabalho dos anos 20.

Com efeito, já nos deparamos com as informações do escasseamento do fluxo de mão-de-obra proveniente do "interior" do Estado, na primeira metade dos anos 20, admitidas no relatório anual da CTP de 1925, causando em Paulista um aumento salarial de 25% relativamente ao ano anterior (cf. nota 63 no capítulo 3). Cabe-nos aqui delinear algumas características dessa conjuntura de escassez de mão-de-obra – indicadas em documentos patronais, tanto da CTP quanto de outras fábricas – para em seguida retomarmos a análise das conseqüências internas à reorganização da vila operária de Paulista condicionadas por essa situação do mercado de trabalho. Tal conjuntura começa a ser assinalada publicamente pela CTP desde 1924.

O relatório anual da CTP de 1924, forçado a prestar contas aos acionistas dos resultados insatisfatórios do período<sup>83</sup>, enumera e faz considerações sobre cinco fatores causadores desta situação. Ao contrário das sínteses históricas oficiais sobre a Fábrica Paulista, estes relatórios anuais, diante da possível pressão dos acionistas, como que deixa escapar "de público" a abordagem episódica de indícios das razões de algumas das "reações químicas" do seu "laboratório secreto" da produção capitalista. Com efeito, tanto o modo de operação do seu "laboratório secreto" começa a repercutir junto a seus concorrentes no mercado nacional de tecidos, como inversamente essa concorrência agudiza-se, sentindo-se a CTP numa posição intermediária, duplamente pressionada tanto localmente quanto nacionalmente. Ao nível da pressão local, o relatório fala da concorrência com as outras indústrias têxteis de forma indireta, indicando que enquanto ela depende do recrutamento de uma força de trabalho do "interior", "sertaneja", tomada escassa com a lucratividade da produção algodoeira, ao mesmo tempo ela situa-se na área próxima a Recife, sujeita à concorrência de mão-de-obra com as fábricas da capital, não podendo, portanto, distanciar-se dos salários daquelas fábricas. Assim, enquanto os salários pagos nas fábricas têxteis da capital aumentam, segundo o relatório, devido ao "encarecimento da vida",

---

<sup>83</sup> "O nosso lucro insignificante e até certo desolador, pois na verdade não representa mais que uma simples fração dos dividendos que uma empresa, com a movimentação commercial da nossa, tem por obrigação obter, em obrigação aos seus esforços e em virtude dos capitaes nella empregados, explica-se pelos factos que se seguem."

causado por seu turno pela “valorização do açúcar e do algodão” – não ficando claro se este aumento salarial, causado por aquela valorização, se dá, seja pela mediação do escasseamento da disponibilidade de mão-de-obra em um mercado de trabalho têxtil que se comunica com o mercado de trabalho açucareiro e em menor escala algodoeiro, seja pela mediação da diminuição da produção alimentar de subsistência causada pela expansão das áreas açucareiras e algodoeiras agravando o abastecimento alimentar e o custo de vida do proletariado urbano, e seja pela mediação desses dois fatores reunidos – ao mesmo tempo escasseia a mão-de-obra “sertaneja” da qual a CTP reconhece ter até então dependido para manter mais baixos seus níveis salariais.

*“(...) Em primeiro lugar as empresas industriais dos Estados produtores de generos altamente valorizados como o assucar e algodão têm forçosamente, em maior ou menor escala, de augmentar os salários de seus operários e funcionários de acordo com o encarecimento da vida, que é a consequencia lógica da valorização acima mencionada.*

*Em segundo lugar, este augmento é muito mais acentuado na capital e nas suas circunvizinhanças do que no interior.*

*Em terceiro lugar é preciso ter em vista que a Zona Norte do nosso Estado dependia, como ainda depende, em grande parte, da mão de obra sertaneja, e tendo esta escasseado em consequencia das grandes vantagens auferidas em virtude da alta dos preços do algodão, necessário se tornou conservar os operários existentes, o que só poude ser realizado com augmento considerável dos salários anteriormente em vigor. (...)”*

É interessante notar como neste relatório a CTP fala de forma indireta, não explícita, de suas contradições com suas concorrentes pernambucanas, sem cuja força de atração vis à vis de seus operários não seria necessário fazer aumentar os salários, e isso de até 25% no ano de 1925 em relação a 1924. Há uma preocupação estilística também de diluir as características específicas da Fábrica Paulista em agregados maiores, os quais ou escondem práticas que só têm relevância para esta fábrica, ou somam parcelas não homogêneas que generalizam demasiadamente as afirmações. É o caso desse agregado “Zona Norte do nosso Estado” o qual “dependia, como ainda depende, em grande parte da mão-de-obra sertaneja”, feito sob medida seja para esconder aquilo que caracteriza principalmente a CTP, única grande fábrica nesta área, seja para agregá-la junto às usinas de açúcar da “Zona Norte” que dependem de *corumbas* nos seus períodos de safra, coisa no entanto, que também ocorre na “Zona Sul”<sup>84</sup>. Já a referência a nível nacional é explícita, em um discurso que procura falar em termos unitários

<sup>84</sup> Talvez o relatório quisesse referir-se nesse agregado às outras fábricas com vila operária em áreas das “circunvizinhanças da capital” como a Fábrica de Camaragibe ou a Fábrica de Moreno que poderiam ser classificadas numa ampla “Zona Norte do Estado” em oposição a uma “Zona Sul” ainda sem fábricas têxteis (as fábricas “Cotonifício José Rufino” (Cabo), “Pirapama” (Escada) e a de Ribeirão na “Zona Sul do Estado” são posteriores a 1924).

de uma indústria têxtil estadual. Os alvos da crítica a nível nacional são por um lado dirigidos à indústria desenvolvida do Sul, especificamente a de São Paulo, dotada de "mão-de-obra aperfeiçoada" e "subvencionada pelo Governo", e por outro lado à indústria "subdesenvolvida" de "certos Estados", particularmente Alagoas e Sergipe, que passaram a competir através dos baixos salários, fazendo à indústria de Pernambuco o que esta fazia à indústria do Sul:

*"(...) Em quarto lugar é necessário ter em vista que a indústria têxtil, cujo maior desenvolvimento se verifica no Estado de São Paulo, onde a mão-de-obra aperfeiçoada rivaliza fortemente com as suas similares dos outros Estados, sem o franco auxílio, e por assim dizer verdadeiras subvenções por parte do Governo, que a tornam competidor temível quando comparada com suas congêneres do Norte, onde, infelizmente, não conseguiu ainda amparo semelhante.*

*Em quinto lugar é preciso notar que a indústria em nosso Estado há annos passados estava em condições de competir francamente com as suas congêneres nos outros Estados, em virtude do custo de produção, consequente da mão-de-obra barata até então existente em nosso Estado, enquanto que hoje em dia a mão-de-obra paga em certos Estados como Sergipe, partes de Alagoas, etc., não chega a ser a terça parte do que somos obrigados a pagar em virtude do augmento do custo de vida proveniente da alta considerável dos dois productos que são os principaes factores da riqueza do Estado de Pernambuco."*

Ressalta-se dos cinco fatores, enumerados em 1924 pela CTP como causadores do "lucro insignificante e até certo ponto desolador" da *companhia* naquele ano – e que constituem-se numa breve análise da relação entre o mercado de trabalho operário e a concorrência entre as indústrias têxteis, tanto a nível local quanto nacional – a importância estratégica da força de trabalho para a determinação dos rumos e resultados dessa concorrência nacional aberta e proclamada.

Há indícios de que essa concorrência ao nível da indústria têxtil estadual, expressa de forma dissimulada em 1924, aumenta nos últimos anos da década de 20. Novas companhias têxteis são fundadas nessa década, revigorando antigas plantas fabris e instalando novas fábricas<sup>85</sup>. Aumenta a disputa pela mão-de-obra já formada, mais experiente, num período de escassez do fluxo

---

<sup>85</sup> Ao surto industrial do final do século XIX, correspondeu a instalação de várias fábricas em Pernambuco, geralmente datando da última década do século passado, tais como as de Paulista, Camaragibe, Torre, Apipucos, Goyana e Várzea. Em 1908, a fábrica de Moreno (Société Cotonière Belge-Brésilienne) agrega-se a este conjunto. Na década de 20, particularmente a sua segunda metade, ocorre nova proliferação de fábricas têxteis, seja pela ampliação de fábricas já existentes por novas companhias – como a ampliação da fábrica de Apipucos pelo Grupo Othon ou a fábrica da Várzea adquirida pelo grupo Pereira Carneiro – seja pela instalação de novas fábricas: a Pirapama (1925), a Tacaruma (1926), Cotonificio José Rufino (1927), Amalita, Bezerra de Mello e Malharia Annita (todas essas pertencentes ao Grupo Othon, de 1927, além da Apipucos-Macaxeira). Cf. Bezerra de Mello, 1930 e CETEX, 1946.



de novos trabalhadores procedentes dos "sertões do interior" (expressão usada no relatório de 1925) para as fábricas têxteis, particularmente a de Paulista. Enquanto a concorrência no nível nacional, apesar de provocar uma situação de tensão no mercado interno brasileiro, é abertamente proclamada e analisada – visto que os efeitos, seja, por exemplo, da maior especialização do operário de São Paulo e do Distrito Federal, seja, por exemplo, do recrutamento de trabalhadores nas áreas rurais pelas indústrias do Nordeste resultando em baixos salários e custos "competitivos", são parcialmente "inintencionais" vis à vis a uma ação direta no mercado nacional, e são portanto susceptíveis de análises econômicas e sociológicas "espontâneas" para a apreensão dos efeitos "ex-post" e a nível "macro" desses fenômenos – a competição local não possui (ou não deseja usar) comparativamente canais de expressão públicos<sup>86</sup>. Talvez porque a concorrência local, mais susceptível de ações diretas e intencionais, seja menos conveniente de sujeitar-se a uma exposição pública. Assim, somente 8 anos depois de um fato inicial produzido, e porque o móvel de suas manifestações agrava-se, é que um dos atores desta concorrência local, o industrial Othon Lynch Bezerra de Mello, descreve por escrito, mas em correspondência privada ao CIFTA-Rio e em informações prestadas à polícia pernambucana anexadas a esta carta, a sua versão de um episódio da acirrada disputa das fábricas têxteis pela sua força de trabalho. Somente um incêndio aparentemente criminoso, destruindo parcialmente uma fábrica têxtil, vem, enfim, provocar o desvendamento do que ocorria "por debaixo dos panos" por obra das "mãos invisíveis" do mercado de trabalho têxtil.

*"Não tendo eu inimigos pessoais, benquistos como toda a gente sabe pelo operariado, a quem venho prodigalizando todas as vantagens – como ensino, médico, dentista, parteira, remédios, enterro, habitação confortável, cinema, bailes, sports, roupas duas vezes por ano, armazéns providos de todas as utilidades vendidas a preços de custo e a prestação – e não tendo elementos para afirmar ter sido o Cel. Frederico Lundgren o autor do incêndio, conforme se murmura pela cidade, quero entretanto oferecer à Polícia as informações que se seguem, no sentido de orientá-la nas diligências a que vai proceder.*

---

<sup>86</sup> Além de considerações sobre essa concorrência nacional, em relatórios anuais, como o fez a CTP desde 1924 e 1925, a expressão dessa competição alcança não só os debates e relatórios das associações de industriais mas também a grande imprensa. A versão inversa à da CTP, a versão do sul, apoiada na força das associações patronais têxteis do Rio e de São Paulo passa a ter uma difusão pública maior. Baseado em relatório do CIFTA-SP e em artigos do *Jornal do Comércio* do Rio e do *São Paulo – Jornal*, Stanley Stein deparou-se com tal versão: "Em 1927 os industriais têxteis do Rio e de São Paulo aperceberam-se da possibilidade de perderem os seus mercados no norte do país, quando foi estimado que as fábricas do Nordeste, localizadas no centro do cinturão algodoeiro, pagavam 20% a menos pelo algodão em rama e *dispunham de mão-de-obra mais barata*. (Stein, 1979, cap. 9, pg. 125; os grifos são meus, JSLL).



*Em 1928/1929 fui procurado pelo Sr. José Gordo, empregado de confiança do Cel. Frederico Lundgren, que veio em nome deste, pedir-me para não aceitar em minhas Fábricas nenhum operário dispensado das Fábricas Paulista e Rio Tinto.*

*Respondi que, naturalmente não aceitaria em minhas Fábricas nenhum operário que se tivesse retirado de qualquer Fábrica ou tivesse sido dispensado, por faltas graves; mas que aceitaria, não só das Fábricas do referido Coronel, como de outras, os operários que tivessem sido dispensados por ligeiras faltas, ou que se tivessem retirado por incompatibilidades pessoais, necessidade de mudar de clima, ou outros motivos de somenos importância.*

*O emissário insistiu e como eu mantivesse o meu ponto de vista, retirou-se aborrecido, tendo eu no dia imediato sido procurado pelo Dr. Jonatas Costa, antigo Chefe de Polícia do Estado e Advogado da companhia de Tecidos Paulista, meu velho amigo, que em termos delicados insistia comigo para que atendesse ao pedido do Cel. Lundgren, pois o homem era rico, poderoso e inimigo rancoroso.*

*Respondi-lhe que não me intimidava o poderio do famoso Coronel e que nada me faria demover do meu ponto de vista. Achava que os operários, como todo e qualquer cidadão, tinham o direito de escolher a Fábrica onde quisessem trabalhar e que o meu espírito liberal não se conformaria em coagir de qualquer forma a liberdade dos operários. De então para cá, venho sendo vítima duma guerra surda e cruel, por parte do Cel. Lundgren e de sua Empresa, companhia de Tecidos Paulista, que se compraz em fabricar em panos inferiores e mais estreitos, para vender por preços mais baixos, todos os artigos que a minha Empresa lança no mercado, o que vem me acarretando avultadíssimos prejuízos. (...)” 87.*

*(Carta de Othon Lynch Bezerra de Mello, diretor-presidente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A. ao CIFTA-Rio, datada de Pernambuco em 02/10/1937, em arquivo de correspondência SIFT-RJ).*

---

<sup>87</sup> A carta ao CIFTA-RJ visa levar “ao conhecimento de V. Sa. que de Domingo para Segunda Feira, 13 de Dezembro p. pdo. manifestou-se violento incêndio no Almoarifado da nossa Fábrica Bezerra de Mello, destruindo-o por completo, não se tendo incendiado toda a fábrica devido aos esforços da companhia de Bombeiros, que conseguiu localizar o fogo.” Em anexo Bezerra de Mello dá a conhecer a cópia das informações por ele prestadas à polícia estadual na investigação do incêndio, onde é presumida a autoria do Cel. Frederico Lundgren, em continuação a uma série de eventos anteriores, praticados por “aqueles que há anos, vêm de uma maneira cruel, perseguindo a nossa Empresa causando-nos avultados prejuízos.” Após o trecho citado acima, o relato das informações prestadas à polícia prossegue alinhando os seguintes fatos: (a) denúncias e pressões junto ao governo federal, de parte dos Lundgren, para dificultar burocraticamente – com base em supostas irregularidades do Grupo<sup>o</sup> Othon na obediência ao decreto de restrição de importação de máquinas têxteis – o desembarque das máquinas para projetada seção de estamparia da fábrica de Apipucos, seção esta que quebraria, em 1934, o monopólio da estamparia por parte da CTP nas fábricas do Nordeste desde 1908; (b) atos de sabotagem praticados na fábrica por operários que teriam sido subornados “pelo Coronel Frederico Lundgren, para evitar a fabricação de estampados”; (c) requerimento

Essa tentativa (da CTP) de transgredir às regras próprias a este mercado de trabalho – mercado de trabalho este específico às fábricas com vila operária, o qual comporta paradoxalmente como um dos operadores da forma de mobilidade de sua mão-de-obra o princípio da redistribuição, e que funciona não só com o salário, mas com o poder extra-monetário dessas fábricas sobre seus operários (cf. Leite Lopes, 1976, pg. 185, inspirado na oposição “princípio de mercado” e “princípio de redistribuição” de Polanyi) – atingindo não só os operários, mas diretamente outro centro de poder redistributivo de tal “mercado” (as fábricas Othon), denota a tensão causada às empresas têxteis, e particularmente à CTP, por esta conjuntura de escassez relativa de força de trabalho. Deparando-se com o poder de outras fábricas têxteis impedindo-lhe o controle do seu mercado de trabalho têxtil

---

por parte da firma Lundgren Irmãos Ltda. do Rio de Janeiro (ramo comercial da CTP) ao Ministério do Trabalho, publicado no Diário Oficial de 4 de junho de 1934, do registro das marcas “Riachuelo”, “Mescla Riachuelo” e “Guararapes”, marcas adotadas há 10 anos pelo Grupo Othon para assinalar brins e mesclas de sua fabricação e vendidos em todo o Brasil; requerimento este sustado por interferência do governador Lima Cavalcanti; (d) indícios da preparação de atos de sabotagem e incêndio contra a fábrica de Apipucos; (e) o incêndio ocorrido de sábado para domingo na fábrica Bezerra de Mello.

Deve-se assinalar que esta é a versão do Grupo Othon, o qual pode não estar isento de uma atuação mais agressiva na concorrência entre as fábricas têxteis: no conflito inicial das duas companhias a propósito do recrutamento da força de trabalho, é um fato, comprovável nas entrevistas e histórias de vida com os operários mais antigos de Paulista, que o Grupo Othon recrutou operários de Paulista para trabalhar nas suas fábricas em ampliação e instalação no final dos anos 20 e início dos anos 30, sendo que grande contingente de operários de Paulista efetivamente se transferiu para estas novas fábricas.

Dentre os antigos operários do Grupo Othon corre uma versão de que o incêndio do almoxarifado da fábrica em questão teria sido realizado a mando dos próprios patrões para que conseguissem o dinheiro do seguro. Tal versão aparece na entrevista com a operária e militante sindical textil comunista do Recife, Júlia Santiago, quando esta relata uma tentativa da administração da fábrica Amalita, do Grupo Othon, de dar-lhe uma demissão por justa causa ao imputar-lhe o incêndio proposital de um tear, forjado pela própria administração, no dia que esta operária “ativista” voltava das férias, em 1953, pouco depois da greve vitoriosa de 1952:

“(Júlia é convocada ao escritório da fábrica onde encontram-se além dos chefes e gerentes, policiais chamados pela fábrica) – ‘Olha, nós mandamos lhe chamar porque você tocou fogo numa máquina’. – (Júlia responde) – ‘Olha me diga uma coisa. Tocar fogo em máquina, eu de férias, só se foi em pensamento, ou será que vocês mandaram tocar fogo na máquina da mesma forma que vocês fizeram quando ganharam com o incêndio da Bezerra de Mello? Porque vocês mandaram tocar fogo num armazém de algodão e com aquele tocado de fogo, que foram vocês que tocaram aquele fogo, ganharam essa fábrica Amalita. Vocês estão querendo outra fábrica através do seguro? Eu acho que vocês deviam inventar outra forma de me pegar porque essa não vai colar!’ (De fato, a administração da fábrica desistiu desta acusação e Júlia Santiago ainda permaneceu pouco tempo na fábrica onde era liderança antiga).”

próprio em Pernambuco, numa conjuntura de escassez de mão-de-obra; deparando-se também com os limites de algumas de suas práticas, características daquilo que Marx chamou de “gênese do capitalista industrial” (Marx, *O Capital*, cap. XXX da edição francesa ou capítulo XIV. 6 da edição alemã assim como da brasileira), pelo menos no que concerne à força de trabalho, a direção da CTP passa a dar ênfase renovada ao controle das fontes do seu mercado de trabalho peculiar nos “sertões do interior”, e a uma reorganização de sua vila operária.

Com efeito, essa conjuntura de escasseamento das fontes de mão-de-obra das áreas rurais, canavieiras ou “sertanejas” aliada à implantação de novas companhias têxteis na área do Recife e suas cercanias, pode explicar esse novo desequilíbrio na coexistência entre as casas dos arruados da vila operária e as casas de taipa, coexistência até certo ponto funcional à administração da fábrica. Já vimos indícios de como a CTP dá importância à ampliação da vila operária da fábrica Paulista desde quando a família Lundgren passa a deter o seu controle acionário no primeiro decênio deste século (indícios em Góes, 1964, a serem relativizados como referências historiográficas mais precisas por suas características de antecipação sistemática de eventos ou tendências posteriores, ou inversamente, do apagamento da importância da história da CTP anterior aos Lundgren). Esses indícios confirmam-se nos anos 10, primeiramente com a lei municipal de Olinda (da qual Paulista era um povoado) nº 313 de 1913 feita especificamente para isentar de impostos as casas de propriedade da CTP e por ela construídas, depois com referências numéricas à construção de casas em 1918 e 1919 (cf. relatórios anuais da CTP de 1919 e 1920). Se tais indícios continham uma ideologia higienista implicando na intenção manifesta de finalmente destruir todas as casas de taipa – afirmação não comprovada na medida em que a apreciação feita por Góes da vila operária construída no tempo de Herman Lundgren parece estar envolvida da problemática “antimocambo” que se constitui a partir do final dos anos 30 como uma ideologia de Estado em Pernambuco – o fato é que essa intenção só aparece no relatório de 1927. Até então, o discurso oficial da CTP não contraria a coexistência de fato dos mocambos com as casas de “pedra e cal”, e inclusive com a predominância daqueles. A partir de 1927, esse discurso contraria a persistência de fato dos *mocambos*, persistência comprovada tanto na apreciação do sr. João Lins, supracitada, quanto dos relatórios anuais da CTP subsequentes até o início dos anos 50. Tal discrepância parece denotativa dessa nova visão da CTP a respeito de sua vila operária, ou pelo menos do revigoramento e ampliação da atualização prática de uma intenção latente. Sem dúvida, há uma atuação permanente da CTP na construção e organização de sua vila operária, construção esta que envolve não somente a edificação material dos arruados de casas de “pedra e cal”, mas relações sociais específicas. No entanto, há um efeito de inércia para a efetivação desse projeto, relativo às disponibilidades financeiras, mas

também relativo à tolerância a uma funcionalidade dos mocambos tanto para abrigar os trabalhadores de frentes de trabalho ocasionais ou sazonais da *companhia*, quanto a uma forma rápida e tradicional de construção de casa entre os trabalhadores da área, com sua compensação, para estes, de uma concepção de casa envolvendo atividades anexas. Tanto há um projeto permanente de construção da vila operária, quanto há também um efeito de inércia à consecução plena deste projeto.

Se este efeito de inércia faz-se valer mesmo após as facilidades fiscais para construção de casas do decreto municipal de 1913, por outro lado, inversamente, não será pela revogação deste decreto que o projeto da *companhia* de construção da vila operária sofrerá interrupção: de fato, tal projeto prossegue, e de forma ampliada, após a mencionada revogação. Por outro lado, a conjuntura política subjacente a esta revogação, feita em dezembro de 1930, abre um período de conflito que, além de trazer a público algo das práticas que ocorrem naquele "laboratório secreto" peculiar da produção capitalista, vem também exigir a explicitação e desenvolvimento de uma argumentação a respeito das relações sociais inerentes às vilas operárias de fábrica, constituindo-se num balanço controverso dessa forma peculiar de organização social.

A notícia desta revogação, publicada no jornal do interventor "revolucionário" de Pernambuco, vem acompanhada de uma concepção implícita de condições para que uma vila operária seja "justa" com seus operários, e de denúncias a respeito de peculiaridades e acontecimentos ocorridos na Fábrica Paulista:

"Paulista e a revolução -

*O prefeito revolucionário de Olinda baixou um decreto, sábado passado, revogando as leis municipais números 313 e 518, que concediam isenção de impostos às casas de propriedade da companhia de Tecidos Paulista, neste e nos povoados adjacentes, onde a firma Lundgren tem as suas fábricas de tecidos, usina, outras indústrias e agricultura. Determinou porém o mesmo decreto, que ficarão 'isentos de impostos de décimos as casas de propriedade da companhia referida que foram empregadas para habitação gratuita de seus operários'.*

*Ao mesmo tempo que veio sanar um velho abuso contra os mais legítimos interesses do erário público, o decreto de 6 de dezembro (decreto de revogação) estabelece uma norma superior de equidade para os operários que trabalham nas fábricas de Paulista. Desde que a companhia lhes forneça gratuitamente o domicílio, estarão estas casas isentas do imposto de décima, como acontece em todas as villas proletárias regidas por um justo systema de conciliação entre os interesses dos operários e dos patrões.*

*Nem se comprehenderia continuasse a companhia Paulista a gosar de privilégios onerosos para o município e que de modo algum aproveitavam aos milhares de braços que emprestam o seu esforço áquellas indústrias.*

*Sabe-se quão odioso era o regimen dominante em Paulista contra o*

*patrimônio e a liberdade dos operários locais. Os inqueritos que a polícia está fazendo em torno de denúncias formuladas por pessoas do ex-município (Paulista tornou-se município em 1928, mas essa atribuição foi revogada no final de 1930), evidenciam o tratamento desumano a que eram submetidos inúmeros trabalhadores brasileiros por gerentes e feitores estrangeiros, sendo pelos próprios irmãos Lundgren.*

*Espancamentos impiedosos, detenções em xadrezes intoleráveis, aplicação de chlysters drasticos, banhos de dia e semanas no fundo das cubas de Timbó, eis, em suma, o que ali até bem pouco se praticava contra o proletariado nacional."*

*(Diário da Manhã, 10/12/1930, pg. 3)*

Essa notícia opõe assim ao contexto peculiar de Paulista – onde são ressaltados acontecimentos associados a denúncias de violências a trabalhadores, e onde está incluído também o aluguel cobrado pelas casas da vila operária – uma concepção implícita de relações sociais normativas numa fábrica com vila operária “justa”: uma vila proletária regida “por um justo systema de conciliação entre os interesses dos operários e dos patrões”. O ponto de divergência com a CTP, aqui, além das denúncias de violência, gira em torno da ênfase na gratuidade da casa da vila operária, a ser incentivada pela isenção de impostos, mas não está sendo questionado o poder inerente à fábrica com vila operária resultante do controle extra-fábril sobre os trabalhadores, que permanece com ou sem gratuidade da casa. A fábrica com vila operária ela própria, forma recorrente de industrialização na época, legitimada por sua experiência internacional que acompanha o próprio processo histórico de industrialização aureolada por projetos e experiências que a naturalizam como uma utopia burguesa consagrada, é neste debate aberto pela conjuntura dos primeiros anos da década de 30, um “consenso no dissenso”. É com base nesta forma de dominação que os “reformadores” do Departamento Estadual do Trabalho de 1930, que preconizaram a revogação do decreto municipal de Olinda de 1913, propõem algumas modificações mais favoráveis aos trabalhadores e à moralidade da administração pública. É, mais ainda, com base na força da legitimidade da face social da fábrica com vila operária que o industrial Bezerra de Mello, em 1937, vem comprovar o devotamento que lhe é dedicado por seu operariado, eliminando qualquer hipótese de suspeita sobre seus trabalhadores a respeito do incêndio criminoso no almoxarifado de uma de suas fábricas. Como vimos na citação anterior de sua carta ao CIFTA-Rio, denunciando os Lundgren, Bezerra de Mello tem por cartão de visitas, por credencial primeira a ser proclamada, exatamente a materialização do seu controle extra-fábril, comum a todas as fábricas com vila operária, mas colorida com particularidades de sua administração – como, por exemplo, “roupas duas vezes por ano” – e com uma enumeração ordenada segundo a ordem de importância socialmente atribuída por ele próprio e pelo que ele imagina seja a da “opinião pública”:

*"(...) benquistado como toda a gente sabe pelo operariado, a quem venho prodigalizando todas as vantagens – como ensino, médico, dentista, parteira, remédios, enterro, habitação confortável, cinema, bailes, sports, roupas duas vezes por ano, armazéns providos de todas as utilidades vendidas a preço de custo e a prestação (...)"*

E é aproveitando-se do “gancho” “desse consenso no dissenso” entre os “reformadores” do Departamento Estadual do Trabalho e os industriais que um artigo do *Jornal Pequeno* procura ressaltar os méritos da prática já existente nas fábricas com vila operária para mostrar como a “questão social” já está sendo resolvida e para insinuar a inutilidade de qualquer ação reformadora do Estado, bastando-se deixar as próprias fábricas imitarem-se umas às outras e desenvolverem suas obras sociais, intrinsecamente ligadas aos seus lucros.

*“O Departamento Estadual do Trabalho e a assistência aos operários – O Departamento Estadual do Trabalho pediu ao governo do Estado desse curso official ao appello feito aos industriais, no sentido da construção de villas operárias, escolas, hospitais, etc. nas respectivas fábricas.*

*A medida é salutar. Enquadra-se precisamente dentro das aspirações da honrada classe operária e demonstra que aquele Departamento quer fugir a uma ação platonica, sempre lamentável nos grandes empreendimentos.*

*É de justiça salientar, porém, que muitos dos nossos grandes industriais já haviam cogitado e resolvido em parte, o palpitante assunto.*

*Em Paulista por exemplo, há villas operárias bem construídas, higiênicas, com água, luz, fossas, etc.*

*A assistência ao operariado, ali vae a um outro problema para a classe: o alimentício. É assim que nas grandes feiras realizadas semanalmente naquela villa, não é permitido o açambarcamento de mercadorias.*

*Cada pessoa compra tão só aquilo que é necessário ao seu consumo e de sua família. Evita-se desse modo, que sejam comprados generos essenciais à pobreza a preços ínfimos, para serem revendidos com lucros exorbitantes.*

*Também conta Paulista com um hospital de isolamento, Assistencia Pública própria para o transporte de acidentados e padarias controladas para o fornecimento de pães com peso exato e barato aos operários.*

*A Fábrica de Tecidos José Bezerra, no Cabo, tem também uma perfeita organização. Há ali uma villa operária moderníssima. As casas, todas novas, arejadas, com água e luz. Jardim, escola, pharmácia completam o serviço de assistência ao operariado.*

*Em Camaragibe, igualmente a organização é verdadeiramente modelar, datando de annos atraz.*

*Por onde se vê que o trabalho é mais fácil. Basta que os exemplos acima sejam imitados e que aquellas importantes fábricas se empenhem em desdobrar, ainda mais, as suas realizações, ligadas visualmente ao progresso das mesmas.”*

*(Jornal Pequeno, 4/12/1930, pg. 1)*



Pressentindo a próxima revogação do decreto municipal de 1913, que beneficiava à CTP ou outras medidas que visassem aquela companhia, o artigo do *Jornal Pequeno* concentra a maior parte de sua exemplificação na resolução da “questão social” pelos industriais na Fábrica de Paulista. E de fato, Paulista passava por transformações na configuração de sua vila operária, algumas das quais vinham assim a público, nos jornais, por ocasião dessa controvérsia sobre as relações entre os industriais, os operários e a administração pública nos primeiros anos da década de 30. Pressionada, como vimos, por uma conjuntura do mercado de trabalho nos anos 20 que afetava os diferentes segmentos da diferenciação interna de seus operários – a saber, tanto há uma interrupção no fluxo de trabalhadores provenientes do *interior*, que a própria CTP no seu relatório de 1924 reconhece como essencial para o seu funcionamento habitual, quanto há uma concorrência pela parcela mais qualificada da força de trabalho com a instalação de várias fábricas novas em Pernambuco – a administração da fábrica de Paulista efetua neste período uma reorganização de sua vila operária que é também uma disciplinarização de sua força de trabalho. O programa de construção dos arruados de casas de “pedra e cal” e a estigmatização e destruição dos *mocambos* materializam uma reorientação das relações e práticas sociais de dominação na vila operária no sentido de um controle maior do tempo livre dos operários e suas famílias, de forma a garantir por essa via também um rendimento maior no trabalho. Trempé (1971, tomo I, cap. 2 da parte II) mostra a luta surda, cotidiana, de algumas décadas, em que a administração da mina de Carmaux, na França, procura dobrar a resistência eficaz desses camponeses-mineiros, procurando aumentar sua jornada de trabalho e sua dependência ao trabalho assalariado na mina, tornando-os operários-mineiros. Apesar de estarem longe da propriedade de pequeno pedaço de terra, como no caso desses mineiros franceses, os operários de Paulista apropriavam-se de certos recursos “naturais” marginais disponíveis de propriedade, ou sob o controle, da CTP, que os habilitavam a resistir à dependência total e à disciplina fabril da companhia no processo de trabalho. A reorganização da vila operária, tal como faz suspeitar a veemência da pregação contra o *mocambo* no relatório da CTP de 1927 e outros subseqüentes, e tal como descrito pela própria história de vida do velho operário João Lins, vem controlar e disciplinar as atividades extra-fabris dos operários mais do que simplesmente ser a materialização de uma cruzada higienista pela casa “de pedra e cal” e pelo “conforto”, à sua revelia, do trabalhador. Esse controle e disciplinarização efetuados, não tanto no interior da fábrica, mas nas suas cercanias, na vila operária, em uma conjuntura de escassez de braços que favorece aos trabalhadores, dirige-se aos operários e às famílias de operários mais antigas e enraizadas localmente, com sua concepção própria de casa incluindo roçado e criação anexas assim como disponibilidade de caça, pesca



e coleta, inclusive da lenha. Ao mesmo tempo que trava esse combate surdo e cotidiano contra os operários mais antigos estabelecidos localmente, a *companhia* organiza a sua vila operária, segundo sua concepção pré-estabelecida, para moldar um novo trabalhador – e isto se viabiliza pelo controle direto do fluxo da força de trabalho proveniente das áreas do *interior*, canavieiras ou “sertanejas”, isto é, pela busca e pelo aliciamento direto de trabalhadores daquelas áreas que escassearam “dramaticamente” em meados dos anos 20, a se tomar ao pé da letra as reclamações dos relatórios da CTP de 1924 e 1925. Mas ao priorizar tal combate surdo com os operários mais antigos dos *mocambos* e do roçado anexo, por intermédio da imposição de uma nova concepção de casa e de um novo discurso sobre a casa, a *companhia*, no entanto, à sua revelia, abre novo flanco de contradições, desta vez com seus trabalhadores mais qualificados no mercado de trabalho, assim como seus empregados de escritório: o discurso da *companhia* sobre a casa e a expectativa, gerada nesses grupos de trabalhadores, da casa higiênica e confortável para os operários, esbarram com a realidade da aguda desigualdade de classes que se faz visível dentro da nova vila operária. Essa desilusão com as casas da vila operária oferecidas e propagandeadas para efeitos externos pela *companhia* é marcante na carta endereçada ao Departamento Estadual do Trabalho por um trabalhador letrado da Fábrica Paulista, publicada no *Diário da Manhã*, carta esta significativa também como documento historiográfico oferecendo, de um certo ponto de vista, uma visão panorâmica da vila operária no início dos anos 30:

*“Departamento Estadual do Trabalho*

*(...) Um operário da fábrica Paulista endereçou ao Departamento a seguinte carta, devidamente assignada:*

*‘Tomo a liberdade de vos endereçar a presente a fim de desmentir as referencias feitas pelo Jornal Pequeno de 4-12-1930, num artigo intitulado “O Departamento Estadual do Trabalho e a assistência aos operários” (cf. transcrição deste artigo mais acima) o qual remeto incluso.*

*Não é verdade que em Paulista tenha casas saneadas para operários com água, luz, fossa hygienica, nem hospital de isolamento. As casas saneadas com todo conforto que existem em Paulista são somente para os estrangeiros. As casas para operários brasileiros, com especialidade as penúltimas construídas, não são ladrilhadas, não têm latrinas de espécie alguma e muito menos luz elétrica. A água é apanhada no meio da rua, dos canos anti-hygienicos, a que dão o nome de chafarizes. Hospital de isolamento, houve em alguns annos para variolosos, porém a Cia. extinguiu-os a título de economia e hoje os variolosos são tratados em suas casas. Felizmente os casos que aparecem são benévotos. Assistencia, há um carro para conduzir doentes aos hospitaes em Recife, e isso para não se tornar público quando o doente baixar, vítima de accidentes nos trabalhos das fábricas. As padarias controladas, ou melhor, as que estão a cargo da Cia. a título de beneficiar a vida do operário, effectivamente os pães por ellas fabricados são maiores, porém é condemnável o modo de vendê-los,*

pois são entregues às mercearias para revender sem nenhuma comissão. Ellas por seu turno vendem-os sem embrulhar e demais isso foi idealizado aleivosamente para desbancar alguns donos de padarias que no entusiasmo da revolução se salientaram um pouco, porém, dentro da ordem. E para veracidade dos factos eu aponto as ruas da Linha, Marreca, Nobre, Alegria, Geó, Travessa do Nobre, Glória, Boa Luz, Gonçalves Dias, Praça da República, Aurora, Imperatriz, Villa Caboatan, rua Caboatan, Victoria, Boa Vista, etc. Em nenhuma dessas ruas as casas são ladrilhadas e nem têm fossas. Se algumas existem dentre essas com algum saneamento é porque mora ou morou alguém de destaque. Com certeza as casas que o *Jornal Pequeno* se refere são umas 20 ultimamente construídas, as quaes têm ladrilhos e fossas, mas isso foi uma tapiação, em vista de terem mandado aliciar gente no interior e naturalmente era necessário mostrar um pouco de agrado ao menos nos primeiros dias. Creia V.S. que estou expondo a verdade sem alteração, e se V. S. se dignar mandar examinar, ficará convencido. (...)"  
(Diário da Manhã, 11/12/1930, pg. 1)

Esse contraste entre o discurso higienista sobre as "casas confortáveis para os operários" e a construção massiva de arruados de casas onde a finalidade subjacente de disciplinarização e combate ao *mocambo* como modo de vida suplanta a preocupação com os detalhes higiênicos e sanitários, que dariam coerência àquele discurso, faz transparecer para muitos operários a precariedade e o caráter espoliativo desse processo arrogante de pretensões evolutivas auto-legitimadoras. Contrastando com essas pretensões, a descrição das casas feita por um ex-operário que chega a Paulista em fevereiro de 1931, três meses após a publicação da carta supracitada de um operário no *Diário da Manhã*, aproxima-se da descrição feita nesta carta e opõe a essa pretensão evolutiva o peso da repetição farsante da história ao denominar os arruados de Paulista de "senzala melhorada":

"Quando eu cheguei em Paulista (proveniente de Guarabira, na Paraíba), minha mãe e minhas irmãs já estavam numa casa da companhia, na Rua Riachuelo, nº 1625. (Elas chegaram no final de 1930, quando foram aliciadas pela CTP em Areias, PB.) No Nobre (bairro de Paulista). Casas de chão batido, sem sanitário, sem água, sem luz. Não era casa de taipa, mocambo, era casa de alvenaria, conjugadas, inteiras, sem porta nos quartos, sem sanitário, sem luz (elétrica) e sem banheiro. Uma espécie de senzala melhorada. (...) Tanto era assim que essas casas estavam nas terras do antigo Engenho do Paulista (terras concedidas ao bandeirante paulista Navarro, no século XVII, após seu combate ao quilombo dos Palmares). Uma tradição não se quebra com 10 anos, nem com 20, nem com 50, nem com um século: ainda hoje a cidade do Paulista é a cidade do antigo engenho, é a cidade das casas de biqueira, casas ainda hoje sem piso, sem sanitário, sem água. Assim eram, então, as casas da famosa Companhia de Tecidos Paulista, que não dava nenhuma assistência aos seus trabalhadores."

(trecho de entrevista com o ex-operário, ex-dirigente sindical, ex-prefeito e ex-deputado Cunha Primo)

Conforme indica a carta do operário letrado que escreveu no Diário da Manhã, assim como a própria história de vida de Cunha Primo e de sua família, a reorganização da vila operária efetivada nos anos 20 – relativizada pelos trabalhadores de *dentro* da casa, nos detalhes materiais que diminuem a auto-proclamada “orientação modelar” (relatório de 1927) e posição de “vanguarda” (relatório de 1928) da *companhia* – elabora novas relações sociais de dominação que se reforçam com a chegada de novos trabalhadores do *interior*. Aos anos de retenção da força de trabalho no *interior*, nas áreas canavieiras e “sertanejas” (algodoeiras e outras) dos anos 20, quando se processa paralelamente esta ofensiva da CTP na reorganização de sua vila operária, sucede-se um novo período em que se estabelece a fluidez do fluxo de mão-de-obra do *interior*. Este período engloba os efeitos da grande seca de 1932, nos anos em torno deste marco, nas áreas “sertanejas” de recrutamento da CTP. Por outro lado, prevenida pelos efeitos encarecedores da mão-de-obra provenientes de uma escassez de oferta de mão-de-obra no *interior*, e além disso, procurando reforçar a reorganização das relações sociais subjacentes à sua nova vila operária, a *companhia* passa a controlar diretamente as suas fontes rurais de força de trabalho iniciando um processo mais sistemático de aliciamento de trabalhadores no *interior*. Essa fome de mão-de-obra tem por respaldo a própria ampliação da produção das fábricas da CTP, e a expansão de seus mercados com sua rede própria de distribuição, ampliação esta que se estabiliza e se desenvolve após o arrefecimento dos efeitos da crise econômica nacional de 30, assim como após o fim do conflito local com os seus operários nos anos 31 e 32. Deve-se assinalar que se no relatório de 1921 a CTP reconhece que “nossa fábrica ainda não atingiu o grau de aperfeiçoamento de suas congêneres do Sul do Paiz”, já segundo o relatório de 1929 este grau é alcançado com a “compra de maquinismos modernos equipando a fábrica para a concorrência com as indústrias do Sul”.

Já em 1931, o relatório anual da CTP assinala essa inversão de tendência do fluxo de mão-de-obra do interior relativamente aos anos 20, mas isto é feito – contrariando as evidências de aliciamento direto por uma rede de *agentes* da *companhia* que encontramos nas histórias de vida de vários informantes, que chegam nesta época em Paulista – de forma a atribuir aos trabalhadores toda a iniciativa na procura desesperada de emprego e na decisão de permanecer na cidade, sendo dissimulada qualquer ação da *companhia* a não ser sua capacidade altruística e caridosa de dar emprego, ensinar a trabalhar e absorver esses trabalhadores.

*“Foram construídas durante o ano financeiro bastante casas de pedra e cal para hospedar as famílias, que fugindo do interior durante os meses de seca, procurando emprego em Paulista, foram colocadas na fábrica e ensinadas a trabalhar nos teares. Gostando da vida, muitas dessas famílias decidiram ficar aqui.”*

Utilizando constantemente, em toda a década dos 30, ora relacionado a uma ampliação da fábrica ou a uma curta conjuntura de mercado mais favorável, ora relacionado à substituição em massa de trabalhadores grevistas em 1932, como veremos no capítulo 7, o aliciamento de trabalhadores pela *companhia* parece atingir um novo climax nos anos de 1939 e 1940 conforme indicam os relatórios destes anos. Assim como em 1931, a “fome de braços” da fábrica Paulista conjuga-se com uma situação de não-retenção de força de trabalho no campo, particularmente áreas do agreste e sertão, atingidos pelos efeitos sociais agravados nos anos de estiagem que se repetem em torno do ano de 1942 – o que sugere a plausibilidade da procura “espontânea” de emprego em Paulista por parte de famílias de trabalhadores, sugerida, no entanto, como hipótese única de recrutamento nos relatórios da CTP. Sob essa procura “espontânea” que os relatórios insistem, no entanto subjaz também o aliciamento direto, conforme as histórias de vida de diversos informantes e conforme o próprio “modelo consciente” dos operários sobre a forma dominante de recrutamento de trabalhadores no “sistema Paulista”. Por outro lado, do ponto de vista da “fome de braços” da *companhia*, a partir de 1937 produz-se uma ampliação da fábrica Paulista com o fim das restrições à importação de máquinas (o prazo de vigência dessas restrições, iniciadas em 1931, findou em abril de 1937) na indústria têxtil supostamente em “superprodução”, restrições estas decretadas por pressão das associações patronais têxteis do Rio e de São Paulo (cf. Stein, 1970, cap. 10). Embora ainda assim, no período 1931/1937, a CTP tenha conseguido importar certo tipo de máquinas permitidas nos critérios do decreto de restrições, assim como produzir teares substitutivos nas suas próprias oficinas e fundição, o fim do período de restrições permite um novo salto na ampliação de sua produção. Desta forma, o relatório de 1939 da CTP admite que:

*“Em consequência do desenvolvimento técnico das nossas fábricas mais diversos milhares de operários acharam um meio de vida em nossos estabelecimentos fabris, reforçando assim o número de auxiliares já especializados. O elevado número de operários obrigou-nos a ampliar ainda mais o programa de construção de casas de moradia afim de assegurar a cada um deles um lar adequado. Prosseguimos na demolição dos mucambos, substituindo-os por casas de pedra e cal. Não obstante as rendas reduzidas das nossas vilas operárias que mal cobrem as importâncias empregadas nas obras efetuadas, não nos descuidamos da conservação e limpeza de todas as casas, com o intuito de proporcionarmos aos nossos operários o melhor conforto.”*

O relatório de 1940, embora tente imputar unicamente à ação da demanda por emprego por parte dos trabalhadores o fato deste afluxo de mão-de-obra à fábrica Paulista, não consegue esconder, por trás de uma aparente

passividade caridosa, a sua atuação no controle de seu "mercado de trabalho" próprio, que atravessa então, "na esperança de dias melhores", uma fase expansiva.

*"Inúmeras famílias procedentes de várias regiões do Nordeste vieram ter ao nosso Departamento Operário em busca de colocação e na esperança de dias melhores procuramos atender ao maior número possível para não deixá-las regressar desamparadas."*

É interessante notar a indicação, no texto do relatório de 1939, quando a fábrica inicia o período de auge de toda sua trajetória, chegando a constituir-se, no imediato pós-guerra, na maior fábrica têxtil do país (cf. CETEX, 1946, pg. 53), da persistência das casas de *mocambos*, apesar de sua condenação enfática e da expressão do projeto de sua destruição total desde o relatório de 1927. A menção à destruição de *mocambos* é recorrente em vários relatórios ao longo do tempo, apontando tanto para o processo gradativo de sua expulsão das ruas e bairros mais "centrais", isto é, mais próximos às duas fábricas, assim como seu confinamento aos bairros mais afastados; quanto para a sua persistência, tal como exposto no trecho de entrevista anteriormente citado do ex-operário João Lins. Assim, após a condenação do *mocambo*, proferida no relatório de 1927, o relatório de 1930 registra esse processo gradativo de destruição sob o eufemismo da "substituição de casas do tipo antigo":

*"Proseguimos no melhoramento de nossas villas operárias, não só procedendo a varios concertos nas casas que delles necessitavam como também substituindo casas de tipo antigo por outras construídas de pedra e cal." (grifos meus, JSLL.)*

Essa substituição destrutiva é admitida no relatório de 1935 que, no entanto, acrescenta o registro da construção de novas ruas em áreas não povoadas anteriormente por *mocambos*:

*"Afim de proporcionar aos nossos operários um lar adequado, foram destruídas diversas casas que não corresponderam às necessidades higienicas e sanitarias e construídas outras novas mais amplas. Além disso, foi começado a construção de ruas com casas completamente novas, obra esta que vae ser terminada no anno vindouro."*

Deve-se assinalar aqui, que esta destruição de *mocambos* e a construção de novas ruas parece estar associada às perspectivas favoráveis para a CTP no que concerne as suas relações com o governo estadual. Após um período conflitivo que se inaugura com a Revolução de outubro de 1930, ocasionando, como vimos acima, a revogação das leis municipais de Olinda isentando de impostos as casas da vila operária de Paulista, segue-se uma "pacificação" e o desenvolvimento de "relações amistosas" a partir da

resolução dada, em outubro de 1932, ao movimento reivindicatório dos operários em 1931 e 1932, culminando com o projeto de iniciativa governamental do restabelecimento da autonomia municipal de Paulista aprovada em agosto de 1935 pela assembléia legislativa estadual. Antes mesmo do restabelecimento do município de Paulista, a prefeitura de Olinda volta a isentar de impostos as construções de casas por iniciativa de industriais, embora desta vez sob a nova roupagem de uma campanha contra o *mocambo*, mas que também, tal qual a lei de 1913, adequa-se como uma luva à "política habitacional" da CTP<sup>88</sup>.

O relatório de 1939 menciona também explicitamente, como já vimos, a "demolição de mocambos", assim como o de 1940 ("Continuamos também as construções das casas operárias e demolições dos mocambos, para maior comodidade e conforto dos nossos trabalhadores"), enquanto o de 1942 anuncia o fim iminente deste processo gradativo:

*"Proseguimos na renovação da Vila Operária dotando a cidade de numerosos grupos e casas higienicas, em substituição aos antigos mocambos, cujo número já se acha bastante reduzido."*

Essa insistência obsessiva, nos relatórios, na menção à destruição dos mocambos e construção de novas casas acaba revelando-nos a congragosto o lado da funcionalidade dos próprios *mocambos* para a operação da fábrica, compondo o efeito de inércia já mencionado à consecução imediata do projeto de vila operária "higiênica" da CTP. Os relatos de alguns trabalhadores mostram-nos como os *mocambos* nos anos 40 e 50, condenados, marginalizados e confinados às áreas mais afastadas, adequam-se a abrigarem trabalhadores das diversas frentes de trabalho, por vezes sazonais ou ocasionais da CTP. A "invisibilidade" oficial dos *mocambos* torna-se assim homóloga à própria existência da *folha amarela*, raramente admitida pela *companhia* (com exceção da carta da CTP à CIFTA-Rio, de 12/10/1931, reclamando e pedindo esclarecimentos para o correto cumprimento da lei dos dois terços, que citamos no capítulo 2). Com a expansão da fábrica e sua

---

<sup>88</sup> Embora seu projeto de construção progressiva de uma enorme vila operária independa em linhas gerais dos incentivos fiscais, de fato a existência desses incentivos acelera a realização daquele projeto. Um editorial do jornal *oficioso* do governo estadual de então, o *Diário da Manhã*, de 27/1935, fornece indicações a respeito da ligação entre essas isenções fiscais e a aceleração da construção de novas partes da vila operária de Paulista. O editorial "contra os mocambos", mencionando a decisão da prefeitura de Olinda de isentar de impostos as construções que sejam feitas em substituição aos mocambos, refere-se explicitamente à CTP que, com base neste decreto, "projetou a construção de um lote de 800 casas para operários". O editorial, em seguida, arremata enaltecendo simultaneamente a prefeitura de Olinda e a CTP: "Gesto assim altruístico e que visa, essencialmente o bem estar e o conforto do proletariado daquellas fábricas devem e merecem a maior divulgação possível."



“fome de braços” e com o aliciamento sistemático de trabalhadores por ela compreendido a partir dos anos 30 e fortemente nos anos 40, forma-se esta correspondência entre a diferenciação interna dos operários no mercado de trabalho característico do “sistema Paulista” e a diferenciação das casas no interior da vila operária entre as “oficiais” e as “permitidas”. Enquanto as famílias de trabalhadores aliciadas ou recrutadas pela *companhia* são alocadas – após períodos provisórios de alojamento no “depósito” ou de divisão forçada de uma casa com outra família – nas casas de “pedra e cal” da vila operária, os trabalhadores e suas famílias que vão *procurar* trabalho em Paulista, atraídos pela atividade fabril que aí se desenvolve e pela fama da “cidade das chaminés” como fonte de trabalho e de moradia, alojam-se em *casas particulares*, sejam elas *mocambos* ou não. A trajetória dos membros da família da ex-fiandeira Maria, que começaram a chegar em Paulista por volta de 1946, procedentes de Nazaré da Mata, é ilustrativa a este respeito.

*“Minha família trabalhava na agricultura. Eu fiquei sem mãe em 46 (aos 14 anos de idade). Aí vim embora pra Paulista. Vim com meu pai e os irmãos. Viemos por conta própria. Primeiro vieram dois irmãos. Chegaram aqui e arrumaram trabalho em Paulista. Depois, foram me buscar. Veio eu e outro irmão, o caçula. Quando nós chegamos aqui, depois de um mês, não me recordo bem, foram buscar o velho meu pai com a minha irmã (enteada da mãe). Formemos a família reunida. Quem ficou trabalhando foi meu irmão. Mantinha a casa, né. A gente morava em casa particular. Antigamente, a gente pra arrumar uma casa era preciso ser operário. E que tivesse um bom emprego. Meu irmão era operário, mas era um operário que ... não tinha um emprego (bom)... Considerava um emprego bom quando era banqueiro, tecelão... Então, esses podia dizer que era um bom emprego. Fiador... Aí a companhia confiava, sabe. Que achava que o salário daquele operário dava pra pagar a casa e manter a família. E quem trabalhava no 'externo', que antigamente eles chamavam 'externo' um trabalho que ganhasse as diárias, então tinha que morar nos arrebaldes. Em Jaguaribe, como eu morei em Jaguaribe. Casa particular. Agora, se eles mandassem buscar, o operário tinha toda cobertura! Vinha para o Chalé 2, tinha remédio, dava remédio para verme. Quando eles chegavam, dava cama de lona a tudinho (a todos). Quando eles se equilibravam, essa cama eles iam pagar, mas depois que estavam tudo trabalhando.”*

Trabalhando na *gerência externa*, nas frentes de trabalho ocasionais da *companhia*, os irmãos de Maria reúnem sua família em uma *casa particular*, isto é, uma casa alugada a um proprietário que não a CTP, em Jaguaribe, faixa de terra de propriedade contestada, mas não de propriedade da CTP, afastada do centro de Paulista e próxima a Abreu e Lima, onde se formou um bairro onde persistem até hoje *mocambos* e *roçados*<sup>89</sup>. As *casas particulares*

---

<sup>89</sup> Em outras vilas operárias de fábricas têxteis pernambucanas também ocorre esta divisão da força de trabalho entre aqueles que moram na vila operária e aqueles que moram em *mocambos* ou áreas rurais fora do perímetro da vila



dos anos 20, feitas de taipa e de palha, os *mocambos* edificados pelos próprios operários sobre o solo da CTP e sujeitos a um mercado imobiliário vicinal consentido entre os trabalhadores, erradicados pela *companhia* do seu território com a reorganização de sua vila operária, reaparecem, nos anos 40 e 50, na periferia de Paulista, nas ilhas de terras de outros proprietários que não a CTP encravadas nas propriedades da *companhia*. A funcionalidade dos *mocambos* no abrigo a uma população trabalhadora atraída pela atividade expansiva da fábrica compatibiliza-se com o discurso e com o projeto de organização "modelar" da vila operária da CTP ao ser transferida para a funcionalidade dos pedaços de terra "livres", de outros proprietários, logo valorizadas para a habitação dessa população trabalhadora "excedente". Também nessas áreas regride o *mocambo*, em benefício da construção especulativa de arruados de casas para aluguel aos trabalhadores de Paulista, por outros proprietários. E, além dos trabalhadores do *externo* e dos trabalhadores da fábrica sem casa disponível na vila operária, procuram essas *casas particulares* pequenos comerciantes e seus empregados, ou pequenos funcionários da administração municipal, que não sejam agraciados com a concessão gratuita ou o aluguel de casas da *companhia*. Os efeitos sobre a população dessa complementariedade entre o monopólio da moradia na vila operária pela *companhia*, e a construção especulativa de casas para aluguel nessas áreas pequenas e encravadas de outros proprietários que não a CTP já no final dos anos 40, são ressaltados no artigo "Problemas d'o Paulista" do candidato a vereador do PCB na legenda do PSP em Paulista, José Lino Ramos:

*"Um dos problemas que mais afligem o povo do Paulista é a necessidade que têm os que ali residem e negociam e até mesmo (sic) os operários da fábrica, da existência de áreas de terra livres onde possam construir sua própria casa (talvez o 'até mesmo' refira-se ao fato de que os operários da fábrica têm pelo menos acesso às casas da vila operária que lhes são alocadas), situação que os obriga a submeter-se às imposições da 'companhia' ou então sujeitarem-se à exploração de pequenos proprietários que se aproveitam da necessidade do povo para cobrar por pequeninas casas de 1 quarto e 1 sala, em Caboatão (depois Paratibe) e Maricota (depois Abreu e Lima), Cr\$35,00 e Cr\$40,00 semanais, tendo ainda para chegar ao centro da*

---

operária. É o que indica, por exemplo, esta notícia sobre a fábrica de Moreno publicada na *Folha do Povo* de 26/4/49 ("Notícias do Interior: No feudo de Moreno os operários pagam uma fortuna por uma lata d'água"):

"(...) os operários que não são residentes na vila da fábrica, por não poderem pagar o aluguel, moram em longínquos engenhos, como é o caso dos residentes no lugar Cercado Grande, onde quando o Rio Jaboação enche, cobre a barragem por onde passam, obrigando-os a fazer um percurso de mais de 2 Km. Só porque não existe uma ponte. Enquanto isso, estão destruindo a Av. Adolfo Portela, conhecida como a Rua Combonje, afim de construir casas para alugar por Cr\$120,00, quando o aluguel das atuais casas não vai além dos Cr\$ 15,00 e assim mesmo os operários não podem pagar."

*cidade onde se encontram as fábricas, o comércio e a feira, de viajar 4 ou 6 km a pé ou pagar Cr\$ 1,00 de passagem nas sopas e 'correições', o que para os operários é impossível em virtude não só de não poder tirar do minguaço salário de fome que percebem - Cr\$50,00 e Cr\$60,00 semanais - acresce ainda a circunstância que não existe condução à noite e pela madrugada, quando os operários largam ou pegam no trabalho. (...)*

(Folha do Povo, 15/10/1947, pg. 3)

Essa prefiguração do "transbordamento" da vila operária da Fábrica Paulista - fenômeno apontado por Engels em "A Questão da Habitação" ao comparar as vilas operárias e cidades industriais inglesas dos anos 70 do século XIX com as dos anos 40 que observou em "A situação da classe trabalhadora inglesa em 1844" (cf. Engels, 1960 e 1969 e Leite Lopes, 1979 e 1984a) -, que se materializa na conurbação da vila operária com Abreu e Lima, Paratibe, Mirueira, o distrito industrial de Paulista e os conjuntos habitacionais COHAB nos anos 70 e 80, é ainda funcional à *companhia* nos anos 40 e 50. Essas "áreas livres" são como que "respiradouros" do controle sistemático sobre todas as esferas da vida nas fábricas com vila operária e nas "cidades industriais modelo": Abreu e Lima (ex-Maricota) está para Paulista assim como Kensington está para Pullman<sup>90</sup>. E, além de "respiradouros", tanto os *mocambos livres* da década de 30 e 20 para trás, como as "áreas livres" onde proliferam as *casas particulares* para alugar dos anos 40 e 50, são indicadores das contradições internas à fábrica com vila operária, do descompasso entre as necessidades de mão-de-obra fabril e a "utopia burguesa" da vila operária modelar com pretensões à monopolização absoluta da moradia dos trabalhadores (cf. Murard & Zylberman, 1976, pg. 140).

O episódio das "aventuras de Joaquim" que passamos a narrar a seguir, além de significativo quanto a essas contradições internas, mostram-nos como os métodos típicos de "acumulação primitiva", de "gênese do capitalista industrial" em relação à força de trabalho, ilustrados pela própria história de vida do ex-operário João Lins na década de 20, continuam no final

---

<sup>90</sup> Trata-se da cidade industrial modelar norte-americana Pullman, construída e gerida pela companhia de fabricação de vagões ferroviários e pelo industrial, ambos de mesmo nome, no sul de Chicago, que se mantém no período de 1880 a 1930. A esta "company town" modelar, de padrões arquiteturais e equipamentos sociais tidos como refinados, e de regras estritas sobre a vida extra-fabril de seus moradores, opõe-se a "cidade livre" Kensington, surgida em seus arredores com as obras de construção de Pullman e onde residem parte de seus operários, caracterizada por sua infra-estrutura sanitária precária, seus loteamentos e casas de aluguel de caráter especulativo, e a proliferação dos bares e cabarés proibidos em Pullman. Em Kensington é que se dão as reuniões sindicais programando reivindicações e greves que têm Pullman como palco principal, particularmente a grande greve de 1894, de repercussões nacionais (cf. Buder, 1967 e Lindsey, 1964). A propósito, gostaria de registrar aqui a gentileza da indicação bibliográfica e da localização do livro de Buder por parte do Prof. Howard Becker, a partir de conversas quando de sua passagem em 1978 pelo Brasil, quando sugeriu a associação analógica entre Paulista e Pullman.

dos anos 40 e início dos anos 50 mesmo com o "sistema Paulista" plenamente implantado, isto é, não em processo de "acumulação primitiva", mas em pleno processo de "reprodução ampliada" (cf. Francisco de Oliveira, 1977). Esses métodos são por sinal, como veremos no capítulo seguinte, constitutivos do "sistema Paulista". A inserção aqui do relato destas "aventuras" por outro lado, mostra a recorrência da expressão, por parte dos operários, dos seus conflitos com os patrões e a administração fabril através da narração de um comportamento à maneira de "Pedro Malazartes", como no caso das "aventuras de Severino" que analisamos no capítulo 2. As "aventuras de Joaquim" ilustram o efeito de inércia da construção das casas de "pedra e cal" e a persistência dos *mocambos* como integrantes da vila operária "modelar" da *companhia* até o início dos anos 50, assim como as conseqüências sobre os trabalhadores do "deficit habitacional" proveniente da "fome de braços" da fábrica. (Devido à extensão dos trechos literais da entrevista em que Joaquim narra suas aventuras com o "seu mocambo", preferi completar citações literais com narrativas minhas baseadas em seu relato).

*"(...) Eu estava numa casa, com três famílias ou era quatro. Casado de pouco tempo, morando com três famílias numa casa. Era uma confusão danada na cozinha: uma hora era uma conversa, outra hora era outra, outra hora era outra, eu fui me enfezando com aquilo. Foi enchendo a cabeça, e eu lá na fábrica - eu trabalhava na seção de tambor - tinha um colega que morava numa casa lá no Abacaxi (Rua do Abacaxi), Navizildo. Então, perto (da casa) dele, tinha uma casa - tudo barraco de palha, né - que ia desocupar, e Navizildo me avisou para eu ir pedir a casa ao administrador das casas. Eu fui mas ele disse que não, que já tinha um afilhado do homem e que quando desocupasse era pra entregar a chave a ele. Aí Navizildo me disse: 'Não tem nada não. Quando Zezinho (o ocupante da casa que ia sair) sair, que fechar a porta, a porta lá de trás não está fechando, eu vou, abro a porta, assim que ele sair eu te aviso. Ele vai entregar a chave, eu vou, abro a porta e deixo a porta escorada. Aí você vai empurra a porta que eu deixo escorada e entra. Tem coragem? Eu digo: 'Ó xente, tenho. Do jeito que eu estou eu tenho. Embora haja o que houver lá, mas eu vou enfrentar'. Aí fui pra lá. Assim que Zezinho saiu pra entregar a chave, Navizildo foi, abriu a porta e deixou escorada. Aí eu cheguei lá, empurrei a porta, a porta abriu, eu entrei pra dentro. Passou de um dia pro outro, quando foi de dois dias, passou um rapaz lá - que seu Galvão (administrador das casas) mandou pra olhar as coisas por ali, né - aí correu, mandou avisar na portaria que tinham invadido a casa e estavam morando lá dentro. Aí, o primeiro a ir lá foi Sabino. Sabino já tinha um conhecimento comigo que uma vez ele quis retirar o banco lá que era da minha sogra e que ficava debaixo de um pé de pau vendendo fruta, banana, essas coisas, né. (Joaquim faz então um parêntese longo para narrar o seu enfrentamento anterior com o temido vigia Sabino, tendo por questão a permissão para a sua sogra negociar frutas na frente de casa numa pequena banquinha. Após ter dado o prazo de um dia para a sogra de Joaquim retirar a banca sob pena de quebrá-la, Joaquim fica*

em casa para esperá-lo, de foice amolada. Joaquim é proveniente do sertão, de Serra Talhada, área de cangaço e recrutamento de vigias. É primo de um vigia respeitado e sindicalista que depois é afastado da CTP. Por isso é conhecido dos outros vigias e também respeitado. Diante de Joaquim, Sabino concorda em dilatar o prazo da retirada da banca, até a sogra conseguir autorização da administração por intermédio de um compadre seu que trabalha nos escritórios.) (...) Então, nessa entrada na casa lá na rua do Abacaxi, quando dei fé, ele chegou. Revolver de lado, Sabino começou a fazer a ronda pela casa. Eu disse à mulher: 'Sabino está vindo aqui, diga que sou eu que moro aqui e se ele quiser falar comigo, manda chamar lá no sindicato.' Eu tava pelo instituto, né, nessa época, doente, estava no Instituto (IAP). Só vivia no sindicato. Eu entrava assim por detrás no sindicato e só vivia lá ("por detrás": o sindicato nesse período, início dos anos 50, era vigiado pela CTP para anotar os operários que o frequentavam): tomando conta, palestrando, conversando política, essas coisas né. Ai uma hora eu cheguei em casa e a mulher disse: - 'Olha, Sabino teve aqui e diz que de todo jeito é pra sair dessa casa, de todo jeito. E veio hoje e amanhã tal hora ele vem e não quer achar mais ninguém na casa.' "(Joaquim foi amolar a foice, escondendo-a depois atrás da porta, para que ela estivesse ao alcance da mão na hora em que fosse receber Sabino à sua porta e tivesse um diálogo inicial com ele previsivelmente desdobrável na utilização da violência. Diante de Sabino, na soleira da porta, há um primeiro diálogo, Sabino dizendo que a ordem era sair, sob pena de demolição da casa, Joaquim justificando sua entrada na casa após situação insustentável em domicílio com três famílias e lançando a ilegitimidade social de se demolir uma casa onde haveria dentro sua mulher e sua então primeira filha recém-nascida. Joaquim pensava, se tivesse que resistir com violência a Sabino, em fugir recorrendo ao "palácio do Governo" estadual onde, segundo crê, estaria garantido. Ele raciocina com a rivalidade e o contencioso, publicamente conhecidos, entre Agamenon Magalhães e os dirigentes da CTP, existentes desde o período de sua Interventoria Estadual no Estado Novo, que têm continuidade no período de seu então exercício do governo estadual entre 1950 e 1952. Essa rivalidade é particularmente cultivada e divulgada nas histórias locais contadas boca a boca pelos operários de Paulista. Diante da persistência e demonstração de coragem de Joaquim, Sabino se retira após uma discussão que por pouco não tem um desfecho violento. Mas retorna depois com uma turma de 10 homens. Vem para "botar a casa abaixo" e afirma que nunca falhou nesta missão que lhe é já habitual. Joaquim responde que sua mulher e filha estarão debaixo dos escombros da casa, não vai tirá-las de lá, e mata o primeiro que fizer menção de entrar na casa, o que causa um impasse diante do mocambo. Joaquim relata a seguir as negociações entre ele e representantes da administração das casas, já então presentes, e dos vigias, para que ele saísse pacificamente da casa. Um funcionário da administração das casas garante que a turma de homens que trouxe levaria gratuitamente sua mudança para qualquer lugar que Joaquim quisesse. Depois promete que a administração das casas lhe arranjará outra casa na vila operária. Joaquim só permite sair a mudança depois que tiver nas mãos as chaves de outra casa da companhia, e o impasse permanece. A administração das casas resolve então dar queixa de Joaquim à

delegacia policial local. Antes de comparecer à delegacia, Joaquim é chamado à seção das casas para falar com o administrador das casas, que ter-lhe-ia dirigido as seguintes palavras:)

– Você é o fulano de tal?

– Sou eu mesmo.

– Você é quem invadiu a casa da companhia, é?

– Eu achei aberta, entrei.

– Você não está achando que está num caso muito perigoso, que se meteu numa situação muito difícil, não?

– Olha eu só acho a situação difícil depois que me pisarem nos pés e me deixarem no chão estendido sem poder fazer mais nada. Mas enquanto eu estiver me bulindo, me movimentando, não tem nada de ruim pra mim.

– Você deve dar graças a Deus que está nessa época diferente aqui na área, mas se fosse mais uns tempos atrás, você não tava mais falando.

– Bem, mas se a época tá desenvolvendo, eu também estou de acordo com a época.

– Bem, quem vai resolver seu caso é o delegado. Eu já mandei uma carta pra lá.

(Joaquim comparece à delegacia. O delegado, "Tenente o Olímpio Ferragem", era, segundo a descrição de Joaquim, "um cabra raçudo, dos arredores de Serra Talhada também". Serra Talhada além de ser a terra de Joaquim é também a de Agamenon Magalhães. Após um interrogatório inicial, Joaquim conta ao delegado toda sua história, sua vinda para Paulista de Serra Talhada, depois seu casamento, a escassez de casas, a convivência doméstica forçada com três famílias, a invasão da casa em desespero. O delegado ouve com simpatia e teria dito:)

– Joaquim, você não sabe que é ordem de Agamenon, Agamenon botou uma lei aí contra o mocambo? Não existe a lei contra o mocambo? Se você tivesse entrado numa casa de tijolo, cobertura de telha, vocês estava com tudo! (risos, do contexto da entrevista). Mas só é ruim porque a gente não pode pedir direitinho porque você entrou numa casa que Agamenon condena, né. A lei contra o mocambo. Mas, com tudo isso, você agüenta a mão e fique por lá. Deixa o tempo correr. Toda conversa que houver você diz: 'Me dê uma casa que eu desocupo'."

(Joaquim voltou para seu mocambo invadido. Mas tinha medo e não conseguia dormir à noite. Porque sabia que depois de Sabino vinha Gasolina. Segundo Joaquim, Gasolina, esse ex-cangaceiro,) "andava com 12 homens. Era chefe do rondamento da noite e fazia muitas amizades. Quer dizer, que o delegado ainda dava cobertura a ele. Ele fazia esse policiamento aí da companhia. A companhia dizia que era só para guarnecer o que era dela, mas adonde ele passasse, fazia esse serviço de polícia mesmo, né. E eu pensava: só falta o Gasolina. E se ele tocar fogo na casa de noite? Porque ele tocava fogo em casa. Querendo botar o morador pra fora, se o camarada não queria sair, ele tocava fogo, e o camarada tinha que sair pra não morrer queimado.<sup>91</sup>

(Sem dormir, espantando-se com qualquer barulho à noite, Joaquim resolve recuar, salvando-se com a oferta de seu vizinho e ex-

<sup>91</sup> As práticas de atemorização aos moradores e a derrubada da casa de taipa são reconstituídas, no contexto de trabalhadores rurais do interior da Paraíba e Pernambuco, no "filme dentro do filme" realizado parcialmente em 1964, e incluído no recente filme "Cabra Marcado para Morrer" de Eduardo Coutinho.

*companheiro de seção, nas caldeiras, Navizildo, para, diante da situação insustentável, morar provisoriamente na sua casa. Já na casa de Navizildo há 3 dias, Joaquim vai até a seção das casas e declara ter desocupado a casa: "Na hora que eu disse que a casa tava desocupada não passou vinte minutos, mandaram logo botar abaixo." Em seguida Joaquim vai até o delegado para comunicar a desocupação da casa. O delegado mandou, então um sargento acompanhar Joaquim à seção das casas da CTP para confirmar a entrega da casa à administração – o que foi feito, apesar do sargento, à revelia da orientação do delegado-tenente, procurar acusar Joaquim perante a administração para ficar bem com ela. Joaquim, no entanto, contava com a cobertura do delegado-tenente. Apesar de todo esse episódio, Joaquim permaneceu na CTP e conseguiu, logo depois, casa na vila operária.*

*Tendo sofrido bastante durante sua vida profissional na seção de tinturaria e estamparia da Fábrica Aurora, discriminado pelas chefias que nunca o classificaram acima da categoria "servente", Joaquim, operário estabilizado, tira sua desforra após os 30 anos de serviço: no acordo judicial feito com a CTP, em meados dos anos 70, Joaquim foi "indenizado" com duas casas da vila operária. Para quem, sem casa, invadiu um mocambo da companhia e enfrentou seus vigias no início da "carreira", as duas casas da indenização materializam uma vitória final.)"*

Esse episódio das "aventuras de Joaquim", que se origina nas consequências imediatas da superpopulação da vila operária e na ilegitimidade social da imposição da co-habitação de famílias – levando ao extremo na esfera da casa o efeito de estranhamento que pode existir na *cooperação* forçada, no interior da fábrica, entre desconhecidos – mostra como a forma *mocambo* de casa é propícia, por sua especificidade, para revelar de maneira exagerada os conflitos e a violência da manutenção da ordem na vila operária. A fragilidade material do *mocambo*, a sua condição marginal na vila operária e sua estigmatização por parte da *companhia* e das autoridades públicas se por um lado facilitam a operação da "invasão" e a impunidade imediata do trabalhador, por outro lado permitem o recurso ao argumento último no processo de despejo, a saber, a destruição da casa, seja através do incêndio noturno, seja através da demolição. A coragem, a esperteza e a altivez diante de poderosa opressão apresentadas por Joaquim, de feições "malazarteanas", possíveis, no início dos anos 50, por uma série de circunstâncias políticas – o governo de Agamenon Magalhães, tradicional adversário dos dirigentes da CTP, os acontecimentos do final dos anos 40 de repressão ao sindicato e ao PCB por parte da *companhia* e seus numerosos *vigias*, que lhe valeram uma proeminência negativa na "opinião pública" (cf. capítulo 6 e parte 4) fazendo-a atenuar a ação exterminadora de sua milícia privada – coloca em cena, por outro lado, os agentes e as técnicas repressivas usuais na vila operária, mantendo-se o narrador ao mesmo tempo vivo e presente até o final da história de forma a poder contá-la considerando-se vitorioso. É de se assinalar que o espaço aberto à resistência de Joaquim na expectativa da



cobertura de Agamenon, baseado nas divergências tradicionais entre este e a CTP, estreita-se diante do *mocambo*: a condenação dos *mocambos* e a exaltação à vila operária modelar são um “consenso no dissenso” entre o ex-interventor do Estado Novo e a *companhia*, refletindo-se na inação simpática do tenente-delegado de polícia<sup>92</sup>.

Se o episódio das “aventuras de Joaquim” nos adverte contra a idéia do “sistema Paulista” como uma forma de dominação sem contradições internas, conflitos, resistência dos dominados e uso da violência, no entanto, por outro lado, a própria super população da vila operária que dá origem a esses conflitos, faz também da obtenção da casa da *companhia* um objetivo cobiçado. Também o depoimento citado mais acima da ex-fiandeira Maria apontando para a homologia entre o trabalho do diarista da *gerência externa*, da *folha amarela*, que veio buscar trabalho, e o *mocambo* ou a *casa particular* nos *arrebaldes* por um lado, e por outro entre o “emprego bom”, na fábrica, do trabalhador aliciado e a casa da vila operária “com toda cobertura” por parte da CTP, indica esse efeito de legitimação da vila operária entre os

---

<sup>92</sup> Este “consenso no dissenso”, por sinal, é velho de mais de uma década para trás da data das “aventuras de Joaquim”, e pode ser ilustrado pela matéria propagandística ocupando duas páginas inteiras, publicada no jornal de Agamenon Magalhães, *Folha da Manhã* (de 12 de julho de 1942), intitulada “Paulista e as suas grandes fábricas de tecidos” e que traz como sub-título, também “em manchete”: “Solidária com o governo na benemérita campanha social contra o mocambo, a ‘Companhia de Tecidos Paulista’ está desapropriando mocambos e construindo muitas casas de alvenaria para os seus operários”. No interior da matéria, ao lado de informações propagandísticas sobre a importância da CTP para a economia pernambucana, para os cofres do IAPI, desfiando o seu “serviço de assistência social ao trabalhador”, e ostentando as fotos de marcos de sua “civilização” (fotos de consultórios médicos, *chalets* de chefes, sede de Juventude Católica construída pela fábrica, arruados de casas, as chaminés das fábricas), há também referência à “adesão à ‘campanha contra o mocambo’”:

“Merece registro especial a adesão que a Companhia Paulista há dado ao governo, na meritória campanha contra o mocambo. A companhia já desapropriou mais de 300 mocambos pertencentes a terceiros, edificando casas confortáveis de alvenaria para os seus operários. A Empresa possuía casas de pedra e cal, em números aproximado de 6.000, fornecendo aos operários habitação quase que gratuita, porque os operários pagam ali apenas uma taxa de conservação do imóvel, taxa essa que, em geral, não vai além de 15\$000 mensais.”

A CTP faz passar por uma “adesão”, uma prática de destruição de *mocambos* muito anterior à “campanha contra o mocambo” governamental, encontrando um ponto comum com o Interventor Agamenon Magalhães e atenuando suas divergências. Inversamente, ao governo estadual interessa “encampar” uma “premonição” localizada da “campanha contra o mocambo” tão bem sucedida como é a prática da CTP de “condenação” às casas de taipa desde o final dos anos 20. (Repercussões, sobre as vilas operárias das fábricas têxteis do Recife, da “campanha contra o mocambo” do início dos anos 40, são indicadas em Melo, 1985, pgs. 57 e 60).



trabalhadores pressionados por sua superpopulação. Tal efeito de legitimação contido nas *casas da companhia* pode ser deduzido das descrições de episódios vividos pelos trabalhadores, em sua própria história de vida, re-situando-os na época, ao contrário de outros aspectos da legitimação entre os trabalhadores da forma de dominação, como o “trabalho para todos” ou os “roçados-operários”, que transparecem explicitamente no discurso retrospectivo, comparativo, de “idealização do passado”, por parte dos velhos operários de hoje. Se neste discurso explicitamente retrospectivo, a casa da vila operária ocupa um lugar secundário como elemento da interiorização, pelo próprio grupo dominado, da dominação a que está submetido, canalizando apenas para as concessões anexas à moradia os seus aspectos positivos, como vimos no início deste capítulo; a dedução que podemos fazer do material descritivo da própria contextualização da época, onde a propriedade pelos operários da casa da vila operária – fenômeno iniciado com as indenizações em massa dos estabilizados a partir do final dos anos 60 – estava fora do horizonte das possibilidades dos trabalhadores, nos faz reavaliar o peso da *casa da companhia* na percepção dos operários da ordem legítima. Não é por acaso que os velhos operários de hoje, como vimos no início deste capítulo, tenham a nostalgia das casas da vila operária uniformemente brancas, caiadas de 6 em 6 meses, assim como da pureza da água da levada, canalizada para os chafarizes nas ruas. Embora em outros contextos a maior “vantagem” ou “conquista” de parte dos trabalhadores de Paulista seja a propriedade da casa, obtida através de indenização ou acordo, aquela nostalgia aparentemente contraditória com a liberdade insegura quanto ao emprego do proprietário da casa de hoje, se explica ao ser contextualizada na época da naturalização do monopólio das casas da *companhia* e das garantias de existência que a ele estavam associadas. Trabalhadas até aqui, neste capítulo, mais como um fator explicativo subjacente que escaparia à “sociologia espontânea” de “idealização do passado” dos trabalhadores, tendo a ver com as forças “inintencionais” do mercado de trabalho e da concorrência local e nacional entre os industriais têxteis, as casas da vila operária da *companhia* tal como situadas nas condições sociais concretas do período de vigência do “sistema Paulista”, de fato compõem, embora por uma via de apreensão heterogênea, com a epopéia do processo de aliciamento de mão-de-obra, com o “tempo do trabalho para todos” e com os roçados e a feira, mais explicitamente evocados pelos trabalhadores, esse vasto painel da interiorização da dominação legítima de um sistema particular de fábrica com vila operária.

A superpopulação da vila operária, intensificada desde 1938 e 1939, com o fim em 1937 das restrições à importação de máquinas têxteis nessa indústria em suposta “superprodução”, faz a *companhia* ampliar o seu programa de construção de casas, segundo o registro dos relatórios anuais da CTP<sup>93</sup>. Até

---

<sup>93</sup> O relatório de 1939 anuncia grande afluência de operários: “Em consequência do desenvolvimento técnico das nossas fábricas, mais diversos milhares de

1950, esses relatórios anunciam o crescimento do número de casas da vila operária; deste ano em diante há apenas o registro dos reparos e conservação das casas, assim como um crescimento do aparato institucional da vila operária, como a construção da Igreja, de uma “policlínica”, etc. É possível que os *mocambos* residuais a que se refere o operário Joaquim no relato de suas “aventuras” diante dos *vigias* no início dos anos 50 tenham sido demolidos ou “reformados”, e a pressão da superpopulação da vila operária tenha subsequenteemente se acomodado nas *casas particulares* em “áreas livres” dos “arrebaldes”, além de ter diminuído com a modernização da maquinária, reorganização da produção e a demissão de operários. O tamanho final dessa enorme vila operária parece girar numericamente em torno das 6.000 casas: enquanto o relatório anual de 1949 fala em “cerca de 8.000 casas”, mas incluindo provavelmente nesta cifra as casas do Rio Tinto, na Paraíba, o documento propagandístico da CTP, incluído em Veiga, 1956, menciona a existência de “mais de 6.000 casas de alvenaria, todas elas pertencentes à fábrica”. Segundo dados apresentados por Agamenon Magalhães em um artigo sobre Paulista publicado na Folha da Manhã de 28/1/1939, a fábrica teria na época 4.000 casas. De 1939 a 1950, seu período de auge, a CTP teria construído em torno de 2.500 novas casas<sup>94</sup>.

---

operários acharam um meio de vida em nossos estabelecimentos fabris (...) O elevado número de operários obrigou-nos a ampliar ainda mais o programa de construção de casas de moradia, afim de assegurar a cada um deles um lar adequado”. A ausência de quantificação precisa (“diversos milhares”, “elevado número”) permanece nos relatórios subsequentes até 1945, com pequenas flutuações, como a assinalada no relatório de 1943 – “Continuamos desenvolvendo o nosso programa de renovação e aumento da vila operária, tendo inaugurado durante este ano novos grupos de habitações confortáveis e higiênicas. Infelizmente, o número dessas construções foi mais reduzido do que o do ano passado pela dificuldades encontradas para aquisição dos materiais mais necessários (dificuldades provenientes da guerra mundial)” – e retomada no de 1944: “Registramos com satisfação o acréscimo bastante considerável de novas casas para residência dos nossos operários (...)”. De 1945 a 1950, os relatórios assinalam numericamente o acréscimo anual na construção de casas: 1945 – 316 casas, 1946 – 383 casas, 1947 – 380 casas, 1948 – 79 casas, 1950 – 100 casas.

<sup>94</sup> De 1945 a 1950 os relatórios fornecem números precisos de novas casas construídas, à exceção de 1949, o que nos faz estimar o número neste período um pouco acima das 1.258 registradas nesses relatórios (“acima das” pois existem as casas construídas em 1949 e não declaradas no relatório). Entre 1939 e 1945, período em que não temos indicações numéricas nos relatórios mas apenas apreciações qualitativas, poderíamos estimar o número de casas construídas como de uma ordem de grandeza semelhante ao do período subsequente, isto é, em torno de 1.250, o que acarreta, para o período de 1939 a 1950, uma estimativa em torno de 2.500 casas. A grandeza desta ampliação da vila operária pode ser avaliada comparativamente com a construção de casas realizadas no auge da “campanha contra o mocambo” no governo de interventoria de Agamenon Magalhães: entre 1939 e 1944 a “Liga contra o

O relatório de 1949, além de estimar o número das casas de propriedade da CTP, faz como que um balanço final dessa experiência de construção de casas que está prestes a atingir o seu limite. Após registrar, "com satisfação, neste ano, o acréscimo de novas casas para residência dos nossos operários, casas estas que oferecem todas as condições de conforto que lhes são compatíveis" (sic! para "que lhes são compatíveis") e de reiterar que "faz parte do nosso programa intensificar a construção de casas para melhorar as condições ambientes, não sendo poupado nenhum esforço para a obtenção integral do nosso objetivo", afirmações estas que são comuns a muitos outros relatórios desde 1927, o relatório de 1949 acrescenta:

*"E ainda deve-se salientar aqui que, ao contrário de muitas fábricas têxteis do sul que não precisam fornecer habitações e utilidades públicas aos seus operários, mas sim somente o pagamento exclusivo dos seus salários, é obrigação imprescindível desta companhia manter serviços completos de energia elétrica, esgotos e abastecimento d'água aos seus dois núcleos fabris (isto é Paulista e Rio Tinto na Paraíba), além da construção e conservação de cerca de 8.000 casas higiênicas e confortáveis. Só nestes serviços esta Empresa dispendeu durante este ano a considerável quantia de Cr\$10.272.126,70, isto sem falar na água e luz fornecidas gratuitamente às entidades oficiais e à grande parte do comércio local. Como é óbvio, estes ônus extra-fabris necessitam a inversão de capitais improdutivos que cada ano aumentam, visto que os aluguéis cobrados são modestos demais, não chegando para cobrir nem a metade do custo dos serviços prestados."*

Embora colocado no tom de queixa habitual às adversidades que valorizam o desempenho da diretoria perante os acionistas e que advertem o governo dos ônus extra-econômicos da *companhia*, esse relatório aponta por um lado para a associação intrínseca e "imprescindível" da atividade fabril da CTP com a sua vila operária, e por outro lado para as contradições internas suscitadas por tal associação. Essa argumentação, já utilizada no relatório de 1939<sup>95</sup> é desenvolvida no relatório de 1950<sup>96</sup> e enquanto atenua-se o seu

---

mocambo" teria construído 5.707 casas no Recife (no contexto de um "estoque" estimado de 45.000 mocambos), enquanto a CTP, sem os recursos angariados pelo governo na campanha contra o mocambo, e numa área muito menor, teria no mesmo período construído o equivalente a 20% desta cifra. Além disto, a CTP tem a seu favor o estoque anterior de aproximadamente 4.000 casas e a continuidade posterior do seu programa de construção, chegando à ordem de 6.000 casas em 1950. (Os dados sobre os mocambos e a construção de casas no Recife, acompanhados da análise política da "campanha contra o mocambo" estão em Pandolfi, 1984, pg. 65; ver também Melo, 1985).

<sup>95</sup> "(...) Não obstante as rendas reduzidas das nossas vilas operárias que mal cobrem as importâncias empregadas nas obras efetuadas, não nos descuidamos da conservação e limpeza de todas as casas, com o intuito de proporcionarmos aos nossos operários o melhor conforto." (Relatório de 1939)

<sup>96</sup> "Com a manutenção e conservação da nossa Vila Operária e respectivos serviços de luz, água e esgotos, empregou a companhia neste ano financeiro a

significado de um discurso preparado para efeitos externos, tendo como alvo acionistas e governo, fortalece-se a sua conotação de expressão de um pensamento interno à direção da empresa. Com efeito, a concorrência dos industriais têxteis entre si na conjuntura não tão generosa do pós-guerra, que contrasta com o período de "vacas gordas" da 2ª Guerra Mundial – a qual alçou a indústria têxtil brasileira à qualidade de uma das principais exportadoras do mundo – e a intensificação dos conflitos sociais, que atingem Paulista, fazem a direção da CTP, desde o início dos anos 50, deixar escapar, por detrás da linguagem específica dos relatórios aos acionistas, as suas preocupações quanto às contradições internas da associação "imprescindível" da fábrica com a sua vila operária.

Certamente, a comparação entre o custo da construção, manutenção e conservação da vila operária e a renda decorrente dos aluguéis cobrados aos operários é uma falácia de argumentação: os serviços de luz, água e esgotos incluídos naquele custo não se destinam às casas dos operários, mas sim às fábricas, aos *chalets* dos chefes e empregados da hierarquia superior que freqüentemente nem são descontados do aluguel, à *casa-grande* da família Lundgren, e secundariamente a localidades coletivas como ruas e praças que "beneficiam" os trabalhadores em "bloco" ou "em fila", não com a lâmpada ou a torneira domiciliares, mas com o chafariz e o poste da rua. Por outro lado, a não-elevação dos aluguéis até o nível de equivalência ao custo da manutenção da vila operária deve-se não à opção generosa da *companhia* de distribuir e assegurar "conforto", "comodidade" e "higiene" aos seus trabalhadores, mas à impossibilidade de conciliar tal elevação com o nível salarial pago à sua força de trabalho<sup>97</sup>. A insuportabilidade do aluguel, diante do

---

importância de Cr\$15.652.588,80; contra um rendimento de Cr\$3.384.927,00 proveniente de aluguéis – capital improdutivo aquele que, não obstante, se torna imprescindível despendido para assegurar a comodidade e o conforto de todos aqueles que empregam a sua atividade na nossa organização. Em geral cobramos, como é notório, um aluguel tão módico que mal chega para cobrir uma parte mínima do custo dos serviços prestados; mesmo assim preferimos suportar o ônus da diferença a ter de sobrecarregar o custo da vida dos nossos operários com aluguéis superiores, que não deixariam contudo de ser justificados em face dos elevados preços correntes dos materiais empregados." (Relatório de 1950)

<sup>97</sup> É interessante contrastar essas queixas da CTP com a repercussão dos aluguéis das casas da vila operária no orçamento dos operários, expresso por eles próprios como a que se inclui numa carta de diversos operários de Paulista, publicada na *Folha do Povo* de 20/8/1935 (pg. 4), e feita em um ano próximo ao de 1939, quando pela primeira vez aparece em relatório as queixas acima referidas da CTP "com as rendas reduzidas" provenientes do aluguel das casas da vila operária:

"O que se passa na fábrica Paulista – Recebemos com pedido de publicação a carta abaixo:

'Srs. Redatores da Folha do Povo

Saudações.

salário individual do trabalhador, atenua-se na sua confrontação com o *salário família*, esse somatório de salários individuais que, no entanto, opera como uma unidade salarial no “sistema Paulista” (cf. Alvim, 1985, cap. 1), e é com base nesses operadores reais como a *família numerosa* e o *salário família*, que, no entanto, não aparecem no universo formal dos relatórios aos acionistas, que é alcançado um equilíbrio entre o aluguel cobrado e sua relativa suportabilidade pelos trabalhadores. Não é através da “exploração escandalosa da miséria” decorrente do preço de monopólio dos aluguéis das casas da vila operária – essa propriedade da terceira característica da “renda dos terrenos para construção e da renda das minas”, o preço do monopólio, analisado nos capítulos sobre a “Renda da Terra” no Livro 3 do Capital (Marx, 1960, III, 3, cap. XLVI) – que o “sistema Paulista” assenta a sua relação “imprescindível” entre fábrica e vila operária, e sim muito mais essa outra propriedade, menos contabilizável, do preço de monopólio, a saber “o

---

De pé companheiros contra a Fábrica de Tecidos Paulista. É dolorosa a situação dos operários que nesta fábrica trabalham.

Vivem famintos e em miserável estado.

Trabalham 11 horas por dia e não sabem quanto ganham, as fiandeiras, por exemplo, que são as primeiras que lutam com o algodão, e que tem conta de produção. Estas não sabem qual o preço das produções, sabem que o relógio marca os algarismos mas não sabem qual o preço delas nem o contramestre diz quando se pergunta. Diz que não adianta a elas e vai embora. No fim de semana vem 16\$000 ou 18\$000, até 19\$000, não tem quem receba mais. Os ajudantes recebem 8\$000, 9\$000, até 9\$500 (semanais). É tanto que uma mocinha que era ajudante de fiandeira morava numa casa de 30\$000 (aluguel mensal) e descontou 7\$500 por semana, trabalhou 4 meses e nunca viu a cruz do seu dinheiro. Durante esse tempo nunca recebeu um vintém.

Uma tecelã que desenvolve um trabalho esfalfante em duas máquinas com o miserável horário de 4 horas da manhã até as 14 horas da tarde, ou das 14 às 24 horas. E só percebe 16\$000, 17\$000, 15\$000, até 10\$000 e 9\$500, como tem acontecido, por semana. (...) Foi mudado o gerente por um tal Henrique que já foi gerente antigamente, é por isso que os operários estão ainda mais sacrificados. Pois eles não comem nem vestem a não ser no fiado. Tem 3 feiras por semana mas os operários não podem fazê-las. Porque desconta 7\$500 da casa, 5\$000 da loja (compra de panos a prestação, descontada do salário), ganhando 16\$000 e 17\$000, sempre menos de 20\$000.

A miséria ali impera.

Acabaram com o sindicato e não querem que falem em tal nome.

Onde está o Ministro do Trabalho? E as promessas feitas aos operários? Ninguém responde.

Os operários querem pão, querem remédio e querem conforto, eles também são humanos.

(ass.) Diversos prejudicados' ”

Deve-se assinalar também o papel do desconto dos aluguéis das casas no contracheque na conjuntura da luta pela aplicação do decreto das 8 horas de trabalho de maio de 1932 no desencadeamento da 2ª greve de junho de 1932 pelos operários de Paulista (cf. cap. 7).

poder imenso da propriedade fundiária concentrada nas mesmas mãos do capital industrial" (Marx, *ibidem*), com o qual procura inclusive levar vantagem na competição intra burguesa do setor têxtil.

A própria linguagem contábil dos relatórios de 1949 e 1950, comparando o custo da conservação da vila operária com a renda proveniente dos aluguéis de suas casas, pensando através de categorias "smithianas" como a de "capital improdutivo" para designar seus investimentos na vila operária – categorias essas impregnadas do liberalismo e da crítica à máquina do governo e do Estado, próprias à sociedade civil burguesa em suas origens e mais adequadas ao campo de argumentação dos adversários industriais têxteis "do Sul" evocados pela CTP – é bastante inadequada para captar e defender a especificidade, tanto mais estranha à economia política clássica quanto mais próxima à "economia política de Polanyi"<sup>98</sup>, do "sistema Paulista", o qual, além de produzir pano e mais-valia, governa um território e uma população não somente dentro da fábrica, mas no conjunto de sua vida extra-fábrica. Esse balanço da vila operária de Paulista, nos relatórios de 1949 e 1950, feito no momento mesmo em que termina a construção de novas casas, aponta para algumas das contradições internas da fábrica com vila operária, mas já adotando o ponto de vista dos seus concorrentes "sem vila operária", para poder realçar, diante do governo, as suas desvantagens. No entanto, durante toda a década de 50 há ainda a continuação e aperfeiçoamento da vila operária, com a conservação das casas, a inauguração da Igreja e a manutenção de clubes esportivos. Apesar do aguçamento do conflito social e de medidas tomadas pela CTP – em parte resposta, em parte causa, de tal aguçamento, ocasionadas também pela dinâmica da concorrência no interior do setor têxtil – que levam à modificação da composição técnica do capital (cf. Marx, 1983, cap. XXIII, pg. 187) no sentido da diminuição do emprego da força de trabalho, começando a afetar o próprio equilíbrio entre o contingente de operários fabris e o tamanho da vila operária; mesmo assim, em toda a década de 50 a Fábrica Paulista assenta-se sobre o sucesso de sua aplicação e sua especificação do "sistema fábrica com vila operária". Até o final dos anos 60 – quando na conjuntura repressiva pós-64 e instrumentalizada pelo FGTS e o fim da lei da estabilidade daí decorrente, a CTP processa uma ofensiva contra os "estabilizados", que tem conseqüências sobre a propriedade das casas da vila operária – a *companhia* mantém sob seu estrito controle a cidade criada "em anexo" às suas duas fábricas.

Durante todo esse tempo, do início do século aos anos 60 e 70, com grande intensidade no período dos anos 20 a 50, a CTP, através da produção de pano e mais-valia, forjou um grupo social operário determinado, com suas práticas pedagógicas, sanitárias e disciplinares embutidas na forma de dominação específica com a qual se relaciona com seus operários. Nessa

<sup>98</sup> Cf. Polanyi, 1957 e 1980; cf. também Leite Lopes, 1971 e para a referência às categorias smithianas, cf. Smith, 1983, vol I, livro 2, cap. III e vol. II, Livro 5.



forma de dominação específica têm grande importância as relações sociais subjacentes à constituição de uma vila operária de “pedra e cal”, com seus arruados esquadrihados, duráveis, de propriedade da *companhia*, admitindo a habitação rotativa de diversas famílias operárias, construída por sobre as casas de palha e *mocambos*, *particulares* ou da *companhia*, que materializavam, como que por entre a taipa, a palha e o roçado anexo, outras relações sociais, outra concepção de casa, menos funcionais à disciplina requerida pelo “sistema fábrica e vila operária” e sua manifestação específica local, o “sistema Paulista”.

O estabelecimento de uma vila operária de “pedra, cal e telha”, e mais do que isto, a exigência, como regra geral – embora não cumprida efetivamente na sua totalidade – de que todo operário que trabalha na fábrica more necessariamente na vila operária, permite que o controle e a disciplina habitualmente exercidos sobre o produtor direto no sistema fabril, estenda-se de forma direta e eficiente sobre o mesmo produtor no domínio de sua moradia. A existência da vila operária é um dos suportes materiais do ritual de agregação dos novos trabalhadores aliciados – e o são sob a forma de grupos familiares – ao mundo da fábrica, e que consiste não somente na alocação dos membros da família potencialmente ativos ao trabalho, mas na distribuição da totalidade daquela população pelas casas da vila operária. Nos critérios de distribuição destes grupos familiares pelas casas, a *companhia* procura associar o tamanho da casa quanto ao número de cômodos ao tamanho da parte ativa do grupo familiar, isto é, ao número de seus membros trabalhando efetivamente na fábrica. E estes critérios de distribuição pesam sobre os trabalhadores não somente no momento da cerimônia de alocação destes operários modelares, que são os diretamente aliciados pelos *agentes* da *companhia*, mas também subsequente na relação móvel entre “população efetivamente ativa” e “população total” dentro de cada grupo familiar. Para atualizar efetivamente este esquadrihamento permanente da relação entre a casa e o trabalho, é utilizada, além da compatibilização burocrática entre o fichário do setor de pessoal da fábrica e o fichário da “seção das casas”, também esta categoria particular de empregados ambulantes do escritório, denominados nos relatos dos operários de *informantes* – e registrados, ironicamente, pelo pesquisador-antropólogo em seu “caderno de campo” – encarregados de atualizar censitariamente a população e a sua situação de trabalho no interior de cada casa. Estes critérios de associação entre tamanho da parte ativa, diretamente fabril, da família e tamanho da casa, podem ter por sanção aos grupos familiares menores a sua co-habitação forçada, na mesma casa, com outro grupo familiar, devido aos problemas da superpopulação da vila operária, situação esta que já encontramos na motivação inicial ao desencadeamento das “aventuras de Joaquim”. Por outro lado, estes mesmos critérios, estas mesmas regras de moradia da vila operária, levam muitas famílias a praticarem um sub-aliamento espontâneo entre seus

parentes nos seus locais de origem, para substituírem membros familiares ativos acidentados ou doentes ou para suprirem as funções domésticas de outro membro recém-deslocado para o trabalho fabril (cf. Alvim, 1985, cap. 3). A concepção de casa de "pedra e cal" da vila operária permite, portanto, o estabelecimento destas regras de moradia e deste esquadramento dos trabalhadores também na esfera doméstica, práticas impensáveis de se aplicarem e se desenvolverem sob a base material e a concepção de casa diversa subjacente aos *mocambos*.

Não é por acaso que o Interventor Federal de Pernambuco durante o Estado Novo, Agamenon Magalhães, idealizador obsessivo da "campanha contra o mocambo", toma por modelo de cidade industrial a vila operária de fábrica, e procura atuar na cidade do Recife segundo esse modelo. Apesar das divergências políticas com os Lundgrens a respeito da fábrica e da cidade de Paulista ela própria, Agamenon a considera "uma fábrica e uma civilização". Em artigo assim intitulado na *Folha da Manhã* de 28 de janeiro de 1939, ele dessa forma finaliza a descrição daquela fábrica, que, como as outras, do Recife e arredores, têxteis e de outros setores, são objeto de uma série de artigos apreciativos das iniciativas empresariais de Pernambuco:

*"(...) A fábrica construiu uma civilização no Estado, tendo 4 mil casas, água, luz, cinema, parques de diversões, hospital, teatro, igrejas, toda uma cidade, enfim, com os rumores, os hábitos, os divertimentos da vida urbana.*

*A empresa tem, entretanto, uma tendência latifundiária, para a qual não encontro razões econômicas. As suas terras já atravessam o município de Igarassú e chegam, segundo me informam, até Nazareth.*

*Talvez, os irmãos Lundgren, temendo que Paulista, com o desenvolvimento da fábrica, se torne uma grande concentração urbana, destinem as terras, que vão adquirindo, ao aproveitamento, por meio de uma colonização sistemática e inteligente, dos excessos da população, assegurando, por outro lado, o abastecimento agrícola dos seus obreiros.*

*Seja qual for a interpretação, o que ninguém poderá negar é que os irmãos Lundgren, com as suas virtudes e os seus pecados têm amor à terra e aos seus teares, e construíram uma empresa, cuja organização tem resistido a todas as crises e pode servir de modelo às civilizações industriais mais avançadas."*

As divergências de Agamenon com a CTP parecem trair-se, no artigo, mais que na sua observação sobre a "tendência latifundiária da empresa", na menção às "virtudes e pecados" dos irmãos Lundgren – no contexto de uma série de artigos sobre as indústrias de Pernambuco que procuram ressaltar seus méritos e que raramente criticam os empreendimentos ou os industriais. Com efeito, a apontada "tendência latifundiária" é contra-argumentada no parágrafo seguinte com algumas características distintas do "sistema Paulista", a saber, os roçados e a feira que complementam a vila operária e são parte integrante dessa "civilização". Por outro lado, essa "civilização"

fornece, para Agamenon, um modelo de dominação social, desde o aliciamento controlado de trabalhadores encontrando simultaneamente emprego certo e casa de pedra e cal, a ser aplicado no contexto do Recife "corroído pelo *mocambo*". Quanto aos "pecados" dos irmãos Lundgren, os choques entre essa outra característica do "sistema Paulista", a de ser o governo local de fato, e os poderes públicos constituídos, estaduais ou nacionais, eles têm a ver com a dimensão mais diretamente política dessa situação-limite do "sistema fábrica com vila operária", com a contrapartida política dessa "civilização".

**PARTE II**

***A COMPANHIA:*  
O GOVERNO LOCAL DE FATO**



## Capítulo 5

### A “Civilização” da Fábrica Paulista

“Uma fábrica e uma civilização”<sup>99</sup>: a esta expressão de Agamenon Magalhães para homenagear a fábrica com a qual teve não poucos atritos políticos, está associada não somente uma idéia de investimentos básicos em profilaxia e saneamento, na construção de casas e de uma infra-estrutura urbana, mas também a idéia da organização de um aparato institucional de “amparo” e de enquadramento “físico e moral” dos trabalhadores<sup>100</sup>. A organização deste aparato institucional materializa-se logo em suas realizações mais concretas e visíveis: hospital, igrejas, cinema, teatro, parque de diversões. É o que sobressai da caracterização de Agamenon, mas também dos diversos relatórios anuais da CTP aos acionistas. Este é, aliás, o terreno por excelência da apresentação dos “benefícios sociais”, dos aspectos legitimadores da dominação tal como vistos pelos industriais (os quais de tanto fazerem crer, também crêem) e pela elite política (cf. Agamenon).

Assim, é dado grande destaque, pela sua freqüência nos relatórios anuais aos acionistas, à menção da assistência médica prestada aos seus operários. Essa menção aparece nos relatórios de 1930, 1931, 1933, 1934, 1937, 1939, 1940, 1943, 1944, 1948, 1949, 1950, 1955, 1956, 1958. É esse tópico de assistência médica o mais frisado dentre os que compõem o item “Benefícios Sociais”, sob o qual geralmente são agrupados, além da assistência médica, as subvenções e auxílios aos esportes e diversões, às escolas, à Igreja local e às associações religiosas. Por outro lado, a inclusão dos “benefícios sociais,

---

<sup>99</sup> “(...) A fábrica construiu uma civilização no Estado, tendo 4 mil casas, água, luz, cinema, parques de diversão, hospital, teatro, igrejas, toda uma cidade, enfim, com os rumores, os hábitos, os divertimentos da vida urbana.”  
(*Folha da Manhã*, 28/01/1939)

<sup>100</sup> A expressão “física e moral” utilizada acima se refere à expressão e conteúdo a ela subjacente, de uma concepção psico-fisiológica das relações sociais, usual na literatura sobre a classe operária, prevaescente na Europa do Século XIX e início do Século XX, e de largo uso também no Brasil. Cf. Leite Lopes, 1984.



e particularmente da assistência médica nos relatórios aos acionistas, que ocorre a partir de 1930, parece estar relacionada à necessidade de legitimação perante a aparição da legislação trabalhista e previdenciária e aos conflitos sociais que ocorrem, seja em escala nacional, seja em escala local. Não é por acaso que são contratados "os serviços do Dr. Edward Gouveia, médico domiciliado em Paulista, sempre à disposição dos operários em caso de acidente ou de doença" em 1931, no período em que está em formação o "sindicato operário" de Paulista (cf. relatório anual de 1931), nem que no relatório de 1934, selando a pacificação posterior aos anos agitados de 1930, 1931 e 1932, e passada a ressaca das greves de junho e os acontecimentos de Outubro de 1932 que redundaram no "lock-out" temporário da fábrica e numa intervenção "branca", porém eficiente, no sindicato operário, a CTP queira assegurar que:

*"Vivemos durante o ano na mais perfeita harmonia com nossos operários, e a Companhia continua a fornecer grátis aos seus operários exames de médico, assistência farmacêutica, hospitalar, escolas e funerários, bem como as diversões necessárias para manter a saúde corporal e espiritual. Gastamos sob esse título a importância de 263:419\$120, durante o ano."*

O livro do cronista local Santos Filho, que recolheu histórias contadas por moradores antigos de Paulista e as apresenta, segundo seu autor, "em ligeiras pinceladas", dá maiores detalhes da assistência médica da CTP anterior à construção de sua "policlínica" em 1950, deslocando a ênfase do "médico" e do "hospitalar" para o "farmacêutico":

*"No setor de saúde, havia um ambulatório médico, em frente da antiga farmácia do seu Araújo, então chefiado pelo Dr. Lafayette, e tendo como auxiliares o enfermeiro Sebastião e o laboratorista seu Ribeiro, ambos já falecidos. Aliás, o seu Ribeiro era o pai de nosso bom amigo Miro. Ele também medicava as pessoas doentes, e fazia todos os exames de laboratório. E para atender os casos de urgência o ambulatório dispunha de uma ambulância. Ao serem admitidos como empregados, os operários e suas famílias tomavam o tradicional purgante de óleo de ricino. Além disso, a Cia. mantinha convênio com o Hospital do Centenário (Recife), para internamento e tratamentos especializados. Como complemento assistencial, a farmácia do seu Araújo, sempre bem sortida de medicamentos diversos e perfumaria, vendia os seus produtos aos interessados, mediante apresentação da 'ordem de compras', expedida pela Cia., sendo o desconto correspondente efetuado de forma parcelada, por ocasião dos pagamentos, em prazo relativamente longo."*

(Santos Filho, 1974, 1ª edição, pp. 80 e 81).

Essa aparente prodigalidade médica contrasta com o estado de saúde da população operária, que se pode deduzir do relatório de 1937: apesar de um aumento do "corpo médico" à disposição da fábrica para três médicos e um dentista, a CTP tem que fazer face às epidemias que proliferam localmente no terreno propício dos corpos operários submetidos ao sobre-esforço das longas jornadas de trabalho e de uma fraca alimentação, limitada pelo nível salarial, providenciando a "construção de novo hospital de isolamento para casos de doenças infecciosas". Provavelmente, é este "hospital de isolamento" que chega ao conhecimento de Agamenon para enumerar um "hospital" dentre as instituições significativas desta "civilização" em 1939. Ele arrisca-se em alguns desses pequenos detalhes vistos à distância a desempenhar o papel de seu adversário político, o *Jornal Pequeno* de 4/12/1930, imprecisamente favorável à administração fabril, diante do contraste desempenhado pela observação direta e pela vivência própria do operário que responde a tal matéria, no *Diário da Manhã* de 11/12/1930 (cf. citações anteriores no capítulo 4). Pois a designação local de *ranchos* a tais "hospitais de isolamento" parece indicar seu caráter paliativo e precário<sup>101</sup>. Esta mesma

---

101 "Eram mantidos dois isolamentos, mais conhecidos por 'ranchos', para os portadores de doenças infecto-contagiosas, sendo um isolamento no bairro do Nobre para os doentes de febres malignas e outro em Cabotá, atual distrito de Paratibe, somente para os 'bexigentos'."

(Santos Filho, 1978, pg. 61).

O caráter cíclico da assistência médica prestada pela *companhia* e a hipótese de uma motivação concorrencial preventiva ou efetiva vis a vis de um assistencialismo sindical e de suas ligações com a previdência social, pode ser ilustrada com a comparação da situação desta assistência da CTP, imediatamente anterior a 1930, tal como descrita pelo operário que responde ao *Jornal Pequeno* através do *Diário da Manhã* de 11/12/1930:

"Hospital de isolamento, houve em alguns anos para os variolosos, porém a Cia. extinguiu-os a título de economia e, hoje, os variolosos são tratados em suas casas. Felizmente, os casos que aparecem são benévolos. Assistência, há um carro para conduzir doentes aos hospitais do Recife, e isso para não se tornar público, quando o doente baixar, vítima de acidentes nos trabalhos das fábricas."

A respeito da varíola, o relatório de 1930 registra a vacinação da população trabalhadora:

"A fim de tornar mais eficiente ainda a prophylaxia adoptada pela companhia para salvaguarda da saúde de seus operários e respectivas famílias, e a fim de precaver seus filhos contra esse perigoso e contagioso mal que é a varíola, insistimos na vacinação para todos, serviço esse que como a demais assistência médica prestada aos nossos operários pela *companhia* é grátis."

Ainda a respeito da varíola, assim como do caráter cíclico da forma e das ênfases em que se manifesta a assistência médica da CTP, observe-se a permanência do quadro da doença na cidade no contexto de uma divisão do poder local e, portanto, da responsabilidade sobre a assistência médica da população, em fins de 1953:

"Os atacados pela varíola estão sem pousada - urge toda especial

situação de saúde precária de sua população operária é admitida pela CTP no seu relatório anual de 1951, numa curiosa justificativa para a permanência dos custos de manutenção da vila operária logo após o encerramento do longo período de construção de novas casas, as últimas casas construídas na vila operária que se tem registro datando de 1950:

*"Vila Operária - A esta parte do nosso patrimônio continuávamos dedicando todo o nosso zelo, providenciando reparos necessários, tanto nas casas, quanto nas instalações de água potável, esgotos e luz que continuam sendo custeados por esta companhia, com a única finalidade de oferecer higiene e conforto à massa laboriosa do nosso operariado e evitar que as causas, dependentes da nossa vontade, possam aumentar o número já apreciável de pessoas doentes que afluem aos Institutos de Previdência."*

Essa preocupação higiênico-sanitária da CTP, que justifica a conservação da vila operária e que os operários reconhecem particularmente nos detalhes que lhes propiciam uma atividade extrafabril autônoma - como no caso da dragagem das terras das várzeas que possibilita seus pequenos roçados (cf. capítulo 3 anterior), ou no caso dos cuidados higiênicos com os quintais da casa para uma melhor criação de galinhas (cf. capítulo 4) -, manifesta-se na escala territorial de seus domínios com o saneamento de suas terras. Os relatórios de 1939 e 1940 registram essas atividades "colonizadoras"<sup>102</sup>.

A nova feição apresentada pela assistência médica por parte da *companhia* - obedecendo ao caráter cíclico da intensidade ou da ostentação desta assistência a que nos referimos na nota 101 do presente capítulo -, com a gestão de um corpo médico próprio mais extenso (apresentado no relatório de 1944), e com a construção (desde 1947) e a gestão de uma "poli-

---

atenção, por parte do Sr. Prefeito, a situação em que se acham os operários atacados pelo mal (vulgarmente chamado bexiga) da varíola, pois os mesmos ficam em suas residências expostos ao Deus dará, sem nenhuma assistência médica, nem por parte da Prefeitura, nem por parte da C.T.P., que no caso também tem responsabilidade. Além dos doentes afetados, fica toda a cidade sujeita à propagação do mal, como aconteceu na rua do Cajueiro, adoeceu um, e distribuiu o mal gratuitamente a todos os seus parentes. Cabe agora ao Sr. Prefeito, ao invés de estar perdoando dívidas de seus auxiliares, aproveitar este dinheiro em benefício dos operários de Paulista, construindo ou mandando reabrir o rancho de Paratibe."

(Tribuna Operária, dezembro de 1953, janeiro/1954, pg. 2)

<sup>102</sup> Remeto o leitor para a nota 67 do cap. 3, acima, para a citação do trecho pertinente do relatório de 1939. O relatório de 1940 registra a continuidade das tarefas descritas no relatório do ano anterior; destacando a participação do "serviço médico".

"O nosso programa de higienização de residências e campo foi cumprido sem a menor interrupção pelas turmas encarregadas dessa tarefa sob orientação do nosso serviço médico."

clínica” própria, parece estar associada com a emulação provocada pela construção (após intensa campanha de fundos e de material entre os operários) da sede própria do sindicato, possibilitando a oferta de serviços de assistência médica. Parece estar em jogo, por detrás de eventos, como a construção e inauguração em 1950 da Policlínica Anna Elizabeth Lundgren<sup>103</sup> – que em parte resulta de um movimento próprio da CTP em sua tradição de oferecer e ostentar uma assistência médica aos seus operários –, mais um episódio da luta da *companhia* com o sindicato dos trabalhadores, luta esta que começaremos a examinar mais adiante no capítulo 7.

Com efeito, a questão da saúde e da assistência médica, considerada como muito importante pelos trabalhadores, passa a ser discutida no sindicato, tanto criticando a prática da *companhia*, quanto organizando uma assistência médica própria. A discussão e organização dessa assistência médica própria atrai e mobiliza os trabalhadores, como podemos observar na reiteração de discussões e propostas referentes ao assunto em várias assembleias sindicais, assim como na intensidade de participação que se verifica em tais assembleias. Assim, a assembleia geral extraordinária de 30/4/1944, a maior realizada desde a fundação do sindicato em 1942, e que durou 8 horas – realizada com a finalidade de apreciar e julgar o projeto para futura sede do sindicato, assim como para discutir e deliberar sobre a proposta da diretoria de “elevação das mensalidades do sindicato para execução de seu objetivos e das obras projetadas” – teve como eixo central de discussão a vinculação entre a defesa da proposta de construção da sede e a necessidade de uma melhor assistência médica para a população operária, necessidade comprovada pela morte no dia anterior, por falta de atendimento médico no parto, da filha de dezesseis anos de um operário. Assim como na assembleia geral extraordinária de 8/6/52 fala-se nos esforços da nova junta governativa em restaurar os serviços de assistência aos trabalhadores, prejudicados com 4 anos de intervenção no sindicato. E assim como a assembleia geral extraordinária de 30/11/1952, realizada para prestação de contas do presidente

---

<sup>103</sup> “A tradição desta Empresa no trato da assistência social aos seus operários continua sendo mantida, quiçá amplamente desenvolvida nos últimos meses, com o completo aparelhamento da Policlínica ‘Anna Elizabeth Lundgren’, a qual, inaugurada no dia 14/8/1950, com a presença do Exmo. Sr. governador do Estado e altas autoridades estaduais e municipais, vem prestando os mais relevantes serviços aos nossos servidores e às suas famílias. Dotada de indispensável arsenal clínico-cirúrgico, e servida por um corpo de 15 médicos especializados, dos mais idôneos da capital, está a nossa Policlínica, como instituição privada, apta a oferecer aos que a procuram todo o conforto material, moral e espiritual, para o que contamos, também com o concurso devotado das Irmãs Filhas de Sant’Ana, que administram o estabelecimento com inteira liberdade de ação. Têm sido realizadas intervenções de alta cirurgia, e o tratamento normal de ambulatório atinge a várias centenas de pessoas diariamente.”

(Relatório de 1950)

aos associados de suas gestões na capital da República com o Presidente da República, ministros e parlamentares, a respeito das reivindicações dos tecelões de Pernambuco em greve, não deixou de discutir nem a necessidade da contratação de duas parceiras para os serviços de assistência do sindicato, nem o teor do ofício dirigido à CTP sobre a possibilidade de ocorrência de um surto de febre na cidade, em consequência da falta de higiene dos chafarizes (cf. atas das Assembléias Gerais do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu).

A construção da "policlínica" pela CTP, no final dos anos 40, é assim simultaneamente uma resposta – embora criticada<sup>104</sup> – na sua luta contra o sindicato dos trabalhadores, e mais um "monumento" na ostentação da sua "civilização", durante o seu apogeu no pós-guerra. Tal "monumento", oportuno para a CTP no contexto do aguçamento do conflito social com seus operários numa conjuntura política nacional mais democrática, não ofusca, no entanto, a maior legitimidade da "assistência social" (onde a "assistência médica" também se inclui) da CTP no período anterior ao imediato pós-guerra, explicitada nos relatos retrospectivos dos trabalhadores. Essa "assistência médica" anterior, mais "farmacêutica" e próxima à vida cotidiana dos operários, presta-se melhor, também, por outro lado, ao exercício episódico dessa "teatralização da dominação", tão ao gosto da descrição retrospectiva dos aspectos marcantes do "sistema Paulista" pelos

---

<sup>104</sup> O funcionamento da policlínica é criticado por cobrar excessivamente dos operários a internação, conforme indica o comentário de jornal local abaixo:

"Gaiola bonita não dá de comer a canário – É esse um dos adágios populares mais certos do mundo. Se não fosse, a Policlínica Ana Elizabeth seria um dos melhores Hospitais do Brasil, mas, como o adágio é certíssimo, a Policlínica não passa de um simples palacete-bonito. É verdade que serve só e exclusivamente para embelezar a cidade das chaminés e nada mais, visto que não possui aquilo que é necessário a todos os hospitais – assistência – e ainda mais, somente burgueses podem se internar no referido palácio, pois é cobrada uma absurda importância de Cr\$30,00 por dia, ao passo que os operários, em sua maioria, não ganham tal remuneração."

(*Tribuna Operária*, março/abril de 1954, pg. 2).

No entanto, a *companhia* tem o poder de viabilizar o alto preço das internações através dos descontos parcelados no salário ou de uma política de favorecimentos individualizados. Detendo o monopólio das internações hospitalares, a "Policlínica", por outro lado, faz concorrência com o sindicato quanto ao entendimento ambulatorial. A concorrência chega a se manifestar também quanto à aquisição de ambulância: confirmando indiretamente a crítica feita pelo jornal *Tribuna Operária*, a CTP compra uma "assistência" (isto é, ambulância), única no município, para a "Policlínica" (cf. relatório anual de 1955), enquanto o sindicato dos trabalhadores discute na assembléia geral extraordinária de 27/4/1955 a compra de uma ambulância proposta por um abaixo-assinado de operários, em oposição à proposta do presidente, da compra de um carro para o sindicato, sendo a proposta de compra da ambulância derrotada na votação em assembléia.

velhos operários. A nova cena desse teatro é reproduzida do arsenal de mitos locais num tom de legitimação irônica por um ex-sindicalista, então considerado inimigo dos Lundgrens:

*"Eles não admitiam outra voz aqui a não ser a deles. Tanto assim que uma vez, ele sonhou que a verminose estava matando o operário, e de fato estava mesmo. E ele mandou comprar 25.000 purgantes na Secretaria de Saúde e anunciou, quem não tomasse o purgante se retiraria em 24 horas de sua propriedade. E essa população todinha tomou purgante. Foi um dos benefícios que ele fez ao povo! (risadas). (entrevista com ex-sindicalista, operário do acabamento)*

Assim como também é duvidosa a maior eficácia legitimadora, quanto às relações de dominação segregadas pela fábrica junto a seus operários, da construção, à mesma época da "Policlínica", de outro "monumento" da "civilização" de Paulista – a Igreja Santa Elizabeth – comparativamente à eficácia das relações anteriores, mais difusas, entre a CTP e a Igreja local com suas associações e círculos. Deslumbrada com suas próprias realizações monumentais, a CTP parece auto-aprisionar-se nas armadilhas do privilégio exagerado de um lado apenas de toda ação histórica – o lado da "história no estado objetivado", acumulada ao longo do tempo nas coisas, máquinas, prédios, monumentos –, descuidando-se de sua intervenção no outro lado da ação histórica, o da "história no estado incorporado", onde ela se torna um sistema de disposições culturais, interiorizado nos grupos sociais (cf. Bourdieu, 1980, pg. 6). O estímulo indireto e as subvenções à ação associativa da Igreja, com suas associações paroquiais, com suas ramificações locais de atividades mundiais, tais como essas atividades da Ação Católica que são a Juventude Operária Católica e a Liga Operária Católica, foram da maior importância na formação de uma moral e de uma disciplina, no interior desse material humano, que para a fábrica constitui apenas sua força de trabalho, formação esta apropriável indiretamente pela produção fabril. Essa formação, embora estimulada e subvencionada materialmente pela CTP, passa pela especificidade e campo de autonomia relativa das associações católicas. Tal formação, identificável em várias histórias de vida de operários por nós entrevistados, que entraram na fábrica nos anos 30 e 40, e que é uma das redes de sociabilidade significativas no interior deste grupo social, aparece de forma tanto mais elíptica nos relatórios anuais da *companhia* aos seus acionistas quanto tem, ao contrário, um lugar de destaque, em alguns desses relatórios, um discurso "apoteótico" ensejado pela existência material da Igreja Santa Elizabeth<sup>105</sup>. Com efeito, essa

<sup>105</sup> A ajuda indireta e as subvenções às atividades paroquiais e associações católicas aparece embutida nos relatórios de 1942, 1943 e 1944 como "despesas religiosas" ou como "despesas e subvenções a círculos católicos" no item de "Beneficência Social" desses relatórios. Já a Igreja Santa Elizabeth, "verdadeira



politização direta da atividade religiosa, referida à intensidade da atividade sindical desses anos e às greves na fábrica que irrompem no ano de 1951<sup>106</sup>, e referida às alianças políticas na escala do município – “a demagogia aliada à anarquia”, segundo o relatório de 1951 – que ameaçam, entre outras coisas, o monopólio do “mercado imobiliário” detido pela CTP na sede municipal; essa politização direta e imediata da atividade religiosa por parte da *companhia*, exacerbada pela conjuntura do final dos anos 40 e anos 50, difere em linhas gerais do padrão anterior de suas relações com as atividades da

---

oferta da Empresa ao espírito religioso dos seus trabalhadores” (relatório de 1949) merece maiores comentários nos relatórios de 1950 e 1951:

“A igreja ‘Santa Elisabeth’ (homenagem à matriarca da família Lundgren, mãe dos “coronéis”), majestoso templo católico, grandioso mesmo como concepção arquitetônica (de tijolos expostos ao estilo nórdico, semelhante à *casa grande* local), com capacidade para cerca de duas mil pessoas, foi inaugurada no dia 29 de junho de 1950, por S. Excia. Revdma. D. Miguel de Lima Valverde, digníssimo e querido-Arcebispo Metropolitano, a cujo ato, que se revestiu de invulgar solenidade, compareceram Bispos Diocesanos do Estado e outras autoridades eclesiásticas, bem como, figuras de maior destaque na sociedade pernambucana.” (Relatório de 1950)

“O nosso desvelo pelo bem-estar material e espiritual do nosso povo operário não sofreu solução de continuidade. Os serviços religiosos na nova Matriz são diários e a afluência não somente é local e sim, assinalam-se muitos forasteiros que procuram, na majestosa quietude do Templo, o ambiente próprio para as suas peregrinações espirituais. Nos tempos presentes, em que a demagogia aliada à anarquia procuram infiltrar os seus venenos exóticos na mentalidade da massa laboriosa do nosso povo, incitando-o ao descontentamento, à desobediência, e, finalmente à sedição, em prejuízo das sábias e sadias doutrinas do nosso Governo Democrático e da “Ordem e Progresso” que formam o lema do nosso pavilhão nacional, mais imperativo se torna chamar o povo à prática de boas ações e cumprimento dos mandamentos de Deus. É por isso que não cansamos em recordar e ensinar ao operariado o caminho do bem. E no continuar dessa obra patriótica, não desfaleceremos e não pouparemos os meios naturais para congregar o povo em redor desta Direção, numa apoteose de confraternização entre o Capital e o Trabalho.” (relatório de 1951)

<sup>106</sup>Desde fevereiro de 1951 começaram diversas paralisações de seções nas fábricas “Velha” e “Aurora” por motivos diversos: como a revogação de medidas de controle do tempo nos intervalos da jornada de trabalho; como a exigência do chefe de seção dos bancos para que os operários façam “arrear a chapa” quatro vezes ao dia, ao invés de fazê-lo na única vez habitual, ou como a revogação da suspensão das operárias, que reivindicaram sair do trabalho, durante uma hora no sábado para fazer compras na feira, foram autorizadas a fazê-lo pelo mestre da tecelagem, mas, posteriormente punidas, pelo gerente. (*Folha do Povo*, 28/2/51 e 12/3/51 além de 15/5/51). Em julho de 1951 há uma paralisação total das duas fábricas durante quatro dias, que é parcialmente vitoriosa nas suas reivindicações de pagamento das duas horas-extras diárias sonegadas e devidas inclusive por acordo anterior aos operários trabalhando por produção 10 horas por dia. (*Folha do Povo*, 4/7/51, 14/7/51 e 18/7/51).



Igreja dirigidas a seus operários. Enquanto na conjuntura do início dos anos 50 a Igreja é apenas um “monumento” justificador, em nome do qual a *companhia* trava sua luta de classe cotidiana no interior da fábrica e exerce sua intolerância política fazendo seus movimentos no campo político (onde a violência também se inclui) contra a luta sindical e as forças políticas que a apoiam; em período anterior, ao lado do estímulo às associações religiosas dirigidas aos seus operários, a CTP exercitava sua intolerância no interior mesmo do campo religioso local, como mais uma demonstração, para os operários, da dimensão do poder de sua forma específica de dominação.

Assim, as práticas de intolerância da direção da *companhia* em relação aos *crentes* são vistas retrospectivamente pelos operários mais antigos como constituindo mais um ato dessa “teatralização da dominação” encenada pelo patrão em carne e osso, enfatizando as idiosincrasias do poder absoluto sobre todas as esferas da vida de seu trabalhadores, inclusive a religiosa:

*“Eles sempre eram muito ligados à Igreja. Apesar de que não compareciam, né. Mas aqui só morava católico. Fosse crente e ele soubesse, botava pra fora. Quando tinha a construção da Rua Superior (no bairro do Nobre), a máquina (o trem) entrava pra levar material pra linha, e a Rua São José era toda de palha. Então a máquina botou fogo – não por gosto, né – botou fogo numa casa e foi passando o fogo de uma casa pra outra. Aqui era uma casa, pegou fogo. Aqui outra casa, do crente, e aqui uma estrada e aqui outra casa, né. Então pegou fogo nessa casa aqui, atravessou essa do crente, e não pegou. Pegou fogo nessa outra casa, atravessou a casa do crente sem pegar fogo, pegou na outra seguinte, e o fogo foi se embora, né, se alastrou. Mas a do crente ficou sem pegar fogo. Al ele botou o crente pra fora. Por causa disso, né, botou pra fora: “Vai-se embora, crente, vai-se embora. A casa não pegou fogo, mas vai se embora.” Ele tinha umas opiniões, quando ele queria uma coisa, queria mesmo.”*

*(ex-banqueiro)*

Esse relato mítico, que no cordel poderia se intitular “O coronel e os crentes”, tem a vantagem de colocar no acidente da fagulha da locomotiva, e o incêndio subsequente das casas, o desejo real da *companhia* de tratar tanto os *mocambos* quanto os *crentes* destruídos ou expulsos pelo fogo, como se fossem objeto das habilidades de Mané Gasolina, o famoso *vigia* que quase entrou em ação nas “aventuras de Joaquim” narradas no capítulo 4. No entanto, a *companhia* não pode agir literalmente dessa forma: ela tolera os *mocambos* como solução provisória à superpopulação da vila operária, assim como tolera os *crentes* como parte de sua força de trabalho – desde que não exerçam publicamente os cultos em seu território ou que este exercício nos povoados próximos não ultrapasse os seus limites de (in) tolerância ou os da Igreja local. Por outro lado, essa narração mítica indica a existência discreta dos *crentes* nas casas da *companhia* desde que não se façam notar, seja por que motivo for – como o acaso da sorte excessiva em que um deles

escapa a um incêndio generalizado, segundo a opinião arbitrária do patrão. Para além do fato dessa idiossincrasia patronal de uma intolerância religiosa aos *crentes* encontrar registro na interiorização da dominação que expressam retrospectivamente antigos operários, que permaneceram para contar a história, e ser assim, por si só, um fato social, essa prática de discriminação deixa poucos indícios na imprensa local. Algumas denúncias dos protestantes de Paulista a respeito da intolerância da *companhia* que sobre eles se abate nos anos 30, encontram espaços em um dos jornais da "imprensa alternativa" de Recife que prolifera na primeira metade daquela década, o jornal anti-clerical *Homem Livre*:

*"Para trás, tartufos!*

*A questão religiosa no Brasil está tomando proporções e aspectos assustadores. A opressão clerical já se manifesta duma maneira evidente contra os que não rezam pela cartilha absurda do romanismo. São os frutos duma constituição que concede tudo a uma religião em detrimento de outras, num atentado flagrante aos princípios da Democracia que nos jactamos de possuir.*

*As perseguições que estão sendo movidas contra os protestantes residentes em Paulista – o feudo dos srs. Lundgren – são sintomáticas do que pretende a clerezia e falam bem alto da intolerância que sempre foi a característica principal dos discípulos de Torquemada.*

*Narremos os acontecimentos, perfunctoriamente como nos foram relatados pelo sr. Rodolfo Alves, Pastor batista naquela localidade:*

*– O vigário de Paulista exigiu dos srs. Lundgren, em nome dos princípios católicos, a expulsão de todos os protestantes e o fechamento das respectivas igrejas.*

*A expulsão não se verificou senão duma pequena quantidade, de vez que os 400 ou 500 protestantes daquela localidade são todos ou quase todos operários da fábrica que ali existe, o que motivaria uma paralisação parcial da referida fábrica, porém foram impedidos de se reunirem para fins religiosos.*

*Uma vez impedidos de darem expansão aos seus sentimentos religiosos num legítimo direito previsto na nossa Magna Carta, os evangelistas resolveram retirar-se em massa a procura d'outro lugar onde pudessem se reunir, no que foram obstados pelos srs. Lundgren, que determinaram aos proprietários de caminhões nenhuma mudança fizessem sem a sua autorização.*

*E então os protestantes residentes em Paulista – brasileiros em pleno gozo dos seus direitos – impossibilitados de se locomoverem e renderem culto, conforme os ritos duma religião que nada tem de atentatória aos nossos foros de Civilização, em virtude de prepotência de srs. feudais de baração e cutelo que, cedendo às injunções da mentalidade patológica dum sotaina, lançaram uma cusparada à nossa Constituição que boa ou má, perfeita, deve ser cumprida em nome de todos aqueles que tombaram gloriosamente nas barricadas de Outubro de 1930, por uma causa tão inglória, qual a de entregarem o Brasil nas mãos do Jesuitismo que é, na expressão dum escritor bem avisado, como um punhal cujo cabo está em Roma e a ponta, em toda parte.*

*O sr. Interventor Federal de certo não conhece estes fatos deponentes por todos os motivos e, com certeza, tomará enérgicas providências no*

sentido de garantir, em Paulista, a liberdade de cultos bem como a locomoção dos protestantes ali residentes.

Pasmem os brasileiros livres, e vejam o rumo que está tomando a questão religiosa. A intolerância clerical não tem limites.

Para trás, tartufos!

Adauto Pontes.

(Homem Livre 14/12/1934)

Decerto os "senhores feudais" de Paulista, sustentáculos locais dos "tartufos" locais – "sustentáculos" apenas e não "tartufos" eles próprios, pois sua forma de ação direta, incisiva e por vezes violenta, acomoda-se mal com a hipocrisia inerente aos "tartufos" – ignoram os benefícios ao "espírito do capitalismo" advindos da ética protestante<sup>107</sup>. Eles preferem construir o

<sup>107</sup> Os protestantes em Paulista têm sua importância nas diferenciações políticas locais. O fato do mais importante presidente do sindicato re-fundado em 1942, Torres Galvão, escriturário da CTP, ser um Pastor Presbiteriano, não é indiferente à sua oposição à *companhia* e sua aliança com Agamenon Magalhães. Assim também, a ação política e sindical do PCB em Paulista, no final da década de 40, parece ter nos *crentes* residentes no povoado vizinho de Maricota (posteriormente Abreu e Lima) e operários da CTP, uma de suas bases de apoio locais. (Essa associação entre *crentes* e forças políticas de esquerda manifesta-se nas décadas de 50 e 60, tanto com relação aos comunistas quanto mais recorrentemente, com as Ligas Camponesas; cf. entrevistas de Julião, cf. o filme "Cabra Marcado para Morrer" de Eduardo Coutinho). A existência dessa base local de apoio é indicada nas matérias "O Pastor Evangélico de Maricota Afasta os Crentes de sua Igreja", de 23/3/1946. "Na Assembléia de Deus em Maricota também se combate o PCB", de 14/4/1946, e "Assaltada (pela polícia) a Igreja Batista de Maricota", de 12/2/1948, do jornal *Folha do Povo*. Nessa Assembléia de Deus, o Pastor condena os fiéis de sua igreja filiados ao PCB, fato que provoca a reação destes, indo em comissão denunciar a perseguição interna à redação da *Folha do Povo*. Este jornal (em 14/4/46) adverte, de forma precocemente italo-comunista: "O que (...) não se sabe é se esse Pastor está fazendo isso a serviço do 'César' de Paulista, ou se por motivo de um recalçamento nazi-integralista ainda desconhecido do povo. Dizemos aos crentes assim tratados e ao atribiliário Pastor que essas perseguições miseráveis de nada adiantam, porque são 'bem aventurados os que padecem perseguições por amor da Justiça, porque deles é o reino dos céus'." A notícia de 12/2/48 refere-se à denúncia na Câmara Municipal pelo vereador comunista Brás de Luna da invasão policial da Igreja Batista de Maricota, onde foi dissolvida uma reunião de seus membros sob alegação de ser uma "reunião comunista". A *Folha do Povo* denuncia também nos artigos "Mais uma Forma de Exploração em Paulista", de 5/11/46 e "A Câmara de Vereadores de Paulista Viola a Constituição" de 15/4/48 a imposição de interesses da religião católica ao conjunto dos operários respectivamente pela CTP e pela Câmara dos Vereadores local. No 1º artigo, a *Folha do Povo* divulga denúncia de uma comissão de operários de que a CTP resolveu de forma inédita descontar em folha Cr\$24,00 de cada operário para custear a festa de São Gonçalo, já que uma lista de donativos voluntários não surtiu efeito. No 2º artigo, o jornal noticia a aliança do vereador comunista Brás de Luna com o vereador protestante Vicente Borba do PSD contra a proposta do vigário local de ser a Câmara Municipal patrona da noite do dia 10 da comemoração do mês de maio, proposta trazida pelo vereador

espírito adequado à sua concepção de capitalismo com a contribuição moral, organizativa e disciplinar das associações católicas<sup>108</sup>. Assim, os operários têm o dia de trabalho liberado pela fábrica quando da promoção de passeios, piqueniques, e retiros pela JOC, assim como a *companhia* fornece ônibus (a "sopa") ou caminhão para essas atividades. O fato de um operário ou particularmente uma operária, pertencer à JOC tem seus efeitos sociais de distinção:

*"Eu tinha muita vontade de aprender e entender, assim, quando era no meu tempo de interior, tinha um tal de ser da Igreja, né, de aprender, de coisa assim. Ai quando eu vim praqui (em 1943) comecei também na JOC não é? Não foi logo que eu cheguei mas foi em 46. Que eu me lembro que quando eu cheguei logo, ai madrinha Luzia disse 'vai', e recebi logo uma fita do apostolado. O pessoal lá de casa era muito católico, minha irmã de criação era filha de Maria, e me botaram logo pra receber fita do apostolado. Mas eu sempre gostava muito do meio da JOC, lá tinha coisa, não sei o que, cantava, a JOC era muito falada, eu sempre achei muito bonito a JOC, né. Depois, eu comecei como simpatizante da JOC. A JOC aqui tinha o maior cartaz. A JOC andava aqui pela companhia, não sabe? O padre Teodoro era assim com a companhia, comia e almoçava com eles. E a presidente da JOC trabalhava no escritório. Era escriturária. E a gente tinha um caminhão que andava aí, que chamavam truque ("truck"?). Era da companhia, mas a JOC se servia, não sabe? Quando era tempo assim de retiro – que ia tudo pra um colégio, a gente ficava tudo interna, todo Carnaval a gente ia, né, pra gente não ver carnaval, que a gente tinha que se afastar – eu me lembro que na fábrica, a gente tinha toda facilidade. A gente ia pedir licença, e eles davam. Davam licença e davam condução pra ir levar, e ir buscar na Quarta-Feira de Cinzas. Fazia assim, o padre mesmo dava o nome da gente pra companhia, apresentava aquela relação das moças nas seções, e dava pra fábrica, e a gente ganhava aquela licença e ficava os três dias fora. E eu me lembro que a gente, da JOC, sempre o pessoal conhecia a gente, era medonho pra ser destacada, não era? Tudo limpinho, não sei que lá, porque ia pra Igreja."*

(ex-fiandeira)

Mais que as palavras do assistente eclesiástico, as operárias mais antigas de hoje relembram suas colegas de JOC, mostram as fotos em que seu grupo de "jocistas" posam juntas, impecavelmente uniformizadas, onde as

---

católico José Veiga do PSD e vencedora na votação. Para o estudo da relação entre seitas protestantes e a organização social e política do campesinato, cf. Reyes Novaes, 1979 e 1980.

<sup>108</sup> Palavras não faltam para exaltar a disciplina. O padre Teodoro von Houtert S.C.J., que assina como assistente eclesiástico da Ação Católica em Paulista as atas da Liga Operária de Ação Católica, Sessão Feminina, de 1941 a 1948, em reunião do dia 2/4/1944, na presença de 15 "sócias efetivas" e 11 "estagiárias", "(...) falou sobre a guerra e a disciplina que tinham os soldados alemães, e que nós éramos também soldados de Cristo e devemos ser disciplinados ((...) assim) como devemos ser humildes e devemos obedecer".

blusas brancas, manga comprida e engravatadas, acompanhadas de saias azul-marinho, meias e sapatos, contrastam com a batina preta do padre; e rememoram a presença da JOC e da Ação Católica nos rituais e festas locais<sup>109</sup>.

Incentivadas e subvencionadas pela companhia – inclusive com a concessão de locais para sedes – como é a própria paróquia local, a eficácia das atividades dessas associações católicas na interiorização de sua dominação por parte dos operários está na autonomia relativa de suas práticas. Essa mesma autonomia relativa, contraditoriamente, por permitir desenvolvimentos que subsidiam indiretamente atividades de oposição à *companhia* em período subsequente, contribui para que cessem os auxílios da CTP<sup>110</sup>. Essa desconfiança da CTP se dá localizadamente em relação a algumas associações católicas como a JOC, mas não à Igreja local, aos cuidados da ordem do Sagrado Coração de Jesus, tradicionalmente fiel aos desígnios da *companhia*.

Por outro lado, como se pode notar do trecho de entrevista da ex-fianadeira sobre a importância da JOC na sua história de vida, assim como também se pode depreender das fotos do padrão escolar de “fotos de turma” guardadas pelas ex-jocistas de sua “turma” na JOC, além de depoimentos dos operários em várias entrevistas, essas associações católicas, e particular-

---

109 Cf. como ilustração, a “passeata tomando parte todos os membros da Ação Católica com suas Bandeiras, saindo da Igreja e se recolhendo na sede onde houve uma seção magna” que encerrou a “Semana de Ação Católica” em outubro de 1944 (Atas da LOC feminina). Ou a passeata até a Igreja “onde renovamos o nosso compromisso terminando a cerimônia com o hino da JOC. Saindo da Igreja para a casa paroquial onde nos esperavam com um formidável lanche neste momento em que eu pude conhecer a alegria que sentiam as ligüistas (referentes à LOC), por ter o prazer de possuímos mais 3 novos membros fortes que são 3 jocistas (passagem da JOC para a LOC).”

(Relatório da 3ª semana de maio (de 1946) confiada aos 4 ramos da Ação Católica de Paulista in Atas da LOC feminina)

110 Indícios dessa mudança interna da JOC e outros setores católicos na sua relação com a *companhia* e as forças políticas e sindicais locais podem ser encontrados na inclusão da coluna “A JOC em marcha” na pg. 2 do jornal mensal local “Tribuna Operária”, que sai entre outubro de 53 a maio de 54 com seis números, com vinculações com o PDC e também com os dirigentes sindicais locais ligados ao Conselho Sindical de Pernambuco, o qual tem apoio de uma frente de esquerda no meio sindical, sendo jornal extremamente crítico à CTP. A ruptura da CTP com esses meios católicos consolida-se com o apoio ativo dos militantes da Ação Católica à campanha eleitoral para a Prefeitura local do candidato José Firmino da Veiga, ex-operário, ex-vereador pelo PSD e líder católico local (cf. episódio de atuação “católica” anterior na Câmara Municipal referido na nota (107) anterior), cujo companheiro de chapa para vice-prefeito é o presidente do sindicato Severino Afonso de Oliveira (Birino), ambos apoiados pela frente PTB-PSD-MNPT (última sigla significando “Movimento Nacional Popular Trabalhista” sob a qual se abrigava o PCB). Essa chapa confrontou-se com outra cujo candidato a Prefeito era um dos filhos do patrão, o sr. Milton Lundgren, filho do Coronel Arthur, apoiado pela UDN e parte do PTB. Essa eleição, em outubro de 1955, é um marco importante na política local. O candidato operário venceu a eleição e o filho do patrão.

mente, a JOC, cumpriram um papel “escolar” maior do que a própria instituição escolar para os operários de Paulista que chegaram à fábrica nos anos 30, 40 e 50. De fato, a instituição escolar, a escola, é praticamente inexistente no discurso desses antigos operários sobre o “sistema Paulista” e sobre a sua própria história de vida. Apesar das ligeiras referências à existência de escolas mantidas pela *companhia* nos relatórios anuais da CTP aos acionistas – com uma menção não especificada em 1934, uma outra às “escolas de alfabetização de menores e adultos” em 1942, a indicação da existência de “escolas primárias e de aprendizagem industrial” em 1943 e 1944 (neste último ano, referindo-se também a Rio Tinto) e, finalmente, a referência à construção pela CTP de uma escola do SENAI, inaugurada em 1950 e ampliada em 1951 –, a idéia da instituição escolar para os operários entrevistados está muito mais vinculada à Prefeitura e à administração pública que à *companhia*. O que existe é uma outra acepção de escola: é a Fábrica Paulista, ela-própria denominada de *escola*, caracterizando-se pelo recrutamento massivo de famílias, pela moral do “trabalho para todos”, e pela alocação ao trabalho de crianças e menores, onde passavam por um período de aprendizagem na produção fabril (cf. Alvim, 1984 a, pg. 76-78). E, além da aprendizagem dentro da fábrica, junto ao calor e ao pêlo da fiação ou à umidade e riscos da tecelagem com seus implacáveis acidentes resultantes de lançadeiras subitamente descontroladas, existia a aprendizagem menos massiva nos escritórios da fábrica, onde de um corpo mais numeroso de *contínuos*, menores fazendo pequenas e variadas tarefas de estafetas, alguns tinham acesso ao aprendizado da escritura com os escriturários e, muitas vezes, diretamente com chefes de escritórios *ingleses* ou *alemães*, permanecendo neste aprendizado informal até *ganharem banca*. (*Ganhar banca*, isto é, a mesa de trabalho do escritório: há aqui uma homologia com a expressão utilizada para a designação do fim do aprendizado dentro da fábrica e o acesso à condição de *operário produtivo*, que trabalha no salário por produção – *ganhar máquina* – seja ela na fiação, na tecelagem, nos bancos de pré-fiação).

A mesma preocupação da CTP em erigir prédios grandiosos e “monumentos” para marcar sua dominação e sua assistência e beneficência social aos seus operários, que se quer mostrar exemplar – que se expressa na construção da Policlínica Anna Elisabeth, na Igreja Santa Elisabeth, e mesmo na construção de uma escola de aprendizagem industrial do SENAI no seu território –, manifesta-se simultaneamente, no início dos anos 50, na organização de um parque e jardim zoológico para os trabalhadores no interior mesmo dos terrenos que circundam a *Casa Grande*.

*“Mantém a companhia, para maior conforto e assistência social e espiritual dos seus empregados e operários, salões recreativos, clubes desportivos, vindo também aparelhando o Parque Frederico João Lundgren com um jardim zoológico que ostenta já uma grande variedade de animais e aves indígenas, bem como brinquedos diversos*



para alegria dos filhos dos nossos operários, provendo assim um lugar de descanso e entretenimento sadio para a população de Paulista.”  
(relatório de 1949)

Este parque, com foto de vista parcial estampada juntamente com outros “monumentos” da cidade no verbete “Paulista” da *Enciclopédia Brasileira de Municípios*, traz simbolicamente os trabalhadores para dentro da *Casa Grande*, como mais um desses espaços grandiosos, porém confinados, através dos quais a CTP indica o uso correto e legítimo de certas necessidades de saúde, religiosas ou de diversão. Como nos casos anteriores, relativos à assistência médica e à religião, esse soerguimento de um local concentrado e privilegiado para a diversão sadia opõe-se a atividades de diversão também apoiadas e incentivadas pela *companhia*, principalmente no período anterior, mas de forma mais difusa e dispersa e – no caso das diversões – indo ao encontro de tradições locais ou nacionais anteriores.

Aqui também os destaques dos relatórios da CTP aos acionistas não coincidem com as ênfases dos operários em sua visão do passado e nos seus recortes de uma interiorização do sistema de dominação a que estavam submetidos. O parque Frederico Lundgren, por exemplo, que abre os portões da *Casa Grande* aos operários, não é mencionado por eles como parte integrante das diversões que mereçam destaque: ao contrário, o Coronel que lhe dá o nome é que tem realce, agindo em movimento oposto ao suposto na visitação do parque, isto é, da *Casa Grande* em direção à vila operária. Esta onipresença do poder pela vila operária que está implícita na “teatralização da dominação”, tão recorrentemente encontrada nos domínios os mais diversos da vida social dos seus habitantes, contrasta com a presença “monumental” porém fixa e distante, dos símbolos de poder erigidos no final dos anos 40 e início dos anos 50. Trata-se não tanto aqui da oposição, sequencialmente invertida em Paulista, entre o poder estático, porém visível e majestoso versus o poder escondido e invisível, porém onipresente, do panoptismo (cf. Foucault, 1975), mas da oposição entre duas formas de visibilidade e ostentação do poder que se opõem como estratégias: à mobilidade e onipresença pela teatralização e pela proximidade legitimadora da dominação sucede-se a concentração e fixação de um poder “monumental”, porém sem o mesmo trânsito de legitimidade pelos diferentes domínios da vida social da vila operária. Essas oposições talvez possam contribuir para matizar, a partir de outros materiais empíricos, a interessante caracterização de Michèle Perrot do “paternalismo industrial”, com base em materiais franceses<sup>111</sup>.

---

<sup>111</sup> Perrot, considerando o “paternalismo” como “um dos mais importantes sistemas de relações sociais de trabalho”, afirma que tal sistema supõe pelo menos três elementos: “1) presença física do patrão nos locais de trabalho e até mesmo residência patronal (próxima à fábrica); 2) linguagem e práticas de tipo familiar entre patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a este modo de organização”. (Perrot, 1979, pg. 294). Alvim (1985, cap. 1) faz uma utilização crítica desta caracterização na análise da relação entre a família patronal e as famílias de trabalhadores em Paulista.



Essa onipresença pela vila operária, ostentando o poder de forma próxima aos operários, da *Casa Grande* em direção à vila operária, organizando, apropriando-se, e dando novas feições a festas tradicionais locais, é bem descrita por esse ex-sindicalista que participou dos acontecimentos mais conflituos entre o sindicato e a CTP nos anos 50 e início dos anos 60:

*"O Coronel Frederico era um tipo de industrial que, apesar de ter aqueles erros dele, aquelas coisas que eu acho errado, ele se tivesse mais visão, se procurasse acompanhar a mudança, ver que era uma coisa inevitável, teria sido uma beleza. Porque ele procurava agradar muito o operariado. Por outro lado, não perder assim esse aconchego do operário pelo lado assim de diversões, de aprender, de falar, dar audiência, e que isso depois desapareceu essa coisa. De forma que 'seu' Frederico era, nessa parte bom, viu? E por isso eu acho que ainda se teve essa luta medonha para se conseguir de abrir uma boa parte (de gente, de operários) do lado da companhia, porque tinha muita gente que ficava cativo dessa forma dele (referência à luta do sindicato pela hegemonia dos operários, "cativos" pela eficácia dessa forma de dominação). Eu me lembro de uma época que se fazia maracatu e eu toquei neles, e 'seu' Frederico ia com a gente distribuir alimentos. Ele mesmo entregava aqueles sanduíches com bem queijo, guaraná, ele tratava bem mesmo, né. Ia aqueles carros acompanhando, porque era muita gente, era um mundo enorme, então tinha aqueles carros acompanhando, carros-pipas, não é? Pra ter água! Não faltar nada! Frutas, etc. Isso nós tivemos, realmente tivemos. E ele mesmo ficava à frente. Ele tinha um entusiasmo na coisa medonha! Eu não sei o que ele estava visando com isso, o que ele tinha por trás, mas ele gostava muito disso, né. Gostava e tratava bem. E gastava! Gastava fortuna com isso!"*  
(ex-contramestre de tecelagem)

Essa capacidade de reapropriação de tradições locais, dando-lhe incentivo material, novos participantes e novo público, formado com o aumento do contingente operário recrutado em áreas distantes pela CTP, agrada aos trabalhadores, e é ressaltada nos depoimentos dos operários mais antigos. Ela pode ter como analogia a capacidade similar que tem a *companhia*, em plena vigência do "sistema Paulista", de incentivar os roçados operários e os interligar com a feira, de cuidar dos quintais e terreiros de forma a beneficiar a criação de galinhas, de saber, enfim, propiciar e canalizar para seus fins atividades marginais autônomas dos trabalhadores, tradicionais no campesinato da área ou das áreas longínquas, onde foi recrutado para trabalhar na fábrica (cf. cap. 3). Tal reapropriação de tradições locais torna-se um aspecto conhecido externamente à localidade, conforme destaca Souza Barros<sup>112</sup>.

<sup>112</sup> "O teatro popular ainda conservava (na década de 20) a ingênua expressão nos pastores de subúrbio. Em Paulista, os irmãos Lundgren mantiveram, durante muito tempo, exhibições desse folguedo e inúmeras pessoas iam do Recife para aquela cidade assistir às representações."

(Souza Barros, 1972, pg.205)

A reapropriação de tradições nacionais, como o carnaval e o futebol, são outras faces dessas atividades "pagãs", incentivadas e subvencionadas pela *companhia* tal como as atividades e as associações religiosas da Igreja Católica. A sombra da CTP aparece tanto no carnaval de Paulista, quanto nas condições materiais para que se realize o retiro das moças da JOC, que eram isoladas dos perigos carnavalescos. (Esses perigos pareciam ser menores nas festas juninas, promovidas na sede da JOC; cf. relatórios da JOC de 1957). A face "pagã" do "sistema Paulista" é um dos elementos diferenciadores que o afasta do modelo de Camaragibe, calcado numa concepção e numa organização religiosas.

O estímulo às sociedades carnavalescas locais, onde se destacavam, por serem conhecidos em Recife, os clubes "Estrela da Tarde", "Calafate" e "Lenhadores", aos quais eram dadas sede, e pano para fantasia – as fantasias dos componentes dessas sociedades sendo freqüentemente feitas com pano da fábrica, onde eram idealizadas seja por técnicos do setor artístico da seção de gravação, seja por dirigentes das sociedades que pediam à fábrica fazer os panos adequados –, impunha autoridade e legitimidade para que os dirigentes da CTP, em seu ramo comercial, incentivasse o carnaval do Recife – e suas próprias vendas – através da promoção de um concurso de fantasias<sup>113</sup>.

Este mesmo movimento inverso ao suposto quanto ao Parque Frederico Lundgren no interior da *Casa Grande*, esta mesma onipresença do poder patronal pela vila operária, manifesta-se na realização das festas de natal e ano novo. Não há uma atração dos operários em direção à *Casa Grande* onde a família patronal seria anfitriã da festa, como ocorre em outras fábricas (cf. Perrot, 1980, cf. Gonzaga, 1980), mas a presença patronal na vila operária, ou em seus locais públicos, preferentemente no campo de futebol, identificado diretamente com as obras sociais da *companhia*, e onde ela pode orga-

---

A respeito do maracatu de Paulista, há registros de sua importância em Alvarenga (1960, págs. 110 e ilustração entre pg. 136 e 137; a 1ª edição deste livro é de 1950 e as fotos são datadas de 1938).

<sup>113</sup> "Concurso Paulista - Também os srs. Alberto Lundgren & Cia. Ltda. vieram ao encontro da Federação Carnavalesca no intuito de promover, este ano, uma série de concursos patrocinados por firmas comerciais e industriais do Estado, em benefício dos clubes, e demais agremiações a si filiadas. Neste sentido, por intermédio das afamadas e conhecidas Lojas Paulista, foi instituído o concurso que tomou o nome de Concurso Paulista, com prêmios de 300\$000 e 200\$000 respectivamente aos primeiros e segundo colocados. Para concorrer a este certâmen, basta que as associações filiadas à Federação Carnavalesca Pernambucana adquiram os tecidos para confecção de suas fantasias por intermédio daquelas lojas em qualquer uma das filiais desta cidade. As Lojas Paulista fornecerão uma 'nota de venda' que deverá ser apresentada por ocasião do julgamento. (...) Para o julgamento será incorporado à comissão julgadora dos demais concursos um membro designado pela Lojas Paulista. (Seguem-se desenhos de várias sugestões holando-tropicalistas de fantasias tais como as de "manga", "dama holandesa" ou "siri" para mulheres, ou a de "fidalgo holandês", para homens)" (cf. Anuário do Carnaval Pernambucano, 1938).

nizar a festa a seu modo – onde inclusive a missa se faz de forma “campal” e não no prédio da Igreja, como que para minorar as atenuações decorrentes da autonomia do campo religioso que tem a dependência da Igreja local à CTP<sup>114</sup>. A questão da presença da família patronal e sua relação com as famílias de trabalhadores, tem aliás, em Paulista, características peculiares, examinadas em Alvim, 1985, cap. 1.

A escolha do campo de futebol como local das festas de fim de ano corresponde, por sinal, à importância dada ao futebol nessa reapropriação de tradições nacionais que se desenvolve localmente. O futebol chega a ter um certo destaque nos relatórios anuais da CTP aos acionistas, sendo referido indiretamente através da menção às “diversões gratuitas” nos relatórios de 1934 e 1942, ou através da menção às “subvenções aos clubes locais” nos relatórios de 1943 e 1944, ou ainda através da referência à conservação do “agregado desportivo e dos campos de esporte” nos relatórios de 1949, 1950 e 1951. Além disso, o futebol tem referências diretas em dois relatórios anuais distanciados no tempo, como o são os relatórios de 1930 e de 1959:

*“Para attender também ao recreio de nossos operários, procedemos à beneficiação do campo de football no qual construímos uma arquibancada, fazendo outros melhoramentos a fim de animar o exercício physico e, assim melhorar o estado de saúde dos nossos empregados, sendo a nossa opinião que o futuro da Nação depende, em grande parte, da educação physica da mocidade.”*

*(relatório de 1930)*

Essa pregação profética arrefece-se em 1959, porém o apoio aos clubes de futebol é ainda digno de ser mencionado em relatório:

*“Mantemos um grande número de agremiações desportivas, sobressaindo-se, entre elas, clubes de football.”*

*(relatório de 1959)*

---

<sup>114</sup> “As festas de Natal e Ano Novo eram bastante animadas e concorridas. No início, essas festas foram realizadas no antigo campo de futebol da Cia. situado no bairro do Nobre e, posteriormente, à Rua da Aurora. Por volta do ano de 1938, o Coronel Frederico João Lundgren mandou construir o atual campo do ‘Paulistano’, onde as festividades de fim de ano passaram a ser comemoradas. O movimento festivo começava a partir das 5 horas da tarde, e sempre terminava ao raiar do dia seguinte. Dentro do campo, todo embandeirado e repleto de enfeites alusivos à data natalina, uma enorme multidão se movimentava por toda parte. Havia muito entretenimento, inclusive numerosas barracas de prendas, sorteios e jogos. Fogos de artifício eram atirados em toda direção, e a fumaça se espalhava, e cobria todo o espaço, a velha e harmoniosa Banda de Música, sempre presente, tocava os seus bonitos ‘dobrados’. Logo à entrada do campo, estava o altar caprichosamente decorado para a tradicional ‘Missa do Galo’. E na hora da Santa Missa, todos ali se reuniam para ouvir a pregação religiosa. (...) Assim, entre muita alegria e felicidade, as festas prosseguiram no velho campo do ‘Paulistano’ até o raiar do novo dia.”

(Santo Filho, 1978, pp. 35 e 36)

Tal impressão de continuidade não é passada, no entanto, pelos ex-trabalhadores e habitantes locais mais antigos, que participaram dos clubes de futebol. Há aqui também uma idealização do período vinculado ao Coronel Frederico, e em alguns depoimentos, como o desse ex-jogador de futebol local, empregado dos escritórios da fábrica na seção das casas e funcionário da prefeitura, transcrito no caderno de campo, o padrão ideal desse favorecimento ao futebol antecipa-se para antes dos anos 30:

*"A parte recreativa oferecida pela companhia, na cidade, era muito desenvolvida. Existiam uns 20 clubes de futebol em Paulista, todos incentivados pela companhia. Os times se formavam, o Coronel Frederico dava-lhes logo uma bola e um jogo de camisas, e lhes facilitava campo e sede social. Muitos times se formavam, e logo se acabavam. Mas outros cresceram, e chegaram a obter sua sede social em alguma casa que a companhia lhes cedia. Tudo era gratuito, dado pela companhia. E assim, o povo de Paulista tinha seu divertimento perto de casa, gratuito, onde podia assistir e participar. A banda de música tocava antes dos jogos de futebol, enriquecendo o espetáculo, e incentivando os jogadores. Desses tantos times era feito um 'scratch' (uma seleção), o Paulistano, que era o time que representava a vila externamente, jogando contra times de fora. Além dos times de futebol, a cidade contava com muitas sociedades carnavalescas, incentivadas pelos Lundgren. (...) Dessa forma, a companhia oferecia um divertimento gratuito e bom para seus trabalhadores e suas famílias, que não precisavam pagar transporte nem coisa nenhuma para se divertirem ou participarem diretamente do futebol ou das sociedades carnavalescas. Agora, essa participação e esse controle direto da fábrica sobre esses divertimentos fizeram com que eles acabassem logo quando a companhia se desinteressou deles e retirou seu apoio material. O povo, acostumado a receber tudo gratuitamente, sem seu próprio sacrifício material, fez com que acabassem esses clubes e não surgissem novos. Alguns ainda sobrevivem precariamente. Mas, por outro lado, é certo que o povo também se desinteressou dos clubes, naquele tempo havia o empenho do povo, e muito se deve a esse empenho do povo, não só ao apoio da companhia. De parte a parte, houve um desinteresse, e a coisa morreu. Quando um clube de futebol ou uma sociedade carnavalesca morria ou enfraquecia, a companhia retomava logo a casa que tinha doado para suas atividades, não esperava a coisa ressurgir.*

*E assim, aos poucos, a coisa foi morrendo definitivamente. O começo do fim desses clubes e sociedades, do interesse da companhia e do povo nessas atividades, se deu nos anos 30, até 32 ou 33. A partir daí, começam a reduzir-se os benefícios da companhia quanto à parte recreativa. Porque aí começam muitos problemas dela com os operários, muita briga entre ambos. As reivindicações dos operários eram justas, porque exigindo direitos existentes em leis. A companhia era contra a existência do sindicato em Paulista. Então aí começam os desentendimentos, a companhia se aborrece, e retira os benefícios da parte recreativa. Também aí começam os problemas com os governos estaduais, com a prefeitura, com os políticos. Com a Prefeitura, começa*

*a haver a ambição dos cargos, e uma tendência a que os políticos conseguissem o apoio dos operários contra a companhia. Nessa época de 1932 ou 1933, até 1934, houve demissões em massa dos operários que apoiavam a criação do sindicato em Paulista."*

*(entrevista anotada, depois reconstituída)*

Essa interpretação histórica deste ex-funcionário dos escritórios da *companhia*, que participou da atividade futebolística local, enfatiza a influência do conflito de classe e da interferência de forças políticas estaduais no desinteresse relativo da CTP em promover e sustentar a vida recreativa da cidade. Ela ressalta o imobilismo das associações recreativas, após a retirada dos incentivos materiais e do interesse da *companhia*. Ela localiza, então, o padrão ideal de relações sociais entre os operários e a *companhia*, propiciando o auge dessas atividades recreativas no período anterior aos anos 30, anterior ao aparecimento do sindicato operário, que provoca o primeiro aguçamento do conflito de classe local. Já vimos, anteriormente, que o conflito de classe não impede e até estimula o desenvolvimento de outras atividades "assistenciais" da CTP como no caso da assistência médica e das atividades religiosas. E mesmo quanto à "parte recreativa", podemos observar, por registros escritos e depoimentos de operários, que ela se desenvolve no período posterior, tanto nas atividades carnavalescas e esportivas, quanto na organização do Parque Frederico Lundgren em plena *Casa Grande*. O que há visivelmente é uma mudança de ênfase, no interior dessas atividades – a passividade implícita no usufruto do Parque pode ser contraposta a um maior ativismo nos clubes e sociedades – e, além disso, mudanças decorrentes do "estilo da época", como a continuidade e desenvolvimento dos times de futebol e o declínio das bandas de música<sup>115</sup>. É certo que as atividades recreativas, mais que as atividades de assistência médica e até mesmo as atividades religiosas, necessitam não apenas da vontade da CTP, mas de um ambiente propício à espontaneidade e ao engajamento da população local, como observa o ex-funcionário no depoimento acima. E é esta impressão que ele deseja passar através do destaque ao período anterior aos anos 30. De fato, há uma mudança na forma em que se manifesta o conflito de classes em Paulista, mas essa importante mudança de forma não deve apagar o fato de sua existência anterior aos anos 30. Assim como há de fato desenvolvimento de atividades recreativas após os anos 30, há inversamente luta de classes em Paulista no período anterior.

---

<sup>115</sup> Nas notícias do jornal *Gazeta de Paulista* de 1911, é visível a importância da "Banda de Música 15 de Junho" nos acontecimentos ritualizados locais os mais diversos. Essa banda permanece até os anos 30, segundo indícios em notícias sobre as comemorações da Revolução de 30 por parte de associações locais. Nos anos 50, há registro de outra denominação, "a 'Jazz Band Marca Olho', pertencente à Banda Musical mantida pela companhia", e que toca nos bailes. (cf. Veiga, 1956).

As observações deste ex-funcionário da fábrica sobre as “atividades recreativas” da *companhia* poderiam induzir a pensar-se a existência do “sistema Paulista” em sua pujança e seu isolamento próprio, em suas características mais “puras” ao estado de “isolado”, como um fenômeno situado no período anterior aos anos 30. No entanto, uma de suas características principais, a de exercer a autoridade não somente no interior da fábrica, terreno por excelência do “despotismo industrial”, mas também no conjunto da vida social dos seus operários e em toda a cidade, tem a oportunidade de desenvolver-se e se mostrar em toda plenitude após os anos 30. O “sistema Paulista” pressupõe, assim, a contradição e o embate tanto com os seus operários, quanto com forças políticas exteriores, que falam em nome da autoridade pública e opõem à autoridade desse “Estado” local de fato exercido pela CTP, a autoridade do Estado Nacional. O “sistema Paulista” se caracteriza assim por uma resposta própria para lidar com essas contradições, procurando preservar sua autoridade territorial absoluta sobre a população urbana que vive em função da fábrica.





## Capítulo 6

### A Questão do “Corpo Armado de Vigias” da CTP e a “Autonomia Municipal” das Propriedades Contíguas à Fábrica Paulista

Por detrás de todas essas atividades propiciadas direta ou indiretamente pela *companhia* – que configuram o fato de ser tida como uma “civilização”, oferecendo à sua população, além do trabalho, da moradia e concessões acessórias à moradia, serviços médicos, recreativos e religiosos –, erige-se, como toda “civilização” que se preza, o monopólio do uso da violência. A essas atividades que promovem, sob a égide da *companhia*, a associação dos operários para fins recreativos ou religiosos, propiciando assim indiretamente a legitimidade de sua dominação sobre os trabalhadores que a interiorizam com a naturalidade com que satisfazem suas necessidades sociais da maneira determinada que lhes são oferecidas, corresponde também a atividade menos persuasiva deste corpo próprio de *vigias*, desta grandiosa milícia privada da CTP, a qual, embora se caracterize pela ostentação externa dos instrumentos da violência ou por sua execução material exemplar, não deixa de provocar uma forma menos sofisticada de interiorização da dominação: o medo.

Esse monopólio do uso da violência, que tem sua legitimidade calcada na promoção e no controle da vida produtiva e da vida social de toda a localidade por parte da *companhia*, estava embutido em várias das características já examinadas do “sistema Paulista”, particularmente na garantia das condições de existência de seus habitantes (cf. parte 1). Esta violência está embutida na produção agrícola, incentivada pela CTP e canalizada para a sua feira a preços administrados, quando tem por suposto a proibição, e a vigilância decorrente, da venda dessa produção agrícola em outras praças de mercado que não a de Paulista (cf. cap. 3). Ela está embutida, também, no cumprimento das “regras de residência” da vila operária, particularmente nos seus períodos de superpopulação, quando várias famílias são obrigadas a co-

habitar na mesma casa, ou quando são expedidas as ordens para a derrubada de *mocambos*. Ela aparece claramente nas "aventuras de Joaquim", que descrevemos no capítulo 4 anterior, personificada nos *vigias* Sabino e Manuel Gasolina. E se manifesta de forma naturalizada, quando na cerimônia de agregação dos novos trabalhadores ao mundo da fábrica, diante do patrão em carne e osso na *Casa Grande*, na alocação às profissões possíveis para os homens, particularmente os corporalmente "bem dotados" ou os dotados de curriculum próprio de "antecedentes", aparece recorrentemente a alternativa da profissão *vigia*. (cf. cap. 1).

Já vimos também, no cap. 4, a propósito da construção da vila operária de Paulista, que se desenvolve com a ajuda de isenções fiscais da Prefeitura de Olinda (da qual Paulista é um distrito até 1935) e, posteriormente, da própria Prefeitura de Paulista, como a notícia "Paulista e a revolução", que anuncia e comenta a revogação, em dezembro de 1930, da lei municipal de 1913, que proporcionava isenção fiscal às casas da CTP, inclui também a denúncia de uso da violência por parte da *companhia* contra seus operários<sup>116</sup>. É o momento da eclosão na imprensa, como resultado da ação de setores do governo saído do movimento revolucionário de 1930, de uma breve discussão sobre as milícias privadas de grandes fábricas, usinas e empreendimentos rurais. E é assim esse breve momento, em que vêm a público não somente informações sobre essa grande milícia privada da CTP, como a atitude do governo estadual, diante das repercussões dessa revelação, que nos proporciona uma das oportunidades exemplares (a outra sendo no imediato pós-guerra) para o exame das características deste "governo local de fato", e suas raízes e tradições na prática da classe dominante.

No dia 17 de janeiro de 1931, o *Diário da Manhã* noticia a apreensão no dia 14/1, em diligência policial, de grande quantidade de armamentos e munições encontradas nas fábricas e na residência dos irmãos Lundgren ("A polícia apprehende grande cópia de material de guerra em Paulista")<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup> "(...) Sabe-se quão odioso era o regímen dominante em Paulista, contra o patrimônio e a liberdade dos operários locais. Os inquéritos que a polícia está fazendo em torno de denúncias formuladas por pessoas do ex-município, evidenciam o tratamento desumano a que eram submetidos inúmeros trabalhadores brasileiros por gerentes e feitores estrangeiros, senão pelos próprios irmãos Lundgren. Espancamentos impiedosos, detenções em xadres intoleráveis, aplicação de chlysteres drásticos, banhos de dias e semanas no fundo das cubas de Timbó, eis, em suma, o que ali até bem pouco se praticava contra o proletariado nacional." (*Diário da Manhã*, 10/12/1930).

<sup>117</sup> A notícia menciona que a chefatura de polícia vinha sendo informada há algum tempo sobre a existência do arsenal. Além de comissários e investigadores do Recife, participaram da busca o delegado local com quatro praças do destacamento de Olinda e três civis de Paulista. "Na busca efetuada na residência dos irmãos Alberto, Arthur e Frederico Lundgren, o chefe da diligência, Dr. José Luna, delegado do 1º distrito, encontrou: 25 metralhadoras tipo alemão com 71 pentes e 23.472 balas; 2 metralhadoras tipo alemão, sem

Imediatamente o *Diário de Pernambuco*, do dia 18 de janeiro de 1931, edição de domingo, sai em defesa da CTP em longo editorial de quase três colunas intitulado "Enquanto é tempo", de crítica a setores do novo governo, como o Departamento Estadual do Trabalho, e de esperança na retificação de tais ações pelo chefe de governo, o Interventor Federal. Nessa defesa da CTP, o jornal justifica a necessidade e a legitimidade dessas milícias privadas:

*"(...) Em verdade, ninguém poderá dizer que o bem público imponha aos governos, num país de tão limitada cultura como o nosso, vexâmen como esse que aqui acaba de exercer-se contra a fábrica Paulista, a título de apreensão de armas em mão dos respectivos proprietários.*

*Trata-se, aliás, de armas comuns de que nenhuma empresa rural desse gênero poderá prescindir, para fins de defesa eventual própria, da sua gente e dos seus bens. Armas comuns modernas, pistolas e rifles automáticos - de modo algum metralhadoras, foi o que a Polícia apreendeu em Paulista.*

*A Polícia poderia, entretanto, requisitar aquellas armas, sem o inútil e estrondoso aparato com que o fez.*

*Não é Paulista um qualquer café noturno de má-companhia, que possa cercar-se e se varejar, cujo funcionamento possa ser perturbado sem consequência ponderável para o interesse público.*

*É, pelo contrário, um grande núcleo de trabalho e produção, de cuja actividade depende a subsistência dalguns milhares de famílias, inclusive e principalmente proletárias; e assim, como todos os demais núcleos industriaes e agrícolas, um elemento considerável da economia do Estado.*

*Bem há de ver-se que, desconsiderados e desacatados espectacularmente como foram agora, difficilmente poderão os proprietários e gerentes daquela Fábrica manter alli o mínimo de disciplina e de ordem de que carecem para produzir em condições de efficiência que lhes permitam nesta crise, manter de pé a sua empresa.*

*A Polícia, a integrar-se devidamente na sua função, essencialmente preventiva, havia que attentar no estímulo que tudo isso vae levando aos agitadores e "meneurs" que andam a immiscuir-se em todos os meios operários - soprando-lhes afoitamente e sem reboços a sublevação contra a fábrica, contra o governo, contra tudo.*

*Nem o governo poderá prescindir do concurso moral dos chefes industriaes e agrícolas na manutenção da ordem de segurança públicas; concurso que num vasto país como o nosso, de população e comunicações tão escassa, e de acção policial por essa e outras razões deficienteíssima, representa sempre para o poder público um apoio que não deve ser desdenhado. E ainda menos escorçado."*

---

coronhas; 50 rifles automáticos, com 5.772 tiros; 4 fuzis; 3 currupadres; 3 bacamartes; 4 facões de mato; 84 caixas com 50 balas cada uma para revólver calibre 32. Três empregados dos irmãos Lundgren assistiram ao arrolamento das armas."

A resposta do *Diário da Manhã*, no primeiro dia útil subsequente (20/1/1931), coloca-se na defensiva como já indica o título do seu editorial de 1ª página, “Quasi de pleno accordo...”. Ao invés de ater-se à questão do desarmamento das milícias privadas e, em particular, da CTP, o editorial defende o governo das acusações feitas em “Enquanto é Tempo” de pautar sua política social e trabalhista nos padrões de “certo illustre profissional da agitação obreira”, “sociólogo e estadista de emergência (...) destituído do precioso senso da realidade”, que, “logo aos primeiros dias da Revolução, (...) andou aqui de fábrica em fábrica, de oficina em oficina, a proclamar em discursos incendiados, à credulidade confiante dos trabalhadores, o advento duma era de reivindicação sem limite – que não poderá chegar nunca para ninguém.” (D.P., 18/01/1931). O editorial do *Diário da Manhã* refuta a associação da ação do governo com a do Prof. Joaquim Pimenta, o “sociólogo e estadista de emergência” não nomeado nas críticas do *Diário de Pernambuco*, referindo-se à desaprovação do governo provisório relativamente “às greves que agitaram Pernambuco nos primeiros dias, após a vitória militar da Revolução” sendo citadas a greve dos padeiros e dos operários da fábrica Paulista:

*“O numeroso operariado daquelle importante centro fabril assumio uma attitude que o governo foi o primeiro a reputar inoportuna. (...) (O governo enviou então o Prof. Joaquim Pimenta) com a missão de esclarecer e orientar aquelle núcleo operário sobre os verdadeiros propósitos do novo regimen, (o que logrou conseguir com a volta dos operários ao trabalho). Informado de que o prof. Joaquim Pimenta, actuando espontaneamente, junto a outros núcleos operários da capital e do interior, não traduzira com felicidade o pensamento do governo, o Sr. Interventor Federal entendeu-se com o mesmo professor que se promptificou a abster-se de ter contacto com as classes operárias, a fim de evitar interpretações menos justas em torno do seu nome. (O editorial acrescenta ainda que Joaquim Pimenta resolveu embarcar para o Rio, tendo publicado antes, na imprensa de Recife, uma nota explicativa de seu próprio punho).”*

A defesa do governo diante dos ataques do editorial “Enquanto é Tempo” do *Diário de Pernambuco* feita pelo *Diário da Manhã* vale-se – além do editorial “Quase de pleno acordo...”, que afirma a ação do governo em prol da paz social e o disassocia do acusado Prof. Joaquim Pimenta – também da notícia explicativa ainda em primeira página, a respeito da diligência policial feita no domínio dos Lundgren (“A diligência realizada em Paulista e o policiamento das fábricas e propriedades agrícolas do Estado”, D.M., 20/01/1931)<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> A propósito do editorial do *Diário de Pernambuco* de domingo último, censurando a conduta da polícia na diligência, essa notícia informa que, quando da diligência o sr. Frederico Lundgren veio até o Palácio do Governo,

O tom e o conteúdo defensivo do editorial e da notícia da primeira página modifica-se ligeiramente para o leitor atento da página 3, na pequena notícia sobre fatos além-Pernambuco. A notícia, intitulada "Idêntica apreensão de armas na Fábrica de Rio Tinto", fábrica paraibana que também pertence à CTP, indica como essa ação policial é lastreada no decreto do Interventor Federal da Paraíba, de 19/1/1931, sobre o uso de armas nas propriedades industriais e rurais, o qual admite o uso de armas para defesa, no exercício de suas funções, pelo corpo de vigias, mas sob a fiscalização da Polícia. Decreto de mesmo conteúdo é assinado pelo Interventor de Pernambuco e publicado no dia 20/1/1931 na Imprensa Oficial Estadual. A ambigüidade do decreto, que sujeita formalmente as milícias privadas a algumas limitações, - a serem fiscalizadas por uma polícia, localmente muito inferior em termos militares ao corpo de vigias e estadualmente refreada, quanto a este tipo de ação, pelas composições políticas do governo estadual -, parece satisfazer aos porta-vozes dos industriais e proprietários rurais naquela correlação de forças políticas. De fato, essas limitações referem-se implicitamente ao uso político dessas milícias privadas, à sua agregação ao cômputo de forças militares arregimentadas por facções políticas em frequentes crises políticas locais, geralmente em períodos de sucessão de poder. As milícias da CTP contavam-se de fato entre as forças militares potencialmente utilizáveis por facções situacionistas locais contra as forças políticas que apóiam nacionalmente o movimento e a Revolução de Outubro de 1930. Essas limitações praticamente não atingem, no entanto, "o uso de armas para defesa, no exercício de suas funções pelo corpo de vigias", isto é, o uso normal e cotidiano dessas milícias na manutenção da ordem do interior do território daquelas unidades produtivas vis a vis de seus trabalhadores e seus habitantes. Satisfeito principalmente com este ponto, o *Diário de*

---

acompanhado do advogado Mario Castro. O interventor pediu para o sr. Lundgren responder a um questionário, o que vem estampado também na pg. 1 do jornal e é datado de Recife, 19/1/1931, com resposta do mesmo dia. (Sendo este encontro, portanto, posterior dois dias à diligência e um dia após o editorial do *Diário de Pernambuco*, e não "quando da diligência" como procura atenuar a notícia). O questionário contém 10 itens, todos versando sobre possível desacato ou má conduta da polícia, os quais foram respondidos pelo sr. Lundgren favoravelmente ao Interventor. O item 5º dizia: "Se na mesma ocasião eu me promptifiquei a dar plenas garantias individuais aos proprietários da Fábrica Paulista, assegurar funcionamento normal da Fábrica e a ordem no seio do operariado". O item 6º dizia: "Se ainda nessa ocasião declarei a V.S. que a sorte da Fábrica Paulista estava de tal maneira ligada à economia de Pernambuco, que eu tinha o maior empenho em que a diligência policial do dia 14 não resultasse a menor perturbação na vida daquela fábrica." A notícia acrescenta que o interventor pediu ainda parecer ao comandante da 7ª Região Militar sobre a significação das armas apreendidas. A notícia finaliza afirmando que a apreensão das armas visava não os industriais e proprietários agrícolas, mas os agentes de credos terroristas. (Resumo não literal da notícia).

*Pernambuco* sela esse compromisso em novo editorial, "Nos Justos Pontos", homenageando seus adversários ao concordar que, na realidade, estão "quasi de pleno accordo".

*"As considerações aqui emitidas, no domingo último, sobre aspectos do problema da ordem pública em nosso Estado, mereceram hontem, da parte do 'Diário da Manhã', longa e minuciosa réplica, da qual se verifica que, em verdade, estamos nisso... 'quasi de pleno accordo'. Porque de facto, as recíprocas divergências de ponto de vista em nada infirmam a convicção comum de que o resguardo, a todo transe, da ordem pública, não apenas aqui, mas em todo o Brasil, está a reclamar de governantes e governados, sem distinção de opiniões, a mais sincera e estreita collaboration.*

*Essa orientação se confirma em declaração official do Governo do Estado, também publicada hontem, sobre o caso da Fábrica Paulista. Ahi se attribue ao 'Diário de Pernambuco' a affirmativa de que os proprietários daquela empreza teriam sido como que pessoalmente desacatados e desconsiderados - o que não foi entendido em termos. O desacato, ao nosso ver, consistia no próprio facto da diligência policial, abertamente dirigida contra a fábrica. Nada de pessoal porém mencionamos. Até porque, sabíamos já das declarações do sr. Frederico Lundgren quanto à cortesia com que o tratara o delegado Dr. José Ulysses de Luna, a que, de resto, conhecemos de longa data, como incapaz de proceder doutra maneira.*

*O que, todavia, mais importa e nessa nota official claramente se accentua, é o propósito salutar de prestigiar-se a cada proprietário na defesa e policia das pessoas e bens sob sua guarda. Essa faculdade vem regulamentada no decreto, publicado hontem, em que se autoriza a cada proprietário idôneo a manutenção do corpo de vigias armados, necessário à policia interna de cada empreza - a juízo, e sob a jurisdição da autoridade policial respectiva.*

*Providência que, como bem pode ver-se, indica, por parte do sr. Interventor Federal que a determinou, o sincero propósito de acertar que lho temos sempre reconhecido.*

*Dentro desse programa, estão sendo devolvidos à companhia T. Paulista as armas necessárias ao corpo de guardas particulares, atribuídos ao serviço de ordem nas suas propriedades."*

*(Diário de Pernambuco, 21/01/1931, editorial)*

Diante deste acordo, o parecer técnico do comandante da 7ª Região Militar sobre as armas apreendidas em Paulista, dado a conhecer dias depois, estranhando "a quantidade do armamento para possível defesa", enfatizando o lado mais controverso do decreto se não for tratado como letra morta, e reafirmando que "só por concessão do Governo poderá um estabelecimento particular prover o seu policiamento", não parece ter maiores conseqüências para o andamento da devolução das armas à CTP. Pelo menos, não há mais registro nos jornais de qualquer reclamação neste sentido.

Encerra-se, então, essa primeira controvérsia pública sobre a milícia privada da CTP, propiciando uma breve discussão sobre o caráter geral dessas milícias nas fábricas e propriedades rurais de Pernambuco e da Paraíba.



Assentada a poeira dessa discussão, o tema de debate sobre as milícias privadas mergulha no esquecimento enquanto as próprias milícias retornam à sua existência social cotidiana e naturalizada, e no contexto desse "esquecimento" cresce a milícia privada da CTP, acompanhando o próprio desenvolvimento de suas atividades, do seu território, e do crescimento do seu contingente de operários e de camponeses (nos *sítios da companhia*), com a própria arregimentação massiva de trabalhadores nos anos 30 e 40. No imediato pós-guerra, a CTP contaria, segundo informações de ex-dirigentes do sindicato de trabalhadores têxteis de Paulista, "com 743 homens que usavam o *título de vigia*, para vigiar tudo que se passava dentro dos 241 Km<sup>2</sup> de terreno do município, que todos pertenciam à família Lundgren". (Entrevista gravada, o grifo é meu, JSLL). E é neste período que eclode a segunda discussão pública sobre a milícia privada da CTP, com conseqüências mais gerais para outras milícias de empresas e fazendas, quando do assassinato de dois militantes do PCB, ambos operários do Recife, sendo um deles banqueiro da Fábrica da Macaxeira, a tiros, por um vigia da *companhia* que disparou sobre o caminhão-palanque, que já partia da cidade depois de um comício eleitoral na Praça da República, Bairro do Nobre, Paulista, em Novembro de 1946 (cf. Folha do Povo, 12/11/46 em diante, até janeiro de 1947, notícias a respeito do que este jornal denominou de "Chacina de Paulista"). Sobre essa segunda discussão pública a propósito desse *corpo de vigias* da CTP, que durou até os anos 60, no entanto, voltaremos a falar mais adiante, na parte 4.

A gênese desta enorme milícia privada da CTP – que, como vimos, mantém-se e se desenvolve mesmo após os abalos provocados pelos acontecimentos subseqüentes à Revolução de 30 em Pernambuco – parece estar ligada não somente à manutenção da ordem *vis a vis* de seus operários e dos habitantes de seu território – funções estas permitidas e legitimadas pelos decretos dos Interventores Federais oriundos da Revolução de 30 em Pernambuco e na Paraíba, onde tiveram importante papel nessa questão as fábricas de Paulista e Rio Tinto da CTP – mas também às brigas entre facções políticas das classes dominantes locais na década de 20.

Essas brigas políticas acontecem também nos anos 10, mas parecem provocar conseqüências diversas sobre a formação de uma milícia privada própria. É conhecido o engajamento dos irmãos Lundgren na campanha do Gal. Dantas Barreto, candidato de oposição à oligarquia local, chefiada há longos anos pelo Conselheiro Rosa e Silva, em 1911, destacado no livro de Raul de Góes como caução unilateral – porque posicionamentos "situacionistas" inversos dos Lundgren, como durante o imediato pré-Revolução de 30 por exemplo, são omitidos – a um pretensão caráter democrático desse grupo industrial (cf. Góes, 1964, pp. 109/111 e 115/124), e estudado criticamente em recente artigo acadêmico de Hutzler, 1984, para o qual remeto o leitor para a análise das repercussões nas relações dos operários de Paulista



com seus padrões neste episódio político significativo. Tal engajamento tem relações também com as brigas dos Lundgren com o Chefe Político de Olinda, Coronel Cornélio Padilha, ex-diretor-presidente (até 1911) da CTP, brigas estas que, segundo Góes, (1964, pp. 107/109) traziam conseqüências sobre a "segurança interna" do território da CTP através do destacamento policial de Paulista, subordinado a Olinda (cf. citação de trecho de Góes no início do cap. 3 a respeito do "mito de origem" da feira de Paulista). Com a vitória de Dantas Barreto, a ação da polícia estadual favorece a "manutenção da ordem" interna ao território dos Lundgren, fazendo-se valer do envio de tropas, a pedido do Coronel Frederico Lundgren, para atemorizar a preparação de uma greve dos operários da fábrica por diminuição das horas de trabalho, modificação no horário dos turnos de trabalho, volta da tabela antiga de salários, na qual estes eram superiores (cf. Hutzler, 1984, apud *Jornal Pequeno* de 12/11/1912 e *Almanach de Pernambuco de 1918*). A preparação desta greve e sua repressão marcam o fim do breve período de "harmonia" entre padrões e operários na campanha de Dantas Barreto (cf. Hutzler 1984). Também uma greve de trabalhadores lenheiros da fábrica Paulista foi abafada com o envio de tropas policiais do Recife, em 1917, sob o governo de Manoel Borba, a pedido do Coronel Arthur Lundgren<sup>119</sup>. Desta forma, o

---

<sup>119</sup> O Diário de Pernambuco dos dias 31/8 e 1/9/1917 noticia a greve com destaque, primeiramente procurando informações junto ao Chefe de Polícia Estadual e à Delegacia de Polícia de Olinda sobre o envio de tropas policiais para Paulista, as quais, consistindo de pelotão de praças de cavalaria e pelotão de praças de infantaria foram surpreendidas pela reportagem, locomovendo-se para Paulista, e, depois informando-se junto ao escritório da CTP em Recife, com o filho do diretor - tesoureiro da empresa:

"(...) A 'Cia. de Tecidos Paulista' possui a duas léguas da fábrica que mantém na localidade deste nome uma grande propriedade, coberta de matas, chamada 'Seringal' e medindo quatro léguas quadradas. É o 'Seringal' que lhe fornece o combustível necessário às suas máquinas, de maneira que ali, a emprêza organizou um grande serviço de corte de lenha, empregando cerca de 800 homens, das 6 às 17 horas, diariamente. Chefiava esse serviço um inglês, sr. James Leeck, que a Cia. acaba de transferir para outra de suas seções nomeando para substituí-lo o sr. José Urbano dos Santos. A substituição parece não ter causado boa impressão no seio dos lenhadores. Foi assim que anteontem às 14 horas, ao ir o novo funcionário tomar posse no cargo que lhe fora confiado, 4 cabos de turma, em manifestação de protesto, abandonaram o serviço, induzindo os operários a imitarem o seu exemplo. Ciente do ocorrido, o sr. Coronel Arthur Lundgren, um dos diretores também dos maiores acionistas da Cia., procurou o sr. desembargador-chefe de polícia a fim de ser mantida a ordem, e garantida a propriedade contra passíveis atentados e também ser evitado que o movimento se estendesse aos tecelões. O sr. desembargador Antônio Guimarães tomou as providências necessárias, fazendo seguir para Paulista 90 praças de infantaria da força policial sob o comando do capitão Carlos Affonso (...) e, também, 30 de cavalaria comandados pelo alferes José Muniz de Farias. Após a chegada dessas

auxílio da força policial estadual para a "manutenção da ordem" interna à vila operária de Paulista e suas adjacências é utilizado pela CTP sem maiores dificuldades na década de 10 para a repressão de movimentos coletivos de seus trabalhadores, como as greves. Tal utilização não faz a companhia prescindir de seu corpo de vigias, que se faz presente na repressão cotidiana, nas ameaças e nas punições socialmente exemplares a trabalhadores individuais<sup>120</sup>.

---

forças, foi efetuada a prisão dos cabeças do movimento, voltando os lenhadores ao trabalho à hora habitual e ficando o serviço normalizado. (A reportagem entrevista também o capitão Carlos Affonso à sua chegada em Recife:) (...) Informou-nos esse oficial que (chegando a Paulista), imediatamente fizera seguir para o 'Seringal', o alferes Muniz de Farias com quatro praças de cavalaria acompanhando o Cel. Lundgren. A um quilômetro do 'Seringal' deixara a força estacionada, seguindo apenas com alguns praças. Encontrara tudo em ordem. Efetuara apenas a prisão de alguns operários mais exaltados que havia passado à disposição do sub-delegado do distrito e aconselhara os demais a que voltassem ao trabalho, sendo atendido. Uma vez normalizado o serviço no 'Seringal', retirara-se com a força de Paulista, deixando ali como medida de precaução 20 praças reforçando o destacamento local."

<sup>120</sup> O *Diário de Pernambuco* de 24/9/1917, como que desmentindo por antecipação seus editoriais de janeiro de 1931 sobre a necessidade "de prestigiar-se (isto é, o governo e a "opinião pública" devem prestigiar) a cada proprietário na defesa e polícia das pessoas e bens sob sua guarda", através da "manutenção do corpo de vigias armados, necessários à polícia interna de cada empresa", chega a dar então destaque a notícias da ação violenta sobre os operários de Paulista deste corpo de vigias. Tal é a notícia da execução por esses mesmos vigias, de um suplício, ordenado na presença do operário-vítima pelo patrão em carne e osso, que fica a meio caminho entre a exposição ritualizada da punição em praça pública e o seu ocultamento moderno que configuram dois tipos polares da "economia do castigo" (cf. Foucault, 1975, pg. 13) - isto é, embora seja uma surra escondida, "no mato" e à noite, é para todos ficarem sabendo, através das marcas corporais e através da invasão domiciliar. O *Diário*, talvez devido às rivalidades políticas com os Lundgren - que alguns anos antes, em 1911, polarizavam-se em torno da oposição "rosistas" e "dantistas" - noticiou o fato.

"Esteve ontem no gabinete do Chefe de Polícia, o sr. José Bartholomeu de Castro Azevedo que veio queixar-se de ter sido agredido anteontem, pelas 13 horas, a mandado do sr. Arthur Lundgren, um dos proprietários da Fábrica de Tecidos Paulista. Ouvido a respeito, disse o queixoso: que era torneiro mecânico da referida fábrica e há muito notava malquerença dos seus patrões para consigo; que, estando trabalhando anteontem às 13 horas, n'um motor, recebeu chamado para ir consertar o motor a gaz da fábrica, indo após ter terminado o trabalho que fazia; que devido à maneira brusca porque foi tratado pelo sr. Chalmers, ele, respondente, disse que não trabalhava mais; que depois se retirou para casa, sendo à noite intimado a comparecer à presença do sr. Cel. Arthur Lundgren, o que fez; que o Cel. Arthur Lundgren lhe pediu então que explicasse onde se achavam três carretas do tomo que haviam desaparecido, o que ele respondente disse ignorar; que o Cel. Lundgren então deu ordem a quatro capangas para lhe aplicarem uma surra, n'uma mata vizinha à

As brigas políticas no interior da classe dominante local na década de 20, e, particularmente, a “tempestuosa crise sucessória” desencadeada em 1922, com a morte do governador Bezerra Cavalcanti, “revelando uma surpreendente colcha de retalhos de novas alianças políticas” (cf. Levine, 1980, pg. 134), traziam conseqüências diversas para as características da milícia privada própria à CTP, segundo os indícios que podemos obter do relatório anual da CTP de 1923, e a comparação contrastiva da situação ali descrita com o arsenal encontrado na fábrica e na *Casa Grande* em dezembro de 1930. O surpreendente conteúdo da maior parte do texto do relatório anual da CTP aos acionistas de 1923 descreve as repercussões de ações de sabotagem, por parte de iminigos político-partidários, segundo o relatório, sobre a atividade produtiva e o lucro daquele ano tanto em sua usina açucareira, quanto na fábrica de tecidos.

*“Usina Timbó. —*

*Tivemos, infelizmente, uma colheita de açúcar muito pequena e, portanto, deixamos de aproveitar os ótimos preços ora em vigor. O caso explica-se assim:*

*O povoado de Paulista fica situado à margem da estrada que liga Itabayanna, centro de comércio de gado, com Recife, havendo diariamente avultadíssimo trânsito de gado (palavra ilegível). Os nossos canaviaes, que ficam à margem desta estrada, sempre foram guardadas, contra a entrada de gado, por fortes e bem construídas cercas de arame farpado.*

*Em meados de agosto deste ano (1922), o destacamento policial que era de 4 praças, foi substituído por uma considerável força de polícia. Esta, dizendo-se autorizada, começou a pôr em prática as maiores perseguições contra os interesses da companhia. Pelas manhãs, as cercas apareciam arrombadas e a princípio eram imediatamente concertadas, pelos vigias colocados às noites para evitar os arrombamentos dos cercados, foram, porém intimados pela polícia a retirarem-se. O resultado foi que desapareceu por completo a proteção aos canaviaes que, além de outros danos premeditados e malevolamente levados a efeito, eram invadidos sucessivamente por levadas de boiadas.*

*Empregamos todos os meios ao nosso alcance para evitar uma destruição systemática e que se nos afigurava verdadeiramente desastrosa, e não conseguimos: a obra de destruição foi completa.*

*Calculávamos ter uma safra de 18 mil a 20 mil saccos, além de*

---

fábrica; que ele respondente levou grande surra de cipó de boi e junco, isto por volta das 11 horas da noite; que ameaçado de morte pelos capangas, fugiu, disparando os capangas do Cel. Lundgren quatro tiros contra ele respondente, que não foi atingido; que sua casa foi invadida e revistada por agentes do sr. Lundgren. O sr. José Bartholomeu, que apresentava escoriações por todo o corpo, veio acompanhado por sua mãe de nome Maximina de Castro Azevedo, que solicitou do Desembargador Chefe de Polícia garantias enquanto se retirava de Paulista. O Chefe de Polícia oficiou ontem mesmo ao delegado de Olinda ordenando-lhes que cercasse a sra. Maximina Azevedo e seu filho de todas as garantias e procedesse às diligências que o caso requer.”

quantidade suficiente para o plantío. Com verdadeiro desânimo, colhemos um pequeno restante e mais o reservado (uma ou duas palavras ilegíveis) que mandamos moer, do que resultaram 2.000 saccos, e, portanto, um prejuízo de 8.000 saccos.

#### *Motora da Fábrica Velha. —*

Por ocasião dos successos de agosto e setembro do anno decorrido (de junho de 1922 a junho de 1923), deu-se um que veio causar-nos grandes prejuízos. O caso foi o seguinte: Pelas 9 horas da manhã e dessa hora em diante do dia 8 de setembro, começaram a apparecer grupos de individuos desconhecidos. Às 10 horas em ponto, por signal de antemão combinado, foi arrombado o portão da fábrica velha e numerosos grupo de desordeiros, na sua quase totalidade composto de pessoas inteiramente desconhecidas, invadiu a fábrica, intimando os operários a suspender os trabalhos, e devido à attitude francamente hostil do referido grupo, os operários foram obrigados a retirar-se da fábrica para as suas casas e a fábrica ficou abandonada. O resultado deste assalto foi ficar seriamente danificada a grande motora da fábrica velha, a qual, após um conserto de 3 semanas, se acha não obstante em péssimo estado, fazendo apenas 57 revoluções por minuto — contra o normal que é 65.

#### *Estamparia. —*

Na série de assaltos systematicamente praticados contra os bens da companhia, não deixou de ser prejudicada esta secção. O gerente, de nacionalidade inglesa, foi seriamente ferido, porém os culpados nada soffreram. É conveniente salientar que todos estes actos de destruição systemática se deram após se ter verificado o 'acordo político' pelo qual não podiam mais estar obedecendo a fins políticos, donde se conclue que foram exclusivamente actos de ódio e vingança partidária postos em prática por individuos despeitados, os quaes, não podendo prejudicar directamente seu adversário político, procuraram cevar seus ódios nos interesses d'uma companhia de que sabiam ser o mesmo grande accionista."

Não cabe, no âmbito deste trabalho, determinar de forma historiográfica a natureza e o desenrolar dessas lutas políticas faccionais na classe dominante local, que poderiam ser objeto de outros trabalhos<sup>121</sup>. O objetivo aqui é

---

<sup>121</sup> A propósito da difícil reconstituição das repercussões dessas lutas faccionais na classe dominante local sobre a fábrica e os operários de Paulista, o depoimento do ex-operário João Lins traz mais algumas informações e interpretações sobre sua observação da época:

"Naquele tempo (em 1922), quem governava realmente, como se diz, era o capital, né? Mesmo quem estava no poder, do governo, de uma certa forma era manobrado pelo capital. De forma que, quando um queria uma coisa, outro queria outra, e sempre havia eles mesmos. Havia pouca polícia, e o pessoal do governo, essas contendas entre eles mesmos. De forma que, quando um cabra tava querendo fazer uma coisa, encontrava jeito de outro vir e derrubar aquilo. Era o que havia haquele tempo. Nesse tempo, política mesmo, como se diz, que era muito fraco para o capital. Porque havia todas essas coisas. Era gente boa, mas chegava uma polícia, tava defendendo o operário. Defendendo o operário, coisa e tal, o operário achando que tava sendo defendido mesmo, a companhia já ia lá embaixo, falava com um maior do que aquele e botava aquele pra fora, e

indicar como essas lutas políticas parecem ter contribuído para o reforço e agigantamento, do *corpo de vigias* da CTP, que, no entanto, não difere qualitativamente dos encontráveis nas *usinas* e fábricas locais. Segundo o texto de propaganda da CTP, incluído em Veiga, 1956 (pp. 260/261), uma das versões históricas da própria *companhia* procura relacionar a fundação da fábrica Rio Tinto na Paraíba às “perseguições políticas” sofridas pelos Lundgren em Pernambuco<sup>122</sup>. Nesta visão martirológica própria, propicia a uma história apologética e legendária, as “perseguições políticas” constituem-se também no motivo alegado para a fundação em 1952 de outra fábrica do grupo, a “Santa Elisabeth” em Minas Gerais, dar-se fora de Pernambuco<sup>123</sup>.

Não é de se estranhar que essas escaramuças políticas, que afetam as atividades produtivas e o controle político da CTP sobre o que ocorre no seu território, enquadrado administrativamente no distrito de Paulista, e que passam pela política municipal de Olinda e sua influência sobre os seus destacamentos policiais, façam com que a CTP procure lutar pela autonomia municipal de Paulista. Isto é conseguido através da Lei Estadual nº 1931 de 11 de setembro de 1928, quando o “distrito de Paulista passou a sede do município do mesmo nome, criado pela lei citada, com território desmembrado do município de Olinda” (cf. Góes, 1964 pp. 169). A promulgação desta lei não é estranha ao fato de ser o Coronel Arthur Lundgren deputado estadual e politicamente vinculado ao governador Estácio Coimbra. Além disso, o recorte desse novo município tem por critério principal a inclusão das propriedades da CTP em seu território, pois além do desmembramento dos antigos territórios dos distritos olindenses de Paulista, Canoas, Nobre e Conceição dar-se relativamente a Olinda, há também outros desmembramentos relativamente a outros municípios, como é o caso do distrito policial de Maricota, além dos engenhos Improviso e Regalado e a propriedade Pitanga do Inglês, desmembrados do município de Igarassu, e como é o caso

---

praticava de novo. Essas coisas, né? Esse caso foi em 22. E eu cheguei aqui em 23, aqui em Paulista, que o padre já tinha vindo do Recife. Então houve uma confusão aqui em 1922. Quando eu cheguei, soube da notícia, né. A besteira aqui.”

<sup>122</sup> Os irmãos Lundgren, Frederico e Arthur, têm participação formal na política pernambucana. Arthur foi prefeito de Olinda no Governo Dantas Barreto (1911-1915). De 1918 a 1930, foi Deputado Estadual em Pernambuco. Frederico foi Deputado Federal de 1911 a 1918.

(cf. Góes, 1956, pg. 169)

<sup>123</sup> “Apesar de tanto esforço em prol da economia pernambucana, as perseguições políticas obrigaram aos irmãos Lundgren a instalarem em 1924, a fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, e na fundação de 1952, da moderna fábrica ‘Santa Elisabeth’ em Conselheiro Lafaiete, no Estado de Minas Gerais, fábricas essas que iriam aumentar o parque industrial de Pernambuco e que a política mais obrigou ter suas instalações fora de nosso Estado.”

(Veiga, 1956, pg. 261)

do engenho Utinga, desmembrado do município de São Lourenço da Mata<sup>124</sup>.

Com a reviravolta política de outubro de 1930, no primeiro mês de governo provisório, o Interventor Federal, Carlos de Lima Cavalcanti, através de decreto 253 de 25 de novembro de 1930, extingue o município de Paulista, passando aquele ex-município a ser subordinado a Olinda, "tal qual ocorria antes de ser considerado autônomo". Tal decreto parece ter sido feito às pressas, pois acabou necessitando ser "esclarecido" pelo decreto complementar de 23 de janeiro de 1931. O decreto complementar esclarece que não apenas a maior parte do município extinto passa a subordinar-se a Olinda (isto é, os distritos de Paulista, Nobre, Canoas e Conceição), como Igarassu e São Lourenço da Mata readquirem as partes que anteriormente, pela lei de 1928, tinham lhes sido desmembradas. Além disso, determina a continuação de "certos serviços do foro extrajudicial", os quais trariam "vantagens às partes, e nenhum prejuízo para o erário"<sup>125</sup>.

Apesar de conservar sua milícia privada, conforme o compromisso de janeiro de 1931 (cf. o debate e o "quasi-accordo" entre os jornais *Diário da Manhã* e *Diário de Pernambuco*, citado mais acima), a CTP sofre com sua derrota política em outubro de 1930. Ela perde provisoriamente a autonomia municipal de Paulista (a ser recuperada, no entanto, em 1935), que lhe ajuda no controle de seu "governo local de fato". E, mais que isso, esta derrota política contribuirá decisivamente para o florescimento da associatividade sindical de seus operários, coisa até então inexistente no interior de Paulista.

---

<sup>124</sup> Na caracterização sintética dos Lundgren pelo "brazilianista" Levine está incluída essa apropriação municipal sui generis que faz parte do conhecimento da opinião pública pernambucana:

"(...) os irmãos Lundgren, filhos de imigrantes, que se tornaram, a rigor, coronéis urbanos, reservando-se um município próprio, Paulista, desentranhado de Olinda na década de 30."

(Levine, 1980, pg. 170).

<sup>125</sup> O decreto complementar precisa, em seu artigo 5º, que, "é conservado o tabellionato creado em Paulista, com atribuições, entretanto, do cartório do crime, do cível, de órfãos e do registro de imóveis e hipotecas, considerado como cartório de Olinda". Neste tabelionato de Paulista, próximo à fábrica, é que se processam as certidões de nascimento dos novos trabalhadores já aliciados na primeira metade dos anos 30 (na segunda metade, Paulista readquire sua autonomia municipal), certidões necessárias ao "arquivo documental" da fábrica adaptado às exigências da nova legislação trabalhista (cf. cap. 2). Além disso, em seu artigo 8º, o decreto complementar determina que "a delegacia de polícia do município extinto desce à categoria de commissariado, dependente da delegacia de Olinda, sendo suprimido o cargo de carcereiro". O decreto é assinado pelo Interventor Carlos de Lima Cavalcanti, pelo Secretário de Justiça Arthur de Souza Marinho, e por Edgar Teixeira Leite. (*Diário de Pernambuco*, 24/1/1931).





## Capítulo 7

### A Batalha do Coronel Frederico com Roberto do Diabo: a Incompatibilidade entre o "Sistema Paulista" e a Associatividade Sindical de seus Operários

Também é na conjuntura política pós-revolução de 30 que pôde materializar-se e se desenvolver, de forma exemplar, uma outra característica política do "sistema Paulista", além de seu aparato próprio do monopólio local do uso da violência e além da adequação do controle político territorial de suas propriedades adjacentes à Fábrica Paulista às fronteiras de um novo município próprio facilitando tal controle, a saber a sua incompatibilidade com a associativismo sindical de seus operários.

À emergência desta característica é atribuída, pelos trabalhadores mais antigos de Paulista, uma série de conseqüências para o próprio povoamento e para a vida social e política da vila operária: muitos trabalhadores vêm nas demissões em massa que se seguem à repressão ao 1º sindicato operário, em 1932, a causa do aperfeiçoamento e desenvolvimento quantitativo da política de aliciamento massivo de trabalhadores nas áreas do interior<sup>126</sup>, assim como remetem a este desfecho no conflito coletivo entre os operários e seus patrões do início dos anos 30 a explicação genética, originária, do fim da pujança e espontaneidade da vida recreativa promovida pela *companhia*, como

---

<sup>126</sup> "Depois dessa greve (no sentido amplo de um período de vários meses de mobilização, envolvendo arregimentação para a associação ao sindicato, greves curtas e outras formas de luta), demitiram em massa. Sem indenização nem nada. Tinha que desocupar da propriedade em 24 horas. Aí então é que ele mandou buscar (trabalhadores) em massa no interior. Antes, vinha mas não tinha tanto não. Foi aí que mandou o homem para o interior à cata, para dar Cr\$10,00 por cabeça ao agente."

(ex-sindicalista)

vimos mais acima na descrição de um ex-funcionário dos escritórios da CTP que jogou nos clubes de futebol da cidade.

É por sinal no terreno dessa vida recreativa local – não da recreação oferecida aos operários, mas na recreação própria do patrão, fazendo parte das idiossincrasias patronais, as quais, no entanto, são vistas pelos operários como integrantes da identidade de seu próprio grupo social – que os trabalhadores foram buscar matéria-prima para comporem um mito significativo desta característica do “sistema Paulista”.

*“O Coronel Frederico gostava muito de briga de galo, e ele criava muitos galos de raça<sup>127</sup>. Mas dizem que um dia, os galos que ele criava começaram a cantar esquisito. ‘Co-co-ro-có-sindicati, co-co-ro-có-sindicati!’ (imitação do galo). Al ele dizia: ‘Sim, sim, o que ele está dizendo?’ (imitação e mímica característica do Coronel pelos operários, com o cacote “sim, sim”, e as mãos nos suspensórios) (Alguns empregado:!) – “Tá dizendo sindicato, né?” (O Coronel:) – ‘Então mata tudo!’ (risos).”*

(ex-banqueiro)

Nesse conto à la Grimm, em que os galos fazem as vezes de uns 4 heróis ou saltimbancos rebelados porém em plena forma e prezados pelo patrão, a associatividade sindical penetra até nos galos, esses produtores diretos do divertimento e da paixão do patrão, o qual, nestas circunstâncias, prefere mandar matá-los. Rompe-se a harmonia idílica entre o Coronel e seus galos envolvida por uma atividade recreativa, através de um excesso de autonomia dos galos que se exprime em seu estranho canto, e a resposta é a sua extinção. Essa gozação ao desespero patronal com o sindicato, escolhendo o alvo da criação de galos – esse “hobby” do patrão, essa paixão plebéia que o aproxima de seus operários apesar da “nobreza” de seus galos e da existência de outros aficcionados ilustres, como ressalta o biógrafo da família (cf. nota 127) – aponta não somente para a incompatibilidade entre essa forma de dominação e o sindicato, e a violência que daí decorre, como também para a ruptura de um período tido pelos operários como “harmônico”, embora ironizado a posteriori, entre eles e seus patrões.

<sup>127</sup> “Frederico era também um apaixonado pelas rinhas de galo, emulando, nesse entretenimento, com Pinheiro Machado, Lineu de Paula Machado, Oswaldo Aranha, João Alberto e outros. Possuía os melhores galos de combate já aparecidos no Brasil, pois descendiam dos melhores reprodutores importados da Inglaterra.”  
(Góes, 1964, pg. 112)

“Havia um campo de ‘bulha de galo’ à rua da Lama, pertencente a Pedro Mateus. Aos domingos, muita gente aparecia por lá, inclusive o Coronel Frederico, Amaro ‘Preto’, Matias, ‘Biú’ dos Galos, contramestre Agnelio, seu Benvindo e tantos outros. Vinham também visitantes ilustres das cidades de Olinda e Igarassu.”

(Santos Filho, 1976, pg. 58)

Como foi o sindicato penetrar até no canto dos galos, nessa terra do futebol e das festas populares, que é também a terra dos numerosos *vigias* fortemente armados? A surpresa patronal diante desse canto sindical tão externo aos galos, que se desenrola no mito, poderia sugerir como que a surpresa diante das condições externas que permitem a eclosão de um sindicalismo imprevisto em Paulista. E já vimos como a derrota política dos dirigentes da CTP no bojo da Revolução de 30 tem a sua importância na criação dessas condições externas, abalando o poder patronal absoluto, particularmente com a investigação, depois abandonada, de sua milícia privada, e com a revogação da autonomia municipal de Paulista. Além dessa ação, dirigida contra a CTP, outras medidas, dirigidas ao patronato em geral tomadas por setores do governo provisório, acabarão tendo em Paulista seu palco principal de lutas.

Não é por acaso que os editores do Diário de Pernambuco de janeiro de 1931 concentram-se na crítica ao "Departamento Estadual do Trabalho" e à Secretaria Estadual a qual está subordinado, a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, assim como procuram associar as críticas ao Secretário de Justiça, Arthur Marinho, às críticas feitas ao Prof. Joaquim Pimenta, enquanto é verbalmente poupado o Interventor Federal Lima Cavalcanti. Este setor do governo provisório estadual, desde o início de dezembro de 1930, passa a proclamar sua intenção de fiscalizar o cumprimento patronal às leis trabalhistas recém-promulgadas, provendo recursos jurídicos aos operários para reclamarem seus direitos<sup>128</sup>. Essas medidas visavam não somente

---

<sup>128</sup> Dentre as resoluções do "Conselho do Departamento Estadual do Trabalho" reunido no dia 1/12/1930 "em um dos salões do Palácio do Governo", segundo notícias do *Diário de Pernambuco* de 3/12/1930, destacamos as seguintes:

"(...) b) incitar os patrões, sem discrepância, a tomarem efetivo o cumprimento da lei de férias ao operário, uma vez tal lei já existindo, deve ser cumprida independente de qualquer apelo. É um direito do operário, que o Departamento recomenda seja reconhecido sem delonga, sob pena de representar ao Governo para que sejam os patrões compelidos a reconhecerem-no. O Departamento também providenciará para que o poder público designe advogado gratuito para os operários necessitados de pleitear em juízo seus direitos quanto à lei de férias, simplificando o processo atual, dispensadas as despesas forenses, bem como criar a vara de direito de legislação, nesta capital, em benefício do operariado;

c) fazer sentir que protegerá os interesses dos proletários no que forem justos, de logo convidando os responsáveis pelo Cotonifício Othon Bezerra de Mello (a comparecer ao Departamento), uma vez que chegou ao conhecimento do Departamento que operários foram despedidos pelo fato de terem representado quanto às horas de trabalho, sobretudo os daquela fábrica que terá assim violado o acordo feito com o governo. Esta providência torna-se extensiva a todos os patrões.

(...) h) notificar aos proprietários da fábrica de doces 'Peixe', como aos patrões em geral, para não despedir operários por terem se manifestado partidários da Revolução de Outubro, bem como homenageado aos chefes revolucionários, dada a liberdade que ninguém pode cercear, apelando ainda para que sejam

alertar os patrões quanto ao cumprimento das leis, mas controlar também o nível de reivindicações operárias e conflito social, manifestadas desde os primeiros dias de outubro, como mostra a advertência que finaliza o item h) das resoluções do Depto. Estadual do Trabalho (cf. nota (128))<sup>129</sup>.

Por outro lado, a política sindical do governo provisório nacional saído da "Revolução de 30", ainda sob o impulso renovador que o caracteriza em seus primeiros anos (cf. Rodrigues, J.A., 1968, págs. 67-73), incentiva a constituição de sindicatos de trabalhadores em categorias e localidades onde tais associações nunca tinham existido. Após a pronta criação do marco institucional burocrático amplo, verbalmente destinado a "superintender (verbo burocrático característico) a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural (este último logo abandonado, somente sendo reconhecido sindicalmente pelo Estado nos anos 60)" (cf. Vargas, discurso de posse na chefia do Governo Provisório, em 3/11/1930, apud Rodrigues, J.A., 1968, págs. 69 e 114 nota 5) – o Ministério do Trabalho, mas também da Indústria e Comércio, criado por decreto de 26/11/1930 – foi logo em seguida decretada a regulação da "sindicalização das classes patronais e operárias" através do decreto 19.770 de 19/3/1931. Um dos autores do proje-

---

admitidos os que foram despedidos por esse motivo. Igualmente, avisa aos operários ser tempo de cessarem as manifestações, pelo rendimento do trabalho, agora mais que nunca necessário."

<sup>129</sup> Além da greve em Paulista, a dos padeiros e a dos ferroviários da Great Western, que eclodiram pouco dias após o movimento revolucinarário estadual e referidas seja no editorial "Quasi de pleno accordo..." do *Diário da Manhã* de 20/1/1931, seja em Pimenta (1949, págs. 412 e 413), outros acontecimentos causaram preocupação ao governo provisório como indicam os telegramas expedidos por Lima Cavalcanti às autoridades locais em Barreiros. Aliança e Palmares no sentido de "garantir as famílias residentes nas Usinas Central Barreiros, Aliança e Santa Terezinha assim como garantias à propriedade e material dessas usinas", noticiada no *Diário da Manhã* de 11/10/1930. Outras manifestações beneficiavam o governo provisório, embora sua continuação e desdobramentos, afetando a autoridade patronal, pudessem subsequenteemente trazer-lhe preocupações. Tal é o caso da manifestação que contagia a cidade de Moreno, vila operária da "Société Cottonnière Belge-Brésilienne", um dos locais onde mais se "delira de contentamento pela queda do Cattete": "nessa cidade, paralisou o movimento das fábricas; a população em delírio foi à estação, à passagem do trem, vivendo a Revolução e cantando a Vassourinha". (*Diário da Manhã*, 26/10/30; o "Cattete" havia caído na madrugada do dia 23). Assim como as passeatas, puxadas por bandas musicais, dos operários da Fábrica de Tecidos da Torre (D.M., 17/10/30) ou dos operários da Empresa Industrias Reunidas (D.M. 1/11/30). Por outro lado, operários de diversas fábricas do Recife manifestam-se através do *Diário da Manhã* reivindicando o pagamento dos dias parados, devido aos acontecimentos revolucionários que impediram a circulação normal das pessoas pela cidade (por ex. Fundação Wilson & Cia., Fábricas de Malhas de Várzea, Pernambuco Tramways, Fábrica Tigre de Cofres, Fábrica de Tecidos da Tacaruna, Fábrica de Tecidos Yolanda, etc.; cf. D.M. 15 e 17/10/30).

to desse decreto é o mesmo "illustre profissional da agitação obreira" e "sociólogo e estadista de emergência" tão atacado nos editoriais do *Diário de Pernambuco* dois meses antes do decreto, o Professor Joaquim Pimenta, recém-chegado do Recife, e logo integrado à consultoria jurídica do novo Ministério do Trabalho (o outro autor sendo Evaristo de Moraes que, junto com Pimenta, são "ambos precursores do Direito Social no Brasil e ambos ativos participantes de movimentos políticos de bases populares no decorrer da Primeira República", cf. Rodrigues, J.A., 1968, pg. 80). Aspectos positivos do decreto, atenuando o controle ministerial instituído em vários de seus artigos (particularmente o art. 15, e também o 2º, o 5º e o 6º) e, além disso, principalmente construído na prática do Ministério do Trabalho no decorrer da década, são ressaltados por Rodrigues, tais como o fato de ser pouco extenso, não particularizando demais a vida interna das entidades sindicais, e o fato de permitir a unificação do movimento sindical através da organização de uma central sindical. Este autor observa também que o decreto refletiria menos a vontade de seus redatores do que os objetivos políticos de seus executores (Rodrigues, idem). O fato, no entanto, é que o decreto aparecia em um clima de exacerbação das reivindicações operárias,<sup>130</sup> trazendo conseqüências diversas para diferentes grupos de trabalhadores na escala nacional: enquanto os grupos de tradição organizativa anterior tinham sua autonomia de ação restringida e ameaçada, os grupos não organizados podiam valer-se do decreto para iniciarem um processo associativo. Joaquim Pimenta faz-se valer desta última situação, designando-a de "reacionarismo patronal", para justificar o decreto como benéfico aos direitos dos trabalhadores, agregando ainda a legitimidade decorrente do sindicato ser "colaborador com o Estado" nos problemas relativos ao seu grupo social<sup>131</sup>.

---

<sup>130</sup> Tanto Joaquim Pimenta quanto Waldyr Niemeyer, que foi diretor do Departamento Nacional do Trabalho, ressaltam o contexto reivindicatório em que o decreto foi promulgado, como atenuante a seus eventuais erros, ao defenderem-no diante de seus críticos de procedências políticas opostas: Pimenta admitindo que o 19.770 tivesse "sido uma lei de experiência, que o momento, ainda tumultuoso reclamava" (Pimenta, 1949, pg. 189); Niemeyer afirmando que "foi a primeira lei que surgiu após o movimento revolucionário, e entrou em vigor em uma phase de verdadeiro tumulto, em período ainda effervescente." (Niemeyer, 1933, pg.9)

<sup>131</sup> "O decreto 19.770 de março de 1931 foi uma espécie de carta constitucional que, enquanto restaurava e garantia o direito de associação dos trabalhadores, ampliava o tipo tradicional do sindicato que, além de instituição, cujos estatutos ainda se regulavam por normas de direito privado, passava, também, a ser colaborador com o Estado na solução de problemas diretamente ligados aos interesses de classe. (...) Para assegurar-se a liberdade de associação do operário contra o reacionarismo patronal, instituiu-se uma indenização aos que fossem demitidos, suspensos ou rebaixados de categoria ou nos salários, pelo fato de pertencerem a um sindicato."

(Pimenta, 1949, pg. 189)

Essa política sindical a nível nacional fornecia assim os parâmetros gerais que incentivavam a sindicalização local. Segundo alguns de seus mentores, como Waldyr Niemeyer, o "movimento syndicalista no Brasil", isto é, o posterior ao decreto 19.770, teria brotado muito mais espontaneamente do que se supunha:

*"O trabalhador brasileiro está vivamente empenhado em se arregimentar em torno da concepção syndicalista em vigor, certo de que atingirá uma finalidade prática.*

*É indispensável dizer, preliminarmente, que não houve propriamente nenhuma propaganda oficial, nem tão pouco o Governo gastou dinheiro em favor do movimento. A própria lei que regula a matéria não teve a divulgação que merecia ter por esse Brasil afora. Além da publicação no 'Diário Oficial' da capital da República, de divulgação reduzida, somente depois de vários meses da promulgação da lei, fez o Ministério do Trabalho imprimir vários exemplares do decreto 19.770, distribuindo-os pelo país, e assim foi possível atender, em parte, os anseios partidos dos Estados.*

*A acção governamental limitou-se a isso.*

*Pelo que me foi dado vêr nas viagens que, em principios do anno passado (1932), de abril a fins de junho, fiz ao Norte do país, e em outubro e novembro, a Santa Catharina e São Paulo, e, ultimamente, ao Rio Grande do Sul, posso dizer que mais de 85% da população trabalhista brasileira movimenta-se em favor da syndicalização, bem certa de que 'organizar os indivíduos e as classes é organizar a Nação.'" (Niemeyer, 1933, pg. 13 e 14)*

Se a "acção governamental" foi limitada na implementação localizada da sindicalização pelos moldes do decreto 19.770, no entanto ela tinha preocupações especiais com Pernambuco. Antes da viagem no 1º semestre de 1932, de Niemeyer ao Nordeste, Joaquim Pimenta já tinha viajado a Recife em julho de 1931, "com a incumbência de promover em vários estados no Nordeste a sindicalização da classe operária" (cf. Pandolfi, 1980 a, pg. 178) e, neste sentido, faz várias palestras ao operariado de Recife esclarecendo e defendendo o decreto de sindicalização. Mas as declarações de Pimenta à imprensa deixam transparecer a existência em Pernambuco de uma rejeição às posições do Ministério do Trabalho e à sua própria pessoa (Pandolfi, 1980, b, pg. 21 apud *Diário da Manhã* de 1931). A resistência ao decreto e à atuação do Ministério do Trabalho provinha principalmente dos sindicatos organizados independentemente da lei de sindicalização filiados à União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco (UGT), a qual possuía o semanário de curta existência *Norte Proletário*. Essa resistência, no entanto, não impede o crescimento dos sindicatos, criados sob as normas do decreto governamental, e que se agrupam na rival Federação Regional das Classes Trabalhadoras cujo jornal é o semanário *Voz Operária*. Em 1932, esta Federação já congregava no Estado 21 sindicatos (cf. Pandolfi, 1980 a, pg. 377). Os novos sindicatos avançam sobre os grupos de trabalhadores não anteriormente organizados de



forma sindical, particularmente os que vivem sob a dominação das fábricas com vila operária, como as usinas e fábricas têxteis. De forma que "segundo dados da Federação Regional das Classes Trabalhadoras, a repressão patronal contra a sindicalização foi mais forte nas usinas Timbó (pertencente à CTP), Central de Jaboatão, Bulhões e Colônia, bem como na fábrica de tecidos Paulista dos irmãos Lundgren" (Pandolfi, 1980, a, pg. 377).

Mais efetiva como apoio externo que a ação localizada do Ministério do Trabalho teria sido, particularmente para os novos sindicatos organizados pelas regras do 19.770, a ação das autoridades estaduais, através de pronunciamentos do Interventor Lima Cavalcanti, através da ação do Departamento Estadual do Trabalho, da ação favorável de novos prefeitos e autoridades policiais, e das notícias, conclamações e denúncias no *Diário da Manhã*.

No entanto, não somente "fatores externos" ajudaram na eclosão do sindicalismo em Paulista, tal qual a externalidade do sindicato no canto dos galos do mito narrado pelos operários mais velhos. Isto é logo evidenciado pela própria participação relevante da greve dos operários de Paulista, nos primeiros dias após a Revolução, no contexto geral de intensificação das reivindicações operárias, sendo inclusive uma greve quase-reprimida pelo novo governo revolucionário. Ela não é, portanto, uma greve que tenha se beneficiado de qualquer ajuda governamental, apoiando-se sobre a associatividade pré-existente ao pretexto favorecedor de sua eclosão, a saber, o movimento revolucionário vitorioso<sup>132</sup>. Além disto, há indícios de que a agitação política anti-oligárquica, de caráter democrático, que geralmente pode trazer conseqüências positivas para a associatividade dos trabalhadores e para a expressão de suas reivindicações, atinge também a localidade de Paulista e suas associações recreativas locais.

---

<sup>132</sup> Não consegui localizar nos jornais notícias sobre essa greve além de sua referência no editorial "Quasi de pleno accordo..." do *Diário da Manhã* de 20/1/1931, envolvendo a participação no episódio, de Joaquim Pimenta, criticada nos editoriais do *Diário de Pernambuco*. A descrição que disponho é a do próprio Pimenta em seu livro de memórias:

"(Pimenta refere-se ao "estado de desânimo" em Pernambuco dos "meios proletários" desde a repressão aos sindicatos no governo Sergio Loreto na década de 20) (...)

Entretanto, dentro de poucos dias após a revolução, declarava-se uma greve dos operários da fábrica de tecidos de Paulista, no município de Olinda, e irrompia um levante dos ferroviários da Great Western, em Jaboatão, para depor da diretoria da empresa o Dr. Assis Ribeiro.

Informado de que uma força policial embalada tinha seguido para o burgo escravocrata dos irmãos Lundgren, apressei-me em falar com o Dr. Carlos de Lima Cavalcanti, conseguindo convencê-lo da imprudência e perigo de tal medida, pois um conflito entre a polícia e os grevistas, naquele momento, além das graves conseqüências que pudesse ter, seria de efeito moral desairoso para um governo saído de uma revolução popular. Ficou, então combinado que iria eu a Paulista, entender-me pessoalmente com os operários. Tomei incontinenti um automóvel,



*"Em Paulista - Os operários da Fábrica Paulista realizarão hoje, às 15:00, uma passeata que percorrerá somente as principais ruas daquela localidade. Será puxada pela banda musical '15 de junho'. Antes da passeata, será inaugurado na entrada do edifício (que edifício? A fábrica? O Bloco Palmeira?) um retrato do Presidente João Pessoa, retrato que esteve em exposição ontem na sede do Bloco Palmeira." (A passeata pôde contar com operários porque era feriado, 15 de novembro) (Diário de Pernambuco, 15/11/1930).*

Embora a notícia sobre tal agitação refira-se a uma passeata, realizada um mês depois da vitória do "movimento revolucionário" no estado, no entanto, talvez ela tivesse adeptos locais antes desta vitória. O significado dessa passeata é tanto maior quanto o patronato local perdeu politicamente com a vitória "revolucionária" de outubro, e mesmo que ele permitisse o acontecimento, ou o favorecesse para ficar bem com o governo provisório, o fato não passaria despercebido pelos operários da fábrica<sup>133</sup>.

---

alcançando a força em caminho e a fazendo voltar.

Eram cerca de três mil trabalhadores em greve. Embora nenhum ato de sabotagem tivessem praticado, justificava-se o estado e exaltação que os dominava, pois, em todos os governos que passaram por Pernambuco, inclusive o de Dantas Barreto, não obstante o seu feitio de origem democrática, Paulista nunca deixou de ser uma espécie de feudo ou feitoria de dois ou três dinamarqueses, que exploravam o trabalhador brasileiro como o senhor medieval explorava o servo da gleba, ou o colono luso o índio e o negro africano. Para reprimir qualquer movimento grevista contra o salário miserável que pagavam, ou contra o serviço exaustivo que exigiam, dispunham de um corpo de capangas armados de rifles, e se isto não bastasse, ainda teriam metralhadoras prontas para funcionarem e manterem o seu poder de suzerania. Este estendia-se da fábrica às relações de vida privada dos operários, com privilégios e primícias, tais e quais os que desfrutavam os torvos castelões da Idade Média...

Aquela greve tanto era um gesto de revolta como podia ser o desabafo de almas torturadas e deprimidas por longos anos de servidão e aviltamento.

Para que repetir o que eles reclamavam? Reclamavam tudo, porque nada tinham além do miserável salário e dos andrajos que os cobriam. (Infelizmente, para nós, nesse ponto, Pimenta não "repete o que eles reclamavam", economizando e desprezando suas reivindicações em benefício do efeito de retórica preconceituoso dos "andrajos.")

(Pimenta, 1949a, pg. 412 e 413).

Sobre as observações de Pimenta a respeito do "poder de suzerania" dos patrões de Paulista estendendo-se "da fábrica às relações de vida privada dos operários", cf. a análise feita em Alvim, 1985, cap. 1.

<sup>133</sup> Segundo as histórias contadas pelos velhos operários, e reproduzidas em versões já com menos detalhes pelos mais novos, os Lundgren e a administração da fábrica mandaram distribuir aos seus operários lenços amarelos, com os quais iriam esperar as tropas leais ao governo Estácio Coimbra em outubro de 1930. No entanto, consumada a vitória das forças revolucionárias, os lenços amarelos

Além disso, como vimos anteriormente no capítulo 4, desde os relatórios anuais de 1924 e 1925 que a CTP queixa-se da interrupção do suprimento de seu fluxo habitual de força de trabalho do *interior*, retido na produção do açúcar e do algodão. Acresce-se a esta interrupção a instalação ou ampliação de várias fábricas em Pernambuco na segunda metade da década de 20, aumentando a disputa entre elas por uma força de trabalho têxtil já experiente. Ilustrativa desta situação é a carta, anteriormente citada, de Othon Lynch Bezerra de Mello ao CIFTA-Rio, dando a sua versão de uma disputa com os irmãos Lundgren, que teriam agido de forma pouco ética. Tal disputa teria sido iniciada com o pedido e depois ameaças feitas em 1928 por emissários da CTP para que as fábricas do Grupo Othon não mais recrutassem os operários de Paulista para suas atividades recém-instaladas ou em ampliação. Essa conjuntura do "mercado de trabalho" têxtil em Pernambuco tende a favorecer durante estes anos da segunda metade da década de 20, uma certa estabilidade e um certo poder reivindicatório dos trabalhadores no interior da fábrica, mesmo se sua associatividade sindical é extremamente dificultada pelo tipo de gestão patronal. A estabilidade relativa dos operários no emprego, devido à situação favorável no mercado de trabalho, ajuda o florescimento da vida associativa e recreativa local, subvencionada pela *companhia*, mas contando, para suas atividades, com o engajamento dos seus participantes.

Com a mudança de governo, decorrente da Revolução de Outubro de 1930, essa vida associativa vem à tona com conotações políticas e algumas dessas associações, como é o caso na notícia supracitada do bloco carnavalesco Palmeira e da banda musical 15 de junho, são utilizadas politicamente pela população havendo uma retração provisória da manifestação imediata do poder e da vontade patronais no interior dessas associações. É o caso também da antiga "Associação dos Filhos de São José", existente desde o período anterior à gestão dos Lundgren, e vinculado à paróquia: segundo informações de antigos operários, ela serve de sede provisória ao sindicato dos operários de Paulista, em decorrência também das simpatias revolucionárias do pároco local. (Seria interessante verificar se a entrada da Ordem do Sagrado Coração de Jesus em Paulista se dá logo após a saída em 1932 deste padre.) No decorrer do ano de 1931, são criadas as condições para a fundação, cerca de 6 meses após o decreto de sindicalização do Ministério do Trabalho, do "Sindicato dos Operários da Fábrica de Tecidos de Paulista", noticiado na última semana de outubro pelo hebdomadário *Voz Operária*:

*"Realizou-se no dia 8 do andante (outubro) a Assembléia Geral para posse da Directoria deste Sindicato. Abruilantaram a solemnidade do*

---

foram recolhidos às pressas para a tinturaria, para serem tingidos de vermelho e redistribuídos à população em Paulista. Essa orientação teria sido dada pelo Coronel Frederico, após convencer seu irmão, o Coronel Arthur, da inutilidade de uma resistência armada.

*acto, além de pessoas gratas do meio social, representantes de diversos Sindicatos da capital e duas harmoniosas e afinadíssimas bandas de música, a de Aprendizes Marinheiros e a "15 de Junho", sociedade local. (Segue-se a relação de nomes da diretoria, com presidente, vice, 1º a 4º secretários, tesoureiro, vice, delegado-representante, delegado-geral e 1º e 2º delegados. Seguem-se ainda 18 "delegados finais nomeados" correspondentes a delegados por seção nas duas fábricas e no escritório. Informa-se também o endereço à Rua João da Matta, 52, e ainda o fato de que a reunião da diretoria se dá todos os domingos.)"*

De imediato, enfrentou o novo sindicato – mesmo favorecido pela conjuntura política – dificuldades para o seu funcionamento rotineiro decorrentes da propriedade por parte da *companhia* de todas as casas da vila operária. Como ter acesso a um local fechado, grande, para reunião sem o consentimento da *companhia*? Colocam-se aqui os limites da pequena autonomia das associações recreativas ou religiosas locais, todas apoiadas e subvencionadas pela CTP. Mesmo a utilização das dependências para o funcionamento das atividades da paróquia local esbarra na necessidade de autorização por parte da *companhia*, passando por cima da autoridade eclesiástica. A *Voz Operária* noticiou essas dificuldades na primeira página de sua edição de 12/12/1931, ilustrada com uma foto da "casa da aula parochial onde se realizou a grande reunião", casa ampla com 10 janelas sobre as quais acha-se a inscrição do seguinte *lead*: "A grande reunião dos operários de Paulista na qual se fizeram representar nove sindicatos já organizados legalmente, os quaes por suas delegações levaram aos camaradas o grande apoio moral de que tanto precisamos nesta hora. As autoridades garantem a liberdade de reunião, que se dizia ameaçada pela direcção da fábrica." A notícia transmite algo do clima criado em Paulista em torno do sindicato, para além dos objetivos da assembléia geral, o simples prosseguimento do ritual de cumprimento da instalação do sindicato, particularmente para efeitos do cumprimento do decreto 19.770, em fase de ritos coletivos, a saber, a leitura de quatro capítulos dos estatutos, já elaborados, da entidade:

*"Um mal-entendido entre os directores da fábrica Paulista e a directoria do sindicato local, ia dando motivo de exploração para alguns descrentes se afastar da organização e amedrontar aos que ainda não quiserem ingressar nos sindicatos. O facto tal como se deu é mais ou menos o seguinte: Precizando a directoria do sindicato fazer uma reunião no dia 6, officiou como era direito ao chefe da fábrica, pedindo lhes fosse cedida a casa da escola parochial, durante as férias; parece que não entendeu o chefe da firma bem o que lhe foi pedido e respondeu negativamente, accrescentando não consentir a referida reunião; deante desta intimação o presidente do sindicato procurou a autoridade policial, e expoz o ocorrido pedindo providências de accordo com a lei; esta não se fez esperar por parte da autoridade. Incontinenti foram tomadas as providências, e no dia 6, (de dezembro de 1931), domingo, realizou-se a grande reunião à qual compareceram mais de dois mil associados de Paulista. Foi uma verdadeira victória*

*tal acontecimento, pois já estava mais que certo que a reunião não se faria; mas não obstante os boatos, tudo correu muito bem."*

Com efeito, estava em jogo para os operários de Paulista não a simples leitura de um estatuto sindical – então ainda a caminho do rígido “estatuto padrão” ministerial posterior – mas o acesso à sua liberdade de associação à revelia da permissão ou incentivo patronal, e o possível acesso a direitos sociais gerais, atenuando-lhes algo das dificuldades inerentes à vida de trabalhador. A presença na assembléia de autoridades do governo estadual e de representantes de outros sindicatos operários garantiam e completavam esse clima de euforia<sup>134</sup>.

Esse entusiasmo dos trabalhadores deixou suas marcas nos depoimentos e relatos de ex-operários, seja dos que viveram esse período, seja dos que reproduzem aquilo que é oralmente transmitido e retransmitido pelo grupo como parte de sua própria história. Estas marcas estão impregnadas tanto da “teatralização da dominação” própria aos patrões, e da eficácia de suas idiosincrasias, quanto do seu homólogo oposto próprio aos trabalhadores, isto é, uma certa “teatralização da revolta”<sup>135</sup>. Há uma ênfase numa

---

<sup>134</sup> A assembléia contou com a presença do chefe da segurança social de Pernambuco e de nove delegados, representantes de sindicatos de Recife (União Geral da Construção Civil, Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, Tecelagem de Seda e Algodão, Estucadores, Sapateiros, Alfaiates, Pintores, União dos Estivadores e União dos Trabalhadores do Porto). Após a leitura da “parte já organizada dos Estatutos”, a palavra foi dada a cada um dos representantes dos sindicatos e uniões supra citados. Por último, foi dada a palavra ao Dr. Severino Lyra, chefe de segurança, do estado, que frisou estar simbolizando com o empenho de sua presença, a garantia dada ao sindicato dos operários de Paulista pelo decreto 19.770. Exortou o entendimento entre operários e patrões e o fim dos mal entendidos, para que ficasse assegurada a sindicalização dentro da lei, e concitou finalmente os operários a sindicalizarem-se todos, dentro da lei e mantendo sempre a ordem. O informe da reunião passado pelo sindicato ao *Voz Operária* enfatiza este aspecto da ordem, ao finalizar o seu texto:

“(…) Aplaudido unanimemente pela assistência, terminou o Sr. Dr. Severino Lyra o seu discurso, magnificamente impressionado pela boa ordem que reinava, entre todos. Terminada a sessão, foi servido vinho e água mineral a todos os representantes, que se retiraram na maior harmonia. Para as delegações foram postos automóveis, que os transportaram até Olinda. As últimas pessoas que se retiraram de Paulista foram os nossos directores, eram 22 horas, tendo deixado ali, tudo em paz.”

(*Voz Operária*, 12/12/1931)

<sup>135</sup> Ao falar da eficácia desta “teatralização da dominação” por parte da “gentry” inglesa do século XVIII, Thompson opõe a isto o “contra-teatro do terror popular”, caracterizado seja por atos de hostilidade de classe individuais e clandestinos, tais como a tradição de ameaça anônima (cartas anônimas, etc.), ou o ato terrorista individual, vistos pelo autor como a contrapartida da deferência simulada, “numa sociedade rural onde toda resistência aberta e declarada ao poder dirigente pode ser instantaneamente reprimida – perda da casa, do

linguagem metafórica, cordelesca, utilizada pelo, ou atribuída ao patrão, e absorvida ou reinterpretada pelos trabalhadores que a ela dão seguimento, quando transmitem as próprias ações dos operários da época ou do sindicato. Se a incorporação da dominação pelos operários envolve um enorme trabalho simbólico, efetivado pelos próprios dominados, a expressão da contradição à dominação e da revolta tem até por condição de eficácia e de hegemonia no grupo social o seu talento na exteriorização de uma linguagem simbólica e de atos teatralizados.

Há, primeiramente, uma personalização da ação deste primeiro sindicato na figura do seu presidente, o escriturário Roberto da Costa Marques, apto a encarnar o oposto do patrão em carne e osso, o Coronel Frederico.

*"(...) - O sindicato (o 2º sindicato, fundado em 1941) foi fundado na época dele (coronel Frederico).*

*- Antes mesmo de fundar, teve um cara, que a gente não alcançou, Roberto do Diabo, né? Que o povo chamava Roberto do Diabo. Não alcançamos, mas por causa que ele fazia muita greve, fazia, muita coisa na fábrica, aí chamaram ele de Roberto do Diabo.*

*- O nome dele era Roberto. Mas devido à história de Roberto do Diabo (história de cordel), quem botou o nome dele de Roberto do Diabo foi o Coronel Frederico. Ele era operário, e era entendido. Então ele considerava - isto faz muito tempo - ele convidava o pessoal pra ir pro sindicato e com esse sindicato ele (Coronel Frederico) não gostou. Ele não queria esse sindicato."*

*(entrevista com um ex-banqueiro e uma ex-fiandeira, que chegaram em Paulista em 1936)*

*"- O sindicato aqui começou bem depois que eu comecei a trabalhar (em 1923). O sindicato aqui só começou no tempo da Revolução de 30. Roberto do Diabo trabalhava numa repartição de apontadoria, né. Era apontador aí. Chefe de seção, de escriturário. Quando eu entrei, ele já trabalhava. Era muito conhecido aqui. Um professor. Um homem que podia assim levar a vida com vantagem, né. Ficar assim na defesa dos operários, um homem que procurava servir ao operariado, se unir às leis do Governo. A fábrica sempre tinha assim uma certa resistência (às leis).*

*- Por que chamavam ele de Roberto do Diabo?*

*- Houve esse caso de Roberto do Diabo por causa de um folheto (de*

---

emprego, da posse da terra, ou mesmo condenação pela Justiça", seja por um teatro das manifestações de massa como nas "turbas" urbanas, onde é desenvolvida uma "linguagem simbólica da multidão" hostil às classes dominantes (Thompson, 1976, pg. 149-151). Na presente análise, estamos utilizando essa idéia da força simbólica das manifestações de associatividade sindical implicando numa contra-hostilidade à *companhia*, e também na maneira teatral em que esses episódios são oralmente transmitidos no interior do grupo social e entre suas gerações. A caracterização das manifestações destas classes como um teatro do "terror" tem aqui menos procedência e relevância, retendo-se no entanto a importância de sua linguagem simbólica e sua *mise en scène*, configurando o que estamos aqui chamando, sob inspiração de Thompson, de uma "teatralização (ou contra-teatralização) da revolta".

cordel) que tinha de Roberto do Diabo. E ele aqui chamava-se Roberto, e como ele acabou se metendo nessa questão, aí apelidaram ele de Roberto do Diabo. Foi por causa do folheto. Ele (Roberto) queria fundar o sindicato. Porque eles (os patrões) não queriam o sindicato aqui. Porque uma organização para defender os operários eles não queriam. Eles queriam que quem falasse em nome dos operários fosse a companhia mesmo, e mais ninguém.

– Ele (Roberto) foi demitido, foi cortado?

– Foi. Cortado e expulso daqui. Depois do sindicato, ele demorou pouco aqui. Já trabalhava aqui há alguns anos, e não sei bem quantos anos ele trabalhou. Mas depois disso, ele saiu logo.”

(ex-operário João Lins)

Nada mais adequado para enfrentar um patrão-Deus, que tivesse de ser criado um Roberto do Diabo. Desgraçadamente, no entanto, para a dicotomia patronal, Roberto do Diabo, contando com o apoio do padre local, conseguia reunir os operários ou do lado de dentro, ou do lado de fora da casa paroquial – ao que parece conquistando provisoriamente aquilo que foi posto à prova para a reunião do dia 6 de dezembro de 1931 na sala de aula da Associação dos Filhos de São José – associando esse outro espaço referido a Deus ao sindicato amaldiçoado pelo Deus-patrão.

*“Quando eu entrei na fábrica (tendo chegado do Brejo da Paraíba, em 1931), o sindicato começou. Eu entrei como operário novo e o sindicato já veio, já me trouxe. Já fui envolvido pela onda do sindicato. Eu entrei como associado e como um incentivador, e convidava para o povo comparecer às assembleias, não fiz parte da diretoria não (como o fez quando da fundação do 2º Sindicato, em 1941). Esse sindicato reunia muita gente mesmo, uma multidão. Tanto reuniu que nós estávamos aqui na praça, todo o operariado, foi a maior greve que já houve em todo o Brasil, durou seis meses a greve! Para reivindicar oito horas – que a fábrica apitava às 6, que era de 6 às 6, com uma hora de almoço – e férias. Eles teimaram em não pagar, e nós forçamos a greve, ele fechou a fábrica, só pagou três dias por semana para nos obrigar a aceitar, não aceitamos, e nós suportamos 6 meses, até que vencemos. (...) As assembleias desse 1º sindicato eram muito cheias. Soltava aqueles foguetão, já sabia, era reunião no sindicato. Já ficava marcado para sábados e domingos, as assembleias, na frente da casa paroquial. Dentro dela, não cabia a multidão de trabalhadores. Nós tínhamos uma sede precária na casa paroquial, que o padre nos apoiou, cedeu uma casa, e por isso foi que depois que o sindicato caiu, o padre foi obrigado a se retirar, padre Manuel Gonçalves. Pois bem, uma vez aconteceu uma coisa muito interessante: nós estávamos reunidos, na frente da casa paroquial, e eles soltaram marimbondos. Mandaram pegar casas de marimbondos e soltar no meio do povo.”*

(ex-secretário do 2º sindicato, fundado em 1941)

Essa batalha, envolvendo foguetões contra marimbondos, pelo direito de associação e de reunião – esse episódio da luta teatralizada e simbólica entre patrões e operários – no interior da maior fábrica de Pernambuco, mantém-se



no centro das preocupações das duas principais facções sindicais estaduais. O jornal *Voz Operária* traz seguidamente notícias e denúncias sobre o que ocorre em Paulista, apoiando-se no fato de que a legalidade e o governo estariam do lado dos trabalhadores e contra a ação teimosa destes "patrões retrógrados" modelares que são os Lundgren<sup>136</sup>. O jornal *Norte Proletário* da União Geral dos Trabalhadores, facção sindical independente da orientação do Ministério do Trabalho, faz também seu trabalho sindical no interior da fábrica Paulista. Em fevereiro de 1932, esse jornal passa a trazer os conflitos e reivindicações a um nível mais detalhado de quem está acompanhando os acontecimentos do interior da fábrica, ressaltando o desrespeito à lei de férias e também o número elevado de horas trabalhadas para um pequeno salário, insistindo num ponto que começa a ser discutido pelo governo federal e noticiado na imprensa, prenunciando a próxima regulamentação do horário de trabalho nas fábricas (cf. a discussão em janeiro de 1932 do anteprojeto da regulamentação do horário de trabalho nos estabelecimentos fabris na comissão mista, de operários e patrões, presidida pelo Ministro do Trabalho Lindolfo Collor realizada na sede da Federação Industrial no Distrito Federal e noticiada, no seu prosseguimento, na imprensa. Ver *O Jornal* de 16/1/1932, "O Horário de Trabalho nos Estabelecimentos Fabris". Este anteprojeto vem sendo discutido desde o final de 1931, a partir de sua publicação, datada de 11/9/31, no Diário Oficial de setembro de 1931, pg. 17513).

*"Nós, operários da fábrica de tecidos, com especialidade os da fábrica de Paulista, somos explorados ao extremo. Trabalhamos 10 e 12 horas por dia para ganhar a ninharia de 2\$500 a 4\$000. Somos obrigados a trabalhar à noite, sem direito a extraordinário. Aqui em Paulista não se conhece a lei de accidentes.*

*Os nossos camaradas são machucados, ficam sem braço, têm os dedos emprensados nas máquinas e a recompensa é sermos despedidos sem receber um tostão. Depois de inutilizado, não tem dinheiro nem para comprar uma bolacha!*

*A lei de férias também não é respeitada pelos patrões.*

*Quando fomos aos patrões reclamar as férias, elles nos tapiaram com 10\$000, 15\$000 e 20\$000 a título de empréstimo (que já estão descontando dos nossos salários) tendo prometido dar as férias até 28/3.*

*Ora, camaradas, como se pode admitir que, em menos de 2 meses, perto de 10.000 operários tenham tempo de gozar as férias?*

---

<sup>136</sup> "Trabalhadores: os irmãos Lundgren e outros industriaes e patrões retrógrados juraram matar seus operários à fome porque se organizaram de acordo com a lei 19.770. Atiram um desafio ao governo federal não querendo cumprir os decretos 19.770 e 19.808. É um insulto a todas as classes trabalhadoras... Unamo-nos para defender nosos direitos e ressalvar nossa dignidade. Trabalhadores Alerta!!!"

(*Voz Operária*, 9/1/1932, pg. 1)



*Trabalhamos só para enriquecer os Lundgren e engordar os alemães que elles mandam buscar na Europa, ganhando às nossas custas num dia, o que não ganhamos numa semana!*

*Companheiros da Fábrica de Tecidos Paulista – para que possamos ter os nossos direitos respeitados, devemos formar a frente única junto com a União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco e assim pugnarmos pela Lei de Férias, 8 horas de trabalho e aumento salarial.*

*Uma vítima dos Lundgrens.”*  
(Norte Proletário, 2/2/1932, pg. 2)

Embora contrários às limitações ministerialistas à ação dos sindicatos organizados anteriormente ao decreto 19.770, os sindicalistas da UGT passam a ter acesso aos operários isolados pela forma de dominação peculiar às fábricas com vila operária que Paulista ilustra de forma modelar, devido à própria existência da lei de sindicalização e ao apoio dado pelo governo estadual à sua implementação pelos operários de Paulista. Além da presença ressaltada dos representantes da UGT numa assembléia geral ordinária do sindicato dos operários de Paulista, maravilhados com a boa acolhida que têm daqueles operários, pode ser assinalado também, através da notícia abaixo do *Norte Proletário*, ainda do dia 2/2/1932, a presença de autoridades do governo estadual mesmo em assembléia que tem por motivo explícito a simples apresentação do balancete geral do último trimestre:

*“Uma Grande Assembléia no Sindicato em Paulista  
Realizou-se domingo, 24 (de janeiro), mais uma assembléia geral do sindicato dos operários da Fábrica Paulista. Naquela reunião, foi apresentado o balancete geral do último trimestre. A sessão foi presidida pelo prefeito de Olinda, com a presença do delegado do governo do distrito, várias outras pessoas convidadas, representantes das associações operárias do Norte Proletário e o da UGT que, explicando à massa trabalhadora o papel da União Geral foram muito aplaudidos. Depois da sessão, foi vendido o último número do Norte Proletário e da Aliança dos Trabalhadores Gráficos, jornais e boletins que eram arrebatados com sofreguidão. Aqueles camaradas demonstraram-se muito satisfeitos, e pediram novas visitas da UGT de Pernambuco.  
Avante camaradas! Lutemos pelas nossas reivindicações!”*

Nem só de marimbondos contra-ataca a CTP os seus operários reunidos. Bloqueada sua ação diretamente repressiva à associatividade dos trabalhadores pela presença e pelo apoio de autoridades do governo estadual, a Fábrica Paulista, alegando motivos de crise, inclusive “a crise de superprodução” no setor têxtil alegada pelos industriais do Rio e São Paulo e aceita pelo governo em 1931 (através do decreto 19.739 de março de 1931, restringindo a importação de maquinária para todas as indústrias consideradas em estado de “superprodução”; cf. Stein, 1979, pg. 145) – tese esta, da “superprodução”, da qual a CTP é ferrenha adversária no conflito intraburguês entre os industriais do “Sul” e do “Norte” do país –, passa a abrir suas portas somen-

te 3 dias por semana. Impossibilitada de usar seu *corpo de vigias* ou de recorrer às autoridades para a imposição da sua maneira de ver a "ordem", a CTP passa a usar a arma "econômica" de um *lock-out* parcial. Acossada agora por seus próprios operários, a CTP passa a agir em sentido inverso da sua argumentação perante os industriais do "Sul", particularmente a CIFTA-Rio, quanto à questão das "horas de trabalho".

Com efeito, a CTP acabava de travar um pequeno conflito com os industriais do Rio e de São Paulo, os quais, preocupados com o crescimento do número de fábricas têxteis no interior do país, proveniente do desvio de capitais da agricultura para a indústria têxtil na segunda metade dos anos 20, e preocupados com as dificuldades de escoamento de sua produção, armam a tese da existência de uma "crise de superprodução" na indústria têxtil e aprovam primeiramente, desde o final de 1928, a idéia de preconizar a suspensão de todas as importações de máquinas têxteis enquanto durasse a crise, e depois, em agosto de 1930, patrocinam a apresentação de um projeto de lei ao Congresso, pelo deputado Eduardo Lima Castro, prevendo não somente a suspensão total da importação de teares, como também simultaneamente, a obrigação de todas as fábricas têxteis limitarem sua jornada de trabalho a 8 horas diárias. Este projeto de lei despertou grandes controvérsias entre as indústrias têxteis, sobretudo quanto à jornada de trabalho de 8 horas. Dentre várias cartas contendo críticas sobre as disposições do projeto de lei, todas endereçadas à CIFTA-Rio (cf. Cia. Industrial Mineira, de 29/8/1930; Cia. Manufatora Fluminense, de 9/9/1930 e Cia. Industrial São Joanense de 9/9/1930, todos no arquivo CIFTA-Rio), destaca-se a carta da CTP de 20/9/1930 que além de criticar os artigos do projeto, denuncia a associação dos industriais têxteis do Rio como a verdadeira autora do projeto, acusando-a de favorecer as poucas partes interessadas através de uma "ditadura industrial" (cf. Stein, 1978, pg. 145).

Em dezembro de 1930, a CTP continua a desenvolver sua argumentação em longa resposta de 6 laudas a uma circular do CIFTA-Rio (de 9/12/1930) a seus associados sobre a questão das "horas de trabalho". Como a argumentação do CIFTA visa não a limitação do número de horas trabalhadas por operário, o que possibilita a existência de 2 ou 3 turnos de trabalho, mas a limitação das horas trabalhadas por dia para limitar a suposta "superprodução", a CTP pode defender-se, em nome dos interesses dos operários, através dos benefícios de sua "civilização" particular, que é comum à de muitas fábricas "do interior":

*"(...) Uma vez acontecida esta redução do número de horas de trabalho, é o caso de perguntar-se qual passariam a ser, exmple gratiae as novas condições da 'Fábrica Paulista', onde actualmente se empregam diariamente 4.500 operários? Uma metade delles, ou sejam 2.225, teriam de ficar, ipso facto, dispensados, visto que não poderiam trabalhar mais de 8 horas em duas turmas. E não seria só isto. De uma*

população calculada em 23.000 almas, como seja a da villa operária do mesmo nome, ficaria alli somente 11.500 pessoas, com a desocupação também de um grande número de casas, construídas hygienicamente para todo esse operariado.

Vemos só aqui, pois, uma das muitas conseqüências de má effeito, entre as que a execução da lei teria logo de acarretar, em as numerosas fábricas desta região do território nacional, isto é, nada menos do que ficarem sem lar, sem trabalho, sem pão, um sem-número de operários com suas respectivas famílias a exigir de seus antigos patrões, impossibilitados de socorrê-los em tão grande número, aquillo que por effeito de uma lei iniquíssima lhes achava de ser arrebatado; a exigir lhes fosse garantido o seu 'direito de trabalhador', o qual é seguramente, como dizia Turgot, um dos direitos mais sagrados do homem, direito cujo exercicio não pode deixar de ser proveitoso à sociedade, que deve protegê-lo com toda a energia dos meios de que dispõe.

E perguntemo-lo ainda, verificado semelhante estado de cousas, não teriam as intrigas políticas, mormente em uma quadra como esta que atravessa o mundo, senão o próprio paiz, occasião propícia para exploração do descontentamento de todos estes 'sem-trabalho', porventura incutindo-lhes no ânimo, já de si conturbado pela miséria, a responsabilidade até mesmo dos patrões, por não terem querido ou sabido evitar semelhante calamidade, oriunda da desorganização do trabalho nas fábricas de tecidos, com que nos está ameaçando a famosa lei.

Como vimos de explicar, o horário menor, o menor salário do operário, os impostos mais reduzidos, etc., do interior, tudo é bem compensado pelas vantagens de que gozam as fábricas da Capital, o que é excusado enumerar.

A vida no interior diz-se ser mais barata que na Capital, constatamos, porém, entre nós, que unicamente os alugueis de casas lá, são mais caros. Tendo em conseqüência que providenciamos a nosso custo para a moradia do operário. Insistimos no facto que a habitação mais barata do nosso operário é a conseqüência de mais emprego de capital de nossa parte, porque nós mesmos construímos as necessárias casas, o que não acontece com as fábricas da Capital, que não se dão a tal obrigação, ficando seus capitaes unicamente para fins productivos. Si o nosso operário é menos remunerado, com isso, não gastamos menos porque o nosso capital empregado nas casas de operários não dá juros nem amortizações."

(carta CTP a CIFTA-Rio, de 26/12/1930, em arquivo CIFTA-Rio.)

Várias outras fábricas colocaram-se contra a proposta do CIFTA (como G. Schlosser & Filhos, de Brusque; Fábrica de Tecidos de Cruz & Cia., de Aracaju e a Santa Luzia Industrial, de Belo Horizonte, cf. Stein 1978, pg. 145), mas nenhuma com o mesmo volume de argumentação da CTP. As fábricas pernambucanas de Tacaruna (Recife), de Pirapama (Escada), Cotonificio Othon B. de Mello (Recife), Morenos e Camaragibe também se pronunciam contrárias ao projeto de lei proposto pelo CIFTA-Rio. A fábrica de Camaragibe reforça a argumentação da CTP quanto à importância da

existência das vilas operárias nas fábricas “do interior” como característica que as diferenciam da maior parte das fábricas “da capital”:

*"(...) Perfilhando, portanto, todas as alegações dos que se manifestam contra essa uniformização (das 8 horas de trabalho diárias), ainda nos cumpre adduzir que é normal o facto de quasi, se não em absoluto, todas as fábricas do interior manterem 'Villas Operarias' de valor variando entre 1.500 e 2.000 contos de réis, construídas essas villas às expensas das próprias empresas com o único fim de beneficiar e nuclear os seus operários, e sem que d'esse capital empregado auferam o menor lucro."*

*(carta da Cia. Industrial Pernambucana a CIFTA-Rio em 18/12/1930; arquivo CIFTA-Rio)*

Essa briga interna dos industriais têxteis a respeito de uma uniformização do número de horas trabalhadas, de 8 horas diárias, para todas as fábricas têxteis, propostas pelos CIFTAs do Rio e de São Paulo, inicia-se antes da “Revolução de Outubro de 1930”, e prossegue alguns meses após esta mudança de governo e de conjuntura política. A CTP, na sua carta de 26/12/1930 ao CIFTA-Rio chega a apoiar-se nas recomendações dos novos governos provisórios de Pernambuco e da Paraíba (onde se situam suas fábricas), para argumentar contra a uniformização pretendida das horas de trabalho na indústria têxtil, assim como mostrar as conseqüências que tais governos sofreriam secundariamente com a adoção daquela medida:

*"A regulamentação algodoeira em todo o território nacional é absolutamente absurda, pois, dependendo o engrandecimento da pátria do maior desenvolvimento conseguido, e nunca da restrição de sua produção, deve permanecer o regimen franco de completa liberdade para que cada fábrica possa trabalhar tanto quanto possa e queira. Com essa liberdade empregará o maximum possível de operários, dos quaes, em conseqüência da uniformização, grande parte dependerá não mais dos seus patrões mas sim dos governos dos Estados. Estes Governos, pelo menos em Pernambuco e na Parahyba, insistem para que todas empresas sob sua jurisdição continuem trabalhando para assim garantir os meios de manutenção a milhares dos seus operários."*

No entanto, a própria mudança de conjuntura política favorece os industriais têxteis do Rio e São Paulo, que detêm – particularmente o CIFTA-Rio – a representação de fato, perante o governo federal da indústria têxtil nacional. Em várias instâncias estratégicas da administração econômica passa a haver uma colaboração entre os industriais têxteis e o governo, particularmente, no interior do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (o industrial têxtil Jorge Street chefia a divisão industrial do Ministério do Trabalho, enquanto outro famoso fabricante carioca de tecidos, Manuel Guilherme da Silveira, é presidente do Banco do Brasil; cf. Stein, 1978, pg. 145). Os interesses dos industriais têxteis do Rio e São Paulo são satisfeitos

pelo governo através do decreto 19.739, de 7 de março de 1931, restringindo por 3 anos a importação de máquinas para indústrias cuja produção “fosse considerada excessiva pelo Governo”, e através da declaração, por parte do Governo, no dia 13 de maio de 1931, de estar a indústria têxtil de algodão “em estado de superprodução”. O decreto admitia apenas a importação de máquinas novas e peças sobressalentes para a reposição de equipamentos e instalações obsoletos ou desgastados. O decreto não fazia nenhuma referência à jornada de trabalho de 8 horas, sendo esta controvertida parte do antigo projeto de lei do deputado Lima Castro abandonada.

Na conjuntura do primeiro semestre de 1932, a CTP viu-se constrangida a desmentir sua argumentação dirigida ao CIFTA-Rio em carta de 26/12/1930: ela nega-se, tal qual faria o projeto da “lei iniquíssima” que ela combatia em dezembro de 1930, a garantir a seus operários este direito, dos mais sagrados do homem, segundo Turgot, o seu “direito de trabalhador”, o seu direito ao trabalho. Se então, ao combater a proposta dos industriais do Rio e São Paulo, ela defendia seus operários através do seu “direito ao trabalho”, através dos benefícios representados por seus investimentos na vila operária, agora ela trata de defender não somente a sua vila operária de seus próprios operários, mas também aquilo que é subjacente a tal vila operária, porém não explicitado na argumentação anterior, isto é, o seu poder absoluto sobre o trabalho, a moradia e a vida social de seus trabalhadores tanto na fábrica quanto na vila operária – mesmo que isto tenha que ferir ao “direito de trabalhador” de Turgot. À associatividade dos seus operários, possibilitada pela conjuntura política inaugurada em outubro de 1930, a CTP responde com a diminuição das atividades da fábrica, acarretando uma diminuição salarial para seus operários a ser relacionada com a aparição do sindicato.

Além da represália ao crescimento do sindicato, este *lock-out* parcial está relacionado à reivindicação pelo sindicato do cumprimento da lei de 8 horas de trabalho recém-promulgada através do decreto 21.364 de 4 de maio de 1932, o qual regulamenta as horas de trabalho na indústria, estipulando “a duração normal do trabalho empregado em estabelecimentos industriais de qualquer natureza” em 8 horas diárias (cf. Pereira, 1937, pg. 87). Esta perda salarial por parte dos operários, com a redução dos dias de trabalho semanais, agrava-se com a reação da CTP ao decreto das 8 horas de trabalho e a reivindicação de seu cumprimento feita pelo sindicato. A *companhia* reduz a jornada de trabalho das 10 ou 12 horas habituais (segundo seções diversas como a tecelagem e a fiação, respectivamente) para as 8 horas previstas no decreto, porém, reduzindo o salário na mesma proporção. Tal reação da CTP à jornada de trabalho legal leva os operários à greve. Segundo a versão da notícia do *Diário da Manhã*, o *lock-out* parcial seria anterior a esta interpretação da CTP a propósito do decreto das 8 horas reduzindo o salário diário pago aos operários, medida esta que teria motivado a greve.

*"Estão em greve pacífica, desde ontem, os operários de Paulista (...) O motivo seria uma redução de 25% nos salários, cogitada pela empresa. Sabendo disto, os operários foram tomar informações no escritório e ali o director-técnico, Sr. Ezibeck, confirmou dizendo que fora obrigado a isto em virtude do decreto do Governo Provisório determinando o cumprimento das 8 horas de trabalho. O presidente do sindicato Roberto da Costa Marques objetou e mostrou que a redução viria a dificultar ainda mais as condições de vida do operariado já que inclusive somente trabalhavam 3 dias por semana. Ante a irreductibilidade patronal decidiram entrar em greve ao meio-dia."*  
(Diário da Manhã, 8/6/1932, pg. 8, grifos meus)

Na versão da notícia do *Diário de Pernambuco*, o lock-out parcial da fábrica seria simultâneo ou antecederia de poucos dias a redução diária do salário pela interpretação do decreto, aparecendo também o sindicato em uma postura mais ativa no desencadeamento das reações patronais:

*"Movimento Grevista na Fábrica Paulista*

*(...) O Sr. Roberto Marques (tendo anteriormente declarado que os operários das três fábricas de tecidos de Paulista em número superior a 3.500 estavam em greve pacífica desde às 11 horas) historiou o motivo da parede:*

*O operariado de Paulista pleiteia, como toda a classe trabalhadora, a regulamentação das horas de trabalho. Trabalhando como vinha acontecendo de 9 a 12 horas por dia, em flagrante contravenção à lei e em prejuízo do seu interesse, por intermédio de sua associação de classe dirigiu-se à directoria da grande companhia, solicitando o estabelecimento do horário de 8 horas de trabalho. A companhia, a princípio, relutou em atender a pretensão legal dos seus trabalhadores, vindo afinal, depois da intervenção de várias pessoas, inclusive o prefeito municipal (de Olinda), a atender, mas, reduzindo a diária, isto é, calculando o salário à proporção das horas de trabalho. Fez mais, reduziu o trabalho das fábricas velhas a 4 dias (por semana) o que consistia em grande prejuízo para o operariado. Esta resolução vinha prejudicar de algum modo o proletariado de Paulista e foi publicada sábado passado, entrando em vigor na semana corrente. Logo começou o sindicato a agir junto à directoria da fábrica, no sentido de ser modificada a última tabela, resultando improfícua a sua ação. Em vista disto, falhando a intervenção pacífica, foi declarada a parede, cessado todo trabalho."*

*(Diário de Pernambuco 8/6/1932, pg. 10)*

As notícias indicam, a seguir, tanto uma grande adesão à greve por parte dos operários e sua boa organização dentro da fábrica, quanto a capacidade do sindicato na mobilização de mediadores governamentais em seu auxílio:

*"(...) decidiram entrar em greve ao meio-dia. Antes, porém, chamaram os chefes de secção para verificar o estado das máquinas. O prefeito de Olinda, João Cabral Filho, tentou, sem sucesso, intermediar o conflito. Os grevistas apelaram então ao capitão Nelson de Mella, secretário de*



segurança. Seguiram para Paulista o 2º delegado-auxiliar, Dirceu Borges, o acadêmico Livino Pinheiro, official de gabinete do Secretário de Segurança e Massilon Souto, do syndicato dos operários da Pernambuco Tramways. Nenhum accordo foi conseguido. Resolveu-se então, enviar telegrama ao Ministro (do Trabalho) consultando a respeito da interpretação da lei das 8 horas na parte referente ao motivo da greve. Os 5.000 grevistas permaneceram em perfeita ordem, e não foram pedidos reforços pelo delegado local."

(Diário da Manhã, 8/6/32, grifos meus).

"(...) foi declarada a parede, cessando todo trabalho. A ordem não foi alterada, não se registrando nenhum fato digno de nota que viesse perturbar a vida daquela localidade. Os próprios operários procuraram garantir o material da fábrica. O resto do dia foi tomado pelas demarches para a solução do movimento grevista, tendo havido reuniões dos directores da fábrica, do syndicato, do prefeito e outras pessoas capazes de influir no assunto, ficando por fim combinado que fosse levado o caso à resolução do sr. Ministro do Trabalho, a quem foi comunicada a questão por telegrama. A consulta ao Ministro do Trabalho consiste no seguinte: se o estabelecimento do horário importa na redução do salário.

Em virtude disso, e enquanto vem resposta à consulta, ficou assentada a volta ao trabalho, o que se verificará hoje mesmo. Isto foi comunicado ao operariado, reunido na praça 15 de novembro (defronte à Fábrica Velha) daquela villa, pelo sr. Roberto Marques e seus companheiros de directoria.

(Diário de Pernambuco, 8/6/1932, grifos meus)

Esquecendo-se de suas divergências com o CIFTA, manifestadas durante a polêmica sobre a uniformização das horas trabalhadas pelas fábricas têxteis, proposta pelos centros de industriais têxteis do Rio e de São Paulo, e encaminhada no projeto de lei Lima Castro, a CTP pede a mediação neste conflito daquela mesma associação dos industriais têxteis cariocas – a qual tem associados de todo o país devido à sua importância econômica e política na representação de seus interesses junto ao governo federal –, que, em setembro de 1930, foi desqualificada por esta companhia pernambucana como a representante nacional de toda a indústria têxtil. Em carta do dia 11 de junho de 1932, endereçada ao CIFTA, explicando-lhe o conteúdo de telegrama anterior do dia 8 de junho, a CTP desenvolve sua argumentação quanto à sua peculiar interpretação do decreto da jornada de trabalho de 8 horas.

"Confirmamos pela cópia anexa <sup>137</sup> o nosso despacho telegráfico

<sup>137</sup> O telegrama do dia 8 tem o seguinte texto:

"Recife: 8/6/1932. Código: --- língua clara.

Operariado Paulista representado pelo próprio syndicato e das demais empresas industriais pernambucanas insiste em aumento salariais em consequência decreto 21.364 alegando ser tal razão do mesmo insistindo em manutenção salário de dez horas para regulamento novo de oito horas ponto Ao nosso ver decreto visa descanso dos operários não aumento



do dia 8 deste mez que dirigimos a VV.SS., na confiança de que lhe dispensassem a sua benévola atenção, pois VV.SS. na sua qualidade reconhecida de defensores dos interesses da indústria têxtil de nosso paiz, não hesitarão em considerar os factos que queremos expor:

É o Decreto nº 21364 sobre o regulamento das oito horas de trabalho que deu a base para motivar uma acção do operariado das nossas fábricas em Paulista contra as medidas da direcção d'esta firma que, satisfazendo as exigências da nova lei, e observando o seu prazo, organizou incontinenti o novo horário, tendo calculado os salários na base de oito horas, assim descontando automaticamente, como aliás é natural, a differença proporcional entre o horário novo e o antigo de 10 horas, o que somente pode ser considerado como justificado, pois a efficiência e produção effectiva de cada operário por si, uma vez reduzida por 2 horas, não pode ser avaliada e paga na mesma altura do horário antigo. Isto significaria somente um augmento de salário, que, de certo, não pode ser a consequência intencionada da lei em discussão. A nossa interpretação da lei é que nada mais foi decretado pelo governo que o estabelecer de uma base para descanso que seja apta para cada operário de agora em diante não ser abusado quanto a excessos de trabalho. Aconteceu então que o operariado, notificado da nossa transformação do horário e das alterações dos seus vencimentos respectivamente, se fez representar perante nós pelo director do seu syndicato, reclamando como prejudicial e inadmissível uma suposta redução dos seus salários, allegando, ao mesmo tempo, que o nosso proceder quanto à estipulação dos salários não correspondesse com o verdadeiro carácter da lei, quer dizer que a interpretação nossa fosse contraria à pretendida pelo Ministério do Trabalho, sendo que este último tivesse lido a intenção de manter os salários pagos para dez horas também para o novo horário legal. Defendemos, por consequência d'isto, o nosso ponto de vista, que aliás é lógico e, sobretudo em nossa opinião, incontestável, e procuramos convencer o representante do nosso syndicato de operários, porém, o resultado era nullo por completo. As conferências sobre a questão discutida estenderam-se dentro em pouco não somente a discussões com o próprio syndicato de Paulista, como também, a discussão com os representantes de outros syndicatos da indústria textil do estado de Pernambuco, tornando-se o caso assim de uma questão local para uma questão de interesse geral. Não deixamos de mencionar também que participaram nestas discussões além do prefeito do municipio de Olinda a que pertence Paulista, mais ainda pessoas das competentes autoridades de Recife. Tendo sido porém a nossa argumentação sem falha alguma, nada conseguiram, e somente lamentaram que uma formação pouco feliz nos tenha dado a possibilidade de interpretar a lei como na opinião d'elles não era a intencionada pelo Governo. Finalmente, chegamos a um accordo da seguinte natureza: o syndicato dirigiu uma interpeção telegraphica ao Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro, pedindo uma decisão clara se deve ser pago o mesmo

---

salário ponto Syndicatos pediram telegraphicamente decisão ministerial ponto. Pedimos Ilustres amigos assistir-nos defendendo direitos da indústria nacional passando crise amarguíssima augmentada por impostos novos insupportáveis.

Companhia de Tecidos Paulista"

salário para oito horas que, antigamente, foi pago para as dez horas de trabalho, ou se uma dedução proporcional à diminuição das horas de trabalho e a conseqüente produção é admissível. Estamos, no momento, ainda esperando a resposta. Aguardando, no entanto, que a decisão do Ministerio seja no nosso sentido, pois ninguém saberá avaliar melhor que VVSS. a crise que actualmente está atravessando a indústria têxtil, em especial, e a do paiz, em geral, que, em absoluto, não supporta qualquer outro peso de pagamento fora dos actuaes e indispensáveis, tanto mais que continuamente novos impostos (lembramos o último decreto sobre impostos de educação) difficultam quaesquer cálculos. O governo deverá reconhecer a situação precária em que se encontra a indústria do paiz, e devia tomar em consideração tanto os interesses dos operários e empregados como dos empregadores, que, no caso negativo, estarão forçados a fechar as suas portas, tomando assim milhares de pessoas o pão e creando assim uma situação insupportável.

Terminada a nossa exposição, permittimo-nos de pedir a VV SS. que se interessassem para o assumpto e, se possível for, intervissem juntos as repartições competentes do governo para sejam evitadas conseqüências desagradaveis da lei que acabamos de respeitar, e que esperamos ter interpretado acertadamente."

Se estas reacções patronais, nos anos iniciais da década de 30, envolvendo a limitação legal da jornada de trabalho – tanto o conflito intraburguês da indústria têxtil “da capital” contra o do “interior” que se manifesta entre 1928 e 1930, quanto esta reacção exemplar da CTP, a que se interessam outras fábricas têxteis, ao decreto 21.364 – lembram situações clássicas de atitudes patronais européias de um século atrás, diante da jornada de trabalho legal, no entanto suas peculiaridades logo chamam também a atenção. O conflito entre os industriais “do Norte” contra os “do Sul”, na sua primeira manifestação entre 1928 e 1930, quanto à uniformização das horas de trabalho através de lei, lembra as queixas dos industriais dos setores já atingidos pela lei fabril inglesa no século XIX relativamente aos setores não ainda atingidos que estariam numa situação de concorrência desleal (cf. Marx, 1983, cap. 8 item 6 pg. 231 a 235). Mas aqui, esta queixa se manifesta antes mesmo da limitação legal da jornada de trabalho, motivando uma proposta de limitação visando não à proteção do trabalhador, mas à restrição de uma suposta “superprodução”. Mais “clássica”, no sentido das situações descritas por Marx será a volta redobrada deste conflito entre industriais têxteis “do Sul” contra os “do Norte”, entre 1937 e 1939 (cf. cap. 9). Assim também a reacção da CTP à lei da regulamentação das horas de trabalho pareceria semelhante às atitudes da burguesia inglesa descritas por Marx no capítulo da jornada de trabalho do *Capital*. Mas em vão encontraremos uma ilustração semelhante a esta nas páginas do capítulo 8 do *Capital*, em que a atitude burguesa inicial à limitação legal da jornada de trabalho é, além da luta parlamentar contra ela ou por sua atenuação, a da burla e do descumprimento. A atitude da CTP, ao contrário, é inversa a esta reacção espontânea

da burguesia à limitação imediata da produção da mais-valia absoluta: ela é uma atitude política que se insere numa estratégia de combate ao sindicato – esta entidade que surge de forma disruptiva à sua dominação – numa correlação de forças políticas que lhe é momentaneamente desfavorável. Assim, ao invés de negar o cumprimento da legislação recém promulgada, ela, ao contrário, toma a iniciativa de fazer imediatamente cumprí-la – mas segundo uma interpretação peculiar, trazendo prejuízo salarial aos operários. É como se a CTP procurasse mostrar, através de uma pedagogia do poder econômico, a parte ou à maior parte de seus operários, os prejuízos e a instabilidade advindos de sua adesão ao sindicato e de sua esperança em direitos sociais decorrentes de leis externas ao seu mundo, a fábrica e a vila operária de Paulista. Essa estratégia lhe traz prejuízos econômicos imediatos, reduzindo as horas trabalhadas em que uma preciosa mais-valia é tecida e estampada perto de 24 horas por dia. Essas 24 horas, por sinal, só não são utilizadas neste *perpetum mobile* têxtil, devido à desproporção produtiva entre seções, como por exemplo, entre a produção da seção de tecelagem, melhor equipada, que produz em dois turnos de 10 horas, e a seção de fiação, menos equipada, produzindo em dois turnos de 12 horas; desproporção esta que se acentua com o decreto de proibição de importação de máquinas de março de 1931, e que irá se agravando no decorrer dos anos 30, devido à vigência deste decreto até fins de 1937, e na 1ª metade dos anos 40, com a guerra mundial. Este poderia ser também um argumento da CTP contra a limitação legal da jornada de trabalho: enquanto na seção de fiação, poderia hipoteticamente ser instituída uma terceira turma de trabalhadores trabalhando 8 horas diárias, na seção de tecelagem isto não seria possível devido à desproporção produtiva entre as duas seções – a solução teria que ser o pagamento de horas-extras em dois turnos de 10 horas. Mas a CTP não está interessada nesta argumentação aparentemente mais técnica. Tanto é que na sua carta ao CIFTA só aparece o horário de 10 horas de trabalho, como se ela não tivesse também turnos de 12 horas. Ela continua interessada na sua liberdade de fixação do seu horário de trabalho, no “regímen franco de completa liberdade para que cada fábrica possa trabalhar tanto quanto possa e queira” (carta ao CIFTA de 26/12/1930), liberdade esta que valeria não somente para a sua ânsia de trabalhar 24 horas por dia diante das limitações que querem impor seus concorrentes do “Sul”, como, inversamente, para diminuir sua jornada de trabalho e os salários diários pagos de forma que fique abaixo do nível habitual de subsistência dos seus produtores diretos, e como até mesmo fechar impunemente a fábrica. Embora na carta ao CIFTA de 11/6/1932 a CTP aluda ao fato de que ela já impôs um regime de *lock-out* parcial trabalhando três dias por semana para punir seus operários que ousaram associar-se, ela não deixa de finalizar a carta com a ameaça de criar uma “situação insupportável” ao “fechar suas portas”. Este *lock-out* parcial faria parte da mesma estratégia de uma didática punitiva visando mostrar aos

seus operários os ônus de sua associação prometeica ao sindicato, e as consequências que daí decorrem, a saber o abutre do desemprego ou o fechamento das portas do seu mundo.

Por outro lado, se a estratégia da CTP é atemorizar internamente seus operários, no entanto, ela procura, para efeitos externos, formalmente respeitar a lei e as autoridades constituídas. Além de aceitar negociar com as "competentes autoridades do Recife" (carta à CIFTA de 11/6/32), ela argumenta, segundo uma interpretação da lei e aceita também o veredicto do Ministério do Trabalho quanto ao "espírito" e à "letra" da lei. Ela contribui para reforçar aparentemente o jogo e a estratégia desempenhados pelo sindicato operário que é de reivindicar a aplicação da lei, alimentando a disputa em torno da interpretação e julgamento da lei e a crença nos *direitos*, que tem seu campo específico de conflito, independentemente de sua redução mecânica ao poder e às forças em presença, ou à inevitabilidade da obediência dos agentes sociais erigidos em juízes e autoridades políticas aos interesses imediatos das raízes de classe de seu poder, como salienta Thompson em sua análise do papel estratégico do direito no conflito da classe subjacente ao "Black Act" inglês do século XVIII (cf. Thompson, 1975, págs. 258-269). Essa alimentação do conflito pela via da legitimidade da lei e de sua aplicação contrasta, no entanto, com os limites reais de aceitação por parte da CTP das leis sociais externas às "leis" do "sistema Paulista" e seu "governo local de fato". As brechas pelas quais tenta impor-se a associatividade operária dependem dessa manutenção das aparências da CTP, para efeitos externos ou de sua reinterpretção e adequação das leis às suas leis internas (cf. por exemplo como a CTP adequa o "campo documental" nacional, reforçado nos anos 30, às suas "leis" próprias quanto ao trabalho infantil, controlando a emissão local de registros de nascimentos, cf. capítulo 2), assim como da conjuntura política, favorecendo apoios externos que possibilitem a existência do sindicato.

O *lock-out* parcial da fábrica cria um clima de tensão e esgotamento entre os operários de Paulista, fazendo o sindicato insistir na urgência do pronunciamento do Ministro do Trabalho à sua consulta, feita uma semana antes<sup>138</sup>. No dia 16, finalmente chega o despacho do Ministro do Trabalho, sob forma de telegrama, e o seu endereçamento demonstra a amplitude do problema criado com o conflito de Paulista, suas repercussões em outras fábricas do Recife, e problemas semelhantes surgidos em Sergipe: segundo

---

<sup>138</sup> "A questão de horário e salários na Fábrica Paulista - A directoria do syndicato de Paulista telegraphou ontem (13/6/1932) mais uma vez ao sr. Ministro do Trabalho, solicitando resposta à consulta que fez a respeito do horário de trabalho e salários. O syndicato foi levado a insistir junto àquelle Ministério pela resposta urgente à consulta deante da impaciência do operariado das Fábricas de Paulista, o qual está atravessando actualmente grande crise com os seus salários diminuidos, em virtude redução dos dias de trabalho."

(*Diário de Pernambuco*, 14/6/1932, pg. 10)

notícia do *Jornal do Commercio* do Rio, de 18/6/1932, o telegrama foi enviado aos Interventores Federais de Pernambuco e de Sergipe, e ainda ao Sindicato dos Operários de Paulista, e às firmas do Recife, Cia. de Tecidos Paulista e Esperança Tacaruna Agrofábrica. O despacho, respondendo a pedidos de informações sobre a lei de oito horas de trabalho, vem sob uma forma geral, sintética e enigmática, como que resguardando novos recursos de interpretação e julgamento futuros – dando continuidade à margem de ambigüidade da própria lei para que possa ser eventualmente descumprida ou destorcida, segundo a correlação de forças entre os produtores diretos e seus patrões nas diversas categorias e locais de trabalho. Sua transmissão por telegrama, reforça a naturalização do “despacho” sintético e enigmático:

*“O decreto nº 21.364 fixou apenas o dia de trabalho em oito horas, ou 48 horas em semana, sem determinar com isso diminuição do salário. Quando o serviço é por hora, a solução differre. Seria contrasenso que a lei de amparo aos operários viesse prejudicá-los. Cordiaes saudações. Ass.: Salgado Filho, Ministro do Trabalho.”*

Ao noticiar a chegada deste telegrama, no dia 17/6/1932, o *Diário de Pernambuco*, ao fazer uma pequena retrospectiva do conflito, e de posse do conteúdo do despacho ministerial, deixa transparecer seu posicionamento contrário à atitude da CTP:

*“O caso de Paulista: resposta do Ministro do Trabalho. Em princípios do mês corrente, agitou-se no meio operário de Paulista, onde estão situadas as grandes fábricas de tecidos dos irmãos Lundgren, uma reclamação, seguida de greve, a qual durou 12 horas, devido à má interpretação dada, pelos directores da Cia. Paulista, ao decreto federal de amparo ao proletariado e referente ao horário e salário-mínimo. Entrando as partes em confabulações, (citação dos participantes nas negociações) (...) ficou combinado fazer-se uma consulta ao sr. Ministro do Trabalho no Rio sobre a verdadeira interpretação do decreto citado. Tendo a diretoria das fábricas se comprometido a acatar a decisão do caso, fosse ela qual fosse, decidiram os operários, confiantes, a voltar ao trabalho no dia seguinte, normalizando-se a situação. Ontem, depois de reiterados telegramas, recebeu o interventor o despacho abaixo, resolvendo a questão, em que fica de pé o ponto de vista do operário. (Segue-se a transcrição do despacho, já por nós citado mais acima)”*

(*Diário de Pernambuco*, 17/6/1932)

De fato, o despacho ministerial, ao pronunciar-se *contra a diminuição de salários* como resultante da aplicação do decreto, vai contra a interpretação da lei pela CTP e sua tática em relação aos operários. A frase telegráfica adicional do ministro “seria contrasenso que a lei de amparo aos operários viesse prejudicá-los”, reforça a argumentação dos operários de Paulista contra a interpretação da CTP. A única ambigüidade a que pode apegar-se a CTP é a enigmática frase telegráfica intermediária, “quando o serviço é por hora, a

solução difere”. E, mais ainda, pode-se supor que certamente “diferirá” o pagamento do salário por produção, comum em várias seções das fábricas de tecidos.

Tal como estão colocadas até então as argumentações e as atitudes dos operários de um lado e da CTP de outro, o conflito entre ambos poderia resumir-se no seguinte: enquanto a CTP aplica de imediato o decreto reduzindo a jornada de trabalho, e reduzindo em proporção direta os salários, mantendo o mesmo salário-hora e, desta forma, aplicando à antiga *diária*, fixada livremente pelo patrão, uma contabilidade horária que ela não tinha, os operários, ao contrário, reduzem de imediato a *diária*, considerada também como um montante salarial e, ao adequá-la à nova lei, em horas de trabalho, *alteram* necessariamente o *salário-hora*. A transição da antiga *diária* para a nova *jornada de trabalho*, segundo os operários, ao consagrar a contabilidade em horas de trabalho e, portanto, em salário-hora, ao mesmo tempo coloca-o inicialmente num valor comparativamente mais elevado. A partir deste montante inicial mais elevado é que se poderia negociar o valor das horas extraordinárias para além das 8 horas diárias. A CTP, apegando-se à enigmática frase ministerial “quando o serviço é por hora a solução difere”, procurará jogar o “aumento” salarial *apenas* para as horas-extraordinárias, como alternativa para a sua pura e simples atitude de redução absoluta dos salários, recém-condenada no despacho ministerial.

Aturdida com o desfecho e com a firmeza dos operários, a CTP procura ganhar tempo. Ela não muda sua interpretação do decreto nem sua contabilidade e pagamento ao pessoal: ela apenas encaminha o próximo passo que dará em direção às horas-extras. Recebido o telegrama ministerial entre o dia 16 e 17 de junho, no dia 20, a CTP telegrafia ao CIFTA dando sua versão dos acontecimentos:

*“Urgente CIFTA Rio*

*Acabamos receber telegramma ministro declarando decreto 21.364 fixou apenas dia trabalho oito horas ou quarenta oito horas em semana sem determinar com isso diminuição salário. Pelas horas excedentes, perceberá mais um salário-adicional no que recebia. Nossa carta onze junho dá interpretação nossa em completa harmonia com isto. Sindicato recebeu idêntico telegramma ministro mantém exigência pagamento salário antigo dia de dez horas para dia de oito horas. Assim, insistindo aumento salário de vinte e cinco por cento. Pedimos conseguirem providências urgentes Ministro. Saudações.”*

*(CTP a CIFTA, 2016132, em arquivo do CIFTA-Rio)*

Enquanto espera, na defensiva, as “providências urgentes Ministro” a serem entabuladas por seu representante a nível nacional, o CIFTA – antes tão criticado pela CTP por privilegiar a representação de apenas algumas fábricas “da capital” na controvérsia da “superprodução” –, a *companhia* não modifica seu pagamento aos operários em decorrência do despacho minis-



terial, quebrando com sua palavra nos entendimentos anteriores com o sindicato e mediadores. No dia 22 de junho, inicia-se nova greve na fábrica:

*"O Caso de Paulista*

*Estão em greve pacífica os operários daquelle adiantado centro industrial.*

*Os operários das fábricas de tecidos Paulista, ontem às 11 horas, abandonaram collectivamente o trabalho, declarando-se em greve. Essa attitude é resultante da situação de penúria em que os mesmos se encontram de certo tempo a esta parte, devido à redução de dias de trabalho e diminuição de salário, medidas estas adotadas ultimamente pela direcção da companhia. É esta a segunda vez que o proletariado das fábricas de tecido de Paulista se levanta contra a diminuição de seus salários, caso que foi resolvido satisfatoriamente pelo Ministro do Trabalho, que foi consultado a respeito. A greve foi declarada, após a distribuição dos cheques de pagamento da semana passada. Essas ordens de pagamento não consignavam o desejado restabelecimento do salário a que se julgavam com direito os operários, maxime depois da solução dada pelo Ministro do Trabalho. Um outro motivo forte contribuiu para tornar mais difficil a situação que era o desconto, em cheque, da quota do aluguel das casas em que residem os operários, reduzindo ainda mais o salário. Muitos trabalhadores, chefes de famílias numerosas, não receberam o suficiente com que comprar o pão para os filhos.*

*Decididos a abandonar o trabalho, os chefes de secções das fábricas, depois de tomarem todas as medidas garantidoras do material e máchinas do estabelecimento, chamaram o gerente da empresa a quem fizeram a entrega dos serviços, retirando-se todos na melhor ordem.*

*O Governo do Estado, logo que teve conhecimento da situação, mandou a Paulista o Secretário da Interventoria, Dr. Nelson Coutinho, a fim de ouvir as partes interessadas no caso para as devidas providências. Duas vezes, o emissário do governo ali esteve, conferenciando com os diretores da Cia. e o sr. Frederico Lundgren, a fim de normalizar o quanto antes a situação. Por medida de prevenção foi enviado um reforço de 16 praças de polícia para Paulista à disposição do Delegado-Local Tenente Presciliano Silva."*

*(Diário de Pernambuco, 23,6/1932)*

A CTP continua em sua tática de testar a representatividade sindical perante o desespero que procura criar entre os seus operários: além do *lock-out* parcial da fábrica e da persistência, mesmo após o despacho ministerial, na redução salarial com o decreto das 8 horas, ela ainda utiliza a irregularidade no desconto em contracheque do aluguel das casas da vila operária – estipulado normalmente para ser pago com o salário resultante do pleno-emprego, e não de um salário reduzido – como que a alertar sobre seu poder sobre as casas e, conseqüentemente, sobre a arma, potencialmente utilizável, do despejo. A resposta da greve, dada pelos operários, continua organizada e atraindo a mediação de autoridades governamentais. Em dois dias de negociações, o sindicato se vê face a face ao Coronel Frederico em



carne e osso, agora presente na fábrica. Pressionado pelo Secretário da Interventoria que atua como mediador, o Coronel Frederico avança a proposta que se desenhava no telegrama da CTP ao CIFTA de 20/6, a saber, a de jogar o aumento unicamente sobre as horas-extras, pelo que se pode deprender do enunciado da proposta patronal assim como da resposta dada pelo sindicato, ambos noticiados no *Diário de Pernambuco* de 24/6 e 26/1932. A proposta patronal vem enunciada no estilo ministerial sintético e enigmático: "Estabelecimento de 10 horas de trabalho diário com aumento de 10% sobre o salário, como era antes do decreto nº 21.364." Esta proposta joga com a volta às 10 horas de trabalho diárias, acrescidas de 10% nas horas extras, tentando apostar no pequeno alívio ao sufoco salarial sofrido nas últimas semanas pelos trabalhadores, mas faz tábula rasa do próprio decreto 21.364. Solicitando a contrapropor e a ceder, o Coronel Frederico o faz nos seus próprios termos: como soberano local, acima da própria lei, ele cede na volta às 10 horas e num aumento salarial nas horas-extras. Por outro lado, a contraproposta patronal trai sua intenção exclusiva de manter, com uma pequena concessão às horas-extras, a antiga diária e, portanto, as antigas tabelas salariais: pois é aparente a contradição entre a situação de lock-out parcial, sob alegação de crise comercial, e a insistência na jornada de 10 horas ao invés de uma de 8. Que urgência especial é esta que se coloca à produção têxtil de Paulista, manifestando-se magicamente nas duas "últimas horas" à la Senior (cf. Marx, 1969, pp. 221/225) mas desaparecendo por inteiro nos três dias da semanas em que permanece fechada a fábrica? Ao sindicato operário é quem cabe o ônus de falar em nome da lei e do cumprimento à lei, que as próprias autoridades parecem mais dispostas a negociar, em resposta a tal proposta patronal:

*"O Sindicato dos Operários de Paulista, inteirado da proposta por V.S. transmittida por intermédio do illustre Dr. Nelson Coutinho, Secretário do Interventor Federal no Estado, vem declarar a impossibilidade de aceitá-la. Nossa attitude, desde o começo, tem um fundamento muito lógico e muito moral. Não pedimos que pareça uma graça. Não fazemos a menor exigência. Queremos apenas e simplesmente o cumprimento da lei brasileira referente às 8 horas de trabalho. Por isso, não nos é defeso entreter demarches que visem desvirtuar a verdadeira finalidade grevista a que fomos arrastados pela obstinação desta companhia em nos negar o direito claramente assegurado pela legislação social brasileira. Esperamos que V. S., honrando os compromissos anteriormente assumidos com testemunho das altas autoridades do Estado, e ponderando melhor na gravidade do momento, evitem aos operários desta companhia a miséria com todo o seu lúgubre cortejo. É isso que V. S. conseguirá sem grande esforço curvando-se nobremente deante da majestade da lei. É o que ainda esperamos da reflexão de V. S.*

*Roberto Marques - Presidente." (23/6/1932, incluído na notícia do Diário de Pernambuco de 24/6/1932).*

Falando em nome da lei, *Roberto do Diabo* fere o Coronel Frederico no seu poder de conceder "graças" e na sua soberania sobre o seu território tão naturalizada e implícita na forma de dominação exercida sobre os operários de Paulista: a figura de retórica do "curvar-se diante da majestade da lei" aplica-se *ad hoc* de uma forma agressiva insuspeitada por esta fórmula na retórica geral, ao humilhar a própria dominação teatralizada prezada pelo patrão. E em outra nota oficial do sindicato, expedida a pretexto de rebater notícia do *Jornal Pequeno*, *Roberto do Diabo* aprofunda a crítica a esta dominação teatralizada e reafirma em contraposição, mais que apenas a lei, também "o direito" dos operários.

*"A notícia dada pelo Jornal Pequeno do dia 23 do corrente com relação à atitude do Coronel Frederico Lundgren em face do movimento grevista do operariado de Paulista, é positivamente uma ficção com que se procura atrair a sympathy do público à causa ingrata que se defende. O coronel Frederico Lundgren, ao chegar em Paulista na noite de 18 do corrente, não procurou entendimento algum com seu operariado, como aliás algumas vezes o tem feito, embora na defesa dos seus interesses. Ao contrário, na manhã seguinte ao dia de sua chegada, procurou S.S. visitar a sua condelaria. Em seguida, ouviu os seus chefes de seções, em sua totalidade estrangeiros. Nenhuma providência foi tomada no sentido de ser facilitado um atendimento de S.S. com seu operariado.*

*Anteontem, depois do nosso entendimento com o sr. Interventor-interino, do que resultou mandar s. excelência o Dr. Nelson Coutinho, Secretário da Interventoria a esta villa, o qual conferenciou com o Coronel Lundgren, é que o Sindicato dos Operários de Paulista teve ciência de que S.S. propunha o trabalho da 10 horas, com 10% adicionais ao preço de cada hora excedente, de accordo com a tabela antiga.*

*Ora, representando esta proposta um franco desejo de não se cumprir a lei, em flagrante prejuízo para a economia do operariado, fácil é compreender-se que não convinha ao operariado de Paulista aceitá-la, sob pena de atestar a incapacidade da compreensão dos limites do seu direito.*

*Roberto Marques.*

*Presidente do Sindicato dos Operários de Paulista, 24/6/1932"*

A essa diferença vocabular entre o cumprimento da lei e o direito dos trabalhadores corresponde também não apenas a articulação do sindicato com as autoridades governamentais para que façam a mediação do conflito, mas igualmente organizar uma pressão de massa através de comícios e manifestações. Uma série de atos públicos, concentrados no dia 25 de junho e reunindo lideranças sindicais e apoios políticos de Recife como oradores, realiza-se de forma encadeada em diversos pontos da localidade, como se quisessem demonstrar a unanimidade dos trabalhadores no seu engajamento ao movimento reivindicatório. Esta unanimidade procura ser demonstrada,

por meios de uma "contrateatralização da revolta", através da ida em massa ao lugar simbólico da condelaria – o reduto do "hobby" e da idiossincrasia patronal –, onde é conseguida a adesão de seus trabalhadores à greve. Atendida a condelaria pela greve, só falta a adesão dos galos de briga, tal como estipula o mito hoje rememorado. O *Diário da Manhã* de 26 de junho de 1932 traz pela primeira vez uma descrição mais pormenorizada que a do *Diário de Pernambuco* na cobertura desta "jornada" do dia 25 de junho em Paulista, indicando provavelmente o ponto culminante do apoio do governo provisório estadual ao movimento dos operários de Paulista:

*"A greve dos operários de Paulista*

*Relato das atividades dos operários no quarto dia de greve.*

*No dia 25 de junho, realiza-se um comício numa das praças locais, iniciado pelo Presidente do sindicato, Roberto Marques. Este apresentou os companheiros da comissão representativa da 'Frente Única' do Sindicato da Pernambuco Tramways, Massilon Souto, Edgar Fernandes e outros. Fazendo uso da palavra, Edgar Fernandes ressaltou as conquistas operárias trazidas pela Revolução de 1930 e manifestou a solidariedade do seu sindicato. Encerrado o comício, realizou-se uma visita à condelaria dos irmãos Lundgren, com a adesão dos trabalhadores dali. A multidão, calculada em 5.000 operários, regressou à vila e às 16 horas, realizou-se novo comício na Praça dos Lenhadores. Falou Massilon Souto manifestando aos operários da Paulista a solidariedade do Comitê Revolucionário de Pernambuco. A multidão, em desfile, marchou para a Praça 15 de Novembro, onde falou mais uma vez Edgar Fernandes. Seguiram então para o Largo da Matriz, onde se achavam o prefeito de Olinda e o redator-secretário do Diário da Manhã. Este, após expressar a solidariedade do Comitê Revolucionário de Pernambuco, informou aos operários que o interventor Lima Cavalcanti havia telegrafado do Rio, onde se achava, ao interventor interino, capitão Nelson de Mello, comunicando que o Ministro do Trabalho ordenara a um seu representante na Paraíba vir com urgência ao Recife para, de acordo com o Governo Estadual, tratar das medidas necessárias à solução da greve."*

*(transcrição fiel ao conjunto da notícia, porém não literal)*

Essa demonstração de unanimidade ativa e participante entre os operários para além de seus apoios sindicais e políticos parece ter contribuído para a aceleração de uma resolução – mesmo que provisória – do conflito. No mesmo dia, o Interventor Federal em Pernambuco Lima Cavalcanti, então no Rio de Janeiro, pede providência em audiência com o Ministro do Trabalho. Este, além de enviar um representante diretamente a Paulista, pede também a mediação do CIFTA-Rio junto à CTP para que cumpra o decreto 21.364<sup>139</sup>. Também na noite deste mesmo dia 25 de junho, reúnem-se em

<sup>139</sup> O encaminhamento burocrático deste pedido de mediação – feito pelo ministro através de ofício do seu Diretor Geral de Expediente ao Diretor-Presidente do CIFTA – acaba sendo desencadeado, um dia após a assinatura do

Recife "as partes interessadas no movimento grevista e o chefe da secção da Ordem Social, no sentido de resolver-se satisfatoriamente o dissídio" (*Diário de Pernambuco*, 26/4/1932). No dia seguinte, 26 de junho, todas as pressões somadas de diferentes mediadores – o Interventor Federal Interino, o representante do Ministério do Trabalho, o Chefe da "Seção da Ordem Social" Estadual – e mais a mobilização da unanimidade dos operários da fábrica, resultam na assinatura de um acordo, cujo carácter provisório, no entanto, transparece na descrição do *Diário de Pernambuco* da atitude do advogado da CTP diante da ata do acordo:

*"O Caso de Paulista – Resolvida a situação, os operários voltam ao trabalho.*

*Ficou definitivamente resolvido anteontem o caso dos operários de Paulista com a volta ao trabalho de todos os grevistas.*

*Houve para isso um entendimento entre os directores da fábrica, o advogado da Cia., o representante do Sindicato de Paulista, o representante do Ministério do Trabalho, e o sr. Antonio Romano, chefe da secção da ordem social, sendo aprovada a proposta de manutenção do salário antigo e 8 horas de trabalho. De tudo quanto ficou assentado, foi perante o sr. Interventor Federal Interino lavrada uma ata que recebeu a assinatura de todas as partes interessadas no litígio.*

*Essa ata foi lavrada dentro das seguintes bases: mantida a diária antiga até que, pelos meios legais, se decidisse ser ou não possível à companhia restabelecer o horário de 10 horas, trabalhando, como se acha, apenas três dias por semana; obrigar-se-ia ainda a companhia a repor a diferença de salários pagos com redução das duas últimas semanas.*

*Após a leitura da ata, o advogado da companhia observa que a mesma não contém referência expressa à questão que teria de ser submetida ao poder competente e de cuja solução dependeria a manutenção ou não do acordo celebrado em carácter provisório. Deante, porém de ponderações das pessoas presentes, de que todos seriam testemunhas dos termos em que foi celebrado o acordo, o advogado deixou de insistir sobre a sua observação, sendo a ata assinada."*

(*Diário de Pernambuco*, 28/6/1932, pg. 3)

---

acordo entre a CTP e o Sindicato de trabalhadores pondo fim à greve:

"Sr. Diretor-Presidente (do CIFTA):

De ordem do sr. Ministro, solicito os bons officios desse Centro junto à directoria da Companhia de Tecidos Paulista, com sede no Estado de Pernambuco, no sentido de cumprir a alludida companhia os dispositivos constantes do decreto nº21.364 de 4 de maio de 1932, que regula o horário para o trabalho industrial. Saúde e fraternidade.

Director-Geral Expediente"

O CIFTA telegrafa para a CTP em 30 de junho:

"Acabamos de receber seguinte officio Director-Geral Expediente Ministério Trabalho dois pontos (segue-se o texto acima do officio). Transmittido esse officio muito agradeceríamos prezados consócios telegraphassem Centro communicando detalhes solução greve Paulista que consta haver terminado. Saudações. CIFTA."

Além da tentativa frustrada de protelação por parte do seu advogado, a CTP fornece outros indícios de sua atitude de resistência ao cumprimento da lei e da continuidade, após esta derrota temporária, de sua estratégia de desgastar e levar ao desespero os operários, como é o caso da manutenção de seu exclusivo poder decisório quanto aos dias trabalhados por semana admitido na ata de acordo. Embora vencendo formalmente, quanto à sua reivindicação do cumprimento da jornada de 8 horas sem diminuição salarial, a correlação de forças favorável conseguida pelo sindicato operário não chega ao ponto de questionar publicamente e sancionar, em conseqüência, a farsa da alegação de crise comercial nacional que disfarça um *lock-out* parcial, como estratégia anti-sindical dos patrões. Esta vitória parcial no entanto, conseguida após intensa mobilização dos operários, foi por eles devidamente comemorada como uma vitória inicial desta novidade que é a sua perseguida associatividade de classe. O *Diário da Manhã* de 28/6/1932 – que louva nesta edição, em editorial (“A greve de Paulista”), a solução do conflito graças ao “espírito de ordem dos trabalhadores” e à participação do Governo Revolucionário no Estado, cuja “maneira cordeal” contrasta com a intervenção violenta que as autoridades lançavam mão em casos semelhantes no passado – ressalta na notícia que cobre a assinatura do acordo a comemoração coletiva promovida pelos trabalhadores vitoriosos:

*“Depois de firmado o accordo, o presidente do Sindicato dos Operários de Paulista seguiu para a villa onde, deante de 5.000 operários reunidos na praça da Matriz, communicou a solução do dissídio. Os operários manifestaram-se entusiastamente.”*

O grau de organização e mobilização dos operários, demonstrado durante a greve e particularmente nas manifestações públicas dos dias 25 e 27 de junho, assim como sua capacidade de articular apoios externos, sindicais ou das autoridades governamentais, preocupa enormemente a direção da CTP nos meses subsequentes à greve. Esta preocupação é registrada no relatório anual da CTP aos acionistas de 1932, datado de 27 de agosto, e publicado no *Diário do Estado* (diário oficial) de 28 de setembro às vésperas da assembléia geral dos acionistas (30/9), o qual atribui ao “movimento operário” grande parte das causas do “prejuízo elevado” daquele “ano social” (período de 30/6/1931 a 30/6/1932). Colocado ao lado da crise do comércio nacional e da concorrência entre as fábricas têxteis do Nordeste como causas deste prejuízo, o movimento operário, no entanto, é um fator para cujo desfecho é dado particular importância no relatório no sentido de voltar “a empresa a corresponder à expectativa dos seus acionistas”:

*“(...) (o parágrafo anterior lamenta os esforços despendidos pela empresa para organizar um departamento estatístico necessário em decorrência de decretos recentes com “exigências embaraçosas”;*

se do decreto dos "dois terços", criticado em carta da CTP ao CIFTA de 12/10/1931 citada no cap. 2).

De conseqüências ainda mais embaraçosas foram os decretos da sindicalização e outros referentes à classe operária. Não é que deixemos de reconhecer-lhes a necessidade e vantagem decorrentes de uma boa aplicação. Mas a sua prompta obrigatoriedade no país quase que coincidindo, em nosso Estado, com a chegada do Diário Oficial, onde fora publicado, impediu esclarecimentos necessários à boa inteligência desses decretos de modo a facilitar-lhes a execução e tornar acessíveis a todos, principalmente ao operário, os altos fins visados pelo legislador. Disto resultou o que seria de prever: falta de entendimento entre a direção da companhia e o seu operariado, desentendimento que sob a influência de extremistas, alguns até estranhos à empresa, levou o nosso operariado a uma greve que, estamos certos, jamais por impulsos próprios teria sido deliberada.

De sua vez, accentuou-se por esse tempo a crise sempre crescente do comércio nacional, que nos forçou a reduzir temporariamente o horário das nossas fábricas, tanto em Rio Tinto quanto em Paulista, acompanhando assim a quase totalidade das demais fábricas têxteis da nossa região.

(...) os dois factos apontados, o movimento operário e a redução dos dias de trabalho contribuíram para o prejuízo elevado que apresenta o anno ora findo (...) (o terceiro fator contribuindo para o prejuízo é apontado no parágrafo seguinte como conseqüência da forte concorrência entre os "fabricantes têxteis do Norte" que se manifesta nos preços superiores e menores vendas dos panos de qualidade superior da CTP vis a vis de seus concorrentes).

(...) Em situações como esta, todo esforço deve consistir na diminuição, quanto possível, de prejuízos que serão certos. Foram justamente neste sentido os nossos esforços, julgando-nos felizes com um resultado obtido, que nos deixa alimentar a esperança de, com a eliminação de elementos agitadores que ahi estão a actuar no seio do nosso operariado e a normalidade das condições commerciaes do país, a nossa empresa corresponderá a expectativa dos seus accionistas."

Já que a "normalidade das condições commerciaes do país", um fenômeno "macrossocial", independe da vontade e da atuação da CTP, que "esforços" faz ela, no seu domínio próprio, no seu raio próprio de ação para combater o outro fator de distúrbio da difícil conjuntura, isto é, como procede ela em vistas da "eliminação dos elementos agitadores que ahi estão a actuar no seio do nosso operariado"? Em primeiro lugar, ela continua o seu *lock-out* parcial, penalizando o conjunto dos trabalhadores, como que a desmentir na prática a sua pseudo-explicação dos acontecimentos através dos "elementos agitadores", ou de "extremistas estranhos à empresa". Além disso, ela acelera uma prática que já vinha adotando há pouco anos, a saber, o aliciamento direto de famílias de trabalhadores no interior – e que tal aceleração, tanto mais estranha quanto executada numa conjuntura de redução da produção e diminuição dos dias trabalhados por semana, só tem sentido como prática integrante da estratégia política anti-sindical da CTP, como movimento



preparatório à demissão dos operários indesejáveis. No entanto, a própria amplitude deste movimento de aliciamento como que desmente mais uma vez a idéia passada no relatório de 1932, da ação de um punhado de "extremistas": mais uma vez prepara-se aqui uma ação de massa, uma manobra preparatória a uma demissão em massa, desnecessária no caso da demissão de um pequeno número de "agitadores". O aliciamento de novos trabalhadores é seguido, dentro da vila operária, de uma outra prática que aqui pela primeira vez é registrada, a de alocar mais de um grupo familiar a uma só casa — prática esta que tem repercussões consideradas humilhantes pelos trabalhadores, como vimos no caso das "aventuras de Joaquim" (cap. 4), e que será retomada em outras situações de "deficit habitacional" da vila operária, nos anos 40 e 50. É Roberto do Diabo em pessoa que transmite estas informações à imprensa, dias após o término da greve e a assinatura do acordo, denunciando a trégua aparente carregada de preparativos em vista de um desfecho trágico para os trabalhadores.

*"A Situação em Paulista —*

*A situação de Paulista não está infelizmente, resolvida.*

*Ao contrário, agrava-se, dia a dia, com o aparecimento de novos incidentes entre os chefes das grandes fábricas e o seu operariado.*

*(...) (Declarações à reportagem de Roberto Marques, presidente do sindicato dos operários de Paulista:) A situação em Paulista estaria já resolvida com o cumprimento da lei por que nos batemos em forte campanha. Acontece, porém, que os directores das fábricas cada dia tomam as medidas mais compressoras e odiosas, deixando nellas transparecer a franca prevenção em que se acham com o operariado. Procurando perturbar a tranqüilidade dos lares modestos dos operários, os directores das fábricas estão obrigando-os a receber em suas casas, elementos extranhos, homens, mulheres e creanças, que são mandados vir de outros municípios. Semelhante imposição revolta. Mas não fica só nisto; vae mais adeante. Cada operário ou operária tem nos elementos extranhos um aprendiz que se manda pôr junto a faceta, ao banco do fiador, etc. Está aqui bem claro um meio de se inutilizar o actual operariado substituindo-o manhosamente.*

*Todas as pequenas concessões com que a companhia vinha em auxílio do operariado têm sido acintosamente extintas<sup>140</sup>. Deste modo, patenteia-se indisposição sempre crescente dos directores das fábricas de Paulista para com o seu operariado, que não sabe até onde o quer levar o seu destino. (Roberto Marques fala em seguida da ordem e da disciplina com que se mantém o operariado, e finaliza a entrevista ressaltando o apoio das "autoridades revolucionárias", mencionando inclusive a promessa do prefeito de Olinda de um auxílio financeiro ao*

---

<sup>140</sup> O relatório anual da CTP de 1932 vem confirmar esta informação de Roberto do Diabo, a posteriori, ao transmitir secamente aos acionistas, no item "Operários" — onde usualmente há textos sobre o aumento da vila operária, da assistência médica ou da subvenção a atividades esportivas e religiosas — apenas que, "durante o anno, foram pagas ao operariado as férias concedidas pelo decreto federal."



*sindicato para que este o repasse aos operários, reduzidos a três dias de trabalho por semana, para suas despesas de manutenção)."*

À "commemoração entusiástica" dos 5.000 trabalhadores reunidos em praça pública no coração de Paulista, após a assinatura do acordo e a vitória da reivindicação operária das 8 horas de trabalho, seguem-se o esgotamento e a tensão causados tanto pela continuação do *lock-out* parcial da fábrica, quanto pelas novas medidas da *companhia* que prenunciam demissões coletivas. Aqui mais uma vez é acionado o peso da vinculação da fábrica com a moradia, no "sistema fábrica com vila operária", sobre os trabalhadores: além do desconto do aluguel no contracheque de um salário que está reduzido à metade, a CTP vale-se da violência simbólica decorrente da imposição da presença de outra família na casa dos operários como demonstração extremada adicional de sua dominação sobre a própria esfera doméstica dos trabalhadores, no momento mesmo em que ousam associar-se de forma autônoma à fábrica. Por outro lado, o sentimento da preparação de um desfecho trágico do conflito transparece no discurso do presidente do sindicato, que depois de mencionar a perplexidade do seu grupo social, "que não sabe até onde o quer levar o seu destino", afirma mais adiante de forma épica que "havemos de marchar por todos os caminhos a que a fatalidade nos conduzir". Enquanto isso, ainda embalados pela vitória parcial conseguida e pelo grau de organização e mobilização demonstrados durante a campanha pelo cumprimento da lei de 8 horas de trabalho, os operários procuram novas formas de pressão coletivas contra o *lock-out* parcial da fábrica. Esta mobilização coletiva, no entanto, encontra novos obstáculos ocasionados pela conjuntura política, e a simpatia e apoio das autoridades estaduais em relação ao movimento reivindicatório dos operários de Paulista fica suspenso com a deflagração do "movimento constitucionalista" de São Paulo contra o governo central, beneficiando indiretamente a *companhia* ao arrefecer o ímpeto dos operários, mobilizados em recente vitória parcial e ao propiciar um novo período de tempo, onde a estratégia de guerra de desgaste praticada pela CTP pode desenvolver-se, adiado um desfecho que o momento favorecia aos trabalhadores. Assim, uma passeata ao Recife do conjunto dos operários da fábrica, para manifestar-se defronte ao Palácio do Governo, é abortada a meio-caminho de sua longa marcha:

*"Nós estávamos reunidos para ir ao Palácio (do governo estadual, 5 mil homens, no dia 9 de julho de 1932, e nos dirigimos a pé para o Recife, quando na localidade de Fragoso (área limítrofe entre Paulista e Olinda) encontramos o então capitão Nelson de Mello, hoje Marechal, que mandou que nós voltássemos porque tinha rebentado uma revolução constitucionalista em São Paulo, e podia nos espingardear por isso, e mandou que nós voltássemos, e nós voltamos. Cinco horas da manhã, 5 mil homens, que iam pra frente do Palácio. A pé. Não tinha condução, nem trem, nem ônibus, a gente fazia tudo a pé."*

*(ex-sindicalista, dirigente do 2º sindicato, que participou como associado das atividades do 1º sindicato)*

As indicações documentais e de notícias de jornais silenciam sobre a “situação em Paulista” – o *Diário da Manhã*, governamental, por sinal, silencia definitivamente sobre o assunto desde a notícia do dia 3 de julho de 1932 não voltando a tocar no tema subseqüentemente – até o início de outubro, quando surgem abruptamente para relatar o desfecho deste conflito coletivo entre operários e patrões cuja fase mais aguda perdura desde os 5 meses anteriores. Mais uma vez, um telegrama e uma carta da CTP ao CIFTA, pedindo sua interferência junto ao Ministério do Trabalho, são esclarecedores. O telegrama, datado de 6 de outubro de 1932, dá um primeiro relato dos últimos acontecimentos em Paulista:

*“Syndicato operário Paulista composto minoria operários já de muito vem creando sérios embaraços funcionamento regular fábrica. Ultimamente porém scisão operários sentido construir outro sindicato efetivamente constituído determinou da parte presidente e vários membros aquelle outro sindicato actos hostilidade depredando sede novo sindicato bem como barracão fábrica destinado depósito artigos feira invadindo residencia técnicos estrangeiros e estragando alguns objetos alli encontrados. Não obstante garantias offerecidas governo sentimos impossibilidade absoluta continuação serviços cujo resultado na situação critica que atravessamos depende harmonia operários patrão resolvemos fechar fábrica. Pedimos comunicar nossa resolução ministro.”*

O que teria acontecido em Paulista, entre julho e outubro, para que irrompessem “actos de hostilidade e depredação” da parte de operários que primaram, segundo os relatos dos jornais *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã*, pela “ordem e disciplina” desde o movimento grevista de junho, atraindo a simpatia destes jornais e das autoridades governamentais? Que efeitos diferenciais provocam as manifestações públicas dos operários de Paulista de junho e de outubro sobre o “campo” mediador dos jornais e dos jornalistas influenciando a força das partes no conflito, a “opinião pública” e o governo (cf. Champagne, 1984, que ressalta os efeitos das manifestações sobre o “campo do jornalismo” na situação diversa de Paris 1984, onde o peso de “opinião pública” e dos jornais é, no entanto, outro de Pernambuco 1932)? Além da continuação do *lock-out* parcial da fábrica, cuja longa duração – desgastando os trabalhadores e suas famílias reduzidos a menos da metade de seus salários normais e descontados de despesas fixas, tais como o aluguel da casa da vila operária – já passa a ser utilizada como elemento de negociação ao ser prometida, e efetivada experimentalmente por período limitado, a utilização plena dos horários habituais de trabalho; além da atemorização dos operários através da incorporação forçada de famílias aliciadas do *interior* tanto a algumas das casas da vila operária já ocupadas por famílias de trabalhadores antigos, quanto ao aprendizado no local de trabalho, onde os mestres são os prováveis futuros demitidos e os aprendizes seus substitutos; aparece uma nova ameaça ao movimento dos operários de

Paulista: a criação de um sindicato concorrente e seu pedido de reconhecimento ao Ministério do Trabalho com o apoio informal da fábrica. Aqui um aspecto do decreto 19.770, que trata da sindicalização, decreto tão prezado pelo Sindicato dos Operários de Paulista, assim como pelos novos sindicatos, criados após a sua promulgação e coordenados pela Federação Regional das Classes Trabalhadoras, a saber, a exigência de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, inexistente na lei sindical anterior de 1907, vem pôr a perder todo o trabalho sindical feito em poucos meses e com tanto empenho e respaldo no grupo social que representa, pelo sindicato dos operários de Paulista<sup>141</sup>. A defesa deste novo sindicato é feita pela CTP em carta ao CIFTA de 11 de outubro de 1932, onde ela dá a sua versão dos acontecimentos em complemento ao telegrama anteriormente enviado. Nesta versão, é mencionado o evento nacional desencadeador imediato dos acontecimentos locais, a vitória das forças militares do governo central contra as do movimento revolucionário constitucionalista de São Paulo, como que impulsionando um desabafo do movimento operário represado e golpeado de forma cotidiana pelo poder econômico e político da fábrica, durante este período de contenção política dos conflitos sociais localizados.

*"(...) No seio do nosso operariado ou, pelo menos de sua grande maioria, surgiu a idéia da organização de um novo sindicato que, melhor que o já constituído, exprimissem a vontade do mesmo operariado, não satisfeito com a atitude de franco e permanente hostilidade com a direcção da fábrica, que se reservara o sindicato anterior. Levada a effeito esta idéia, e organizada e directoria do novo sindicato, o anterior sentiu fugir-lhe aos pés o prestigio que se arrogava, e entrou a praticar desordens. Assim foi que, ao chegar a noticia da dominação do movimento revolucionário do Sul do paiz, improvisou-se uma passeata, e vários membros do mesmo sindicato, tendo à frente o seu presidente, Roberto Marques, aproveitaram-se do momento para atos de violência, invadindo e depredando a sede do novo sindicato, bem como um barracão de nossa propriedade, cujas instalações ficaram damnificadas. Entre parênteses, dizemos que dito barracão se destina a depósito de artigos da feira local, onde são os mesmos vendidos a preços vantajosos ao próprio operariado. Em seguida, foram os operários amotinados às residências dos nossos técnicos estrangeiros, ameaçando-os e estragando alguns objetos. Além disso, diversas outras pessoas, amigavelmente ligadas à companhia, foram insultadas e ameaçadas. Tomamos, imediatamente, as necessárias providências junto à policia, e conseguimos um pronto*

---

<sup>141</sup> "Art. 2º: Constituidos os syndicatos, de accôrdo com o art. 1º, exige-se ainda, para serem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e adquirirem, assim, personalidade jurídica, tenham approvados pelo Ministério os seus estatutos, acompanhados de cópia authênica da acta de profissão, idade, estado civil, nacionalidade, residência e logares ou empresas onde exercerem a sua actividade profissional."

(dec. 19.770, de 19/3/1931, in Niemeyer, 1933 pg. 106/107)

auxílio, no sentido de um reforço suficiente para logo dominar os elementos agitados.

Dada essa situação que, aliás, não surgia isolada, mas em continuação de outra que já vinha desde a constituição do sindicato anterior, tomamos o alvitre de suspender os nossos trabalhos. Nenhum outro se nos deparara. As providências ou garantias do Estado não bastavam para evitar os prejuízos que nos advinham da continuação dos serviços das fábricas, diante de uma desarmonia constante e sem fim dos elementos que compunham esse sindicato, que se arvorara em mentor do operariado.

Felizmente, parece que a situação se encaminha para uma solução amistosa, com a intervenção do Governo do Estado, no sentido da harmonia que tanto desejamos. A fórmula lembrada pelo Interventor, e já posta em execução – da renúncia da diretoria anterior e constituição de uma nova, composta de elementos moderados – foi por nós aceita, e retomaremos amanhã, talvez, os nossos trabalhos.”

Em pouco mais de uma semana, após a ruidosa comemoração pelos operários, ao anúncio da vitória das forças federais sobre o “movimento constitucionalista” de São Paulo, no dia 3 de outubro, dá-se o desfecho do conflito dos operários com a *companhia* – um desfecho, na parte que toca ao descontrolo da manifestação operária no dia da vitória das forças federais em São Paulo, à la “Germinal” (cf. Zola, 1980) –, resultando na “intervenção branca” no sindicato dos operários de Paulista e, portanto, na vitória da CTP sobre o sindicato numa disputa que remonta desde o final de 1930. Tal desfecho, que se desenrola em poucos dias, parece, no entanto, ligado a acontecimentos do período de pouca visibilidade pública externa que corresponde aos meses de julho a setembro, coincidentes por sinal com a existência do combate ao “movimento constitucionalista” de São Paulo. Pela carta da CTP ao CIFTA pode-se depreender que os acontecimentos ocorridos no período de “silêncio” dos meses anteriores tem a ver com a constituição de um segundo sindicato de trabalhadores, o qual, “não satisfeito com a atitude de franca e permanente hostilidade com a direção da fábrica”, tinha a simpatia declarada da *companhia*. Esta mesma simpatia é contida dentro de certos limites, nas aparências da carta ao CIFTA, e para dissimulá-la, também por simpatia, o texto da carta elude o fato de que a CTP cedeu parte das instalações do *barracão*, posteriormente depredado pela multidão, para o funcionamento da sede provisória do novo sindicato, mesmo sob o risco de levar o leitor a pensar numa revolta também contra a espoliação tradicional inerente ao *truck-system*, ao *barracão* usual na área canavieira (*engenhos e usinas*) e em algumas fábricas. Ela é obrigada, por isto, a submeter-se a um defensivo parênteses explicativo, na carta, de que o *barracão* “destina-se ao depósito de artigos da feira local” e que, portanto, ele não contradiz aquilo de que se orgulha a CTP, de ter abolido o *barracão* e instituído a sua feira a preços administrados, desde a década de 10 deste século (cf. Góes, 1964, pg. 107, trecho já citado no capítulo 3 sobre o

"mito de origem" patronal da feira da CTP). Mesmo assim pode ficar registrada a desconfiança, nesses leitores industriais cariocas, periodicamente adversários da CTP, quando se agudiza o conflito intraburguês da concorrência na indústria têxtil nacional; pois, porque seria o *barracão*, se apenas depósito de cereais para a feira, um dos alvos da irritação violenta dos operários? Só o recurso a outras fontes, a saber, a cobertura jornalística do *Diário de Pernambuco* ao episódio, pode nos esclarecer o porquê deste ocultamento das razões da depredação ao *barracão*. Interessados em caracterizar o aspecto destrutivo do motim supostamente dirigido pelos sindicalistas aproveitando-se do desenrolar de uma passeata "improvisada", também não fica claro na carta da CTP o encadeamento dos acontecimentos a partir da "notícia da dominação do movimento revolucionário no Sul do país". O que fica claro na carta é a satisfação da CTP com o desfecho dado pelo Interventor Estadual ao conflito, que significa de fato, pôr fim à atuação do sindicato, objetivo maior da *companhia* desde 1931.

As declarações do delegado de polícia local ao *Diário de Pernambuco* de 7/10/1932 sobre os acontecimentos do dia 3 de outubro fornecendo mais detalhes sobre o seu desenrolar, mostram como o anúncio da vitória das forças federais em São Paulo parece ter sido objeto de uma apropriação diferenciada entre patrões e operários, que talvez explique o desencadeamento de uma emulação entre eles, assumida e levada adiante pelos operários, tanto mais quanto sofreram nos últimos meses a pressão patronal cotidiana sem possibilidades de uma reação coletiva.

*"(...) No dia 3 do corrente, logo após a chegada da notícia do término da luta em São Paulo, a directoria da companhia ordenou a suspensão dos trabalhos, tendo sido a população avisada do grande acontecimento pelas sirenas das fábricas e por uma salva de foguetões. Foi então indescritível a alegria de todos, tendo o Sindicato dos Operários de Paulista logo organizado uma passeata, à qual se incorporaram numerosos operários e diversos outros habitantes da villa. Ao passar o préstito pela sede do novo syndicato, aqui recentemente fundado, elementos pertencentes à associação organizadora da passeata, juntamente com elementos populares, alli penetraram tudo depredando. No momento, encontravam-se alli dois alemães que ensacavam castanhas, tendo se retirado apressadamente com receio de serem massacrados. Entre os objectos destruídos, posso enumerar os seguintes: uma mesa, duas prateleiras, lâmpadas elétricas e um estrado. Também, foi retirada pelos assaltantes uma bandeira nacional, que se achava alli hasteada. Informado das ocorrências, dirigi-me para o local, procurando serenar os ânimos. A este tempo, também chegava alli o sr. Reginaldo Toledo, Delegado de Polícia de Olinda, em companhia de dois investigadores, os quais me auxiliaram de maneira efficiente a restabelecer a ordem. Às 18 horas, voltou a reinar a calma na villa. O sr. Secretário de Segurança Pública, tendo ciência dos fatos, enviou na mesma noite para aqui um reforço composto de 15 praças, que ainda permanece neste povoado. (Interrogado sobre o fechamento das fábricas, o delegado responde:) -*

*Nada posso esclarecer porquanto se trata de uma medida de ordem privada que não me é dado o direito de apurar."*

*(Diário de Pernambuco, 7/10/1932)*

Se é uma constante dos grandes movimentos revolucionários, o fato de que cada nova revolução toma emprestado de revoluções passadas suas palavras de ordem, seus nomes, suas efemérides, suas roupagens e sua linguagem (cf. Marx, 1968, pg. 95, "18 Brumário") e, mais ainda, tende a reiniciar o seu movimento a partir do ponto em que ele foi deixado no desenlace do surto revolucionário anterior, mesmo que seja para tirar as lições de uma série de derrotas (cf. Marx, 1974, pg. 37, "As lutas de classe na França"), com mais razão um movimento reivindicatório localizado, interrompido pelas circunstâncias políticas nacionais, durante apenas três meses, com seus fatores todos ainda preservados, irá reacender-se à fagulha da comemoração da uma vitória de forças políticas, que participaram da "Revolução de 30" e consolidam seu poder – "Revolução" esta associada à possibilidade de expressão do movimento associativo dos operários de Paulista. Se a *companhia*, formalmente sensível a todos os governos, procura apagar as rivalidades políticas do período pré-revolucionário e revolucionário sintonizando-se com as efemérides e a linguagem de tempos novos que não são tão novos, decretando feriado e procurando promover a festa em homenagem ao governo – através da linguagem ruidosa com que se dirige aos seu produtores diretos, esses semi-surdos dos ruídos do interior da fábrica: as sirenes, os foguetões –, isto é mais um motivo para que o sindicato procure apropriar-se da festa à sua maneira, marcando o conflito que vem vivendo há meses com a fábrica, e procurando demonstrar a ligação entre a notícia da vitória da consolidação do poder oriundo da "Revolução de 30" e a sua tendência social e de regulamentação "trabalhista". Parece não ser por acaso que a "multidão" tenha retirado a bandeira nacional do mastro existente na precária sede do novo sindicato concedida pela CTP – mas a cuja improvisação não faltam nem bandeira nem mastro – nem que a "turba" tenha feito ameaças a chefes estrangeiros diante dos seus *chalets*. Na justificativa, já defensiva, da invasão à sede do outro sindicato e das ameaças da "multidão" aos chefes estrangeiros, Roberto Marques dá a sua versão dos acontecimentos, denotando o clima de tensão, desconfiança e divisão interna que atinge aos próprios operários depois de meses de *lock-out* parcial e pressões da *companhia*.

*"Houve, ultimamente, em Paulista um ligeiro incidente, produto da exaltação da massa proletária, quando da vitória das forças federais em São Paulo. Ao chegar a notícia aqui desse importante acontecimento, Paulista viveu um dos seus maiores dias. Os operários em massa com os demais habitantes saíram pelas ruas dessa populosa villa em passeata. Ao passar o préstito cívico em frente a um depósito de cereais da companhia, hoje transformado em sede de um novo sindicato*



recentemente organizado por elementos ligados ao patrão, uma pequena parte da grande massa invadiu a referida casa, que estava aberta, destruindo uma mesa e uma velha prateleira que ali se encontravam e rasgando algumas sacas de castanha que estavam armazenadas. Essa atitude do operariado é absolutamente justificada, pois, elementos da nova organização dias antes da vitória do Governo viviam a dirigir-lhe pilhérias grosseiras. Na véspera da vitória das forças ditatoriais, os operários sindicalizados, num total de 5.000, dirigiram um telegrama ao sr. Intevntor Federal, protestando contra a fundação do novo syndicato, que não representava o operariado. Em resposta, depois da passeata, recebia a nossa directoria o seguinte telegrama:

*'Recife, 3 - Roberto Marques - Acusando recebimento vosso telegrama sobre organização outro syndicato operariado Paulista communico-vos que ignorava assumpto, sendo assim destituido qualquer fundamento informação de que estou prestigiando essa nova organização. Saudações. Interventor Lima Cavalcanti.'*

*Convém esclarecer que por ocasião do assalto, ali compareci auxiliando os soldados a dispersar o grupo. Houve também, de parte dos operários, em frente à casa de elementos reaccionários, manifestações de hostilidade que não tiveram consequências a lamentar. (...) A pedido do delegado Toledo de Olinda, também dirigi ligeiras palavras ao operariado, tendo porém notificado que o operariado não era desordeiro, que havia tido aquella attitude devido ao entusiasmo que o empolgara. Afirmei ainda que o operariado de Paulista tem todo interesse em manter a ordem, a fim de não trazer embaraços ao Governo do sr. Lima Cavalcanti, a quem dedicam viva simpatia. Quero, ao terminar, afirmar ao Diário de Pernambuco que o 'Núcleo é constituído apenas por 106 pessoas e não por 647 como saiu na imprensa.'*

O "Núcleo" referido, isto é o novo sindicato, parece indicar, já na sua própria denominação - "Núcleo sindical de operários e empregados de Paulista" - o peso quanto à sua iniciativa, de chefes administrativos, escriturários e operários situados em escalões de mando (como por exemplo, contramestres e mestres). Segundo os relatos de funcionários da CTP, vinculados à fundação do novo sindicato entrevistados pelo *Diário de Pernambuco*, e dando maiores detalhes sobre o surgimento deste "núcleo sindical", as divergências, que chegam num segundo momento a manifestar-se no interior mesmo da estrutura de delegados sindicais junto à diretoria, desencadearam-se a partir da iniciativa de funcionário não vinculado ao sindicato de apelar para a interferência patronal quanto à volta aos 6 dias de trabalhos semanais. Depois de vários meses de *lock-out* parcial, são criadas condições de possibilidade para que a idéia do apelo ao patrão em carne e osso, o Coronel Frederico Lundgren, por parte de seus trabalhadores, possa ganhar terreno entre uma parcela minoritária de operários. Em junho, a interferência pessoal do Coronel foi utilizada pela *companhia* na contraproposta patronal de admitir pagar um pequeno adicional para as horas que se transformaram em "extraordinárias" por feitiço do decreto das 8 horas



de trabalho, sem ter, no entanto, sucesso. Em setembro, três meses após uma vitória que não se traduz em ganhos materiais para os operários, mas na continuação das aflições causadas por um *lock-out* parcial impune, as condições para que reviva o apelo personalizado tradicional ao patrão a fim de que volte a resolver como “magistrado” soberano a questão do “direito ao trabalho” dos trabalhadores outrora invocado pela CTP, respaldada em Turgot, contra as pressões dos industriais do Sul pela limitação do horário de trabalho das fábricas têxteis<sup>142</sup>. Encampada a iniciativa pelo delegado sindical Ramiro Ramos de Lima, antigo funcionário dos escritórios, este leva a idéia à diretoria onde é derrotada e acusada de “patronal”, afastando-se este delegado do seu mandato e se vinculando, em seguida, à comissão organizadora do outro sindicato<sup>143</sup>. Para evitar a ação junto ao governo estadual do sr. Roberto Marques, até então com bom trânsito em alguns setores do executivo local, uma comissão do “núcleo” consulta o secretário de segurança estadual sobre a receptividade da iniciativa do novo sindicato e por ele é estimulada a prosseguir oferecendo garantias. Finalmente, no dia 1º de outubro, foi fundado o “Núcleo Sindical de Operários e Empregados de Paulista”, segundo seus organizadores, “por 647 operários” (não ficando claro se este número de operários estava presente à reunião ou apenas consta em lista de assinaturas), indo dois dias depois – no mesmo fatídico dia 3 de outubro – uma comissão ao Recife entregar às autoridades estaduais a documentação pertinente à fundação do novo sindicato. Também, segundo o relato de fundadores do “núcleo”, as listas de assinaturas de operários pedindo a interferência do Coronel Frederico na volta ao trabalho nos seis dias da semana conteriam 3.000 assinaturas de operários, e isto precedido por indicações concretas da parte da CTP da viabilidade da volta ao trabalho

---

142 “Em fins de setembro, por iniciativa do sr. Fabio Barbosa, funcionário dos escritórios da CTP, foram organizadas listas de assinaturas, a fim de pleitear-se a vinda a Pernambuco do sr. Frederico Lundgren, para acertar em definitivo a situação do seu operariado.” (declarações de Francisco Santiago, funcionário da CTP, um dos organizadores do “núcleo sindical”, *Diário de Pernambuco*, 7/10/1932).

“No mês de setembro último, um grupo de operários sindicalizados resolveu organizar uma lista de assinaturas de operários a fim de obter do sr. Frederico Lundgren presentemente na Europa, a sua vinda ao Recife, a fim de parlamentar com o seu operariado, estabelecendo a volta do serviço cotidiano na fábrica, e não apenas de três dias, como se está fazendo presentemente.”

(declarações de Ramiro Ramos de Lima, funcionário do escritório da CTP ao *Diário de Pernambuco* de 7/10/1932)

143 “O nosso ‘sindicato’ (refere-se ao Sindicato dos Operários de Paulista), embora creado com tão alevantados desígnios, não tem até hoje conquistado vantagens para o operariado, pois a preocupação dos seus dirigentes não tem sido senão de estabelecer desharmonia constante entre a empresa e o operariado.”

(declarações de Ramiro Ramos ao *Diário de Pernambuco*, em 7/10/1932)

cotidiano nas condições de "harmonia" na forma da regência magistral tradicional das relações sociais orquestradas pela *companhia*: "antes de ser enviado o telegrama ao sr. Lundgren, o superintendente por deliberação própria concedera aos operários três semanas seguidas com cinco dias de trabalho" (*Diário de Pernambuco*, 7/10/1932). E para completar esses incentivos internos à "harmonia" entre patrões e operários, esse "ensaio de orquestra" que não passa de um "réquiem" ao sindicato, externamente faz-se sentir as pressões sobre o governo estadual do conjunto da classe dominante local<sup>144</sup>. Deve-se assinalar aqui, no entanto, apesar de todas as evidências de incentivo e favorecimento ao "núcleo sindical" paralelo planejados pela direção da fábrica, que os motivos que atraem muitos operários e empregados para o lado deste 2º sindicato têm raízes ponderáveis na própria dominação incorporada do "sistema Paulista", tanto na sua garantia das condições materiais de existência dos trabalhadores, tais como o "trabalho para todos", quanto na sua face política cotidiana representada pela personalização e teatralização patronais e no costume social do apelo personalizado à mediação patronal (cf. as aventuras de Severino no cap. 2). Essas marcas da dominação incorporada não se apagam tão facilmente diante de um surto de associatividade sindical inédita mas sem tempo-na impossibilidade conjuntural de obter vitórias duráveis-nem enraizamento social para consolidar sua

---

<sup>144</sup> No dia 8 de outubro de 1932, o *Diário de Pernambuco*, em editorial, vê na evolução dos acontecimentos em Paulista a comprovação de suas teses defendidas nos editoriais de janeiro de 1931, a respeito das investigações governamentais sobre a milícia privada de Paulista, e volta a criticar a atuação do governo estadual nas "relações trabalhistas":

"(O caso do fechamento das fábricas de Paulista comprova a falta das garantias, por parte dos poderes públicos, necessárias aos capitais que aqui fomentam a riqueza pública.) No caso de Paulista, o que vimos, desde o advento do poder revolucionário, foi uma intervenção ostensiva do poder público, o que, em última instância, deu um resultado: desmoralizar as empresas allí existentes. Pode-se dizer que data daí um período de agitação que culmina com o fato gravíssimo da paralisação pura e simples das fábricas, deixando destarte à mingua de qualquer recurso milhares de pessoas. As diligências policiais espectaculosas, a apreensão de armas, exclusivamente destinadas à defesa e vigilância, a manifesta má-vontade de certas autoridades, o estímulo mesmo à rebelião de elementos ostensivamente contrários à empresa, tudo isso provocou tamanho mal-estar que mais cedo ou mais tarde, teria que chegar ao estado de hoje. A verdade é que estamos com um grande núcleo industrial paralizado, graças a uma orientação política pouco acertada e que, infelizmente, não atinge apenas aquele centro de trabalho. (...) Na indústria do açúcar, os desgostos não são menores, havendo o Governo provocado uma situação, que talvez acarrete para o Estado, futuramente, pesados sacrifícios. (...) O que acaba de se dar em Paulista encerra (...) uma advertência severa a quem quer que pretenda empregar capitais em Pernambuco. Ninguém há de querer futuramente trazer para aqui o seu dinheiro, quando se vê a paralisação de indústrias, dantes tão prósperas e fecundas, precisamente pela formação de um ambiente pouco propício para que por um curioso paradoxo, o próprio Governo tem concorrido."

hegemonia entre os operários, particularmente na situação de forte pressão provocada pelo poder da CTP sobre todos os operários.

Enquanto o *lock-out*, agora completo, da Fábrica Paulista mobiliza febrilmente os dirigentes e militantes das duas facções sindicais, a direção da CTP e autoridades estaduais, a tensão contida e o sofrimento dos trabalhadores – após meses de salários rebaixados que voltou a ser represada, após sua externalização coletiva na passeata e na explosão da “multidão” do dia 3 de outubro – aparenta uma tranqüilidade que contrasta com o envio de reforço policial de “15 praças” no dia 3, aumentado posteriormente, no dia 11, próximo ao desfecho do conflito, para mais “50 praças”. Os repórteres do *Diário de Pernambuco* anotam, em notícias em dias sucessivos, aspectos desta calma e desta volta a uma tranqüilidade habitual dos trabalhadores diante da violência “limpa”, administrativa e institucionalizada, que contrastam fortemente tanto com os motivos alegados para o fechamento da fábrica, quanto com os reforços policiais. Passada a surpresa e o “alvorço” com que os operários leram, ao encaminharem-se tranqüilamente ao trabalho como o fazem habitualmente, o aviso da CTP afixado nos portões das fábricas<sup>145</sup>, os dias subseqüentes estão carregados de uma calma densa de expectativa e tensão, calma que contrasta com as medidas tomadas pela *companhia* e pela polícia.

*“Chegamos àquella populosa villa do município de Olinda às 13 horas. A primeira impressão que tivemos foi que era dia feriado. Logo no pátio principal, em frente à sede do Sindicato dos Operários, via-se um grande ajuntamento de proletários, em redor de três ou quatro violeiros, que tiravam acordes dos seus pinhos. No interior, viam-se bandeirolas e folhas de canella a denunciar que seria realizada allí alguma festividade. As fábricas estavam fechadas. O pátio da feira deserto, vendo-se em algumas barracas pequenos negociantes a aguardarem, pacientemente, os seus reduzidos fregueses.”*

(Diário de Pernambuco, 7/10/1932)

O fechamento da fábrica, o impasse e a exaustão dos operários, enfraquecidos por uma divisão interna estimulada pela *companhia* e pelas

---

<sup>145</sup> O aviso da CTP, insistindo em sua concepção de “harmonia”, traz implícito no seu final, pela via indireta da forma negativa, a ameaça do corte completo às condições materiais de existência mais imediatas dos operários, todas essas condições monopolizadas pela *companhia*:

“Em conseqüência da desarmonia, infelizmente declarada entre elementos do operariado desta companhia e a mesma, vimo-nos forçados, embora muito contra a nossa vontade, de conservar paradas as fábricas de Paulista, por tempo indeterminado. Não será atingido, nesta medida, o fornecimento d’água ao público desta villa. (a famosa água da levada que abastece os chafarizes nas ruas da vila operária). A Directoria” (os grifos são meus, JSLL)

(Diário de Pernambuco, 6/10/1932)

consequências de uma concepção dominante do que seja a violência – vista como ilegítima no caso do “motim” que resultou em algumas cadeiras quebradas da sede do “sindicato da casa”, mas nem pertencente ao campo de visão do que seja violência, no caso de um *lock-out* completo –, as pressões da classe dominante reunida fazem o governo estadual praticar uma reviravolta em sua orientação quanto às questões “trabalhistas” locais, e propor a resolução do conflito favorecendo o patronato e intervindo no sindicato. O *Diário de Pernambuco* de 11/10/1932, informa sobre o estado adiantado das “negociações”, agora não entre representantes da CTP e a diretoria do sindicato operário, mediados por autoridades estaduais como durante as greves de junho, mas entre o Interventor Federal e o superintendente da CTP. Para assegurar a reabertura das fábricas são deslocados “50 praças” de polícia para Paulista como parte das garantias asseguradas pelo governo à CTP, “reservando-se a empresa o direito de afastar dos serviços de suas fábricas elementos tidos como indesejáveis”. Neste mesmo dia 11, a CTP escreve, já tranqüilizada quanto ao desfecho do conflito, ao CIFTA, descrevendo os acontecimentos dos últimos dias, alertando preventivamente a associação dos industriais do Rio para que possa defendê-la diante de qualquer seqüela desta briga por parte do Ministério do Trabalho. No dia 12 de outubro, o *Diário de Pernambuco* já noticia os ajustes finais entre a Interventoria Federal e a CTP, que implicam numa intervenção branca no sindicato operário, prefigurando, ao nível estadual, as freqüentes intervenções ministeriais nos sindicatos que teriam, em seguida, vida longa desde a vaga intervencionista de 1935 até os dias de hoje. A notícia já é amplamente favorável à CTP e implicitamente condena o sindicato operário, invertendo a atitude da imprensa, quando da greve de junho. O *Diário da Manhã* não dá notícia alguma sobre esses importantes acontecimentos.

*“A Reabertura Hoje das Fábricas de Tecidos Paulista*

*A dissolução dos sindicatos operários e a fundação de uma nova organização de defesa dos trabalhadores daquela empresa.*

*Folgamos registrar que a villa de Paulista (...) volta hoje à sua vida normal, com a reabertura das fábricas da poderosa (sic) empresa ‘companhia de Tecidos Paulista’ que alli mantém um dos mais importantes empórios industriais do Estado. Essa nova deliberação tomada pela direcção da companhia é resultante de uma série de providências acertadas entre a gerencia da empresa e o seu operariado, providências essas a que não foi estranha a Interventoria Federal. Sabemos que teria agido como mediador da pendência o sr. Tenente Dr. Humberto Moura, administrador das Docas de Pernambuco, na qualidade de delegado do Governo do Estado.*

*Por inspiração de S.S. foram dissolvidas as duas organizações proletárias alli existentes: ‘Sindicato Operário de Paulista’ e ‘Núcleo Sindical dos Operários e Empregados de Paulista’, constituindo-se um novo sindicato, composto de elementos das duas organizações extintas. Para dirigir provisoriamente o novo sindicato foi organizada uma junta administrativa, composta do Tenente Dr. Humberto Moura*

como presidente e operários Pais de Andrade e José Gomes. Esses dois proletários, eleitos para a junta, foram escolhidos entre as figuras de mais moderação das duas associações dissolvidas. O novo núcleo operário organizado sob orientação mais inteligente, procurará, ao que soubemos, sem prejuízo para as justas aspirações da classe que representa, estabelecer uma aproximação entre o operário e a gerência da empresa, no sentido de que possam ser regularizados os serviços, que há quase dois anos vem sofrendo constantes e lamentáveis perturbações. A junta administrativa da nova organização atuará ali até que, restabelecidas por completo a hierarquia e disciplina imprescindíveis em todos os núcleos de trabalho, possa ser livremente eleita pelo operariado sindicalizado a sua directoria efetiva.

Ainda nos chegou ao conhecimento que teria sido reservado aos dirigentes das fábricas de Paulista a liberdade de dispensar dos seus serviços elementos que, sob o falso pretexto de defender o operariado, implantaram naquele núcleo industrial a indisciplina e, como conseqüência disto, a falta de eficiência na produção."

(Diário de Pernambuco, 12/10/1932)

Embora na edição do dia seguinte do Diário de Pernambuco o sr. Eisebeck, Superintendente da CTP, apresse-se em desmentir a notícia da cogitação, por parte da *companhia*, aceita e legitimada pelo governo estadual, de demissões em massa dos operários sindicalizados – e a ocorrência dessas demissões não é mais noticiada na imprensa, como se pertencessem às prerrogativas privadas inerentes por natureza ao “laboratório secreto da produção” – tais demissões são uma marca importante na memória social dos operários de Paulista. Já vimos, anteriormente, no parágrafo do texto deste capítulo que remete para a nota 126, como os trabalhadores associam esse episódio das demissões em massa que se seguiram às greves e manifestações de massa de junho a outubro de 1932 ao início da política sistemática de aliciamento de força de trabalho no *interior* por parte da CTP<sup>146</sup>. Reforçando o aspecto político do recrutamento de uma mão-de-obra dócil, a ser moldada no impacto com o novo mundo da fábrica, esse mito de origem da política de aliciamento de trabalhadores por parte da *companhia* e do próprio trabalhador “modelar” da vila operária, transmitido de geração a geração entre os operários de Paulista, deixa também suas marcas na história de vida de membros de muitas famílias de trabalhadores, que permaneceram na fábrica até a aposentadoria, e contam a história dos que saíram no meio do

---

<sup>146</sup> “(...) Depois dessa greve, saiu quase tudo. Quase tudo. Olha, foi gente demitida aqui às pampas. Foi da vez que ela mandou pro interior buscar família pra botar aqui. Foi de 32 até 36, mais ou menos, que houve esse movimento (de aliciamento) aqui. Quer dizer, muito tempo.

– Antes de 32, não mandava buscar gente no interior, não?

– Não, que havia por aqui. Olhe, pera aí, antes de 32, mandava! Mas era muito resumido.”

(ex-motorista)

caminho como um fato relevante de sua própria família<sup>147</sup>. Quanto a Roberto do Diabo, é dito entre os operários de Paulista que foi “banido” de Paulista, o governo estadual tendo lhe alocado a um emprego público no Recife como compensação, e dele não se ouve mais falar na história de Paulista (também os dados documentais subseqüentes não mais mencionam Roberto Marques) – a não ser a sua permanência na história incorporada deste grupo social como símbolo da defesa dos direitos dos trabalhadores e como inimigo corporificado da CTP e de sua incompatibilidade com a associatividade sindical dos seus trabalhadores.

A esta “hecatombe” do lado dos trabalhadores corresponde a volta à “harmonia” desejada pela *companhia* em seu território: dos hipócritas lenços vermelhos, tingidos por sobre o amarelo e distribuídos às pressas entre a população de Paulista pela CTP, quando confirmada a vitória local da Revolução de Outubro de 1930 (cf. nota 133 neste capítulo), desapareceram os lenços e permanece o vermelho – mas o vermelho foi deslocado para as *letras vermelhas* nas fichas dos trabalhadores demitidos e marcados para toda a vida (cf. nota 147). Por outro lado, a volta à “harmonia” faz desaparecer, como que por encanto, o motivo alegado, da crise comercial nacional, para o *lock-out* parcial sob o qual trabalhava a fábrica há mais de quatro meses: o relatório anual da CTP de 1933 trai retrospectivamente a argumentação da “crise econômica” ao admitir a volta imediata aos 6 dias de trabalho, após a intervenção no sindicato operário.

*“Fabricação – Relatamos no nosso relatório do ano passado as desinteligências entre a direção da companhia e o seu operariado e, infelizmente, continuaram essas desinteligências até ao fim de Setembro de 1932, chegando a um tal ponto que a fábrica em Paulista foi fechada; porém devido aos esforços de ambas as partes realizou-se no princípio de Outubro uma reconciliação completa e desde daquela data trabalhamos em completa harmonia. Graças a esta harmonia e aos esforços da Diretoria a companhia pode voltar ao regime de seis dias de trabalho que dá plena satisfação não só ao operariado, como também à companhia, sempre zelosa pelo bem estar dos seus operários.”*

Em reconhecimento a esta harmônica “reconciliação completa”, a *companhia* libera as habituais concessões anexas à moradia, a assistência

---

<sup>147</sup> “(...) Aí os operários, tudo com raiva, largaram de duas horas (da tarde), e aí chegaram no (novo) sindicato, e quebraram cadeira, quebraram porta, foi aquela zoad. No outro dia, meu tio que trabalhava na fábrica, já estava marcado. Só que o nome dele ficou escrito, e não foi só ele não, foi muita gente. Marcaram ele com letra vermelha, na ficha dele, e letra vermelha não arranja mais emprego. Porque num canto assim, numa fábrica assim, não falta gente pra olhar e depois apontar, né? Foi muita gente que pegou a letra vermelha da companhia. Pois meu tio nunca mais voltou pra trabalhar aí. E como ele, foram muitos e muitos.”

(ex-operário das caldeiras e sua esposa, ex-tecelã)



médica e as subvenções a associações locais, que foram cortadas no período 1931/1932. Ao lacônico item “operários” do relatório de 1932, onde habitualmente são listados os “benefícios sociais” concedidos pela empresa – “Durante o ano, foram pagas ao operariado as férias concedidas pelo decreto federal” –, segue-se um novo item “operários” no relatório de 1933 que corresponde ao conteúdo da maioria dos relatórios anuais<sup>148</sup>.

Quanto ao sindicato dos operários de Paulista, após a intervenção praticada pelo governo estadual, não há mais indícios de sua atuação através da imprensa, a não ser o registro do seu apoio, dentre o de outros sindicatos, à candidatura daquele que foi o seu presidente-interventor em outubro de 1932, o tenente Humberto Moura, para as eleições para a Constituinte Estadual em maio de 1933<sup>149</sup>. As notícias sobre Paulista, publicadas no efêmero primeiro período, de junho a novembro de 1935 do jornal *Folha do Povo*, então próximo à Aliança Nacional Libertadora (ANL), mencionam a inexistência do sindicato e sua constituição em principal tema proibido na cidade. Na medida em que este 3º sindicato de Paulista, gestado na intervenção ao “Sindicato dos Operários de Paulista” sob o pretexto de seu conflito com o efêmero “núcleo sindical dos operários, e empregados de Paulista”, tendo uma atuação figurativa em 1933 caminha de fato para o seu desaparecimento, é que, paradoxalmente, aparece este sindicato nas relações do Ministério do Trabalho dos sindicatos reconhecidos. No artigo “O sindicato nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco” do Boletim do MTIC (nº 18, Ano II, fevereiro de 1936), aparece o “sindicato dos operários têxteis de Olinda”, com sede em Paulista, e com data de instalação registrada em 16 de outubro de 1932, por sobre os recentes escombros do “sindicato de Roberto do Diabo”. A data de reconhecimento pelo MTIC deste novo sindicato é a de 17 de dezembro de 1932 (cf. também Niemeyer, 1933, pág. 27 e pg. 160), dois meses após sua instalação, contrastando significativamente com a demora no reconhecimento do 1º sindicato, instalado desde outubro de 1931 e nunca reconhecido até seu estrangulamento, um ano depois. Neste mesmo artigo do Boletim do MTIC, aparece o “Sindicato dos Operários em Fiação e Tecidos de Recife”, com sede no bairro da Várzea, com data de instalação em 29/5/1931, data de

---

<sup>148</sup> “Operários – As vilas operárias foram o objeto da nossa melhor atenção, ficando em melhor estado de reparo, até com bastantes melhoramentos dentro das nossas possibilidades. O serviço médico funcionou bem, durante o período, e nos doze meses gastamos mais de 250 contos em beneficências para os operários.”

<sup>149</sup> Cf. nota de apoio dos sindicatos à sua candidatura, na chapa do Partido Social Democrático de Pernambuco, no *Diário da Manhã* de 3 de maio de 1933. Quem assina a nota pelo “Syndicato dos Operários Têxteis de Olinda, com sede em Paulista” é José Carvalho Paes de Andrade, um dos dois funcionários da CTP que compõem junto com o tenente Moura a junta administrativa do sindicato, formada em outubro de 1932.

reconhecimento um ano e meio após, isto é, em 29/11/1932. É neste "sindicato da várzea" que os operários de Paulista vão associar-se neste período após 1932, em que o efêmero sindicato "reconhecido", de fato desaparece de Paulista, segundo os relatos dos operários mais antigos, até o advento do novo sindicato fundado em Paulista, em 1941, já respaldado nas forças políticas locais do Estado Novo. O registro do sindicato dos operários têxteis de Olinda, com sede em Paulista, pelo Boletim do MTIC, em 1936, é tão socialmente fictício quanto o é a indústria têxtil em Olinda, distinta de Paulista: desde agosto de 1935, que Paulista volta a ser novamente município, autonomizando-se de Olinda – mas não se fala mais em qualquer sindicato de Paulista.

Com efeito, em agosto de 1935, completa-se a restauração política pré-outubro de 1930, em Paulista, com a volta à autonomia municipal nos termos da lei de 1928, que tinha sido revogada pelo governo provisório revolucionário em novembro de 1930. É o mesmo chefe de governo, Lima Cavalcanti, que agora patrocina, através da liderança da maioria pró-governamental na Assembléia Legislativa Estadual, um projeto de lei restabelecendo a autonomia municipal de Paulista. É curioso observar nas discussões na Assembléia Legislativa sobre o projeto de lei finalmente aprovado criando esse novo município, como o deputado conservador oposicionista Pio Guerra, da região agrestina, combate o projeto que teria como interesse subjacente o fortalecimento eleitoral do partido do governador (o PSD pernambucano, distinto do PSD de Vargas pós-1945), através do apoio político dos irmãos Lundgren, chefes políticos daquele "feudo" (termo utilizado por Pio Guerra) industrial. Cobrando coerência com a decisão de revogação da autonomia municipal de 1930, Pio Guerra relembra o artigo "Paulista e a Revolução" publicado no *Diário da Manhã* do dia 10/12/1930 (cf. cap. 4, onde tal artigo é citado), relendo-o na parte relativa a espancamentos de trabalhadores, e ainda assinala como indicação do controle político local os dois ou três votos dados em Paulista à chapa "Trabalhador Ocupa o Teu Posto" nas eleições de 1933, assim como da demissão dos quatro ou cinco votantes da Aliança Nacional Libertadora detectados por sobre o suposto sufrágio secreto de Paulista nas eleições de 1935. A esta impossibilidade da existência de uma oposição política aos irmãos Lundgren em Paulista, que corresponde ao monopólio do poder industrial e territorial daquele município<sup>150</sup>, opõe-se a argumentação dos defensores do projeto de

---

<sup>150</sup> "Sr. Pio Guerra, lendo: Para a criação de um município não basta a prosperidade material, mas, o que se exige sobretudo, é a independência de sua população, o seu espírito de autonomia, a variedade das profissões, o regime de propriedade mais ou menos parcellada. À substância material das suas rendas o município requer o espírito público que pressupõe as competições e os debates políticos. Possui Paulista esses elementos de vida autónoma sr. Presidente? Não e não – responderão todos aquelles que quizerem ser sinceros. Fallar em Paulista é fallar nos irmãos Lundgren, na sua solidariedade

autonomia municipal, toda baseada na pujança econômica do município e sua importância para a economia pernambucana (cf. Annaes da Assembléia Legislativa, 1935, pg. 109, 110, 123, 124, 276, 277, 292-298, 339-343).

A restauração da autonomia municipal de Paulista em 1935 é, assim, o coroamento de um processo de aproximação entre o governo estadual e a CTP, desde o desfecho dado em 1932 ao sindicato dos operários de Paulista. Essa aproximação é retratada simbolicamente pelos operários através do famoso banho dos coronéis existente no interior da área da fábrica, banho este que terá sua importância nas conseqüências da greve de 1963 e no "revanchismo patronal" pós-64 (cf. cap. 10 mais adiante). Composto junto com tantas outras peculiaridades e caprichos dos patrões que têm sua importância na própria identidade social do grupo operário (cf. Alvim, 1985, cap. 1), o "banho dos coronéis" é formado por uma subcanalização da água da levada que abastece a fábrica – esta mesma "água da levada" que também é bombeada para os chafarizes das ruas – que passa por uma "casa de banhos" privativa dos irmãos Lundgren. Em alguns relatos de antigos trabalhadores, é feita uma associação entre a área de criação de galos e o banho dos coronéis, e isto através das subcanalizações da água da levada que passa por ambos os locais, mas onde geograficamente a passagem das águas pela criação antecede o banho – coincidindo analogamente com a seqüência dos acontecimentos associados a estes lugares carregados de idiossincrasia patronal. Após a matança dos galos de criação, que proferiam o canto maldito do sindicato, o banho que celebra menos a volta à "harmonia" pré-existente com os operários e mais a nova "harmonia" com o Governo Estadual. Um artigo do jornal *Folha do Povo*, em seu primeiro período, de junho a novembro de 1935, o qual possui uma verve mais bem humorada e irônica que a do seu segundo período de 1945 a 1964 (coincidindo com a presença de Rubem Braga em 1935 como redator-chefe; cf. Cavalcanti, 1982, pg. 73-79), além de retratar o clima político de Paulista pós-1932 em linguagem militante característica, capta esta celebração da nova amizade entre os patrões e o governo, a partir de informações de suas fontes locais que vêm envolvidas pelos significados próprios ao grupo operário de Paulista – significados que, embora desconhecidos pelo articulista, deles se aproxima por sensibilidade jornalística ou literária:

*"Paulista, terra infeliz*

*Paulista, a terra infeliz (...) é sempre para o operário que ali vegeta o inferno vivo, onde a mínima concepção de liberdade morreu. Antigamente, as vozes que clamavam contra a brutal opressão feita disciplina naquele feudo maldito, atenuavam um pouco a sorte dos párias que ali são explorados, alimentando a justiça que tem tardado,*

---

incondicional a todos os governos nas conveniências particulares da sua empresa."

(Annaes da Assembléia Legislativa, 1935, pg. 340)

*mas há de vir... Hoje, essas vozes foram abafadas pela ação todopoderosa de formas a serviço do capitalismo (...). Paulista é cada vez mais o centro operário do Estado, onde a reação bestial de uns desabusados senhores se faz sentir ferrenhamente. Ali, não se fala em sindicalização. O operário que tiver a audácia de pronunciar semelhante nome, será dispensado sumariamente, e sofrerá vexames sem conta. Ministério do Trabalho é coisa sem valor ali. Lamentável regime o nosso, onde o arbítrio de um senhor qualquer anula as leis e os decretos. (...) Em que inferno de inércia se esconde essa coisa que chama agência do Ministério do Trabalho entre nós, que não dá ar de vida em Paulista? Serão os Lundgrens mandingueiros que escondem miraculosamente os seus domínios aos olhos sonolentos dessa coisa mais ou menos abstrata? Que será então?*

*Julgamos nós que isto decorre do prestígio político que ora desfrutam aqueles senhores no atual governo do Estado. Ninguém ignora que o nosso governador é todo amizade para os reis do tecido esquecendo as mágoas e os rancores dos dias agitados de 30.*

*Toda semana vem o sr. governador tomar um banho especial aqui em Paulista. Que coisa extraordinária é a água. Banhando-se assim poeticamente lá naquele banheiro de água corrente, o mandatário do povo pernambucano esqueceu as desavenças de outrora e se moveu de íntima consideração para com os seus irmãos de interesse. E a amizade cresceu. E crescendo a amizade pelos coronéis, cresceu o prestígio destes e cresceu também a aflição dos pobres por eles explorados e oprimidos. É por isso que não há lei em Paulista, é por isso que a prepotência dos patrões ali impera. E para coroamento da obra e cimentação da amizade, o feudo mudou a município...*

*E a opressão continua, após os batismos diabólicos que semanalmente lavam o corpo e sujam mais a alma de um ex-interventor que corteja e é cortejado pelos grandes em cujo conúbio trama o esmagamento dos pequenos.*

*João Lamark (provavelmente um pseudônimo em homenagem ao evolucionismo tão em voga na esquerda de então.)*

*(Folha do Povo, 16/9/1935, pg. 1)*

Após o banho purificador das provações de 30 a 32, o "sistema Paulista", revigorado e em toda sua pujança, faz emergir das águas, como um indicador aparente de suas relações sociais ocultas, a maior empresa têxtil brasileira no final dos anos 30 e na década de 40 (cf. CETEX, 1946, pg. 53). Nos dez anos seguintes às "desharmonias" de 1932, a CTP impõe suas regras à produção fabril e à cidade sem maiores obstáculos, até se defrontar com um novo Interventor Federal, já no Estado Novo, que oferece condições para a criação de um novo sindicato dos trabalhadores, e que procura demarcar a administração pública municipal da influência imediata e abrangente da administração da companhia têxtil. Passados seus dois anos iniciais, a década de 30 é o período em que o "modelo político" inerente ao "sistema Paulista" funciona em sua plenitude. O domínio monopólico da cidade por uma grande companhia industrial leva à perfeição certos traços do "coronelismo" (cf. Leal, 1976, pg. 37 para o "espírito público do coronel

garantindo os melhoramentos do lugar” e pg. 38 para sua vinculação à estrutura social e econômica para além da personalidade do chefe político; cf. também Vilaça & Albuquerque, 1978 e Pereira de Queirós, 1976) inerente ao “sistema Paulista” ao qual não falta nem a designação e a titulação de seus patrões em carne e osso – os *coronéis* –, ao mesmo tempo em que essa “forma elementar de dominação” (cf. Bourdieu, 1976, pg. 126) tem por detrás as relações sociais, que lhes são antitéticas, da indústria e da dominação burocrática, como se tal combinação contraditória fosse uma corporificação microcós mica nessa fábrica da articulação peculiar do político com o econômico que caracteriza o “capitalismo autoritário” (cf. O.G. Velho, 1976, a, pg. 7 e 8 e 1976 b). Após conseguir o restabelecimento da autonomia municipal de Paulista em 1935, a CTP, como compensação à colaboração do governo estadual, fornece gratuitamente funcionários da sua empresa para o trabalho na administração pública municipal. Tal é o caso do testemunho de um ex-motorista da *companhia* – essa profissão que pode prestar serviços nos limites e nas interseções dos interesses da empresa e dos interesses pessoais dos patrões – que é deslocado para trabalhar temporariamente na nova administração municipal, corporificando assim esse “patrimonialismo” da empresa sobre o seu município<sup>151</sup>, que perdura sem entraves até que o Interventor Federal de Pernambuco já no Estado Novo procure ter algum controle da administração municipal local, conflitando-se com a CTP.

Vitoriosa em sua primeira grande batalha com o sindicato operário, a *companhia* reafirma-se e se aprimora como sede da mais-valia absoluta, tornando inaplicáveis, por falta de vigilância sindical e complacência governamental, as leis trabalhistas, promulgadas no decorrer da década de 30 (cf. a carta enviada por operários de Paulista e publicada na *Folha do Povo* de 20/8/1935 e já citada na nota 97 do capítulo 4). Após a amizade batismal da CTP com o Governo Estadual, a partir do final de 1932, a *companhia* é reconhecida como poder econômico no Nordeste pelo governo central, através de visita do presidente Getúlio Vargas às Fábricas de Paulista e Rio Tinto em setembro de 1933 (cf. relatório anual da CTP de 1934 e cf. Diário de Pernambuco de 9/9/1933). A fábrica e a cidade de Paulista têm assim, desde outubro de 1932, com a eliminação da nascente e vigorosa associatividade sindical, o terreno limpo para a construção dessa “civilização” reconhecida por Agamenon Magalhães em 1939, para a qual são incorporadas novas levas de trabalhadores com a enorme expansão industrial provocada pela 2ª Guerra Mundial, consolidando nos anos 40 o “sistema Paulista” em pleno apogeu.

---

<sup>151</sup> “Eu fui emprestado pelo Coronel Frederico ao prefeito, ao primeiro prefeito de Paulista, (em 1935), chamava-se Manuel Mendes, seu Mendes; e depois, quando levantaram a prefeitura, a fazenda e tudo (já no Estado Novo, na administração Estadual de Agamenon Magalhães), eu voltei para a companhia.”

Essa impunidade habitual na não aplicação das leis trabalhistas decorrente inclusive da inexistência do sindicato operário leva a CTP, no final dos anos 30, a apavorar-se diante do andamento dos trabalhos da Comissão de Salário-Mínimo do Estado de Pernambuco, ligada ao Ministério do Trabalho (através do SEPT) que, declarando basear-se nos resultados do inquérito levado a efeito pelo Departamento de Estatística e Publicidade do MTIC "para averiguar as condições de vida e recolher os tipos mais baixos de remuneração no efetivo populacional pernambucano" (cf. Diário Oficial de 2/6/1939, págs. 13062 a 13064), fixa o salário-mínimo de Pernambuco em 6 mil réis diários ou 150 mil réis mensais para Recife e Olinda, e 4 mil réis diários ou 100 mil réis mensais para o interior do Estado, em agosto de 1939 (cf. Diário Oficial de 25/9/1939, págs. 22841 e 22842)<sup>152</sup>. Tal apavoramento, provocando uma situação de crise, embora artificial, dá oportunidade à CTP de revelar o funcionamento do seu "governo local de fato", desta vez não mais sob a luz do embate com o sindicato operário, mas se defrontando diretamente com as autoridades estaduais e ministeriais. Assim, 8 meses apenas após o artigo de Agamenon, "Uma Fábrica e uma Civilização", elogiando o "sistema Paulista", o Interventor Federal de Pernambuco é levado a escrever o artigo "Não Está Certo", onde se depara com essa configuração política inerente à "civilização" de Paulista.

*"(...) O industrial L, há poucos dias, mandou parar a fábrica, e fechar o comércio da cidade, convocando espetacularmente os operários e empregados da sua grande empresa, para protestar contra a lei de salário-mínimo, e lhes disse que fecharia o seu parque de actividade fabris, se os operários não fossem solidários com elle, assignando, sem excepção de um só, uma representação contra o salário fixado pela Comissão de Pernambuco. Ia enviar a denúncia ao Ministério do Trabalho para o necessário inquérito, quando sou procurado, hontem, por vários operários, que me confirmaram a denúncia accrescentando que já está correndo, pelas secções da fábrica, um abaixo assignado, e que os empregados, sob o constrangimento de serem despedidos, põem o nome no papel. Evidentemente, isto não está certo, e toca as raízes da inépcia. (...)" (os grifos são meus, JSLL).*

*(Folha da Manhã, 30/9/1939)*

<sup>152</sup> A ata da reunião da Comissão de Salário-Mínimo do dia 9/8/1939 em que foi fixado o salário-mínimo de Pernambuco, votado pelos representantes dos trabalhadores, sob a ressalva do reconhecimento de que não atende aos desejos dos trabalhadores, observa que a "Comissão unanimemente (isto é, não somente os representantes dos trabalhadores quanto os representantes patronais) reconhece que o salário-mínimo acima fixado não atende às necessidades do trabalhador; mas, não era possível deixar de igualmente atender à situação das indústrias e demais atividades na capital e no interior, que poderiam ser abaladas em suas bases por um salário-mínimo inicial mais elevado. De qualquer modo, as quantias acima estabelecidas beneficiam na capital a mais de 61% dos trabalhadores, e no interior, a mais de 52% dos operários agrícolas e industriais" (cf. Diário Oficial, 25/9/1939, pg. 22842).



Diante da instituição e implementação da lei do salário-mínimo, a face política do “sistema Paulista” reage com os elementos incorporados aos rituais cotidianos que regem o “mercado de trabalho” peculiar a Paulista, ou os que surgem por ocasião das crises, como os que já vieram à tona por ocasião do seu enfrentamento com o “o sindicato de Roberto do Diabo”: a ameaça e ensaio do *lock-out* total da fábrica (ameaça cumprida em outubro de 1932, após meses de *lock-out* parcial) e da cidade (cf. o fechamento do comércio), a mobilização – sob maior ou menor grau de coação – dos operários para que se manifestem contra direitos que os beneficiam, como se deversem mostrar que sob o “sistema Paulista” suas vantagens seguem uma outra lógica (como também foi o caso no favorecimento da CTP ao surgimento do “núcleo sindical” paralelo ao sindicato operário), o recurso à personalização e à teatralização da dominação. No entanto, aqui a “teatralização da dominação” atinge talvez o seu clímax épico: a cena do discurso do “industrial L”, o Coronel Frederico em pessoa, diante de todos os operários e empregados da companhia convocados e perfilados no pátio da fábrica, onde a característica do “trabalho para todos” do “sistema Paulista” é contraposto a leis externas, que causarão o fechamento da fábrica, é rememorada em detalhes adicionais do relato sintético do acontecimento incluído no artigo “Não Está Certo”, de Agamenon Magalhães<sup>153</sup>. Essa comunicação personificada entre o patrão e o conjunto de seus operários, fisicamente reunido como corpo coletivo, sem dúvida peculiar, não é, no entanto, inédita, mesmo entre industriais brasileiros, como ilustra o caso de reunião estruturalmente semelhante de Jorge Street com seus operários, durante a greve de 1917 em São Paulo, embora de conteúdo substantivo diverso, a saber, a comunicação patronal aos operários de que ela permite que seus

---

153 Esses detalhes adicionais referem-se não somente à ameaça, feita pelo Coronel, de um *lock-out* parcial da fábrica nos moldes do executado quando da aplicação da lei das 8 horas de trabalho, após a greve vitoriosa de junho de 1932, como também ao privilegiamento da movimentação em cena do “coro” teatral representado pelos operários ordenada pelo patrão – o “desloque-se para a minha direita ou fique como está” – em detrimento da menção, constante na versão comunicada a Agamenon Magalhães, ao abaixo-assinado que é passado posteriormente na fábrica:

“O Coronel Frederico reuniu todos os operários no pátio da fábrica Aurora. Subiu num palanque e disse: ‘O Governo quer que eu pague o salário-mínimo ao trabalhador. Eu não posso pagar o salario minimo. As indústrias no Sul estão esperando isso para que eu feche a fábrica. Se eu pagar o salário-mínimo, eu só posso dar trabalho três dias na semana, então é pior ainda o salário. Então, quem quiser o salário-mínimo, desloque-se para a minha direita, quem não quiser, fique como está!’ Ninguém saiu do lugar, inclusive eu, todo mundo tinha medo de perder o emprego.”

(ex-operário da fábrica Aurora)

trabalhadores participem, "ordeiramente" e "guardando a honra da fábrica", da greve então em curso (cf. Moraes Filho, 1980, pg. 82/83).

Advertida pelo Interventor Federal de Pernambuco plenipotenciário do Estado Novo<sup>154</sup>, a CTP ao invés de cumprir suas ameaças drásticas, encaminhou à Comissão do Salário-Mínimo de Pernambuco dois memoriais assinados por operários, um dos quais, extremamente revelador do caráter familiar do "trabalho para todos" e do peculiar "salário família" do "sistema Paulista" (cf. Alvim, 1985, cap. 1), que foram rejeitados pelo diretor do SEPT do Ministério do Trabalho em janeiro de 1940. O longo memorial que acompanha o primeiro recurso da CTP àquela comissão ("fls. 2 a 73"), que deve ou deveria estar arquivado no Ministério do Trabalho, é resumido ao seu "pleito" na listagem dos despachos feitos pelo diretor do SEPT aos recursos apresentados, geralmente por entidades patronais, ou insolitamente por "operários".

*"(...) Houve interposição de recursos e cumpre examiná-los de per si: (...) Terceiro - Operários da Fábrica de Tecidos Paulista, fls. 2 a 73, pleiteando: isenção do salário mínimo para os componentes das famílias, cujos chefes pertençam ao quadro de pessoal do estabelecimento, - (despacho:) Além de não proceder de entidade legalmente reconhecida, contraria rudemente a essência e forma da lei. (...) Quinto - Companhia de Tecidos Paulista, fls. 2 a 12 propondo: 'os salários-mínimos de 4\$5 para a capital (contra os 6 mil réis diários fixados pela comissão) e 2\$0 para o interior (contra os 4 mil réis diários fixados pela comissão)' - (despacho:) Há que insistir: não se trata de instituição de classe legalmente reconhecida, "ex-vi" do que dispõe o § 1º do art. 43 do D. L. nº 399 de 30/3/1938, faltando-lhe pois, a esta altura, capacidade para manifestar-se."*

*("Informação do sr. Diretor do SEPT, de 22/1/1940, submetendo à consideração do sr. Ministro o processo*

---

<sup>154</sup> Além do trecho transcrito acima, Agamenon, no artigo "Não está certo", assim continua sua argumentação contra a atitude do "industrial L" mencionando: (a) o embasamento em inquérito sobre as condições de vida da lei de salário-mínimo, (b) a participação paritária de patrões e operários na comissão de salário-mínimo, (c) a existência de prazo para que as partes apresentem reclamações, (d) ser o abaixo-assinado proposto pela CTP aos seus operários, enquanto um protesto do trabalhador, uma coação, contra uma lei que o beneficia, além de "vício que annulla, torna insubsistente perante a lei e a moral, o acto extorquido"; (e) ter o industrial, por sua ação "tão insólita", incidido "nas penas bem definidas na Lei de Segurança Nacional". E conclui: "Não tenho feito no governo senão a política da Produção e da ordem. Por isso mesmo, não transigimos com abusos de qualquer empresa ou poder econômico, que pretenda se sobrepor à legislação brasileira do trabalho e às leis penaes. E como prefiro vencer pelo raciocínio e prevenir o erro, onde elle estiver, aqui fica o meu conselho".

O primeiro recurso, interposto pelos "operários" da CTP, além de mostrar o destino dado aos abaixo-assinados passados na fábrica ao final de 1939, indica como o "trabalho para todos" (cf. cap. 2) foi contraposto aos operários como incompatível com a lei do salário mínimo para a CTP. Por outro lado, ambos os recursos mostram as dificuldades da forma de atuação da CTP junto ao novo estilo governamental, ao prescindir da mediação formal das "entidades de classe", seja o sindicato operário por ela erradicado, seja o sindicato patronal, onde terá de compor com os interesses de outras companhias.

O conflito entre a CTP e as autoridades ministeriais zeladoras das leis arrefece-se ou é colocado entre parênteses com a conjuntura da 2ª Guerra Mundial e os benefícios trazidos às fábricas têxteis alçadas repentinamente a importantes exportadoras na hierarquia dessa indústria no comércio mundial. E a face política do "sistema Paulista" permanece intacta até a conjuntura emergente no pós-guerra, quando em torno do sindicato, refundado em 1942, passam a fortalecer-se as forças contraditórias àquele sistema tal como ele se apresenta na produção fabril e na cidade. Já o conflito com o Interventor Federal permanece, embora se amortecem as divergências quanto à aplicação das leis trabalhistas, para desenvolverem-se os atritos relativos à administração municipal, ao poder local e à própria possibilidade de existência do sindicato operário no seu território. No entanto, também nesse aspecto, esses conflitos irão desenvolver-se no pós-guerra com as forças políticas locais ligadas a Agamenon Magalhães, e será no contexto do desenvolvimento do conflito social no interior da produção e na esfera da luta pelos direitos de cidadania e no contexto do que foi chamado na década de 50 de movimento pela "libertação da cidade" que iremos analisar os conflitos do "governo local de fato" da CTP com as autoridades estaduais e o 2º sindicato dos trabalhadores fundado durante o período da guerra. Os episódios ligados à incompatibilidade da CTP com o primeiro sindicato operário permanecem ainda como os mais ilustrativos da "face política" em toda sua plenitude do "sistema Paulista" (cujos recursos são inclusive parcialmente repetidos depois, no conflito relativo à lei do salário-mínimo de 1939).

As greves e manifestações de 1932 permanecem apagadas não somente dos textos, documentos e sínteses históricas oficiais posteriores da CTP (onde só por muita necessidade apareceram marcas no "calor da hora" dos relatórios anuais de 1932 e 1933, assim como na correspondência privada ao CIFTA em 1932), mas também de referências posteriores ao fato, na imprensa e inclusive na imprensa operária, tanto a que prolifera brevemente entre 1930 e 1935, quanto a das diferentes facções existentes no movimento sindical local, que se desenvolve após a redemocratização de 1945. No entanto, se o sindicato desaparece durante dez anos de Paulista, enquanto se

engrandece a CTP, a "grande greve" do sindicato de "Roberto do Diabo", permanece até hoje, para além de seu conteúdo político, como marco inicial mítico, para os operários, do aliciamento em massa das famílias de trabalhadores, e portanto, da produção dos próprios trabalhadores modelares do "sistema Paulista", fazendo parte, assim, da história incorporada desse grupo social. Se essa prefiguração explosiva, em 1932, dos efeitos do surgimento do sindicalismo nas formas de dominação específicas das fábricas com vila operária<sup>155</sup> tem um desfecho favorável à CTP, sendo uma das garantias das condições de seu crescimento, no entanto, esse marco inicial do que será o apogeu da *companhia*, que envolve o tema proibido da vida e da morte do 1º sindicato, inscreve-se simultaneamente na história do grupo operário como mito originário da contradição e da luta de classes sob as feições locais peculiares. Nesse sentido, as gerações revigoradas pós-1932 da criação de galos serão novamente contaminadas pela doença do canto do sindicato na década de 40, principalmente depois de 1945, e o mito da sua extinção poderá ser interpretado não mais como o da destruição do 1º sindicato, mas como o mito do fim de uma parte importante das idiossincrasias e do estilo de dominação personalizado do patrão, o fim da criação dos galos diante da permanência do sindicato. Mas se o fim da criação dos galos simboliza o fim de uma dominação política local sem maiores obstáculos, longe ainda está o fim da *companhia* como "governo local de fato", com seu poder sobre a saúde, a religião, a diversão dos trabalhadores, além do seu enorme poder político local.

---

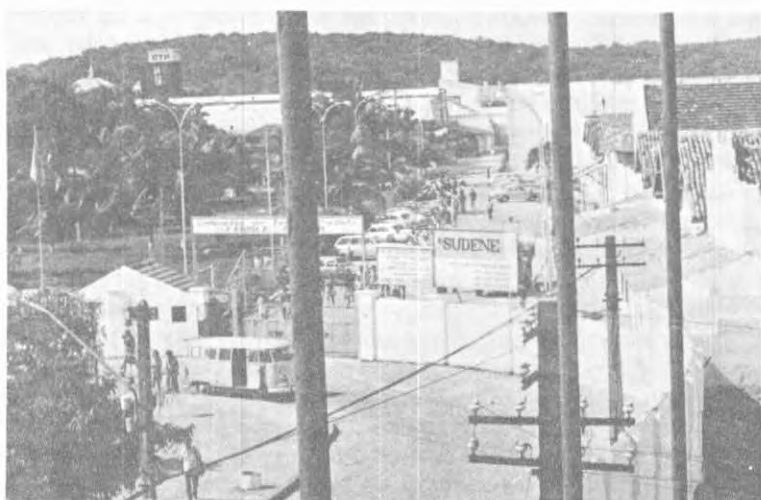
<sup>155</sup> Em uma análise dos efeitos do surgimento do sindicalismo na década de 50 nas formas de dominação subjacentes às fábricas têxteis das cidades mineiras de Leopoldina e Cataguazes, Juarez Brandão Lopes propõe uma importante "análise comparativa do movimento sindical" nas cidades maiores e nas pequenas cidades industriais ainda a ser feita:

"Este exemplo (do surgimento do sindicalismo nas fábricas têxteis das duas cidades) mostra a importância da legislação do trabalho, como fator de mudança das estruturas tradicionais.

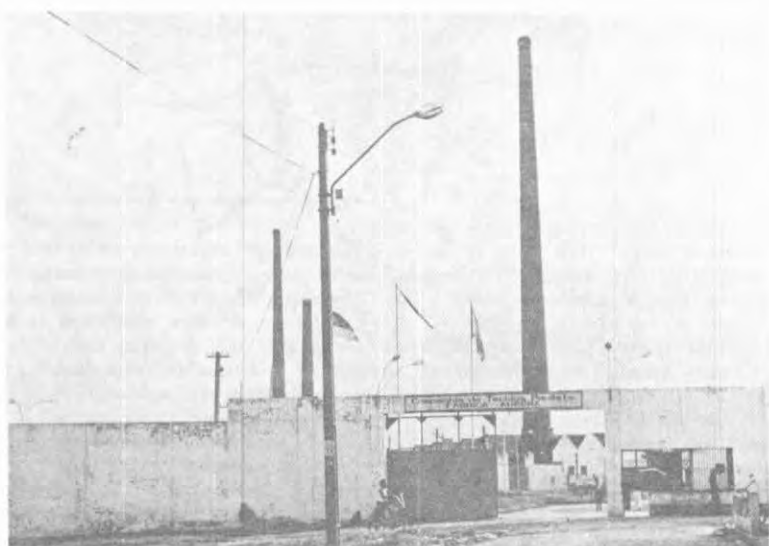
A legislação sindical teve e está tendo efeitos diversos nas diferentes comunidades brasileiras. Enquanto em muitos lugares, como nas cidades maiores por exemplo, talvez tenha servido para acomodar situações em que as possibilidades de conflito eram grandes, noutras comunidades, o efeito imediato foi acentuar o conflito social, ou pô-lo a descoberto, quando era apenas latente."

(Brandão Lopes, 1967, pg. 106, 107 e para uma análise crítica deste estudo de comunidade "clássico" preocupado com as "relações industriais", cf. Leite Lopes, 1983).





Em frente à Praça Agamenon Magalhães, em frente também à Igreja Santa Elisabeth, está a Fábrika Arthur, ex-Fábrika Velha, assim nomeada após a morte em 1967 do último dos "Irmãos Lundgren", o Comendador Arthur Lundgren.

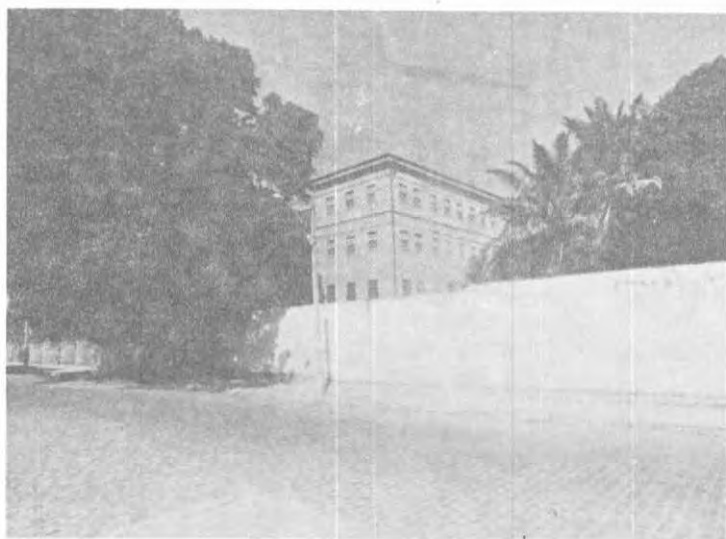


A Fábrika Aurora, cerca de 200 metros distante da Fábrika Arthur. Nesta fábrika localizam-se seções de estamperia e acabamento do pano.





A Igreja Santa Elisabeth, homenagem a Elisabeth Lundgren, mãe dos "irmãos Lundgren", construída entre 1946 e 1950.



A Casa Grande, construída ao estilo nórdico anteriormente à Igreja.



# MUNICÍPIO DE PAULISTA

EVOLUÇÃO TERRITORIAL EM 31/12/1964

## CONVENÇÕES

- LIMITE INTERMUNICIPAL
- - - LIMITE INTERESTADUAL
- +—+—+—+ EST. DE FERRO DA COMP. TEC. PAULISTA
- +—+—+—+ EST. DE CARICULANTE
- +—+—+—+ EST. DE POLÍCIA
- +—+—+—+ LINHA TELEGRÁFICA
- +—+—+—+ ALAGADO
- AREAL
- CIDADE
- VILA
- FREGUESIA



0  
1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20



Rua da vila operária no "bairro do Nobre", nas proximidades da Fábrica Arthur. As varandas e basculantes são meios pelos quais alguns moradores de casas próprias distinguem suas casas da uniformidade dos arruados da vila operária.



O "banco dos desocupados" nos muros da Fábrica Aurora: um dos pontos de encontro frenquentado pelos aposentados.



Um roçado-operário, tendo ao fundo as chaminés das fábricas.



Vaca leiteira em quintal da rua da vila operária no "bairro do Nobre".



A greve de 1963, assembléia no sindicato. (Foto Jornal do Comércio).



Greve de 1962 dos contramestres e seus ajudantes. Pose da foto-de-greva com braços cruzados, seriedade e gravidade no olhar, apesar das crianças nas margens da foto.



## LIVRO II

### AS CONTRADIÇÕES DO “SISTEMA PAULISTA”



## Introdução

Na exposição mesma das características do “sistema Paulista”, este “caso-limite” da forma de dominação fábrica-vila operária, não pudemos deixar de apresentar as resistências dos dominados e as contradições decorrentes de sua implantação. A própria “idealização do passado” demonstrada nos relatos retrospectivos dos trabalhadores – que indica a extensão da interiorização da dominação pelos próprios dominados e a legitimidade alcançada pelo “sistema Paulista” entre os operários – e também os detalhamentos obtidos das narrações das histórias de vida concretas, não deixam de assinalar os conflitos suscitados por aspectos importantes daquele sistema, aparecendo tanto no processo de “aliciamento” de trabalhadores, na “cultura fabril” que acompanha o “tempo do trabalho para todos”, na construção da vila operária por sobre os “escombros dos mocambos”, quanto na simples presença do enorme corpo armado de vigias ou na incompatibilidade da *companhia* com a associatividade sindical de seus operários.

A partir dos anos 50, no entanto, os conflitos entre os trabalhadores e a CTP aparecem não somente de forma continuada e intensa como também apresentam uma abrangência extensiva aos diferentes aspectos que o “sistema Paulista” engloba na vida social dos operários locais. Este crescimento do campo de conflitos em extensão e intensidade aponta para modificações na política administrativa da fábrica relativas tanto à organização da produção quanto a aspectos extrafabris da sua “retaguarda autárquica”, afetando a concessão de roçados e a sua ligação com a feira administrada. Tais modificações configuram para os operários uma nova modalidade de dominação apagando a legitimidade alcançada pela *companhia* no exercício da modalidade anterior, legitimidade esta que se transforma, por contraste, em um elemento revelador importante, para este grupo operário, da transparência da exploração econômica e da opressão do “governo local de fato” da *companhia*.

Assim, às reorganizações da produção fabril expulsadoras de mão-de-obra que se acompanham de justificativas da CTP, imputando aos seus

operários uma, por assim dizer, inata ineficiência, os trabalhadores opõem tanto a antiga moral do “trabalho para todos” quanto denúncias, sobre o desrespeito às regras do jogo do pagamento dos salários por produção e o não cumprimento de leis trabalhistas, respaldadas na sua luta pelo direito à organização sindical. Por outro lado, o fim da política de concessão de roçados e sua ligação com a feira administrada aumenta a ilegitimidade da nova modalidade de dominação, que emerge das contradições internas do “sistema Paulista”, em relação aos seus operários, e contribui para aumentar as reivindicações envolvendo direitos de cidadania chocando-se com o “governo local de fato” no período do pós-guerra. Com efeito, a ruptura da coerência do anterior “sistema Paulista”, em quase todas as suas características de garantia das contradições materiais de existência do trabalhador, faz aumentar a ilegitimidade das características que distinguem a CTP na exploração da força de trabalho na produção fabril e no exercício do “governo local de fato” na escala da vila operária e da cidade.

O processo de constituição de uma “consciência de classe” (no sentido de Thompson, 1968, ou ainda no de Treppe, 1971) por parte dos operários de Paulista pode ser observado no decorrer dos anos 50 e 60. Este processo histórico aparece como resultado da luta entre as concepções diversas que têm da produção fabril a *companhia* de um lado, e os operários de outro, e é disto que trata a Parte III deste livro. Tal luta – conforme já vimos no capítulo 7 – é entremeada tanto dos conflitos internos da burguesia têxtil ao nível nacional, quanto dos conflitos entre a CTP e autoridades governamentais, seja a nível estadual, seja a nível federal, quanto à implantação da legislação trabalhista e quanto à política sindical.

Por outro lado, a “consciência de classe” deste grupo operário também é formada por lutas extrafabris contra o monopólio territorial e imobiliário da *companhia* e contra o seu governo local de fato na segunda metade dos anos 40. A Parte IV do livro analisa as lutas travadas naqueles anos, e analisa também a luta de resistência em outro momento político, dos operários “estáveis” contra a “guerra” que lhe move a CTP nos anos pós-64, culminando com a apropriação parcial da vila operária pelos trabalhadores.

### **PARTE III**

## **A PRODUÇÃO TÊXTIL E A TECELAGEM DOS CONFLITOS DE CLASSE**



## Capítulo 8

# INTRODUÇÃO

## Um Confronto Entre Diferentes Concepções de Trabalho

Vinte anos após o movimento reivindicativo dos operários de Paulista de 1931/1932, ao qual se seguiu o período de quase duas décadas do auge do "sistema Paulista", ressurgiu um novo e poderoso movimento que se materializa nas freqüentes greves de seções da fábrica em todo o ano de 1951, enquanto em 1952 essas pequenas greves desembocam na paralisação completa da fábrica e da cidade durante a greve geral dos têxteis de Pernambuco de uma semana em outubro. O vigor do movimento dos operários de Paulista é posto em destaque na retrospectiva nacional do movimento sindical de 1948 a 1955 feita por Jover Telles (1981, págs. 29-63):

*"No Nordeste do País, em 1951, destacaram-se 7 movimentos grevistas. Apesar da reação que então se abateu contra os operários do município de Paulista, os têxteis realizaram uma greve de 3 dias (em julho de 1951; cf. notícias de 14/7, 18/7 e 31/7 do jornal Folha do Povo de 1951) e obtiveram 30% de aumento nos salários. No curso deste movimento, foram presos e espancados dezenas de operários. Em sinal de protesto contra as arbitrariedades cometidas pelos Lundgren, proprietários da fábrica, os trabalhadores compraram um estoque de fazenda roxa e desfilaram igualmente vestidos." (Telles, 1981, pg. 43). "Entre as lutas realizadas pela classe operária, em 1952, cabe destacar a greve dos trabalhadores têxteis dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Em Pernambuco, as condições de trabalho e de vida dos têxteis, em relação às existentes ao Sul do País, eram, e continuam a ser, desfavoráveis. Algumas fábricas são verdadeiros feudos. Situadas, algumas, no interior do Estado, as cidades desenvolveram-se em volta delas. (...) [o autor menciona Paulista e Moreno] Nessas e noutras fábricas, a legislação do trabalho praticamente não vigorava. Os operários viviam sob um regime de opressão econômica e também extra-econômica sem par na indústria brasileira. Desde 1950, os*



trabalhadores têxteis pernambucanos se esforçavam para melhorar os seus salários, pois não resistiam mais ao crescente custo de vida (...) [Em maio de 1952, os têxteis de Recife elegem uma comissão de salários e elaboram uma carta de reivindicações, discutida e aprovada pelos sindicatos de Paulista, Moreno, Camaragibe, Goiana e Escada. A greve geral, precedida de greves de algumas fábricas isoladas, começa dia 13 de outubro, e neste mesmo dia entram em greve os operários de Paulista.] Em Paulista e em Moreno, a greve atingiu também os operários das usinas elétricas, o que paralisou totalmente as atividades industriais e comerciais dessas cidades. (...)” (Telles, 1981, págs. 45-48)

Mais que apenas acompanhando um movimento geral da categoria profissional dos têxteis de Pernambuco, como pode parecer a citação referente à greve de 1952, os operários de Paulista apresentam indícios de uma interiorização da ilegitimidade da administração da fábrica e da revolta contra a *companhia*, que bruscamente contrasta com a interiorização da dominação exposta na primeira parte deste trabalho. Indicações desta interiorização da ilegitimidade da *companhia* por parte dos operários aparecem não somente em movimentos coletivos, como o desenrolar desta greve de três dias em julho de 1951 seguida de uma passeata à fantasia, os operários estando vestidos com uma variante roxa do produto do seu trabalho, os panos; mas também na legitimidade entre os operários de ações individualizadas, como a da tragédia do operário José Paulo – contada por vários ex-operários nas entrevistas desta pesquisa – o qual, após sua demissão, após a morte de um filho pequeno, e após a recusa de um gerente, diante de pedido seu em custear pela *companhia* o enterro do filho, matou a facadas aquele gerente, provocando a solidariedade dos colegas<sup>156</sup>; ou ainda, em fatos como o “desarmamento” dos operários na fábrica, a pedido da *companhia*, pela polícia logo após a ocorrência daquele assassinato, tendo sido apreendidas inúmeras facas utilizadas, segundo os operários, como “talher de pobre”, enquanto o desarmamento dos vigias da fábrica, prometido aos operários pelo tenente-delegado da polícia, não chegou a efetivar-se (cf. *Folha do Povo*, 29/05/51).

Como se processa e se constitui esta aparentemente brusca *transparência da exploração* para os trabalhadores, a que Thompson atribui tanta importância na autoconstrução da classe operária inglesa da primeira metade do séc. XIX (Thompson, 1968, cap. “Exploitation”, pg. 221) – “brusca”

---

<sup>156</sup>“Um movimento de solidariedade ao operário José Paulo, entre os seus companheiros de Paulista, está sendo organizado visando dar assistência judiciária àquela vítima da exploração dos Lundgren e que num momento de desespero e revolta feriu a faca um dos gerentes da fábrica o qual veio a falecer em consequência dos ferimentos. Esse movimento prova não apenas o espírito de solidariedade que se vem firmando entre os explorados de Paulista, mas também o quanto José Paulo é estimado pelos seus companheiros, qualidade que só pode depor em seu favor.” (*Folha do Povo*, 29/05/1951).

diante do recente auge do "sistema Paulista" e de suas características, que incluem um certo sucesso na interiorização pelos operários da legitimidade de sua própria dominação?

Já mencionamos, no capítulo 5, certas manifestações de uma mudança na maneira em que é exercida a dominação por parte da *companhia*, tendo por ponto de inflexão o início dos anos 50, tal mudança materializando-se em modificações no exercício dos "benefícios sociais" concedidos pela CTP, tais como a assistência médica, o auxílio às atividades religiosas, assim como a organização do lazer e dos divertimentos da população trabalhadora de sua vila operária. Estas manifestações de mudanças, vinculadas ao aparato institucional e "ideológico" exterior à produção da *companhia*, por ela montado para enquadrar seus operários, relacionam-se com as mudanças ocorridas no interior das relações sociais diretamente subjacentes à produção fabril.

Com efeito, é na esfera do trabalho, no interior da fábrica, que constituir-se-á uma importante vertente das contradições engendradas pelo próprio "sistema Paulista". Como vimos na 1ª parte deste trabalho, o sustentáculo maior da legitimidade do "sistema Paulista" repousa não somente no pleno-emprego e na diretriz do "trabalho para todos" no interior da fábrica e em trabalhos a ela acessórios, mas numa "moral do trabalho" abrangente, que se inicia com a "tutela" dos trabalhadores desde o seu local de origem, através do aliciamento de famílias de trabalhadores, que se consagra na legitimação da família como unidade social básica (cf. Alvim, 1985, cap. 3), que se prolonga com a instituição de roçados para os operários e sua ligação com a feira a preços administrados, e se torna onipresente através do controle territorial e da criação de uma vila operária com suas regras, sua ligação direta com o trabalho<sup>157</sup>, e seus efeitos de disciplinarização "por sobre os escombros dos mocambos".

Todos esses elementos constitutivos desta "moral do trabalho" abrangente, que invade a esfera da moradia e da vida social extrafabril dos trabalhadores, elementos estes que, reunidos às características da atuação propriamente política da CTP, compõem este "tipo-ideal" que é o "sistema Paulista", o fazem em sua plenitude no período posterior a 1932 – quando vem à tona, com toda a sua força, entre 1928 e 1932, a sua "face política",

---

<sup>157</sup>Para além da ligação tipo e tamanho da casa e número de membros da família empregadas na fábrica, o fato da CTP buscar seus operários em casa, quando estes se aborrecem das condições de trabalho ou das chefias imediatas, e não querem mais ir trabalhar, se ele é uma evidência do "tempo do trabalho para todos" na visão retrospectiva dos operários, ele é também, inversamente, uma evidência da importância da existência da vila operária para a estabilização e sedentarização de uma força de trabalho cujo "nomadismo" é uma reclamação dos patrões em todo o Brasil (cf. memorial ao M.T.I.C. de Sindicatos de Industriais Têxteis de todo o país, de 13/04/1944 em arquivo CIFTA/SIFT-RJ; cf. Pupo Nogueira apud Paoli, 1984, pg. 33, 34).

singularizada em torno de sua incompatibilidade com a associatividade sindical dos seus operários<sup>158</sup>. Assim, por exemplo, esse elemento essencial do modelo do “trabalho por todos” que é o aliciamento por parte da CTP dos trabalhadores e suas famílias, constitui-se como processo massivo a partir de 1931 e 1932, particularmente no período posterior às demissões generalizadas decorrentes dos acontecimentos de outubro de 1932. A materialização temporal da construção deste “tipo-ideal”, incide, portanto, primordialmente do início dos anos 30 até o início dos anos 50.

O início dos anos 50 configura, portanto, uma ruptura, ou ao menos um importante ponto de inflexão no “sistema Paulista”. Não é por acaso que nas duas primeiras partes desta tese, para a apresentação das características do “sistema Paulista”, utilizamo-nos de materiais empíricos referentes principalmente aos anos 30 e 40. Pois é fundamentalmente sobre este período que incide a referência e a “idealização do passado” dos trabalhadores, é lá que está situada a interiorização da dominação – dominação interiorizada esta que é utilizada para ilegitimar os aspectos assumidos pela dominação em períodos subseqüentes. Aqui aparecem, por sinal, as características paradoxais desta dominação interiorizada, que se solidifica e se consolida como interiorização em período posterior à vigência desta modalidade específica de dominação, elaborando-se por comparação, contraste e oposição a novas modalidades assumidas por uma dominação geral mais permanente. Assim, a partir do início dos anos 50, configura-se claramente para os diferentes grupos sociais de Paulista o fim do modelo do “trabalho para todos”: o desmantelamento deste modelo é um objetivo colocado pela CTP como meta para os anos seguintes, enquanto que para os operários, inicia-se um processo de ilegitimação da dominação à qual não é estranha a dialética da tradição e da revolta descrita em trabalhos de historiadores sociais a respeito de outros grupos de produtores diretos (cf. Thompson, 1968 e 1979, Hobsbawm, 1974, Trempé, 1971, Barrington Moore Jr., 1978).

Arma-se assim, no início dos anos 50, um confronto entre a *companhia* por um lado e os operários por outro, em torno de diferentes concepções de trabalho e de organização da produção: à “cultural fabril” dos operários (cf. cap. 2), favorecida e apoiada na própria “moral do trabalho”, produzida e inculcada pela *companhia* e reinterpretada pelos produtores diretos no interior da fábrica, opõe-se uma reorientação “gerencialista” da CTP no sentido de uma reorganização do processo produtivo, implicando na expulsão da força de trabalho e no aumento da intensidade de seu uso remanescente. Esta reorientação gerencialista tem como um de seus marcos escritos mais ilustrativos

---

<sup>158</sup>Entre 1928 e 1932, ocorrem: a primeira autonomia municipal de Paulista, a revogação desta autonomia pelo governo provisório pós-revolucionário com a derrota política da CTP em Outubro de 1930, a questão pública da milícia privada da CTP e, finalmente, a questão do primeiro sindicato operário de Paulista (cf. caps. 6 e 7).

o texto que consta do item "Perspectivas de Negócios" do relatório anual da CTP de 1949:

*"A indústria têxtil nacional vem passando nos últimos tempos por uma crise econômica de proporções ainda não determinadas. (...) A causa principal desta situação é o excesso da produção nacional, que deve ser escoada para o exterior. A solução deste problema tem de ser alcançada por meio de três medidas básicas: 1º – uma compreensão real do Governo da situação aflitiva desta indústria, com providências estabilizadoras nos setores da aplicação de impostos e de salários e leis trabalhistas em geral; 2º – uma melhor visão por parte dos dirigentes dos sindicatos de classe e dos operários no sentido de, no seu próprio interesse, colaborarem no retorno da indústria têxtil a uma situação próspera, e 3º – um esforço drástico por parte das administrações das indústrias tendente a melhorar a qualidade dos produtos e, ainda mais importante, diminuir o custo da produção mediante métodos de fabricação mais eficientes e mais econômicos."* (grifos meus, JSLL)

Na seqüência dos relatórios anuais da CTP, este texto do relatório de 1949 como que inaugura um período tendo como objetivo a "economia da mão-de-obra", um eufemismo para uma modalidade do conflito de classes, através da desvalorização da força de trabalho na produção e no mercado de trabalho, aumentando a intensidade do trabalho e utilizando deliberadamente a rotatividade de determinadas parcelas da mão-de-obra como técnica de rebaixamento salarial. Da mesma forma como o relatório de 1927, no seu item "Operários", como que inaugurava, pela manifestação explícita de intenções, um período de expansão e auge do "sistema Paulista" através de uma de suas características, a saber, a ampliação e reorganização da vila operária que vai se consolidando subseqüentemente rompendo resistências e efeitos de inércia (cf. cap. 4); assim também este texto do relatório de 1949 tem tal caráter programático – embora no sentido inverso de uma reordenação da modalidade pela qual se exerce a dominação social sobre os operários de Paulista, tendendo à desagregação da legitimidade de que estava investido o "sistema Paulista" como "tipo-ideal". A ênfase apontada na solução apresentada pela CTP à "crise têxtil" de então está toda direcionada para o seu conflito com os trabalhadores associados, seja através do sindicato – nesta ocasião inclusive sob intervenção ministerial –, seja através de outras formas de associação, então impulsionadas por sindicalistas colocados à margem do sindicato, seja através das formas difusas de resistência na produção embutidas na "cultura fabril" da massa dos trabalhadores. Contrastantemente com sua estratégia em 1931/1932, não se trata agora apenas de uma guerra contra o sindicato operário – que por sinal, evidenciada que está a dificuldade de sua pura e simples extinção, trata-se de influir para a existência de diretorias dóceis à *companhia* – mas de uma guerra à própria "cultura fabril" dos trabalhadores comuns, "cultura fabril" esta tolerada e favorecida pela

própria formação de um grupo social de operários promovida no período anterior pela CTP e que é questão agora de quebrar e reordenar.

Com efeito, não é o sindicato, ele próprio, que está incomodando a CTP em 1949, visto que ele atravessa um período favorável de intervenção ministerial (embora a perspectiva futura de retomada de lutas reivindicatórias por esta entidade possa ser prevista), mas a "cultura fabril" ela própria dos operários. Estas considerações da CTP nas suas "Perspectivas de Negócios" de 1949 foram em grande parte provocadas pela promulgação da lei 605 de 5 de janeiro de 1949 do "Repouso Semanal Remunerado" e suas conseqüências no custo salarial da empresa - o que desencadeia uma argumentação da CTP a respeito de um alegado "efeito perverso" deste novo "encargo social" sobre a disposição de trabalho dos trabalhadores.

*"No início do segundo semestre deste ano [ano comercial da CTP, de julho a julho, o segundo semestre iniciando-se em janeiro] foi criado um novo encargo para os industriais com a decretação da legislação referente ao descanso dominical remunerado. Em conseqüência, o custo da produção aumentou e fomos forçados, a fim de contrabalançar os seus efeitos, a tomar medidas de economia e em tentar elevar a eficiência do nosso operário. Infelizmente, esta tentativa não foi bem sucedida. Constatamos que as medidas de proteção tomadas pelo Governo foram de um modo geral mal compreendidas por aqueles que com elas deviam se beneficiar. O aumento do salário redundou em geral numa diminuição em vez de um acréscimo da eficiência. Se bem que muitos dos nossos operários, e aos quais aqui tributamos o nosso aplauso e o nosso reconhecimento, compreendessem a alta finalidade da medida governamental e os horizontes novos de um nível de vida melhor, a maioria divisoou nela um como que incentivo para diminuir o esforço produtivo. Bem intencionada como foi, redundou contra-producente. Os sindicatos de classe deviam intervir, esclarecendo aos seus associados intenção do governo e a necessidade de produzir mais e melhor, afim de elevar-lhes o 'standard' de vida. Só assim cumprirão estes Órgãos de Classe a sua verdadeira finalidade." (grifos meus)*

Em período de bom relacionamento com o sindicato operário, então sob intervenção ministerial, a CTP se digna em aceitar a existência da entidade, embora lhe imprimindo uma orientação normativa de colaborador unilateral da administração fabril, incitando os operários a um aumento da auto-intensificação do trabalho. Pela primeira vez o sindicato operário é citado em relatório da CTP com a atribuição de um papel positivo, de possível colaborador na organização da produção, ao contrário da carga negativa com que aparece esta entidade nos relatórios de 1932 e 1933 e do silêncio subsequente quando reaparece o sindicato a partir de 1941. Ao contrário, o reconhecimento da possível utilidade de uma entidade como o sindicato de trabalhadores, com a qual a CTP no passado, se mostrava incompatível com a sua própria existência qualquer que fosse sua diretoria, parece ser indicativo da perda de controle por parte da CTP, pelo menos no nível que considera

adequado, do comportamento na produção da massa dos trabalhadores. Ou pelo menos, do seu insucesso na tentativa de adequar e dobrar seus operários a novos padrões de intensidade do trabalho, implicando na intensificação da disciplina no interior da fábrica. Já vimos no capítulo 2, como uma das questões que afetam a disciplina fabril é uma sub parte dessa "microfísica da resistência" dos operários na produção, que diz respeito ao "absenteísmo", à saída voluntária do trabalho, à procura de trabalho em outras seções da fábrica, após desentendimentos com a chefia imediata, no padrão aproximado ao das "aventuras de Severino", fenômenos que compõem o paradoxo da elevada rotatividade dos trabalhadores no interior de uma forma de dominação que os imobiliza através da moradia. A CTP tem a vantagem de pressionar os trabalhadores através do controle da vila operária para diminuir este absenteísmo, atenuando seus efeitos através da convocação do operário em casa pelo vigia oferecendo trabalho na mesma ou em outra seção, ou ainda pressionando e oferecendo vantagens às donas de casa ex-tecelãs para que retornem à fábrica. Neste sentido, o ônus representado pelo "capital improdutivo" investido na vila operária é um suporte essencial para a CTP no sentido da sedentarização e formação de um grupo operário, e uma vantagem comparativa sob este aspecto na concorrência tanto com as grandes fábricas das metrópoles do Rio e São Paulo, que não controlam a esfera da moradia da maioria de seus operários, quanto com as fábricas do interior, que não tiveram sucesso no recrutamento e atração de um contingente operário estável.

Esta vantagem relativa da CTP e a clarividência de sua política de "trabalho para todos" e da construção de uma enorme vila operária ressaltam-se por contraste com o quadro do início dos anos 40 descrito no memorial de industriais têxteis de todo o país (já referido na nota 157 neste capítulo), onde apontam como solução visível para o aumento da produção nacional, necessária para cumprir os contratos com os países aliados em guerra, o aumento da jornada de trabalho ao invés da instituição de mais um turno de trabalhadores:

*"(...) Essa solução [a duplicação das turmas de trabalho] (...) se apresenta desde logo extremamente complexa, dada a grande dificuldade com que lutam as nossas fábricas para, na maior parte das localidades em que se acham instaladas, conseguir operários para manterem em serviço uma única turma de trabalhadores. Até agora, a indústria têxtil tem suportado o pesado ônus da formação do pessoal técnico que necessita. Há além disso, a enorme dificuldade de coibir os reiterados abusos de faltas frequentes ao serviço, sem motivo justificado. Tudo isso faz com que, em algumas cidades, ainda existam estabelecimentos fabris que não têm podido pôr em funcionamento as suas máquinas, com toda a intensidade, por falta de pessoal. A organização de novas turmas de trabalhadores, se possível em raríssimas localidades, apresenta-se impraticável na quase totalidade das zonas em que funcionam os nossos estabelecimentos têxteis" (memorial ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dirigido*



*pelos sindicatos das Indústrias de Fiação e Tecelagem de RJ, SP, PE, MG, Juiz de Fora, CE, AL, SE, Brusque, MA e RS, em 13/4/1944, pg. 3, em arquivo SIFT-RJ).*

Pouco tempo depois, o decreto-lei nº 6.688 de 13 de julho de 1944, denominado “lei de mobilização industrial”, declarando a indústria têxtil de “interesse nacional” para atender aos contratos com as “nações unidas” em guerra, aumenta a jornada de trabalho normal, além de regular severamente as transferências de trabalhadores de uma fábrica para outra, aumentar o rigor das punições quanto às faltas ao serviço (arts. 19 e 23) e equiparar a “falta grave”, – a que se refere a CLT, ao crime de “desobediência” do código penal. Por outro lado, há dispositivos punindo os empresários que demitam sem justa causa seus trabalhadores, para evitar a rotatividade ocasionada por políticas deliberadas dos empresários.

Estas medidas de extensão e intensificação do trabalho fabril, acrescentando às punições previstas na CLT aos trabalhadores uma teia mais cerrada de ameaças, somente serão formalmente relaxadas em 1951, algum tempo após a plena execução dos contratos com os países aliados em seu período de imediato pós-guerra e reconstrução. Apesar da continuidade da vigência da lei de mobilização industrial até o início dos anos 50, no entanto há sinais após 1945, de um relaxamento dos rigores implícitos naquele decreto-lei e, mais que isto, naquele clima de exceção decorrente da guerra mundial e também produzidos pelos anos de ditadura interna do Estado Novo. Por outro lado, há também indicações dos limites de eficácia da “mobilização industrial” diante dos efeitos de inércia resultantes das condições de trabalho, salário e da “cultura fabril” dos operários, mesmo no 2º semestre de 1944, na vigência do decreto-lei 6.688. Assim, por exemplo, o Boletim do Ministério do Trabalho publica em novembro de 1945 uma nota informativa do Prof. Décio Parreiras, diretor da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho do MTIC sobre o “absenteísmo” na indústria, tema de “invulgar importância e atualidade”, comentando os resultados de um inquérito feito em outubro de 1944 por assistentes sociais daquela Divisão em uma fábrica têxtil do Rio de Janeiro, contabilizando o elevado número de “horas perdidas” de trabalho por ausências, e discriminando os motivos de tais ausências. Essa breve peça de uma sociologia industrial americana tupiniquim traz como conclusão aos dados apresentados, uma série de recomendações, algumas referentes a um controle médico e higiênico, outras referentes ao nascente campo do “serviço social” (“conhecer as dificuldades domésticas do trabalhador às vezes corrigíveis ou atenuáveis”, “agir educativamente nos casos de libação alcoólica”), e outras ainda referentes ao campo da disciplina fabril, onde se destacam: “controlar as ausências sem motivo justificado”; “interessar monetariamente os trabalhadores que menor número de faltas derem durante a quinzena”; “despedir os sistematicamente retar-



datários e faltosos”. (cf. “Absentéismo; Boletim do MTIC nº 135, novembro de 1945, págs. 276-279).

É neste contexto de uma campanha de prevenção contra o absentéismo e seguindo as diretrizes de “interessar monetariamente” os não faltosos premiando-os, e punir os “sistematicamente retardatários e faltosos”, que é promulgada a lei 605 de 5 de janeiro de 1949, a lei do repouso semanal remunerado, cuja implantação tanto incomoda a CTP em seu relatório de 1949. Pois para que o trabalhador tenha direito a receber o pagamento correspondente ao repouso remunerado, é necessário que tenha trabalhado toda a semana anterior, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho. A lei exige a justificação formal, comprovada por documentos, de faltas do trabalhador previstas e enumeradas previamente, para que não perca o repouso remunerado. E muitas empresas não aceitam qualquer comprovação documentada de falta ou de atraso, interpretando rigidamente a “assiduidade integral”. Este princípio da “assiduidade integral”, subjacente a esta lei do repouso semanal remunerado, será posteriormente incorporado pela justiça do trabalho, a acordos e dissídios coletivos, tornando-se uma camisa-de-força contra os direitos dos trabalhadores, numa brecha para a burla patronal desses direitos ou desses acordos coletivos (cf. Jover Telles, 1981, pg. 51).

A lei do repouso semanal remunerado, na medida que incentiva monetariamente o trabalhador “assíduo” e pune o “faltoso”, implica num aumento da produção e da “eficiência” na produção, visto que combate uma das causas da queda da produção e de sua “eficiência”, a saber, o “absentéismo”. Mas segundo a argumentação do relatório anual da CTP de 1949 isto não se dá. A levar-se a sério esta constatação da CTP e analisar do ponto de vista do “absentéismo”, é provável que o aumento da remuneração semanal decorrente do repouso remunerado, repercuta – numa força de trabalho recorrentemente organizada pelo parentesco e pelo pertencimento de vários trabalhadores a um mesmo grupo doméstico – num aumento de receita de orçamentos familiares, de forma a liberar com mais frequência algum membro familiar para o “absentéismo”. A “racionalidade” deste cálculo econômico tendo como objetivo o “absentéismo” se justificaria pelas condições de trabalho na fábrica e pela própria lógica da “cultura fabril” dos trabalhadores.

Mas a reclamação do relatório da CTP não é contra o “absentéismo” – visto que o combate a este fenômeno oferecido pela lei do repouso seria irrelevante para a CTP equipada para isto com um controle extrafabril dos seus trabalhadores mais direto através da vila operária – e sim contra a “baixa eficiência”. A lei do repouso pode ter até representado um incentivo e um fator adicional a combater o “absentéismo” dos operários de Paulista, mas ela não se constitui em incentivo suficiente para aumentar a “eficiência”, a auto-intensificação do trabalho por parte do trabalhador na produção. Embora este incentivo exista, pois o pagamento do repouso remunerado ao trabalhador que recebe por produção (o “produtivo” ou “tarefeiro”) é resultado do

somatório de sua produção no horário normal de trabalho dividido pelo número de dias de trabalho da semana, ele é no entanto insuficiente para servir de incentivo ao trabalhador.

É com base nesta ligação entre “eficiência” e montante do repouso remunerado, que a CTP pode argumentar com o “paradoxo”, a “irracionalidade” e a “falta de compreensão” dos seus operários relativamente às intenções da lei. A CTP procura retomar os argumentos, utilizados em textos seus anteriores, de uma pretensa especificidade da “baixa eficiência” do operário têxtil nordestino, e em particular, do operário têxtil de Paulista. Examinaremos mais em detalhe esses argumentos no próximo capítulo.

Cabe, no entanto, assinalar aqui a generalidade abrangente desta resistência do trabalhador à imposição de uma concepção produtivista do trabalho voltada unicamente para a intensificação do trabalho. À “irracionalidade” do trabalhador “tradicionalista”, que não responde aos “incentivos” do salário por produção, Weber opõe a racionalidade própria do trabalhador preocupado em preservar o seu nível de esforço, garantida uma subsistência habitual (Weber, 1981, págs. 37-40). A oposição entre essa concepção do trabalho e do próprio tempo e a concepção específica de diferentes grupos de produtores diretos foi analisada por Bourdieu (1963), no caso de camponeses argelinos, e por Thompson (1967), no caso dos artesãos e trabalhadores ingleses na virada para o século XIX. A generalidade da “Segunda-Feira Santa”, isto é do absentismo na segunda-feira, é conhecida entre trabalhadores ingleses (cf. Thompson, 1967) e franceses (Duveau, 1946, págs. 236-248), durante o século XIX. E as próprias transformações por que passa esse confronto entre concepções de trabalho e o grau de aceitabilidade das “regras do jogo” do trabalho sob o capitalismo, entre os trabalhadores ingleses no decorrer dos séculos XIX e XX são analisadas por Hobsbawm (1981, cap. 17).

Se essa resistência a uma concepção produtivista do trabalho, que leva à “desmedida do trabalho” (Cottureau, 1983), à extração de um sobretabalho sempre crescente, é mais generalizada que a simples “ousadia” da “cultura fabril” dos operários de Paulista, no entanto esta última justifica-se mais ainda pela própria trapaça às regras do jogo efetivadas pela CTP. Pois por detrás da alegada “irracionalidade” de seus operários estão os baixos níveis salariais pagos por produção, as manobras de rebaixamento de preços por tipos de fios, praticado pela administração da produção fabril, que fazem o salário por produção dos banqueiros, fiandeiros e tecelões e respectivos contramestres aproximar-se do salário dos diaristas e, portanto, do salário mínimo, reduzindo os pretensos incentivos à “eficiência” na lei do repouso remunerado.

A questão da concepção do trabalho e da organização da produção, que polariza a CTP de um lado e seus operários de outro, subjacente a esta conjuntura referida no relatório de 1949, terá seus desdobramentos em toda a

década seguinte, que analisaremos mais adiante no capítulo 10. Por outro lado, esta questão já é colocada publicamente pela CTP em duas oportunidades anteriores, o exame das quais é importante para a análise da polarização entre os operários e a *companhia* nos anos 50 e 60. Esta questão é colocada no memorial que a CTP dirige ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em outubro de 1938, por ocasião do recrudescimento da polêmica, no interior dos industriais têxteis, da “superprodução industrial” dos anos 30, o conteúdo deste memorial tornando-se público no decorrer deste debate. E a questão vem à tona publicamente de novo em plena guerra mundial, na conjuntura do aumento do salário mínimo e do “salário adicional” à indústria concomitantes ao “esforço de guerra” e à “mobilização industrial” daqueles anos, através do relatório da CTP de 1944. A confrontação deste dois documentos, produzidos em dois momentos diferentes, pode nos ajudar, por outro lado, a compreender a transição entre a concepção do “trabalho para todos” do “sistema Paulista” e a nova concepção do trabalho e organização da produção a partir dos anos 50.



## Capítulo 9

### Uma Volta ao Passado: o Conflito Entre a “Cultura Fabril” dos Operários e a Eficiência Almejada Pela Fábrica no Auge do “Sistema Paulista”

O memorial da CTP intitulado “Indústrias de Tecidos em ‘Superprodução’” dirigido em 1º de outubro de 1938 ao Diretor Geral do Departamento Nacional da Indústria e Comércio do M.T.I.C., que traz uma longa argumentação de defesa dos interesses das indústrias têxteis “do Norte” contra as “do Sul”, particularmente do Rio e São Paulo, teve grande importância no debate da “superprodução industrial” do final dos anos 30 (cf. Stein, 1978, pg. 161 e 162). Como vimos no capítulo 7, o debate da “superprodução industrial” inicia-se desde 1928 por iniciativa dos industriais têxteis do Rio e São Paulo preconizando a idéia da suspensão das importações de máquinas têxteis, complementada pelo patrocínio, em agosto de 1930, de um projeto de lei ao Congresso prevendo, além da suspensão da importação de teares, a limitação uniforme das horas trabalhadas pela indústria têxtil a 8 horas diárias. Quanto a esta última pretensão, a CTP respondeu ao CIFTA-Rio em dezembro de 1930, argumentando contra essa almejada limitação das horas trabalhadas, que acarretaria o desemprego de uma turma de trabalhadores, equivalendo à metade de sua força de trabalho, com conseqüências sobre a enorme vila operária que mantém em anexo à fábrica. A argumentação desta carta ao CIFTA-Rio defendia então este direito dos mais sagrados, segundo Turgot, o direito ao trabalho, o “direito de trabalhador”. A pretensão dos industriais do Sul na limitação das horas trabalhadas é deixada de lado pelo governo, que, no entanto, satisfaz àqueles industriais, ao decretar, em março de 1931, a restrição à importação de máquinas para as indústrias em “superprodução”, decreto que se completa com a declaração em maio do mesmo ano de estar a indústria têxtil de algodão em “estado de

superprodução". Estas restrições à importação de máquinas têm por prazo 3 anos, embora renováveis, estipulados pelo decreto. No entanto, em novembro de 1933, o governo prorroga até 31 de março de 1937 o decreto 19.739 de março de 1931, fazendo-o 4 meses antes da expiração do prazo previsto naquele decreto, atendendo às pressões dos CIFTAs do Rio e de São Paulo (cf. Stein, 1979, pg. 146). Quando estes dois centros industriais tentam conseguir do governo a 2ª prorrogação do decreto 19.739 de restrições à importação de máquinas, a partir de 1936, desencadeiam-se protestos e controvérsias que somente terminam quando são ultrapassados pelos acontecimentos com a irrupção da 2ª Guerra Mundial. Desta forma, quando expira o prazo de vigência do decreto 19.739, em 31 de março de 1937, embora a campanha dos dois centros industriais por sua renovação se acirre, o Congresso, durante todo o ano de 1937, recusa-se a aprovar a proposta favorável aos controles de importação. Após novembro de 1937, com o Estado Novo, a questão interioriza-se, como tantas outras, no aparelho governamental, sendo entregue a um órgão recém-criado em contraposição às anteriormente poderosas comissões de finanças do Congresso, o Conselho Técnico de Economia e Finanças. Este órgão, por sua vez, pede ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio do MTIC para executar um estudo detalhado da indústria, para responder sobre a existência ou não da "crise de superprodução". Como o prazo de um mês concedido àquele departamento do Ministério do Trabalho somava-se a uma série de adiamentos para a realização deste estudo pedido pelos industriais do Rio e de São Paulo, o CIFTA-RJ, recusado seu pedido de redução de prazo para o estudo, decidiu fazer um estudo independente da pesquisa ministerial para provar a existência da "superprodução". Há neste período uma "guerra" de questionários entre o departamento industrial do Ministério do Trabalho e o CIFTA-Rio, dirigidos aos industriais têxteis. As evidências de bastidores de que os centros industriais do Rio e de São Paulo levavam então desvantagem nos órgãos governamentais que examinavam a questão da "superprodução", culminando com a conclusão do departamento industrial do Ministério do Trabalho de que a tese da "superprodução" caracterizava-se por sua "precariedade científica", ao invés de tranquilizarem os industriais do "Norte", produziam, a partir de outras informações de bastidores, o receio destes industriais de que a forte influência dos dois CIFTAs acabasse impondo uma limitação das horas trabalhadas na indústria têxtil mesmo que perdessem a renovação dos controles da importação de máquinas. Stanley Stein menciona a ação da CTP junto aos interventores federais nos estados do Nordeste e junto aos industriais da área, arregimentando forças contra as propostas dos CIFTAs Rio e São Paulo (cf. Stein, 1979, pg. 158 e nota 76 à pg. 255). Uma fábrica sergipana, a Ribeiro, Chaves & Cia., favorável à proposta da limitação das horas trabalhadas, denuncia em carta confidencial ao CIFTA-Rio esta ação de um representante da CTP do Pará a Sergipe junto aos industriais e aos interventores federais

dos estados. Segundo esta carta, de 3/12/1938 (arquivada no CIFTA-Rio), os maiores aliados da CTP eram os interventores federais, já que alguns industriais nortistas viam por trás dessa pretensa causa dos "industriais do Norte" os interesses exclusivos da CTP que trabalhavam 24 horas por dia para abastecer sua cadeia nacional de lojas de tecido.

É neste contexto de intensa controvérsia, disseminada por todos os industriais têxteis, que é produzido o memorial da CTP ao departamento industrial do Ministério do Trabalho, datado de 1º de Outubro de 1938. O conteúdo deste memorial é elogiado pela respeitada revista empresarial "O Observador Econômico e Financeiro", no seu nº XXXV de dezembro de 1938, que dedica as págs. 111 a 114 a citar e comentar o documento da CTP, dando-lhe razão na maior parte de sua argumentação. Stein também parece simpático tanto ao memorial quanto à posição da CTP no conjunto da controvérsia da "superprodução" vista retrospectivamente a partir da conjuntura da 2ª Guerra Mundial e do pós-guerra (cf. Stein, 1979, págs. 161 e 162). Impressiona particularmente a estes analistas, no memorial, o enquadramento da argumentação específica na controvérsia entre "Sul" e "Norte" ao contexto mais geral da questão internacional da descentralização da indústria da Europa Ocidental para a América e Ásia, provocando a intervenção dos industriais europeus nos mercados mundiais com as "poderosas armas dos seus grandes capitais", prejudicando os novos centros industriais situados em países tradicionalmente agrícolas. Os ataques sofridos pela indústria brasileira da parte de capitais estrangeiros tendem a repetir-se homologamente, segundo a argumentação do memorial, no interior do Brasil, entre o Sul e o Nordeste. A indústria do Rio e de São Paulo, e em particular, algumas poucas fábricas que o memorial aponta como sendo encabeçadas pela *Crespi* e a *Matarazzo* de São Paulo e a *Confiança* do Distrito Federal, quer acabar com a concorrência representada pela florescente indústria nordestina, estrangulando-a com a proibição de importação de máquinas e com a limitação das horas trabalhadas.

O que nos interessa mais de perto ressaltar neste memorial da CTP de 1938 é a sua argumentação quanto à "eficiência" diferencial do trabalhador do "Norte" relativamente à do trabalhador do "Sul". Já aqui encontramos a argumentação que será retomada pela CTP em 1944 e em 1949, quanto à "baixa eficiência" do trabalhador nordestino, e em particular, da sua própria força de trabalho.

*"Conforme observações dos técnicos, na Inglaterra o operário tem um rendimento de 95% de sua capacidade de produção, isto é, a sua eficiência é quasi total diante da possibilidade das máquinas. No Brasil, fez-se idêntica observação, estimando a média de 85% para a eficiência do operário de São Paulo, 75% para a dos outros Estados do Sul e 40 a 45% para a do Norte. Assim, um operário do Sul tem o duplo de eficiência do operário do Norte. (...) Daí resulta que, pagando o Sul à razão de 12\$000 por dia ao operário, o Norte só pode pagar 6\$000.*



*Pagando mais do que isso encarece a sua mão-de-obra, não podendo, portanto, competir no mercado do tecido. Em qualquer fábrica do Sul, um tear é ocupado por um só operário e não existe no Norte nenhuma fábrica, por menor que seja, que possa trabalhar um operário em cada tear, e sim dois."*

Esta argumentação da CTP é contestada não somente pelo CIFTA, que produz um "Memorial Apresentado ao Conselho Técnico de Economia e Finanças Rebatendo Acusações feitas ao Centro" exclusivamente para responder ponto por ponto a argumentação contida no memorial da CTP, mas também pelo "Observador Econômico e Financeiro" que é simpático às suas teses:

*"(...) não conhecemos os dados em que se baseou aquelle industrial para os seus cálculos sobre o rendimento do trabalho no Sul e no Norte. Existem, de facto, certos cálculos já feitos, mas nenhum em carácter definitivo, e nenhum com absoluta segurança." ("SuperProdução de Tecidos", Observador Econômico e Financeiro, nº XXXV, pg. 114).*

Já o CIFTA, no referido memorial ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, argumenta no mesmo sentido que a passagem citada do "Observador Econômico e Financeiro", apresentando adicionalmente dados de outras fábricas de Pernambuco para contrariar a CTP e utilizando-se ainda de dados por ela fornecidos para contra-argumentar com a enorme diferença salarial do que recebem os seus operários relativamente aos operários do Distrito Federal:

*"Desconhecemos a existência de qualquer controle técnico em relação à eficiência dos operários do Norte e do Sul. Somente agora, a Estrada de Ferro Sorocabana creou um curso de Psychotecnia, no qual se fazem as primeiras experiências sobre a eficiência real do operário. A eficiência técnica de uma fábrica está em função de suas instalações, de sua organização e do seu pessoal. Esse rendimento varia principalmente de accordo com o typo de panno a produzir. Não é possível se afirmar, peremptoriamente, que um operário das fábricas do Rio ou de São Paulo tem 75% ou 85% de eficiência, e que o mesmo operário no Norte do paiz tem somente 40 a 45%. A Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco trabalha com tecidos especializados, de altos preços, e a eficiência da sua tecelagem varia de 60 a 65%, a qual pode ser considerada óptima em qualquer parte onde haja indústria têxtil, tendo-se em vista os artigos fabricados. A companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco, proprietária da Fábrica da Torre, segundo estamos informados, trabalhando em tecidos baixos, tem uma eficiência aproximada de 70%. Nas fábricas desta Capital, a eficiência varia de 50 a 75% conforme o tecido fabricado. As fábricas de tecido do Sul, principalmente as do Rio e São Paulo, pagam salários duas e três vezes maiores, do que as fábricas de tecidos do Norte. A companhia de Tecidos Paulista informa,*

*em seu memorial, que possui 10.677 operários, e que paga, anualmente, 15 mil contos de salários ou seja, uma média de 1:400 \$ anualmente, o que corresponde a uma média de 116\$000 por mez por operário. O salário médio do Distrito Federal é 248\$000 por mez, ou seja, mais do dobro do salário pago pelos Irmãos Lundgren." ("Memorial apresentado ao Conselho Técnico de Economia e Finanças", de 7 de janeiro de 1939, incluído como Anexo 2 ao Relatório da Diretoria do CIFTA de 1938, pp. 42-51.)*

É interessante como a elevada temperatura da controvérsia faz com que a sensata ponderação do CIFTA, da inexistência de mensurações confiáveis sobre a "eficiência" comparativa dos operários do "Sul" e do "Norte", seja seguida de uma série de dados referentes à "eficiência" de duas fábricas pernambucanas e do conjunto das fábricas cariocas de mesmo estatuto duvidoso que os dados apresentados pela CTP em seu memorial. Por outro lado, a interessante comparação da ordem de grandeza dos salários médios da CTP e do Distrito Federal, dando números exatos para esta comparação, não chega a contrariar a argumentação da CTP que admite e justifica esta diferença. No entanto, o calor do debate entre os industriais acaba revelando aspectos da relação das fábricas têxteis com seus operários, vindo à tona partes visíveis da relação de exploração e dominação sobre os operários, que envolvem as condições de vida destes últimos, e isto surgido não tanto aqui a partir de um discurso dos próprios operários, mas a partir dessa "fala dos outros" (Paoli, 1984), desse discurso controverso e contraditório dos industriais têxteis em concorrência aberta. Assim, indo no mesmo sentido que a resposta do CIFTA ao memorial da CTP, no que toca à questão dos salários no "Sul" e no "Norte", um industrial fluminense coloca a questão abertamente na imprensa poucos dias após o conhecimento pela CIFTA do memorial da CTP, transmitido àquele Centro por um Conselheiro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, e poucos dias antes da resposta do CIFTA. Defendendo embora os interesses da indústria têxtil carioca, Maciel Filho avança a questão da fiscalização trabalhista diferencial entre os principais centros da produção têxtil nacional.

*"Existe ou não a crise? A esta pergunta todas as fábricas de todo o Brasil e todo o comércio de tecidos de todo o Brasil responderão sim. Exceptua-se a organização dos Irmãos Lundgren, de Pernambuco. Para elles não existe crise. (...) Um dos motivos dessa felicidade se acha no seguinte facto: as firmas pertencentes aos irmãos Lundgren mantêm um quadro de 10.677 operários e a totalidade dos salários pagos é 15.000 contos. Salário médio 117\$ mensaes. O salário médio do Distrito Federal é 248\$170. Em São Paulo é 200\$000. Quem paga 117\$000 não soffre a crise. Está certo.*

*Vamos agora classificar os interesses: a) Indústria do Rio e do Estado do Rio; b) Indústria paulista e mineira; c) Indústria de Pernambuco. Quem se queixa mais da crise? A Indústria do Rio e a do Estado do Rio. Salário médio: 248\$170. A indústria de São Paulo também em grande*

*parte reconhece a existência dessa crise. Salário médio: 200\$000. A indústria de Pernambuco não está em crise. Salário médio; 117\$000. (...) Mas qual a causa dessa diferença de salários? Não se pode afirmar que os salários do Rio sejam bons. Antes podem e devem ser classificados como miseráveis. Mas se, os do Rio são miseráveis, os de São Paulo são infames e os de Pernambuco são de desespero. Não se venha objectar, que o norte oferece melhores condições de vida. As fábricas do Rio e do Estado do Rio em sua quasi totalidade têm villas operárias onde os trabalhadores pagam um aluguel insignificante. Com as de São Paulo ocorre o mesmo. De forma que o Norte só pode oferecer casas peores. Quanto aos preços dos gêneros de primeira necessidade são iguaes senão superiores em Pernambuco uma vez que o grande Estado norista não tem carne nem lavouras de cereaes. Qual a causa dessa diferença de salário? (...) Não se espantem, nem se escandalizem. A legislação social só é cumprida no Distrito Federal e no Estado do Rio. Em Pernambuco, as fábricas dos irmãos Lundgren são notoriamente um feudo. Em São Paulo, tudo está entregue ao Departamento Estadual [do Trabalho]. E o governo passado fechava os olhos ao sacrifício dos trabalhadores [o "governo passado", porque o "atual", o "Estado Novo", como ditadura que se preze não pode ser criticada, e Maciel não é besta, não quer ficar mal com o Estado Novo.]" (artigo "Panno que é Pimenta", no jornal O Imparcial, 4/11/1939, pg.5.)*

A notoriedade de Paulista como um "feudo", a que alude Maciel de passagem, passa a ser um lugar comum, mas não interessa explicitar que ali houve um conflito em 1932 com os operários, fadado ao esquecimento geral, e que o próprio CIFTA no calor da hora deu pleno apoio à CTP. No entanto, a idéia de superexploração em Paulista passada pelo artigo corresponde de fato à impunidade e isolamento "trabalhistas" a que ficou a fábrica na década de 30, após 1932. Por outro lado, ao descartar a CTP simplesmente como um "feudo", que "só pode oferecer casas peores" (aqui entra o etnocentrismo antinordestino da "corte") e situada num Estado que não teria "carne nem cereais", Maciel ignora, ou pelo menos não interessa à sua argumentação, o fato do tamanho da vila operária de Paulista, não comparável às vilas operárias destinadas a parte reduzida dos seus trabalhadores comuns no Rio e em São Paulo, assim como ignora os roçados operários e a feira de Paulista a preços administrados – "segredos" que fazem a fábrica Paulista funcionar bem, apesar de salários de fato "desesperadores", alimentando incessantemente sua cadeia de lojas e parte dos mercados de tecidos baratos do Sul, para desespero dos industriais cariocas e paulistas.

Mais que examinar essa controvérsia intraburguesa, que ilumina a distribuição do poder e a organização social subjacentes à indústria têxtil, analisadas por Stein (1979, cap. 10) e, em suas consequências para os trabalhadores, por Paoli (1984), interessa-nos aqui assinalar a importância da CTP no contexto nacional subjacente à suposta crise da superprodução industrial dos anos 30. E, por outro lado, ao assinalar a importância dos "segredos" do "sistema Paulista" no sucesso desta luta concorrencial no

interior da indústria têxtil nacional, mostrar como a argumentação relativa à “baixa eficiência” dos operários de Paulista, incluídos dentre os operários têxteis nordestinos, implica em 1938, sob as aparências de uma desvalorização do trabalho dos seus operários, na valorização da “moral do trabalho” implícita no seu “sistema” próprio de dominação.

Com efeito, ao contrário do relatório da CTP de 1949, em que à “baixa eficiência” dos trabalhadores é preconizada a solução de uma reorganização da produção (“métodos de fabricação mais eficientes e mais econômicos”), que implica na demissão de trabalhadores e na perspectiva da introdução de máquinas modernas aumentando a expulsão de mão-de-obra, o memorial de 1938 está inserido em plena “moral do trabalho” segregada pelo “sistema Paulista”. A “baixa eficiência dos operários de Paulista é um argumento na luta contra as indústrias do “Sul” e uma “constatação” à qual a CTP procura implicitamente adequar-se (quando não é ela própria, por sua política deliberada de formação e domesticação de um grupo operário, causadora de uma “baixa eficiência” que é uma desvantagem dentre várias vantagens). A esta constatação, a CTP dá a forma e procura passar a força, na redação do memorial de 38, do determinismo geográfico e do etnocentrismo racista pertencentes ao inconsciente cultural da época, ou pelo menos ao dos industriais:

*“Nas populações do Norte predominam os elementos primitivos que entram no seu amalgamento – o branco, o negro e o indígena, formando as chamadas raças de mamelucos e mestiços, quando no Sul, em virtude dos movimentos migratórios, a influência tem sido benéfica na formação da raça mediceval do país. O clima é um dos fatores na influência da constituição da raça. O operário sulino trabalha num clima mais ameno, dispendendo menos energia que o trabalhador nordestino, o qual é forçado a suportar a fadiga provocada pela ação intensa do calor peculiar às zonas tórridas. Assim, o tipo de trabalhador do Norte é, por circunstâncias étnicas, climatéricas, históricas e sociais, muito inferior ao tipo de trabalhador do Sul. Tudo isso concorre para tornar o operário do Sul duas vezes mais eficiente que o operário do Norte. Quer isso dizer que uma fábrica do Norte tem, necessariamente que empregar o duplo do pessoal para obter a mesma eficiência de produção de uma sua congênera do Sul. E ainda assim os resultados não são os mesmos porque ela tem freqüentes e vultosos prejuízos resultantes de defeitos da fabricação do tecido exclusivamente por falta de habilitação do seu operariado. Quantos metros e peças de fazenda se depreciam e se inutilizam totalmente por causa desses defeitos?”*

A constatação da inevitabilidade da menor eficiência do operário nordestino, levando à inevitabilidade tanto de um contingente de operários comparativamente maior – o “trabalho para todos” – quanto de um salário inferior, expressa-se através da constatação da negatividade da composição “mais escura” na “mistura” resultante do “mito das três raças” (cf. Da Matta,

1981, págs. 58-85), tal como ela se daria “no Norte”, despossuído do “embranquecimento” daquela “mistura” realizada pela imigração estrangeira “no Sul”. E é interessante como esta negatividade do “mito das três raças” é implicitamente aceita pelos redatores da resposta da CIFTA ao contra-argumentar neste ponto ao memorial da CTP: ao negar este argumento, o CIFTA, no entanto, concorda com o mesmo etnocentrismo racista produzindo quanto a esta questão um dos consensos no dissenso desta controvérsia<sup>159</sup>. Essa constatação do CTP, que se exprime por um lado através do inconsciente cultural de um “mito das três raças” racista, exprime-se também por outro lado, através desse inconsciente cultural da burocracia que é uma certa utilização da estatística: o memorial da CTP ao mostrar como ela emprega muito mais operários em suas fábricas, levando-se em conta variações no número de teares e fusos, que as fábricas de São Paulo, procura reforçar a demonstração de sua desvantagem relativa representada por uma menor “eficiência” dos seus operários.<sup>160</sup>

<sup>159</sup>“Quanto ao elemento primitivo que entrou no amalgamento das populações do Norte, trata-se de um fenômeno que também se observa nas regiões sulinas. A quasi totalidade do operariado têxtil é brasileira. A percentagem de estrangeiros é insignificante, bastando reparar-se que no Districto Federal, a quantidade de estrangeiros na indústria de tecidos não alcança 10% do operariado. Nas fábricas do interior, especialmente no Estado de Minas Gerais, essa percentagem muitas vezes não atinge a 1% “(Memorial do CIFTA ao Conselho Técnico da Economia e Finanças, em anexo ao Relatório da Diretoria do CIFTA de 1938, pg. 48).

Note-se que esta argumentação tem que se socorrer de Minas Gerais para eludir o peso numérico dos operários estrangeiros no Rio e principalmente em São Paulo.

<sup>160</sup>“Para firmeza da asseveração feita, de que o operário nordestino produz menos que o sulino, transcrevo abaixo os dados comparativos da eficiência de cada fábrica (São Paulo e Pernambuco), em relação ao número de operários empregados:

Jaffet (SP)	1.600 teares e 45.000 fusos	2.391 operários
Matarazzo (SP)	3.524 teares e 90.664 fusos	4.069 operários
Votorantin (SP)	1.580 teares e 67.640 fusos	3.830 operários
Paulista (PE)	1.700 teares e 43.000 fusos	6.512 operários
Rio Tinto (PB)	1.142 teares e 32.000 fusos	4.165 operários

O *Observador Econômico e Financeiro* (art. cit. pg. 114) considera estes números uma “demonstração interessante” que “vem rectificar, de certa maneira, a afirmação anterior [sobre dados de fontes duvidosas das eficiências comparativas dos operários no “Sul” e no “Norte”], referente ao rendimento do trabalho na região norte do paiz”. O contramemorial do CIFTA aponta uma sub-avaliação do número de teares e fusos da CTP relativamente ao por ela declarado em inquérito do departamento industrial do MTIC, além de procurar dizer que a CTP teria 3 turnos de trabalho enquanto as outras, só teriam 1, o que é duvidoso pois a CTP tinha 2 turnos nesse período, embora certas seções trabalhassem 24 horas por dia. (Anexo ao Relatório da Diretoria do CIFTA de 1938, págs. 49 e 50).

A estas constatações da inevitabilidade do emprego de um contingente operário relativamente mais numeroso, pago a salários inferiores que se justificam por uma eficiência relativa proporcionalmente inferior, a CTP vincula as suas “responsabilidades” decorrentes de um modelo peculiar de industrialização, que investe na parte extrafabril do seu território e da vida social de seus trabalhadores:

*“No município de Rio Tinto (Parahyba), foram construídas 3.000 casas para operários, que são entregues aos mesmos para moradia, pagando a insignificante taxa de 30\$000 mensais. No de Paulista (PE), outras 2.500, todas por conta exclusiva das Fábricas. Além disso, mantém a companhia nesses municípios, escolas, igrejas, postos médicos, parque de diversões, cinema, etc., para seus operários. Do município de Paulista para os de São Lourenço, Pau D’Alho, Igarassu e Nazareth, foram construídas estradas de ferro e de rodagem, em extensão de centenas de quilômetros, sendo que as de rodagem foram entregues ao Governo para livre trânsito, e a sua conservação, até hoje, é mantida, exclusivamente à custa da firma dos irmãos Lundgren. Até fins de 1937, toda a iluminação elétrica do município era fornecida por conta exclusiva da companhia. Essas são despesas avultadíssimas que recaem sobre o industrial nordestino e de que está livre o industrial sulino”. (Memorial da CTP de 1938, pg. 12 e 14)*

A argumentação da CTP no seu memorial de 1938 sobre a “baixa eficiência” dos seus operários está assim plenamente integrada com a sua política de “pleno emprego” e de formação de um grupo operário, moldado numa disciplina fabril e extrafabril onde a “moral do trabalho” do “sistema Paulista” tem toda sua importância. Embora esse raciocínio viesse alimentar o arsenal de argumentos na luta contra os industriais do Rio e de São Paulo, por ocasião da polêmica da “superprodução industrial” dos anos 30, inegavelmente a “cultura fabril” e as formas de resistência na produção dos operários, que estão em parte subjacentes a isto que a CTP vê como “baixa eficiência”, constituíam-se numa contradição favorecida pelo “sistema Paulista” e sua “moral do trabalho para todos”. Mas esse mal era como que inevitável, portanto tolerável, pois era um mal menor da engenhosidade desse “sistema” de formação e dominação de um grupo operário próprio. E neste contexto geral a argumentação contra a “baixa eficiência” no memorial da CTP, ao contrário de ser incoerente, é, em verdade, fiel.

Tal não é o caso deste outro texto patronal significativo desta transição da legitimidade do “sistema Paulista” diante de seus operários para a ilegitimidade das formas de dominação assumidas pela CTP, o relatório anual aos acionistas de 1944. Aqui, a ênfase se desloca da inevitabilidade da “baixa eficiência” para a sua irracionalidade perversa, acompanhando nos detalhes de uma descrição pormenorizada, eivada de etnocentrismo de classe, algumas manifestações da “cultura fabril” dos operários.



*"Fabricação:*

*(...) Como fator quasi desconcertante a influir solertemente sobre o progresso da produção, temos a registrar a mão-de-bra atual. Apesar de considerável aumento do salário mínimo [aumentos decretados em 15/7/1943 e 10/11/1943] e, mais, a instituição do salário adicional industrial [decretado em 11/5/1943 e 10/11/43, e alterado para menos em 28/2/44 só para Pernambuco, Bahia e São Paulo (Campinas)] autênticos incentivos para o elasticimento das tarefas, a produção não aumentou, como logicamente seria de esperar. Ao contrário, com a garantia de um salário mais elevado, os operários tornam-se menos perserverantes, faltando continuamente ao trabalho sem justa causa, concorrendo este absenteísmo para enfraquecê-la, além de, quando no trabalho, estarem em freqüentes conversas ou afastados das máquinas, diminuindo assim assustadoramente a eficiência destas, o que vale dizer que o rendimento, a nosso contragosto, se desenvolve na ordem inversa do aumento dos salários, a despeito de todos os esforços empregados para combater essa manifesta tendência para a inércia. Durante todo o ano, a produção diária das fábricas veio declinando num ritmo progressivamente alucinante, tendo sido registrada no último mês deste exercício a queda de 29%. As perspectivas que se nos defrontam são por demais sombrias para alimentarmos qualquer otimismo a respeito duma melhora imediata de vez que se verifica ainda por um pronunciado declínio diário. Foi inócuo, como vedes, o apelo do Governo no sentido de se incrementar a produção por todos os meios, visto que não está o mesmo sendo bem compreendido pelo nosso operariado." (grifos meus).*

Semelhantemente ao relatório de 1949, que do ponto de vista da argumentação não passa de um sucedâneo deste, o relatório de 1944 faz essas considerações sobre a "baixa eficiência" dos operários logo após um aumento salarial decretado pelo governo federal: no caso deste relatório, os dois aumentos de 1943 do salário mínimo, pela primeira vez reajustado 3 anos após sua introdução em 1940, e o "salário adicional industrial", ligado ao contexto da "mobilização industrial" para a guerra e ao aumento da jornada normal de trabalho; e no caso do relatório de 1949, a introdução do repouso semanal remunerado. Acossada por reajustes ou aumentos salariais de origem governamental, à CTP, que já havia se manifestado por escrito em 1938 com a sua teoria "estática" de uma estrutural e inevitável eficiência relativa mais baixa do operário nordestino vis a vis ao do Sul, é oferecida a extraordinária oportunidade de aperfeiçoar sua teoria com uma "dinâmica" da baixa eficiência dos operários, que nada mais é que uma reinvenção ou uma premonição criativa da "backward bending supply curve of labor" ou "curva reversiva de oferta de trabalho", esse primor etnocêntrico da teoria econômica neoclássica.<sup>161</sup> Mas o que está por detrás desta demonstração eloqüente da

<sup>161</sup> Para uma análise crítica desta "curva", "cuja idéia é que pessoas com comportamento tradicional só trabalham o necessário para assegurar um nível mínimo de vida e qualquer tentativa de tornar esse trabalho mais eficiente ou aumentar a remuneração por unidade de esforço resultará simplesmente em



obsessiva “obsoleta mentalidade do mercado” (Polanyi, 1947 pg. 111) que esconde a sua arma naturalizada e dissimulada, o medo da fome como incentivo ao trabalho, para ressaltar apenas o incentivo da expectativa de ganho, que devia funcionar neste caso e aparentemente não funciona? Pois mais que uma ilustração de teses neoclássicas, a visão do relatório de 1944 exprime uma resposta e uma tática patronal a partir de conflitos mencionados nas entrelinhas que ocorreram naquele “ano comercial”.

Uma coisa pode logo ser deduzida das entrelinhas ou dos não-ditos do relatório de 1944 se o compararmos com os silêncios ou as presenças do memorial de 1938 e do relatório de 1949: o problema da existência do sindicato operário e da sua “eficiência” (aqui parece que a palavra se reveste de sentido contrário ao desejado pelos industriais) ou não na defesa dos interesses dos trabalhadores. Pois se em 1938, o silêncio do memorial da CTP corresponde à inexistência real do sindicato operário em Paulista – que não consegue sobreviver à intervenção branca sofrida por aquela entidade em outubro de 1932, destruindo sua finalidade, a junta governativa subsequente não conseguindo manter vivo o sindicato no decorrer de 1933 e após – assim como simetricamente a presença do sindicato no relatório de 1949 corresponde à existência farsesca de um sindicato sob intervenção ministerial e dócil à companhia, o silêncio do relatório de 1944, ao contrário, corresponde a uma existência incômoda para a CTP do sindicato operário ressurgido em 1941.

De fato, a intervenção traumática de outubro de 1932, que destruiu o sindicato operário e após a qual se instaurou em Paulista um período de proibição da própria palavra “sindicato” ou se possível do pensamento no significado desta palavra – como bem mostram os relatos da morte dos galos de briga do Coronel Frederico (cf. cap. 7) – não conseguiu banir dos operários de Paulista a vontade de voltar a ter o seu sindicato. Assim, os depoimentos dos operários mais antigos mencionam as saídas cautelosas e às escondidas de muitos operários que se filiavam ao “sindicato da Várzea”, o “sindicato dos operários em fiação e tecelagem do Recife”, com sede no bairro da Várzea, reconhecido pelo Ministério do Trabalho em novembro de 1932, e onde procuravam freqüentar algumas atividades e trocar idéias e orientações. E há indícios de que a idéia, localmente subversiva, da constituição de novo sindicato, teve alguma continuidade e mediações com a experiência anterior através do trabalho de organização de operários e de empregados de escritório que tiveram uma atuação moderada no sindicato anterior – como é o caso do contramestre de tecelagem Genuíno Fialho, que

---

menor número de unidades [de esforço, de trabalho] oferecidas”, cf. Salm e O'Brian, 1970, pg. 96. Para uma análise crítica do uso da categoria *produtividade* na aplicação da teoria neoclássica na literatura econômica sobre emprego, desemprego e subemprego no desenvolvimento e no subdesenvolvimento, cf. Leite Lopes, 1978, particularmente pp.140-145.

fez parte da “comissão de contas” daquele sindicato – ou mesmo uma atuação dissidente àquele sindicato, colaborando na criação do “Núcleo Sindical dos Operários e Empregados de Paulista” que foi manipulado pela direção da CTP na guerra da *companhia* ao 1º sindicato operário – como é o caso do empregado de escritório Ramiro Ramos de Lima, delegado sindical do 1º Sindicato Operário e um dissidente fundador do “Núcleo Sindical”(cf. cap. 7), que no novo sindicato tem uma atuação “honorífica” como presidente das assembléias na qualidade de membro mais idoso no conselho fiscal (cf. atas das Assembléias). A iniciativa da organização do novo sindicato, que toma novo alento com a substituição do interventor federal no Estado, já no período do Estado Novo, parece ter tido importante respaldo de uma “elite” de trabalhadores mais estáveis e qualificados, tanto do interior da fábrica, onde se destaca a importância de alguns contramestres como o próprio Genuíno Fialho, quanto dos escritórios, onde é proeminente a participação do pastor protestante Antonio Torres Galvão, genro de outro empregado do escritório “de destaque”, Ramiro Ramos de Lima. (Para observar-se indícios de recorrência da importância de empregados administrativos e de escritórios das fábricas no sindicalismo que se consolida no Estado Novo, cf. também o caso de Diógenes Wanderlei, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Açucareira em Pernambuco, cf. Leite Lopes, 1976, pg. 72-73).

A “Associação Profissional” dos operários têxteis de Paulista é fundada e instalada em outubro de 1941, no decorrer de um período de ameaças e pressões por parte da *companhia* contra os organizadores e os filiados ao “sindicato” o qual, no entanto, apoiado por Agamenon Magalhães, interventor federal em Pernambuco, é reconhecido como sindicato pelo Ministério do Trabalho em 26/6/42.<sup>162</sup> Derrotada no seu jogo de ameaças físicas diretas a organizadores e filiados à associação profissional, e particularmente ao seu presidente Genuíno Fialho, com a fundação e o reconhecimento ministerial do sindicato, a *companhia* consegue “vingar-se”

---

<sup>162</sup>“Depois que o sindicato daqui acabou [o 1º Sindicato Operário, em 1932], começamos a nos filiar ao sindicato da Várzea. Só depois da vinda de Agamenon para a Interventoria é que se fundou o segundo sindicato, lá na rua da Imperatriz [em Paulista]. O Genuíno Fialho [o 1º presidente deste 2º sindicato] era um contramestre de tecelagem, e eu fui ajudante dele. Tanto no primeiro sindicato, eu participei com ele, e era ajudante de contramestre dele, como no 2º sindicato também. Do 1º sindicato, de Roberto Marques, ele participou da comissão de contas. Ficou na organização da associação, e por intermédio de Agamenon, transformou em sindicato. Quando o sindicato se fundou, ele foi eleito presidente. Antes disso, era associação, filiada ao sindicato da Várzea. Já tinha um grupo mais ou menos grande de operários filiados na associação. Saía daqui escondido, e se filiava lá. Tinha carteira e tudo. Depois, resolveram funcionar a associação na casa do Genuíno. A companhia tentou impedir isso e uma quantidade grande de vigias lá chegaram a invadir a casa dele. Agamenon não gostou, e fez saber disso. E fez funcionar o sindicato”. (ex-contramestre de tecelagem e sindicalista)

pouco tempo depois com uma denúncia ao Ministério do Trabalho de pequenos problemas contábeis na administração do sindicato, visando provocar uma intervenção ministerial, a qual no entanto é contornada por influência de Agamenon Magalhães, articulando junto ao Ministério apenas a troca de cargos dos membros da diretoria do sindicato, assumindo Torres Galvão a sua presidência no início de 1943 (dados de entrevistas).

Portanto, um dos aspectos não-ditos subjacentes ao discurso sobre a relação inversa entre salários e eficiência contido no relatório de 1944 é justamente a presença e a ação do sindicato de trabalhadores nos dois anos que se seguem à sua instalação e reconhecimento ministerial. Embora longe dos padrões de "autonomia sindical" e dependente do apoio da Interventoria Federal no Estado, o sindicato, no entanto, tem uma importância na articulação de apoios no interior do governo e dos aparelhos estatais para a reivindicação de direitos, para a investigação, julgamento e punição eventual do não cumprimento destes direitos por parte dos patrões. Esta ação pode tentar assim contrabalançar a ação patronal junto a diferentes instâncias do governo seja diretamente em nome da *companhia*, seja indiretamente através dos sindicatos patronais. É importante assim que as diversas circunstâncias internas ao grupo operário, como sua persistência na associatividade sindical, assim também como as circunstâncias externas ao grupo como a conjuntura política estadual e nacional, permitam a reestruturação do sindicato num momento que coincide com as conseqüências sobre a indústria têxtil da decretação e implementação do salário mínimo, após maio de 1940.

Já vimos, no final do capítulo 7, como reage a CTP diante das démarches locais prévias à instituição do salário mínimo no âmbito da Comissão do Salário Mínimo de Pernambuco, tanto junto aos seus operários com essa peça épica da "teatralização da dominação", tendo por cena principal o discurso do Coronel Frederico para os seus operários perfilados na esplanada da fábrica, quanto nos recursos apresentados à Comissão do Salário Mínimo e indeferidos pelo Ministério do Trabalho. No entanto, instituído o salário mínimo em maio de 1940, a resistência prévia da *companhia* manifestada com estardalhaço e vencida, transforma-se numa resistência silenciosa porém mais eficiente no domínio da aplicação prática da implantação da lei. Pois, particularmente na indústria têxtil, a prática tradicional do pagamento do salário por produção dá margem aos industriais de suscitarem controvérsias de interpretação junto ao Ministério do Trabalho, assim como lhes propicia um controle e uma margem considerável de manipulação na operação de transformação por que deve passar o salário mínimo calculado *por tempo* no salário mínimo calculado *por produção*. Pois esta operação de transformação deve passar pelo interior mesmo dos controles inerentes ao "laboratório secreto da produção", por uma análise quantitativa do rendimento dos operários realizada pela própria administração da empresa.

memorial implicitamente contraria o preceito do dec. 399 de "uma remuneração *diária nunca inferior* à do salário mínimo por dia normal de serviço"; permitindo-se pagar uma remuneração diária *inferior* ao saláriomínimo diário, os industriais esperam incentivar os trabalhadores a, no decorrer da semana ou da quinzena conseguirem marcas diárias de remuneração que superem o salário mínimo diário, e assim poderem receber *em média*, no final da semana ou da quinzena, um salário *não inferior* ao salário mínimo semanal ou quinzenal. Ou mais ainda, o memorial propõe implicitamente que esta *média* não inferior ao salário mínimo se efetue entre os trabalhadores de um mesmo "serviço" delimitado, alguns deles ganhando menos outros mais que o salário mínimo, mas todos, *em média*, nunca abaixo do salário mínimo<sup>165</sup>. O raciocínio contrário, diz o memorial, implica na destruição do sistema do salário por produção tradicional na indústria têxtil:

*Interpretar a lei de forma diferente, seria condemnar ao desaparecimento o sistema de tarefas e empreitadas, pois, si o operário que é pago por esse regimen tiver sempre garantido o salário mínimo do dia normal de serviço, não mais existirá o estímulo na intensificação da produção, nem interesse em se dedicar ao serviço, porquanto, qualquer que seja a produção verificada, o mesmo teria a possibilidade de percepção do salário mínimo para a respectiva região ou zona. Isso seria nivelar o bom e o mau operário e estimular a negligência e a indolência, com graves prejuízos e repercussão immensamente desastrosa para toda a produção nacional e a economia do país". (Memorial CIFTA ao Ministério do Trabalho, em 12/6/1940, in arquivo do CIFTA)<sup>166</sup>*

<sup>165</sup>"Desde que a tabella para pagamento das tarefas e empreitadas proporcione, em média, aos tarefeiros e empreiteiros, um salário igual ou superior ao salário-mínimo, essa tabella não infringe nem offende a lei do salário-mínimo. Si, em determinado serviço, operários com os mesmos elementos de produção e com os salários calculados em idênticas tabellas, alcançam remunerações distanciadas, esse facto não pôde ser imputado às tabellas e sim à falta de efficiencia, à falta de dedicação, à falta de capacidade ou à negligência e indolência dos respectivos empregados."

<sup>166</sup>Este memorial também trata da "correção dos salários, em função dos serviços pagos por tarefas e empreitadas, das *diversas regiões ou zonas*", propondo "a introdução, nas tabelas acima, de um coefficiente de correção, que será função da habilidade do operário, pois não é justo ser exigido do operário menos habilitado a mesma produção daquella pedida ao operariado especializado e em condições profissionaes mais adeantadas." É curioso que neste momento o industrial Antonio Lacerda de Menezes, da fábrica carioca Confiança Industrial, coordenador da subcomissão constituída no CIFTA para "estudar tecnicamente a questão do salário-mínimo" na indústria têxtil, produzindo um extenso estudo de determinação das efficiências nos diferentes serviços têxteis no Distrito Federal, tenha utilizado a favor da sua argumentação, expressa nos textos da subcomissão, citações do "memorial vindo do Norte por ocasião da crise têxtil de 37/38"; isto é, o memorial da CTP de Outubro de 1938, na parte relativa à eficiência diferencial entre os operários

Esta argumentação é respondida antecipadamente, já no dia 18 de junho de 1940, pelo Dr. Costa Miranda, diretor do Serviço de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, a uma consulta feita por uma firma carioca, não-têxtil, a Cartonagem Maracanã Ltda., que pergunta: "no caso em que os operários que trabalham por empreitada não produzirem uma importância igual à estipulada no salário mínimo, caso esse em que fica evidenciada a sua pouca capacidade de produção, como devemos proceder?" Após um arrazoado de sete páginas, Costa Miranda propõe ao Ministro do Trabalho que:

*"a) quando o salário for ajustado por empreitada ou convencionado por tarefa ou peça, o valor do serviço prestado garantindo ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo que vigore na região, por dia normal de serviço, será igual ao volume de produção que forneçam dois terços dos respectivos assalariados utilizando-se os mesmos elementos de trabalho e operando em igualdade de condições.*

*b) quando se observar redução do 'serviço prestado' computado ou não em 'considerações ao tempo', mas diretamente vinculado à 'unidade obra' ou a um 'resultado mínimo', determinado será, desde que, convertida em dia, a soma das perdas ultrapasse o total admitido pelos artigos 6 e 9 dos Decretos nºs 23.103 e 23.768, de 19/8/1933 e 18/1/1934, facultando o desconto proporcional que, cobrável do assalariado que nele incidir, não poderá exceder a 30% do salário mínimo vigente na respectiva região.*

*c) quando pelo volume de produção igual ao valor do serviço empreitado, portanto, quando não se observar perdas ou reduções, for pago salário inferior ao mínimo, o trabalhador terá direito, não obstante qualquer contrato ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário."*

Este parecer é levado em conta pelo Ministro do Trabalho para regular a matéria, acrescentando a especificação do cálculo do que é considerada a "produção normal" dos operários "tarefeiros", na portaria ministerial n. SCM. - 328 de 15 de julho de 1940<sup>167</sup>. O CIFTA imediatamente divulga e

---

do Sul e do Norte, e que naquela conjuntura, contrariamente a esta, foi rebatida com veemência pelo CIFTA.

<sup>167</sup>Esta portaria fornece as seguintes instruções para regulamentar o artigo 8º do decreto-lei 2.162 de 1º de maio de 1940:

"Art. 1º - Para os trabalhadores pagos por tarefa, será considerado como salário-mínimo, por unidade de tarefa, o que se obtém dividindo o salário-mínimo diário local pela produção normal de unidades de tarefa realizáveis em um dia de trabalho.

"Art. 2º - Considerando-se produção normal a média de produção que forneçam dois terços dos respectivos assalariados utilizando os mesmos elementos de trabalho, e operando em igualdade de condições.

§1º - Para calcular-se, inicialmente, a produção normal, tomar-se-á como base a

orienta seus associados na maneira de proceder para cumprir as determinações daquela portaria, determinações estas que parecem satisfazer – pela falta de explicitação do contrário e pela imediata especificação do cálculo do salário mínimo por tarefa entre as fábricas têxteis – a pelo menos parte substancial de suas preocupações contidas no memorial do dia 12 de junho. Com efeito, o cálculo do salário mínimo, pago por produção, na indústria têxtil, passa pelo “laboratório secreto da produção”, isto é, passa por determinações que somente a administração da fábrica tem acesso e controle, tornando muito mais complicada que no caso do salário por tempo, a base factual para sustentar as reclamações dos trabalhadores assim como a efetivação de uma eventual fiscalização trabalhista. E mais além do controle absoluto do conjunto das informações necessárias à especificação do cálculo, a administração fabril possui também o controle dos meios que alteram as próprias “condições de trabalho” nos diferentes serviços têxteis, tais como, por exemplo, o funcionamento das máquinas ou a qualidade do algodão – e isto apesar das aparentes precauções e advertências feitas pelo CIFTA aos seus associados:

*“Os salários dos serviços por tarefa e empreitada deverão ser calculados de acordo com o salário mínimo por unidade produzida. Para se saber qual o salário mínimo por unidade produzida, deverá a fábrica: 1º) relacionar as quantidades de unidades de tarefa produzidas por toda a turma de tarefeiros e empreiteiros que utilizem os mesmos elementos de trabalho e operem em igualdade de condições; 2º) destacar a quantidade de unidades de tarefa produzidas por 2/3 dos tarefeiros que tenham alcançado maior produção; 3º) verificar a média diária de unidades produzidas para cada um dos operários que compõem o grupo dos 2/3 dos tarefeiros que tenham alcançado maior produção; 4º) dividindo o salário mínimo diário da respectiva localidade pela média diária de unidades produzidas por operário nos 2/3 de tarefeiros que tenham alcançado maior produção, se encontrará o valor de salário mínimo por unidade de tarefa. Nenhum salário por serviço de tarefa e empreitada poderá ser calculado em base inferior ao salário mínimo por unidade de tarefa encontrada de acordo com a regra acima. Conforme esclarecemos acima, é indispensável que os cálculos para conhecimento do salário mínimo por unidade de tarefa sejam realizados entre os empreiteiros e tarefeiros que utilizem os mesmos elementos de trabalho e operem em igualdade de condições. No caso de tecelagem, por exemplo, esses cálculos deverão ser feitos separadamente para cada tipo de tecido cujo preço de tarefa, por metro, for diferente.” (Anexo à Circular 27/1940, de 18/7/1940 do CIFTA aos seus associados, in arquivo CIFTA).*

---

produção obtida no estabelecimento considerado, num período trimestral anterior ao dia 1º de Maio de 1940.

§2º – A produção normal nos períodos subseqüentes será obtida tomando-se como base a que tenha sido alcançada no último trimestre anterior ao respectivo cálculo.” (Diário Oficial, 16/7/1940).



Quais as conseqüências em Paulista desta transformação controversa do salário mínimo por tempo em "salário mínimo por unidade de tarefa", que passa a ser o parâmetro do tradicional pagamento do salário por produção em diversas seções importantes das fábricas têxteis? Tal transformação controversa passa a ser um campo possível, dissimulado e "secreto", da resistência da CTP à própria lei do salário mínimo que aquela companhia explicitamente combateu na fase anterior à promulgação do decreto-lei de 1º de Maio de 1940.

No entanto, neste campo propício à diminuição sistemática da remuneração devida aos operários "produtivos" ou "tarefeiros", a CTP deparou-se com a limitada ação do sindicato dos trabalhadores reconstituído no início dos anos 40, no período mesmo que coincide com estas conseqüências e repercussões do salário mínimo, particularmente sua incidência sobre o salário por produção.

Acossado em sua existência mesma pela *companhia*, apesar dos propósitos moderados de sua diretoria, o sindicato tem dificuldades materiais de funcionamento: a casa que inicialmente lhe serve de sede, que só lhe foi cedida sob pressão do governo estadual, é constantemente cercada ou espionada por *vigias*, há cortes de luz na casa que coincidem com a realização de assembléias e reuniões. Nestas circunstâncias, a campanha que começa a ser desenvolvida em 1943 para a edificação de uma sede própria, com recursos de mensalidades majoradas dos associados, empréstimos de órgãos governamentais, e com uma "campanha do tijolo", que se alastra entre os operários, adquire um significado antipatronal inusitado para além da obra de construção civil de uma sede. Assim também a dotação de um serviço médico do próprio sindicato que se associa ao projeto de construção desta nova sede, adquire também uma conotação antipatronal que transborda a intenção assistencialista acoplada à concepção sindical dominante no Estado Novo emanada do Ministério do Trabalho (cf. ata da assembléia geral extraordinária do sindicato dos trabalhadores, de 30/4/1944, e cf. também o cap. 5).

E dentre os seus atos modestos, dirigidos pela estrita via administrativa, condicionados pelo autoritarismo patronal local e pelos limites sindicais e políticos impostos pelo Estado Novo e interiorizados e legitimados pela diretoria sindical, o sindicato consegue, no entanto, articular a ação do Ministério do Trabalho com entidades sindicais patronais e de trabalhadores para constituir uma comissão de fiscalização ao pagamento do salário mínimo por parte da *companhia*. Este trabalho transparece em nota oficial do sindicato, publicada na imprensa diária de Recife, em resposta ao relatório anual da CTP de 1944, no seu item "Fabricação", supracitado.

*"Tendo a Companhia de Tecidos Paulista, em seu relatório anual publicado no 'Diário Oficial do Estado' de 20 do corrente, págs. 13114, feito as mais graves acusações ao operariado da Paulista, chegando mesmo a se manifestar contra a instituição do salário mínimo e do*



salário-adicional, quando diz que: 'com a garantia de um salário mais elevado, os operários tornam-se menos perseverantes', este sindicato, fiel à sua missão de defender os trabalhadores, sente-se no dever, não somente de protestar contra a aludida publicação, como de esclarecer o que efetivamente se passa neste grande parque industrial.

O que há realmente em Paulista é, além de uma administração inadequada, incompatível com a evolução social que se processa no Brasil, uma sonegação sistemática do salário mínimo, mediante tabelas de preços irrisórios, registrando-se sonegações até de 96% na contraprestação salarial-mínima garantida por lei aos trabalhadores.

Não avançamos alegações infundadas. O que afirmamos é o resultado de meticoloso trabalho de estatística realizado 'in loco' por uma comissão nomeada pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho, por portaria nº 16 de 4/8/44, e remetido a este órgão de classe por aquela autoridade administrativa, pelo ofício nº - 2803 de 13/9/44. Vale ressaltar que a referida comissão foi composta de um funcionário federal, um representante patronal indicado pela Federação da Indústria do Estado de Pernambuco e um representante dos empregados indicado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Norte e Nordeste.

O mais grave de tudo, porém, é que, apesar de notificada pela autoridade competente a dar cumprimento às novas tabelas elaboradas pela comissão, na base do salário mínimo, a CTP até esta data nenhuma providência tomou a respeito, persistindo, destarte, no seu propósito de desrespeitar uma lei de ordem pública, como é a do salário mínimo.

À vista do exposto, segue-se que à CTP cabe toda a responsabilidade pela suposta queda da produção dos seus operários, pois é um princípio moral que, a quem não paga o mínimo, falta autoridade para exigir o máximo. Paulista, 22 de setembro de 1944. A. Torres Galvão - Presidente." (Folha da Manhã, 23/9/1944).

Esta resposta do sindicato à CTP, revelando publicamente a polêmica entre a *companhia* e seus operários a respeito do ritmo da produção e dos salários<sup>168</sup> fornece-nos outras dimensões subjacentes a tal disputa: mais que o desenvolvimento de aspectos inerentes à "cultura fabril" dos operários diante do agravamento de suas condições de trabalho com a "mobilização industrial" na "economia de guerra", parece haver uma ação concertada dos operários visando à diminuição deliberada da produção em represália à manipulação da tabela salarial dos operários "produtivos" para baixo do salário mínimo. E esta ação deliberada é tanto mais concreta quanto moti-

---

<sup>168</sup>Graças talvez à notoriedade pública desta polêmica é que provavelmente nosso então assistente-de-pesquisa Eduardo Navarro Stotz pôde encontrar o folheto referente ao Relatório da CTP de 1944 depositado na Biblioteca Nacional (único relatório da CTP ali encontrável como publicação à parte) e a partir da data do qual pudemos começar a armar o quebra-cabeças da séria histórica dos relatórios anuais da CTP, com o trabalho da então assistente-de-pesquisa de Rosilene Alvim, Maria Carmem de Almeida Bello, sem dispor de informações diretas da parte da CTP; nos Diários Oficiais do Estado ou complementarmente em jornais da grande imprensa de Recife na própria Biblioteca Nacional.

vada também por outra manipulação salarial da CTP, desta vez não somente atingindo apenas os operários que ganham por produção, mas o conjunto da força de trabalho ao descontar 8% do salário dos operários "a título de fornecimento de medidas de caráter higiênico aos seus empregados". Este desconto, denunciado ao Ministério do Trabalho pelo sindicato dos trabalhadores<sup>169</sup>, tem sua validade jurídica negada pelo consultor jurídico do Ministério pelo fato que, embora "autorizado em lei, deverá resultar, *todavia*, de acordo entre as partes contratantes, empregadores e empregados", acordo este inexistente. A CTP, sem poder utilizar-se dentre os descontos permitidos em lei do salário mínimo, correspondentes a "salários in natura", do desconto da casa fornecida pela fábrica, pois os operários pagam aluguéis, utiliza-se da alegação de fornecimento gratuito de "medidas de caráter higiênico" a seus operários, cuja base real deve ser o fornecimento da água através do sistema de chafarizes da vila operária, ou o saneamento das áreas pantanosas e a limpeza das levadas que, além de evitar doenças, propiciam melhores condições aos roçados operários "das várzeas". A CTP de todas as maneiras possíveis busca cortar seus custos salariais aumentados com a lei do salário mínimo de Maio de 1940, e com os reajustes do salário mínimo acrescidos da instituição do salário adicional industrial, todos ocorridos em 1943.

Estes conflitos com os seus operários a propósito das repercussões da decretação do salário mínimo agravam-se e se tornam mais agudos, ao serem interceptados por um ressurreição, em 1943, do velho conflito de toda a década de 30, com os industriais do Sul, e que parecia ter morrido com a nova conjuntura aberta com a deflagração da guerra mundial. A própria decretação do salário mínimo em maio de 1940, preocupando o conjunto dos industriais têxteis com os efeitos de sua transposição para o seu sistema de salários por produção, contribuiu para manter provisoriamente uma frente comum tácita, inicialmente de questionamento e expectativa face ao Ministério do Trabalho, e depois de recolhimento aos respectivos "laboratórios secretos" para ali estudarem o controle e a manipulação dos cálculos salariais por serviços e postos de trabalho. Neste contexto de "frente comum" vimos

---

<sup>169</sup>Esta denúncia ao Ministério do Trabalho e a resposta ministerial sob a forma de parecer do consultor jurídico daquele ministério, Oscar Saraiva, que dá razão ao sindicato, estão contidos em carta de Torres Galvão, presidente do sindicato dos operários de Paulista, a Agamenon Magalhães, encaminhando em anexo o parecer em resposta à consulta feita pelo sindicato "por ocasião dos descontos arbitrariamente procedidos em março deste ano [1944] pela CTP nos salários de seus operários". A carta inicia-se com a frase: "Com o objetivo de prestar o meu desvalioso concurso na campanha meritória em que está empenhado o Governo de V.Excia., no sentido de reeducar alguns elementos retardatários da nossa indústria, aconselhando-os ao acatamento às leis escritas e às leis morais (...)" (Ofício de 30/6/44 do presidente do sindicato dos trabalhadores de Paulista, Torres Galvão, ao Interventor Federal de Pernambuco, in Arquivo Agamenon Magalhães do CPDOC/FGV). O parecer de Oscar Saraiva é datado de 20/5/44 e a aprovação do Ministro Marcondes Filho é de 24/5/44.

como o próprio CIFTA se utiliza de argumentos, face ao governo, tomados de empréstimo do memorial da CTP de 1938, contra aquele centro dirigido. No entanto, quando da gestação dos reajustes, 3 anos após, do salário mínimo, torna a aparecer a velha concorrência "regional" intraburguesa do setor têxtil.

De fato, a decretação dos índices do salário adicional fixados para Pernambuco por ocasião da instituição do salário adicional industrial (decreto-lei 5.473 de 11 de maio de 1943), propiciando uma taxa de aumento salarial proporcionalmente maior que a de São Paulo, leva os industriais pernambucanos a verem-se como vítimas da nova ofensiva dos industriais do Rio e São Paulo semelhante à ocorrida quando do auge do debate sobre a superprodução industrial em 1938. Essa visão de uma "revanche" dos industriais do "Sul" por sua derrota em 1938, quando não conseguem prorrogar as medidas de contenção à importação de máquinas ou controlar as horas de trabalho na indústria têxtil, é encampada por Agamenon Magalhães que, numa série de cartas ao Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, toma a defesa da indústria pernambucana. Nesta defesa, Agamenon encampa não somente a briga com o "Sul"<sup>170</sup> como também a tese de que "a produção da mão-de-obra é aqui muito mais baixa", sendo que "o critério certo para a fixação do salário mínimo nas várias regiões do País, é o da produtividade relativa do operário em cada zona". (carta "reservada" de Agamenon Magalhães a Marcondes Filho de 19/11/1944 e "nota técnica" em anexo, "Nota sobre os recentes decretos federais relativos aos aumentos de salário", in Arquivo Agamenon - CPDOC). Esta mesma defesa é feita em estudo, encaminhado por carta ao Presidente da República, de Eugênio Gudín, a pedido da companhia ferroviária nordestina "Great Western", engrossando a preocupação geral das companhias industriais nordestinas. (cf. carta de Eugênio Gudín a Getúlio Vargas de 23/12/43, com anexo "Nota sobre o Salário Industrial, in Arquivo Agamenon - CPDOC). E na carta de 13/12/1944 a Marcondes Filho, Agamenon chega a utilizar-se de raciocínio ilustrativo, provavelmente ouvido de industriais, assemelhado ao expresso pela CTP no item "Fabricação" do Relatório de 1944:

---

<sup>170</sup>"(...) Não se pode negar que em todas as deliberações ou atos humanos, há uma influência de 'fatores imponderáveis'. A idéia do salário adicional partiu da Coordenação Econômica com a colaboração da Confederação das Indústrias e do Sindicato Têxtil do Rio de Janeiro. Eis aí o fio da meada. A concorrência industrial foi o 'imponderável', o fator oculto da perturbação".

(carta de Agamenon a Marcondes Filho de 13/12/1944, arquivo Agamenon-CPDOC).

Nesta mesma carta, Agamenon aponta como parte da manobra dos industriais do Sul o aumento da diferença entre valores do salário mínimo entre Pernambuco de um lado e Alagoas e Paraíba do outro, com o objetivo de minar a indústria têxtil pernambucana pelos flancos através da concorrência "por baixo" que lhe faz a indústria têxtil alagoana e sergipana.

*"O salário adicional, como taxa de distribuição de lucros pelos operários [lucros extraordinários devido à guerra], não deve ser incorporado ao salário mínimo, como ao ordinário. As condições do pós guerra podem determinar uma modificação. (...) Outra exigência, e essa necessária em defesa das indústrias atingidas, é que se estabeleça, como condição para perceber o salário-adicional o implemento das horas de trabalho na semana. O que estamos verificando aqui é que 30% dos trabalhadores, devido aos aumentos do salário, estão trabalhando dois a três dias apenas na semana. Não se adaptaram aos novos padrões de vida. Porfiam na miséria. Habituarão-se ao pouco, e no pouco desejam viver. A lei deve impor também deveres."*

Em sua resposta à carta de 19/11/44 de Agamenon Magalhães, sem data, mas situada no início de dezembro, Marcondes Filho procura refutar, numa longa carta de seis páginas, as insinuações de receptividade às pressões dos industriais do "Sul" na determinação dos índices por região dos salários adicionais, e, principalmente, procura demonstrar a justeza de uma política de diminuição – embora lenta e progressiva – dos diferenciais do salário mínimo entre as regiões. E anexa dois pareceres neste sentido do Sr. Costa Miranda, Diretor do Serviço de Estatística (SEPT) do Ministério do Trabalho. Apesar disto, os industriais pernambucanos e Agamenon parecem ter feito prevalecer sua argumentação e sua força: em 28 de fevereiro de 1944 é assinado o decreto-lei nº 6.297 alterando a tabela do salário adicional para a indústria, revendo assim o decreto-lei 5.978 de 10/11/43, no que se refere apenas a Pernambuco, Bahia e São Paulo (Campinas). O salário adicional da "1ª zona" de Pernambuco, que pelo decreto de novembro era de Cr\$ 90,00, (a soma com os Cr\$ 240,00 do salário mínimo totalizando Cr\$ 330,00), é reduzido a Cr\$ 60,00 e a soma com o salário mínimo diminui para Cr\$ 300,00. A vitória dos industriais *do Recife* é tanto maior quanto em compensação – diminuindo o diferencial do salário mínimo entre as zonas do interior de Pernambuco – o decreto de fevereiro de 44 aumenta o salário adicional da "2ª zona" de Pernambuco de Cr\$ 70,00 para Cr\$ 90,00, aumentando também sua soma com o salário mínimo de Cr\$ 180,00 para Cr\$ 270,00.<sup>171</sup>

A vitória dos industriais do Recife só não é maior porque há uma outra vitória embutida no decreto de fevereiro de 1944: é a vitória da CTP contra o enquadramento de Paulista na mesma zona de Recife e Olinda feito pelo decreto de novembro de 1943.<sup>172</sup> Logo após o decreto de 10/11/43, a CTP

<sup>171</sup>O decreto de fevereiro de 1944, restabelece assim a tendência da tabela do 1º decreto sobre o salário adicional, de 11 de maio de 1943, onde o salário adicional era maior no interior que na capital, tendência essa alterada pelo decreto de novembro de 1943, prejudicando a indústria da 1ª zona.

<sup>172</sup>Desde maio de 1940, as duas zonas de salário mínimo em Pernambuco são: "1ª zona – Recife (capital) e Olinda e 2ª zona – demais localidades e distritos". O decreto de 10/11/43 inclui Paulista na 1ª zona, ao lado de Recife e Olinda. O decreto de 28/2/44 restabelece a 1ª zona incluindo apenas Recife e Olinda e

envia ao Ministério do Trabalho um memorial, datado de 23/11/43, contendo longa exposição de 15 páginas sobre a improcedência deste enquadramento de Paulista na 1ª zona do salário mínimo, baseada na argumentação de que não existe a "identidade de meios de vida" entre os trabalhadores de Paulista e os de Recife e Olinda. Infelizmente, não pudemos obter cópia deste memorial, mas apenas sua referência e poucas citações no 2º parecer, anexado à carta de Marcondes Filho a Agamenon acima referida, do Dr. Costa Miranda, diretor do SEPT, que em 11 páginas rebate a argumentação da CTP, encaminhando ao Ministro parecer favorável à manutenção de Paulista na 1ª zona e indeferindo o pedido da recomendação daquela companhia têxtil. Seria interessante ter-se a argumentação desenvolvida pela CTP para mostrar o "isolamento" e a especificidade dos "meios de vida" de seus operários comparativamente aos da capital. Pois a CTP, ao insinuar que a velha concorrência entre os industriais do "Sul" contra os do "Norte" passa pela tentativa de prejudicar especificamente a ela, numa aliança tática eventual dos industriais do "Sul" com os de Recife e os de outras fábricas de municípios próximos à capital<sup>173</sup>, passa a defender-se deste isolamento político com a demonstração de seu isolamento enquanto organização social<sup>174</sup>. No entanto, a argumentação da CTP, citada por Costa Miranda, e em cima da qual ele baseia seu parecer, é muito "geográfica", envolvendo distância e meios de transporte da capital, que são propícias a uma contra-argumentação da descaracterização da especificidade de Paulista. E neste memorial, volta a mesma antiga argumentação do memorial de 1938, da eficiência diferencial dos operários "do Sul" e "do Norte", vinculada a esta tentativa atualizada de destruição pelos industriais "do Sul" do seu principal concorrente do Norte, a CTP. Esta argumentação, rejeitada pelo diretor do SEPT, sensibiliza, no entanto, a Agamenon Magalhães e é possível que seu empenho também junto a esta questão específica, a da pretensa "injustiça" da inclusão de Paulista na "1ª zona", tenha sido um dos fatores decisivos para a revisão que resulta no decreto de fevereiro de 1944.

A esta posição ambígua do Interventor Federal Agamenon Magalhães – que viabiliza a existência do sindicato de trabalhadores em Paulista contra a

---

constitui uma nova 2ª zona compreendendo Paulista, Moreno, São Lourenço da Mata e Jaboatão (onde estão localizadas respectivamente a CTP, a fábrica de Moreno, a fábrica de Camaragibe e as oficinas da Great Western) e constitui mais uma 3ª e 4ª zonas com os outros municípios do "interior".

<sup>173</sup>“O assunto (...) já vem sendo reeditado através diversas tentativas, quer por parte das indústrias do Sul, quer pelos industriais da capital do Estado, visando criar uma situação injusta para Paulista em relação às outras empresas localizadas nas zonas do interior”. (citação do memorial da CTP feita no parecer de Costa Miranda).

<sup>174</sup>“Isso concorre para que Paulista se torne (...) um núcleo de vida autônoma, vivendo de seus próprios recursos e sem ligações estreitas com os centros adiantados da Capital”. (citação feita por Costa Miranda).

vontade da CTP, mas por outro lado, ao defender os interesses da indústria pernambucana na concorrência com os industriais têxteis do Rio e São Paulo onde tem grande importância a CTP, prejudica melhorias salariais dos trabalhadores pernambucanos e, em particular, dos de Paulista que são a finalidade mesma daquele sindicato e daqueles trabalhadores – corresponde um antagonismo claro entre a CTP de um lado e seus operários, particularmente através do seu sindicato, do outro. Tal antagonismo manifesta-se na oposição entre o relatório da CTP de 1944 e na resposta a ele dada pelo sindicato, em que é feita a denúncia da manipulação salarial e da “sonegação de direitos”.

Por seu lado, ao relatório da CTP de 1944 interessa mostrar, tanto para efeitos de seu conflito com seus operários, quanto para efeitos de sua briga com os outros industriais, particularmente os “do Sul”, que a sua força de trabalho é intrinsecamente pouco eficiente, pouco disciplinada, e renitente a incentivos materiais racionais. É provável que esta relutância dos trabalhadores à disciplina fabril de fato existisse, seja pela recém-constituição de contingentes de uma força de trabalho “inexperiente”, aliciada “no interior” como indicam os relatórios da CTP de 1939 e 1940 (cf. Capítulo 4), seja pelo próprio desenvolvimento da “cultura fabril” dos trabalhadores (cf. Cap. 2), seja pela potencialização desta “cultura fabril” espontânea, através de uma ação concertada, tal como sugere a resposta do sindicato ao relatório da CTP de 1944. Mas o relatório anual aos acionistas, este documento público utilizável para destinações políticas, radicaliza esta descrição da “situação na fabricação” visando efeitos políticos relativamente ao governo, e aos seus concorrentes industriais, tomando por objeto uma descrição alarmista e caricatural do trabalho dos seus operários.

Tal descrição, ressaltada entre os operários pela própria resposta pública a ela dada pelo sindicato através da imprensa, torna-se para eles decepcionante diante dos esforços exigidos por um período de ampliação de mercados e encomendas, que ocorre simultaneamente à dificuldade de manutenção e reprodução dos meios de trabalho – impossibilidades de importação de materiais auxiliares, peças e máquinas, com a guerra, que sobrecarregam o esforço produtivo e a criatividade dos operários, alternando-se com períodos de baixa remuneração decorrentes de interrupções na produção por falta de material. A descrição da CTP é, assim, totalmente contraditória com o trabalho dos operários do setor de oficinas e fundição, onde desde o período das restrições à importação de máquinas têxteis, de 1931 a 1937, e posteriormente no período da guerra, esse setor garantiu a reposição de peças, a remodelação e mesmo a fabricação de teares completos, constituindo-se num autêntico “Setor I” de produção de bens de produção no interior do território da fábrica têxtil. Essa preparação e capacitação das oficinas



desemboca na produção própria de teares completos em 1938<sup>175</sup>. Com efeito, no período de vigência do decreto 19.739, de restrição à importação de máquinas têxteis, a CTP adotou uma estratégia em duas frentes: na primeira delas, tentando importar máquinas nas brechas do decreto, sujeitando-se à aprovação e fiscalização do MTIC, o que significa pedidos de importação de máquinas outras que não os teares de tecelagem<sup>176</sup>; e na segunda frente, potencializando suas oficinas e as constituindo num "laboratório secreto" de produção de novos teares<sup>177</sup>. Esta produção própria de teares ou de peças

<sup>175</sup> Assim indica um "Perfil Histórico da Empresa" preparado pela fábrica de Rio Tinto na Paraíba, bem mais completo que o texto datilografado correspondente feito para as fábricas de Paulista: "1938 - Preocupada em aumentar cada vez mais a oferta dos seus artigos, então já consolidados no mercado, foram edificadas novos prédios e montados novos teares na denominada 'Fábrica Regina', integrada ao parque existente. Na ocasião, foram adicionadas cerca de 1.000/1.200 novas máquinas, todas construídas nas oficinas da CTRT." (texto datilografado, a mim fornecido nos escritórios da CTP, que deve ter integrado algum projeto da empresa à SUDENE; os grifos são meus).

<sup>176</sup> Os decretos de restrição à importação de máquinas de 1931 e 1933 deixavam uma brecha para esta importação desde que a fábrica provasse que *não haveria aumento na produção*. Neste período, muitas fábricas enfrentavam um desequilíbrio crônico entre a demanda de fios por parte de seus teares de tecelagem e a produção de fios de suas seções de fiação. Era freqüente a operação em ritmo extraordinário das seções de fiação das fábricas têxteis em decorrência deste desequilíbrio (em parte provocado por necessidade de mudança de fio devido à mudança na preferência dos consumidores) que o decreto de restrições à importação vinha agravar (cf. Stein, 1979, pg. 151). Mesmo assim, o Ministério do Trabalho julgava pedidos de importação de teares de fiar e outras máquinas justificados por uma mudança qualitativa da produção freqüentemente na forma restritiva de que também provocariam aumentos quantitativos na produção. Assim, o pedido da CTP para importar, em 1933 (após restaurada a "harmonia" com seus operários enlutados da morte de seu sindicato) 68 máquinas de cardas; duas de estiragem; 68 bancos dos quais 3 grossos, 5 intermediários, 16 finos; 36 máquinas para fiar urdimento e 8 para fiar trama; 4 engomadeiras, 8 urdideiras e 12 penteadeiras; este pedido é parcialmente negado, o MTIC operando, dentre estas máquinas, uma distinção entre as que significam reposição de máquinas deterioradas ou obsoletas e máquinas significando uma ampliação da produção. Cf. pedido e parecer no *Diário Oficial* de 22/05/1933. Em maio de 1934, o governo relaxou os controles sobre a importação de máquinas de fiar preparatórias e intermediárias (cf. Stein, 1979, pg. 151).

<sup>177</sup> Embora a CTP não vá publicamente divulgar a existência deste "laboratório secreto", que faz parte de suas atividades "autárquicas" (a lenha, os roçados e a feira, etc.), para não aumentar a ira de seus concorrentes sulistas e dar argumentos para um revigoramento da proibição à importação de máquinas, no entanto, não deixa de mencionar, no seu relatório anual de 1937, a capacidade produtiva de suas oficinas, onde o leitor pode supor a possibilidade da passagem de suas atividades declaradas de manutenção para atividades não declaradas de produção de novas máquinas através da montagem das peças fabricadas:

"(...) a nossa oficina foi consideravelmente ampliada e munida de



para teares continuará sendo feita na fundição e oficinas mecânicas da CTP mesmo no pós-guerra, na década de 50 e início dos anos 60, quando eram menores as restrições às importações de teares, produção esta feita paralelamente às eventuais importações, numa política de "reserva autárquica" que tem suas analogias com a referente utilização continuada de lenha simultaneamente à utilização mais moderna de óleo nas caldeiras (cf. relatório anual de 1962). A produção própria de peças de teares pela CTP só diminuirá quando da "modernização" da fábrica a partir dos anos 60. Com efeito, com a decisão de efetivamente implementar um plano de reequipamento da fábrica em várias seções, e, em particular, de introduzir teares automáticos na seção da tecelagem, cessa também a necessidade da fabricação própria de teares mecânicos antigos, as chamadas, pelos operários, "máquinas pé-duro", e com isto fica parcialmente ociosa a seção de fundição e a de oficinas mecânicas. Para aproveitar essa capacidade instalada e, mais que isto, um contingente importante de "artistas" e profissionais formados na fábrica, e a partir daí, investir num outro empreendimento, embora em parte "verticalmente integrado", é que a CTP formula um projeto de uma fábrica de teares automáticos em Paulista - projeto este que, não tendo se concretizado, não deixa, no entanto, de ser significativo para esclarecer retrospectivamente a importância anterior da fundição e das oficinas da fábrica<sup>178</sup>.

---

modernas e eficientes máquinas para poder desempenhar-se da importante tarefa de efetuar todos os concertos e renovações necessárias para conservar os nossos machinismos em ótimo estado de eficiência."

Segundo pude recompor de informações de entrevista com o gerente da "Divisão Industrial" atual da CTP, sr. Schuman, desde 1936 na *companhia*, conjugadas com outras informações, com as restrições à importação de máquinas nos anos 30, há um período em que só há trabalho para um turno da tecelagem, devido à desproporção com a fiação. Com a aprovação parcial do pedido em 1933 de importação de máquinas para a fiação e pré-fiação, passa a haver uma desproporção inversa entre as seções, ficando enfraquecido o potencial da tecelagem com as dificuldades de renovação das máquinas. Assim é que em 1938, teria havido as montagens de cerca de 2.500 teares nas oficinas de Paulista e de Rio Tinto (de 1.000 a 1.200 em Rio Tinto, de 1.300 a 1.500 em Paulista), montagens estas que continuam acentuadas no período da guerra.

<sup>178</sup>"Cogitamos de implantar nesta cidade a fabricação de teares automáticos, para o que dispomos de todos os elementos imprescindíveis, tais como, uma fundição adequadamente equipada, além de mão-de-obra qualificada, etc." (Relatório anual da CTP de 1960). Este projeto contava com apoio técnico da companhia Kovo da Checoslováquia e foi encaminhada ao CODEPE e à SUDENE. Os relatórios de 1961 e 1962 registram que tal projeto continua em tramitação na SUDENE, sem solução, para depois não ser mais mencionado nos relatórios subsequentes. Por outro lado, em 1960, inicia-se a "modernização" da seção de tecelagem, a qual recebe novas máquinas "modernas", havendo a substituição de parte dos antigos teares mecânicos por novos teares automáticos. (cf. folheto da CTP, "CTP: Modernização para acompanhar o progresso brasileiro", produzido provavelmente em 1972, quando da aprovação de financiamento pela SUDENE).

Há assim uma tradição profissional das oficinas das fábricas de Paulista de que se orgulham os velhos operários remanescentes, orgulho este vinculado não somente à "arte" inerente àqueles profissionais e sua concepção do trabalho (cf. Alvim, 1972 e 1983 e Leite Lopes, 1976), mas também ao caráter estratégico de sua produção, seja em períodos de dificuldades de aquisição de máquinas, seja por uma opção autárquica deliberada da fábrica que os valoriza:

*"O fundidor era muito considerado por causa da arte da pessoa. E porque a fundição é o coração de uma indústria. Porque fabrica as peças. E todo mundo sabe o seguinte: se conhece de perto que todas as indústrias querem uma fundição. Coitada da indústria que não tem fundição (...) Essa fábrica mesmo comprava poucas peças, né. E principalmente, vamos dizer, neste tempo, quase que exclusivamente de tecelagem. Nessa altura, justamente o que acontecia aqui é que fazia muitas peças pras máquinas de tecelagem. Pro trabalho de tecelagem todas as peças eram feitas aqui. Peças de tecelagem pras máquinas antigas, que nós chamamos de 'máquinas pé-duro'. Essas máquinas eram todas feitas aqui e montadas aqui. Sala da fundição aquelas peças brutas, fundidas, e ia pras oficinas pra torneiar, pra aperfeiçoar elas todinhas pra depois ir para a montagem. Da primeira à derradeira peça. A máquina completa. Fazia todas em casa mesmo, todas aqui não comprava não. Dava a maior produção aqui em Paulista. Porque as oficinas tinham seu maquinário, seus oficiais pra trabalhar, então se fazia todas aquelas peças. Porque tinha mais vantagem de fazer do que comprar fora. E teve um tempo aí, antes da guerra, que não podia comprar fora, o comércio era pouco. Mas já hoje é máquina moderna e já vem de fora. Já compra de fora, e aí diminui muito as oficinas." (ex-fundidor, aposentado).*

O ex-fundidor José Diniz foi incorporado às oficinas da "Fábrica Velha" em 1933 como aprendiz numa política da CTP de formação local de uma força de trabalho qualificada das oficinas. Nascido em Paulista e filho de um empregado da CTP prezado pelo patrão pois, cuidando dos seus cavalos, tomou-se o encarregado da famosa condelaria, a história de vida de José Diniz parece mostrar, por contraste com a facilidade de sua entrada, a dificuldade relativa do comum dos operários do acesso ao aprendizado das oficinas, aprendizado este, por sinal, que é uma das medidas do modelo de sucesso e realização do artista, a sua qualidade de oficial-"mestre"<sup>179</sup>. No entanto, esta

---

<sup>179</sup>-Eu fiquei pouco tempo na tecelagem. Depois eu saí, e fui trabalhar lá na [fábrica] Aurora, no acabamento de pano. Depois eu achava que devia aprender uma arte, entences eu pedi aos donos aqui de Paulista pra aprender uma arte. Eu falei pra meu pai, meu pai falou pra ele, e ele disse: 'Ah, eu vou botar ele na fundição'. Aí eu perguntei se era arte boa, né. Ele disse que era, né. Entences eu fui. Aí fiquei. (...) Porque eu achava que o homem tinha o dever de aprender qualquer uma arte. Eu achava muito bonito o pessoal das oficinas, essas coisas. Eu achava bonito aquilo, e queria conseguir fazer. Aí consegui. Tanto que depois, eu tive muitos aprendizes que vieram aprender comigo. Alguns estão no

dificuldade relativa de acesso, sinal da diferenciação interna dos operários de Paulista entre os operários profissionais das oficinas e os operários das seções "produtivas" da fábrica, é dissimulada no tratamento das oficinas como mero caso particular do modelo geral do "trabalho para todos" do "sistema Paulista" contrastado com um presente de dificuldades maiores<sup>180</sup>.

Mas, além dessa formação local através do aprendizado de filhos de operários que conseguem colocação nas oficinas, há também a procura da CTP por profissionais já formados para a ampliação das oficinas de Paulista. Já vimos anteriormente (cf. a nota 8 no capítulo 1) como houve um tipo de aliciamento peculiar visando aos profissionais de oficina, este aliciamento incidindo particularmente sobre os operários das oficinas das usinas de açúcar. Assim como para a fabricação das peças maiores das máquinas de tecelagem, fabricadas nas oficinas da CTP, eram compradas como sucata máquinas antigas de engenhos e usinas para serem fundidas e transformadas em novas peças<sup>181</sup>, assim também, esse recrutamento de "oficiais" e "meio-oficiais" das oficinas das usinas de açúcar para as oficinas das fábricas têxteis, configuram aspectos, pelo lado do processo de trabalho e da formação da força de trabalho, desta interdependência açucareiro-têxtil assinalada por Francisco de Oliveira (Oliveira, 1977, págs. 36, 53/54) do ponto de vista do capital (cf. também Leite Lopes, 1979, págs. 81/82).

Se a apreciação do relatório de 1944 sobre o trabalho dos operários é particularmente injusta para com o esforço dos operários das oficinas<sup>182</sup>, ela também o é com relação aos operários trabalhando na fabricação propriamente dita no interior da fábrica. Apesar de situados desfavoravelmente em relação aos *artistas* das oficinas numa hierarquia profissional, são os operá-

---

Rio e em São Paulo. Um mesmo trabalha em Volta Redonda."

Para o estudo dessa lógica da *arte* e do aprendizado da *arte*, cf. Alvim, 1972 e 1983 e Leite Lopes, 1976.

<sup>180</sup>"Antigamente, não era difícil a pessoa formar uma arte, mas agora é. Primeiro não era mas agora é difícil porque tem que passar primeiramente pelo SENAI, pela escola, e depois as oficinas são menores. No tempo do Coronel Frederico, a pessoa que trabalhava numa seção, não habitava, aí podia ser transferido pra outra, ele dava a transferência, né. Ele tinha muito gosto, nesse ponto. Ele gostava muito da pessoa que desenvolvesse o seu pensamento, a sua idéia, a sua vocação de trabalhar." (ex-fundidor)

<sup>181</sup>"Quando é pra fazer aquelas peças muito grandes, aí traz as peças de ferro de moenda, aquelas ferragens de usina, ferro inglês que é uma espécie de ferro de moenda, uma espécie de ferro que chega brilha, que parecia aquela cor de inhamé." (ex-fundidor José Diniz). Um ex-motorista da fábrica assinalou, em entrevista, ter carregado de caminhão, máquinas e peças compradas de usinas de açúcar em direção à fundição da CTP.

<sup>182</sup>O relatório de 1944 implicitamente reconhece este esforço ao assinalar, em outro trecho, os "embaraços para manter a nossa produção em nível normal" devido à dificuldade na aquisição de tintas e drogas, "como também a de acessórios, cuja falta, em pequena escala, vem sendo suprida com um esforço quase sobrehumano das nossas oficinas mecânicas."

rios que ganham por produção nas seções de pré-fiação, fiação e tecelagem – a quem parece estar primordialmente dirigida a apreciação crítica, sobre seu desempenho no trabalho, do relatório de 1944, mais que aos operários da Fábrica Aurora, das seções de acabamento do pano – que polarizam a diferenciação interna dos operários têxteis (ao contrário, por exemplo, da diferenciação dos operários das usinas de açúcar, polarizados pelos *artistas* das oficinas, cf. Leite Lopes, 1976) não somente devido a certas características intrínsecas ao trabalho útil da profissão, mas também características associadas à condição da profissão tais como as regras do jogo (incluindo também as trapaças) do salário por produção.

Faz parte das características do trabalho útil de *banqueiros, fiandeiros e tecelões*, particularmente destes últimos, um tempo de aprendizagem que ultrapassa o seu período formal inicial e se prolonga pela experiência do trabalhador, durante anos de trabalho. Isto porque o “mistério” dessas profissões está menos na operação pura e simples da máquina que na vigilância à frágil e delicada matéria-prima que corre no conjunto de máquinas sob a *responsabilidade* destes profissionais, e na conseqüente intervenção para adequar o ritmo das máquinas às menores interrupções na produção passíveis de serem obtidas. O segredo é, inclusive através de um conhecimento intuitivo do funcionamento das máquinas, prever o seu iminente enguiço, seja conseguindo evitá-lo, seja chamando de imediato o contramestre, conseguindo assim uma otimização do tempo mínimo de máquina parada e sua conseqüente interrupção da contabilização do salário por produção. Por outro lado, estes operários são todos absorvidos numa vigilância contínua ao funcionamento do conjunto de máquinas, mas por outro lado, eles se transformam integralmente em trabalho manual ágil sobre a matéria-prima quando, nas interrupções da produção, os fios se partem. Os operários produtivos da fábrica têxtil são assim, enfrentando o trabalho simultaneamente monótono e intenso e que exige grande habilidade e rapidez sobre um material frágil, “os órgãos visuais e táteis do aparelho produtivo” (cf. Halbwachs, 1970, pg. 69 a 71). O aspecto da habilidade manual, mais exacerbado dentre esses operários no caso da profissão do tecelão, tem seu tipo-ideal cristalizado na profissão de *passadeira de rombo*. A habilidade manual do tecelão – que no período das “máquinas pé-duro” eram em sua maioria mulheres – se concentra nas interrupções da produção, quando faz um trabalho manual de religação dos fios, e é limitada pelas exigências de continuidade da produção, pois esse trabalho manual reduz-se ao caso de máquinas paradas com poucos fios partidos. O desenvolvimento desta habilidade manual do tecelão concentra-se na profissão de *passadeira*, resultando do desdobramento daquela habilidade diante dos constrangimentos da necessidade da continuidade da produção, constrangimentos impondo ao tecelão a predominância de seus atributos de vigilância sobre os seus atributos tácteis. Geralmente exercida por tecelãs experientes, a profissão de

*passadeira* cuida das máquinas com muitos fios rompidos, exigindo um trabalho paciente e demorado, envolvendo as fases de desembaraçar, emendar e religar na máquina os fios partidos (cf. Leite Lopes, 1979, pg. 31/33). E dos *banqueiros*, falaremos no capítulo seguinte.

Mas, além de suas habilidades, inerentes à sua profissão, esses operários “produtivos”, os mais visados pelo relatório de 1944, têm também como qualidade necessária inerente à profissão, a suportabilidade e a paciência, adquiridas como parte daquilo que se apresenta para eles como disciplina fabril, de conviverem com as regras do jogo do salário por produção – tão funcionais à pressão produtivista permanente que provoca, como assinala Cottureau (1983, págs. 71-112), a “desmedida do trabalho” que caracteriza o cotidiano fabril – que já lhes são tão desfavoráveis mesmo sem a manipulação e o segredo que são tão freqüentes. Pois à complicação dos cálculos de transformação do parâmetro do salário mínimo por tempo em salário por produção, envolvendo cálculos de “eficiência” das máquinas e do trabalhador por diferentes tipos de fios, aos quais freqüentemente se agrega o segredo do preço da unidade de salário por produção, soma-se ainda a possibilidade de manipulação conforme a qualidade da matéria-prima empregada. A suportabilidade desse jogo, cujas regras já são por definição desfavoráveis – implicando numa intensidade crescente de esforço em vista de resultados nem sempre correspondentes ao esforço dispendido, e dos quais depende um padrão de subsistência comprimido ao máximo –, tem seus limites condicionados à irrupção de uma “transparência da exploração” abalando a legitimidade dessas regras do jogo. E uma das ocasiões propícias à constituição desta “transparência” se dá no período das conseqüências da aplicação do padrão do salário mínimo ao salário por produção em Paulista, particularmente após os reajustes do salário mínimo em 1943.

Pois se a manipulação das “unidades de salário por tarefa”, de difícil fiscalização por parte dos trabalhadores é tolerada quando das conseqüências da decretação do salário mínimo em 1940, ela torna-se mais evidente por ocasião dos aumentos no salário mínimo e da instituição do salário adicional, em 1943. Então também a CTP se defrontava, ao contrário de 1940, com um sindicato estruturado e legalmente reconhecido, e embora limitado pelo decreto-lei 4.637 de 31/08/1942, que estabelece normas especiais de contenção a serem observadas pelas entidades sindicais enquanto durar o “estado de guerra”, podia agir por via administrativa na denúncia às autoridades das irregularidades praticadas pela empresa. A própria situação de “estado de guerra” então vigente no Brasil, se por um lado reforça as limitações às atividades sindicais já existentes por conta do autoritarismo estrito do “Estado Novo”, por outro lado contribuiu para evidenciar a exploração dos trabalhadores por parte da CTP. Com efeito, ao prorrogar a duração normal da jornada de trabalho de 8 para 10 horas diárias – estipulando simultaneamente um acréscimo de salário para estas horas

excedentes – nas “empresas que interessem à produção e à defesa nacional”, lista de empresas esta que ainda não inclui neste momento (agosto de 1942) as fábricas têxteis, o “estado de guerra” coloca mais a descoberto, perante seus operários, as empresas cuja jornada de trabalho de fato é habitualmente de 10 a 12 horas, e onde é freqüente o não pagamento das horas extraordinárias<sup>183</sup>. Embora a CTP só passe a ser incluída no rol das empresas que “interessem à defesa nacional”, assim como o conjunto da indústria têxtil, através da “Lei de Mobilização Industrial” (que é um decreto-lei, de nº 6.688) de 13 de julho de 1944 (algumas poucas fábricas têxteis no Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina são declaradas de interesse militar desde junho de 1943), o decreto-lei de 1942 reforça desde então a ilegitimidade da manipulação das horas-extraordinárias e noturnas pela CTP nas suas habitualmente extensas jornadas de trabalho, desde a derrota do sindicato operário de outubro de 1932.

Por outro lado, os efeitos peculiares ao autoritarismo do regime do “Estado Novo”, acrescidos dos efeitos do “estado de guerra” e da situação de “mobilização industrial” tomando as indústrias têxteis “do interesse da defesa nacional”, repercutem sobre o autoritarismo não menos estrito da *companhia*, sua conhecida incompatibilidade com o sindicato e com os poderes administrativos do Estado em seu território que contrariem o seu “governo local de fato”, e suas alianças com o aparelho estatal. Há indícios de que a CTP, diante de sua incompatibilidade política com Agamenon Magalhães, procura apoiar-se em autoridades do Exército para contrabalançar, junto aos poderes do regime, seus bloqueios políticos com a Interventoria Federal em Pernambuco<sup>184</sup>. Esta situação repercute entre os operários: embora os detalhes dos procedimentos administrativos do sindicato encaminhando as reivindicações dos trabalhadores, dos trâmites e caminhos palacianos, e das respostas administrativas e políticas que tais procedimentos suscitam, não sejam do conhecimento geral, tais acontecimentos acabam sendo divulgados entre os trabalhadores tomando feições caricaturais e exageradas relativamente a fatos censurados mas retratando o clima de tensão que envolve as relações de trabalho e a vida cotidiana naquele período. As versões do episódio da prisão do presidente do sindicato Torres Galvão, provavelmente em 1944, são ilustrativos a este respeito<sup>185</sup>.

---

<sup>183</sup>O decreto-lei 4.639 de 31/08/1942 – assinado no mesmo dia tanto do decreto 10.358 que declara o “estado de guerra” em todo o território nacional quanto do decreto-lei 4.637 que restringe as atividades sindicais – que “faculta a prorrogação da duração normal do trabalho nas empresas que interessem à produção e à defesa nacional” estipula no §1º do artigo 1º que “o trabalho nas horas que excederem de 8 será remunerado com salário acrescido pelo menos de 20% sobre a remuneração das horas normais.”

<sup>184</sup>“Os Lundgren tinham problemas com Agamenon. Eu não sei de que origem, não é. Não havia bom relacionamento. Aliás não havia relacionamento nenhum entre os Lundgren e o Interventor Federal de Pernambuco que era Agamenon.”



Então, para contrabalançar a perda do prestígio na área estadual os Lundgren se amparavam no exército, aqui era comandante da 7ª região um integralista, Newton Cavalcanti, era o General Newton Cavalcanti que era ostensivamente ligado aos integralistas, ao Partido Integralista. Esse homem está nos livros sobre o integralismo, ele aparece como um dos oficiais mais identificados com o tempo do fascismo. Houve um momento durante o Estado Novo, em que os Lundgren, através do General Newton Cavalcanti, que era o comandante da 7ª região, prenderam, ou ameaçaram de prender ou chegaram a prender por um dia ou mais, um líder sindical que era Torres Galvão que era ligado a Agamenon (...) Então ele foi preso pelo Exército. Então Agamenon ameaçou de prender os Lundgren pela polícia do Estado se o Torres Galvão não fosse solto. Deu um prazo de 24 horas para o Exército soltar Torres Galvão. Se não soltasse ele ia prender os Lundgren como sonegador de impostos ou coisa desse tipo. Então soltaram Torres Galvão. Aliás, a acusação de Agamenon aos Lundgren não era de sonegador de imposto, era de espião do Eixo. Porque havia a versão aqui de que eles eram muito ligados aos alemães. E se contava até a lenda de que os navios alemães acostavam nas praias perto de Paulista para contrabando de armas. Isso correu muito aqui durante a guerra. Possivelmente tudo era ficção, mas decorria do fato de eles serem germanófilos. E Agamenon, que tinha raiva deles, tratava de fazer corpo mole pra que esses boatos se difundissem." (entrevista com o escritor Paulo Cavalcanti, ex-deputado estadual do PCB na legenda do PSD e ex-promotor público em Igarassu em 1946 e 1947).

185 "Uma vez a *companhia*, com Newton Cavalcanti [comandante da Região Militar de Recife] fez um plano, quando Torres Galvão era presidente do sindicato, para prender Torres Galvão. Veio um jipe do exército aqui, aí disseram: 'Cadê Torres Galvão?' Ele tava até de pijama, chamaram ele em casa, ele saiu de pijama, e de pijama mesmo levaram ele. Passou uns dias e nada de aparecer Torres Galvão. Aí alarmaram, 'Torres Galvão desapareceu', e coisa, aí correram pro palácio do Governo. Chegaram lá, contaram pra Agamenon. Aí Agamenon ordenou ao chefe de polícia: 'tire aí uma tropa bem boa e manda lá pra Paulista, tarde da noite pra pegar todo chefe, administrador, chefe das casas, chefe dos vigias, e traz tudo.' (...) Pegaram 6. Levaram pra Secretaria [de Segurança], já tinham levantado um prédio novo lá que o povo dava o nome de 'Brasil Novo' [nome irônico dado pelo povo a um local de repressão e tortura em homenagem ao "Brasil Novo" preconizado pelo "Estado Novo"]. (...) Aí dizem que Agamenon mandou uma ordem pro R.I. pedindo pra soltarem Torres Galvão. Aí dizem que o Comando lá mandou dizer que ele não ia ser solto não, que estavam somente esperando a ordem pra botar de frente o canhão pra ele ser fuzilado. Mandaram dizer a Agamenon. Agamenon mandou pedir de novo: 'Não. Diga a ele que solte. O homem é presidente do sindicato, foi preso sem motivo, somente por perseguição ao sindicato e é um homem que trabalha para o bem da nação, e coisa, e que o sindicato é lei, e coisa'. Aí eles recusaram de novo a soltar Torres Galvão e repetiram que estavam só esperando a ordem pra ele ser fuzilado. Aí Agamenon: 'Diga a ele que na hora que eu souber que a cabeça de Torres Galvão foi arrancada, as 6 da Secretaria aqui só saem degoladas. Haja o que houver'. Aí mandou vir polícia do interior pra ficar tudo no palácio esperando. Aí quando a família desse pessoal que tava preso soube que eles estavam na secretaria, e que estavam somente esperando a ordem de Torres Galvão ser liquidado pra eles serem liquidado também, aí a família desse pessoal todo bateram em cima da *companhia*, pedindo pra soltar Torres Galvão. Aí foram pro



Essas tensões e reivindicações, represadas durante o Estado Novo e os anos de "estado de guerra", vêm à tona no período de redemocratização do imediato pós-guerra. A conjuntura de redemocratização e de liberação daquilo que foi reprimido, impedido de acontecer e abafado num período de "estado de guerra" sobre-determinado por um "estado de ditadura" que lhe é anterior, vai incidir no interior da indústria têxtil com as críticas públicas, na imprensa, sobre os "lucros extraordinários" daquela indústria durante a guerra, que contrastam tanto com a situação do poder aquisitivo do mercado interno, quanto com a supressão das reivindicações dos trabalhadores naquele período (cf. Stein, 1979, págs. 261/262 e cf. Paoli, 1984, págs. 47/48). Os operários de Paulista, através do sindicato, poderão finalmente agir de forma mais aberta, recorrendo à mobilização da categoria e à Justiça do Trabalho, para a defesa de suas reivindicações, coisa anteriormente vedada e limitada às vias administrativas. E poderão levar adiante as denúncias feitas por ocasião da resposta do Presidente do Sindicato ao relatório anual da CTP de 1944, apontando para o lado oculto da suposta ineficiência dos operários: o aumento da exploração na produção durante a guerra resultando no aumento dos lucros dos industriais<sup>186</sup>. A CTP é particularmente beneficiada não somente

---

Comendador, aí ele já foi pedir a Newton Cavalcanti pra soltar Torres Galvão. Aí quando soltaram Torres Galvão, que Torres Galvão chegou no Palácio do Governo e falou com Agamenon foi que Agamenon mandou soltar os outros 6 que estavam na secretaria." (ex-operário da seção de estamperia, o mesmo das "aventuras de Joaquim")

<sup>186</sup>Os operários podem dar consequência, no plano da ação sindical, àquilo que eram impedidos de denunciar no período anterior, sendo então possível fazê-lo através do que era dito pela própria CTP de forma unilateral e distorcida. Assim, o relatório anual de 1942 consegue transformar, através da redação, uma constatação de lucros extraordinários, em mais uma advertência à ineficiência estrutural diferencial dos trabalhadores "do Norte" em relação aos "de São Paulo":

"Balanço - Durante o exercício ora em apreciação foram distribuídos de acordo com a resolução da Assembléia Extraordinária, realizada em 2 de junho do corrente ano, um dividendo de 12,5%, referente ao exercício de 1941/1942 - aliás o primeiro que a companhia conseguiu oferecer depois do ano de 1912. Podemos assim dizer que durante o longo período de trinta anos, a situação que esta indústria atravessou foi demasiadamente desanimadora, não oferecendo a compensação necessária ao capital investido. Somente agora, com a situação criada pela guerra, possibilitando a exportação de tecidos para o estrangeiro e melhorando o consumo do mercado interno pôde a companhia registrar essa vitória. Que esse sucesso possa subsistir no pós-guerra são os nossos desejos, para que os principais idealizadores desta empresa não se vejam na contingência de ceder à tendência que se observa atualmente de transferir para o Sul do país projetos que aqui poderiam florescer se, não obstante as condições climáticas e outras circunstâncias desfavoráveis, a eficiência da mão-de-obra pudesse se modificar do padrão desconcertante que se verifica, de 43,5% aqui, contra 78% em São Paulo."

com as exportações nos anos iniciais da guerra, como constata o seu relatório anual de 1943 (cf. nota 186), mas também com a distribuição de cotas através da Comissão Executiva Têxtil (a CETEX, criada no mesmo decreto da "mobilização industrial" de julho de 1944) no final da guerra. Assim, em março de 1945, à CTP é alocada, por portaria da CETEX, uma cota de produção de 80.000 metros de brim verde oliva para o exército brasileiro dentre 10 outras empresas do Rio e de São Paulo (a Créspi e a Matarazzo de São Paulo recebem respectivamente 2.400.000 metros e 1 milhão de metros, 3 outras do Rio e São Paulo recebem entre 300 e 400 mil, a CTP recebe tanto quanto a Bangu, e 4 outras grandes fábricas recebem cotas inferiores; cf. portaria CETEX nº 38 in Circular nº 15 de 1945 do CIFTA). Mais ainda, na distribuição geral de cotas de produção pelo universo das fábricas nacionais de tecidos de algodão, feita pela CETEX em agosto de 1945 (portaria CETEX nº 53/45, D.O. 14/08/1945) para dar execução aos contratos feitos pelo governo brasileiro com as nações unidas (UNRRA) e com o governo francês, a CTP é a empresa que recebe a maior cota, de 1.010.000 jardas quadradas, seguida de longe pela Cia. Nacional de Estamparia de Sorocaba com 580.000, pela Matarazzo de São Paulo com 494.000, pela Votorantim de Sorocaba com 470.000 e pela América Fabril do Rio com 410.000. Em setembro de 1946, a CTP se inclui entre as 15 (dentre 145 que receberam cotas de produção) empresas que concluíram suas entregas segundo as cotas e prazos estipulados pela CETEX relativamente aos contratos com a UNRRA (entidade internacional de socorro aos povos flagelados pela guerra), produzindo ao todo 1.800.000 jardas quadradas<sup>187</sup>. Com o raio de visibilidade aumentado pela dissipação das brumas e fumaças do "estado de guerra" e do "estado de ditadura" e pelas estatísticas decorrentes do controle da CETEX sobre a indústria têxtil, a CTP aparece a olho nu como a maior empresa têxtil brasileira (CETEX, 1946, pg. 53).

É neste contexto de uma produção a todo vapor pelo próprio "interesse nacional" no cumprimento de contratos internacionais de reconstrução e revestimenta de populações atormentadas pela guerra, que o sindicato dos operários de Paulista promove um dissídio coletivo contra a CTP.

*"[Já com] mais de quinhentas assinaturas [no livro de presença], continuando os associados durante a Assembléia a assinar (...), o presidente do sindicato, sr. Torres Galvão, fez clara e detalhada*

---

<sup>187</sup>Depois da CTP, vêm a Cia. F. Tecel. Ind. Mineira com 1.020.000 jardas quadradas entregues, seguida da Cia. Industrial Pernambucana (Camaragibe) com 510.000. São Paulo que é o estado que teve a maior quantidade de pano atribuído em cotas, de 13.472.000 jds<sup>2</sup>, tem uma das menores porcentagens de entregas (35,7%), enquanto Pernambuco, atribuído com a 2ª maior quantidade de cotas de produção, de 7.104.000 jds<sup>2</sup>, tem a 2ª maior porcentagem de entregas (64,6%) superada somente pelo Distrito Federal com 65,8%. Cf. CETEX, MTIC, 1946, pg. 194 e 195.

*exposição dos motivos que levavam o Sindicato a suscitar um dissídio coletivo contra a Companhia de Tecidos Paulista. Disse que, em síntese, eram três os motivos do dissídio, passando a enumerá-los. Primeiro, porque a companhia manteve de novembro de 1943 a setembro de 1945, tabelas de produção calculadas sobre o salário de Cr\$ 4,00 quando naquela época o salário mínimo já se elevava a mais do dobro, isto é a Cr\$ 10,80; de forma que só veio a companhia atualizar as 'tabelas' muito tempo depois, cabendo-lhe, assim, a obrigação de ressarcir a diferença aos trabalhadores tarefeiros, durante aqueles onze meses [na realidade seriam 21 meses]. Segundo, porque durante a 3ª semana de março de 1944 fizera a companhia descontos ilegais de 8% sobre todo o operariado, reconhecendo depois que não o devera fazer, tanto assim que limitara os descontos a apenas uma semana, e por atender também brilhante parecer do senhor Ministro do Trabalho que se manifestara contrário a tais descontos, e que agora cabia cobrar da companhia o retorno dos referidos descontos ilegalmente feitos. Terceiro motivo do dissídio, finalmente, constituía a forma de pagamento, irregular em todos os seus aspectos, pois o operário nem sabe quanto ganha, nem quanto recebe. Terminou a sua explanação, recomendando absoluta calma e serenidade de ânimos. Suas últimas palavras terminaram sob prolongada salva de palmas." (Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 1945, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Faição e Tecelagem de Paulista e Igarassu.)*

Essa campanha de reposição salarial, referida à manipulação pela CTP dos cálculos de transformação do salário mínimo e do "salário adicional" de sua base horária para sua base nas unidades de salário por produção na indústria têxtil, e referida a descontos salariais indevidos sob pretexto do "salário-utilidade", é realizada num clima de hostilidades, da CTP em relação ao sindicato, que transparece timidamente nas atas das assembléias do sindicato. À retaliação do não desconto em folha salarial da contribuição sindical dos trabalhadores praticado pela *companhia*, procedimento que vai se tornando rotineiro nos períodos mais agudos de conflito com o sindicato operário, discutida em assembléia do sindicato de 24/06/1945, crescem-se práticas de atuação no interior do sindicato dos trabalhadores, seja através do aliciamento de operários e empregados fiéis à orientação da *companhia* procurando hostilizar a diretoria sindical, seja através do comparecimento direto dos advogados da CTP em assembléias, onde tentam atemorizar a plenária de trabalhadores com sua palavra jurídica ameaçadora proferida na ocasião em apoio aos referidos operários aliciados<sup>188</sup>.

---

<sup>188</sup>A ata da assembléia geral e extraordinária do sindicato dos operários de Paulista com a finalidade de eleger os membros da diretoria e conselho fiscal no biênio 1946-1947 de 25/11/1945 assim registra esta atuação direta da CTP nas assembléias sindicais:

"(...) Concedida a palavra a quem dela quizesse utilizar-se, pela ordem, Joaquim Carneiro da Silva, que, entregando ao companheiro presidente da mesa duas folhas de papel pautado, contendo as assinaturas de 53

As reivindicações incluídas no dissídio coletivo visavam à recuperação de retenções salariais indevidas e notórias, uma delas feita uma semana apenas e não mais executada (cf. denúncia do sindicato operário ao Ministério do Trabalho e parecer do Consultor Jurídico do MTIC na nota 169 neste capítulo), mas também não devolvida, e outra referente à manipulação das "tabelas de produção" de forma a anular os aumentos no salário mínimo e a instituição do salário adicional em 1943, de então até setembro de 1945. A aceleração do processo de democratização em 1945, e uma maior movimentação sindical dos têxteis em Recife e em Paulista, talvez tenha contribuído para que a CTP reajustasse suas tabelas salariais por produção em setembro de 1945. A mobilização em torno do dissídio coletivo refere-se portanto a uma reposição de diferenças salariais retidas, claras e delimitadas, e que se transformam num instrumento de reivindicação depois que tais retenções aparentemente cessaram. Somente a terceira reivindicação,

---

nomes por ele orador afirmado serem de associados, protestava em nome dos mesmos e no seu próprio contra as eleições e contra a continuação da mesma diretoria com uma só chapa. A seguir, usou da palavra o doutor Alúcio Paiva, como advogado da companhia e dos operários que assinaram esta lista (...) [Afirma que] a atual diretoria é, pode-se dizer, uma diretoria sem mandato, terminado em novembro de 1944, conforme é do conhecimento geral. (...) É sabido que as diretorias de sindicato se devem suceder de dois em dois anos, no entanto isto não foi observado pelo sindicato cuja diretoria somente agora pretende a sua renovação. São estas considerações estritamente jurídicas bastante a [atingir] de nulidade o pleito que se acabou de ferir. O que queremos é o cumprimento da lei. (...) A seguir e a pedido do companheiro Antonio Torres Galvão, foi concedida a palavra ao Sr. Anthero Roma de Oliveira, encarregado deste sindicato para os serviços de técnica sindical, a fim de esclarecer a conduta da Diretoria e sobretudo os senhores associados quanto ao descabimento e carecedores de direito e fundamento jurídico os protestos apresentados. (...) [Disse que] é público e notório, sobretudo porque está documentado e devidamente arquivado na secretaria deste sindicato, o ofício dirigido pela Diretoria em novembro do ano passado [de 1944], à 8ª DRT pedindo autorização para realizar a Assembléia Geral Extraordinária a fim de eleger os mandatários para o biênio 1945-1946 por força do término do mandato anterior, e cuja autorização foi negada sob o fundamento do risco de reuniões e do estado de guerra. (...) [Quanto] ao Dr. Aloisio Paiva Porto, disse que (...) cabe a grosseira injúria à 8ª DRT e não à diretoria de que [prorrogou] o mandato terminado sem proceder a eleições, pois isso foi feito em obediência ao Ministério do Trabalho (...) e por fim ainda mais inoportuna não era a realização atual das eleições e sim a presença do mesmo advogado em nome da companhia, cuja presença só foi admitida porque era desejo do sindicato obter esse documento para fins que só oportunamente seria dado publicidade."

Formas semelhantes de participação de operários fiéis à orientação patronal ou de "agentes" da companhia inglesa St. John Del Rey Mining Company em assembléias do sindicato dos mineiros de Nova Lima são mencionadas em Grossi (1981, pg. 132).

que diz respeito à necessária porém inalcançável publicidade para os operários das tabelas salariais e dos preços unitários de cada tipo de algodão, fio e pano por eles produzidos, deixa entrever a possível continuidade da manipulação salarial e se propõe a uma luta permanente contra o "segredo das tabelas". O sindicato operário completa assim a sua resposta às acusações de "inércia" e "baixa eficiência" por parte dos operários feita no relatório anual da CTP de 1944, resposta publicada na Folha da Manhã em 23/09/1944, citada anteriormente, com uma reivindicação de aquisição de diferenças salariais retidas, clara "sonegação" do que está determinado legalmente. Por outro lado, a 3ª reivindicação do dissídio coletivo ataca a burla e a manipulação salarial no interior do "laboratório secreto da produção", que no caso das fábricas têxteis torna-se freqüentemente um "laboratório secreto" de fabricação de salários-unitários desconhecidos dos próprios produtores diretos, trapaceando cotidianamente a própria "regra do jogo" do pagamento do salário por produção, que implica no pleno conhecimento pelo produtor do preço da sua unidade de produção. Esta última reivindicação anuncia a luta permanente dos operários têxteis durante os anos 50 e 60, que se trava no interior da fábrica, pelo conhecimento dos preços unitários do seu salário por produção. E anuncia a continuidade da luta que se trava no interior do processo produtivo, entre a CTP e os seus operários, entre diferentes concepções de trabalho, dispondo de distintas "armas de combate" para fazer valer seus interesses neste campo de lutas abafadas pela acústica do "laboratório secreto da produção".



## Capítulo 10

### A Construção de Uma Consciência de Classe: o Movimento Reivindicativo dos Anos 50 e 60.

A reivindicação da necessária transparência das tabelas de salários-unitários para os operários regidos pelo pagamento do salário por produção, colocada desde o dissídio coletivo de 1945, só será inscrita em um acordo coletivo, assinado 18 anos depois, em fevereiro de 1963, e cumprida apenas no breve interregno até abril de 1964. Que acontecimentos explicam a correlação de forças entre a CTP e seus operários, então favorável a estes últimos, para que finalmente a cláusula da publicidade das tabelas salariais seja efetivada? Ou inversamente, que dificuldades encontradas pelos operários associados impedem, durante 18 anos, a concretização da abolição daquilo que eles chamarão retrospectivamente de o *segredo da companhia*? Mais que a aparência de uma seqüência cumulativa levando ao fortalecimento do movimento operário que estas duas datas poderiam induzir, o transcurso da exteriorização dos conflitos de classe no interior do "laboratório secreto" da CTP é menos linear, apresentando períodos de maior ou menor intensidade, "avanços e recuos". O ímpeto inicial do movimento reivindicatório do imediato pós-guerra arrefece-se no interior da fábrica para reaparecer somente em 1949. Iniciando-se através de uma resistência reprimida ao nível das seções de fábrica em 1949, o movimento reivindicatório dos operários de Paulista incorpora-se de forma destacada ao movimento dos têxteis de Pernambuco em 1952, para manter-se mobilizado até 1957. A "crise têxtil" daquele ano e a crise da atuação sindical em Paulista condicionam um período depressivo para o movimento operário entre 1957 e 1962, mas desde 1960 são criadas as condições para uma retomada da atividade reivindicatória que atinge o seu auge entre 1962 e 1964. Por outro lado, os conflitos aguçados a partir da reorganização da produção, que se inicia em 1949, contribuem para a lenta autoconstrução pelos operários de Paulista de uma consciência de classe, tendo como marcos desde a "microfísica da resistência"



ao nível das seções da fábrica, até as greves de toda a fábrica, passando pela constante luta judiciária em defesa de seus direitos.

1. *A resistência ao desmantelamento da "cultura fabril" no interior do "laboratório secreto" no período repressivo de 1949 e 1950 e o início da luta judiciária dos operários de questão.*

Já assinalamos a reintensificação do movimento reivindicatório na produção a partir de 1949. No entanto, devemos alinhar preliminarmente uma série de fatores explicativos da aparente "trégua" na luta entre diferentes concepções de trabalho por parte da CTP de um lado, e seus operários por outro, entre o final de 1945 e 1949, isto é no período imediatamente após a redemocratização de 1945.

Há, em primeiro lugar, indícios de melhorias salariais, embora pequenas, conseguidas pelos operários de Paulista. Assim, pelas indicações contidas na própria ata da assembléia do sindicato que votou o desencadeamento do dissídio coletivo contra a CTP, há uma certa melhoria salarial representada pelo pagamento atualizado das "tabelas de produção" correspondentes ao salário mínimo de 1943 (que desde novembro de 1943, vinha sendo burlado nessas tabelas); pois a 1ª reivindicação do dissídio é pela reposição de diferenças salariais retidas num período de tempo passado determinado. Esta simples regularização de um salário rebaixado durante vinte e um meses já traria algum alívio aos trabalhadores pessimamente remunerados. Não encontrei indícios de uma campanha salarial dos têxteis do Recife em 1945, nem de dissídio coletivo (ao contrário de Paulista, onde há o dissídio desencadeado em outubro de 45). Há uma menção às 1.600 questões na Justiça do Trabalho e IAPI, e a 14 mil sindicalizados no Sindicato dos Têxteis de Recife (*Folha do Povo*, 6/12/1945). Já em 1946, os trabalhadores têxteis do Recife iniciam sua campanha salarial com assembléias desde julho reivindicando um aumento de 40%, culminando com uma assembléia "no dia de São Pedro" (29/6) com a presença em torno de 10 mil operários, onde é aceita a contraproposta patronal de um aumento salarial de 30% (apesar de parte da multidão gritar pelos 40%). Há registro, nesta assembléia, de delegações de fábricas do interior, inclusive uma delegação de Paulista. (*Folha do Povo*, 30/7/1946).<sup>189</sup> Em meados de agosto, é "assinado convênio entre empregados e empregadores na indústria têxtil" em torno de um *abono* de 30%, sendo que para os que recebem mais

---

<sup>189</sup>Na notícia sobre a assembléia que desencadeou a greve geral dos têxteis de Pernambuco em outubro de 1952, há uma comparação desta assembléia considerada a maior já realizada no Recife, nas redondezas do "Teatro Almare", com a ligeiramente menor assembléia de 1946 (erroneamente colocada pela notícia em "1945"), realizada pelos têxteis na Rua da Concórdia. (*Folha do Povo*, 13/10/1952).

que o salário mínimo regional o abono é 20%, "sujeito a frequência", enquanto os que recebem salário mínimo ou menos (menores e aprendizes), o abono é 30%, também "sujeito à frequência" (*Folha do Povo*, 16/8/46). Esta cláusula da "frequência" pode anular o abono salarial para todo trabalhador que falte um dia da semana ou da quinzena. Não há referências, na notícia, a qualquer forma de extensão deste acordo a Paulista (o Sindicato dos Têxteis do Recife tem por base territorial Recife, São Lourenço da Mata e Cabo). No entanto, o relatório anual da CTP de 1947 (de junho de 1946 a junho de 1947) assinala que:

*"As nossas fábricas trabalharam normalmente durante todo o ano financeiro com regular produção. Os constantes aumentos nos preços das matérias-primas adquiridas, notadamente Algodão, Drogas, Tintas e Acessórios, salientando-se também, a majoração de salários que concedemos aos nossos operários, contribuíram para o sensível aumento do custo de fabricação do atual período." (grifos meus, JSLL)*

Mesmo não havendo extensão do convênio entre os industriais têxteis e os trabalhadores da base territorial do Recife para Paulista, ou um acordo local similar, no entanto, a CTP parece ter concedido algum aumento salarial em 1946 aos seus trabalhadores. Há também indicações dadas no contexto diverso de 1949, de que o dissídio coletivo desencadeado pelo sindicato operário em outubro de 1945 tenha terminado com um acordo entre as partes em alguma data antes de setembro de 1947 (data da intervenção no sindicato), cabendo aos operários remanescentes do período 1943/45 a divisão dos dois milhões de cruzeiros referidos às diferenças salariais retidas e resultantes do acordo.<sup>190</sup> Embora havendo um fluxo considerável de

---

<sup>190</sup>Em nota oficial do sindicato dos têxteis de Paulista, então sob intervenção do Ministério do Trabalho, a "diretoria" do sindicato procura rebater críticas do então deputado estadual Torres Galvão, ex-presidente da entidade, em seus artigos na *Folha da Manhã*, contra a situação de intervenção. Nesta nota, os interventores afirmam que o dissídio coletivo de 1945 teria resultado em um acordo, segundo eles, selado abaixo do que poderia ter sido obtido:

"Quando assumimos a direção do sindicato em fins de setembro de 1947, substituindo a diretoria em que era presidente o atual deputado Torres Galvão, havia o referido órgão promovido em juízo, no período de janeiro de 1944 a setembro de 1947 (...) dissídios individuais liquidados pelo valor global de Cr\$ 565.081,50 em favor dos reclamantes. Além desses, foi suscitado um dissídio coletivo postulando a restituição de diferenças de salários e de descontos indevidos, cujo valor, os próprios peritos da Justiça do Trabalho estimavam em Cr\$ 4.642.971,40. No entanto esse dissídio, depois de encaminhado judicialmente a uma solução favorável ao operariado, foi acordado, por iniciativa do sindicato, inexplicavelmente, pela quantia de Cr\$ 2.042.000,00, menos de 50% do seu valor ajuizado."

Os interventores prosseguem contrapondo seus méritos, assinalando que encaminharam a juízo 280 processos interessando a 1.287 associados,

reclamações individuais, ou de grupos de operários encaminhadas à Justiça do Trabalho via sindicato<sup>191</sup>, tais conflitos localizados, que indicam as tensões no interior da fábrica, não resultam numa mobilização coletiva contra a CTP (a não ser o próprio dissídio coletivo desencadeado no final de 1945). As pequenas melhorias salariais no período 1945/1947 repassam assim aos operários algo, muito pequeno embora, dos "lucros extraordinários" das fábricas têxteis com o período da guerra e imediato pós-guerra com grandes exportações em direção aos países destruídos pela guerra. E como vimos acima, dentre as fábricas têxteis destacou-se a CTP no atendimento às cotas da CETEX no seu convênio com a UNRRA.

Em segundo lugar, contribui também para esta aparente "trégua" entre a CTP e seus operários, a canalização de esforços das diferentes tendências entre os sindicalistas, tanto os ligados à direção sindical e próximos à orientação de Agamenon Magalhães dentro do PSD pernambucano, quanto os ativistas sindicais do recém-legalizado Partido Comunista, para as atividades políticas extrafabris abertas com o processo de democratização em 1945. O presidente do Sindicato dos Têxteis de Paulista, Torres Galvão, reeleito em 1945 para um novo mandato de 2 anos, elege-se deputado estadual pelo PSD em janeiro de 1947, com votação centrada em Paulista. E o secretário geral do sindicato, Severino Cunha Primo, que substitui o presidente quando de sua eleição para a Assembléia Legislativa, concorre no final de 1947 à prefeitura de Paulista pelo PSD apoiado pelo PC, contra um também ex-sindicalista de menor expressão, filiado ao PTB e apoiado pela *companhia*, Eustáquio de Queiróz. Pouco antes da eleição para prefeito em que o presidente do sindicato, Cunha Primo, é candidato, e perde para o candidato da *companhia*, o sindicato sofre intervenção do Ministério do Trabalho. Também no final de 1947, elege-se pela primeira vez a Câmara de Vereadores de Paulista, cuja maioria é formada por 5 vereadores do PSD, que se aliam ao vereador eleito pelo PC na legenda do PSP contra o prefeito. A Câmara Municipal passa a ser o fórum das reivindicações dos habitantes de Paulista, ainda mais que o sindicato está sob intervenção, a qual só será

---

vários deles já tendo sido liquidados pelo valor de Cr\$ 686.203,20, entre outubro de 1947 a outubro de 1949.

(*Folha da Manhã*, 1/12/1949)

<sup>191</sup>A nota de interventoria do sindicato de 1949 (cf. nota anterior) não quantifica o nº de reclamações individuais até 1947 na Justiça, dando apenas o seu valor monetário, o que faz subestimar o nº de reclamantes em 1944/1947 em comparação com os 1.287 do período 47/49, pois o valor monetário das questões deste último período deve ser diminuído em termos reais pela ação da inflação no período. Em carta à *Folha do Povo* publicada em 24/4/46, Torres Galvão respondendo a críticas à sua gestão feitas por operários comunistas em Paulista, declara: "(...) o nosso sindicato apresenta um exemplo de luta e tenacidade. Temos atualmente, além de um dissídio coletivo na Justiça, mais de mil reclamações individuais ajuizadas em Paulista, dependendo de solução."

levantada em 1951, já no governo de Getúlio Vargas. Entre 1945 e 1947, a oposição à CTP passa da esfera do sindicato e da produção (tal como estava colocada até 1944) para a esfera da política municipal, estadual e nacional, com as eleições (para Presidente da República e para o Congresso, no final de 1945, para a Assembléia Legislativa e para Governador no início de 1947 e para prefeito e vereador no final de 1947) e com a organização partidária, em um período *constituente* de fato (inclusive com a Assembléia Constituinte Estadual no primeiro semestre de 1947), deslocando o conflito em Paulista em direção à luta pela desapropriação das “terras incultas”, pelo menos nas “faixas verdes” nas redondezas da capital, à luta pela desapropriação de áreas livres nas sedes municipais “encravadas em território particular”; e à luta contra a violência das milícias privadas e da capangagem. O eixo da oposição entre a *companhia* e os seus operários desloca-se assim do interior da fábrica para a vila operária, para a cidade, para o território (inclusive as áreas rurais) da CTP, como examinaremos na próxima parte.

A partir de 1949, o conflito no interior da produção entre a CTP e os seus operários é retomado de forma mais intensa, atravessando os anos 50 e 60 (após 1964, tal conflito continua de uma forma muito mais desfavorável do que já era para os operários, até o início dos anos 80, quando a crise econômica de então provoca o fechamento da fábrica, em 1983.) De 1949 a 1952, a movimentação e organização reivindicatória dos operários de Paulista cresce visivelmente, culminando com sua importante participação no greve geral dos tecelões de Pernambuco em outubro de 1952.

Não é tanto por uma propensão inata para a inércia dos operários de Paulista, como deseja transmitir para o “público” o conteúdo do relatório anual da CTP de 1949, retomando, com sua “teoria dinâmica” da baixa eficiência dos seus operários (cf. a nota 161 no capítulo 9), o fio da meada de sua análise da “manifesta tendência para a inércia” dos trabalhadores feita no seu relatório de 1944, que a CTP está preocupada com as repercussões da lei do repouso semanal remunerado, mas ao contrário, essa preocupação se dirige para a mobilização e “ativismo” – fenômenos inversos a uma “inércia” abstrata – reivindicatório dos operários no interior da fábrica.

Com efeito, a partir de 1949 muda o estilo e a forma de ação dos operários, e particularmente, dos trabalhadores mais ativos nas lutas reivindicatórias, em sua luta contra as “sonegações de direitos” nas quais a CTP se caracteriza como “assídua” e “eficiente”. Já vimos anteriormente (cap. 9), como se constitui o 2º sindicato operário, em 1941, e como orienta sua atuação de resto eficiente, pelas vias administrativas, terreno este imposto pelo “Estado Novo” e reforçado pelo “estado de guerra”, a partir do final de 1948. Esta atuação eficiente pelas vias “legais” do momento, sejam elas as “leis” decretadas ou “consolidadas” pelo “Estado Novo”, sejam elas novas leis ou as mesmas de antes, referendadas pelo regime democrático que se constitui em 1945 e 1946, e “naturalizadas” por dirigentes sindicais que

emergiram do período do “Estado Novo”, tiveram uma sustentação política do Interventor de Pernambuco contra “o poder econômico”, a CTP, e acompanham a reconversão “democrática” desta força política no período pós-45. Desta administração sindical, que vai de 1941 a 1947, acompanhando as diferentes conjunturas políticas da ditadura e da “reconversão democrática”, emerge um sindicato consolidado, pois, além de uma relativamente eficiente “assistência jurídica” aos associados, oferece uma série de atividades “assistenciais” outras, cuja importância transcende a materialidade do serviço prestado para ter repercussões sobre a associatividade dos operários numa cidade monopolizada por uma fábrica interferindo em todas as esferas da vida produtiva e privada dos seus operários e habitantes. À assistência médica da *companhia*, que sofre modificações no final dos anos 40 e início dos anos 50 (cf. cap. 5), o sindicato contrapõe a sua própria assistência médica, mais acessível aos trabalhadores; ao precário investimento da CTP na área escolar, o sindicato se contrapõe, antecipando as futuras iniciativas da prefeitura quanto às escolas infantis, e ainda assegura atividades escolares para adultos<sup>192</sup>; ao serviço vinculado ao “Departamento Operário” da CTP (o qual ficha e registra os novos operários) que consiste em encaminhar os operários e testemunhar junto ao cartório local para a obtenção de certidões de nascimento – fonte inicial da burla às leis de proteção do trabalho infantil, onde crianças de 10, 12 anos pulam para 14 anos – o sindicato monta por oposição um “serviço de registro civil”. A assistência funerária do sindicato flexibiliza-se para atender a familiares de trabalhadores, aposentados e demitidos, terrenos que a assistência da CTP pouco alcança. Já assinalamos o próprio caráter antipatronal de que se revestiu a companhia pela construção de sede própria do sindicato, diante das ameaças permanentes por parte da milícia privada da *companhia* entre 1944 e 1946. E a parte de “assistência jurídica” do sindicato aumenta no pós-1945 com numerosas questões individuais e com a instauração do dissídio coletivo de outubro de 1945 e seu acompanhamento posterior. Por outro lado, Paulista, termo de comarca do município adjacente de Igarassu até 1944, passa à categoria de comarca, tendo competência para receber reclamações trabalhistas transformando-se logo na mais movimentada do Estado, após Recife, o juiz não conseguindo dar conta do volume de serviço. Constituem-se e se difundem, entre os operários de Paulista, as próprias categorias *questão* e *botar questão*, com a liberalização política de 1945, com a materialização pela proximidade geo-

---

<sup>192</sup> Estas atividades escolares para adultos no sindicato são feitas conjuntamente com associações católicas como o “Círculo Operário” local, como indica a curiosa notícia “Exigem sua escola os têxteis de Paulista” publicada pela *Folha do Povo* de 16/8/53 onde operários de Paulista escrevem para este jornal reclamando contra o fim da escola do “Círculo Operário” funcionando na sede sindical e pedindo providências ao presidente do sindicato.

gráfica da própria instituição da justiça e com a ação do sindicato no sentido do encaminhamento jurídico das reclamações e reivindicações dos operários.

Estas atividades sindicais atrofiam-se e se deterioram com a intervenção ministerial no sindicato, em setembro de 1947, várias fontes de informação indicando o sucesso das pressões exercidas pela CTP junto ao Ministério do Trabalho para a sua efetivação.<sup>193</sup> Destituídos de sua base institucional e legal de ação, os sindicalistas ligados a Torres Galvão refluem a sua influência no interior da fábrica, voltando-se para a política municipal. Torres Galvão exerce seu mandato de deputado estadual instrumentalizando-o para o enfraquecimento da CTP na sua luta com os operários, e consegue, através de leis de sua iniciativa, o desdobramento da comarca de Paulista em duas varas de direito a partir de 1948, onde os dois juizes continuam "abarrotaados de processos trabalhistas" (cf. "carta aberta ao delegado regional do trabalho", Torres Galvão, in *Folha da Manhã*, 16/10/49). Eficiente na iniciativa de leis e nos contactos administrativos, Torres Galvão, destituído do sindicato, tem mais dificuldade em reverter tal eficiência na organização dos operários na fábrica. Além disso, o seu sucesso nos contactos administrativos antes de 1945, quando era interventor Agamenon Magalhães, seu chefe político, diminui de 1946 a 1948, com a continuação da intervenção federal em Pernambuco feita por interventores nomeados por Dutra e contrários a Agamenon, até a posse, em 1948, do seu correligionário Barbosa Lima

---

193—Em setembro de 1947, o Ministério do Trabalho resolve intervir no sindicato de trabalhadores de Paulista. A intervenção tinha como único objetivo satisfazer os caprichos da CTP, que desejava por todos meios ferir o então presidente daquele órgão de classe pela sua atuação perante a Justiça do Trabalho na defesa dos interesses dos trabalhadores injustiçados. Foi um gesto de insânia do ministro Morvan de Figueiredo que, para efetivá-lo, não trepidou [sic] em anular uma eleição realizada legalmente e já com parecer favorável à sua aprovação emitida por um dos consultores do Ministério. Mas a injustiça e a imoralidade precisavam de ser consumadas para gáudio da CTP, e se consumaram." (*Folha da Manhã*, "As Eleições Sindicais em Paulista", 4/2/1951). Na ocasião da intervenção, o secretário-geral do sindicato era Severino Cunha Primo, mais à frente da administração do sindicato a partir da eleição de Torres Galvão para deputado estadual em janeiro de 1947. Além de merecer, mais que Torres Galvão, o ódio personalizado dos Lundgrens, segundos dados de entrevistas com operários, Cunha Primo era na ocasião também candidato a prefeito nas eleições municipais de outubro de 1947, sendo apoiado pelo seu partido, o PSD, e pelo PC (inclusive formaram uma frente eleitoral, consubstanciada no "Partido Popular Progressista", cf. *Folha do Povo* de 16/9/47, e com Cunha Primo participando de comício em Paulista com Gregório Bezerra, cf. *Folha do Povo* de 23/9/47). A *Folha do Povo* atribui a intervenção no sindicato à proximidade das eleições municipais (e não por motivos sindicais), talvez devido à ênfase da prática do PC, na época, na política eleitoral e partidária, em detrimento da política sindical. (Medida visando "acima de tudo, armar efeito entre o proletariado em face das eleições que se avizinham", *Folha do Povo*, 28/9/47).



Sobrinho (PSD), eleito governador em sufrágio de resultados por um ano contestados no TSE (cf. Pandolfi, 1984, cap. 4).

Já a trajetória dos antigos aliados eleitorais dos pessedistas de Paulista nas eleições de 1947, os comunistas, é inversa à dos sindicalistas ligados a Torres Galvão após a intervenção no sindicato. Pois a partir de 1948, de forma correlacionada com a sua ilegalização como partido e a proscricção gradativa de seus representantes eleitos, os militantes e simpatizantes comunistas entre os operários de Paulista passam a dedicar-se mais ao trabalho no interior da fábrica. Vindos de uma prática que privilegiava a política eleitoral nos diversos níveis e a organização partidária legalizada com vistas a esta política, os comunistas puseram à luz do dia, entre 1945 e 1947, seus militantes e simpatizantes do interior da fábrica e da vila operária, numa cidade rigidamente controlada por uma administração fabril tradicionalmente servida por um corpo respeitável de vigias, e temperada por um modo peculiar de tratar com "hereges" de diferentes matizes, desde os adeptos de Roberto do Diabo, até os protegidos adeptos de Agamenon, passando pelos trabalhadores comuns que, no entanto, eram *crentes*.<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> Assim relata Gregório Bezerra o final da campanha eleitoral do PC no final de 1945 para a Assembléia Nacional Constituinte, para a qual acabou sendo eleito deputado:

"O comício de encerramento da campanha eleitoral foi no município de Paulista, feudo dos Lundgrens. Foi aquele um dos últimos Comitês Municipais a se organizar no grande Recife; isto porque os Lundgrens não permitiam um só comunista em sua fábrica, que possuía mais de 12 mil operários, sem contar os homens que trabalhavam em seu latifúndio. (...) [Organizamos esse trabalho] discretamente pois não queríamos que os operários mais esclarecidos e conscientes fossem demitidos. Organizamos o trabalho clandestino. Organizamos uma base hoje, outra duas semanas após; assim organizamos um Comitê de Fábrica com bases do partido em todas as seções, com mais de cinquenta elementos. E resolvemos fazer o comício de encerramento de campanha na bastilha dos Lundgrens. Antes, fizemos uma série de comícios preparatórios nos distritos, e por fim, um diante da fábrica, à hora da saída dos operários, convidando-os ao comício de encerramento da campanha. Até então, a direção da fábrica ignorava completamente a existência de militantes comunistas dentro da empresa, pois o trabalho de agitação e propaganda era feito clandestinamente. Assim, miramos o feudo dos Lundgrens. No dia do comício, demos posse publicamente à direção do C.M. [Comitê Municipal] do PCB em Paulista. A direção da fábrica foi surpreendida com o nosso empreendimento e o comício transformou-se em verdadeira festa popular, das mais animadas. Salvo engano, o comício começou às sete horas do dia 18 de novembro de 1945, um palanque, em cima de um caminhão, com operários e amigos que constituíam também a tropa de autodefesa. Iniciamos o comício precedido de imensa fogueteria. Praça superlotada, enorme entusiasmo do povo. Ao se anunciar o nome do velho operário José da Silva, que trabalhava na fábrica há mais de vinte anos e era secretário-político do comitê da empresa, a massa operária vibrou durante vários minutos. Esse operário, filho de operários, abriu o



Publicamente expostos ou detectados, esses militantes e simpatizantes comunistas, dentre os operários ou moradores de Paulista foram, em grande parte, demitidos da fábrica, despejados da vila operária, surrados e ameaçados de morte nos anos de atividade legalizada do Partido Comunista<sup>195</sup>, conforme nos referimos mais em detalhe na próxima parte.

Após 3 anos de notícias cotidianas sobre a implantação político-partidária e eleitoral do PC no município, sobre as violências dos capangas da CTP contra seus militantes e simpatizantes e contra os camponeses nos "roçados-operários" ou nos *sítios da companhia*, e em que praticamente não há notícias sobre o que ocorre no interior da fábrica ou no sindicato, a *Folha do Povo* publica a notícia, no dia 1/4/1949, "O Proletariado de Paulista Desperta para a Luta", o que nos deixa em dúvida se não é o PC que "desperta" para "a luta do proletariado de Paulista" dentro da fábrica. Certamente, o movimento reivindicatório, que então se inicia entre os operários, não foi precedido de outros de igual importância nos 3 anos anteriores, caso contrário, seriam noticiados, como o foi o movimento grevista ocorrido no início de 1947 na fábrica de cimento Poty, do grupo Votorantim, situada em área isolada no interior do município de Paulista. No entanto, o "investimento" que passa a fazer a *Folha do Povo* notabilizando-se, desde o final de 1948, com as notícias no interior das fábricas têxteis do Recife, parece denotar uma mudança de orientação partidária para atuação junto ao operariado, relacionada à autocrítica da absolutização prática da orientação política direcionada para a defesa de direitos e conquistas políticas em detrimento das reivindicações econômicas<sup>196</sup>.

---

comício apresentando-nos ao povo de Paulista; a massa delirava. Este operário, que gozava de prestígio no meio de seus colegas muito nos ajudou com sua experiência pessoal, não medindo nenhum sacrifício na execução de suas tarefas."

(Gregório Bezerra, *Memórias*, tomo 1, pg. 340,341)

Pelas notícias subsequentes da *Folha do Povo* - que só começa a partir do dia 19/11/1945 e não registra o comício referido por Gregório - cobrindo comícios em Paulista e distritos contra a carta constitucional de 1937, no início de 1946, o velho operário José da Silva lembrado por Gregório deve ser o operário José Alfredo da Silva, presente entre os oradores destes comícios. Em Vinhas (1982, pg. 90), há informações sobre a filiação de trabalhadores ao partido e sua organização em "células" associadas a comícios e campanhas de agitação em Pernambuco.

<sup>195</sup>Yonne Grossi salienta as conseqüências de uma exposição pública semelhante no mesmo período de operário militantes ou simpatizantes do PC para o seu trabalho, comparativamente muito mais antigo e desenvolvido que em Paulista, no interior das minas de St. John Del Rey Company ou na cidade por ela dominada de Nova Lima (Grossi, 1981, cap. 4).

<sup>196</sup>Esta orientação política dos anos 45-47 é analisada em Weffort, 1972 e 1973, sendo subsequentemente polemizada em Martins & Almeida, s.d. e Weffort, s.d.. Moisés Vinhas ilustra esta política de absolutização do "aperto de cinto" com um episódio do qual participou como delegado do Comitê Central em

Se esta autocrítica é radicalizada no sentido oposto, tanto na sua estratégia política geral, quanto na área sindical, incentivando eventualmente greves prematuras, e inviabilizando alianças sindicais possíveis, no entanto em áreas onde há intervenção sindical, esta orientação inicia um trabalho que dá frutos posteriormente quanto a um movimento reivindicatório mais amplo no interior das fábricas. Particularmente, no caso de Paulista, e pelas informações que dispomos a partir da seqüência de notícias da *Folha do Povo*, não se trata tanto de uma *reorientação* de um trabalho sindical anterior, mas do *início* de um trabalho no interior da fábrica, por reivindicações relativas às condições de trabalho e salários. As poucas notícias sobre o sindicato de Paulista entre 45 e 47, alternam críticas superficiais à direção sindical com a publicação de esclarecimentos por parte de Torres Galvão, mas não iluminam o desenrolar das principais lutas em andamento através do sindicato, como por exemplo, o dissídio coletivo instaurado em outubro de 1945 e a sua tramitação. Essa abstração do trabalho sindical concreto, feito tanto no período de 45 a 47, quanto no reprimido período imediatamente posterior, prejudica a própria "retomada" pelos comunistas das lutas na fábrica em 1949.

Assim, a notícia do dia 1º de abril de 1949, "O Proletariado de Paulista Desperta para a Luta", procura vincular o movimento surgido a partir do dia 16 de março pelo pagamento de horas-extras, a lutas passadas.

---

#### Pernambuco:

"Em 1947, estávamos em Pernambuco. Terminada a maratona eleitoral [final de 46 e início de 47] ficamos sem perspectiva para dar uma visão política aos trabalhadores e às próprias bases. Passamos a discutir com os representantes das células, com os ativistas sindicais, com os dirigentes do Comitê Estadual e Municipal do Recife. Concluímos que era o momento de encaminhar lutas reivindicatórias salariais e essa orientação encontrou receptividade. Passamos então a preparar, através dos sindicatos, uma paralização generalizada do trabalho em Recife."

Vinhas prossegue relatando que, chamados para uma reunião no Rio, tanto ele quanto os secretários dos Comitês Estadual e Municipal do Recife, dado o seu informe, foram repreendidos pela inoportunidade da greve e incumbidos de sustarem-na apesar de serem favoráveis à greve e responsáveis perante bases a ela receptivas. Cf. Vinhas, 1982, págs. 91 e 92. Em fevereiro de 1947, os setores sindicais ligados ao PCB apóiam a greve dos operários da fábrica Poty, desencadeada a partir da demissão de um operário que pronunciou publicamente protesto pelas jornadas de trabalho de 14 horas. A greve dura mais de 15 dias, com a reivindicação do pagamento do descanso dominical, mas termina com a demissão de muitos trabalhadores e com prisões, no entanto logo relaxadas, de trabalhadores da Poty presentes na sede do comitê distrital do PC em Maricota assim como de seu "secretário político". (cf. *Folha do Povo*, de 7 a 26/2/47 e 5/3/47).

O escritor e ex-deputado Paulo Cavalcanti faz críticas semelhantes à política do PC entre 45 e 47 no 2º volume de suas memórias (cf. Cavalcanti, 1980, pgs. 122-123).

*"Em 1943, o proletariado de Paulista reivindicava um aumento de 40% de salário sobre as horas que excedessem a jornada normal de trabalho diário e de 50% sobre as horas de trabalho noturno. Essas reivindicações foram levantadas através do sindicato e foi de tal envergadura o movimento que a cidade de Paulista chegou a ser ocupada pelo Exército. Chegou-se então a um acordo: a empresa pagaria um aumento de 20% tanto para o dia como para a noite. Entretanto, apesar de ter sido esse acordo solenemente firmado, até hoje, não foi cumprido. Os Lundgren de 1943 até hoje que oubam impunemente os 20% de aumento que se comprometeram a pagar. (...) Indignados com o roubo, os operários de Paulista começaram este ano a organizar se para receber o dinheiro a que fazem jus. No dia 16..."*

De fato, algo de extraordinário aconteceu em Paulista em 1943 ou 1944, mais provavelmente em 1944, que as brumas e a escuridão características dos períodos de ditadura impedem ou dificultam a reconstituição historiográfica. Inútil procurar nos jornais da época. Já vimos anteriormente os relatos da prisão de Torres Galvão, presidente do sindicato, efetuada pelo Exército: enquanto o sindicato se apega ao decreto da "mobilização industrial", que elastece a jornada normal de trabalho para 10 horas, mas manda pagar as duas horas excedentes com 20% a mais das horas normais, e se apega também aos decretos de aumento do salário mínimo e do "salário adicional", a *companhia* articula-se com o Exército, em nome do decreto do "estado de guerra" e do decreto que restringe as atividades sindicais e reivindicações coletivas (cf. a nota 183 do cap. 9), para reprimir essa reclamação processada pelas vias "legais" então vigentes. A reivindicação referida pela *Folha do Povo* de "40% de salário sobre as horas que excedessem à jornada de trabalho diário e de 50% sobre as horas de trabalho noturno", que se reverte depois num "acordo", de um aumento de 20%, tanto para o dia quanto para a noite, embora inexata, deve possivelmente significar: (a) a reivindicação dos 20% adicionais às duas horas que excedem as 8 horas de trabalho, assegurados pelo decreto da "mobilização industrial"; e como há seções que trabalham 12 horas na CTP, esses 20% estendem-se por 4 horas e não apenas por duas; (b) os aumentos correspondentes aos novos decretos do salário mínimo e do salário adicional; (c) o pagamento do adicional devido pelas horas noturnas. Pois nem adicionais de horas extras, nem de horas noturnas pagava a CTP. O "acordo"<sup>197</sup> de "um aumento de

---

<sup>197</sup>Um relato que tenho registrado em caderno de campo logo no início da pesquisa, e que passou despercebido para um aprofundamento com o mesmo informante, tende a confirmar a "ocupação" da cidade pelo Exército armado de metralhadoras por ocasião da conjuntura da "mobilização industrial", assinalando também as dificuldades na mediação de um acordo entre a CTP e o sindicato:

"Agora, tinha um delegado do trabalho na época do salário [instituição do salário mínimo] Diego Dias, fez 2 acordos, um com os operários, outro com o dono. Entrou o Exército aqui com metralhadoras. Agamenon

20% tanto para o dia quanto para a noite” deve referir-se a um aumento salarial aproximado ao impacto causado pela aplicação do estipulado naqueles decretos, sem pagamento de horas noturnas. Provavelmente, o pagamento do adicional das horas extras não tenha sido pago nesta ocasião, assim como seguramente não o foi o adicional das horas noturnas. Pois se nem os reajustes nas tabelas salariais, devidos pelos decretos de aumento de salário mínimo e “salário adicional” efetuou a CTP. O não cumprimento deste “acordo”, que teria sido “selado” nesta ocasião, denunciado retrospectivamente na *Folha do Povo*, está evidenciado assim, no próprio motivo do dissídio coletivo de outubro de 1945, instaurado quando livres estão, naquele momento, os operários de serem reprimidos pelo Exército: a CTP só atualizou suas tabelas salariais de acordo com o salário mínimo e salário adicional de 1943 em 1945, e o dissídio reclama esses atrasados.

Mas a *Folha do Povo* ignora, na sua notícia, este dissídio coletivo, assim como o seu andamento entre 1945 e 1947. E não explica então por que essa reivindicação de pagamento de horas extras não se faz no período anterior, entre 1945 e 1948, quando por sinal estavam ocupadas as direções do PC primordialmente com a política eleitoral para o legislativo e executivo em detrimento da política sindical. Fazendo tábula rasa das melhorias para os operários conseguidas pela diretoria sindical de Torres Galvão, seja o encaminhamento de questões individuais à Justiça do Trabalho, seja o dissídio coletivo de 1945 e o seu andamento, seja o aumento salarial provavelmente ocorrido entre o final de 1946 e o início de 1947, pressionado em Paulista, em decorrência do acordo salarial conseguido em 1946 pelos têxteis do Recife, a *Folha do Povo* pouco esclarece, ou pelo menos elude a importantes mediações ocorridas entre “1943” e 1949, importantes na “retomada” das lutas fabris no início de 1949. Há aí uma certa miopia, — fruto talvez de desprezo decorrente tanto de uma orientação sobre-privilegiando o político-institucional, em 1945-47, quanto de outra, tendendo para o político-insurrecional, mais atenta para o que se passa “embaixo” mas avessa às mediações institucionais que aí se manifestam, a partir de 1948 — quanto ao desenrolar cotidiano da atividade sindical e de suas potencialidades no encaminhamento e satisfação das reivindicações operárias, mesmo por diretorias sindicais de orientação política diversa. No entanto, essa “retomada” do interesse nos movimentos reivindicatórios surgidos do interior da fábrica, por parte dos comunistas, a partir de 1949, inaugura um estilo de ação “por baixo”, pela mobilização nas seções da fábrica, que frutificará alguns anos depois: os dirigentes sindicais a partir de 1952, mesmo os herdeiros políticos de Torres Galvão, não poderão prescindir dessa mobilização de base e da ação grevista que a ação estritamente “legalista” de

---

botou o delegado pra fora: ‘Você tem 24 horas pra sair de Pernambuco!’  
O presidente do sindicato era Torres Galvão”.

(ex-banqueiro)

Torres Galvão menosprezava ou condenava. Assim, se para a compreensão do ponto em que é “retomado” o vigor do movimento reivindicatório dos operários de Paulista em 1949 são necessárias as informações das mediações sindicais e institucionais provenientes dos artigos de Torres Galvão e notícias no jornal de Agamenon e do PSD *Folha da Manhã*, informações estas precárias na *Folha do Povo*, é inversamente neste último jornal, que se pode acompanhar, a partir daquele ano, o cotidiano dos pequenos movimentos no interior da fábrica, alguns episódios dos quais conferem com o relatado pelos operários que viveram nos anos 50 em nossas entrevistas (cf. por exemplo a nota 156 no capítulo 8).

Deve ser feita aqui mais uma observação a respeito desta notícia da *Folha do Povo* de 1º de abril de 1949, a respeito da “fundamentação histórica” buscada para reforçar a retomada da reivindicação do cumprimento da jornada normal de trabalho legal de 8 horas. É interessante como os jornalistas e/ou os operários-informantes destes jornalistas retrocedem a 1943 (ou 1944) na busca deste reforço de “fundamentação histórica”, mas permanece desconhecida, porque jamais mencionada pela “imprensa alternativa” operária que floresce no pós-45, a “grande greve” de 1932, tão marcante na memória social dos operários de Paulista, desencadeada justamente pela aplicação da lei de 8 horas de trabalho, e aparentemente de grande interesse para a “agitação e propaganda” de uma “retomada” do movimento reivindicatório. Tal desconhecimento é ilustrativo da descontinuidade no movimento operário de Paulista da “geração de 1932” para a geração que participa da retomada do movimento no início dos anos 50 (embora haja uma certa continuidade no lado das lideranças moderadas como Genufino Fialho e Ramiro Ramos de Lima, cf. cap. 9). A própria repressão ao sindicato de “Roberto do Diabo”, em 1932, assim como a estrutural incompatibilidade do “sistema Paulista” com a associatividade dos seus trabalhadores são explicativas desta falta de continuidade (que aliás não é incomum no padrão histórico geral do movimento operário brasileiro) e da comparativamente tardia implantação de “operários ativistas” comunistas naquela fábrica (relativamente às fábricas do Recife, por exemplo). A este respeito, é útil a comparação contrastiva com a “precoce” e permanente presença de “ativistas” comunistas em Nova Lima, MG, junto aos mineiros da St. John Del Rey Mining Company, desde a origem do sindicato dos operários-mineiros, no início dos anos 30, garantindo a continuidade do movimento entre este período e o da redemocratização de 1945 (cf. Grossi, 1981, caps. 4 e 5).

Segundo a notícia da *Folha do Povo* de 1º de abril de 1949, no dia 16 de março, os operários das seções de pré-fiação e fiação (“do batedor à espuladeira, e inclusive os foguistas”) paralisaram o trabalho e pressionaram o gerente exigindo o pagamento dos 20% de adicional para as horas extras e outras reivindicações. A paralisação alastra-se por outras seções, mas o

gerente é socorrido pelo interventor do sindicato, que promete conseguir da CTP o pagamento daquelas reivindicações além de acenar com a realização de uma próxima assembleia no sindicato (seria a 1ª depois de 1947). A pressão dos operários é momentaneamente desativada e no dia seguinte, a fábrica distribui mil senhas dando crédito de adicionais de horas extras, mas exige dos operários das seções que iniciaram o movimento que limpem e lubrifiquem as máquinas diariamente no final do seu horário, quando habitualmente essas tarefas são feitas uma vez por semana. Tal limpeza punitiva corresponde a um trabalho gratuito dos operários, na medida em que param as máquinas e cessa a contabilização do trabalho por produção. No dia 29, os operários da pré-fiação adotam outra tática: passam a parar diariamente após as 8 horas de trabalho, recusando-se a trabalhar as 12 horas habituais, assim como a limpeza diária das máquinas que lhes foi imposta. No dia seguinte, o movimento se alastrou até a fiação, estendendo-se também às seções de urdideira, enrolador e espuladeira.<sup>198</sup>

Enquanto prossegue esse movimento de resistência dos trabalhadores das seções de preparação de algodão, recusando-se a trabalhar além das 8 horas, a administração fabril manifesta-se com medidas punitivas adicionais: na fábrica Aurora, é reduzido de 15 para 10 minutos o tempo que têm os operários trabalhando nas caldeiras para banharem-se no chuveiro em determinados momentos da jornada de trabalho, e proibindo os ajudantes de fazerem-no (esses banhos periódicos atenuam a insuportabilidade do trabalho do transporte de lenha para as fomalhas); são colocados vigias nas portas dos banheiros para limitar a 5 minutos a ocupação dos quartos sanitários (várias entrevistas de operários referem-se a esta presença dos vigias nos banheiros) (*Folha do Povo*, 13/4/1949); são vistas pelos operários nas fábricas pessoas contratadas pela administração para fotografarem trabalhadores que cochilem no serviço para sua posterior suspensão, retirada do repouso remunerado e demissão; são contratadas algumas mulheres como aprendizes em ocupações habitualmente masculinas como as de banqueiro na pré-fiação e na seção de acabamento contígua à tecelagem (*Folha do Povo*, 29/4/49).

Explicita-se a partir desse pequeno movimento inicial dos trabalhadores em março de 1949, um conflito no interior do processo de trabalho entre a concepção patronal que, sob pretexto da "baixa eficiência" dos operários, quer intensificar a exploração e a habitual burla de direitos trabalhistas com um produtivismo desmedido, e a concepção dos operários, passando a exigir seus

<sup>198</sup> "As 8 horas de trabalho já era lei, e eles queriam que a gente trabalhasse 10 horas, 12 horas sem receber hora-extra. Mas a gente já estava entendendo um pouquinho de lei, né. Que não devia trabalhar nem 10, nem 11 nem 12 horas sem ganhar extra. Porque eles não pagavam as horas-extras, só pagavam as horas normal. Quando eles pagavam extra, a gente até que trabalhava. Mas quando eles não queriam pagar extra, então a gente não trabalhava aquelas horas. Não trabalhava mesmo: 'Vamos largar todo mundo!'"

(ex-fiandeira)



direitos ao lado da manutenção de ritmos e hábitos de trabalho que lhes são favoráveis e adequados à sua "cultura fabril". Ao exercício de uma "micro-física do poder" intensificada, um tanto ou quanto sutil e brutal no interior da fábrica, que ataca a enraizada "cultura fabril" dos operários, corresponde em contraposição um revigoramento da "micro física da resistência" embutida nessa mesma "cultura fabril", agora imbuída da luta democrática por direitos sociais através da deliberação e pressão coletivas.

E é essa pressão que consegue a realização da 1ª assembléia sindical após a intervenção em 1947, onde se destampam as queixas e reivindicações dos trabalhadores na presença do mestre geral da seção de preparação do algodão e de um dos diretores da fábrica, que compareceram à assembléia de mais de mil operários. As reclamações dos operários nesta assembléia são: (a) o não pagamento correto das horas extras, evidenciado na assembléia pela palavra e pela exibição de contra cheques que o comprovavam; (b) a trapaça do salário por produção na seção de preparação de algodão: quando o operário redobra seus esforços para ganhar mais, o mestre da seção altera para pior a qualidade do algodão, o que faz rebaixar o salário, e ainda anota um número menor de horas efetivamente trabalhadas, que servem para a contagem do salário-base, que complementa a baixa produção, devido à baixa qualidade do algodão (a denúncia desta trapaça derruba por sinal a "teoria dinâmica da baixa eficiência" dos operários de Paulista premonitoriamente elaborada – ao gosto dos futuros econômetras neoclássicos que assolarão o país desde meados dos anos 60 – nos relatórios da CTP de 1944 e 1949); (c) o não pagamento correto do repouso semanal remunerado: a CTP não paga o repouso remunerado para os seus operários comuns, deixando para pagar incorretamente em 10% (e não os 17% do salário semanal como pagam outras fábricas do Recife e como estipula a lei) somente para os contra-mestres (queixa esta que novamente questiona o conteúdo do relatório da CTP de 1949 em suas críticas aos efeitos da lei do repouso remunerado) e (d) a denúncia da exigência de limpeza gratuita cotidiana das máquinas e de outras perseguições dentro da fábrica (suspensões, etc.).

A pressão da plenária da assembléia faz tanto o advogado do sindicato e seu interventor endossarem as denúncias dos operários, quanto o diretor da fábrica presente comprometer-se com a cessação das perseguições, a regularização do pagamento do repouso remunerado (inclusive com o pagamento de dois feriados em que houve trabalho, nos dias de Carnaval e na sexta-feira santa de 1949), o pagamento das horas perdidas por falta de material ou defeito de máquina, e o fim da imposição da limpeza gratuita diárias das máquinas. (*Folha do Povo*, 3/5/1949).

No entanto, apesar do alerta ocasionado pela realização da assembléia a esse movimento reivindicatório iniciante dos operários, as promessas não são cumpridas dentro da fábrica. Um mês após a realização da assembléia, o interventor do sindicato convoca uma outra para reconhecer o não



atendimento das reivindicações mas também para pedir um crédito de confiança à sua ação junto à CTP que, ele assegurava, acabaria cumprindo com as promessas feitas. (*Folha do Povo*, 31/5/1949). As duas assembléias parecem ter sido aceitas e convocadas pelo interventor do sindicato, inclusive com a concordância e a presença na 1ª assembléia da direção da CTP, para tentar esfriar o movimento dos trabalhadores, correndo embora o risco de engrossá-lo. Por outro lado, o sindicato passa a ter revigorada a permanência freqüente de *vigias* da CTP na sua sede, em comum acordo com o interventor, para atemorizar as queixas individuais de operários e para evitar uma “tomada” mais audaciosa do sindicato para a realização de assembléias.

Embora a *Folha do Povo* procure enfatizar a “retomada” do movimento no interior da fábrica pelos operários de Paulista, ressaltando suas iniciativas e as reações subseqüentes da *companhia*, também se pode observar, através da seqüência destas mesmas notícias, assim como nas entrevistas com os operários, como tais iniciativas dos operários inseriam-se como movimento de resistência a uma ofensiva da fábrica para a reorganização da produção, intensificando o trabalho e desmantelando a política anterior do “trabalho para todos”.

A partir de julho, intensificam-se os efeitos nos operários – alguns dos quais já denunciados na assembléia do final de abril – das pequenas escaramuças da *companhia* decorrentes de sua estratégia de reorganização da produção. Além da “sonegação” de direitos trabalhistas como o não pagamento dos adicionais das horas extras e horas noturnas e do repouso semanal remunerado, e da busca costumeira no seu “laboratório secreto” têxtil, consistindo no desrespeito às regras do jogo do salário por produção através da manipulação da qualidade da matéria-prima, o algodão, a administração fabril passa a atacar especificamente a “reorganização” da seção de preparação do algodão. Provocando o desgaste dos trabalhadores dessa seção através da utilização mais freqüente do algodão “frechu”, a administração insiste em pagar por produção um trabalho habitualmente pago por hora quando da utilização daquela qualidade de algodão, acarretando um rebaixamento sensível de salários.<sup>199</sup> Além disso, passa a modificar a

---

199“Os banqueiros em 10 horas de trabalho, fazem 100 a 120 metros de fios. A borra do algodão, chamada de ‘frechu’, continua sendo aproveitada. O trabalho com matéria deteriorada, algodão podre, reduziu a produção dos banqueiros em muito, que assim só podem produzir de 25 a 35 metros em 10 horas de serviço. Têm os banqueiros que parar as máquinas de instante a instante para emendar os fios. Anteriormente, esses operários trabalhavam por diária neste serviço, mas hoje em dia, são pagos por produção [também com este algodão], o que reduziu seus salários de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 200,00 para aproximadamente Cr\$ 50,00 [semanais; o salário mínimo da época desde 1943, é de Cr\$ 220,00 mensais na zona de Paulista]. Essa modificação faz parte da política de rebaixamento dos salários levada a efeito pelos Lundgren. Para isso eles usam as ‘mudanças de serviço’, passar os serviços de ‘diária’ para produção [quando isso é

“torção”<sup>200</sup> e outras peças dos bancos que têm por efeito também o rebaixamento dos salários (*Folha do Povo*, 11/8 e 10/9/1949).

A prática de utilização de um algodão de pior qualidade parece reificar-se na existência da “máquina-diabo”, colocada no início do “lay-out” do processo produtivo da Fábrica Velha para reunir os restos e desperdícios do algodão já processado, e formar o detestado (pelos operários) *algodão frechu*:

“Meu tio trabalhava numa máquina, na seção de preparação de algodão, chamada ‘Máquina-Diabo’, que recebia todo o desperdício da fábrica pra repassar, né. A gente chamava de ‘Máquina-Diabo’ porque ela apanhava todo o desperdício de algodão, né, e formava uma pasta de algodão muito ruim de se trabalhar nos bancos, na fiação e na tecelagem, o chamado ‘algodão frechu’. E essa máquina trabalhava numa velocidade muito grande, e era perigosa, ela acidentava muita gente.”

(*ex-contramestre da fiação*)

Por outro lado, a administração intensifica as medidas disciplinares voltadas para o desmantelamento da “cultura fabril” dos operários em todas as seções das fábricas. Essa intensificação manifesta-se na frequência com que se sucedem formas diversas de materialização de punições como as *multas*, as *suspensões*, e o castigo apelidado de *pendura*. As multas, embora muitas vezes relacionadas com supostos prejuízos materiais ocasionados no ato de manipulação pelos operários, ou pelas máquinas sob as quais têm

---

desfavorável para os trabalhadores], etc. O resultado é que as fiandeiras já estão sofrendo também redução dos seus salários com a queda da produção dos bancos. Por outro lado, sabe-se que existe um armazém cheio desses detritos [de algodão], e a perspectiva para aquelas operárias é ver os seus salários ainda mais reduzidos.”

(*Folha do Povo*, 21/7/1949).

“(…) Se no algodão foi encontrado um alto coeficiente de impurezas, dever-se-á proceder a uma calibração nas máquinas, mormente as de preparação para que com menor velocidade e mais fechadas possam fazer um trabalho eficiente de limpeza. As conseqüências de um algodão sujo refletem-se no fio, quer tenha ele sido limpo nas máquinas de preparação, quer não tenha sido bem trabalhado. Se no primeiro caso o principal defeito manifesta-se pela falta de resistência, pelo enfraquecimento da fibra nas operações severas de limpeza; no segundo caso as irregularidades de diâmetro e produtos sujos serão as conseqüências.

(Oswald, 1955, pg. 106)

200.“As maçaroqueiras [ou bancos de estiragem] são máquinas de preparação [do algodão] que dão à mecha [de algodão] um pequeno grau de torção, para facilitar ou regularizar sua estiragem posterior. (...) A torção, ainda que pareça insignificante o seu valor, tem grande responsabilidade na qualidade do fio. Essa torção é calculada não só pelo título da fita, como pela qualidade da fibra e método na preparação. Quanto mais fina for a fita, áspera for a fibra ou maior for a variação no comprimento das fibras, maior deverá ser a torção. (...) Se houver demasiada torção, a estiragem tornar-se-á difícil.”\*

(Oswald, 1955, pgs. 56 e 109)

*responsabilidade*, de materiais de trabalho, traem seu aspecto disciplinar quando aplicados no “fechamento” dos poros da jornada de trabalho, ou quando a elas são acrescidas outras formas de punições.<sup>201</sup> Assim, o gerente das seções de estamparia e de calandragem na Fábrica Aurora ordenou a aplicação de uma multa de Cr\$ 15,00 para qualquer operário que venha a quebrar o “sari”, uma peça onde se enrola o pano, “feita das piores madeiras com o fito de se quebrar com facilidade” (*Folha do Povo*, 11/8/49), mas sobre esta multa é aplicada ainda uma suspensão de três dias de trabalho. Na seção de fiação, na outra fábrica, a Fábrica Velha, essa desvinculação entre as multas e o caráter de “indenização” a um suposto dano material cometido pelo operário no curso de seu trabalho é mais evidente, assim como o é, para além da exploração monetária expressa na retenção de salários, uma política “behaviourista” de imposição de uma estrita disciplina no trabalho:

*“As fiandeiras trabalhavam com escovas para limpar as máquinas, e compram essas escovas à fábrica às custas do próprio salário. No entanto, quando acontece alguma escova ser extraviada, são forçadas a pagar de Cr\$ 15 a Cr\$ 20,00. (...) Da mesma forma, compram também aventais e quando os perdem, são multadas. Quando o fio forma um nó, chamado de ‘guariba’, pagam Cr\$ 10,00 de multa, embora a ‘guariba’ seja aproveitada.”*

(*Folha do Povo*, 11/8/1949).

É interessante notar-se que grande parte dessa política de multas parece dirigir-se às seções onde trabalham um maior número de jovens, principalmente jovens operárias (nas seções de fiação e tecelagem) e em menor grau jovens operários ajudantes (na estamparia e calandras) e não às seções onde trabalham operários masculinos profissionais (como por exemplo os bancos): além de uma sabedoria tática da administração de não humilhar aqueles que mais facilmente se mobilizam – os “banqueiros” – trata-se de carregar na disciplina dos jovens operários, seja para moldá-los quanto ao seu futuro na fábrica, seja para evitar os supostos descuidos daqueles operários, que têm um “projeto passageiro” quanto ao seu trabalho fabril condicionado por uma concepção da divisão do trabalho familiar entre os membros das famílias de trabalhadores de Paulista (cf. quanto a isto Alvim, 1985, cap. 4). Pois enquanto são aplicadas multas na tecelagem devido ao rompimento de muitos fios por parte de algumas desafortunadas tecelãs, todas elas sofrendo as conseqüências da fragilidade dos fios provenientes do algodão “frechu”, multas por vezes superiores ao valor do

---

<sup>201</sup> Para uma análise do caráter disciplinar e de subordinação do operário à cooperação capitalista, independente do contexto de “indenização” que se lhes quer imputar, das multas, cf. a que é feita por Lenin (1966, o.c. tomo 2, pgs. 27 a 69) em 1895, a propósito das “leis sobre as multas impostas aos operários de fábricas e minas” na Rússia.

pedaço de pano que teceu (cf. *Folha do Povo*, 17/9/49), os banqueiros, que se defrontaram no início do processo com as dificuldades do “frechu”, são deixados por conta apenas da “punição” automática dada pelo sistema de pagamento de salários por produção. Por outro lado, as fiandeiras são multadas pela quebra accidental de peças<sup>202</sup>.

Também a punição conhecida como *pendura*, que se refere ao atraso dos operários na chegada ao trabalho, seja um atraso de 1 ou 2 minutos, isto é uma chegada no decorrer do último apito, aplica-se preferencialmente às seções com um maior contingente de operários jovens geralmente femininos, e tornam-se humilhantes e insuportáveis à medida que se aplicam a operários ou operárias mais velhas. Além da punição física ela mesma, de caráter “escolar” e, portanto, mais adequado socialmente aos jovens – ficar de pé durante uma hora diante da mesa do mestre da seção nos escritórios, às vistas de outros trabalhadores e funcionários de escritório – o *pendura* acarreta na perda de 1 hora de salário por produção, pois a máquina é entregue a um ajudante ou diarista alocado para este fim de substituições eventuais; na perda do repouso semanal remunerado, pois quebrada é a condição de “assiduidade”; e, além disso, numa multa adicional de Cr\$ 2,00.

*“Os operários que chegam mesmo na hora exata que a fábrica apita pela última vez – (ou leva ‘fiote’ como dizem os trabalhadores) – não podem mais ‘botar a ficha’ (ou ‘arrear a chapa’). Ficam então uma hora de castigo na mesa do mestre, enquanto sua máquina fica rodando com diaristas contratados já para esse fim. As fiandeiras comentando esse castigo afirmam estar na ‘pendura’. Perdem o repouso remunerado, e ainda são multadas em Cr\$ 2,00. Vários operários externaram já o seu repúdio a esta medida, dizendo que devem lutar contra a mesma, pois depois de velhos não devem submeter-se a castigos corporais [ficar de pé, parado, durante 1 hora]. Este método, usado inicialmente na seção de fiação, já atingiu outros departamentos da fábrica, e, ultimamente, a ‘preparação’.”*

(*Folha do Povo*, 14/9/49)

*“Operários que chegam ao serviço com dois minutos de atraso os*

---

<sup>202</sup>Essas diretrizes administrativas acabam sendo canalizadas através dos contramestres:

*“Tinha contramestre que era muito cabueta [designação local para alcagüete]. Por qualquer besteira eles estavam suspendendo operário. Tinha contramestre tão safado que se quebrava uma peça – que a máquina em movimento quebra peça, não é? – então ele dizia que a gente quebrava porque queria, e que então a gente ia pagar aquela peça. Eu nunca paguei. Nunca! Eu dizia assim: ‘se eu pagar a peça, você tem que tirar ela todinha e eu levo pra casa’ [risos]. Eu nunca paguei. Mas fui testemunha de companheira que foi suspensa por causa de peça quebrada ou perdida. Eu fui testemunha. Tinha um contramestre que era muito bacana, um tal de Aderbal. Eu fui testemunha a favor de operária juntamente com ele [na Justiça do Trabalho].”*

(ex-fiandeira)

mestres os fazem ficar de pé durante uma hora, entrando depois desse tempo no trabalho. (...) Esse regime ocorre com mais freqüência entre as fiandeiras”

(notícia na Folha do Povo, 4/9/49, cobrindo discurso de denúncia do vereador comunista Brás de Luna na Câmara Municipal de Paulista).

Se o *pendura* acrescido de multa é um castigo exemplar visando punir os pequenos atrasos na entrada do operário na fábrica para iniciar sua jornada de trabalho, são aplicadas “apenas” multas aos trabalhadores que, durante a jornada de trabalho, elastecendo os “poros” no interior da jornada, tenham se ausentado momentaneamente de suas máquinas para ir ao banheiro, mesmo com a cobertura de um ajudante.<sup>203</sup> À abnegação forçada dos *vigias* nas portas dos banheiros, a vigiar a duração das intimidades de seus colegas, a fábrica prefere substituí-la pelo método florescente e impessoal da *multa*. É verdade que multando o operário com a perda do seu salário subsequente naquele dia, a distinção entre a *multa* e a *suspensão* se esvanece.

Os protestos individuais dos operários contra essas medidas podem custar-lhes *suspensões*, impedindo-os de trabalhar e receber salário durante alguns dias. E as *suspensões* passam a atingir trabalhadores que estejam conversando entre si em sua seção, próximos às máquinas, mesmo que seja por interesse do serviço que então realizam, sendo aplicadas por 3 dias, podendo ser aumentadas no caso de protesto do operário (cf. *Folha do Povo*, 14/9/49).

Por outro lado, as *suspensões* dirigidas a operários pretensamente transgredindo normas disciplinares, no que diz respeito à sua alimentação no trabalho, ainda nos “poros” da jornada de trabalho, chamam a atenção para os pequenos detalhes em que se revela a quase onipresença da vigilância e da repressão à “cultura fabril” habitual dos trabalhadores. A *suspensão* de 6 operários da Fábrica Velha, que estariam fumando na hora do *garapão* da madrugada<sup>204</sup>, vem agravar um conflito localizado tanto na qualidade do café

---

203“O regime de multas em Paulista chega a tal ponto que até para satisfazer certas necessidades, os operários são multados. O fiscal, se chegar na seção e conferir a ficha de matrícula de certo operário, e o mesmo não se encontrar na sala, mesmo tendo ido ao aparelho, é multado perdendo o dia de trabalho [e por extensão o repouso remunerado que em Paulista já é sonogado ou pago abaixo do devido]” (*Folha do Povo*, 17/8/49)

204“No dia 4/8/49 foram suspensos 6 operários da Fábrica Velha em Paulista. O motivo da suspensão foi o de ‘terem fumado perto das caldeiras’. Como sabemos, os operários de Paulista que trabalham no turno da noite, tomam ‘café’ — chamado garapão. O garapão é tomado às 3 e 45 da manhã. Para não tomar a beberagem fria, muitos operários costumam esquentá-lo, antes de bebê-lo, nas caldeiras. Quando estavam esquentando o seu ‘garapão’, e naturalmente fumavam, foram arbitrariamente suspensos pelo conhecido espancador ‘Paizinho’ (fiscal da seção de preparação de algodão) (...)” (*Folha do Povo*, 17/8/49)

– esse estimulante tradicionalmente difundido pelo trabalho proletário (cf. Mintz, 1979/80) – oferecido pela *companhia*<sup>205</sup>, quanto mais geralmente na questão da liberdade que exigem os trabalhadores de lidarem criativamente com as deficiências do regime fabril que caracteriza a sua “cultura fabril”, manifestando-se na questão das refeições dentro da fábrica. Pois uma melhoria de qualidade do café oferecido pela empresa passa a ser uma reivindicação tangível, depois que os operários conseguem um fogão improvisado na seção de pré-fiação para esquentar comida, após se defenderem de um atentado hierárquico à criatividade com que se utilizam das forças do consumo produtivo em proveito do seu consumo individual<sup>206</sup>. E isto os

---

205-“Há poucos dias o operário Pedro Xavier caiu por cima da máquina, desmaiando de fome. Isso se deu depois das 4 horas da manhã, depois de ter esse operário tomado o ‘garapão’, um café ralo e feito de água fria. Por semana adoecem perto de 10 operários com essa beberagem. Esse operário foi socorrido pelos seus companheiros de trabalho, tendo sido posto em cima dum monte de sacos. Pedro Xavier ainda se encontra doente e sem a mínima assistência”. (*Folha do Povo*, 21/7/1949).

“Como sabemos, o “garapão” é uma beberagem fornecida pela empresa aos operários que trabalham no turno da noite. É feita dentro de um depósito enferrujado, que nunca é lavado, e que cozinha no jato de pressão da máquina. O local onde a beberagem é preparada fica perto da fiação. A fiação é uma secção em que os fragmentos do algodão ficam em suspenso no ar e a vasilha do garapão fica descoberta. Assim é que o ‘garapão’ que os operários da Paulista tomam às 3:30 da manhã, é uma mistura de pó de café, água, ferrugem e pó de algodão. Esta é a razão porque vários operários caem doentes constantemente, ao tomar o ‘café especial’ distribuído pelos Lundgrens.”

(*Folha do Povo*, 2/9/49)

Assim fala retrospectivamente do *garapão* e das refeições na fábrica uma ex-fianadeira:

“A gente levava [para a fábrica] um lanche, uma bolachinha, um pedaço de pão, um punhado de farinha, essas coisas assim, não sabe? E lá às vezes fazia um cafezinho. Tinha o garapão da *companhia* e quem não quizesse fazia café na água fervendo. Na tecelagem não tinha garapão. Agora na fiação, a gente pegava de meia-noite, quando era assim de uma hora da madrugada, duas horas, já tá dando uma fomezinha, então vinha esse garapão. E quem não quisesse, ia fazer café lá nas caldeiras, que os homens faziam, né. Nas caldeiras, tem que ter fogo e água, né, tinha água quente. Então cada um tinha aqueles canecos, sabe, guardava aqueles canecos. Muita gente não se dava com o garapão então ia fazer por conta própria, né. E outros não fazia café não, né, comia um pedaço de pão seco mesmo né, e tomava água. Eu só tomava café em casa. Eu não me dava com o garapão porque toda vez inchava a barriga. E tinha gente que adoecia, vinha pra enfermaria. Porque a *companhia* oferecia o garapão e tinha um homem que fazia o café naqueles bules pretos, naquelas latas, né, sem higiene, com muito açúcar, né.”

(ex-fianadeira)

206-“Antigamente a gente fazia assim: tirava a água da tubação, da água que vinha abastecer a máquina. Porque vem aquelas águas encanadas abastecer as máquinas, aquela água a pressão pra esquentar tambor, vem aquela pressão, cria



anima a incluírem esta “questão do café” no memorial de reivindicações que vêm secretamente preparando para apresentarem à direção da fábrica.

Essa ofensiva da CTP – aumentada após as assembléias sindicais de abril e maio, e feita paralelamente ao não cumprimento das promessas feitas por diretor da companhia na assembléia de abril – na intensificação da exploração no processo de trabalho, na manipulação do salário por produção e nas medidas punitivas e disciplinares generalizadas, faz alastrar o descontentamento entre os operários que dão corpo à orientação de militantes e simpatizantes comunistas no interior da fábrica. Formando uma “comissão de

---

aquela água quente. Aquela água quente a gente tirava pra fazer o café. Então quando a gente fazia serão e trabalhava de noite, dobrando [passando de um turno para o outro], quando tem necessidade de puxar pra dar aquela metragem de pano [na seção de estamperia], então quando vai chegando o outro dia e a gente trabalhando ali direto, cada um que pegue o seu caneco e vai ali naquelas pressão tirar água. Onde tiver água, a gente vai abrindo a torneira e tira. Se não tiver, perde o café. Ou mesmo quando tem água, às vezes perde o café porque às vezes tá a água limpa mas quando faz o café e bota na boca, tá aquele sarro medonho que ninguém pode tomar e joga no mato. Outras vezes quando a gente abre a torneira, vê logo a água encardida de ferrugem e nem faz o café. Ainda hoje lá é assim: não tem água quente pra gente fazer o café, nem tem refeitório. Se o camarada quer tomar café lá, ou leva de casa ou se não vai fazer nessas águas assim. E antigamente, tinha os galegos que vinham proibir. Houve diversas brigas lá na fábrica por causa do café. Os galegos derramavam, chutavam os canecos do pessoal. E a gente não aceitava isso.”

(ex-ajudante da seção de estamperia)

Os relatos retrospectivos dos operários nas entrevistas de pesquisa vão no mesmo sentido das notícias da *Folha do Povo*:

“Nas fábricas dos Lundgren, os trabalhadores lutam com grande dificuldade com relação às suas refeições. Principalmente para os que moram distante das fábricas, torna-se difícil comer, pois não tem aonde [esquentar a comida]. O que fizeram alguns operários? Levam a comida para a fábrica e a cozinham [ou esquentam?] debaixo da escapação das máquinas, pendurando para isso suas painelas naquele local. Mas ultimamente o gerente inglês, passando pelo local, mandou que um operário ‘quebrasse as painelas’. O operário reagiu dizendo que não quebraria. Deu isso motivo para que o galego dissesse que ia puni-lo. Mas diante dos protestos dos operários, o galego deu volta atrás e mandou construir um fogão na seção. Isto representou uma pequena vitória para aqueles operários, que verificaram o quanto podem os trabalhadores unidos e organizados, para a completa vitória de suas reivindicações.” (*Folha do Povo*, 2/9/49).

Em julho de 1950, um protesto semelhante dos operários foi também levado em consideração pela administração da fábrica:

“Na seção de caldeira, os capangas Rozendo, Hortêncio, e mais três outros, proibiram os operários de preparar o seu almoço no fogo da caldeira. Aqueles trabalhadores, em sinal de protesto, abandonaram o serviço e foram ao escritório reclamar a medida. Sendo levadas em consideração as suas reivindicações, voltaram ao serviço.” (*Folha do Povo*, 12/7/1950)



salários” mesmo sob as condições adversas da impossibilidade de reunião do sindicato sob intervenção, redigem um “memorial de reivindicações” a ser entregue à direção da fábrica e procuram arrancar do interventor sindical a permissão para a realização de uma assembléia que referendasse as reivindicações e o seu encaminhamento. É feita propaganda marcando a assembléia para o dia 9 de outubro, um domingo, onde pretendem estabelecer um prazo para a resposta patronal às reivindicações. O memorial é assim redigido:

*“Memorial.*

*Ilmo Sr. Diretor da Companhia Paulista:*

*Pedimos a V.Sa. que autorize a gerência a nos pagar os 20% de aumento em nossos salários, os 20% das horas-extraordinárias em folha, a fixação dos 20% de abono de freqüência com o pagamento dos atrasados para todos aqueles que só vêm recebendo 10% desse abono, e café suficiente para os que trabalham à noite, inclusive os vigias.*

*Apresentamos esse pedido com as seguintes considerações:*

*1º) Reconhecendo que em Assembléia do nosso sindicato, em 1944, pleiteamos um aumento de 50% em nossos salários. Tendo V.Sa. recorrido a Tribunal do Rio, tivemos ganho de causa em 1947, com um aumento de apenas 20%.*

*2º) Reconhecendo que as leis do trabalho concedem o direito de 20% para as horas de trabalho extraordinário, que deverão ser pagas em folha.*

*3º) Reconhecendo que todos os abonos sujeitos a descontos para o IAPI são considerados incorporados aos salários.*

*4º) Reconhecendo que o abono de freqüência de 20% é assegurado para todos os operários e não só para aqueles que têm uma média superior a Cr\$ [ilegível no jornal] por hora. [refere-se à extensão do pagamento correto feito aos contramestres para os demais operários].*

*(Folha do Povo, 7/10/49)*

Importante para a consolidação das reivindicações e o prosseguimento das lutas no interior da fábrica – como a luta pelo “café decente”, assim como a “neutralização” dos vigias<sup>207</sup> – o “memorial” é, no entanto, impre-

---

<sup>207</sup>Os operários “ativistas” procuram conquistar a confiança de alguns vigias para as reivindicações coletivas, sendo nisso auxiliados pela *Folha do Povo* que faz denúncias sobre a incidência da exploração patronal também sobre eles:

“Nas Fábricas Nova, Velha e Aurora, os vigias sofrem exploração semelhante [à dos operários], ganhando um salário de Cr\$ 1,75 por hora. Os vigias são obrigados a trabalhar 10 horas diretas, sem descanso, fazendo suas parcas refeições nas próprias ‘guaritas’ onde prestam serviço. Além disso, perdem duas horas diariamente pois trabalhando 10 horas por dia, recebem apenas 48 por semana. (...) Moram em recantos das redondezas de Paulista, vivendo com suas famílias numa situação de miséria determinada pela exploração de que são vítimas. Os vigias em Paulista são ainda explorados pelo sr. Pedro Marques, chefe dos serviços de policialismo contra os operários. Esse laçao dos Lundgren vende capotes aos vigias para o trabalho noturno com alta margem de lucros, exigindo de maneira inapelável o pagamento das prestações.” (*Folha do Povo*, 6/10/49).

ciso na fundamentação retrospectiva do aumento de salários, que envolve um conhecimento mais concreto da administração sindical de que são desposuídos esses operários “ativistas”. A respeito dessa imprecisão, no entanto, voltaremos mais adiante. De qualquer forma, esse memorial não chega a ser entregue à direção da empresa. Também inútil foi o trabalho de conclamação ao comparecimento à assembléia, feito de mão em mão entre os operários, na distribuição de um “manifesto” da “comissão de salários” aos trabalhadores<sup>208</sup>: na véspera do dia da assembléia é preso o vereador comunista Brás de Luna, na madrugada de domingo, são presos os integrantes da “comissão de salários”, e Paulista é ocupada pela polícia em operação dirigida pelo chefe da polícia estadual, com todo o apoio material dado pelo corpo de vigias da CTP e outras forças auxiliares da *companhia*.

*“Como comunicamos por toda a semana passada, deveria se realizar em Paulista, domingo, no sindicato dos têxteis uma assembléia para discussão de um memorial a ser entregue aos Lundgrens. (...) Essa assembléia no entanto, não se realizou, dado o terror policial desencadeado naquela cidade. Logo pela manhã, foi presa a Comissão de Salários, seguindo-se as prisões – por todo o dia de domingo – de vários operários cujos nomes não conseguimos apurar. À hora da reunião, caminhões pertencentes aos Lundgrens cheios de capangas e soldados da polícia andavam a toda velocidade pela cidade, procurando dispersar os grupos de operários que encontrassem, ou outras pessoas. Por outro lado, o sindicato foi ocupado cedo pelos capangas da fábrica que o trancaram e se entrincheiraram no seu interior. (...) Diante da decisão (...) dos operários, que se foram agrupando na praça de Paulista, uma vez que o sindicato estava fechado e cheio de capangas (...), os Lundgrens convocaram a Cavalaria, que ali já se encontrava (...), dezenas de agentes da polícia política, patrulhas da polícia militar, e ainda dezenas de seus capangas que passaram a dispersar o povo, violências estas dirigidas pessoalmente pelo comandante de polícia sr. Viriato Medeiros que ordenou as prisões dos mais combativos operários, fazendo a Igreja Santa Elisabeth [em construção] o seu quartel-general, num visível desrespeito aos direitos religiosos já não do clero, mas do povo de Paulista, pois que foi o clero quem colocou o templo à disposição da polícia para melhor atacar os operários. Enquanto as prisões eram efetuadas e o povo violentado em praça pública, os capangas dos Lundgrens, dirigidos pelo escrivão da polícia daquele município,*

---

Nas eleições municipais de 1947, o PC contou com um candidato a vereador, na sua “chapa de candidatos populares” na legenda do PSP, que era vigia, o qual foi demitido antes das eleições que não ganhou.

<sup>208</sup>É interessante neste manifesto a relação das reclamações mais sentidas pelos trabalhadores – como as demissões, as reduções de salários, as suspensões, e o “segredo” do salário unitário por produção – assim como a discriminação de uma “cesta de alimentação” ideal do trabalhador de Paulista, comparada com seu salário semanal.

(cf. *Folha do Povo*, 8/10/49)

*munidos de máquinas fotográficas, batiam chapas dos operários que se encontravam na rua, para mais tarde identificá-los e os despedir ou surrá-los. Convidado especialmente pela Comissão de Salário, o deputado Torres Galvão, eleito com votos do povo de Paulista, não compareceu àquela cidade, desmascarando-se perante o operariado. O mesmo não aconteceu com o deputado popular Paulo Cavalcanti que igualmente convidado ali esteve, presenciando as arbitrariedades da polícia a serviço dos Lundgren." (Folha do Povo, 13/10/1949)*

Outros jornais, da grande imprensa, que pude consultar, o *Folha da Manhã* então governista, e o *Diário de Pernambuco*, silenciam sobre um episódio no entanto de importância jornalística quanto mais não seja pelo fato de merecer o deslocamento de S.Excia., o comandante estadual de polícia, com patrulhas da polícia militar e da polícia civil. Em 1932, os mesmos fatos "provincianos" das greves de então dos operários de Paulista mereceram uma boa cobertura do *Diário de Pernambuco* (cf. capítulo 7). Mas então, o país não estava envolvido, como em 1949, pelos contagiantes efeitos estimulantes que a internacional "guerra fria" fornecia ao tão entranhado autoritarismo nativo. O *Diário de Pernambuco* registra apenas, no mesmo dia 13 de outubro, a existência de "alguns atritos entre os auxiliares imediatos do governador", após uma reunião deste último com seus Secretários de Estado e o Líder do PSD na Assembléia Legislativa" para examinar a repressão ordenada pela Secretaria de Segurança às "atividades da chamada 'campanha pró-paz' em que estão envolvidos elementos comunistas". No dia 18 de outubro, a *Folha do Povo* noticia um cerco policial à casa do vereador comunista Brás de Luna em Abreu e Lima (distrito de Paulista; Luna não é besta de morar diretamente em Paulista, e nem conseguiria; cf. a nota 90 no capítulo 4) sob o pretexto de uma reunião no "Centro de Petróleo de Paulista", e que o jornal interpreta como sendo na realidade um pretexto para a continuidade da atemorização aos operários da fábrica com seu movimento reivindicatório em curso. Este movimento é assim atingido por uma repressão que terá por pretexto o combate aos comunistas que dela de fato participam, como se esta participação fosse o único motivo da própria existência do movimento, e é tratado pelas autoridades coatoras como mais uma dentre outras "frentes" em que atuam os comunistas (o "movimento pela paz" e o "movimento pelo petróleo"). Paulo Cavalcanti confirma os fatos contidos na descrição da *Folha do Povo* sobre essa repressão à assembléia sindical não realizada do dia 9 de outubro no 2º volume de suas memórias (cf. Cavalcanti, 1980, pg. 250-241).<sup>209</sup>

<sup>209</sup>Cavalcanti descreve este episódio no contexto de uma crítica à "fase estalinista" do PC, como uma "tarefa" para quem tem "imunidade parlamentar", que lhe foi atribuída sem discussão por um enviado do Comitê Central a Pernambuco no quadro da orientação "esquerdista" do período próximo ao "Manifesto de Agosto" de 1950. No entanto a descrição de sua tentativa de comparecimento à assembléia confirma em linhas gerais a descrição da repressão

O outro deputado citado na descrição da repressão do dia 9 de outubro, Torres Galvão, alude indiretamente a esses acontecimentos de Paulista em uma "Carta Aberta ao Sr. Delegado Regional do Trabalho" publicada na *Folha da Manhã* do dia 16/10/1949, carta esta elucidativa tanto das posições diferenciais que tem a sua facção sindical e política vis a vis dos comunistas, quanto da confirmação das formas de exploração e das burlas à legislação trabalhista levadas a efeito pela CTP. Por outro lado, sua carta denota o clima de tensão predominante em Paulista e, de forma implícita admite a existência de um movimento social dos operários de Paulista independentemente do único e exclusivo efeito da ação dos comunistas, que justifica a repressão a tal movimento, executada pelas autoridades coatoras do governo do PSD, partido de Torres Galvão, ao exortar o delegado do trabalho a abandonar sua omissão:

*"É deveras delicada a situação do operariado de Paulista, explorado, de um lado pela Companhia de Tecidos Paulista, que lhes paga salários abaixo do mínimo legal, mediante tabelas antiquadas, conforme me informou em dias da semana passada o interventor do sindicato de Paulista e fiscal dessa Delegacia Regional, sr. Haroldo Veloso; e do outro lado, por líderes comunistas que concitam os trabalhadores a reivindicar os direitos que lhes são negados pela fábrica, através de recursos que não são aqueles previstos e estatuídos na legislação em vigor. (...) Acontece porém, sr. Delegado, que tudo isto resulta improficuo [isto é, todas as iniciativas parlamentares que Torres Galvão descreve anteriormente, tomadas por ele em favor da população de Paulista], se a presença da DRT não se fizer sentir naquele centro industrial, impondo a aplicação da legislação trabalhista. E é justamente pela ausência da DRT em Paulista, que os cartórios daquela cidade se acham abarrotados de processos trabalhistas sobre assuntos*

---

feita pela *Folha do Povo*. Em entrevista de pesquisa a nós concedida, Cavalcanti acrescentou alguns detalhes à descrição contida no seu livro que completam a confirmação daqueles fatos:

"Quando eu desci do ônibus na praça principal, todo o pátio da Igreja e da prefeitura e a praça estavam tomados de polícia militar, polícia civil e capangas dos Lundgrens. Então, eu e o jornalista Cazeli [da *Folha do Povo*] ficamos lá ilhados, sem poder fazer nada, como num circo romano. E as pessoas que porventura tentassem falar comigo eram presas. Eu me lembro que nessa hora eu, não tendo o que fazer, fiquei lá fumando e houve um momento que faltou fósforo. Parece que o Cazeli não fumava. Então ia passando assim um operário, acidentalmente, eu me dirigi a ele para ele me acender um cigarro. Esse operário foi preso porque acendeu o meu cigarro".

Cavalcanti também menciona, no 1º volume de suas memórias, a crise do governo Barbosa Lima Sobrinho desencadeada pelas repercussões à repressão do "movimento da paz" referido na notícia do *Diário de Pernambuco* de 13/10/49, culminando com a demissão do Secretário de Segurança e do Delegado do DOPS.

(Cavalcanti, 1978, págs. 245-246).

perfeitamente sanáveis pela ação do órgão administrativo do Ministério do Trabalho; sendo humanamente impossível aos dois juizes da Comarca dar vazão a essa pleitora de feitos tal o seu volume quantitativo. Medite V.Sa. no potencial de inquietação que representa uma situação dessa natureza e no vasto campo que se abre aos inimigos do regime democrático para as suas solertes. (...) Sr. Delegado: ouça os reclamos que o operariado de Paulista lhe dirige por meu intermédio. Mandê atualizar as tabelas de produção das fábricas que estão antiquadas; aplique as sanções legais pelo não pagamento do repouso semanal remunerado a quem de direito; proíba o trabalho noturno de mulheres e de menores que, além de constituir uma afronta à legislação universal, é a causa primordial da devastação que a tuberculose está fazendo naquele centro industrial; mande impor a adoção das condições mínimas da higiene do trabalho naqueles estabelecimentos fabris; enfim, mande fiscalizar o cumprimento da legislação do trabalho em Paulista; e terá V.Sa., não somente cumprido o seu dever de representante do Ministério do Trabalho neste Estado, mas também prestado a Pernambuco e ao regime democrático o mais relevante serviço." (grifos meus, JSLL).

Retenhamos aqui apenas a referência indireta aos acontecimentos de Paulista e a demarcação de posições e diferenças do Torres Galvão em relação aos comunistas, para comentarmos mais adiante outras implicações contidas no texto desta "carta aberta".

As conseqüências da repressão, desencadeada pela tentativa de assembléia sindical, à revelia do interventor do sindicato, fazem-se sentir sobre os operários de Paulista. Há indícios de novos recrutamentos de *vigias* por parte da CTP para reforço de sua milícia privada, notando-se, entre eles, ex-policiais tanto da polícia civil quanto da polícia política (cf. *Folha do Povo*, 21/10/49). Patrulhas da cavalaria da polícia militar continuam rondando as ruas de Paulista e revistando trabalhadores nas ruas. Cerca de 200 operários da Fábrica Aurora são transferidos para o trabalho na "gerência externa" sob o regime da *folha amarela* (cf. cap. 2; *Folha do Povo*, 15/11/49). Enquanto isso, vários trabalhadores são presos em Abreu e Lima (Maricota), 16 homens e uma mulher, sendo espancados na delegacia de Paulista após se recusarem a limpar dos muros de Paulista, inscrições com a palavra "PAZ", sendo alguns transferidos para a Secretaria de Segurança (*Folha do Povo*, 10/11 e 22/11/1949).

As prisões de operários de Paulista são confirmadas indiretamente por mais um artigo de Torres Galvão, "A Delegacia do Trabalho e o Operariado de Paulista", reiterando suas críticas à DRT e mostrando novas conseqüências da sua omissão sobre os operários de Paulista, imprensados por um lado, pela "exploração capitalista" e por outro lado, por "elementos extremistas do Recife", que os concitam a "fazer valer os seus direitos por meios que não são aqueles permitidos e estabelecidos em lei":

*"Ao que estamos seguramente informados, as autoridades policiais prenderam há poucos dias um destacado líder extremista encarregado de atuar em Paulista, sob o pretexto de defender justos interesses dos trabalhadores que ali empregam as suas atividades. Também ao que estamos informados, foram chamados à presença das autoridades vários operários, denunciados por aquele coordenador extremista, e que se haviam deixado envolver pelas suas promessas falaciosas. Pessoa insuspeita nos informou ainda que as autoridades ficaram sobretudo impressionadas com os níveis de salários percebidos por aqueles operários e pelas condições de trabalho que lhes são impostas no centro industrial de Paulista. (...) Fechando os olhos a fatos desta natureza, deixando os trabalhadores totalmente entregues à exploração capitalista, a DRT nada mais está fazendo do que abrindo as portas das fábricas aos comunistas e lançando os operários aos azares do desemprego, como já está acontecendo em Paulista. Não podemos também deixar de chamar a atenção do operariado de Paulista para a necessidade de fechar os seus ouvidos a esses agentes extremistas que não podem defender os seus interesses, por isto que eles mesmos se acham fora da lei. Já que a indiferença da DRT não permite a solução geral, de caráter administrativo, restam ao operariado as soluções judiciais. Se, porventura, o sindicato não lhes merece mais confiança [está sob intervenção] procurem os diretórios do PSD onde serão atendidos no encaminhamento dos seus casos à Justiça. Não foi por outra coisa que fizemos de Paulista sede de comarca [em 1944] e lhe demos uma situação especial [em 1948], sendo no estado de Pernambuco a única comarca que dispõe de dois juizes. (...)"*

*(Folha da Manhã, 27/11/1949)*

À parte as informações provenientes do aparato repressivo estadual – ele próprio não criticado como antidemocrático e cerceador dos direitos constitucionais dos cidadãos, e mesmo reconhecido como dotado de uma sensibilidade repelente à super exploração capitalista – utilizadas para criticar o Ministério do Trabalho de um governo federal também do PSD; é interessante notar como Torres Galvão, diante de uma intervenção sindical persistente, acaba recomendando como alternativa aos operários uma forma de “paralelismo sindical” que, no entanto, é criticada quando praticada pelos comunistas. A diferença dos “comitês de empresa” recomendados pelos comunistas a partir de 1948, os quais pela dificuldade de sua constituição e atuação naquelas condições, acabam restritos aos operários comunistas e se transformam assim praticamente num “paralelismo sindical partidário” ao invés de engendrar “organismos de massa”, o “paralelismo sindical partidário” resultante da orientação de Torres Galvão dos operários valerem-se do diretório local do PSD para o encaminhamento de suas reivindicações, tem a vantagem da legalidade daquele diretório do partido governista (ao contrário dos perseguidos comunistas), mas é inócuo como organização daquele grupo social. Quanto às suas considerações sobre a justiça do trabalho local, retomaremos-nas adiante.



Esse clima repressivo, em Paulista, permanece até meados de 1950, quando ainda são registrados indícios da presença de patrulhas policiais na cidade e a intensificação do trabalho dos *vigias* no interior da fábrica, eventualmente socorridos por policiais e por patrulhas do Exército (cf. *Folha do Povo*, 11/05/1950 e 24/06/1950; a CTP cedeu uma parte de suas terras nos limites com o município de São Lourenço da Mata para uma unidade do Exército desde o final da 2ª Guerra). Por outro lado, a CTP aproveita-se dessa ressaca repressiva para efetivar seus planos de reorganização da produção, manifestos desde o relatório anual de 1949 com a demissão massiva de trabalhadores, a *Folha do Povo* de 12/03/1950 falando em 2.000 operários demitidos.

Apesar disso, os operários conseguem rearticular-se para levar adiante seu movimento reivindicatório, conseguindo uma audiência na prefeitura em vista da mediação desta junto à CTP em apoio às reivindicações. Essa audiência, realizada no dia 24 de maio de 1950, reunindo mil operários no pátio da prefeitura, configura uma maior flexibilidade tática dos operários "ativistas" da "comissão de salários": no final de outubro de 1949, após a repressão à pretendida realização da assembléia sindical, o presidente da Câmara Municipal ofereceu ajuda nessa intermediação, a qual foi então recusada. Provavelmente, a "comissão de salários" seguia aproximadamente aquilo que a *Folha do Povo* então preconizava, a entrega direta à gerência da fábrica do memorial de reivindicações em passeata de operários, seguindo exemplo recente de portuários do Recife, mas inviável no clima repressivo de Paulista (*Folha do Povo*, 28 a 30/10/49). Não fica claro nas notícias da *Folha do Povo* de 2 a 3/06/1950, se é o prefeito ou o presidente da Câmara Municipal que concede audiência aos operários. Assim como mais uma vez não fica clara a fundamentação retrospectiva do pedido de aumento de salários de 20%, remetido a 1943 ou 1944, conforme já assinalamos por ocasião do memorial redigido em outubro de 1949, e agora remetido a 1946<sup>210</sup>. Se a

---

<sup>210</sup>A notícia de 02/06/1950 assim menciona essa referência retrospectiva a reivindicações anteriores:

"Diversas foram as reivindicações levantadas pelos trabalhadores na reunião salientando-se porém entre todas, a da percepção de 20% das horas noturnas e do pagamento do excedente de 8 horas de trabalho. Exigem também que lhes sejam pagos os atrasados devidos pela empresa dos Lundgrens que tem sistematicamente violado esse direito dos operários. A luta por essas reivindicações data de 1946, quando surgiram os primeiros protestos a respeito. Só agora, entretanto, toma ela nova feição, com o movimento organizado que se esboça."

Já o item 1º dos considerandos do memorial de 1949 como já assinalamos, assim dizia:

"Reconhecendo que em Assembléia do nosso sindicato, em 1944, pleiteamos um aumento de 50% em nossos salários. Tendo V.Sa. recorrido ao Tribunal do Rio, tivemos ganho de causa em 1947, com um aumento de apenas 20%." (*Folha do Povo*, 7/10/1949).



notícia do dia 2/6/1950 não se referiu a 1946 por um lapso, querendo referir-se a 1944, fortalece-se a hipótese de que em 1946, os operários de Paulista teriam conseguido um abono de 20% nos salários em virtude de pressões para que fossem equiparados ao que conseguiram os têxteis do Recife, e que depois da intervenção no sindicato, esse abono tenha sido sumariamente extinto pela CTP, motivando o movimento que recomeça em 1949. Ou então, a seguir-se a versão dos considerandos do memorial de 1949 (ver acima), o resultado do julgamento na última instância do dissídio coletivo instaurado em outubro de 1945, favorável aos operários em 1947, não teria sido pago pela CTP.

Quem poderia esclarecer essa fundamentação retrospectiva da “retomada” do movimento reivindicatório de 1949, iluminando também o período anterior, é Torres Galvão. Particularmente, o esclarecimento dessa questão do pagamento ou não pela CTP do resultado judicial do dissídio coletivo de 1945 deveria merecer um pronunciamento de Torres Galvão, visto que, exatamente sobre o resultado deste dissídio, é ele acusado pelo interventor do sindicato de mal representar os operários de sua base sindical. Pois, em seguimento à “carta aberta” e ao artigo “A Delegacia do Trabalho e o Operariado de Paulista”, ambos de Torres Galvão, dirigidos ao delegado regional do trabalho, e supra citados, o interventor do sindicato Haroldo Veloso, irritado com a recomendação feita naquele último artigo aos operários para que encaminhem suas reclamações através do diretório local do PSD, vem em defesa de seu chefe imediato e de si próprio, e contra-ataca com uma “nota-oficial” do sindicato publicada na mesma *Folha da Manhã*, em que defende a administração da intervenção sindical atacando simultaneamente a gestão sindical anterior.<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup>Já nos referimos a esta “nota oficial” do interventor do sindicato na nota 190 neste capítulo, mais acima. No entanto, reproduzimos aqui aquele texto, acrescido de sua continuação, para completar a caracterização dos personagens envolvidos no campo de lutas sindicais do período, o interventor e seus associados, a facção sindical de Torres Galvão, os “ativistas” comunistas, trazendo conseqüências para o conjunto dos trabalhadores.

“Quando assumimos a direção do sindicato, em fins de setembro de 1947, substituindo a diretoria em que era presidente o atual deputado Torres Galvão, havia o referido órgão promovido em juízo, no período de janeiro de 1944 a setembro de 1947 – mais de três anos e meio – dissídios individuais liquidados pelo valor global de Cr\$ 565.081,50 em favor dos reclamantes. Além desses, foi suscitado um dissídio coletivo postulando a restituição de diferenças de salários e de descontos indevidos, cujo valor, os próprios peritos da Justiça do Trabalho estimaram em Cr\$ 4.642.971,90. No entanto, esse dissídio, depois de encaminhado judicialmente a uma solução favorável ao operariado, foi acordado por iniciativa do Sindicato, inexplicavelmente, pela quantia de Cr\$ 2.042.000,00, menos de 50% do seu valor ajuizado.

Em contraposição, os interventores procuram ressaltar seus próprios méritos:

“Agindo de maneira contrária, sem estardalhaço, sem demagogia, sem o

Em sua resposta à "nota oficial" ("A Nota do Sindicato de Paulista", *Folha da Manhã*, 11/12/1949) Torres Galvão não responde especificamente ao que acontece com o dissídio coletivo de 1945, nem à acusação do interventor de ter proposto um acordo "por baixo" com a CTP. Nesta resposta, Torres Galvão apenas mostra como tudo que o interventor coloca a crédito da administração da intervenção foi realizado na gestão anterior, inclusive o encaminhamento da maioria das questões na justiça quantificadas pelo interventor. E conclui apontando para o elevado número de questões na justiça como prova da exploração da CTP e omissão da DRT que vem denunciando em seus artigos. Fica assim impossibilitada, com os dados que conseguimos dispor, a elucidação da exata reconstituição da ligação da reivindicação dos anos 49 e 50 com o ocorrido nos anos anteriores. De qualquer forma um dos móveis do movimento reivindicatório do conjunto dos operários de Paulista, iniciado em 1949 e que atravessa os anos 50, é não somente o de uma perda de direitos não pagos desde os anos da "mobilização industrial" decorrente da guerra, mas também, mais geralmente o da perda das "vantagens" decorrentes do "sistema Paulista", e particularmente, da sua característica de "tempo do trabalho para todos".

A própria mudança da forma de apresentação da dominação é incorporada pelos operários como uma perda: a personificação e a "teatralização da dominação" efetuadas pelo Coronel Frederico não se transferem, após a sua morte em 1946, para o outro "coronel", o seu irmão Comendador Arthur, que adota uma postura menos presente relativamente aos operários de Paulista e ele próprio imprime à administração, ou a delega a uma equipe de

---

intuito de vantagens pessoais e com a atenção sempre voltada para o cumprimento do dever a atual administração, na sua vigência de apenas dois anos - outubro de 1947 a outubro de 1949 - encaminhou a juízo 280 processos interessando a 1.287 associados, entre os quais, numerosos já foram liquidados pelo valor de Cr\$ 686.203,20. E, ainda no momento atual, vários dissídios pluridos estão sendo encaminhados a juízo, envolvendo interesses de mais 1.500 operários. Tudo isto vem sendo feito com sinceridade, para bem resguardar os direitos do operariado, e sem agitação, para não estorvar os trabalhos da Empresa empregadora, cujos interesses se relacionam intimamente com os problemas econômicos e sociais do país".

E assim terminam esses bravos interventores:

"Na sua grande maioria, o operariado deste sindicato é atuante, ordeiro e sensato, sabendo muito bem que nessa nova fase de vida [marcada pelos impulsos neo-estadonovistas do governo Dutra, acrescidos do ódio inerente à "guerra fria", JSLL], é que o órgão de classe, alheio às tricas e competições de natureza facciosa, vai trilhando a rota dos seus próprios objetivos e bem merece a sua confiança, sem embargo das agitações e manifestações desaconselháveis, cujo único mérito não pode ser outro senão o de gerar o clima e ambiente propícios ao trabalho desagregador dos traidores vermelhos."

(*Folha da Manhã*, 1/12/1949).

dirigentes, uma orientação “gerencialista” e reorganizadora do processo de trabalho – tal como expresso no relatório da CTP de 1949 – personificada agora, para os operários, no genro do Comendador, o vice-consul americano em Recife, Robert Harley. Os relatos retrospectivos dos “velhos” operários, dos dias de hoje, datam daí o fim do “tempo do trabalho para todos” e o início da briga pelos seus direitos.

*“Depois que o Coronel Frederico morreu, foi que houve mais aperto. Assim que o Coronel Frederico morreu, o Comendador Artur trouxe um dos filhos dele, seu Milton, que era gerente da Casa Pernambucana do Rio de Janeiro, trouxe praqui, pra tomar conta da fábrica, mas não deu certo. Então, ele trouxe um americano pra Paulista. Esse americano, um tal de Roberto Harley, era Vice-Consul dos Estados Unidos no Brasil. Era genro do Comendador, casado com Dona Helena. Esse americano pintou miséria aqui quando veio. Foi quando começou mais questão, e botar o povo pra fora, demitir o povo, né? Demitir em massa mesmo. Demissão em massa pior mesmo foi depois de 64, mas antes, quando o seu Harley chegou aqui foi uma força pra botar gente pra fora, dizendo que tinha muito operário, que tava ganhando sem fazer nada. Isso parece que foi de 48 pra 50, por aí assim. Na fábrica, tinha pra mais de 20 mil operários. Então, o americano foi botando operário pra fora. Aquele que aceitava, saía, ganhava uma mixaria. E outros botavam na Justiça. Teve gente aqui que dizia: ‘Eu vou vencer ele com a minha fome. Eu morro mas ele não me vence! E passava 5, 10 anos na Justiça.’”*  
(ex-banqueiro)

Assim, a imprecisão na fundamentação reivindicatória da “comissão de salários” e do trabalho dos operários “ativistas”, se ela tem importância para uma maior eficácia numa negociação – então improvável porque negada pelos patrões fortalecidos com a intervenção sindical e a conjuntura política repressiva – ou numa luta jurídica – então impossibilitada pela intervenção sindical e desprezada pela orientação sindical do PC que influencia os operários “ativistas” – no entanto reforça no conjunto dos trabalhadores um sentimento geral de “perdas” não somente monetárias (salariais, de horas extras, noturnas, etc.), mas relativas à disciplina e ao reforço do “despotismo” no interior da fábrica assim como ao desemprego, à manipulação sistemática da rotatividade por parte da *companhia*, ao fim do “tempo do trabalho para todos”. Essa mudança na forma pela qual se exerce a dominação na fábrica traz conseqüências para a própria maneira como se reproduz e se reconstitui a “cultura fabril” dos operários: atingindo as gerações de jovens operários que saem de um período orientado pelo padrão da mobilidade e da “brincadeira” caracterizando essa faixa etária de trabalhadores (cf. Sigaud, 1979, Leite Lopes, 1976 e, particularmente, Alvim 1985, cap. 4), tal mudança inflexiona a estabilidade e um certo conformismo de sua profissionalização do “tempo do trabalho para todos” num processo de profissionalização que se associa com a lógica dos direitos e da reivindicação coletiva.

*"Além do banqueiro, tinha o ajudante. Quanto mais tinha gente, mais a gente dava produção. Mas naquele tempo, eu não ligava de dar muita produção não. Eu ligava mais de brincar. Mas depois que eu fiquei mais esclarecido, eu disse: 'Não, agora eu não vou mais brincar. Agora eu vou trabalhar, que a lei dá direito à empresa e, dá direito a mim, e eu brincando, a lei não vai me dar direito!' Então, quando eu saí no corte [em 1958], me botaram pra fora porque eu estava com 19 intimações da Junta Trabalhista pra servir de testemunha pra operário, né! Eu tava com 19 intimações."*

*(ex-banqueiro)*

Já vimos no capítulo 7 como no breve interregno de atividade sindical do ano de 1932, configura-se entre os operários e a CTP uma disputa pela correta aplicação da lei, a ser dirimida no caso pelo Ministro do Trabalho em pessoa, contribuindo aparentemente, naquele curto período, para reforçar o jogo e a estratégia desempenhados pelo sindicato operário, alimentando a disputa em torno da interpretação e julgamento da lei e a crença nos *direitos*. Esse engajamento dos operários na disputa pela legitimidade dos seus direitos no campo das leis trabalhistas recém-criadas – lembrando a análise feita por Thompson (1978, págs. 258-263) sobre a importância da mediação das leis e da justiça no conflito de classes a partir de material referente ao “Black Act” na Inglaterra do século XVIII – tem uma eficácia, embora temporalmente limitada, tanto maior, quanto a importância do conflito, atingindo um campo do direito trabalhista ainda em formação, provoca a interferência centralizada do Ministro do Trabalho condicionando um rápido desfecho do conflito (em junho de 1932). Essa mesma eficácia da intervenção centralizada das autoridades governamentais, reverte-se contra os operários alguns meses após, quando dos acontecimentos de outubro de 1932, quando a CTP consegue a intervenção e o fim subsequente do sindicato operário. Já no período do final dos anos 40 e de toda a década de 50, o recurso dos operários à lei e à justiça para a reivindicação dos seus direitos torna-se um fenômeno descentralizado e coletivo, desfechando-se massivamente sobre uma justiça trabalhista burocraticamente estruturada, e de capacidade de resolução lenta. Ao contrário da acelerada “crise política” de 1932, ocasionada pela disputa dos operários de Paulista, através do seu sindicato recém-formado, no novo campo da lei, na defesa de seus direitos burlados pela CTP; no início dos anos 50, trata-se da lenta “crise social” endêmica, de resolução atomizada e vagarosa, representada pelo recurso em massa à estruturada justiça trabalhista, que é um importante fator nessa formação também lenta de uma consciência de classe entre os operários de Paulista, aplicando-se mais ainda às considerações acima aludidas de Thompson. Se essa mesma lentidão da justiça trabalhista só tende a reforçar a concepção mecanicista da inutilidade inclusive tática do recurso coletivo ou individual a esta justiça, fundamentada numa análise economicista do caráter de classe da

justiça burguesa, preconizada pelo PC em 1949 (cf. por exemplo o artigo "A Justiça do Trabalho é um Instrumento dos Patrões" assinado pela tecelã "ativista" Júlia Santiago, *Folha do Povo*, 3/12/1949), no entanto, a "ousadia" de colocar o patrão na justiça, não somente os já demitidos, mas os operários em plena atividade, passa a incorporar-se à luta cotidiana, lenta e possível dos operários têxteis não somente em Paulista, como nas outras fábricas têxteis do Grande Recife. Em Paulista, este recurso à justiça, como já vimos assinalado nos artigos do Torres Galvão e do interventor sindical supra citados, possui um caráter mais massivo que é tanto mais significativo quanto nesta fábrica o poder extra-econômico patronal, presente nos diferentes aspectos da vida social da vila operária, traz maiores riscos aos "operários de questão"<sup>212</sup>. A difusão da "ousadia" de "botar questão" proporcionada pela burla sistemática de direitos e pelas demissões empreendidas pela fábrica nos anos 50, faz interiorizar, no conjunto dos operários, a lógica e a prática dos *direitos* (cf. Sigaud, 1971 e 1979), acionados nas pequenas disputas dentro da fábrica, instrumentalizando não somente a ida individual ou em grupo à justiça, mas a própria ação coletiva direta, a negociação direta precedida por greves de seções. A própria preparação "espontânea" dos operários entre si para a ida às audiências da

---

<sup>212</sup>Um dos riscos mais graves a que correm os "operários de questão" é o despejo violento efetuado pela milícia privada da CTP, como já presenciamos nos relatos das "aventuras de Joaquim" no final do capítulo 4. Assim, a *Folha da Manhã* do dia 12/2/1950 registra a condenação "a quatro anos de reclusão do vigia da CTP João Sabino de Barros por violências cometidas nas execuções de despejos nas residências dos operários, a mando da gerência das casas da companhia." Nem sempre essas condenações eram efetivamente executadas, o vigia condenado fugindo com a cobertura de seus chefes e sendo substituído por novos talentos na arte do "manjar" (cf. nota 19 no cap. 1), continuando-se esses procedimentos de despejo. Um ano depois dessa condenação, Torres Galvão escreve um artigo na *Folha da Manhã* de 9/1/1951, "Singular Processo de Despejo", diante da recorrência desses atos do corpo de vigias da CTP que se sucedem a uma questão na Justiça.

"O Dept<sup>o</sup> Jurídico da CTP acaba de descobrir, na sua magna sapiência de interpretação de leis, um moderno e original processo de despejo. Quando despeje um trabalhador e o 'in subordinado' vai à Justiça reclamar a indenização a que tem direito, a poderosa companhia manda simplesmente uma turma de vigias destelhar-lhe a casa, sem mais nem menos. É desse singular processo de despejo (...) [que tivemos notícias detalhadas] relativamente ao operário Manuel José do Nascimento, com 26 anos de trabalho na referida companhia e residente em Paulista, à rua São Jorge 4.326."

A respeito deste fato uma ex-fiandeira nos relatou, em entrevista, como sua família, residente à rua São Jorge e vizinha da família de Manuel do Nascimento, foi ameaçada por ter recolhido à sua casa as crianças e os móveis do vizinho despejado enquanto colegas lhe procuravam uma casa nas "áreas livres" de Abreu e Lima ou de Paratibe com que pudesse permanecer em Paulista enquanto durasse sua batalha judicial com a *companhia*.

justiça destaca esse exercício da concertação coletiva proporcionado pelas “questões”.

*“Os contramestres também se achavam um pouquinho privilegiados. Então ficavam contra o povo que botava questão na justiça. E alguns deles iam ser testemunha, contra o povo. A companhia mandava, não era? Eles iam pra junta falar contra o povo. Mas sempre entravam pelo cano quando eles iam. Porque quando a gente botava caso na justiça, a gente convidava as testemunhas e a gente ia ter um diálogo com a testemunha, né. Dizer o que estava em causa, o motivo da gente ter botado aquela questão na justiça. Dizia como tinha sido. A gente fazia a reclamação, sabia como tinha sido, né, então falava pras testemunhas. Já as testemunhas deles não sabiam, porque de última hora, a junta mandava uma folha pro advogado da companhia, ele não tinha diálogo com os operários e a gente que tinha diálogo um com o outro sabia, informava melhor. Então quando a gente ia, até com uma pequena mentirinha [risos] e tudo, era mais fácil pra gente do que pra companhia. Era difícil a companhia ganhar uma causa!”*

(ex-fiandeira)

Mas, se dentre as testemunhas arroladas pela *companhia*, geralmente vigias, fiscais, cabos e outros pequenos chefes, incluem-se ainda alguns contramestres, estes, por outro lado, são também alcançados pela cruzada disciplinadora da CTP contra a “cultura fabril” dos operários e por sua vez também participam dessa ação massiva dos operários colocando a administração fabril no banco dos réus. Por outro lado, o fato de testemunhar a favor dos colegas passa a ser um ponto de honra que é destacado na caracterização orgulhosa e auto-elogiativa dessa nova “cultura fabril” que se forma com o fim do “tempo do trabalho para todos” do “sistema Paulista”. A defesa deste ponto de honra passa a ser o ato derradeiro dentre as pequenas batalhas contra a administração da *companhia* praticado nessa nova fase das “aventuras de Severino” que já vimos inicialmente em cena no capítulo 2.

*“Eu saí no corte quando já tinha deposto 19 vezes na justiça a favor dos meus colegas. Porque eles sabiam que podiam contar comigo. O pessoal botava questão e aí me chamava pra ir defender na justiça e eu ia. O juiz na 1ª audiência perguntava: ‘Quem é sua testemunha?’ O colega dizia: ‘Severino dos Santos’. Aí dava o endereço, e eles levavam a carta lá em casa, era a intimação do juiz. Aquelas cartas tudinho eu guardava. Eu tava com 19 quando eu saí no corte. Eles já me conheciam, por isso, e antes dessa última vez que eu fui depor, o Dr. Buarque que era um dos diretores da companhia mandou me chamar. Naquele tempo [em 1958], ninguém tinha água nem luz em casa, ele me ofereceu uma casa com água e luz e um emprego de fiscal na fábrica Aurora [na outra fábrica, pois Severino trabalhava na Fábrica Velha]. Ele disse: ‘Você vai trabalhar de fiscal na Fábrica Aurora, mas tem uma coisa: você não vai mais ser testemunha de operário, a favor de operário. Se você for testemunha, é contra operário. Eu disse: ‘Tá certo, Dr. Buarque, eu vou resolver’. Aí não aceitei, né. Ele disse: ‘O sr. vai*



melhorar de salário! Eu digo: 'Tá certo, mas não aceito, né'. Ele disse: 'Ô xente, tem água na casa!' E eu não fui, né. Eu disse: 'Eu não sei ler não, não sei nada não'. Mas ele disse: 'Não, é só pra você ficar andando na Fábrica Aurora'. Mas eu não aceitei. E continuei a testemunhar a favor de operário, sempre por problema de diferença de salário, suspensão. A derradeira que eu fui, foi pra um contramestre das cardas. Esse contramestre se atrasou na hora do café, que a gente largava de 8 horas pro café, e ele se atrasou porque ficou amolando um arame das cardas. Que as cardas é um rebolo de ferro muito grosso e contém um arame pegado numa lona, bem fininho que é pra limpar o algodão. E aquele arame precisa de amolar, e eles [os contramestres] botam no esmeril pra amolar aquele arame. E ele se atrasou nesse trabalho. Então a gente largava de 8 horas pro café. A fiação que ficava perto, eu combinei com Abigail, uma fiandeira, eu disse: 'Abigail, você vai sair de 8 horas pra tomar o café - ela tomava café ali na "farinha seca" [designação irônica dada pelos operários ao galpão tido como "refeitório" pela fábrica, onde os operários, geralmente os que moravam longe da fábrica, esquentavam o café ou se serviam da comida que traziam de casa.] - e eu saio de 9, pra máquina não parar'. [Severino trabalhando na máquina do banco fino, próximo à fiação, ficaria vigiando a máquina de Abigail, enquanto ela toma café, e ela depois faria o mesmo para Severino] Que a gente fazia tudo pra não prejudicar o outro, né. Então ela saiu, e eu fiquei rodando a máquina sozinho. A gente ganhava por produção, tanto fazia sair de 8 e pegar de 8 e meia, a gente não tava ligando a hora, né. Queria que a máquina rodasse, queria produção, e, ao mesmo tempo, dava pra gente sair pra tomar o café. Ai quando ela saiu, o contramestre ainda tava acabando o trabalho dele de amolar o arame da máquina de carda, e, só depois, é que ele saiu pra o café. A companhia tinha baixado um decreto que se a fábrica apitasse, e o operário tivesse fora do portão, ele não entrava mais. Fosse quem fosse. Podia até ser o contramestre, que eles sempre tiveram mais regalia e podiam sair e chegar depois da hora. Ai quando o contramestre terminou, ele disse: 'Vou sair pra tomar café', era mais ou menos 8 e 10. Quando Abigail chegou, era mais de 8 e 30, e eu saí pra buscar meu café no portão, que meu filho ia lá levar meu café [que ele trazia de casa, preparado por sua mulher]. A fábrica Velha ficava longe do portão, andava uns 3 ou 4 minutos, e eu ainda parei pra conversar, antes de chegar no portão. Quando cheguei lá, já tinha batido as 9 horas e o contramestre estava lá com o vigia, que não deixou ele entrar. [o contramestre tinha ido a pé até em casa tomar seu café e voltar.] Ai eu vi tudo, e o contramestre ainda foi suspenso. A fábrica queria demitir ele por causa da modernização que já estava começando, então arranjou isso. Mas era pretexto, porque ele já tinha entrado muitas vezes atrasado como faziam os contramestres sem nunca ter acontecido nada. Então ele foi suspenso, entrou na justiça, e chamou pra ser testemunha e eu fui.

Quando eu cheguei lá, eu contei tudo pro juiz: 'Na fábrica é assim, não é toda vez que a fábrica apita às 8 horas certa. Tem dia que apita 8 e 5 pra largar, pra tomar café. Mas quando apita as 9 horas, pra entrar, podia apitar 9 e 5, então o operário não tinha prejuízo. Mas ela apita às 9 horas certa. Ai o operário perde 2, 3, 5 minutos. Porque lá tem um relógio na parede, e a gente controla. O camarada que apita a hora do café, ele deixa passar 2, 3, 5 minutos. Quando é pra chegar na fábrica, o



operário não pode perder nem um minuto'. Aliás, no horário da madrugada, o apito toca uma hora antes pra gente se aprontar e chegar na fábrica. De madrugada, é aquele apito bem forte e continuado que o povo que trabalha aqui e morava em Abreu e Lima ouvia. Tem famílias aqui que escalam uma pessoa pra ficar acordado pra ouvir o apito, e se encarregam de acordar as pessoas que vão trabalhar [no horário da madrugada]. Então, eu disse ao juiz que na hora de entrar o operário, não podia chegar um minuto atrasado, mas na hora do café, ela atrasava o apito, às vezes 5 minutos, às vezes 2 minutos. Aí o advogado da companhia mandou perguntar a mim qual era o prejuízo para o operário mesmo que a fábrica apite 1 minuto atrasado para o café. Aí o juiz perguntou a mim e eu disse: 'O operário, se a fábrica atrasar 1 minuto o apito para o café, não tem prejuízo de nada, mas a companhia tem um grande lucro.' - 'Mas por que, perguntou o Juiz, a companhia tem lucro se o operário não tem prejuízo?' Eu disse: ' - Porque se fosse um operário só, né, ela não tinha lucro, mas são 15 mil operários. Então são 15 mil minutos! Então é lucro pra empresa! Aí o juiz ficou espantado e disse que eu era muito esperto. E com isso eu contei o caso do contramestre. Que ele tinha saído 10 minutos depois da hora dele, e não podia entrar 1 minuto atrasado. Que ele era contramestre, responsável por aquelas máquinas de carda tudinho. Pra ele tanto fazia largar na hora, ou depois da hora. Ele era contramestre! Aí o cabra ganhou a questão. Quando foi com uns 8 dias, eles me mandaram embora. Quando o juiz disse: 'É, você é muito esperto, você tem razão', aquilo me desgraçou para o lado da companhia. O advogado da empresa ouviu isso, deu parte lá, e aí eu entrei no corte.'

(ex-banqueiro)

Aquí estão reunidos, neste último ato das "aventuras de Severino", a clássica tentativa de cooptação patronal do operário "de questão" através da promoção a cargo e regalias de pequena chefia; o orgulho e a honra da recusa; as combinações entre colegas de seções próximas de um olhar a máquina do outro alternadamente para não perder o salário por produção na hora da refeição; a solidariedade com o contramestre dedicado, no exercício de suas atividades de mecânico de manutenção e não das suas atividades disciplinares; a esperteza final desse Severino-malazarteano diante do juiz espantado com a revelação feita por essa re-demonstração "selvagem" da clássica demonstração marxiana da formação da mais-valia através do sobretabalho, "dos átomos de tempo como elementos da mais-valia", demonstração clássica esta que por sua vez incorpora a "cultura fabril" dos operários ingleses de meados do século XIX.<sup>213</sup>

<sup>213</sup> Nas ilustrações do capítulo da "jornada de trabalho" incluídas na demonstração da formação da mais-valia por meio do sobretabalho, na seção da "Produção da Mais-Valia Absoluta" no "Capital", Marx assinala os "pequenos furtos" do tempo das refeições e do tempo do descanso dos trabalhadores descritos nos relatórios dos inspetores de fábrica do parlamento inglês como "pequenas furtadelas de minutos", ou como, segundo a expressão dos operários ingleses, "nibbling and cribling at meal-times", literalmente "roer e peneirar o

Tal utilização massiva e “espontânea”<sup>214</sup> por parte dos trabalhadores da justiça do trabalho, aludida nesse relato do ato final das “aventuras de Severino”, esse colecionador de títulos de defesa da honra dos trabalhadores materializados nas cartas da intimação da junta para seu comparecimento como testemunha da parte do trabalhador-reclamante contra a CTP, acaba atenuando e minando lentamente a ação ofensiva da companhia por uma disciplina estrita da força de trabalho diante de uma exploração intensificada. Estes efeitos fazem-se sentir pela CTP, que procura articular apoio parlamentar e governamental ao nível estadual e federal para dificultar o acesso dos trabalhadores à justiça trabalhista, sob as aparências de um “avanço” na estruturação das juntas trabalhistas da região. Por outro lado, a orientação tática do PC que desprezava o recurso dos trabalhadores à Justiça Trabalhista por ser supostamente um paliativo substitutivo ou retardatário à eclosão de greves e da negociação direta com pressão coletiva, orientação esta por vezes apresentada como dedução dos princípios da incompatibilidade de classe com uma justiça burguesa, manifestada em artigos na *Folha do Povo* em 1949 e 1950, acaba rendendo-se aos resultados táticos desta ação persistente dos trabalhadores, e fazendo atenuar inclusive aquela dedução.<sup>215</sup>

---

tempo das refeições”. Cf. Marx, Livro I, cap. VIII, pg. 195 da edição brasileira ou pg. 238 da ed. francesa (cap. X). (Marx, 1983 ou Marx, 1969). Nessa ilustração, ao invés de multiplicar os minutos furtados pelo número de operários da fábrica como faz a ilustração alternativa de Severino, há o somatório dos minutos furtados repetidos ao longo do tempo.

<sup>214</sup>O termo “espontânea” está entre aspas para relativizar o seu conteúdo literal na medida em que a utilização da justiça do trabalho pelos trabalhadores pressupõe tanto a existência da acessibilidade local a essa justiça, efetivada a partir de 1944, com a criação da comarca de Paulista com poderes de 1ª instância da justiça trabalhista e com seu desmembramento em duas varas a partir de 1948, agilizando suas atribuições trabalhistas, quanto uma orientação sindical neste sentido. No entanto, a “adoção” e receptividade encontrada entre os trabalhadores por esta utilização transborda a “oferta” de orientação jurídico-sindical neste sentido e permanece e se amplia mesmo durante os períodos de intervenção sindical (1947-1952 ou 1964-1966) quando tal orientação arrefece-se diante da complacência e comprometimento da interventoria sindical com a CTP.

<sup>215</sup>Assim, a *Folha do Povo* de 17/4/52 denuncia a tramitação de um projeto de lei na Câmara Federal estipulando a criação de mais duas juntas de conciliação e julgamento para Pernambuco, localizadas em Recife, as quais no entanto, centralizariam, já a nível de 1ª instância, as questões trabalhistas originárias dos municípios do Grande Recife, a saber, Paulista, Moreno, São Lourenço da Mata (onde está situado o distrito de Camaragibe, localidade dominada pela Companhia Industrial Pernambucana), Cabo, Olinda e Jaboatão. Essas duas novas juntas eliminariam assim as varas trabalhistas das comarcas situadas nestes municípios, onde os trabalhadores têm acesso próximo à 1ª instância. Segundo esta notícia da *Folha do Povo*, “a empreitada é dos Lundgrens!” conforme expressa o próprio título da matéria:

“O projeto de mais duas juntas de conciliação e julgamento [para

De fato, o recurso dos trabalhadores à justiça, o *botar questão contra a companhia*, é uma ação permanente dos operários de Paulista desde o pós-guerra, atravessando os anos 50 até 1964, e persistindo após 64 até os anos 80. Trata-se de uma ação coletiva, o mais das vezes não concertada, que se manifesta mesmo nos piores períodos de intervenção sindical, como foi o caso no período entre 1947 e 1952, assim como entre 1964 e 1966. Nestes períodos de intervenção sindical, inclusive há uma tendência ao aumento do número de questões na justiça como recurso defensivo mínimo frente a uma maior liberdade da CTP na exploração de sua força de trabalho, como mostram os artigos de Torres Galvão contra o delegado regional do trabalho em 1949, referentes ao contexto da intervenção sindical daquele período. Mas ao contrário das posições preconizadas por Torres Galvão, pautadas por um legalismo estrito, e voltadas para a ação judicial como recurso único dos trabalhadores contra a CTP – quando não a ação administrativa junto a

---

Pernambuco, localizadas em Recife] é uma armadilha contra os operários de Paulista, Moreno, Camaragibe, Cabo, Olinda e Jaboatão. (...) Os dois juízes de Paulista, que julgam as questões dos operários com a companhia, na maioria das vezes, têm dado ganho de causa aos trabalhadores, mantendo assim uma atitude de dignidade. Os magistrados também repelem a criação das juntas. As reclamações destes operários deixariam de ser julgadas pela justiça comum dos respectivos municípios e o julgamento seria transferido para o Recife. Os operários teriam que gastar dinheiro com a viagem e inclusive com hospedaria, no caso do julgamento da questão ser adiado como sói acontecer na Justiça do Trabalho. Há ainda outro fato a considerar: os trabalhadores, caso suas questões sejam transferidas para o Recife, deixariam de apresentar reclamações sobre suspensões injustas, falta de indenização, negativa do empregador em pagar as férias ou o repouso remunerado, etc. Isto aconteceu em Rio Tinto, quando os Lundgrens conseguiram transferir o julgamento das questões da alçada da justiça comum da cidade para as juntas de conciliação e julgamento de João Pessoa. Devido à distância, os operários deixaram de fazer reclamações."

As atas da assembléia geral extraordinária do sindicato dos têxteis de Paulista de 8/2/52, convocada para tratar das gestões de dirigentes sindicais junto ao governo federal para o aumento do salário mínimo, registram a intervenção do prefeito Cunha Primo (PSD) denunciando "a junta de conciliação que o Ministério do Trabalho idealizava para Pernambuco, incluindo Paulista" e propondo a redação de "um memorial ao Presidente da República pedindo que deixasse Paulista isenta desta junta, pois do contrário os trabalhadores iriam sofrer grandes consequências".

Como esta tentativa, feita em 1952, foi frustrada, a CTP torna articular, em 1956, o afastamento da 1ª instância da justiça trabalhista de Paulista para o Recife. O deputado federal Ney Maranhão (PSD) denuncia esta tentativa através da imprensa enquanto o deputado estadual Clodomir Moraes (então vinculado ao PC) protesta no mesmo sentido na Assembléia Legislativa. A Câmara Municipal de Paulista vota uma resolução contrária a esta tentativa, que afinal, mais uma vez não se concretiza.

(cf. *Folha do Povo*, 10 e 14/6/1956).

entidades circunstancialmente favoráveis aos trabalhadores; ação esta exercida no entanto com competência como vimos na “crise de Paulista de 1944” episódio este sempre aliás imprecisamente invocado pela Folha do Povo – os trabalhadores utilizam a *questão* trabalhista contra a *companhia* como uma dentre várias alternativas de ação reivindicatória, preferencialmente combinada nos períodos de correlação de forças menos desfavorável para os operários, com a pressão coletiva direta, a paralisação da seção, a greve. Pois também nos períodos de maior mobilização coletiva, as questões na Justiça não deixam de ser encaminhadas.

Por outro lado, a partir dos anos iniciais da década de 50, passa a formar-se um novo padrão de rotatividade e de reingresso na fábrica de operários demitidos. Diferentemente do padrão da paradoxal rotatividade e reingresso de trabalhadores entre as seções das duas fábricas, *Velha* e *Aurora*, no interior de um sistema de imobilização da força de trabalho através da moradia, característica do “tempo de trabalho para todos”, que examinamos no capítulo 2, trata-se de novo padrão de rotatividade com escasso reingresso de trabalhadores. À demissão resultante de “reorganizações” do processo produtivo, “poupadoras de mão-de-obra”, corresponde o reingresso posterior de operários demitidos – residentes na vila operária porque dependentes do trabalho na fábrica de outros membros familiares para continuar residindo em Paulista – para substituir, com salários inferiores, a novas levas de demitidos. Mas há também uma outra modalidade de reingresso na fábrica, apesar de custosa e difícil para o operário, que se processa *via questão trabalhista, via justiça*. Embora estatisticamente de pouca importância, esse reingresso na fábrica *via justiça* marca, no entanto, na consciência deste grupo social, o fim do reemprego embutido no “tempo de trabalho para todos” como concessão e benesse patronal, fazendo transparecer a luta contra a *companhia* pela permanência no emprego ou pela reincorporação no trabalho, garantida por um poder externo ao poder territorial do sistema fábrica-vila operária. Esta nova modalidade de reingresso pode ser ilustrada com as demissões efetivas na seção das caldeiras, envolvendo operários *fichados* e operários regidos pela *folha amarela*, entre 1954 e 1957, quando parte das caldeiras funcionando com o combustível da lenha é substituída por caldeiras a óleo combustível, coincidindo com a chegada da energia elétrica da CHESF (Paulo Afonso) para a fábrica. Parte desses operários demitidos vencem a questão trabalhista que impetraram na justiça e são reincorporados entre o final de 1956 e o início de 1957 em outras seções da fábrica por via judicial (cf. *Folha do Povo*, 13/2/1957).<sup>216</sup>

---

<sup>216</sup>Esta modalidade de reingresso na fábrica está associada também a *operários de questão*, de diversas seções, supostamente ativos no movimento reivindicativo no interior da fábrica:

“Teve gente aqui de botar questão na justiça, vencer, e a companhia não querer que ele voltasse ao trabalho, e ficar pagando o salário integral

Assim como os relatos do operário-banqueiro Severino, campeão do enfrentamento com a *companhia* na justiça, ou a ex-fiandeira que descreve a ação de preparação e ensaio das testemunhas dos operários às vésperas das audiências, também o relato do ajudante de estamperia Joaquim ilustra a importância que tem o recurso à justiça do trabalho, a *questão* contra a CTP, na constituição e interiorização da ilegitimidade da *companhia*, que se agudiza nos anos 50, por parte destes operários modelares do “sistema Paulista” aliciados desde a sua área rural de origem. No relato retrospectivo que faz o operário Joaquim – ancorado sob sua experiência pessoal, mas formulado a um nível de generalização maior, à maneira dos informantes “sociólogos espontâneos” (cf. Bourdieu, 1963, anexo IX) que analisam a sua própria classe, mas também a dos patrões e a ação do Estado, numa referência sintética a um longo período histórico – transparece esta ambigüidade de um grupo social tão subordinado quanto verbalmente atrelado à lei para a sua ação de classe, mas ao mesmo tempo suficientemente realista para auxiliar-se da lei – historicamente fraca diante do poder patronal – a ela tendo o cuidado de vincular sempre a sua ação coletiva direta mesmo quando incluindo as formas de luta “ilegais” como a greve.

*“Toda vida, eu achei a lei da nação uma lei que se fosse cumprida, operário no Brasil ia viver muito melhor. Porque pela lei da Nação, todos são libertos, embora que é passando fome, né! Mas há fome, porque não há cumprimento de lei da nação, mas se houvesse, se cumprisse a lei da nação direitinho, eu acho que o operário não sofria tanto não. Porque hoje em dia, ainda hoje tem muita gente sofrendo, mas sofre naquelas fábricas, naquelas administrações que não procuram atender o operário de acordo com a lei da nação. Aquelas fábricas que procuram já mais atender de acordo com a lei da nação, o operário não sofre tanto.*

*(...) O problema aqui é que eles nunca gostaram de leis. Porque eu mesmo na justiça fui mais de 10 vezes. Eu mesmo botei questão contra a empresa e ganhei. (...) O operário, ninguém dá nada a ele. O operário, só quem pode dar alguma coisa a ele é a nação. Os direitos que a nação indicar. Porque se a nação não indicar os direitos, o patrão só queria que o operário trabalhasse a troca do comer e do comer mal, comer uma vez só por dia e apanhando. Então isso a companhia já não conseguia mais porque muitos operários se uniam pra procurar aquilo que a nação dava. Se a nação dava aquele direito, porque o patrão não quer obedecer? Então vamos à greve! Vamos nos impor! Vamos à justiça! Eu mesmo fui à justiça umas 10 vezes pra cumprir a lei que a nação me dava cobertura. Principalmente por diferença de salário. Fui sozinho e junto com outros operários, uma vez fui junto com meia dúzia de*

---

com o camarada em casa. Preferiam pagar o salário dele com ele em casa, que dizia que lá dentro ele ia agitar os outros. Então ficam pagando, passou mais de um ano pagando a essas pessoas. E depois, terminavam voltando ao trabalho”

(ex-fiandeira)

operários. E pra defender operário, ser testemunha de operário, eu sempre fui, fui um bocado de vezes mesmo.

(...) Agora, quem dava cobertura aqui ao trabalhador só foi mesmo Agamenon e Arraes. Porque tanto um como outro dizia: 'O operário de Paulista, na hora que chegar no Palácio, pode mandar subir, se for de Paulista!' Porque aqui era a sede do sofrimento, a sede da escravidão. Aqui, antigamente, era a sede do consumidor de operário, a sede do perseguidor de operário era aqui, a sede do sofrimento e da fome era aqui. E a sede do isolamento dos direitos da nação era aqui. Foi aqui que eu vim encontrar uma administração que a lei era o que a empresa tinha vontade. Aqui, antigamente, era assim. Não tinha negócio de lei não. Então só existia um cumprimentozinho de Lei quando o operário se unia. Quando o operário se unia, aí então, a lei era cumprida mesmo porque era cumprida na marra. Aqui só cumpria os direitos da lei, quando o operário se movimentava, se unisse e movimentasse."

(ex-operário da Fábrica Aurora, ajudante de estamperia).

Ao contrário da linha tática do PC na área sindical até 1951, e ao contrário da concepção do deputado do PSD e ex-dirigente sindical de Paulista, Torres Galvão, ambas achando, e disto tirando conseqüências opostas, que a utilização pelos operários das questões trabalhistas atenuaria o conflito de classes, o relato do operário Joaquim, assim como o de muitos outros, serve de ilustração para o fato da utilização permanente das *questões* na justiça pelos operários como um instrumento pelo qual se manifesta o conflito de classes desde o pós-guerra, variando embora a intensidade do conflito e o papel dentro dela do recurso à justiça, conforme a conjuntura política e sindical<sup>217</sup>. Assim, à constatação no 1º parágrafo do relato de Joaquim, da ilegitimidade da *companhia*, esse caso-limite que exagera um comportamento patronal no entanto recorrente e generalizado perante os *direitos das leis da nação* – a adequação patronal aos quais passa a ocupar o padrão de legitimidade anteriormente centrado nas garantias patronais do "sistema Paulista" – segue-se como resposta, no 2º parágrafo deste relato, o recurso massivo dos operários à Justiça do Trabalho. Mas tal recurso, contribuindo para consolidar a segurança na própria legitimidade das reivindicações operárias, propicia a organização e a pressão coletivas para a defesa daquelas reivindicações. Assim, a "ousadia" de colocar na justiça o patrão, propicia paralelamente a "ousadia" da pressão coletiva e da greve, na conjuntura política menos repressiva do decorrer dos anos 50 e primeiros anos da década de 60: "Então vamos à greve! Vamos nos impor! Vamos à Justiça!", como proclama Joaquim colocando a greve e a justiça como recursos equivalentes e complementares naqueles anos. O recurso à justiça permanece, no entanto,

---

<sup>217</sup>É verdade que esta apreciação baseia-se no relato retrospectivo dos operários (feito no período de realização da pesquisa de campo), que pressupõe a vivência completa do período que vai dos anos 50 a 1964, passando, portanto, por momentos intensos de mobilização como o início dos anos 50 mas também o de 1962-1964.



no anticlímax dos anos pós-64, certos operários recordistas de comparecimento às audiências da abarrotada JCI de Paulista, como *cabeça de questão* ou como testemunha, tendo completado então seu curriculum-vitae de honra no enfrentamento judicial à *companhia*, como é o caso do operário Joaquim, que orientou na justiça de uma forma bem sucedida não somente as suas *questões* mas a da esposa tecelã. E ao anticlímax da permanência do recurso à justiça como ação mínima possível na conjuntura plenamente desfavorável dos anos pós-64, opõe-se o clímax do período ascendente, embora com suas flutuações internas, no movimento reivindicatório dos operários de Paulista, no período que vai de Agamenon a Arraes, como aparece tal período de forma personificada nos seus pontos extremos no 3º parágrafo do relato de Joaquim<sup>218</sup>.

A eficácia da união dos operários e sua conseqüente pressão coletiva direta contra a CTP, a que se refere o operário Joaquim como antídoto à habitual "sonegação de direitos" praticada pela *companhia*, e que se materializa na luta cotidiana dos operários ao nível das reivindicações

---

<sup>218</sup>Essa ligação um tanto curiosa e inusitada entre Agamenon e Arraes feita por um operário, cujo princípio classificatório é a relação de antagonismo entre estes governantes e a CTP assim como o favorecimento conseqüente aos operários de Paulista, também poderia ser estabelecida do ponto de vista inverso de um representante da CTP na imprensa, em resposta a um dos artigos de Torres Galvão na *Folha da Manhã*. Admitindo-se que o breve governo de Arraes propiciou as melhores condições para o fortalecimento do sindicato em Paulista e para a conquista de suas reivindicações, revigorando o movimento que os operários de Paulista iniciaram entre 1949 e 1956, e que sofre entre 1957 e 1961 de um aumento de desemprego e da acomodação da direção sindical, o jornalista amigo dos Lundgrens premonitoriamente estabelece esta ligação desde 1950, quando vincula a inimizade de Agamenon aos donos de Paulista ao subsequente movimento social dos operários daquela cidade:

"A perseguição aos industriais de Paulista foi um estímulo aos agitadores e a história da queda da produção das fábricas locais ainda será contada". (Silveira Cavalcanti [pseudônimo], *Diário de Pernambuco*, 6/4/1950, em resposta a artigo de Torres Galvão na *Folha da Manhã*, enaltecendo a importância da gestão da Interventoria Federal em Pernambuco de Agamenon Magalhães para o município de Paulista de 26/3/50, e treplicado em novo artigo de Galvão na *Folha da Manhã* de 16/4/50.)

Trata-se de argumento semelhante ao utilizado pelos editoriais do *Diário de Pernambuco* em 1932, quando vinculam o tímido ensaio de desarmamento da milícia privada da CTP, feito pelo "Governo Provisório" subsequentemente à "Revolução de Outubro de 1930", à "quebra da autoridade" patronal e ao desenvolvimento posterior do sindicalismo e do movimento reivindicatório dos operários de Paulista pela aplicação da lei das 8 horas de trabalho (cf. caps. 6 e 7). Nesta frase sintética, no entanto, preme de significados, é interessante notar-se também a insistência, como nos relatórios da CTP de 1944 e 1949, da suposta "queda de produção" das fábricas, denotando novamente essa "guerra" da *companhia* com seus operários no terreno da organização da produção e da disciplina no contexto de uma super-exploração do trabalho que se torna visível aos olhos dos operários.



específicas das diferentes seções assim como uma ação dos operários de toda a fábrica geralmente mediada através do sindicato, tem seu maior período de vigência compreendido entre os anos de 1949 e 1957. E então, mais além do que relata Joaquim, vinculando esta luta excessivamente aos *direitos de leis da nação*, tal luta atinge não somente a “sonêgação” habitual de direitos praticada pela CTP, mas também a ação soberana da *companhia* em pleno interior do “laboratório secreto da produção”, onde a *lei da nação* reluta em penetrar a não ser nas horas de trabalho, no salário e na insalubridade; lá mesmo onde a “lei” é o “regulamento” formal ou informal de fábrica, com suas multas, suspensões e humilhações.

Nessas lutas cotidianas, ao nível das seções de fábrica, muitas delas desencadeadas sem o conhecimento prévio, e algumas à revelia do sindicato, a vinculação com as *leis* e com os direitos embora subjetivamente presente na motivação dos operários, não chega a estabelecer-se juridicamente, seja porque tais lutas não vão à justiça, seja porque estão além da previsão das leis e da jurisprudência. Tal é o caso da luta de resistência dos operários contra modificações no processo de trabalho, intensificando a utilização da força de trabalho e aumentando o seu grau de exploração: essas lutas embora geralmente impotentes para deter as modificações impostas, aumentam, no entanto, a mobilização dos trabalhadores pela defesa de suas reivindicações. Assim, já vimos como as modificações na organização do trabalho, na utilização da matéria-prima e no “aumento do torção” na seção dos *bancos* em 1949 estão na origem do surto reivindicatório de março a outubro daquele ano. Assim também a tentativa em 1952 do gerente Kenan, da seção de preparação do algodão, de forçar as fiandeiras a trabalhar com dois lados de máquina ao invés do único lado habitual, não teve sucesso de imediato (cf. *Folha do Povo*, 1/7/1951) mas gradativamente se estabelece na seção de fiação<sup>219</sup>.

A introdução de relógios para registrar a produção acoplados às máquinas de tecelagem, em maio de 1952, provocam o protesto dos operários, mas a CTP reage energicamente chamando a polícia para vigiar dentro da fábrica

---

<sup>219</sup> Outra notícia, do dia 25/7/51 da *Folha do Povo* denuncia as promessas enganosas às fiandeiras feitas pelo deputado estadual Celso Miranda, advogado da CTP, ao percorrer a fábrica, para que trabalhem com dois lados de máquina. Como a recusa delas persiste, a CTP corta pela metade o salário de algumas dentre elas. Em outubro de 1952, os têxteis de Rio Tinto, a fábrica dos Lundgrens na Paraíba, fazem uma curta greve por aumento salarial e incluem na pauta de reivindicações a “proibição do trabalho com 2 lados de máquina na fiação” (*Folha do Povo*, 5/10/52). Já a pressão da CTP para que as fiandeiras trabalhassem 3 lados de máquina no início dos anos 60, enfrentou um movimento operário fortalecido e essa modificação intensificadora da exploração de 2 para 3 lados de máquina foi afinal implementada no período da intervenção sindical entre 1964 e 1966, não sem resistência das fiandeiras (dados de entrevistas).

o movimento dos trabalhadores<sup>220</sup>. Em setembro do mesmo ano, os relógios são instalados nos teares de outros dois salões da "Fábrica Nova", próxima à "Fábrica Velha", provocando uma greve na 2ª turma daqueles salões protestando contra a redução de salários, ocorrida em consequência da instalação dos relógios. Indo em massa aos escritórios para reclamar, o gerente alega que tem autorização do Ministério do Trabalho para a instalação dos relógios e para garanti-los onde estão. E no bojo da greve geral dos tecelões, os operários de Paulista incluem a retirada dos relógios na pauta de reivindicações (*Folha do Povo*, 19/10/52). No entanto, apesar das paralisações e protestos, os relógios permanecem pois em agosto de 1953, continuam as reclamações dos operários contra o rebaixamento de salários imputado aos relógios acoplados aos teares (*Folha do Povo*, 25/9/52 e 14/8/53).

A introdução destes relógios estende à seção de tecelagem a forma de mensuração do rendimento do trabalhador já habitual nos *bancos* e na *fição*. O relógio substitui a forma anterior usual desta mensuração na tecelagem, através da quantidade de metros de tecido produzidos diariamente. Como assinala Pereira (1979, pg. 118) "o próprio sistema de medida foi submetido à tendência geral de mecanização do processo de trabalho<sup>221</sup>". Se a forma

---

220-"Na quarta-feira última, o delegado de polícia de Paulista colocou em cada seção da Fábrica Velha um soldado. Acontece o seguinte: a Cia. colocou em cada máquina [de tecelagem] um relógio registrador da produção. Ao fazer isto, declarou aos operários que aqueles que produzissem menos seriam demitidos. Os operários trabalharam até se esfaltar [mas depois de alguns dias], sentindo a gravidade da situação, e que estavam concorrendo entre si para beneficiar a Cia., os operários decidiram unir-se para exigir a retirada dos relógios. A companhia então reclamou a proteção da polícia, que correu célere para lutar contra os interesses da maioria, os trabalhadores. A revolta é enorme."

(*Folha do Povo*, 28/5/1952).

221-"O 'ponto', a unidade de medida do rendimento, é marcado por um relógio ligado automaticamente a cada máquina. [Em Pernambuco, a denominação usual dada pelos operários, embora não exatamente equivalente ao 'ponto' que é a designação dos operários no 'Sul', é a 'letra']. Segundo o padrão do tecido ou o tipo de espessura do fio, a máquina funciona com um dado nível de velocidade. Na tecelagem, por exemplo, segundo o padrão do tecido ou o tipo de fio utilizado, o tear pode dar determinado número de batidas - ou de passagens da lançadeira - de acordo com a velocidade ajustada no eixo da engrenagem. Em geral, cada mil batidas da lançadeira perfazem um ponto. [Pereira estudou uma grande fábrica textil carioca que desde o início dos anos 50 já tinha introduzido *teares automáticos*, o que faz diferir, além das especificações técnicas, algumas características dos operários da tecelagem comparativamente à CTP que se mantém produzindo com *teares mecânicos*, os *pé-duros*, até o início dos anos 60]. No final da jornada de trabalho, um empregado, o apontador, anota a quantidade de pontos realizada em cada máquina pelo operário daquele turno. O operário da turma seguinte recoloca o relógio na posição inicial, começa a trabalhar, e assim sucessivamente". (Pereira, 1979, pg. 118). É a mudança de turno, ou de turma a origem da denominação nordestina da "letra": a cada nova turma corresponde uma letra - A, B ou C, respectivamente para a 1ª, 2ª ou 3ª

anterior de mensuração, por metros de tecido produzidos, também deixa à tecelã ou tecelão limites tão estreitos para que possam controlar o ritmo e o rendimento do seu trabalho – dependente da idade das máquinas em que trabalha, do trabalho de outras seções e outros operários (cf. Pereira, 1979, pg. 119) – quanto o são os limites impostos pelos relógios, no entanto, a mudança na forma de mensuração vem trazer graves prejuízos aos tecelões. Não somente o relógio propicia a intensificação do trabalho, pois mede o rendimento *durante* o próprio funcionamento da máquina, e não apenas *ex-post*, na materialização do produto, os metros de tecido, tendendo a fechar mais ainda os “poros” da jornada de trabalho; mas também significa a destruição de uma forma de mensuração para a qual já havia, da parte dos operários, uma longa preparação e constituição de um saber empírico, transmitido de operário a operário, de forma a melhor controlar o seu rendimento no trabalho e o correto pagamento correspondente do seu salário. A mudança na forma de mensuração do rendimento complica mais ainda o cálculo dos preços unitários das tarefas (para a complicação habitual desses cálculos, ver o texto correspondente anterior e posterior à nota 167 no cap. 9), além de obrigarem à lenta constituição entre os operários de novos procedimentos de cálculo para o acompanhamento da nova mensuração, inclusive não tão adequadas aos analfabetos quanto a antiga forma através dos metros de tecido.

*"Na fiação era por letra, nos bancos também já era letra. Na tecelagem hoje também é letra, mas no meu tempo, era por metro produzido. Depois é que introduziram o registro das máquinas. Aquele sistema de registro com as letras, correspondem a metro, por batida do tear. Um tear dando 180 batidas por polegada, sabendo em uma hora quantas polegadas o tear produz. Aqueles polegadas são convertidas em metro. A letra corresponde à batida do tear. Mas no meu tempo, a letra não existia, era só metro. Era melhor pra o operário saber quanto ele ia ganhar. Porque o operário, ele tinha uma caderneta, né. Nessa caderneta, ele tinha o tipo do padrão do pano. Padrão firme tinha tantos metros, por peças. Uma peça tinha tantos metros. Vários tipos de pano. Cada um pano daqueles, conforme a jarda, a polegada, e a espessura do fio, tinha um preço, né. E o operário conhecia, ele tinha uma caderneta, conhecia os tipos de pano. Às vezes ele até discutia, pra pegar um pano melhor, um padrão melhor. Às vezes, brigava muito por isso. E conhecia. Não conhecia com os detalhes, mas conhecia o pano que ele podia ganhar mais [enumera a seguir uma série de padrões falando de suas vantagens e desvantagens do ponto de vista do trabalho do tecelão]. E quem era analfabeto decorava, né. Porque tem gente que não sabe ler, mas conhecia o valor. Usava a canela [utilização da canela como medida de comprimento] Via o que produzia, tinha uma idéia, via que produzia uma peça, duas peças. Usava a canela. Quando havia*

---

turmas no caso de haver três turmas de trabalho – no relógio para que a contagem do número de “pontos” de cada turma não seja confundida pelo operário ou pelo apontador (como se fossem diferentes “bandeiradas” de um taxímetro).

*um rombo, lá no acabamento, ele conhecia que o contador não contou certo, ele pedia pra conferir. Porque o camarada às vezes não sabia ler, não tinha instrução, mas o trabalho ensina, né. Ele conhecia, não sabia porque, mas sabia que havia engano. A medida deles era a canela. Pegava no pano assim, metia a canela assim e marcava a produção naquele dia. Três medidazinha, daquela, dava duas peças e meia. Ele contava as caneladas. Que ele trabalhasse dois dias, ele ia ter uma idéia de quantas peças tinha naquele pano. Quando o conferidor se enganava, ele ia lá e reclamava."*

*(ex-tecelão, contramestre de tecelagem e mestre de tecelagem).*

Estabelecida a mecanização da própria mensuração do rendimento do tecelão – expropriando-o de um saber empírico construído ao longo do tempo que lhes permitia defender-se das armadilhas do salário por produção das fábricas têxteis, para impor-lhe a nova armadilha do "segredo da letra" já enfrentada por *banqueiros e fiandeiras*<sup>222</sup> – a fábrica cuida, em seguida, de aumentar o número de máquinas sob a vigilância de um só tecelão, das uma a duas máquinas para três ou quatro por tecelão. Assim, enquanto as maiores fábricas do Recife já exigem do tecelão trabalhar com 3 ou 4 máquinas, desde 1952 (cf. "Formas de Exploração na Indústria Têxtil Pernambucana", Julia

---

<sup>222</sup>Os novos procedimentos de cálculo e mensuração do rendimento podiam ser compreendidos pelos trabalhadores quando da instalação dos relógios e por eles mentalmente efetuados, desde que lhes fossem fornecidas as tabelas por tipos de fios a serem trabalhados e por tipos e padrões de panos a serem fabricados. Em algumas fábricas de Recife, com importante mobilização interna dos operários, a tabela era sempre publicamente afixada no salão antes de 64, sob pena de paralisação dos operários. Assim relata o episódio da instalação dos relógios automáticos na fábrica Amalita do grupo Othon, no Recife, a tecelã e "ativista" sindical Júlia Santiago, provavelmente anterior à instalação dos relógios em Paulista:

"Eu aprendi a calcular o salário logo quando ele [um mecânico ou contramestre] estava botando o relógio. Então quando ele tava botando o relógio eu comecei a perguntar: 'Como é que pode, como é que faz?' Parei a minha máquina e comecei a perguntar porque aí eu ia saber e poder ensinar a todo mundo, né? Aí a gente aprendia mais ou menos quantas letras dava por cada tipo de pano. E a gente podia calcular porque eles botavam uma tabela em cada máquina. Quando eles botavam o rolo, aí já botava a tabela. Pano tal, tá entendendo, todo mundo tinha uma caderneta e anotava, e se eles me roubassem, eu sabia. Naquele tempo, se eles escondessem a tabela como faziam em muitas fábricas, aí deles se fizessem isso."

Em Paulista, a publicidade aos operários da tabela salarial dos tarefeiros somente foi formalmente garantida aos trabalhadores no acordo que finalizou a greve de 1963, e só por um breve período, até o fatídico ano seguinte, tiveram os operários de Paulista desvendado o "segredo da letra", que a *companhia* insistia em esconder dos trabalhadores.

Estes somente conseguiram estabelecer antes de 1963 seus cálculos aproximados a partir da tabela de preços passadas às escondidas por pessoas de confiança dos operários "ativistas" no escritório da fábrica.

Santiago, *Folha do Povo* de 3/9/52), em Paulista, há indicações de que a partir de outubro de 1954, os tecelões se vêem obrigados a trabalhar com 4 máquinas (*Folha do Povo*, 20/10/54) tornando-se a partir de então, mais freqüente a entrada de homens em substituição às mulheres na tecelagem.

## 2. A Retomada Renovadora da Luta Sindical e as Greves de 1951 e 1952

As pequenas mobilizações no interior da fábrica, iniciadas em 1949 como defesa à ofensiva produtivista e disciplinar da CTP, coordenadas por operários "ativistas", esbarram no sindicato sob intervenção e a serviço da *companhia* e na repressão policial desencadeada em Paulista, a partir de outubro de 1949, quando os operários se mobilizam para realizar uma assembléia sindical sem o consentimento do interventor. Ainda sob o efeito da vigilância repressiva da polícia estadual e da vigilância redobrada da milícia privada da *companhia*, em 1950, os operários procuram mobilizar-se em torno do seu "memorial de reivindicações" com algum apoio da Câmara Municipal. Mas é a partir de 1951, já sob a presidência de Getúlio Vargas, tornando-se necessária alguma renovação no interior do Ministério do Trabalho (quando se abole o "atestado ideológico" sindical) e sob o governo estadual de Agamenon Magalhães, favorecendo a facção sindical de Torres Galvão, que os operários têm melhores condições de desenvolver seu movimento reivindicatório. As pequenas lutas no interior da fábrica são retomadas com grande intensidade e tanto estimulam a retomada da atividade sindical, quanto inversamente esta retomada proporciona melhores condições de êxito à "microfísica da resistência" dos operários na fábrica. Este estímulo mútuo entre as lutas a nível das seções de fábrica contra o despoísmo das chefias e a intensificação da exploração, por um lado, e a retomada do sindicato, por outro, consolida-se, no entanto, somente no final de 1952, após quase dois anos de lutas nessas duas "frentes" que interessam ao movimento reivindicatório dos operários de Paulista.

Podemos ilustrar a confluência dessas duas "frentes" através do tratamento dado pelo sindicato, ao longo do tempo, ao conflito entre os operários e suas chefias. Enquanto em março de 1949, o interventor do sindicato vem "salvar" o gerente da pré-fiação rodeado por centenas de operários dos bancos e da fiação reclamando o pagamento do adicional devido às horas extras, e vem ajudar subsequente a *companhia* com a diluição do movimento em duas assembléias sindicais protelatórias e uma terceira assembléia proibida e reprimida, outra passa a ser a atitude da direção sindical a partir de 1951, no tratamento do conflito personalizado dos operários com o recém colocado gerente de preparação de algodão, Kenan. No final de janeiro de 1951, ao mesmo tempo em que acontece a eleição sindical logo após o fim da intervenção, inicia-se a briga entre os operários da seção de *bancos* e o gerente Kenan em decorrência da recente medida deste relativa ao

controle e fiscalização das interrupções da jornada de trabalho: ao invés do operário “arrear a chapa” – este equivalente menos sofisticado que o “relógio de ponto” – apenas quando inicia a sua jornada de trabalho, passa a ter que fazê-lo a cada vez que volta dos intervalos para refeição ou para o café<sup>223</sup>. Diante da reação dos *banqueiros*, Kenan procura implementar a medida na seção de fiação (*Folha do Povo*, 22/3/51) e parece ter algum sucesso, o que já não ocorre pelo menos temporariamente quando tenta forçar as fiandeiras a trabalhar com 2 lados de máquina e é por elas repellido nas duas turmas da fiação (*Folha do Povo*, 1/7/51). O ódio personalizado a este gerente da preparação do algodão faz os operários incluírem como uma cláusula do acordo que a junta governativa do sindicato assina com a CTP em 16/7/1951 após uma greve bem sucedida, a retirada de Kenan da gerência. No entanto, a própria Delegacia Regional do Trabalho intercedeu junto a uma comissão de operários para a aceitação de sua volta àquela gerência, em setembro daquele

---

223“(…) [o gerente institui a colocação de “chapas”, por parte dos operários, 4 vezes ao dia] No caso do operário chegar atrasado 1 minuto, perde 1 hora de trabalho. Se perder a chapa ou deixar de colocá-la na entrada, embora o relógio [acoplado à sua máquina] registre a produção, o operário perderá o dia de trabalho. (...) Os operários da 1ª turma dos bancos pararam por 1 hora e 10 minutos e foram 300 deles aos escritórios reclamar da medida. Foram relaxados 1 hora antes para não se encontrarem com a turma da noite e para que a medida pudesse ‘pegar’ naquele turno. Os operários mandaram emissários à procura de pessoas do turno da noite [aqui a existência da vila operária anexa facilita a comunicação entre os operários, invertendo a sua funcionalidade para o controle pela administração fabril da assiduidade dos seus trabalhadores]. Os operários do turno da noite arrancaram os avisos escritos: ‘Os trabalhadores de hoje em diante arream a chapa 4 vezes por dia.’ Pela manhã, a companhia recuou retirando a medida.” (*Folha do Povo*, 28/2/1951).

As “chapas” permitem mais facilmente a burla por parte da fábrica na extensão abusiva da jornada “normal” de trabalho:

“Lá na [fábrica] Aurora, ainda hoje não tem cartão pra gente bater, na hora. Não tem cartão [relógio de ponto]. Mas tem um negócio tão sabido, porque na Aurora, é umas chapas, como antigamente, né, com o número da ficha do operário [provavelmente o nº da ficha de registro de empregado]. Aí o camarada chega, encontra ela [a chapa] num quadro, e joga ela ali dentro. Não tem cartão. Não fica marcada a hora que o camarada começou a trabalhar, né. Não tem horário pra pegar, né. O horário mesmo [da turma da noite na seção de tecelagem da Fábrica Aurora em 1977, ocasião da entrevista] é de 10 horas [22 horas] às 5 da manhã. Mas o homem [o gerente] não quer. Quer que a turma pegue de 8 horas [20 hs], de 7 [19 hs] às 5 da manhã. E tem operária velha que se submete e pega. E na outra turma, tem muitas que entra logo de 5 da manhã, quando o horário delas é pra pegar às 6 horas. Aí vai até as 8 horas da noite [na tecelagem da Fábrica Aurora há teares mecânicos, velhos, e muitas tecelãs já aposentadas lá trabalham; na Fábrica Arthur (ex-“Fábrica Velha”) atualmente a maioria dos operários da tecelagem (máquinas automáticas) são homens.]”

(tecelão, trabalhando em 1977).



ano, apesar do desagrado dos operários (*Folha do Povo*, 12/9/1951). Os desentendimentos com os operários reacendem-se com a volta de Kenan à gerência, e em decorrência da tensão nos dias posteriores a uma greve pelo pagamento de uma diferença salarial devida, Kenan tem um desentendimento verbal com um operário que chega à luta corporal. O operário é preso pelo delegado de polícia local, enquanto Kenan passa a ser escoltado, nos escritórios da fábrica, por um soldado da polícia. (*Folha do Povo*, 6/2/1952). Essa pequena vitória de Kenan que no entanto só aumenta a sua ilegitimidade perante os operários, transforma-se em derrota no decorrer do ano com a mobilização dos operários de Paulista atingindo um auge simultaneamente ao desenrolar da campanha salarial unificada de todos os tecelões de Pernambuco: a sua saída da gerência volta a ser uma exigência dos trabalhadores, assim como a retirada dos policiais que permanecem dentro da fábrica para protegê-lo<sup>224</sup>. E é nesta conjuntura, que a diretoria da junta governativa do sindicato, em contraste com a atuação da interventoria sindical do período 1947 – 1950, assume publicamente a luta dos operários contra o gerente Kenan, em resposta à notícia da seção policial da *Folha da Manhã* (citada na nota 69):

*"Sr. Diretor da Folha da Manhã:*

*Tendo este conceituado jornal publicado em sua edição de ontem [cf. nota 224], na seção policial, uma nota sob o título 'Agitados os operários de Paulista' e não correspondendo à realidade dos fatos, apresso-me, na qualidade de presidente da Junta Governativa deste*

---

<sup>224</sup>Cumprindo as ameaças por ele feitas em março de 1952 de demitir os operários estabilizados que mais reivindicam, substituindo-os pelos "flagelados da seca" de então (cf. *Folha do Povo* de 6/3/52) – repetindo a velha tática usada quando da mobilização sindical de 1931 e 1932, que inclusive deu início ao depois sistemático processo de aliciamento, no interior, de famílias de trabalhadores (cf. cap.7) – o gerente Kenan demite o operário estável José Severino da Silva oferecendo-lhe indenização irrisória. Como este operário recusou o recebimento da indenização oferecida, foi mandado à DRT onde haveria denúncia contra ele, mas ele também se recusa. Ameaçado de prisão, mas rodeado de colegas, José Severino comparece à DRT com a diretoria, da junta governativa sindical, onde não encontra nenhuma denúncia. Na volta da diretoria os operários da 1ª turma da seção de *bancos* entram em greve exigindo a saída de Kenan e da polícia, e ameaçam linchar o gerente alemão se ele aparecer na seção. A polícia local recebe reforços que estariam hospedados por conta da CTP, segundo rumores entre os operários, num pequeno hotel local. (*Folha do Povo*, 22/7/52). Enquanto isso, a *Folha da Manhã*, publica a seguinte notícia nas páginas policiais do jornal:

"Agitados os operários de Paulista. A CTP está novamente sob ameaça de greve. Cerca das 14 horas de ontem, 600 operários saíram em passeata, em sinal de protesto pela contratação de um novo químico pelo industrial Arthur Lundgren. O movimento foi dissolvido pela polícia e o Sr. Lundgren afirma que o químico continuará como seu empregado."

(*Folha da Manhã*, 20/7/1952).



sindicato, a fazer as devidas retificações. Não houve a nomeação de um novo químico para a Fábrica Paulista, nem tão pouco passeatas de protesto dos operários por um fato que não se verificou. O que existe em Paulista é o protesto do operariado pela permanência à frente da secção de Preparação de Algodão, de um gerente de nacionalidade alemã, que vem perseguindo, desde muito tempo, o operariado, e insultando as autoridades constituídas, pois toda vez que suspende ou demite um operário, manda que ele vá se queixar ao governador do Estado [Agamenon] ou ao presidente da Assembléia Legislativa [Torres Galvão]; autoridades essas a quem os operários deram os seus votos nas eleições passadas, [o candidato da CTP nas eleições para governador em 1950 é João Cleofas (UDN); Agamenon tem grande votação em Paulista: 4.857 votos contra 1.243 (cf. Pandolfi, 1984, pg. 131)]

Vale acentuar que esse gerente, logo após a guerra passada, foi demitido, pela CTP, como indivíduo nocivo à ordem pública, e algum tempo depois, chamado inexplicavelmente para dirigir a fábrica, onde criou uma situação de intranquilidade que é impossível suportar. Comunico ainda que em face da situação criada, este sindicato acaba de se dirigir ao sr. Delegado Regional do Trabalho, pedindo a sua interferência, no sentido de remover o impasse criado entre o operariado que não pode continuar perseguido e hostilizado por esse gerente abusivo, e a diretoria da CTP, que persiste no propósito de manter nas funções o aludido gerente. Esta é a explicação que eu desejava dar de público, por intermédio deste jornal, agradecendo antecipadamente a publicação da mesma.

Eliseu Celestino Rodrigues, presidente da Junta."  
(Folha da Manhã, 22/7/1952).

Como resultado desta mobilização, a CTP afasta Kenan da gerência, provavelmente transferindo-o para outro setor da companhia<sup>225</sup>. O que é interessante aqui é como a direção sindical, e no caso uma junta governativa não submetida a um processo eleitoral pelo voto direto dos associados, endossa publicamente uma mobilização surgida inteiramente sob iniciativa dos operários no interior da fábrica e por um motivo não relacionado à interpretação e/ou aplicação das leis existentes, envolvendo uma oposição às prerrogativas do despotismo fabril, esse despotismo usualmente inalcançável

---

<sup>225</sup>A *Folha da Manhã* (22/7/52) afirma que Kenan é transferido "para a Fábrica Velha", mas era nesta fábrica que ele exercia seu cargo de chefia, tendo sido provavelmente transferido para outro setor da CTP. A *Folha do Povo* de 24/7/52 comemora a "magnífica vitória dos têxteis de Paulista" com a manchete: "Kenan foi expulso!" Acrescenta que a CTP treina outro gerente para colocar em seu lugar, que os operários entram em greve se Kenan voltar à gerência, e não especifica para onde ele é transferido. Em 11/3/1953, a *Folha do Povo* noticia que os operários recusam a volta de Kenan à gerência da preparação do algodão que lhes é proposta cautelosamente pela companhia sob o respaldo de "um acerto" com o governador Etelvino Lins e com o prefeito Cunha Primo e sob a alegação da necessidade de "aumentar a produção que vinha decaindo"; e qualifica tal recusa de outra "expressiva vitória dos têxteis de Paulista". Depois disto, Kenan desaparece do noticiário.

pelas leis, a não ser as suas leis próprias expressas através de regulamentos de fábrica escritos ou não. Pois se em 1932, a ação do 1º sindicato operário de Paulista cresceu numa enorme mobilização dos operários e levou a um confronto aberto entre os operários e a CTP tal que resultou no fechamento de fato do sindicato, no entanto, sua motivação inicial é a aplicação da lei recém-promulgada das 8 horas de trabalho. Também em 1944, o motivo da ação do sindicato, propiciando uma rápida, proibida e abafada mobilização dos operários, reprimida pela ação do Exército sob pretexto dos rigores do “estado de guerra”, é a aplicação dos decretos de salário mínimo e salário adicional, que implicaria numa atualização das defasadas tabelas do salário-por-produção. Como se dá então esse processo de reapropriação do sindicato pelos operários de Paulista no início dos anos 50, não somente retomando-o de uma nova intervenção ministerial de 3 anos e meio, mas também fazendo-o um instrumento relativamente adequado à mobilização surgida do interior da fábrica, independentemente das *démarches* administrativas usuais ou segundo os procedimentos legais? Não que os operários deixem de lutar por seus direitos e pela aplicação da lei, no campo de justiça trabalhista – ao contrário, o “botar questão contra a companhia”, como já vimos, é um procedimento disseminado e massivo – nem que o sindicato não esteja sempre encaminhando lutas pela aplicação da lei contra o enorme “poder econômico” local, a CTP, visto que as oportunidades não faltam dada a política sistemática de desrespeito às leis trabalhistas que a CTP encarna como caso-limite de uma prática disseminada entre as fábricas brasileiras. Ao contrário, em virtude desta impunidade diante das leis trabalhistas que caracteriza os empregadores nacionais, e dentre estes a CTP, as grandes lutas dos operários de Paulista, unificadas ou não com os têxteis de Pernambuco, sempre envolveram a aplicação da lei. O que interessa ressaltar aqui, no entanto, é esse novo estilo de atuação dos operários através da concertação e pressão coletivas no interior da fábrica, não limitado pela preocupação obsessiva com os procedimentos legais e administrativos, e que se estende para a própria atuação sindical. E constitutiva desta extensão é a própria maneira como acabam interligando-se a luta de resistência no interior da fábrica contra a intensificação da exploração e contra o despotismo fabril travada pelos operários, seção por seção da fábrica, com a luta pela reconquista do sindicato das mãos da intervenção ministerial e da ingerência indireta da *companhia*.

Enquanto se inicia a luta contra as medidas do gerente Kenan, intensificando o controle da fábrica sobre os intervalos da jornada de trabalho, paralelamente, realiza-se a eleição sindical, em janeiro de 1951, consecutiva a um repentino relaxamento da intervenção no sindicato. No entanto, indicando como local da votação o interior da fábrica e excluindo a sede do sindicato, as autoridades ministeriais colaboram com a CTP na tentativa de elegerem uma rapidamente montada chapa “de confiança” da

empresa, sob a intimidação da milícia privada da *companhia*. Por sua vez, a facção sindical ligada ao PSD monta às pressas uma chapa tendo por candidato a presidente o vereador e sindicalista Manuel Guedes, enquanto a facção ligada aos comunistas, surpreendida com a eleição e excluída da composição na chapa de Guedes, não consegue em tempo hábil registrar uma chapa própria. Em consequência, a *Folha do Povo*, qualificando os componentes da chapa da CTP de “traidores” e os da chapa de oposição à CTP de “inimigos disfarçados da classe operária”, recomenda o boicote às eleições, de resto “cerceadas pela capangagem”, através do não comparecimento para que não seja atingido o quórum mínimo de votação e que haja outra eleição onde poderiam apresentar-se (cf. *Folha do Povo*, 27/1/1951). Os comunistas, no entanto, subestimando os efeitos estimulantes à própria polarização dos operários contra a *companhia*, que exerce a maneira mesma em que é efetivada a intimidação na eleição e o desfecho sofrido pelo resultado da votação, têm que mudar de posição logo a seguir, exigindo o respeito ao resultado da eleição à qual, no entanto, haviam recomendado o boicote. A *Folha da Manhã* que apóia a facção sindical do PSD descreve com mais detalhes o desenrolar desse processo eleitoral.

*(...) Após 3 anos de intervenção, fartou-se o Ministério [do Trabalho] e determinou a realização de eleições no aludido sindicato. Essas eleições teriam de realizar-se dentro das fábricas, e não na sede do sindicato como seria natural. A CTP para logo fez organizar a chapa que lhe convinha, enquanto o operariado desejava outra chapa. A chapa liberal do operariado só a muito custo conseguiu registro, faltando apenas 20 minutos para o término do prazo. Seguiu-se então a via crucis dos candidatos que foram todos afastados do trabalho para responderem a inquérito administrativo pelo 'nefando' crime de serem candidatos a um cargo no seu órgão de classe. Pretendia a poderosa empresa industrial conseguir pela fome a renúncia dos candidatos, nada mais nada menos. Os expedientes usados na propaganda da chapa patrocinada pela CTP foram tão vis, que o próprio interventor do sindicato se viu na obrigação de condená-los de público em nota oficial. No dia da eleição a companhia requisitou de suas propriedades centenas de vigias armados de faca peixeira e encarregou-os de, a todo custo, impedir a entrada dos candidatos e seus fiscais nas seções eleitorais localizadas dentro das fábricas. Um deles tentou ainda assassinar um operário à porta do sindicato, sendo preso, e apreendida a peixeira pela própria polícia. Mesmo assim, apuradas as eleições constatou-se uma maioria de 936 votos para a legítima chapa do operariado paulistano."*

(Folha da Manhã, 4/2/51).

A vitória da chapa de oposição à CTP e à intervenção, teria provocado simultaneamente, segundo várias versões de relatos retrospectivos dos operários, tanto uma comemoração alegre e ruidosa numa passeata de operários que desafia ostensivamente a *casa grande*, quanto um complô

visando à anulação do resultado eleitoral por parte de membros da antiga intervenção sindical e da DRT.

*"Quando Mané Guedes foi eleito, o pessoal se uniu e fez aquela passeata, passaram em frente à casa grande, deram vivas a Mané Guedes e fizeram aquela passeata pela rua porque venceram o candidato da companhia, né. Venceram o candidato da companhia, e aí fizeram passeata pelo meio do mundo, dando vivas, soltando fogos e desafiando em frente à casa grande. Então a companhia procurou de todo jeito lançar uma outra intervenção no sindicato ou senão, anular a eleição de Mané Guedes. De todo jeito - o Comendador disse - de todo jeito ia trabalhar pra Mané Guedes não ser presidente do sindicato."*

*(ex-operário da estamperia)*

*"Manuel Guedes foi eleito. Mas houve uma farsa aí. Ele ganhou as eleições. Mas veio um camarada, Zé Tavares, era presidente do sindicato da Tramways, ele veio presidir as eleições aqui. Mas antes, o que era secretário da junta de intervenção, ajeitou ele, né, aí ele pegou todo o processo da eleição, nós aprovamos as eleições, e ele não encerrou. Quer dizer, na apuração assim, o sujeito tem que encerrar, lavrar a ata de encerramento, proclamar o candidato eleito, e assinar tudo. Ele só fez contar os votos. Contou os votos, e se pejou, sem dizer quem ganhou. Ele já veio ajeitado de lá. Pegou todo o processo da eleição, e jogou na maré mesmo. Ali onde hoje é o complexo Salgadinho, ali tinha uma ponte, quando passou por ali, jogou na maré. Todo o processo. Olhe isso deu trabalho pra se encontrar o resultado dessas eleições, não se encontrou em canto nenhum. Agamenon bateu no Ministério todinho porque enrolou o negócio todo na apuração dos trabalhos. Aí ele não tomou posse."*

*(ex-contramestre de tecelagem).*

Segundo o relato do ex-ajudante de estamperia, a explosão de alegria decorrente da tensa vitória sob violentas condições de intimidação, transformando-se em passeata que no seu trajeto inclui uma provocação à *casa grande*, aumenta a ira da própria *companhia* personificada, o comendador Arthur, e contribui para a não efetivação daquela vitória eleitoral através de impedimento à posse da diretoria eleita. É como se houvesse uma certa repetição do padrão de acontecimentos ocorridos em 1932, quando alguma manifestação extravasando as tensões causadas por sucessivas provocações por parte da CTP, acabam contribuindo, com a participação de autoridades ministeriais<sup>226</sup>, para inviabilizar a manutenção ou a retomada de alguma independência sindical. No entanto, nem a conjuntura política nacional e

---

<sup>226</sup>A *Folha da Manhã* de 14/3/51 registra a existência na DRT de "um recurso interposto pela facção do sindicato de Paulista, que desejava bombardear a eleição democrática de Manuel Guedes [a outra chapa, ligada à CTP]". Com a demissão naqueles dias do delegado regional do trabalho ("para gáudio do operariado livre de Pernambuco"), ele teria enviado o recurso para o Ministério do Trabalho, no Rio, adiando ainda mais a decisão sobre a posse da diretoria eleita (no dia 29/1/51) do sindicato de Paulista.

estadual contribuem, como o fizeram na “restauração de outubro de 1932” em Paulista, para a manutenção da ingerência da CTP no sindicato através de interventoria sindical, nem a mobilização de base dos operários na fábrica depende, como em 1932, da direção sindical legalizada: tanto uma quanto outra forçam a intervenção sindical, que ainda permanece, a convocar uma assembléia onde a CTP faz concessões às reivindicações salariais dos trabalhadores. Assim, a esta 1ª Assembléia, após as duas de 1949, em que a CTP prometeu, mas não cumpriu o pagamento das horas extras e noturnas, e do repouso remunerado, comparece o novo delegado regional do trabalho, dois representantes da *companhia*, “o associado” Torres Galvão e “demais associados”, sob a presidência do interventor Haroldo Veloso e a assessoria do novo advogado do sindicato Adalberto Guerra, dando à assembléia o caráter de uma encenação pública de um acordo prévio. Com efeito, para além da mobilização dos operários de Paulista após o impedimento à posse da nova diretoria eleita e também motivada pela luta crescente contra a intensificação da exploração e o despotismo no interior da fábrica, parece haver uma nova política incentivada pela DRT do novo governo federal empenhando-se em fazer cumprir pelas fábricas do Recife um acordo coletivo, estipulando um aumento salarial de 30%, firmado e desrespeitado pelos patrões desde 1950 e, além disso, estendê-lo às grandes fábricas dos arredores de Recife, ainda mais no caso de Paulista sob pressão dos operários mobilizados. E nesta assembléia, os representantes da CTP comprometem-se a assinar um acordo nos moldes do contrato coletivo do Recife.<sup>227</sup> As atas dessa assembléia não especificam os termos do acordo ao qual se compromete a CTP, mas há indício na *Folha do Povo* de que dele constariam um aumento salarial de 30%, o pagamento das horas extras e noturnas e do repouso, remunerado. Uma quinzena após a promessa dos advogados da CTP em assembléia e da “benção” final do delegado regional do trabalho elogiando a “harmonia sem luta de classes” alcançada, a CTP não

---

<sup>227</sup> A *Folha do Povo* de 8/5/51 refere-se de passagem a este acordo com “os 30% conquistados em Assembléia Geral sob ameaça de greve”. As atas da assembléia geral extraordinária de 29/4/51 descrevem o desenrolar da assembléia, iniciada com as leituras consecutivas pelo advogado do sindicato Adalberto Guerra, primeiramente do ofício do sindicato à CTP com as suas reivindicações, depois do contrato coletivo de trabalho assinado entre as empresas de tecidos e o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Recife, e finalmente, da contraproposta da CTP ao sindicato de Paulista, que deveria ser uma proposta inferior ao que consta no contrato coletivo firmado no Recife. É então interrompido pelos advogados da CTP que dizem estar a empresa de acordo com o contrato coletivo de Recife, e que a CTP pagaria o aumento previsto naquele acordo a partir do dia seguinte (30/4/51) em diante a todo o operariado. O advogado do sindicato passa a falar da importância para os trabalhadores daquela vitória, e o delegado regional do trabalho elogia empregados e empregadores por terem chegado a “um acordo harmônico sem luta de classes”. (Atas das Assembléias do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Paulista).

efetua corretamente o estipulado no acordo, pagando algo diferente a menos para diversas ações. Assim, na seção de fiação da "Fábrica Velha", onde em dois turnos, trabalham 100 operários, a CTP não pagou as horas extras. A seção parou, depois das 8 horas de trabalho, um dia após o pagamento, e foi em massa ao escritório, onde foi prometida a regularização do pagamento. Na seção de *enrolador*, onde trabalham 500 operários, a CTP, ao invés de pagar com os 30% de aumento salarial, só acrescentou 10% aos antigos salários, o que provocou nova onda de reclamações nos escritórios. E neste setor de prestígio para os donos da fábrica, a condelaria, lugar de visita obrigatória de autoridades, Presidente da República e Governadores, onde trabalham naquele momento 300 homens, diante da recusa do gerente da seção em não pagar o aumento por ser sua força de trabalho regida pela *folha amarela*, os trabalhadores armam-se de pedaços de pau e ameaçam aquela chefia. O gerente da condelaria vai ao escritório e volta com o pagamento correto, incluindo o aumento. E os trabalhadores da condelaria, animados com seus novos métodos de atividade reivindicatória, passam a exigir o pagamento semanal e não quinzenal, além de criticarem a existência do sistema de vales descontados do salário no barracão de propriedade de um chefe de vigias (cf. *Folha do Povo*, 15/5/51). A *Folha do Povo* animada com essa pronta reação dos operários de algumas seções, alerta em editorial os operários de Paulista para o fato de que, sendo o aumento salarial de 30% um *abono*, a *companhia* irá apertar mais ainda na questão da assiduidade e nas provocações que a acompanham, para que deixe de pagar o abono para muitos operários. E exorta os trabalhadores a formarem comissões nas seções não somente para lutar pelo pagamento correto do aumento, onde isso não esteja sendo feito e pela incorporação do abono no salário, mas também pela posse da diretoria eleita do sindicato, absorvendo assim a dinâmica das repercussões daquela eleição sindical e revendo sua posição inicial relativamente à chapa eleita (F. do P. 15/5/51).

A mobilização coletiva e a pressão dos trabalhadores sobre a *Companhia*, tendo condições de expandir, na conjuntura política mais favorável de 1951 (troca de Governos Federal e Estadual, ambos com grande votação entre os operários de Paulista, criando fortes expectativas de mudanças, repercussões dessa renovação nos meandros da DRT, etc.), o lento trabalho no interior da fábrica amadurecido sob condições repressivas severas desde 1949, e se aproveitando da energia cumulativa provocada pela interligação entre as lutas na fábrica e a luta pela reconquista do sindicato, atinge uma grande continuidade ofensiva no decorrer de 1951 e 1952. A luta no interior da fábrica pelo pagamento das horas extras, que teve um primeiro desenvolvimento, no início de 1949, com a largada do serviço, após as 8 horas de trabalho, encontra agora o respaldo de um acordo coletivo recente anunciado em assembléia. Assim, além da luta pelo correto pagamento do abono de 30% em diversas seções, mobilizam-se os trabalhadores pelo



pagamento das horas-extraordinárias. E antes de atacarem a reivindicação menos imediata da incorporação do abono ao salário, tal como preconizado no editorial da *Folha do Povo*, os operários atacam a luta pela indenização não paga aos operários demitidos pela CTP em grande quantidade em 1949 e 1959, com a ascensão da orientação gerencialista personalizada no novo diretor da *companhia*, Robert Harley. Assim, a *Folha do Povo* tem de “retificar” novamente suas propostas diante dos “imprevistos da mobilização real” (cf. os “imprevistos da vida real” de Malinowski) dos trabalhadores três dias após o editorial que dirige aos operários de Paulista: surpreendido pelo cerco na rua, por um grande grupo de operários e aos diretores da CTP Buarque e Harley, que se viram bruscamente interpelados ao pagamento sem protelação das indenizações aos demitidos, o jornal reconhece a inversão de prioridades da luta pelas indenizações ao invés de inclusão do abono ao salário (F. do P., 18/5/51).

No clima de descontentamento que percorre sucessivamente várias seções da fábrica pelo pagamento correto do abono de 30% – com os motoristas e ajudantes de caminhão e também os machadeiros ligados ao abate de lenha no setor da *gerência externa*, ameaçando parar, caso não recebam corretamente o aumento, assim como os operários de diversas seções da Fábrica Aurora – os operários, tanto os empregados quanto os desempregados, impacientam-se com a situação desesperante dos demitidos sem indenização, e a *Folha do Povo* (18/5/51) registra o fato de que muitos trabalhadores começaram a comprar foices preparando-se para enfrentar a milícia privada da *companhia* em futuras mobilizações (cf. o uso da foice contra os vigias na descrição das “aventuras de Joaquim”, de resistência ao despejo violento de um *mocambo da companhia*, no final do capítulo 4). Já a *Folha da Manhã* registra essa mobilização dos operários pelo pagamento correto do abono salarial, das horas-extras e das indenizações aos demitidos no momento em que a força política por ela apoiada tem um papel de mediação no conflito com a CTP.<sup>228</sup> Pelo que podemos deduzir das lacunas

---

<sup>228</sup>“Movimento pacífico do operariado. Desde o dia 14 do corrente, a massa obreira de Paulista se movimentou, pacificamente, no sentido de que sejam, em parte, solucionados os seus mais angustiosos problemas. É que com a demissão em massa que a CTP vinha fazendo [principalmente em 1950], inúmeras questões foram submetidas à Justiça do Trabalho. E [dada a morosidade característica da Justiça do Trabalho] com isso, ganhava a poderosa empresa que via, pouco a pouco, morrerem de cansaço e fome os trabalhadores demitidos, enquanto os advogados da classe patronal interpunham todos os recursos até à instância superior para fazê-la vitoriosa. Então, o operariado perdeu a paciência. Arregimentou-se como um só homem, e numa demonstração de força organizada, forçou os donos da terra a atenderem aos reclamos de quem, por eles injustiçados, estava coberto com a roupagem sagrada do direito. As autoridades competentes, então, à frente o deputado Torres Galvão tomaram o arbítrio da solução do problema, junto à direção da CTP e ao Judiciário! De modo que tudo foi resolvido na melhor ordem possível, sendo vitoriosos os trabalhadores.”



deixadas pela imprecisão das notícias da *Folha da Manhã* e da *Folha do Povo*, a direção da CTP teria concordado neste momento, diante da pressão dos trabalhadores, em fazer acordos com os operários demitidos, pagando a maior parte das indenizações devidas, interrompendo o demorado percurso dos processos requerendo as indenizações na justiça. Por sua vez, a *Folha do Povo* – que ao contrário da *Folha da Manhã*, noticiando os fatos no momento em que há mediação para um acordo – solta as informações quando aumenta o conflito, afirma, a posteriori, que sob pressão dos operários o diretor da CTP, Harley, finalmente autorizou os acordos com os demitidos, mas que há inquietação entre os operários diante da protelação do pagamento das questões maiores dos operários estabilizados. A CTP inicia o pagamento das questões menores, relativas à *gerência externa*, localizadas no plantio de eucaliptos e na *cerâmica do Jorge*, o que não satisfaz os demitidos. Centenas deles juntam-se todos os dias à porta da Prefeitura denunciando sua situação, e com o início do pagamento das pequenas questões, como tática protelatória em detrimento do pagamento das questões maiores, mas se impacientam os demitidos.<sup>229</sup> Uma comissão de operários dirige-se novamente ao deputado Torres Galvão pedindo sua mediação e “ameaçando correr sangue em Paulista, e não só de operário, devido ao desespero da fome dos demitidos” (F.P. 29/5/51).

---

(*Folha da Manhã*, 17/5/51, seção “Pelo Telefone”).

<sup>229</sup>A *Folha do Povo* de 12/3/1950 refere-se a demissões em massa efetuadas (cerca de 2.000 operários) e a efetuar (uma lista com a demissão programada de 5.000 operários); volta a referir-se às demissões, efetuadas sem indenização ou com indenização ridícula em 22/7/1950, em 2 e 4/8/1950. A *Folha da Manhã* de 14/11/1950 fala em “demissões em massa na CTP de operários próximos de alcançarem a estabilidade” enquanto em artigo de Torres Galvão de 31/12/1950, é mencionada a demissão de “mais de mil operários (...) sem justa causa, achando-se os dois cartórios da cidade abarrotados de reclamações trabalhistas que não sabemos quando poderão ser apreciadas pela Justiça, dado o montante de processos ajuizados”, demissões estas feitas entre outubro e dezembro de 1950. Em artigo do dia 1/4/1951, Torres Galvão volta a escrever sobre os demitidos de Paulista:

“Nas demissões que a CTP desde muito vem levando a efeito, evidencia-se logo a violação de todas as normas jurídicas que regem a matéria. Assim é que empregados garantidos pelo instituto da estabilidade são postos na rua, como aconteceu há dias com o operário Manuel Vicente Borba; com mais de 30 anos de serviço e ocupando o cargo de vereador [pelo PSD], a quem foi dito pelo encarregado da seção jurídica da empresa que fosse buscar os direitos, porque ‘quando a companhia queria fazer uma coisa, fazia-a fosse certa ou errada.’ Também os empregados que têm menos de dez anos de serviço são demitidos sem a indenização devida. (...) A esses operários são oferecidas quantias irrisórias (quando lhes são oferecidas) que estão muitas vezes aquém da importância a que têm direito. Ora, note-se que a indenização legal já seria insignificante em face do baixo nível de salários ali existentes,

Por outro lado, um fato acontecido no interior da fábrica vem solidificar a união dos operários com os demitidos, chamando a atenção do conjunto dos trabalhadores para o desespero de um recém-demitido submetido a uma situação humilhante por parte da *companhia*, atraindo para esta o ônus da ilegitimidade: trata-se do episódio do assassinato de um dos gerentes da fábrica por um *pai de família* demitido e sem recursos para enterrar o filho, que se viu impedido por aquele chefe de entrar na seção para receber a coleta de seus ex-companheiros de trabalho.

*"Trabalhei muitos anos como cabo de caldeira. E muitos anos trabalhou comigo o foguista Zé Paulo. Naquele tempo que eu trabalhava ali, se morresse alguém da família, aí a companhia dava o enterro. Quer dizer dava, mas sob a condição de depois a gente pagar, não sabe, descontando do salário. E esse Zé Paulo que trabalhava lá com a gente saiu, entrou nas listas do seu Harley e foi demitido. Aí morreu um filho de Zé Paulo. Então ele foi lá falar com esse gerente pra despachar o enterro do menino dele. O gerente disse a ele que não, que ele não era mais da companhia. O pessoal ouviu aquilo e começou a ajudar ele. Zé Paulo tinha um compadre que trabalhava nas caldeiras. Aí ele ficou encarregado de fazer uma coleta e Zé Paulo ia voltar mais tarde pra apanhar o dinheiro. Aí quando ele voltou, falou com o vigia e entrou pra falar com o Compadre, quando o gerente viu ele lá, aí gritou: "O que você faz aqui? Você não é da companhia!" Quem saía da companhia não entrava mais lá não. Aí ele mandou o vigia expulsar o Zé Paulo pra fora e chamou ele de um bocado de coisa. Aí Zé Paulo com raiva, foi em casa amolou uma faca, e esperou o gerente sair. Esse gerente morava num chalet no [na rua do] Corte Largo, Zé Paulo esperou ele no caminho da casa dele com uma faca, ó xente, quando o galego veio ele danou a faca e matou o galego. Eu sei que pegaram ele e botaram ele na cadeia, aí toda semana, a gente fazia conta pra ele, na cadeia. A gente fazia coleta, né, a gente se reunia, recebia por semana, né, e cada um dava uma quantia. Ele tirou 10 anos na cadeia." (ex-cabo de caldeira em entrevista de pesquisa; cf. também a nota 156 no cap. 8, citando a menção a este episódio feita na Folha do Povo de 29/5/1951.)*

Não é por acaso que este episódio foi descrito ou mencionado por vários operários nas entrevistas durante nossa pesquisa: ele tem a força simbólica de

---

quanto mais uma pequena parte dessa indenização! Mas existe ainda um aspecto muito sério (...): é o fato de a companhia não anotar na carteira profissional do empregado demitido a data da sua saída, impossibilitando-o destarte, de arranjar outra colocação, deixando-o portanto entregue à miséria até que a Justiça se pronuncie sobre o seu caso, hipótese esta em que a CTP (...) recorre até a última instância judiciária (...). O não lançamento da data de saída na carteira profissional do trabalhador demitido, além de constituir uma violação de preceito legal, e uma perversidade, um ato de desumanidade e um crime, porque impossibilita o operário de ganhar o pão em outra parte, atirando-o à miséria com toda sua família."

dramatizar simultaneamente o fim do “tempo de trabalho para todos” e das garantias do “sistema Paulista”, assim como o vigor das barreiras coercitivas erguidas pela hierarquia contra a associatividade e a solidariedade dos operários entre si contra o despotismo fabril. E além disso, o episódio tem por prolongamento a demonstração direta, para cada operário, tanto da desigualdade do uso da violência, quanto da sua colocação sob suspeição por parte da *companhia*. Assim é que em seguida todos os operários são revistados na fábrica e são desarmados de suas facas – que para os operários não passam de “talheres de pobre” – pela polícia, sob a alegação atenuadora e enganadora de que também seriam desarmados os *vigias* (cf. F. do P., 29/5/1951), o que não foi feito; e nem seria uma “batida policial” local com pretensões eqüitativas que conseguiria o desarmamento dessa milícia privada de “poder de fogo” muito superior, cogitado e não efetivado por ocasião da Revolução de 30 e da Constituinte Estadual de 1947. (cf. parte IV deste livro).

É nestes dias de tensão na cidade que toma posse a junta governativa no sindicato dos têxteis, numa solução de compromisso entre de um lado, os setores conservadores da DRT, como o ex-interventor do sindicato e a própria CTP, e de outro lado, a facção de Torres Galvão. Se o ex-interventor e a CTP são favorecidos com o veto disfarçado pelos labirintos burocráticos do Ministério do Trabalho à diretoria eleita mas não empossada (a diretoria presidida pelo contramestre Manuel Guedes e apoiado por Torres Galvão), no entanto, na nova junta governativa, Torres Galvão indica os nomes. (O voto direto dos associados sobrepujando inclusive condições hostis de votação é suprimido e anulado na teia burocrática das regras do jogo manipuláveis ao sabor dos “lobbies” do “poder econômico” e das conveniências políticas: mas o que é esse pequeno episódio obscuro da história sindical provinciana de Pernambuco diante de episódios nacionais muitos anos posteriores envolvendo mobilizações populares de amplitudes inéditas seguidas de negociações restritas e desfecho elitista, senão um consolo em pequena escala e um recreio para o leitor assinalar: “De te fabula narratur!”?).

O fato é que a posse dessa nova junta governativa – devidamente carimbada e selada com a portaria ministerial “nº 16 de 14/6/1951”, revestida de certa pompa com a “mise en scène” dos principais personagens do drama, pois “presentes o [novo] Delegado Regional do Trabalho, o deputado [e presidente da Assembléia Legislativa] e associado do sindicato Torres Galvão, o diretor da CTP que a representa, Dr. Monteiro Pinto, autoridades locais, representantes de entidades congêneres, funcionários e associados do sindicato” (atas das assembléias do sindicato) colocando na direção do sindicato operários da própria fábrica, traz um certo alento para a própria mobilização reivindicatória dos trabalhadores, então em grande desenvolvimento. A nova junta governativa vem compor o quadro em que pode preencher o papel de negociador direto com algum respaldo nos conflitos em desenvolvimento. E isto não tarda a acontecer. Pois através da coluna

“Notícias de Paulista”, que então a *Folha do Povo* vem dedicando ao movimento social da cidade três vezes por semana com denúncias de trabalhadores locais, podemos acompanhar o desenvolvimento da 1ª greve de toda a fábrica, após a grande e esquecida greve de 1932.

Desde o início de julho, revigora-se o movimento pelo pagamento das horas extras – inclusive apoiado no acordo assinado pela CTP nos moldes do contrato coletivo do Recife estipulando um adicional de 25% por hora extra – que consiste na largada do serviço, após as 8 horas de trabalho, iniciada nas seções de bancos, fiação e acabamento de pano cru. Esse movimento alastra-se por outras seções depois que a CTP demite dois operários que chegaram minutos atrasados ao trabalho: a seção de preparação de algodão pára totalmente, a companhia recua, e readmite os dois operários, mas as paralisações, após as 8 horas de serviço, ganham novas adesões, inclusive entre os vigias. A seção de tecelagem padece da falta de *tramas* para o trabalho devido à restrição da produção das seções conexas anteriores, e querem receber as horas apuradas por falta de material. No dia do pagamento da seção de fiação, eclode a greve: em represália ao movimento contra o “roubo das horas extras”, de largar o serviço após as 8 horas de trabalho, a CTP não paga à fiação nem os 30% do abono salarial, nem o repouso remunerado e ainda multa os operários no equivalente ao desconto de duas horas de trabalho por dia. E quem tem a iniciativa de parar é a seção de *bancos*, por solidariedade com os colegas da fiação, tendo logo a adesão destes que são os principais prejudicados, e sucessivamente param outras seções da Fábrica Velha e da Fábrica Aurora. Depois de iniciada a greve, os operários ocupam a fábrica com o objetivo de evitar sabotagem da milícia privada, e sua alimentação é trazida por parentes e vizinhos na porta da fábrica. A junta governativa do sindicato, surpreendida com a greve – estimulada e coordenada por um sucedâneo da “comissão de salários” de 1949, depois denominada pela *Folha do Povo* de “comissão central de 60 trabalhadores” – procura, de início, convencer inutilmente os trabalhadores a voltarem ao trabalho, mas participa depois das negociações para a resolução do conflito (*Folha do Povo*, de 4, 10, 12 e 14/7/51). Quatro dias depois de iniciada a greve, os operários chegam a um acordo com a CTP para a volta ao trabalho, assim enumerados pela *Folha do Povo* (de 18/7/51): “1º – A companhia se obriga a pagar três horas do extraordinário por semana a todos os operários sem exceção; 2º – Os operários em greve receberão os dias parados nas seguintes bases: a) 100% para os das seções de banco e fiação; b) 50% para os operários da tecelagem”.<sup>230</sup>

<sup>230</sup>Os termos deste acordo, ou a transcrição que lhe é feita pela *Folha do Povo*, não são claros, mas parece indicar no seu item 1º que a CTP pagará três horas *inteiras* como equivalente ao adicional de horas-extras por semana a todos os operários, e não apenas o adicional de 25% sobre apenas 3 dentre as 12 ou 24 horas-extras por semana que fazem os operários. Isto significa que os operários

A vitória alcançada pelos trabalhadores, que fazem a CTP cumprir um acordo, já assinado e protelado, através da greve, é recebida com entusiasmo pelos operários<sup>231</sup>, enquanto o entusiasmo da "grande imprensa" é pelo fim da greve e os méritos dos negociadores<sup>232</sup>. Assim, também a *Folha da Manhã* enfatiza as qualidades de alguns mediadores, embora esclareça mais o desenrolar da greve:

*"O operariado da CTP, em sua grande maioria, acha-se em greve pacífica desde alguns dias. A secção de tecelagem parou, inicialmente,*

---

trabalhando habitualmente 10 horas por dia (como os da tecelagem) beneficiam-se mais que aqueles trabalhando 12 horas por dia (como os da preparação do algodão). Admitindo-se que o adicional por hora-extra é 25%, quem trabalha 10 horas por dia, no final da semana, deveria receber o equivalente a 3 horas inteiras de salário a mais, e pelo acordo as recebe, enquanto quem trabalha 12 horas por dia, e deveria receber no final da semana o equivalente a 6 horas inteiras de adicional salarial, só recebe 3 a mais. O item 2º parece reconhecer a iniciativa do movimento reivindicatório aos operários dos bancos e da fiação.

<sup>231</sup>Há uma discrepância interna nas informações de fontes de procedência comunista quanto ao caráter comemorativo do protesto, do sentido da utilização por parte dos operários de roupas roxas ou vermelhas ao final desta greve, ambas as versões, no entanto, retratando a celebração por parte dos operários da combatividade própria recém-testada. Enquanto a *Folha do Povo* de 31/7/51 afirma que "o pessoal da seção de bancos está usando uma camisa de cor roxo-vermelha como símbolo de sua unidade e coragem revolucionária, iniciativa esta que foi bem aceita por todo o pessoal dos bancos e foi sugerida pelos líderes daquela seção e contando com a adesão das fiandeiras que passarão a usar saia roxo-vermelha e blusa azul"; Jover Telles em retrospectiva do movimento sindical nacional entre 1948 e 1955 publicada em 1962 menciona que "em sinal de protesto contra as arbitrariedades cometidas pelos Lundgrens [no decorrer da greve] os trabalhadores compraram um estoque de fazenda roxa e desfilaram igualmente vestidos" (Telles, 1981, pg. 43; cf. também o início do capítulo 8 deste livro). É possível, porém, que tanto a passeata quanto a demonstração colorida das roupas dentro da fábrica tenham se realizado, visto que há referências a esta compra de fazendas associadas à mobilização dos operários nas entrevistas dos trabalhadores na nossa pesquisa.

<sup>232</sup>A cobertura da greve pelo *Diário de Pernambuco*, diferentemente de suas matérias de 1932 (cf. cap. 7), é sintomática a respeito desse entusiasmo da grande imprensa pelo "fim de greve", geralmente o momento em que a notícia pode ter a honra de figurar em suas páginas, e onde os grandes atores são os negociadores mais graduados sob o pano de fundo que são os operários grevistas:

"Entendimento honroso entre os diretores e os operários da Fábrica Paulista. Os operários da secção de fiação da Fábrica Paulista, alegando reivindicações [sic], declararam-se, desde terça-feira, em greve pacífica. Durante os três últimos dias processaram-se reuniões entre a diretoria e o operariado, chegando a um entendimento honroso, para ambas as partes. Ressalta o esforço do governo do Estado, da Delegacia do Ministério do Trabalho, do deputado Torres Galvão e do jurista Celso Miranda [advogado da CTP]"

(*Diário de Pernambuco*, 14/7/1951).

por falta de trama. (...) Os operários de fiação pararam porque lhes fora negado o direito sagrado que a Lei lhes confere. Isto é, deveriam receber, além do salário comum, 20% de adicionais e 30% de aumento ulteriormente concedido, após várias lutas para adquiri-lo. Mas o que aconteceu? Grande número de trabalhadores ficaram sem receber os 20% adicionais, outros receberam os adicionais sem o aumento de 30% e cerca de 50 operários ficaram sem receber tanto os 20% quanto os 30%. De maneira que nenhum recebeu o que tinha direito. Resultado: todos os serviços paralisaram (...) Acabam de me informar, no momento em que telefono, que o problema acima acaba de ter solução com a vitória do operariado. Para isso muito concorreram os esforços do Deputado Torres Galvão e do Delegado do Trabalho."

(Folha da Manhã, 15/7/51, seção "Pelo Telefone")

Se antes da greve de julho, a CTP, desrespeitando o acordo assinado em março, manipulava o pagamento do abono salarial de 30%, deixando de fazê-lo alternadamente em várias seções, como descreve a notícia acima da *Folha da Manhã*, depois da greve de julho, a CTP passa a pagar esse abono, mas continua a jogar com a "sonegação" do pagamento das horas extras entre as diferentes seções da fábrica. Essas são as reclamações pós-greve de operários de várias seções da fábrica noticiadas sucessivamente pela *Folha do Povo* no segundo semestre de 1951 e sintetizado em notícia do dia 31/10/1951:

"Pressionada por milhares de operários, a braços com movimentos grevistas intermitentes, temendo a consolidação de uma greve geral que levasse os operários a levantar reivindicações econômicas e políticas mais importantes, a companhia não teve outro remédio senão mandar pagar as horas-extras. Mas o pagamento foi sendo efetuado por grupos. Quando a companhia sentiu o movimento de massas declinar um pouco, resolveu não pagar as horas-extras às seções restantes. Por isso, ainda não fizeram jus a esse direito os operários do acabamento e da tecelagem, além dos diaristas."

A luta pelo correto pagamento das horas-extras e também das horas noturnas continuará sendo o motivo de mobilizações e paralisações do trabalho por seções no decorrer do ano de 1952 – e estando também já presente em uma subparte dos 3.094 dissídios individuais de trabalho julgados pela primeira instância judiciária local (Paulista é sempre a comarca, após Recife, que mais apresenta processos trabalhistas) dos quais somente 20 foram julgados improcedentes (cf. artigo de Torres Galvão na *Folha da Manhã* de 8/6/52) – acabam obrigando a CTP a recuar, de sua total impunidade quanto ao desrespeito desde 1932 da lei de 8 horas de trabalho, para pequenas escaramuças teimosas de retaguarda quanto a este aspecto. Somente essa grande mobilização de base dos anos 51 e 52, incluindo todos os instrumentos de luta disponíveis, da paralisação do trabalho e ação direta dentro da fábrica às ações judiciárias, faz os operários de Paulista começarem a usufruir, 20 anos depois, de direitos assegurados em lei desde 1932, quando



foram crucificados por terem tido a audácia de levarem ao pé da letra e até as últimas conseqüências o espírito e a letra da lei numa fábrica e num território com suas leis próprias (cf. cap. 7). E se em 1951, os operários de Paulista avançaram enormemente na conquista de reivindicações antigas através de condições gerais mais favoráveis à eclosão de sua mobilização no interior da fábrica, em 1952, essa mobilização se potencializa com a reapropriação de fato do seu sindicato.

É na passagem do ano de 1951 para 1952, que a mobilização de base dos operários passa a procurar formas de atuação que globalizem as ações de diferentes seções da fábrica através do sindicato, enquanto ao mesmo tempo a direção sindical, participando de um movimento intersindical estadual pelo aumento do salário mínimo, procura entrosar-se com a mobilização no interior da fábrica que antecede de muito o fim da intervenção sindical ministerial. Em parte, este entrosamento recíproco se dá nas conseqüências e desdobramentos de uma luta pelo "abono de natal" e pelo correto pagamento de férias coletivas que se inicia próximo ao natal.

Como tática de divisão, a CTP, ao saber que os operários começavam um movimento pela concessão de um "abono de natal", discutido em assembléia sindical, concede férias coletivas a uma parte dos operários, enfraquecendo a intenção de entrada em greve da parte remanescente. No entanto, a parte dos operários que recebeu férias, na hora do pagamento, notou a falta de aproximadamente 20% de seu salário, as férias tendo sido pagas na base de 8 horas e não das horas efetivamente trabalhadas, além do desconto de horas paradas por falta de material ou acidente e períodos de licença médica. Esse pagamento das férias coletivas provoca, portanto, uma ida em massa de operários ao escritório para reclamar, enquanto a CTP chama a polícia. Comparecem como mediadores o prefeito Cunha Primo (eleito em julho de 1951) e Torres Galvão, enquanto 9 rádio-patrolhas chegam à porta da fábrica, como os operários não se atemorizam nem recuam, a CTP anuncia que fará o pagamento das diferenças salariais no próximo dia 9 de janeiro (o movimento de reclamação se dá no dia 19 de dezembro de 1951) após um acordo, aceito pelos operários, feito com os dirigentes sindicais.

A luta pelo abono de natal em Paulista não foi um movimento isolado. Nas fábricas do Recife e em outras partes do Brasil, vários setores do movimento sindical, e no seu interior, os operários "ativistas" vinculados ao PC, estimularam a mobilização coletiva em torno dessa reivindicação.<sup>233</sup>

---

<sup>233</sup>"No ano de 1951, a luta pelo abono de Natal alcançou certa envergadura. Os trabalhadores ligaram essa luta às demais reivindicações e conquistaram importantes vitórias. Em São Paulo, o movimento foi liderado pelos metalúrgicos, que em 19 empresas foram à greve, e alcançaram abono em 70% das empresas existentes então na capital. A luta pelo abono de Natal estendeu-se a vários outros Estados" (Jover Telles, 1981, pg. 43).



Antes do dia 19 de dezembro, e principalmente entre este dia e o dia 9 de janeiro, há um trabalho de mobilização entre os trabalhadores no interior da fábrica com folhetos passados de mão em mão “por detrás das máquinas” ou “no banheiro”, e na vila operária, como narra o operário José Alves em carta à *Folha do Povo* de 13/1/52:

*“O que facilitou o desencadeamento da greve foi a realização de várias palestras com os operários, visitas de casa em casa e volantes escritos a mão que percorriam todas as seções. Os operários assim esclarecidos dirigiram o movimento”.*

Essa concepção “ativista” de trabalho, sobrevalorizando o “esclarecimento” por parte de “dirigentes” que formariam outros “dirigentes”, que a linguagem desta carta denota, inclui o presumível “deslocamento” do próprio José Alves que aparece “dirigindo” uma greve pelo abono de natal em Rio Tinto nos primeiros dias de janeiro e já aparece no dia 13, fazendo o “balanço” da greve de Paulista. Segundo as notícias da *Folha do Povo*, complementadas com mais precisão e detalhes pela carta de José Alves, a CTP achando talvez que pudesse contestar os trabalhadores evitando a greve em preparação, a iniciar-se presumivelmente pela “seção de preparação”, manda pagar na véspera do prazo por ela marcado para a quitação das diferenças salariais retidas, aproximadamente 10% do que deve aos operários que entraram nas férias coletivas (de uma dívida de Cr\$200,00 para os adultos e Cr\$100,00 aos menores, a CTP pagou Cr\$20,00 e Cr\$10,00 respectivamente). Ao invés de iniciar-se pela seção de preparação da Fábrica Velha (onde estão os aguerridos *banqueiros*), a greve começa pela 1ª turma da Fábrica Aurora que acabava de passar a noite na fábrica, conseguindo a adesão da 2ª turma no decorrer da manhã. À tarde, aderem os operários da Fábrica Velha. Em seguida, os operários saem às ruas em passeata, dirigindo-se à sede do sindicato e no caminho, ocorre casualmente uma demonstração da hostilidade de classe que vem à tona nesse momento por parte dos operários relativamente aos seus chefes e patrões<sup>234</sup>. A greve, que teria contado com a participação estimada de 6.000 operários da Fábrica Aurora e 3.000 da Fábrica Velha, foi encerrada um dia depois de iniciada,

---

<sup>234</sup>..Coisa gozada aconteceu quando os operários saíram em passeata da fábrica para o sindicato à procura do Presidente [do sindicato]. No caminho, encontraram um alemão. Prendemos o cabra, e as mulheres diziam ‘dá nele, que este é um dos que dirigem a exploração dos operários’. [para uma análise crítica, que tenta neutralizar nas fontes os estereótipos sobre a mulher nas manifestações de massa sobre a participação feminina nas greves e destruições de máquinas na França no início do séc.XIX, cf. Perrot, 1979, pg. 357-360] Ele tremia, e dizia que não tinha a ver com a fábrica, mas com o Clube de Tênis. Foi solto”.

(Carta de José Alves, *Folha do Povo*, 13/1/52).

com o pagamento completo das diferenças salariais para os operários que tiveram as férias coletivas e um adiantamento salarial (de Cr\$100,00) para os que não tiveram férias. Apesar de parcialmente vitorioso, o operário José Alves aponta algumas “falhas da greve”, por não ter reivindicado, além da diferença salarial retida no pagamento das férias (aproximadamente 60 horas de trabalho ou Cr\$114,00), o abono de natal equivalente a 13 dias de trabalho (presumivelmente 1 dia por mês e 2 dias por dezembro, ao todo Cr\$196,00) como fizeram e conseguiram os operários de Rio Tinto poucos dias antes<sup>235</sup>. E com base nessa experiência da greve de Rio Tinto e numa nova orientação de política sindical, esse operário de base, que se destacou na mobilização e na negociação, com respaldo do sindicato, daquela greve e se deslocou em seguida para Paulista, analisa criticamente o encaminhamento da greve em Paulista, crítica esta que assinala a posterior convergência entre o sindicato e os operários “ativistas” no decorrer do ano de 1952:

*A segunda falha que notei foi que lutamos fora do sindicato. Não vimos que o sindicato é a casa dos trabalhadores e sua missão é lutar, junto aos patrões, pelos nossos direitos. O sindicato devia ter ficado*

---

<sup>235</sup> Segundo a *Folha do Povo* de 3/1/52, os operários da fábrica paraibana do grupo Lundgren, em Rio Tinto, na sua mobilização pelo abono de Natal, conseguem um acordo com a CTRT para o pagamento de 12 dias de salário. A companhia Rio Tinto paga de início o equivalente a 6 dias de salário, mas não paga o restante, e no dia 29 de dezembro, a fábrica entra em greve, faz assembléia no sindicato onde é tirada uma comissão de negociação. No dia 31, há nova assembléia, e destacamentos policiais na área, totalizando 200 homens ocupam as ruas da cidade em posição de atirar. O comparecimento à assembléia é grande, e conta com a presença do advogado da CTRT, do chefe de polícia da Paraíba e do representante do governador (José Américo de Almeida). Na assembléia, o advogado da empresa faz a contraproposta de pagar 3 dias e meio (dos 6 dias devidos) e o chefe da polícia complementa dizendo que nesse caso, a polícia garante os operários na volta ao trabalho, ambas propostas repudiadas pelo plenário. O orador José Alves lamenta e condena a presença da polícia na cidade, e teria recebido voz de prisão do chefe de polícia, prisão que não se concretiza por impedimento da massa de trabalhadores. Das negociações que se sucedem no próprio recinto da assembléia, sai uma comissão de 5 operários “com José Alves à frente” em direção ao escritório da diretoria da fábrica para comunicar que os operários não aceitam a contraproposta. O diretor da fábrica cede e autoriza o pagamento dos 6 dias. Os operários comemoram a vitória com euforia. No dia 4/1/52, a *Folha do Povo* em editorial intitulado “Valorizar a experiência de Rio Tinto”, elogia a maneira como ali se processou o movimento pelo abono de Natal, com o “sindicato cumprindo o seu papel, abrindo suas portas para as assembléias”, e com base nesse exemplo, exorta a retomada dos sindicatos (após o período das intervenções do Governo Dutra) e a organização do movimento no interior do sindicato, seguindo assim uma orientação em constituição dentro do setor sindical do PC que no decorrer de 52, consolida-se como orientação nacional (cf. Vinhas, 1982, pg. 130). E a notícia finaliza, assinalando o revigoramento de muitas direções sindicais que passaram a integrar um movimento inter-sindical pelo aumento do salário mínimo.

*em assembléia permanente e deveríamos ter eleito uma comissão com operários e operárias das duas fábricas, de 15 ou 20 pessoas, que junto com a diretoria entrasse em entendimentos com a Cia. Essa falha resultou no seguinte: a greve não foi dirigida pelo sindicato e nem por uma comissão de trabalhadores. Os operários esclarecidos ficaram individualmente no meio dos operários, falando a um e a outro, mas sem uma voz de comando organizado. (...) Ainda não temos uma comissão reconhecida pelos operários, não estamos organizados dentro do sindicato.*

(F. do P. 131/152)

Apesar das recomendações desse operário “ativista”, que poderiam ser interpretadas e desdobradas no sentido de uma tática de aproximação com os dirigentes da junta governativa do sindicato, os operários de Paulista pressionam o presidente da junta para uma maior agressividade na defesa dos seus direitos e a *Folha do Povo* dedica dois artigos, em março de 52, a críticas à gestão do sindicato por parte do presidente da junta (F. do P., 20 e 26/3/52). Essas críticas cessam, no entanto, a partir de notícia cobrindo a assembléia de 2 mil trabalhadores, do dia 8/6/1952, quando formalmente, o sindicato de paulista entra na luta conjunta por um programa de reivindicações aprovado inicialmente no sindicato dos têxteis de Recife no final de maio.

A aproximação da junta governativa com os operários “ativistas” próximos à orientação do PC explicita-se de público no próprio discurso inicial do presidente da junta, Severino Afonso de Oliveira (chamado pelo apelido de Birino). Após desenvolver críticas à “péssima administração do Sr. Robert Harley, um dos diretores da CTP, no que foi muito aplaudido” (livro de atas do sindicato), Birino relata a sua ida à Secretaria de Segurança para pedir a libertação de um operário de Paulista “preso por ter consigo um exemplar do boletim comunista ‘O Tear’.” (Atas do sindicato). A cobertura da *Folha do Povo* está tão atenta para a liberação do operário preso com um jornal que ela afirma ser o próprio *Folha do Povo*, que elude às críticas de Birino, tão bem recebidas pelo plenário, a Mr. Harley, segundo registro em ata. Embora os aplausos ao discurso de Birino venham em resposta tanto à sua atividade de defesa junto à polícia de um operário “ativista” preso, quanto às suas críticas a Mr. Harley – essa encarnação mesma do fim do “trabalho para todos” tal como vêem os operários – tais críticas vêm atender às expectativas do plenário, polarizado pelas medidas tomadas naquele semestre pela direção da CTP.

Com efeito, quando finalmente entra em vigor no início de 1952 o reajuste do salário mínimo, congelado desde 1943, a CTP tem a oportunidade de revigorar uma das vertentes de sua tradição, a resistência à aplicação das leis sociais – outras vertentes, relativas à garantia das condições materiais de existência dos operários, sendo abandonadas – em manobra semelhante à por ela praticada em 1932, quando das primeiras tentativas de

implantação da lei de 8 horas de trabalho. Como no ano anterior, em julho de 1951, os operários conseguiram através da greve um abono salarial de 30%, o novo nível do salário mínimo local (de Cr\$500,00 mensais na 2ª zona do Estado de Pernambuco) fica abaixo dos menores salários pagos então pela CTP, em torno de Cr\$520,00 mensais. A CTP, na transposição do novo nível de salário mínimo às suas tabelas de salário-por-produção, rebaixa os salários de modo que fiquem próximos ao novo salário mínimo. Essa vingança da CTP à greve de 1951 – semelhantemente à sua vingança em 1932 à implantação do sindicato operário “de Roberto do Diabo” em Paulista, por intermédio de um suposto “cumprimento da lei” que só é feita de forma a prejudicar os operários – provoca de imediato entre os operários uma paralisação do trabalho de 2 horas, seguida de um acordo temporário que, na prática, mantinha a tendência ao rebaixamento salarial e que vinha tendo seu término protelado com a demora na decretação do novo mínimo: a CTP pagaria os operários “tarefeiros” como se fossem “diaristas” até reestudar os cálculos das tabelas do salário-por-produção. A CTP tira da gaveta, assim, o seu arsenal, nove anos empoeirado, de manipulações na tabela salarial por produção que se seguem aos reajustes no salário mínimo: a última dessas manipulações, feitas no final de 1943, subseqüentemente ao novo salário mínimo e salário adicional, produziu grandes resultados, pois a tabela salarial somente foi atualizada com quase dois anos de atraso, e as diferenças salariais retidas, reclamadas no dissídio coletivo de 1945, tiveram uma destinação incerta, no mínimo 50% abaixo do seu valor.

É nesse contexto que o plenário da assembléia dos operários de Paulista recebe a demonstração pública de uma linha de atuação mais agressiva por parte do presidente da junta governativa do sindicato na defesa das reivindicações dos trabalhadores têxteis, acossados pelo paradoxo de verem seus salários tendencialmente rebaixados quando do reajuste, que tanto demorou, do salário mínimo. O anúncio da proposta de adesão dos operários de Paulista a uma campanha salarial conjunta de todos os têxteis de Pernambuco é recebida com entusiasmo, pois tal campanha é um desdobramento do próprio movimento intersindical por um salário mínimo mais elevado, que não se viu atendido pelo recente reajuste. E para reforçar essa vontade de uma luta conjunta, o presidente do sindicato dos têxteis do Recife presente à assembléia faz também longo discurso igualmente aplaudido<sup>236</sup>. Ao pro-

---

<sup>236</sup>O presidente do sindicato dos têxteis de Recife, Wilson Leal Barros, empregado das fábricas do Grupo Othon e vinculado ao PTB, fala da importância da missão dos têxteis de todo o Estado em torno de um programa comum de reivindicações tomando sua força muito maior comparativamente ao passado, quando lutando separadamente alguns sindicatos do interior mal conseguiram equiparar-se em 1951 aos operários de Recife, os quais tiveram também dificuldades em fazer cumprir determinação da justiça do trabalho desde maio de 1950 dando 30% de abono salarial aos operários (em Paulista, só em 1951 este abono foi conseguido). Denuncia as armas patronais contra os reajustes

grama de reivindicações dos operários têxteis de Recife, integralmente votado e adotado ponto por ponto<sup>237</sup>, foram acrescentadas pela assembléia de Paulista a reivindicação por um refeitório (em substituição ao "farinha seca", galpão sem talheres, pratos, panelas, onde os operários comem o que trazem de casa) e a reivindicação do cumprimento da lei de 23 dias de férias, pois a CTP só tem pago 15 dias de férias. (F. do P. 11/6/52).

O segredo da aparentemente esdrúxula e tautológica afirmação do presidente do sindicato do Recife, admirando "a coragem dos dirigentes da junta governativa do sindicato de Paulista por estarem presentes à assembléia na sede sindical que franquearam aos operários pela reivindicação dos seus direitos", citada na nota 236, logo é desvendado, dois dias após a realização da assembléia, quando um funcionário da DRT e três interventores já designados entram no sindicato para consumarem a portaria de destituição da

---

salariais: a mudança do nome dos panos, o rebaixamento do preço das "letras", as mudanças de seção dos operários (segundo relato da *Folha do Povo* de 11/6/1952). Admirando-se "da prova de coragem dos dirigentes da junta governativa deste sindicato, que estavam presentes à assembléia junto aos operários para reivindicar os seus direitos (sic)" (atas das assembléias), Leal Barros louva ainda a atitude de Birino no caso do operário preso por estar lendo a *Folha do Povo*, acrescentando que "embora não seja comunista", louva aquele jornal por ser o único "acompanhando diariamente os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores de Pernambuco" e ilustra isto, não sem uma certa ironia, através de menção às "cartas que recebeu de operários de Escada que souberam da resolução de luta conjunta dos presidentes de sindicatos têxteis da capital e do interior tomada em almoço íntimo (sic), através da *Folha do Povo*." (F. do P., 11/6/52).

<sup>237</sup>Os operários têxteis do Recife aprovaram em assembléia (do dia 18/5/52) um programa de reivindicações cujos itens principais eram: (a) aumento de salários de 50% sem discriminação de idade e tempo de serviço, incidindo sobre aqueles que atualmente são pagos, inclusive qualquer abono ou gratificação (isto é, esta reivindicação pressupõe a incorporação do abono de 30% de 1950 e 1951 ao salário); (b) extinção da assiduidade de 100% exigida para pagamento de qualquer aumento concedido; (c) fornecimento ao sindicato de trabalhadores de uma relação completa dos preços das letras, dos panos, dos fios, etc., e que toda alteração nesses preços ou a criação de preços novos seja analisada previamente entre a empresa e o sindicato de trabalhadores, para que não aconteça o que vem ocorrendo em várias fábricas que por essas formas já anularam o último aumento de salários; (d) hora-extra paga com acréscimo de pelo menos 25% sobre a hora normal e hora noturna com acréscimo de 30% sobre a hora normal; (e) proibição do trabalho extraordinário além das 10 horas de trabalho diárias salvo força maior devidamente comprovada; seguem-se reivindicações diversas sobre trabalho das mulheres, de menores, férias, transferências, e reivindicações específicas de fábrica, dentre as quais, menciono mais algumas que denotam estarem impregnadas de uma nostalgia idealizada de garantias materiais de existência do passado assumidas pelas fábricas: (i) dar, o empregador, preferência aos filhos dos operários que já trabalham na empresa, todas as vezes em que houver uma vaga e cujo serviço, possa ser desempenhado por um menor, (ii) construção de casas em número suficiente perto dos locais de trabalho e que seu aluguel seja barato.

junta governativa do sindicato de Paulista e de nova intervenção recém emitida pela DRT. A partir desse momento, desencadeia-se um processo de mobilização entre os operários que resulta numa reapropriação do sindicato pelos trabalhadores, e na legitimação perante sua base do presidente da junta governativa ameaçado de intervenção. No desenrolar deste processo, confirma-se a capacidade de auto mobilização e de propagação da mobilização que têm os *banqueiros* dentre os operários. A descrição detalhista (incluindo a fixação em minúcias de apropriação simbólica como a entrega das chaves do sindicato) da *Folha do Povo* denota a passagem de informações ao jornalista por parte dos operários presentes aos acontecimentos.

*"Às 10 horas do dia 10 de junho [de 1952] entrou no sindicato um funcionário da DRT acompanhado de 3 indivíduos nomeados pelo Delegado do Trabalho como interventores sindicais. Eram eles Joaquim Trovas, funcionário da gerência externa da Fábrica Aurora, indicado para o cargo de interventor-presidente [pelo ex-interventor Haroldo Furtado, presente a este ato de intervenção, e do qual Trovas foi tesoureiro de sua gestão anterior no sindicato de Paulista], Antonio Vieira (conhecido como Antonio Nanico), diretor do SENAI de Paulista, indicado para secretário, e Antonio Correia da Rocha, apontador, nomeado como interventor-tesoureiro. Um operário que assistiu à entrada dos intrusos correu para a fábrica e avisou que a companhia estava invadindo o sindicato. Imediatamente, parou toda a seção de preparação. O pessoal dos bancos soube do fato e abandonou o trabalho correndo para o sindicato. Seguiu-se a paralisação nas seções de batedor, tiragem, cardas, tecelagem, externo, oficinas e outras. Os operários chegaram ao sindicato (...), no momento em que o presidente Birino ia entregar as chaves do sindicato aos interventores, e os operários não deixaram (eram mais de mil). Um deles falou: 'Não permitimos a intervenção do Ministério do Trabalho e da companhia no nosso sindicato. Birino, não entregue a chave. No máximo, pode entregá-lo, ao Juiz de Direito.' Os operários impediram a entrega da chave e pedem que os interventores se retirem. O funcionário da DRT pede a Birino que assine a ata de sua deposição da junta governativa e da posse dos interventores. Os operários não deixam: 'O sindicato não é da DRT nem da companhia, é nosso. Não assine.' O funcionário pediu o comparecimento de Birino à DRT. Os operários também impediram. Birino veio então a Recife falar com Torres Galvão [então presidente da Assembléia Legislativa], que foi se entender com Agamenon [governador] e com o delegado do trabalho. Às 21 horas, Birino voltou ao sindicato em Paulista. Mais de 2 mil pessoas o aguardavam na sede. O trânsito na cidade ficou interrompido, de tanta gente. Birino disse que como pretendia candidatar-se nas próximas eleições sindicais, tinha que renunciar agora. A DRT porém não intervinha no sindicato devido à pressão da massa. Anunciou que a portaria do delegado do trabalho de intervenção tinha sido anulada e pediu aos operários para indicarem 3 nomes para uma diretoria provisória encarregada de marcar as eleições. O pretexto da DRT para intervir era de que o sindicato precisava das eleições [isto após a DRT, através do delegado anterior, ter dificultado e contribuído para a não efetivação da posse da*



*diretoria eleita em janeiro de 1951] mas o objetivo era afastar Birino do sindicato porque aderiu à campanha iniciada em Recife por um aumento de 50% e porque desagrovou [isto teria ocorrido na Assembléia do dia 8/6] os dirigentes sindicais de Recife e o advogado do sindicato [que é o mesmo em Recife e em Paulista] ofendidos pelo delegado do trabalho. Os trabalhadores [em reunião] escolheram 2 nomes para a diretoria [da nova junta provisória] e confiaram ao presidente do sindicato Birino, [que se retira da junta] a escolha do 3º nome. A diretoria da junta tomará posse e marcará logo as eleições."*  
(Folha do Povo, 20/6/1952)

Essa "tomada" do sindicato pelos operários, evitada quando da eleição da diretoria não empossada de 1951 pela protelação encrustada nos meandros burocráticos do Ministério do Trabalho pressionado pela CTP, irrompe diante dessa nova ameaça ministerial que se segue à demonstração de representatividade do sindicato ao engajar-se na campanha salarial conjunta dos têxteis pernambucanos. Ações similares, represadas pela repressão à vontade de autonomia e liberdade sindicais dos operários executada com afincio pelo Governo Dutra e afrouxada pelo Governo Vargas, ocorreram em outros grupos operários<sup>238</sup>. E no caso de Paulista, em virtude do controle e vigilância exercidos pela fábrica em tudo que ocorre na cidade, essa nova junta governativa, que resultou do processo de "tomada" do sindicato evitando a intervenção, logo terá que se pôr à prova no interior da fábrica. Pois que em represália à greve, e largada do trabalho em direção à defesa física do sindicato, a CTP corta do pagamento dos operários da seção de preparação de algodão tanto o abono salarial de 30% (o que foi conquistado efetivamente pela greve de julho de 1951) quanto o repouso semanal remunerado e a gratificação pela "eficiência" que ganham os *banqueiros*. Estes últimos logo reagiram, indo ao sindicato e voltando junto com o novo tesoureiro da junta governativa para reclamar da medida nos escritórios da fábrica. Chocando-se asperamente com o gerente Kenan, ainda não definitivamente expulso de seu cargo pelos operários (cf. supra), o tesoureiro do sindicato, impedido pelos vigias de entrar na fábrica, é chamado à delegacia de polícia onde é acusado de "o agitador dos bancos", enquanto os

---

<sup>238</sup>Por exemplo, a tomada da sede do Sindicato dos Operários Navais do Rio de Janeiro, em Niterói, por uma multidão de operários, empossando de fato o presidente e a diretoria recém eleitos e bloqueados por um recurso de impugnação eleitoral correndo no Ministério do Trabalho sob alegação de "antecedentes comunistas" de que eram acusados membros da chapa eleita. (Cf. Barsted, 1979, pg 141 e seg.). O trabalho de organização no interior desse grupo operário desenvolvido desde o início dos anos 50 pelos *conselhos sindicais*, que antes dessa "tomada" reapropriativa do sindicato se constituíam em oposição às diretorias sindicais ministerialistas, e que dá suporte tanto a essa mobilização que eclode no movimento grevista de 1953 rompendo simultaneamente as barreiras de acesso à direção sindical, quanto à "época dos operários navais", é analisado também por Barsted (op. cit.).



operários paralisam o trabalho nos bancos e na fiação. Após dois dias de greve, os operários conseguem que a *companhia* volte atrás no desconto salarial do abono de 30% e do repouso remunerado, além de cancelar o inquérito administrativo interno contra o tesoureiro do sindicato e suspender a interdição de sua entrada na fábrica. (F. do P. 26 e 29/6/1952). E é no decorrer desta paralisação dos operários *banqueiros* e da fiação que toma posse a diretoria da nova junta governativa do sindicato, com a "casa cheia", e com Birino em plena ascensão dividindo as atenções da platéia com o ex-líder sindical Torres Galvão.<sup>239</sup>

O 2º semestre de 1952 é todo tomado pelos preparativos para a campanha salarial conjunta dos têxteis de Pernambuco, com a previsão de greve geral. A ameaça de intervenção sindical estende-se de Paulista para o sindicato de Recife, de Moreno e de Escada, o que contribui para reunir delegados e comissões das fábricas têxteis das quatro bases sindicais, numa espécie de "comissão de salários" intersindical, culminando com um "pacto de honra" dos delegados de fábrica contra a intervenção nos sindicatos e pela vitória de seu programa conjunto de reivindicações. (F. do P., 28/6/52). Em assembléia geral extraordinária, do dia 3 de agosto, os têxteis do Recife resolveram, diante de resposta patronal negativa às reivindicações dos operários, recorrer ao procedimento de greve legal, obedecendo prazos e trâmites previstos no decreto de lei 9.070 para "decretar" greve geral da categoria a 1º de outubro (F. P., 5/8/52), seguidos um mês depois pelos operários de Paulista que tomam a mesma resolução em AGE do dia 3/9/52, estando presentes nesta última assembléia presidentes dos sindicatos de Recife, Goiana, Escada e Moreno, e é proposta a constituição de um fundo de greve. (F. P., 5/9/52)<sup>240</sup> Em assembléia de mobilização para a greve e de

---

<sup>239</sup> Enquanto Torres Galvão discursa em cerimônia de posse remetido ao passado de lutas do sindicato, onde ele próprio ocupa um lugar de destaque, ao referir-se à "ira da companhia que se volta contra todos aqueles que defendem os operários", Birino, voltado para o futuro do sindicato, que parece ligado ao seu próprio futuro, e para as eleições sindicais nos próximos 90 dias, "congratula-se com a grande vitória dos operários de Paulista não permitindo a intervenção e que seu sindicato fosse tomado pela companhia".

(F. do P., 26/6/52).

<sup>240</sup> Na proposta de entrada em greve finalmente aprovada na assembléia do sindicato de Paulista, há claramente uma ênfase dentre os inúmeros itens que compõem a pauta conjunta de reivindicações – além da reivindicação do aumento salarial que encabeça a lista conjunta dos têxteis do Estado – na reivindicação da não manipulação pela fábrica do salário por produção: "o associado Lucena Rocha propõe, em virtude da resposta negativa da CTP, que a classe decretasse greve geral dentro do prazo de 60 dias, na forma e condições previstas no Decreto-Lei 9.070, reivindicando (a) aumento salarial na base de 50% tomando como referência os salários atuais, incluindo abonos e gratificações; (b) proibição de modificação nos nomes e preços de panos, sem que antes fosse acertada com o sindicato. Propôs ainda a realização de um plebiscito para confirmar a decisão da greve. Aprovada a proposta como um

pressão para uma decisão favorável na Justiça do Trabalho aos dissídios coletivos desencadeados pelos sindicatos de Recife e do interior, 4 mil operários, presentes delegações do "interior", reúnem-se em Recife para aprovar um "plano geral de instruções em caso de greve", incluindo a distribuição de piquetes e o pedido de auxílio financeiro ao Legislativo Estadual e à Câmara Municipal, saindo em seguida em "passeata da fome" pelas ruas do centro do Recife (F. P., 16/9/52). O julgamento do dissídio coletivo – após tentativa de conciliação frustrada na audiência final no TRT onde o juiz propõe o aumento de 30%, sujeito à cláusula de assiduidade, a ser paga imediatamente (ao invés dos 50% sem cláusula de assiduidade) – e os patrões recusam (F.P., 18/9/52) – concede (no dia 26/9/52) o aumento de 30% sobre os salários atuais, inclusive abonos e gratificações condicionados à assiduidade integral, e que é aceita pelos operários do Recife em assembléia do dia 28/9 de mil trabalhadores fortemente cercados por carros de polícia e cavalaria, paradoxalmente subordinados ao governo provisório do ex-presidente do sindicato operário têxtil Torres Galvão, que assumiu como presidente da Assembléia Legislativa interinamente após a morte de Agamenon Magalhães. Neste mesmo domingo, é empossada em Paulista a diretoria finalmente eleita do sindicato de Paulista, tendo Birino por presidente, bem votado após a sua consagração no episódio da "tomada" do sindicato pelos operários três meses antes.

A decisão do TRT, do dia 26 de setembro, refere-se ao dissídio coletivo dos têxteis do Recife e por enquanto, só tem validade para eles, que o instauraram antes dos sindicatos do interior. Assim, a assembléia do dia 28 do sindicato do Recife aprova a decisão do tribunal e aguarda o seu cumprimento pelos patrões até a nova assembléia, marcada para o segundo domingo próximo, quando se decidiriam pela greve. Além disso, haveria tempo para que se adiantasse no TRT a tramitação dos dissídios coletivos dos operários têxteis do interior, cujo desfecho provável seria a extensão para eles da decisão anterior relativa aos têxteis do Recife, dando maior sustentação legal para a prevista greve geral a ser desencadeada. Há, no entanto, entre uma parte dos operários, impaciência e vontade de desencadeamento imediato da greve, não pelo cumprimento da decisão do TRT, mas pela reivindicação dos 50%, que se pode depreender pelos estímulos a eles dados pela *Folha do Povo*. Em Rio Tinto, na fábrica dos Lundgren da Paraíba, onde talvez essa "impaciência" encontre menos obstáculos da parte da direção sindical, os operários entram em greve pela reivindicação dos 50% com extinção da cláusula da assiduidade integral e por reivindicações específicas como a legislação dos trabalhadores da *folha amarela*; pagamento do salário nos locais do trabalho (referindo-se provavelmente ao pagamento no *barracão* aos trabalhadores da *folha amarela*), e

---

todo, por unanimidade".

(Ata da AGE de 3/9/52, Sindicato dos Têxteis de Paulista).

pelo trabalho costumeiro com 1 lado de máquina na fiação, e não com 2 recentemente introduzido. Há uma contraproposta patronal condicionando o montante do aumento à resolução dos dissídios coletivos dos sindicatos do interior de Pernambuco a ser estudada em assembléia geral extraordinária como registra a *Folha do Povo* (F. do P., 5 e 9/6/52).

Após um trabalho de preparação da greve nas diversas fábricas, contando inclusive com a adesão dos contramestres às reuniões das comissões de fábrica no sindicato do Recife (cf. F. do P., 11/10/52), e diante do não cumprimento pelos patrões da decisão do TRT, sob a alegação juridicamente insustentável de que aguardam o pronunciamento do TST no Rio de Janeiro ao recurso por eles impetrado, a assembléia do dia 12 de outubro de 1952 desencadeou a greve geral dos tecelões de Recife. Esta grande assembléia, segundo a *Folha do Povo*, superando a da campanha salarial dos têxteis de 1945 que ocupou a Rua da Concórdia, ostentando uma multidão no interior e redondezas do Teatro Almare, estimada em 10 mil pessoas, conta não só com o comparecimento visível dos funcionários de escritório das fábricas e dos vigias, como delegações de Moreno e Paulista. São constituídas na assembléia as comissões de finanças, de vigilância (localizada na sede do sindicato), de piquetes e comissões de greve por fábrica (que devem contar com 50 pessoas cada), comissões estas que somariam mais de 1000 trabalhadores participantes. Após as deliberações e o período de instruções práticas sobre a operacionalização da greve, a assembléia transforma-se numa passeata pelas ruas de Recife, engrossada por familiares de operários e pela adesão de passantes. À maneira talvez dos desfiles patrióticos durante a guerra, ou por ocasião de comemorações do Dia da Pátria que algumas fábricas promoviam, seja na sua própria localidade, seja nas ruas do centro de Recife – e dentre elas, destacam-se as “paradas” feitas por operários e operárias uniformizados das fábricas de Paulista e de Rio Tinto (cf. a revista do IAPI *Inapiários* set. 1943, que traz fotos das jovens operárias uniformizadas de Rio Tinto desfilar no dia 7 de Setembro nas ruas de João Pessoa) – a organização da passeata incorpora uma reinterpretação simbólica dos antigos desfiles patrióticos sob a égide patronal (há, porém, desfiles patrióticos durante a guerra sob a “égide” dos trabalhadores, cf. Grossi, 1981, pg. 125) ostentando sua força de trabalho disciplinada, que não é incomum nas manifestações operárias e sindicais do período (cf. relato em Barsted, 1982, pg. 100, sobre passeata dos operários navais no Rio no movimento grevista dos marítimos de 1953, e a utilização da bandeira nacional): “uma coluna de manifestantes, constituída de mulheres, puxou a manifestação, com duas delas conduzindo a bandeira brasileira e a bandeira do sindicato, pelas ruas do centro do Recife” (F. do P., 13/10/1952). E em Moreno, dois dias depois, na 3ª feira, quando então ali se iniciou a greve, após deliberação em Assembléia, na 2ª feira, foi feita passeata dos trabalhadores pelas ruas da vila operária onde se destacava além da bandeira nacional, o canto repetitivo

do hino nacional – neste caso, ambos direcionados contra a companhia “multinacional” Société Cotoni re Belge-Br sili nne que domina a cidade. (F. do P., 15/10/1952).

Já em Paulista, a greve inicia-se imediatamente na 2  feira, dia logo posterior à assembleia dos operários do Recife: os operários *banqueiros* mobilizados continuamente desde 1951, tanto com a luta pela retomada do sindicato sob interven o, quanto com o conflito cotidiano contra o despotismo fabril, de onde vêm de sair vitoriosos há poucos dias contra o gerente Kenan (cf. supra), não esperam por qualquer delibera o do sindicato, partindo, desde a sua entrada ao trabalho na noite de domingo (a 1  turma) para a generaliza o por todas as se es da paralisa o do trabalho na manhã do dia 13 de outubro. Tendo já paralisada a fábrica em que trabalham, os operários da Fábrica Velha conseguem a adesão dos operários da Fábrica Aurora pela manhã e, em seguida, são atingidos os serviços da *gerência externa*. No decorrer do dia, as atividades da CTP em Paulista estão completamente paralisadas, e as implica es deste fato veremos mais adiante.

Enquanto no dia 13 de outubro, 1  dia de greve, são paralisadas 13 fábricas em Recife e as duas de Paulista, no dia 15, as lideranças da greve constata, em balanço e retrospecto do movimento publicado na *Folha do Povo* de 16/10/52, a paralisa o de 21 fábricas no Estado, envolvendo cerca de 37.000 operários.<sup>241</sup>

A força do movimento de paralisa o leva os patrões a fazerem uma proposta onde está implícita sua fé numa decisão contrária   do TRT na instância judiciária superior do TST: pagariam o aumento de 20% de imediato e depositariam os outros 10% nos bancos, na expectativa do julgamento do TST. Os operários reúnem-se em assembleia extraordinária no Parque 13 de Maio, no dia 16 de outubro, e recusam a proposta decidindo continuar a greve até a obten o do aumento de 30% (tal como determinado no julgamento do TRT). (*Folha do Povo*, 17/10/1952).

O sucesso da utiliza o dos operários parando praticamente a totalidade da indústria têxtil do Estado e a força da legitimidade de suas reivindica es

---

<sup>241</sup> As fábricas paradas com o número estimativo de seus operários são as seguintes: a “Coronel Othon” em Apipucos (4000 operários), a “Amalita” e a “Bezerra de Mello” na p a. Sergio Loreto (4.000 operários), a malharia “Anita” na Várzea (600), a TSAP (2.500), a Têxtil Sta. Maria no Zumbi (500), a Tacaruna em Olinda (800), a Yolanda em Jiquiá (600), o Cotonifício Vitor Araújo na Rua Aurora (500), a Fábrica de Estopa na Rua Floriano Peixoto (400), o Cotonifício da Torres e o Cotonifício Capibaribe, na Torre (3.000), a Malharia Imperatriz (400), a Fábrica de Tecidos de Timbaúba (200), o Cotonifício José Rufino no Cabo (600), a Cia. Industrial Pernambucana em Camaragibe (2.500), a Société Belge-Br sili nne em Moreno (3.000), a Fábrica de Tecidos de Goiana (800), a Fábrica Pirapama de Escada (600), as Fábricas Velha e Aurora da CTP em Paulista (12.000). S  não tinham paralisado até aquele momento as fábricas de Caruaru e a de Ribeirão.

tanto no interior do seu próprio grupo social, quanto perante os patrões, a justiça do trabalho, e essa região indefinida da "opinião pública" (Bourdieu, 1973), ligada em grande parte ao "campo do jornalismo" (Champagne, 1980), propicia um desfecho político para a greve que favorece as reivindicações principais imediatas dos trabalhadores. Após a recusa, pelos trabalhadores, em assembléia reunida em praça pública no dia 16 de outubro, da proposta patronal de escalonamento do pagamento do aumento salarial devido aos operários contando com futura redução do aumento pelo TST, desencadeiam-se negociações entre de um lado as forças políticas que apóiam a candidatura do senador Etelvino Lins aos Governo Estadual e de outro os patrões – que também participam daquelas forças políticas – para que fosse encontrada uma solução que terminasse com a greve. Esta solução política procura transformar a derrota patronal na greve numa consolidação de ganhos políticos dos patrões junto ao candidato a futuro governador, e deste junto aos setores mais mobilizados dos trabalhadores. Os patrões cedem nas principais reivindicações – basicamente o aumento salarial imediato de 30% para os trabalhadores têxteis de todo o Estado e o pagamento dos dias de greve – para que todo o mérito de persuasão caiba ao candidato Etelvino Lins. E, com a aquiescência de dirigentes sindicais dos têxteis vinculados a partidos, como o PTB e o PSD, fazendo parte da vasta frente interpartidária que apóia Etelvino Lins, cabe a este político marcado por sua participação no setor de "segurança pública" do período do Estado Novo em Pernambuco anunciar na assembléia dos trabalhadores, o convencimento dos patrões e a vitória das reivindicações operárias. Nas negociações que antecedem esta assembléia final, entre os dias 16 e 19, em que participam além dos representantes patronais, os dirigentes sindicais dos têxteis, o Presidente do TRT, o Secretário de Segurança, o governador interino Torres Galvão e o senador e candidato a governador Etelvino Lins, os patrões cedem quanto ao atendimento de reivindicações, já respaldadas em decisão judiciária, de resto difíceis de serem negadas nas circunstâncias em que se desenvolve o movimento reivindicatório e grevista. Em compensação, fica explícito o direito patronal a que recorram em seguida ao TST. (*Folha do Povo*, 22/10/52).

Na assembléia do dia 19 de outubro, domingo, no estádio de futebol do Náutico, depois que os dirigentes sindicais falam para uma multidão de 12 mil tecelões sobre o término da greve, desde que sejam atendidas as reivindicações, Etelvino Lins em pessoa vem comunicar à assembléia a vitória das reivindicações dos trabalhadores, anunciando a concordância dos patrões, transformando em aplausos a frieza com que foi recebido pelo plenário ao ingressar na palanque da assembléia. O deputado federal Roberto Morena, vinculado ao clandestino PCB e representando a linha e o trabalho sindical daquele partido, fala ao final da assembléia frisando a vitória da organização e combatividade dos próprios trabalhadores e critica as manobras eleitorais de que foi vítima o movimento. Satisfeitos com o desfecho do

movimento, os trabalhadores retiram-se alegres do estádio, receptivos porém às advertências de vários "operários-ativistas" em pequenos "comícios-relâmpagos" no sentido de manterem a mobilização tanto caso não haja o pagamento do aumento por parte de alguma empresa, quanto para pressionar a confirmação da decisão favorável aos trabalhadores no julgamento próximo do TST, e assinalando ainda a encenação e o oportunismo eleitoral do candidato "oficial" a governador. (F. do P., 21/10/52)<sup>242</sup>

Desta assembléia final da greve até o fim do ano, permanece a tensão, tanto entre os patrões quanto entre os operários têxteis, a propósito da decisão do TST sobre o dissídio coletivo. Os operários interceptam e denunciam a confecção de um carimbo a ser utilizado em algumas fábricas no contracheque dos trabalhadores indicando as precauções patronais em vista do julgamento pelo TST.<sup>243</sup> Por sua vez, os operários têxteis do Recife,

<sup>242</sup>Com a morte do governador Agamenon Magalhães em 24 de agosto de 1952, assume interinamente o governo o presidente da Assembléia Legislativa, o deputado Torres Galvão, e são convocadas novas eleições para 23 de outubro daquele mesmo ano. No início de setembro, Etelvino Lins é indicado candidato pelo diretório regional do PSD, e o contexto que envolve o lançamento desta candidatura — a morte de Agamenon, "as secas", "a crise do comércio e da indústria", são argumentos utilizados por Etelvino Lins, para propor uma candidatura unitária aos demais partidos — estimula a formação de uma ampla aliança interpartidária de apoio ao candidato do PSD, conhecida no decorrer da campanha como "união sagrada dos partidos", integrada pelo PSD, UDN, PDC, PL, PTB, PST, PTN e PR. Vinte dias antes das eleições, consolida-se a candidatura de oposição oriunda do PSB e apoiada pelo PC, representada pelo jornalista Osório Borba. Embora seja patente o favoritismo de Etelvino Lins sustentado pelas principais máquinas partidárias, dando-lhe esmagadora vantagem no "interior" (isto é, fora da capital) que então detém 75% do eleitorado, a campanha desenvolve-se com grande radicalização política, sendo estigmatizado Borba como "bolchevista", em oposição ao candidato da "ordem e do trabalho" e apoiado pela LEC. (cf. Pandolfi, 1984, pg. 147 — 152 e Soares, 1982, pg. 38). É temida, no entanto, pelas forças situacionistas a votação de esquerda em Recife e seus arredores, que daria ao candidato de oposição e suas forças de apoio uma legitimidade sustentando o prosseguimento do seu trabalho político. De fato, a posteriori, os resultados eleitorais do dia 23 de outubro dão uma vitória tranqüila a Etelvino Lins da ordem de 200 mil votos contra 50 mil para Borba, mas a oposição vence em Recife (36 mil votos contra 30 mil) e Olinda, tendo também boa votação em Jaboatão e Paulista. (cf. Pandolfi, 1984, pg. 150-152). Nessas circunstâncias, o empenho para que seja associada a Etelvino Lins a resolução favorável aos trabalhadores da greve massiva dos têxteis de todo o Estado cumpria o papel de tentar minar o eleitorado de esquerda no movimento operário e mais geralmente na "opinião pública" do Recife.

<sup>243</sup>O carimbo traz o seguinte texto de ressalva quanto ao aumento de 30% conseguido através da recente campanha conjunta dos têxteis culminando com a greve: "*Abono provisório* de 30% sobre o salário, sujeito à revisão, anulação, alteração ou compensação na conformidade da decisão a ser proferida pelo TST no dissídio coletivo nº TRT 269/52" (os grifos são meus, JSLL).

(Folha do Povo, 23/10/52).



com delegações dos sindicatos do interior, decidem em assembléia voltar à greve, caso o TST anule o aumento determinado pelo TRT e acordado entre as partes coincidentemente às vésperas da eleição para governador. (F. do P., 4/11/1952). Este estado de mobilização entre os operários têxteis leva os dirigentes sindicais a promoverem gestões junto a autoridades e políticos na capital federal como parte das pressões dos trabalhadores para uma decisão favorável do TST. Assim, o presidente do sindicato de Paulista, "Birino", presta contas em assembléia de sua viagem com outros dirigentes sindicais ao Rio para participar de um congresso intersindical sobre a questão da "assiduidade", quando então aproveitaram os sindicalistas têxteis de Pernambuco para encontrarem-se com o Presidente da República (G. Vargas), "a quem pediram que se respeitasse os interesses dos trabalhadores, e não deixasse o Ministro do Trabalho intervir nos sindicatos caso o TST negasse os direitos dos trabalhadores [havendo, neste caso, por conseguinte, nova greve, agora não amparada no decreto 9.070 e, portanto ficando os sindicatos sujeitos à intervenção]" (Atas das Assembléias do Sindicato dos Têxteis de Paulista, AGE de 30/11/52). A mesma prestação de contas menciona também os contactos desses dirigentes sindicais com o Ministro do Trabalho, com o General Dutra, com o presidente do PTB e com os senadores Vitorino Freire e Etelvino Lins, este último interessado, como governador eleito, na manutenção pelo TST da decisão do TRT.

Nos últimos dias de 1952, o TST finalmente julga o dissídio coletivo dos têxteis de Pernambuco dando ganho de causa aos operários, mantendo o aumento de 30% e rejeitando o recurso patronal. Para esta decisão, contribuem não somente a ameaça de nova greve dos têxteis em Pernambuco, caso lhes fosse contrário o julgamento, mas também a sua junção com a importante greve dos operários têxteis cariocas, então em pleno andamento. (F. do P., 31/12/1952). A decisão do Tribunal Superior do Trabalho traz embutidas, no entanto, algumas armadilhas para os operários têxteis, atenuando os resultados da sua vitoriosa mobilização. Assim é que, embora ratificando o aumento de 30% sobre os salários, a decisão do TST estabelece como restrição que os trabalhadores tendo obtido entre 1950 e 1952, "aumentos individuais espontâneos" tenham estes valores descontados do aumento de 30%. Esta restrição parece ter como intenção implícita a punir trabalhadores mais qualificados, ou com funções de mando, para os quais incidem mais freqüentemente "promoções" ou "aumentos individuais espontâneos", de forma que não se beneficiem simultaneamente de seu maior poder de barganha profissional e da mobilização coletiva da categoria, procurando colocá-los contra esta última. Além disso, estipulando que não terão direito ao aumento os operários que ingressarem nas fábricas após agosto de 1952 (possivelmente a "data-base" destas categorias de trabalhadores têxteis), exclusão esta aplicando-se já a 30% dos operários



segundo estimativas dos sindicalistas, o TST estimula o uso e o abuso da rotatividade da mão-de-obra pelas fábricas têxteis.

Este uso intensificado da rotatividade, quebrando com o padrão associado ao "tempo do trabalho para todos" e sua rotatividade peculiar de operários "imobilizados" pela moradia que saíam, mas voltavam novamente ao trabalho na mesma empresa (cf. cap. 2), vem se consolidando entre as administrações fabris (e particularmente em Paulista), com a crescente mobilização e organização dos operários desde o ano de 1951. E é a rotatividade pura e simples que preenche as lacunas e os silêncios do discurso patronal da CTP "em público", em substituição a uma "modernização" (consistindo na aquisição de máquinas "automáticas" de fabricação) pretendida e proclamada, mas sem a vontade ou a possibilidade financeira imediata de efetivar-se. Pois a "modernização" do processo produtivo se faz lentamente e por etapas, com aquisições de novas máquinas em 1955, 1958 e 1962, enfrentando "efeitos de inércia" à intenção proclamada desde o relatório anual da CTP de 1949 (cf. cap. 8). Enquanto isso, é o recurso a uma política de intensa rotatividade que satisfaz de imediato, em 1952, a vontade patronal de renovação e diminuição de uma força de trabalho vista como rebelde, vontade esta colocada discursivamente nos "processos de fabricação automático" financeiramente custosos (a serem adquiridos na maior parte no exterior) e para os quais subsidiariamente é pedido o auxílio governamental. Ao contrário do relatório anual da CTP de 1950 que, elipticamente embora, menciona explicitamente a ocorrência de sua nova política de redução da força de trabalho empregada *vis a vis* do anterior "tempo de trabalho para todos"<sup>244</sup>, o relatório de 1952 associa essa vontade, renovada com o acirramento dos conflitos, do exercício do largo uso da arma patronal de dominação que é o poder de distribuir a demissão e o desemprego, à necessidade de um projeto de "modernização" do processo produtivo em que o governo é chamado a ajudar:

*"A semente do descontentamento, espalhada entre as massas trabalhadoras por elementos agitadores, estranhos à classe operária, com o seu corolário de greves, paredes e dissídios, constitui a principal causa de depauperamento da produção. O encarecimento geral da mão-de-obra obriga os industriais a procurar processo de fabricação automática, medida esta já posta em prática pelos industriais do Sul do país, com plena colaboração e ajuda dos Poderes Governamentais. Este deve ser o nosso objetivo nos exercícios vindouros, e esperamos que, em vista do vulto da obra, da situação deficitária de nossa indústria e da absorção das nossas vultosas*

---

<sup>244</sup> "Apesar dos nossos esforços tendentes a compensar o aumento constante no custo da matéria-prima, dos salários, e demais gastos de produção, mediante reorganizações dentro do nosso parque industrial, conseguimos somente em parte o nosso objetivo, esperando todavia que ainda no decurso deste ano comercial o efeito dessas medidas se fará sentir". (Relatório anual da CTP aos acionistas de 1950).

*reservas pelo vírus da inflação, concorram as autoridades competentes para o pleno êxito desta obra renovadora, imprescindível para a sobrevivência deste parque fabril para as milhares de famílias que dele dependem e, finalmente, para a própria Nação, como fonte de receita importante."*

*(Relatório da CTP de 1952, relativo ao "ano comercial" de julho de 1951 a julho de 1952)*

É essa "semente do descontentamento", frutificando na greve geral dos têxteis de Pernambuco de 1952, transforma-se – por um efeito de minimização patronal tanto do sucesso alcançado pela mobilização operária, quanto do drama social e político que foi a greve – no simples "abono provisório – bem frisado na reiteração do caráter intrinsecamente provisório que já possui um abono – causador de prejuízos e perdas e de cuja "provisoriidade" a *companhia* procura, à custa de "tensão", afirmar, tentando anular o aumento conseguido pelos operários de diversas formas.

*"Apesar de todos os nossos esforços e da economia máxima em todos os gastos, registramos um prejuízo no exercício de Cr\$4.462.522,80, em grande parte devido aos salários mais elevados concedidos a título de abono provisório, por força dum entendimento entre o representante local do Ministério do Trabalho e a classe patronal da indústria têxtil. Contudo, este aumento não conseguiu diminuir a tensão reinante entre o operariado da indústria têxtil, com grande prejuízo para a nossa produção que baixa consideravelmente."*

*(Relatório da CTP de 1953, ano comercial de julho de 1952 a julho de 1953).*

Este descontentamento patronal, mesmo com um *abono provisório* que lhes dá margem para anulá-lo de diferentes maneiras, é mais que isto a preocupação com a ruptura, através da organização e da mobilização dos operários, de padrões estritos de dominação anteriores permitindo a impunidade das empresas na superexploração de sua força de trabalho. Tal ruptura por outro lado, é tanto maior quanto as empresas reformulam o seu esquema tradicional de dominação, que assegurava certas garantias materiais de existência e a promoção da vida social local – particularmente as fábricas com vila operária – convertendo sua dominação numa nova forma tão estreitamente produtivista quanto carente de legitimidade aos olhos dos trabalhadores. Não é por acaso que dentre as reivindicações incluídas na pauta da campanha salarial conjunta de 1952, estejam presentes algumas que remetem à recriação aperfeiçoada de garantias materiais do passado idealizadas pelos trabalhadores.<sup>245</sup>

---

<sup>245</sup>Como assinalamos na nota 237 neste capítulo, o item II do "Programa de Reivindicações dos Têxteis de Pernambuco" tem a seguinte redação – "Dar o empregador preferência aos filhos dos operários que já trabalham na empresa, todas as vezes em que houver uma vaga e cujo serviço possa ser desempenhado

Além do incentivo à aceleração da rotatividade dos trabalhadores ocasionada pelas restrições de aplicação do aumento de 30% estipuladas na decisão do TST, propiciando demissões nas fábricas têxteis de Pernambuco, os patrões ensaiam uma ofensiva política suspendendo as contribuições sindicais, descontadas em folha de pagamento e pressionando trabalhadores de suas respectivas empresas a desassociarem-se do sindicato, colocando livros nos escritórios das fábricas para que os trabalhadores assinem sua desfiliação sindical. (F. P. 4/1/53 e 2/6/53). Os operários têxteis de Recife, em resposta ao não desconto da contribuição sindical em folha organizam uma rede de cobradores do sindicato (F. P., 29/3/53). As assembleias sindicais dos têxteis do Recife passam a avolumar-se, entre fevereiro e maio em preparação a uma nova greve generalizada em junho, diante da ameaça da qual os patrões voltam atrás tanto na questão de desconto em folha da contribuição sindical, quanto na campanha de desligamento dos operários do sindicato (algumas dessas "desfiliações" acompanhavam-se da "produção" de entrevistas destes operários aos jornais, atacando o sindicato, etc.) (F. P., 2/6/53).

Em Paulista, a CTP paga irregularmente o aumento de 30%, fazendo descontos ora em um, ora em outro grupo profissional de trabalhadores. A remuneração das horas noturnas e o cálculo do salário para efeito de férias são sistematicamente rebaixados. (F. P. 7/3/53). O sindicato reage conseguindo uma promessa de real inspeção trabalhista na CTP por parte de um inspetor do DNT do Ministério do Trabalho presente a uma assembleia sindical. (Atas das Assembleias do Sindicato de Paulista, AGE de 7/6/53). A CTP contra-ataca intensificando a exploração menos visível, porque não prevista em leis, da mudança de nomes de panos semelhantes para alocar preços inferiores relativos ao salário-por-produção, e outros recursos de manipulação da matéria prima refletindo-se em diminuições salariais. Além disso, ela aumenta os aluguéis das casas da vila operária de Cr\$10,00 para Cr\$40,00 (em média) semanais (F. P. 23/9/53) para um salário semanal modal entre Cr\$200,00 e Cr\$300,00 (o salário mínimo é de Cr\$650,00 neste período, e houve o abono de 30% depois de outubro de 52). Apesar dessa contra-ofensiva patronal que se segue à greve de 52, os operários de Paulista conseguem resistir e obter algumas pequenas vitórias como a que se seguiu a uma curta greve dos *banqueiros*, os quais obtiveram a equiparação de gratificação percentual a que têm direito (devido ao trabalho com certos tipos de algodão) com seus colegas das fábricas do Recife, após ameaçarem estender a greve por toda a fábrica. (F. P. 8/7/53).

A greve de 52 fortalece, portanto, os operários têxteis na medida em que

---

por um menor" — enquanto numa listagem adicional de "reivindicações específicas" está incluída a seguinte: "construção de casas em número suficiente, perto dos locais de trabalho, e que o seu aluguel seja barato".

(Folha do Povo, 22/5/52 e 24/6/52).

contribui para sua autoconstrução como grupo social, observando-se em Paulista, as repercussões desta identificação dos operários locais com um grupo profissional mais amplo.<sup>246</sup> Por outro lado, a especificidade das formas de dominação locais contribuem para a notabilização do movimento geral dos têxteis de Pernambuco: tal é o caso das formas de luta assumidas em Paulista, durante a greve de 52, e que serão repetidas nas outras greves da década de 50, sempre mencionadas na imprensa do Recife e assinaladas no comentário de Jover Telles que inicia o capítulo 8 deste livro.

3. *Auge e declínio dos operários banqueiros: o prolongamento da mobilização de 1952 nas greves de 1954 e 1956 e a crise do movimento operário de Paulista após a greve de 1957.*

A exemplo de uma greve isolada em Moreno, no mês de setembro de 1952, em protesto contra a suspensão de operários das caldeiras e das oficinas, quando os têxteis daquela localidade resolveram baixar a pressão das caldeiras e cortar a luz da cidade (F. P., 20/9/52), os operários de Paulista, ao generalizarem a greve geral, recém-desencadeada em Recife, por todas as seções da fábrica, completam-na com a paralisação das caldeiras e da usina elétrica, que fornece energia para toda a cidade. Sem luz e água, todas as atividades da cidade param com a greve. (F. P., 15/10/52). O Comendador Arthur Lundgren em pessoa comparece ao sindicato dos operários para pedir ao presidente Birino que, em nome do fornecimento de água para a maternidade da CTP, providenciasse a volta do funcionamento da usina elétrica. Os sindicalistas respondem que já tinham destacado uma equipe de operários para aprovisionar de água a maternidade, mas que não iriam fazer funcionar a usina elétrica. Quanto à luz, recomendam o uso de candeeiros os quais tão relevantes serviços têm prestado aos operários em suas casas desprovidas de luz elétrica. A visita ao sindicato – esta entidade tão

---

<sup>246</sup>A greve dos têxteis de Pernambuco de 1952 é um marco importante para o estudo dos momentos concretos em que se manifestam grupos da classe trabalhadora em movimentos reivindicatórios coletivos, reinterpretando e criando formas de organização e expondo publicamente sinais e indicações de consciência de classe. Do período anterior a 1964 foi mais estudada a "greve dos 300 mil" de 1953, dos operários de São Paulo, envolvendo várias categorias profissionais, onde é destacada a importância da formação de comissões de empresa associadas ao trabalho sindical (cf. Weffort, 1972 e Moisés, 1978). Este último texto, por sinal, assinala a importância do trabalho desenvolvido no interior das fábricas pelo PC entre 1947 e 1949 na criação das condições de eclosão e sustentação da greve de 1953 (cf. Moisés, 1978, pg. 110-111). O estudo de Barsted (1952) também apresenta importante análise sobre um material de pesquisa que ilumina a constituição da organização sindical de base de importantes grupos da classe trabalhadora deste período, através do estudo da greve, em 1953, dos marítimos (em escala nacional), aí incluídos os operários navais de Niterói e do Rio de Janeiro.

combatida desde 1932, e formalmente desconhecida pela CTP, quando não se acha sob estrita intervenção ministerial – do Comendador Arthur em carne e osso, este patrão não tão dotado de talento quanto seu falecido irmão Frederico no trato com os operários, investe-se assim numa teatralização do enfraquecimento da dominação. O inesperado da inversão do privilégio na vila operária decorrente do corte de luz e água aos *chalets* dos gerentes e chefes e à *casa grande* dos patrões, assim como a negativa sindical personalizada ao pedido patronal, parecem atrair a simpatia da população local. Pois apesar de prejudicada no corte de água e de luz (apenas parcialmente, pois as casas dos trabalhadores na vila operária e parte do comércio não possuem luz elétrica<sup>247</sup>) a quase totalidade da população da cidade responde favoravelmente à greve, inclusive os não operários, como indicam os resultados das “comissões de solidariedade”, eleitas em assembléias cada vez mais cheias, que arrecadam junto aos comerciantes locais Cr\$3.400,00 após 4 dias de greve, quantia esta que se soma aos Cr\$50.000,00 dados como “ajuda à greve” pela Câmara Municipal. (F. P., 19/10/52).

É interessante notar que tendo buscado inspiração em ação similar dos operários de Moreno em sua greve localizada de setembro de 1952, os operários de Paulista mantêm nas suas greves seguintes a paralisação dos serviços de luz e água da vila operária, mesmo quando desde a greve geral de outubro de 52, os têxteis de Moreno passam a agir taticamente de maneira diversa. Estes últimos resolvem destacar uma equipe de operários para fazer funcionar, durante a greve, a usina elétrica, fornecendo assim luz e água para a cidade, sob a alegação de que os grevistas necessitam de energia elétrica para ouvir o rádio e para o sistema de som. (F. P., 17/10/52) (Provavelmente também a rede hidráulica e de energia elétrica é mais disseminada nas casas operárias da vila operária de Moreno). Os operários de Paulista no entanto insistem em autoparalisar-se, desde que inflijam aos chefes e patrões a privação maior, decorrente do corte provisório de privilégios, cujo funcionamento estão ao alcance do trabalho dos operários.

Se o padrão repetitivo de uma forma de luta grevista alcançando a paralisação também do fornecimento de água e luz da cidade – atingindo não somente a dominação da *companhia* no interior da fábrica, mas também a sua dominação extrafabril sobre toda a cidade – reproduz-se nas greves de julho de 1954 e setembro de 1956, também repete-se, nestas duas greves, a associação da sua eclosão com o descumprimento por parte da CTP do aumento do salário mínimo no que diz respeito às tabelas salariais dos

---

<sup>247</sup> Em notícia de 12/7/1958, a *Folha do Povo* registra a queixa, ouvindo “populares” locais, que “a luz elétrica em Paulista é só para os Lundgrens, as autoridades e os gerentes estrangeiros da fábrica”, acrescentando que das 6.000 casas, somente 1.000 são iluminadas por eletricidade, a maioria das casas, e inclusive o comércio local, utilizando-se “de candeeiros e lamparinas”.

operários "produtivos". Como vimos anteriormente (cf. cap. 9), esse descumprimento da legislação do salário mínimo no que diz respeito à sua transposição para as tabelas salariais referentes aos operários "produtivos" ou "tarefeiros", por parte da CTP, não é novo, pois tem seus antecedentes tanto quando da introdução do salário mínimo em 1940, quanto de seu reajustamento em 1943:

Se em 1953, a CTP, tentando anular os ganhos materiais e políticos dos operários com a greve de 52, contra-ataca com um recrudescimento de sua política de demissões, seguida da contratação de novos operários com salários inferiores, em 1954, com a preparação e posterior decretação do novo salário mínimo, as ameaças e a efetivação das demissões aumentam. Desde o início do ano, os conflitos entre os operários e a CTP giram em torno da carga contraditória subjacente à aplicação do aumento do salário mínimo às tabelas do salário por produção. Prevendo a decretação do novo mínimo para o 1º de Maio, a administração fabril começa, desde fevereiro, a

alterar drasticamente para pior as condições normais do processo produtivo através de manipulação da matéria-prima, propositalmente escolhida a de pior qualidade. Se a CTP sofre ela mesma os prejuízos decorrentes de uma produção menor, como consequência desta autorestrição patronal da produção deste "lock-out-tartaruga", ela, no entanto, espera compensá-los com a fixação de valores salariais inferiores aos operários "tarefeiros", quando da decretação do novo salário mínimo. Pois a CTP, sabendo que o cálculo para o reajuste dos salários dos operários "tarefeiros", quando do reajuste do salário mínimo, toma por base os salários por produção efetivamente pagos no trimestre anterior à decretação do novo salário mínimo, procura pressionar para baixo o nível salarial de seus "tarefeiros" naqueles três meses, mesmo às custas de uma diminuição da produção.<sup>248</sup> E após o

---

<sup>248</sup>Essa intensificação do conflito de classes no interior do processo produtivo no trimestre esperado como anterior à decretação de um novo reajuste do salário mínimo parece ter por base o conteúdo da portaria do MTIC N.SCM-328 de 15 de julho de 1940, a qual, em resposta à polêmica (cf. cap. 9) desencadeada pelos industriais têxteis contra pressupostos do salário mínimo que, aplicados ao sistema do salário por tarefa ou por produção, supostamente o destruiriam (cf. circulares nºs 15, 19 e 27 de 1940 do CIFTA-RJ), estipula que:

"Art. 1º Para os trabalhadores pagos por tarefa, será considerado como salário mínimo, por unidade de tarefa, o que se obtém dividindo o salário mínimo diário local pela produção normal de unidades de tarefas realizáveis em um dia de trabalho.

Art. 2º Considerando-se a produção normal a média de produção que forneçam dois terços dos respectivos assalariados utilizando os mesmos elementos de trabalho e operando em igualdade de condições.

§1º Para calcular-se inicialmente a produção normal, tomar-se-á como base a produção obtida no estabelecimento considerado, num



reajuste do salário mínimo, tratar-se-ia, para a *companhia*, de intensificar a produção, já agora com a utilização da matéria-prima de melhor qualidade. Se os sindicatos de trabalhadores tivessem que fazer relatórios anuais dirigidos aos seus associados e publicados na imprensa – tal como são obrigados por lei a fazer as companhias por ações aos seus acionistas – talvez pudessem então descrever essa “racionalidade” peculiar dos patrões têxteis na produção, perante a expectativa do salário mínimo incremental, tirando dessa descrição as conseqüências demonstrativas e de denúncia, quanto aos segredos da exploração dos produtores diretos no interior do “laboratório secreto da produção”. A demonstração dessa “racionalidade” patronal peculiar, idealmente contida em relatórios sindicais inexistentes, contrapor-se-ia assim, com mais propriedade e precisão, à descrição simétrica e oposta, contida efetivamente nos relatórios anuais reais da CTP aos seus acionistas, da preconceituosa “irracionalidade” suposta do comportamento dos operários na produção (a suposta “curva reversiva da oferta de trabalho” na versão dos relatórios da CTP de 1944 e 1949; cf. cap. 9).

Mas se a demonstração dessa prática patronal real não se cristaliza em relatórios sindicais inexistentes, ela, no entanto, aparece na resposta prática de resistência dos operários a este “lock-out-tartaruga” disfarçado, resposta esta registrada na imprensa que naquele período noticia as reivindicações dos trabalhadores. Assim, em fevereiro de 1954, as seções de bancos, fiação e enrolador ficaram paralisadas, durante 32 horas, (do dia 23 à noite até o dia

---

*período trimestral anterior ao dia 1º de maio de 1940.*

§2º *A produção normal dos períodos subsequentes será obtida tomando-se como base a que tenha sido alcançada no último trimestre anterior ao respectivo cálculo.*

(grifos meus, cf. circular nº 27 de 1940 do CIFTA-RJ)

Embora esta portaria tenha sido revogada por ato do Ministro do Trabalho de 8 de maio de 1953, mantendo-se apenas o prescrito de que “o empregador é obrigado a assegurar aos seus empregados tarefeiros a realização de tarefas em quantidade e valor tais que lhes permitam atingir ao menos a remuneração correspondente ou superior ao salário mínimo” (interpretação da 7ª JCI do Rio de Janeiro em sua decisão 1.988/53 em que dá razão a reclamações contra a Cia. América Fabril) independentemente da restrição de que dois terços dos operários forneçam a média da produção, o conteúdo daquela portaria volta a ter validade jurisprudencial após julgamento do recurso ordinário 1.504/53 (interposto pela América Fabril), pelo TRT do Rio de Janeiro. Volta novamente a discussão sobre os supostos atentados que sofreria o sistema de salário por tarefa ou por produção por estritas interpretações do art. 78 da CLT, o TRT-RJ dando razão à argumentação dos industriais têxteis sobre a importância da ressalva constante no art. 2º da portaria SCN-328 de 1940, sob a alegação que não é possível “golpear de morte o sistema de salário por tarefa”. Neste reacender do debate sobre o salário mínimo a ser pago no salário por tarefa, em 1953, não é mencionado nem questionado o prazo de três meses anteriores ao novo salário mínimo servindo de base de cálculo para a “produção normal”, tal como dispõe o §2º do art. 2º da portaria de 1940.

(cf. circular nº 104 de 1953 do SIFT-RJ).



26/2/54) por uma greve iniciada pelos *banqueiros* em protesto contra um rebaixamento salarial sob a alegação patronal da falta de algodão. A CTP só introduz na fábrica algodão para 3 ou 4 horas de trabalho, deixando os *banqueiros* parados no restante da jornada de trabalho e não paga o salário-base equivalente às 8 horas de trabalho. Essa prática deliberada é denunciada pelos trabalhadores que desafiam a CTP a demonstrar a falta de algodão no mercado. Além disso, a greve dos *banqueiros* reivindica o adicional de 10% por hora a que têm direito quando trabalham com o péssimo algodão tipo "Mata", e que não está sendo pago. São feitas duas assembléias sindicais com os grevistas, mas há acusações, feitas por operários, de negligência por parte da diretoria do sindicato, diante da presença de policiais na cidade e da ameaça de demissão dos *banqueiros* pela CTP, a qual alega ainda a iminente contratação de 40 *banqueiros* disponíveis das fábricas da Macaxeira e da Torre no Recife. Os *banqueiros* retornam ao trabalho sem uma resolução satisfatória de suas reclamações.<sup>249</sup>

Na assembléia geral extraordinária de 11 de abril de 1954 do sindicato dos operários de Paulista, o presidente do sindicato "Birino" denuncia o *lock-out* parcial da fábrica, parando frequentemente alguns dias da semana sob alegação de falta de material, e acusa diretamente o Comendador Arthur Lundgren. Se esta atitude patronal faz parte de uma tática já habitual de rebaixamento deliberado da tabela salarial futura, quando da decretação do novo salário mínimo, através da diminuição do ritmo da produção, ela se torna mais drástica na expectativa de um novo salário mínimo mais elevado já anunciado por João Goulart. (Apesar de Jango cair do Ministério, depois deste anúncio, a expectativa de brusca elevação do salário mínimo se confirma em maio). Por outro lado, a expectativa da nova mobilização (após outubro de 1952) por parte dos operários depende também do nível de aumento do novo salário mínimo e de sua improvável correta aplicação pela CTP às tabelas salariais dos operários "tarefeiros". Assim, enquanto na assembléia de 11/4/54, são discutidas as formas de pressão adotadas pelos dirigentes sindicais no Distrito Federal para encaminhar a reivindicação de

---

<sup>249</sup> Este episódio é interessante como advertência relativizadora a propósito das notícias sobre os conflitos no interior da fábrica dada mesmo pelos jornais mais favoráveis aos trabalhadores. Assim, a *Folha do Povo* noticia esta greve dos *banqueiros* de fevereiro de 54, como sendo causada: (a) pelo fechamento, por ordem do gerente da seção, de banheiro onde se lavam os operários, (b) pelo roubo de "letras" registradas no relógio da máquina mas não apontadas pelo encarregado de seção, e (c) por um aumento salarial de 10% (F.P. 26 e 28/2/54). Em carta severa à redação do jornal, um grupo de operários critica a *Folha do Povo* por ter sido inexata nas informações, e por não ter dado a notícia na hora certa, durante e não após o desfecho da greve. A carta mostra como a reclamação principal que originou o movimento foi a rebaixa salarial sob a alegação de falta de algodão, e não a água do banheiro, ou o roubo das "letras". A *Folha do Povo* faz "autocrítica" e publica a carta em 5/3/54.

um salário mínimo de Cr\$1.600,00 tanto para a capital quanto para o interior (reivindicada isoladamente pelo representante dos operários, dirigente sindical dos têxteis de Recife, do interior da Comissão do Salário Mínimo de Pernambuco), tentando elevar os níveis do salário mínimo previstos para a região (ou pelo menos para a 1ª e 2ª zonas de salário mínimo de Pernambuco) de Cr\$1.200,00 para Recife e Olinda e Cr\$800,00 para a 2ª zona (onde estão localizadas os municípios com fábricas têxteis); na Assembléia de 2/5/54, já com o novo salário mínimo decretado, os operários mobilizam-se aguardando a sua aplicação efetiva pela CTP às novas tabelas salariais e elegem uma comissão de 3 operários "para ajudar a fiscalizar a atualização da tabela de preços de letras e de peças dos panos" (citação da ata da AGE de 2/5/54, cf. também ata da AGE de 11/4/54<sup>250</sup> e também *Folha do Povo* de 13/4/54). O novo salário mínimo, embora não haja a pretendida equiparação entre Paulista e a 1ª zona do salário (Recife e Olinda), reivindicada formalmente pelos operários de Paulista, durante a posse da seção local do Conselho Consultivo Sindical de Pernambuco (em 20/1/54, cf. *Tribuna Operária* dez/jan 53/54), situa-se afinal acima das expectativas dos operários (Cr\$1.600,00 para a 1ª zona e Cr\$1.200,00 para a 2ª zona onde se inclui Paulista), expectativas estas condicionadas também pela amplitude da reação patronal.

Com efeito, se em escala nacional as entidades patronais entram com um mandato de segurança contra a decretação da nova tabela do salário mínimo – e isto já no contexto da crise política do governo Vargas – ao nível das fábricas de Paulista, a CTP aumenta a velocidade das demissões, além de empenhar-se em nova ofensiva de pressão, junto aos operários estabilizados, para que façam acordos considerados irrisórios.

Diante da ocorrência de novas pressões disciplinares no interior da fábrica<sup>251</sup>, e de um número não habitual de demissões já por conta do aumento salarial decretado – mas ainda não pago pelos patrões em virtude da tramitação do seu recurso judicial contra o novo salário – a derrota do

---

<sup>250</sup> Nesta mesma assembléia, presentes mais de 1.000 operários, são ouvidas colocações de Josué de Castro, convidado para falar sobre o salário mínimo e a fome (ata da AGE de 11/4/54). Neste período, o sindicato de Paulista é considerado um ponto importante de visitação, seja de dirigentes sindicais de outros sindicatos, seja de políticos ou de autoridades governamentais. Após ser destituído do Ministério do Trabalho, em fevereiro de 1954, João Goulart esteve também em visita ao sindicato de Paulista onde falou, antes da decretação do salário mínimo no dia 1º de maio, da necessidade de uma elevação substancial daquele salário. (cf. *Gazeta de Paulista*, abril/maio 1954).

<sup>251</sup> No início de julho de 1954, dois representantes dos operários de Paulista no organismo intersindical "Conselho Consultivo Sindical de Pernambuco", um da Fábrica Velha, outro da Fábrica Aurora, eleitos em assembléia, são suspensos por três dias pela fábrica, provocando pequenas paralisações de seção (nos bancos da Fábrica Velha e na estamperia da Fábrica Aurora), em protesto contra a medida. (cf. *F. do P.*, 6/7/54).

mandato de segurança patronal, decorrente da reafirmação de legalidade do decreto de aumento do salário mínimo pelo Supremo Tribunal Federal, num clima de ameaça de greve geral, veio trazer alegria e dar novo alento à mobilização dos operários de Paulista pela efetiva aplicação do aumento pela CTP. Assim, poucos dias após comparecerem expressivamente ao enterro em Recife do ex-presidente do sindicato Torres Galvão (no dia 5/7/54) – o qual sempre se pronunciou pela obediência estrita à legislação vigente, procurando agir eficientemente por via administrativa – os operários de Paulista preparam-se não somente para a iminência da greve, no caso de incorreção pela CTP no aumento das tabelas de salário, como para a festa comemorativa, quando do pagamento efetivo e correto do novo salário organizada pelo “Departamento Artístico” do sindicato (cf. entrevista do presidente do sindicato “Birino” à *Folha do Povo* de 9/7/54).

Os operários concedem à CTP mais uma semana para que efetue os cálculos das novas tabelas salariais, que afinal são pagas incorretamente na semana que vai do dia 12 ao dia 17 de julho. Alertados desde o final da semana pelos sindicalistas dos erros de cálculo (sistematicamente para baixo) da *companhia*, detectados pelos operários componentes da comissão fiscalizadora, eleita em assembléia, os trabalhadores paralisam as duas fábricas desde a madrugada de 2ª feira, dia 19 de julho, cortando inclusive, conforme a precedente greve de 52, a luz e a água não só da fábrica mas de toda a cidade.<sup>252</sup> Em assembléia declarada “permanente” no sindicato, é formada uma comissão salarial, integrada também pelos membros da diretoria, para reivindicar junto à CTP o aumento, sobre os atuais salários, de 50% para os *diaristas* e 53,3% para os *produtivos*. A CTP contrapropõe, na sua insistência em não repassar integralmente ao conjunto de sua folha salarial o impacto do aumento do salário mínimo, 40% para os *diaristas* e

---

<sup>252</sup>A discriminação operada pela CTP contra a maioria da população da vila operária, inclusive os comerciantes, através da seletividade distributiva do fornecimento de energia elétrica decorrente de sua monopolização pela *companhia*, concentrando tais benefícios na *casa grande* e nos *chalets* dos chefes, em contraste com as casas dos operários e os estabelecimentos comerciais, continua a ser uma fonte de ilegitimidade da dominação da empresa aos olhos de uma “opinião pública” local apoiada nos operários e pequenos comerciantes, com reivindicações urbanas veiculadas por uma efêmera imprensa local:

“A CTP na sua sede de ira e perseguição contra os operários, alega não poder botar luz nas casas dos mesmos, mas segundo fomos informados, a cia. dispõe no momento de uma força elétrica capaz de fornecer luz à casa de todos os seus operários, pois sua força atual é de 4.385 HP assim distribuídos: Turbina F.A. [Fab. Aurora] 2.060 HP, Turbina F.V. [Fábrica Velha] 900 HP, Locomóvel F.V. 125 HP, Motora F.A. 60 HP, Locomóvel F. A. 80 HP, “Matite Plattidi” 180 HP, Motora F.V. 440 HP, estando parada no momento uma força de 1.885 HP.”

(*Tribuna Operária*, fev. 1954, pg. 2)

45% para os *produtivos*. A contraproposta é levada de volta à “assembléia permanente” onde é unanimemente recusada. Diante da continuidade da greve, ao final do mesmo dia, a CTP recua e aceita as reivindicações dos trabalhadores. (F. do P., 21/7/54 e ata da AGE de 19/7/54). Um outro ganho dos operários com esta greve foi a atenuação da “cláusula da assiduidade integral”, pois com o acordo de 19 de julho de 1954, o trabalhador que chegue alguns minutos atrasados à fábrica ao invés de perder o dia e o repouso remunerado, perderá apenas o abono de 50% ou de 53,3% sobre seu salário anterior a julho de 54, para ser pago apenas com o salário mínimo diário. Por outro lado, o trabalhador que justificar sua falta durante um dia da semana não perderá totalmente o repouso remunerado o qual será pago na base do salário mínimo diário. A “cláusula da assiduidade” passa a incidir assim não sobre a totalidade do salário, mas sobre o aumento de 50 ou 53,3% do salário anterior a julho de 54. (cf. ata da AGE de 19/7/54 e F. do P. de 22/7/54).

Esse “golpe na assiduidade” conseguido pelos operários, como o proclama a *Folha do Povo* de 22/7/54, mais uma escaramuça na luta, que se arrasta desde os anos 40, entre os operários e a *companhia* em torno de diferentes concepções sobre a organização da produção, é, juntamente com a pronta rendição da CTP quanto à correta aplicação do aumento do salário mínimo às tabelas salariais por tarefa reivindicada pela greve, o resultado de uma campanha de mobilização indicativa do auge organizativo atingido pelos operários de Paulista. Acumulando sua capacidade de resistência no interior da fábrica às tentativas de reorganização da produção pela CTP, desde 1949, ampliando essas lutas denotativas de uma “microfísica da resistência” na fábrica com a luta pela reconquista do sindicato em 1951 e se integrando à luta conjunta dos têxteis de Pernambuco, que culmina na bem sucedida greve de outubro de 1952, os operários de Paulista prepararam com eficiência sua campanha pela correta aplicação do famoso aumento do salário mínimo de 1954 (associado à crise política de Jango no Ministério do Trabalho em fevereiro e a subsequente crise do governo Vargas) às tabelas salariais por produção. Integrados no conjunto dos sindicatos de trabalhadores têxteis desde 1952, e participando recentemente da organização “paralela” (cf. Weffort, 1972) intersindical CONSINTRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco), os operários de Paulista não deixam de levar adiante suas reivindicações específicas. A preparação e o desenrolar da greve de julho de 1954 – com a prévia eleição em assembléia de uma comissão de fiscalização das tabelas salariais, com a paralisação generalizada e imediata das fábricas e da energia elétrica da cidade e a constituição de uma assembléia sindical “permanente”, enquanto uma comissão negocia com a CTP – deixariam com inveja ou orgulho o operário “ativista” José Alves em suas considerações “auto-críticas” e recomendações feitas em janeiro de 1952 ao recém-findo movimento reivindicativo pelo abono de Natal iniciado em

Paulista em dezembro de 1951 (cf. supra). A própria constituição da comissão de fiscalização das tabelas salariais, composta de operários experientes, eleita em assembléia, vem capitalizar em eficiência sindical nas negociações com a CTP, um conhecimento mais disseminado entre os operários sobre os constantes roubos cometidos contra o salário por produção que alimentam a continuidade da luta de classes na produção. (Sobre a recorrência do conflito no interior da produção ocasionado pela disputa em torno do salário por produção, ver, para além da indústria têxtil, a descrição da luta no estabelecimento e no pagamento das tarefas em outros setores produtivos como a agricultura canavieira, cf. Sigaud, 1980 págs. 42-43 e Palmeira, 1979, págs. 46-49, ou como a mineração, cf. Dennis, Henrique & Slaughter, 1969, cap. II e III). Assim enfatiza tal conhecimento disseminado entre os operários contra o roubo no salário dos trabalhadores ganhando por produção a cada aumento do salário mínimo, este ex-operário que participou da comissão de fiscalização das tabelas salariais em julho de 1954:

*"Quando vinha um aumento de salário dado pelo governo, o percentual daquele salário [o percentual de aumento] tinha que ser adicionado no preço unitário de peças. E quando eles chutavam, já tinha algumas pessoas esclarecidas que conhecia. Porque digamos, o diarista já sabia como lidar com esse problema, né, se ganhasse por hora, com tantos por cento, ele sabe quanto tem que receber. Mas o produtivo não, o produtivo tinha que fazer o cálculo do percentual, o produtivo ganha mais que o mínimo, né, o cálculo era feito pra adicionar aquele percentual de aumento de 10%, 20% e 30%, que fosse, adicional sobre um preço unitário das peças. Lá [na CTP] tinha uma seção de estatística, especializada pra fazer esses cálculos. E o operário também acompanhava isso. Quando a companhia enrolava, porque tinha que botar 30% e botava 25% ou botava 18, a turma chiava. Aí havia o choque. Tá certo, tá errado, tá certo, tá errado, porque tinha gente que entendia do troço: 'Não, tantos por cento, tinha que aumentar tanto por peça.'. Aí ia pro sindicato, o sindicato reclamava, eles não entendiam, aí ia pra junta de conciliação, e às vezes, saía greve. Eu já funcionei como perito várias vezes sobre essas questões de salário, né. E se ganhava a questão. Houve um certo aumento de 53,3%, em 1954, que foi um famoso. Eu fiz parte dessa comissão de salário, né."*

*(ex-contramestre de tecelagem)*

Organizados, previamente à deflagração da greve, e municiados de levantamentos estatísticos feitos pela comissão sindical de fiscalização das tabelas salariais, os operários permanecem mobilizados após a retomada do trabalho, prevendo a reconvocação da "assembléia permanente", caso o pagamento dos salários não incorporasse os aumentos de 50% (para os *diaristas classificados*) e 53,3% (para os *produtivos*). E de fato, 24 horas depois da retomada do trabalho, com o amanhecer do primeiro dia de pagamento após o acordo, nova greve paralisa as duas fábricas diante da

incorreção dos cálculos salariais relativos aos operários da Fábrica Velha (onde se concentram os operários *produtivos*), enquanto na Fábrica Aurora (tendo a maioria de operários *diaristas classificados*) o acordo salarial é cumprido. Permanecendo parados dentro das fábricas, os operários ficam de sobreaviso para a convocação de nova assembléia no sindicato, enquanto a diretoria sindical e a comissão de salários dirige-se aos escritórios da fábrica. O chamamento combinado para o afluxo dos operários à assembléia no sindicato é feito através de “foguetões”, denotando o entusiasmo dos operários – à maneira do movimento reivindicatório pelas 8 horas de trabalho levado a efeito no período do 1º sindicato operário, o de “Roberto do Diabo”, em 1932. (cf. cap. 7) – entusiasmo e alegria tanto maiores, transbordando da assembléia para as comemorações nas ruas da cidade, quando os trabalhadores ouvem, em assembléia, o relato da comissão de salários, informando que a CTP reconhecia os erros de cálculo cometidos na tabela salarial dos *produtivos*. (F. do P., 22/7/54).

Aceitando a contragosto, diante da força de seus operários mobilizados, o pagamento do aumento de sua folha salarial resultante do reajuste “generoso” do salário mínimo de julho de 1954, a CTP procura diminuir os efeitos de tal aumento tanto com as formas habituais de “compressão de custos relativos à mão-de-obra” quanto com novas modalidades. As formas habituais referem-se a: (1) o pagamento do aumento dando-se sob a forma de *abono*, facilitando-se a sua supressão quando da desobediência à “assiduidade integral”, quando das férias ou para efeitos de aposentadoria; (2) o aumento da rotatividade da mão-de-obra, havendo a substituição de operários antigos por operários inexperientes; (3) rebaixamento do preço unitário da *letra* (medida da produção realizada por um operário em um turno de trabalho através do relógio acoplado à máquina) e através da mudança artificial de títulos e nomes de fios e tecidos fabricados, atribuindo à administração fabril preços inferiores a fios e tecidos de fato semelhantes embora nominalmente diferentes; (4) não pagamento do “salário-base” isto é, o salário mínimo, para o trabalhador que não alcance o mínimo de “eficiência” nas seções regidas pelo salário por produção, os quais recebem abaixo do mínimo. E as novas modalidades de atenuação do aumento salarial referem-se à pressão produtivista sobre os operários como a que ocorre com os da seção de tecelagem para que passem a trabalhar com 4 máquinas ao invés de 2, dando margem à demissão dos operários sobrantes. (F. do P., 20/10/54).

Queixando-se publicamente dos efeitos desta elevação de sua folha de salários, resultante da greve de julho de 1954, ainda em 1955 e 1956<sup>253</sup>, a

---

253 “A situação geral dos negócios ainda não registra perspectivas lisonjeiras para o próximo futuro, devido ao aumento considerável dos custos de produção, causados pela elevação drástica dos níveis do salário mínimo decretado pelo Governo, e ao surto inflacionário geral existente no país.” (Relatório anual de 1956 da CTP aos acionistas, relatório que cobre o período julho de 1955 a julho



CTP oferecerá maior resistência, quando de movimento reivindicatório similar ao de 1954, desenvolvido por seus trabalhadores culminando com a greve de setembro de 1956.

Desde o segundo semestre de 1955, os operários de Paulista vêm reivindicando não apenas a incorporação do abono de 50%, resultante da greve de julho de 1954, ao salário; não apenas o pagamento do "salário-base" (salário mínimo) aos trabalhadores novatos, que substituíram demitidos e indenizados experientes, e que não alcançam a "eficiência" mínima exigida na produção, assim como também a tradicional reivindicação da "abolição da assiduidade integral"; mas propõem ainda um aumento escalonado por faixas salariais à CTP (aumento de 60% para quem ganha salário mínimo, então de Cr\$1.200,00; de 50% para quem ganha entre Cr\$1.201,00 e Cr\$2.000,00; de 40% para a faixa salarial entre Cr\$2.001,00 e Cr\$3.000,00 e de 30% para os que ganham mais de Cr\$3.000,00). Neste período, o sindicato de Paulista parece estar mais ativo que o próprio sindicato dos têxteis de Recife, atraindo para suas assembléias os dirigentes sindicais das outras "categorias" têxteis do Estado. (cf. F. do P. de 6/9/55 e 30/11/55). Como as propostas reivindicatórias dos diferentes sindicatos de operários têxteis ao sindicato patronal são por ele rejeitadas, aqueles sindicatos operários firmam novo "pacto de atuação conjunta", como em 1952, aprovando em seguida um memorial de 15 reivindicações básicas. Partindo de campanhas salariais separadas, iniciadas pelos sindicatos de Paulista, Recife e Moreno, a mobilização dos têxteis em 1956 funde-se numa campanha salarial unificada, cuja reivindicação principal é um aumento salarial de 80%.

Como em 1952, os sindicatos de trabalhadores têxteis entram com o pedido de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, acompanhando a tramitação do processo com uma mobilização crescente. Na última audiência de conciliação em 3/4/56, os patrões negam a proposta intermediária feita pelo presidente do TRT de um aumento salarial de 40%, proposta esta que antecipa de certa forma o julgamento do dissídio do dia 27/4: o tribunal decide então por unanimidade, na presença de uma multidão de operários, julgar favoravelmente um aumento de 40% para os operários têxteis, calculados à base dos salários de 1953, e computados todos os aumentos concedidos pelos patrões entre 1953 e 1956. Esta decisão é válida para Recife, não sendo imediatamente julgados os dissídios relativos aos sindicatos dos municípios do interior. O centro da mobilização dos operários passa então para o sindicato de Recife, tendo como reivindicação o cumpri-

---

de 1956, a elevação de salário mínimo referida neste relatório é a de 1954, pois o próximo aumento de salário mínimo é em agosto de 1956). Apesar desta lamentação o mesmo relatório da CTP registra a distribuição de dividendos no valor de 12 milhões de cruzeiros naquele ano comercial. (Depois dos "anos de ouro" entre 1938 e 1946, há indicações aparentes de boa lucratividade nos relatórios de 1948 e 1956).

mento da decisão do TRT. Os patrões recorrem ao TST e, enquanto isto, não pagam o aumento aos seus operários na expectativa que o Tribunal Superior lhes seja mais favorável. Alegando ser o aumento salarial de 40% "altamente prejudicial à economia pernambucana e nordestina", o presidente do sindicato patronal têxtil declara à imprensa ser suficiente a majoração salarial a ser realizada quando do próximo aumento do salário mínimo em fase de estudos. (*Jornal Pequeno*, 6/7/1956).

No início de julho, a mobilização dos trabalhadores atinge o auge, impacientes com a protelação patronal ao cumprimento da decisão do TRT tomada desde o final de abril: a preparação para a greve aponta para o seu próximo desencadeamento em assembléia marcada para o dia 9 de julho. Enquanto isto, setores patronais procuram, com o objetivo de auferir as vantagens indiretas que lhes advêm de um clima político autoritário que atinja setores do movimento operário, estimular a política repressiva vigente no governo Cordeiro de Farias. Assim, o jornal que ocupa a posição mais à direita do espectro conservador da grande imprensa do Recife, o *Jornal Pequeno*, abre espaço para as intenções destes setores patronais:

*"Denunciamos (...) a infiltração de comunistas e agitadores contumazes no seio de classe dos trabalhadores têxteis do Estado. Aproveitando o movimento pacífico e ordeiro dos que militam nesse setor de atividades, movimento este que visa ao cumprimento de uma disposição legal, os inimigos do bem comum vêm insuflando os tecelões a não aceitarem qualquer proposta da classe patronal, sob a alegação de que há necessidade de reação contra a burguesia. (...) A estas horas, estamos informados de que a polícia redobrou sua vigilância sobre essa classe de pugnadores da desordem e do sossego públicos. Os proprietários dos estabelecimentos têxteis do Estado, por sua vez, mostram-se dispostos a procurar os meios necessários a uma solução lógica para as duas partes. (...) Acredita-se que os trabalhadores não chegarão a tomar a atitude extrema [a greve a ser desencadeada dia 9 de julho] que redundaria em ponderáveis prejuízos para eles próprios, para os patrões e para a própria economia do Estado, tendo em vista a boa vontade a que está dominada a classe patronal em solucionar o impasse. [A seguir, a notícia cita declaração do presidente do sindicato patronal proclamando a ilegalidade da 'projetada greve dos tecelões', pois 'a questão do aumento salarial se encontra ainda sob a pendência do Tribunal Superior do Trabalho']"*

(*Jornal Pequeno*, 6/7/56).

Não somente a pretendida ilegalidade da futura greve é um blefe, como o é a "ameaça comunista". A ilegalidade de uma greve de trabalhadores que não espere por julgamento de recurso patronal ao TST não encontra amparo explícito no decreto-lei 9.070 de 15/3/1946, a "lei de greve" de então. Aquele decreto menciona simplesmente "o Tribunal do Trabalho" (nos seus artigos 6º, 7º e 8º) como a instância em relação à qual as partes devem obedecer à "sentença normativa", e o TRT encontra-se aí enquadrado, enquanto o art. 12º assinala que "os recursos cabíveis dos julgamentos proferidos por

Tribunais do Trabalho, em dissídio coletivo, não terão efeito suspensivo". Em contraposição, os empresários têxteis não cumprem a decisão do TRT pois confiam na tradição das decisões do TST de serem mais favoráveis aos patrões e não querem perder as diferenças salariais pagas decorrentes de decisão do TRT, depois reformada pelo TST, estando protegidos os trabalhadores pelo mesmo art. 12º: "o provimento do recurso não importará em restituição de salários já pagos." As ambigüidades e lacunas dos textos legais, no entanto, dependem de interpretações que não são imunes à pressão política. Daí a utilização do segundo blefe da notícia do *Jornal Pequeno*, a "ameaça comunista".

A "ameaça comunista" proclamada pelo *Jornal Pequeno* constitui-se num blefe a tomar-se retrospectivamente informações das próprias fontes da polícia estadual, da mesma administração Cordeiro de Farias, com a qual parece ter tanta intimidade aquele jornal. Pois, segundo o relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, "Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco" (1958, apresentado à 2ª Conferência Nacional de Polícia), a polícia estadual teria destruído o "Comitê Regional" do Partido Comunista em Pernambuco, assim como diversos "Comitês de Empresa" desde a "diligência policial" do dia 6 de janeiro de 1956, tendo ainda no dia 4 de maio de 1956 "desarticula [do] tudo o que restava da organização comunista em Pernambuco, destruindo Comitês Distritais da capital, Comitês de Zonas, inclusive os do interior do Estado" (pg. 18 do referido relatório). Essa atividade repressiva atinge os "ativistas sindicais" têxteis diretamente vinculados à estrutura organizativa do PC.<sup>254</sup> A *Folha do Povo* de 28/2/1956 registra a prisão de militantes sindicais têxteis em Paulista "pela polícia de Cordeiro de Farias", após episódios semelhantes em Moreno e Camaragibe. Em Paulista, teriam sido presas 15 pessoas (contra 8 em Macacheira, 8 em Camaragibe, 13 na Fábrica da Torre, 8 em Moreno e 44 na Pernambuco Tramways), segundo informe interno do PC divulgado entre fevereiro e abril e transcrito no relatório da polícia publicado em 1958,

---

<sup>254</sup> "Com a prisão de vários militantes-dirigentes do Comitê Regional, bem como em face da vasta documentação apreendida, uma nova orientação aos nossos trabalhos foi dada, permitindo uma repressão mais eficiente nos organismos subordinados àquele Comitê. Descemos, assim, às organizações de massa (organizações de base e comitês de empresas) - verdadeiros alicerces onde o Partido constrói o seu edifício - razão pela qual tais organismos mereceram nossa maior atenção. Inicialmente, desarticulamos a Comissão Sindical, que tinha como finalidade dirigir o Partido no seio dos operários sindicalizados, detendo e tomando por termos as declarações de todos os seus componentes. Atingimos, depois, vários Comitês de Empresas, tais como o das fábricas de tecidos de Moreno, Camaragibe, Torre, Macacheira, Paulista, e os Comitês Distritais de Casa Amarela, do Porto, do Centro e a Organização de Base dos Transviários entre outros." (pg. 26 do referido relatório). Agradeço aqui a Alfredo Wagner B. de Almeida a indicação e localização desta fonte de dados. Cf. também Almeida, 1983, pg. 35-46.

desarticulando as 6 "bases" do "Comitê de Empresa da CTP" dispostas no organograma daquilo que seria "a organização do Partido na posição em que estava em 1955, época do seu maior apogeu", caprichosamente reconstituído e mapeado entre as páginas 24 e 25 daquele relatório (contra 4 "bases" da Torre, 5 na Macacheira, 4 em Camaragibe, 5 em Moreno).<sup>255</sup>

O alarme contra a "infiltração de comunistas e agitadores", propalada pelo *Jornal Pequeno*, ou menospreza os feitos e méritos da polícia estadual em suas "diligências" bem sucedidas ou é fruto do temor maior talvez mais sensato, de que "comunistas locais", acidentalmente cortados das correias de transmissão de "tarefas" programadas no "Comitê Regional" ou no "Comitê Central", tenham efetivamente "a iniciativa de dirigirem seus próprios destinos" (cf. nota 255) e poderem assim encarnarem-se nos trabalhadores comuns e nas suas reivindicações, tornando cada tecelão, aos olhos patronais ou pelo menos aos olhos pequenos do *Jornal Pequeno*, um "agitador" potencial.<sup>256</sup> Por outro lado, no episódio da ameaça de greve, estes temores dissipam-se parcialmente com a intermediação de um emissário do Ministério do Trabalho conseguindo tanto que os industriais paguem já 20% de aumento salarial enquanto esperam a decisão do TST quanto que os operários aceitem este regateio patronal, a greve programada não se efetivando. (F. do P., 7/7/56)

No dia 14 de julho (em homenagem à inspiração democrática da Revolução Francesa?) é decretado o aumento do salário mínimo, a vigorar a

---

<sup>255</sup>O relatório de polícia dá tanta importância às suas "diligências policiais" que propõe uma periodização da história do PC em Pernambuco onde o dia 6 de janeiro de 1956 ocupa lugar de destaque: "a) antes de 1935; b) de 1936 a 1945; c) período de legalidade; d) da cassação do registro do PC até 6 de janeiro de 1956; e) fase atual". A "fase atual" caracterizar-se-ia pelo fato de que "o Comitê Central cortou suas ligações com o Estado de Pernambuco [por razões de segurança], deixando aos comunistas locais a iniciativa de dirigirem seus próprios destinos", e pelas "tentativas de reestruturação para a fase eleitoral que se aproxima" (onde o relatório não deixa de criticar o documento da frente de oposições de abril de 1958 contendo a assinatura de Davi Capistrano do PCB; cf. pgs. 12, 18 e 19 do relatório e cf. "nota" da 1ª reunião das forças de oposição unidas de Pernambuco", abril de 1958, in Soares, 1982, pgs. 67-68).

<sup>256</sup>De resto, esta tentativa de reedição dos efeitos "pacificadores" favoráveis e rentáveis às indústrias têxteis que produziu o ambiente repressivo dos anos 1949 e 1950 - quando Paulista tornou-se uma "praça de guerra" pela polícia estadual, por ocasião da tentativa de uma simples assembléia num sindicato sob intervenção (cf. supra) - é de difícil efetivação em face de um movimento sindical com certa liberdade de ação, de vitórias eleitorais de coligações de esquerda na prefeitura do Recife (Pelópidas Silveira) e de outros municípios (como Paulista, com a chapa José Firmino da Veiga e "Birino" como vice-prefeito apoiada pelo MNPT, cf. nota 110, Parte II, cap. 5 e cf. parte IV) no final de 1955, e do ambiente político nacional de "equilíbrio instável" (Benevides, 1976, pg. 47) porém mais liberal a partir da posse de Kubitschek na presidência no início de 1956.

partir de 1º de agosto, passando o salário de Recife para Cr\$2.700,00 (um aumento de 60%) e o da 2ª zona para Cr\$2.200,00 (um aumento de 83%). As fábricas do Recife pagam, a partir de agosto, os níveis salariais correspondentes ao novo salário mínimo procurando desanuviar assim o ambiente de ameaça de greve. E finalmente, nos últimos dias de agosto, o TST julga procedente o aumento salarial dos têxteis, abaixando-o no entanto, em relação à decisão do TRT, de 40% para 30%. Diante da promessa patronal de acatamento a esta decisão, os operários consideram-se vitoriosos (cf. Folha do Povo, 29/08/1956), pois pelo menos ao argumento do recurso ao TST não podem mais recorrer os patrões.

No entanto, no último dia de agosto desencadeia-se uma greve em Paulista que paralisa completamente as duas fábricas têxteis da cidade. Segundo indicam os dados disponíveis, a greve é novamente motivada – como a de julho de 1954 – pela incorreção premeditada nos cálculos de transformação do aumento do salário mínimo *por tempo*, no aumento correspondente na tabela salarial que rege o pagamento dos operários que ganham *por produção*. Como vimos no capítulo 9, esses cálculos não são simples e estão condicionados ao controle que tem a administração fabril sobre o funcionamento do seu “laboratório secreto da produção”<sup>257</sup>. Tais cálculos ainda se complicam pois são feitos separadamente para cada tipo de algodão, fio ou tecido nas tabelas salariais para banqueiros, fiandeiros e tecelões. Os operários já tinham tomado a iniciativa de tentarem acompanhar

---

<sup>257</sup> Assim enuncia o CIFTA-RJ em 1940 os procedimentos de cálculos necessários à transformação do salário mínimo por tempo para a tabela salarial por produção regendo a remuneração dos diversos profissionais, de diversos setores, pagos por produção:

“Para se saber qual o salário mínimo por unidade produzida, deverá a fábrica: 1º) relacionar as quantidades de unidades de tarefas produzidas por toda a turma de tarefeiros e empreiteiros que utilizem os mesmos elementos de trabalho e operem em igualdade de condições; 2º) destacar a quantidade de unidades de tarefa produzidas por 2/3 dos tarefeiros que tenham alcançado maior produção; 3º) verificar a média diária de unidades produzidas para um dos operários que compõem o grupo dos 2/3 dos tarefeiros que tenham alcançado maior produção; 4º) dividindo o salário mínimo diário da respectiva localidade pela média diária de unidade produzidas por operários nos 2/3 de tarefeiros que tenham alcançado maior produção se encontrará o valor de salário mínimo por unidade de tarefa.”

(Anexo à Circular 27/1940, de 18/07/1940 do CIFTA-RJ aos seu associados, in arquivo CIFTA)

Tais recomendações, necessárias para o cálculo feito pela primeira vez do “salário mínimo por unidade produzida” quando da introdução do salário mínimo em 1940, continuam necessárias a cada aumento do salário mínimo, na medida em que a produção a ser levada em consideração nos cálculos é a produção efetivamente medida no trimestre anterior à data do aumento do salário mínimo, segundo as recomendações da portaria SCM-328 de 15 de julho de 1940 (cf. nota 248 neste capítulo).

de perto estes cálculos com uma comissão de fiscalização, eleita em assembléia em julho de 1954, e constituída de mestres e contramestres "peritos", e portanto estavam atentos também aos pagamentos subseqüentes à entrada em vigência do novo salário mínimo, desde agosto de 1956.

Segundo a versão da *Folha do Povo*, o motivo da greve é o fato de a CTP, "embora pague o correspondente ao aumento do salário mínimo aos operários *diaristas*, não faz o reajustamento nas seções que trabalham por produção". Depois de vários "entendimentos infrutíferos do sindicato com a CTP" no mês de agosto, os operários paralisam o trabalho na 6ª feira, dia 31 de agosto, inclusive a usina elétrica da fábrica interrompendo o fornecimento de luz elétrica e água à cidade, e se constituem em "assembléia permanente". (*Folha do Povo*, 02/09/1956). Embora as versões do desenrolar da greve, e em particular dos seus motivos, veiculadas pela *Folha da Manhã* e pelo *Jornal do Comércio* sejam diferentes, no entanto, elas parecem confirmar indiretamente a versão da *Folha do Povo*. Assim, as informações contidas na notícia da *Folha da Manhã* parecem indicar que a CTP vem pagando o aumento do salário mínimo na proporção do seu aumento na 1ª zona (que foi de aproximadamente 60% menor que na 2ª zona), e não na proporção da 2ª zona (83%), embora a notícia faça menção à decisão judicial sobre o dissídio dos têxteis.<sup>258</sup> Enquanto isso, o *Jornal do Comércio*, defendendo o ponto de vista patronal, parece procurar induzir o leitor a entender que os operários querem um aumento de 83% *acima* do salário mínimo, mas indiretamente fornece elementos de confirmação do não pagamento do aumento integral do salário mínimo pela CTP, ao informar ser atendido pedido de fiscalização trabalhista na fábrica pelo sindicato.<sup>259</sup>

---

<sup>258</sup>"Na manhã de anteontem, eclodiu na cidade industrial de Paulista um movimento paredista envolvendo cerca de 5 mil operários [a *Folha do Povo* fala em 6 mil operários] têxteis daquela cidade, sob a alegação de que os empregadores só lhes estão pagando 63% sobre os salários anteriores ao dissídio, contrariando assim uma determinação da Justiça que proporcionou um aumento maciço de 83%." (*Folha da Manhã*, 2/9/56, "Greve Operária em Paulista deixa a cidade sem luz"). Em notícia subseqüente, a *Folha da Manhã* volta a assinalar a vinculação entre o motivo da greve a uma decisão judicial: "... greve ... em sinal de protesto contra os patrões que não estavam cumprindo uma decisão da Justiça do Trabalho". (*Folha da Manhã*, 4/9/56). No entanto, a decisão judicial recentemente havida, do TST julgando o aumento salarial dos têxteis e o estabelecendo em 30%, não parece estar sendo no momento da greve exigido pelos operários a tomar-se a sua reivindicação de 83% de aumento, que é apenas a proporção do aumento do salário mínimo. A hipótese da CTP já ter pago o aumento de 30%, decorrente da sentença do TST, é improcedente na medida que somente em meados de setembro o sindicato patronal têxtil em Pernambuco assume o compromisso de pagá-los aos operários perante o delegado regional do trabalho (F. do P., 12/9/56).

<sup>259</sup>"Com o objetivo de conseguir um aumento de 83% sobre os seus salários, declararam-se em greve os tecelões de Paulista. A diretoria da CTP, entretanto,



Ameaçando perante a "opinião pública" os operários de Paulista com a consideração de *ilegalidade* da greve e possíveis conseqüências na boa tradição da CTP de 1932, com a hecatombe da demissão em massa sem indenização, aos redatores do *Jornal do Comércio* não é dado o lazer de fazer as contas do aumento do antigo salário mínimo para o novo (de Cr\$1.200,00 para Cr\$2.200,00 em Paulista, isto é, um aumento de 83%) e inferir que a reivindicação dos operários visa simplesmente aplicar a regulamentação implícita do decreto de aumento do salário mínimo às tabelas salariais *por produção*, mantendo-as próximas à proporção do aumento do salário mínimo *por tempo* e fazendo o valor absoluto de sua remuneração acompanhar de perto o valor monetário do novo salário mínimo (pois o "leque salarial" dos operários *produtivos* efetivamente não se distancia do salário mínimo, ainda mais com a manipulação exercida pela administração sobre a qualidade da matéria-prima e o conseqüente rebaixamento salarial por produção, feita de forma intermitente).

Apesar da mobilização dos operários e das alternativas de repressão embutidas como possibilidade no desenrolar da greve, a mediação do delegado regional do trabalho é aceita pelos operários e pela CTP, após 4 dias de greve: os operários concordam em voltar ao trabalho com a constituição de uma comissão composta de operários designados pelo sindicato e membros da administração da CTP para estudarem as tabelas salariais de acordo com o novo decreto do salário mínimo, dentro de 3 a 4 dias, na sede da DRT. Além da correta aplicação do aumento do salário mínimo às tabelas salariais na

---

julga que não é possível o pagamento de um aumento naquela proporção. Diz que está pagando o salário mínimo desde o dia 1º de agosto [só aos diaristas, segundo a Folha do Povo] e que além disso, deu um aumento aos operários e funcionários que já recebiam salários superiores ao mínimo, tendo adotado para isto uma tabela proporcional [mas proporção esta inferior à proporção do aumento do salário mínimo, isto é, 63% ao invés de 83%, segundo os dados da Folha da Manhã]. O sindicato, todavia, em reunião julgou que o aumento dado aos que ganham acima do mínimo deveria ser 83%. A fim de defender esse ponto de vista, realizou várias assembleias, os operários que compareceram concordaram em pleitear o aumento sugerido pelo sindicato alegando o encarecimento das utilidades. Aliás, antes desse movimento, o sindicato havia pedido que a Delegacia Regional do Trabalho fizesse uma fiscalização nas fábricas de Paulista, a fim de verificar se estava sendo cumprido ali o novo decreto presidencial sobre o salário mínimo. Segundo informações de elementos ligados àquelas fábricas [certamente da administração patronal], quando foi iniciada a fiscalização da DRT, os operários entraram em greve, tentando inclusive paralisar as máquinas de força e luz que servem a toda a cidade. Por esse motivo, a greve dos trabalhadores de Paulista é considerada ilegal. Possivelmente, será dado um prazo de 48 horas para os operários voltarem ao trabalho. Caso contrário, a direção daquelas fábricas demitiriam todos os grevistas sem indenização. Espera-se, no entanto, que os entendimentos que estão sendo promovidos pelas autoridades, diretores da CTP e o sindicato dos grevistas conduzam a uma conciliação entre as partes em litígio."

(*Jornal do Comércio*, 2/9/56)

base de 83% de aumento, os operários reivindicam a não demissão de operários por motivo da greve e o pagamento dos dias parados. (*Folha do Povo, Folha da Manhã e Jornal do Comércio* de 4/9/56).

Termina vitoriosa a greve dos operários de Paulista de setembro de 1956, incentivando a preparação da greve no sindicato do Recife, diante da protelação patronal no pagamento do aumento de 30% decidido pelo TST. Em meados de julho, no entanto, essa ameaça de greve se dilui com o compromisso assumido pelos patrões na DRT de pagarem o aumento (F. do P., 12/9/56).

Em 1957, novamente os operários de Paulista entram em greve sozinhos. Ao contrário, no entanto, das relativamente bem sucedidas greves de 1954 e 1956, a greve de 1957 evidencia, apesar do entusiasmo e da mobilização dos operários, sinais de esgotamento e limitações ao desenvolvimento do seu movimento social continuamente crescente desde 1949.

Nos primeiros meses de 1957, a CTP passa a pagar seus operários segundo uma periodicidade quinzenal, ao invés do tradicional pagamento semanal.<sup>260</sup> No primeiro sábado de abril, os operários da "Fábrica Aurora" – até então a maioria dos movimentos grevistas iniciava-se na "Fábrica Velha", sob a hegemonia dos operários *produtivos* e particularmente dos *banqueiros* – paralisam totalmente aquela fábrica, seguida da adesão de algumas seções da "Fábrica Velha. Os operários constituem-se em "assembléia permanente" no sindicato, reivindicando a volta à periodicidade semanal no pagamento de salários, mas ao contrário das greves anteriores, de 1952, 1954 e 1956, não paralisam o fornecimento de energia elétrica e água à cidade.

Em discussões entre os operários, no sindicato, por ocasião da greve de 1952, um dos argumentos favoráveis à paralisação do fornecimento de energia elétrica – além de dar maior impacto e notoriedade à greve e evidenciar os privilégios na distribuição de luz e água às casas dos chefes, "punindo-os" – era que assim o "Comendador Arthur não poderia mandar tocar o apito das fábricas", o que poderia levar uma parte dos operários a comparecer ao trabalho. Fundado na preocupação com a interiorização da assiduidade, da disciplina e da compulsão ao trabalho que os apitos da fábrica sonoramente simbolizam na vida dos operários de Paulista, aquele receio

---

<sup>260</sup> Após discussões na Câmara Municipal sobre os efeitos desta medida não somente sobre o orçamento doméstico das famílias dos operários da CTP, mas também sobre a feira semanal e o comércio local, um vereador do partido majoritário (o PSD) queixa-se formalmente à DRT contra esta mudança no modo de pagamento da *companhia*, ao mesmo tempo em que envia apelos aos diretores da CTP e ao "Comendador [Arthur] Lundgren" para que revejam este procedimento. (*Folha da Manhã*, 3/3/57). Em 7/4/57, o correspondente local da *Folha da Manhã* volta a insistir no "lado humanitário" provocado pela medida que "veio causar grandes prejuízos, abalando completamente a economia da família operária, já acostumada a fazer sua 'feirinha' aos sábados e pagar ao 'gringo' da prestação aos domingos."

“vanguardista” de conotação “blanquista” dos “ativistas” sindicais locais dissipa-se na greve de 1957: os insistentes apitos das fábricas não são atendidos, contrastando no seu estardalhaço sonoro com o silêncio das fábricas totalmente paralisadas e vazias (F. do P., 12/4/57).

Diante da insensibilidade da CTP à abertura de negociações com seus operários em greve, uma comissão de operários liderada pelo presidente do sindicato Birino e pelo prefeito Firmino da Veiga (do qual Birino é vice-prefeito), em audiência com o governador Cordeiro de Farias, pede a mediação do governo estadual, que se efetiva pelo envio de um Secretário de Governo a Paulista para tentar um acordo entre “as partes”. Depois de 8 horas de reunião de negociações, o Secretário de Governo anuncia à imprensa, já no Palácio do Governo, em Recife, “uma fórmula conciliatória, aceita imediatamente pela direção da CTP, mas sujeita à aprovação da assembléia geral dos trabalhadores que se realizaria à noite.” (F. da Manhã, 14/4/57). “Birino” começa a desgastar-se na assembléia por ter aceito a ela submeter proposta considerada inaceitável (mesmo que o tenha feito taticamente), unanimemente rejeitada.<sup>261</sup> Além da ambigüidade do 2º ponto da “fórmula conciliatória”, o 1º ponto, aceitando a demissão de operários grevistas e ainda por cima pagando a CTP parte da indenização devida com um inédito “empréstimo” do sindicato, é repudiado na “assembléia permanente”.

A volta ao trabalho se dá, no entanto, poucos dias depois, mantendo-se basicamente as condições contidas na “fórmula conciliatória” anterior, conforme deduz-se da seqüência de notícias da *Folha do Povo* posterior à greve. Enquanto isso, a *Folha da Manhã* fornece informações sobre a movimentação dos negociadores para o fim da greve, mas pouco esclarece sobre os pontos “do acordo honroso” afinal aceito pela assembléia dos operários:

*“Voltou o Dr. Guedes [Secretário do Governo], a Paulista já agora autorizado pelo governador para dar uma solução de qualquer maneira. O mediador oficial juntamente com o Prefeito, um fiscal do Ministério do Trabalho, o Promotor Público da comarca, mantiveram, durante todo o dia e parte da noite da 5. feira última contacto direto com o próprio Comendador Arthur Lundgren, diretores e advogados da CTP, chegando felizmente a um acordo honroso para ambas as partes, pondo término à mais demorada greve já havida na ‘Cidade das Chaminés’*

<sup>261</sup> A “fórmula conciliatória” é assim transcrita na *Folha da Manhã* de 11/4/57: “1º) Demissão amigável da CTP [sic] de 24 tecelões (líderes da greve) mediante indenização à base de 70% sobre os salários e tempo de serviço, cabendo à empresa entrar com 40% e o órgão de classe com 30% [sic]; 2º) Pagamento semanal aos operários da ‘Fábrica Velha’ e aos das seções da ‘Fábrica Aurora’, ficando os salários sendo pagos duas vezes por mês aos das demais seções ou àqueles que desejarem receber por esta fórmula; 3º) qualquer modificação futura, na forma de pagamento do salário, somente será feita, depois de entendimentos entre as duas partes.”

[greve de 8 dias; a de 1952 teria durado 7 dias, acompanhando a greve geral dos tecelões de Pernambuco, as de julho de 1951, julho de 1954 e setembro de 1956 não passaram de 4 dias; há, no entanto, mais uma vez o esquecimento sistemático das greves de 1932]. Levada a proposta à Assembléia Geral, que, em virtude do grande número de operários não foi realizada na praça pública, interrompendo completamente o trânsito, foi a mesma demoradamente aplaudida pela multidão. Agradecendo às atenções e a compreensão de ambas as partes falou o secretário Guedes. Ainda usaram da palavra, congratulando-se com os trabalhadores e elogiando a disciplina mantida durante a 'paredê', o prefeito Firmino da Veiga, o sr. Severino Afonso de Oliveira [Birino] e o Dr. Góes [Promotor da comarca]" (Folha da Manhã, 14/4/57).

Provavelmente, no acordo que finalizou o movimento grevista, foi retirado o "empréstimo" ou "doação" do sindicato à CTP para que esta indenizasse os 24 operários demitidos, "recuando" a CTP ao admitir "custear" tal pagamento à base de Cr\$ 2.000,00 (o salário mínimo de então sendo Cr\$ 2.200,00) por cada ano de serviço daqueles operários (que no caso de alguns deles, chega a quase 30 anos). A aceitação da demissão daqueles trabalhadores provoca, no entanto, um sentimento de derrota nos demais operários, tanto mais que permanece a cláusula ambígua no acordo dando margem ao pagamento quinzenal a uma parcela de operários que pode aumentar com pressões da *companhia*, anulando progressivamente o pagamento semanal pelo qual lutaram. (F. do P., 13/4/57).

Cabe aqui, após esta greve de 57, ao final deste ciclo de greves da década de 50, fazer uma pequena digressão sobre as discussões entre os próprios trabalhadores, em seus relatos retrospectivos, sobre o suposto grupo profissional de operários mais importante ao desencadeamento das greves e na sustentação à atividade sindical. Conforme já observou o leitor, os *banqueiros* têm aparecido com destaque nas lutas reivindicatórias no interior da fábrica e no campo da atuação sindical, desde as pequenas paralisações de seção em 1949, desde a sua incidência numérica significativa dentre os *operários de questão contra a companhia* (questões na justiça), desde a sua briga com o gerente da preparação de algodão, o *galego* Kenan, desde a "tomada" do sindicato em julho de 1952, até o desencadeamento da greve de 52, e das greves de 54 e 56. Este curriculum-vitae coletivo de tal grupo profissional é motivo de honra na rememoração contida nos relatos dos operários, e está associada ao lugar estratégico dos *banqueiros* no interior do processo produtivo.

"O banco é uma máquina com 11 metros de comprimento e algumas têm 94 fusos, outras 40. Cada fuso tem duas bobinas. (...) O 1º tipo de banco, o banco grosso, recebe uma fita de algodão das máquinas de tiragem, que receberam das cardas. Aquelas latas cheias de uma fita de algodão vão para o banco grosso, de lá para o intermediário, dali para o banco fino e depois para o superfino. Da fita vai fazendo um fio cada

vez mais fino. E dali vai pra fiação. Na época que eu trabalhava, tinha 40 bancos finos, 15 intermediários e 10 grossos. Em cada máquina, trabalhavam duas pessoas, fora os ajudantes. E na seção, tinha ainda os serventes e os contramestres. Hoje em dia, parece que um maquinista só trabalha com 16 dessas máquinas. Agora naquele tempo, se parasse os bancos... Se a gente fizesse uma greve, pode continuar rodando todo mundo aí que daqui há pouco, tava tudo parado. Por que então ia parar logo a fiação, ia parar enrolador, parava a tecelagem, a engomadeira, parava tudo. Se os bancos parassem, parava tudo. O bateador podia rodar e as cardas podia rodar, mas fazia as fiás, e não saía. Então tinha que parar tudo. Era com a gente que o pessoal se agarrava. Se os bancos parassem, paravam todas as seções. Continuava rodando até terminar o estoque e quanto terminasse, parava tudo. (...) O operário mais esclarecido era o operário dos bancos. Nós banqueiros fomos os primeiros a botar questão aqui. Foi uma turma de 16. Me convidaram pra encabeçar a questão. E nós ganhamos a questão, que era por diferença de salário. Depois que nós recebemos, os outros pegaram e entraram também com questão, né! (...) A gente era unido e às vezes, a gente cochichava com o apontador, sabia os preços das letras e passava pros outros. E a gente fazia aqueles cálculos para ver quanto devia ganhar, pra não ser roubado. E os operários das outras seções ia vendo aquilo e ia aprendendo, né. E com isso, tornou-se a seção de banco a seção mais esclarecida."

(ex-banqueiro).

"Sempre os banqueiros foram mais considerados, sabe? Sempre os donos da companhia, eles sempre deram preferência aos banqueiros. Agora, depois foi modificando através do tempo. Não sei porque terminou quase tudo igual. (...) (...) Teve um tempo aí que o chefe da contadoria não queria fornecer o preço das letras para o operário. Porque eles não afixavam a tabela como era de lei mas a gente exigia. Comigo mesmo, eu dizia: 'Como é que o operário trabalha sem saber o que está fazendo? Embora eu dê 80 letras ou 100, mas não sei o preço. Como é que pode ser assim?' Eu mesmo inquiria o apontador dessa forma. Então dessa data em diante, ele fornecia, sabe. O banqueiro ia lá e pedia a tabela. Mas nunca foi fácil eles fornecerem a tabela, viu? (...) Agora quando vinha greve, a gente se entendia primeiro com os colegas, né! 'Rapaz, como é, o negócio tá desmantelado, o salário pouco, como é que nós vamos fazer? Nós temos que agir. Nós vamos resolver qualquer coisa é na luta.' Então a gente enfrentava e ficava na própria seção. Os homens aí mandavam chamar porque era, aí a gente explicava qual era o sentido da nossa paralisação e às vezes, eles resolviam ligeiro. Sem precisar de ir até o sindicato. E outras vezes a greve começava aqui, e ia pras outras seções. Aí parava logo a fiação e depois, a tecelagem".

(outro ex-banqueiro).

Além do seu papel estratégico no fluxo da produção, os banqueiros se atribuem o pioneirismo nas práticas difundidas de tentar desvendar o *segredo das letras* e de colocar a *companhia* na Justiça, no banco dos réus. Muniçados de tal lugar estrutural na produção têxtil podem os banqueiros vangloriar-se de suas "propriedades de posição" na diferenciação interna dos ope-

rários de Paulista, e proclamarem sua ascendência hegemônica sobre os operários (na sua maioria operárias) das seções de fiação e tecelagem. Pois entre os banqueiros, as fiandeiras e as tecelãs – assim como inclusive os contramestres dessas seções – há a linguagem comum do salário por produção e conseqüentemente do efeito propagador da luta contra o roubo nas regras do jogo do salário por produção, que tanto polarizam os conflitos sociais no interior da fábrica. E assim foi por ocasião das greves de 1954 e 1956.

Mas nem só de *banqueiros* são constituídos os operários-de-questão-contra-a-companhia. Ostentando no seu curriculum-vitae coletivo o desencadeamento da greve de 1957, os operários das seções conexas à estamperia da Fábrica Aurora também reivindicam retrospectivamente o lugar de principais sustentáculos das lutas reivindicativas e da mobilização sindical.

*"Em toda seção tinha operário esclarecido. Agora a seção de mais cabeça nas greves foi a estamperia. Na Aurora, tanto tinha gente contrário, que vivia aparando os homens, como também tinha gente que tinha coragem de topar com quem aparecesse. Que nem tinha um Zé Galego, aquele que tinha um jumento. Esse entrava em todos os piquetes. E eles tinham um medo danado do estampador, quando era tempo de greve. Por causa da preparação de tinta, né, e o branqueamento. Porque eles tinham medo e muita consideração com o estampador porque a estamperia é essa: se a estamperia parar, não tem saída de pano, porque pano liso não sai. Nessa fábrica, só sai mais pano estampado. E ela parando, deixando os panos na máquina, ela escolhamba tudo, perde pano. A mola fundamental da Aurora é a estamperia e a preparação de tinta. Se aquela seção não se movimentar, ou se não parar de vez e deixar lá, é o estrago de pano maior do mundo. Todo mundo só se movimentava de acordo com a estamperia a estamperia parando, todo mundo seguia, de acordo com a estamperia, Todo mundo. Quando havia qualquer confusão, dizia: 'Vamos esperar pela estamperia. A estamperia parando, nós também acompanha.' Então a estamperia juntava todo o poder e movimento da fábrica e juntava também um bocado de camarada destemido mesmo."*  
(ex-operário da estamperia).

Essa mesma *responsabilidade* com as tintas e com o possível estrago do produto acabado da produção têxtil, o pano estampado – possuindo aliás esses profissionais da seção de acabamento características assemelhadas no processo produtivo aos *profissionais* da seção de fabricação das usinas de açúcar (cf. Leite Lopes 1976, cap. 1) – pode paradoxalmente refrear o desencadeamento inicial da greve na estamperia, confirmando indiretamente as queixas dos *banqueiros* numa certa rivalidade com os operários da *Fábrica Aurora* na disputa pelo reconhecimento social do grupo profissional fornecedor dos *operários de questão* por excelência. A esta rivalidade entre operários das seções que concentram o maior número de homens, corresponde a rivalidade entre as *negas da fiação* ou as *negas do pêlo* (como



as tecelãs jocosamente denominam as fiandeiras) e as tecelãs (que ocupam uma posição supostamente mais valorizada pelos patrões e pela administração e que são chamadas, em resposta, pelas fiandeiras, mas sem tanto sucesso na apelidação, de *negas do óleo*, quando se sujam no tear) entre as mulheres (cf. Alvim, 1985, cap. 4). Mas por sua vez as mulheres também procuram entrar nessa emulação retrospectiva dos grupos mais reivindicativos da fábrica, apropriando-se desta qualidade idealizada – mesmo procurando ironicamente transformar a quantidade em qualidade em um terreno habitualmente masculino – do *operário de questão*, em oposição aos homens.

*"Eu acho que quem exigia mais os direitos da gente dentro da fábrica eram as mulheres. Porque tinha mais mulher do que homem [risos]. Sempre tinha mais mulher do que homem, né. Nos bancos, que eram mais os homens, eles exigiam [os direitos], eles não deixavam passar nada [de injustiças]! Agora, sempre tinha mais reclamação de mulher porque tinha mais mulher do que homem."*

(ex-fiandeira).

E esta presença das mulheres nas atividades reivindicativas e no "trabalho" político e sindical do grupo social far-se-á sentir de maneira marcante, desde as campanhas de oposição à diretoria sindical de Birino no início dos anos 60, simultaneamente ao revigoramento do movimento operário local, como veremos mais adiante.

Com efeito, a partir do desfecho da greve de 1957 começa a abalar-se a própria relação de confiança dos trabalhadores no presidente do sindicato "Birino", a qual legitimava a sua liderança – liderança esta associada a uma parte importante, desde 1952, do processo de constituição dos operários de Paulista em grupo social mobilizado e, portanto, politicamente existente. Se tal processo de constituição de operários em carne, osso e alma em um grupo social dominado, existente publicamente porque mobilizado, tem por contradição interna o fato de – tendo de dotar-se de instrumentos de representação, necessidade agravada pelo contexto da representação sindical consolidada no "Estado Novo" e mantida pela Constituição de 1946 – tais operários perderem paradoxalmente o controle e a autonomia deste grupo social constituído; no entanto, a crise a que é submetido o ato continuado de delegação dos operários à sua liderança vem iniciar, embora incipientemente, um período de revelações e abalos do "fetichismo político" (cf. Bourdieu, 1984, pg. 49) inerente a este processo.

A legitimidade da delegação deste grupo social personificada de forma carismática neste presidente de sindicato está fundada na "retomada" massiva do sindicato pelos operários em junho de 1952, em resposta à tentativa de nova ingerência ministerial, instigada indiretamente pela *companhia*, prolongando o já longo período anterior de intervenção sindical em Paulista.

(cf. supra). E esta "consagração" de "Birino" na liderança deste grupo social é reiterada em junho e julho de 1955 por ocasião de nova tentativa de intervenção ministerial<sup>262</sup>, tendo por reação uma reedição da defesa coletiva do sindicato pelos trabalhadores.<sup>263</sup> Esta "crisma" de 1955, "confirmação do batismo" de 1952, é tanto mais reiterativa quanto tem por motivos alegados para intervenção atos da diretoria sindical praticados no período da greve de 1952, a saber o exame da prestação de contas da viagem de Birino ao Rio, feita por delegação da assembléia sindical, nas gestões e pressões prévias ao julgamento do dissídio dos têxteis pelo TST. E é interessante observar-se que a outra "irregularidade" contábil alegada pela DRT seria a "ajuda dada pelo sindicato a algumas dezenas de operários que perderam o direito ao repouso remunerado uma ocasião por motivo de greve na seção dos bancos da Fábrica Velha" (F. do P., 2/6/55), à maneira de um pequeno "fundo de greve". Se se poderia alegar, para defesa de Birino em 1957, que a aceitação de utilização de dinheiro do sindicato para cobrir parte da indenização dos 24 operários grevistas demitidos é formalmente semelhante à cobertura anterior ao repouso remunerado perdido, no entanto a diferença se mede não somente pela cifra monetária, mas pela distância simbólica entre a cobertura

---

<sup>262</sup>Soares (1982, pg. 121), ao assinalar a resistência dos estivadores do Recife, dos operários do açúcar e dos têxteis de Paulista ao "assédio do Ministério do Trabalho, desencadeado no curto período presidencial de Café Filho", e destacar "a assembléia permanente [do sindicato de Paulista] contra a 'tentativa repressiva do governo, dos latifundiários e dos capitalistas' (...) [que tem como resposta a diretoria] 'unidade e greve contra as tentativas de intervenção'", observa a semelhança de linguagem das direções sindicais (e em particular da de Paulista) com a do PC neste período.

<sup>263</sup>Nas descrições das notícias da *Folha do Povo*, mostrando a ansiedade dos trabalhadores "montando guarda no sindicato contra a intervenção" nas vigílias em que se desdobram as horas mais densas da "assembléia permanente", além das declarações em que transparece esse momento mais fervoroso e participativo do "fetichismo político" da delegação personalizada em vários operários da Fábrica Aurora, onde "Birino" foi operário, declarando: "morro por Birino" - reconheci expressões e rostos que fui observar e escutar no trabalho de campo do final dos anos 70. Assim, neste operário que declara à reportagem que "tudo acabará na foice", identifico a expressão recorrente ouvida nas "aventuras de Joaquim", de resistência ao despejo do seu mocambo, narradas ao final do capítulo 4; e o próprio Severino das "aventuras de Severino" (que começam no cap. 2 e terminam neste capítulo) aparece com seu nome completo declarando que está "guardando e vigiando o sindicato desde as 7 horas da manhã" (*Folha do Povo*, 4/6/55). Por seu lado "Birino" investe-se da delegação carismática do grupo social tanto ao denunciar a campanha da DRT, mediada pela ação conspirativa do ex-interventor Haroldo Furtado, em assembléia do dia 5/7/55, quanto no decorrer daquele ano, denunciando em assembléia a burla da CTP no pagamento do "salário-base" dos operários *produtivos*, condenados a não alcançarem a eficiência máxima estipulada pelas regras do salário por produção devido à manipulação, nas regras do jogo, pela CTP no seu recurso a matérias-primas deterioradas. (F. do P., 6/9/55).

associativista à perda de um repouso remunerado e a coonestação da perda do emprego.

A partir da greve de 1957, é recorrente o aparecimento de queixas dos operários sobre a omissão do presidente do sindicato diante das burlas costumeiras da CTP às regras do jogo do salário por produção, que no entanto se intensificam, e também diante das demissões massivas que se sucedem (segundo a *Folha do Povo* de 24/12/57 e 1/6/58, aproximadamente 600 demissões no 2º semestre de 1957 e 1000 demissões no 1º semestre de 1958) – queixas estas que se confirmam nos relatos retrospectivos dos operários entrevistados no trabalho de campo (no episódio que finaliza as “aventuras de Severino”, narrado na subparte I deste capítulo, é manifesta a nefasta participação de Birino no “acordo” desfavorável a que é acuado Severino por ter sido eficiente testemunha na Justiça do Trabalho contra a companhia pela 19ª vez em 1958). No entanto, essas demissões massivas – para além das demissões punitivas e seletivas em razão das greves – intensificam-se, antes da greve de 1957 (e então, em fevereiro de 1957, Birino as denuncia, assim como as pressões e as demissões de operários estabilizados, em F. do P., 13/2/57).

Essa queda na atividade sindical dos operários de Paulista a partir de meados de 1957, associada à crise na relação de delegação estabelecida por este grupo social com o presidente do sindicato desde 1952, em razão de sua omissão e acomodação diante da CTP, após a greve de 57, coincide porém com uma crise conjuntural da indústria têxtil levando à ameaça de fechamento em algumas fábricas e a demissões massivas em outras. No 1º semestre de 1957, a fábrica têxtil de Goiana fecha as suas portas, deixando em uma situação crítica não somente seus operários mas a própria cidade. No mesmo período, a fábrica Tacaruna no Recife ameaça encerrar suas atividades (F. P., 4/4/57, 28/4/57 e 18/6/57). No seu relatório anual de 1957, a CTP refere-se genericamente a esta crise na indústria têxtil local<sup>264</sup>, e, com a permanência desta situação no ano seguinte, dela faz uma análise mais detalhada no relatório de 1958. Neste detalhamento, a CTP destaca a dificuldade na aquisição de algodão no Nordeste, assim como a oscilação no mercado de tecidos de acordo com a prática especulativa de compras, que

---

<sup>264</sup>“A situação da indústria têxtil continua acusando aspectos sobretudo inquietadores, registrando-se verdadeira crise oriunda do constante aumento no custo da produção sobrepassando o preço de venda do produto manufaturado e ainda agravada pelos vultosos estoques acumulados nas fábricas sem compradores em perspectiva no mercado interno ou possibilidade de escoamento satisfatório para o exterior, em face das dificuldades reinantes, gerando este estado de coisas um ambiente de franca inquietação no seio da indústria, com reflexos sobre a economia nacional. Portanto, enquanto ainda perdurar a situação atual no mercado têxtil nacional, prevemos continuadas dificuldades para a nossa organização.”

(relatório anual da CTP de 1957).

acompanha a expectativa de aumento do salário mínimo, seguindo-se a este aumento a retração na atividade aquisitiva dos comerciantes de tecidos.

*"Os negócios desta companhia(...) não acusaram, apesar de todos os nossos melhores esforços um resultado satisfatório, consequência aliás da crise que vem assoberbando a indústria, muito particularmente a indústria têxtil, que se vê a braços com uma infinidade de problemas complexos tais como a elevação absurda e incontrolável dos ágios cambiais, indispensáveis à aquisição de produtos de origem estrangeira, tais como anilinas, acessórios, maquinismos, etc.; dificuldades na compra local de algodão, que está sendo adquirido no Sul a preços assaz elevados; (...) todos esses fatores adversos, na sua multiplicidade, conjugados ainda à crise desastrosa no mercado de tecidos durante o período do nosso exercício ora encerrado. Tivemos que continuar fabricando e vendendo a preços vis, apesar dos contínuos aumentos no custo de produção.*

*(...) A situação, quanto ao algodão, apresenta-se muito incerta, dada a considerável redução da safra passada e estimativa da presente, motivada pelo rigor da prolongada estiagem que assolou todo o Nordeste, diminuindo de maneira acentuada a área cultivável em toda a região, restando-nos a alternativa de recorrer ao mercado de São Paulo para suprimento desta matéria-prima, a fim de garantir o trabalho das nossas fábricas.*

*(...) No momento atual, a reação favorável do mercado de tecidos nos anima a enfrentar os próximos meses, porém receamos que uma grande parte da procura atual de tecidos representa uma certa especulação por parte dos compradores devido à perspectiva de novo nível de salário mínimo nos princípios do ano vindouro. Não devemos esquecer que a derrocada do mercado de tecidos em 1957 seguiu-se justamente três meses da última modificação do salário mínimo; depois de um período eufórico de preços por parte das fábricas, baseados em encomendas feitas por compradores especulando com a alta do salário mínimo. A retração completa dos compradores naquele momento repercutiu numa maneira que todo fabricante demorará a esquecer."*

*(relatório anual de 1958).*

A reação da CTP, após a decretação de cada aumento do salário mínimo, demitindo trabalhadores ao ver-se ameaçada por estes reajustes na remuneração mínima dos produtores diretos ressalta a importância do salário mínimo para o conjunto da folha salarial desta indústria e confirma o padrão historicamente seguido pela indústria têxtil brasileira, a qual se mantém e se desenvolve às custas da superexploração da força de trabalho (cf. Paoli, 1984). Além disso, o comportamento "especulativo" dos comerciantes de tecidos em torno das datas de aumento do salário mínimo, se por um lado, vem confirmar, na esfera da circulação, aquilo que a prática das demissões de trabalhadores na esfera da produção já apontava, por outro lado vem erigir-se em contradição interna à produção têxtil em seu conjunto, agravando a crise que se manifesta na operação mesma dos "laboratórios secretos" da produção como resultado da mobilização e da luta dos trabalhadores.

É nesta situação desfavorável, do ponto de vista do mercado de trabalho na indústria têxtil local, que eclode, em janeiro de 1958, a greve dos têxteis de Recife, após uma campanha salarial conjunta dos têxteis de Pernambuco reivindicando 50% de aumento salarial, reivindicação que se transforma em fazer cumprir a decisão da TRT favorável a um aumento de 25%, que os patrões previamente já haviam declarado não conceder, sob a alegação de que a "crise têxtil" não permitia naquele momento qualquer aumento salarial. Ao contrário da greve de 1952, que foi realizada pelo conjunto de operários têxteis de Pernambuco, a greve de 1958 atinge somente os operários das bases territoriais dos sindicatos de Recife e de Escada, não tendo os operários de Moreno e de Paulista condições de aderir a greve. A fábrica de Moreno, em má situação financeira, trabalha somente 4 dias por semana após fazer um acordo com o sindicato operário para que ela não encerre suas atividades. Em Paulista, os trabalhadores, esgotados pelas greves de 1954, 1956 e 1957 e suas subseqüentes repercussões punitivas, e assolados por vagas sucessivas de demissões, desde o início de 1957, não têm condições de entrar em greve (em 28/1/58 a *Folha do Povo* registra o envio de uma moção de solidariedade pelo sindicato dos têxteis de paulista aos operários têxteis do Recife e de Escada em greve). Alguns dos desempregados de Paulista, desesperados pela falta de alternativas de trabalho, acabam sendo aliciados por recrutadores da Fábrica da Macaxeira (que trazem caminhões para Paulista) e de outras fábricas do Recife para trabalharem como *cabelouros* (fura-greves) no final da greve dos tecelões do Recife. Foram formados piquetes em Paulista (cf. Diário de Pernambuco, 2/2/1958) com operários da localidade e reforços dos grevistas de Recife para impedir a partida de caminhões de *cabelouros para Macaxeira*. E em Recife, na frente das fábricas, os *cabelouros*, desempregados de Goiana, Paulista, Moreno e do Recife, enfrentavam o fogo cruzado entre piquetes de operários grevistas e a repressão composta de vigias da fábrica e da polícia estadual. ("*Cabelouro* - tendão ou ligamento que vai da cabeça à extremidade vertebral do boi ou de outros animais." - Novo Dicionário Aurélio. Segundo os operários, o fura-greve é teimoso, resistente a pancada e duro, como é dura essa parte do boi.)<sup>265</sup>

---

<sup>265</sup>Na medida em que a greve dos têxteis de Recife e Escada não contou com a participação dos operários de Paulista não a analisaremos no presente trabalho. Ela foi a greve mais longa e mais difícil por que passaram os tecelões de Pernambuco. Iniciada em 20 de janeiro de 1958, reivindicando o cumprimento pelos patrões do aumento de 25% julgado pelo TRT, a greve só terminou em 9 de março, após a decisão do TST em 27 de fevereiro revendo a decisão do TRT e determinando um aumento de 18%. A greve, motivada pelo achatamento salarial sofrido pelos têxteis e pela pressão produtivista e disciplinar das fábricas redundando também em perdas salariais, esbarra na situação de crise conjuntural das fábricas têxteis levando à intransigência patronal. Por outro lado, o governador Cordeiro de Farias, às voltas com o crescimento de uma "frente

Estes tecelões desempregados, uma parcela dos quais ameaça a greve de 1958, têm por origem não somente as demissões massivas ocorridas nas fábricas ameaçadas de fechamento pela crise têxtil iniciada em 1957 (Goiana, Tacaruna, Moreno), ou por tal crise afetadas (como Paulista), mas também as demissões ocasionadas por modificações na composição técnica do capital trazidas pela introdução de máquinas mais modernas. Embora em plena "crise têxtil", provocada pela formação especulativa de estoques comerciais de tecidos em função das datas de aumento do salário mínimo, "amadurecem" neste período, investimentos, feitos por algumas fábricas na modernização de suas máquinas. Assim, na fábrica de Camaragibe, processa-se a montagem, em meados de 1957, de teares automáticos e as operárias tecelãs, ainda não substituídas por homens, são obrigadas a "trabalhar como homens e receber como mulheres" (*Folha do Povo*, 6/7/1957), operando com 8 máquinas cada uma ao invés das 4 máquinas anteriormente habituais. Esse movimento de "modernização" das máquinas, que é intenção das fábricas têxteis nordestinas desde o início dos anos 50, vai se concretizando no momento mesmo da "crise têxtil", no caso de algumas fábricas.<sup>266</sup> Para outras, como a fábrica da

---

unida de oposição" incluindo desde a esquerda até setores empresariais, estes últimos mobilizados contra o Código Tributário proposto pelo governador levando à "greve das classes produtoras" desde o final de 1956, tem interesse no impasse das negociações no decorrer da greve, para que se aprofundem as contradições entre operários e patrões de tal forma que se revertam em antagonismo no interior da "frente de oposições". Assim, o governador inicialmente acena com apoio ao movimento grevista para depois deixar a polícia reprimir, juntamente com os vigias de fábricas, os piquetes de greve, estimulando o uso da violência com vistas ao prolongamento do impasse e das perdas decorrentes do movimento. Há indícios de participação nesta manobra política do presidente do sindicato Wilson Barros Leal e do advogado Adalberto Guerra, procurando o prolongamento desnecessário da greve após a decisão do TST. A greve provoca solidariedade de sindicatos, entidades da "sociedade civil", JOC, parlamentares como F. Julião, Clodomir Moraes e Miguel Arraes. A organização da greve contou com uma tática de piquetes móveis coordenados por turmas de ciclistas fazendo a comunicação entre as diferentes fábricas, tática necessária diante do desemprego e da ameaça da utilização dos fura-greve, ou *cabelouros*. As negociações para o final da greve envolvem não só o pagamento dos 18% de aumento determinados pelo TST, como a anistia de operários presos nos piquetes. Há também muitas demissões de trabalhadores. Embora atenta às intenções políticas de estímulo à greve prolongada, ao desgaste e impasse nas negociações por parte do governador, a *Folha do Povo* apóia efetivamente a greve.(cf. F. do P. de 19/1/1958 a 9/3/1958; e entrevistas com ativistas sindicais que participaram da greve como Júlia Santiago).

<sup>266</sup> Assim, a fábrica de Moreno, ao mesmo tempo que faz um acordo de autolimitação salarial com os seus trabalhadores para evitar seu fechamento, trabalhando 4 dias por semana apenas, introduz teares reconicionados na produção, aumentando o rendimento no trabalho de seus operários e fazendo com que cada tecelã ou tecelão opere 4 máquinas ao invés de 3. Aproximadamente 200 operários teriam sido dispensados com esta "melhoria"



Torre, essas intenções de investimentos modernizadores efetivamente são concretizadas desde 1952: já então um tecelão homem trabalha com 14 máquinas automáticas naquela fábrica, sendo substituídas na tecelagem as mulheres, enquanto os velhos operários lamentam-se da destruição de parte de sua "cultura fabril" tradicional, reificando-a simbolicamente nos antigos teares mecânicos que se estragam na chuva, abandonados no pátio da fábrica (cf. F. do P., 19/11/1952).

Assim como no caso de Camaragibe, em Paulista, ocorre como agravante ao desemprego, ocasionado pela "crise têxtil" de 1957, a dispensa de trabalhadores pela modificação na composição técnica do capital. Se desde o relatório de 1949, a CTP proclama sua intenção de proceder a tal modificação – falando em "esforço drástico para diminuir o custo da produção mediante métodos de fabricação mais eficientes e mais econômicos" – reiterando-a, com a emulação provocada pela mobilização dos trabalhadores desde 1951, no relatório de 1952 – "o encarecimento geral da mão-de-obra obriga os industriais a procurar processos de fabricação automática; este deve ser o nosso objetivo nos exercícios vindouros" – é entre 1954 e 1955 que esta intenção começa a concretizar-se.

*"O programa de modernização do nosso parque industrial continua sendo executado tal como fora traçado na gestão anterior. Neste exercício, já montamos máquinas ultramodernas no valor de aproximadamente 9 milhões de cruzeiros e dispendemos outros tantos milhões em ágios para outras aquisições cuja chegada e montagem realizar-se-ão no exercício vindouro."*

*(relatório anual da CTP de 1955).*

E esta "modernização", atingindo as máquinas nas quais trabalham os operários, parece incidir primeiramente sobre a seção de *bancos* e a seção de *fição*, preservando a tecelagem para um segundo momento. Por outro lado, a "crise têxtil" de 1957, que demite trabalhadores e que aumenta a exploração dos operários remanescentes (através da intensificação do processo de trabalho e das conhecidas manipulações nas regras do jogo do salário por produção), associadas às reações empresariais, tanto na esfera da produção quanto na circulação relativas aos aumentos do salário mínimo, parece não ter afetado a disposição da CTP em investir na "modernização" das máquinas e do conjunto do processo produtivo. Assim, após detalhar as razões e os prejuízos da dramática "crise têxtil" de 1957-1958, o relatório anual de 1958 passa, em brusca transição de anticlímax, a acalmar e autosatisfazer seus

---

dos antigos teares. (F. do P., 9/1/1958). Esta mesma exigência de trabalharem os tecelões com 4 máquinas ao invés de duas ou três é colocada para os operários de Paulista desde o final de 1954, após a greve bem sucedida de julho daquele ano, havendo então no sindicato uma centena de casos de tecelões dispensados cobrando a *companhia* na justiça.

(F. do P., 20/10/1954).

acionistas com a crescente materialização de suas intenções proclamadas desde o relatório de 1949:

*"Apesar da situação desvantajosa no que se refere à aquisição de ágios, estamos enfrentando decisivamente a questão da modernização da nossa fábrica, assunto este que vem recebendo toda a nossa atenção. Neste sentido, adquirimos recentemente um conjunto de estiragem e filatórios de conceituados fabricantes [afetando a seção de bancos, e a de fiação]; teares automáticos foram encomendados; assim como também enroladores, estes já de fabricação nacional, estando em estudo a breve adição de novas máquinas complementares para que fique assegurada a mais completa eficiência à nossa linha de produção. Simultaneamente, estamos igualmente com planos bem adiantados no sentido de completar a eletrificação de nossa fábrica, para o que já instalamos um novo transformador de 2.500 Kva, o qual, juntamente com a outra unidade de igual capacidade já existente, duplicará a carga de kilowatts que poderemos receber da CHESF, o que possibilitará levarmos adiante o nosso projeto de completa modernização que temos em vista."*

*(Relatório anual da CTP de 1958; grifos meus, JSLL)*

Esta coincidência entre a ocorrência da crise conjuntural têxtil de 1957 e a "maturação" de investimentos anteriormente programados, traz a "vantagem" para a CTP do caráter de "destruição criadora" que tem a crise (cf. Schumpeter, 1961, pg. 103-109) ao demitir previamente operários que seriam logo excedentários com a introdução de novas máquinas, enfraquecer a organização dos trabalhadores e quebrar resistências à nova intensificação do processo de trabalho no ritmo das máquinas recém-introduzidas. Usada pela CTP para demitir operários considerados sobranes diante de novas pressões produtivistas<sup>267</sup>, para acuar operários estabilizados a acordos, que lhes são desfavoráveis ou demiti-los, postergando possíveis custos para depois da luta

---

<sup>267</sup> Assim, logo após a greve de setembro de 1956, a CTP faz "experiências" na organização da produção testando a reação dos operários, ao exigir que na seção de bancos e de fiação, banqueiros e fiandeiras trabalhem sem ajudantes. Além de demitir os ajudantes, a CTP acua os profissionais estabilizados à demissão e aos "acordos" desfavoráveis quando estes recusam-se a trabalhar sem os ajudantes (F. do P., 15/9/56). Segundo a *Folha do Povo*, a máquina que habitualmente faz marcar no seu relógio "50 letras" (ou "50 pontos") com um servente ou ajudante, sem ele, passa a dar 20 ou 30: pois enquanto o operário principal conserta o fio partido na máquina parada, o ajudante "tocava as outras máquinas". Embora a *Folha do Povo* fale em "serventes", está se referindo no entanto a operários que trabalham junto a cada um dos operários profissionais, sendo portanto "ajudantes". A fábrica institui em contraposição um, agora sim, "servente" para suprir de material cada 3 máquinas de banco o dia todo, tarefa esta que supera as forças dos jovens "menores" que são introduzidos como "serventes". Por outro lado, a CTP incide suas demissões sobre os *serventes*: enquanto habitualmente havia 4 homens para varrer cada *salão*, agora há "um garoto" para fazer o mesmo serviço. (F. do P., 15/9/56).

judiciária, e para acelerar a rotatividade, demitindo operários mais antigos e incorporando novatos a salários mais baixos, a crise têxtil de 57 encontra a CTP, ao contrário de outras fábricas que ameaçam fechar, em plena mobilização "modernizante".

Como denota a indicação do relatório de 1958, referente à aquisição de "um conjunto de estiragem"<sup>268</sup>, a introdução de novas máquinas vem afetar inicialmente as seções de pré-fiação, onde se inclui a seção de *bancos*, enfraquecendo a organização dos *banqueiros* que, desde 1949, vinham se constituindo no grupo desencadeador de greves de seção e de greves gerais no interior da fábrica. Ao lado da ameaça generalizada de desemprego que passa a pairar sobre todos os operários, e do recolhimento omissivo da direção sindical na defesa dos direitos dos trabalhadores que em escala crescente são burlados, a desorganização dos operários *banqueiros* (através da demissão de muitos deles, e da reorganização do processo produtivo dos *banqueiros* remanescentes) vem afetar enormemente a presença dos operários, tanto nas pequenas lutas ao nível das seções, quanto no interior do sindicato como "pressão das bases".

A esta desestruturação relativa do grupo dos *banqueiros* na pré-fiação da "Fábrica Velha" está associada, assim, esse período recessivo na atividade reivindicatória e de mobilização sindical dos operários de Paulista a partir de meados de 1957. Aos 8 a 9 anos de ascenso da luta e da organização dos operários contra a CTP, de 1949 a 1957, sucedem-se os 4 a 5 anos de inércia e acomodação da direção sindical, de 1958 a 1962, tendo como pano de fundo o esgotamento dos trabalhadores com as campanhas e mobilizações que culminaram nas greves de 54, 56 e 57, e particularmente as demissões, a rotatividade, o rebaixamento salarial e o reforço da disciplina que se conjugam a partir da "crise têxtil" de 57. E quando há uma recuperação e uma retomada da mobilização reivindicativa dos operários de Paulista a partir de 1962, o novo curto ciclo de lutas sindicais terá como grupo profissional de apoio mais em evidência não mais os antigos *banqueiros*, mas os *contra-mestres* eles-próprios que no período anterior, como representantes da disciplina fabril, freqüentemente estavam na origem das escaramuças da "microfísica da resistência" dos operários ao nível das seções.

---

<sup>268</sup>"Estiragem é uma operação pela qual um conjunto de fibras [de algodão], distribuídas sobre uma superfície [de cilindros], se estende, alcançando um comprimento maior." (Oswald, 1955, pg. 35). As operações de estiragem são realizadas entre as máquinas *passadeiras*, *bancos* e *filatórios*. (Oswald, 1955, pg. 108).

#### 4. A Greve de 1963 e a teatralização final do enfraquecimento da dominação.

Apesar do descontentamento de grande parte dos operários com o presidente do sindicato desde a greve de 1957, “Birino” é reeleito, encabeçando uma chapa única, em agosto de 1958, para o seu quarto mandato consecutivo de dois anos, ilustrando o peso e os efeitos de inércia que possui o “fetichismo político” da delegação (cf. Bourdieu, 1984) mesmo quando em crise. Dois anos depois, “Birino” é novamente reeleito, mas desta vez, por uma pequena diferença de votos, contra uma chapa de oposição liderada por seu antigo companheiro na junta governativa de 1952, Eliseu Celestino Rodrigues (F. P., 28/8/1960) – o mesmo que assumiu a luta dos operários contra o gerente da pré-fiação Kenan, quando presidente da junta governativa em 1952, e o mesmo que, em 1954, escreve na *Tribuna Operária* (precário jornal mensal local ligado a setores católicos, como o PDC e a JOC, e que se opõe à *Gazeta de Paulista*, vinculado ao PSD local e ao Prefeito Cunha Primo), apoiando a gestão de “Birino” e a entrada do sindicato de Paulista no Conselho Sindical de Pernambuco (CONSINTRA) em constituição. Esta eleição de 1960 produz uma divisão equilibrada entre os operários que apóiam “Birino” e operários que lhe fazem oposição, destacando-se, entre estes últimos, os ativistas sindicais de origem católica (originários da JOC), que emergem neste período, no campo de lutas no interior do sindicato. Por outro lado, há indícios do enfraquecimento dos “ativistas sindicais” ligados ao PC, seja por terem sido atingidos pelas constantes demissões, e terem saído da cidade, seja por ter inexistido renovação destes “ativistas”, as prioridades do setor sindical do PC, no início dos anos 60, concentrando-se em Recife, em avanços na estrutura sindical (por ex., na diretoria dos têxteis de Recife) e nas articulações intersindicais. Assim, a “substituição” dos “ativistas” comunistas por “ativistas” católicos, os quais passam a ocupar, por assim dizer, o mesmo “lugar estrutural” no interior do sindicato, guarda uma certa semelhança, embora menos explicitamente, com o processo histórico do movimento social dos mineiros de Nova Lima (cf. Grossi, 1981, pg. 231), “substituição” esta que se acentua posteriormente a abril de 1964.

*“No começo, o pessoal gostava muito de Birino, e ele era pro lado da classe mesmo, né. Ele se interessava mesmo pro lado do trabalhador. Mas depois, já ficou muito tempo lá dentro do sindicato, então o pessoal achou que ele estava enrolando, né, trabalhando mais pro lado do patrão, né. No começo, ele se interessava, e fazia muita coisa pelo operário, né. Tinha muito movimento, mas um presidente do sindicato interessado ajuda muito, né. Porque tinha os banqueiros que justamente era os homens mais ligados ao sindicato e mais entendidos da classe, né. Havia muito movimento e muita gente entendeu? Mas ele também vinha, e ajudava, e fez um bocadinho de coisa, né. Mas depois, teve uma greve que ele entregou uns banqueiros que tinha aí, que a*

companhia chamava de subversivos (categoria talvez já pós-64), e eles fizeram todo jeito de indenizar e Birino aceitou e ajudou, né. Aí ele teve a reação dos operários (refere-se provavelmente ao desfecho da greve de 57). Então, começou uma luta medonha pra tirar ele do sindicato. Porque muitos queriam que ele continuasse, porque ele tinha um jeito muito bonito de falar, ele falava com Governador, sabe como é? Porque tinha operário que via Deus no céu e Birino na terra, entendeu? Mas a maioria tava vendo que não dava mais. Aí foi aquela luta medonha, a gente fazia reunião, conversava com o povo de casa em casa, a gente dizia que tinha que mudar, que ele não tava mais servindo o povo. Na JOC, a gente fazia revisão de vida, e aí entrava o sindicato também, né. E as meninas da JOC começaram a participar mais do sindicato, embora a maioria tinha medo de falar, ficava acanhada, tinha vergonha no meio daqueles homens, né, mas algumas falavam e reclamavam. Os banqueiros, eles reagia muito assim na fábrica, e aí falavam no sindicato, o pessoal da estamperia também. E mulher, as que usavam assim sempre da palavra no sindicato era as da fiação, né, a gente falava. E a campanha contra Birino foi crescendo, na 1ª eleição, nós perdemos (em 1960) mas na 2ª, a gente ganhou (em 1962). Só sei que, quando conseguimos tirar Birino, aí entrou Antonio Pereira, que era um senhor da LOC (Liga Operária Católica), um contramestre e o vice-presidente dele, seu Benício, também era um contramestre que antes, foi da diretoria de Birino, brigou com ele, e entrou na chapa de oposição."

(ex-fianadeira)

Além da presença visível da facção sindical de procedência católica (jocista) também não é menos visível a participação dos contramestres nesta nova "retomada" do sindicato – desta vez, ao contrário da "retomada" do sindicato, de 1952, contra a intervenção ministerial e da "ocupação" da sede sindical, em 1955, contra a ameaça de intervenção, ambas a favor de Birino, trata-se de uma reapropriação, de uma "retomada" do mandato, da procuração, da delegação, por parte do grupo social. Não é por acaso, que tanto o presidente como o vice da nova diretoria de novos "mandatários", eleita em agosto de 1962 "por maioria esmagadora de votos", entre os 1.800 associados votantes (cf. *A Hora*, 1/9/62), sejam contramestres. Nem que a "retomada" do sindicato associe-se mais uma vez a um novo dinamismo do movimento reivindicatório, e que tal movimento origine-se do descontentamento dos contramestres.

À antiga força dos banqueiros – numerosos operários reivindicativos concentrados em setor estratégico no início do processo produtivo, cuja paralisação deliberada acarreta a paralisação dos setores subseqüentes por falta de matéria-prima, e cuja capacidade persuasiva junto aos demais operários provém de sua capacidade profissional e estabilidade na fábrica – sucede-se a nova força dos contramestres das mais diversas seções, força que provém, mais do que às suas tarefas de manutenção das máquinas também indispensáveis, mas de menor efeito multiplicador paralisante instantâneo, às suas tarefas disciplinares na produção dando-lhes uma ascendência hierárquica

sobre os operários *produtivos*, que se inverte numa hegemonia contagiante em caso de movimento reivindicatório. Assim, em julho de 1962, há uma greve da "Fábrica Velha" que é feita por iniciativa dos contramestres: mais que a velocidade de propagação da greve, conforme relatado na notícia jornalística abaixo, a CTP teme a propagação paradoxal da retomada do movimento social pelos operários de Paulista, a partir de um ponto de sustentação da disciplina fabril, como são os contramestres.

"Foi suspensão, ao meio-dia de ontem, a greve dos contramestres e ajudantes (de contramestres) da Fábrica de Tecidos Paulista, com o atendimento total das reivindicações dos grevistas, inclusive com a extensão de um aumento salarial às demais categorias das seções de fiação e tecelagem da empresa. (...) A greve, deflagrada quarta-feira última, teve a duração exatamente de 84 horas, período em que o Delegado do Trabalho chegou a se deslocar cinco vezes para Paulista, quatro das quais sem obter maiores resultados. Ontem, finalmente, chegou-se à conciliação quando a greve, alastrando-se num ritmo crescente, em face da paralisação dos setores vitais, ameaçava levar toda a fábrica de tecidos à inatividade. (...) O movimento paredista dos contramestres e ajudantes, apenas 111 trabalhadores<sup>269</sup>, afetou a todas as demais atividades da empresa, determinando, até ontem, a inatividade de mais de 1.500 trabalhadores. (...) As bases do acordo, determinando a cessação da greve foram assim estipuladas: aumento quinzenal de dois mil cruzeiros para os mestres, contramestres e ajudantes, 13 por cento de aumento para as demais categorias e o mínimo salarial na empresa de Cr\$ 10.894,00. (o salário mínimo na época era Cr\$ 10.080,00 em Recife) Também o acordo concede uma melhoria na tabela de eficiência (pagamento extra-salário), que será determinado com base na produção."

(Jornal do Comércio, 15/7/1962).

Nos arquivos fotográficos do *Jornal do Comércio* do Recife encontramos um retrato dos contramestres, posando para uma "foto-de-greve", de

---

<sup>269</sup>Se os *contramestres* e seus *ajudantes* são "apenas" 111 trabalhadores em 1962, segundo o *Jornal do Comércio*, no entanto, a esta tentativa de minimização quantitativa contrapõe-se o fato de que tais trabalhadores têm uma longa permanência na fábrica, marcada por uma trajetória profissional ascendente. Entrando como jovem ajudante, em seções marcadamente femininas como a fiação e a tecelagem, o operário pode ascender pela via "disciplinar", por exemplo, tornando-se "cabo de camada" na fiação, e daí *praticante* de contramestre, depois *ajudante* de contramestre, e finalmente, contramestre; ou pela via da parte mecânica da profissão, tornando-se *lubrificador* ou *azeiteiro* para depois se tornar *praticante*, *ajudante* e *contramestre*. O contramestre pode ser recrutado dentre os poucos *fiandeiros* ou *tecelões* homens, ou dentre os muitos *banqueiros* homens, envolvendo um longo aprendizado. (A partir do final dos anos 50, é que aumenta o contingente masculino na tecelagem). Essa trajetória ascendente pode arrastar-se por um período de 20 anos, o lugar de contramestre sendo potencialmente o "auge" de uma "carreira" operária ascendente.



braços cruzados, sérios, no interior da sede do sindicato (algumas crianças, que aparecem na foto, atenuam a gravidade do momento), com a seguinte legenda: "contramestres e ajudantes da Fábrica de Tecidos Paulista, em greve, exigindo reestabelecimento da hierarquia salarial, em 1962" (grifos meus, J.S.L.L.). De fato, a CTP descuida-se, na sua ânsia de economizar cada vez mais sobre os custos em mão-de-obra e sobre a folha salarial possibilitada pela desorganização temporária do movimento local, no estabelecimento habitual de diferenciais de salário, favorecendo os contramestres, dentre os operários, diferenciais estes que materializavam monetariamente sua posição de maior "respeito" na hierarquia fabril vis a vis dos operários, como contrapartida de suas responsabilidades, quanto à disciplina na seção. Com efeito, este diferencial salarial favorecendo os contramestres é um dos componentes deste tratamento, aproximado ao padrão gerencial da "autonomia responsável", que lhes distingue dos operários comuns aos quais é reservado o padrão do "controle direto" (para esta distinção cf. Friedman, 1977, caps. 6, 7 e 8; cf. a nota 57 no capítulo 2 deste livro). Este "achatamento salarial" sofrido pelos contramestres é, por outro lado, acompanhado de uma maior intensidade do trabalho de manutenção que lhes é exigida, inicialmente, com a introdução das novas máquinas modernas na pré-fiação, na fiação (desde 1958), e, particularmente, na tecelagem (em 1961/1962), com seus teares automáticos<sup>270</sup> fazendo aumentar o número de máquinas operadas por cada tecelão, e também, o número delas sob a *responsabilidade* dos consertos dos contramestres<sup>271</sup>.

Assim, se os contramestres são, do ponto de vista dos trabalhadores, profissionais ambíguos, divididos que estão entre tarefas de reparação das máquinas de sua seção dando-lhes certas características destes profissionais

---

<sup>270</sup>"A nossa produção de tecidos acusa acentuado desenvolvimento mercê do recondicionamento de grande parte dos nossos filatórios e a aquisição de novos e modernos teares automáticos" (Relatório anual da CTP de 1962).

<sup>271</sup>Trabalhando cada tecelão com 4 máquinas "mecânicas" ou *pé-duro*, com a introdução das máquinas "automáticas", aquele operário passa a controlar 8, 12 ou 16 teares, conforme o tipo de fio ou padronagem facilitando ou dificultando o processo de trabalho e conforme a habilidade do tecelão. Tendo de adaptarem-se aos consertos exigidos por estas novas máquinas, os contramestres ficam, inicialmente, mais sobre-carregados, após a sua introdução, principalmente, em suas tarefas de manutenção. Com o decorrer do tempo, intensificação de suas tarefas de mecânico correspondente a tendência à redução de suas tarefas disciplinares sobre o conjunto de operários trabalhando naquele conjunto de máquinas (cf. Pereira, 1979, pg. 64). Tal tendência traz efeitos positivos para as tentativas de união entre os operários, em vista de movimentos reivindicativos, fazendo um certo ponto de inflexão no padrão histórico das fábricas têxteis, as quais radicalizaram o caráter hierárquico por vezes assumido pela relação entre um profissional de manutenção e o seu ajudante, ou também, entre aquele e os trabalhadores operando as máquinas que o profissional por excelência tem por responsabilidade consertar, para cristalizar tal relação radicalizada e aperfeiçoada, graças ao sistema de salários por produção, nos contramestres.

por excelência que são os *oficiais* ou *artistas* das oficinas de manutenção da fábrica, e entre tarefas de controle e disciplina sobre os operadores daquelas máquinas, investindo assim o contramestre das propriedades de elo hierárquico mais próximo do trabalhador dessa cadeia patronal de vigilância sobre a força de trabalho<sup>272</sup>; no entanto, a conjuntura dos anos 60, além de colocá-los lado a lado com os demais operários no movimento reivindicativo, e em certas ocasiões pertencendo-lhes a iniciativa, vem também atenuar a oposição existente entre eles e os operários *produtivos* no interior da fábrica.<sup>273</sup>

Assim, além de liderarem a greve de julho de 1962, marcando a retomada das lutas reivindicativas dos operários de Paulista, mobilizando-se não só por reivindicações dizendo respeito a eles próprios e seus ajudantes, mas, igualmente por reivindicações beneficiando o conjunto dos trabalhadores da fábrica, os contramestres têm um papel decisivo também na re-dinamização da atividade sindical, contribuindo para a vitória eleitoral da chapa de oposição a "Birino", em agosto de 1962.

---

272"O contramestre é amigo do tecelão quando o tecelão tá produzindo. Quando a produção do tecelão tá caindo, o contramestre tá só xingando ele, como esse contramestre que trabalha comigo xinga um rapaz novo que tem lá demais. Quer dizer, não há operário melhor que o outro, há mais experiência, né. Mas, aqui, eles não estão olhando a qualidade do pano não, o camarada só é bom quando tá produzindo. Agora comigo e com outro que tem lá ele (o contramestre) é até legal, traz até café pra gente, às 2 horas da manhã. Isso eu não vou dizer dele, que ele ajuda a gente muito mesmo".

(Tecelão, trabalhando no momento da entrevista)

273"O contramestre, pra ele poder dizer: 'eu sou um contramestre profissional', ele tem que ser bom com os tecelões, tem que ser bom na mecânica, tem que ser atencioso e esperto igual ao tecelão também, o tear quebrando ele ir logo em cima. Ele tem que saber tratar os tecelões. Ele tem que atender aquele defeito, assim que ele aparece. Tem que saber fazer o trabalho, usar a máquina na escala, que deve ser pra poder ela rodar. Por que se ele não fizer tudo certo, ele vai ter mais trabalho, pode até acidenttar um tecelão, até ele próprio pode se acidenttar, se na hora que ele vai passando der um problema, porque ele não fez bem feito e a lançadeira voa, e acerta ele. Eu mesmo trabalhei como tecelão na Macaxeira com um contramestre que era bom, porque consertava o tear direitinho, mas ele era muito bruto. Ele era um contramestre bom, mas ele tinha um defeito, que eu acho que é o maior defeito que o contramestre pode ter, que é tratar mal o operário, que trabalha com ele. Eu fui chamar ele pra consertar o tear, ele disse: 'Qual é o problema da máquina?', eu disse: 'A lançadeira tá voando' Aí ele disse: 'Pega a faca, e corta a asa dela!' (risos). É não é assim que o contramestre deve fazer. O contramestre tem que cativar muito o tecelão porque nenhum tecelão quer trabalhar com um contramestre mau. Por que ele pode pensar assim: 'Ah!, não vou ali naquela máquina agora não, porque eu estou ganhando pela produção da seção, pela produção de 5 tecelões, ele (o tecelão cuja máquina quebrou) tá ganhando somente pela boca mas deixa pra lá'. A gente não deve ser assim, porque a gente deve olhar, que talvez ele seja até um chefe de família, né, quer dizer que uma hora daquele dia, ele passar com uma máquina parada já é um pão a menos que as crianças dele comem, né."

(Contramestre, trabalhando no momento da entrevista)

"No início, Birino era muito benquisto aqui. Eu mesmo já tive muito ligado a Birino, né, no início. Depois, houve um certo desvio de tendência dele. *Aí, ele foi perdendo apoio, inclusive nós fomos nos afastando dele, o nosso grupo, e terminamos até na eleição derrubando ele, né.*

— O Antonio Pereira era católico. Esse grupo que o senhor falou era um grupo católico?

— Sim, com tendências católicas. Apesar de que, só o Antonio Pereira (presidente eleito em 1962) que foi mesmo de JOC, depois de LOC. Eu apesar de ser simpático à religião católica, na época que começou a JOC aqui, eu já estava adulto, já madurão, e eu não acompanhei, não. Quando eu disse "nosso grupo" é porque era um grupo de contramestres, formado de contramestres, o Antonio Pereira era contramestre, eu também, e formou uma corrente muito forte, né, contra o mandato de Birino. Isso porque Birino, num dos aumentos de salário, prejudicou a classe de contramestre. Com isso, os contramestres ficaram desgostosos, e formaram um grupo muito grande de contramestres destacados dele. Nós tivemos uma luta e tanto pra derrubar Birino. A 1ª eleição perdemos (em 1960), na 2ª foi que derrotamos. Mas ele estava bastante alicerçado, depois, ele ficou com o apoio da companhia, a companhia por baixo, sem aparecer, e a Delegacia do Trabalho também apoiando ele. Mas nós ganhamos, e começamos a trabalhar. Veio a greve de 1963. Mas nós só tivemos um ano e pouco de mandato. (...)"

(contramestre Benício Neves, vice-presidente da diretoria sindical, eleita em 1962; grifo meu, JSLL)

Animados com essa reapropriação do sindicato, os operários de Paulista partem para uma campanha salarial logo após a decretação do novo salário mínimo em 3/12/1962 a vigorar desde o primeiro dia de 1963. A luta pela correta conversão deste aumento do salário mínimo nos preços unitários das tarefas regidas pelo salário por produção vem reforçar-se, depois da decepção dos operários de não verem concretizada, no novo decreto de salário mínimo (de dezembro de 1962), a anunciada "elevação" de Paulista à 1ª zona de salário mínimo de Pernambuco juntamente com os municípios de Jabotão e São Lourenço da Mata. Com efeito, o semanário *A Hora* (que substituiu temporariamente a *Folha do Povo*) de 8/9/62 anuncia a iminência da assinatura de decreto preparado pelo Ministro do Trabalho Hermes Lima no Governo João Goulart, passando aqueles municípios para a 1ª zona, como "área metropolitana do Recife". No entanto, apesar deste anúncio, o decreto de dezembro de 1962 de fato inclui na 1ª zona apenas Recife, Olinda e Moreno, este último município "promovido" desde abril de 1961, o que motivou, além de uma luta judicial da fábrica da Societé Cotonière, que domina a cidade contra a medida, demissões e o aumento sensível dos aluguéis das casas da vila operária. (cf. *A Hora*, 18/11/61 e cf. petição da Societé Cotonière Belge Brésilienne ao Ministro do Trabalho de 19/6/61 in arquivo SIFT-RJ, petição semelhante à que faz a CTP em 23/11/1943, como

vimos no capítulo 9). Talvez devido a estas repercussões em Moreno, a 1ª zona não é estendida finalmente a Paulista. Quase 20 anos após ter sido efemeramente “promovido” à 1ª zona para figurar ao lado de Recife e Olinda, em novembro de 1943, e prontamente retornado à cômoda 2ª zona, em fevereiro de 1944, por pressão da própria CTP e de Agamenon Magalhães (cf. cap. 9 nota 172), Paulista novamente deixa de ter a propriedade de ser atribuído a seus trabalhadores o maior salário mínimo regional, como era a reivindicação do movimento sindical local, durante a década de 50, mesmo em conjuntura política mais favorável aos trabalhadores.

No dia 14 de fevereiro de 1963, os operários de Paulista entram em greve após contactos, que se revelaram infrutíferos, com a diretoria da CTP, conforme a assembléia geral extraordinária do sindicato do dia 12 havia determinado, para reivindicar “82% de aumento salarial para os trabalhadores qualificados, a fim de restabelecer a hierarquia salarial quebrada pela vigência dos novos níveis de salário mínimo” (*Jornal do Comércio*, 12/2/1963), dando um prazo de 24 horas para negociações. (cf. *A Hora*, 16-23/2/63). É interessante notar esta inflexão de linguagem por parte dos trabalhadores, nas tradicionais campanhas salariais, que se sucedem à decretação de novos níveis de salário mínimo, ocorrida a partir do momento em que os contramestres entram em cena, desde a greve de julho de 1962, com iniciativa no movimento reivindicatório: “restabelecer a hierarquia salarial” (cf. também *Jornal do Comércio*, 11/7/62).

O desencadeamento da greve de Paulista, poucas semanas após a posse (em janeiro de 1963) do governo Miguel Arraes, e durante a gestão de Almino Affonso no Ministério do Trabalho, encontra um clima inédito de tolerância das autoridades em face do movimento, afastando a possibilidade de repressão policial, ou ministerial, além de uma organização intersindical em ascensão.

Como já havia ocorrido, por ocasião de outras greves – na greve isolada de 1951, na greve geral dos têxteis de 1952, e nas greves isoladas de 1954, 1956 e 1957; mas não na greve dos têxteis de Recife e Escada de 1958 – as peculiaridades da dominação e da superexploração, em Paulista, acabam paradoxalmente propiciando movimentos reivindicatórios mais “explosivos”, de maior notoriedade pública e de repercussão sobre os têxteis de Recife<sup>274</sup>.

---

<sup>274</sup> Ao comentar retrospectivamente a greve geral dos têxteis de 1952, em um artigo sobre “os 28 anos de fundação (e de luta) do sindicato dos tecelões recifenses”, a *Folha do Povo* assim expressa, com tonalidades talvez por demais épicas, essa maior notoriedade das greves em Paulista:

“(Em 1952) não apenas os operários do Recife reivindicavam aumento salarial, como também, tecelões das diversas cidades, inclusive Paulista, onde a ‘parede’ foi total (isto é, atingiu também os serviços de água e luz da cidade monopolizados pela fábrica) e quase assumia caráter revolucionário, em consequência da tremenda exploração ali existente.” (F. P., 7 a 13/6/1959).

Assim, à greve de 1956 dos operários de Paulista por pouco se segue uma greve dos seus colegas em Recife; assim também, a greve de fevereiro de 1963 mobiliza os operários de Recife para uma greve em solidariedade à luta de operários na fábrica que melhor simboliza a opressão exercida sobre os tecelões de Pernambuco. Esta possibilidade de extensão do movimento preocupa a grande imprensa local, três dias após o início da greve:

*"Greve em Paulista continua - Nada foi resolvido durante o dia de ontem sobre a greve dos tecelões de Paulista, tendo já agora o movimento mudado de rumo com a provável adesão dos tecelões do Rio Tinto. Por outro lado, há rumores de que os tecelões do Recife ficarão solidários com o movimento de Paulista, paralisando também as fábricas recifenses."*

(Jornal do Comércio, 17/2/1963)

Já então as negociações entre os operários e a CTP não se davam mais em torno dos 82% de aumento salarial para os operários que ganham acima do salário mínimo, deliberados na assembléia que antecedeu à greve, mas em torno do índice de 70% de aumento para aquele grupo de operários, englobada numa "proposta conciliatória" de 7 itens apresentada pelo Delegado Regional do Trabalho, e endossada pelo sindicato dos operários de Paulista e pelo CONSINTRA (Conselho Intersindical de Pernambuco). Esta proposta faz diminuir o índice de aumento salarial em relação à reivindicação inicial<sup>275</sup>, mas mantém outros itens importantes da pauta de reivindicações dos operários, dando-lhes a caução do mediador oficial, e o principal desses outros itens é a "fixação, em todas as seções, das tabelas de preços (relativas aos salários por produção) que vigorarem a partir do acordo" (*A Hora*, 16-23/6/63), item exigido, desde o dissídio coletivo de 1945 (cf. supra) e nunca cumprido pela CTP. Além disso, a DRT inclui em sua "proposta conciliatória" tanto a "não punição dos grevistas" e o "pagamento integral dos dias parados", para evitar, desta vez, os desdobramentos habituais das greves em Paulista, quanto o "desconto obrigatório da contribuição sindical devendo ser depositada até o dia 13 de cada mês", atingindo a prática da CTP de abolir o "desconto em folha" do imposto sindical a cada vez que o sindicato operário não lhe for subserviente.

Se no dia seguinte à assembléia dos trabalhadores, quando então se realizaram as primeiras negociações entre o sindicato operário e a CTP, esta diz concordar em aumentar os "classificados" e "produtivos" em não mais de 40%, no entanto após a apresentação da "proposta conciliatória" endossada

---

<sup>275</sup>"Aumento de 70% para os trabalhadores 'produtivos' e 'classificados', sobre os salários pagos em 31/12/1962, inclusive sobre os Cr\$2.000,00 pagos aos contramestres (resultado da greve de julho de 1962); aumento de 17% para os operários que ganham salário mínimo."

(*A Hora*, 16-23/2/63).

pela DRT, a *companhia* vem "tomar público", em "nota oficial" à imprensa, que contrapropôs "um reajuste de 65% para os operários que percebem acima do mínimo legal, e de 5% para os que auferem quantia correspondente ao mínimo legal (...), em reunião com os líderes da classe, seu presidente e o Dr. Delegado do Ministério do Trabalho" (*Jornal do Comércio*, 16/2/1967). A CTP procura assim "tornar pública" uma divergência minimizada, em torno dos percentuais de aumento salarial, ocultando o seu antagonismo a cláusulas que atacam o segredo dos preços unitários para o cálculo do salário por produção e as prerrogativas patronais punitivas que se desdobram no imediato pós-greve. E é apegando-se à recusa do item do acordo proposto, referente à não punição dos grevistas, que a CTP retarda o fim desta greve<sup>276</sup>, conforme descreve notícia do insuspeito *Jornal do Comércio* de Recife. Esta notícia, aliás, traz interessantes informações sobre o transcurso e sobre a disposição espacial das negociações:

*"Por causa de pormenor greve de Paulista não foi solucionada. Um pequeno pormenor impediu ontem o término da greve dos trabalhadores nas indústrias de tecidos de Paulista, a qual, assim, entra no seu sétimo dia de duração. Durante toda a tarde, na sede da Federação das Indústrias, estiveram reunidos diretores da CTP, dirigentes do Sindicato Operário, o representante do CONSINTRA Sr. Gilberto Azevedo, o Delegado do Trabalho Enock Saraiva, o advogado da empresa Heráclito Buarque, o sr. Miguel Vita representante da FIEP, e outras pessoas.*

*Na verdade, o que houve foram duas reuniões por assim dizer independentes: numa sala, encontravam-se o Sr. Manoel Pinto (diretor da CTP) e outros representantes da empresa; noutra, os representantes dos grevistas e do CONSINTRA, o advogado da firma e o Delegado do Trabalho. O advogado Heráclito Buarque saía de uma sala para outra, e se caracterizava pela capacidade de expor os problemas de um dos lados aos interessados do outro bando. (De fato, os "problemas" deviam estar do lado da CTP, pois o advogado da CTP não é um*

---

<sup>276</sup>Já no 5º dia da greve, os dirigentes da Federação das Indústrias de Pernambuco, percebendo a ameaça de extensão do movimento social dos operários de Paulista pelo conjunto dos têxteis de Recife em uma conjuntura política favorável aos trabalhadores, coloca-se numa posição de mediação entre "as autoridades" favoráveis aos trabalhadores e à CTP, passando a pressionar a direção daquela companhia para uma rápida solução negociada da greve.

"A Federação das Indústrias de Pernambuco passou a interessar-se vivamente, em favor de uma imediata solução da greve que envolve, desde o dia 14 do corrente, 3.600 trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de Paulista. (...) Ontem à tarde, a FIEP, através do Sr. Miguel Vita passou a entender-se com a CTP. Negociações se processaram pela manhã entre os srs. Vita, Enock Saraiva (DRT) e Antonio Carlos Cintra do Amaral (secretário assistente do Governo Arraes). À tarde, Vita conversou com diretores da CTP aos quais fez um apelo para que se encontre um meio de pôr fim imediato à parede."

(*Jornal do Comércio*, 19/2/63)



"mediador" que possa representar os trabalhadores, mas como "parte" integrante da CTP pode servir de "mensageiro" entre ela e seus interlocutores estanquizados numa sala da Federação das Indústrias). A certa altura, chegou uma nota da Cúria Metropolitana, firmada pelo Monsenhor Manuel Leonardo de Barros, Vigário Geral do Arcebispo de Olinda e Recife, apelando para o imediato término da greve. (Apelo aos operários, implicitamente favorável aos patrões, por medo da extensão do movimento social; ou ao contrário, apelo aos patrões, implicitamente favorável aos operários, por influência de setores como a JOC e a ACO?)

A CTP, depois de várias discussões, oferece um aumento de 20% sobre os salários atuais dos trabalhadores categorizados e produtivos (isto é, sobre os salários reajustados pelo índice de aumento do salário mínimo de janeiro de 1963), ficando entendido que nenhum operário terá majoração inferior a 70% sobre os salários de dezembro de 1962, concedendo aumento de 10% aos trabalhadores sujeitos ao salário mínimo. De uma forma ou de outra, essa oferta corresponde, na prática, à proposta conciliatória do Delegado Enock Saraiva: 70% e 10% respectivamente, para os categorizados e os sujeitos ao mínimo legal. Os grevistas aceitaram a proposta da companhia. No entanto, permanece o impasse, relacionado ao pagamento dos dias de greve. A empresa, a princípio, recusava-se a fazer esse pagamento. Todavia, ontem, evoluiu para uma proposta de 500 cruzeiros por dia de greve para os adultos e de 250 cruzeiros para o pessoal de menor idade. Os trabalhadores, porém, rejeitaram essa proposta firmando-se na exigência de pagamento integral. A diferença é 100 a 200 cruzeiros com relação à proposta da companhia. Às 18:30 hs. foi encerrada a reunião — sem acordo, a não ser o de que outro encontro será realizado hoje, às 11 horas, a pedido da empresa, na FIEP. O pedido foi feito com base na necessidade de efetuar cálculo, pois as folhas de pagamento envolvem 3.500 nomes. Para facilitar, o sindicato grevista disse que concordava com o pagamento dos dias de greve na base do salário antigo."

(Jornal do Comércio, 20/2/63)

Na manhã seguinte, os trabalhadores e a CTP acertam-se quanto à gestão do pagamento dos dias de greve, que na tarde anterior, fez paralisar a efetivação do acordo coletivo de trabalho. Até para o pagamento dos dias de greve, a contabilização do salário dos trabalhadores produtivos, regidos pelo salário por produção, presta-se a polêmicas e a conflitos. E a solução encontrada, formalizada como "parágrafo único" do 5º item do acordo finalmente assinado, segue a forma do salário por produção: "No caso dos empregados que trabalham por produção, o cálculo dos salários, correspondentes aos dias de greve, será feito tomando-se por base a média salarial dos dias efetivamente trabalhados pelo empregado, na quinzena que antecedeu ao início da paralisação." (*Diário de Pernambuco*, 21/2/1963). Se a observação de Barrington Moore Jr., baseada genericamente no salário por tempo, e feita a partir do estudo da classe operária alemã, do início do século, de que não era por capricho que "uma greve em torno de poucos centavos por hora

pudesse tão facilmente transformar-se num acontecimento fazendo emergir tão poderosas paixões: estes poucos centavos por hora, multiplicados pelo número de horas em um ano de trabalho poderiam fazer toda a diferença entre a penúria e a respeitabilidade” (Barrington Moore Jr., 1978, pg. 186), é esclarecedora da ligação entre impasses materiais aparentemente irrelevantes, e paixões sociais economicamente fundamentadas, pode-se compreender também, de forma analógica, que o princípio do correto pagamento do salário por produção – que, no decorrer do tempo, coloca em jogo “a penúria ou a respeitabilidade” da maioria dos operários têxteis – seja uma exigência “racional” dos trabalhadores, mesmo para o pagamento dos dias de greve.

Ilustrativa da maneira como o conflito “revela” aspectos das relações sociais, tanto ou mais que a querela sobre o pagamento dos dias de greve, é a “cenografia das negociações coletivas” indicada na notícia do *Jornal do Comércio*, acima transcrita. Mesmo numa conjuntura política (que logo terminará...) favorável aos trabalhadores, a CTP procura indicar “teatralmente” a sua intransigência formal em “negociar” com o sindicato dos seus operários, quando este faz valer os seus direitos e interesses, ainda mais estando ele acompanhado de entidades intersindicais e autoridades que favorecem os trabalhadores. Negociando de fato através do seu advogado-mensageiro, e cedendo a praticamente todas as reivindicações colocadas pelos trabalhadores<sup>277</sup>, a CTP, no entanto, procura “manter a face” de sua intransigência, perante os trabalhadores associados e seus aliados, lembrando – mesmo depois de 17 anos de conflitos de classe explícitos no pós-guerra – a sua atitude perante o sindicato de “Roberto do Diabo”, em 1932.

---

<sup>277</sup> Os itens principais, dentre os 11, que constam do acordo são os seguintes: Os três primeiros referem-se ao “aumento de 20% sobre os vencimentos atuais dos empregados e operários classificados e produtivos (correspondentes a *profissionais* (e não *serventes* ou *ajudantes*) ganhando tanto o salário por tempo (os “classificados”), quanto por produção (os “produtivos”)) aumento este nunca inferior a 70% de aumento sobre os salários efetivamente recebidos em 31/12/62, e pagos a qualquer título (gratificações, taxas, etc.)” e ao aumento de “10% aos operários e empregados, que ganham, atualmente, o salário mínimo legal (decretado em 31/12/62) (*serventes* e *ajudantes*)”. O 4º item estende este aumento de 10% aos “operários e empregados que sejam menores aprendizes, calculado sobre os seus salários atuais”. O 5º item trata da não punição “para os empregados, de qualquer categoria” que participaram da greve, e trata ainda do pagamento dos dias parados (o “parágrafo único” deste artigo trata do pagamento dos dias de greve aos *produtivos*). O 6º item compromete a CTP a descontar as contribuições sindicais dos seus operários em folha de pagamento, a ser recolhida 15 dias depois do desconto. O item 8º é o referente à abolição do “segredo do salário-unitário por produção” e é assim redigido: “A CTP se compromete a encaminhar ao Sindicato dos Trabalhadores e afixar em lugar visível de todas as seções das fábricas, as novas tabelas de preços que vigorarão, a partir do presente acordo, para remuneração dos operários que percebem à base de produção.”

(*Diário de Pernambuco*, 21/2/1963)

Mas se a *companhia* “mantém a face, no terreno das “negociações coletivas” com as entidades de trabalhadores e autoridades, desgaste maior ela sofrerá, com o desenrolar da greve na própria fábrica e na cidade, perante os seus trabalhadores. Pois mais do que a perda ou a atenuação – através do inédito item 8º do acordo de fim de greve, que transcrevemos na nota (277) – do poder de manipulação e burla salarial, inscrito no *segredo das letras*, também visto pelos operários como o *segredo da companhia*<sup>278</sup>, e mais do que a perda imediata temporária de punir os operários grevistas, a perda maior sofrida pela CTP, com a greve de 1963, refere-se à transparência aos olhos dos operários, tanto da retomada fortalecida da associatividades sindical dos trabalhadores, quanto da materialização do fim do ciclo de dominação, que transcorre entre o auge e a decadência do “sistema Paulista” que medeia o final dos anos 30 e o início dos anos 60. Vamos examinar agora como aparecem, nos relatos retrospectivos dos trabalhadores, a transparência destas duas vias de concretização do enfraquecimento da dominação.

Um sinal de importância decisiva desta greve de 1963 como marco do colapso da legitimidade do sistema de dominação é o fato de que os relatos que a descrevem são, de uma forma ou de outra, unânimes em atribuir-lhe uma relevância maior que as outras, e, inclusive, acabam imputando-lhe ocorrências que foram mais características, ou exclusivamente pertinentes, a greves anteriores. É como se a greve de 1963 fosse o “momento” mais “desenvolvido” ou mais “intenso” dentre os momentos de greve anteriormente vivenciados, e que por ser a mais descrita, serve também para iluminar a compreensão do desenrolar de greves anteriores. Esta maior relevância da greve de 63, incidindo com maior frequência nos relatos dos operários sobre as “greves do passado”, refere-se, em grande medida, à melhor organização da greve por parte de uma direção sindical renovada, após intensa campanha de mobilização dos associados, que se apropria também das experiências anteriores de greve.

*“A greve de 1963 foi muito boa. Não houve nenhum espancamento. Nas outras greves, às vezes, vinha vigia espancar o povo. Nessa época (em 1963), nem operário espancou vigia, nem vigia espancou operário. E não veio polícia. Os operários trabalharam (os “trabalhos” da organização da greve) com uma turma de piquete grande, uma patrulha de choque. Uma ia assim, e já encontrava outra que vinha pra não deixar ninguém entrar dentro da fábrica. Trabalharam assim. Então se ganhou a greve, e não houve nenhum acidente. Tudo tranquilo.”*

*(ex-tecelão)*

*“ – (ex-ajudante de estamperia) A greve que eu achei melhor foi na gestão de Pereira (o presidente do sindicato, eleito em 1962).*

---

<sup>278</sup> “Na Fábrica da Torre, depois de trabalhar meio horário, quando ia tomar café, a gente sabia quanto tinha ganhado, naquele horário. Olhava o relógio, e calculava, tanto nessa (máquina), tanto nessa, porque a gente sabia o preço certo. Tinha a tabela do preço, e a gente sabia (no final dos anos 50). Na Tacaruna, a mesma coisa. Mas aqui, na Paulista, ninguém nunca pôde saber isso. Era letra, mas ninguém nunca soube o quanto ganhava por uma letra. Eles roubavam todo tempo o operário. A gente dizia que era o segredo da companhia.” (ex-tecelão).

—(ex-fianadeira) No tempo de Birino, também teve. Até a companhia ficou com uma raiva de Birino medonha. Em 54, 55, aquelas greves por negócio de salário que o pessoal passou 15 dias. Porque a que durou mais, não me lembro o ano, foi no tempo de Birino (refere-se provavelmente à greve de 1957 que teve a duração, segundo a imprensa, de 7 dias, mas que para os operários, teve talvez a intensidade equivalente ao dobro de dias).

—A que eu lembro bem é do tempo do Pereira. Porque quando Pereira assumiu, nós entramos em luta. Que eu me lembro que tinha um bocado de operário lá nas caldeiras que não queria sair da fábrica. A ordem do sindicato era não entrar na fábrica, ir para a sede (do sindicato). Aí reuniu um bocado de homem, e fomos buscar eles lá dentro. 'Vocês não podem ficar aí dentro não que se der algum prejuízo aí que eles mesmos podem fazer, vão dizer que a culpa foi da gente.' Aí botamos eles pra fora. E conseguimos ganhar. Essa foi uma greve. Depois, houve outra greve. (Pode estar se referindo à greve de 1962 iniciada pelos contramestres, e que o informante engloba já no "tempo de Pereira"; mas em greves anteriores, dos anos 50, também existiram piquetes, tirando alguns operários de dentro das fábricas). Aí a outra paralisou tudo novamente, isolou o portão, botaram piquete no portão, muita gente na frente da Fábrica Velha e da Fábrica Aurora pra não deixar ninguém entrar. E botaram mais duas turmas de ronda pra dar volta ao redor das fábricas pra não deixar ninguém pular pra dentro, pra garantir a fábrica. Porque podia entrar gente de fora, ou vigia, pra fazer o mal lá dentro, e dizer que foi o pessoal da greve, aí botaram turma de ronda. Eram 15, 20, 30 homens fazendo ronda, direto. Passava uma turma, já tinha outra que vinha pelo outro lado. E revezava entre nós, saíam uns, entravam outros. Eu mesmo fui pra lá. E o pessoal mandava comida, o sindicato auxiliava, o pessoal da Igreja cooperava e era café, era queijo, era tudo. E cada um portão da fábrica era um fogo pra fazer café, e assim era a noite todinha. Eu mesmo, vinha pra casa descansava um pouco, e depois, ia pra lá, e ficava até 11 horas, meia-noite. Era só entrando um, e saindo outro. E tinha uns que ficavam o tempo todo. Tem o Luiz — aquele Luiz que era um pouco avexado, você se lembra (dirigindo-se à ex-fianadeira)? — ele ficou lá no portão principal da Fábrica Velha, levou uma rede, e tirava o serviço dele ("serviço" de greve), e depois, ia dormir na rede, uma rede armada no jardim (na praça em frente à fábrica), e dizia: 'O que houver, me acorde'... (risos). Então era assim. E passou um bocado de dias nesta situação.

—(ex-fianadeira) E naquela época de Birino, que teve uma greve, e aquele homem, que tinha uma padaria lá na Rua da Lama, o pessoal foi pedir auxílio lá pros operários, e ele disse que pra quem fazia greve, ele não dava nada, aí o pessoal disse que todo mundo ia deixar de comprar pão na padaria, e acabou a padaria, quebrou (no sentido de falir) mesmo (risos).

—(ex-ajudante de estamperia) Sim. E não fizeram outra greve dessas com Adolfo da Farinha? Foram pedir auxílio pro pessoal que tava em greve, aí ele disse: 'Ah, eu não tenho nada com greve não, quem fez greve que se mantenha, vocês não têm capacidade de fazer greve, não façam.' A tropa se reuniu, aí passou uma ordem: 'Ninguém compra feijão, nem farinha, nem nada, em Adolfo da Farinha!' Aí muitos chegaram lá, e riscaram na parede: 'Ninguém compra nada em Adolfo

da Farinha, que foi contra a greve'. Eu sei que passou quase uns 5 dias, Adolfo não vendia nada. Tinha operária que ia lá só pra chatear: 'Bote aqui um litro de farinha e um quilo de feijão.' Aí botava, aí o operário dizia: 'Onde é o compartimento de Adolfo da Farinha? (compartimento no Mercado Municipal) - 'É aqui.' - 'Ah, é aqui? Então não quero nada não, derrama de volta. (risos)' E a gente ia pra chatear: 'Derrama. Ele é contra o pessoal da greve.' Aí ia comprar noutra lugar. Todo mundo conhecia ele.

-(entrevistador) Isso foi no tempo de Antonio Pereira ou no de Birino?

-(ex-ajudante de estamperia) Ah, foi no tempo de Antonio Pereira. Aí, o povo entrava no compartimento (no mercado) de Adolfo e dizia: 'O sr. é contra a gente porque estamos querendo o nosso direito, estamos atrás do nosso direito e o sr. é do lado da empresa, quer dizer que é um dos que quer sonegar o nosso direito, eu não quero nada do sr. não. Vou comprar noutra canto'. Eu sei que quando passou 5 dias, aí ele mandou dizer ao pessoal dirigente da greve, ao presidente do sindicato e aquele pessoal que estava como cabeça da turma de ronda, aquele pessoal mais entendido, que o que precisasse dele podia ir buscar. Que ele disse que era contra a greve, porque não sabia o que estava dizendo, por ignorância, que ele não era contra o operário, ele tava do lado do operário. Qualquer coisa que o operário precisasse, mandasse buscar, farinha, feijão, o que quisesse. - 'Coisa demais não mas o que puder facilitar pra vocês eu facilito.' Ele deu feijão, parece até que deu dinheiro para o fundo de greve. E disse mais: 'tanto agora, como qualquer greve que houver, pode contar comigo, que eu estou pronto pra cooperar com vocês.' Aí pronto. Ficou tão unido com o pessoal que (alguns anos) depois, o povo elegeu ele 2 ou 3 vezes pra vereador (pelo MDB, depois de 1964)."

(entrevista com ex-operário da estamperia, assistida por uma ex-fiandeira.)

"Aqui teve essa greve de piquete. As mulheres não ficavam no piquete, mas acompanhavam também, porque a gente ia dar uma volta nos piquetes, né, animando os homens. Foi uma greve muito boa mesmo, parece que passou uns 5 dias. Ninguém chegou no portão da fábrica, entendeu. Foi no tempo de Antonio Pereira mesmo. Ele avisava: ninguém se aproxima do portão da fábrica, tenham cuidado. Agora vocês venham aqui no sindicato, entendeu? Qualquer coisa, só depois do aviso do sindicato. Mas, justamente, os banqueiros foram os que sustentavam os piquetes da greve mesmo, entendeu? (Por ser fiandeira, seção contígua aos bancos, esta informante superestima nessa greve, a força numérica dos banqueiros, que eram relativamente mais importantes nas greves da década de 50.) Era pedaço de pau, eles faziam aqueles cacetes assim, tudo escondido, né. Porque se aparecesse vigia, ou gente furando a greve... só sei que essa greve foi muito boa pra nós, deu resultado. Chegou a resolver a coisa por uns tempos, né. Mas depois... (alusão a 1964)."

(outra ex-fiandeira)

A greve de fevereiro de 1963, resultando em ganhos importantes para os operários, a saber, tanto o aumento salarial, quanto, principalmente, a cláusula da transparência dos salários-unitários por produção - índices da

correlação de forças favorável aos operários, mobilizados desde a 1ª campanha de renovação sindical em 1960, e potencializados pela conjuntura política nacional e estadual dos anos 1962-1963 – passa assim a ser como que o modelo ideal de greve para os operários de Paulista, incorporando e sintetizando atributos de greves anteriores. Além do controle preventivo sobre a totalidade das atividades das duas fábricas, incluindo o zelo com as máquinas e materiais e evitando tentativas patronais de sabotagem, os operários em greve estendem o clima de mobilização e de participação necessários aos “trabalhos de greve” a um contingente importante de trabalhadores – nos *piquetes*, nas *turmas de ronda*, nos grupos coletores de auxílios de greve, nos grupos vinculados à Igreja – e estendem sua hegemonia ao conjunto da população da cidade, sentida particularmente pelos comerciantes. Pelo seu transcurso tranqüilo, decorrente tanto do aperfeiçoamento de sua organização própria, quanto da conjuntura política favorável; por seus resultados favoráveis; pela demonstração de sua própria força que os operários viram, surpresos e alegres, refletida tanto em sua solidariedade interna quanto na da população não operária (aí incluída a solidariedade temerosa de alguns comerciantes); a greve de 63 é retida na memória social dos operários de Paulista como momento modelar desta “utopia grevista” em que o grupo social se sente em “comunhão”, enquanto “comunidade na ação” (cf. Perrot, 1974, t. II, pg. 725). Mas, como objeto a ex-fiandeira, que dialoga com o operário da estamperia, não foi somente a greve de 63 a desempenhar este papel de catalisador de um processo de formação de uma consciência de classe: pois então, que dizer da greve de 51, em que os operários desfilam fantasiados de roxo protestando contra a repressão; da greve de 52, em que Paulista se distingue pela paralisação de toda a cidade, na greve geral dos têxteis de Pernambuco; dos enfrentamentos entre os operários e a *companhia* nas greves de 1954, 1956 e 1957, que deixaram marcas nas “observações” constantes no reverso da “ficha de registro de empregado” dos operários que dela participaram, fazendo anticlímax com o entusiasmo da participação dos operários, convocando assembléias através de foguetões? E que dizer da batalha de “foguetões contra marimbondos”, na grande greve de Roberto do Diabo de 1932 (cf. cap. 7)? Pois em todos esses episódios, aparece também tal aspecto de “comunhão” do grupo social, marcado tanto na aparência de  *festa* incorporada pela greve (cf. para a discussão do aspecto de festa das greves, *Mouvement Social*, 1977), quanto no risco coletivamente assumido de punição subsequente.

Um aspecto, no entanto, que reforça a representação da greve de 63, por parte dos operários em seus relatos retrospectivos, vista como ápice deste processo singular de lenta autoconstrução de uma consciência de classe, é a transparência, aos olhos do grupo social, do enfraquecimento do poder patronal, posto em evidência por esta greve. A greve de 63, mesmo porque a última antes da era repressiva pós-1964, é como que a “vingança histórica”



dos operários de Paulista à vitória patronal na grande greve de 1932 – esta greve, que está vinculada ao “mito de origem” do grupo social, através do aliciamento de famílias no “interior” – na sua singular concepção de um “tempo estrutural” vinculado às vicissitudes das diferentes personificações da figura patronal. E esta “vingança é elaborada não apenas sobre o fato da súbita penúria, invertida em direção à *casa-grande* e aos *chalets*, efetuada pelos grevistas, através do corte de luz e água – fato este já ocorrido, anteriormente, em outras greves, desde a de 1952, quando então o próprio Comendador Arthur vai humildemente ao sindicato pedir a ligação da luz e água e não é atendido – mas, principalmente, sobre a interseção entre, por um lado, um corolário da organização impecável dos piquetes desta greve e, por outro, a presença de elementos contidos nos relatos do desfecho da greve de 1932, que ilustram e caracterizam o “sistema Paulista” como incompatível com a associatividade operária autônoma (cf. cap. 7). Pois esta interseção passou a caracterizar a greve de 63 como “aquela greve em que empataram o banho do comendador”:

*“Eu me lembro bem é do tempo de Pereira no sindicato, porque depois da 1ª eleição que o sindicato teve no governo de Miguel Arraes, a 1ª eleição do sindicato, a gente se uniu, votou, e Birino perdeu. Aí Antonio Pereira assumiu. (De fato, esta eleição foi em setembro de 1962, antes da eleição e da posse de Miguel Arraes no governo estadual). Aí quando Pereira assumiu, a gente dizia (rindo): ‘A macaca agora mudou. Mudou e mudou mesmo.’ Aí entremos em luta. Quando entremos em luta, foi que houve aquela greve, que parou todas as duas fábricas, e empataram o Comendador de entrar na fábrica, e ele ia tomar um banho lá todo dia, aí a tropa disseram: ‘Ele deve estar com muita raiva do sindicato’... (risos).”*

*(ex-operário da estamperia)*

*“Nessa greve de 63, parou tudo, tudo, tudo. Faltou energia na casa do Comendador, faltou tudo mesmo. Não trabalhou nada. Porque o coração da fábrica, vamos dizer assim, são as caldeiras, né. As caldeiras geravam energia pra fábrica, mas dessa vez dessa greve grande parou as caldeiras, parou foi tudo, né. E faltou energia. A gente não tinha recebido Paulo Afonso, ainda naquela época (referência à energia da CHESF). Em 1960, por aí assim, o prefeito comprou umas ações de Paulo Afonso (CHESF), mas não pode pagar, então a companhia pagou as ações da prefeitura, e ficou com toda a energia. Então com a greve, parou tudo naquele tempo. E não entrava nada na fábrica, os piquetes não deixavam. Nem o Comendador Arthur, nessa greve, eles deixaram entrar. O Comendador, ele tinha na (Fábrica) Aurora um lugar que ele costumava tomar banho, ele ia todo dia lá tomar banho. Então o pessoal da greve não deixou ele entrar pra tomar banho. Não deixaram. Ele voltou e foi se embora. Deixou de morar aqui, e nunca mais quis voltar pra Paulista, nem pra visitar, até ele morrer (em 1967). Nessa greve, a gente venceu, ganhou muita coisa, mas nem deu tempo de aproveitar. Porque, devido à política e ao governo, que é quem manda, veio a revolução (1964) e se acabou tudo.”*

*(ex-banqueiro)*

Porque a insistência neste “banho do Comendador”? Lembremo-nos do desfecho da “grande greve” de 1932 (na realidade, um movimento reivindicatório, marcado por duas greves, pela resistência ao *lock-out* patronal parcial e pelo transbordamento de uma passcata), plenamente favorável aos patrões e comemorado, simbolicamente, no convite ao Governador Lima Cavalcanti para freqüentar o “banho dos coronéis”, segundo o relato dos velhos operários, e a expressão de uma destas versões na notícia romaneada do jornalista “Lamarck” do *Folha do Povo* de 1935 (cf. cap. 7, texto que se segue à nota 150). Acompanhando a ascensão da CTP à posição de maior companhia têxtil brasileira, na virada da década de 30 para os anos 40, o “banho dos coronéis” de então era um dos símbolos de poder dos Irmãos Lundgren e, particularmente, do Coronel Frederico – este especialista talentoso no uso da “teatralização da dominação” – tal como eram vistos estes símbolos pelos próprios dominados, os operários de Paulista. O ato de barrar o acesso do irmão Lundgren sobrevivente à fábrica – o Coronel Frederico morreu em pleno apogeu da CTP, com suas exportações aos países destruídos pela guerra, em 1946 – não é somente um corolário da plena eficiência dos piquetes grevistas, mas um gesto pleno de significações para aquele grupo social. Barrar o acesso do Comendador Arthur à fábrica é também, para os operários, impedir a consumação do habitual “banho do coronel” na “casa de banhos” da fábrica, é um ato carregado simbolicamente como que da derrubada final da dominação personalizada, expressando-se também de uma maneira personalizada, através da quebra desta apropriação, impregnada de domesticidade da fábrica pelo dono, destes “caprichos do patrão”, costumeiros e sagrados. E o significado desta ruptura simbólica com a dominação personalizada, ou com a própria dominação personificada, pode ser “confirmado” pelo relato de ponto de vista inverso ao dos relatos “baluartistas” dos operários-veteranos de greve, pelo relato do operário deferencial ao patrão, cuja profissão o faz um observador privilegiado da esfera doméstica patronal:

*“O Coronel Frederico, esse era o cabeça da companhia, né. Já o Coronel Arthur não tinha esse lema não, já fazia a coisa mais oculta, mais orgulhoso, e tal, aí o pessoal metia a macaca, nunca que podia ficar assim como estava. Houve uma greve aqui em Paulista, parece que em 1962 ou 1963, não estou bem lembrado, que até a sessão elétrica – essa época não tinha Paulo Afonso ainda. A luz ainda era da companhia. Tinha os motores, a motora, que quando acendia, era luz pra toda Paulista. Eu vi uma noite o Coronel Arthur, o Comendador Arthur Lundgren, sair com o candeeiro na mão pra ir pro quarto dele dormir, onde ele dormia, porque não tinha eletricidade na casa grande. Um homem que tinha uma fortuna dessas, com tantos motores elétricos funcionando, e parado por falta de mão-de-obra, e por falta de operário prá funcionar, e por causa da greve de operário, esse homem passou muita decepção, aqui dentro de Paulista. De ele chegar na porta da*

*fábrica, e botarem pra fora: 'Volte! Não entre não!'. Na fábrica dele. Mesmo que chegar na porta da minha casa, e me impedir de entrar, mesma coisa, a sua casa... Esses homens de Paulista comeram esse abacaxi todinho calados. No tempo de Miguel Arraes, sabe?"*  
(ex-motorista)

Essa visibilidade do enfraquecimento da dominação e esta apropriação das condições de trabalho no interior da fábrica pelos operários, associados neste período de correlação de forças favorável aos trabalhadores, tem, no entanto, uma duração limitada, não resistindo à brusca mudança da conjuntura política, a partir de abril de 1964. Assim, a tão reivindicada transparência dos salários-unitários para efeitos do cálculo do salário-por-produção, exigida desde o dissídio coletivo de 1945, vai ser fixada em acordo coletivo e cumprida pela pressão dos trabalhadores, somente neste curto interregno de 1 ano, entre março de 1963 e abril de 1964. Por outro lado, observado retrospectivamente, este auge da mobilização e consciência de classe dos operários de Paulista, entre 1962 e o início de 1964 é, num certo sentido, tardio comparativamente ao poderio potencial do contingente concentrado de trabalhadores na fábrica e na vila operária, no início dos anos 50. Pois se na greve de 1952, cerca de 12.000 operários paralisam os trabalhos da fábrica, na decisiva greve de 1963, os operários das fábricas de Paulista estão reduzidos a cerca de 4.000<sup>279</sup>. Este descompasso temporal entre a consolidação da mobilização e organização do movimento social local, lastreada por uma conjuntura política favorável, e o ritmo das reorganizações do processo produtivo, eliminando grandes contingentes da força de trabalho pode ser ilustrado, não somente com a reivindicação, no interior da fábrica, do fim do *segredo da companhia*, mas também, na área "externa" à fábrica, com a velha reivindicação do fim da *folha amarela*. Com a consolidação do movimento social local, que inclui não somente os operários têxteis associados, mas a organização do campesinato e dos trabalhadores rurais do município através da Liga Camponesa de Abreu e Lima, posteriormente transformada em Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paulista, eclode em janeiro de 1964 uma greve dos *lenhadores e lenheiros*, trabalhando sob o regime da *folha amarela*, para alimentar as caldeiras da CTP. Esta greve — que reivindica o aumento de 100% do preço do metro de lenha cortada e a

<sup>279</sup> E este auge do movimento social é ainda impotente para bloquear as demissões de trabalhadores, decorrentes da introdução de novas máquinas. Assim, pouco depois da greve de 1963, são demitidos operários estáveis do branqueamento e acabamento da Fábrica Aurora, "sem motivos" (cf. *A Hora*, 8-14/06/1963), provavelmente com a "atualização em 1963 da seção de estamperia, que recebe novas e modernas máquinas de estampar e que permitem à mesma em futuro próximo, constituir-se numa 'Central de Acabamento' autônoma". ("Fases do desenvolvimento da CTP" em folheto da CTP: "CTP, Modernização para acompanhar o progresso brasileiro" quando do financiamento da SUDENE em 1970).

assinatura da carteira de trabalho pela CTP (ao invés de intermediação dos empreiteiros), e termina vitoriosa com a regularização dos direitos sociais daqueles trabalhadores segundo o Estatuto do Trabalhador Rural depois de 42 dias de greve, do empíquetamento das estradas de acesso ao corte de lenha, e do apoio dos operários têxteis, da Prefeitura e da Câmara Municipal de Paulista – abrange então apenas entre 150 a 200 trabalhadores, contrastando com os “milhares” de trabalhadores da *folha amarela*, do final dos anos 40. (cf. *A Hora*, 25/01/1964, 01/02/1964, 29/02/1964)<sup>280</sup>.

A questão da sincronização entre, por um lado, as estratégias da empresa quanto à reorganização do processo produtivo, e a possibilidade de efetivá-las, e, por outro lado, a maior ou menor capacidade de organização e de resistência dos trabalhadores, influenciada pela conjuntura política do período, reaparece com igual força depois de 1964, de uma forma desfavorável aos trabalhadores. Pois a efetivação dos projetos de “modernização” da CTP, de introdução de novos equipamentos, acarretando na redução do número de trabalhadores, então em processo de “maturação” no início dos anos 60, encontrará, depois de abril de 1964, os operários desorganizados e desmobilizados, com o sindicato sob intervenção, lideranças presas ou fugidas, parte do “pessoal da turma de ronda” demitida. Esta sincronização, portanto, entre a efetivação da “modernização” da fábrica e a “era” repressiva pós-64, trará dificuldades redobradas à resistência dos operários de Paulista às novas modalidades da dominação fabril que se manifestam a partir da 2ª metade dos anos 60.

De qualquer forma, a importância deste enfraquecimento da dominação, materializada na quebra tanto do *segredo da companhia*, referente à manipulação do salário por produção, quanto da *folha amarela*, ambos indicadores da correlação de forças favorável alcançada pelos operários entre 1962

---

<sup>280</sup> Após a desativação das caldeiras à lenha, com a introdução de caldeiras a óleo combustível na 2ª metade dos anos 50, o que acarretou dispensas de trabalhadores nas caldeiras e na *folha amarela*, a CTP volta a utilizar no início dos anos 60 numa certa medida as caldeiras à lenha, reincorporando trabalhadores às tarefas de corte e transporte da lenha:

“As nossas plantações de eucalipto, já contando com mais de 15.000.000 de pés, continuam sendo aumentadas ininterruptamente, constituindo dentro de breve uma das maiores reservas do Nordeste no gênero. Aproximadamente a metade das necessidades de vapor estão agora preenchidas com caldeiras queimando lenha. A utilização deste combustível traz grandes benefícios à companhia, à população do município e à Nação. O vapor gerado por lenha custa certamente a metade do produzido por óleo. A queima de lenha produz centenas de novas oportunidades de emprego no corte, transporte e manuseio da lenha, empregos não existentes com queima de óleos, e finalmente, e talvez mais importante, a economia considerável de divisas, devido ao consumo a menos de óleo. Calculamos esta redução em 6.000.000,00 ou US\$ 120.000 por ano.”

(Relatório anual da CTP de 1962)

e o início de 1964, não pode ser subestimada mesmo que conseguidas para usufruto temporalmente limitado de um número comparativamente menor de trabalhadores que os existentes no auge do "sistema Paulista". De um certo ponto de vista é o processo mesmo de reorganização produtiva e gerencial iniciado desde 1949, marcando o fim do "tempo de trabalho para todos", implicando na demissão de grandes contingentes de trabalhadores e do uso deliberado de uma política de acelerada rotatividade da mão-de-obra, que abala a legitimidade da dominação alcançada no auge do "sistema Paulista" entre os operários, levando-os à mobilização e à organização da sua associatividade autônoma (sempre obstaculizada pelos meandros da legislação sindical e pelas práticas da burocracia ministerialista mais ou menos internalizadas pelas próprias diretorias sindicais) e ao desenvolvimento da consciência de classe. A maneira mesma como é representada a vitória inédita, alcançada pela greve de 63 pelos operários, ultrapassando o valor intrínseco da pauta de reivindicações obtidas para fixar-se numa "contra-teatralização do enfraquecimento da dominação", é ilustrativa da importância dada pelo grupo social a este desfecho de um ciclo de lutas, iniciado desde o final dos anos 40. Tal ciclo de lutas, que apresenta um ritmo ascensional, apesar de todas as dificuldades e contramarchas até 1957, que se inflexiona a partir do final da greve de 1957 em um período depressivo, para voltar a ascender, no início dos anos 60, atingindo o seu auge entre 1962 e o início de 1964, apresenta uma importante constância na capacidade de resistência deste grupo operário e, no final do período, numa inversão na correlação de forças, enquanto perdura uma conjuntura política democrática. E apesar das perdas numéricas e da evasão de operários de Paulista no decorrer dos anos 50, o desfecho representado pela greve de 1963 bem ilustra o coroamento da capacidade de resistência de um grupo social, que apesar da política de rotatividade da mão-de-obra, permanece e parcialmente reapropria-se de uma cidade-vila operária monopolizada por uma fábrica. Tal capacidade de resistência, descrita e analisada na presente parte no que se refere ao campo de lutas da produção fabril, tem também seu espaço social de contradição à *companhia* no terreno extra-fabril da vila-operária, dos roçados-operários e da política municipal, que examinaremos a seguir. É esta "história incorporada" de lutas deste período anterior, que influenciará a resistência à "modernização" e à "guerra contra os estabilizados" no duro período que se abre com o pós-64, trazendo uma série de derrotas e dificuldades aos operários. E é este legado do período de conflitos sociais abertos entre 1945 e 1964 a base sob a qual erigirá não somente a paradoxal consolidação de uma interiorização da dominação idealizada do passado, no entanto instrumental para a deslegitimação da dominação presente; mas também a vitória da permanência deste grupo social, através das gerações, na cidade e da reapropriação parcial da vila operária.

## PARTE IV

### A “LIBERTAÇÃO DA CIDADE” E AS LUTAS PELA APROPRIAÇÃO DA VILA OPERÁRIA PELOS TRABALHADORES





## INTRODUÇÃO

As contradições do “sistema Paulista” não se manifestam apenas no interior da produção, mas também na esfera da reprodução da força de trabalho. Pois se o “sistema Paulista” particulariza-se não somente pela garantia e controle das condições materiais de existência do trabalhador, como também pelo controle ideológico e pelo exercício de um “governo local de fato” – onde não falta uma quase-monopolização do uso da violência por parte de um numeroso corpo armado de *vigias* – suas contradições internas dificilmente deixariam de surgir no exercício de sua dominação extrafabril sobre seus trabalhadores.

Na Parte III vimos como desde o início dos anos 50 o fim do “tempo do trabalho para todos” – tempo este por sinal não isento de conflitos, como os implícitos no florescimento de uma “cultura fabril” vigorosa (cf. cap. 2) – propicia o desenvolvimento dos conflitos já anteriormente existentes no interior da produção entre os operários e a CTP. Um marco expressivo destes conflitos pré-existentes foi o movimento pelo cumprimento da lei das 8 horas de trabalho, em 1932 (cf. cap. 7). E com o esmagamento deste movimento, e o subsequente auge do “sistema Paulista” nos anos 30 e 40 floresce uma sutil “microfísica da resistência” no interior da produção, que culmina no “incômodo” ressentido e expresso pela CTP no seu relatório anual de 1944 (cf. cap. 9). Desde 1949 esta resistência pontual por seções articula-se em um movimento dos operários de toda a fábrica que tem sua expressão maior nas greves de 1951 e 1952 – e, certamente, por detrás do sucesso do trabalho político e organizativo implicado em tal articulação está a contribuição involuntária da política do fim do “trabalho para todos”, perseguido por uma nova orientação “gerencialista” e “produtivista” da administração da CTP.

Já na análise, na Parte III, das contradições do “sistema Paulista” e seus desdobramentos, *na produção*, deparamo-nos com nexos explicativos diretamente políticos e extrafabris. Tal é o caso da importância do apoio político

do Interventor Federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, na reconstituição do sindicato em 1941/1942, do apoio político das facções do PSD pernambucano, ligadas ao mesmo Agamenon nos anos pós-45, aos grupos dominantes de sindicalistas de Paulista e seu lançamento na política municipal e estadual, da atuação política e sindical do Partido Comunista no interior da fábrica, assim como a atuação que se fez sentir, desde meados dos anos 50, dos operários formados nas associações ligadas à Igreja Católica. Tal é o caso, também, do controle político e ideológico tradicional da CTP sobre seus operários, aguçado pelos movimentos sociais do período pós-1945: as pressões sobre as vias administrativas do Ministério do Trabalho para intervir no sindicato, a atuação do corpo de vigias e capangas nos acontecimentos de outubro de 1949, nas eleições sindicais de 1951, nas demissões com despejos que se seguem ao recurso à Justiça Trabalhista por parte de *operários de questão*. O próprio movimento de resistência dos operários leva em consideração, para contra-atacar, esta dominação da *companhia* que se estende para fora da produção: as greves de 1952, 1954, 1956 e 1963, além de paralisarem a produção têxtil, cortam também a luz e a água, transmitidas à parte privilegiada dos habitantes da cidade pela fábrica.

Mas, concomitantemente à gestação do fim do “tempo de trabalho para todos” por parte da CTP – fim este que propicia o aguçamento dos conflitos na produção – desenvolvem-se também tendências, na política administrativa da *companhia* sobre o seu território, (a) contrariando a política anterior da liberalidade e estímulo na concessão de “roçados-operários”, de *sítios da companhia*, e sua ligação com a feira a preços administrativos; (b) exacerbando o uso da violência por parte da sua milícia privada; e (c) fazendo ilegítimar, aos olhos dos trabalhadores, aspectos do seu “governo local de fato”.

As contradições internas ao “sistema Paulista” surgem, assim, nas diferentes características que o compõem – com o fim da política de alicia-mento direto de famílias de trabalhadores do interior; com o fim da política do “trabalho para todos”, substituída por uma reorganização da produção “poupadora” de mão-de-obra, e por uma utilização sistemática da rotatividade, que joga com o crescimento da população jovem da vila operária; com o fim da política de concessão e incentivo aos roçados operários e roçados dos *sítios da companhia* que abasteciam a feira administrativa pela CTP; com a transparência da ilegitimidade do seu “governo local de fato” –, características estas que, pelo fato de serem “sistêmicas”, tornar-se-iam “sistematicamente” ou “cumulativamente” contraditórias à forma específica de dominação exercida pela *companhia* sobre os seus trabalhadores.

No livro 1, vimos como o “sistema Paulista” de dominação é historicamente construído, para além da vontade pré-concebida e planejada dos padrões em carne e osso ou da administração da CTP, a partir também de circunstâncias e acontecimentos dispersos e, por vezes, inusitados. Resta, no

entanto, que é a administração da CTP que canaliza e dá sentido a estas circunstâncias dispersas, beneficiando-se com este "trabalho" de construção histórica que contém elementos inintencionais. Embora não dotada da onisciência, que lhe querem imputar autores e interpretações apologéticas, nem inversamente da vontade maligna e conspiratória, na interpretação de seus adversários, a "vontade política" da administração da CTP é, no entanto, um elemento central da organicidade apresentada por sua forma específica de dominação sobre seus trabalhadores, sendo decisivo também na maneira como esta dominação é interiorizada e legitimada pelos próprios dominados.

Assim também as contradições surgidas de maneira dispersa pelas diferentes características do "sistema Paulista" não se tornam automaticamente "sistêmicas" contra aquela forma de dominação. É necessário também o surgimento e a construção de "vontades políticas" que façam agregar essas diferentes contradições, tornando eficaz o seu direcionamento conjunto contra aquele particular sistema fábrica com vila operária. E a construção desta "vontade política", de oposição à *companhia*, é tanto mais difícil quanto são diversos os grupos sociais, atingidos pelas diferentes contradições, assim como são distintas as forças políticas com apoios externos a Paulista que se defrontam com os interesses da CTP. Além disso, coloca-se tanto o problema do entendimento das relações e conflitos sociais em jogo por parte destas forças políticas quanto da eficácia da própria linguagem por elas veiculada na tentativa de canalizar e ordenar estas contradições e na tentativa de representar e constituir os interesses da população trabalhadora de Paulista<sup>281</sup>.

Por outro lado, as contradições internas à forma de dominação do padrão fábrica e vila operária específica a Paulista surgem em distintos períodos históricos, encontrando diferentes constelações de forças políticas atuando localmente, relacionando-se também diferentemente com o grupo social dos operários de Paulista. Tal é o caso da distinta configuração do campo político pertinente às relações sociais inerentes à fábrica e à vila operária de Paulista em 1932 e 1942, por exemplo. Ou entre 1932 e 1949. Ou ainda, entre 1942 e 1949, ou entre 1942 e 1952; para citar algumas datas indicativas de acontecimentos já analisados nas partes II e III deste livro. E tal é o caso também da diferença entre, por um lado, as contradições internas a esta forma de dominação, condensadas no período 1945-1949, quando se constitui o retrospectivamente chamado "movimento pela libertação da cidade", e, por outro lado, as contradições decorrentes da "guerra aos operários estabilizados", desencadeada entre 1964 e meados dos anos 70, resultando no acesso de trabalhadores à propriedade de parte das casas da vila operária. Os

---

<sup>281</sup> Cf. Stedman Jones, 1983, introdução e cap. 3, para uma abordagem enfatizando a importância da forma de expressão das linguagens políticas de classe para o entendimento de movimentos sociais da classe trabalhadora. Cf. também Bourdieu, 1981, sobre as condições de possibilidade e os limites da eficácia política, relacionados à luta pelo conhecimento do mundo social.

nexos de continuidade entre esses diferentes momentos e conjunturas políticas são assegurados, então, através da reinterpretação operada pela "memória social" deste grupo social – na ausência da mesma configuração de forças políticas anterior – e voltam a prevalecer os elementos inintencionais, não-"partidários" e não-"filosóficos" de uma "consciência de classe" historicamente construída e multifacética.

A comparação anterior entre o período 1945-1949 e o período 1964-1976 não é meramente casual ou ilustrativa. De fato estes dois períodos podem melhor caracterizar as manifestações das contradições internas e da desagregação da forma de dominação fábrica-vila operária, que está na base da dominação da CTP sobre os seus trabalhadores, e sobre a cidade que se originou de seu "oikos industrial", de seu território e de sua vila operária.

Se no período entre 1945 (mais apropriadamente 1949) e 1964 os operários de Paulista resistem ao domínio absoluto da CTP no interior da fábrica (como o fizeram também, entre 1930 e 1932); no período 1945-1949, e seus desdobramentos nas décadas seguintes, eles colocam em questão o monopólio territorial e imobiliário, corporificado na vila operária da fábrica e nas extensas propriedades da *companhia* por todo o município. O desfecho do embate entre a CTP e esta "vontade política" de contestação à base material da dominação fábrica-vila operária, que se expressa no recurso estratégico da moradia, resulta na desapropriação de uma área adjacente à vila operária para a formação de um "bairro livre" (e a inércia na efetivação do pagamento da indenização pela desapropriação desloca para a segunda metade dos anos 50 o início do povoamento desse novo bairro "livre"), mas não efetiva a proposta alternativa, respaldada na lei e na força social das contradições internas do "sistema Paulista", da desapropriação afetando simultaneamente a área interna ao perímetro da vila operária, e a área territorial a ela periférica para a distribuição de pedaços de terra agricultáveis, consolidando e ampliando, com a distribuição da propriedade de lotes de 2 hectares aos produtores agrícolas, os tradicionais roçados-operários então ameaçados de extinção. A vila operária da fábrica permanece então intacta, embora seja afetado o antigo monopólio dos terrenos para construção naquela cidade por parte da CTP.

É somente na conjuntura diversa do final dos anos 60 e início dos anos 70 que a vila operária da fábrica será atingida com a transferência da propriedade de parte de suas casas para os trabalhadores. Mas então este é o resultado menos da ofensiva de uma "vontade política" dos operários, que da sua resistência à "guerra contra os estabilizados", desencadeada pela CTP, levando-a a desfazer-se de parte de suas casas como equivalente-valor de parte de sua "dívida trabalhista" com seus operários.

Nesta parte final, trataremos, sucessivamente, destes dois momentos de expressão das contradições internas a esta forma de dominação, que tem por recurso estratégico o controle da moradia e da "cidade" para além dos muros da fábrica.

## Capítulo 11

### O Movimento pela “Libertação da Cidade”

Em 1949, enquanto se processa a luta reivindicatória iniciada desde março por *banqueiros e fiandeiras* pelo pagamento das horas extras no interior da Fábrica Paulista – saudada pelo diário comunista *Folha do Povo*, destacando, em manchete, que “o proletariado de Paulista desperta para a luta” (cf. cap. 10) – trava-se, paralelamente, uma luta parlamentar, envolvendo primeiro a Câmara Municipal e depois a Assembléia Legislativa Estadual, pela aprovação de uma lei de desapropriação afetando o monopólio territorial da CTP sobre a cidade de Paulista.

Em setembro de 1949 é finalmente aprovada por todos os agentes sociais envolvidos – Câmara dos Vereadores, Assembléia Legislativa, Prefeito; e, informalmente, a própria CTP – a lei nº 88 da Câmara dos Vereadores de Paulista, que “desapropria uma área de cinquenta hectares e três metros quadrados no limite Sul da cidade de Paulista”. O que contém esta formidável lei que consegue pôr de acordo, de um lado, a Câmara dos Vereadores, de maioria pessedista, e aliada do vereador comunista, ambas facções politicamente inimigas da CTP, e de outro lado, o prefeito do PTB que defende os interesses da *companhia*?

*“Lei nº 88*

*O Prefeito do Município de Paulista.*

*Faço saber que a Câmara Municipal decretou, e eu sanciono a seguinte lei:*

*Art. 1º – Fica desapropriada, por utilidade pública, ad-referendum da Assembléia Legislativa do Estado, uma área de cinquenta hectares e três metros quadrados no Engenho Paulista, de propriedade da Companhia de Tecidos Paulista, abrangendo ambos os lados da rodovia interestadual Recife-João Pessoa, no limite sul da cidade de Paulista.*

*Parágrafo único – A área, de que trata este artigo, destina-se à expansão da cidade de Paulista, mediante a construção de bairros comerciais e residenciais.*



*(O artigo 2º trata da descrição dos limites e dimensões da área)*

Art. 3º – O prefeito do município mandará elaborar, imediatamente, a planta urbanística dos bairros residenciais e comerciais de que trata o parágrafo único do artigo 1º desta lei.

Art. 4º – Uma vez estabelecido, pelos meios hábeis e legais, o justo preço da indenização, o prefeito do município solicitará à Câmara Municipal os créditos necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 5º – Fica revogada a Lei 66 de 1 de junho do corrente ano, a qual desapropriava, por utilidade pública e interesse social, as áreas não edificadas da cidade de Paulista e uma área rural dela envolvente, igual a vinte por cento da superfície ocupada pela referida sede.

Art. 6º – Esta lei entrará em vigor, após ser referendada pela Assembléia Legislativa do Estado.

Paulista, 9 de agosto de 1949  
José Eustáquio de Queiroz, Prefeito."

Aparentemente o segredo de tal acordo – que faz o prefeito abdicar do poder de veto que exerceu contra a Lei nº 66 anterior transformando-se no apresentador, ao menos formal, da nova lei, como indica o seu proclamado poder de sanção que abre o texto da lei acima transcrita, está no artigo 5º da Lei nº 88, revogando a Lei nº 66 de junho de 1949. Diante da ameaça da desapropriação de uma área muito maior – que “congela” a vila operária em suas dimensões contemporâneas, impedindo-a de expandir-se, desfigura o poder implícito em sua arquitetura e urbanismo, quebrando com o monopólio da construção residencial no seu perímetro interno, e, além disso, consagra e amplia a existência dos roçados operários, dando-lhes novo caráter com a distribuição da propriedade de lotes de terra para a pequena agricultura na periferia da cidade – a CTP cede uma área adjacente para a construção de um bairro “livre”, porém separado da vila operária, remetendo ao esquecimento a formação de uma área rural “livre”, anteriormente prevista. Por outro lado, a Lei nº 88 reflete tanto mais um *acordo* entre a CTP e o grupo político local do PSD quanto a lei anterior (a de nº 66) baseia-se em dispositivos expressos da Constituição Estadual e suas regulamentações na lei de organização municipal:

“Lei 66

O Presidente da Câmara Municipal de Paulista.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou, e eu promulgo a seguinte

Resolução 66

Art. 1º – Ficam desapropriadas, por necessidade pública e interesse social, as áreas não edificadas, contidas na sede do município de Paulista, bem como uma área rural dela envolvente, atingindo uma superfície igual a 20% da parte da propriedade ocupada pela sede do referido Município.

Parágrafo único – Pela expressão “sede do Município” compreendem-se as zonas urbana e suburbana da cidade, delimitadas pelo decreto municipal nº 11 de 18 de maio de 1938.

*Art. 2º - A área rural desapropriada, de acordo com o que estabelecem a Constituição do Estado e a Lei de Organização Municipal, será dividida em lotes de dois hectares, os quais serão vendidos em prestações módicas e pelo custo proporcional, a pequenos agricultores, estabelecendo-se no contrato de venda a instituição do regime de bem de família.*

*Art. 3º - O Prefeito do Município, dentro das possibilidades da Prefeitura, abrirá os créditos necessários ao cumprimento desta lei, e, na hipótese de o Município não dispor de recursos financeiros, solicitará o auxílio do Estado, invocando o disposto na parte final do artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

*Art. 4º - Esta lei, nos termos da Constituição, será submetida ao "referendum" do Poder Legislativo do Estado, entrando em vigor após o citado "referendum". (...)*

*Câmara Municipal de Paulista, em 1 de junho de 1949  
Sebastião Soares Cavalcanti, Presidente."*

Como pôde chegar a este ponto, tal como o expresso na Lei nº 66, esta ofensiva política articulada contra o monopólio territorial da CTP sobre toda a cidade de Paulista, incluindo a mobilização e a eleição de uma maioria parlamentar na Câmara Municipal, o respaldo na Assembléia Legislativa Estadual, e inclusive, a existência de dispositivos na Constituição Estadual, debatida e promulgada no 1º semestre de 1947, que parecem ter sido elaborados pelo legislador constituinte sob o efeito do paradigma de Paulista? Pois se o artigo 102 da Constituição Estadual proibindo a criação de sedes municipais "encravadas" em propriedades particulares, e indicando seja a transferência da sede para outro distrito, seja a desapropriação das áreas não edificadas e de áreas agrícolas envolventes, no caso das sedes municipais enquadradas naquela situação, é aplicável em outras sedes municipais de Pernambuco como a maioria das pequenas cidades da Zona da Mata açucareira e algumas cidades do agreste e do sertão (por exemplo Pesqueira), Paulista é no entanto, com as marchas e contramarchas políticas da criação do município, no entorno dos anos 30, e com a conjugação do sucesso alardeado da maior fábrica têxtil do Brasil à extensão de suas propriedades territoriais na periferia-norte do Recife tão próxima à capital, o caso mais aparente, demonstrativo e extremo desta situação. Mas, para entender como este caso extremo e visível de "sede municipal encravada", pôde contribuir para arrastar constituintes estaduais, sufragados por um eleitorado onde tem um forte peso numérico o das áreas do "interior", sujeito ao controle político de proprietários territoriais que não teriam o menor interesse na mudança e reforma das cidades "encravadas", a aprovarem dispositivos constitucionais, objetivando o fim daquela situação, deve-se retroceder para examinar os acontecimentos políticos ocorridos em Paulista durante o Estado Novo e o período de redemocratização entre 1945 e 1949, envolvendo de um lado a CTP, e de outro primeiramente a interventoria federal em Pernambuco e seus apoios políticos locais entre os operários, e depois os partidos políticos.

Tais acontecimentos forjam uma oposição política, embora não-unitária e diferenciada, à CTP, e os momentos de unificação desta oposição contra o inimigo comum, o poder político do "poder econômico", tal como Agamenon e seus discípulos designam a *companhia*, refletem-se tanto por ocasião da Constituinte Estadual de 1947, quanto das escaramuças parlamentares municipais pela "libertação da cidade", em 1949. Com efeito, tanto a maioria parlamentar na Assembléia Constituinte Estadual quanto na Câmara Municipal Paulista são asseguradas por uma aliança entre o PSD e o PC. Qual então a experiência recente destas duas forças políticas em Paulista?

A experiência do PSD em Paulista remonta às atribulações de seu posterior chefe político, então Interventor Federal do Estado Novo em Pernambuco, com a CTP. Vimos, nas páginas finais do capítulo 4, como Agamenon Magalhães embute algumas críticas veladas nas entrelinhas do seu elogioso artigo sobre Paulista "Uma Fábrica e Uma Civilização", de janeiro de 1939. Vimos, em seguida, no final do capítulo 7, como aquelas críticas veladas transformam-se, poucos meses depois, em denúncia e interpelação no artigo "Não Está Certo", de setembro de 1939, quando da demonstração teatralizada da rebeldia patronal em obedecer à lei do salário mínimo, então em vias de promulgação. E apesar de defender a CTP, em 1943, na briga com os industriais têxteis de São Paulo e do Rio e com o Ministério do Trabalho, por ocasião da polêmica do "salário adicional industrial" e da "promoção" de Paulista à 1ª zona do salário mínimo de Pernambuco, onde passaria a figurar ao lado de Recife e Olinda, Agamenon com ela defronta-se, no que diz respeito à implantação do sindicato dos têxteis no município (cf. cap. 9).

Esta confrontação estende-se à esfera da política municipal, primeiramente no que diz respeito a uma afirmação elementar do poder público municipal vis à vis do "governo local de fato" da *companhia*. Vimos, no final do capítulo 7, o relato de um ex-motorista da CTP, revelando que fora "emprestado" pela *companhia* ao prefeito, entre 1935 e 1937, indicando a relação de proximidade e de dependência da prefeitura relativamente à CTP, no período inicial da gestão do município recém-restabelecido em 1935. O novo Interventor de Pernambuco e os prefeitos por ele nomeados procuram modificar esta situação de dependência material, tentativas estas que deixaram marcas na memória social do grupo operário de Paulista. Depois da briga de Roberto do Diabo contra o Coronel Frederico, causando o "banimento" do primeiro de Paulista e o fechamento do sindicato operário, nada como a "vingança" do poderoso Agamenon, dobrando em alguns pequenos aspectos a vontade dos coronéis.

*"Os prédios da prefeitura do município só passaram a existir aqui por força da legislação de novembro (referência a novembro de 1937, isto é, à legislação do Estado Novo). Agamenon, também foi por causa de*

Agamenon. Quando ele assumiu a Interventoria, os prédios públicos daqui eram em casas da companhia. Então com a vinda de Agamenon, ele, um professor, um homem muito culto né, viu que não se podia admitir uma cidade viva como era Paulista, uma cidade sem ter um prédio público. Aí então entrou em entendimentos com a fábrica pra ela doar terreno pro prédio da prefeitura, pra escola, pra praça. Foi feito um grupo escolar aqui em Paulista, o Dantas Barreto, foi feito o prédio da prefeitura, foi feita a praça 10 de Novembro, onde Agamenon batalhou muito, porque a companhia não queria ceder o terreno para a praça. O prefeito, nesse tempo, era Alfredo Lopes, nomeado por Agamenon. A coisa começou assim. Antes de ser feita a praça, Agamenon veio inaugurar um matadouro aqui, feito por Alfredo Lopes. Que não tinha, se abatia gado debaixo de um pé de pau, né. Ele (o prefeito) arranhou com a companhia um lugar, pra fazer um matadouro muito precário, né. E, nessa inauguração, Agamenon veio. Foi oferecido um churrasco, na inauguração desse matadouro, né, e foi quando Agamenon, falando com o Frederico, pediu a colaboração dele – ele já tinha colaborado, né, tinha dado a área pra fazer o matadouro – então, devia se pensar numa praça, né. Uma praça em homenagem ao Estado Novo, 10 de Novembro, né. Aí Frederico falou: 'Não, não tem problema não'. Então, verbalmente, ficou combinado de que aquela área que já tinha aquele espaço, que era o pátio da Igreja de São José (anterior à Igreja Santa Elisabeth), aquela área podia se transformar numa praça em homenagem ao regime 10 de novembro. Praça 10 de Novembro. Combinado. Quando Agamenon foi embora, o Frederico, ou o Arthur Lundgren, que substituíra ele, disse: 'A situação nossa vai piorar. Agora Carlos Lima deixou o governo, botaram um tal de Malaia, aquele que botaram o apelido de Malaia (apelido de Agamenon). E a gente vai perder terreno, né. Ele já tá pedindo coisa, pedindo prefeitura, praça, essas coisas.' Aí inventou outra história. Foi a maneira dele conseguir anular a construção da praça. Pegou uma pessoa, que era muito amigo dos Lundgren, Raimundo Diniz, 'vamos chamar ele, e ele vai dizer o que devemos fazer'. Então inventaram uma história de que os depósitos de algodão, próximos à fábrica, estavam caindo, e não era bom ficarem tão perto da fábrica, naquela fábrica, tinha que fazer o depósito um pouco isolado da fábrica e, ao mesmo tempo, próximo à fábrica. E pra poder fazer aquilo era só fazer um abaixo-assinado do povo, o povo fazendo um abaixo-assinado, pedindo ao governo pra deixar fazer o depósito, um armazém de algodão, naquele lugar. Justamente todo o povo foi convocado pra isso. Aí Agamenon acatou. Mas também não disse nada. Então, eles resolveram fazer o armazém, né. Botaram estrada de ferro do lado, caminhão, juntaram gente à vontade. Eu sei que começaram os trabalhos, na quinta-feira, no sábado, já tinha parede com mais de 2 metros de altura. Aí o prefeito foi lá, e comunicou a ele (Agamenon). Ele: 'Deixa pra lá, quanto mais alto, maior é a queda'. Quando é 8 horas da manhã, ele entrou com ação proibitória, mandando botar abaixo até os alicerces. Isso realmente custou a sair. E o comandante da região (do Exército) que era muito amigo dos homens, fez pressão, tiraram o Alfredo Lopes e aí Agamenon nomeou um capitão da polícia, Capitão Primo. Aí Capitão Primo se encarregou de fazer a praça, fez a prefeitura, fez o grupo escolar, calçou

algumas partes da cidade, fez outros grupos escolares. E fez a Praça 10 de Novembro. E Agamenon inaugurou."

(ex-contramestre de tecelagem, ex-sindicalista)

A teatralização da dominação tão competentemente exercida pelo Coronel Frederico passa assim a sofrer a concorrência, na percepção dos trabalhadores, da teatralização política, diretamente contraposta à figura patronal, exercida por Agamenon Magalhães.

Este conflito entre o Interventor em Pernambuco, Agamenon Magalhães, e os Lundgren, a respeito da oposição entre o "governo local de fato" da *companhia* e a implantação de um poder público municipal é mencionado por aquele, nos seus artigos diários no jornal *Folha da Manhã*, em duas oportunidades. A primeira delas, em 1941, é uma crítica velada ao poder político local da CTP, onde a crítica explícita à ausência de "espírito público" de Paulista é atenuada pelo reconhecimento da obra "civilizatória" da fábrica, ao estilo de seu artigo anterior "Uma Fábrica e Uma Civilização"<sup>282</sup>. Já a segunda, escrita quando Agamenon já estava distante do governo de Pernambuco, fala retrospectivamente, de uma maneira crua e direta, das dificuldades de afirmação do poder municipal em Paulista, ao fazer o elogio fúnebre de Prefeito por ele nomeado, quando Interventor do Estado.<sup>283</sup>

---

<sup>282</sup>"(...) Um dos municípios, em que o regime de 10 de novembro (o "Estado Novo") mais tem tido influência transformadora e benéfica é Paulista. Grande centro de trabalho, sede de uma das maiores organizações fabris do Brasil, a sua população cresce dia a dia. Faltava-lhe, entretanto, um sentido municipal, uma vida autônoma, alguma coisa mais do que as máquinas, os teares, as chaminés, a empresa. Faltava-lhe a cidade, com as suas ruas calçadas, os seus parques, o seu orgulho. Faltava-lhe a emoção local. Faltava-lhe espírito público.

Tudo isso que faltava, Paulista hoje tem. Foi o que eu vi domingo, quando fui inaugurar ruas novas, edifícios públicos, praças, casas operárias magníficas, outra paisagem social, outro rumor, outra alegria, outra Paulista. Cerca de duas mil crianças das escolas, escolas da fábrica, escolas do município, escolas do Estado, formaram com um garbo, uma saúde, um aprumo e uma decisão, que nos encheram de entusiasmo e confiança, no futuro da nacionalidade. A população operária de Paulista veio quase toda do sertão. Nela predomina cor morena, que o clima do litoral vai alvejando(!). Frederico Lundgren, que é nórdico, explicou-me como essa população que veio dos sertões, mal alimentada, mas cheia de coragem e de ambição para o trabalho, transforma-se assistida pelos serviços médicos e dentários da Fábrica. Um mês depois são outros homens, outra raça. São os melhores tecelões, os melhores operários do mundo. Paulista, como vai, será, dentro em pouco, a mais linda cidade de Pernambuco." ("Progresso Municipal", *Folha da Manhã*, 19/8/1941)

Que diferença entre o que diz Frederico Lundgren a Agamenon Magalhães, segundo a versão deste último, e o texto do relatório da CTP de 1944, inaugurando a retórica da ineficiência do operariado de Paulista, que examinamos no capítulo 9...

<sup>283</sup>"(...) Em Paulista, porém, as suas qualidades de homem firme e de homem leal tiveram oportunidade para enérgica afirmação. Paulista, antes de José Primo,

Mas não é a questão do “governo local de fato” exercido pela CTP, e contra o qual tem que se opor para constituir-se e se afirmar o elementar poder público municipal, a única fonte de atritos entre a Interventoria Estadual de Agamenon Magalhães e os “Irmãos Lundgren”. Uma outra característica do “sistema Paulista”, a saber a sua “retaguarda” de terras, a sua extensão territorial contínua, desde área próxima a Recife, chama a atenção também de Agamenon Magalhães na sua pregação “contra o latifúndio”, que se inicia, nos seus artigos jornalísticos diários, em meados de 1942, a partir dos efeitos nacionais da 2ª Guerra Mundial. Dulce Pandolfi destaca esta pregação, o “combate ao latifúndio”, acompanhada de medidas como a elaboração pelo Governo Estadual de “uma legislação especial, com a aprovação do Presidente da República, estabelecendo multas para as terras não cultivadas”, aplicada em Pernambuco, como ponto importante da política agrícola e da própria política geral do governo estadonovista de Agamenon Magalhães (cf. Pandolfi, 1984, págs. 72-74).

Entre outubro e dezembro de 1942, Agamenon escreveu uma série de artigos na *Folha da Manhã*<sup>284</sup>, denunciando os ganhos socialmente injustos, provenientes da valorização de terras não cultivadas em um estado pobre, e com problemas agravados pela situação de guerra, exortando os latifundiários a dividirem, arrendarem ou cultivarem suas terras, para que assim evitassem o “erro” em que estariam incidindo<sup>285</sup>. No início de 1943, Agamenon passa da exortação à decretação de acréscimos no imposto territorial para as terras

---

não tinha ruas pavimentadas, não tinha edifícios públicos, não tinha habitações condignas, não tinha sequer um grupo escolar. Os operários da grande fábrica não tinham igualmente um edifício para o seu sindicato, para as suas reuniões e o serviço de assistência. Foi ele o reformador da cidade industrial, lutando e vencendo todas as resistências. (...)” (“José Primo de Oliveira”, *Folha da Manhã*, 13/7/1946)

<sup>284</sup>Os títulos de alguns destes artigos são ilustrativos: “O Ágio Econômico do Latifúndio” (8/10/1942), “O Latifúndio Improdutivo” (10/10/1942), “Aos Latifundiários” (17/12/42), “Dividam as Terras” (22/12/42), “Outro Erro” (26/12/42), “Não Há Argumento” (28/12/42).

<sup>285</sup>Este “erro seria desequilibrar e expor o próprio sistema social:” “O espírito burguês ainda é muito vivo no Brasil. A maior defesa do nosso sistema social está em cultivar esse espírito, proporcionando às massas nas cidades e nos campos, o direito de adquirir uma casa e um trecho de terra, base da economia privada. Se a propriedade territorial, porém, continuar em mãos de meia dúzia de homens, e grande parte inexplorada, as massas terminarão sem aspirações, terminarão perdendo o espírito burguês, que é o centro de gravidade, de equilíbrio e resistência contra o reformismo apressado.” (“Outro erro”, *Folha da Manhã*, 26/12/42)

Esta argumentação será retomada por Torres Galvão, em 1949, para a justificação da desapropriação da área, em Paulista, para a formação de um “bairro livre”, onde os cidadãos pudessem ter a propriedade de sua casa, deixando de ser inquilinos dependentes de uma vila operária, que impede o surgimento de um mercado imobiliário e uma “classe média” em Paulista.



não cultivadas<sup>286</sup>. E na sua denúncia e pregação subsequente contra o latifúndio, Agamenon passa a incorporar à argumentação, a crítica às indústrias que, com os seus fabulosos lucros provenientes da situação de guerra, investem em terras improdutivas gerando novos latifúndios, segundo o exemplo de uma fábrica de tecidos determinada que é insistentemente usada como ilustração:

*"Contra o latifúndio improdutivo devemos adotar todas as medidas. O Estado já decretou as primeiras providências de ordem fiscal. As terras não cultivadas, na zona húmida, irão pagar o imposto territorial com o acréscimo de 20% no corrente ano e 50%, nos subsequentes. Isso, porém, é o começo. É como se fosse uma advertência do governo. Outras leis virão. Ninguém se iluda sobre isso. A guerra não é um encontro de armas. A guerra precipita as soluções. Não se explica que uma fábrica de tecidos, por exemplo, tenha léguas e léguas de terra, sem produção de matéria-prima ou de gêneros alimentícios. Nem uma fábrica de tecidos, nem um particular. Quem se obstinar nesse erro, está desafiando o público e a ação do Estado. Uma legislação limitando as áreas das fábricas e das culturas é uma necessidade, que a guerra está tornando cada vez mais premente. O direito de propriedade tem um limite. Esse limite é o bem-comum. É o interesse nacional."*

*("Contra o Latifúndio", F. da Manhã, 13/3/43)*

*"(...) O escravocrata só se rendeu diante da Abolição. O latifundiário só se renderá diante da reforma agrária, que é inevitável e não tardará. Essa reforma é tanto mais urgente quanto se considere o crescimento do nosso consumo e as necessidades, que a guerra está exigindo de uma produção maior das Nações Unidas. Essa reforma é tanto mais urgente quanto se considere outro fato. Fato que vou hoje revelar. A indústria está obtendo lucros fantásticos. Lucros de guerra. Estamos observando, no Estado, uma inversão acelerada, por parte de certos industriais, dos lucros em terra. É o medo da desvalorização do dinheiro. É essa também uma forma de fuga do imposto de renda. Há um industrial de tecidos em Pernambuco, que tem vinte e seis mil hectares de terras incultas. Leia-se bem. Vinte e seis mil hectares de terras, que não produzem. Terras que eram divididas, cultivadas por*

---

286 "Só temos dois obstáculos a vencer. Dois inimigos. Um é a seca e o outro, o latifúndio improdutivo. Temos adotado contra a seca vários métodos (...) Contra o latifúndio, além da campanha intensa que temos feito para convencer os que teimam em não produzir, decretamos legislação oportuna, acrescendo o imposto territorial de 20%, no primeiro ano e de 50% nos subsequentes, para as terras não cultivadas. Termina, no último dia do corrente mês, o prazo da declaração dos proprietários de terra sobre as áreas de cultura. Os agrônomos da Secretaria de Agricultura já estão percorrendo a zona latifundiária do Estado, e fazendo a inspeção necessária para informar as declarações do imposto territorial. (...) Não daremos trégua ao latifundiário que não trabalha, e que aguarda a valorização das suas terras, à custa do trabalho dos vizinhos, das rodovias que o Estado constrói, do crescimento das outras riquezas, do esforço alheio, enfim. Essa forma de usura constitui uma injustiça social clamorosa." ("Dois Inimigos", F. da Manhã, 23/2/43)

centenas de famílias, expulsas hoje dos seus domínios. Outros industriais estão adotando a mesma atitude. (...)"

("Latifúndios Improdutivos", F. da Manhã, 20/3/43; os grifos são meus, JSLL)

As críticas de Agamenon à CTP como grande latifúndio, e que associa esta qualidade à de uma das maiores companhias têxteis brasileiras, retomam assim a única restrição declarada do elogiativo artigo de 1939 *Uma Fábrica e Uma Civilização*, que então se valia da atenuante parcial do abastecimento à feira administrada que aumentava, com seus baixos preços, a capacidade aquisitiva dos baixos salários dos operários.<sup>287</sup>

Ameaçada por sua exposição pública – e isto nos artigos diários de Agamenon, esta referência obrigatória como fato político-jornalístico de todos os dias, como provável alvo direto da ação reformista da toda-poderosa Interventoria Federal em Pernambuco, a CTP toma também as suas providências. Acusada, desde antes da eclosão da Segunda Guerra, de ser um núcleo germanófilo pró-nazista, suspeitas e acusações que aumentam durante a guerra (acusações não provadas, porém generalizadas, de fornecimento de informações a submarinos alemães em águas territoriais brasileiras, utilização do Porto Arthur para o intercâmbio clandestino de bens em direção à Alemanha, etc.), e que têm por frágil sustentação empírica a simples presença concentrada de alemães nos cargos de chefia da empresa<sup>288</sup>, a CTP

<sup>287</sup>(...) A empresa tem, entretanto, uma tendência latifundiária, para a qual não encontrei razões econômicas. As suas terras já atravessam o município de Igarassu e chegam, segundo me informam, até Nazareth.

Talvez, os irmãos Lundgren, temendo que Paulista, com o desenvolvimento da fábrica, torne-se uma grande concentração urbana, destinem as terras, que vão adquirindo, ao aproveitamento, por meio de uma colonização systematizada e inteligente, dos excessos da população, assegurando, por outro lado, o abastecimento agrícola dos seus obreiros. (...)" (*Uma Fábrica e uma Civilização*, F. da Manhã, 28/1/1939)

Ver citação maior deste artigo, no final do capítulo 4.

<sup>288</sup>Paulista é, depois de Recife, segundo dados do censo de 1940, a maior concentração residencial de alemães de Pernambuco, superando (quanto aos homens) inclusive Olinda:

Municípios	Totais de Estrangeiros		Alemães	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Recife	3.449	1.655	251	136
Olinda	134	101	30	43
Paulista	93	43	50	21

(Recenseamento Geral de 1940, pg. 79, "quadro 56. Estrangeiros, segundo os Municípios, com discriminação, por sexo, das principais nacionalidades").

É possível que alemães de Paulista tenham dupla residência em Paulista e no município próximo Olinda, sendo computadas parte de suas mulheres em Olinda e seus maridos em Paulista? É uma hipótese, uma explicação parcial possível para o maior número de mulheres alemãs em Olinda, ao contrário do

contra-ataca justamente neste terreno. O sucesso do seu contra-ataque pode ser medido pela concessão ao seu maior acionista, o Coronel Frederico Lundgren, do "distintivo de ouro dos Guerrilheiros Beneméritos, por seus serviços prestados à Pátria e ao Exército, oferecido pelo General Dermeval Peixoto, antigo comandante da 7ª Divisão de Infantaria (em 1944)" (cf. o art. de página inteira "A. Maior Organização Nacional de Tecidos" no jornal carioca *A Manhã* de 13/7/1944).

Como acontece esta surpreendente reviravolta? Já mencionamos, no capítulo 9, como a CTP vale-se da proteção do Exército contra a oposição que lhe move o governo estadual de Agamenon Magalhães (cf. notas 184 e 185), manifestando-se nas versões do episódio da prisão, pelo exército, do presidente do sindicato, Torres Galvão, e a tensão causada, envolvendo o comandante da Região Militar e o governo estadual. Depois, mencionamos a concessão de cotas à CTP para a produção de brim verde-oliva para o uniforme dos soldados brasileiros, assim como posteriormente, a concessão da maior cota de produção incluída nos acordos com a UNRRA (cf. nota 187; a influência do exército na concessão desta última cota é, no entanto, menos imediata).

Uma pista interessante para o desvendamento desta singular preferência de autoridades do Exército por esta companhia têxtil específica está contida no mesmo artigo, já mencionado, de página inteira em jornal carioca "A Maior Organização Nacional de Tecidos" (*A Manhã*, 13/7/1944). Ali estão enumerados os principais lances do fulminante contra-ataque, ao estilo "blitzkrieg", da CTP em relação às acusações e suspeitas não provadas de sua preferência ativa pelo campo adversário ao do Brasil pós-1943:

"(...)

*Patriotismo e Desprendimento*

*(...) Jamais nenhum apelo à generosidade que a prosperidade permite deixou de encontrar eco entre aqueles homens práticos, mas profundamente patriotas, sempre prontos a concorrer valiosamente para os grandes movimentos nacionais. Vejamos, em traços rápidos, algumas das contribuições mais recentes feitas com o sentido de concorrer para o êxito das iniciativas oficiais:*

*Donativo à Batalha da Produção (Pernambuco) Cr\$ 100.000,00;*

*Donativo à Batalha da Produção (Paraíba) Cr\$ 50.000,00;*

*Donativo de Cr\$ 200.000,00 para os serviços de Assistência Social, sob o patrocínio de Ilma. Sra. Darcy Vargas;*

*4 caminhões ao Exército, sendo 3 em Pernambuco e 1 na Paraíba;*

*O prédio do hospital de Paulista (a "Policlínica Anna Elisabeth Lundgren") que ia ser inaugurado, e que serve de quartel à 8ª companhia do 14 R.I.;*

*Cessão de vários prédios em Pernambuco e na Paraíba para diversas unidades do Exército;*

---

padrão inverso do maior número de homens estrangeiros em relação às mulheres em todos os municípios.

Fornecimento de lenha diversas vezes para as cantinas dos diversos batalhões, aquartelados nos Estados de Pernambuco e da Paraíba;

Aparelhamento dos galpões e casas no Engenho ALDEIA de propriedade dos Irmãos Lundgren, para o acantonamento de tropas, a fim de ser feita a preparação do Exército Expedicionário;

Nos serviços do Engenho ALDEIA, os Lundgren promoveram instalação de luz elétrica, dormitórios para oficiais, telefone e ligando o Posto do Comando ao Q.G. da 7ª Região Militar, instalação de aparelhos de alto falantes para irradiação da HORA DO BRASIL, etc.

Colaboração integral com o general Newton Cavalcanti, mandando ampliar os trabalhos agrícolas a cargo da secção agropecuária da companhia de Tecidos Paulista;

Condução para o comandante e oficiais da 8ª companhia, acantonada em Paulista;

Fornecimento de 400 laranjas da Bahia e 500 bananas ao Quartel do Exército em Rio Tinto, onde se acha uma companhia do 15º R.I., fornecimento esse que é feito diariamente;

Preparação de estradas entre Paulista e o Engenho ALDEIA, para melhor acesso das tropas ao referido engenho;

Transporte pela via férrea da companhia de Tecidos Paulista de todo o material necessário, e enviado pelo Exército para o acantonamento de ALDEIA.

Cessão de uma casa grande da praia de Conceição, onde está acantonada uma força do Exército;

Doação de Cr\$ 102.000,00, entregues ao Ministro da Aeronáutica, Dr. Salgado Filho, para aquisição de um avião de treinamento avançado.

Cessão da lancha 'Brasil' ao encouraçado 'São Paulo' para o serviço de vigilância da Costa de Pernambuco.

Donativos à L.B.A. na Paraíba de Cr\$ 15.000.000,00.

Aquisição de bônus de guerra na Paraíba Cr\$ 20.000,00.

Instalação de telefone e preparação de estrada entre Paulista e a que está localizada pelo Exército em Maranguape, e na praia de Conceição e Rio Doce. (...)

(...) Aludindo ao grande industrial (Frederico Lundgren), o Coronel Newton Cavalcanti, que comandou a Região Militar, afirmou que ele foi o seu maior e mais eficiente colaborador, em uma hora grave, em que se impunham todos os esforços para o bem da Pátria."

("A Maior Organização Nacional de Tecidos", A Manhã, Rio, 13/7/1944, os grifos são meus, JSLL)

A cessão e o "aparelhamento" de um antigo engenho, o engenho *Aldeia*, área de concentração dos "sítios da companhia" que abastecem a feira administrada de Paulista, à qual está interligada àquela área através da estrada de ferro da CTP – uma fração territorial desprezível, dentre as "léguas e léguas de terras" da CTP (Agamenon, 13/3/43) ou os seus mais de "vinte e seis mil hectares de terras incultas" (Agamenon, 20/3/43) – parecem ter a qualidade e o dom de transformarem a totalidade das terras da CTP, cultivadas ou "incultas" em terras *produtivas*. O "patriotismo e o *desprendimento*" anulam as anteriores qualidades usurárias antitéticas provenientes do "ágio"

próprio do latifúndio e personificadas no latifundiário, e Frederico Lundgren torna-se “Guerrilheiro Benemérito” do Exército e da Pátria. Após a guerra, a localidade de *Aldeia*, torna-se definitivamente território de um importante quartel do Exército, originário da cessão da CTP de 1944 ao “Exército Expedicionário”.

No entrelaçamento de tendências e lutas abafadas travadas nos canais burocráticos e entre poderes contrapostos no interior do ambiente ditatorial do Estado Novo, a CTP parece levar suas vantagens relativamente à obstinação do Interventor Agamenon Magalhães. A reconversão democrática de 1945 e as lutas políticas desenvolvidas em contextos eleitorais torna a expor publicamente as características latifundiárias da CTP, que compõem e sobrecarregam os seus poderes econômicos e políticos de um “governo local de fato”.

Os inimigos iniciais e imediatos da CTP serão, no entanto, a partir de 1945, menos os correligionários políticos de Agamenon Magalhães, agrupados no PSD – que se fortalecerão nas eleições estaduais de janeiro de 1947 e nas municipais do final daquele ano para então se chocarem com a *companhia* – e mais os novos protagonistas políticos de Paulista, que entre 1944 e 1945 seria impensável seu estabelecimento ali onde nem os *crentes* penetraram: os comunistas. Desde as eleições presidenciais, para Senador e para a Câmara Federal, de dezembro de 1945, que a contabilização do voto secreto dos cidadãos de Paulista surpreende a administração da CTP: embora não alcance os resultados de Recife, Jaboatão e Olinda, a votação de Paulista nos candidatos comunistas Yeddo Fiuza (candidato a presidente), Prestes e Agostinho Dias (candidatos a senador) e Gregório Bezerra vem logo atrás da votação nos candidatos do PSD (Dutra, Eitelvino Lins e Agamenon Magalhães respectivamente) (cf. *Folha do Povo*, 6/12/1945).

Como vimos no capítulo 10, o recém-legalizado Partido Comunista do Brasil procura implantar-se de “fora para dentro” em Paulista, através da dinâmica do calendário político da redemocratização. No rastro deste calendário de comícios e atividades de agitação, propaganda e denúncias – onde tem importante papel a distribuição por *gazeteiros* do jornal *Folha do Povo*, lançado desde 19 de novembro de 1945 (retomando o mesmo nome do jornal, vinculado ao PC e à ANL, que teve vida efêmera em 1935) – o PC procura organizar bases locais permanentes, tanto no interior da fábrica (cf. nota 194 no capítulo 10), quanto no município, estabelecendo sua sede partidária não na sede do município, monopolizada pela vila operária da CTP, mas no distrito de Maricota (Abreu e Lima), ao lado dos bordéis e templos protestantes proibidos em Paulista. Ainda em dezembro de 1945, a *Folha do Povo* inaugura suas denúncias das injustiças cometidas em Paulista com o relato das violências exercidas contra uma família (não especificada se de trabalhadores ou funcionários de escritórios da fábrica) por uma turma de vigias, chefiada por dois dos filhos do Coronel Frederico Lundgren, Celso de

Oliveira e Edinho, motivadas pela recusa da moça desta família em dançar na festa de véspera de Natal com Celso de Oliveira (*Folha do Povo*, 27 e 30/12/1945). A milícia privada da CTP volta à cena para aí perdurar.

Em fevereiro de 1946, o PC procura fortalecer uma campanha de mobilização de massas pré-Constituinte dirigida contra o conteúdo da "carta reacionária e fascista de 1937". São realizados comícios em Paulista e Maricota em 23/2/46, tendo entre seus oradores mais conhecidos localmente o velho operário José Alfredo da Silva (cf. nota 194 no capítulo 10) e o membro do Comitê Municipal de Olinda, José Lino Ramos (*Folha do Povo*, 22 e 26/2/46).

A trajetória destes dois oradores é ilustrativa das condições de permanência em Paulista de lideranças de trabalhadores publicamente reconhecidos como comunistas. José Alfredo, exposto em comício à porta da fábrica, em novembro de 1945, como "secretário-político do comitê da empresa", tem poucas possibilidades de permanência em Paulista, mesmo sendo operário estável de mais de 20 anos na CTP. Seu nome desaparece do noticiário da *Folha do Povo*, desde os primeiros meses de 1946. Já José Lino Ramos persiste nos arredores de Paulista até o início dos anos 50, banido que foi de Paulista desde 1946, onde tinha uma pequena atuação cotidiana que se assemelha à do artesão sapateiro da peça "Gota d'Água" de Chico Buarque e Paulo Pontes, ou à atuação do bem-sucedido sapateiro de Nova Lima, no início dos anos 30, "assistente" do núcleo local do PC e um dos organizadores do sindicato dos mineiros (cf. Grossi, 1981, pg. 86 e foto à pg. 95). 1º presidente do Sindicato dos Alfaiates do Recife em 1934, José Lino estabelece-se em Paulista, em 1937, com uma pequena oficina, onde exerce a sua profissão. Isto acontece logo no período que se segue à repressão, em Recife, às atividades da Aliança Nacional Libertadora da qual foi militante. Depois de uma atuação discreta mas importante entre os trabalhadores de Paulista e atividades também discretas de denúncias das atividades germanófilas praticadas por chefes da CTP durante a guerra, José Lino expõe-se à luz do dia com a legalização do PC, em 1945, e é logo expulso de Paulista. Desde então, morando em Olinda, procura ter uma atuação em Paulista, ao mesmo tempo em que promove uma ação judicial contra a CTP, possivelmente por indenização de benfeitorias na sua oficina de alfaiate, antes instalada nas dependências da vila operária. Nas eleições municipais de 1947, é o vereador mais bem votado dentre os apoiados pelos comunistas na legenda do PSP, único que consegue uma cadeira na Câmara Municipal, mas provavelmente por falta de condições de permanência prolongada em Paulista, cede o lugar a seu suplente, operário têxtil do Recife, Brás de Luna. Esta ausência de condições de permanência prossegue nas eleições municipais seguintes, em 1951, quando José Lino tem por "tarefa" apresentar-se como candidato a prefeito, mas sua candidatura não se



sustenta com as ameaças físicas que rondam a casa onde se encontrava na ocasião em Paulista (cf. *Folha do Povo*, 16/6/1951).

No prosseguimento de sua campanha de mobilização por uma constituinte democrática – que “permita ao povo viver condignamente, com suas liberdades políticas, econômicas e sociais plenamente asseguradas, *livre dos restos feudais*, da reação e do fascismo, das doenças e do analfabetismo, da inflação e da carestia” (*Folha do Povo*, 17/3/46) –, o PC, em comício realizado em Maricota, procura dirigir-se menos aos operários fabris que ali são numerosos, e mais à sua identidade de moradores locais, mulheres e donas-de-casa e, particularmente, aos “camponeses” dos arredores de Paulista<sup>289</sup>.

De fato, a ênfase na organização dos camponeses e na transformação das relações sociais no campo não é fortuita, mas faz parte tanto das bandeiras tradicionais dos comunistas, quanto da linha geral de atuação do PC neste período. No famoso discurso de Prestes no Estádio de São Januário, em 1945, a primeira “medida de aplicação imediata” proposta por ele, em nome dos comunistas, é a “entrega gratuita de terras, próximas aos centros de maior consumo, a famílias camponesas, que se comprometam a explorá-las, imediatamente, como estímulo à produção de víveres” (cf. Vinhas, 1982, pg. 105). Em comício no Recife no final de 1945, Prestes desenvolve sua argumentação sobre a necessidade e a urgência da quebra do “monopólio da terra” e a sua distribuição ao campesinato nas áreas próximas às grandes cidades<sup>290</sup>.

---

289 “Centenas de camponeses e homens do povo assistiram ao comício de domingo, em Maricota. (Dentre os seis oradores do comício, o terceiro deles) Francisco Lourenço, *filho de camponeses* (falou de sua) existência por ter sentido na própria carne o quanto pesa a *exploração contra o homem do campo*, (o quarto deles) Maria do Carmo, foi aplaudidíssima especialmente pelo grande número de mulheres presentes ao comício, (...) (e o sexto deles) membro do PC, (...) concitou todos a entrar no PC, a formar seus comitês democráticos, *suas ligas camponesas*, suas associações de donas de casa, para fazer frente a todos os agentes da exploração reacionária e fascista. Depois do comício, por insistência do povo, foram os camponeses da *caravana do PC* convidados pelo povo a realizar uma *sabatina pública*, o que se fez no mesmo local, pois a *sede do Partido* não comportava o que queriam assistir, e tomar parte na *sabatina*. De 12 perguntas dirigidas aos oradores, 10 foram de caráter econômico o que prova o interesse popular na solução dos graves problemas da inflação, da carestia e do *semifeudalismo*, e outras pragas. Foram recrutados 41 novos membros para o PC tendo o Secretário da organização da célula encaminhado devidamente todos os novos militantes.” (*Folha do Povo*, 19/3/46, os grifos são meus, JSLL)

290 “(...) Companheiros! A elevação do nível de vida das grandes massas do campo interessa a todos os brasileiros. Aos capitalistas, aos operários da cidade. Aos capitalistas, porque o capitalista não pode empregar dinheiro em máquinas para que essas máquinas fiquem paradas. E para que produzir tecidos se não há quem os possa comprar? (muito bem, palmas). Isto não é paradoxo, companheiros. Já, em 1939, essa nossa miserável indústria de tecidos estava em superprodução. É irrisório, mas é verdade. A indústria de tecidos em, nossa terra,

Em Pernambuco, o estímulo ao associativismo em geral e à organização de associações e "ligas" de bairros, de "ligas de defesa da Constituição", por parte dos comunistas, alcança as áreas rurais periféricas à capital, onde são fundadas efêmeras "ligas camponesas", no período 45-47, reprimidas desde 1947/48 com a ilegalização do PC e a repressão aos setores sociais sob sua influência.

Camargo (1973, págs. 163 e 164) assinala, de forma pioneira, a partir de dados de entrevistas, esta criação das primeiras ligas camponesas em Pernambuco, pelo PC, em 1945, ligas estas que se desenvolviam diante da impossibilidade jurídica e institucional do estabelecimento de sindicatos de trabalhadores rurais. As primeiras ligas camponesas serão organizadas nos arredores da capital, como no bairro de Iputinga, onde há, então, ainda a predominância da horticultura, e a experiência de cooperativas de pequenos produtores, organizados no período da Interventoria de Agamenon Maga-

---

trabalhando 3 dias por semana, em superprodução, enquanto o povo não tem roupa para vestir (muito bem, palmas). Companheiros! Melhorar essas fábricas, trazer nova maquinária, é aumentar de maneira rápida a sua produção, mas, para que essa produção possa ser colocada no mercado, possa ser vendida, é necessário que o povo tenha dinheiro para comprar (muito bem, palmas). Portanto companheiros, a elevação do nível de vida das grandes massas do campo, interessa também ao capitalista, naturalmente aos capitalistas patriotas, àqueles que amam a nossa terra, que colocam os interesses do Brasil acima, muito acima de egoísticos interesses individuais (muito bem, palmas prolongadas).

Mas, companheiros, o problema da elevação do nível de vida das grandes massas do campo interessa também imediatamente, ao proletário, ao operário da cidade. O operário pode gozar do direito de greve, mas que vale fazer greve, se os patrões dispõem de uma reserva colossal de mão-de-obra barata, desses camponeses que por qualquer Cr\$ 5,00 ou menos talvez, aqui no Nordeste, vêm substituir o operário na cidade? (muito bem).

Concidadãos! A elevação do nível de vida das grandes massas do campo só é possível pela liquidação do monopólio da terra (muito bem), e a terra no Brasil está nas mãos de uma minoria privilegiada. Essa minoria explora as terras de uma maneira atrasada, por processos os mais rotineiros, quando não as deixa abandonadas, mesmo junto aos grandes centros de consumo e de comunicação já existentes (muito bem, palmas). O Partido Comunista do Brasil, no seu programa mínimo de União Nacional, programa que os seus deputados e senadores defenderão na próxima Assembléia Constituinte, diz que *as terras úteis junto às grandes cidades ou centros de consumo e vias de comunicação, já existentes, se continuarem exploradas por esses processos rotineiros, se continuarem abandonadas, devem passar às mãos do Estado para serem entregues, gratuitamente, às grandes massas camponesas*. Companheiros! *Este é o problema número 1 de nossa economia, de progresso do Brasil*. Esse problema, problema da revolução democrático-burguesa, exige a união de todo o nosso povo (...)."

(Discurso de Prestes no Parque 13 de Maio, Recife, no comício "O Nordeste a Luís Carlos Prestes", 26/11/1945; grifos meus, JSLL)

lhães. As ligas e a sua capacidade de canalização de reivindicações destes pequenos agricultores, dando-lhes o sentimento de autonomia política, contrastavam com o rígido controle estatal do período das cooperativas. Nestes bairros os camponeses lutavam contra proprietários de terrenos querendo expandir as construções urbanas. Estas ligas criam escolas – como o farão as “células rurais” de Araçoiaba, nos arredores de Paulista (ver mais adiante) – auxiliadas seja por verbas conseguidas pelos veredores comunistas, seja por um sistema de cotizações populares. Camargo assinala também a incidência geográfica das ligas neste período, principalmente em Paudalho, São Lourenço da Mata, Escada, Goiana e Vitória de Santo Antão. Estas ligas teriam servido então como organizadoras da “autodefesa” de *foreiros* ameaçados de expulsão e acoitados por medidas preliminares de expulsão, por parte dos proprietários e seus prepostos e *vigias*, tais como as proibições de culturas permanentes, árvores, reparação de casas, benfeitorias e quaisquer atividades susceptíveis de uma ação de indenização.

E isto acontece também nos arredores de Paulista, seja na área dos *roçados-operários*, seja na área dos *sítios da companhia*. O PC procura implantar-se, inicialmente, entre os camponeses desta última área. Assim, aquele partido funda uma sede do “comitê distrital de Araçoiaba”, localidade do município de Igarassu, vizinho a Paulista, onde há terras de propriedade da CTP, inscreve novos militantes, e cria três “células rurais”, que tomam o nome de três mártires, o nome de um camponês de Magé (RJ) morto pela polícia, e o nome de dois operários assassinados por vigia da CTP na recente “chacina de Paulista” (sobre a “chacina” tratarei mais adiante) (cf. *Folha do Povo*, 13/11/46; a notícia conclui: “é assim que o povo responde à reação feudal-fascista”). De imediato, essas “células rurais” começam a organizar denúncias sobre (a) os processos de exploração de trabalhadores rurais em engenhos de usinas próximas (Usina São José, de Igarassu e Usina Vargem Grande, em Nazaré da Mata), a respeito dos preços irrisórios pagos pela “conta”; (b) os processos, em curso, de expulsão de *foreiros* de engenhos pertencentes à CTP; (c) as violências cometidas por vigias e jagunços contra os camponeses<sup>291</sup>. Em 4/1/1947, a *Folha do Povo* torna a denunciar violências (sob a forma de tocaia, ferimento de bala de rifle) contra um

---

<sup>291</sup> “Regime de fome e miséria reina em Araçoiaba. Os camponeses queixosos vieram de longe falar à Folha do Povo. Uma ‘conta’ por Cr\$ 5,00. Os Lundgren expulsam velhos *foreiros*. (...) Dezenas de camponeses desceram dos engenhos, das usinas e de outros centros feudais para trazer a sua queixa e o seu protesto contra a exploração de que são vítimas. Sabendo com antecedência que um repórter da Folha do Povo visitaria Araçoiaba, o povo se encheu de confiança e do quanto ouvimos só podemos concluir pela justeza da linha política do PC de que o regime feudal, a relação de produção pré-capitalista, vigente em nossa pátria constitui o maior entrave ao seu desenvolvimento econômico.”

(*Folha do Povo*, 14/11/1946)

foreiro da Fazenda "Preju", em Igarassu, de propriedade da CTP, praticadas pelos vigias daquela companhia (o administrador da fazenda, querendo expulsar aquele foreiro, recusa-se a receber o pagamento do foro). Nas "células rurais" de Araçoiaba, foram organizadas uma escola de alfabetização e uma assistência médica semanal, atividades estas que são desbaratadas pela ação combinada do destacamento policial de Igarassu e de vigias da CTP e da Usina São José, antes mesmo da cassação do registro eleitoral do PCB em 25 de maio de 1947<sup>292</sup>. Seja por motivos políticos, seja por brigas com o administrador do engenho, seja lastreada em nova política da CTP, após a morte do Coronel Frederico Lundgren (em fevereiro de 1946), incentivando a expulsão dos camponeses-foreiros dos *sítios da companhia* que abasteciam a feira de Paulista, iniciando a desagregação do "sistema Paulista" com a administração gerencialista e produtivista de Mr. Harley, genro do Comendador Arthur Lundgren, uma nova leva de expulsões de foreiros atinge as áreas agrícolas da CTP. A *Folha do Povo* de 24/9/1947 registrou algumas dessas expulsões, como a que atinge dois *madeiros-lenhadores* da CTP, que subsidiariamente tinham roçados e plantações pelas quais pagavam foro. A transcrição da notícia dá uma idéia da produção destes roçados e sítios aforados e a perda dessa produção, parcialmente escoada para Paulista, com a expulsão recorrente destes foreiros<sup>293</sup>.

---

292" Em Araçoiaba, funcionavam duas células do PCB, uma delas situada em Cumbe de Cima. Reuniam a totalidade da população do lugarejo, e lhe proporcionavam a alfabetização, através de escola instalada naqueles organismos e assistência médica semanal, por um dos médicos filiados àquele Partido. Aos domingos, nas visitas médicas, vinham camponeses de propriedades distantes às células do PCB para receitarem-se e, sempre que possível, levar medicamentos. No domingo último, o povo de Araçoiaba e Cumbe de Cima perdeu a escola de alfabetização e a assistência médica, com a interdição arbitrária das células do PCB. Autoridades policiais, o gerente da Usina São José, o cabo Firmino, morador do povoado das Três Ladeiras, o inspetor de quartirão José Preto e o vigia da CTP José Ferreira, invadiram as casas dos camponeses José da Hora e Pergentino Carneiro de Mesquita (onde se realizavam as reuniões das células) com violência. O Sr. Pergentino Carneiro de Mesquita, acima referido, foi ainda posto fora da terra tendo se refugiado em Olinda. Os vigias dirigidos por Luís Xem destruíram-lhe à foice suas plantações, em terras da CTP."

(*Folha do Povo*, 16/5/1947)

293" Nos engenhos 'Cumbe' e 'Itapiru' em Araçoiaba, município de Igarassu, de propriedade dos Lundgren, os camponeses são submetidos às maiores brutalidades, praticadas pelo capanga dos "nazi" de Paulista, o administrador Gregório Alves. Os srs. José da Rosa Pereira, Augusto Ferreira e João José da Silva (os dois primeiros do engenho 'Cumbe', o último do engenho 'Itapiré de Cima') em visita à *Folha do Povo*, narraram que foram intimados a abandonar as terras daqueles feudos. José da Rosa, casado, 13 filhos, trabalha como *madeiro*, e ganha 50 a 60 Cr\$ semanais. Como esse salário não dá para sustentar sua numerosa família, fez algumas plantações, e construiu no local uma barraca, pagando pelo foro da mesma, Cr\$ 2,50 semanais. Ultimamente, foi

Apesar da interdição das “células rurais” do PCB em Araçoiaba, outras formas de organização daqueles grupos camponeses, que permanecem mobilizados e disponíveis para formas de associação – diante da ilegitimação das formas de exploração da força de trabalho nos engenhos, das formas violentas de expulsão dos foreiros das terras da CTP e da ação dos vigias daquela *companhia* – são tentadas por aquele partido, já tornado clandestino. Em setembro de 1947, é instalada a “Liga de Defesa da Constituição de Araçoiaba”, com conferência da deputada estadual comunista Adalgisa Cavalcanti “perante dezenas e dezenas de camponeses” e a posse de sua diretoria (*Folha do Povo*, 26/9/1947). A secretária desta diretoria, Maria Marcolino, sofre posteriormente as conseqüências do seu engajamento na pessoa de seu pai ou marido Manuel Marcolino, expulso da propriedade e espancado<sup>294</sup>.

Mas não é somente no distrito de Igarassu, mais distante de Paulista, Araçoiaba, entroncamento de terras de propriedade de usinas com terras dos *sítios* da CTP, onde o PC procura implantar-se, organizando em “células” e

---

intimado pelo administrador do engenho Cumbe a abandonar as terras. Esse camponês trabalha, há 10 anos, naquela propriedade. Intimado a abandonar as terras, sem nenhuma indenização, com o que não concorda, *pois as suas plantações constam de 13 quadras de roça, que fornecem mais de mil cuias de farinha, 500 bananeiras, 10 jaqueiras, 2.000 pés de abacaxi e 2 cuias de feijão plantadas*, tudo isso obtido à custa de tremendos esforços. Ainda há o fato de sua esposa estar enferma não podendo, de forma alguma, abandonar as terras. O sr. Augusto Ferreira, 3 filhos e 13 anos de serviços prestados no ‘*seringal*’ do engenho Cumbe, está em idêntica situação, sendo suas plantações estimadas em Cr\$ 20 mil no mínimo, e foi igualmente convidado a ‘desaparecer’ do feudo. Pelo mesmo vexame está passando o sr. João José da Silva, intimado a deixar suas plantações, que tanto esforço custaram. Os camponeses que nos pediram divulgássemos suas queixas, solicitam imediatas providências dos poderes competentes no sentido de impedir sua expulsão.”

(*Folha do Povo*, 24/9/47; os grifos são meus, JSLL)

294” O Sr. Manuel Marcolino é morador das terras dos Lundgren em Araçoiaba, Igarassu. Há meses, recebeu intimação para sair da propriedade, muito embora tivesse benfeitorias, plantações, as quais se recusou a entregar. Isso equivale ali a uma vida de perseguições, e às vezes, até a própria sentença de morte. Manuel Marcolino começou então a receber permanentes ameaças. Mas continuou resistindo. Semana passada, os capangas dos Lundgren cumpriram o prometido. Dois deles saíram de *uma sopa* armados de cacete e em plena via pública, quando Manuel Marcolino voltava da feira, agrediram-no selvagememente, deixando-o estendido ao solo. Fraturou uma perna, esmagou uma mão, e apresentava profundas incisões no couro cabeludo e equimoses por todo o corpo, sendo grave o seu estado, ao dar entrada no Hospital do Pronto Socorro. Depois da agressão, os capangas, com as roupas salpicadas de sangue, voltaram tranqüilamente a ocupar os seus assentos na *sopa* em que vieram (a *sopa*, o mesmo tipo de ônibus velho com os quais os *agentes* buscavam famílias de trabalhadores para Paulista, no *interior*) sem que nenhuma medida fosse tomada pelo comissário de polícia local.”

(*Folha do Povo*, 10/12/1947; grifos meus, JSLL)

"ligas" os camponeses, que a *Folha do Povo* denuncia arbitrariedades cometidas contra *foreiros* dos engenhos da CTP, mas também nas áreas dos *roçados-operários*, próximos a Paulista, como é o caso da localidade de Jaguaribe, ou das áreas de roçados e de criação de animais domésticos, próximos aos arruados da vila operária. Assim, operários de Paulista denunciam à *Folha do Povo* que os vigias armados de rifles, que fazem a ronda nas terras da CTP capturam os animais domésticos dos operários, que os deixam soltos na "seção dos eucaliptos" e os levam para um "depósito", de onde só sairão mediante o pagamento de multa (*Folha do Povo*, 29/10/46). Também moradores de Jaguaribe, área de roçados-operários entre Abreu e Lima e Paulista e de propriedade contestada entre a CTP e seus antigos proprietários, vêm denunciar na redação do jornal as proibições e ameaças que antecedem a expulsão definitiva de camponeses-operários de seus roçados<sup>295</sup>. Em 1948, o vereador comunista de Paulista, Brás de Luna, denuncia na Câmara Municipal a destruição de plantações e roçados em áreas próximas às fábricas por parte de *vigias*, e sobre estas terras colocando grande quantidade de lenha, impedindo, assim, aqueles operários-camponeses

---

<sup>295</sup>Estiveram em visita à redação os camponeses Joaquim Vieira de Barros e José Batista de Mendonça, moradores da propriedade "Jaguaribe" dos industriais nazistas Lundgren, no município de Paulista. Referiram que receberam ordens de não cobrir a casa em que moram, que lhes pertence (a casa seria deles, porém o *chão de casa* seria da CTP). Acontece que a cobertura é de capim e já está velha mesmo, precisando de mudanças. Proibiram-nos ainda, esses legítimos senhores feudais, que plantassem qualquer coisa. 'Nem um leirão de macacheira, nem uma cova de maxixe. Se desobedecerem às minhas ordens, serão presos pela polícia'. O inspetor de quartelão de Jaguaribe é, ao mesmo tempo, *vigia* da propriedade (da CTP). Diz que 'mata e morre pelos Lundgren'. Vive ameaçando de morte aqueles que não se sujeitam aos caprichos do seu patrão, ameaçando Joaquim e José. Daqui para janeiro, diz que terá o gosto de ver esses dois camponeses passando fome com as suas famílias na estrada. 'O meu sítio, diz José Batista, vem sendo cultivado por mim há 14 anos. Já fiz nele muitas benfeitorias. Do meu terreno arrancaram 18 mudas de coqueiros e 15 touceiras de bananeiras. O juiz de direito de Paulista inteirou-se de minha queixa, mas até agora, nada resolveu, razão pela qual vim ao Recife avistar-me com um advogado.'

(*Folha do Povo*, 10/10/46)

"O agricultor José Batista de Mendonça há 14 anos que é sitiante na propriedade de 'Jaguaribe', antigo engenho hoje pertencente aos Lundgren. A CTP, desde o ano passado, está empenhada em desocupar aquelas terras, obrigando muitos moradores a deixá-las à força sem indenização. (...) Tendo recebido ordem de desocupação das terras, José Batista recusou-se a fazê-lo. No domingo, às 11 horas apareceram em sua residência o inspetor (de quartelão) Manuel Serafino e seu irmão Severino, ligados à CTP, a mando do advogado da Cia. Dr. Buarque, e tentaram matá-lo a peixeira e a foíce, não o fazendo graças à intervenção dos presentes. O camponês esteve em nossa redação comunicando os fatos, e disse que iria à Secretaria de Segurança Pública pedir garantias de vida."

(*Folha do Povo*, 20/2/47)



de cultivarem terras que não vinham tendo qualquer outra utilização (*Folha do Povo*, 27/2/1948).

A atuação do PC não se manifesta apenas nas áreas dos roçados-operários, próximos à vila operária, na sede municipal, nem apenas nos limites de Paulista com Igarassu, mas também do lado dos limites de Paulista com Olinda. Tendo eleito a maioria da Câmara dos Vereadores de Olinda, o PCB ali pressiona fortemente o prefeito pela efetivação do que vem a ser chamado de "faixa verde" de Olinda, que poderia concretizar localmente a medida de "urgência" e de "união nacional", preconizada pelo Programa Mínimo do PC, e propagada por Prestes nos comícios de São Januário e de Recife (cf. nota 290), a saber, a distribuição de terras aos camponeses na periferia das grandes cidades. Abre-se na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura de Olinda a "questão das terras da Lagoa da Santa", terras improdutivas, porém férteis que pertenceriam à municipalidade, embora reivindicadas na Justiça por proprietários particulares<sup>296</sup>. Enquanto o PC pressiona para que estas terras pertencentes à municipalidade sejam distribuídas gratuitamente aos camponeses, outros grupos, ligados às oligarquias locais, disputam a posse daquelas terras, preconizando um edital para o arrendamento das 'terras da Santa' (cf. *Folha do Povo*, 13/3/47)<sup>297</sup>.

---

296" A Constituição de 1946 diz que 'o uso da propriedade deve estar condicionado ao bem estar social'. Assim deve ser abordada a questão das terras da Lagoa da Santa concedida à cidade de Olinda por foral de Duarte Coelho, e que estão sendo reivindicadas no momento pelos herdeiros de Claudino Leal, latifundiário daquele município que as vem utilizando indebitamente para a solta de gado. Atitude justa e corajosa tomou o prefeito defendendo essas terras do assalto desses oligarcas do município, que vêm submetendo os camponeses a um regime de terror. *As terras da Santa, incultas até o momento, poderão ser úteis à população para o plantio de legumes ou frutas, cada vez mais raras na mesa do olidense, o qual muitas vezes é obrigado a abastecer-se na vizinha cidade de Paulista, onde porém política de 'terra devastada' (atual) dos Lundgrens já começa a provocar igualmente a falta.* Apoiando o ato democrático do prefeito, impedindo o assalto às terras por parte dos Claudino Leal, achamos que é o momento da criação da 'faixa verde' de Olinda, entregando aquelas terras aos camponeses ('distribuição de terras aos camponeses que queiram trabalhar e através das ligas camponesas'), *Folha do Povo*, 13/3/47 de Bultrins, Mirueira, Fragoso (estas duas últimas são áreas limítrofes com as propriedades da CTP) e da Santa - estes últimos (camponeses-posseiros) expulsos pelos herdeiros de Claudino Leal."

(*Folha do Povo*, 12/4/47: os grifos são meus, JSLL)

297" As terras das Lagoas da Santa e do Arroz, são, por foral de Duarte Coelho, propriedade da municipalidade de Olinda. Entretanto, no governo, Sigismundo Gonçalves, foram cedidas pelo então prefeito Tonico Ferreira, a um 'chefe político' olidense, Padilha (Coronel Cornélio Padilha, inimigo político dos Lundgren, cf. Góes, 1964), senhor do engenho Fragoso e a elas (às terras do Fragoso) incorporadas. Com a queda do governo Dantas Barreto (ou com a ascensão, visto que Padilha era 'rosista' e adversário dos 'dantistas?'), os Padilha viram empalidecer sua estrela e preferiram vendê-las (para que não as

Por outro lado, o PC propõe a extensão da “faixa verde” de Olinda das “terras da Santa” em direção ao engenho Fragoso e Mirueira, áreas limítrofes às propriedades da CTP, o que não interessa a esta empresa, seja pelo precedente podendo ser estendido a Paulista, seja pela atração dos camponeses de sua área para a da “faixa verde”, quebrando com o frágil equilíbrio com o campesinato de sua própria área que à CTP agora interessa restringir e limitar seus roçados e sítios. No entanto, apesar da justiça de Olinda dar ganho de causa à prefeitura sobre os reivindicantes herdeiros de Claudino Leal na questão das “terras da Santa”; os interesses dos grupos privados locais parecem ter conseguido neutralizar a ação de distribuição daquelas terras aos camponeses formando a “faixa verde”. A *Folha do Povo* fornece indícios do adiamento e “arquivamento” da questão por parte da prefeitura, favorecendo, assim, as incursões dos grandes proprietários sobre aquelas terras públicas, e a seguir não há mais notícias sobre o assunto<sup>298</sup>. No final

---

vendessem aos Lundgren, seus inimigos) ao sr. Claudino Leal, o qual por sua morte, passou aos seus herdeiros. Estes as detêm, ainda hoje, mantendo-as fora do alcance das garras dos latifundiários nazistas Lundgren. Somente agora, passados 30 anos da transação ilícita – pois não foi sequer apresentada ao Conselho Municipal – quando já desapareceram numerosos documentos, como é o caso do Livro do Tombo nº 8, e quando vários sinais de identificação vegetal dos limites da ‘Santa’ foram apagados – é que se revive o caso. À primeira vista o prefeito de Olinda reivindicar a posse da ‘Santa’ e a desapropriação do Fragoso parecia uma medida progressista. Mas (há indícios que) na realidade, isto seria para entregá-las ao especulador Botelho, testa de ferro dos Lundgrens. Como os camponeses compreenderam a manobra, e os Claudino Leal impetraram mandado de segurança, houve uma tentativa de conciliação entre os grupos oligárquicos, promovida pelo advogado Raimundo Diniz (também amigo dos Lundgren), com entendimentos no Rotary Club entre Diniz, o prefeito e os advogados dos Claudino. As terras improdutivas e férteis da ‘Santa’, e os 1.865 hectares do Fragoso são vitais para o município (de Olinda), para cereais e hortaliças. Os grupos oligárquicos as querem para a solta do gado e venda de lenha. Os camponeses, que visitaram o prefeito segunda-feira, pressionam pela faixa-verde olindense” (o governo de Sigismundo Gonçalves citado na notícia ocorre entre 1904 e 1908).

(*Folha do Povo*, 18/4/47)

<sup>298</sup> Ao mesmo tempo em que notícia a proclamação pela justiça de Olinda da legitimidade dos direitos da prefeitura sobre as “terras da Santa”, a *Folha do Povo* teme pela influência sobre o prefeito “do perepista Botelho e o udenista Lavor, ao que parece ambos testa de ferro dos Lundgren, que durante 30 anos dominaram a política de Olinda, e ainda hoje exercem influência sobre os ‘coligados’ locais (da “Coligação Pernambucana”, PRP, UDN e PDC), mesmo quando o PCB é majoritário ali (na Câmara Municipal de Olinda)”. (...) “Os Lundgren pretendem expandir-se sobre o município de Olinda. (Já o teriam feito com a invasão da propriedade “Melões de Baixo”, em Olinda, forçando a saída do antigo proprietário e atemorizando os trabalhadores rurais da área; cf. *Folha do Povo* de 28/3/47). Fragoso, engenho de 1.865 ha, sempre foi

do ano, o vereador comunista Manuel Estevão apresenta à Câmara Municipal do Cabo projeto de desapropriação de terras não cultivadas de propriedade do Cotonifício José Rufino, no município do Cabo, "para que sejam vendidas pela prefeitura a preços módicos aos camponeses que se disponham a cultivá-las, criando-se assim uma faixa verde" (*Folha do Povo*, 30/11/47). E no início de 1948, o vereador comunista de Moreno apresenta requerimento à Câmara Municipal solicitando a criação de uma "faixa verde" naquele município com a desapropriação de terras e sua distribuição aos camponeses, única solução para o ressentido problema dos altos preços dos produtos alimentares da feira de Moreno sempre discutido pelos vereadores locais (*Folha do Povo*, 10/3/48). Muito menos que em Olinda, estas duas proposições, no Cabo e em Moreno, não foram adiante. É interessante que em todos os três casos, há grandes proprietários de terras envolvidos, que são companhias têxteis (a CTP, a Cia. José Rufino, e a "Société Cotonière" de Moreno), como que confirmando a denúncia de Agamenon Magalhães, em seus artigos "Contra o Latifúndio" e "Latifúndios Improdutivos" de 1943, sobre os industriais que investiram na compra de terras.

Mas, ao contrário das tentativas feitas em Olinda, Cabo e Moreno, a proposta de constituição da "faixa verde" em Paulista, com a distribuição de terras aos camponeses no perímetro da cidade, teve uma vida mais longa, foi aprovada pela câmara Municipal e, por pouco, não se concretiza. Pois que em Paulista a proposta da "faixa verde" acoplava-se a uma outra, de desapropriação das áreas urbanas não edificadas da sede municipal para a constituição de ruas e bairros "livres", distintos da vila operária da CTP que é a forma urbanística única daquela cidade, proposta de desapropriação esta que ampliava a frente de grupos sociais locais e forças políticas interessadas na sua efetivação. Mas, antes de examinarmos as peripécias e vicissitudes do projeto de desapropriação das áreas não edificadas de Paulista, e da distribuição de lotes de terra aos camponeses na sua periferia, devemos expor um outro bloco de acontecimentos que motivam a ação dos políticos na Assembléia Constituinte Estadual e na Câmara Municipal de Paulista na direção da "libertação da cidade", e que contribuem para deslegitimar as pretensões da CTP: trata-se de um novo ciclo de manifestação, à semelhança do início dos anos 30, da violência política do corpo de vigias daquela companhia.

---

ambicionado por eles com quem suas propriedades se delimitam na zona da 'Santa'. Daí o perigo que pesa sobre Olinda, do atrelamento de suas pequenas propriedades ao grande feudo de Paulista, o que significaria o retorno da miséria e do atraso do tempo que os Lundgren dominavam a política de Olinda. O povo deve mobilizar-se pelas 'terras da Santa', que pode ser o início da faixa verde, pois além da Santa, a Mirueira, os Bultrins e o próprio Frágoso (2.200 ha mais ou menos) podem ser desapropriados e colocados a serviço da coletividade. Hoje essas terras estão entregues a especuladores e aproveitadores de suas matas." (*Folha do Povo*, 7/5/47). No dia 25/4/47, a *Folha do Povo* indicava que teria havido recomendações, da Interventoria do Estado à prefeitura, para que a gestão fosse esquecida.

Além da sua atuação cotidiana de atemorização e repressão aos trabalhadores de Paulista, tanto os operários quanto os camponeses das áreas dos *sítios da companhia*, onde intervêm nos processos de expulsão de *foreiros* – atuação esta interna ao território e aos trabalhadores e dependentes da CTP, tida como atribuição normal de um corpo de vigias, tal como selada pela “jurisprudência” do debate jornalístico do início dos anos 30 e dos decretos dos governos provisórios da Revolução de 30 em Pernambuco e na Paraíba, “regulando” a existência das milícias privadas de empresas fabris e rurais (cf. cap. 6) – o corpo de vigias da CTP passa a ter uma atuação mais diretamente “política”, no imediato pós-guerra, pois que voltada para a repressão aos representantes locais de um partido político legalizado, seja ele no entanto o Partido Comunista. Com a aparição pública das “células de fábrica” e “rurais” do PC, não tarda a manifestar-se sobre elas a ação do braço armado do “governo local de fato”: assim, no final de março de 1946, sessenta pessoas, a maior parte delas constituída de vigias da CTP, promove em Paulista uma passeata-enterro de Luís Carlos Prestes, seguida de incursões ameaçadoras às casas de militantes e simpatizantes detectados do PC na vila operária<sup>299</sup>. Essas ameaças se repetem, no dia seguinte, com a puxação das casas dos mesmos operários “marcados” e se concretizam no espancamento do “gazeteiro” da *Folha do Povo*, Severino Vaz Curado (*Folha do Povo*, 5, 6 e 10/4/46). Poucos dias depois este mesmo grupo ativo de pessoas, exercendo cargos de mando na CTP, promove um comício em Paulista contra o PC<sup>300</sup>. Os deputados federais pernambucanos Gregório

---

<sup>299</sup> A *Folha do Povo* registra que a passeata-enterro foi preparada, “por elementos fascistas ligados à direção da fábrica”, no interior de um dos clubes de futebol locais, o “Flamengo”, e dentre os manifestantes estariam “Edinho, um dos filhos do Coronel Frederico; Leobaldo Leão, gerente da fábrica Aurora; Galvão das Casas, chefe do setor das casas da vila operária; Genaro Balta, gerente do registro de operários; José Cupertino, professor por conta da companhia, o professor infame” (José Cupertino é o editor do jornal “A Imprensa” de Paulista, de 1918); Antonio Buchudo, contramestre de tecelagem; João Sabetudo, dono de um bar; Severino Cozinhado, fiscal da fábrica e chefe de um setor de vigias; Tancredo, chefe de outro setor de vigias; Nilo Pessoa, empregado numa barraca de jogo; José Pereira, motorista da companhia; Bibi Alfaiate, tocador de trompete e integralista conhecido.” A passeata-enterro parou primeiramente na porta da casa do operário José Alfredo da Silva, que ficou publicamente conhecido como “secretário político do comitê de empresa” em comício na porta de fábrica a que compareceu Gregório Bezerra, em 1945. A ação de execração pública e ameaças feitas pelo grupo promotor do “enterro” estendeu-se, depois, às casas do operário Enoque Pereira de Lima, e à casa “da militante do Partido” Porcina Costa Lima. A cada parada do “séquito” defronte destas casas o caixão era aberto e seu conteúdo de paus e cacetetes era distribuído ameaçadoramente entre os presentes. Também foram ameaçados na rua dois “gazeteiros” da *Folha do Povo*.

(cf. *Folha do Povo*, 2/4/46)

<sup>300</sup> Para contrabalançar as denúncias, que temos feito quanto ao regime de terror em Paulista, os senhores feudais desta infeliz cidade promoveram ali, por

Bezerra e Agostinho Dias denunciam, na Assembléia Constituinte, estas violências atingindo a liberdade partidária. Por outro lado, a *Folha do Povo* indica os vínculos empregatícios do delegado local de polícia com a CTP<sup>301</sup> e a "função policial" paralela do corpo de vigias da *companhia*<sup>302</sup>.

---

intermédio de seus sequazes, um comício nazista no domingo. Desde de manhã, percorriam a cidade, casa por casa, intimando o operariado a comparecer ao comício sob a ameaça de: 'quem não for é comunista'. Acrescentavam tratar-se de um comício patriótico, em que falaria 'virtuoso sacerdote e doutores de cultura' (a notícia não diz quem). A verdade manda que se diga que foi grande a massa que compareceu ao local. Mas para não faltar à mesma verdade, logo que o povo começou a ouvir os ataques aos comunistas, a Prestes, o povo foi evacuando a praça, e os últimos oradores apenas falaram aos Edinho, aos Professor Infame (José Cupertino, antigo redator de A Imprensa, jornal local de 1918) aos Galvão das Casas e Severino Cozinhado e aos inimigos do povo que ali permaneceram." (*Folha do Povo*, 10/4/46). A *Folha do Povo* dos dias 16, 18, 23/4; 18, 22, 25, 28 e 30/5 denuncia a recorrência de espancamentos de gazeteiros, ameaças a militantes do PC por parte de vigias, e prisões pela polícia local de militantes comunistas em Paulista e Maricota e dissolução, pela polícia, de reuniões de "célula" do PC em Paulista em casa de trabalhador na vila operária.

<sup>301</sup>"O delegado atual de polícia, José Florentino da Costa, é o mesmo que exercia iguais funções ao tempo das primeiras agressões contra gazeteiros da *Folha do Povo* em Paulista (no início do ano). Foi transferido depois para Caruaru, e se recusando a seguir para lá, foi demitido e passou a exercer funções bem remuneradas na fábrica de Paulista. Agora é novamente delegado de polícia. À sua volta ao cargo corresponde o reaparecimento da violência contra os gazeteiros da *Folha do Povo*."

(*Folha do Povo*, 27/8/46)

<sup>302</sup>"(...) Entre esses fatos (fatos estes que o jornal vem denunciando como compondo um "clima de terror" em Paulista), podemos recordar a prisão do operário Lourenço Jorge da Costa, cujo único motivo, segundo declarações do próprio delegado de polícia local, foi estarem reunidos em sessão do PCB, o que constitui uma violência e um atentado criminoso ao direito de reunião e de associação política, especialmente se tratando de partido legal. Entre esses fatos, também vamos denunciar ao povo e às próprias autoridades do Estado (Pernambuco ainda está sob intervenção federal, a eleição para governador, ganha por Barbosa Lima Sobrinho do PSD, está sob contestação na Justiça Eleitoral, e só se resolverá no início de 1948) a existência de uma falsa polícia particular organizada de fascínoras e desordeiros, que escarnecem as leis vigentes no país, pisam nas determinações das próprias autoridades e ameaçam a vida, a segurança e os direitos dos cidadãos. Para demonstrar a que ponto chega o atrevimento desses capangas, tidos como polícia particular, basta o fato ocorrido no engenho Caeté daquele município, onde foi seqüestrado por essa 'polícia' o trabalhador José Bernardo de Moura, cuja família se acha alarmada e revoltada contra semelhante ato. Este trabalhador foi conduzido para a Usina Timbó, e até o momento em que denunciamos esse fato, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades."

(*Folha do Povo*, 4/6/46)

No entanto, duas ações relacionadas a este corpo de vigias vêm evidenciar publicamente – isto é através da imprensa, e obrigando as diferentes forças políticas estaduais a tomadas de posição – a atuação exorbitante desta milícia privada. A primeira delas, mais propriamente política porque dirigida contra membros do Partido Comunista, então legalizado, suscita grandes reações da imprensa e das forças políticas em plena fase pré-eleitoral. Este primeiro acontecimento antecede a Constituinte Estadual, e contribuirá para que seja inscrito, naquela Constituição, artigo prevendo o desarmamento das milícias privadas. A segunda ação mais evidente envolvendo os vigias da CTP, é posterior à Constituinte Estadual, e é menos dirigida a militantes políticos, e sim aos habitantes comuns de Paulista. Ela vem testar os limites de possibilidade do cumprimento efetivo dos dispositivos constitucionais referentes ao desarmamento dos vigias e das milícias privadas.

A “chacina de Paulista”, como ficou conhecido, graças à difusão do acontecimento conseguida pela *Folha do Povo*, o atentado de um ex-vigia da CTP a militantes do PCB em um comício, resultou na morte à bala de dois operários, que vieram a Paulista em uma “caravana” do PC para mais um comício pré-eleitoral, no final de 1946. Além da publicidade do fato, dos seus resultados e do seu desenrolar, por si só suficientes para evidenciar a ação dos vigias da CTP, a peculiaridade do acontecimento em relação a outros atentados feitos por vigias, em outras empresas ou latifúndios, é a prisão em flagrante do autor do atentado, e o subsequente processo criminal contra ele instruído, fazendo perdurar a publicidade e a produção de evidências contra a violência institucionalizada do “governo local de fato” da companhia.

A *Folha do Povo* assim descreveu o atentado e fatos que o precederam, em artigo de primeira página:

*(...) O crime se deu em Paulista, onde o PCB realizou mais um comício de sua campanha eleitoral anteontem (domingo, 10/11/46). Às 15 horas, uma multidão de 2.500 pessoas se comprimia para aplaudir os oradores do PC na Praça da República em Paulista. Um clima de anormalidade fazia-se sentir, desde o começo. Casas de militantes do Partido tinham amanhecido pixadas com letreiros obscenos, acompanhadas de insultos à classe operária e ao povo. A tribuna preparada para o comício, e de onde falariam os oradores foi roubada pelos capangas, tendo sido usado o tablado de um caminhão como palanque. No próprio local da concentração, estavam parados os carros 4401 e 2014, aquele de aluguel e este de propriedade da CTP. No interior dos carros, estavam o sr. Celso de Oliveira (um dos filhos dos Lundgrens), Severino ‘Cozinhado’, ‘Galvão das Casas’, e o ‘Professor Infame’ de nome José Cupertino. O assassino Evaristo Freire de Oliveira também estava ali encostado na porta de fora do veículo. O delegado local, tenente Jorge Ferreira de Araújo, já prevendo anormalidades, tinha impedido que funcionasse um maracatu, dirigido*



pelo provocador Severino Silvestre, vulgo Bibiu Alfaiate, que deveria sair à rua, às 16 horas, no horário do comício por ordem de 'Galvão das Casas'. Já tinham feito isso, quando de comício recente, em que compareceu Gregório Bezerra, aproveitando da fraqueza do antigo delegado local.

As 17 horas e 10 minutos, fim do comício, a multidão começa a dispersar-se. Põe-se em marcha o caminhão, que viera de Recife, trazendo delegação dos comitês municipal e estadual do PCB, e também Rui Antunes e Josué de Almeida, que seriam as pessoas mais visadas pelos capangas. Na altura da Rua do Nobre, Evaristo Freire de Oliveira (ex-chefe dos vigias da CTP, atualmente guarda-civil) puxou de uma arma curta, fazendo vários disparos contra o caminhão. Foram mortalmente feridos os operários Nelson Rodrigues Vasconcelos e Antonio Firmino de Lima, além de ter saído ferido o barbeiro Daniel Cruz. O criminoso fugiu para um sítio fronteiriço, jogando fora a arma, que não foi encontrada, sendo perseguido por um grupo grande de pessoas. O sargento Frazão (do destacamento policial local) o prendeu. Foi identificado por várias pessoas no xadrez, todas do Recife, com exceção de Antonio Pereira da Silva, de Caboatã, e Manuel Simões de Matos, de Maricota. O vigia Adelino José Ferreira, residente em Paulista, declarou que assistiu ao crime a pouca distância do criminoso, do qual é amigo particular.

O criminoso, antes de entrar na guarda-civil, exerceu as funções de chefe de vigias da Fábrica Paulista, nos anos 39 a 45. Tornou-se odiado pelos trabalhadores daquela cidade por perseguir os operários, tendo ferido à arma branca um deles. Uma vez, atirou contra uma patrulha do Exército. Depois disso, foi afastado da CTP. A CTP simulou uma 'expulsão' com a qual ele concordou porque sabia que o 'coronel' não esquece seus 'afilhados'. Entrou, então, na guarda civil, mas continuou a ter casa em Paulista, o que não acontece com nenhum outro. Sua família reside na Rua do Sobrado com água e luz de graça. Todos os domingos está em Paulista."

(Folha do Povo, 12/11/46)

Os dois operários mortos vieram de Recife com a "caravana" do PC, mas enquanto um deles é um taifeiro jovem e solteiro, residente no bairro de Afogados, o outro, Antonio Firmino, operário *banqueiro* da Fábrica da Macacheira, casado e com três filhos, nasceu em Paulista e trabalhou 17 anos na CTP. Como morreu com 32 anos, e trabalhava há 6 na Macacheira, Antonio deve ter entrado aos 9 anos para trabalhar na fábrica Paulista, como tantas outras crianças, saindo da CTP aos 26 anos. Talvez a lembrança da fábrica e da vila operária como contexto socializador marcante, tão salientado nos relatos dos ex-operários que passaram pelo trabalho infantil da CTP, tenha contribuído na pré-disposição de Antonio de acompanhar aquela "caravana" (cf. Folha do Povo, 17/11/46). Ambos são enterrados no cemitério do Recife acompanhados por um cortejo de milhares de pessoas, à frente do qual "ia desfraldada a bandeira nacional e sobre o caixão uma faixa: 'assassinados pelos latifundiários de Paulista'" (Folha do Povo, 12/11/46), enquanto o então deputado Agamenon Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho,

Torres Galvão e líderes da Esquerda Democrática e do PTB fazem declarações à imprensa de repúdio ao atentado<sup>303</sup>.

Duas semanas após o atentado, o PC concentra esforços na produção de outro comício em Paulista, de desagravo aos operários assassinados, com o comparecimento, segundo a *Folha do Povo*, "de 8 mil pessoas, entre as quais várias centenas do Recife de onde vieram numerosos organismos do PC com suas faixas, etc.", e com a presença de deputados federais, membros da direção estadual, e a mãe de Antonio Firmino, o operário morto que tinha vivido em Paulista. O comício transcorreu sem incidentes e com o destacamento de polícia local em estado de alerta (*Folha do Povo*, 26/11/46). Ali foram reafirmadas pelos oradores as orientações do "Programa Mínimo Estadual" do PC que propõe "o desarmamento de vigias e capangas", assim como "a completa extirpação dos feudos." (*Folha do Povo*, 15/12/46)

Enquanto isso, é iniciado o inquérito policial, relativo ao atentado, graças à inusitada obstinação, para os padrões de Paulista, do então delegado local em exercer a sua função com uma certa autonomia; mas o seu desenvolvimento esbarra com as peculiaridades daquela cidade<sup>304</sup>. À

---

<sup>303</sup> A declaração de Agamenon à *Folha do Povo* é a mais direta, dentre as declarações de lideranças políticas, na acusação à CTP, mesmo se considerando as adaptações de linguagem operadas pela redação do jornal:

"Sinto o fato igualmente como todos os brasileiros, e é uma demonstração da selvageria da empresa reacionária dos Lundgrens. Durante o meu governo procurei evitar semelhantes fatos, criando, em Paulista, uma comarca para que houvesse justiça e garantia para o operariado. Para dar uma idéia do que é o feudo dos Lundgrens, basta considerar que só no meu governo foi possível organizar o sindicato." (*Folha do Povo*, 13/11/46)

A *Folha da Manhã*, jornal de Agamenon Magalhães, dá grande destaque ao acontecimento, sendo elogiado pela *Folha do Povo*, além de ser o único grande jornal a aceitar a publicação do comunicado do enterro dos dois operários, assinada pelo PCB. O *Jornal Pequeno* também registra o desenrolar do atentado. Enquanto isto, o interventor federal em Pernambuco, Gen. Dermeval Peixoto, presta "homenagem ao falecido Frederico Lundgren, tendo ido levar pessoalmente seus cumprimentos ao sr. Arthur Lundgren", conforme consta nota distribuída à imprensa sobre os atos do Interventor no dia 10 de novembro de 1946 (cf. *Folha do Povo*, 13/11/46).

<sup>304</sup> O advogado Carlos Duarte, contratado pelo PCB para acompanhar o caso da "chacina de Paulista", assim aprecia o desenrolar do inquérito:

"O inquérito policial, iniciado na manhã do dia 11, sob a presidência do delegado de Paulista, Tenente Jorge Araújo, vem se realizando normalmente: foi arrolado o maior número de testemunhas, ouvidas livremente e com as garantias necessárias. O Tenente tudo tem feito para esclarecer o atentado, e pelo seu comportamento, parece ser uma autoridade democrática e consciente dos seus deveres. Depois de serem ouvidas mais de 15 testemunhas, inclusive as do flagrante, chegou-se a esse resultado: foi o guarda-civil nº 360 de nome Evaristo Freire de Oliveira, que atirou os quatro tiros que mataram Antonio Firmino e Nelson Rodrigues, e feriram o barbeiro Daniel Cruz. As principais

precariedade da capacidade militar do destacamento de polícia local, diante do corpo de vigias da CTP e dos atentados de seus pretensos desviantes, soma-se a localização da própria cadeia em terreno situado no interior dos muros da "Fábrica Velha", porém com entrada independente<sup>305</sup>. Somente em fevereiro de 1952 é inaugurada a "cadeia pública" em Paulista, na sede do município, em prédio e terreno independentes da CTP (*Folha da Manhã*, 16/2/1952).

O guarda-civil Evaristo Freire é então transferido para a penitenciária estadual. Foram requeridos em sua defesa quatro pedidos de "habeas corpus", três pelo foro de Recife e um pela Comarca de Paulista, todos negados. O sumário de culpa deveria ter sido formado, logo após o inquérito policial e Evaristo deveria ter sido levado da penitenciária à comarca de Paulista. No entanto somente em maio de 1947 é levado a prestar declarações ao juiz de Paulista, tendo apresentado laudo médico que o declara ter contraído varíola durante este período (*Folha do Povo*, 13/5/47; o jornal registra que

---

testemunhas são Adelino Ferreira, vigia da CTP, Manuel Simões de Matos e Pedro Vieira de Lima. Há também as declarações do sargento do destacamento de Paulista. Apesar disto, Evaristo Freire nega que tenha participado do atentado. Houve uma extensa trama, cuidadosamente preparada. Duas testemunhas avistaram Evaristo antes do atentado próximas a pessoas da CTP que foram ao comício para provocar os oradores, entre eles Celso de Oliveira e Severino Cozinhado. O Sr. Oliveira é filho de um dos Lundgrens, e se portou no comício de forma tão provocadora que o delegado Jorge Araújo o fez retirar-se dali ameaçando-o de prisão. Severino Cozinhado, capataz da fábrica, foi visto pelo vigia Adelino e outras pessoas, momentos antes do crime, em companhia de Evaristo. Quando soube que era procurado no inquérito, evadiu-se. (...) (O advogado arrola outros fatos já mencionados como a pixação de casas, o roubo da tribuna do comício, o maracatu que sairia à hora do comício.) A própria presença de Evaristo, antigo chefe dos vigias da Fábrica e com péssimos antecedentes é sintomática. Evaristo possui dois ou três irmãos como vigias da Fábrica e um primo no destacamento policial. No entanto, a menos que Evaristo confesse o crime, e aponte seus mandantes, não acredito que se consiga apurar mais do que já foi feito no inquérito policial. Tentarei o desaforamento do caso para outra comarca, assim que o processo for remetido a juízo, para Olinda ou Recife. Em Paulista é que não há possibilidade de instrução criminal segura nem de um julgamento reto por parte do júri. Qualquer jurado sorteado será fatalmente um dependente dos Lundgrens, e não será pequena a coação que irão experimentar as testemunhas."

(*Folha do Povo*, 14/11/46)

305" Apesar da independência do delegado local, a cadeia de Paulista não oferece segurança. São 600 vigias armados para apenas algumas dezenas de policiais. É um prédio velho, construído nos terrenos da CTP."

(*Folha do Povo*, 13/11/46)

"(...) até a cadeia pública e delegacia de polícia (neste caso, a falta é do próprio Estado que já poderia ter construído um prédio para este fim) funcionam num pardieiro de propriedade da empresa, e dentro dos muros da fábrica, como se fosse um cárcere particular."

(Torres Galvão, *Folha da Manhã*, 28/6/49)

“correspondência de presidiários a este jornal assinala a sua presença na enfermaria da Casa de Detenção, onde recebia tratamento ‘especial e invejável’.”) Durante a formação do “sumário de culpa”, em Paulista, no mês de maio, as luzes do prédio da comarca apagaram-se, coincidentemente, logo após a saída do depoente Celso de Oliveira (um dos filhos de um dos ‘coronéis’; a luz da cidade é fornecida pela CTP; cf. *Folha do Povo*, 2/8/47). E após as sessões do “sumário de culpa”, Evaristo Freire, ao invés de ser levado de volta para a Casa de Detenção em Recife, permanece na cadeia de Paulista, de onde desaparece misteriosamente, na madrugada do dia 1º de agosto de 1947<sup>306</sup>.

A impunidade do autor do atentado político aos membros da “caravana eleitoral” do PC parece compensar os efeitos, negativos para a CTP, da publicidade da ligação do corpo de *vigias* da empresa não só com o evento, mas com as dificuldades do inquérito policial e da manutenção na cadeia do seu ex-chefe; continuando os *vigias* com a mesma liberdade de ação no território da *companhia*. Assim, alguns meses após a fuga de Evaristo Freire, ex-chefe dos *vigias* da CTP, da cadeia de Paulista, quem ocupa a cena do exercício dos casos-limite da prepotência inerente ao braço armado do

---

<sup>306</sup>“(…) Por que se encontrava Evaristo na cadeia de Paulista e não na Detenção em Recife? Se o criminoso foi para ali conduzido (para Paulista) por requisição do juiz, a fim de proceder-se ao sumário de culpa, por que motivo, entrando de férias o juiz da comarca, não foi Evaristo recambiado para a Detenção, pois em relatório do mês de julho, insistia o delegado local na insegurança da cadeia de Paulista junto à Secretaria de Segurança? (...) Por detrás de Evaristo e os demais, estão acobertados os senhores feudais de Paulista, únicos diretamente interessados em eliminar o movimento democrático e de emancipação política de Paulista (...). Como se deu a fuga? A cela em que estava Evaristo tem grades de 1 polegada de diâmetro. Por fora da grade, uma janela de regular solidez era fechada a ferrolho pelo lado de fora. Numa noite, Evaristo ‘serrou’ 3 dos varões dessa grade, ‘forçou’ a janela ao ponto de vergar o ferrolho, ‘fugiu’, e nem os soldados que ‘dormiam’ numa sala contígua, nem os dois presos que ‘dormiam’ na mesma cela, com as redes amarradas às grades ‘serradas’ por Evaristo, deram fé do acontecido. Os soldados do destacamento haviam saído em patrulha aquela noite, retornando às 2 horas da madrugada. (...) A fuga deu-se pela madrugada. Mas logo às primeiras horas da manhã, a CTP mandou pôr à disposição das autoridades um caminhão para ‘perseguição’ do fugitivo, pondo também à disposição da polícia o conhecido capanga Manuel Gasolina. Imediatamente espalhou-se pela cadeia e depois pela cidade que Evaristo fugira para a Bahia, onde se juntaria a um conhecido bandoleiro o qual era o centro das conversas na prisão. Mas em Paulista correm outras versões sobre a fuga de Evaristo. Para uns ele está escondido na própria residência dos Lundgrens. Para outros está no Rio Tinto. Para muitos está em uma das inúmeras propriedades dos Lundgrens. Mas todos são unânimes em dizer que os Lundgrens têm responsabilidade pelos fatos. Aliás na noite anterior à ‘fuga’, os ‘vigias’ reuniram-se em bar local para festejar um acontecimento de que não se teve conhecimento (senão no dia seguinte)”.

(*Folha do Povo*, 5/8/47)

"governo local de fato" é Manuel Gasolina, o mesmo que a CTP colocou à disposição da polícia para uma suposta perseguição ao seu ex-chefe, de quem agora ele ocupa o lugar. Assim, na sessão de 2 de agosto de 1948 da Câmara Municipal de Paulista, com a presença de grande número de pessoas nas "galerias", os vereadores discutem as providências a serem tomadas contra os atos arbitrários e violentos contra a população local (invasões domiciliares e espancamentos), cometidos pelo novo chefe dos vigias, Manuel Gasolina. Os vereadores do PSD, José Firmino da Veiga e Manuel Guedes (o primeiro será candidato a prefeito, em 1955, contra um dos filhos dos "coronéis", o segundo será eleito em 1951 para a presidência do sindicato, mas não tomará posse), e do PC, Brás de Luna, conseguem a unanimidade da Câmara na aprovação da nomeação de comissões de vereadores para pressionar o delegado e o juiz sobre a efetivação da prisão do chefe dos vigias da CTP. Diante da pressão da Câmara dos Vereadores e dos excessos de Manuel Gasolina, a CTP informa ao vereador que lhe é mais ligado (o vereador Leobaldo Leão, do PR) a sua recente decisão de demitir Gasolina da chefia dos vigias (*Folha do Povo*, 3/3/48). Desesperado, Gasolina reúne, no mesmo dia, uma turma de vigias, os quais a cavalo percorrem a cidade atirando em determinadas casas de operários, ferindo várias pessoas, duas dentre elas mortalmente<sup>307</sup>.

---

<sup>307</sup>Segundo a *Folha do Povo*, Gasolina teria assassinado em 1937, quando era operário têxtil da Fábrica Tacaruna, um contramestre daquela empresa no bairro de Campo Grande. Condenado, consegue depois fugir da Casa de Detenção. Após um período em que, foragido, é perseguido pela polícia, consegue sedentarizar-se em Paulista satisfazendo as qualidades de vigia procuradas pelo recrutamento da CTP. Cessa a perseguição da polícia e Gasolina passa a perseguidor dos trabalhadores e habitantes de Paulista, chegando a chefe dos vigias. As suas arbitrariedades, recentemente, estendem-se à sua vizinhança, onde sua mulher provoca incidentes. Vencendo o medo, vários vizinhos dão queixa do casal à polícia, o que lhes vale perseguições e agressões posteriores. São estas agressões que mobilizam a Câmara Municipal, proporcionando sessões em que se evidencia sua qualidade de fórum das reivindicações populares contra o "governo local de fato" da companhia no período 1947 a 1951, ainda mais que o prefeito é atrelado à orientação da CTP. Os acontecimentos do dia 2 de março de 1948 são assim descritos pela *Folha do Povo*, em notícia intitulada "Noite de São Bartolomeu em Paulista!":

"(...) Irritado com essa solidariedade (entre os seus vizinhos que depuseram contra ele na polícia), 'Gasolina' fez uma lista destas testemunhas e passou a caçá-los. Por pressão da Câmara Municipal e pelos seus escândalos, a CTP teve que demiti-lo, embora os vigias e os cavalos 'puro-sangue' da companhia continuassem à sua disposição. Assim, 'Gasolina' juntou vários desses vigias, e montados em cavalos invadiram a cidade, disparando mais de 50 tiros, e ferindo várias pessoas. Depois fugiram para as matas. Antes invadiram a casa do operário Amaro Teixeira, atirando. Foi alvejada a esposa do trabalhador, Maria de Vasconcelos, com 20 anos de idade. A mãe do operário, Dona

No dia seguinte, em sessão movimentada e assistida por enorme "galeria", a Câmara Municipal faz um requerimento, votado por unanimidade, pedindo a aplicação do artigo 172 da Constituição Estadual, que proíbe a formação de polícias particulares, e envia ofícios às Câmaras Estadual e Federal, ao secretário de segurança e ao delegado local. Na Assembléia Legislativa, o deputado governista Oswaldo Lima Filho informa e denuncia os recentes acontecimentos em Paulista, mas reconhece as dificuldades que tem o governo estadual em fazer cumprir o artigo 172 da Constituição Estadual (*Folha do Povo*, 4/3/48).

Na Câmara Municipal de Paulista, os vereadores pedem pelo menos o desarmamento dos *vigias* que têm cometido os mais notórios excessos na aplicação das arbitrariedades ordenadas por setores da CTP<sup>308</sup>. Configura-se assim também a recorrência de chefes de *vigias* da CTP envolvidos com violências e transgressões às leis, tal como se evidencia na linha sucessória Evaristo Freire, Manuel "Gasolina" e "Sabino" (João Sabino de Barros), os dois últimos envolvidos nas "aventuras de Joaquim" pela manutenção do seu *mocambo*, descritas no final do capítulo 4. Apesar da denúncia da Câmara Municipal contra "Sabino", sua liberdade de ação no cumprimento "exagerado" das ordens da CTP continuará até ser condenado em 1950 a quatro anos de prisão, "por violências cometidas nas execuções de despejos nas residências dos operários, a mando da gerência das casas da companhia" (*Folha da Manhã*, 12/2/1950).

Estas duas manifestações mais escandalosas das violências cometidas

---

Inácia, sexagenária, foi mortalmente ferida, morrendo minutos depois. Na casa do trabalhador 'Paraíba', não o encontrando, mandaram que sua companheira se retirasse, pois iam incendiar a casa. A mulher pediu para retirar seu filho que estava dormindo, o que foi consentido. Mas quando a mãe corria com o filho nos braços, à procura de abrigo, foi alvejada a tiros, para diversão dos capangas. Uma das casas vizinhas, num gesto de solidariedade, abriga-os, fechando a sua porta. Os capangas arrombaram-na. Repetem-se os tiros. Foram atingidas a sra. Maria José de Freitas, grávida, correndo perigo de vida no Hospital Pedro II no Recife, e a sra. Ana Rodrigues do Nascimento de 63 anos de idade, que não suportou o ferimento, morrendo depois no Pronto Socorro. Enquanto isso, o sr. João Roma (secretário de segurança) afirma em entrevista a este jornal, que não há armamento em mãos de particulares capaz de subverter a ordem pública."

(*Folha do Povo*, 4/3/48)

308"O vereador Manuel Guedes denuncia que há em Paulista, um outro capanga tão criminoso quanto 'Gasolina', e que é o 'Sabino'. Em aparte o vereador Leobaldo Leão declara não ser mais o cangaceiro Sabino *vigia* da CTP. Brás de Luna, em aparte, declara que Sabino sempre andou e continua a andar armado, acrescentando que a culpa não é somente da CTP, mas também das autoridades do município, devendo ser desarmado pelo delegado de polícia. (Sua proposta de que a Câmara dirija-se ao delegado para que providencie o desarmamento de Sabino é aceita.)"

(*Folha do Povo*, 5/3/48)



por integrantes do corpo de vigias da CTP, a saber, o atentado a um comício eleitoral do PC, em novembro de 1946, resultando na morte de dois operários, e o tiroteio promovido pelo chefe recém-destituído dos vigias, Manuel Gasolina, contra moradores da vila operária, matando duas mulheres, em março de 1948, relacionam-se tanto com as discussões e emendas, apresentadas na Constituinte Estadual de 1947, e com a aplicabilidade dos artigos aprovados, quanto com a confrontação de forças entre a maioria da Câmara Municipal e a CTP, em 1949, na briga dos projetos pela "emancipação da cidade". A respeito da Constituição Estadual de 1947, acabamos de fazer referência, quando dos debates na Câmara Municipal de Paulista sobre os escândalos de Manuel Gasolina, ao artigo 172, proibindo a formação de polícias particulares. Este artigo resulta de emenda, apresentada pela bancada comunista na Assembléia Constituinte, ao 1º artigo do Título VII, "Da Segurança Pública". A emenda é a seguinte:

*"É da competência exclusiva do Estado a função de policiamento, não sendo permitido a particulares a organização ou aliciamento de pessoas para fins policiais"*

(Folha do Povo, 11/7/47)

A "justificação" escrita da emenda nutre-se do exemplo mais extremado, e de maiores dimensões, de utilização por uma empresa de um corpo de vigias, o caso de Paulista e sua história recente, como indicam as referências insistentes a indústrias, outras que as usinas, que são enquadradas num esquema comprobatório da existência do "feudalismo" ou do "semifeudalismo", caracterizando as relações sociais na área rural brasileira, sistemas sociais aqui comparados analogicamente à "Idade Média"<sup>309</sup>.

Esta emenda da bancada comunista na Assembléia Constituinte Estadual é uma dentre uma série afinal incluída na Constituição com o apoio da

---

<sup>309</sup>Justificação: A presente emenda visa impedir a organização de grupos de pessoas em propriedades privadas, ou industriais, com o fito de exercer função policial. Tem-se observado, constantemente, que no interior, o papel desempenhado pelos 'vigias' ou 'capangas' vai além daquilo que ordinariamente se atribui a funcionários incumbidos de zelar pela segurança das propriedades particulares. Há, evidentemente, uma exorbitação de funções, chegando-se mesmo a constatar casos em que usineiros ou industriais criam — como nos velhos tempos da Idade Média — verdadeiros agrupamentos de 'capangas' com o único objetivo de coagir operários e camponeses. O absurdo chega ao ponto de ser completamente vilipendiada a dignidade humana. São numerosos os espancamentos e assassinatos que sistematicamente ficam impunes, quando a vítima é um humilde trabalhador cuja família nunca dispõe de recursos para responsabilizar judicialmente os algozes. São milhares de camponeses, expulsos da terra pela violência e pela ameaça e o terror que vai desde o destelhamento das casas e a soltura do gado nas lavouras, até as surras bárbaras e o assassinato."

(Folha do Povo, 17/47)

bancada do PSD. As outras são: a adoção de imposto progressivo sobre as terras incultas – retomando, agora sob autoria comunista, iniciativas da Interventoria Federal no Estado Novo de Agamenon Magalhães (cf. nota 286 neste capítulo) através de decreto estadual e alçando-as à Constituição Estadual –, a extinção da polícia-política estadual, a instalação de subprefeituras para os distritos com mais de 5.000 habitantes e a competência do Legislativo no aumento e reforma dos vencimentos do funcionalismo público (cf. Pandolfi, 1984, pg. 126)<sup>310</sup>.

A aliança do PCB com o PSD na Constituinte Estadual resulta da correlação de forças, que se estabelece entre as bancadas partidárias, após as eleições para a Assembléia Legislativa Estadual, a qual tem poderes para elaborar a Constituição Estadual. Dentre os 55 deputados, o PSD elege 23, enquanto seus adversários formam um bloco de força praticamente equivalente com 22 deputados (a Coligação Pernambucana – UDN, PDC e PL, têm 18, o PR tem 3 e o PRP tem 1). O único deputado do PTB tende a aliar-se ao PSD. Resta a bancada do PCB com 9 deputados (cf. Pandolfi, 1984, pg. 125).

A votação em Paulista tanto nos candidatos a deputado do PCB, quanto no candidato a governador pela coligação Esquerda Democrática-PCB Pelópidas Silveira é surpreendentemente elevada, levando-se em conta o clima de repressão exercido pela CTP nos episódios recentes, que culminaram na chamada “chacina de Paulista”. Segundo a *Folha do Povo* de 4/2/47, o PCB teria obtido maioria de legendas em Paulista (acompanhando assim Recife, Olinda, Jaboatão, São Lourenço, Cabo, Gameleira e Ribeirão), o que é festejado pelo jornal como “fato dos mais significativos”, isto é, “a derrota dos senhores feudais da Tiuma (usina em São Lourenço da Mata) e Paulista, destacando-se, também, as cidades de usinas como Gameleira e Ribeirão”. O deputado do PCB Leivas Otero, gaúcho recém “deslocado” para Pernambuco, obtém grande votação em Paulista (dados de entrevista com Paulo Cavalcanti), seguindo a votação do presidente do sindicato Torres Galvão do PSD. O eleitorado de Paulista (que, em janeiro de 1947, deveria estar próximo dos 5.453 eleitores da eleição municipal de outubro de 1947, *Folha da Manhã*, 21/8/1949) votou também majoritariamente em Pelópidas Silveira (cf. Cavalcanti, 1980, pg. 107) acompanhando o eleitorado do Grande Recife, onde o candidato da Esquerda Democrática obtém grande vitória com mais de 50% dos votos (Pandolfi, 1984, pg. 125). Enquanto isso, produz-se o “quase-empate” entre os dois primeiros colocados candidatos a governador, Barbosa Lima Sobrinho (PSD) e Neto Campelo (Coligação Pernambucana), vencido pelo primeiro por apenas 575 votos,

---

<sup>310</sup>Pandolfi cita a dissertação de Lavareda, “Montagem partidária no início da quadra democrática (1945-1947)”, Recife, PIMES/CMS, 1980, que não pude consultar diretamente. Além de Pandolfi e Lavareda, consultar as memórias de Cavalcanti, 1980, cap. IX.

mas provocando uma briga judicial de um ano, prolongando-se a interventoria federal em Pernambuco.

É nesta situação de “quase-empate” que o então deputado federal Agamenon Magalhães tem a iniciativa de procurar a direção estadual do PCB para promover a aliança entre os dois partidos na Assembléia Constituinte Estadual, onde a bancada comunista situava-se na posição de “fiel da balança”. O primeiro resultado desta aliança é a composição da “mesa” da Assembléia Constituinte, onde o PSD ganha a estratégica presidência, e o PCB, dois cargos. Torres Galvão também participa desta “mesa”<sup>311</sup>. O segundo resultado desta aliança, para o PSD, é fazer constar da Constituição um artigo fazendo do Presidente do Legislativo o ocupante do cargo de Governador em caso de vacância. Com isto, o PSD podia quebrar com o impasse judicial entre Barbosa Lima Sobrinho e Neto Campelo a seu favor (cf. Pandolfi, 1984, pg. 126). Já o PCB tinha, como resultados, a inclusão na Constituição de uma série de artigos, de sua iniciativa, que citamos mais acima. A respeito da atuação parlamentar da bancada comunista e da real eficácia da inclusão daqueles artigos na Constituição, Paulo Cavalcanti faz comentários severos, porém interessantes, no 2º volume de suas memórias políticas<sup>312</sup>.

No entanto, um dos artigos incluídos na Constituição Estadual, o de número 112, fruto de uma emenda, a de número 9, feita no decorrer do trabalho dos constituintes, apesar de não ser proclamada pelos comunistas – ao contrário de outras, como a taxaço progressiva sobre terras incultas, o desarmamento de vigias e a desarticulação da polícia-política – como de sua

---

<sup>311</sup> A composição da mesa é a seguinte: Presidente – Otávio Correia de Araújo (PSD), 1º Vice – Edson Moury Fernandes (PR), 2º Vice – Antonio Torres Galvão (PSD), 1º Secretário – José Leite Filho (PCB), 2º Secretário – Padre Luís Simões (PSD), 3º Secretário – Leivas Otero (PCB) e 4º Secretário – Afonso Ferraz (PSD).

(Folha do Povo, 20/4/47)

<sup>312</sup> “Os erros principais do PC, nesse tempo (entre 1945 e 1947), foram privilegiar as lutas legais, subestimando a organização de suas bases, e conseqüentemente, da classe operária, para embates de maior rendimento social e político. Na fase de elaboração da constituição, do Estado, os comunistas deram tempo integral às ilusões pequeno-burguesas de que, inserindo na Lei Magna dispositivos progressistas, transformariam a sociedade semifeudal e agrária de Pernambuco, automaticamente. Voltados para dentro do parlamento, os deputados do PC perdiam dias inteiros em discussões bizantina em torno de emendas constitucionais, na aparência justas, mas impraticáveis na realidade, pela inalterabilidade das estruturas do Poder. Não era só dizer, num dispositivo da Carta, que ‘fica abolida a polícia política’ e esperar, sentados, que a polícia de João Roma e do Coronel Viriato Passos de Medeiros deixasse de prender e torturar comunistas e trabalhadores. Não era só extinguir literalmente a *capangagem* no interior, os exércitos particulares de usineiros e *coronéis*, e ter a ilusão de que, inseridas essas vedações na Constituição, os latifundiários recolhessem seus *cabras* à casa-grande, desarmando-os.”

(Cavalcanti, 1980, pgs. 122-123)

autoria, contém de certa forma parte da proposta das “faixas verdes” preconizadas pelo PC, embutindo-a em um dispositivo sobre as sedes municipais, localizadas em áreas pertencentes a um só proprietário. É esta a redação emendada do artigo 112 (numeração da “Comissão Constitucional”, cujo conteúdo é inserido no texto final da Constituição como “art. 102”):

*“Emenda nº 9, emenda ao art. 112 – Substitua o art. 112 pelo seguinte:  
Art. 112 – A Lei de Organização Municipal estabelecerá as normas convenientes à localização de transferências das sedes do município ou distrito, vedando a sua instalação ou permanência em áreas pertencentes a um único proprietário e dispondo sobre as desapropriações que se fizerem necessárias a que os municípios e distritos possam lotear uma área urbana e suburbana mínima para venda pelo custo proporcional e a prestação módica, a pequenos agricultores.”*

*(Assembléia Constituinte, Comissão de Constituição, Atas, Recife, 1947)*

Aqui se passa do ataque genérico ao “latifúndio” – como procuram fazê-lo os dispositivos de “taxação progressiva das terras incultas” (tanto o decreto estadual de Agamenon no Estado Novo, quanto o artigo constitucional de iniciativa da bancada comunista), ou a proposta geral das “faixas verdes” dos Programas Mínimos do PC, onde é preconizada vagamente a distribuição de terras aos camponeses, supostamente mediante desapropriação, na proximidade dos grandes centros urbanos e vias de comunicação – para o ataque particularizado àquele tipo de “latifúndio” que engloba e controla cidades ou sedes distritais, através da propriedade da terra, dos terrenos para construção, das casas. O ataque atinge o “latifúndio” menos através da desapropriação de “áreas incultas” ou “áreas de interesse social” a serem distribuídas aos camponeses para o seu cultivo, menos na sua potencialidade de uma produção agrícola a ser efetivada por pequenos agricultores proprietários, e mais através da abrangência de suas terras a sedes municipais e distritais, unidades administrativas e centros de um poder público que não pode sujeitar-se ao “governo local de fato” do proprietário territorial. O motivo da desapropriação ou “transferência” de sede é menos imediatamente o da “reforma agrária” tendo por beneficiários imediatos os camponeses, e mais a extinção da tutela do “governo local de fato” do poder do proprietário territorial exercido sobre os governantes, os parlamentares, os políticos e os cidadãos das sedes municipais ou distritais “encravadas em propriedade particular”, tutela esta que deveria incomodar também ao executivo e legislativo estaduais enquanto poderes públicos. Por outro lado, o artigo 102 abre ainda o leque das desapropriações possíveis tanto para lotes “urbanos” – beneficiando os moradores da cidade ou distrito – quanto para lotes “suburbanos”, a serem vendidos “modicamente” a “pequenos agricultores”, reestabelecendo à escala da periferia de sedes municipais ou

distritais, as “faixas verdes” de tão difícil concretização. O leque dos beneficiários do artigo estende-se, portanto, dos trabalhadores rurais aos moradores da cidade ou sede distrital, sejam eles operários, funcionários públicos municipais, comerciantes, aos quais se abre a possibilidade de acesso a terreno próprio para construção da casa própria, livre da dependência às concessões e controles da administração de vilas operárias fabris ou de “cidades de usinas açucareiras”.

Embora o artigo 102 abra um campo de aplicação em todas as sedes municipais e distritais “encravadas”, as quais geralmente estão no território de fábricas têxteis, proprietárias das terras em torno da área industrial (é o caso dos municípios de Paulista e Moreno e do distrito de Camaragibe em São Lourenço da Mata, e seria o caso da vila operária do Cotonifício José Rufino, no Cabo, se ela se transformasse em distrito), ou no território pertencente a usinas açucareiras, em nenhum caso os conflitos implícitos no artigo constitucional entre poder público e “governo local de fato” do proprietário territorial deram-se com tanta força e visibilidade pública quanto em Paulista.

E é no interior de Paulista que será invocado o cumprimento do artigo 102. A campanha eleitoral para prefeito e vereadores de outubro de 1947 propicia as primeiras reivindicações neste sentido. O PC apóia o candidato do PSD a prefeito, Severino Cunha Primo, ex-operário e secretário do sindicato, e indica o candidato a subprefeito de Paulista na chapa comum, continuando na escala daquele município a aliança partidária que prevaleceu durante a Constituinte. O programa eleitoral comum privilegia as reivindicações de “libertação política” do município em relação à CTP, enfatizando a aplicação dos dispositivos constitucionais a este respeito. A *Folha do Povo* incorpora, em suas reportagens sobre Paulista, a questão da “libertação da cidade”, enfatizando a extensão do interesse no conteúdo concreto desta “libertação”, desde os operários e camponeses do município, até os pequenos comerciantes da cidade. À luta geral contra o “sistema semifeudal e latifundiário”, prevista no “Programa Estadual” do PC, soma-se, na escala deste município, a luta pela “libertação da cidade encravada” nas terras da CTP<sup>313</sup>. Esta preocupação com a união de interesses entre os

---

<sup>313</sup>“No município de Paulista a agricultura é dominada pelo sistema semifeudal e latifundiário. A cidade é encravada em terras de propriedade exclusiva dos Lundgrens. Na visita que fizemos à cidade, procuramos ouvir a opinião do povo, dos habitantes locais, (...) através desse contacto com o povo colhemos os dados que se enfeixam na presente reportagem (...). O povo em Paulista sente cada vez mais a urgência de libertação da terra. De acordo com a Constituição do Estado, toda área de terra, não edificada, onde esteja encravada a sede do município e até mil metros em redor, será desapropriada para loteamento e distribuição entre os camponeses pobres. Ora, em Paulista isso é mais do que urgente. Ninguém ali tem o direito para construir na cidade. Áreas desocupadas, e portanto áreas não edificadas, existem em quantidade dentro da própria sede

operários da CTP e pequenos comerciantes da cidade volta a manifestar-se, através da retomada pela *Folha do Povo* da reivindicação da desapropriação dos serviços de água e luz da vila operária, lançada pelo deputado estadual do PSD Torres Galvão<sup>314</sup>.

A reivindicação da desapropriação dos serviços de água e luz da CTP é outra frente de lutas, conexas à aplicação das desapropriações de terras, previstas no artigo 102, mas não imediatamente contida naquele artigo. No entanto, os termos do artigo 102 e sua aplicabilidade em Paulista estão em discussão entre os grupos políticos da cidade. Assim, é rechaçada pelas forças políticas aliadas do PSD e PCB uma proposta de "transferência" da sede municipal para o distrito de Abreu e Lima, não totalmente "encravado" nas terras da CTP, proposta visando evitar, assim, a alternativa das desapropriações<sup>315</sup>.

---

municipal. Mas não se pode construir, porque os latifundiários Lundgren não permitem. Em Paulista por exemplo, não existe um hotel, porque para os Lundgrens ninguém deve pernoitar em Paulista, a não ser pessoa do seu agrado. Entre os muitos que desejam a liquidação desse privilégio, estão vários pequenos comerciantes de Paulista, mas especialmente, o proletariado. (...)”

(*Folha do Povo*, 9/9/47)

314“(Torres Galvão fala à reportagem da *Folha do Povo*): ‘Dos problemas que exigem solução mais urgente, temos os de água encanada e luz elétrica para a população, porque aqui, as casas não têm água nem luz. Existem sim muitos chafarizes, mas estes não resolvem o problema da higiene pública. Ora, como tanto o serviço de água como o de luz são de propriedade da CTP, o primeiro passo para a solução desses problemas é a desapropriação desses serviços pelo município ou pelo Estado.’”

(*Folha do Povo*, 6/9/47)

“Os pequenos comerciantes locais são igualmente vítimas do sistema dominante em Paulista. E entre as reivindicações do povo se destacam duas, que eles dão seu inteiro apoio: é a desapropriação dos serviços de água e luz em Paulista. Iluminação em domicílios naquele município só é permitida quando se trata da casa dos graduados da CTP ou das autoridades ali domiciliadas. E um operário nos mostrou que várias casas do pequeno comércio não têm luz, pelo simples fato dos seus proprietários não serem do agrado dos Lundgrens, ao passo que outros têm luz em profusão, por entenderem os feudais de Paulista que assim deve ser. Quanto à água, há vários chafarizes. Mas não é permitido a nenhum operário, mesmo que o queira, instalar um encanamento em sua casa. Todos devem tirar água nos chafarizes. E por esses motivos, operários e comerciantes sentem a necessidade de se ter água e luz livres para o povo de Paulista.”

(*Folha do Povo*, 9/9/47)

315“(Entrevista de Torres Galvão à *Folha do Povo*): ‘(...) Cogitou-se desta mudança para Maricota (depois denominado Abreu e Lima) por se tratar de um distrito onde há também a pequena propriedade. Mas discordo deste ponto de vista por dois motivos: o primeiro, de ordem econômico-financeira, não justifica a sede do município numa localidade (que gera) menos de 5% das rendas municipais; o segundo de ordem política, daria a entender um receio (ou recuo) de nossa parte, diante da prepotência dos poderosos. Agora está fora de cogitação a transferência da sede do município, mas do próprio sindicato



A discussão da aplicabilidade do artigo 102 é retomada em artigo do candidato a vereador pelo PCB (na legenda do PSP), José Lino Ramos, refletindo o "programa mínimo dos candidatos populares" elaborado pelo PC ao nível do município de Paulista, estendendo-a da questão da água e da luz à questão das distorções do "mercado imobiliário" nas "ilhas" de "áreas livres" que não da CTP no município, à questão do transporte dos trabalhadores residentes nestas áreas "periféricas" – ambas conseqüências do monopólio dos terrenos para construção pela CTP na sede municipal – e à questão da viabilidade financeira da execução das desapropriações de terras previstas.

*"Um dos problemas que mais afligem o povo de Paulista é a necessidade que têm os que ali residem e negociam e até mesmo (sic) de operários da fábrica, da existência de áreas de terra livres, onde possam construir sua própria casa, situação que os obriga a submeter(em)-se às imposições da 'companhia', ou então se sujeitarem à exploração de pequenos proprietários, que se aproveitam da necessidade do povo para cobrar por pequeninas casas de um quarto e uma sala, em Camboatã e Maricota, Cr\$ 35,00 e Cr\$ 40,00 semanais, tendo ainda para chegar ao centro da cidade, onde se encontram as fábricas, o comércio e a feira, de viajar 4 ou 6 km a pé, ou pagar Cr\$ 1,00 de passagem nas 'sopas' e correições, o que para os operários é impossível fazer, em virtude não só de não poder tirar do minguado salário de fome que percebem – Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00 semanais – acresce, ainda, a circunstância que não existe condução à noite e pela madrugada, quando os operários largam ou pegam no trabalho.*

*Alegam os srs. da reação e seus caixeiros, que não é possível resolver este problema em virtude de ser a renda municipal de apenas Cr\$ 1.200.000,00 o que não dá para indenizar o proprietário das terras mencionadas no Programa Mínimo dos candidatos populares. Procuram estes senhores fazerem-se ignorantes do artigo 155 da Constituição Estadual, que cria o imposto progressivo sobre terras incultas, e que posto em prática em Paulista – onde existem verdadeiros latifúndios – proporcionará considerável aumento da renda municipal. Por outro lado, revisto o imposto territorial, de acordo com o atual valor locativo das propriedades – que ainda pagam imposto sobre o preço por que foram compradas – de cuja arrecadação cabe aos municípios 50% , é muito fácil elevar a renda de Paulista a mais de Cr\$ 3.000.000,00 (...); grandes perspectivas se abrem para que possa a prefeitura de Paulista satisfazer não só esta reivindicação, como outras contidas no Programa Mínimo dos candidatos populares inscritos sob as legendas do PSD e do PSP.*

*Resta apenas para isto que o povo e o proletariado de Paulista se unam e sufraguem, nas urnas, os candidatos populares, inscritos sob as legendas do PSD, para prefeitos e subprefeitos de Paulista e Maricota, e os vereadores inscritos na do PSP, e apoiados pelos comunistas, e que*

---

conforme era nosso pensamento. Podem, portanto, tranquilizar a população de Paulista, quanto a estes fatos." (*Folha do Povo*, 6/9/47). Segundo a mesma notícia, o município de Paulista teria, na época 35 mil habitantes no município (sendo 28 mil na sede) e 7 mil habitações (sendo 4.500 na sede).

*se organizem para fiscalizar os representantes eleitos, obrigando-os a cumprirem as Constituições Federal e Estadual e as promessas feitas ao povo, exigindo em caso contrário a sua renúncia."*

*("Problemas d'o Paulista", José Lino Ramos,  
Folha do Povo, 15/10/47)*

O artigo jornalístico de José Lino Ramos procura viabilizar as propostas de desapropriação de terras, na sede municipal de Paulista, no interior da vila operária, para a criação de áreas livres para construção de casas, através da aplicação do artigo 155 da Constituição Estadual<sup>316</sup>, a qual faria aumentar a receita municipal necessária ao pagamento das desapropriações. É interessante assinalar que José Lino não fundamenta a proposta do "Programa Mínimo dos candidatos populares de Paulista", de desapropriação de áreas no interior da sede municipal-vila operária, em artigo da Constituição – como o faz ao contrário com um artigo derivado (o art. 155), que serve para instrumentalizar financeiramente a sua proposta – quando existe artigo encaixando-se perfeitamente, na proposta por ele apresentada, a

<sup>316</sup>O citado art. 155 remete também para o art. 46, mais pertinente aos efeitos perseguidos por José Lino em seu artigo jornalístico:

"Art. 155. O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto do art. 141, § 16, da Constituição Federal, promover a justa distribuição da propriedade, dando-lhe preferência às famílias numerosas e mais desfavorecidas pela fortuna.

§ 1º A propriedade da terra acarreta o dever do seu aproveitamento. As terras úteis não aproveitadas serão tributadas, progressivamente, pelo Estado ou pelo Município, na forma prevista no art. 46, § 1º, ns. I a IV, ou afinal desapropriadas, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, para posterior loteamento, arrendamento módico ou venda."

"(Art. 46) (...)

§ 1º Na decretação do imposto territorial, será estabelecida obediência às normas seguintes:

I – o ônus tributário aplicar-se-à de modo fortemente progressivo sobre as terras incultas situadas nas proximidades das zonas de maior densidade demográfica, e ao longo das vias de comunicação;

II – o ônus tributário será elevado progressivamente à medida que forem aumentando as percentagens de áreas cultiváveis ou utilizáveis para a pecuária e não aproveitadas, excetuando-se do cálculo as terras ocupadas por matas;

III – Será progressivo o ônus tributário, em função do valor total das terras de um mesmo proprietário, excluídas as benfeitorias, não podendo, porém, para as terras cultivadas, a taxa percentual do imposto exceder de quatro vezes a inicial; (...)

§ 2º Cinquenta por cento (50%) do que arrecadar do imposto territorial o Estado entregará ao Município, onde estiverem as propriedade tributadas. O total recebido será aplicado em benefício de ordem rural."

*("Constituição do Estado de Pernambuco" in  
Constituições dos Estados e do Brasil, Imprensa  
Oficial, Rio, 1957)*

saber, o artigo 102 da Constituição Estadual<sup>317</sup>. Isto pode indicar aqui a prevalência das propostas dos "Programas Mínimos" do PC de nível estadual e nacional – onde têm importância as medidas de taxaço e desapropriação de terras incultas – em detrimento das propostas mais específicas e pertinentes a "programas mínimos municipais".

O resultado das eleições municipais, de outubro de 1947, configura um equilíbrio na correlação entre as forças políticas de Paulista: o candidato a prefeito apoiado pela CTP, José Eustáquio de Queiróz, do PTB, vence o candidato do PSD, apoiado pelo PC, Cunha Primo, em votação relativamente apertada; no entanto, as forças aliadas do PSD e do PC fazem a maioria dos vereadores, o PSD com 5, o PSP (PCB) com 1; contra 2 do PTB e 1 do PRD. O PSD elege também o subprefeito de Paulista (o qual é reivindicado pelo PCB como pertencente aos seus quadros; embora poucos meses depois seja seu comportamento como subprefeito condenado tanto pelo PC como por vereadores do PSD).

Apesar destes ganhos apenas parciais, a *Folha do Povo* saúda a posse dos eleitos (prefeito, subprefeitos e vereadores) como "mais uma vitória das forças democráticas contra a reação feudal dos Lundgrens", vitória esta aparentemente comprovada pelo comparecimento de "enorme multidão, regozijada com a legalização da vida política de Paulista", isto é, pela primeira posse de representantes municipais, eleitos pela população local (*Folha do Povo*, 18/11/47). No balanço de perdas do PC contabilizam-se no entanto as demissões dos "candidatos populares" das fábricas da CTP, além das ameaças a que se expõem da parte de alguns dos *vigias* da *companhia*. Talvez por isto é que o 2º suplente, eleito pelo PCB (PSP), o operário têxtil oriundo da fábrica TSAP e sindicalista dos têxteis de Recife, Brás de Luna,

---

<sup>317</sup>O artigo 102 da Constituição Estadual é a redação final, inserida na Constituição, do artigo 112 emendado, constante nas atas da Comissão de Constituição da Assembléia Constituinte, e que citei anteriormente.

"Art. 102. As sedes dos Municípios e Distritos não podem ser localizadas, em terras encravadas, em propriedades pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, salvo quando patrimônio de instituições religiosas e beneficentes.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, o Município poderá transferir a sua sede, ou a do Distrito, para outra localidade.

§ 2º O Município poderá ainda desapropriar a área não edificada, ocupada pela sua sede, ou dos Distritos, acrescida de uma área rural, nas condições que a lei determinará.

§ 3º Feita a desapropriação, o Município dividirá a área desapropriada em pequenos lotes, que venderá pelo custo proporcional, a prestações módicas, a pequenos agricultores, estipulando-se, no contrato de venda, a instituição do regime de bem de família sobre as terras a serem adquiridas."

("Constituição do Estado de Pernambuco" in *Constituição dos Estados e do Brasil*, Imprensa Oficial, Rio, 1957)

assuma a "cadeira" de vereador no lugar dos mais votados da legenda, José Lino Ramos e a operária da CTP, Maria José de Albuquerque<sup>318</sup>.

No discurso de posse de Brás de Luna, é enfatizada a necessidade do cumprimento efetivo das Constituições Federal e Estadual sobre as quais os vereadores acabavam de jurar, como que antecipando a luta futura pelo cumprimento de artigos de Constituição Estadual recém-proclamada (*Folha do Povo*, 18/11/47), luta que será incentivada tanto pelo vereador comunista, quanto por alguns vereadores do PSD. Com efeito, logo nas primeiras sessões da Câmara Municipal, o vereador Manuel Guedes do PSD apresenta requerimento à mesa, solicitando ao prefeito o cumprimento do artigo 113 da Constituição Estadual, determinando que "os municípios de renda superior a Cr\$ 500.000,00 devem promover o levantamento topográfico e cadastral das zonas urbanas e suburbanas das suas sedes, estabelecendo um plano urbanístico" (*Folha do Povo*, 29/11/47), como *démarche* inicial para o cumprimento de outros artigos mais controversos, da Constituição, como os que indicam a taxaço e desapropriação de "terras incultas". O requerimento é aprovado pela Câmara, mas não será efetivado pelo prefeito. A aplicação, frustrada pelo prefeito, do art. 113, seria uma primeira medida preparatória à posterior luta, já antevista pelo bloco de vereadores do PSD-PSP (PC), pelo cumprimento do art. 102 da Constituição. Esta luta, no entanto, só pode ser iniciada dois anos após a promulgação da Constituição Estadual, pois só então podem ser efetivadas as desapropriações previstas no artigo 102, conforme estabelece o artigo 8º do "Ato das Disposições Constitucionais Transitórias"<sup>319</sup>.

---

<sup>318</sup>Os operários e "candidatos populares" à vereança em Paulista Maria José de Albuquerque, Severino Gouveia Botelho, Antonio Jorge da Costa e Adelino José Ferreira são demitidos da CTP, assim que são lançados publicamente como candidatos, antes mesmo das eleições. Adelino Ferreira é um vigia que foi testemunha da "chacina de Paulista", depondo contra o ex-vigia Evaristo Freire. Antonio Jorge da Costa teve a sua demissão estendida a seu irmão Miguel Jorge da Costa, que além de demitido, foi despejado (*Folha do Povo*, 4 e 5/10/47). Quanto a José Lino Ramos, é perseguido em Paulista, desde o final de 1945. A posse do 2º suplente de vereador eleito Brás de Luna, pode, no entanto, encontrar explicação, alternativa à hipótese da perseguição demasiada aos dois outros candidatos a vereador mais votados, nos métodos de direção do PCB que, frequentemente, impôs a renúncia de seus parlamentares eleitos em benefício de suplentes, que contavam com a preferência da direção (cf. Vinhas, 1982, pgs. 90 e 91).

<sup>319</sup>Art. 8º - Na hipótese de já estar instalada qualquer cidade ou vila do Estado, nas condições previstas no art. 102 da Constituição do Estado, o Município, se não transferir a sua sede, ou a do distrito na forma do § 1º do mesmo artigo, desapropriará, dentro de dois anos, a contar da promulgação deste Ato, a área não edificada ocupada pela sede, acrescida de uma área rural, nas condições que a lei determinará. O Estado auxiliará o Município, quando este não dispuser de recursos financeiros para cumprir o disposto neste artigo, podendo, para este fim, emitir apólices, ou realizar quaisquer outras operações financeiras."

(in *Constituições do Estado e do Brasil*, 1957, pgs. 487-488)

Pouco antes do final deste prazo de dois anos, em maio de 1949, o vereador José Firmino da Veiga, do PSD, apresenta à Câmara Municipal o projeto de lei nº 66, transcrito no início deste capítulo, exigindo o cumprimento do artigo 102 da Constituição, projeto este imediatamente endossado pelo vereador comunista Brás de Luna. Torres Galvão, que como ex-presidente do sindicato de Paulista, deputado estadual, 2º vice-presidente da mesa da Assembléia Constituinte e colaborador prestigiado por Agamenon Magalhães, tem uma ascendência sobre a bancada de vereadores do PSD de Paulista, reivindica retrospectivamente para si a autoria daquele projeto de lei municipal.

*"Ao sermos eleito, em janeiro de 1947, pelo povo de Paulista, que, em reconhecimento aos serviços que lhes prestamos na defesa de suas reivindicações mais imediatas, quando à frente do sindicato local, nos enviou como seu primeiro representante à Assembléia Legislativa do Estado, assumimos conosco mesmo o compromisso de lutar pela libertação da referida cidade, mediante a desapropriação de uma faixa de terra, onde se pudesse viver independente da empresa industrial ali sediada, e se pudesse constituir uma classe média que, como todos sabemos, é um dos mais sólidos fundamentos do regime democrático.*

*Essa batalha foi iniciada em maio deste ano, quando a Câmara Municipal de Paulista, por inspiração nossa, fez votar a lei 66, lei destinada, conforme tivemos ocasião de expôr, àquela época, aos poderes competentes, a equacionar o problema para provocar-lhe a desejada solução."*

*(Torres Galvão, 1950, pg. 9; os grifos são meus, JSLL)*

De fato, esta reivindicação de autoria é feita pela pessoa mais bem situada – por suas bases eleitorais e partidárias em Paulista, por sua atuação na Assembléia Legislativa e seu trânsito junto ao governo estadual – para fazer andar um projeto de lei municipal que terá de passar pelas discussões e pelo crivo do legislativo estadual. Por outro lado, estas afirmações retrospectivas, feitas quando já chegou a um termo “a luta pela libertação da cidade”, na “introdução” escrita em setembro de 1949 à série de artigos que acompanham o percurso parlamentar do projeto de lei municipal reunidos em livro, procuram transmitir um controle e uma intencionalidade prévios ao desfecho do episódio de duvidosa predictibilidade, no decorrer da luta travada nos dois cenários parlamentares e nos seus bastidores. De qualquer forma, estas afirmações revelam a ênfase de Torres Galvão nos grupos sociais de comerciantes, funcionários públicos municipais, sindicalistas e alguns *operários de questão* bem sucedidos na justiça, que podem beneficiar-se mais imediatamente com a “faixa de terra” desapropriada, estabelecendo-se em Paulista com casa própria – grupos estes que podem vir a constituir a “classe média” local preconizada pelo ex-funcionário dos escritórios da CTP, na trilha dos ensinamentos de Agamenon. Pois desde 1942 que o chefe político do PSD pernambucano disserta sobre a importância do “cultivo” do “espírito

burguês nas massas das cidades e dos campos” como “centro de gravidade contra o reformismo apressado”, a propósito dos “erros dos latifundiários” (cf. nota 285 neste capítulo). É bem verdade que em Paulista o realismo político do PSD local teve que sacrificar a possibilidade do desenvolvimento do “espírito burguês” dos trabalhadores rurais, com a exclusão da distribuição de lotes de terra aos agricultores no perímetro da sede de Paulista no texto da lei afinal aprovada – ao contrário das preocupações de Agamenon de 1942 voltadas para os “males do latifúndio” na área rural.

Por ocasião do desencadeamento do projeto de lei municipal nº 66 pela Câmara Municipal, no entanto, o pastor presbiteriano Torres Galvão é enfático no cumprimento pleno do artigo 102 da Constituição Estadual:

*“A atitude do PSD no município de Paulista, deliberando apresentar, através de sua bancada na Câmara Municipal, um projeto de lei desapropriando a área não edificada na cidade, nos termos previstos na Constituição do Estado e na lei de Organização Municipal, representa um grande exemplo de espírito público, tanto assim que está sendo apresentada como paradigma aos demais municípios em condições idênticas às de Paulista. Efetivamente, foi muito sábio o legislador constituinte, quando vedou a existência de cidades e vilas encravadas em propriedades particulares, pois a principal característica de uma cidade é justamente a liberdade na mais ampla acepção do termo: liberdade religiosa (Torres Galvão está atento para isso, e para a proibição dos cultos outros que não os católicos em Paulista), liberdade política, liberdade de comércio e liberdade de construção; e todos nós sabemos que estas quatro liberdades não existem para uma população como a de Paulista, que vive sob o guante férreo de uma empresa industrial, que, além de senhora da terra, é ainda proprietária de todas as casas que formam a cidade. (...)”*

*Não vemos como a situação de Paulista possa se harmonizar com a Constituição do Estado, e com os interesses do povo, a não ser por meio da desapropriação de sua sede; porque, mesmo com a transferência, o impasse permaneceria, uma vez que a sede atual passaria à categoria de vila, e a Constituição tanto veda a existência de cidade, como de vilas, em terrenos particulares. Há, além disso, a inconveniência da transferência, em face da importância demográfica e econômica da sede atual. O PSD de Paulista está, pois, propugnando pelo cumprimento da Constituição, em cuja feitura tem ele grandes responsabilidades como partido majoritário.*

*(Folha da Manhã, 22/5/49, reproduzido em Torres Galvão 1950, pg. 13)*

A questão da liberdade e dos direitos dos cidadãos é retomada em novo artigo de Torres Galvão, onde também são apontados alguns contrastes, inerentes à situação de Paulista, entre os indicadores econômicos da pujança do município e seus indicadores políticos.

*“A situação de várias cidades do Estado, encravadas em propriedades particulares, condicionada toda a vida da população às*



indústrias que deram origem a essas cidades, despertou a atenção dos constituintes pernambucanos de 1947, e determinou a proibição expressa no texto constitucional da criação de novas cidades em terrenos nessas condições. Para as já existentes, deu a Constituição o remédio da transferência das respectivas sedes ou da desapropriação das áreas não edificadas, de molde a garantir às populações o princípio sagrado da liberdade, sem o qual não pode haver o sentido de independência.

Dentre as cidades nas condições proibidas pela Constituição sobressai a cidade de Paulista. A referida cidade apresenta os mais sérios contrastes; pois de um lado, sua coletoria é a que mais arrecada no Estado e, do outro, apresenta uma população desajustada, que vive exclusivamente dos baixos salários da fábrica, e desta depende, não somente no que diz respeito ao salário, mas à própria habitação; uma vez que todas as casas que formam a cidade são de propriedade da empresa proprietária da terra, a qual reserva exclusivamente para si o direito de construção.

A situação, acima descrita, sempre constituiu um problema para os habitantes daquela cidade, que se vêem obrigados a abdicar dos seus direitos de cidadãos livres, diante da prepotência dos senhores da terra; e para os próprios agentes do poder público, que só podem residir na cidade, se a empresa lhes facilitar uma casa (...).

(Folha da Manhã, 28/6/49 e Torres Galvão, 1950, págs. 19-20)

Os dois primeiros parágrafos deste novo artigo de Torres Galvão sugerem-nos a pergunta: se há várias cidades “encravadas em propriedade particular” em Pernambuco, porque só em Paulista foi travada a luta pelo cumprimento da Constituição Estadual? Um primeiro aspecto singular que logo se evidencia em Paulista, e que viemos tratando ao longo deste capítulo, é o desenvolvimento histórico das lutas entre a fábrica local, a CTP, e forças políticas que se constituem em oposição a ela; desde os atritos havidos com Agamenon Magalhães, no período do Estado Novo, e o grupo de sindicalistas fiéis ao seu chefe político e que municiarão de quadros o PSD local, até os atritos com o PCB no pós-guerra que passa a “investir” politicamente também de forma considerável em Paulista. Forma-se assim, na Câmara Municipal, um bloco majoritário de oposição à CTP, articulado com forças políticas estaduais e ciente da importância da ligação entre as reivindicações locais e seus suportes na Constituição Estadual. Não é o que se passa nas outras “cidades encravadas”. A *Folha do Povo* procura difundir ou reforçar reivindicações de “libertação de cidades encravadas” em outras sedes municipais como as cercadas pelas terras de usinas açucareiras como Barreiros e Rio Formoso, mas as denúncias e propostas contidas em reportagens sobre estas cidades não se traduzem num movimento subsequente, envolvendo grupos sociais locais e vereadores. Assim, no período pré-eleitoral municipal, anterior a outubro de 1947, a *Folha do Povo* publica reportagem de página inteira intitulada “Barreiros, um município encravado no latifúndio” (Clovis Melo, *Folha do Povo*, 21/9/47), bem como mostra,

no mesmo número, a inclusão de reivindicações envolvendo desapropriações na sede municipal e nas áreas rurais de sua periferia no "Programa Mínimo Municipal dos candidatos populares do município de Rio Formoso" (*Folha do Povo*, 21/9/47). No entanto após a campanha eleitoral não há mais notícia sobre estes municípios, envolvendo tais reivindicações e propostas. Já no caso da cidade industrial têxtil de Moreno, há indicações sobre as dificuldades políticas do desenvolvimento de movimento similar ao que se processa em Paulista, que talvez sejam ilustrativas de impasses semelhantes em outras cidades "encravadas" como as cidades açucareiras<sup>320</sup>.

Mas, além das dificuldades políticas, que impossibilitam a eclosão e o desenvolvimento de um movimento pelo cumprimento do artigo 102 da Constituição Estadual, e que caracterizam as "cidades encravadas" outras que não Paulista, podemos ainda – argumentando em sentido inverso para reforçar as particularidades da "cidade encravada" de Paulista – mostrar como também certas características econômicas e sociais da própria vila operária da CTP propiciam, de forma mediata e não determinística, a possibilidade da existência de um movimento pela "libertação da cidade". A própria escala de grandeza da produção fabril de Paulista, atraindo e sedentarizando um contingente importante de trabalhadores através do recrutamento de famílias (cf. Alvim, 1985, cap. 3), o emprego fabril de diversos membros por cada unidade familiar favorecendo a permanência continuada em casa da vila operária; o desenvolvimento da feira e do pequeno comércio voltado para o contingente de consumidores operários, abrindo possibilidades ocupacionais complementares ou alternativas ao trabalho na fábrica; a existência de atividades agrícolas, que abastecem a feira, incentivadas pela fábrica, no auge do "sistema Paulista", fornecendo ainda meios de subsistência a grupos de operários-camponeses ou agricultores-foreiros plenos, que persistem, mesmo após o início das levas de expulsões, provocadas por uma nova orientação da *gerência externa* e do "setor agrícola" da CTP, desde o final dos anos 40; todos são fatores que favorecem uma certa permanência e estabilidade da população da vila operária de Paulista, ao contrário de outras vilas-operárias

---

<sup>320</sup> "Moreno é uma cidade que pertence exclusivamente à fábrica. À exceção de 9 ou 10 pequenas propriedades, que também são controladas pelos donos da fábrica, toda a área da cidade está sob o jugo dos estrangeiros, que exploram miseravelmente nos aluguéis das casas. Os donos da fábrica procuram instalar na prefeitura municipal representantes seus. (...) Assim é que o prefeito, todos os vereadores, e outros funcionários municipais menos graduados pertencem à fábrica, e foram escolhidos pelo gerente estrangeiro, sr. Wolmercy. E a subserviência do governo\* estadual àqueles colonizadores feudais se caracteriza claramente através do seu representante Henrique Salgado, do PSD, que é o mais combativo defensor da fábrica contra os operários, dentro da Câmara Municipal."

(*Folha do Povo*, 10/4/49)

Assim, ao contrário de Paulista, o solitário "vereador popular" de Moreno não conta com uma bancada aliada do PSD para fazer face à fábrica têxtil local.

fabris ou de usinas açucareiras. Em suma, a própria permanência da estrutura social constituída pelo "sistema Paulista" propicia, comparativamente a outras "cidades encravadas" e a outras vilas operárias, a existência de bases sociais para um movimento como o da "libertação da cidade" de Paulista.

Assim, tanto a importância da família na constituição da vila operária de Paulista, quanto a existência das formas de pequeno comércio (particularmente, a feira, que originalmente é promovida pela *companhia*), são importantes características, assumidas por esse caso singular de vila operária, situando-o como caso extremo na imprecisa fronteira que separa uma aglomeração residencial acessória a uma fábrica de uma "cidade". A vila operária de Paulista poderia ser tendencialmente aproximada, portanto, às características discutidas por Weber a respeito do conceito e das categorias da "cidade" (Weber, 1969, tomo II, p. 938, etc.), particularmente a respeito das condições econômicas da "cidade". Por um lado, a "diversidade de ocupações industriais" de seus habitantes, e uma diversidade de profissões tal que são exercidas por homens e mulheres, coexiste com "um intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias na localidade", "a população local satisfazendo uma parte economicamente essencial da sua demanda diária no mercado local, e mediante produtos que os habitantes da localidade e das redondezas produzem ou adquirem para colocá-los no mercado" (Weber, 1969, t. II, pg. 938). Por outro lado, no entanto, essa "diversidade de ocupações industriais" se dá no interior de uma única unidade produtiva gigantesca, uma grande fábrica, e comandada por um mesmo patrão. Além disso, esse mercado local é controlado de certa forma pela mesma administração da fábrica, estabelecendo tetos para preços, limitando e selecionando a entrada de vendedores, oferecendo transporte e sancionando as disputas que, eventualmente, possam ocorrer entre os trocadores; o "oikos" controlando o mercado. Mas se essa vila operária singular fica a meio caminho entre um "oikos", embora industrial, e as características econômicas da "cidade", ela se distancia por outro lado, de outros tipos de vila operária. Com efeito, comparando essa cidade têxtil com as vilas operárias das usinas de açúcar nordestinas, ela tem, por contraste, muito menos as características de um local residencial provisório de uma família operária em sua trajetória por diversas usinas, e mais as de uma "comunidade" apresentando aos seus habitantes maiores recursos para uma permanência prolongada através de gerações. Sem dúvida que, nas vilas operárias das usinas, existe um importante contingente de famílias, que ali habitam há longos anos, embora seja mais raro a sua permanência de uma geração para outra. Mas o trabalho na fabricação do açúcar, nas oficinas e na estrada de ferro da usina, são trabalhos para os homens adultos, um ou outro menor atuando como servente. A dependência da família operária no emprego, geralmente do chefe de família homem, e alguns casos de filhos ou parentes agregados masculinos em idade de trabalhar na usina, é uma dependência grande, na medida em que a demissão

desse membro, geralmente único da família, significa o seu despejo e, na falta de um emprego obtido em outra usina, uma mudança sem condições de sobrevivência asseguradas. A obtenção de emprego nas usinas por mais de um operário por unidade doméstica tendo se tornado muito difícil – os operários queixando-se particularmente da quase impossibilidade de introduzir um filho seu em idade de trabalhar na usina – e com poucos recursos, além de um precário trabalho ou pequeno negócio doméstico voltado para um mercado vicinal incipiente, ou de um eventual roçado concedido pela administração da usina, para que os outros membros da família contribuam para o orçamento doméstico somando renda ou diminuindo despesas; tudo isso faz com que a trajetória do grupo social dos operários do açúcar se inscreva em um contínuo processo de expropriação, destituindo fatalmente mesmo as famílias dos operários mais valorizados profissionalmente de suas condições de trabalho e de moradia. Com a aposentadoria do operário, termina não somente sua ligação com o trabalho na usina, mas a ligação de sua família com a casa e a vizinhança em que sempre morou. Os operários “bem-sucedidos” conseguirão, no máximo, construir ou adquirir uma casa própria em povoado ou cidade próxima à usina, com dinheiro duramente economizado do salário e com indenizações trabalhistas, para ali passar o fim da vida, e deixar alguma coisa para a família. É prevendo essa separação inelutável de sua família da casa da usina onde morou, quando do fim de sua “carreira”, que os operários mais valorizados pelas usinas, *artistas* das oficinas ou profissionais estratégicos no processo de fabricação do açúcar, aceitam convites de outras usinas, oferecendo salários mais elevados, circulando pelo mercado de trabalho das usinas em busca de melhor remuneração para afinal se estabelecerem em alguma casa própria fora do território das usinas, em cidades do interior a que se ligam pelo parentesco, ou nos subúrbios da capital. Nesse sentido, as vilas operárias de usina constituem-se em pontos sucessivos de uma rede representada pelo mercado de trabalho dos operários do açúcar nas diversas usinas, pontos em que as famílias operárias permanecem um tempo variável (cf. Leite Lopes, 1976).

Em Paulista, ao contrário, a própria escala de grandeza da vila operária, aliada aos fatores mencionados da importância da família e da possibilidade complementar do pequeno comércio, fazem com que as famílias operárias possam permanecer na cidade. Sem dúvida que a CTP se insere como uma das fábricas de um mercado de trabalho dos operários têxteis mais amplo, abrangendo não somente as fábricas nordestinas, mas também as fábricas do Sul do país, Paulista sendo tida pelos próprios operários locais como uma escola de aprendizagem de onde partiram muitos operários preparados para todo o país. Mas a própria possibilidade de permanência de uma grande parte das famílias operárias – inclusive parte das famílias dos operários que partiram – propicia não somente a volta posterior desses operários a Paulista, como a própria constituição de uma “comunidade” operária que seja

mais do que a vizinhança eventual e de composição móvel existente nas vilas operárias que não passam de apêndices da fábrica diante do mercado de trabalho daquele setor. Assim, é o próprio sucesso da vila operária de Paulista, quanto à sua expansão e escala de grandeza, quanto às suas regras e modo de operação, que trazem, por outro lado, contradições nascidas no interior do seu desenvolvimento: contradições decorrentes das tendências de transformação de uma vila operária em uma “cidade” weberiana, produzindo uma diferenciação entre seus agentes sociais, que trazem novos interesses conflitantes com os da *companhia*: a agudização das contradições entre as regras da fábrica e da vila operária com os seus operários; o choque entre por um lado, a vontade de diversos grupos sociais locais de afirmação político-administrativa da cidade – assim como da constituição das bases materiais para esta afirmação – e por outro lado, o poder efetivo e o “governo local de fato” tradicional da CTP.

O “movimento” pela “libertação da cidade” em Paulista, surgido de iniciativas parlamentares pelo cumprimento de dispositivo da Constituição Estadual, mas baseado em conflitos e reivindicações de operários, comerciantes, camponeses, funcionários públicos, sindicalistas e políticos de Paulista, expressa assim essas contradições inerentes à vila operária da CTP e sua transformação em “cidade”, não somente do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista político, “como uma associação autônoma em algum grau, como um ajuntamento com especiais instituições políticas e administrativas” (Weber, 1969, tomo II, pg. 945). Essa vontade política de “associação autônoma” dirigida contra o “governo local de fato” da CTP é ela própria constitutiva, localmente, da idéia de cidade, de uma “cidade”, que transcenda a categoria administrativa formal de “sede municipal”, estatuto administrativo este que se tornou funcional ao “governo local de fato” da CTP, desde os anos 20<sup>321</sup>.

A tramitação do projeto de lei nº 66 da Câmara Municipal de Paulista, aprovado pelos vereadores, em meados de maio de 1949, foi, em seguida, vetado pelo prefeito. Este veto, por sua vez, foi submetido à apreciação da Câmara Municipal, e rejeitado por seis votos (5 do PSD e 1 do PSP/PCB)

---

<sup>321</sup>A CTP reivindicou para sua vila operária o “status” de sede municipal, desde o final dos anos 20, obtendo-o primeiramente, em 1928, e depois em 1935, após um período, que se segue à “Revolução de outubro de 1930” em Pernambuco, em que reverteu à condição de distrito de Olinda. As discussões na Assembléia Legislativa para que Paulista readquirir sua “autonomia municipal” por iniciativa da bancada governista, em 1935, são calorosas, e das atas destas sessões Torres Galvão foi buscar, para reforçar seus argumentos, as considerações do então deputado Pio Guerra – que em 1949, tende a alinhar-se aos interesses da CTP – sobre a inexistência da liberdade política, em Paulista, indispensável à “elevação” de uma “vila” em “cidade” ou “sede municipal” (cf. Torres Galvão, 1950, pg. 20; cf. também os capítulos 6 e 7 desta tese; cf. a nota 150 no cap. 7 para o discurso de Pio Guerra em 1935).

contra três, ainda no final de maio. No dia 1º de junho, o presidente da Câmara Municipal promulga a lei nº 66, e a remete à Assembléia Legislativa Estadual, conforme previsto nesta lei, ela mesma.

A *Folha do Povo* aplaude em editorial a firmeza da decisão da Câmara Municipal, mas adverte para as dificuldades que a lei municipal enfrentará na Assembléia Legislativa, onde poderá agir com eficiência o "lobby" da CTP. O editorial conclama também para uma "mobilização de massas", no entanto tardia, e para a qual pouco foi feito:

*"A desapropriação das terras do Paulista*

*A Câmara Municipal do Paulista rejeitou o veto do prefeito dos Lundgrens, mantendo, destarte, a lei de desapropriação das terras ocupadas pela sede municipal. A referida lei, surgida de um projeto do vereador popular Luiz Brás de Luna e do Sr. José da Veiga (na verdade, o projeto é de José Firmino da Veiga, e endossado por Brás de Luna, após sua apresentação em sessão da Câmara), é a aplicação do artigo 102 da Constituição Estadual, que proíbe que as sedes municipais sejam encravadas em propriedades particulares. E nesse caso estão, além de Paulista, Ribeirão, Gameleira, Barreiros, Catende, Nazaré, Ipojuca, Serinhaém, as principais cidades da zona da mata e grande parte das do agreste e do sertão. A iniciativa da Câmara Municipal de Paulista, em pleitear a aplicação daquele inciso constitucional resulta dos desejos de independência e de liberdade dos 30 mil habitantes do Paulista, que sofrem em sua própria carne a opressão dos Lundgrens.*

*Entretanto, é preciso não alimentar ilusões acerca do destino que possa vir a sofrer a referida lei, se não vier a desencadear-se um vigoroso movimento de massas pela sua aplicação. Não deve ser subestimado, tampouco, o poder e a capacidade de corrupção dos Lundgrens. (...) Os maiores crimes contra o proletariado e contra os camponeses têm sido praticados no feudo dos Lundgrens, desafiando toda e qualquer lei - e entre elas, a Constituição Estadual, que se invoca para o caso - aqueles senhores feudais mantêm armados um exército numeroso de capangas (cerca de 600), para defender os seus mesquinhos interesses de classe. Não é de se esperar, que por uma simples resolução da Câmara Municipal sejam realmente desapropriadas as terras dos Lundgrens, pois cabe ainda recurso à Assembléia Estadual (...). Para que a democrática resolução da Câmara Municipal de Paulista seja aplicada, é necessário haver a mobilização das amplas massas daquele município e do Estado."*

(Folha do Povo, 1/6/49)

Iniciadas as discussões e tratções em torno desta lei municipal no âmbito da Assembléia Estadual, Torres Galvão começa a indicar uma solução alternativa negociável, atribuindo-lhe méritos intrínsecos, em detrimento do reconhecimento de suas qualidades táticas.

*"Reconhecemos que a solução dada pelo projeto 66 da Câmara Municipal não é a solução ideal. A solução ideal, ao nosso ver, seria a desapropriação de uma grande área nos limites da sede atual, para a construção da verdadeira cidade que surgiria disciplinada e*



organizada, dentro de pouco tempo; enquanto que uma lei municipal declararia a atual sede, zona industrial da cidade. Isto consultaria melhor tanto o interesse público, como os interesses da própria empresa. Preferiu, porém, a Câmara decretar a expropriação em face dos próprios dispositivos constitucionais, com a preocupação de fazer uma lei inviolável, como a qualificou o deputado Gilberto Osório."

(Folha da Manhã, 28/6/49 e Torres Galvão, 1950, pg. 21)

Este "recoo tático" fica mais evidenciado em outra passagem da série de artigos de Torres Galvão sobre a "libertação da cidade", quando ele situa esta "fórmula" de negociação numa recapitulação de sua atuação sindical e parlamentar (em seguimento às iniciativas de Agamenon, quando Interventor Federal) em favor do município, para dar maior força à sua atual iniciativa de negociação, quanto aos termos da lei nº 66.

*"(...) a maioria da Assembléia (Estadual) restaurou o município (de Paulista, em 1935) sem lhe fornecer aqueles meios de autonomia, cuja ausência havia, cinco anos antes, determinado a sua supressão. Esses meios de independência consistiam, naturalmente, na delimitação de uma área livre, que propocionasse o desenvolvimento da cidade com a necessária variedade de meios de vida. Por sua vez, os prefeitos que se sucederam no referido município, muitos deles ótimos administradores, não tiveram a coragem de enfrentar o problema, que permaneceu insolúvel até os nossos dias. Foi justamente para esta tarefa de libertação que voltamos as nossas vistas, e concentramos as energias. As primeiras etapas da luta já foram vencidas com a organização de um sindicato de classe, com a criação da comarca e seu posterior desdobramento em duas varas, com a construção de um estabelecimento hospitalar a ser brevemente inaugurado, e com o recente projeto aprovado pela Assembléia para a construção de uma cadeia pública. A nossa luta é no sentido de que os órgãos do poder público funcionem livres da ingerência da empresa que, justamente, por constituir uma potência econômica, não deve ter, em suas mãos, nenhuma parcela de poder político.*

Constitucionalizado o município, iniciamos a nova fase de nossa luta com a apresentação do projeto 66 na Câmara Municipal. Essa lei, elaborada nos termos rígidos (sic) da Constituição do Estado, não podia deixar de provocar um grande choque de interesses, alegando a empresa proprietária da cidade, que as áreas atingidas pelo referido decreto são indispensáveis ao desenvolvimento de suas fábricas. Reconhecemos, até certo ponto, a procedência das alegações, e, daí havermos nos pronunciado em artigo estampado em 'Folha da Manhã', edição de 28 do mez próximo, findo nos seguintes termos (segue-se o trecho por nós citado logo acima da presente citação, em que Galvão 'reconhece não ser o projeto 66 a solução ideal').

Essa fórmula (sic) teve a imediata aprovação do Gov. Barbosa Lima Sobrinho, homem de sensibilidade e elevado espírito público. Outras fórmulas (sic) foram apresentadas pela empresa proprietária dos terrenos, as quais não podiam ser aceitas por nós, uma vez que não atendiam ao preceito constitucional que veda a existência de cidades em terrenos pertencentes na sua totalidade a pessoas físicas ou

*jurídicas de direito privado. Desta maneira, foi aceita a nossa fórmula, e designada uma comissão parlamentar para acompanhar as diversas fases da execução da referida fórmula. Parece-nos, assim, que o problema da libertação da cidade de Paulista será resolvido, dentro em breve, com a ressalva dos interesses da indústria local, com a satisfação dos interesses coletivos, e com o respeito ao princípio constitucional (...)."*

(Folha da Manhã, 10/7/49; e Torres Galvão, 1950, pg. 30)

As negociações entre a CTP e a comissão parlamentar de três deputados estaduais chegam, não sem percalços<sup>322</sup>, a uma solução que segue o sentido da "fórmula" de Torres Galvão. Por outro lado, a *Folha do Povo* critica o abandono da lei municipal nº 66 e dos termos do artigo 102 da Constituição, por parte de Torres Galvão e da bancada do PSD<sup>323</sup>. Assim, o último da

<sup>322</sup>Na discussão entre deputados na sessão da Assembléia, em que Torres Galvão requer urgência na votação do parecer do relator (na Assembléia) da lei municipal de Paulista nº 66, são mencionadas as dificuldades criadas pela CTP à comissão parlamentar que com ela negocia:

"(...) Iniciados os entendimentos, fixada a área que seria desapropriada, entre representantes desta Assembléia e representantes da CTP, mandou esta, logo depois, construir cerca de uma dezena de casas na aludida área. Como a Comissão parlamentar estranhasse essa atitude, mandou, então, a companhia, suspender os serviços de construção. Acontece ainda que quando mais se precisava da presença do chefe da aludida companhia neste Estado para a continuação dos entendimentos, sua senhoria rumou para o Rio de Janeiro, ao que dizem os jornais, em viagem de repouso. Deixou assim as negociações paralisadas, visto não haver deixado autoridade suficiente aos seus representantes para resolverem a situação."

(Torres Galvão, 1950, pg. 35)

<sup>323</sup>"Praticamente derrotada a lei de desapropriação de terras de Paulista.

Ontem, na Assembléia Legislativa, o deputado Torres Galvão apresentou um requerimento, para o qual foi deferido o pedido de urgência, no sentido de ser nomeada uma comissão interpartidária para estabelecer entendimentos com os latifundiários de Paulista, com relação à lei municipal daquela cidade determinando a desapropriação das áreas não edificadas na sede do município. (...) Aprovado o projeto de lei (municipal), entraram os Lundgrens a 'mexer os pauzinhos', através de seus conhecidos advogados Raimundo Diniz e Hercílio Celso, os quais passaram a freqüentar as ante-salas da Assembléia Legislativa, para onde teria de ir, para ser apreciada, a lei de desapropriação. O sr. deputado Torres Galvão, pelas colunas da "Folha da Manhã", escreveu uma série de artigos denominando o 'seu projeto' de 'lei áurea' do povo Paulista. Ontem, na sessão da Assembléia (...), o sr. Torres Galvão (...) achou de endereçar à Mesa um requerimento em que solicitava a designação de uma comissão interpartidária para iniciar 'démarches' com os (...) Lundgrens, a fim de 'amigavelmente' ser fixada a área a ser atingida pela desapropriação. Com a palavra, o Deputado Paulo Cavalcanti, (...) demonstrou que a desapropriação é um ato unilateral de direito público, não se podendo admitir, por conseguinte, nenhum entendimento com a entidade privada em apreço, a não ser para o caso de se apreciar o valor da indenização. Não era possível que a Assembléia nomeasse

série de artigos de Torres Galvão na *Folha da Manhã* sobre a "libertação de Paulista" é um artigo defensivo, justificando sua proposta de substituição da lei municipal nº 66 por uma outra fonte de negociações com a empresa, resultando na nova lei municipal nº 88.

*"Com a publicação oficial da resolução da Assembléia Legislativa do Estado, referendando a lei 88 da câmara Municipal de Paulista, chegou ao seu desfecho, pelo menos na parte legislativa visto que falta ainda o Município proceder à respectiva indenização, o rumoroso caso da libertação da cidade de Paulista, mediante a desapropriação de uma área de 50 hectares, nos limites da atual sede, em direção à cidade de Olinda, e abrangendo ambos os lados da rodovia inter-estadual.*

*Estamos informados, porém, de que dois grupos naquela cidade — um composto de elementos visceralmente ligados à Companhia de Tecidos Paulista, e outro composto de elementos do extinto P.C.B. — estariam empenhados na desmoralização do nosso trabalho; o primeiro dos referidos grupos argumentando que a solução dada ao caso não passou de uma generosidade da citada companhia, e o outro proclamando que se trata de um mero cambalacho político do PSD com a referida empresa industrial (...)*

*(...) A permuta das áreas não edificadas disseminadas pela cidade de Paulista, por uma área compacta nos limites na referida cidade, ou em outras palavras, a substituição da Lei 66 pela Lei 88, foi o resultado de um exame mais acurado do problema. Ela não nos foi imposta por ninguém; foi de iniciativa nossa, porque nos pareceu vantajosa para a construção de bairros comerciais e residenciais, enquanto que nas pequenas áreas disseminadas pela cidade, seria impossível fazê-lo. Quisemos também com essa atitude mostrar à Companhia de Tecidos Paulista, que não nos moviam interesses subalternos no caso, não desejando prejudicar, de modo algum, a extensão de suas fábricas. Se quiséssemos manter a Lei 66 a teríamos mantido, pois todos os juristas que consultamos, a começar pelo sr. Gilberto Osório, líder da Coligação Pernambucana na Assembléia Legislativa, foram unânimes em declarar que a referida lei prescindia do referendado da Assembléia, por se tratar da aplicação restrita de um dispositivo constitucional.*

*O P.S.D. tem orientação. Sua posição é o equilíbrio. Não somos um partido de capitalistas reacionários, como também não somos um partido de exacerbados. Somos reformistas. E a solução, dada ao caso de Paulista, enquadra-se, perfeitamente, nesse programa de reformas*

---

uma comissão para em caráter oficial, ajustar planos com os Lundgren. À Assembléia cabia ou aprovar a lei municipal de desapropriação ou rejeitá-la. No máximo, poderia designar um técnico para promover o levantamento topográfico da sede de Paulista, fixando a área a ser desapropriada. Em vão, discursou o deputado Paulo Cavalcanti. Logo em seguida, o plenário, contra apenas o seu voto, aprovou a 'marmelada' do deputado pedessista, designando à Mesa os srs. José Francisco (de Melo Cavalcanti), Antonio Farias (ambos do PSD) e Mario Sarmiento Pereira Lira (da Coligação Pernambucana), os dois primeiros grandes proprietários. Diante disso, o povo de Paulista deve organizar-se com seus autênticos líderes, em ligas e associações de classe, para lutar por sua emancipação."

*(Folha do Povo, 7/1/49)*

com o mínimo possível de abalos. Agora, sejamos francos: Não houve doação, e nem tão pouco venda de terrenos por parte da Companhia de Tecidos Paulista ao Município. Houve desapropriação com todas as letras, acabando-se, de uma vez para sempre, com o tabu de que jamais seriam desapropriadas terras da aludida companhia. Terminou, também agora, o expediente pouco recomendável de o poder público viver a mendigar terrenos da referida empresa toda vez que precisava de construir um edifício, quando o lógico, o normal e digno é usar o recurso universal da desapropriação por utilidade pública."

(Folha da Manhã 4/9/49; ou Torres Galvão, 1950, pg. 37-38).

O resultado final das iniciativas e negociações realizadas no âmbito parlamentar municipal e estadual visando à "libertação da cidade", a "desapropriação negociada" de uma faixa de terra contígua aos limites da sede municipal de Paulista, tem assim por beneficiários potenciais proclamados os comerciantes e funcionários públicos municipais e a própria administração pública, que, naquele território, poderá expandir suas atividades e instalar seus prédios. Além disso, nesta nova área poderão edificar-se templos religiosos não-católicos, inexistentes na vila-operária-sede municipal. Subsidiariamente, outros beneficiários serão os sindicalistas e *operários de questão*, que ali poderão residir independentemente das ameaças de despejo na vila operária da fábrica. Àquele território estão confinadas assim, na nova área da sede municipal ampliada, "as liberdades religiosa, política, comercial e de construção" a que se refere Torres Galvão, das quais poderão usufruir prioritariamente a incipiente mas crescente "classe média" ressaltada nas análises jornalísticas do escriturário-pastor-sindicalista-deputado.

Contra a timidez deste desfecho, comparativamente aos resultados implicados na frustrada lei nº 66, o PCB, pelo menos em seus pronunciamentos e tomadas de posição registrados no jornal *Folha do Povo*, preconiza uma genérica e tardia "mobilização de massas". Tardia porque não foi ela preparada com antecedência ao desencadeamento do projeto de lei nº 66, nem no decorrer de sua tramitação, sendo preconizada no momento em que a lei é derrotada ao ser substituída por outra. Genérica porque não indica quem é susceptível de mobilizar-se pela derrotada lei nº 66.

A primeira vista, quem poderia mobilizar-se por ver reivindicações ligadas a seus interesses serem preteridas é o ainda numeroso contingente de camponeses-foreiros dos *sítios da companhia* ou os operários-camponeses dos roçados operários, que com a lei nº 66 e o cumprimento do artigo 102 da Constituição Estadual, adquiririam a propriedade de pequenos lotes de terra para uma pequena agricultura na área circunvizinha à sede municipal. Este grupo é "esquecido" por Torres Galvão na contabilização dos ganhos e dos beneficiários da lei nº 88, como conseqüência mesmo do abandono da exigência do cumprimento do artigo 102 da Constituição Estadual que incluía a distribuição de lotes para fins agrícolas na periferia da sede municipal. Mas também o PC não menciona os camponeses-foreiros nem os operários-

camponeses na sua proclamação genérica à mobilização popular em Paulista contra o “recuo” da lei 66 para a lei 88, resultante de negociações com a CTP.

Parece haver, neste caso, um descompasso temporal entre as oportunidades oferecidas para uma mobilização popular em torno de reivindicações favorecendo os camponeses e operários-camponeses de Paulista: os ensaios de organização de “células” e “ligas”, nas áreas rurais de propriedade da CTP, que se efetuam, entre o final de 1945 e 1947 – voltadas mais para o fortalecimento da própria estrutura partidária do PC nas bases sociais que aquele partido proclama representar, e menos para a criação de associações lutando por reivindicações locais (cf. por exemplo, as “células rurais” e a “Liga de Defesa da Constituição”, ambas as tentativas na localidade de Araçoiaba) –, não são simultâneos à luta pelo cumprimento de dispositivo legal, oriundo de iniciativas parlamentares, luta esta importante para consolidar um movimento reivindicatório coletivo entre os camponeses e operários-camponeses da área. A incipiente organização de “células” e ligas, reprimidas pelas milícias privadas da CTP e de usinas açucareiras próximas, serviu apenas para fazer emergir denúncias e reivindicações, vinculadas principalmente à resistência contra a expulsão dos camponeses-foreiros, inaugurando por um breve período formas de associação que serão retomadas naquela área no início dos anos 60 (já então impulsionadas por um crescente movimento camponês em outras áreas do estado, desde meados dos anos 50). Quando é inscrito na Constituição Estadual o artigo 102 (em julho de 1947), e mais ainda, quando pode tal artigo ter seu cumprimento reivindicado, dois anos após a promulgação da Constituição, as incipientes associações de camponeses na área de Paulista já tiveram seu desenvolvimento cortado pela repressão local, favorecida pela mudança de conjuntura nacional. No seu apelo à mobilização genérica contra a substituição da lei nº 66 pela lei nº 88, o PC não relembra nem sua bandeira de luta da implantação das “faixas verdes” na periferia das cidades, lá mesmo onde mais próximo da concretização chegou, em 1949, este ponto do seu programa estadual enfatizado em 1946 e 1947.

A decalagem temporal, entre por um lado, as condições organizativas de possibilidade de mobilização entre os camponeses e os operários-camponeses de Paulista e, por outro lado, a cronologia parlamentar e constitucional, impede uma mobilização real dos camponeses pela “faixa verde”, constituindo-se assim, hipoteticamente, em importante ponto de sustentação de mobilização possível da população operária de Paulista pela aplicação da lei nº 66. No entanto, no que se refere a uma mobilização da população da vila operária pela aplicação daquela lei, faltariam condições prévias de organização associativa, quando eclode a luta parlamentar pela “libertação da cidade”. Ao contrário de outros bairros do Recife, onde se constituíram “ligas de bairro”, propiciadas também pela atuação do PC em Paulista a ação daquele partido

voltou-se muito para a implantação local da estrutura partidária, e depois para a atuação parlamentar do vereador local. É verdade que a Câmara Municipal tomou-se um lugar canalizador das reivindicações e das expectativas populares<sup>324</sup>. Mas, em contraposição, não houve preocupação com a constituição de associações de bairro, que pudessem pressionar por reivindicações locais. Provavelmente a constituição de tais associações fosse inviabilizada, naquele momento, por falta de condições de autonomia para operários, comerciantes e funcionários dependentes das regras de residência na vila operária e às imposições e favores da administração das casas por parte da CTP. Estes obstáculos poderiam dificultar o ânimo associativista de eventuais iniciativas do PC, neste sentido – não registradas na *Folha do Povo* – e facilitam a atuação do PSD local, que tem mais habilidade parlamentar, e conduz do início ao fim a questão da “libertação da cidade”, desde a iniciativa do projeto de lei nº 66, até a “solução negociada” da lei nº 88. (Também é mais atento o PSD local às características específicas da fábrica com vila operária que o PC, voltado para reivindicações mais gerais). Assim, a genérica exortação do PC à “mobilização de massas”, em decorrência da revogação da lei nº 66, tem apenas o efeito pedagógico de marcar um descontentamento com a derrota de reivindicações, vinculando-o à necessidade da organização e mobilização associativa dos operários de Paulista. E isto se desenvolverá, no interior da fábrica, em decorrência dos conflitos que ali eclodem, resultantes da intensificação da exploração no trabalho por parte de uma orientação “gerencialista” e “produtivista” da CTP. Ao contrário da decalagem temporal que se observa entre as tentativas de associação de camponeses nas áreas da CTP, em 1945-47, e a eclosão parlamentar do movimento pela “libertação da cidade”, em 1949, há aqui a coincidência entre o descontentamento dos operários no interior da fábrica com as medidas de intensificação do trabalho e aumento de rotatividade da mão-de-obra adotadas pela CTP, e o empenho dos operários-“ativistas” vinculados ao PC, que passa por uma mudança de linha de atuação política, privilegiando o trabalho associativo dentro das condições dos “laboratórios secretos da produção” – os quais podem ser, por outro lado, mais adequados ao trabalho clandestino. A luta que se desenvolve no interior da fábrica de 1949 a 1957 e entre 1962 e 1964, que examinamos no capítulo 10, é incentivada pelos efeitos de ilegitimação da dominação constituídos pelo fim da política de estímulos à garantia material das condições de existência dos

---

<sup>324</sup>Indicações, quanto a isto, existem nas notícias da *Folha do Povo*, por exemplo na freqüente presença numerosa do “público” nas “galerias” da Câmara Municipal, por ocasião da discussão de matérias de interesse da população local, assim como na instalação de alto-falantes transmitindo os debates dos vereadores para o povo na rua (cf. *Folha do Povo*, 11/5/1949). Vários abaixo-assinados e memoriais de bairros e distritos de Paulista com reivindicações diversas de melhoramentos, tais como calçamento de ruas, aterros, etc., são dirigidos à Câmara Municipal.



trabalhadores por parte da CTP, tais como os empecilhos colocados aos roçados-operários e *sítios da companhia* e o fim da feira administrada.

Assim, enquanto crescem tanto as lutas no interior da fábrica quanto a organização sindical dos operários têxteis, nas áreas rurais da CTP ou nos roçados-operários periféricos à vila operária sofrem os camponeses-foreiros e operários-camponeses ofensivas restritivas às suas atividades agrícolas.

Esta mudança de orientação por parte da CTP, desinteressando-se do estímulo aos roçados-operários e *sítios da companhia* ou mesmo expulsando estes pequenos agricultores de certas áreas, assim como a vinculação destas atividades agrícolas à feira da *companhia* – elementos importantes na própria coerência do anterior “sistema Paulista” – será lamentada pelos operários no decorrer dos anos 50, lamentos que hoje se consolidam no pensamento coletivo dos operários de Paulista na nostalgia e na “idealização do passado”, por eles tão enfatizadas, que examinamos na Parte I deste livro. A ruptura dos vínculos entre os roçados-operários e *sítios da companhia* e a feira administrada, resultado do desinteresse da CTP na manutenção deste aspecto importante do “sistema Paulista” diante das lutas sociais na área e da afirmação da administração pública, trará conseqüências tanto às características da feira de Paulista quanto à instabilidade dos roçados e *sítios*, ameaçados em sua existência. Porém tanto a feira quanto os roçados e *sítios* continuarão existindo, embora com novas peculiaridades.

A instabilidade das atividades agrícolas nos roçados e *sítios*, decorrente da freqüente ameaça de expulsão de camponeses-foreiros – incluindo, primeiramente, o encarecimento abrupto de foros e arrendamentos – como também de restrições às áreas dos roçados-operários com a expansão do plantio de eucaliptos (cf. relatórios anuais da CTP de 1944 a 1950, e depois o de 1962), faz-se sentir de forma recorrente, embora não haja uma política de total extinção daquelas atividades agrícolas. Assim, depois das constantes notícias de expulsão de camponeses-foreiros por parte do jornal *Folha do Povo*, entre 1946 e 1950, incluindo tanto as áreas, mais distantes da sede municipal, dos *sítios da companhia*, quanto as áreas de roçados operários mais próximas (como Jaguaribe), são atingidas as próprias hortas de fundo de quintal ou os pequenos roçados operários anexos às casas da vila operária que têm um “quintal” maior, por uma extensão da cobrança de foro, do qual eram até então isentas estas hortas<sup>325</sup>. Em 1954 e 1955 a CTP promove uma nova ofensiva de restrições às atividades de camponeses-foreiros nas

---

<sup>325</sup>“(A CTP acaba de instituir) a cobrança de Cr\$ 71,50 de foro anual de todo operário que possui hortas em sua casa. Essas hortas não passam de um terreno de 50 metros, e esse fato provoca revolta entre os operários, que se recusam a fazer qualquer pagamento.”

(*Folha do Povo*, 25/8/1951)

áreas de *sítios da companhia*. O jornal local, de curto período de existência entre 1953 e 1954, *Gazeta de Paulista*, que apóia o então prefeito do PSD Cunha Primo, refere-se a esta ofensiva restritiva:

*"A Cia. de Tecidos Paulista vem adotar, ultimamente, certos métodos que são condenáveis. No lugar chamado "Regalado", onde aquela Cia. dispõe de terras em abundância, há tempos passados, arrendava a preços módicos para o cultivo da lavoura. Numerosos agricultores atraídos por uma terra mais promissora, não mediram esforços para o 'Novo Eldorado'. Havia, antigamente, fartura na feira do município. A maior parte vinha do Regalado.*

*Ultimamente, as coisas mudaram de feição. A CTP, por intermédio de seu corpo de vigias, despachou para aqueles recantos vários homens com novas instruções. Dizendo-se devidamente autorizados pelo Ministério da Agricultura, não permitiam mais o plantio naquela zona. Os que haviam plantado, deviam pagar pesados tributos. Os que recolhiam semanalmente Cr\$ 6,00 iriam pagar Cr\$ 44,00 e os de Cr\$ 11,00, pagariam Cr\$ 66,00, e assim sucessivamente, até a colheita do seu roçado. Várias arbitrariedades foram cometidas pelo pessoal da Cia.*

*Sentindo-se prejudicados, os agricultores solicitaram dos poderes públicos as devidas providências.*

*E daqui lançamos um apelo aos dirigentes da CTP no sentido de revogar esta absurda determinação, pois se isto vier a acontecer, irá passar toda a população do município sérias privações, uma vez que a maior parte das mercadorias procedem daquela zona agrícola, destinando-se ao abastecimento da cidade."*

*(Gazeta Paulista, abril e maio de 1954)*

Esta ofensiva da CTP contra camponeses-foreiros e operários camponeses continua, em 1955, segundo notícias da *Folha do Povo*<sup>326</sup>.

---

<sup>326</sup>A *Folha do Povo* de 16/1/1955 denuncia o aumento do foro em engenhos da CTP, referindo-se vagamente à resistência de camponeses-foreiros em Araçoiaba e Itapiré de Cima, em Igarassu. O mesmo jornal noticia em 19/7/1955 a feitura de um abaixo assinado dos camponeses de Paulista a ser entregue ao prefeito:

*"(Desde o final dos anos 40 há) perseguições aos operários, principalmente os mais antigos, que trabalham em pequenos roçados nas horas de folga em terras pertencentes à CTP. (...) Atualmente os Lundgren, sob pretexto que têm um contrato com o Ministério da Agricultura para fornecer ao governo 20 mil toneladas de arroz, intensificaram o terror contra os trabalhadores que vivem nessas pequenas roças. Eles não podem fazer nem pequenos reparos em suas casas. Quando as moradias se encontram em ruínas, mudam seus moradores para a vila operária e derrubam os casebres. Na Condelaria havia 15 casas, agora só restam duas. No Sítio São José foram derrubadas 10. O capanga Rozendo (sucessor de Evaristo Freire, Manuel Gasolina, Sabino, etc.), sob as ordens de Mr. Harley, invadiu roças em Jaguaribe, arrancando plantações. Debaxo desse regime de violência estão os trabalhadores - que têm roça em Jardim Novo, Jardim Velho, Arregalado, Trepa e Desce, Jaguaribe e Várzea do Catolé. Os trabalhadores fazem*

Embora tenha esta política restritiva às atividades agrícolas de camponeses e operários-camponeses por parte da CTP – que em período anterior, ela mesma estimulou o florescimento – na década de 50 tido efeitos, fazendo diminuir a população rural do município<sup>327</sup>, expulsando parte dela de Paulista, ou fazendo-a deslocar-se para a vila operária da sede municipal ou para as áreas urbanas dos distritos, no entanto, manifesta-se uma persistência dos camponeses e operários-camponeses remanescentes na manutenção de alguma atividade agrícola residual. Já assinalamos isto com base no relato do velho operário João Lins, no capítulo 4. E esta mesma persistência manifesta-se no relato de uma ex-tecelã sobre as andanças diárias de seu pai – ex-camponês na área de Jaguaribe, agora residente na vila operária – ao seu roçado remanescente naquela localidade. Este relato mostra também como as pressões e ameaças da CTP podem conjugar-se com as tensões internas às famílias operário-camponesas, relativas à interseção entre as suas atividades fabris e suas atividades agrícolas, na área distante da fábrica onde moram. A ex-tecelã indica como se constituiu, nos anos 40, um grupo familiar operário-camponês, a sua própria família, na área “livre”, encravada no território da CTP, de Jaguaribe – onde persistem já mais distanciados da fábrica os *mocambos* e seus roçados anexos comuns, no período anterior ao aliciamento de famílias do interior por parte da *companhia* – e como esta família deslocou-se, nos anos 50, para a vila operária da fábrica, pois os filhos eram operários, quando sofreu pressões e ameaças para “vender” seu *mocambo*, e desocupar a sua área de roçado.

*“Éramos 10 irmãos, 5 moças e 5 rapazes. Um já estava casado, e então, tinha 5 moças e 4 rapazes. Papai trabalhava assim em negócio de agricultura, sabe? Nós morávamos aqui no interior de Paulista mesmo (em área próxima a Igarassu). A gente veio pra Paulista (sede municipal) mesmo porque eu tinha um irmão, o mais velho, ele começou a vir de lá vender farinha aqui em Paulista. Nós éramos tudo pequenininho ainda. Ele gostava muito de trabalhar em agricultura, e então, ele achou que, aqui em Paulista, dava mais certo, porque tinha*

---

agora um abaixo-assinado a ser entregue ao prefeito e ao juiz da cidade, para que providências sejam tomadas.”

<sup>327</sup>A população total do município, que experimenta um crescimento elevado entre 1940 e 1950, diminui enormemente este ritmo de crescimento, entre 1950 e 1960. Enquanto isto, a população rural do município, que acompanha o crescimento da população total na década de 40, diminui em números absolutos na década de 50.

	Anos 1940	1950	1960	1950-1940	1960-1950
Pop. Município					
População Total	29.543	48.103	51.122	18.560	3.019
População Rural	3.063	14.790	9.265	11.727	-5.525

(Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960)

do que viver pra família ajudar. Ele achou que aqui dava mais certo de criar a família. Aí ele falou com papai pra trazer tudo praqui. Aí, logo que chegamos, papai arrumou logo um roçadinho pra ele, meu irmão mais velho começou a negociar, novamente vendendo farinha e a minha irmã, ela tinha 11 anos, aumentaram a idade dela pra ela poder trabalhar, porque naquele tempo, aqui na fábrica, tinha de toda idade, sabe. Menino de 10, 11 anos aumentava pra 12, e assim, conseguia trabalhar. Foi o que aconteceu com ela. Ela começou a trabalhar bem pequenininha pra ajudar papai, né. A gente foi viver em Jaguaribe, é Paulista também. A gente morou lá muitos anos. Quando a gente chegou, foi muito ruim. A gente foi morar na casa de uma tia da gente, nossa família grande tudo na casa de uma tia, a casa era pequena, e a gente não tinha casa ainda. Depois papai andou muito, e encontrou uma casinha, aí comprou essa casinha, né. Tudo lá em Jaguaribe mesmo. Aí a gente foi morar em casa própria. Própria da gente mesmo, né. Aí foi quando ele começou a trabalhar na agricultura, e as minhas irmãs também começaram a trabalhar, e foi melhorando um pouco. Aí depois, já tudo crescido, tudo trabalhando, melhorou, só eu que sou a mais nova e outra irmã pegada a mim que não trabalhava. Tudo trabalhava na fábrica, menos eu e ela. E nós morávamos em Jaguaribe mesmo. E papai ficou sozinho no roçado. Naquele tempo, os operários ganhavam muito pouco, mas mesmo assim, isso ajudava, e quando não podia ajudar, papai assumia a responsabilidade sozinho mesmo. Porque ele plantava batata, inhame, farinha, essas coisas não precisava de comprar. E a ajuda que a gente dava, comprava outras coisas.

Aí, depois que tudo começou a trabalhar, aí também começou a companhia querendo comprar as casas de Jaguaribe. Casa que era própria. Isso foi mais ou menos em 1956, foi por aí parece, que eles começaram querendo comprar as casas de Jaguaribe. E eles faziam ameaça, diziam que se a pessoa não vendesse, eles tocavam fogo na casa. E faziam tanto medo, tantos absurdos que eles faziam, sabe, pra convencer a pessoa a vender as casas. Aí papai também, já com os meninos tudo trabalhando, ficava muito distante assim pra eles virem de pés. Pegava um horário muito ruim. Pegava de 4 horas da madrugada, mas eles tinham que sair de casa duas e meia, porque eles iam de pés. Então, tudo trabalhando, eles começaram a achar ruim, andando no caminho todo ruim, sozinhos, aí pediram pra papai pra arrumar uma casa aqui da companhia, aqui em Paulista. Aí ele achou que dava certo, aí... sim, mas a casa era da gente, né. Aí a companhia querendo comprar e mamãe não queria sair de lá não, porque ela gostava muito porque criava muito, lá ela criava muito, era muito bom pra criar. Mas, mesmo assim, a companhia fazia tanta ameaça, que ia tocar fogo na casa e era tanta coisa que ela dizia que aí meu pai chegou, e resolveu vender. Aí vendeu e a gente arrumou uma (casa) daqui, da companhia, na Rua Riachuelo. (...) Aí quando nós viemos prá cá, meu pai entregou o sítio, mas não entregou de uma vez não. Ele tinha ainda um pedacinho de terra lá. Ele ainda saía de Riachuelo pra Jaguaribe todos os dias. Pra trabalhar, porque ainda ficou um irmão meu morando lá em Jaguaribe, então ele saía de manhã, e passava o dia lá. Quando era de noite é que ele voltava."

(ex-tecelã, atualmente mãe de família e dona de casa)

E é esta mesma persistência e apego à terra próprios aos camponeses e operários-camponeses de Paulista, tanto os que trabalham em terras da CTP, quanto posseiros e foreiros em outras propriedades que escapam ao quase-monopólio da *companhia* sobre as terras do município, que fazem emergir (ou retomar as tentativas do período 1945-1947) o movimento camponês na área, tendo como núcleos associativos a Liga Camponesa de Abreu e Lima e a de Mirueira, e, posteriormente, através do sindicato de trabalhadores rurais do município, entre 1961 e 1964. E na conjuntura posterior a 1964, no início dos anos 70, tal persistência transforma-se na resistência à expulsão de camponeses-foreiros e operários-camponeses de uma parte da área de Jaguari-be, expulsão efetuada pela CTP, e motivada pela venda destas terras a fábricas que se instalam no novo distrito industrial de Paulista, como a General Electric.

Os roçados-operários sobreviventes no presente, embora ainda existam, são como que fracos simulacros dos roçados operários e *sítios da companhia* do apogeu do "sistema Paulista". Os roçados e sítios do passado compõem assim essa construção idealizada da forma de dominação característica daquele auge das atividades da fábrica e de sua "retaguarda autárquica", construção esta que se opõe implicitamente às novas formas de dominação do presente. E, entre o passado idealizado e o presente, interpõem-se estes episódios de pressões e expulsões de camponeses e operários-camponeses por parte da CTP, no final dos anos 40, na década de 50, e ainda atingindo os camponeses residuais nos anos 60 e 70.

Uma outra vertente da desagregação do "sistema Paulista", inter-relacionado à questão dos roçados-operários e *sítios da companhia*, é o que diz respeito ao fim da feira administrada pela CTP. Esta questão relaciona-se também com a consolidação dos poderes públicos municipais e com o "movimento pela libertação da cidade", na medida em que a oposição entre a CTP e a Câmara Municipal contribui para acelerar a retirada do controle da CTP sobre a feira. A CTP procura, de certa forma, imputar a sua saída da administração de fato da feira às suas contradições com a maioria da Câmara Municipal – ou, pelo menos, acentuar o contraste entre os seus preços administrados do passado e a ação mais liberal dos fiscais da prefeitura, impotentes diante da elevação dos preços. No entanto, o próprio desinteresse da CTP na produção agrícola de camponeses-foreiros e operários-camponeses em seu território, desencadeando ofensivas episódicas de elevações abruptas do foro seguidas ou não da expulsão pura e simples, compromete a ligação entre a produção daqueles roçados e sítios e a feira administrada, cujos preços estáveis se mantinham em decorrência desta produção abundante, obrigatoriamente escoada na feira, facilitando também o controle da entrada dos vendedores, com o privilegiamento dos vendedores-produtores e a proibição

ou o controle restritivo da entrada de novos intermediários. Esta polêmica a propósito da mudança das características da feira de Paulista transparece numa carta aberta, assinada pela bancada de vereadores do PSD e pelo vereador comunista Brás de Luna (na legenda do PSP), publicada no jornal de Agamenon Magalhães *Folha da Manhã*, em resposta a comentários, considerados ofensivos ao poder legislativo municipal, feitos pelo correspondente em Paulista do *Jornal do Comércio*. Este correspondente atribui simultaneamente ao prefeito (eleito, no entanto, com o apoio da CTP e a ela subserviente), e em primeiro lugar, à Câmara Municipal, sintomas da decadência de Paulista como a elevação de preços da feira e outras conseqüências da retirada da CTP de várias esferas da vida social, que ela antes promovia. A carta-aberta do PSD-PSP (PC), em resposta ao correspondente que louva a CTP em detrimento dos vereadores, tem por manchete "Defende-se a Câmara Municipal de Paulista":

*"(...) O interesse do (correspondente) é bem outro, deseja apenas que Paulista não tenha prefeito nem vereadores. Seja uma espécie de feudo da Idade Média em que o senhor feudal dispunha da vida e dos bens de seus súditos, conseqüentemente, um pedaço de terra deslocado do Brasil! Justifica-se, assim, o seu panegírico às antigas feiras livres, que eram pessoalmente fiscalizadas pelos proprietários da CTP que, ninguém o pode negar, é a força industrial e econômica que muito tem contribuído para a grandeza do município. (A carta aberta, em seguida, enumera as realizações da Câmara Municipal, isto é, as leis votadas por ela, muitas das quais sancionadas pelo presidente da Câmara, após o prazo legal no qual o prefeito omite-se de assiná-las, ou mesmo vetas, como foi o caso da lei nº 66.)*

*(Folha da Manhã, 24/9/49; esta carta aberta responde a matéria do correspondente em Paulista do Jornal do Comércio de 18/9/49)*

Embora o correspondente do *Jornal do Comércio* utilize-se da nostalgia da feira administrada pela CTP em proveito dos objetivos políticos da *companhia* contra a Câmara Municipal – ao mesmo tempo que omite a responsabilidade da fábrica têxtil na sua mudança de orientação, passando do estímulo à proliferação de roçados em suas terras à perseguição e expulsão de camponeses e operários-camponeses – no entanto, aquela nostalgia está presente entre operários e moradores de Paulista. Assim, o correspondente da *Folha da Manhã* registra as queixas de "moradores antigos de Paulista", a respeito da feira, adornando as versões míticas correntes entre os operários sobre o povoamento da cidade através do aliciamento de famílias das áreas rurais com uma retórica (sub)literária peculiar que as empobrece e adultera.

*"Decresce o movimento das feiras*

*Os moradores antigos de Paulista, olhando desolados para a praça quase vazia – onde são realizadas as feiras nesta cidade – lamentam o decréscimo do movimento que outrora era tão intenso e animador e que, na marcha em que vai, tende a desaparecer de todo. Três razões são*



*aventadas como justificativas do angustioso fenômeno. Ei-las: 1º) O crescente desemprego reinante no município, que já foi considerado o maior empório industrial do Estado, verdadeira Canaan para as famílias pobres do interior, que sem amparo oficial, na gleba onde mourejavam, para aqui emigraram, esperando encontrar leite e mel; 2º) Excessiva tributação nas utilidades, inclusive nos produtos agrícolas, forçando, assim, os matutos a procurar vender em outras plagas as suas viandas; 3º) Os constantes assaltos feitos pelos 'atravessadores', às horas da noite, evitando, assim, a vinda dos matutos para as feiras, e tornando proibitivo o preço das utilidades. Isso, apesar de haver, na cidade, um exército de fiscais."*

(Folha da Manhã, 9/9/51)

Os vereadores, na abertura do período legislativo de 1951, procuram contrabalançar os exageros da visão nostálgica da antiga feira administrada, afirmando que "Paulista (ainda) é um celeiro inesgotável, onde se compra bons produtos por baixo preço", pois que "apesar da população de Paulista reclamar contra a carestia nas suas feiras, a população de Recife e Olinda tem vindo a esta cidade para adquirir os produtos de primeira necessidade." (*Folha da Manhã*, 12/8/1951) De fato, a transformação por que passa a feira de Paulista parece situar-se menos no decréscimo do contingente populacional que a freqüente, como a vêem "moradores antigos" na versão do correspondente da *Folha da Manhã*, e sim a instabilidade ascensional dos preços – contrastando com a estabilidade do período anterior – que se relaciona com a tributação municipal e com a "entrada" na feira de novos "intermediários" comerciais. O esquema autárquico sustentando a feira administrada da CTP – produzindo efeitos favoráveis quanto à interiorização da dominação por parte de seus operários, que viam assegurada uma concepção de uma "economia moral" que os defende das armadilhas do mercado e que os garante nos períodos de escassez, como durante a guerra – desmorona-se por uma série de motivos. O primeiro deles é a reorientação na linha administrativa da CTP, afetando tanto a política de emprego no interior da fábrica – o fim do "trabalho para todos" do "sistema Paulista" em seu apogeu – quanto a política de incentivo à concessão de roçados e sua vinculação com a feira administrada. O desinteresse na concessão de roçados vai se consolidando, após a morte de Frederico Lundgren, nas administrações que se seguem, e, particularmente com a ascensão de Robert Harley à direção da CTP (assim indicam muitos depoimentos de operários). Deve entrar em linha de consideração, neste desinteresse, a resistência de grupos de camponeses à expulsão nas áreas de aforamento de terras da CTP, assim como o receio da *companhia* na generalização de ações judiciais por indenização de benfeitorias da parte dos camponeses ameaçados ou expulsos, na conjuntura redemocratizante do imediato pós-guerra. Além disso, este desinteresse afeta a própria organização da feira, desde o transporte por linha férrea das mercadorias e camponeses-feirantes das áreas de *sítios da companhia*, até o

controle restritivo no acesso ao universo de vendedores permitidos na feira e a fiscalização dos preços, antes reforçada pela teatralização personalizada do patrão. O fim do “trabalho para todos” na fábrica, as periódicas ondas de demissões desde os últimos anos da década de 40, e a utilização mais intensa da rotatividade da mão-de-obra traz por consequência não somente a diminuição do poder de compra das famílias operárias quando aumentando estão os preços na feira, mas também a pressão para a entrada na feira de novos intermediários e feirantes, desempregados ou membros de famílias onde o desemprego desequilibrou a antiga estabilidade precária do “salário da família”. Por outro lado, a afirmação do poder municipal (prefeitura e Câmara Municipal), desde a sua primeira eleição direta, em outubro de 1947, com sua competência para tributar os feirantes, acelera a retirada da CTP de suas antigas atribuições organizativas sobre a feira, tanto mais quanto a maioria da câmara de vereadores é considerada pela *companhia* como uma “oposição” que ameaça a integridade de sua vila operária na questão da “libertação da cidade”.

Mas, a força do modelo da antiga feira administrada não permanece apenas na nostalgia dos “moradores da cidade”; a própria bancada majoritária de vereadores (os vereadores do PSD e o solitário vereador do PCB, que só será cassado em 1950), na sua carta aberta, já referida, de resposta a um correspondente local do *Jornal do Comércio*, apesar de criticar a vontade de restauração do “feudo” de Paulista imputada àquele correspondente, acaba no entanto apresentando “sugestões” à CTP, onde se mesclam reivindicações de reedições nostálgicas de aspectos do “sistema Paulista” – como a promoção pela CTP do abastecimento da feira, do atendimento farmacêutico e não “hospitalar” no esquema antigo, e da venda de pano mais acessível aos operários – com novas reivindicações “trabalhistas” como o “refeitório proletário” (talvez seja este o “toque” do “vereador popular” do PC).

*(...) Nós, entretanto, porque zelamos pelo bem público e queremos honrar o nosso mandato, permitimo-nos, aqui, apresentar algumas sugestões à Companhia de Tecidos Paulista para que a mesma amenize a situação aflitiva em que se acham os seus dedicados operários. Elas: (1º) Importação de gêneros de primeira necessidade, que permita ao povo adquiri-los a preços razoáveis de modo que se coloque a salvo das investidas dos tubarões; (2º) Redução no preço dos tecidos que coloca no mercado. Isso para que a classe que serve de besta de carga (segundo a denominação usada pelo correspondente do Comércio) possa adquiri-lo e desse modo andar condignamente vestida; (3º) A construção e abastecimento de uma farmácia que não venda no câmbio negro os seus produtos; (4º) A criação de um Refeitório Proletário como cogitam as nossas leis tão acintosamente desrespeitadas pela classe patronal. Desse modo, sr. redator (da Folha da Manhã para onde é dirigida a carta-aberta para publicação), a CTP, contra a qual não nos movem interesses subalternos, receberia os nossos aplausos e o povo a abençoaria. Quanto ao sr. prefeito, pode contar com o nosso decidido*

apoio toda vez que se não contraponha aos interesses do povo. (Segue-se a assinatura da bancada de vereadores do PSD e a do vereador comunista do PSP)"

Não é de se estranhar esta mescla de reivindicações alusivas à recomposição de um passado perdido, dependente das garantias proporcionadas pelos padrões, mas incorporados às condições habituais de existência dos trabalhadores – o abastecimento garantido pela CTP à feira administrada, a farmácia e não a “clínica Ana Elisabeth Lundgren” (cf. cap. 5), o acesso dos operários aos panos que eles produzem, antes facilitado para os clubes de futebol, fantasias de carnaval, para o luto, e também através de prestações da loja da fábrica – e reivindicações fundamentadas em direitos e em um sentimento de injustiça. Também a encontramos na pauta geral de reivindicações dos têxteis de Pernambuco de 1952, pauta da greve geral dos têxteis de outubro daquele ano, que incluía, dentre as reivindicações, o acesso ao emprego fabril dos filhos dos operários e a construção de casas para os operários próximas à fábrica, isto é, uma ampliação física das vilas operárias a serem habitadas por um grupo operário estável através das gerações (cf. cap. 10, nota 237). Estas reivindicações que denotam uma referência ao passado, o fazem no entanto projetando para o futuro um passado idealizado, melhor do que de fato era, e além disso, sem abrir mão de novos direitos conquistados através da mobilização coletiva. E não é só entre os operários têxteis de Pernambuco que se encontra esta combinação de diferentes ordens de reivindicação. Sigaud (1980, cap. 4) analisou pioneiramente esta aparente ambigüidade contida nas representações sobre as relações sociais do passado e do presente de um grupo de trabalhadores passando por transformações sociais marcantes, em seu trabalho sobre a ideologia dos trabalhadores rurais residentes (os *moradores*) na *plantation* açucareira de Pernambuco. A experiência histórica de outros grupos de trabalhadores, geográfica e temporalmente distantes, também apresenta similaridades quanto a esta apropriação do passado para a apreciação pelo grupo de sua situação presente. Barrington Moore Jr. (1979, cap. 7) assinala este peso de um passado de relações “paternalistas” entre os mineiros alemães do Rhur, no início do século XX, comparados ao novo grupo operário contemporâneo e vizinho dos metalúrgicos<sup>328</sup>. E Tougan Baranowski (1970, caps. 3 e 4) analisa como o movimento, na primeira metade do século XIX, dos operários fabris servís russos (isto é, ex-camponeses ou ex-artesãos regidos pelo estatuto da

---

328 “Diferentemente dos operários das plantas (fabris) siderúrgicas e metalúrgicas, onde uma nova tecnologia e novas relações sociais emergiram bruscamente (‘sprang up like hardy weeds’), os mineiros carregaram com eles seu passado para dentro da nova era. Isto aparece como uma distinção crucial entre os dois tipos de trabalhadores: os mineiros tinham padrões vivenciados do passado com os quais podiam condenar o presente.”

Barrington Moore Jr., 1979, pg. 238).

servidão, e transferidos, sob permissão governamental, para empreendimentos industriais que têm o apoio do Estado, e que passam, embora servos, a enquadrar-se sob regulamentações protetoras do trabalho destes operários industriais “possessionais”) reivindica, simultaneamente, sua emancipação da servidão e a conservação de condições habituais de existência, tais como a permanência na localidade, a residência na casa em que moram, e o acesso à horta, criação e pedaços de terra em que cultivam.

Embora os camponeses-foreiros dos *sítios da companhia* se queixassem, no período de vigência da feira administrada, de sua *sujeição* (cf. Garcia Jr., 1983, cap. II) à CTP (mediatizada pela administração do *engenho* ou da subdivisão administrativa da propriedade territorial da CTP) através do produto – isto é, de estarem obrigados a venderem na feira de Paulista a preços “administrados”, que lhes são impostos abaixo dos “custos”, e proibidos de venderem em qualquer outra parte – no entanto, eles lamentarão a desagregação da feira administrada da *companhia*. Pois paradoxalmente, no momento mesmo em que o controle sobre o escoamento obrigatório na feira se relaxa, são estes camponeses ameaçados em sua própria existência de pequenos, embora submetidos, produtores rurais. Pois com o fim da feira administrada, diminui ou cessa o interesse da CTP na permanência mesma desses camponeses-foreiros em suas terras. A perspectiva da liberdade de vender em outras feiras a sua produção é anulada pela probabilidade do aumento extorsivo do foro ou da expulsão. Os camponeses-foreiros de Paulista vêem-se assim subitamente em situação similar à dos operários servis russos, acima referidos: estes últimos assistem à sua emancipação, que no entanto acompanha-se paradoxalmente da supressão de suas condições materiais de existência habituais (Tougan-Baranowski, 1970, págs. 110 e 113). Mesmo assim os camponeses e operários-camponeses remanescentes podem ter por alternativa a venda de seus produtos em outras feiras, como a feira de Abreu e Lima cujo crescimento acompanha a expansão demográfica daquele distrito, correlacionada com as demissões em Paulista.

A retirada da CTP do abastecimento e controle da antiga feira é coerente com sua reorientação administrativa, fazendo cessar os estímulos à produção agrícola de camponeses-foreiros e operários-camponeses em seu território. Ela é coerente também com o antagonismo entre o “governo local de fato” da CTP e a afirmação dos poderes públicos municipais, que passam a ter a feira por área de competência administrativa. A CTP perde, no entanto, uma possibilidade de influência sobre o custo de vida e os salários reais de seus operários. Assim, ela procura reeditar esta possibilidade a partir de 1954, mas perdido o controle da original feira administrada do “sistema Paulista”, a CTP tem que recorrer à forma usual nas fábricas com vila operária, e não tão legítima, do “truck-system” ou do *barracão*, através da instituição de uma *Cantina Operária*, ressaltada nos seus relatórios anuais aos acionistas de

1955, 1956, 1957 e 1962<sup>329</sup>. Esta tentativa de controle sobre o consumo e o salário real dos seus operários não tem, no entanto, o mesmo sucesso da solução original da antiga feira administrada. Pois, ao contrário da idealização da antiga feira, recorrente nos relatos dos operários sobre o passado, a *Cantina Operária* sequer é digna de ser mencionada nestes relatos – acentuando-se, aqui, a discrepância entre o discurso da CTP “aos acionistas” sobre a ordem social da vila operária, e o discurso e a interpretação diversa dos operários sobre esta mesma ordem social nos seus relatos retrospectivos e em suas histórias de vida.

A tendência à “idealização do passado” e a instrumentalização que este “passado” fornece à crítica da situação presente, parece impedir, no entanto, que os operários de Paulista possam então, nos anos 50, avaliar ou enfatizar aquilo que está ocorrendo com a feira; e mais que isto, avaliar as conseqüências favoráveis a longo prazo à permanência na vila operária deste grupo social para além do que permitiria a política expulsadora de mão-de-obra seguida pela nova administração fabril dos anos 50. Assim, enquanto os operários de Paulista assistem à diminuição absoluta dos camponeses-foreiros e operários camponeses que a política anterior da *companhia*, identificada ao finado Coronel Frederico, incentivou o florescimento; são no entanto menos visíveis os efeitos de fixação na localidade de famílias operárias, às voltas com o desemprego de parte de seus membros, que a feira menos controlada pela *companhia* propicia. Pois este sobre-povoamento de vendedores na feira é então visto negativamente sob a ótica da idealização da antiga feira administrada como parte importante do “sistema Paulista” e como “locus” mesmo do modelo de “economia moral”, que têm estes trabalhadores. E nesta ótica idealizada, o excesso de vendedores e intermediários tem a conotação negativa associada aos “atravessadores” aos quais as autoridades governamentais – como Agamenon Magalhães, desde o período do Estado Novo e seus artigos contra os intermediários comerciais, durante a escassez provocada pela guerra – e a imprensa atribuem contornos sociais imprecisos. E mesmo quando é patente como motivo de entrada na feira de

---

<sup>329</sup> “A nossa Cantina Operária está solidamente incorporada ao nosso programa de Assistência Social e tem proporcionado inestimáveis benefícios ao operariado de Paulista na forma de fornecer produtos alimentícios de alta qualidade a baixo preço de custo. Mesmo considerando o prejuízo que a operação desta Cantina representa, a Diretoria estima que a importância da mesma como freio à alta continua nos preços dos gêneros de primeira necessidade, justifica plenamente o saldo desfavorável.”

(Relatório anual da CTP de 1955)

“O nosso programa de ajuda ao operariado da nossa indústria continua inalterável, para isto mantendo a Cantina Operária apta para servir a contento, vendendo artigos de primeira necessidade a preços mínimos, servindo assim de reguladora de preços do mercado local, que fica deste modo restrito a uma razoável margem de lucro.”

(Relatório anual da CTP de 1957)

novos vendedores a pobreza agravada e a instabilidade provocada pelo desemprego, essa transformação da feira vem ferir concepções higiênicas de observadores contemporâneos. Mais uma vez uma polêmica entre os jornalistas correspondentes locais do *Jornal do Comércio* e da *Folha da Manhã* vem trazer informações e representações sobre as controversas transformações por que sofre a feira de Paulista.

*"O responsável pela correspondência deste município no 'Jornal do Comércio' vem insistindo em suas notas quanto à retirada das barracas de comida, colocadas no pátio da feira à margem da estrada, apresentando aos olhos dos visitantes ou viajantes um aspecto degradante ao mesmo tempo que representa um atentado à higiene pública, em virtude de serem jogados no leito da rua, os restos de comida e águas servidas. Estamos com o referido cronista quanto a esta parte, mas discordamos quando, geralmente, ele joga a culpa na edilidade. E discordamos porque sabemos dos esforços empregados pelo prefeito, no sentido de sanar este mal, nada conseguindo até hoje. Não podendo deixar desamparados os proprietários das referidas barracas, na sua totalidade senhoras viúvas que dali tiram o sustento de suas famílias, o edil paulistano entrou em entendimento com a CTP, proprietária de compartimentos no oitão do Mercado Público, no sentido de alugá-los para localizar os barraqueiros. Propôs o aluguel mensal de Cr\$ 150,00 por cada compartimento, mas os diretores da CTP só querem cedê-los ao preço de Cr\$ 300,00. Retirar os barraqueiros, sem lhes oferecer outro local para a continuação de seus negócios, seria uma injustiça e uma desumanidade. Não só iria passar fome um número enorme de esposas que dali tiram o seu sustento, e o de suas famílias, como também iriam sofrer os trabalhadores da própria Companhia, que residindo longe da fábrica, sem tempo bastante para almoçar em suas casas, fazem ali suas refeições em virtude de não manterem, os industriais de Paulista, um restaurante popular para os seus operários, a exemplos dos industriais de outros municípios. Em troca de alguns cruzeiros, retirados de seus minguados salários, engolem um prato de sopa, feijão bichado com algum pedaço perdido de charque e farinha, naquelas sórdidas barracas de feira, que se podem parecer com tudo menos com um restaurante. (...)"*

(Folha da Manhã, 1/2/1953)

Esta descrição preconceituosa contra as barracas de comida da feira, nas quais a atividade ali exercida, para melhor dramatizar a situação, o jornalista atribui exclusivamente a *viúvas*, pode servir-nos, no entanto, como indicação deste afluxo mais geral de novos pequenos feirantes manifestando-se em diversos setores da feira, e não apenas nas barracas de comida<sup>330</sup>. Ela

<sup>330</sup> A existência de "barracas de comida" na feira de Paulista, não deveria ser uma coisa tão surpreendente, na medida em que este setor é recorrentemente observado nas feiras nordestinas, seja em pequenas cidades voltadas para atividades rurais de sua área envolvente, seja em grandes cidades ou pequenas cidades industriais. Cf. as considerações sobre o setor dos *bancos de café*, nas feiras camponesas contemporâneas do brejo paraibano em Garcia, 1984, pg. 62-



nos informa também sobre o controle por parte da CTP de vários compartimentos do "Mercado Público", que os aluga ou repassa a pessoas por ela escolhidas, assim como nos indica a diferenciação social entre os feirantes dos vários setores da feira, desde os vendedores localizados no *chão da feira*, dos localizados nas *barracas*, até a sua hierarquia superior que coincide com os "boxes" de "pedra e cal" do Mercado Público, especialmente envolvido pela feira. Por outro lado, a concentração humana presente diariamente, em torno da feira – cujo contingente já numeroso de vendedores se beneficia do fato do pagamento semanal dos salários efetivar-se em dias diferentes para distintas seções da fábrica – impressiona os observadores contemporâneos, que dela inferem ordens variadas de considerações<sup>331</sup>.

O contraste da nova feira de Paulista dos anos 50 com seus preços ascendentes e a antiga feira administrada pela CTP, contrariando a "economia moral" dos operários-consumidores, é mais forte que a menor visibilidade da

---

63. Em Paulista, no decorrer dos anos 50, tratar-se-ia provavelmente do enorme crescimento de um setor tradicional da feira, antes voltado para a alimentação dos próprios feirantes, conjugando tanto a "oferta" por parte de membros de famílias operárias acossadas pelo desemprego e que vêem aquele setor como uma atividade remunerada possível, quanto a "demanda" do contingente operário pelo almoço inexistente no interior da fábrica, contingente este que prefere as eventuais precariedades das barracas de comida às seqüelas provocadas pelo *garapão*, gentilmente oferecido pela fábrica (cf. cap. 10, notas 205 e 206).

<sup>331</sup> A *Folha do Povo* de 6/10/1949 registra esta concentração humana em volta da feira com as tintas dramáticas de uma observação externa, caricaturizando a pobreza por sinais mais imediatos como as roupas e lhe atribuindo uma fome imediata a partir da descrição de duas cenas dos dias de pagamento. A primeira delas refere-se à concentração e expectativa perto da fábrica de membros familiares não ativos, esperando a saída de parentes com salário para a ida à feira:

"Os pagamentos (de salários) são feitos nas 4<sup>as</sup>, 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> feiras em Paulista. Nesses dias, as proximidades das fábricas apresentam um quadro espantoso de miséria. São centenas e centenas de mulheres e crianças em estado de verdadeira penúria, vestindo farrapos, e que ali aguardam que os seus maridos, pais ou irmãos (o observador parece não notar aqui que a fábrica emprega grande número de mulheres e também crianças e não apenas "maridos, pais e irmãos") recebam a migalha de salário para correrem à feira e comprarem o pouco alimento que já lhe falta em casa. Essa ânsia das famílias dos trabalhadores, correndo à fábrica nos dias de pagamento é um vivo reflexo da situação miserável dos lares operários, onde sempre tudo está faltando."

A segunda cena refere-se à freqüência dos operários às barracas de comida e café da feira, no dia de pagamento, dando uma interpretação "nutricionista" duvidosa a uma descrição que mais se adequaria ao aspecto de sociabilidade festiva do dia de pagamento:

"Quando recebem dinheiro, nos dias de pagamento, os operários e operárias vão encher os quiosques e barracas, tomando café ou refrescos com pão, dessa maneira procurando compensar a alimentação miserável a que estão submetidos por força dos baixos salários."

lenta constituição da feira em uma das alternativas ao desequilíbrio sofrido pelo "salário da família" com o fim do "tempo do trabalho para todos", sendo assim um fator de permanência e estabilidade na vila operária das famílias de trabalhadores de Paulista. Em 1954 a perda da antiga feira administrada continua a atormentar os operários, que em assembléia sindical numerosa, depois de ouvirem o seu convidado Josué de Castro proferir palestra sobre as conseqüências da fome, resolvem votar nomes para comporem uma comissão de fiscalização da feira que ajudaria a prefeitura naquela tarefa, comissão designada na ocasião de "comando operário de fiscalização de feiras". (Cf. ata da assembléia geral extraordinária do sindicato dos têxteis, de 11/4/1954). Envolvidos numa experiência sindical que deu seus frutos mais evidentes desde a greve de 1952 e preocupados em evitar as trapaças do salário por produção praticadas pela CTP organizando uma comissão de salários formada por operários experientes (cf. cap. 10), os operários procuram estender à feira e aos preços dos "gêneros de primeira necessidade" a sua luta contra o roubo dos preços dos panos e o "segredo da companhia" no interior da fábrica. A antiga teatralização patronal personalizada na feira, fiscalizando os preços, transfigurando-se assim nesta aparentemente efêmera tentativa de enfrentamento de uma feira "a ser administrada" através da associatividade operária, mas que carece da apropriação das condições materiais de abastecimento e de controle sobre vendedores e consumidores que possuía a antiga política autárquica da *companhia*.

Somente no contexto da descrição da transformação sofrida pela feira na segunda metade dos anos 60, quando um incêndio de origem possivelmente intencional (assim desconfiam os operários) destrói as barracas da antiga feira (isto é, a feira dos anos 50), viabilizando e acelerando um projeto de remodelação da feira que se concentraria em torno de um mercado público ampliado, é que os operários põem entre parênteses a antiga feira administrada e idealizada e enfatizam retrospectivamente a importância da feira na manutenção de muitas famílias operárias no período das ondas de demissões que se tornam freqüentes desde os anos 50. A feira é então vista também como um "campo de lutas" (cf. Garcia, 1983, pg. 18), onde se beneficiam feirantes e comerciantes mais capitalizados, nos boxes e compartimentos do mercado, com a "higienização" destrutiva sofrida por "barraqueiros" e feirantes de "chão de feira". No entanto mesmo após esta remodelação e modernização da feira, ela readquire, por força das circunstâncias do desemprego presente na área, a característica de ser um suporte alternativo importante para famílias operárias que se defrontam com o desemprego<sup>332</sup>.

---

<sup>332</sup>A antiga feira de Paulista, toda ela de *barracas* e de *chão de feira*, localizava-se em pátio situado ao lado dos jardins da *casa grande*, e defronte à Fábrica Velha. (cf. plantas da cidade). A nova feira, posterior a 1964, circunda o mercado público municipal em área que se aproxima mais da Fábrica Aurora. No contexto

O desfecho das lutas parlamentares na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa em 1949, pela desapropriação de terras na sede municipal de Paulista, só se concretiza alguns anos depois com a efetivação do pagamento da desapropriação da área negociada e estipulada na lei nº 88, mediante o repasse de verbas do Estado para o município. Às vésperas desta concretização, o jornal *Folha da Manhã* faz uma interpretação retrospectiva do "movimento pela libertação da cidade", dando-lhe uma perspectiva histórica maior que o episódio das brigas parlamentares e canalizando tal "movimento" assim interpretado para a versão dos vencedores da política municipal, a saber a vertente do PSD local<sup>333</sup>.

A consolidação deste poder municipal que de 1951 a 1964 permanecerá com o PSD local, tem como base material, contraposta ao poderio econômico da *companhia* na localidade, a distribuição de empregos a operários "correligionários" perseguidos ou demitidos pela CTP, nas instituições municipais e a distribuição dos terrenos residenciais na faixa de terra desapropriada. A distribuição de empregos na prefeitura se evidencia, desde a administração municipal do primeiro prefeito eleito, apoiado pela

---

político posterior a 1964 a prefeitura sob intervenção executa antigos projetos de "higienização" da feira, de conseqüências sociais impopulares pois que afetando uma grande massa de pequenos feirantes em benefício dos mais abastados, alojados nos novos "boxes" do mercado municipal. A transparência da feira como "campo de luta" pode ilustrar-se através dos episódios que se seguem a esta mudança da antiga feira. Segundo informações de entrevistas, com a mudança muitos barraqueiros ficaram sem lugar na área da nova feira. Diante disto, invadiram um terreno próximo ao mercado, de propriedade da CTP. Esta tentou a remoção destes feirantes, oferecendo outro terreno em permuta, mas afinal as barracas estabeleceram-se na área invadida.

<sup>333</sup>"Todo mundo sabe que a campanha pela libertação de Paulista, arrancando o município do jugo da família Lundgren – senhores feudais vindos da Europa, com o ranço vivo deste sistema político (sic) – data de 1937, quando assumiu o governo do Estado o Prof. Agamenon Magalhães que atraiu o ódio desses senhores capitalistas pela sua atuação na Câmara Federal a favor dos trabalhadores. Apoiou-se o Prof. Agamenon Magalhães, na sua luta pela libertação de Paulista, no saudoso deputado Antonio Torres Galvão (falecido em julho de 1954), e no atual prefeito Cunha Primo. Desde aquela época, pois, os Lundgrens perderam a chefia do governo do município, e vêm lutando para reconquistá-la. Restaurado o regime democrático, sempre têm um candidato seu para combater os candidatos dos operários. Mas têm sido vencidos, e o povo aos poucos vai conseguindo a libertação do território municipal, que antes era propriedade da família Lundgren. (...) Vencerão os humildes, e cada um deles, em breve, terá um pedaço de terra para morar em Paulista, sem necessitar do beneplácito da família Lundgren, de vez que, em breve, os terrenos desapropriados pela Prefeitura serão vendidos a preços populares, e a longo prazo."

(*Folha da Manhã*, 7/6/1955)

CTP<sup>334</sup>, e prossegue na administração dos prefeitos do PSD<sup>335</sup>. Por outro lado, as bases materiais do poder municipal se reforçam por ocasião do loteamento e aforamento de terrenos residenciais na área desapropriada, atualmente denominada de "Vila Torres Galvão". Também esta distribuição de terrenos vem beneficiar – além de comerciantes, grupos religiosos, políticos locais, sindicalistas e *operários de questão* bem sucedidos – aos funcionários públicos municipais, conforme se pode depreender da exteriorização de uma "demanda habitacional reprimida" por parte daqueles funcionários<sup>336</sup>.

O "movimento pela libertação da cidade", assim, segundo esta interpretação "pessedista" – marcada pelo patrocínio estatal na figura do chefe político Agamenon Magalhães desde o Estado Novo, e depois pela atuação de seus discípulos políticos locais – acaba ajudando a constituição e beneficiando uma "classe média" local que serve de base política a uma elite política de origem operária. É verdade que esta "classe média", proclamada

---

<sup>334</sup>"Há várias coisas relevantes, que muito têm contribuído para a não execução, por parte do atual prefeito (José Eustáquio de Queiróz, do PTB, eleito com o apoio da CTP), de obras de interesse coletivo que foram objeto de estudo na Câmara dos Vereadores. Dentre elas, destacamos as seguintes: *soluções de problemas pessoais, que resultaram numa verdadeira pletera de emprego, com que o edil procurava amparar dezenas de indivíduos que, jogados fora da empresa onde trabalhavam, ficaram marcando o passo da fome*; falta de um acurado recenseamento predial, em imóveis pertencentes à CTP, que tem sido aumentado grandemente no quadriênio findante tanto em número de casas residenciais, quanto no preço dos alugueres das mesmas. Isso, enquanto o imposto predial permanece sem alteração."

(*Folha da Manhã*, "Problemas administrativos a enfrentar, pelo sr. Cunha Primo", 22/8/1951)

<sup>335</sup>"Procurando explicar as razões porque nem sempre, apesar dos esforços e da boa vontade do Prefeito, consegue ele ter em dia o pagamento dos vencimentos do funcionalismo público, o vereador A. Pinto de Oliveira, líder do PSD afirmou: 'Em face das constantes demissões que a CTP vem fazendo de velhos operários seus, e nossos correligionários, a Prefeitura está se transformando em uma perfeita agência de empregos'."

(*Folha da Manhã*, 24/2/1957)

<sup>336</sup>"Na sede de Paulista, como se sabe, não há casas residenciais de outros proprietários além da CTP. Esta, por sua vez, por uma questão de tradição e, mesmo, de cooperação com os poderes públicos, tem reservado algumas casas para as autoridades do Estado e do município residirem. Acontece, porém, que a falta de habitação nesta cidade mais se faz sentir contra o funcionalismo público do município, pois muitos de seus membros são obrigados a residir na capital ou em Olinda. Isso como se vê, é angustiante e oneroso, sobretudo, à economia dos modestos servidores do município. Interessante portanto seria que a CTP, enquadrada que está no clima de pacificação do governo de Agamenon Magalhães, reservasse para alugar aos funcionários do município as primeiras casas da Rua Siqueira Campos. Com isso, daria ela a mais inconclusa prova de desejo de bem servir o município, como procura fazê-lo ao Estado."

(*Folha da Manhã*, 12/3/1952)

por Torres Galvão como beneficiária estratégica da “libertação da cidade”, difere, por suas características de dependência seja à grande empresa local, seja ao governo municipal, da “classe média” portadora do “espírito burguês” idealizada por Agamenon Magalhães.

Por outro lado uma outra interpretação possível do “movimento pela libertação da cidade”, constituído pelos conflitos entre diferentes grupos sociais presentes na vila operária assim como na sua “retaguarda” agrícola, e a CTP – não somente os comerciantes, funcionários públicos municipais e sindicalistas, mas também os camponeses-foreiros e operários camponeses, assim como as famílias de trabalhadores da fábrica – leva a outros resultados não tão imediatos quanto os contabilizados na “interpretação pessedista” dominante. Aqui, menos que os resultados não desprezíveis, porém racionados, do acesso à cooptação empregatícia na “máquina” administrativa da prefeitura, ou o acesso ao aforamento de terrenos à prefeitura para construção na nova Vila Torres Galvão, trata-se da aquisição menos “material” de uma experiência vivida nas contradições e conflitos com a CTP, onde a sua anterior dominação legítima incorporada por seus operários no “sistema Paulista” de garantia das condições materiais de existência se vê transfigurada numa transparente dominação ilegítimada pelos diferentes grupos de trabalhadores que para ela produzem. Essa transparência da ilegitimação da dominação passa pela desagregação do “sistema Paulista” tanto no interior da produção, com o fim do “trabalho para todos” (cf. parte III), quanto fora da fábrica, com o fim do estímulo aos camponeses-foreiros e operários-camponeses e sua vinculação à feira administrada pela *companhia*, com o uso da violência do corpo de vigias sobre aqueles pequenos produtores agrícolas, com o uso da violência sobre as tentativas de associação sindical e política dos trabalhadores e moradores de Paulista. Ela passa, também, pelas tentativas de ruptura do monopólio dos terrenos para construção dentro da vila operária e de distribuição de lotes de terra agricultáveis para os camponeses da localidade, bloqueadas ora pelo uso da força, ora pela influência política da CTP (que é incorporada, de certa forma, ao “realismo político” e à habilidade parlamentar do PSD local).

Por outro lado, as condições de possibilidade da persistência de uma apropriação de fato da vila operária e da cidade pelas famílias de trabalhadores – opondo-se à tendência à dispersão deste grupo operário devido ao uso deliberado da rotatividade da mão-de-obra na fábrica e às ondas massivas periódicas de demissões – vinculam-se a fatores inintencionais tais como 1) a permanência frequente de um membro familiar no emprego fabril, assegurando a casa numa vila operária já sobredimensionada para a mão-de-obra empregada, e 2) a alternativa de rendimentos advinda das atividades de pequeno comércio onde se sobressai a nova feira, menos controlada pela CTP. Esta persistência é no entanto silenciosa, e seus resultados, que se produzem a mais longo prazo, serão examinados no próximo capítulo.

No curto prazo, a transparência da ilegitimação da dominação da CTP para os seus trabalhadores – que vem se produzindo tanto no interior da fábrica, quanto no desgaste do “governo local de fato” da CTP sobre a vila operária e a cidade – exterioriza-se na exemplaridade da confrontação política oferecida pelas eleições municipais de 1955. Nestas eleições, freqüentemente rememorada pelos trabalhadores em seus relatos retrospectivos sobre a experiência histórica por eles vivida em Paulista como um episódio exemplar da confrontação entre os operários e a *companhia* nos anos 50 – defrontam-se como candidatos oponentes, de um lado, o sr. Milton Lundgren, filho de um dos coronéis, de outro, o vereador José Firmino da Veiga, operário demitido da CTP em 1950, e autor da lei nº 66 de desapropriação de terras da *companhia*.

Vencedora da primeira eleição para prefeito de Paulista em 1947, quando apoiou o petebista Eustáquio de Queiróz contra o sindicalista do PSD Cunha Primo (apoiado também pelo PC), a CTP empenhou-se menos nas eleições de 1951 e a perdeu, quando o mesmo Cunha Primo foi eleito com margem folgada de votos. Em 1955 a direção da CTP parece achar oportuno uma retomada do “governo local de fato”, personificado em representante da nova geração da família patronal, sob as roupagens de um governo “de direito”, democraticamente eleito. Talvez a própria distribuição de terrenos na área desapropriada, a ser proximamente efetivada (com a liberação de créditos estaduais para o pagamento da desapropriação) pudesse sê-lo de forma favorável à CTP, estando ela presente na chefia do executivo municipal na pessoa do próprio filho do patrão máximo. Milton Lundgren é deslocado de suas atribuições nos escritórios do Rio de Janeiro do Grupo Lundgren para a disputa eleitoral em Paulista, cidade no entanto por ele freqüentada, onde então se destaca como animador da “Jazz Band” local. O mesmo Eustáquio de Queiróz, prefeito eleito com o apoio da CTP em 1947, compõe a chapa como vice-prefeito. Curiosamente a legenda pela qual esta chapa declaradamente patronal se apresenta é a mesma através da qual em outra conjuntura política candidatou-se em Paulista o único vereador comunista eleito em 1947, a saber o PSP.

No lado oposto, o candidato Firmino da Veiga é apoiado pelo PSD local liderado pelo prefeito Cunha Primo, e também, por uma frente política de esquerda articulada pelo PC, o Movimento Nacionalista Popular Trabalhista (MNPT), que inclui em Recife e outras capitais, políticos do PSB, PSD, PTB, etc. (sobre o MNPT, cf. Soares, 1982, pg. 121). E se o candidato patronal tem muitas associações recreativas locais como pontos de apoio para sua campanha, baseado em sua atuação na banda musical – e a utilização política dessas associações recreativas pela CTP se fez sentir quando da campanha contra a atuação no município dos comunistas, durante o seu período de legalidade (cf. supra a utilização de clube de futebol e do maracatu) – o candidato operário conta, no entanto, com o apoio informal



mas eficaz de grupos católicos sobre os quais tem ascendência, como indica sua atuação na presidência da Ação Católica local, que em período anterior a fábrica apoiava materialmente (cf. cap. 5). Por outro lado, a chapa de Firmino da Veiga completa sua feição "classista" com a inclusão do presidente do sindicato Birino, então no apogeu de seu prestígio junto aos operários, como candidato a vice-prefeito.

Apesar dos recursos dispendidos na campanha pelo candidato patronal<sup>337</sup>, Firmino da Veiga vence as eleições<sup>338</sup>, desencadeando comemorações ostensivas na vila operária, tanto maiores quanto carregadas do resgate de vitórias anteriores bloqueadas pela CTP, como o foram a lei nº 66 apresentada pelo mesmo Firmino da Veiga em 1949, ou a eleição sindical de 1951 (cf. cap. 10).

Mais que as comemorações, no entanto, esta vitória eleitoral marca, na memória social deste grupo operário a confrontação, expressa na política local da cidade, fora dos muros da fábrica, entre os operários e a CTP nos anos 50. A exemplaridade desta confrontação política refere-se aqui, mais uma vez, à oportunidade da apresentação da oposição personalizada entre a figura patronal e um representante operário das reivindicações dos trabalhadores. Se a batalha entre o Coronel Frederico e Roberto do Diabo, em 1932, vencida pelo primeiro, tem a garantia das condições materiais de existência dos trabalhadores característica do "sistema Paulista" então em constituição a favorecer a legitimidade da dominação personificada, mesmo quando se defrontando contra o representante operário; a partir dos anos 50, aquela confrontação personalizada favorece inversamente a interiorização da ilegiti-

---

<sup>337</sup>A *Folha do Povo* denuncia a utilização do poderio econômico da CTP, nas eleições, através da distribuição aos eleitores de tecidos, calçados, máquinas de costura e a instalação de luz elétrica pela *companhia* em algumas casas da vila operária (*Folha do Povo*, 30/9/55). No comício final de campanha de Milton Lundgren, marcado para a mesma hora do comício do candidato concorrente Firmino da Veiga, teriam sido sorteados máquinas de costura, bicicletas e rádios entre uma assistência transportada para o evento por ônibus, caminhão, caminhonetes e vagões ferroviários, todos veículos da CTP. Mesmo assim, este comício teria tido, segundo a versão da *Folha do Povo*, a metade do público presente ao comício concorrente de Firmino da Veiga, realizado diante da prefeitura, e que teria contado com a presença de 10 mil pessoas (*Folha do Povo*, 3/10/55). A *Folha da Manhã* avalia os gastos com a campanha eleitoral de Milton Lundgren em 14 milhões de cruzeiros.

(*Folha da Manhã*, 15/10/55)

<sup>338</sup>O resultado das eleições para prefeito e vice-prefeito é o seguinte:

Prefeito:	José Firmino da Veiga (PSD/MNPT)	—	4.072 votos
	Milton Lundgren (PSP)	—	3.805 votos
Vice-Prefeito:	Severino Afonso de Oliveira (PSD/MNPT)	—	4.133 votos
	José Eustáquio de Queiróz (PSP)	—	3.503 votos

O PSD venceu também as subprefeituras de Abreu e Lima e Praia da Conceição e obteve maioria de legendas para vereador.

(*Folha da Manhã*, 15/10/55)

timidade da dominação. Assim como a vitória do bloqueio eficaz realizado pelos piqueteiros da greve de 1963 sobre o Comendador Arthur em pessoa e o seu habitual banho na fábrica, a personificação patronal na derrota de Milton Lundgren para o operário Firmino da Veiga imprime, nos relatos dos operários atuais sobre o passado, a importância do episódio da eleição municipal de 1955 como um marco relevante tanto na luta pela “libertação” política da cidade, quanto na constituição da identidade de classe deste grupo operário.



## Capítulo 12

### A Resistência à “Guerra Contra os Estabilizados” Depois de 1964 e a Apropriação Parcial da Vila Operária pelos Trabalhadores

A tentativa de “apropriação” da vila operária pelos próprios trabalhadores no pós-guerra, culminando nas lutas parlamentares no decorrer do assim chamado “movimento pela libertação da cidade” em 1949, resultou no surgimento de um “bairro livre”, desde os anos 50, nas imediações dos limites pelo lado Sul da área da sede municipal, mas deixou intocada a área interna à vila operária.

Esta situação somente será alterada a partir do final dos anos 60, com a passagem da propriedade de parte das casas da vila operária para os trabalhadores, como resultado da resistência dos operários à “guerra contra os estabilizados” desencadeada pela fábrica após 1964.

Como sugere a própria expressão “resistência dos operários à ‘guerra contra os estabilizados’”, o resultado constituído pela passagem aos trabalhadores da propriedade de parte das casas da vila operária não é o cumprimento inevitável de uma determinação da empresa em face de uma nova orientação econômica e gerencial, mas uma consequência, não totalmente prevista, do desenrolar do enfrentamento entre os operários e a fábrica, no período posterior a 1964. Com efeito, poder-se-ia pensar, a posteriori, que tal resultado seria inevitável, devido tanto ao “transbordamento espacial da vila operária da fábrica – com o crescimento do “bairro livre” Vila Torres Galvão e das sedes distritais, particularmente a de Abreu e Lima – quanto à “modernização” e reorganização produtiva da fábrica, ambos motivos provocando o desinteresse da *companhia* na manutenção do seu monopólio sobre a vila operária. O “transbordamento” geográfico das vilas operárias tem sido observado historicamente, estas vilas obedecendo, em geral, a um padrão de crescimento tendo como ponto de partida a instalação de indústrias em lugares despovoados (ou “despovoados”

de uma população susceptível de transformar-se em força de trabalho fabril) aliada a um movimento de expansão industrial apresentando carência de mão-de-obra, e como ponto de chegada a desagregação da antiga vila operária, que passa a ser apenas o núcleo original de uma cidade maior<sup>339</sup>. A “modernização” da fábrica, por outro lado, além de exigir da *companhia* a concentração dos seus investimentos no interior da unidade produtiva, faria desequilibrar a correspondência entre o número de trabalhadores empregados e o número de casas da vila operária, parte delas tornando-se desnecessárias para a empresa. Além disso, as despesas “públicas” com a conservação e manutenção da vila operária, ou a responsabilidade de não fazê-lo convenientemente, transformam-se em custo econômico supérfluo e em custo político oneroso para a CTP. Estes fatores são, de fato, importantes na explicação da desagregação do monopólio da *companhia* sobre a vila operária, mas é importante relacioná-los com a luta cotidiana entre os operários e a empresa – luta silenciosa, pouco espetacular e pouco registrada, no entanto não menos importante que certos episódios mais atrativos e noticiados na luta anterior a 1964<sup>340</sup> – no período que vai da segunda metade dos anos 60 aos anos 70. Pois a abstração do desenrolar desta luta, em benefício da proeminência das explicações gerais ex-post, pode iluminar a desagregação da vila operária fabril, mas deixa obscuro porque ela se deu com a apropriação parcial da vila operária pelos trabalhadores. Esta luta, por outro lado, relaciona-se com a história deste grupo social e as lutas travadas no período anterior a 1964, particularmente nos anos 50 e 60.

---

<sup>339</sup> Este padrão é estabelecido por Engels como resultado da comparação de sua observação das vilas operárias e pequenas cidades industriais inglesas, descritas em seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, referente a 1844, e de sua observação destas mesmas cidades em 1872, quando escreve “A Questão da Habitação”. Neste último livro, Engels (1969, pg. 67, 70 e 71) salienta – contra a apologia das vilas operárias feitas pela literatura “burguesa” alemã, que pretende resolver a questão habitacional do final do século XIX – que as vilas operárias de fábrica na Inglaterra deram origem a bairros e cidades com problemas habitacionais semelhantes aos das grandes cidades industriais, apontando, assim, para o crescimento da população operária e não-operária em torno do núcleo da vila fabril original. Cf. comentários sobre essas análises de Engels, em Leite Lopes, (1979, pgs. 59-62 e 1984 a pgs. 30-32).

<sup>340</sup> Palmeira (1979) chama atenção para a importância da recuperação historiográfica e analítica dos aspectos menos espetaculares do conflito de classes em conjunturas repressivas e de desmobilização política, em seu estudo sobre o movimento dos trabalhadores rurais, na área canavieira de Pernambuco no período posterior a 1964, e até os anos 70. Também Treppe (1971, pg. 189) enfatiza a importância do estudo do conflito de classes “no seu aspecto cotidiano e pouco glorioso, onde é tão significativa a constância e a repetição de pequenos fatos, quanto o são as ações grandiosas e as declarações solenes dos períodos de crise”, no seu estudo sobre a história de um grupo de mineiros de carvão do sul da França.

Como assinalamos no final do capítulo 10, a “crise têxtil” do final dos anos 50, e a desestruturação temporária do movimento sindical em Paulista, vêm beneficiar os projetos de renovação de equipamentos e “modernização” fabril da CTP, que nestes anos e no início dos anos 60, tornam-se efetivos, embora anunciados desde o relatório anual de 1949. A vigorosa retomada da atividade sindical, entre o final de 1962 e o início de 1964, vem obstaculizar a impunidade da *companhia* quanto à efetivação, no interior da fábrica, da reorganização em prejuízo dos operários, além de obter ganhos salariais e conseguir o cumprimento da histórica reivindicação da necessária transparência dos preços unitários do salário por produção. A conjuntura política inteiramente desfavorável aos trabalhadores do pós-abril de 1964 abre à *companhia* a perspectiva da efetivação impune das reorganizações em curso do processo produtivo danosas aos trabalhadores, assim como de “modernizações” mais ambiciosas futuras.

No imediato pós-abril de 1964, o sindicato não sofreu intervenção, embora o presidente Antonio Pereira tenha sido preso por poucos dias e indiciado em inquérito policial-militar, junto com sua diretoria. As vinculações católicas destes trabalhadores sindicalistas com políticos do PDC com influência junto às novas autoridades evitaram, temporariamente, a intervenção e prisões mais demoradas. Na última assembléia realizada na gestão da diretoria eleita em 1962, em 17 de maio de 1964, militantes sindicais de base de procedência católica reafirmam a necessidade de continuação da luta pelos seus direitos e a permanência da mesma direção sindical (atas da AGE de 17/5/64). Poucos dias depois, é consumada a intervenção sobre o sindicato, sendo nomeado interventor um inspetor do trabalho, no dia 13 de junho de 1964. Em 6/2/1965 assume a administração sindical uma junta governativa de associados, mas em 7/10/1965 outro inspetor do trabalho é designado para dirigir o sindicato (atas da AGO de 29/3/66).

Neste período de intervenção a CTP demitiu muitos operários, particularmente aqueles trabalhadores que se destacaram na greve de 1963, a “turma de ronda” e de “piqueteiros” mais em evidência. Atemorizados pela conjuntura repressiva, trabalhadores estáveis aceitaram acordos irrisórios. Também muito visada pela fábrica para demissões foi a “geração” prestes a completar então os dez anos de trabalho, a administração fabril querendo evitar o surgimento de mais uma leva de trabalhadores estáveis. Tal foi o caso do tecelão João Francisco da Silva, que entrou para a fábrica em 1955, desde a greve de 1956 acompanhava os trabalhos sindicais, participou como jocista (militante da JOC) na campanha à eleição sindical de Antonio Pereira em 1962, e depois de sua demissão da CTP, em 1964, viria destacar-se, de 1965 a 1978, por sua atuação sindicalista (à margem ou contra as “direções” sindicais de então), nas fábricas têxteis de Recife.

Além das demissões, a administração fabril procura intensificar a exploração no processo produtivo, aproveitando-se deste período de desestruturação



do movimento operário. São introduzidas modificações - como a imposição de três máquinas de fiação para cada fiandeira (que antes trabalhavam com duas máquinas) ou como a passagem definitiva do pagamento semanal para o pagamento mensal dos salários (que a greve de 1957, parcialmente, bloqueou e o fortalecimento sindical, em 1962, fez consolidar o pagamento semanal) - que, no período anterior provocariam uma reação considerável podendo anulá-las. O recurso à justiça do trabalho, de largo uso pelos operários de Paulista (cf. cap. 10), é obstaculizado pela intervenção sindical e pelo clima repressivo na fábrica<sup>341</sup>. Os operários não estáveis têm receio de *botarem questão* e serem demitidos. E os operários estáveis, que continuam recorrendo à justiça, devido à intensificação da exploração na produção, têm de fazê-lo através de advogado particular, por fora do sindicato sob intervenção.

*"Eu fui prejudicada duas vezes no salário. A primeira vez foi quando começou logo a reforma na fábrica, eu saí de uma máquina (na fiação) com 354 fusos e fui pra uma de 220, e o salário abaixou. Eu botei na Justiça, e ganhei. Ganhei assim mesmo, sem precisar nem de advogado. O presidente do sindicato ainda prestava, o sindicato ainda tinha força (refere-se ao período de ascensão de Birino, na primeira metade dos anos 50). E em 64, houve outro prejuízo de salário, que a gente trabalhava com duas máquinas (na fiação), aí botaram pra trabalhar com três, eu sobreí. Quando eu sobreí, eu fui pra umas máquinas, mas eu não quis ficar naquela máquina. Essas máquinas não davam a produção que as minhas davam. Então, fiquei trabalhando de ambulante. Eles prometeram não rebaixar salário de ninguém, e rebaixaram. Fiquei ganhando salário mínimo. Aí, fui pra Justiça. Foram 8 na mesma situação, mas só três foram pra Justiça (não através do sindicato, mas através de advogado particular). Eu, a irmã de Rosália e outra. Passou muito tempo, que a justiça sempre age lentamente, né, é aquela*

<sup>341</sup> Esse clima repressivo pode ser ilustrado com os "casos" contados pelos operários a respeito de novos chefes introduzidos neste período - aos quais não falta, como contraponto às dificuldades da época, a ironia e a brincadeira, embora reprimidas:

"Em 64, entraram uns chefes, aliás, quase tudo militar reformado. Então entrou um tal de seu Custódio, um velho, ele, quando entrou pra fábrica, disse: 'Eu agora posso pegar vocês, quando falarem em greve, a gente pode pegar vocês, sair puxando pela orelha, chegar no portão, dar um chute na bunda'. (risos) Um compadre meu, vizinho e compadre, que trabalhava nos bancos, tinha sido acidentado, cortou um dedo. Esse seu Custódio disse que era porque ele (o compadre operário) queria, que a gente se acidentava porque queria, era preguiça, que era pra vadiar, pra ficar em casa. Bem, o meu compadre voltou ao trabalho, e ele continuou lá. Quando foi um dia, botaram uma escada, não sei o que ele (o chefe militar-reformado) foi ver, subiu na escada, a escada virou, ele caiu e quebrou a perna (risos). Porque se ele dizia que a gente se acidentava porque queria, todo mundo achou bom ele quebrar a perna. A gente tinha uma vontade medonha de se juntar, chegar lá e perguntar a ele: 'Seu Custódio, o sr. caiu porque quis, não foi?' A gente tudinho queria fazer isso." (ex-fiandeira 1)

*preguiça mansa. A companhia recorreu, nós ganhamos aqui no Tribunal de Recife (no TRT). A companhia recorreu, ganhamos no Federal (no TST), ganhamos também. Essa questão rolou, de novembro de 64 até dezembro de 66. Aí veio, cada um recebeu, essa cadeira, eu comprei com esse dinheiro, é a lembrança que eu tenho ainda dela. Comprei com o dinheiro da questão, recebi, e aí voltei a trabalhar com máquina, trabalhando como produtiva, né. E esse tempo todo da questão eu fiquei trabalhando como ambulante. Eles não podiam me botar pra fora né, porque eu era estabilizada, eles pra me botar pra fora tinham que me pagar tudo, era muito, e eu estando em questão aí rendia mais."*

*(ex-fiandeira 1)*

A comparação entre estas duas questões na Justiça por diferenças salariais não pagas – uma antes de 1964 feita através do sindicato, na época fortalecido, e garantindo a vitória da questão para uma operária não estável; e outra logo após 1964, mediada por advogado particular, e garantida apenas pela estabilidade que então possui a mesma operária fiandeira – ilustra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no período posterior a 1964. E se a persistência de alguns operários estabilizados ainda vence questões na justiça, mesmo no período imediatamente posterior a 1964, mais difícil torna-se obter sucesso em pequenos movimentos coletivos, ao nível das seções, de resistência às modificações introduzidas pela *companhia* neste período no interior da produção. Já vimos, anteriormente, de passagem, no capítulo 2, na 1ª citação após a nota 32, como a mudança da periodicidade do pagamento de salários, de semanal para quinzenal, provoca o descontentamento dos operários (principalmente os estáveis, mais aptos a reclamar) – como a indignação do operário *banqueiro*, diante do interventor sindical, e, depois, diante de gerente da fábrica, expressa através da comparação entre o apogeu do "sistema Paulista" idealizado, e a situação presente da fábrica (cf. pg. 51) – mas lhe faltam condições de possibilidade de uma resistência bem-sucedida. Também na seção de fiação algumas operárias procuram bloquear a orientação gerencial de introduzir mais uma máquina sob responsabilidade de cada fiandeira, mas a colaboração da intervenção sindical com a empresa inviabiliza a extensão do movimento aos outros turnos da fiação, sufocando-o no seu ponto de origem.

*"Em 1964, veio a intervenção. Aí, nessa intervenção, veio um cara da Delegacia do Trabalho, um tal de Vitorino (ou Josino?). Um safado! Era um boneco nas mãos da empresa. Foi justamente quando botaram a gente pra trabalhar com três máquinas (anteriormente eram duas), e rebaixaram o salário. Foi dessa vez. Então, quando veio o salário das três máquinas, a gente combinou, e voltamos a trabalhar com duas máquinas. Aí o safado do presidente do sindicato, o interventor, veio na fábrica, e tivemos uma conversa com ele, uma comissão de quatro de nós, uma conversa de quatro horas com ele. A gente discutindo. Eu sei que era pra gente ficar com as duas máquinas. E, nessa discussão, a gente perdeu a hora, se distraiu. O sem vergonha do mestre, quando a*

*segunda turma chegou, ele mandou trabalhar com as três máquinas, e a gente não tinha combinado com elas, aí a gente perdeu por causa disso. Mas a gente disse um bocado de coisas a ele, ao interventor, que ele era comprado, que ele estava ganhando pra atender os operários, mas ele trabalhava era para a empresa. Um bocado de mulher falou isso pra ele, aliás na fiação quase só trabalhava mulher."*

*(ex-fiandeira 1)*

Esta vontade de resistência, enfrentando enormes dificuldades no interior da fábrica, é mais bem-sucedida na organização da retomada do sindicato, em 1966. Tem aqui grande importância a existência organizada de trabalhadores com antigos laços de convivência, enraizados nas associações católicas – de resto, inicialmente patrocinadas, subvencionadas e, portanto, legitimadas pela CTP (cf. cap. 5) – e que, no decorrer dos anos 50, passam a constituir-se em um grupo de oposição à *companhia* tanto na fábrica, quanto na política local. Já vimos, anteriormente, como a JOC do Recife posiciona-se favoravelmente e ajuda a greve dos têxteis do Recife em 1958 (cf. cap. 10, nota 265), repetindo o apoio dado à greve geral dos têxteis pernambucanos, em 1952 (cf. *Folha do Povo*, 13/10/52). E assinalamos, também, a participação dos filiados locais à Ação Católica e a outras associações católicas na marcante eleição municipal de 1955, quando o operário católico José Firmino da Veiga vence o filho do patrão. Alguns dos ex-jocistas que lutaram pela retomada do sindicato, em 1966, apontam aquela eleição municipal como o marco por excelência da oposição da CTP a militantes da Ação Católica local<sup>342</sup>. Assim, é possível que antes mesmo de uma reorientação mais sistemática e geral de associações e grupos católicos em direção a um posicionamento em favor das lutas populares, as peculiaridades da fábrica e da vila operária de Paulista, assim como a intensidade dos conflitos de classe que ali se manifestavam, levaram grupos de operários católicos locais, desde o início dos anos 50, a uma importante participação antipatronal nos movimentos grevistas, na vida sindical e na política municipal. Estes mesmos grupos católicos têm também importante participação na re-dinamização da atividade sindical, na primeira metade dos anos 60, formando chapas de oposição a Birino (presidente do sindicato que acompanha a ascensão do movimento operário em Paulista, de 1952 a 1956,

---

<sup>342</sup> "Eu acho que a companhia começou a desconfiar do pessoal da JOC quando começaram assim as greves mais fortes (nos anos 50), aí tinha gente deles, por lá por dentro da fábrica que ficava olhando assim, espiando, vendo que o pessoal reagia, aí começaram as perseguições. E foi mais assim também na eleição de Firmino da Veiga, né (em 1955). Que Firmino da Veiga foi da JOC, que era da Ação Católica, ele era zelador, e se candidatou contra a companhia. Então, a turma do pessoal da Igreja ficou tudinho do lado dele, aí foi que começou mais as perseguições, foi depois da eleição de Veiga. Eu acho que começou mais a implicância da companhia com a JOC, por causa da eleição de Veiga."

*(ex-fiandeira 2)*

que se acomoda ao descenso daquele movimento desde 1957, e “se eterniza” no sindicato), em 1960 e 1962, (cf. a citação de entrevista com ex-fiandeira próxima ao início da subparte 4 do capítulo 10). Neste último ano, o contramestre católico, participante da LOC (Liga Operária Católica), Antonio Pereira, vence as eleições, apoiado por uma ativa oposição à anterior diretoria sindical, incluindo os militantes e simpatizantes da JOC e outros grupos descontentes com “Birino”, inclusive dissidentes de sua diretoria<sup>343</sup>. Desta forma, quando em 1964, há intervenção no sindicato, punindo a atuação mais eficiente e reivindicativa da diretoria sindical de Antonio Pereira, entre 1962 e abril de 1964 o grupo católico de operários que fez a campanha para a sua eleição em 1962, permanece, na sua maioria (alguns não-estáveis são demitidos para não completarem os 10 anos de trabalho), resistindo no interior da fábrica, e se constituem na principal força de apoio para a retomada do sindicato, em 1966. Assim, esta retomada, concretizada com a posse da nova diretoria eleita, encabeçada pelo operário da seção de engomadeira da Fábrica Velha, José Rodrigues da Costa, assemelha-se, de certa forma, embora em um contexto político autoritário ao nível nacional<sup>344</sup>, à “retomada” do sindicato de 1962, ambas fortemente apoiadas pelos operários socializados nas associações católicas locais.

---

<sup>343</sup> “A gente começou assim (referência à atuação sindical da geração de jocistas que participa das atividades sindicais e da diretoria eleita em 1966). No tempo de Birino, a gente começou a desacreditar mesmo, então, a gente começou fazendo reuniões assim, nas casas e conversando, batendo papo. Algumas coisas eu sei que o pessoal começou a entender, a ver que estava errado (a administração sindical de então) e, então, começaram a se unir mais. Aí foi quando houve a eleição de Antonio Pereira. Aí a turma disse, ‘vamos escolher Pereira’, aí começaram né, a gente fazia reuniões, ‘vamos ver quem é o presidente’, aí começou a se falar em Pereira, e ficou Pereira mesmo. Então, a gente continuou fazendo campanha pra Pereira.” (ex-fiandeira 2)

<sup>344</sup> Na cerimônia de posse da nova diretoria, eleita após o período de intervenção, realizada em fevereiro de 1966, podemos captar sinais dos novos tempos pós-64. A posse teve como oradores o vigário local, um representante da Câmara dos Vereadores, o administrador-interventor sindical do período anterior, o prefeito de Paulista, o delegado regional do trabalho, e o próprio presidente eleito José Rodrigues. O prefeito nomeado (o prefeito eleito antes de 1964 foi cassado) advertiu ao presidente empossado “para que não permitisse política dentro do sindicato”. Já o sr. Delegado do Trabalho, “fazendo uma explanação sobre os propósitos da revolução (sic: referência à nova ordem pós-1964), de prestigiar os trabalhadores, e fazer valer as leis trabalhistas, (...) (prometendo) que os patrões que não cumprirem com a lei serão multados, sem que se procure saber quem seja o empregador (sic)” e reconhecendo “as dificuldades com que vai se defrontar a nova diretoria, em face das demissões de operários”; não pode deixar de concluir o seu discurso sem advertir: “abstenham-se os eleitos com muita cautela, e não queiram nada com corruptos e subversivos, encerrando, em seguida, a reunião.”

(cf. Ata do termo de posse incluída no livro de atas das assembleias do sindicato dos têxteis de Paulista)

*"Rodrigues era do movimento, entendeu? (referência à JOC, posteriormente à ACO, movimentos da Ação Católica). Ele era um operário muito ativo também, muito ligado, foi assistente da JOC, essas coisas todas. Quer dizer que ele lutou muito. E no tempo que houve a eleição do Rodrigues, houve três eleições. Foi muita luta, entendeu? Porque quando houve essa coisa (1964), disseram que o Pereira era comunista, botaram interventor. Chegaram dois interventores, e depois do tempo dos interventores, foi que botamos o Rodrigues. Mas a primeira eleição do Rodrigues não deu quórum. Sabotagem deles mesmo (refere-se à "máquina" sindical, controlada pela anterior interventoria, e também por funcionários ainda fiéis a Birino, magoados com a eleição sindical de 1962; Birino ainda esteve um período na Federação dos Têxteis do Nordeste). Pra registrar a chapa, também foi um problema. Já em cima da hora, a gente fazendo campanha, reunião nas casas, entrou-se também com dinheiro pra fazer os papéis da diretoria, entendeu, que pelo sindicato, não havia condições (hostilidade da administração sindical de intervenção) pra tirar os documentos pra se candidatar, nesse tempo, já tinha que tirar "folha corrida" e um bocado de coisas. Mas ele (José Rodrigues) confiava. Ligado a movimento (a ACO, Ação Católica Operária), sempre se orientava, e buscava instrução. Vencemos isso tudo, e conseguimos eleger Rodrigues na terceira convocação para a eleição. E o pessoal ia mesmo, não sabe? Era até de admirar, nessa época todinha assim... (referência ao medo posterior a 1964). Então, o Rodrigues foi pro sindicato. Então começou muito bom, né, era muito por dentro das coisas, todo mundo gostava. E aí vieram as demissões em massa, ele lutou um bocado, a gente trabalhou muito andando por aí, fazendo reunião, falando com um, falando com outro."*

*(ex-fianadeira 3, ligada à ACO, suplente do conselho fiscal da 1ª diretoria sindical de José Rodrigues)*

A nova diretoria do sindicato imediatamente após sua posse toma providências para recuperar o poder aquisitivo dos salários desde 1964, deteriorado no período de intervenção sindical. Na assembléia geral extraordinária do sindicato de 14/5/1966, o presidente José Rodrigues informa aos associados presentes os "entendimentos frustrados" com a direção da CTP para a efetivação de um aumento salarial. Estas tentativas de negociação prolongam-se até a assembléia de 2/7/1966, quando então é constatado pelo plenário que "os entendimentos com os diretores da CTP não levam a nada de concreto", sendo votada uma proposta de instauração de dissídio coletivo com a reivindicação de aumento de 80% sobre os salários atuais (de julho de 1966), dissídio coletivo este que é ajuizado em 20 de julho de 1966. Na assembléia de 25/11/1966, a CTP faz contraproposta de aumento de 20% sobre os salários atuais, tentando interromper com um acordo o curso do dissídio coletivo na justiça. Esta contraproposta é, unanimemente, negada pela assembléia, irritada também com a interrupção pela CTP do desconto em folha da contribuição sindical como represália à redinamização das atividades do sindicato.

De fato a proposta da CTP de um aumento de 20% sobre os salários de então representaria um aumento líquido geral de aproximadamente 10%, visto que haveria o desconto dos “aumentos espontâneos”, da ordem de 10 a 12%, concedidos pela empresa durante o período da intervenção sindical. Assim, a decisão do TRT ao julgar o dissídio coletivo dos operários de Paulista fixando o aumento em 18% sobre os salários atuais – descontando-se os “aumentos espontâneos” – resultando em aumento líquido médio de 6 a 8% para os operários (dados de entrevista com o presidente do sindicato), foi comunicada à assembléia geral de 29/3/1967 como uma decisão desfavorável e uma derrota, resolvendo o sindicato recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho.

Enquanto isso, privado dos recursos provenientes do desconto em folha do imposto sindical como represália da empresa, o sindicato vê diminuir a sua receita também com as demissões continuadas de seu antigos associados<sup>345</sup>.

Estas mesmas demissões, e em particular as de operários estáveis, provocando uma luta judiciária generalizada destes operários, orientada pelo sindicato, coloca em evidência o seu presidente em congresso sindical nacional, em que são discutidos o FGTS e a antiga lei da estabilidade. Esta evidência contribui para o empenho do advogado da CNTI, contratado pelo sindicato no decorrer do julgamento do processo de dissídio coletivo no TST no Rio de Janeiro, e, dois anos após a posse da nova direção sindical de Paulista, e quase dois anos depois do início da “campanha salarial” e da tramitação do dissídio na justiça, os trabalhadores obtêm uma vitória com uma decisão favorável daquele tribunal superior. O acórdão do TST (que teve todos os votos favoráveis dos juízes à exceção do representante dos empregadores) teria sido publicado (segundo a ata da AGE do sindicato de Paulista de 24/5/1968) no Diário Oficial do Estado da Guanabara, de 21 de fevereiro de 1968, e na assembléia sindical de 10/3/68 é comemorada a vitória do dissídio. Resta, no entanto, a batalha pelo seu cumprimento pela CTP, como é da tradição das lutas dos anos 50<sup>346</sup>.

---

<sup>345</sup>A sede do sindicato, objeto da “campanha do tijolo” feita pelos associados, nos anos 40, objeto também de represálias da *companhia*, através da ação dos vigias ou dos cortes no fornecimento de energia elétrica também daqueles anos (cf. cap. 9), está agora ameaçada de ver seu teto desabar por falta de recursos para obras de conservação. Diante do bloqueio da CTP ao recolhimento em folha salarial do imposto sindical, e diante da perda numérica de associados, o sindicato recorre à venda de um aparelho de raios X (AGE de 12/11/67), e a sucessivos aumentos na contribuição sindical de seus associados (AGE de 25/11/66, AGE de 29/3/67 e AGE de 24/5/68), para fazer face às suas despesas.

<sup>346</sup>A diferença aqui com a experiência das lutas sindicais dos anos 50, é o fato de uma decisão desfavorável aos trabalhadores ao nível do TRT, e uma decisão favorável ao nível do TST. Nos anos 50, freqüentemente os operários têxteis entram em greve pelo cumprimento de decisões do TRT, que os patrões protelam sob alegação de recurso ao TST, este último tribunal, geralmente, diminuindo os ganhos conseguidos pelos trabalhadores em instâncias inferiores. A análise da



Com a publicação do acórdão do TST no Diário Oficial, José Rodrigues pede à direção da CTP o cumprimento da decisão judiciária, concedendo um aumento de 46% sobre os salários (retroagindo a 1/4/1967, data da publicação do acórdão do TRT). O diretor do departamento industrial da CTP teria oferecido como "acordo" o pagamento imediato de um aumento de 20% para todos os operários, oferta esta que não levaria em conta a decisão do TST. José Rodrigues recusa-se a levar esta proposta à assembléia considerando-a "imoral"<sup>347</sup>. Representantes da CTP teriam, em seguida, feito reclamações às novas autoridades superiores de então, o IVº Exército, da atuação do sindicato de Paulista, brandindo a tradicional queixa da queda da produção da fábrica, motivada por esse conflito salarial. Autoridades do IVº Exército, por sua vez, teriam recomendado à CTP para que ela própria promovesse uma assembléia com seus operários, diante da recusa da direção sindical em ser portadora da proposta da empresa. A CTP convoca, então, uma reunião, somente com os mestres, contramestres e pessoal de escritório, convidando também o presidente do sindicato. O convite a estes detentores de cargos de chefia imediata na produção e aos empregados de escritório teria por objetivo a tentativa de passar àqueles funcionários, habitualmente de maior "confiança" da empresa, a sua proposta, ou chegar a um acordo próximo àquela proposta, promovendo assim um "acordo" de "cima para baixo", dificultando as possibilidades de resistência dos demais operários, ou ao menos, dividindo-os. No entanto, as diferenças salariais retidas pela empresa, decorrentes da decisão do TST, eram ainda maiores no caso dos mestres e contramestres relativamente aos operários comuns. Assim, logo no início da reunião, o mestre que seria de maior "confiança" da direção da empresa protesta declarando ter "mil cruzeiros de diferenças salariais atrasadas e retidas para receber, em nome de que iria receber somente cem cruzeiros"? Os outros também se pronunciam contra a proposta da empresa. Na saída da reunião, o presidente do sindicato é chamado pelo diretor-presidente da CTP, quando então teria sido travado o seguinte diálogo, segundo a versão do primeiro:

*"- José Rodrigues, como vamos resolver essa situação?"*

*- Não quero nada mais que a lei.*

*- Sim, mas há outro dissídio pela frente, quero resolver primeiro um para os dois não embolarem. Proponho os 46% (decisão do TST) mais 10% por conta do próximo dissídio que já está vencendo.*

*- Aí podemos começar a conversar."*

*(entrevista com o presidente do sindicato, José Rodrigues)*

---

especificidade das lutas judiciárias, nos diferentes tribunais do trabalho, as peculiaridades de cada uma destas instâncias judiciárias em determinadas conjunturas políticas, tem assim sua importância na compreensão do desenrolar dos conflitos entre trabalhadores e patrões.

<sup>347</sup> Estas informações e as que se seguem, que não constam nem das atas das assembléias sindicais, nem de notícias na imprensa, são provenientes de entrevista de pesquisa com o presidente do sindicato José Rodrigues.

Na assembléia sindical do dia 24 de maio de 1968, é finalmente aprovado pelos operários o acordo entre a CTP e o sindicato, a respeito de um aumento salarial de 10% sobre o índice de aumento determinado pelo TST, no julgamento do dissídio, instaurado em 1966<sup>348</sup>. Se finalmente o acordo assinado assemelha-se aos termos sugeridos no diálogo, acima transcrito, entre o diretor-presidente da CTP e o presidente do sindicato, aparentemente contradizendo o "começo de conversa" sugerido por este último, no entanto a continuação da conversa deve ter seguido na direção da "cláusula quarta" (cf. nota 348), onde a CTP volta a descontar em folha as contribuições sindicais dos operários e devidamente recolhê-las ao sindicato,

<sup>348</sup>A ata desta assembléia transcreve o acordo firmado entre a CTP e o sindicato: ((... Em seguida, (o presidente do sindicato) passou a explicar para os presentes os termos do acordo salarial a ser celebrado com a Cia. de Tecidos Paulista, em aditamento à homologação da liquidação do último dissídio coletivo da categoria profissional, ora em andamento, que tem a seguinte redação: A *COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA*, empresa têxtil com sede na cidade e comarca de mesmo nome e o *SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO PAULISTA E IGARASSU*, pelos seus representantes abaixo firmados, tem entre si, justo e contratado um reajustamento de salários aos empregados e trabalhadores da empresa pactuante, mediante as cláusulas e condições abaixo enunciadas. *PRIMEIRA* - Aos empregados e trabalhadores têxteis da *COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA*, em serviço, nesta data, será concedida uma melhoria salarial de 10% (dez por cento), aplicada sobre os salários resultantes do dissídio coletivo ajuizado em 20 de julho de 1966 e que, no Tribunal do Trabalho da 6ª Região, tomou o nº 667/66, dissídio este julgado de modo definitivo pelo Tribunal Superior do Trabalho, tendo o respectivo acórdão sido publicado no Diário Oficial do Estado da Guanabara, de 21 de fevereiro de 1968, e sua vigência retroagido a 1º de abril de 1967, data da publicação do acórdão do Tribunal Regional, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco. § *PRIMEIRO* - Com relação ao pagamento dos empregados produtivos, a média salarial de cada categoria, será obtida com a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) aos salários reais médios existentes nos autos do dissídio coletivo aludido na cláusula primeira, ficando entendido que a empresa deverá confeccionar tabelas para que a média dos salários de cada categoria atinja o salário base atualizado, e crie estímulos à produção. § *SEGUNDO* - Serão compensados todos os aumentos espontâneos ou legais concedidos após 1º de abril de 1967, data do início da vigência do dissídio coletivo nº 667/66 TRT da 6ª Região; *SEGUNDA* - Aos empregados não beneficiados com o dissídio coletivo, nº 667/66 TRT da 6ª Região, será concedida, uma majoração de 10% sobre os salários de 1º de março de 1968, compensados os aumentos espontâneos e legais; *TERCEIRA* - O presente reajustamento salarial terá a vigência de 12 meses, a contar de 1º de maio de 1968; *QUARTA* - A empresa pactuante descontará em folha as contribuições sindicais dos empregados da categoria, aprovadas pela assembléia da classe, desde que autorizada pelos mesmos procedendo o seu recolhimento, até o dia 20 de cada mês."

o qual pode assim pagar suas dívidas, e consertar o telhado da sede (cf. cláusula semelhante no acordo que sela a greve de 1964, cap. 10, nota 277).

A nova direção sindical, atuante após a “retomada” do sindicato de 1966, obtém assim uma vitória importante em luta de dois anos de duração, conseguindo em uma conjuntura política autoritária, desfavorável aos trabalhadores, a efetivação do pagamento de diferenças salariais retidas pela CTP, mesmo após decisão do TST, diferenças estas que servem de reposição do poder aquisitivo dos trabalhadores, achatada no período de intervenção sindical. (Comparar com a longa luta pelo pagamento das diferenças salariais cobradas no dissídio coletivo de 1945, cujo desfecho não pude estabelecer com precisão; cf. cap. 10, notas 190 e 211). E o desembolso financeiro a que é obrigada a fazer a CTP por conta destas diferenças salariais, vêm contribuir para retardar um pouco os seus planos de “modernização” da fábrica, assim como para enfraquecê-la na questão do pagamento das indenizações aos operários estabilizados demitidos, levando-a na direção de *acordos*, onde se inclui a cessão da propriedade de casas da vila operária por parte da *companhia*. Mas este desfecho será ainda objeto de lutas.

Com efeito, já assinalamos que enquanto transcorre a tramitação na justiça trabalhista do dissídio coletivo instaurado desde 1966, em diversas assembleias sindicais são registrados os lamentos dos operários com as “demissões continuadas” efetuadas pela empresa, atingindo particularmente, a própria base de associados fiéis do sindicato, os operários estáveis. As demissões e “acordos” irrisórios ocorridos no imediato pós-64 com trabalhadores acuados pela nova conjuntura política, fragilizando os “piqueteiros” da greve de 1963 às demissões de operários em vias de completarem os dez anos de estabilidade, agregam-se as novas perspectivas de demissões de operários – e em particular o reforço às pressões sobre o grande número de operários estáveis – com o advento do FGTS, através da lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (para uma análise das origens da anterior “lei da estabilidade” consagrada na CLT – art. 492, cap. VII – em 1943, e as repercussões de sua extinção com o FGTS em 1966, cf. Santos, W.G., 1979, caps. 2 e 5 e Ferrante, V. B., 1978). A lei do FGTS, acompanhada do fim da “lei da estabilidade”, fazendo desaparecer a possibilidade do surgimento de novos operários estáveis, e enfraquecendo os operários estáveis já existentes, é tanto mais oportuna para a CTP quanto ela favorece a efetivação de seus “planos de completa modernização” da fábrica, prometidos em seus relatórios anuais aos acionistas dos anos 50 e 60, planos estes que implicam na diminuição considerável da força de trabalho empregada, do nível dos 4.000 operários de 1964 para o nível projetado de 1.000 a 1.500 operários.

Assim, na virada entre 1966 e 1967, estimulada pela nova conjuntura aberta com a quebra da “lei da estabilidade”, são efetuadas demissões em massa pela CTP, visando principalmente os operários estáveis. Diversos destes operários das mais variadas seções vão sendo demitidos, mas também

são dispensados operários novatos, ajudantes ou colegas de operários estáveis, forçando estes últimos a uma intensidade do trabalho maior e aumentando sua disposição, através do esgotamento, em aceitarem os *acordos* nas condições propostas pela *companhia*. Essa manobra é percebida pelos operários estáveis, não sem tristeza e angústia, decorrentes de um sentimento de injustiça.

*"O que me revoltava era de ver tanta injustiça. As meninas saírem, a demissão em massa. Sempre a modernização trouxe isso, né. A gente, às vezes, chegava no trabalho, via o povo chegar e o cartão não estava: 'demitido', 'demitido'. Então, uma vez, a gente chegou de 5 horas da manhã, e saíram 25 meninas. Aquelas meninas tudo precisando trabalhar... Era quem ajudava a gente, eram ajudantes, eram fiandeiras, eram serventes, tudo isso saía assim. Agora, a empresa não sentia nada com isso, né. Ficava a gente assumindo. Aquelas meninas que trabalhavam, saíram, mas a empresa não teve prejuízo nenhum, porque a gente ficava assumindo. Era melhor pra empresa, que não ia pagar mais aquele povo que saiu. A gente assumia. Então nesse dia (da demissão das 25 meninas), me deu uma crise que eu passei o dia todo vomitando, com disenteria, e chegava em casa, não dormia. Porque quando eu tenho uma contrariedade, eu fico assim. Chorar, eu não choro, parece que eu me tornei insensível por causa de tanta coisa que vi, que passei. Não é completamente insensível porque a angústia é pior do que a gente chorar, né? Então depois de tudo isso, eu fui cada vez mais ficando esgotada, e pedindo para sair, pra não ver tanta coisa. Deixar de ver aquelas injustiças. Uns trabalhando demais, outros precisando de trabalho e sair."*

*(ex-fiandeira 1)*

À angústia e tristeza dos operários estáveis remanescentes, vendo desaparecer de sua convivência diária na fábrica antigos e novos colegas, e vendo aumentar a intensidade exigida do seu trabalho, contrapõe-se a sensação de estonteamento e perda de referências descritas por operários estáveis demitidos, subitamente privados tanto de seu trabalho habitual de longos anos, quanto do seu projeto acalentado do acesso, após a fábrica, à aposentadoria assegurada – essa almejada compensação à dureza e à monotonia do trabalho fabril. Mas para grande parte destes operários estáveis demitidos, a imediata sensação de estonteamento é substituída por um ativismo que acompanha o calendário da justiça trabalhista, quando colocam coletivamente sua *questão* derradeira contra a *companhia*. A Ação Católica Operária (ACO) do Nordeste, em documento publicado em maio de 1967, deu alguma publicidade maior a esta luta, ainda mais localizada e isolada pela conjuntura política repressiva de então, neste "laboratório secreto" da produção.

*"Na Companhia de Tecidos Paulista, de Pernambuco (mais de dois mil operários em duas fábricas), foram demitidos, entre 9 de janeiro e 2 de fevereiro do corrente ano (1967), 300 operários estáveis, entre os quais cinco membros da diretoria do respectivo sindicato, num*

desrespeito duplo à lei da estabilidade. O fato de todos os demitidos serem operários com mais de dez anos de casa caracteriza o objetivo da decisão da empresa: eliminar dos seus quadros os operários estáveis. Tanto assim que, após as demissões, a empresa admitiu novos empregados para alguns dos setores, como é o caso dos escritórios. A intranquilidade no município de Paulista, cuja população, na sua maioria, depende das fábricas têxteis, traz em angústia milhares de pessoas. O sindicato operário enfrentou a situação e, com o apoio de toda a classe, orienta e assessora os trabalhadores (cerca de metade) que não aceitaram a demissão, porque não lhes interessam os três ou quatro milhões de cruzeiros (velhos) da indenização, mas o trabalho assegurado e uma aposentadoria na velhice. Esses operários levaram seu problema para a Justiça Trabalhista, onde esperam ver reconhecido e satisfeito o direito ao trabalho, que lhes é negado.

Em Paulista, houve um sindicato para defender os direitos de operários com estabilidade adquirida. Mas que dizer de outros casos semelhantes em todo o Nordeste, onde os trabalhadores ficam jogados à própria fragilidade indefesa? Que poderão fazer, por exemplo, os 700 operários demitidos, de uma só vez, de uma fábrica do Recife, se não possuem estabilidade e estão, portanto, sem meios de lutar na Justiça pela sua reintegração no trabalho?"

("Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça", ACO, 1º de maio de 1967)

Demitidos estes 300 operários estáveis no decorrer de 20 dias, a maior parte deles procura o sindicato onde são organizados de imediato reclamações enviadas à Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista, com um *cabeça de questão* e outros operários que se seguem. São formados, assim, vários "processos" encaminhados à justiça trabalhista. A demissão na tecelagem, no entanto, é feita de uma só vez, quando são dispensadas no mesmo dia 115 tecelãs. Estas operárias irão formar o famoso "processo gigante", o processo nº 105 de 1967, "encabeçado" por Josefa Maria da Conceição, seguida por mais de 70 tecelãs<sup>349</sup>.

<sup>349</sup>Os requerimentos de instauração de questão trabalhista, dirigidos através do sindicato ao juiz presidente da JCJ de Paulista, referente às demissões de operários estabilizados, mesmo os processos coletivos, seguem o modelo deste processo individual, instaurado pela operária Maria José de Araújo, em 21 de dezembro de 1967:

"Maria José de Araújo, brasileira, casada, C.P. 30.493 s. 52, residente à Vila Presidente Vargas, s/n, nesta cidade, vem perante essa MM. Junta reclamar contra a Cia. de Tecidos Paulista, estabelecida nesta cidade, pelos seguintes motivos:

1º) que a reclamante é empregada estável da reclamada, tendo sido admitida em data de 4/12/1940, exercendo a função de Carimbeira no Acabamento da Fábrica Aurora Geral, percebendo seus salários por diária.

2º) que a reclamada, no dia 7 de dezembro, demitiu a reclamante, numa violação grosseira e desprezível aos arts. 492, 493, 494 e 853 da CLT, não havendo a reclamante cometido qualquer falta, e nem recebido qualquer indenização;

Assim sendo, reclama a essa douta Junta sua reintegração ao serviço da

Este recurso em massa e organizado à luta judiciária por parte dos operários estáveis demitidos atrapalha os planos de modernização da fábrica, constituindo-se o seu elevado "passivo trabalhista" em um dos motivos do adiamento temporário por parte da CTP, do usufruto dos benefícios fiscais e financeiros, que conseguiu ver aprovados pela SUDENE, em março de 1967<sup>350</sup>.

Os diversos processos de operários estáveis, demitidos no início de 1967, percorrem as sucessivas instâncias judiciárias entre 1967 e 1970. Os operários lutam pela *reintegração* ao trabalho fabril, onde querem continuar até atingirem o tempo de serviço, dando-lhes direito à aposentadoria, além de receberem o salário integral e correções devidas, relativas ao período em que estiveram afastados da empresa. A CTP procura ganhar tempo com a tramitação dos processos para que haja a quebra da resistência de vários dos operários reclamantes, privados que estão de receberem salários por um período de quase dois anos. De fato, muitos destes trabalhadores recuam e aceitam acordos na base de 60% do total da indenização devida. Além disso, diante da capacidade de resistência dos operários, a CTP procura bloquear a todo custo a sua reintegração ao trabalho, para evitar assim o novo alento que teria o movimento reivindicatório dentro da fábrica por melhorias salariais e das condições de trabalho, e pelo cumprimento de direitos trabalhistas desrespeitados. A reintegração destes operários estáveis – parcela remanescente do movimento operário do período pré-64, que tem condições de resistência à intensificação da exploração e ao desrespeito aos direitos trabalhistas – poderia obstaculizar assim o grau de controle desejado pela CTP sobre a sua força de trabalho para efetivar as dispensas de trabalhadores e as mudanças decorrentes de seu projeto de "modernização" da fábrica. Mas como a resistência dos operários persiste até o julgamento dos tribunais superiores, a CTP tem pelo menos que admitir no decorrer do processo o pagamento integral da indenização para estes operários, como alternativa à possibilidade de reintegração.

Nesta batalha judiciária entre os operários estáveis demitidos e a *companhia*, são utilizados argumentos opostos sobre a legitimidade da

---

reclamada, com percepção de salários vencidos e vincendos até o cumprimento da decisão, férias vencidas e a vencer, 13º mês, salário família, os juros de mora e correção monetária, tudo a ser apurado na execução da sentença."

350" A modernização da Cia. de Tecidos Paulista está enquadrada nos projetos mais decisivos da SUDENE para acompanhar o desenvolvimento do país. Empresa que possui comprovadamente tradição nacional no ramo têxtil, como produtor e distribuidor de tecidos, em 13 de março de 1967, através da Resolução nº 2983/67 do Conselho Deliberativo da SUDENE, que aprovou o Parecer DI-174/67, obteve benefícios fiscais e financeiros previstos na legislação. *Entretanto, prorrogou, temporariamente, a execução do projeto.*" ("Companhia de Tecidos Paulista: modernização para acompanhar o progresso brasileiro"; prospecto da empresa, datado de 1972, quando passa a executar seu "projeto de modernização"; os grifos são meus, JSLL).



“modernização” e do “desenvolvimento” industriais, sobre o seu ritmo e os seus “custos sociais”, argumentos estes inter-relacionados a interpretações opostas da legislação trabalhista vigente.

Assim, a CTP baseia a sua defesa em juízo nos artigos da CLT que mencionam hipóteses onde a reintegração do empregado estável é impossível (quando “extingue-se a empresa”, art. 497) ou “desaconselhável” (“dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio”, art. 496), e, principalmente, no artigo 498, através da tentativa de enquadrar as mudanças contidas no projeto de “modernização” da fábrica como um caso de “supressão necessária de atividade” (art. 498), as atividades dos operários demitidos tendo sido supostamente “suprimidas”<sup>351</sup>.

A decisão da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista acolhe favoravelmente a argumentação da empresa, agregando-lhe mais alguns argumentos relativizando e interpretando unilateralmente a evidência trazida pelas testemunhas dos operários, e “provas” a respeito da “extinção parcial de algumas atividades da empresa”, como um ofício da SUDENE, considerado “prova exuberante”, descrevendo aspectos do projeto de modernização apresentado pela CTP. Assim determina o juiz presidente da JCJ de Paulista, a propósito do processo JCJ nº 66/67, em que são reclamantes 6 operários estáveis, incluindo operárias da fiação e operários das oficinas, decisão que é comum às dos outros processos de operários estáveis demitidos:

*“(...) 2 - Inúmeras foram as reclamações ajuizadas neste primeiro semestre com objeto idêntico ao do caso destes autos, sendo ainda maior o número de reclamantes. A defesa da empresa foi igual para todos os casos, sendo a mesma também a prova feita pelas partes, principalmente pela demandada. Ressalte-se que além das inúmeras reclamações ajuizadas, muitas das quais foram desistidas antes do seu*

---

<sup>351</sup> “A reclamação está apoiada numa suposta violação dos arts. 492 e 493 da CLT, pelo fato de terem sido os reclamantes, empregados estáveis, dispensados sem terem praticado falta grave devidamente comprovada; que a dispensa de empregado estável pode ocorrer nas hipóteses previstas nos artigos 497, 496 e 500, todos da CLT; que recentemente a Lei nº 5.107 de 13/9/1966 criou o sistema do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, no qual, pela opção, desaparece a estabilidade, e, ainda pelo Decreto-Lei nº 20, de 14/9/66, a legislação trabalhista admitiu a negociação da estabilidade; que a dispensa dos reclamantes foi baseada no art. 498 da CLT; que a reclamada extinguiu as atividades em vários de seus setores de trabalho, inclusive naquela em que trabalhavam os reclamantes; que a hipótese não é de fechamento do estabelecimento ou supressão total da atividade, mas de situação equivalente, conforme a doutrina Russomano, por exemplo; que a reclamação deve ser julgada improcedente para que seja decretada a rescisão do contrato de trabalho dos reclamantes, calculadas as indenizações à base do salário que lhes era devido à época do afastamento.”

(Defesa da CTP transcrita em certidão referente ao processo JCJ-nº 66/67, cuja decisão foi proferida em audiência do dia 6/7/1967)

encerramento com posterior homologação da rescisão do contrato, foram por mim homologadas centenas de rescisões de contratos de trabalho, na sua totalidade de estáveis, com pagamento integral de todas as parcelas devidas, o que já era uma evidência de que a demandada não estava procurando se livrar dos seus empregados estabilizados. Os depoimentos de todas as testemunhas ouvidas em todos os processos, não são iguais, havendo alguns em que as declarações das testemunhas são mais esclarecedoras, porque com maioria de detalhes contaram o que realmente estava se passando nas fábricas Aurora e Velha. Pequenas divergências nos depoimentos não alteram, contudo, o fato discutido, sendo pois uma e única a sentença para todos os casos. Também não me impressionou para mudar o ponto de vista firmado o fato de ter havido demissões, inclusive nos escritórios, isto porque a supressão de atividades nas fábricas atingiu, indistintamente, a quase todas as seções, e, inclusive os escritórios, que tiveram os seus serviços reduzidos. - 3 - Considero corretos os argumentos invocados pela demandada em sua defesa, rebatendo as alegações da inicial. Efetivamente, a dispensa do empregado estável para ocorrer nos casos previstos nos artigos 496, 497 e 498 da CLT, como ainda pode haver rescisão do contrato de trabalho baseado no artigo 500 do mesmo diploma legal citado, sem que se possa dizer que a demissão foi uma violação grosseira e desprezível aos artigos 492, 493, 494 e 853 da CLT. E o que não dizer da recente Lei 5.107, de 13/09/1966? Por ela foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, desaparecendo a estabilidade, se houver opção em favor da nova Lei. Nos dias atuais, o instituto da estabilidade já não se apresenta com o mesmo rigor de antes da vigência da lei acima, e do Decreto-Lei, nº 20, de 14/09/1966, que admitiu a negociação da estabilidade. Portanto, bem fundamentada a defesa nessa parte. A dispensa foi baseada, de acordo com o disposto, no artigo 498 da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo alegou a demandada. A prova feita não somente neste, mas em todos os outros processos idênticos a este, muitos já julgados, e alguns ainda em curso, convence plenamente, quanto à extinção parcial de algumas atividades da empresa. A prova, nesse sentido, está não apenas nos depoimentos das testemunhas dos postulantes. Enquanto os depoimentos das testemunhas dos postulantes demonstram e provam serem verdadeiras as alegações da demandada, quanto à extinção de certas atividades de sua indústria, as declarações prestadas por testemunhas por ela trazidas a juízo, também seus empregados, mais robustecem e provam de forma convincente aquelas mesmas alegações. Além de toda a prova testemunhal girar em torno da extinção parcial de atividades da demandada, situando-se a hipótese no artigo 498 da Consolidação das Leis do Trabalho, há, ainda, como prova exuberante do motivo que levou a empresa a demitir centenas de seus empregados de diversas categorias e funções, o ofício de fls. da SUDENE. Está escrito, neste documento, que as duas fábricas existentes serão realocizadas em terreno da própria empresa, e agrupadas em uma única unidade fabril. Significa isto que as duas fábricas, ou seja, a Velha e a Aurora, serão extintas, serão fechadas. É de se notar, ainda, um outro esclarecimento prestado no mesmo ofício, isto é, o de que, até o término do reequipamento projetado haverá ainda a dispensa de, aproximadamente, 1.600 operários, cujos recursos para efeito das

*indenizações trabalhistas estão previstos em cerca de NCr\$ 3.910.000,00. O aspecto social em decorrência das demissões, já havidas, inegavelmente existe, e aumentará com as novas demissões, mas daí a se querer compelir a empresa demandada a reintegrar os dispensados é o que não pode ocorrer, não só porque a empresa agiu de acordo com a lei, amparada, ainda, pela aprovação de um projeto de reequipamento de sua unidade fabril, como porque, diante da prova, está impossibilitada, de fato a dar cumprimento a uma decisão nesse sentido. Assim, decido pelo pagamento das indenizações em dobro, feitos os cálculos, tomando-se por base o salário mínimo atual para aqueles que, à época da dispensa percebiam o salário mínimo, ou que, como produtivos, tenham a média dos 12 últimos meses de trabalho inferior ao mesmo salário já agora em vigor. Entendendo que a dispensa está se operando com a presente decisão, sou pelo pagamento dos salários até a presente data."*

*(Certidão dos autos da reclamação proc. JCI nº 66167 e anexos, emitido pela Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista; os grifos são meus, JSLL)*

Os operários, através do sindicato, recorrem ao Tribunal Regional do Trabalho insistindo no seu direito à reintegração ao trabalho. O advogado do sindicato dá outra interpretação às informações sobre o projeto de "modernização" da fábrica e o pedido de financiamento à SUDENE, além de rebater à argumentação da CTP, baseada no artigo 498 da CLT:

*"A retro-sentença recorrida (a sentença da JCI de Paulista) merece integral reforma. (...) Com efeito, embora houvesse reconhecido que o(s) reclamante(s) contava(m) com mais de dez anos de serviço, admitiu com base num mero ofício de um Departamento da SUDENE, que a estabilidade do recorrente não prevaleceria. Ora, a lei é expressa no sentido de que, o empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovada (art. 492 da CLT, em vigor)<sup>352</sup>. Na sua contestação a reclamada diz, textualmente, que pela Lei 5.107 de 13/9/66, foi criado o FGTS, no qual, pela opção desaparece a estabilidade. Mera dissertação legislativa. O reclamante não optou por coisa alguma, exceto pela manutenção do seu emprego, único capital de que dispõe. Único instrumento, através do qual, após anos de sofrimento, está em condições de usufruir uma merecida aposentadoria com vencimentos integrais. (...)*

*Uma constante é a tônica no depoimento do reclamante: as máquinas paradas destinavam-se ao conserto. Não se observa a figura da cessação das atividades da empresa. (...) Alegou ainda a CTP que o*

---

<sup>352</sup> Art. 492 – O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido, senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas."

"Art. 495 – Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço, e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão."

artigo 498 da CLT justifica essa conduta<sup>353</sup>. (...) O emerito prof. Mozart Vitor Russomano, em sua acreditada obra 'Comentários da CLT' vol. III ed. 1963, analisando o espírito do art. 498, diz textualmente às fls. 937: 'supressão necessária de atividade: o adjetivo necessária é casteloso e elucidador. Não basta que a supressão da atividade do estável seja conveniente, vantajosa, recomendável; ela deve ser absolutamente indispensável'.

Ora, no caso em tela é público e notório que a CTP, através de projeto aprovado pela SUDENE, receberá substancial ajuda financeira, não só para expansão das suas atividades industriais, como também para a modernização do seu parque fabril. Aí sim, precisamente, reside o interesse da reclamada; a empresa achou por bem, egoisticamente, afastar seus velhos operários, para substituí-los, evidentemente, por elementos mais jovens e, provavelmente, admitidos com salários menores; conseqüentemente, não pode a reclamada se escudar no art. 498 da CLT, porque este não é o espírito da lei.(...) Nunca, na história judiciária trabalhista de Pernambuco, um processo reuniu tamanha repercussão sócio-jurídica. Está em jogo o destino do instituto da estabilidade. O reclamante não optou. Não ficou sobejamente provada a cessação parcial da empresa. É uma situação lógica: permanecem vinculados ao emprego na qualidade de estáveis, sob tutela jurídica da CLT."

("Razões de Recurso Ordinário (ao TRT, contra a sentença da CJJ de Paulista)", feitas pelo advogado Cláudio Leite de Oliveira, do sindicato dos têxteis de Paulista, em 19 de dezembro de 1967)

Na maioria dos processos dos operários estáveis demitidos, o TRT confirmou a decisão da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista, negando a reintegração ao trabalho, mas determinando o pagamento de indenização integral e dos salários retidos até a data do julgamento de 1ª instância. No entanto, no caso do "processo gigante", das tecelãs demitidas, em que a CTP parece ter cometido o erro tático de dispensar de uma só vez mais de 100 tecelãs, dificultando sua argumentação defensiva em juízo da "supressão necessária de atividades", o TRT acolhendo a sustentação do advogado do sindicato, acima citada, determinou a reintegração ao trabalho das operárias, sentença confirmada pelo TST. No início de 1970, as tecelãs reintegradas por decisão judicial entram na fábrica "em passeata", festivamente, produzindo o evento que marca o auge da luta dos operários estabilizados demitidos, a batalha mais visivelmente vencida pelos trabalhadores na "guerra contra os estabilizados" movida pela *companhia*. Este auge festivo da reintegração das tecelãs aparece assim como um episódio alegre na dura retrospectiva do movimento de resistência às demissões dos estabilizados feita pela ex-

---

<sup>353</sup>Art. 498 - Em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, o direito à indenização (...)" (grifos meus, JSLL; ao procurar enquadrar a sua situação de "modernização" da fábrica como "supressão necessária de atividade," a CTP visa caracterizar a impossibilidade de reintegração dos operários demitidos).

fiandeira, operária de questão e sindicalista Honorina, desde as demissões de antes de 1964, desde a decepção do recebimento da carta de demissão da empresa e do não pagamento de indenização integral, até o julgamento do seu processo, que não determinou a reintegração, mas o pagamento da indenização integral, e até o progressivo esvaziamento deste movimento de resistência, com a saída da maior parte dos estabilizados e a efetivação de acordos individuais de operários com a CTP.

*"Antes era difícil botar um operário estável pra fora. Mas em 1966 ou 67, botaram pra fora 300 e poucos de uma vez só. Botaram todos esses operários estáveis pra fora, entre Fábrica Velha e Fábrica Aurora. Operários de mais de 10, de 15, de 20 e tantos anos. Agora, dos bancos, eles já tinham massacrado um bocado antes, já tinham mandado muita gente ir embora, porque o pessoal lutava muito antes da Revolução (referência tanto à demissão de banqueiros com a modernização da pré-fiação, no início dos anos 60, quanto à demissão política de alguns banqueiros, logo após 1964).*

*Eu fiquei pensando que eles demitiam com todos os direitos, porque a carta, eu ainda tenho a carta, dizia que 'a partir desta data, V. Excia. (sic) está dispensada, passe no Depto. de Pessoal para receber seus direitos'. Mas não era nada disso, eles não pagavam a indenização a que a gente tinha direito. Então, a gente fez campanha, a gente foi pra justiça. O pessoal ficava sem trabalho, sem nada.*

*Foram 70 e tantas tecelãs, que botaram questão de uma vez só (dentre as 115 tecelãs demitidas). Tinha audiência, e eles recorreram, e de vez em quando, eles mandavam chamar (a CTP), e diziam que a pessoa podia retirar (a questão), que receberia tudinho (a indenização). Muitos tiraram (o nome da questão coletiva). Sei que, no processo da tecelagem, venceram 40 e tantas tecelãs. Chamavam o processo gigante. Nisso tudo, o Rodrigues (o presidente do sindicato) deu muita assistência. Andava e ajudava, fez muito movimento, reunião, ajudava operário que estava em questão. Justamente foi na época que Dr. Claudio veio para o sindicato, ele orientou, explicava a lei que dava o direito, mostrava que não podiam botar operário assim fora da fábrica por qualquer coisinha à toa entendeu? Tinha de lutar pela volta (ao trabalho). Foi um movimento medonho.*

*E as meninas tecelãs, quando voltaram, foi uma festa, foi uma coisa de admirar, entendeu? As 40 e tantas. Quando nós botamos em questão, muitos operários diziam: 'é trabalho perdido'. E foi de admirar! E foi bom porque foi o processo maior mesmo, né? Fizeram uma festa. Agora, dois anos que estavam paradas, e teve correção de juros, né? Essa tecelãs, a maioria era da Fábrica Aurora. Teve muito poucas da Fábrica Velha. Tinha sempre gente do movimento lá, né, da ACO. Zefinha (Josefa Maria da Conceição, que "encabeçou" a questão), essa colega da gente, que também era do movimento. Ela também, fizeram um bocado de coisa com ela, massacraram ela mesmo. Mas ela era desesperada. Ela agia mesmo. Ela encabeçou movimento, ela lutou, ela andou tanto. Ela foi até o fim.*

*Na estampa e na oficina também teve processo. Tinha gente da carpintaria, tinha banqueiro, tinha da fiação, eu e Rosália éramos da fiação, e tinha um senhor da oficina também. O caso era idêntico*

*entendeu? Mas botaram tudo num processo, juntaram, né? Só era demitido. A testemunha que a gente arranjou tinha que responder por tudinho, entendeu? – ‘Essa companhia tá em dificuldades? Pararam máquinas?’ (pergunta do juiz); ‘– Não, as máquinas, tá tudo funcionando’. Porque eles queriam dizer que as máquinas da gente tinham sido extintas, sabe como é?’ – Não, não parou seção, não parou nada, continuou tudo rodando.’ Justamente, por causa dessa reação da gente de botar na justiça, eles (a CTP) pararam (as máquinas) entendeu? Mas ainda demitiram uns, porque tinha operário que ficava doido pra sair com acordos de indenização parcial, mas tinha outros que não queriam, porque o que interessava era fazer aposentadoria. Ela então chamava pra fazer acordo.*

*Depois, o pessoal foi saindo, o pessoal mais interessado (no sindicato), foram botando pra fora. Esse pessoal que dava fé das coisas, que reagia, a companhia foi demitindo, entendeu? A SUDENE arranjou dinheiro, emprestou dinheiro a ela, e ela foi botando o pessoal pra fora, então foi aquela coisa. Muito pouca gente comparece, e o pessoal quase não faz revolta, só quem fala é ele (o presidente do sindicato), ninguém fala, entendeu?”*

Dentre as tecelãs reintegradas ao trabalho, a maior parte delas trabalhava na Fábrica Aurora, onde se localizavam as máquinas de tecelagem *pé-duro*, *mecânicas*, anteriores às máquinas *automáticas*, introduzidas na Fábrica Velha a partir de 1960. Ora, esta seção de tecelagem da Fábrica Aurora tanto não sofreu da “supressão necessária de atividade” mesmo parcial, de que fala o artigo 498 da CLT, no qual se baseou a CTP para montar sua defesa nos tribunais, que ela persiste, até o final dos anos 70, quando realizamos nossa pesquisa de campo. Nem tampouco ocorreu o propalado “fechamento” das Fábricas Velha e Aurora, a serem “relocalizadas em terreno da própria empresa e agrupadas em uma única unidade fabril”, conforme proclama como “prova exuberante” de “supressão necessária de atividade” a decisão do juiz-presidente da JCJ de Paulista (cf. texto supracitado), baseada em ofício da SUDENE sobre as intenções do projeto de “modernização” da CTP. Lá continuam imponentes as Fábricas Velha (denominada de “Arthur” após a morte de Arthur Lundgren em 1967) e Aurora, nos mesmos terrenos sob as quais estão secularmente edificadas, mesmo após o fechamento (temporário?) das duas fábricas, em 1983, após a crise da maxi-desvalorização do cruzeiro, ocorrida naquele ano. Pouco tempo após o término da tramitação judiciária das questões instauradas pelos operários estáveis demitidos, a CTP reconhece o superdimensionamento de seu projeto de modernização original, aprovado pela SUDENE, em 1967, reformulando-o em julho de 1970, onde, modificado “basicamente no item edificações”, desaparece a realocação das duas fábricas em uma só supermoderna planta fabril – e com ela desaparece a “prova exuberante” que lastreou a decisão de não-reintegração ao trabalho dos operários estáveis, expropriados de suas condições habituais de produção e de



seus direitos daí decorrentes<sup>354</sup>. Vista assim a posteriori, a decisão de negar a reintegração ao trabalho à maior parte dos operários estáveis demitidos baseou-se em uma "prova exuberante" que, no entanto, nunca se materializou. Pode-se argumentar, a bem da Justiça, da SUDENE e da CTP, que *na ocasião* do conflito trabalhista, era intenção da CTP levar a cabo o seu projeto de modernização tal qual apresentado originalmente, não se configurando, portanto, a figura do dolo aos "reclamantes". Mas pode-se também pensar de maneira inversa, fazendo a pergunta pelo avesso da certeza do juiz da JCJ: porque não poderiam ser os operários demitidos reintegrados na nova hipotética planta fabril da CTP? Que misteriosas propriedades têm as Fábricas Velha e Aurora, que na hipótese de fecharem, com elas se extinguem seus operários estáveis? Por que sendo a nova planta fabril da mesma CTP não podem ser para ela transferidos seus operários estáveis?

Mesmo se admitindo que a hipótese do plano original de modernização da CTP, com o fechamento das Fábricas Velha e Aurora, dando lugar a uma nova planta fabril, não passa de um estratagema armado para melhor sustentar a defesa da CTP na justiça, é por demais fantasiosa e conspirativa<sup>355</sup>, a sua não realização devendo-se a outras impossibilidades não previstas de antemão pela empresa; mesmo assim, não deixa de ser marcante a supervalorização generalizada por parte das autoridades judiciárias, executivas e tecnocráticas, das intenções da *companhia* em detrimento das advertências dos trabalhadores, do seu sindicato e de setores da Igreja sobre as

---

<sup>354</sup>"(...) (A CTP), em 13 de março de 1967, através da Resolução nº 2983/67 do Conselho Deliberativo da SUDENE (...), obteve benefícios fiscais e financeiros previstos na legislação. Entretanto, prorrogou temporariamente a execução do projeto.

Graças aos recursos do Fundo Alemão de Desenvolvimento e Fundo para Importação de Bens de Produção (USAID), com repasse através do Banco do Brasil (CREAI), e obedecendo aos princípios básicos do primeiro Projeto, passou a importar equipamentos, tendo em julho de 1970, apresentado uma reformulação do seu projeto original. Nesta, foram previstas algumas modificações basicamente no item edificações, já que as alterações introduzidas no processo produtivo não modificava sua capacidade instalada, nem o plano de produção preliminarmente concebido.

Resume-se, pois, o seu atual projeto de modernização em uma atualização baseada, em parte, nas inovações tecnológicas surgidas, além da adequação às possibilidades atuais da Empresa, que prevê a conclusão do mesmo em duas etapas e obtendo, assim, a revalidação dos incentivos concedidos através da Resolução nº 2983/67 já citada." (cf. "CTP - Modernização para acompanhar o progresso)

<sup>355</sup>Mas como deixar de pensar nisto, se por outro lado, a CTP - segundo diversos relatos de operários entrevistados - paralisou propositalmente máquinas das seções em que trabalhavam operários estáveis demitidos para assim se configurarem-, através dos depoimentos de testemunhas em juízo, condições assemelhadas a uma "cessação parcial", ou mesmo uma "supressão necessária" de atividades, como que repetindo suas velhas tradições e habilidades em *lock-outs* parciais, desde 1932...

conseqüências sociais danosas e a injustiça inerentes às modalidades de “modernização” industrial que então se concretizam particularmente no Nordeste, e em todo o Brasil. Assim, desde maio de 1967, a Ação Católica Operária, informada pelos operários demitidos, adverte premonitoriamente – como que adivinhando sobre que “provas exuberantes” vai basear-se a justiça trabalhista contra os trabalhadores – sobre a indiferença tecnocrática e sobre a utilização distorcida de sua nova legitimidade em proveito dos interesses patronais:

*“A indústria têxtil ocupa, aproximadamente, trinta mil operários em todo o Nordeste, e contribui para mais de 65 mil empregos indiretos, mas esta sua importância social não pesou, no diagnóstico da SUDENE, feito desde 1961, atribuindo à crise da indústria têxtil, que então responde por cerca de 30% da produção industrial nordestina, os fatores: ‘equipamento obsoleto’, ‘excesso de mão-de-obra’ e ‘falta de financiamento’, tanto quanto os fatores econômicos. A grande meta da reforma sugerida pela SUDENE é a de dar à indústria têxtil nordestina capacidade competitiva com os outros centros de produção do país, para que possa sobreviver como atividade econômica.*

*Em resumo, a reforma divide-se em dois itens: modernização do equipamento e treinamento de mão-de-obra. Das 61 fábricas existentes no Nordeste, mais da metade já iniciou a reforma ou a planeja. E à medida em que a modernização vai sendo introduzida, cria-se uma onda de desemprego, pois o reequipamento tecnológico consiste, essencialmente, na substituição de máquinas mecânicas por máquinas automáticas, com as quais se pode alcançar a mesma produção com um quarto da mão-de-obra até então utilizada.*

*Não é lícito ser contra a reforma da indústria têxtil, porque se trata de uma imposição do progresso e das condições modernas da produção e do mercado de tecidos. Mas não se pode aceitar que a atitude da SUDENE se limite a observar os fatores de ordem econômica, desprezando as repercussões sociais da reforma.*

*Além de não oferecer respostas – nem se preocupar com isso – ao problema de desemprego gerado pela modernização têxtil, a SUDENE sente-se desobrigada de emocionar-se com as perseguições que, a pretexto da reforma, os patrões dirigem contra os trabalhadores, sobretudo os estáveis. E essa atitude persiste, mesmo quando as injustiças e as arbitrariedades são cometidas em nome da SUDENE, numa transferência quase criminosa das responsabilidades, pois a SUDENE é alheia a outras questões que não as técnicas.*

*Em nome do progresso e do desenvolvimento estão sendo jogados na miséria alguns milhares de trabalhadores, sem que se tomem quaisquer decisões paralelas, visando a oferta de novos empregos para esses homens sacrificados.”*

*(“Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça”, ACO, Recife, 1º de maio de 1967, págs. 43 e 44; os grifos são meus, JSLL)<sup>356</sup>*

<sup>356</sup>Essa “transferência de responsabilidade” da CTP relativamente à SUDENE é novamente utilizada pela empresa quando procura, no TST, opor embargos à parte da decisão da JCI de Paulista, confirmada pelo TRT, que propõe o pagamento dos salários e da indenização até o momento em que é proferida em

De qualquer forma, a luta judiciária levada a efeito pelos operários estáveis demitidos obteve importantes ganhos: além da completa vitória das tecelãs do "processo gigante", reintegrando-se à fábrica sob a forma marcante de um ritual festivo, há as vitórias parciais dos *operários de questão*, que resistiram até o fim com os seus processos e obtiveram indenizações integrais em decorrência de suas demissões. O desfecho desta luta judiciária de quase três anos, iniciada com as demissões de 1967, e terminada em 1970, com a reintegração das tecelãs e o pagamento das indenizações integrais para os operários que não obtiveram a volta ao trabalho, fixou assim uma "jurisprudência", elevando os desdobramentos da "guerra contra os estabilizados" a um patamar mais favorável aos trabalhadores. Com efeito, o recurso pela CTP à demissão pura e simples de estabilizados tem seus limites e suas penalidades (através da ida dos operários à justiça) materializados, no mínimo, no desembolso de indenizações integrais, e no máximo, na reintegração dos operários demitidos com o pagamento dos salários atrasados.

Se a demissão pura e simples dos operários estáveis pela CTP passa, na lógica da empresa, comprovadamente a não compensar, devido ao desfecho da

---

audiência a sua decisão (e não somente até a data da demissão). Esta "utilização" da SUDENE é referida pelo advogado sindical que atuou pelos operários de Paulista no TST em sua impugnação a este embargo:

"(...) *De meritis*, é judiciosa e segura a decisão. Só com o pronunciamento judicial mencionado às fls. 86 é que se operou a rescisão dos contratos. Até aí, pois, são devidos os salários.

Nem poderá prosperar a tese da embargante, que tem como esteio a exigência da SUDENE - renovação do equipamento da empresa, que teria originado a redução da mão-de-obra - pois, se se entendesse superado o princípio do *risco da atividade econômica* (art. 2º da CLT), ainda assim, militaria contra a embargante, como efetivamente se verifica, a nenhuma aplicação, *in casu*, do princípio e das regras procedimentais a que se referem o art. 486 e parágrafos, da mesma CLT."

(Impugnação ao embargo da CTP, no TST, referente ao processo TST-RR-688/68, feita pelo advogado Jorge de Moraes, em 20 de fevereiro de 1969; somente no 2º trecho grifado é que os grifos são meus, JSLL)

Por outro lado, outro tipo de "utilização" da SUDENE pela CTP, menos barulhenta, é denunciada pelos operários (embora não tenham apresentado "provas", e nem eu as obtive), quando a empresa demora na efetivação do pagamento de indenizações de acordos para o qual teria obtido empréstimos, conforme é anunciado em assembléia sindical dos trabalhadores.

"Em seguida, o sr. Presidente (do sindicato dos têxteis de Paulista), falando em voz alta para os associados, disse que a SUDENE emprestou a esta empresa (a CTP) a importância de Cr\$ 3 bilhões a fim de reformar a fábrica e indenizar os operários estáveis na forma da lei, e que isso ela não vem obedecendo."

(Ata da AGE do sindicato dos têxteis de Paulista de 4/4/1968)

Para uma análise geral das diferentes fases da SUDENE, cf. Oliveira, 1977, cap. VI.

luta judiciária levada a efeito pelos operários, abre-se campo para a proposição de acordos menos desfavoráveis aos trabalhadores estáveis remanescentes. E como o número desses trabalhadores na fábrica é ainda considerável, a CTP passa, sistematicamente, a incluir o valor da casa da vila operária, como parte da indenização devida, generalizando-se a transferência de propriedade de parte importante da vila operária para os próprios trabalhadores.

No entanto, a CTP continua lutando para abaixar ao máximo o seu "passivo trabalhista", procurando oferecer acordos de menor valor, e para isto, procurando dividir os operários estáveis, atacando-os separadamente e segundo táticas distintas. Além disso, a permanência dos operários estáveis traz para a CTP o perigo da generalização de questões na justiça, afetando o ritmo da intensificação da exploração no interior da fábrica. Assim, as tecelãs estáveis da Fábrica Aurora – todas agrupadas naquela seção de tecelagem onde se concentram as antigas máquinas *pé-duro*, mecânicas – que permanecem após a demissão das 115 tecelãs, no início de 1967, continuam resistindo à tática desesperante, utilizada pela CTP para acuá-las a acordos favoráveis à empresa. Essa tática é a simples retomada da clássica burla às regras do jogo do salário por produção. Em 17/8/1967, 32 tecelãs estáveis, trabalhando com 4, 5 ou 6 teares mecânicos, "encabeçadas" por Joana Andrade de Souza, reclamam à JCJ o respeito ao salário mínimo que não atingem no salário-por-produção devido à deficiência deliberada no maquinário, e à não menos deliberada falta de matéria-prima. Dois anos depois, em 28/11/69, as mesmas e outras tecelãs estáveis, em número de 30 e "encabeçadas" por João Fernandes dos Santos fazem reclamação idêntica. E o exemplo da resistência dos operários estáveis acaba abrindo espaço para as reclamações dos fragilizados operários não-estáveis. Assim, alguns estampadores estáveis da Fábrica Aurora "encabeçam" questão de 20 estampadores e ajudantes, a maioria deles não estáveis, reclamando o pagamento de taxa de insalubridade, em 12/2/1969. Também, em 7/10/1969, três soldadores estáveis reclamam da insalubridade nas oficinas. E então contramestres não estáveis passam a reclamar na justiça diferenças salariais retidas, por falta deliberada de material (18/2/70), enquanto fiandeiros não estáveis *botam questão* pedindo a suspensão de descontos em contracheque, referentes a multas por quebra de peças, danificadas "quando as máquinas estavam em pleno funcionamento" (reclamação à JCJ em 10/2/1971). E, também, fiandeiros e tecelões não estáveis passam a reclamar em juízo o pagamento de dias não trabalhados por motivo de suspensão, considerada injusta (27/8/1971 e 1/10/1971).

Este recurso coletivo e massivo à justiça do trabalho por parte dos operários de Paulista atinge não somente a esfera da produção, mas também a esfera da moradia. Assim, em 19 de julho de 1971, 90 operários, em sua maioria estáveis, encabeçados pela sindicalista (membro efetivo do Conselho Fiscal do sindicato) e fiandeira Lídia Ferreira Santana, bloqueiam na justiça

aumentos nos descontos salariais por conta de "aluguéis" das casas da vila operária, baseando-se em decisão judicial favorável já proferida a respeito de questão similar movida, desde 1965, pelo mesmo *ex-banqueiro* e experimentado *operário de questão* Severino, das "aventuras de Severino" (cf. caps. 2 e 10)<sup>357</sup>. Diversos outros processos, com um número menor de reclamantes, questionam estas tentativas da CTP em aumentar os descontos salariais por conta de aluguéis das casas.

É interessante assinalar que as questões judiciais entre operários têxteis e suas respectivas fábricas a respeito da majoração dos "aluguéis" das casas da vila operária preocupam os empresários têxteis em escala nacional, desde pelo menos o início dos anos 60. Assim, em agosto de 1960, o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro distribui uma "circular" sistematizando as respostas que tem dado com freqüência às "consultas de vários associados sobre o regime jurídico a que devem ser submetidas as relações entre empregador e empregado, no que diz respeito ao uso de casas de propriedade das empresas e destinadas à residência de seus empregados"<sup>358</sup>. Os conflitos entre os operários de Paulista e a CTP por motivos de descontos salariais crescentes por conta de "aluguéis" das casas

---

357 "(...) Os descontos de tributos nas folhas de pagamento dos reclamantes são salários ilegalmente descontados, conforme está previsto em nosso vigente código trabalhista no seu artigo 462 e § único do mesmo diploma legal. Os reclamantes estão exigindo salários indevidamente retidos nas mãos da reclamada, a título de imposto predial, fato já existente nas parcelas de descontos, e que já está incluso nos aluguéis, tradicionalmente descontados, nas respectivas folhas de pagamento dos reclamantes. Os reclamantes como prova documental, fundamentando suas alegações na presente contestação fazem juntada de uma decisão dessa MM. Junta no processo de reclamação trabalhista nº JCJ-474/65, em que Severino Jerônimo dos Santos e outros contendem com a reclamada, onde apreciando matéria idêntica à referida Junta por unanimidade julgou procedente a reclamação."

(Arrazoado do advogado sindical Ernani Toscano Barreto à JCJ contra preliminar da CTP pedindo remessa do processo para o juiz da vara civil da Comarca de Paulista, em 28/9/71).

358 A circular enumera "três fundamentos que pode ter a ocupação, por empregado, de imóvel de propriedade do empregador: a) contrato de locação realizado 'intuito personae', regido pela legislação civil (lei nº 1300 de 28/12/1950), e, nessa hipótese, lícito não é majorar o aluguel, pois o artigo 3º do citado diploma legal o proíbe terminantemente (...); b) contrato de trabalho em que se estabelece salário-misto, parte em dinheiro, parte em utilidade-habitação; nesta hipótese, as relações são regidas pela legislação civil, quanto às questões relativas à renda, e (conseqüentemente) se no contrato de trabalho de um empregado se estabelece que parte da remuneração é paga em dinheiro, e parte é paga em utilidade, lícito é majorar o valor da utilidade na mesma proporção em que é concedido um aumento salarial, desde que não exceda à porcentagem fixada em lei (...); c) o comodato (...)" (a circular em seguida expõe uma série de decisões relativas à matéria do TRT e TST) (circular nº 69/60, de 4/8/1960, do SIFT-RJ).

que recrudescem, no final dos anos 60, têm assim uma generalidade maior relativamente a outras fábricas e a outros grupos de operários residentes em vilas operárias.

Muito contribuiu para esta revolta surda mas generalizada contra a CTP por parte de seus operários, a maneira brusca e massiva pela qual a empresa passou a demiti-los, quebrando inclusive antigos laços de lealdade e "confiança" com chefes imediatos na produção (como mestres e contra-mestres) e com escriturários, há muitos anos na *companhia*. Na sua fúria "poupadora de mão-de-obra", a CTP erige contra si a sua própria história, detida por antigos funcionários de confiança, "arquivos vivos", sumariamente dispensados, e quebra as mediações de autoridade que exerciam, relativamente aos operários comuns<sup>359</sup>.

Não é estranho a este fato que muitos ex-chefes e escriturários venham aumentar as "provas testemunhais" a favor dos operários nos processos contra a CTP. Assim, o próprio ex-chefe todo-poderoso do corpo de vigias da *companhia*, durante considerável período de serviço, o sr. Pedro Marques (cf. referência à sua atuação, no final dos anos 40, noticiada pela *Folha do Povo*, na nota 207 no capítulo.10), vem contribuir para o registro em juízo do desvendamento da famosa *folha amarela* da CTP, num processo em que testemunha a favor de um ex-subordinado seu, que move contra a empresa ação pelo reconhecimento de seu tempo de serviço<sup>360</sup>.

---

<sup>359</sup> "Numa fábrica em Paulista (Pernambuco), boa parte dos auxiliares de escritório era constituída por trabalhadores antigos do lugar, sem curso de especialização, mas com prática de muitos anos. Recentemente, os que, entre esses auxiliares, tinham mais de vinte anos de casa, foram obrigados a transmitir seus conhecimentos e experiência a jovens recém-admitidos, os quais, ganhando já melhores salários, os substituíram, pouco depois. Como os antigos recusaram as condições do acordo que a empresa lhes propunha, foram colocados, sem função, noutra setor e, pouco tempo depois, simplesmente demitidos."

("Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça, ACO, pg. 37)

<sup>360</sup> Em fevereiro de 1971, ao aproximar-se dos 30 anos de trabalho na CTP, o vigia Manuel Agripino de Souza reclama em juízo a anotação em carteira profissional do seu tempo de serviço, desde 14 de setembro de 1941, não recebendo, desde então, férias, 13º salário e repouso remunerado. A JCI de Paulista profere decisão favorável a Manuel Agripino. A CTP recorre ao TRT. O advogado sindical Cláudio Leite, em outubro de 1971, defende o operário do recurso da empresa no Tribunal Regional:

"A douda sentença da JCI de Paulista deve ser confirmada. O julgamento se baseou na prova dos autos. A reclamada, em desespero de causa, promove um recurso processual simplesmente protelatório. Durante a instrução deste processo, o reclamante provou, sobejamente, haver trabalhado para a reclamada desde 14/9/1941, sem nenhuma interrupção. Com dependência jurídica. Com subordinação. Os elementos que caracterizam um contrato de trabalho estão configurados. Como não se entender, diante de tal situação, pela existência de um contrato de trabalho? (...) É preciso verificar a importância do depoimento prestado



Aqui, o movimento generalizado dos operários estáveis, acionando a *companhia* na justiça, na sua resistência à “guerra” contra eles movida pela empresa, faz a geração dos operários masculinos que entraram para a fábrica nos anos 30 e 40, envolvidos pela mobilidade no trabalho característica do “tempo de trabalho para todos” (cf. cap. 2) – mobilidade esta que incluía períodos maiores ou menores de tempo na *folha amarela* – vingarem-se da exploração (retrospectivamente mais visível) a que foram inicialmente submetidos na *companhia*, lutando para *fazerem* a sua aposentadoria. A CTP parece então se defrontar na justiça com os fantasmas do seu passado, que ela progressivamente abandonou a partir dos anos 50: a *folha amarela*, a “Usina Timbó”, o “Haras Maranguape”, os trabalhos empregando grande contingente de trabalhadores no abate e transporte de lenha para suas caldeiras, sua enorme *gerência externa* e, inclusive, os serviços domésticos de confiança na *casa grande*<sup>361</sup>. Se contra as agruras e as dificuldades do presente resta aos

---

pele sr. Pedro Marques, que trabalhou mais de 30 anos na Cia. de Tecidos Paulista, como chefe dos vigias. No seu depoimento, o sr. Pedro Marques declara que tinha poderes, delegados pela diretoria da empresa, para admitir e demitir empregados. E talvez mais. Poderes para cumprir outras ordens. É sabido que já houve época em Paulista que os empregados da empresa tinham um prazo de 48 horas para se retirarem do município. (...) A dependência do reclamante à reclamada está provada. Ficou também provado que a Cia. de Tecidos dos Paulista tinha uma folha amarela, onde assinava os empregados não registrados. E porque não registrados? Porque a empresa pretendia iludir os direitos operários (...)

<sup>361</sup> Entre 1969 e 1971, grande número de operários reclamam, na justiça, contra a CTP pelo reconhecimento e registro do seu tempo de serviço de trabalho “clandestino”, na *folha amarela*, para que alcancem a aposentadoria antes do seu esgotamento irremediável assim como recuperem direitos sonegados. É o caso do processo instaurado, desde 28 de março de 1969, pelos operários estáveis da Fábrica Arthur, Antonio Januário da Rocha e Antonio Barbosa da Silva que trabalharam pela *folha amarela* no Haras Maranguape, o primeiro entre 8/1/1937 e 10/10/1946, e o segundo, entre 14/10/1934 e 14/1/1946, pleiteando o reconhecimento deste tempo de serviço através da sua anotação na carteira profissional. Já o operário estável da Fábrica Aurora Manuel Gonçalves Monteiro reclama, em março de 1970 a anotação do período trabalhado entre 15/2/1934 e 30/12/1942 na Usina Timbó. Pedro Ferreira Lopes, por sua vez, requer, em agosto de 1970, o reconhecimento do período entre 20/5/1943 e 30/5/1951, quando trabalhou como *lenheiro* e como *foguista* para que possa alcançar a aposentadoria especial, em profissão insalubre. Os vigias estáveis José Agripino de Souza Ribeiro e José Melquíades da Silva pedem o mesmo, em junho de 1970, relativamente a períodos trabalhados sem registro, o primeiro entre janeiro de 1933 e setembro de 1941, o segundo, entre agosto de 1938 e setembro de 1948, quando trabalhava como “gerente administrador da casa grande”. Já Antonio Rodrigues de Oliveira Filho reclama em 1971 tanto a anotação na carteira, quanto o recebimento das férias, repouso remunerado e 13º salário que nunca recebeu, referente ao seu período de trabalho como serente desde 14 de fevereiro de 1931 até 1º de dezembro de 1970. Talvez tentando “legalizar” sua situação de maneira favorável à empresa, a CTP contratou-o em 1

operários estáveis a evocação contrastiva do “tempo do trabalho para todos”, do estímulo aos roçados-operários e à feira, das diferentes fontes de trabalho simbolicamente carregadas das idiosincrasias patronais e da “grandeza” e da fama da *companhia* (como o Haras Maranguape e a Usina Timbó que alimentava com melaço os cavalos); resta também a estes operários estáveis masculinos, que carregam nas costas as marcas do tempo de trabalho não reconhecido da *folha amarela*, a promoção e o patrocínio da volta destes velhos locais de trabalho em novo cenário, na justiça, onde se transformaram, para a *companhia*, nos fantasmas do seu passado, rondando-a no presente.

Mas se a *companhia* leva desvantagem na justiça do trabalho, em consequência de suas táticas iniciais na guerra que promove contra os seus operários estabilizados, particularmente na demissão massiva de parte destes operários no início de 1967, ela passa a adotar outros procedimentos menos visíveis e menos susceptíveis de serem questionados na justiça. Assim, por um lado, ela passa a propor acordo com alguns operários estáveis, geralmente envolvendo a inclusão de casa da vila operária como parte principal do montante da indenização acordada. Aos operários que os recusam, persistindo na tentativa de alcançarem a indenização integral, ou um acordo que se aproxime do montante daquela indenização – atuando, portanto, no sentido de uma elevação geral do valor dos acordos, então propostos pela empresa – a CTP por outro lado, pressiona de diferentes maneiras. A forma de pressão da CTP, que mais simboliza para os operários esta fase da “guerra contra os estabilizados” é o *museu*. O *museu* é um local de humilhação, onde ficam confinados estes operários, transferidos de suas profissões e seções de origem para nada fazerem durante sua jornada de trabalho, como se fossem velhos trabalhadores inúteis e imprestáveis, com o objetivo de levá-los ao desespero. A designação irônica e auto-irônica de *museu* refere-se a este local de confinamento e castigo, embora a CTP tenha se utilizado de mais de um local característico para onde transferiu certos operários estáveis renitentes a seus *acordos*.

*“Eles chamavam prá fazer acordo. Ela (a CTP) então chamava com toda a calma: ‘ – Você quer fazer acordo? É muito bom, pega esse dinheiro, compra uma casa, bota negócio, você vai viver uma vida tranqüila’.*

*Agora, eles atacavam principalmente os estáveis. Porque os estáveis é que seguravam mais (as lutas contra a fábrica). Eram a força maior. Então eles pegaram e botaram o pessoal prá lá, pro SENAI, onde era o SENAI (em Paulista) e o pessoal ficava isolado, fazendo nadinha. Minha irmã mesmo foi prá lá, chamava ‘museu’. Chegava na hora da*

---

de dezembro de 1970 – naturalmente no regime de “optante” pelo FGTS – demitindo-o sem cerimônias no dia 18/8/1971, como qualquer operário novato; quando, no entanto, Antonio Rodrigues tinha a estabilidade de fato, a ser provada na justiça, de uma longa permanência na *folha amarela*.

*saída, batia cartão e saía, porque eles não queriam fazer acordo. Agora tinha gente que ficava humilhada, chateada, porque era visto como uma coisa que não prestava, jogado lá. Ganhava o mesmo salário. Quer dizer, quando eles tinham assim um plano pra um operário, quer dizer que eles faziam joguete, entendeu? Tudo pra massacrar, pra ver se o operário se abusava, fazia as contas, fazia acordo. Quando não botavam no 'museu', botavam numa máquina ruim, entendeu? Era esse tipo, ficava massacrando, até que a pessoa se chateava mesmo, num agüentava... Só sei que era assim. Minha irmã foi pro 'museu', até que terminaram demitindo, mas quando demitiu, quase ninguém saiu para o acordo, ela foi indenizada na justiça. Depois, também recebeu o tempo que ficou parada. Mas ela passou um ano em questão, o processo dela não demorou tanto quanto o da gente, o nosso julgaram improcedente a volta ao trabalho. Eu sai em 67, ela (a irmã) saiu em 69. Botaram ela no 'museu', mas ela nunca fez acordo. Agora com o acordo também teve gente que conseguiu até 80% no acordo, mas teve gente que perdeu na Justiça (a volta ao trabalho)."*

*(Ex-findeira, os grifos são meus)*

A ex-findeira Honorina, operária estável e sindicalista, duplamente não demissível por sua estabilidade adquirida e pelo fato de ser suplente do conselho fiscal da diretoria sindical em 1967, foi demitida, lutou na justiça pela reintegração ao trabalho, mas só conseguiu a indenização integral. Já sua irmã, ao invés de ser logo demitida, é "transferida" para o "museu", localizado nas dependências do SENAI, mantido pela fábrica em Paulista, com a finalidade de quebrar sua resistência na aceitação de acordo proposto pela CTP. Juntamente com um grupo de outros operários estáveis que para lá foram confinados, ela afinal foi demitida, e ganhou sua indenização integral na justiça. É o caso também de outros operários, colocados na situação de *museu*, em "castigo" nos escritórios da fábrica, e que recorrem à justiça antes mesmo de serem demitidos, tentando caracterizar a "alteração dos seus contratos de trabalho" e estarem submetidos a um "regime de constrangimento ilegal".<sup>362</sup>

---

<sup>362</sup>Os operários Militão José de Páscoa, João Fernandes dos Santos e José Manuel Inácio, todos três militantes sindicais e o primeiro sendo o secretário do sindicato, reclamam contra a CTP, em 17 de junho de 1969, pelos seguintes motivos: "1º) que os reclamantes são empregados estáveis da reclamada, exercendo as funções de *banqueiro, contramestre de cardas e encarregado de preparadeira baixa*, respectivamente, e percebendo salários o primeiro por produção, os dois últimos por diária; 2º) que a reclamada, desde algum tempo, vem mantendo os reclamantes à disposição do Departamento do Pessoal, sem função própria, o que constitui uma alteração nos seus contratos de trabalho; 3º) que, além disto, os reclamantes estão submetidos a um regime de constrangimento ilegal, impedidos de se locomoverem salvo para atenderem as necessidades fisiológicas; 4º) que, apesar de constantes entendimentos, entre reclamantes e a reclamada, no sentido de encontrar uma solução para esta solução injusta, a reclamada se mantém irredutível; 5º) que caracterizada como está a situação de incompatibilidade, outro caminho não tem para os

De fato, a tática do *museu* não dá grandes resultados para a CTP, em Paulista, como também não deu sua utilização anterior pela Fábrica da Macaxeira do Grupo Othon Bezerra de Mello, em Recife. E tanto Militão José de Páscoa quanto a irmã de Honorina não são surpreendidos pelo *museu*: eles têm conhecimento das lições de resistência dos operários da Macaxeira, entre 1965 e 1967, difundidas pelo sutil e reprimido movimento operário de então<sup>363</sup>, e acabam vencendo a CTP, apesar do *museu*.

---

reclamantes senão o Judiciário; assim sendo, reclamam a esta douta Junta de acordo com a letra D do art. 483 da CLT, o pagamento de suas indenizações em dobro e demais títulos trabalhistas, tudo num quantum a ser apurado, em liquidação de sentença." (Os grifos são meus, JSLL).

<sup>363</sup>No contexto repressivo do pós-64 no interior das fábricas, foi criado na Fábrica da Macaxeira em 12 de abril de 1965, por determinação de novos chefes provenientes do sul do país, o "salão de reserva", que os operários chamaram de "abrigo", "campo de concentração", mas principalmente de "museu". A alegação inicial da empresa era a de que seriam implantadas novas normas produtivas para as quais aqueles operários estariam inaptos por serem "velhos" e muitos habituados a antigos procedimentos de trabalho. Entretanto, esta alegação produtivista logo foi desmentida pelos fatos: para o "museu" foram transferidos tanto operários que se distinguiam pela alta frequência com que recebiam prêmios de produção, quanto operários que trabalhavam em setores não-"produtivos", como as oficinas e os escritórios. Entre eles havia o ponto comum de serem operários estáveis. Iniciado com 39 operários numa casa de propriedade da empresa, mas do lado de fora da fábrica, o "museu" foi depois transferido para um galpão úmido, sujo e quente situado no primeiro andar da fábrica, em cima do salão de engomadeira, quando então já contava com 90 operários. Alguns poucos operários, logo de início desesperados com a humilhação, aceitaram acordos irrisórios, e pagos à prestação. Diante deste exemplo, os demais se organizaram dentro do "museu", exigindo o pagamento de salário igual aos que ganhavam na sua função original, organizando passatempos, tornando toleráveis as jornadas de trabalho vazias, e inclusive liderando reivindicações para toda a fábrica, como a movimentação para o pagamento do 13º salário atrasado de 1965. Em abril de 1966 os operários estáveis confinados organizaram o 1º aniversário do *museu* com mesa enfeitada, bolo e discursos, sendo convidados operários das outras seções da fábrica. E para comemorar este aniversário do movimento de resistência dentro do *museu*, é lançado o "Boletim Resistência" fazendo o retrospecto desse ano de lutas. Aos poucos, os operários do *museu* foram sendo reincorporados à fábrica, pois "a instituição" havia se transformado em um foco irradiador de reivindicações para as outras seções da fábrica. Em fevereiro de 1967 o último operário isolado no *museu* foi reintegrado. Os demitidos então foram os chefes que preconizaram o *museu*, um empreendimento que deu prejuízos. Cf. o relato mimeografado, produzido pela equipe da FASE do Recife, em setembro de 1979, "O Museu: um relato da resistência dos operários estabilizados da Fábrica da Macaxeira - Cotonifício Othon Bezerra de Melo - em Recife, nos anos 1965-1966; resumido dos depoimentos de quatro antigos operários". Uma outra luta levada adiante pelos operários da Macaxeira (e também de outras fábricas do Recife), particularmente os tecelões, foi a luta de resistência, na justiça, ao aumento do número de máquinas automáticas sob a responsabilidade de cada tecelão. Vendo o número das máquinas com as quais trabalham aumentarem, com elas a

O final do relato da ex-fiandeira Honorina fala algo dos dilemas colocados para os operários, na sua resistência à “guerra contra os estabilizados”, na sua fase de ofertas mais sistemáticas de acordos pela CTP, depois que a empresa sofre derrotas na justiça: os operários têm que avaliar o risco de sua resistência na justiça em vista da indenização integral, contra a possibilidade do esgotamento prematuro, e da pouca longevidade para o usufruto da aposentadoria e da casa própria, na vila operária em que passaram suas vidas. Se a fiandeira Honorina viveu as angústias de dois anos sem salários, com uma questão na justiça onde perdeu a reintegração ao trabalho mas ganhou a totalidade da indenização, a fiandeira Isabel viveu a angústia de ter que aceitar o *acordo* oferecido pela CTP, diante do seu esgotamento no trabalho e dos riscos de uma duração maior de sua resistência dentro da empresa pelos seus direitos:

*“Quando eu completei os 30 anos, tava esgotada já. Porque quando a gente começou a trabalhar com três máquinas de fiação, a gente corria demais. Não descansava nada, nada mesmo. Eu chegava em casa, do trabalho, tava com uma agonia aqui. Eu não suportava ficar sentada, em pé, deitada, era aquela agonia, aquela coisa ruim. Não sabia como era que ficasse. Eu tava tão esgotada, que pedia a Deus que chegasse logo aos 30 anos, que completasse para sair. Quando completei, não tava saindo ninguém. A companhia não tava fazendo acordo com ninguém. Então eu completei no mês de setembro, e trabalhei até fevereiro. Até o dia 28 de fevereiro de 1969. Foi em 69, que eu sai com 60%, aquela coisa que não compensava de jeito nenhum o trabalho, mas a gente não agüentava mais. Quase todos que trabalham, quando completa, aí não pode, não agüenta mais. Pode ficar trabalhando, mas não suporta mais. Hoje eu vejo que se tivesse agüentado mais um pouco, como outros que a companhia indenizou totalmente, né. Teve o direito à indenização integral. Isso foi no fim do ano de 1969. Um bocado de operário velho tiveram direito à indenização integral, mas quase nenhum tinha ainda aposentadoria. Ainda não tinha, né. Se eu tivesse esperado mais um pouco, tinha saído com indenização integral, talvez não tivesse nem alcançado, né. Tinha uma crise, uma coisa qualquer e... Não me arrependo por causa disso.”*

*(ex-fiandeira, que recebeu a propriedade de casa da vila operária, como parte da indenização)*

Se na “guerra” da CTP contra os operários estabilizados – este “ajuste de contas” entre a empresa e seus trabalhadores “modelares” do período do *aliciamento* de famílias e do “trabalho para todos” – a *companhia* se depara, no desenrolar da luta, com os fantasmas do seu passado, com os ônus de reclamações atualizadas de uma parte remanescente dos operários, que passa-

---

intensidade do trabalho, mas não o salário, os tecelões demonstraram, em juízo, este aumento da exploração fabril através da mensuração do grande aumento da distância diária, em quilômetros, percorrida por um tecelão no seu grupo de máquinas. No entanto, a justiça deu razão às fábricas, em nome da “modernização”.

ram por suas seções as mais peculiares, pela *folha amarela*, pela *gerência externa*, pelo *corpo armado de vigias* ou pelo exército de *lenheiros e foguistas* das caldeiras, em suma, com os ônus dos direitos reivindicados pelos operários associados, que mantiveram a sua produção desde o auge do “sistema Paulista” até o período da “modernização”; também os operários se vêem, no desenrolar desta “guerra”, defrontados com os fantasmas de sua longa existência como trabalhadores fabris – o esgotamento físico e mental com o trabalho de fábrica e suas condições ambientais e disciplinares.

Tal é o caso do drama do operário João Branco, da seção de embranquecimento do pano na Fábrica Aurora, contado da ótica de sua esposa<sup>364</sup>. E tal é o caso também do velho operário João Lins, que assistiu ao surgimento da

---

<sup>364</sup>A esposa de João Branco, a propósito de suas impressões do interior da Fábrica Aurora (nas seções masculinas conexas à estamperia e ao acabamento do pano), acabou relatando sua versão da atuação dos médicos da CTP diante das conseqüências da insalubridade incidindo, continuamente, sobre a saúde de seu marido, atuação esta que estaria relacionada, na sua versão conspiratória, porém sintomática do que estavam vivendo os operários antigos, à questão da “guerra contra os estabilizados”. Este relato está registrado em meu “diário de campo”.

“Dona Moça (esposa de João Branco) falou de suas impressões da fábrica das vezes em que conseguiu entrar lá. Sendo conhecida dos vigias porque levava comida diariamente, há anos para o marido no portão da fábrica, uma vez obteve permissão de levar a marmitta diretamente para ele. Entrando na fábrica, deparou-se com um ambiente totalmente estranho e hostil. Passou por uns tanques enormes de goma, passou pela seção de tintas, onde a ‘catanga’ era insuportável. De tanto ir lá levar a comida no portão era conhecida dos operários, que lhe indicavam o caminho da máquina de João. Passando pela seção de goma, os operários brincaram com ela, ameaçando sujá-la de goma, e ficar como eles, todos sujos de goma, todos brancos, vendo-se apenas ‘aquelas duas holotas escuras que eram os olhos daqueles homens’. ‘Quando cheguei na máquina de João (continua o relato Dona Moça), uma secadeira enorme, não vi onde ele estava. Estava metido lá pelo meio da máquina. Lá os operários me mostraram todas as seções e as máquinas da fábrica. Achei bonito a gravação e a estamperia. A gravação é um trabalho bonito mesmo, aqueles cilindros de ouro, que fazem qualquer desenho no pano, e não misturam as cores. Uma outra vez eu entrei lá, cheguei perto da máquina de João, e não consegui vê-lo. Ficava como se fosse aquela garoa da manhã, que não se via a pessoa que estava na máquina. Era o ácido. O ácido se desprendia e as pessoas que trabalhavam ali respiravam aquilo tudo. Um dia, João chegou em casa completamente branco, curvo, sem sangue e sem conseguir falar. Todo mundo em casa ficou nervoso, foi o ácido que tinha tomado conta do corpo dele, do sangue dele.’ Dona Moça contou, então, as suas andanças pelo INPS e as brigas dela com os médicos da companhia para conseguir licença médica para o marido. ‘Porque (completa ela) os médicos da companhia ganhavam para não dar licença médica aos operários, principalmente os mais velhos, que era pra eles morrerem, e a companhia ganhar a indenização deles. Os médicos, então, ganhavam uma porcentagem daquela indenização.’”



vila operária “por sobre os escombros dos *mocambos*” (cf. cap. 4), e que se defronta com o seu esgotamento e o de colegas próximos para então aceitar, como mal menor diante do fim da vida, o acordo proposto pela CTP, que praticamente se resume na transferência da propriedade da casa em que já mora.

*“Eu fiz acordo porque eu trabalhei uns 42 anos, esperando que me botassem prá fora (risos). Esperei, esperei, esperei, e eu vendo que talvez fosse me acabar, aí pensei, ‘se a companhia quiser fazer acordo comigo, eu faço’. Porque teve uma pessoa aqui que ficou trabalhando, trabalhando, trabalhando. Depois houve acordo (a CTP propôs acordos para quem aceitasse fazê-los). Ele não quis fazer acordo, esperando que a companhia botasse prá fora, porque, no acordo, a gente se sujeitava ao acordo que a companhia pagasse, nê, e se botasse prá fora, ele ia receber a indenização (na Justiça). Então ele resolveu não fazer mais o acordo, esperando, esperando, esperando. Mas ele tomou umas bicadas (a cachaça), depois começou com problema de saúde, o homem já tava muito doente, pensando que já não ia mais trabalhar, então foi procurar a companhia para fazer acordo. A companhia vendo que ele estava doente, não era mais vantagem para ela fazer um acordo para ele. Não quis fazer o acordo com ele. Quando não pôde mais trabalhar, passou para o Instituto e antes de receber o primeiro pagamento (da pensão), morreu. Nem ganhou nada do Instituto, nem da fábrica. E muitos operários, vendo isso, resolveram aceitar o acordo que a companhia estava propondo. Eu mesmo, vendo isso, aceitei o acordo em 1968, fiquei com essa casinha. Mil cruzeiros por essa casa, quando eu saí. Meu acordo foi uns mil e quinhentos. Deu 500 em dinheiro e a casa”*

Proprietários de suas casas de vila operária, os velhos operários João Branco e João Lins procuram manter os pedaços-operários, que sempre preservaram, arrendando à CTP pequenos pedaços de terra próximos às suas respectivas casas. Se os *acordos* propostos pela *companhia* fazem os operários perderem quase a metade do que teriam direito como indenização por sua longa vida no trabalho fabril, resta o consolo da permanência na casa, no bairro e em um modo de vida ali construído, resta a apropriação “de direito” de uma vila operária da qual estes trabalhadores são depositários da história e das tradições. E se os velhos operários adoentados, com bem mais que 30 anos de trabalho, têm menos força diante da CTP para conseguir acordos melhores e para arrancar mais do que apenas a casa em que já moravam; outros operários, geralmente *operários de questão* comprovados, ainda em pleno gozo de sua saúde, alcançam melhores acordos com a empresa e *escolhem* uma casa melhor para morarem ou mesmo *duas* casas, como é o caso do operário Joaquim, o mesmo que desafiou os *vígias* para permanecer em seu *mocambo* no final do capítulo 4, e que agora canta vitória no capítulo 12.

*“Eu entrei, eu cheguei em Paulista no dia 10 de agosto de 1944 e fiz acordo no dia 10 de agosto de 1975. Eu fiz acordo, e me aposentei. Agora, fiz acordo com duas casas. Porque eu tinha mais ou menos 30 e*

*tantos milhões pra receber, na base de 100%, né. Mas o acordo a companhia só fazia na base de 60%. Então, 60%, ficou 16 e pouco. Com 16 e pouco, eu tinha dado o nome dessa casa aqui (a que mora atualmente), eu já tinha feito o orçamento dessa casa, 8 milhões e pouco a casa, e de outra casa aqui perto também. Então só de casa eu dei 16 milhões e pouco. E ainda ficou devendo um pouco. E consegui fechar o acordo. (Joaquim relata, a seguir, como queria assinar logo o acordo em juízo, mesmo faltando o cheque da CTP com a diferença em dinheiro para além do valor das duas casas, totalizando o valor de 60% da sua indenização. O juiz impede a assinatura do acordo sem o cheque da CTP, o qual, após marchas e contramarchas da burocracia dos escritórios da empresa, demora alguns dias para chegar ao juiz) (...) Assim que cheguei com os papéis na mesa (do juiz), ele (o juiz) olhou pra mim e fez um ar de riso (devido à pressa anterior de Joaquim em assinar o acordo, mesmo faltando a diferença em dinheiro) e disse: 'Pode entrar, pode entrar'. Eu entrei, e depois, ele legalizou tudo, e depois disse: '- Quer dizer que agora tá tudo certo?'*

*Eu digo: '- Tá tudo certo. Quer dizer que agora eu não sou mais operário dessa empresa, não é?'*

*Ele disse: '- Não. Por aqui, por essa parte que eu assinei você não é mais operário''.*

*Eu digo: '- Graças a Deus!''*

O desfecho da “guerra contra os estabilizados”, produzindo *acordos* entre os operários e a CTP em torno das casas, vem dar uma nova configuração à vila operária. A própria diferenciação entre as casas, que antes refletia sistematicamente a hierarquia da fábrica, é agora, em certa medida, subvertida pela nova diferenciação que se estabelece entre os operários, via justiça do trabalho: os operários estáveis, que mais resistiram à “guerra” contra eles desencadeada pela empresa passam a ter acesso às melhores casas ou a casas, que antes eram alocadas a escriturários e chefes imediatos. Tal é o caso não só do operário Joaquim, que melhora sua posição relativa na vila operária de forma quantitativa, tendo acesso à propriedade de duas casas, mas também do operário Militão, que resistiu ao seu confinamento no *museu* (cf. nota 362), na justiça, e afinal obteve como parte de sua indenização uma casa maior para sua família numerosa, situada em arruado originalmente destinado a escriturários e pequenos chefes. Esta inversão da hierarquia e da diferenciação interna entre os operários provocada pela resistência dos “estabilizados” é assim um dos aspectos mais marcantes – além do próprio acesso mais disseminado de operários à casa mesma em que já moravam há anos na vila operária – desta apropriação final da vila operária pelos trabalhadores.

A diferenciação entre operários proprietários de suas casas e os não proprietários da vila operária já vinha anteriormente se delineando, desde o final dos anos 50, relacionada ao povoamento da “Vila Torres Galvão”. Ali podiam finalmente estabelecer sua casa própria os *operários de questão* ou sindicalistas que tiveram acesso à indenização via justiça trabalhista, ao lado de comerciantes e funcionários públicos locais. Também nas sedes dos

distritos de Abreu e Lima e Paratibe, os operários passam a ter acesso a terreno para construção: com o desfecho da “luta pela libertação da cidade”, a própria CTP interessou-se em vender terrenos nestas áreas distritais prevenindo-se contra possíveis movimentos futuros por desapropriação e aumentando as “válvulas de escape” das tensões decorrentes do seu monopólio territorial sobre o município. Mesmo quando o acesso à casa significava uma decorrência da perda do emprego, a casa sendo construída através de indenização, outras atividades da cidade de Paulista, como a feira e o pequeno comércio, garantiam a permanência das famílias de trabalhadores demitidos na localidade (cf. o final do capítulo 11)<sup>365</sup>.

Agora as “áreas livres” penetram na própria vila operária, com a transferência da propriedade de grande parte de suas casas para os trabalhadores como desfecho da “guerra contra os estabilizados”. A generalização dos acordos envolvendo as casas é tanto maior quanto para os operários o acesso à própria casa em que moravam, ou a outra casa da vila operária, é carregado – para além do seu valor monetário – de um sentido simbólico e afetivo. A perda lamentada da sociabilidade característica entre a vizinhança nos arruados da vila operária, quando famílias se transferiam para as “áreas livres” das sedes distritais ou da “Vila Torres Galvão” para terem acesso a casa própria, então não mais se realiza: aquela sociabilidade reforça-se agora em torno dos velhos ex-operários estabilizados proprietários de suas casas, servindo de apoio aos filhos em idade de trabalho e de casamento (cf. Alvim, 1985, cap. 6). Completa-se, assim, este processo histórico de “construção” de uma comunidade operária, que se apropria não somente de uma vila operária de fábrica, mas de sua “civilização” e de suas “tradições” reinterpretadas, sobre as quais imprime uma história de reivindicações, conflitos e lutas.

O peso desta apropriação da vila operária, que vem reforçar este sentimento, disseminado entre os moradores ex-operários e operários de

---

<sup>365</sup>“Na época do Harley (Robert Harley, diretor da CTP, nos anos 50) houve demissões em massa. Abreu e Lima cresceu muito, desde essa época com os demitidos de Paulista. Com essa indenizaçãozinha, compravam um mocambozinho, ou faziam uma casa pra melhorar e iam negociar na feira. A feira aqui era muito grande. Ainda é grande, mas a maior feira hoje é em Abreu e Lima. É uma feira que, no Estado, só depois de Caruaru, é Abreu e Lima. Abreu e Lima tinha umas pequenas propriedadezinhas de 6, 10 hectares, que pertenciam a terceiros. Mas a maioria toda em torno, tudo era deles. Fazia um cinturão de ferro. Dizia-se que, no município de 241 km<sup>2</sup>, havia apenas 96 proprietários. Desses 96, o maior que tinha (à exceção da CTP) tinha 16 ha de terra. Era tudo 2, 4, 5, 6 ha. Eu mandei fazer um levantamento. O resto tudo era deles (da CTP). Quando eu desapropriei aqui (refere-se ao desfecho do “movimento pela libertação da cidade”, quando era prefeito de 1951 a 1955) ele (Arthur Lundgren) então chamou o Sr. Valdo (Edwaldo Albuquerque, que tinha um escritório de vendas imobiliárias e trabalhava para a CTP) e disse: ‘Vamos lotear, que aquele homem é capaz de desapropriar aqui em Abreu e Lima’. Aí mandou vender.”

(Entrevista com Cunha Primo, ex-prefeito de Paulista entre 1951 e 1955)

Paulista, de pertencimento à cidade e ao bairro – no sentido analisado por Hoggart a respeito de setores “tradicionais” da classe trabalhadora inglesa, (cf. Hoggart, 1970) e desenvolvido no caso do grupo operário de Paulista por Alvim (1985, cap. 6), – é tanto maior quanto, por outro lado, as fábricas da CTP não mais centralizam a experiência de sociabilidade fabril dos trabalhadores daquela cidade. Com efeito, paralelamente à brusca diminuição da força de trabalho empregada pela CTP no período posterior a 1964, aumenta gradativamente a incorporação de operários a novas fábricas que se instalam, desde o início dos anos 70, no recém-criado “distrito industrial de Paulista”, em áreas vendidas pela CTP, principalmente nos distritos de Paratibe e Abreu e Lima<sup>366</sup>.

Além da dispersão dos operários entre as diferentes fábricas que se instalam em Paulista, a perda da sociabilidade tradicional dos moradores da vila operária, no interior das duas fábricas da CTP, também se relaciona à quebra da organização entre os trabalhadores por seções, com a saída dos operários estabilizados no decorrer dos anos 70. A resistência à opressão fabril, embora continue com reclamações na justiça trabalhista via sindicato, manifesta-se de forma individualizada e sem concertação coletiva, seja através de desabafos e contra-agressões aos chefes imediatos, seja através de pequenas sabotagens individuais. O banheiro da fábrica, lugar denso de sociabilidade entre os operários nos poros da jornada de trabalho, onde se combinavam reivindicações e movimentos de seções, onde se passavam abaixo-assinados escondidos (uma outra maneira era fazê-lo entre as máquinas, escondido dos fiscais, na passagem do percurso habitual pelo grupo de máquinas da fiandeira ou do tecelão, aproveitando-se de uma parada da máquina para o ato de assinar a *baixa-assinada*), é agora objeto da revolta individualizada dos novos operários, manifestando-se através da destruição proposital e do desleixo. Mesmo lamentada pelos ex-operários comparativamente à concertação coletiva que caracterizou sua geração nos anos 50 e 60, a revolta

---

<sup>366</sup>Desde o seu relatório anual de 1965 aos acionistas que a diretoria da CTP indica o seu interesse na criação de uma concentração industrial no município, em terras de sua propriedade a serem vendidas para grupos industriais, ao mencionar a “(...) oferta de (...) áreas adequadas para a implantação de novas indústrias, que formarão em futuro próximo um núcleo industrial neste município”.

Em 1976, quando iniciei a pesquisa de campo, as 19 fábricas de diferentes setores industriais instalados em Paulista totalizavam perto de 7 mil operários (incluindo os 2.000 operários da CTP, ainda a maior empregadora de mão-de-obra naquele período, assim como a tradicional fábrica de cimento Poti), sendo as maiores fábricas (em termos de número de operários) a Tecanor (Têxtil Catarinense do Nordeste), a Santista (têxtil), a Wolf (metalúrgica), a General Electric, a Springer-Admiral, entre outras. A maior parte destas fábricas está instalada em áreas periféricas à sede municipal, no distrito de Paratibe e de Abreu e Lima (que depois se tornou município), e se beneficiaram de incentivos e financiamentos através da SUDENE. Para uma análise da política de industrialização mais recente no Nordeste, cf. Andrade, 1981, caps. V e VII.

individualizada dos filhos dos operários “modelares” da *companhia*, mas que depois contra ela se erigem, denota, de qualquer forma, a resistência e a revolta interiorizadas e uma coragem surpreendente diante da opressão fabril.

Aumenta assim a rotatividade da mão-de-obra nas fábricas da CTP em um grau que escapa à intencionalidade de sua política de intensificação da exploração no interior da produção, e que se relaciona à implantação das novas fábricas no distrito industrial<sup>367</sup>. A atividade sindical, já afetada com o desgaste das lutas pelo dissídio coletivo no período 66-68 e das lutas de resistência à “guerra contra os estabilizados”, com o desgaste do ambiente repressivo vigente (o presidente do sindicato foi preso, no início dos anos 70, juntamente, com outros militantes operários católicos), e com a extinção de sua fiel base sindical, girando em torno dos antigos operários estáveis, perde o poder de iniciativa e de aglutinação do grupo social que a caracterizava até o final dos anos 60. Algumas tentativas efêmeras de associatividade entre colegas de seção são feitas com base na formação de uma *caixinha* para empréstimos entre os operários cotisadores, reeditando assim, de forma “política”, a tradição do *acode-vexame*, frequentemente utilizada pelas operárias de Paulista<sup>368</sup>. Estas tentativas, ensaiadas pelos operários da CTP, e logo desfeitas pela rotatividade da mão-de-obra ou pela intencionalidade da ação patronal, retomam assim essa prática associativa de pouca visibilidade política, em torno de carências imediatas, e a partir da qual são organizados movimentos reivindicatórios – característica do período de mais intensa repressão nos anos 70 da ditadura pós-64, onde tiveram mais destaque a *caixinha* organizada entre os *artistas* das oficinas de manutenção da

---

<sup>367</sup> Entre 1974 e 1975, após as enchentes que atingiram as áreas em torno de Recife, e a conseqüente liberação pelo governo federal do Fundo de Garantia dos trabalhadores daquela área, muitos operários saíram espontaneamente da CTP em vista da oferta de empregos de novas fábricas que se instalaram em Paulista.

“Agora há pouco, saíram quase mil operários da Paulista, e foram tudo pra Tecanor. Inclusive contramestre e tudo. Tiraram as contas, e foram depois que receberam o Fundo (o FGTS). Porque muita gente tava amarrada com o Fundo de Garantia. Aí teve aquela enchente, e o governo liberou pra retirar o Fundo, a turma aí tirou e foi tirando as contas. Foi tudo pra Tecanor. Resultado: ela (a CTP), vendo que ia perder os poucos operários profissionais, os que mais produzem, porque a turma ia cair fora, porque ninguém agüenta passar fome, então ela deu um aumento de 40%. Ficou tudo alegre, mas depois, ela desconta isso no material ruim e nos preços das letras (as constantes trapanças das regras do jogo do salário por produção).”

(tecelão, trabalhando na CTP em 1976 por ocasião da entrevista)

<sup>368</sup> O *acode-vexame* era uma prática disseminada principalmente entre as mulheres geralmente operárias da fábrica, que por iniciativa de uma delas, por ocasião de preparativos de casamento, festas ou despesas maiores, propõem a formação de uma *caixinha*, de onde sacam a totalidade das quantias depositadas em períodos previamente estipulados, cada depositante fazendo-o sucessivamente (cf. Alvim, 1985, caps. 4 e 6).

fábrica de Pirapama (através da “Sociedade dos Artistas Mecânicos de Pirapama”) no município de Escada (onde a influência de militantes católicos operários se faz sentir no sindicato dos têxteis local), assim como a *caixinha* dos operários da Fábrica da Torre (dados de entrevistas). Em torno da promoção destas *caixinhas* de fábrica, alguns poucos operários “ativistas” perambularam de fábrica em fábrica, nos anos 70, procurando organizar movimentos reivindicatórios na conjuntura repressiva de então.

Mas se as fábricas da CTP, a partir de meados dos anos 70, deixam de ser o centro em torno do qual se aglutinam as lutas e a associatividade dos operários de Paulista – e nem as novas fábricas do distrito industrial constituem-se, então, em novos focos de mobilizações reivindicativas de operários de procedências diversas (tanto de Paulista, quanto de outras áreas do Recife) e submetidos a um enquadramento aprimorado tanto nas formas de recrutamento quanto no cotidiano da produção – os “bairros” de Paulista tornam-se, ao contrário, para os operários, um lugar de associatividade e reivindicação coletiva. Não mais pela “libertação da cidade” contra a CTP, mas engrossando as reivindicações por melhorias urbanas dos movimentos associativos de bairros, que emergem em diversas áreas do Recife e seus arredores nos anos 70. É na escala dos bairros de Paulista que surgem pequenas iniciativas – como as “cooperativas de criação de porcos” nos quintais das casas dos operários, destinadas a proverem fundos para a realização de festas de congraçamento e reuniões de *operários de questão* – voltadas para a valorização e a afirmação de uma associatividade autônoma dos trabalhadores e para a gestação de movimentos de reivindicação coletiva. Também é nas pequenas reuniões de bairro que se encontram antigos operários remanescentes da tradição dos ativistas-comunistas dos anos 40 e 50, com a geração mais nova de ativistas, formada na matriz católica, e que mantém as iniciativas associativistas nos anos 70. As reivindicações de melhorias urbanas desenvolvidas agora por estes novos proprietários das casas da vila operária, assim como pelos ex-operários das antigas “áreas livres” nos distritos de Paulista e na “Vila Torres Galvão”, propiciam a formação inicial de associações de bairro. Estas reivindicações estão registradas em números do “Jornal dos Bairros” do Recife, publicados entre junho de 1978 e o início de 1979, e no efêmero jornal local mimeografado “O Tin-Tin” (que conta as coisas “tin-tin por tin-tin”, se auto-entitula “jornal do movimento dos bairros de Paulista” e é distribuído em 1977). A política ao nível municipal, estadual e nacional também ocupa estes “oposicionistas” de Paulista dos anos 70.

A “apropriação” de parte da vila operária pelos próprios operários, quebrando com o monopólio territorial e imobiliário da CTP sobre a sede municipal (à exceção da área anteriormente livre da “Vila Torres Galvão”), acompanha-se paralelamente da venda pela CTP de terrenos, onde se instalam tanto as indústrias do distrito industrial, quanto conjuntos habitacionais da



COHAB, nas áreas periféricas à vila operária, fazendo aumentar bruscamente a população do município. O “transbordamento” da antiga vila operária fabril, quebrando o seu isolamento original, contribui para transformá-la em um enorme “bairro” de uma área metropolitana maior. E é neste novo contexto que as reivindicações e os movimentos de bairro aumentam de importância em todo o município.

Por outro lado, este “transbordamento” da vila operária acompanha-se de um processo de “desobreirização” da força de trabalho, comportando múltiplos aspectos. Tal processo de “desobreirização” dos anos 70 refere-se, por oposição ao processo de “descampesinamento” e “obreirização” ocorrido desde 40 anos antes, examinado na parte I deste livro. E podemos delinear em linhas gerais as transformações que este processo, que é mais geral do que o ocorrido apenas com os operários de Paulista, afinal impõe, nos anos 70, aos trabalhadores das fábricas com vila operária na área em torno de Recife (cf. Leite Lopes e Machado da Silva, 1979).

O processo de “desobreirização” correlativo à decadência da fábrica com vila operária desemboca em três vias de transformação. Em primeiro lugar, existe a via do pequeno comércio que representa não somente uma “desobreirização” no sentido de uma desvinculação com a fábrica, mas também com qualquer profissão de trabalho manual podendo ser exercida em pequenas oficinas. Com efeito, a maior parte dos operários das fábricas têxteis exercem profissões “produtivas”, remuneradas à base do salário por produção, e que são profissões que dependem da fábrica, de suas máquinas e de sua forma de cooperação para serem exercidas. Fora das fábricas, não há lugar para continuar na profissão, e a “desobreirização” se acompanha de uma “desprofissionalização”. A via do pequeno comércio só não é uma “desobreirização” completa, porque, por um outro lado, ela suporta, ao nível do grupo doméstico, uma administração da força de trabalho familiar em que alguns de seus membros continuam operários e, portanto, sujeitos à instabilidade de seus empregos. O pequeno comércio de *feira* ou de *barracas* não só complementa o orçamento doméstico, onde entram rendimentos obtidos do trabalho fabril, como pode representar – como foi o caso da luta dos *estabilizados* contra a *companhia* – um apoio ativo nos conflitos dos operários com a fábrica e uma atividade propícia a absorver os operários demitidos após um período de *questão*. Por outro lado, a atividade operária anterior na fábrica tem sua importância no estabelecimento do pequeno negócio e no seu desenvolvimento, como mostra Machado da Silva (1979).

A segunda via de transformação tomada pelo processo de “desobreirização”, oriundo da decadência das fábricas com vila operária, é uma via que desvincula os trabalhadores das fábricas, mas não de uma profissão manual. Os operários ligados às atividades de manutenção de fábrica ou possuindo alguma profissão ou treinamento prático, que podem ser exercidos independentemente das máquinas e da cooperação fabris,

poderão trabalhar nas oficinas de reparação e manutenção que proliferam na área metropolitana. Em particular, as oficinas de reparação de automóveis, desde a instalação da indústria automobilística no sul, destacam-se dentre essas oficinas (cf. Oliveira, 1972, pg. 28), assim como as oficinas de fabricação de artigos utilizados pela população proletária. Uma outra forma de exercício de profissões manuais em condições artesanais ou próximas ao "trabalho independente" é a conversão de operários fabris em pedreiros e atividades afins na construção de casas nos bairros populares, em torno de um mercado vicinal de construção. Já as oficinas tendo por atividade o conserto ou a fabricação de peças e ferramentas para as fábricas, surgirão com a nova fase de industrialização pós-SUDENE em que as formas de articulação entre oficina e fábrica proporcionam aos operários profissionais um exercício aperfeiçoado de sua profissão, em que esta pode dar vazão à sua capacidade criadora e inventiva no ambiente artesanal dos *serviços* dessas oficinas (cf. Mello Marin, 1979).

Essa nova fase de industrialização pós-SUDENE vem dar a tônica da terceira via de transformação por que passa esse processo geral de "desobrerização" correlativo à decadência das fábricas com vila operária. Essa via, no entanto, representa a nova face obreira deste processo, sendo mais a negação do tipo de industrialização com controle direto da esfera doméstica de seus trabalhadores do que a negação do trabalho fabril ou do trabalho manual profissional. Essa transformação do operário da fábrica com vila operária, submetido à fábrica tanto pelo processo de trabalho como pela materialização de sua reprodução, em operário fabril "clássico", submetido à fábrica pelo processo de trabalho, mas que está livre dela na esfera exterior ao trabalho fabril, já vem se desenvolvendo no interior mesmo das fábricas com vila operária. A própria luta dos trabalhadores contra o controle sobre a sua esfera doméstica por parte das fábricas com vila operária, as reações a essa luta por parte dos patrões, as vagas de demissões causadas por reorganizações na produção modificando a composição técnica do capital em detrimento do emprego dos operários, vão atenuando as formas de controle dessas fábricas sobre a totalidade da vida dos operários. Por outro lado, essas fábricas começam a ter interesse em desvencilhar-se desse controle sobre a esfera doméstica de seus trabalhadores, representando um custo que para elas começa a pesar em vista da concorrência com um estilo de acumulação de capital que se desenvolve sem os entraves decorrentes de despesas na manutenção de vilas operárias e de propriedades territoriais. Com efeito, as novas fábricas não exercem o tipo de controle característico das fábricas com vila operária sobre sua mão-de-obra fora do processo de trabalho. Elas vão representar, além disso, um mercado de trabalho alternativo possível para os operários das fábricas antigas, dependendo de seu posicionamento profissional, atuando sobre as antigas fábricas no sentido da adoção de práticas com respeito à força de trabalho semelhantes às das fábricas novas.

Essas práticas, embora signifiquem o relaxamento do controle sobre a esfera doméstica dos trabalhadores, intensificam, por outro lado, a exploração no interior do processo produtivo a um tal grau, que até mesmo a antiga dominação sobre os operários de fábrica com vila operária, começa, paradoxalmente, a despertar aspectos positivos no discurso dos trabalhadores, na sua comparação com as novas formas de dominação. São adotadas também práticas “racionalizadoras” de recrutamento de mão-de-obra, tais como os testes psicotécnicos, os exames médicos, e outras formas de obstáculo à entrada de trabalhadores, reforçando uma rarefação dos empregos disponíveis, e desesperando os operários na sua procura exaustiva de novos empregos. As novas formas intensificadas de exploração no processo de trabalho exaurem prematuramente os operadores de máquinas, provocam formas de concorrência, estimuladas entre os trabalhadores, e enquadram de tal forma os profissionais de manutenção que estes procuram os *serviços* nas oficinas quando se trata de desenvolverem sua profissão.

Os marcos de referência desse processo de formação do proletariado urbano atual, dos anos 70, partem assim dos trabalhadores submetidos ao “sistema fábrica-vila operária” e desembocam, com o processo de desagregação desse “sistema”, nas vias aparentemente opostas, por um lado, das novas formas de “trabalho independente”, tais como o pequeno comércio ou o trabalho artesanal em pequenas oficinas, e por outro lado, no surgimento de um novo operário fabril “clássico”, não submetido ao nível da esfera doméstica, mas, eventualmente, desdobrando-se também, em seu tempo livre, em um trabalho artesanal complementar. Parte-se de um processo de “descampesinamento” com imediata “obreirização”, para um processo posterior (decalado de 30 a 40 anos) de “desobreirização”, que é desdobrado na recriação de formas de “trabalho independente” seja ao nível do comércio, seja ao nível artesanal, e no surgimento de uma nova camada operária não submetida ao nível da esfera doméstica, mas submetida às formas intensificadas de exploração das novas fábricas<sup>369</sup>.

---

<sup>369</sup>Tal processo parece guardar algumas semelhanças com o processo de transformação da *plantation* canavieira estudado por Palmeira e Sigaud, em que o processo de decadência da *morada* e as transformações sociais internas à *plantation* deram lugar tanto ao surgimento de um proletariado rural, representado pelos trabalhadores rurais expulsos para a *rua*, e pelos *moradores* remanescentes com uma relação de *morada* redefinida, quanto ao surgimento simultâneo de um novo campesinato, a partir da periferia da *plantation* (cf. Palmeira, 1971, Palmeira et alii, 1977 e Sigaud, 1979). Assim como naquele processo o novo campesinato só pode surgir a partir da demanda representada por um proletariado rural que perdeu os recursos da *morada*, assim também o desenvolvimento de formas de “trabalho independente” no seio das camadas populares urbanas, tais como o pequeno comércio e o trabalho artesanal voltados para o mercado dessas mesmas camadas populares parece estar ligado às transformações sofridas por um proletariado que perde o acesso aos recursos do estilo de industrialização das fábricas com vila operária e que por outro lado

Desta nova existência operária, menos generalizada na cidade comparativamente ao "tempo do trabalho para todos" na *companhia* e incidindo sobre parte apenas das novas gerações de trabalhadores<sup>370</sup>, os ex-operários *estabilizados* e *de questão* produzem uma observação, calcada sobre sua própria experiência, que não deixa de iluminar as tendências dos processos de "modernização" e "desobrerização".

*"A modernização prejudicou muito o povo, porque em vez de entrar a pessoa pra trabalhar, jogava fora, não é? Porque se uma empresa, que trabalhava com 16 mil operários, depois se reduzir a 2 mil, onde estão os 14 mil? Uma grande parte aposentados como eu, outros que saíram antes de completar sua aposentadoria, ficaram aí, fazendo exame nas novas fábricas, e perderam o emprego e a aposentadoria. Isso foi uma coisa que prejudicou muito, a modernização. Antigamente, não tinha outra fábrica em Paulista. Somente essas duas, a Aurora e essa Fábrica Velha aqui. Agora depois que chegou um prefeito aqui, depois da Revolução, né, que era coronel reformado, aí entrou em convênio com a SUDENE, e trouxe várias fábricas para Paulista. Aí já empregou mais alguém. Mas tanto tem gente de outros lugares, gente do Recife trabalhando aqui, como tem gente daqui trabalhando em Recife. Eu tenho certeza que com todas as fábricas que tem em Paulista, Paratibe, Abreu e Lima, por aí afora, tudo isso ainda não tem nem 10 mil operários trabalhando. Quando somente com duas fábricas, que tinha, antigamente, empregava 16 mil operários registrados, e dizem que tinha uns 6 mil clandestinos, né. Quer dizer que eram 22 mil. Outra coisa: depois que começaram a remontar as máquinas, tecelagem automática, essas coisas todas aumentou o trabalho para uma pessoa. Ninguém pense que diminuiu não. Aumentou porque, antigamente, a pessoa trabalhava com dois teares 'pé-duro', agora, trabalha com 22! Veja quanto aumentou a produção pra empresa. E o operário ficou*

---

tem que se valer cada vez mais do endividamento oferecido pelo pequeno comércio voltado para ele, diante de um salário real cada vez mais reduzido.

<sup>370</sup> Entre as novas gerações de trabalhadores, entrando agora para o seu enfrentamento com o mercado de trabalho, e as gerações de ex-operários *estabilizados* que alcançaram a aposentadoria, situam-se os grupos de trabalhadores não *estáveis* demitidos, e que tiveram de imediato uma deterioração nas suas condições habituais de reprodução, privados que foram de suas condições de trabalho e de subsistência. A alternativa imediata, para estes trabalhadores, em particular os homens, pode ser a partida para o Sul na busca de emprego, antes que novas possibilidades de trabalho no pequeno comércio ou nas novas fábricas apareçam. A "reconversão" a uma destas novas alternativas de trabalho cabe assim a outras gerações e outros grupos de trabalhadores. Este efeito de decalagem, assinalado por Marx (1969, Livro 1, cap. XV, tópico VI sobre a "Teoria da Compensação", edição francesa do *Capital*) e por Thompson (1968, cap. 8, pg. 274) na sua análise da expropriação das condições de produção dos artesãos ingleses e sua proletarianização no início do século XIX traz, embutido naqueles grupos sociais que o sofrem, um sentimento de perda de identidade social, enfatizado nas análises de grupos operários em regiões cada vez mais freqüentemente condenadas à desativação industrial (cf. Noiriel, 1984).

*sempre prá trás. Quer dizer que o operário paga pra trabalhar! Ele ganha aquela coisa, aquele salário, é verdade, mas é como se ele pagasse pra trabalhar."*

*(ex-fianadeira)*

Por outro lado, as já referidas novas formas de recrutamento de trabalhadores, efetivadas pelas fábricas do distrito industrial, multiplicando os exames de saúde, psicotécnicos, documentos exigidos e outros testes diversos, dificultam o acesso ao emprego, e acentuam a sensação de insegurança dos trabalhadores no mercado de trabalho. Entre 1976, quando iniciei a pesquisa de campo, e 1983, aumenta enormemente o desemprego, com o fechamento (talvez definitivo) de fábricas (inclusive a CTP), ou a dispensa de trabalhadores das novas fábricas do distrito industrial. Mas desde 1976 que a sensação de insegurança no mercado de trabalho ressentida pelos filhos dos ex-operários da *companhia*, elaborada no contexto das trocas de impressões comparativas entre jovens e velhos operários no interior da família e da vizinhança (cf. Alvim, 1985, cap. 6), reforça o modelo de "idealização do passado" a respeito do "sistema Paulista", modelo que, como já assinalamos, enfatiza implicitamente a exploração maior embutida nas formas de dominação do presente. E este contexto explica em parte a importância dada pelos operários de Paulista à narração do seu passado, marcado pela interiorização da dominação, mas também, pela resistência e pelo conflito, remetendo-nos circularmente ao tempo presente das lembranças retrospectivas em que se baseia a parte I deste livro. E essa comparação entre passado e presente, concretizada pela geração dos ex-operários "modelares" da *companhia*, tornados "estabilizados" e coletivamente *de questão* a partir da resistência à "modernização" e à "guerra" contra eles desencadeada, é garantida pela permanência na localidade deste grupo operário, pela sua apropriação da antiga vila operária fabril como resultado de suas lutas, em suma pela sua "construção" de uma comunidade operária edificada sobre uma vila operária e sua correspondente "civilização", regida pelos princípios da cooperação fabril e da disciplina capitalista.

## CONCLUSÃO

As duas citações de entrevistas colocadas em epígrafe a este trabalho denotam dois tipos de orgulho manifestados freqüentemente pelos operários de Paulista a respeito do passado que caracteriza o seu grupo social: o orgulho proveniente da “cidade das chaminés”, da própria grandeza da *companhia*, que por extensão contagia a cidade e seus habitantes-trabalhadores; mas também o orgulho decorrente da experiência de lutas travadas contra esta mesma *companhia*. Geralmente estes dois tipos de orgulho – vinculados à identidade social deste grupo operário – convivem sem contradição aparente no discurso dos operários mais antigos de Paulista, como é o caso do ex-tecelão e ex-ativista tanto do sindicato dos operários têxteis quanto da liga camponesa e do sindicato de trabalhadores rurais local, que proclama o gosto da água e a beleza dos apitos da “cidade das chaminés”.

A evocação da grandeza da “cidade das chaminés” está associada, para os trabalhadores, às garantias materiais de existência que a *companhia* proporcionava aos seus operários, controlando os diferentes aspectos da vida social da cidade-vila operária por ela contruída. Este controle iniciava-se pela própria busca de famílias de trabalhadores nas áreas rurais e pequenas cidades do interior de Pernambuco e da Paraíba por *agentes da companhia* em um processo de aliciamento da força de trabalho que proporcionava também a fama da “fome de braços” da fábrica, e a conseqüente oferta espontânea de trabalho por parte de famílias de trabalhadores na fábrica e na vila operária de Paulista (cf. Alvim, 1985, cap. 3). Tal processo de aliciamento, que tem por ponto terminal a chegada de famílias a Paulista, proporciona, à maneira de um ritual de agregação ao mundo da fábrica, uma apresentação exemplar da forma de dominação ali instituída; desde a viagem e a passagem pelo *depósito*, até a locação ao trabalho e à casa da vila operária, mediada pelo *exame* efetuado, família por família, pelo patrão em carne e osso. O investimento e o empenho em uma presença personalizada do patrão, como durante a entrada disciplinar destes trabalhadores “modelares” – incorporação



esta que traz conseqüências sobre os trabalhadores já estabelecidos na fábrica e, dentre estes, sobre aqueles que não passaram pelo processo de aliciamento – desdobra-se em outros episódios marcantes da vida cotidiana desta comunidade de trabalho, como é o caso da decisão sobre a volta ao trabalho de operários despedidos após desavenças com chefes imediatos no interior desta rotatividade entrê as seções da fábrica que caracteriza o “tempo do trabalho para todos”, ou como é o caso na garantia personalizada da “economia moral” da feira da *companhia*, através da fiscalização patronal dos preços e das mercadorias. Esta superposição da dominação personalizada – garantida, senão pelo investimento cotidiano do patrão diante de seus subordinados que caracteriza as “formas elementares da dominação” (Bourdieu, 1976 e 1980, cap. 8), pelo menos por uma “teatralização da dominação” (Thompson, 1976), que se adequa mais apropriadamente aos grandes números de trabalhadores passando por esta grande unidade fabril – à dominação institucionalizada e impessoal da grande indústria, traz a vantagem de “inventar” uma forma de dominação que tem elementos de continuidade com as modalidades de dominação tradicionais, prevalecentes nas áreas rurais de origem dos trabalhadores aliciados.

Também a construção de uma enorme vila operária é um importante elemento da legitimidade desta forma de dominação, na medida em que a garantia material da moradia para as famílias recrutadas as sedentariza no novo mundo da fábrica, abrindo-lhes a possibilidade de trazerem novos parentes e agregados de suas áreas de origem. A delimitação de áreas para a concessão de “roçados-operários”, a administração de uma feira com preços regulados de mercadorias transportadas pela estrada de ferro da empresa e trazidas dos *sítios da companhia*, são garantias acessórias à moradia na vila operária, assim como também o são o crédito aos enterros e ao remédio da farmácia, descontados do salário, e facilidades para o luto das famílias. E sobre esta vila operária e o controle das condições materiais de existência dos trabalhadores erige-se a promoção, por parte da *companhia*, da vida associativa, religiosa e recreativa dos habitantes-trabalhadores, que complementa esta “civilização” da fábrica Paulista.

É verdade que a construção da vila operária, “por sobre os escombros dos mocambos” dos operários mais antigos, destruindo um outro tipo de relação com o espaço da casa, o roçado e a criação anexos, não é isenta de conflitos. Como também não o é a fixação de preços na feira dos produtos agrícolas, necessariamente para ali escoados, dos camponeses-foreiros dos *sítios da companhia*. Estes e outros conflitos são abafados pela simples presença, e pela atuação exemplar sobre os “desviantes”, deste enorme corpo armado de vigias da CTP, que é posto em evidência por ocasião das conseqüências imediatas da “Revolução de 30” em Pernambuco. Questionado então por sua utilização imediata, na cena política, no cômputo das forças armadas auxiliares (da derrotada facção “situacionista”), subjacente à disputa

pelo poder estadual, o corpo armado de vigias da CTP é, no entanto, legitimado pelo novo governo como polícia particular de empresa, que como tantas outras (de fazendas, engenhos e usinas, e fábricas), deve restringir-se ao território e à administração interna destas unidades produtivas.

É também o período que se segue à “Revolução de 30” que propicia a colocação em evidência desta outra característica, subjacente a toda esta “civilização” da fábrica Paulista, a saber a sua incompatibilidade com a associatividade sindical de seus operários, e a sua resistência à aplicação das leis sociais, instrumentalizada por seu “governo local de fato” sobre o seu território. Esta a “face oculta” da “cidade das chaminés”, ressaltada na segunda citação, que serve de epígrafe ao livro, de um ex-operário da seção de estamperia da CTP.

E é esta mesma segunda citação, que aponta para a “tecelagem dos conflitos de classe” inerente às múltiplas determinações – as características do “sistema Paulista”, as possibilidades de organização dos operários, as iniciativas de autoridades governamentais e estaduais para a aplicação local das leis sociais, para a afirmação local da autoridade pública, ou para a intermediação no conflito intraburguês dos empresários têxteis ao nível nacional; em suma, estas múltiplas resultantes da luta de diferentes agentes sociais neste campo de forças que tem por centro a fábrica e a vila operária de Paulista, – que presidem ao desenvolvimento das lutas de classe em Paulista desde os anos 40, e que culminam, nos anos 50 e 60 deste século.

As contradições internas à forma de dominação fábrica-vila operária tal como “re-inventada” pela CTP neste peculiar “sistema Paulista”, propiciam aquele desenvolvimento dos conflitos de classe tanto no interior da produção fabril, quanto no domínio da vila operária, da cidade, e da sua “retaguarda” territorial, desde o pós-guerra, até os anos 50 e 60.

Estas contradições agudizam-se no interior do processo produtivo a partir do fim do “tempo do trabalho para todos”, ou do fim da política fabril de pleno-emprego e de uma moral do trabalho incorporando à fábrica e às frentes de trabalho extrafabris o conjunto dos moradores da vila operária de ambos os sexos e de um amplo espectro de classes de idade. Em pleno auge do “sistema Paulista”, a virtualidade de uma inflexão nesta política de “trabalho para todos” vem à superfície, por ocasião do relatório anual da CTP aos acionistas de 1944, mas tal mudança de rumo no interior da fábrica se consolida a partir de 1949 (cf. os caps. 8 e 9).

O sindicato dos trabalhadores têxteis, re-fundado em 1941, (após uma existência atribulada, nos anos de 1931 e 1932, que se encerra após os acontecimentos de outubro de 1932) e garantido pelo apoio do Interventor Federal em Pernambuco Agamenon Magalhães, e que vinha exercendo uma eficiente luta de resistência à exploração fabril pelas vias administrativas do “Estado Novo”, emerge como um importante campo de oposição à CTP no pós-guerra, sofrendo intervenção ministerial em 1947. Desenvolve-se, então,

desde 1949 – fomentado pelas modificações produtivistas, de intensificação da exploração, e expulsadoras de mão-de-obra por parte da CTP – um movimento extra-sindical, que parte das seções da fábrica ativando e organizando a “microfísica da resistência”, inerente à “cultura fabril” dos trabalhadores. Ao lado desta movimentação no interior da fábrica, noticiada e incentivada pelo jornal do PCB de Recife, *Folha do Povo*, de onde se depreende a participação de operários “ativistas”, os operários de Paulista utilizam-se do recurso massivo à justiça do trabalho como forma complementar de luta e como incentivo à mobilização coletiva, contrariando tanto as diretrizes da tática sindical de então do PCB contra a “justiça burguesa”, quanto o “legalismo” estrito e desmobilizante dos sindicalistas ligados a Agamenon Magalhães, ambas táticas atribuindo, de pontos de vista inversos e simétricos, ao recurso à justiça um efeito atenuador da luta de classes. Esta utilização das regras do jogo da justiça trabalhista ao seu favor por parte dos operários, recorrente, desde então, e atravessando todas as conjunturas políticas até o pós-64, incorpora-se na “cultura fabril” dos operários de Paulista e a redireciona no sentido da luta coletiva por direitos sociais, em nome da qual o operário individual interioriza a legitimidade dos seus direitos e a ilegitimidade da administração fabril, colocando a *companhia* na justiça, individualmente ou em grupo.

Estas diferentes frentes de luta, tanto no interior das seções da fábrica, quanto através do recurso massivo à justiça trabalhista, acompanham-se da luta pela retomada do sindicato sob intervenção. Tal “retomada” consolida-se, redirecionando a própria prática sindical dos anos 40, com as greves de 1951, 1952, 1954 e 1956 (somente a greve de 1952 foi realizada em conjunto com os demais trabalhadores têxteis de Pernambuco). A mal-sucedida greve de 1957, por outro lado, indica a acomodação da direção sindical, que se conjuga também com os efeitos da “crise têxtil”, do final dos anos 50. A reativação do movimento operário local, entre 1962 e 1964, nutre-se tanto da oposição à direção sindical anterior, quanto do engajamento dos *contramestres* no movimento reivindicatório, ocupando, de certa forma, a proeminência anterior dos operários *banqueiros* da seção de pré-fiação no desencadeamento das mobilizações dos anos 50. Nesta reativação destacam-se, além disso, novos “ativistas” sindicais originários das associações católicas locais, antes estimuladas pela própria fábrica, como que ocupando o lugar dos anteriores “ativistas” vinculados à área de ação do PCB. A greve de 1963 marca esta reativação sindical dos primeiros anos da década de 60, tanto mais quanto ela serve de modelo na rememoração das demais greves pelos operários, possuindo ela também os elementos de “contrateatralização” do enfraquecimento personalizado da dominação que as outras greves continham sem tanta explicitação.

A transparência da ilegitimidade da exploração no interior da fábrica e a manifestação da possibilidade de melhorias das condições de remuneração e

trabalho, através da mobilização coletiva, marcam a experiência histórica dos operários de Paulista nos anos 50 e início dos anos 60, contribuindo para a formação de uma “consciência de classe”, menos ligada a uma decorrência filosófica das possibilidades históricas atribuídas ao “proletariado” e à “classe operária”, e mais às pequenas lutas cotidianas e aos “imprevistos da mobilização real” da transformação deste grupo operário em grupo mobilizado.

Para isto contribuem não somente as lutas no interior da produção, mas as que se travam no domínio extrafabril, que tanto controla a administração da CTP. Com efeito, também no pós-guerra, enquanto é gestada a política gerencialista de reorganização da produção, no interior da fábrica são efetuadas modificações na política da CTP para a sua “retaguarda” territorial. Ao contrário da anterior política de incentivos à produção agrícola de camponeses-foreiros nos *sítios da companhia*, estabelecem-se aumentos bruscos no preço do foro, seguidos da expulsão de diversos camponeses-foreiros, através da ação desenvolvida por destacamentos do corpo armado de vigias da CTP. Também a determinação governamental ainda no Estado Novo para que a CTP procedesse a um reflorestamento na área por ela devastada por suas frentes de *lenheiros* em busca de combustível para as suas caldeiras, tem por efeito – na conjuntura do pós-guerra de receio patronal que se estendam direitos de cidadania plena a trabalhadores das áreas rurais, e que estes reclamem na justiça a posse da terra ou indenização de benfeitorias – a plantação massiva de eucaliptos, inclusive por sobre áreas anteriormente, concedidas para roçados. São atingidas ainda por esta política de desestímulos e ameaças, as áreas rurais mais próximas à vila operária onde se localizam os “roçados-operários” que se associam aos “velhos” pais de família no modelo de alocação ao trabalho na chegada a Paulista (cf. Alvim, cap. 4). Tal política traz conseqüências também para a feira administrada pela CTP, que se associa à produção agrícola da “retaguarda” territorial da *companhia*. Esta passa também a desinteressar-se da organização da feira, área de competência da prefeitura e da câmara de vereadores, quando perde o controle sobre a política municipal a partir de 1947, com a eleição pelo voto direto de um legislativo local que lhe faz oposição. A desestruturação da ligação roçados-feira, atacada de ambos os lados, contribui para quebrar a legitimidade alcançada pelo “sistema Paulista”, com a sua organização autárquica do consumo alimentar dos trabalhadores.

A oposição política à CTP, que lhe fazem no pós-guerra os seguidores locais tanto de Agamenon Magalhães, quanto, principalmente, os do Partido Comunista, provocando uma vigorosa reação por parte da *companhia*, faz também ilegítimar, aos olhos dos trabalhadores, aspectos do “governo local de fato” que foi sempre uma característica marcante do “sistema Paulista”. Desde o período do Estado Novo vem procurando Agamenon Magalhães impor uma autoridade pública em Paulista, que não seja um reflexo do

“governo local de fato” da CTP, e vem criticando aquela *companhia* por suas grandes extensões de terras improdutivas, no contexto de sua pregação por uma reforma agrária. Os seguidores locais de Agamenon, ligados ao sindicato fundado e reconhecido no seu período de interventoria estadual, continuam esta oposição à CTP no pós-guerra. Por outro lado, a legalização do PCB e a sua tentativa de estruturação partidária nesta cidade industrial, concentrando um contingente de trabalhadores que parecem materializar, à primeira vista a idéia que se faz aquele partido do proletariado explorado e susceptível de se organizar, através do partido que proclama representá-lo diante do seu “destino histórico”, provoca o uso da violência por parte da milícia privada da CTP, atingindo os seus militantes e os habitantes comuns de Paulista. Estas duas forças políticas de oposição à CTP contribuem para inserir na Constituição de Pernambuco de 1947 um dispositivo visando à desapropriação das “sedes municipais encravadas em território particular”, situação em que Paulista aparece como expoente. O “movimento pela libertação da cidade” de Paulista pode ser visto tanto como a luta parlamentar ao nível municipal e estadual para fazer cumprir em 1949 esse dispositivo constitucional, quanto como esta multiplicidade de tentativas de resistência e de luta por parte de diferentes grupos sociais locais, e inclusive daquelas duas facções políticas, cada qual à sua maneira, contra o monopólio territorial e imobiliário da cidade e do município detido pela CTP, e pela efetivação dos direitos de cidadania política dos habitantes de Paulista. Este “movimento”, visto neste último sentido amplo, contribui também indiretamente para a intensificação e a internalização, na produção, da luta nos anos 50 e 60 contra a exploração fabril exercida pela mesma autoridade centralizada que rege o “governo local de fato” sobre a cidade e o município.

A luta de resistência final levada a efeito contra a CTP por parte das gerações remanescentes de operários incorporados à fábrica no seu período de expansão e aliciamento de famílias de trabalhadores nos anos 30 e 40 é a que se contrapõe à “guerra contra os operários estabilizados” levada a efeito pela CTP no período do pós-64. Resistindo ao poder patronal imediato, e às concepções tecnocráticas prevaletentes nas instituições governamentais e organismos regionais de planejamento, com influência no judiciário a que recorrem os trabalhadores, a respeito da “modernização” fabril; os operários de Paulista conseguem apropriar-se, como resultado desta luta, de parte da vila operária. Destaca-se, aqui mais uma vez, o recurso massivo à justiça do trabalho, mediada por uma atuação sindical eficaz dadas as limitações decorrentes da conjuntura política repressiva (onde se destacam os operários formados nas associações católicas), assim como a resistência cotidiana no interior da fábrica contra a intensificação da exploração. Ou ainda contra a humilhação a que muitos operários estabilizados refratários a acordos irrisórios tiveram que passar, erigidos em monumentos de uma “arqueologia industrial” patronal onde figuram como protótipos dos ex-operários

combativos pré-FGTS nesses *museus* do castigo surgidos nos anos 60 e no início dos anos 70 em Paulista e algumas fábricas do Recife. A “apropriação” da vila operária pelos trabalhadores, mais que o “bairro livre” resultante do “movimento pela libertação da cidade” no sentido estrito, vem coroar esta persistência dos trabalhadores de Paulista conseguindo permanecer nas casas da vila operária, com menos membros por família empregados na fábrica e se servindo do pequeno comércio e dos roçados remanescentes como antídoto à grande rotatividade dos empregos fabris. Tal “apropriação” vem também permitir a perpetuação da “grandeza” da fábrica, e do movimento operário que contra ela se erigiu, na memória deste grupo social tanto de ex-operários disseminados em todo o pequeno comércio, feira, *barracas* e funcionalismo público municipal, quanto de jovens operários pouco satisfeitos com seus empregos na CTP ou nas fábricas do distrito industrial, ou ainda entregues ao exaustivo exercício da procura de emprego que passa a tornar-se mais freqüente de 1977 em diante.

E é esta situação de precariedade do emprego fabril e de desemprego do presente, como uma dentre outras modalidades através da qual se exerce a dominação capitalista sobre os trabalhadores, que compatibiliza na visão retrospectiva dos antigos operários de hoje a “grandeza” da “cidade das chaminés” – utilizada também como crítica comparativa à dominação presente – e a “grandeza” do movimento operário que ali “teceu” a “consciência de classe” e a identidade social deste grupo de trabalhadores.



QUADRO Nº 1  
(Referente ao capítulo 1)  
Frequência, por períodos, de trabalhadores originários de municípios

Lugar de Nascimento		Anos 1935/1949	1950/1963	1964/1980	Total
Paulista		5	19	19	43
Recife		3	1	5	9
Olinda		—	1	2	3
Igarassu		2	4	—	6
Zona da Mata (PE)	S. Lourenço	1	2	1	4
	Cabo	1	—	—	1
	Goiana	2	3	1	6
	També	1	—	—	1
	Vitória	2	1	2	5
	Chã de Alegria	1	—	—	1
	Glória de Goitá	—	—	1	1
	Carpina	—	1	—	1
	Nazaré	4	2	—	6
	Aliança	2	—	1	3
	Vicência	3	—	—	3
	Timbaúba	1	—	—	1
	Macaparana	—	1	—	1
	Gamleira	1	—	—	1
Agreste e Sertão (PE)	Gravatá	1	—	—	1
	Bezerros	—	1	—	1
	Limoeiro	3	1	1	5
	Bom Jardim	7	6	1	14
	Surubim	2	2	—	4
	Vertentes	2	—	—	2
	Taquaretinga	1	—	—	1
	Garanhus	2	—	—	2
	Correntes	1	—	—	1
	Bom Conselho	1	—	—	1
	Pedra	—	1	—	1
	Serra Talhada	—	—	1	1
Paraíba	Ingá	4	—	—	4
	Campina Grande	3	1	—	4
	Brejo de Areias	3	—	—	3
	Mogido	1	—	—	1
	Espirito Santo	1	—	—	1
	Lagoa Nova	—	1	—	1
	Lagoa Grande	—	1	—	1
	Pilar	—	1	—	1
	Sapê	—	—	1	1
	Rio Tinto	—	1	—	1

Fonte: Amostra de fichas de "Registro de Empregado" contidas no arquivo do setor de pessoal (antigo "Departamento de Registro Operário) nos escritórios da fábrica.

## BIBLIOGRAFIA

### ACO

- 1967 - *A Ação Católica Operária Adverte; Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça*, Recife, s.ed.

### ALMEIDA, Alfredo Wagner B.

- 1983 - "As bibliotecas marxistas e as escolas de partido", *Religião e Sociedade*, nº 9, junho.

### ALVARENGA, Oneyda

- 1960 - *Música Popular Brasileira*, Rio, Porto Alegre, São Paulo, Editora Globo.

### ALVIM, Maria Rosilene B.

- 1972 - "A Arte do Ouro; Um Estudo sobre os Ourives de Juazeiro do Norte". Dissertação de Mestrado, Rio, Museu Nacional, UFRJ, mimeo.
- 1978 - "A indústria doméstica camponesa na 'A Questão Agrária' de Karl Kautsky", Rio, Museu Nacional, ms.
- 1979 - "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis" in Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*, Estudos Sobre Trabalhadores Urbanos, Rio, Paz e Terra.
- 1981 - "Trabalho Infantil e Reprodução Social", Seminário de Estudos Urbanos, Sessão Condições de Vida das Camadas Populares, IUPERJ, mimeo.
- 1981a - "Família e Operários de Origem Camponesa", in *Comunicação* nº 6, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.
- 1983 - "Artesanato, Tradição e Mudança Social: um estudo a partir da *Arte do Ouro* de Juazeiro do Norte", in *O Artesão Tradicional e a Sociedade Contemporânea*. FUNARTE.

- 1984 - "Trabalho Infantil e Reprodução Social: O Trabalho das Crianças numa Fábrica com Vila Operária", in Machado da Silva (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*, Rio, Ed. Zahar, Coleção Debates Urbanos nº 6.
- 1985 - "Constituição da Família e Trabalho Industrial. Um Estudo Sobre Trabalhadores Têxteis numa Fábrica com Vila Operária". Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 633 págs, mimeo.

ANDRADE, Manuel Correia

- 1981 - *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*, Rio, Zahar.
- 1964 - *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense.

BARRINGTON MOORE, Jr.

- 1979 - *Injustice, The Social Bases of Obedience and Revolt*, London, MacMillan.

BARSTED, Dennis Linhares

- 1979 - "Medição de Forças, o movimento de 1953 e a época dos operários navais". Dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional - UFRJ, mimeo.
- 1982 - *Medição de Forças: o movimento de 1953 e a época dos operários navais*. Rio, Zahar.

BENEVIDES, Maria Victoria M.

- 1981 - *A UDN e o Udenismo*, Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1964), Rio, Paz e Terra.

BEZERRA, Gregório

- 1979 - *Memórias*, Rio, Ed. Civilização Brasileira, 2 vol.

BEZERRA DE MELO, Othon

- 1930 - "A Evolução da Indústria de Tecidos de Algodão em Pernambuco". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XXIX.

BLAY, Eva A.

- 1980 - "Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro", in Valadares, Lúcia (org.), *Habitação em Questão*, Rio, Zahar.
- 1982 - "Vilas Operárias", *Livre Docência em Sociologia Urbana*, Universidade de São Paulo, 440 pp.

BOLTANSKI, L.

- 1969 - *Prime Education et Morale de Classe*, Paris - La Haye, Mouton.

BOURDIEU, Pierre

- 1963 - *Travail et Travailleurs en Algérie*, Paris - La Haye, Mouton.
- 1963a - La Société Traditionnelle: Attitudes à l'Égard du Temps et Conduite Économique. *Sociologie du Travail* n° 1.
- 1972 - *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Genève, Droz.
- 1973 - "L'opinion publique n'existe pas". *Les Temps Modernes*, n° 318, jan.
- 1976 - "Les Modes de Domination", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 2-3, juin, pgs. 88-104.
- 1980 - "Le mort saisit le vif". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 32/33, avr./juin 1980, p. 3-14, Paris.
- 1980a - *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit.
- 1980b - *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit.
- 1981 - "Décrire et Prescrire; Note sur les Conditions de Possibilité et les Limites de l'Efficacité Politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 38, mai, pg. 69-73.
- 1982 - *Leçon Inaugurale*, faite le Vendredi 23 Avril 1982, Chaire de Sociologie, Collège de France.
- 1982a - "Les rites d'institution", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 54, septembre, Paris.
- 1984a - "Espace Social et Genèse des 'Classes'", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 52/53, juin 84, Paris.
- 1984b - "La délégation et le fétichisme politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 52/53, juin.

BRANDÃO LOPES, Juarez R.

- 1967 - *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

BRANDT, V. C.

- 1967 - "Ouvriers et Syndicats au Brésil", *Sociologie du Travail*, n° 3, Paris.

BRAVERMAN, Harry

- 1978 - *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Rio, Zahar.

BRITO, Luiz Correia de

- 1902 - "A Organização Operária Cristã na Agricultura ou Entre Operários do Campo", in *Annaes da Obra dos Congressos Catholicos em Pernambuco*. 1º Congresso, junho.

BUDER, S.

- 1967 - *Pullman, An Experiment in Industrial Order and Community 1975 Planning 1880-1930*, N.York, Oxford University Press. (1ª ed. em 1967; 2ª ed. em 1975)

CAMARGO, Aspásia

- 1973 - "Brasil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste", Tese de Doutorado, Universidade de Paris, mimeo.

CARVALHO, M. Alice

- 1984 - "Condições de Trabalho na Indústria - Uma Análise dos Registros de Acidentes de Trabalho", DEISO/IBGE, mimeo.

CAVALCANTI, Paulo

- 1978 - *O Caso eu Conto Como o Caso Foi. Da Coluna Prestes à Queda de Arraes. Memórias*. Vol. 1, São Paulo, Editora Alfa Omega.
- 1980 - *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi. Memórias Políticas*. 2º volume, Recife, Editora Guararapes.
- 1982 - *Nos Tempos de Prestes; Memórias Políticas*, 3º volume, Recife, Ed. Guararapes.

CEPAL

- 1951 - "A Produtividade da Mão-de-Obra Têxtil em Cinco Países da América Latina", Separata de *Estudos Econômicos* n.ºs 5 e 6 - Ano II, Rio de Janeiro.

CETEX

- 1946 - *Indústria Têxtil Algodoeira*, Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Comissão Executiva Têxtil.

CHAMPAGNE, Patrick

- 1984 - "La Manifestation, La Production de l'Evenement Politique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.º 52/53, juin.

COROUGES, C. & PIALOUX, M.

- 1984 - "Chronique Peugeot", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.º 52/53, juin e 54, septembre.

COTTEREAU, Alain

- 1983 - "Usure au travail, destins masculins et destins feminins dans les cultures ouvrières en France, au XIX<sup>e</sup> Siecle", in *Le Mouvement Social*, juillet-septembre, n.º 124, Paris, Les Éditions Ouvrières.

DA MATTA, Roberto

- 1979 - *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio, Zahar.

1981 - *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, Petrópolis, Vozes.

DENNIS & Henriques & SLAUGHTER

1969 - *Coal is our life, An Analysis of a Yorkshire Mining Community*, London, Tavistock Publications.

DUARTE, Luís Fernando D.

1981 - "Identidade Social e Padrões de Agressividade Verbal em um Grupo de Trabalhadores Urbanos", *Boletim do Museu Nacional*, nº 36

1983/1984 - De bairros operários sobre cemitérios de escravos; um estudo de construção social de identidade", *Comunicações do PPGAS* nº 7, Rio, Museu Nacional, mimeo.

DUMAY, J.B.

1976 - *Mémoires d'un Militant Ouvrier du Creusot, 1841-1905*. Paris-Grenoble, Maspero/Presses Universitaires de Grenoble (introdução de Pierre Ponsot).

DUVEAU, G.

1946 - *La Vie Ouvrière en France sous le Second Empire*, Paris, Gallimard.

ECKERT, Cornélia

1985 - "Os Homens da Mina, um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas, RS", Porto Alegre, UFRGS, mimeo.

ENGELS, F.

1960 - *La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre*, Paris, Les Éditions Sociales.

1969 - *La Question du Logement*, Paris, Éditions Sociales.

ERICKSON, K. P.; PEPE, P.V. & SPALDINE, H. S.

1972 - "Research on the working-class in Argentina, Brazil and Chile: What is left to be done". N. York.

ESTERCI, Neide

1972 - "O mito da democracia no país das bandeiras", Análise simbólica dos discursos sobre imigração e colonização do Estado Novo, Rio, Museu Nacional, mimeo.

FERRANTE, V.B.

1978 - *FGTS: Ideologia e Repressão*, São Paulo, Ed. Ática.



FOOT, F. & LEONARDI, V.

- 1982 - *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*, São Paulo, Global Editora.

FOUCAULT, Michel

- 1975 - *Surveiller et Punir, Naissance de la Prison*, Paris, Gallimard.  
1979 - *Microfísica do Poder*, Rio, Graal.

FRIEDMAN, A.

- 1977 - *Industry and Labour, Class Struggle at Work and Monopoly Capitalism*, London, MacMillan.

FURTADO, Celso

- 1964 - *Formação Econômica do Brasil*, Rio, Fundo de Cultura, 6ª ed.

GARCIA, Marie France

- 1977 - "O Bacurau, Étude de cas d'un marché situé dans une usina du Nord-est du Brésil", Dissertação de Mestrado, Museu Nacional, mimeo.  
1984 - "Feira e Trabalhadores Rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano", Tese de Doutorado, PPGAS, Museu Nacional-UFRJ.

GARCIA Jr., Afranio

- 1983 - *Terra de Trabalho*, Trabalho Familiar de Pequenos Produtores, Rio, Paz e Terra.  
1983b - "O Sul: Caminho do Roçado, Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social", Tese de Doutorado, Museu Nacional, UFRJ, mimeo.

GARCIA JR. & HEREDIA

- 1971 - "Trabalho familiar e campesinato", *América Latina* ano 14, nº 1/2, jan-jun, Rio de Janeiro.

GIROLETTI, Domingos

- 1983 - "Qualificação da Mão-de-Obra na Indústria Têxtil de Minas Gerais: Uma Estratégia Empresarial", Rio, PPGAS, Museu Nacional, (ms). (A 1ª versão foi apresentada em 1981).

GÓES, Raul de

- 1964 - *Um Sueco Emigra para o Nordeste*, Rio, Ed. José Olympio.

GOFFMAN, E.

- 1974 - *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Ed. Perspectiva.

GOMES, Angela M. Castro

1979 - *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Campus, Rio.

GONZAGA, Sonia

1980 - "A Grande Família", Rio, Museu Nacional, ms. (sobre a fábrica e a vila operária do grupo Othon em Santo Aleixo, Magé).

GORZ, André

1980 - *Adieux au Proletariat*, Paris, Galiléé.

GROSSI, Yonne

1981 - *Mina de Morro Velho, A Extração do Homem*, Rio, Paz e Terra.

HALBWACHS, M.

1970 - *La classe ouvrière et les nivea de vie*. Paris/N.York: Gordon & Breach (reimpressão da 1ª edição de 1912).

HAMMOND, J.L. and B.

1967 - *The Town Labourer (1760-1832): The New Civilization*, New York, Augustus Kelley, Reprints of Economic Classics.

HAREVEN, Tamara

1982 - *Family Time and Industrial Time*. The relationship between the family and work in a New England industrial community, Cambridge, Cambridge University Press.

HEREDIA, Beatriz

1980 - *A morada da vida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HEREDIA, B. & GARCIA Jr., A.

1971 - "Trabalho Familiar e Campesinato", *América Latina*, ano 14, nºs 1/2, jan-jun, Rio de Janeiro.

HERNANDEZ, Ignácio

1979 - *Memória Operária*, Cidade Industrial-Contagem, B.H. 1968/1978, Belo Horizonte, Editora Vega.

HILTON, G.W.

1960 - *The truck system, including a history of the British Truck Acts, 1465-1960*, Cambridge, W. Heffer & Sons Ltd. (republicado em 1975 por Greenwood Press, Westport, Conn.).

HOBBSAWM, E.

1974 - *Labouring Men, Studies in the history of labour*, London, Weidenfeld & Nicholson.

1981 - *Os Trabalhadores, Estudos sobre a História do Operariado*, Rio, Paz e Terra.

HOGGART, Richard

1970 - *La Culture du Pauvre*, Paris, Minuit.

HOLLANDA, Aurélio Buarque

1975 - *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio, Ed. Nova Fronteira.

HUTZLER, Celina Ribeiro

1983/1984 - "Operários e Patrões Unidos, Até Quando? Uma História Antiga", Recife, UFPE, mimeo. (Uma 1ª versão deste artigo circulou em 1983 e outra em 1984).

1983 - "Acumulação e Industrialização em Pernambuco de Outrora", Recife, *Comunicações* nº 1, PIMES/UFPE.

KAUTSKY, Karl

1974 - *La Question Agraria*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

KOVALEWSKY, Maxime

1898 - *Le regime économique de la Russie*, Paris, Giard & Brière.

KUCZYSKI, Jürgen

1967 - *Les Origines de la Classe Ouvrière*, Paris, Hachette.

LAVAREDA

1980 - Montagem Partidária no Início da Quadra Democrática - PIMES/CMS, Recife.

LEAL, Vitor Nunes

1976 - *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo, Ed. Alfa Ômega.

LEITE LOPES, J.S.

1971 - "Sobre um debate na Antropologia Econômica: A Economia Política de Polanyi", *América Latina*, ano 14, nºs 3/4, julho-dezembro, Rio de Janeiro.

1976 - *O "Vapor do Diabo": O Trabalho dos Operários do Açúcar*, Rio, Paz e Terra.

1978 - "Notas Críticas ao 'Desemprego e Subemprego no Brasil'", *Dados*, Rio de Janeiro, nº 18, pg. 135 a 158.

1979 - "Fábrica e Vila Operária: Considerações sobre uma forma de servidão burguesa", in Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*, Estudos sobre Trabalhadores Urbanos, Rio, Paz e Terra.

1983 - "Sobre o Trabalhador da Grande Indústria na Pequena Cidade: Crítica e Resgate da 'Crise do Brasil Arcaico'", *Boletim do Museu Nacional*, 25 out. 83, Rio de Janeiro.

1984 (ou 1984a) – “Anotações em torno do tema ‘condições de vida’ na literatura sobre a classe operária”, in Machado da Silva (org.), *Condições de Vida das Camadas Populares*, Rio, Zahar, col. “Debates Urbanos”, nº 6.

1984b – “Introdução: Formas de Proletarização, História Incorporada e Cultura Operária”, *Comunicação* nº 7 do PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, mimeo.

LEITE LOPES, J.S. & MACHADO DA SILVA, L.A.

1979 – “Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos”, in Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste: a Reprodução da Subordinação*, Estudos sobre Trabalhadores Urbanos, Rio, Paz e Terra.

LÊNINE, V.

1966 – “Explication de la Loi sur les Amendes Infligés aux Ouvriers de Fabriques et d’Usines”, in *Oeuvres*, t. 2 (1895-1897), Paris-Moscou, Editions Sociales-Editions du Progrès, pg. 23-69.

LENOIR, Rémi

1979 – “L’invention du ‘troisième âge’ et la constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 26/27, mars-avril.

LEVINE, Robert

1980 – *A Velha Usina na Federação Brasileira 1889-1937*, Rio, Paz e Terra.

LÉVI-STRAUSS, C.

1958 – *Anthropologie Structurale*, Paris, Plon.

LEWIS, W.A.

1960 – “Desarrollo Economico con oferta ilimitada de Mano de Obra. Trimestre Económico, Mexico, 27(4):629-675, out-dez.

LINDSEY, A.

1964 – *The Pullman Strike*, Chicago, The University of Chicago Press.

LINHART, Robert

1978 – *L’Établi*, Paris, Scuil (ed. bras. *Greve na Fábrica*, Paz e Terra, 1980).

1980 – “L’organisation du travail industriel, resumé d’enseignement et bibliographie”, curso proferido na pós-graduação de engenharia da produção, COPPE-UFRJ, Rio, mimeo.

LINS DO REGO, J.

1973 – *Moleque Ricardo*, Rio, José Olympio Editora.

MACHADO, Adauto

1977 - *Os Miseráveis*, romance manuscrito.

MACHADO DA SILVA, L.A.

1979 - "Nota sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais", in Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste: a Reprodução da Subordinação*, Rio, Paz e Terra.

MALINOWSKI, B.

1976 - *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, São Paulo, Abril Cultural.

MARTINS, C.E. & ALMEIDA, M.H.T.

s/d. - "Modus in Rebus, Partidos e Classes na Queda do Estado Novo", São Paulo, ms.

MARX, Karl

1960 - *Le Capital*, Paris, Éditions Sociales, Livro III, Tomo 3 (III, 3)

1968 - *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*, in Marx-Engels, *Oeuvres Choisies*, Moscou, Ed. du Progrés.

1969 - *Le Capital*, Livre Premier, Paris, Éditions Sociales.

1974 - *Les luttes de classes en France 1848-1850*, Paris, Éditions Sociales, coll. "Classiques du marxisme" (reedição, o copyright desta coleção é de 1970).

1983 - *O Capital*, Livro 1, São Paulo, Abril Cultural.

MELO, Marcus André B.C.

1985 - "A cidade dos mocambos: Estado, Habitação e Luta de Classes", in *Espaço e Debates*, Ano V, nº 14.

MELLO MARIN, Maria Cristina

1979 - "Alternativas de Trabalho e Estratégias de Consumo de Operários numa Cidade Regional", in Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*, Rio, Paz e Terra.

MINAYO, Maria Cecília Souza

1985 - "Os Homens de Ferro, estudo sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da companhia Vale do Rio Doce em Itabira, Minas Gerais", Rio, Museu Nacional, mimeo.

MINTZ, Sidney

1979/1980 - "Time, Sugar & Sweetness." *Marxist Perspectives*, Winter 1979/80.

MOISÉS, J.A.

- 1978 - *Greve de Massa e Crise Política*, estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54; São Paulo, Ed. Polis.

MORAES FILHO, Evaristo

- 1980 - *Idéias Sociais de Jorge Street*, Brasília-Rio, Senado Federal, Casa de Rui Barbosa.

LE MOUVEMENT SOCIAL

- 1977 - "Au Pays de Schneider; Proletariat et militants ouvriers de la Commune à nos jours". Colloque du Creusot (21-22 mai 1976) *Le Mouvement Social* n° 99 avril-juin 1977, Paris, Les Édition Ouvrières.

MURARD & ZYLBERMAN

- 1976 - *Le Petit Travailleur Infatigable*, Paris, Recherches, n° 25.

NIEMEYER, Waldir

- 1933 - *Movimento Sindicalista no Brasil*, Rio, s.ed., 163 págs.

NOIRIEL, Gérard

- 1984 - *Longwy, Immigrés et Prolétaires, 1880-1980*, Paris, Presses Universitaires de France (coll. "Pratiques Théoriques").

OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO

- 1938 - "Superprodução de Tecidos", in *Observador Econômico e Financeiro*, n° XXXV, dez.

OLIVEIRA, Francisco de

- 1972 - *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, *Estudos Cebrap*, São Paulo, n° 2, outubro.

- 1977a - *A Economia da Dependência Imperfeita* - Rio, Graal (somente citada na introdução deste livro, as demais citações Oliveira 1977, referem-se a Oliveira 1977 (b))

- 1977b - *Elegia para uma Re(li)gião; Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classe*, Rio, Paz e Terra.

OSWALD, José Lucas

- 1955 - *Fiação de Algodão, Considerações Técnico-Econômicas*, Rio, Ed. A Noite.

PALMEIRA, Moacir

- 1971 - "Latifundium et Capitalisme: Lecture Critique d'un Débat", Tese de Doutorado, Universidade de Paris, mimeo.

- 1971a - "Feira e Mudança Econômica", Simpósio de Pesquisa CLAPCS - Museu Nacional, Rio, mimeo.



- 1976 – “Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na ‘Plantation’ Tradicional”, Actes du XLII<sup>e</sup> Congrès International des Américanistes, Paris, septembre 1976, vol. I, págs. 305-315.
- 1977 – “Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional”, Rio, *Contraponto*, Ano II nº 2.
- 1979 – “Desmobilização e Conflito: Relações entre Trabalhadores e Patrões na Agroindústria Pernambucana”, São Paulo, *Revista de Cultura e Política*, ano 1, nº 1, agosto (CEDEC).

PANDOLFI, Dulce

- 1980a – “A trajetória do Norte, uma tentativa de ascenso político”, in Gomes, A.M.C. (org.) *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*, Rio, Nova Fronteira.
- 1980b – “Análise de diversos jornais pernambucanos e suas posições ideológicas”, Relatório interno de pesquisa, CPDOC-FGV, ms.
- 1984 – *Pernambuco de Agamenon Magalhães, consolidação e crise de uma elite política*, Recife, Ed. Massangana.

PAOLI, Maria Célia

- 1984 – “Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira”, Comunicações do PPGAS nº 7, Rio, Museu Nacional, mimeo.
- 1984a – “Família Operária: Notas sobre sua Formação Histórica no Brasil”, Comunicação apresentada no Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 7-11 out., Águas de São Pedro, S. Paulo.

PAOLI, M. C. & SADER, Éder

- 1986 – “Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)” in Cardoso, R., *A Aventura Antropológica* Rio, Paz e Terra.

PAOLI, M. C. ; SADER, E; TELLES, V.

- 1984 – “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”, *Revista Brasileira de História*, nº 6, Marco Zero/ANPUH.

PEREIRA, Vera M.C.

- 1979 – *O Coração da Fábrica. Estudo de caso entre operários têxteis*, Rio, Ed. Campus.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura

- 1976 – *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio*, São Paulo, Alfa Ômega.

PEREIRA DOS SANTOS, Luís

1937 - *Consolidação das Leis Trabalhistas*, Rio, Livraria Jacintho.

PERROT, Michèle

1974 - *Les Ouvriers en Grève*, France 1871-1890, Paris - La Haye, Mouton, 2 tomos.

1979 - "Le regard de l'autre: les patrons français vus par les ouvriers (1880-1914)", in Levy Leboyer (org.), *Le Patronat de la Seconde Industrialisation*, Paris, Les Editions Ouvrières, Cahiers du "Mouvement Social", nº 4.

PIMENTA, Joaquim

1949a - *Retalhos do Passado*, Rio, Departamento de Imprensa Nacional.

1949b - *Sociologia Jurídica do Trabalho*, Rio, Editora Nacional de Direito Ltda., 3ª edição.

PINHEIRO, P. S.

1975 - "Trabalho industrial no Brasil: uma revisão", São Paulo, *Estudos CEBRAP*, nº 14, out. dez.

PINHEIRO, P.S. & HALL, M.

1981 - *A Classe Operária no Brasil, Condições de Vida e de Trabalho, Relações com os Empresários e o Estado*, São Paulo, Brasiliense.

POLANYI, Karl

1980 - *A Grande Transformação, As origens de nossa época*, Rio, Ed. Campus.

POLANYI, Karl

1947 - "Our obsolete market mentality", *Commentary*, 13, vol. 3, feb., pgs. 109-117.

POLANYI, Karl (et alii)

1957 - *Trade and Markets in the Early Empires*, Glencoe, The Free Press.

RADCLIFFE BROWN, A.R.

1973 - "Os Parentescos por Brincadeira" e "Nota Adicional" (cap. V), in *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis, Vozes.

REIS, José Agostinho

1910 - "Casas Populares", in *Actas*, 2º Congresso Católico Brasileiro (julho/agosto/1908).

REYES NOVAES, R.

1979 - "Os Escolhidos, Doutrina Religiosa e Prática Social", Tese de Mestrado, PPGAS-Museu Nacional-UFRJ, mimeo.

1980 - "Os pentecostais e a organização dos trabalhadores", *Religião e Sociedade*, nº 5.

RIBEIRO, Gustavo Lins

1985 - "Proyectos en Gran Escala: para un quadro conceptual de analisis de una forma de produccion temporaria", in Bartolomé, L., *Antropologia Social de las Poblaciones Desplazadas*, Buenos Aires, IDES.

RODRIGUES, José Albertino

1968 - *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

RODRIGUES, Leoncio Martins

1971 - "Bibliografia sobre o sindicalismo e os trabalhadores industriais no Brasil. Notas para um esquema explicativo." Instituto de Estudos Brasileiros - Universidade de São Paulo, mimeo.

RODRIGUES, L. M. MUNHOZ, F. A.

1974 - "Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil", São Paulo, *Estudos CEBRAP*, jan.-mar.

SALM, C.L. & O'BRIEN, F.S.

1970 - "Desemprego e Subemprego no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*, nº 3, out/dez, pp. 93-137.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos

1979 - *Cidadania e Justiça, A Política Social na Ordem Brasileira*, Rio, Ed. Campus.

SANTOS FILHO, A.N.

1978 - *Paulista em Algumas Lembranças*, Paulista, s/ed.

SCHUMPETER, Joseph A.

1961 - *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio, Fundo de Cultura.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO

1958 - *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*, Relatório apresentado à 2ª Conferência Nacional de Polícia, Recife.

SEYFERTH, Giralda

- 1974 - *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim, um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Editora Movimento/SAB (Soc. dos Amigos de Brusque).
- 1983 - "Camponeses ou operários? O significado da categoria *colono* numa situação de mudança". São Paulo, *Revista do Museu Paulista*, dez.
- 1984 - "Aspectos da Proletarização do Campesinato no Vale do Itajaí: os colonos-operários", Comunicações do PPGAS nº 7, Rio, Museu Nacional, mimeo.

SIGAUD, Lygia

- 1971 - *A Nação dos Homens, uma análise regional de ideologia*, Rio, Museu Nacional, mimeo.
- 1978 - "A Nação dos Homens, etc." *Anuário Antropológico* 78, Ed. Tempo Brasileiro. (o nº do Anuário é referente a 1978 mas só foi publicado em 1980).
- 1979 - *Os Clandestinos e os Direitos*, São Paulo, Ed. Duas Cidades.
- 1980 - *Greve nos Engenhos*, Rio, Paz e Terra.
- 1980b - "A Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia" *Anuário Antropológico* 78, Ed. Tempo Brasileiro.

SMITH, A.

- 1983 - *A Riqueza das Nações*, São Paulo, Abril Cultural.

SOARES, José Arlindo

- 1982 - *A Frente do Recife e o Governo de Arraes, Nacionalismo em Crise - 1955/1964*, Rio, Paz e Terra.

SORJ, Bila

- 1985 - "Desenvolvimento e Crise de uma Política de Gestão da Força de Trabalho: um estudo de caso" (sobre a usina siderúrgica e a cidade de João Monlevade, Minas Gerais), São Paulo, *Revista de Administração de Empresas* (FGV) nº 4.

SOUZA BARROS

- 1972 - *A Década de 20 em Pernambuco*, Rio, s/ed. (impresso na gráfica da Academia Brasileira de Letras).

STEDMAN JONES, Gareth

- 1983 - *Languages of Class, Studies in English Working Class History 1832-1982*, Cambridge, Cambridge University Press.

STEIN, Stanley

- 1979 - *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil - 1850/1950*, Rio, Ed. Campus (no decorrer do meu texto, citei-o algumas vezes erroneamente como 1978).

TELLES, Jover

- 1981 - *O Movimento Sindical no Brasil*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 2ª ed

TEPICHT, Jerzy

- 1973 - *Marxisme et Agriculture; Le Paysan Polonais*, Paris, Armand Colin.

THOMPSON, E. P.

- 1967 - "Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism", *Past and Present*, 38, december, pp. 56-97.
- 1968 - *The Making of the English Working Class*, Harmondsworth, Penguin Books.
- 1975 - *Whigs and Hunters, The Origins of the Black Act*, New York, Pantheon Books.
- 1976 - "Modes de Domination et Révolutions en Angleterre". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nºs 2/3, juin, pães. 133/151, Paris.
- 1979 - *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase, Estudios sobre la crisis de la Sociedad Preindustrial*, Barcelona, Editorial Critica-Grijalbo. (utilizei-me de "La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra de Siglo XVIII"; "Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial" e "Una entrevista con E.P. Thompson" que se incluem nesta coletânea).

TOUGAN-BARANOWSKY, M.

- 1970 - *The Russian Factory in the 19th Century*, Homewood Illinois, R.D. Irwin Inc./The American Economic Association.

TREMPÉ, R.

- 1971 - *Les Mineurs de Carmaux 1948-1914*, Paris, Ed. Ouvrières, 2 tomos.
- 1976 - "Pour une meilleure connaissance de la classe ouvrière. L'utilisation des archives d'entreprise: le fichier du personnel"; in *Mélanges d'Histoire Sociale Offerits a Jean Maitron*, Paris, Editions Ouvrières.

VAN GENNEP, A.

- 1969 - *Les Rites de Passage*, La Haye, Mouton.

VEIGA, G.

- 1956 - *Notas para um estudo sobre o desenvolvimento econômico de Pernambuco*, Recife, s/ed. (estudo até o final do século XVIII; após o texto de 214 págs. seguem-se anúncios de firmas, entre os quais um histórico da CTP, "que cooperaram para a edição deste livro").

VELHO, O.G.

- 1976a - *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- 1976b - "Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira", Rio, *Dados* nº 13.

VILAÇA & ALBUQUERQUE

- 1978 - *Coronel, Coronéis*, Rio-Brasília, Tempo Brasileiro/Ed. Univ. de Brasília.

VINHAS, Moisés

- 1982 - *O Partidão, a Luta por um Partido de Massas*, São Paulo, Ed. Hucitec.

VISITEUR

- 1922 - *Le Val des Bois, Organisation Professionnelle Sociale et Economique*, Vue d'ensemble par un visiteur, sem editor, 32 págs. (arquivo Menezes-Collier).

WEBER, Max

- 1969 - *Economia y Sociedad*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 2 tomos.
- 1981 - *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo-Brasília, Pioneira/Ed. Univ. Brasília.

WEFFORT, Francisco

- 1972 - *Sindicato e Política*, Tese de Livre Docência, Universidade de São Paulo.
- 1973 - "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)", *Estudos Cebrap*, nº 4, abril-maio-junho, São Paulo.
- s/d. - "Dejemonos de Farsas Inúteis! História Crítica ou História Ideológica?", São Paulo, ms.

WERNECK VIANNA, L.

- 1978 - "Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências". Rio, *Dados*, nº 17.
- 1984 - "Atualizando uma bibliografia: 'Novo sindicalismo', cidadania e fábrica." Rio, *BIB*, nº 17, 1º sem.

WILLIS, Paul

1978 - "L'école des ouvriers", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* nº 24, novembro, Paris.

1981 - *Learning to Labour*, Hampshire, Gower Publishing Company Ltd.

ZOLA, Emile

1980 - *Germinal*, São Paulo, Abril Cultural.

### *Outras Publicações*

ALMANACH DE PERNAMBUCO DE 1918.

ANNAES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
1935 - Pernambuco

ANUÁRIO DO CARNAVAL PERNAMBUCANO, 1938.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE, COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
1947 - Atas, Recife.

BOLETIM DO MTIC  
1945 - Nº 135, novembro

BOLETIM DO MTIC  
1936 - Nº 18, Ano II - fevereiro.

CENSOS  
1920, 1940, 1950, 1960, 1970.

COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA

1918/1965 - Relatórios anuais da Diretoria à Assembléia de Acionistas (reconstituídos através de sua publicação no Diário Oficial de Pernambuco e outros jornais de grande circulação).

1972 - "Modernização para Acompanhar o Progresso Brasileiro" - Folheto da CTP.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO DE 1947, in *Constituições do Estado e do Brasil* - Senado Federal, 1957.



*Periódicos*

"ECHOS DU VAL DES BOIS"

(revista de periodicidade mensal circulando internamente aos funcionários da fábrica de fiação de Val des Bois, próxima a Reims, no Marne, na França, da firma Harmel Frères) - 1906/1907/1908 (arquivo Menezes-Collier).

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

De 1916 a 1965.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

11/09/1931

02/06/1939

25/09/1939

27/04/1940

DIÁRIO DA MANHÃ (Recife)

1930-1939.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (Recife)

1917; 1930-1932; 1949-1963.

FOLHA CARIOCA (Rio)

1944.

FOLHA DA MANHÃ (Recife)

1938-1957.

FOLHA DO POVO (Recife)

1935, 1945-1964 (entre 1960-1964: A HORA).

GAZETA DE PAULISTA (Paulista)

1911; 1954.

A HORA (Recife)

1960-1964.

O HOMEM LIVRE (Recife)

1934.

O IMPARCIAL (Rio)

1939.

O JORNAL (Rio)

1932

JORNAL DOS BAIRROS (Recife)

1978-1979.

- JORNAL PEQUENO (Recife)  
1930.
- JORNAL DO COMÉRCIO (Recife)  
1949-1964.
- A MANHÃ (Rio)  
1944.
- NORTE PROLETÁRIO (Recife).  
1932.
- A PROVÍNCIA (Recife)  
1911.
- TRIBUNA OPERÁRIA (Paulista)  
1953-1954.
- O TIN-TIN (Paulista)  
1977.
- VOZ OPERÁRIA (Recife)  
1931.

*Arquivos*

- CIFTA-RJ  
AGAMENON MAGALHÃES – CPDOC/FGV  
CARLOS ALBERTO DE MENEZES E PIERRE COLLIER

*Atas*

- DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA Indústria de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu  
1941-1955; 1963-1976.
- DA LIGA OPERÁRIA DE AÇÃO CATÓLICA de Paulista  
1941-1948.

## ANEXO 1

### Referente à Introdução

Na introdução deste livro, referi-me a um trabalho anterior em que sistematizei referências esparsas na literatura sobre a fábrica e sobre a formação da classe operária, a propósito da forma de dominação “fábrica-vila operária” (Leite Lopes, 1979). Para subsidiar a caracterização desta forma de dominação, apresento um resumo desse trabalho de sistematização na literatura.

As referidas referências esparsas podem ser agrupadas segundo algumas características atribuídas às fábricas com vila operária naquela literatura. Por sua vez, o estabelecimento de tais características ajudaram-me na análise sobre a fábrica e a vila operária de que trata este livro.

#### **1) Característica que relaciona a fábrica-vila operária com a proletarização do campesinato**

No tópico 13 da “Ilustração da Lei Geral da Acumulação Capitalista” (Marx, 1969, Livro I tomo 3, pg. 106-109 da ed. franc.) intitulado “A população nômade – Os mineiros”, Marx reúne uma das categorias mais “bem pagas” da classe operária inglesa, os mineiros, com uma das mais mal pagas, esse “proletariado nômade”, “infantaria ligeira do capital”, “coluna móvel da pestilência” (que consiste, na observação de Marx, especificamente de produtores diretos trabalhando em construções, drenagens, fabricação de tijolos e cal, e construção de estradas de ferro). Como se juntariam analiticamente esse proletariado estável imobilizado pela empresa através da moradia (os mineiros) e esse “proletariado nômade” sem família, que acampa no seu local de trabalho móvel, senão do ponto de vista desta paradoxal “servidão burguesa” explícita do “trabalhador livre”, que faz o patrão controlar outras esferas da vida do trabalhador além da esfera do trabalho? E de fato neste tópico toda a ênfase na descrição de Marx dessas duas camadas

da classe operária inglesa é dada na habitação controlada pelo patrão. Mas um outro ponto de junção entre esse "proletariado nômade" e esse "proletariado estável da vida operária" é o fato de tanto um quanto outro serem geralmente recrutados no meio rural, da agricultura, para o exercício dessas profissões de caráter industrial. E não é incomum que a vila operária, ela própria, reúna, ao lado das famílias de operários alojados em casas distintas, um contingente de operários celibatários, alojados coletivamente, regidos por tarefas produtivas de caráter sazonal ou intermitente e recrutados das áreas rurais (cf. as usinas açucareiras em Leite Lopes, 1976, cf. as vilas operárias mineiras ou siderúrgicas em Murard & Zylberman, 1976 e Noiriél, 1984).

Com efeito, as menções à indústria com moradia anexa feitas na literatura freqüentemente remetem às ligações dessa indústria com o meio rural. Tal é o caso da literatura russa sobre a fábrica capitalista e a formação da classe operária. Assim, Kovalewski afirma representarem as vilas operárias das fábricas russas do final do século XIX um passo decisivo na transformação de famílias antes camponesas, mas com membros intermitentemente operários, fazendo parte de um "proletariado nômade" com suas raízes imediatas no campo, em famílias operárias<sup>3</sup>. E uma explicação mais completa desta relação entre "proletariado nômade" e "proletariado de vila operária" como representando tendencialmente fases sucessivas de um enfraquecimento progressivo dos laços de um novo proletariado fabril com a agricultura e o campesinato é apresentada por Tougan Baranowski (T. Baranowski, apud Schulze-Gaevernitz, 1970, pgs. 359-360, e cf. Leite Lopes, 1979, pgs. 46-48).

Também Kautsky (1974, pgs. 219-226) assinala a importância numérica da persistência dos laços rurais de operários industriais nas indústrias têxtil, açucareira e de mineração na Alemanha. Ali a vila operária pode acolher os operários e parte de suas famílias durante o seu período de trabalho fabril, enquanto outra parte da família permanece no trabalho agrícola na propriedade de pequeno pedaço de terra para onde retornam os operários em sua "velhice industrial" (cf. também a situação dos operários-camponeses do sul do Brasil analisados por Seyferth, 1984). Por outro lado, Kautsky (1984, pg. 220) assinala como a vila operária de fábrica em meio rural garante a sua razão de ser por fatores externos à proletarianização dos camponeses da área, como fato da necessidade que tem a fábrica de buscar e alojar força de trabalho de outras áreas ou cidades, na medida em que uma

---

<sup>3</sup> "[...] Em todo lugar em que o maquinismo se desenvolveu, a população operária tornou-se sedentária; o camponês deixa a aldeia com sua mulher e seus filhos e escolhe sua residência nas proximidades da fábrica; muito freqüentemente ele se estabelece em uma dessas enormes casernas que o proprietário da fábrica constrói na sua vizinhança direta a fim de oferecer um alojamento aos operários que ele emprega." (Kovalewski, 1989, pgs. 202-203).

empresa fabril capitalista que se estabelece no campo raramente pode contentar-se com a força de trabalho ao seu alcance nas áreas vizinhas.

A relação entre a fábrica com vila operária e a proletarização do campesinato é retomada na Parte I deste livro, inclusive com o tratamento de um corolário daquela relação: a tentativa de reprodução de relações de dominação características das áreas rurais de origem dos operários no novo mundo fabril, aí incluindo-se o papel dos “jardins” e “roçados” operários no interior do território da vila operária.

## 2) Característica de “exploração da miséria” apresentada pela forma fábrica-vila operária.

Se a literatura freqüentemente associa à imobilização da força de trabalho através da moradia, seja a localização rural das indústrias em que tal força de trabalho opera, seja a origem rural da força de trabalho, no entanto, o fato desta forma de imobilização existir também em meio urbano adverte-nos contra uma explicação geográfica que aquela associação faz supor. A associação que se poderia fazer entre esta forma de dominação aqui examinada e características “rurais” a ela inerentes, teria de ser feita através da mediação de certas especificações de uma categoria da economia política aplicada principalmente à agricultura, a *renda da terra*, mas cujas especificações mesmas, por outro lado, destituem as propriedades geográficas deste “rural”, aplicando-se, ao contrário, a um espaço monopolizado tanto rural quanto urbano.

Assim, é no capítulo 46 do *Capital*, sobre “a renda dos terrenos para construção, das minas e preço dos terrenos”, na seção sobre “a renda da terra”, que Marx indica os efeitos sobre os trabalhadores que tem a concentração, nas mesmas mãos, dos poderes inerentes ao capitalista industrial e ao proprietário territorial<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> “Esta renda [dos terrenos para construção, das minas] (...) se caracteriza pela predominância em muitos casos do preço de monopólio, especialmente na *exploração escandalosa da miséria* (que é para os proprietários de imóveis um recurso mais rentável do que jamais foram as minas de Potosi para a Espanha) e pelo poder imenso a que esta propriedade fundiária dá origem, quando reunida na mesma mão com o capital industrial, habilitando-o [o capital industrial] a praticamente excluir da terra, enquanto sua moradia, os trabalhadores em luta pelos seus salários.” (Marx, 1960, III, 3, pg. 157, ed. francesa; Marx, 1985, III, 2, pg. 237, ed. bras., adaptação de tradução minha e grifos meus, JSLL). Marx especifica esta última menção dos “trabalhadores em luta”, “excluídos da terra como local de moradia”, com uma referência, em nota de rodapé, à descrição que faz Engels do desejo em massa, de casas de empresa, ocorrido com mineiros grevistas na Inglaterra de 1844 (Engels, 1960, pgs. 311-318). No prefácio à edição alemã, de 1892, da “Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, Engels assinala a extensão das mesmas características do “cottage-system” das minas inglesas às minas americanas, inclusive com a utilização do despejo como repressão às greves (Engels, 1960, pg. 390).

Ali, a referência de Marx à “exploração escandalosa da miséria” aponta tanto para a especulação imobiliária nos bairros proletários “livres” das grandes cidades industriais (especulação sobre o preço dos terrenos, sobre os imóveis já construídos ou na própria construção das casas) quanto para o “preço de monopólio” dos alugueis de certas vilas operárias. E neste último caso, ele pode apoiar-se empiricamente nas descrições de Engels sobre o “cottage-system” praticado em setores da indústria inglesa.

Engels (1960, pgs. 233-239) em a “Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” destaca a vantagem que têm os industriais donos de fábricas mais afastadas da cidade diante da necessidade de construir casas para os seus operários: essa vantagem traduziria-se em um bom lucro relativamente ao capital investido. Pois o aluguel de casas de vila operária teria as seguintes vantagens relativamente ao aluguel de outros tipos de casa: (a) a vila operária sendo projetada de acordo com o tamanho da fábrica em número de operários, há sempre inquilinos ocupando as casas; (b) por outro lado, os inquilinos da vila operária pagam sempre, já que o aluguel é descontado do salário que ganham na fábrica. Desta forma, os dois principais riscos que corre um locador de imóveis, o fato do imóvel ficar vazio ou o fato do inquilino não pagar o aluguel, tenderiam a inexistir no caso das vilas operárias, pelo menos – e este é um acréscimo meu – enquanto não se modifica a composição técnica do capital, envolvendo o contingente de operários empregados na fábrica, ou não advém uma crise industrial setorial ou geral.

Apesar da frequência de casos de vilas operárias de fábrica cobrando alugueis iguais ou superiores ao preço de mercado, também existem casos em que aqueles alugueis são inferiores aos exigidos no mercado. Em casos-limite, a moradia em casa da vila operária pode ser gratuita para o operário da fábrica ou ser cobrada uma taxa de manutenção muito inferior ao aluguel de mercado. Os Hammond assinalaram a diferença existente, na Inglaterra do início do século XIX, entre as vilas operárias de mineiros, onde havia um pequeno desconto semanal no salário por conta da casa, e as vilas operárias têxteis, onde eram cobrados alugueis comerciais (Hammond, J.L. & B., 1967, pg. 42). De qualquer forma, a cobrança de alugueis extorsivos, ou de alugueis de mercado, por parte dos industriais com vila operária, não é um componente essencial no que seria um modelo da fábrica com vila operária. Pois o controle que tem a administração fabril sobre a vida dos seus trabalhadores fora do trabalho, na esfera da moradia e da promoção da vida associativa, que é inerente à fábrica com vila operária, não se traduz em termos monetários. A auto admiração da burguesia, a partir de meados do século XIX, pelas fábricas com vila operária – algumas das quais erigem autênticas “utopias burguesas” – como modelos de comunidade industrial onde imperam a moradia higiênica e a disciplina, não pode ser reduzida simplesmente a mais uma fonte de lucro e de exploração monetária.

### 3) Característica do “poder imenso” concentrado nas mãos do capitalista industrial-proprietário territorial.

Esta outra característica indicada por Marx a propósito da “renda dos terrenos para construção e renda das minas” (cf. nota 4) parece ter uma maior relevância para o estudo das fábricas com vila operária. Este “poder imenso” é relacionado, no texto de Marx, ao despejo em massa de mineiros ingleses na década de 40 do século passado, como represália a uma greve. No entanto, tal “poder imenso” não se manifesta somente por ocasião de crises ou momentos dramáticos e espetaculares como as greves, nem se restringe unicamente à casa no sentido estrito. O controle fabril sobre a esfera da moradia dos operários, imbricando-a com a esfera do trabalho, que imprime uma marca característica a esses núcleos populacionais agrupados em torno de uma fábrica, manifesta-se de forma cotidiana. (Para desenvolver isto tenho que recorrer à literatura mais recente, como o meu próprio estudo sobre os operários de usinas de açúcar (Leite Lopes, 1976) ou como estudos de historiadores sobre “company-towns”, tais como os de Buder (1967) e de Hareven (1982), ou sobre as cidades mineiras e siderúrgicas, como o de Murard & Zylberman (1976) e o de Noiriel (1984).). Por outro lado, não é só a habitação em uma casa que está em jogo, mas toda uma série de recursos acessórios à moradia e essenciais à reprodução dos trabalhadores que são do controle da administração da fábrica. A água, a lenha, a luz elétrica são geralmente controlados por estas fábricas e podem tornar-se objeto de um preço, objeto de um racionamento, ou de uma diferenciação entre os operários mediada pelo acesso ou não a esses recursos; ou ainda objeto de pressão por ocasião de um conflito coletivo. Também a possibilidade de acesso a um pedaço de terra para o plantio de uma lavoura de complementação alimentar da família do operário nas fábricas com disponibilidade de terras é mediada pela administração da fábrica. A mesma mediação é necessária seja no acesso à casa da vila operária, seja na tentativa de mudança para outra casa, seja nas ocasiões em que a casa necessite de conservação ou reforma. Em todos esses casos aumenta a dependência do operário relativamente à fábrica.

Além disso, o controle sobre a esfera da moralidade do operário reverte-se em benefício do trabalho na fábrica. A existência da vila operária contribui por si só para a assiduidade e a pontualidade dos operários. Desde o apito da fábrica até a instituição do *chamador*, que vai garantir de porta em porta o fim do sono dos operários do turno da madrugada nas usinas de açúcar (Leite Lopes, 1976), que a proximidade mesma, e o controle a ela sobreposto, das casas em relação à fábrica, impulsiona os operários ao trabalho. Esta mesma proximidade serve de argumento à administração fabril para a exigência de horas extras de seus operários, assim como para a imposição de um estado de “prontidão” permanente para o trabalho,



principalmente no que diz respeito às profissões de manutenção e reparos da maquinária e instalações fabris.

No entanto, estas vilas operárias e cidades industriais, mais do que simplesmente funcionais à produção, são instrumentos estratégicos de formação, educação, domesticação e transformação da classe trabalhadora real, com suas tradições e disposições culturais, no modelo que a burguesia se faz da classe trabalhadora. Assim, as formas de controle exercidas na vila operária sobre os trabalhadores, relacionadas à produção e à garantia das condições materiais de existência, fazem-se acompanhar da promoção de atividades escolares, religiosas, associativas e de lazer. Estudos contemporâneos mostram – muito além da ênfase da literatura do século XIX sobre a “exploração da miséria” proporcionada pelas vilas operárias – a partir da literatura médica e sanitária, de inquéritos sociais e de fontes patronais da segunda metade do século passado, como as cidades mineiras, metalúrgicas e têxteis que viviam em função de uma grande indústria são como que campos de experimentação na formação e inculcação de uma nova disciplina da classe trabalhadora, incorporando saberes e práticas provenientes de fontes aparentemente tão díspares como as fontes militares, sanitárias, penitenciárias e pedagógicas (cf. Foucault, 1975, parte II e Murard & Zylberman, 1976).

#### 4) Característica do “governo local de fato”

Estas diferentes formas de controle constituem prerrogativas de um governo local de fato, e um governo que penetra diretamente nas esferas do trabalho e da moradia de seus súditos. Constituindo de início novos povoados ou novas pequenas cidades, as vilas operárias de fábricas e minas, desde a sua origem governadas pela administração da empresa, transformam-se freqüentemente em cidades, sedes distritais, sedes municipais, unidades locais da administração pública. A interseção entre o governo local de fato da empresa e os representantes ou delegados locais de uma administração pública mais ampla, regional ou municipal, freqüentemente não é tranqüila. A política local tem necessariamente o poder da empresa por referência, e em períodos críticos polariza-se em a favor ou contra a empresa (cf. Treppe, 1971, t. II, parte IV, cap. 2). No entanto, as dificuldades enfrentadas pela empresa relativamente ao controle político local são maiores que o controle estrito sobre sua vila operária. Sem falar das particularidades inerentes às mais diversas povoações e grupos sociais constituídos na periferia da vila operária, podemos afirmar que esse controle político local por parte da empresa tem de levar em conta não somente a população operária que se fixa próxima à área sem pertencer à vila operária (cf. Buder, 1967), como também a população não-operária da localidade, particularmente os comerciantes e artesãos que abastecem a população operária, assim como

funcionários públicos locais (cf. *Mouvement Social*, 1976, número especial "Au Pays de Schneider"). A força política local da fábrica pode encontrar obstáculos provenientes dos grupos de pequenos comerciantes e artesãos locais, que teriam em um movimento inicial um poder de enfrentamento relativamente à administração fabril um pouco superior ao dos operários (cf. Dumay, 1976, pg. 18).

Por outro lado, a "internalização" por iniciativa dos operários de "fatores externos" auxiliares, como eventuais interesses anti-administração da fábrica da política supralocal, ou como tentativas de extensão do movimento sindical nacional à área, para dentro dos conflitos internos latentes entre os operários e o despotismo da fábrica no trabalho e na esfera da moradia, vem minar a eficácia do "sistema fábrica-vila operária". Então, as contradições internas próprias ao despotismo do capital no processo produtivo vêm somar-se às contradições decorrentes do confronto entre o caráter de não-cidadania inerente aos trabalhadores de vila operária e as lutas políticas nacionais.

#### **5) Característica da trajetória do sistema fábrica-vila operária, culminando com o seu "transbordamento" e as contradições que aí surgem**

Engels, na "Questão da Habitação", salienta e adverte contra a apologia das vilas operárias feita pela "literatura burguesa" alemã preocupada em resolver a "questão habitacional" no final do século XIX, que as vilas operárias de fábrica na Inglaterra deram origem a bairros e cidades com problemas habitacionais semelhantes aos das grandes cidades industriais (Engels, 1969, pgs. 67, 70, 71), apontando assim para o crescimento da população operária e não-operária em torno do núcleo representado pela vila operária. As povoações nucleadas em torno de uma vila operária fabril obedeceriam assim a um padrão de crescimento, que tem geralmente como ponto de partida a instalação de indústrias em lugares despovoados aliada a um movimento de expansão industrial apresentando carência de mão-de-obra, e como ponto de chegada o transbordamento da vila operária, que passa a ser apenas o núcleo original de uma cidade maior, à qual foram posteriormente atraídas novas indústrias. A observação de Engels sobre os bairros operários ingleses desde 1844 ("Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra") a 1872 ("A Questão da Habitação") o habilita a perceber o "transbordamento" e as contradições internas que emergem do crescimento dos bairros e cidades industriais gestadas a partir do "cottage-system" como solução aos problemas atribuídos aos bairros proletários "livres" das grandes cidades. Apesar de minimizar assim a importância de uma nova estratégia patronal retomando e ampliando a tradição das vilas operárias e criando a partir dela novas "utopias burguesas", onde é constituída uma nova disciplina imposta

à classe trabalhadora (cf. Leite Lopes, 1984 *a*, pgs. 30-32), Engels, no entanto, chama atenção para a observação da trajetória completa das experiências de fábrica com vila operária.

O “transbordamento” das vilas operárias pela nova presença de outras fábricas próximas e de uma população operária trabalhando para estas outras fábricas vem romper com o equilíbrio da forma de dominação do padrão fábrica-vila operária, na medida em que uma nova configuração do mercado de trabalho local vem fazer afrouxar os controles inerentes àquela forma de dominação. O “sistema fábrica-vila operária” subsiste mais prolongadamente assim lá onde a administração fabril garante o seu relativo isolamento, seja monopolizando uma produção propícia em uma determinada área, seja monopolizando através da propriedade da terra, os terrenos para construção num raio abrangendo uma área considerável, seja recrutando constantemente uma mão-de-obra de origem camponesa, formada na fábrica, com poucas possibilidades de acesso a outras fábricas da região.

O “transbordamento” das vilas operárias favorece, por outro lado, o desenvolvimento das contradições internas entre os operários e a administração fabril seja por reivindicações de melhorias das condições de trabalho na fábrica e de vida na vila operária, seja por direitos de associação e de cidadania referidos à oposição criada contra o despotismo implícito no “governo local de fato” da empresa na localidade.

## ANEXO 2 (Referente ao Livro I)

### A propósito de uma “pré-história” do “sistema Paulista”

No Livro I, procurei mostrar como o “sistema Paulista” de dominação é historicamente construído, para além de uma vontade pré-concebida e planejada dos patrões em carne e osso ou da administração da CTP, a partir também de circunstâncias e acontecimentos dispersos e por vezes inusitados. Neste anexo tenho por intenção fornecer algumas indicações sobre isto – a serem desenvolvidas em trabalho posterior – da ótica do período anterior à constituição do “sistema Paulista”, através de duas fontes de material empírico fornecendo pontos de comparação com o “sistema de dominação” analisado neste livro.

Uma destas fontes é a análise do material contido no jornal local “Gazeta de Paulista”, que é publicado semanalmente entre maio e setembro de 1911. Este pequeno jornal de notícias locais e com pretensões literárias, que se define como “órgão dos operários da Fábrica de Tecidos Paulista”, reflete as iniciativas de funcionários de escritório e chefias da fábrica residentes na vila operária de Paulista. (Outra referência interessante é o exemplar único do jornal satírico-humorístico “O Lenhador”, de 1907, também em Paulista; tanto este jornal quanto a “Gazeta de Paulista” de 1911 foram encontrados no Arquivo Público de Recife). A análise do material contido na “Gazeta” indica a existência de uma pequena “sociedade civil”, constituída de associações e entidades locais (ou “sociedades”), animadas por funcionários, pequenas chefias e alguns operários qualificados letrados. A exemplo das “sociedades” de Recife, a vila operária de Paulista vê surgirem as suas próprias: “Grêmio de Diversos Paulistano”, “Associação dos Filhos de São José”, “Grêmio Juvenil”, “Phylarmonica 15 de Junho”. Além disso, anunciam no jornal o “Cinema Peri”, o “Theatro Izabel”, e o pequeno

comércio local. Estas sociedades aparentam uma atuação importante na vida social de Paulista, como se deprende das comemorações do dia 7 de setembro de 1911, com passeatas e solenidades cívicas envolvendo a população da vila operária, todas organizadas por estas “sociedades”. Tais atividades, assim como a pouca referência nesse jornal às atividades patronais, contrastam com a enorme presença personalizada dos patrões e a atuação centralizada da administração da companhia no período posterior aos anos 30. Talvez o jornal possa refletir essa “sociedade civil” local devido à ausência patronal neste período, em viagens ao exterior, presença patronal que é retomada logo a seguir com a sua participação na campanha do Gal. Dantas Barreto ao governo estadual, levando a população da vila operária a manifestar-se politicamente ao lado dos seus patrões (cf. Hutzler, 1973/1974). E outro indício da pouca duração da presença desta “sociedade civil” local é o conteúdo de outro jornal local de período subsequente, “A Imprensa” de 1918, de tendência francamente conservadora (artigos contra “a greve”, contra a “revolução soviética, contra a desocupação e “vadiagem” das crianças na vila operária brincando com cachorros, pipas e papagaios, etc.), todo ele redigido pelo seu diretor, José Cupertino, que anos depois participará destacadamente do cortejo fúnebre de Luís Carlos Prestes promovido na vila operária por numerosa turma de vigias em 1946 (sendo então chamado pela “Folha do Povo” de “professor infame”; cf. cap. 11). De qualquer maneira, algumas das instituições desta pequena “sociedade civil” local que emerge da “Gazeta de Paulista” de 1911 permanecem ainda no início dos anos 30, tomando o partido da Revolução de 30 e das facções políticas pernambucanas que a apóiam e ajudando o novo sindicato local de “Roberto do Diabo”: é o caso notadamente da “Associação dos Filhos de São José”.

Esta associação, ligada à paróquia local, e que além de educação religiosa fornece uma escolarização para crianças e adultos na vila operária, é originária de administrações anteriores ao controle acionário da fábrica pela família Lundgren. Em 1902, o gerente Custódio Pessoa da Fábrica de Tecidos Paulista, discípulo do católico social e industrial da Fábrica de Camaragibe (têxtil) Carlos Alberto de Menezes, descreve – em artigo sobre “A Organização Operária Cristã na Grande Indústria” feito para o 1º Congresso Católico de Pernambuco (ver referência aos seus “annas” na bibliografia, em Brito, 1902) – a importância da Associação dos Filhos de São José como núcleo de um trabalho feito em Paulista que pretende aplicar o “modelo de Camaragibe”. Tal “modelo” – por sua vez relacionado à experiência da fábrica de fiação francesa do “Val de Bois”, do industrial e católico social Léon Harmel (cf. por ex. artigo de Willard em “Christianisme et Monde Ouvrier”, cahier du Mouvement Social nº 1, Les Éditions Ouvrières, 1975) – consiste na organização de uma rede de associações religiosas e recreativas em que os operários são organizados por sexo e idade, culminando com uma “corporação operária” em que representantes dos

patrões e dos operários deliberaram sobre a vida local. Os patrões de Camaragibe, os católicos sociais Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, tinham também uma atuação sobre o movimento operário local com a "Federação Operária Cristã" (estimulando a fundação de sindicatos e inspirando a primeira lei sindical nacional de 1907), com o jornal "A União" e com grupos de "estudos sociais". O "modelo de Camaragibe" pressupunha um esforço político de propagação de um tipo de fábrica-vila operária com um enquadramento da força de trabalho no sentido da "harmonia entre capital e trabalho" e da "elevação" da classe operária segundo a doutrina social da Igreja (Leão XIII) e as práticas dos católicos sociais. Este "modelo", com pretensões à hegemonia entre os industriais para que adotem aquelas concepções, chega portanto a Paulista nos anos iniciais deste século. No entanto, no decorrer do século um "modelo" diverso vai constituindo-se em Paulista, menos com intenções de hegemonia política entre os industriais para a propagação de uma "utopia burguesa" e mais com a preocupação da "invenção" de um "sistema de dominação" sobre grandes massas de trabalhadores recrutados em vista de uma enorme produção escoada pela rede nacional de lojas da CTP.

Estas duas fontes de dados, a saber, os jornais locais de Paulista na década de 10, e o arquivo Carlos Alberto de Menezes - Pierre Collier, relativizam a visão apologética quanto ao "sistema Paulista" passada pela literatura oficial ou para-oficial da *companhia* e aparentemente confirmada pela "idealização do passado" feita pelos ex-operários da CTP. O "sistema Paulista" não era inelutável nem pré-concebido planejadamente pelo poder da fábrica, mas construído pelos acontecimentos; não era uma "solução final" (cf. artigo de Pollak, "Des mots qui tuent", Actes de la Recherche, nº 41, 1982), mas a resultante de um campo de forças sociais. Ao mesmo tempo, estas fontes de dados fornecem indicações para a compreensão deste "campo" constituído pelas fábricas têxteis pernambucanas no início do século.

Este livro foi composto em Times, corpo 10 pela PostScript e impresso pela Editora Vozes para a Editora Marco Zero.

---

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

---

Atendemos também pelo reembolso postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273, Pinheiros, São Paulo, CEP 05432, telefone (011) 815-0093.



da cidade que ela construiu em torno de si, mas também procura metaforicamente passar a idéia de processo ativo e de "construção" histórica e cultural, da parte dos grupos sociais em presença, a respeito dos conflitos sociais que têm aquela cidade por cenário. Ela evoca assim a idéia de "auto-construção" de um grupo social de formação de uma identidade social por parte deste grupo operário. Mais ainda, ao sugerir a imagem de "teia", "trama", ou "imbricação", ela pretende apontar para a análise das múltiplas determinações que atingem os conflitos de classe no interior dos quais este grupo operário é protagonista. Desde as peculiaridades dos grupos sociais de origem das famílias de trabalhadores recrutados, desde o modo de vida dos trabalhadores naquela vila operária, submetidos a uma forma de dominação específica a que não são irrelevantes as próprias idiosincrasias patronais, até determinações econômicas e políticas das indústrias têxteis ao nível nacional onde se destaca a concorrência intraburguesa entre "Sul" e "Norte" (e internamente ao "Norte"), e até as determinações políticas nacionais e estaduais que se sobrepõem ao governo local de fato exercido por aquela companhia têxtil sobre a cidade.

O livro baseia-se em material etnográfico coletado entre 1976 e 1983 e também em extensa pesquisa historiográfica.

Em clave soberba — clave de Sol? — José Sérgio nos guia e nos encanta — por que recusar a um trabalho científico a magia da sedução? — pelos meandros de uma luta memorável. (...)

Como uma imensa "ópera" bartokiana ou stravinskiana, os sons e acordes dissonantes, o martelamento dos detalhes, a mudança de registros, preparam uma obra absolutamente coesa e indissolúvel. E a "ópera" é simultaneamente dos próprios operários de Paulista e de José Sérgio Leite Lopes.

FRANCISCO DE OLIVEIRA